

- Cap. 8. Referência nominal (com Fátima Oliveira)
- Cap. 10. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras
- Cap. 12.4. Frases exclamativas
- Cap. 12.5. Frases optativas
- Cap. 12.6. Frases com tópicos marcados
- Cap. 13. A família das construções inacusativas
- Cap. 15. Subordinação completiva — as orações completivas
- Cap. 16.5. Construções de clivagem
- Cap. 20.6. Padrões de colocação dos pronomes clíticos

ISABEL HUB FARIA

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

- Cap. 2. Contacto, variação e mudança linguística
- Cap. 4. O uso da língua, interacção verbal e texto

SÓNIA FROTA

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

- Cap. 26.3. Constituintes prosódicos (com Marina Vigário)

GABRIELA MATOS

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

- Cap. 12.2. Frases imperativas
- Cap. 14. Estruturas de coordenação
- Cap. 18.1. Orações comparativas
- Cap. 19. Aspectos sintácticos da negação
- Cap. 20.5. Tipologia dos pronomes clíticos
- Cap. 21. Construções elípticas

FÁTIMA OLIVEIRA

Faculdade de Letras, Universidade do Porto

- Cap. 6. Tempo e aspecto
- Cap. 8. Referência nominal (com Inês Duarte)
- Cap. 9. Modalidade e modo

MARINA VIGÁRIO

ILCH, Universidade do Minho

- Cap. 26.3. Constituintes prosódicos (com Sónia Frota)

ALINA VILLALVA

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

- Cap. 22. Estrutura morfológica básica
- Cap. 23. Formação de palavras: afixação
- Cap. 24. Formação de palavras: composição

Nº 48

PA: 59.60 Índice

Prefácio	15
Convenções e símbolos	19
PARTE I	
LÍNGUA PORTUGUESA: UNIDADE E DIVERSIDADE	
1. O tempo e o espaço da língua portuguesa	23
1.1. Variação no tempo: os períodos da história da língua	25
1.2. Variação no espaço: o português no mundo	28
2. Contacto, variação e mudança linguística	31
2.1. Contacto e variação	33
2.2. Mudança linguística	36
3. Dialectos e variedades do português	39
3.1. A divisão dialectal de Portugal	41
3.2. Galego-português e castelhano	41
3.3. A divisão dialectal galego-portuguesa	43
3.4. Português europeu e português brasileiro: duas variedades nacionais da língua portuguesa	45

87.27.10

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras

GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA
(5.ª edição, revista e aumentada)

Autoras: Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte e Isabel Hub Faria
e Sónia Frota, Gabriela Matos, Fátima Oliveira, Marina Vigário e Alina Villalva

Capa: Secção Gráfica da Editorial Caminho
© Editorial Caminho, SA, Lisboa — 2003

Tiragem: 5000 exemplares

Impressão e acabamento: SIG – Soc. Ind. Gráfica, Lda.

Data de impressão: Janeiro de 2003

Depósito legal n.º 189 680/02

ISBN 972-21-0445-4

www.editorial-caminho.pt

MARIA HELENA MIRA MATEUS

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Cap. 1. O tempo e o espaço da língua portuguesa

Cap. 3. Dialectos e variedades do português

Cap. 25. Fonologia

Cap. 26.1. A sílaba

Cap. 26.2. O acento

ANA MARIA BRITO

Faculdade de Letras, Universidade do Porto

Cap. 7. Predicação e classes de predicadores verbais (com Inês Duarte)

Cap. 11. Categorias sintácticas

Cap. 12.1. A estrutura da frase simples activa de tipo declarativo

Cap. 12.3. Frases interrogativas

Cap. 16.1. Orações relativas restritivas ou determinativas

Cap. 16.2. Orações relativas apositivas ou explicativas de sintagma nominal

Cap. 16.3. Orações relativas apositivas de frase

Cap. 16.4. Orações relativas sem antecedente expreso ou "relativas livres"

Cap. 17. Subordinação adverbial

Cap. 18.2. Orações consecutivas

Cap. 18.3. Orações conformativas

Cap. 18.4. Orações proporcionais

Cap. 20.1. Distribuição das expressões referenciais

Cap. 20.2. Distribuição das expressões anafóricas

Cap. 20.3. Distribuição dos pronomes

Cap. 20.4. Tipologia e distribuição das categorias vazias

INÊS DUARTE

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

Cap. 5. Aspectos linguísticos da organização textual

Cap. 7. Predicação e classes de predicadores verbais
(com Ana Maria Brito)

PARTE II

USO DA LÍNGUA, INTERACÇÃO VERBAL E TEXTO

4. O uso da linguagem	55
4.1. Aspectos da interacção verbal em português europeu	57
4.2. Conhecimento partilhado, conhecimento mútuo, base comum e universo de referência	69
4.3. Tipologia dos actos ilocutórios	73
4.4. Modalidade e actos ilocutórios	80
4.5. Contextos e contextualização	81
5. Aspectos linguísticos da organização textual	85
5.1. Coesão textual	89
5.2. Conectividade conceptual (ou coerência textual)	115
5.3. Estrutura temática e estrutura informacional	118
Anexo-Fontes	122

PARTE III

ASPECTOS SEMÂNTICOS DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

6. Tempo e aspecto	127
6.1. A categoria linguística tempo	130
6.2. O aspecto	133
6.3. Os tempos gramaticais	153
6.4. Adverbiais de tempo	166
6.5. Sequencialização dos tempos	173
7. Predicação e classes de predicadores verbais	179
7.1. Estrutura argumental e papéis temáticos	183
7.2. Tipos de situações e tipologia aspectual dos verbos	190
7.3. Natureza aspectual do verbo e respectiva estrutura argumental	193
7.4. A projecção em sintaxe dos argumentos verbais	198
8. Referência nominal	205
8.1. Classes semânticas de nomes	210
8.2. Operações de determinação	221
9. Modalidade e modo	243
9.1. Modalidade	245
9.2. Modo	254

PARTE IV

ASPECTOS SINTÁCTICOS DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

10. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras	275
10.1. Relações gramaticais	278
10.2. Subclasses de verbos e esquemas relacionais	295
10.3. Padrões de ordem de palavras em frases declarativas	316
11. Categorias sintácticas	323
11.1. Introdução ao estudo das categorias sintácticas	325
11.2. O sintagma nominal	328
11.3. O sintagma adjectival	370
11.4. O sintagma preposicional	391
11.5. O sintagma verbal	403
11.6. O sintagma adverbial	417
12. Estrutura da frase simples e tipos de frases	433
12.1. A estrutura da frase simples de tipo declarativo	436
12.2. Frases imperativas	449
12.3. Frases interrogativas	460
12.4. Frases exclamativas	479
12.5. Frases optativas	487
12.6. Frases com tópicos marcados	489
13. A família das construções inacusativas	507
13.1. Frases com verbos inacusativos	509
13.2. Frases passivas	521
13.3. Construções médias	536
13.4. Frases copulativas	538
14. Estruturas de coordenação	549
14.1. Coordenação, subordinação e aposição	551
14.2. Conjunções e estruturas de coordenação	558
14.3. A natureza categorial dos termos coordenados	574
14.4. Estruturas de coordenação paralelas e assimétricas	578
14.5. Coordenação e concordância verbal	585
14.6. Coordenação e elipse	589
15. Subordinação completiva — as orações completivas	593
15.1. Completivas finitas	597
15.2. Completivas não finitas	621
15.3. Verbos com propriedades de selecção não homogéneas ...	636
15.4. Completivas não finitas defectivas	640
16. Orações relativas e construções aparentadas	653

16.1. Orações relativas restritivas ou determinativas	655
16.2. Orações relativas apositivas ou explicativas de SN	671
16.3. Orações relativas apositivas de F	674
16.4. Orações relativas sem antecedente expresso ou “relativas livres”	675
16.5. Construções de clivagem	685
17. Subordinação adverbial	695
17.1. Propriedades sintáticas gerais das orações subordinadas adverbiais	698
17.2. As orações condicionais	705
17.3. As orações causais	711
17.4. As orações finais	715
17.5. As orações concessivas	718
17.6. As orações temporais	721
18. Construções de graduação e comparação	729
18.1. Orações comparativas	732
18.2. Orações consecutivas	754
18.3. Orações conformativas	762
18.4. Orações proporcionais	765
19. Aspectos sintáticos da negação	767
19.1. As unidades negativas e os constituintes negados	770
19.2. A posição dos marcadores de negação	774
19.3. A polaridade das unidades que expressam a negação	780
19.4. A Concordância Negativa	789
20. Tipologia e distribuição das expressões nominais	795
20.1. Distribuição das expressões referenciais	797
20.2. Distribuição das expressões anafóricas	801
20.3. Distribuição dos pronomes	816
20.4. Tipologia e distribuição das categorias vazias	820
20.5. Tipologia dos pronomes clíticos	826
20.6. Padrões de colocação dos pronomes clíticos	847
21. Construções elípticas	869
21.1. A noção de elipse	871
21.2. Padrões básicos de elipses	874
21.3. Os domínios sintáticos de ocorrência das elipses	880
21.4. A tipologia das elipses	884

PARTE V

ASPECTOS MORFOLÓGICOS DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

22. Estrutura morfológica básica	917
22.1. O radical	920
22.2. Classes temáticas	921
22.3. O tema	925
22.4. Flexão	926
22.5. A palavra	938
23. Formação de palavras: afixação	939
23.1. Derivação	943
23.2. Derivação parassintética e conversão	952
23.3. Modificação morfológica	956
Anexo — Sufixos derivacionais	966
24. Formação de palavras: composição	969
24.1. Composição morfológica	972
24.2. Composição morfo-sintáctica	978

PARTE VI

ASPECTOS FONOLÓGICOS E PROSÓDICOS DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

25. Fonologia	987
25.1. Os segmentos fonológicos	990
25.2. Identificação e distribuição dos sons	991
25.3. Classificação dos sons	996
25.4. Processos fonológicos	1009
25.5. Análise fonológica de processos morfológicos	1017
Anexo — Lista de verbos irregulares	1032
26. Prosódia	1035
26.1. A sílaba	1038
26.2. O acento	1050
26.3. Constituintes prosódicos	1059
Bibliografia	1077
Índice remissivo	1111

A *Gramática da Língua Portuguesa* foi publicada pela primeira vez em 1983 e revista na edição de 1989, com prefácio que se reporta a 1987. A partir desta data a obra foi reimpressa sem alterações.

Esgotada a 4.^a edição em 1999, foi unânime a decisão de preparar uma nova edição amplamente revista, com maior pendor descritivo, com um estilo menos tecnicista e com uma cobertura linguística mais ampla. Esta decisão foi compreendida e apoiada pela Editorial Caminho, que aceitou esperar três anos pela conclusão do trabalho de preparação da nova edição.

O trabalho de preparação desta nova edição resulta, como é natural, da visão crítica da obra que as autoras da 1.^a edição foram desenvolvendo desde 1987, como consequência quer do seu próprio trabalho de investigação, quer da pesquisa realizada por muitos colegas e investigadores, quer de críticas e sugestões de colegas e amigos, quer ainda da própria experiência de utilização da *Gramática da Língua Portuguesa* com estudantes de graduação e pós-graduação de várias nacionalidades.

O aumento da cobertura linguística e o aprofundamento das análises propostas para muitos fenómenos levou à integração de outras linguistas no primitivo grupo de autoras, apresentando-se a obra hoje consideravelmente mais extensa e indubitavelmente enriquecida.

O alargamento, o aprofundamento e a reformulação a que se procedeu não põem em causa os princípios fundamentais que orientaram, desde o início, a elaboração da *Gramática da Língua Portuguesa*. As análises são realizadas em qua-

dros teóricos que possuem um poder explicativo satisfatório e que sustentam investigações recentes sobre as línguas particulares e sobre a língua portuguesa.

O trabalho desenvolvido reflecte-se, antes de mais, na organização da obra, dividida em seis partes autónomas em lugar das primitivas três partes.

Manteve-se o carácter estritamente descritivo da Parte I que, já nas edições anteriores, era dedicada, sobretudo, a uma breve referência aos primeiros textos escritos em português e a uma identificação das áreas dialectais de Portugal. A essa referência foi agora acrescentada uma caracterização sumária dos períodos da história da língua. Além disso, a exemplificação das diferenças de carácter fonético entre as variedades do português europeu e brasileiro foi completada com a apresentação de algumas especificidades sintácticas e lexicais.

As questões de pragmática e de semântica são analisadas separadamente nas Partes II e III. A Parte II é consagrada à reflexão sobre o uso da língua, sobre a interacção verbal e sobre os mecanismos de organização textual. A Parte III é constituída pela análise das vertentes semânticas de tempo, modo e aspecto, da referência nominal e dos predicadores verbais. Assim, e relativamente a estes dois aspectos da gramática do português, assume-se com mais clareza do que nas edições anteriores a dissociação entre questões de interpretação que relevam de aspectos pragmáticos (isto é, sensíveis ao contexto situacional e discursivo) e questões de interpretação imputáveis a factores léxico-semânticos e semânticos.

A Parte IV, a mais extensa da obra, é consagrada à sintaxe e trata das categorias lexicais e suas projecções, e das estruturas sintácticas das frases simples e complexas. Privilegiou-se a descrição das propriedades das construções, tendo-se reduzido ao essencial a formalização e a dependência de hipóteses teóricas necessariamente datadas.

A morfologia passou a constituir uma unidade autónoma, a Parte V, com espaço para um tratamento mais sistemático de questões relacionadas com a estrutura das palavras e com os recursos morfológicos disponíveis no português para a formação de novas palavras.

Esta autonomização obrigou a uma separação entre morfologia e fonologia, estando a Parte VI consagrada a esta última. Um dos aspectos mais importantes da recente investigação sobre a fonologia das línguas é a importância atribuída à análise da prosódia. Na Parte VI da *Gramática da Língua Portuguesa*, a par de um tratamento reformulado da fonologia segmental, foram introduzidas descrições e análises de unidades prosódicas e rítmicas, desde a sílaba aos constituintes prosódicos mais vastos. A autonomização da prosódia permitiu, assim, tratar questões que não figuravam nas edições anteriores ou tinham sido apenas abordadas sumariamente.

A profunda reformulação da *Gramática da Língua Portuguesa* não teria sido possível sem a investigação sobre o português desenvolvida nos últimos quinze anos, a nível nacional e internacional. Essa investigação está materializada em numerosas teses de mestrado e de doutoramento e em inúmeros artigos e livros entretanto publicados. As notas e as referências bibliográficas que incluímos na presente obra são uma tentativa de completar a informação sobre parte da investigação realizada.

A variedade da língua contemplada nesta obra é a norma-padrão do português europeu, embora em muitas circunstâncias se indiquem características de outras variedades nacionais, geográficas e/ou sociais. Deve igualmente lembrar-se, relativamente ao carácter desta obra, que ela *não* é uma gramática normativa, ou seja, não é um instrumento que regule o *bom uso* da língua. O seu objectivo consiste na apresentação de descrições e análises de um largo conjunto, evidentemente não exaustivo, de aspectos da língua portuguesa.

A *Gramática da Língua Portuguesa* dirige-se àqueles que trabalham sobre diversas línguas particulares e também sobre o português e que, ao aplicarem as propostas aqui incluídas a um universo mais vasto de dados, poderão vir a confirmar ou infirmar as hipóteses apresentadas, contribuindo assim, em conjunto com as autoras, para um melhor conhecimento das estruturas linguísticas do português e, desejavelmente, das propriedades da gramática universal.

Lisboa, Maio de 2002

Maria Helena Mira Mateus
Ana Maria Brito
Inês Duarte
Isabel Hub Faria

A	adjectivo	RN	radical adjectival
Adv	advérbio	RV	radical verbal
C. Comp	complementador	s	forte (de <i>strong</i>)
Cod	coda da sílaba	SX	projectão máxima de qualquer categoria sintáctica nuclear (e.g., SA, SV; SConj, SFlex)
Conc	concordância		
ConcPartPas	concordância do particípio		
Conj	conjunção	T	tempo
D	determinante	T*	acento tonal
Esp	especificador	T α	tom de fronteira
F	frase	TA	tema adjectival
F _{sub}	frase subordinada	TMA	tempo-modo-aspecto
Flex	flexão	TN	tema nominal
FM	flexão morfológica	Top	tópico
H	tom alto (de <i>high</i>)	TV	tema verbal
I	intervalo; sintagma entoacional (prosódia)	w	fraco (de <i>weak</i>)
L	tom baixo (de <i>low</i>)	V	verbo
N	nome, núcleo de sílaba (prósodia)	V _{aux}	verbo auxiliar
N.º	número	V _{cop}	verbo copulativo
Neg	negação	VT	vogal temática
O	sobreposição (de tempos)	X, X ⁰	qualquer categoria sintáctica nuclear (e.g., A, V; Flex, C)
OPeq	oração pequena	X'	qualquer categoria sintáctica de nível intermédio (e.g., V'; Flex')
P	preposição	Φ	sintagma fonológico
PN	pessoa-número	σ	sílaba
R	rima de sílaba	ω	palavra prosódica

Convenções e símbolos

(α)	α é opcional	\emptyset	constituente elíptico; complementador nulo
(β)	pode ocorrer α ou β	[-]	categoria vazia
[$\pm\alpha$]	presença ou ausência da propriedade α	$]_{i/n}$	índices referenciais
/ α /	α é um segmento fonológico	[-] _i	categoria vazia com um índice referencial
[α]	α é um segmento fonético	[v] _i	vestígio
$\alpha \rightarrow \beta$	α passa a β (fonologia)	x, y, z	variáveis
+	fronteira de morfema	=	sobreposto; igual a
#	fronteira de palavra	≠	diferente
* α	α é uma forma agramatical	<	precedência estrita, anterior a;
? α	α é uma sequência marginal	<	menor do que
# α	α é uma sequência não apropriada ao contexto	≤	precedência fraca
		>	posterior a; maior do que

Alfabeto fonético

Vogais orais

[i]	vi
[e]	vê
[ɛ]	pé
[a]	pá
[ɐ]	para
[i]	de
[ɔ]	pó
[o]	avô
[õ]	pouco (dial.)
[u]	tu
[ũ]	tudo (dial.)

Semivogais ou glides

[j]	pai
[w]	pau

Vogais nasais

[ĩ]	sim
[ẽ]	penete
[ẽ̃]	romã, banco
[õ̃]	põe, ponte
[ũ]	atum

Consoantes

[p]	pá
[b]	bem
[β]	vaca (dial.)
[t]	tu
[d]	dou
[k]	cato
[g]	gato
[f]	fê
[v]	vê
[s]	sabe, passo, caça
[ʃ]	sabe, passo (dial.)
[z]	casa, azar
[ʒ]	casa (dial.)
[ʃ]	xaile
[tʃ]	chave (dial.)
[ʒ]	já
[m]	mão
[n]	não
[ɲ]	venho
[l]	lá
[ʎ]	mal
[ʎ]	valha
[r]	caro
[ʀ]	carro
[r̃]	carro (dial.)

Parte I

LÍNGUA PORTUGUESA: UNIDADE E DIVERSIDADE

1

O tempo e o espaço da língua portuguesa

Maria Helena Mira Mateus

Índice

1. O tempo e o espaço da língua portuguesa
 - 1.1. Variação no tempo: os períodos da história da língua
 - 1.2. Variação no espaço: o português no mundo

1.1. Variação no tempo: os períodos da história da língua

A individualidade da língua portuguesa começou a desenhar-se no domínio do **léxico** e pode remeter-se para uma data próxima do século vi. A partir dessa época longínqua, a língua falada no noroeste da Península Ibérica (actual Galiza e norte de Portugal) foi-se distanciando das variedades do latim vulgar que lhe eram vizinhas e adquiriu as características fonéticas que nos permitem identificá-la como o estágio primitivo da língua portuguesa. Sobre a constituição do léxico galego-português, diz J. M. Piel: «Foi sobre os alicerces deste fundo primitivo (o património lexical primitivo galego-português, de origem latina), lançados nos séculos obscuros (v-viii), que se construiu, com a ajuda de sedimentos novos, trazidos por gerações sucessivas (germanismos, arabismos, latinismos, galicismos, italianismos, castelhanismos, etc.), o magno edifício do léxico comum português e galego.»⁽¹⁾

Os mais antigos textos redigidos em português situam-se no século xii. Podemos hoje afirmar que no final desse século a língua portuguesa já era usada em situações de escrita informal: o primeiro documento conhecido em língua portuguesa é uma pequena *Notícia de Fiadores*, datada de 1175 e recentemente

¹ Piel (1976: 389-390).

descoberta ⁽²⁾, onde são discriminadas dívidas do nobre Paio Soares Romeu. Este documento é anterior aos que até há pouco eram considerados os dois primeiros textos escritos em português: a *Notícia de Torto*, datada do início do século XIII, e o *Testamento* de D. Afonso II, de 1214. Trata-se, em todos estes casos, de documentos notariais que têm a função de estabelecer e guardar a memória de um certo acto jurídico (como o *Testamento* de Afonso II) ou testemunhar factos que possam vir a ser tratados juridicamente (como a *Notícia de Fiadores* ou a *Notícia de Torto*) ⁽³⁾.

A história da língua portuguesa, que acompanha a sua variação temporal desde a época dos primeiros textos escritos (o que supõe que o português já então era utilizado oralmente), divide-se habitualmente em quatro períodos:

- o português antigo que vai das primeiras manifestações do português escrito até ao fim do século XIV ⁽⁴⁾;
- o português médio durante o século XV;
- o português clássico até meados do século XVIII;
- o português moderno a partir do século XVIII.

Entre cada um destes quatro períodos existem fases de transição em que convivem variantes antigas e modernas. Pode dizer-se ainda que entre o português antigo e médio se iniciou a separação do português e do galego, e entre o português clássico e moderno se iniciou a separação do português europeu e brasileiro.

Algumas das características do português antigo são a seguir exemplificadas:

- a existência de hiatos provenientes da supressão de consoantes entre duas vogais que, posteriormente, se reduziram a uma só por crase (p. ex. *ma-a* > *má*, *cre-er* > *crer*), formaram ditongo (p. ex. *mã-o* > *mão*) ou foram separadas por um novo elemento (p. ex. *ũ-a* > *uma*, *galĩ-a* > *galinha*, *fe-o* > *feio*);

⁽²⁾ Sobre os mais antigos textos escritos em português ver Martins (1999).

⁽³⁾ Sobre as características destes documentos e sobre os diversos textos contemporâneos, ver Ana Maria Martins, *op. cit.*

⁽⁴⁾ De uma forma mais precisa, e segundo Cintra (1963) e Castro (1991), o português antigo prolonga-se até cerca de 1350 e o limite final do português médio oscila entre o início do século e 1540, data da normatização da língua. Para o conhecimento das várias propostas de periodização do português, e sobre a respectiva caracterização, ver Mattos e Silva (1994: 247-276).

- a existência de formas verbais isoladas que mais tarde se integraram nos paradigmas da língua (p. ex. a primeira pessoa do presente do indicativo de certos verbos, como *arço* “ardo”, *pareco* “pareço”, ou formas do futuro como *verrei* “verei”, *querrei* “quererei”);
- a ocorrência de palavras gramaticais hoje desaparecidas, como o distributivo *senhos* “cada um seu”.

Foi durante o português médio que se difundiu a supressão do *-d-* intervocálico que ocorria em todas as formas verbais da segunda pessoa do plural (exs. *cuidades* “cuidais”, *guardades* “guardais”, *metede* “metei”) e a substituição de *-udo* por *-ido* na terminação dos participios passados (exs. *temudo* “temido”, *teudo* “tido”, *sabudo* “sabido”). Nos textos do século XV encontram-se grafias alternantes <ão> e <an, on> correspondendo às terminações latinas <ane, ant> e <one, unt>, o que permite admitir que essas terminações já tinham então uma pronúncia de ditongo nasal. Foi ainda durante este período que se simplificou o sistema de demonstrativos: *aqueste*, *aquesto*, *aquesta*, *aquisto*, *aquesse*, *aquesso* deixam de empregar-se, persistindo apenas *aqueste* em textos do século XVI. Em relação a diferentes variáveis tidas em conta para apreciação deste período da língua portuguesa, pode considerar-se que o português médio é uma transição de fase entre o português antigo e o português clássico, e um grande período de mudança ⁽⁵⁾.

Na época que designamos como português clássico estavam já estabilizadas as três conjugações verbais do português actual, com a integração na terceira conjugação de verbos de duas conjugações latinas (exs. *aduzer* “aduzir”, *finger* “fingir”, *empremer* “imprimir”). Durante o período clássico deixam de se utilizar certas conjunções que são típicas do período anterior, como *pero* e *ca* como explicativos, ou *porém* com o significado de *por isso*, e inicia-se uma progressiva substituição de *haver* por *ter* em estruturas de posse (p. ex. *haver pan*, *haver fé*, *haver barvas*) ⁽⁶⁾.

Durante o período clássico surgiram as primeiras gramáticas da língua — a de Fernão de Oliveira, em 1536, e a de João de Barros, em 1540 —, o primeiro dicionário de português-latim e latim-português de Jerónimo Cardoso, em 1570, e a *Ortografia da Língua Portuguesa* de Duarte Nunes de Leão, em 1576.

⁽⁵⁾ Sobre o português médio, ver Castro (1999) e Cardeira (1999). Sobre a caracterização do século XV nas áreas da fonética, da morfologia e da sintaxe, ver o capítulo 3 da «Introdução» em Mateus (1980).

⁽⁶⁾ Cf. Mattos e Silva (1994: 265).

Estas obras, em conjugação com outros elementos, tornam possível estabelecer com mais segurança algumas características da pronúncia da época. No que respeita às consoantes, inicia-se então o alargamento da área de substituição das consoantes sibilantes áptico-alveolares — que ainda hoje caracterizam certos dialectos do norte de Portugal — pelas correspondentes dentais (7). É também na época clássica que podemos situar o remate da uniformização das terminações nasais com diferentes origens etimológicas (exs. *ratione*>*razão*, *multitudine*>*multidão*, *manu*>*mão*, *pane*>*pão* e as terminações da terceira pessoa do plural dos verbos). Relativamente às vogais átonas, sabe-se que em Portugal, nessa época, o *-a-* átono tinha pronúncia reduzida, o *-e-* e o *-i-* alternavam frequentemente e o *-o-* em final de palavra pronunciava-se já como *-u-* (8).

Foi só durante o período do **português moderno** que o *-e-* (e por vezes o *-i-*) em posição pretónica e postónica foram progressivamente substituídos por uma vogal reduzida que hoje é habitualmente suprimida no registo coloquial do português europeu. Estas vogais eram, desde o início da língua, bastante mais audíveis do que são hoje em Portugal (semelhantes, portanto, às vogais átonas do português brasileiro e do português falado em África).

1.2. Variação no espaço: o português no mundo

Propagando-se até ao Algarve e, posteriormente, a regiões espalhadas por todos os continentes, a língua portuguesa, em finais do século XVI e durante o século XVII, além de ser falada na América (Brasil), era também utilizada como língua geral do litoral africano e como língua franca nos portos da Índia e do sudeste da Ásia (indo-português e malaio-português conforme as regiões). Europeus e asiáticos comunicavam em português em extensas regiões da Índia que incluíam Goa, Damão, Diu e Ceilão, em Malaca, nas ilhas de Samatra e Java e na ilha de Timor. No Japão, na Tailândia (antigo Sião) e na China também a língua portuguesa serviu nas relações políticas, comerciais e religiosas (9).

(7) Ver em 3 a divisão dialectal de Portugal.

(8) Sobre outras características do português clássico e moderno, ver Bechara (1991).

(9) Sobre a expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII, consultar a obra com este título de David Lopes. Em alguns pontos da Ásia atrás referidos, sobretudo em Ceilão, podem ainda encontrar-se restos de crioulos de base portuguesa que aí se desenvolveram. Em Goa a língua portuguesa mantém-se viva no interior de certos grupos sociais e profissionais.

Actualmente, o português é a língua nacional de Portugal e do Brasil e língua oficial em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Em Macau o português é considerado língua oficial, a par do chinês, por um período de cinquenta anos a partir da integração do território na China. Núcleos importantes de emigrantes mantêm viva a língua portuguesa na América do Norte, na Austrália, em África e em diversos países da Europa, nomeadamente em França, no Luxemburgo e na Alemanha.

Espalhado por todos os continentes, o português é língua materna de cerca de 180 milhões de pessoas e ocupa o quinto lugar entre as línguas mais faladas do mundo.

2

Contacto, variação e mudança linguística

Isabel Hub Faria

Índice

- 2. Contacto, variação e mudança linguística
 - 2.1. Contacto e variação
 - 2.2. Mudança linguística

2.1. Contacto e variação

Qualquer língua natural varia ao longo do tempo e do espaço da sua utilização. Varia ao longo da sua própria história como varia ao longo da vida dos falantes que a utilizam quer como língua materna quer como língua não materna. Varia de região para região onde é utilizada, varia em função do contacto com outras línguas, varia em função das pertenças sociais e culturais dos seus falantes, varia em função das próprias situações em que é utilizada. Ao mesmo tempo que os falantes nativos de uma dada língua são capazes de reconhecer a sua língua e de reconhecer que outras línguas não são a sua, apercebem-se também que a sua língua é objecto de **variação** e de **mudança**.

A variação seja ela **histórica** ou diacrónica, **regional** ou diatópica, **social** ou diastrática ou, ainda, **situacional** pode ser observada e estudada a partir de procedimentos teórica e metodologicamente regulados. Tais procedimentos tenderão, no plano dos estudos da variação ao longo do tempo, a estabelecer cortes que, ainda que artificialmente, permitam estabilizar sincronicamente os estádios de língua que passarão, então, a ser objecto de contraste. Em outros casos, os procedimentos teóricos e metodológicos exigem que a língua seja idealmente encarada como um sistema estável composto de subsistemas também gramaticalmente estáveis em relação aos quais todas as **variantes** registadas, de natureza fonética, fonológica, morfológica, sintáctica, semântica, lexical, interaccional e pragmática, podem ser contrastadas.

A língua portuguesa considerada globalmente como **sistema linguístico** é uma abstracção necessária à sua descrição enquanto língua particular que, nessa perspectiva, se distingue e contrasta com as restantes línguas naturais. Os seus diferentes usos no espaço e no tempo revelam a existência de variação nos diversos módulos da gramática da língua permitindo, assim, em função quer de factores internos quer externos à língua, a caracterização de **dialectos** regionais, de **sociolectos** e de **idiolectos** ou registos individuais. Quer isto dizer que, dentro de um mesmo sistema linguístico, co-ocorrem e concorrem gramáticas diferenciadas que importa reconhecer. Esta diversidade ou conjunto de variantes registadas no interior de uma língua torna-se ainda mais pertinente quando, por razões sociais, culturais, históricas ou económicas, a língua é transportada para fora do seu espaço geográfico de origem e se desenvolve em estreito contacto com outras línguas utilizadas nesses outros espaços.

Em línguas com larga história de expansão mundial e de mobilidade dos seus falantes nativos, observa-se a existência de variedades que se vão progressivamente fixando e autonomizando, até ser possível caracterizá-las como variedades locais ou mesmo nacionais. É nessa perspectiva que distinguimos entre a variedade europeia do português que designamos de **português europeu** (PE) e a variedade brasileira do português ou **português brasileiro** (PB).

A existência de variantes e de variedades de um dado sistema linguístico constitui uma mais-valia para a própria língua. Esse aspecto enriquecedor torna-se mais evidente no léxico, com a introdução de palavras novas relativas aos diversos universos de referência, mas é também patente nos vários módulos da gramática. A diversidade no interior de uma língua é, pois, uma realidade a preservar e a defender, uma vez que é factor constitutivo da própria história da língua, nos locais onde é utilizada.

De entre as variedades dialectais, uma é geralmente adoptada como **padrão** em relação ao qual a escola e o ensino explícito da língua mantêm uma relação preferencial e institucional, com objectivos socioculturais e comunicativos a atingir. É em relação ao padrão que as variantes podem ser contrastadas e posicionadas. O maior ou menor afastamento do padrão pode colocar questões de gramaticalidade ou de maior ou menor adequação às situações de uso, embora, do ponto de vista estritamente linguístico, uma variedade não se possa considerar mais ou menos correcta do que outra, uma vez que cada variedade funciona para a respectiva comunidade linguística, que sistematicamente a usa, como factor de reconhecimento, de identidade linguística e cultural e de solidariedade social.

O padrão ao ser considerado como norma (*norma-padrão*) tende, por princípio, a fossilizar-se e a, simultaneamente, caracterizar os falantes que o utilizam como variedade de uso como os que falam a língua "correctamente". A utilização normativa do padrão tem sido apresentada como prestigiante em alguns dos

meios de comunicação e nas situações mais formais e institucionais. Contudo, o conceito de "prestígio", de natureza social, vai também mudando ao longo do tempo, pelo que as "normas" linguísticas se tornam sensíveis às mudanças e elas próprias mudam, reflectindo nos usos a interferência de outras forças e factores de natureza exterior à própria língua.

O **contacto** entre línguas é um dos factores que mais contribuem para desencadear variação linguística a qual, ao ser progressiva e sistematicamente incorporada nos usos dos seus falantes, levará eventualmente a uma situação de mudança de alguns dos parâmetros da língua. O português, tal como se tem desenvolvido, nomeadamente no Brasil e em África, revela variação que, em grande parte, resulta de uma evolução da língua fora do seu continente de origem, em contacto com outras línguas nativas e não-nativas utilizadas pelas comunidades residentes nos diferentes territórios. Algumas dessas variantes, que são fruto de contacto linguístico e cultural ao longo de séculos, contribuem para o reconhecimento da constituição de parâmetros fonéticos, fonológicos, morfológicos, sintácticos, semânticos e pragmáticos distintos dos do português europeu. Neste sentido, a diversidade gramatical da língua portuguesa regista-se tanto entre as variedades nacionais dos países em que é língua oficial como no interior de um só espaço nacional.

Na Europa, por exemplo, o contacto constante de línguas e culturas, europeias ou não — contacto em grande parte facilitado pelo crescente desenvolvimento dos meios de comunicação que asseguram maior e mais rápido acesso à informação e pela mobilidade de pessoas de região para região e de país para país — tem contribuído, também em Portugal, para uma maior (e, em certos casos, constante) exposição dos falantes do português à diversidade linguística e cultural. A existência, até há pouco tempo frequente, de comunidades maioritariamente monolíngues, sem grande contacto ou exposição a outras línguas naturais, tende a desaparecer. O contacto com outras línguas é diário e não depende apenas da localização geográfica dos falantes, em regiões de fronteira ou no interior de outras comunidades, mas do tipo de relacionamento possível no âmbito das relações entre países e das comunidades internacionais em que cada país se insere. As sociedades ocidentais tendem, assim, a assumir-se cada vez mais como multilíngues e multiculturais, sendo difícil prever ou medir o impacto real que este novo tipo de relacionamento constitui para a manutenção ou mudança dos hábitos linguísticos de cada falante.

Uma vez em contacto, as línguas encetam processos de **acomodação** ⁽¹⁾. Tais processos dependem de diversos factores que vão desde o grau de inteli-

⁽¹⁾ Sobre esta questão, ver Mota (1996).

bilidade mútua, onde os respectivos padrões linguísticos, gramaticais e de uso, jogam um papel determinante, a factores paralinguísticos e individuais. Em casos em que o grau de inteligibilidade mútua é alto — veja-se, por exemplo, a relação entre o português e o castelhano — a acomodação processa-se pela procura de regularidade nos diversos subsistemas das gramáticas das línguas. Contactos entre línguas com padrões reciprocamente ininteligíveis suscitam a adopção de diferentes estratégias de acomodação. Situações de contacto que envolvam, por exemplo, contrastes fonológicos complexos, podem condicionar a aquisição dos respectivos padrões. Mas, também nas relações de contacto onde, à partida, se regista inteligibilidade, a acomodação pode não se fazer regularmente, podendo-se, nesse caso, falar preferencialmente de **tipos de acomodação**, em função dos falantes, das diferentes situações e dos tipos de relação social.

Em algumas situações específicas do contacto de línguas, pode observar-se o desenvolvimento de **línguas mistas** com envolvimento específico não só do léxico mas dos sub-sistemas gramaticais de duas ou mais línguas. No conceito alargado de línguas mistas podem integrar-se os **pidgins** e os **crioulos** ⁽²⁾.

De situações de contacto podem, também, resultar **transferências**. As transferências não se dão apenas entre línguas distintas mas podem também ter lugar entre variedades regionais ou entre variedades sociais de uma mesma língua. É o caso de algumas transferências observadas do português brasileiro para o português europeu, por via do crescente intercâmbio cultural entre os países, com especial visibilidade na literatura e nos meios de comunicação social.

2.2. Mudança linguística

A mudança que decorre de situações de contacto de línguas é diferente da **mudança inerente** que qualquer língua regista, ao longo da sua história, a nível dos respectivos subsistemas. A mudança decorrente do contacto é realizada pelos falantes que, em contacto com outras línguas, tendem a aproximar-se progressivamente destas, sendo sujeitos a influências diversas, com especial expressão no léxico mas com eventual extensão a estruturas dessas línguas. Por sua vez, algumas das estruturas das línguas maternas dos falantes poderão, numa fase não estabilizada do conhecimento das outras línguas, criar **interferência**, quer a nível do léxico quer de estruturas específicas dos subsistemas linguísticos que se encontram em contacto.

⁽²⁾ Sobre *pidgins* e *crioulos*, ver Baxter (1996).

Além dos aspectos acima referidos, as mudanças decorrentes do contacto reflectem também a natureza do contacto, a intensidade do contacto e os tipos de relações que condicionam, positiva ou negativamente, o acesso às outras línguas. Alguns enquadramentos de natureza económica, social, política, geográfica e cultural favorecem o contacto de populações e o contacto de línguas. São exemplos a livre circulação de pessoas e bens no interior de certas comunidades internacionais, as relações transfronteiriças, a migração, a coexistência num determinado local ou região de comunidades multilingues e multiculturais. Constituído-se como um fenómeno eminentemente colectivo, a mudança decorrente do contacto de línguas pode também ser observada no percurso de aprendizagem e na prática de qualquer falante sujeito à exposição a outras línguas, para além da sua língua materna.

A evolução que se produz numa língua, ao longo do tempo da sua existência, resulta em variação e, no extremo, resulta no seu desdobramento em outras línguas. É este fenómeno de desdobramento que está na base da constituição de **famílias de línguas**.

As evoluções **diacrónicas** inerentes às línguas naturais não se dão aleatoriamente. As mudanças apresentam, assim, tendências gerais que resultam num grau observável de regularidade, seja a nível da fonologia, da morfologia ou da sintaxe ⁽³⁾.

⁽³⁾ Ver Marquilhas (1996).

3

Dialectos e variedades do português

Maria Helena Mira Mateus

Índice

- 3. Dialectos e variedades do português
 - 3.1. A divisão dialectal de Portugal
 - 3.2. Galego-português e castelhano
 - 3.3. A divisão dialectal galego-portuguesa
 - 3.4. Português europeu e português brasileiro:
duas variedades nacionais da língua portuguesa
 - 3.4.1. Nível fonético
 - 3.4.2. Níveis morfológico e sintáctico
 - 3.4.3. Formas de tratamento
 - 3.4.4. Léxico

3.1. A divisão dialectal de Portugal

Tendo em atenção o que se diz no capítulo 2. sobre a variação dialectal de uma língua, correspondente à distribuição geográfica de cada uma das suas variedades, interessa caracterizar essa variação no interior da variedade do português europeu. Em 3.2. são apresentados alguns traços que em conjunto distinguem o galego-português do castelhano e em 3.3. caracterizam-se as principais áreas dialectais galego-portuguesas.

3.2. Galego-português e castelhano

A língua galego-portuguesa começou a ser falada numa região que abrangia a Galiza e o norte de Portugal. Em consequência desta origem comum, os dialectos do português europeu conservam ainda hoje uma estreita relação com os dialectos galegos, distinguindo-se em conjunto dos dialectos castelhanos. Indicam-se a seguir três características fundamentais de nível fonético que distinguem as duas línguas.

a) O *n* e o *l* latinos em posição intervocálica foram suprimidos no galego-português e mantiveram-se em castelhano:

<i>supressão</i> (galego-português)	<i>manutenção</i> (castelhano)
manum>mão	manum>mano
solum>só	solum>solo

b) As vogais breves latinas acentuadas passaram a vogais abertas em galego-português e ditongaram em castelhano:

<i>vogais abertas</i> (galego-português)	<i>ditongos</i> (castelhano)
septem>sete	septem>siete
portam>porta	portam>puerta

c) Os grupos consonânticos latinos *cl*, *pl*, *fl* evoluíram para africadas no galego-português (graficamente *ch* com a pronúncia [tʃ]) e originaram laterais palatais em castelhano (graficamente *ll* com a pronúncia [ʎ]).

<i>africadas</i> (galego-português)	<i>laterais palatais</i> (castelhano) ⁽¹⁾
clavem>chave	clavem>llave
pluviam>chuva	pluviam>lluvia
flammam>chama	flammam>llama

O limite do território linguístico do português europeu acompanha a fronteira política de Portugal, ultrapassando-a, porém, em alguns pontos das províncias espanholas de Salamanca, Cáceres e Badajoz. Por outro lado, o distrito de Bragança abarca, além do português, variedades asturo-leonesas, nomeadamente o mirandês ⁽²⁾.

⁽¹⁾ As africadas galego-portuguesas, representadas foneticamente por [tʃ], são hoje realizadas como [ʃ] na maioria dos dialectos portugueses. Ver abaixo os traços distintivos dos dialectos portugueses.

⁽²⁾ O mirandês adquiriu, em 1997, o estatuto de língua minoritária dentro do território linguístico português. Tal como os demais dialectos asturo-leoneses, o mirandês mantém o *n* e o *l* intervocálicos latinos e apresenta ditongação do *e* breve em *ie*.

3.3. A divisão dialectal galego-portuguesa ⁽³⁾

Tendo em atenção a origem comum dos dialectos desta área, podemos distinguir três grupos principais de dialectos diferenciados por características fonéticas:

- dialectos galegos;
- dialectos portugueses setentrionais;
- dialectos portugueses centro-meridionais.

Os traços escolhidos para caracterizar estes grupos de dialectos são os seguintes ⁽⁴⁾:

- a) Os dialectos galegos não possuem a fricativa sonora palatal /ʒ/, que é substituída pela não sonora [ʃ] (como em *já*, pronunciado [ʃá]), nem as fricativas sonoras /ʒ/ e /z/, que são substituídas pelas não sonoras correspondentes [ʃ] e [s] (como em *caso*, pronunciado [káʃu]), além de manifestarem menor redução das vogais átonas.
- b) Os dialectos portugueses setentrionais apresentam, frente aos centro-meridionais, os seguintes aspectos distintivos:

- o desaparecimento, nos dialectos setentrionais, da oposição fonológica entre a oclusiva /b/ e a fricativa /v/, e a sua substituição por [β] (realizado frequentemente como [β]);
- a manutenção das fricativas ápico-alveolares /ʃ/ e /z/, graficamente *s* e *ss* (como em *saber*, *passo*), substituídas nos dialectos centro-meridionais pelas dentais [s] e [z];
- a conservação do ditongo /ow/, graficamente *ou* (como em *pouco*, *soube*) que nos dialectos centro-meridionais está reduzido a [o];
- a manutenção da oposição fonológica entre a africada [tʃ], graficamente *ch* (como em *chave*, *chama*) e a fricativa palatal /ʃ/, graficamente *x* (como em *xaile*, *paxá*) ⁽⁵⁾.

⁽³⁾ A divisão dialectal aqui apresentada foi proposta em Lindley Cintra (1971).

⁽⁴⁾ Nesta secção e na seguinte indicam-se os sons entre parênteses rectos, [], quando se trata da sua pronúncia, ou seja, do nível fonético, e entre barras oblíquas, / /, se nos referimos a um elemento do nível fonológico, comum aos vários dialectos e variedades. Sobre a diferença entre os elementos fonéticos e fonológicos, ver adiante 25.1.

⁽⁵⁾ Os inquéritos dialectais posteriores a 1971 mostram a retracção dos espaços geográficos e sociais de certas características como a africada [tʃ].

- c) Os dialectos portugueses centro-meridionais apresentam a perda do segundo elemento do ditongo /ej/ que se reduz a [e] (como em *leite, feira*) embora na região de Lisboa se conserve como ditongo com a pronúncia [ej].

As fronteiras dos dialectos acima referidos são:

- entre os galegos e os setentrionais, a fronteira política norte de Portugal;
- entre os setentrionais e os meridionais, uma vasta região que vai desde o norte de Aveiro / Coimbra até diferentes pontos da fronteira da Beira com o território castelhano, pontos que correspondem aos limites dos fenómenos que distinguem os dois grupos de dialectos.

As ilhas dos Açores e da Madeira têm características dialectais específicas ⁽⁶⁾.

No arquipélago açoriano é de destacar, no grupo ocidental, o **dialecto micaense** que, apesar da existência de variantes internas, apresenta um conjunto de características comuns a nível fonético que o distanciam das realizações padrão e o individualizam em relação às restantes ilhas. Trata-se, fundamentalmente, de:

- a) existência de vogais palatais [ü] e [ö] correspondendo, respectivamente, a /u/ e /o/, como em *uva*, [ü]va; *pouco*, p[ö]co; *boi*, b[ö]i; *piolho*, pi[ö]lho, vogais que não constam do sistema vocálico da norma-padrão portuguesa, embora se encontrem em variedades dialectais do continente ⁽⁷⁾;
- b) elevação do /o/ tónico para [u], como em: *doze*, d[u]ze; *amor*, am[u]r.

O arquipélago dos Açores apresenta ainda, como característica dialectal geral, fenómenos de assimilação da vogal acentuada pela vogal final, como por exemplo a velarização, de grau variável, do [a] tónico em contexto de [u] final, como em *mato*, m[ɔ]to, *saco*, s[ɔ]co.

É comum também a todo o arquipélago a manutenção de numerosos vocábulos já desaparecidos no continente (ex. “está sempre a *cramar*” “está sempre a *queixar-se*”).

⁽⁶⁾ Agradecemos ao Grupo de Dialectologia do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa as informações cedidas de inquéritos realizados no arquipélago dos Açores. Sobre este arquipélago estão prontos para publicação os dois primeiros volumes do *Atlas Linguístico e Etnográfico dos Açores*.

⁽⁷⁾ Estas vogais ocorrem em dialectos do Alto Alentejo como o de Escusa.

De assinalar a introdução de léxico da língua inglesa (variedade americana), apresentando fenómenos de acomodação morfofonológica ao português. Trata-se de um léxico fundamentalmente ligado a áreas do trabalho e do quotidiano, no domínio do vestuário (ex. *alvarozes* “overalls”, calças de jardineiro; *belto* “belt”, cinto), dos instrumentos agrícolas (ex. *caliveira* “cultivator”, sachador), dos electrodomésticos (ex. *friza* “freezer”, congelador), apresentando por vezes processos já morfológicamente integrados (“carne *frizada*” “carne *congelada*”).

No arquipélago **madeirense** destacam-se as seguintes características dialectais (ilha da Madeira):

- a) velarização do [a] tónico, aproximando-se a sua pronúncia por vezes do [ɔ] (ex. *casa*, c[ɔ]sa);
- b) substituição do [i] tónico por um ditongo com semivogal [j] e uma vogal de pronúncia próxima do [e] (ex. *ilha* [éj]lha, *jardim*, jard[éj]),
- c) palatalização frequente do [l] quando precedido de [i] (ex. *filetes*, fi[ʎ]etes).

3.4. Português europeu e português brasileiro: duas variedades nacionais da língua portuguesa

As variedades do português faladas em Portugal (PE) e no Brasil (PB) apresentam algumas diferenças tanto nos níveis fonético e lexical (as diferenças mais facilmente apreensíveis) como nos níveis morfológico e sintáctico-semântico.

3.4.1. Nível fonético

- (a) As vogais átonas do PB são muito menos reduzidas que em PE, tal como sucede no português falado em África. No nordeste e norte do Brasil, as vogais átonas pretónicas são abertas. Seguem-se alguns exemplos.

	PB		PE
<i>partir</i>	p[a]rtir	<i>partir</i>	p[e]rtir
<i>levar</i>	l[e]var	<i>levar</i>	l[i]var,
<i>morar</i>	m[o]rar	<i>morar</i>	m[u]rar
<i>leve</i>	lev[i]	<i>leve</i>	lev[i]
<i>more</i>	mor[i]	<i>more</i>	mor[i]

- (b) Antes de /i/ tónico e átono, e antes de /e/ postónico, o /t/ e o /d/ palatalizam e realizam-se como africadas no PB, pronunciando-se respectivamente como [tʃ] e [dʒ], enquanto em PE se mantêm como oclusivas.

PB		PE	
<i>tio</i>	[tʃ]io	<i>tio</i>	[t]io
<i>director</i>	[dʒ]irector	<i>director</i>	[d]irector
<i>bate</i>	ba[tʃ]i	<i>bate</i>	ba[t]e
<i>pede</i>	pe[dʒ]i	<i>pede</i>	pe[d]e

- (c) Em final de sílaba e de palavra, o /l/ pronuncia-se como a semivogal [w] no PB, e velariza-se em PE (esta velarização representa-se por [ɫ]).

PB		PE	
<i>animal</i>	anima[w]	<i>animal</i>	anima[ɫ]
<i>Brasil</i>	Brasi[w]	<i>Brasil</i>	Brasi[ɫ]
<i>saltar</i>	sa[w]tar	<i>saltar</i>	sa[ɫ]tar

- (d) A vibrante final de palavra admite variação de pronúncia no PB, podendo ocorrer como vibrante simples [r], fricativa [x], aspirada [h], ou ainda ser suprimida, enquanto em PE ocorre sempre como vibrante *tap*, [r], embora no estilo coloquial possa também ser suprimida.

PB	<i>senhor</i>	senho[r] / senho[x] / senho[h] / senh [ó]
	<i>amar</i>	ama[r] / ama[x] / ama[h] / am[á]
PE	<i>senhor</i>	senho[r]
	<i>amar</i>	ama[r]

- (e) As sibilantes em final de sílaba e de palavra mantêm-se como [s] e [z] no PB e pronunciam-se como palatais, [ʃ] e [ʒ], em PE⁽⁸⁾.

PB		PE	
<i>mesmo</i>	me[z]mo	<i>mesmo</i>	me[ʒ]mo
<i>peste</i>	pe[s]te	<i>peste</i>	pe[ʃ]te
<i>meninos</i>	menino[s]	<i>meninos</i>	menino[ʃ]

⁽⁸⁾ A palatalização da sibilante ocorre em alguns dialectos como o do Rio de Janeiro.

- (f) No PB verifica-se a introdução de um [i] epentético entre duas consoantes que, em português, não formam habitualmente grupo, enquanto em PE as duas consoantes se mantêm em sequência.

PB		PE	
<i>captura</i>	cap[i]tura	<i>captura</i>	ca[pt]ura
<i>absurdo</i>	ab[i]surdo	<i>absurdo</i>	a[bs]urdo
<i>pneu</i>	p[i]neu	<i>pneu</i>	[pn]eu

3.4.2. Níveis morfológico e sintáctico

- (a) Utilização dos clíticos de terceira pessoa⁽⁹⁾

O PB vernacular perdeu os clíticos de terceira pessoa e apresenta, ao lado do objecto directo nulo (ver (1)), construções com os pronomes *ele* / *ela* e *lhe* (ver (2)):

	PB	PE
(1)	as frases, ele tinha lido (-) nos livros	as frases, tinha-as lido nos livros
(2)	eu vi <i>ele</i> na rua deixa <i>ela</i> comigo quero <i>lhe</i> conhecer	eu vi-o na rua deixa-a comigo quero conhecê-lo

- (b) Colocação dos clíticos pronominais

Em PB estes clíticos são habitualmente colocados em posição proclítica enquanto, nas frases correspondentes, são colocados em posição enclítica no PE.

PB	PE
<i>me</i> diga uma coisa;	diga- <i>me</i> uma coisa
a menina <i>se</i> levantou;	a menina levantou- <i>se</i>
ele pode <i>se</i> aborrecer;	ele pode aborrecer- <i>se</i>

⁽⁹⁾ Sobre estas construções, ver Kato e Raposo (2001).

(c) Construções com gerúndio ⁽¹⁰⁾

As construções com gerúndio podem ter funções sintáticas de dois tipos: progressivo e de predicados secundários. Em ambos os casos se verifica que o PB apresenta construções com gerúndio ao passo que o PE apresenta quase sempre construções com infinitivo ⁽¹¹⁾.

Progressivo:

PB	PE
estava <i>brincando</i>	estava <i>a brincar</i>
vinha <i>correndo</i>	vinha <i>a correr</i>
estava <i>namorando</i>	estava <i>a namorar</i>

Predicado secundário:

PB	PE
Passou um ano <i>ouvindo</i>	Passou um ano <i>a ouvir</i>
Você vê duas crianças <i>brincando</i>	Você vê duas crianças <i>a brincar</i>

(d) Construções que exprimem distância temporal ⁽¹²⁾

Em construções que exprimem distância temporal, o PB utiliza os verbos *fazer* e *ter* quando o PE usa o verbo *haver* (cf. (3)). Além desta diferença de nível lexical, nota-se também uma distinção léxico-semântica, utilizando o PB estruturas inexistentes em PE (cf. (4)).

	PB	PE
(3)	Ele está em Paris <i>faz</i> três anos Ele se licenciou <i>tem</i> dois meses	Ele está em Paris <i>há</i> três anos Ele licenciou-se <i>há</i> dois meses

(4)	PB	Ele casou. <i>Não levou dois anos</i> e teve um filho
	PE	Ele casou e <i>dois anos depois</i> teve logo um filho
	PB	O Paulo parte para Roma <i>em</i> quinze dias
	PE	O Paulo parte para Roma <i>dentro de</i> quinze dias

⁽¹⁰⁾ Ver sobre estas construções Neto e Foltran (2001).

⁽¹¹⁾ A construção com gerúndio também se encontra em dialectos do sul de Portugal.

⁽¹²⁾ Sobre estas construções, ver Mória e Alves (2001).

(e) Utilização de *ter* e *haver* com o significado de *existir*

Além da diferença de utilização entre *ter* e *haver* referida em (d), os dois verbos têm uso diferente em PB e PE com o significado de *existir*.

PB	PE
<i>tem</i> fogo naquela casa	<i>há</i> fogo naquela casa
no baile <i>tinha</i> muitos homens bonitos	no baile <i>havia</i> muitos homens bonitos

(f) Presença/ausência de artigo antes de possessivo ⁽¹³⁾

Em PB é habitual, antes de possessivo pré-nominal, a ausência de artigo, enquanto em PE está sempre presente.

PB	PE
Vou comprar <i>meu</i> vestido	Vou comprar <i>o meu</i> vestido
Eu não conheço <i>tua</i> mulher	Eu não conheço <i>a tua</i> mulher

(g) Distribuição do modo verbal em PB e PE ⁽¹⁴⁾

Certas construções com predicados como *(ser) bom*, *(ser) natural* implicam a utilização do modo indicativo em PB e conjuntivo em PE (ver (5)). Pelo contrário, em construções com verbos como *supor*, *imaginar*, o PB pode usar o conjuntivo e o PE o indicativo (ver (6)).

	PB	PE
(5)	Pena que ele não <i>chegou</i> a tempo Bom que já <i>está durando</i> há dois anos	É pena que ele não <i>tenha chegado</i> a tempo É bom que já <i>dure</i> há dois anos

(6)	Imaginemos que hoje <i>seja</i> domingo	Imaginemos que hoje <i>é</i> domingo
-----	---	--------------------------------------

⁽¹³⁾ Os casos de ausência de artigo antes de possessivo em português europeu são tratados adiante em 11.2.

⁽¹⁴⁾ Sobre esta questão, ver Marques (2001).

3.4.3. Formas de tratamento

No português brasileiro, a utilização de *você* substitui, na maioria dos dialectos, ⁽¹⁵⁾ o *tu* e o *você* (familiar) do português europeu. Enquanto em PE o tratamento deferente usa o nome próprio, o cargo, o título ou o grau de parentesco, no PB utiliza-se *o senhor*, *a senhora* e, no interior dos grupos profissionais, o cargo ou o título.

- PB Já te disse que *você* não vai
 PE Já te disse que *tu* não vais / Já lhe disse que *você* não vai
 PB O *senhor* / *a senhora* quer jantar?
 PE A Antónia / o Sr. Dr. / o Sr. Director / o tio / o meu amigo quer jantar?

3.4.4. Léxico

Na norma brasileira existem numerosos vocábulos de origem tupi (exs. *guri* “criança”; *capim* “erva”; *mingau* “papa”) e de origem africana (exs. *caçula* “filho mais novo”; *moleque* “miúdo”; *senzala* “habitação de escravos”) que não fazem parte da norma do português europeu.

Por outro lado, as duas variedades distinguem-se no campo lexical nos seguintes aspectos ⁽¹⁶⁾:

— palavras idênticas com significado diferente (“falsos amigos”):

	PB	PE
<i>apelido</i>	alcunha	sobrenome
<i>banheiro</i>	casa de banho	salva-vidas
<i>camisola</i>	camisa de dormir	blusa, “t-shirt”

⁽¹⁵⁾ No Maranhão e no Rio Grande do Sul utiliza-se *tu* em lugar de *você*.

⁽¹⁶⁾ Os exemplos que se seguem foram retirados de Villalva (2000). A autora especifica que os vocábulos pertencem ao dialecto do Rio de Janeiro (PB) e ao dialecto de Lisboa (PE). O agrupamento das palavras baseia-se igualmente na referida comunicação.

— palavras diferentes com o mesmo significado

PB	PE
<i>pistolão</i>	<i>cunha</i>
<i>esparadrapo</i>	<i>adesivo</i>
<i>concreto</i>	<i>betão</i>

— palavras derivadas com a mesma base e diferentes sufixos mas com idêntico significado

PB	PE
<i>fumante</i>	<i>fumador</i>
<i>prestativo</i>	<i>prestável</i>

— palavras com o mesmo sufixo e diferentes bases, mas com significado idêntico

PB	PE
<i>polpudo</i>	<i>carnudo</i>
<i>encanador</i>	<i>canalizador</i>

Apesar das diferenças apresentadas e de elas se situarem nos diversos níveis da gramática, devemos concluir que a deriva das duas variedades utiliza processos gramaticais comuns, não podendo afirmar-se, portanto, que as variedades do português possuem diferentes gramáticas.

Parte II

USO DA LÍNGUA, INTERACÇÃO VERBAL E TEXTO

Parte III
ASPECTOS SEMÂNTICOS DA GRAMÁTICA
DO PORTUGUÊS

vés da ordem de palavras. Assim, considerem-se exemplos como (9a) e (9b), que se opõem minimamente pela posição ocupada, respectivamente, pela expressão *os atletas*:

- (9) (a) Os atletas telefonaram do aeroporto.
(b) Telefonaram do aeroporto os atletas.

Enquanto em (9a) *os atletas* é o tópico da frase e é apresentado como transmitindo informação com o estatuto de dado, *do aeroporto*, que faz parte do comentário, transmite a informação com maior grau de novidade: é o **foco informacional** da frase. Por defeito, em português, os constituintes que ocupam a posição mais à direita são interpretados como foco informacional. Assim, na frase (9b), a posição final ocupada pela expressão *os atletas*, leva-nos a interpretá-la como foco informacional. Por esta razão, (9b) mas não (9a) pode constituir uma resposta (redundante) à pergunta *Quem telefonou do aeroporto?* ⁽³⁸⁾.

Anexo-Fontes

[CPA]

AA
1975 *Contos Populares da Ásia Para as Crianças de Todo o Mundo*. Tradução portuguesa, Lisboa, Edições A. Ramos, 1977.

[PF]

AA
1987 *Português Fundamental: Métodos e Documentos. Tomo I*. Lisboa: INIC/CLUL.

[C]

Caeiro, Alberto: *Poema Nono*.
1986 Pessoa, Fernando, *O Manuscrito de O Guardador de Rebanhos* de Alberto Caeiro, Edição de Ivo Castro. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

[AC]

Campos, Álvaro de: *Ode Marítima*.
1992 Pessoa, Fernando, *Poemas de Álvaro de Campos*. Edição de Cleonice Berardineli. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

[CR-CR]

Carrilho Ribeiro, António e Lucie Carrilho Ribeiro,
1989 *Planificação e Avaliação do Ensino-Aprendizagem*. Lisboa, Universidade Aberta.

[LC]

Carroll, Lewis,
1865 *Alice no País das Maravilhas*, Trad. portuguesa, Lisboa, Edições Afrodite, 1976.

[MC]

Carvalho, Mário de,
1992 *A Inaudita Guerra da Avenida Gago Coutinho e Outras Histórias*. 4.ª edição. Lisboa, Caminho.

[AD]

Damásio, António,
1994 *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Tradução portuguesa. 5.ª edição, Lisboa, Publicações Europa-América, 1995.

[DL]

Diário de Lisboa, 3-8-1982.

[LDS]

Ducla Soares, Luísa,
1980 *História dos cinco vogais*. Porto, Edições Afrontamento.

[OL]

Lopes, Óscar,
1972 *Gramática Simbólica do Português (Um Esboço)*, 2.ª edição corrigida. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

[SS-MP]

Santos Silva, Augusto e José Madureira Pinto (orgs),
1986 *Metodologia das Ciências Sociais*, 10.ª edição. Porto, Afrontamento, 1999.

[VSM]

Soromenho Marques, Viriato,
1991 *Direitos Humanos e Revolução*, Lisboa, Colibri.

[VS]

Vaz da Silva,
1979 *História de uma gotinha de água*, Porto, Vaz da Silva e Edições Afrontamento.

[MVC]

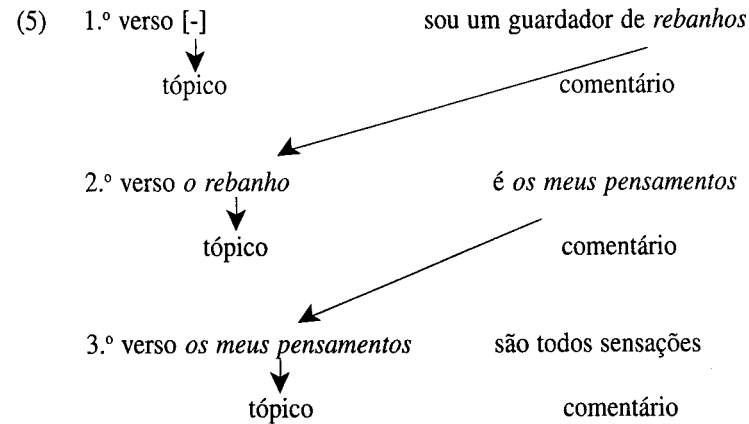
Velho da Costa, Maria,
1976 *Cravo*, Lisboa, Moraes Editores.

⁽³⁸⁾ Sobre a relação entre estrutura temática, estrutura informacional e ordem de palavras, ver 10.3 e 12.6.

Observe-se agora o fragmento textual (4):

- (4) “Sou um guardador de rebanhos.
O rebanho é os meus pensamentos
E os meus pensamentos são todos sensações [...]” [C:124]

Em exemplos como (4), a progressão temática faz-se através de um processo de mudança de tópico que consiste seleccionar como tópico da frase seguinte um elemento (ou um elemento de um elemento) do comentário da frase anterior, como se pode ver no esquema (5):



O exemplo apresentado em (6) ilustra uma estratégia de progressão temática observada igualmente na passagem do 2.º para o 3.º § do exemplo (3):

- (6) Os mamíferos vivem em geral no meio terrestre. No entanto, alguns mamíferos vivem no meio aquático. Os mamíferos aquáticos têm os membros anteriores preparados para a natação.

Neste exemplo, o tópico do 2.º período é um subconjunto do tópico do 1.º e o tópico do 3.º período é o subconjunto que resulta da intersecção do tópico do 1.º com a propriedade descrita pelo comentário do 2.º período, segundo o esquema apresentado em (7):



Em situações conversacionais em que se pretende mudar de tópico discursivo ou mesmo pôr termo à conversa, podem usar-se estratégias de mudança de tópico, que destroem a coerência da progressão temática, como se pode observar no exemplo (8):

- (8) A: A festa foi ótima, divertidíssima. Estava lá meio mundo. Tive imensa pena que não tivesse querido ir! Como de costume, a Marta esteve divina e o Rui contou histórias engraçadíssimas daquele embaixador que...
B: A minha fome não consegue esperar mais. Minha querida, se se arranjasse e fôssemos almoçar?

B interrompe o discurso de A acerca do tópico *a festa*, e toma a palavra para efectuar uma mudança de tópico que produz um efeito de ruptura, dada a ausência de qualquer relação conceptual entre o tópico introduzido (*a minha fome*) e o discurso anterior.

A dependência co(n)-textual dos tópicos é uma consequência natural do modo como normalmente fornecemos informação: na posição de locutor, seleccionamos para assunto um elemento cognitivo que supomos existente na memória do nosso interlocutor e, a partir dele, construímos proposições acerca desse assunto, contendo elementos cognitivos que consideramos novos e relevantes; paralelamente, quando processamos informação na posição de alocutário/ouvinte/leitor, procuramos, por referência ao conjunto de conhecimentos e suposições de que dispomos, o elemento cognitivo que funciona como centro do espaço cognitivo apresentado por um dado texto. Assim, o tópico corresponde em geral a informação de que já dispõem o locutor e o alocutário (i.e., a **informação dada**) e o comentário contém por regra **informação nova**; por esta razão, observa-se interlinguisticamente uma tendência para o tópico preceder o comentário.

Em português, o estatuto informacional (**dado** ou **novo**) das várias expressões linguísticas presentes numa unidade textual é geralmente assinalado atra-

5.3. Estrutura temática e estrutura informacional

Do ponto de vista cognitivo, um texto pode ser encarado como um processo de activação de elementos pertencentes ao conjunto de conhecimentos e suposições partilhados pelos intervenientes na produção e interpretação desse texto e, simultaneamente, como um processo de introdução e armazenagem de elementos cognitivos novos.

Assim, um texto fala sempre de um ou mais assuntos — o(s) **tópico(s)** — e, em geral, o que diz acerca dele(s) — o **comentário** — acrescenta elementos cognitivos adicionais ao que constituía o nosso conhecimento anterior desse objecto. O modo como um texto selecciona e vai apresentando os tópicos — a sua **estrutura temática** — e o modo como distribui a informação que apresenta — a sua **estrutura informacional** — estão, assim, profundamente ligados.

Às expressões que funcionam como tópico de unidades textuais superiores ao período chamam-se tópicos discursivos; às que funcionam como tópico de uma frase, tópicos frásicos. Tanto os tópicos frásicos como os discursivos podem denotar indivíduos (cf. (1a)), conceitos (cf. (1b)), propriedades ou relações, enquadramentos espaço-temporais ou situações relativos a quaisquer universos de referência (cf. (1c)):

- (1) (a) *O gato da “Alice” desaparecia e deixava ficar o sorriso.*
 (b) *Quanto à solidariedade, eles nem sabem que isso existe!*
 (c) *Gostares dele... É preciso teres mau gosto!*

Em geral, um tópico tem a função cognitiva de seleccionar e activar um elemento existente na memória passiva do alocutário/ouvinte/leitor, transferindo-o para uma memória activa em que possa ser combinado com novos elementos cognitivos introduzidos pelo comentário. Esta função cognitiva dos tópicos determina que, habitualmente, os seus referentes tenham sido apresentados no discurso anterior ou sejam, na situação concreta em que o texto está a ser produzido e interpretado, acessíveis ao locutor e ao alocutário/ouvinte/leitor — ou seja, os tópicos são, em geral, co(n)-textualmente dependentes. Por esta razão, os tópicos frásicos são, de um modo geral, expressões definidas, pronomes ou categorias vazias integradas em cadeias referenciais. Observe-se o fragmento textual presente em (2):

- (2) “Era uma vez três traços, que viviam sozinhos, um para cada lado. Dois grandes e um pequenino.
 Um dia, andavam eles a passear, tristes da sua solidão, quando de repente

se encontraram. Ah!, exclamaram os três em coro. E formaram um A. Os três tracinhos do A ficaram parados a ver quem passava. [...]”. [LDS: 1-2]

Em (2), a expressão *três traços* introduz o tópico discursivo de todo o fragmento, que é retomado pelos termos co-referentes *eles, se, os três, os três tracinhos do A*, e pelos sujeitos nulos de *quando de repente se encontraram* e de *e formaram um A*. A partir do momento em que é introduzido no texto, *três traços* passa a funcionar como o centro em torno do qual se organizam os elementos cognitivos fornecidos pelas sequências seguintes, que especificam e enriquecem o espaço cognitivo centrado no tópico. Assim, por exemplo, *os três tracinhos do A*, uma retomada do tópico discursivo, contém um elemento cognitivo acerca do tópico (*do A*) introduzido no comentário da sequência anterior (*e formaram um A*).

Para que a estrutura temática de um texto seja coerente, é necessário que os elementos cognitivos fornecidos pelo comentário sejam relevantes acerca do tópico. A **relevância** recobre uma grande variedade de relações conceptuais que o comentário deve manter com o tópico ⁽³⁷⁾, e envolve a escolha, de entre os vários comentários possíveis acerca do tópico que satisfaçam a conectividade conceptual, apenas daqueles que, num determinado momento preciso do desenvolvimento do texto, e na situação concreta da sua produção-interpretação, são considerados pelo locutor como contributos para a progressão temática do texto. Assim, num dado ponto do texto, os elementos cognitivos pressupostos pelo conhecimento que já temos do mundo ou por informações apresentadas no discurso anterior e os elementos que podemos inferir a partir do discurso anterior não ocorrem, em regra, na superfície textual.

Outra condição sobre a coerência da estrutura temática de um texto é o modo como se processa a sua **progressão temática**. No fragmento textual (2), o mesmo tópico discursivo é sucessivamente retomado, segundo o esquema:

(3)	§1	<i>três traços (dois grandes e um pequenino)</i>	introdução do tópico
		↓	
	§2	<i>(eles, [-], se, os três, [-])</i>	tópico
		↓	
	§3	<i>(os três traços do A)</i>	tópico

⁽³⁷⁾ De entre elas, destacam-se, no caso dos tópicos marcados (ver adiante é, especialmente, 12.6): (a) semelhança ou identidade entre o tópico e um elemento do comentário; (b) oposição entre o tópico e um elemento do comentário; (c) relações de hiperonímia ou hiponímia entre o tópico e um elemento do comentário; (d) relações de holonímia ou meronímia entre o tópico e um elemento do comentário.

- (1) (a) *Apesar do estardalhaço* que fizemos ao saltar o muro do jardim, o cão continuou a dormir regaladamente. “Fraco cão de guarda”, pensamos nós.
 (b) *Parece impossível!* A senhora Antónia trabalhou em casa deles 30 anos. Um dia adoeceu, e eles *nem se dignaram* chamar o médico.
- (2) (a) *Sonhei* que a minha escova de dentes estava apaixonada.
 (b) *Com a reverberação da luz*, via os banhistas caminharem sobre as águas.

Em (1a), é a conexão concessiva expressa por *apesar de* que funciona como instrução para que situação descrita seja interpretada como não conforme ao esperado; em (1b), o comentário avaliativo *parece impossível* e a expressão *nem se dignaram* assinalam que um dado facto (o comportamento *deles* em relação à sr.^a Antónia) deve ser interpretado como “anormal”. Em (2a), a utilização de um verbo introdutor de mundos alternativos (*sonhei*) constitui uma instrução para a interpretação do conteúdo proposicional da frase encaixada relativamente ao mundo fictivo do sonho; em (2b), o adjunto *com a reverberação da luz*, indica que a situação descrita deve ser interpretada como ilusória.

As unidades textuais formadas por conexões interfrásicas obedecem a condições cognitivas gerais e devem satisfazer aquilo que sabemos serem as relações lógico-semânticas entre situações num mundo “normal”.

Assim, uma condição cognitiva sobre frases coordenadas descrevendo sequências de factos é a de que a ordem linear das sequências seja isomórfica da ordenação temporal relativa dos factos descritos (compare-se (3a) com (3b)):

- (3) (a) Cheguei, vi e venci.
 (b) *Vi, venci e cheguei.

Do mesmo modo, uma condição cognitiva sobre sequências textuais formadas por subordinação é a de que reconheçamos uma relação de causa/razão/condição/consequência entre as situações que tais sequências descrevem. Compare-se a coerência de (4) com a incoerência de (5) num mundo normal:

- (4) (a) Houve seca *porque* não choveu.
 (b) *Se* esta hipótese tem motivação empírica e permite generalizações interessantes merece ser explorada.
 (c) O Gabriel é solteiro, *dado que* nunca foi casado.
- (5) (a) #Houve seca *porque* choveu.
 (b) #*Se* esta hipótese tem motivação empírica e permite generalizações interessantes não merece ser explorada.
 (c) #O Gabriel é solteiro, *dado que* já foi casado.

Quanto a sequências textuais que descrevem estados, a sua ordenação normal obedece, em geral, a certas relações lógicas entre indivíduos e propriedades (e.g., classe-elemento, todo-parte, cf. (6)) e a princípios cognitivos a que estão sujeitas a percepção e a atenção. Assim, por exemplo, a interpretação de um objecto percebido exige que a sequência textual que o descreve apresente a sua localização espacial de um modo conforme à percepção do mesmo (veja-se o contraste entre (7a) e (7b)):

- (6) (a) A praça era enorme. No meio, havia uma coluna; à volta, árvores e canteiros com flores.
 (b) Os linguistas escrevem textos incompreensíveis. Basta ver o último texto de Chomsky!
- (7) (a) Entrei na sala. Em cima da mesa estava um arranjo de flores secas e folhas de Outono.
 (b) #Entrei na sala. Havia um arranjo de flores secas e folhas de Outono. A mesa estava debaixo dele.

Quando é a ordem de percepção ou de conhecimento das situações descritas que determina a ordem linear das sequências textuais, são utilizadas formas linguísticas destinadas a assegurar a coerência — compare-se (7b) com (8):

- (8) Entrei na sala. *Primeiro* vi um arranjo lindo de flores secas e de folhas de Outono. *Só depois* reparei na mesa de noqueira sobre a qual ele se encontrava.

Finalmente, a distribuição de informação característica de um dado texto e a selecção dos tópicos desse mesmo texto — com a consequente selecção de informação que é relevante e que deve ser explicitamente dada, e daquela que pode ser implícita, porque não relevante ou inferível a partir do dito ⁽³⁶⁾ — determinam, muitas vezes, uma ordenação linear das sequências textuais que não é isomórfica da ordenação temporal ou lógica das situações descritas:

- (9) A cerimónia esteve muito concorrida. Presidiu o Presidente da República, que fez o discurso inaugural. Foi preciso esperar meia hora pelo primeiro-ministro, que chegou, como sempre, atrasado e sorridente.

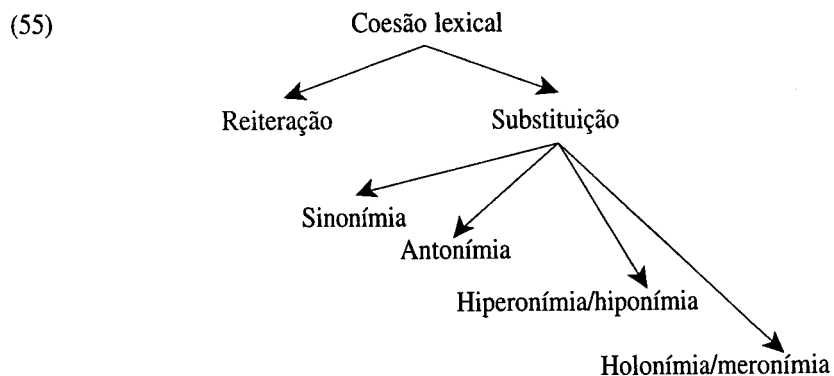
⁽³⁶⁾ Ver 10.3 e 12.6.

Em todos os exemplos considerados até aqui, a cadeia referencial apresenta a ordem linear expressão nominal plena retoma definitizada de tal expressão nominal/pronome/determinante com elipse do núcleo nominal/termo elíptico. No entanto, há cadeias referenciais que apresentam uma ordem linear inversa, i.e., em que um pronome ou um elemento elíptico ocorrem em primeiro lugar e é no discurso subsequente que surge a expressão nominal plena — vejam-se os exemplos (54):

- (54) (a) Em volta *dela*_i, a escuridão era total. Um ruído abafado acompanhava o *seu*_i passo rápido, em direcção à praça iluminada e cheia de gente que *lhe*_i garantiria a segurança. [*A rapariga loura*]_i, abandonou o passo e voltou-se: foi então que viu o homem que a perseguia.
- (b) [*Ele*]_i olhou para o espelho e [-]_i disse para [*si próprio*]_i; — [*João*]_i, tens de acabar com as noites!

5.1.6. Coesão lexical

Este processo de coesão opera por **contiguidade semântica**, i.e., as expressões linguísticas que entram numa relação de coesão lexical caracterizam-se pela co-presença de traços semânticos (total ou parcialmente) idênticos ou opostos. Destaquem-se os seguintes processos de coesão lexical, definidos pelo tipo de contiguidade semântica entre expressões linguísticas:



A **reiteração** consiste na repetição de expressões linguísticas; a contiguidade semântica caracteriza-se, neste caso, pela identidade dos traços semânticos:

- (56) “*Elas* são quatro milhões, o dia nasce, *elas* acendem o lume. *Elas* coram o pão e aquecem o café. *Elas* picam cebolas e descascam batatas. *Elas* migam sêmas e restos de comida azeda.” [MVC: 133]

A **substituição** pode efectuar-se por **sinonímia** — selecção de expressões linguísticas que partilham a generalidade dos traços semânticos — (cf. (57a)); por **antonímia** — selecção de expressões linguísticas com traços semânticos opostos — (cf. (57b)); por **hiperonímia** — a primeira expressão mantém com a segunda uma relação classe-elemento — (cf. (57c)); por **hiponímia** — a primeira expressão mantém com a segunda uma relação elemento-classe — (cf. (57d)); por **holonímia** — a primeira expressão mantém com a segunda uma relação todo-parte — (cf. (57e)); por **meronímia** — a primeira expressão mantém com a segunda uma relação parte-todo — (cf. (57f)):

- (57) (a) *A criança* caiu e desatou a chorar. “*O miúdo* nunca mais aprende a cair!”, disse a empregada.
- (b) Disseste *a verdade*?! Essa história é *uma mentira pegada*.
- (c) Gosto imenso de *peixe*. Então *salmonetes*, adoro.
- (d) *O gato* arranhou-te? Ora, o que é que esperavas de *um felino*?
- (e) *A casa* é linda. *Os quartos* então são um assombro.
- (f) *Um nariz* que fez tremer um império... *Cleópatra* é uma personagem fascinante.

5.2. Conectividade conceptual (ou coerência textual)

A **conectividade conceptual**, também denominada **coerência textual**, é um factor de textualidade que resulta da interacção entre os elementos cognitivos apresentados pelas ocorrências textuais e o nosso conhecimento do mundo. Assim, uma condição cognitiva sobre a coerência de um texto é a suposição da normalidade do(s) mundo(s) criado(s) por esse texto: um texto é coerente se os elementos/esquemas cognitivos activados pelas expressões linguísticas forem conformes àquilo que sabemos ser: (i) a estrutura das situações descritas; (ii) as relações lógicas entre situações; (iii) as propriedades características dos objectos de um mundo «normal».

Quando um texto apresenta uma situação «anormal», fornece instruções específicas para que o alocutário/ouvinte/leitor processe os elementos cognitivos activados pelo texto como relativos a situações «anormais» (cf. (1)) ou interpretáveis exclusivamente em mundos fictivos (cf. (2)):

este tipo de relação referencial é controlado pragmaticamente: o objecto em questão só tem uma identidade incontroversa no espaço cognitivo activado pelo texto — i.e., no espaço cognitivo determinado pelo discurso anterior e pela situação. É o que se passa com a maioria dos nomes próprios de pessoas, com *eu* e *tu* (nomes próprios dos participantes no discurso) e com o uso dos demonstrativos e possessivos ilustrado em (48):

- (48) (a) — Bolas! *Este* é mesmo chato!
(Comentário acerca de um indivíduo com quem o locutor e o alocutário acabaram de estar.)
(b) *O meu* não funciona. Emprestas-me o teu?
(Depois de verificar que o seu isqueiro não funciona, o locutor pede ao alocutário que lhe empreste o isqueiro.)

Quando o locutor considera que o objecto de que pretende dar conhecimento ao alocutário não tem uma identidade incontroversa no espaço cognitivo activado pelo texto, utiliza expressões referenciais indefinidas. É o que acontece tipicamente nas aberturas de narrativa (cf. (49)):

- (49) (a) Era uma vez *um príncipe que tinha orelhas de burro*.
(b) “[...] Há muitos, muitos anos, *um jovem de boas famílias* foi fazer uma viagem [...]” [CPA: 45]

Coesão endofórica (ou co-referência)

Existem em qualquer texto expressões que têm de ser interpretadas como referencialmente dependentes de outras expressões que ocorrem no discurso anterior ou subsequente. Quando um ou mais fragmentos textuais são interpretados como idênticos, do ponto de vista referencial, a outro fragmento textual presente no texto diz-se que são **co-referentes**.

Fragmentos textuais co-referentes constituem uma **cadeia referencial** ⁽³⁴⁾. As cadeias referenciais podem ter como domínio a frase simples, a frase composta, a frases complexa ou unidades textuais superiores ao período ⁽³⁵⁾; neste

⁽³⁴⁾ Sobre o conceito de cadeia anafórica, um caso particular de cadeia referencial, ver capítulo 20.

⁽³⁵⁾ Sobre as condições sintácticas que regulam a referência livre e dependente das expressões nominais no domínio máximo da frase complexa, ver capítulo 20.

capítulo, apenas consideraremos o último caso, assinalando os membros das cadeias referenciais através de itálico e do mesmo índice subscrito (cf. (50)):

- (50) “Era uma vez [*uma gotinha de água que vivia num imenso oceano*]_i... porém não estava só... com *ela*_i, muitos milhões de gotinhas formavam aquilo a que resolvemos chamar “mar” ...É numa bela manhã de sol que a história começa ... Estava *a gotinha de água*_i, a apanhar banhos de sol [...]” [VS: 4-10]

Os membros de uma cadeia referencial podem ter realização lexical, como acontece nos casos assinalados no exemplo (50), ou podem ser foneticamente nulos, como acontece no fragmento de (50) repetido abaixo como (51) (o termo coreferente foneticamente nulo está assinalado como [-], seguido do respectivo índice):

- (51) Era uma vez [*uma gotinha de água que vivia num imenso oceano*]_i ... porém [-]_i não estava só...

Em (51), a categoria vazia em posição de sujeito de *porém não estava só* é interpretada como membro da cadeia referencial cujo 1.º membro é *uma gotinha de água que vivia num imenso oceano*. Assim, tal cadeia referencial contém um elemento **elíptico**.

Uma estratégia para assinalar que o referente de uma dada expressão já foi introduzido antes consiste na repetição definitizada do antecedente, como se verifica no fragmento de (50) repetido abaixo como (52):

- (52) Era uma vez [*uma gotinha de água que vivia num imenso oceano*]_i [...] Estava [*a gotinha de água*]_i, a apanhar banhos de sol [...].

Neste caso, a determinação definida assinala o estatuto anafórico da segunda ocorrência de *gotinha de água*. Esta estratégia pode funcionar igualmente pela selecção de um pronome (cf (53a)) ou de um determinante definido com elipse do núcleo nominal (cf. (53b)):

- (53) (a) Era uma vez [*uma gotinha de água que vivia num imenso oceano*]_i. Estava *ela*_i, a apanhar banhos de sol quando outra gota brincalho na lhe foi fazer cócegas.
(b) Era uma vez [*uma gotinha de água que vivia num imenso oceano*]_i. *Esta*_i era muito preguiçosa e procurava sempre a mesma corrente suave que a transportava entre duas baías calmas.

- (44) (a) *De manhã*, fomos visitar a cidade. *À tarde*, demos um passeio pela baía.
 (b) O João telefonou *ontem* para marcar uma reunião *para a próxima semana*.
 (c) *Em 5 de Outubro de 1910* foi implantada a República.

Expressões de valor temporal e expressões que assinalam a ordenação dos elementos de um conjunto (como, por exemplo, os numerais ordinais) podem ter a função textual de exprimir a ordem segundo a qual o locutor teve a percepção ou o conhecimento de uma dada situação (cf. (45)) ou a ordem segundo a qual são apresentados e desenvolvidos os assuntos sobre que um dado texto fala (cf. (46)):

- (45) (a) *Primeiro* vi o automóvel, *depois* reparei no condutor.
 (b) Ela não contactou connosco. *Mais tarde* soubemos que tinha perdido a nossa morada e o número de telefone.
 (46) “[...] O capítulo *anterior* procurou já sugerir as possibilidades e as finalidades de [...]. Vamos *agora* ocupar-nos da primeira abordagem ao cálculo proposicional [...]. E nos capítulos *seguintes* entraremos na análise intra-oracional [...]” [OL: 13]

5.1.4. Paralelismo estrutural

Um dos processos de assegurar a coesão textual é a presença de traços gramaticais comuns (*e.g.*, tempo, aspecto, diátese), da mesma ordem de palavras ou da mesma estrutura frásica em fragmentos textuais contíguos. Tais fragmentos textuais são, portanto, paralelos estruturalmente. Nos exemplos abaixo, podem observar-se diferentes casos de **paralelismo estrutural**:

- (47) (a) “[...] Os navios que entram a barra,
 Os navios que saem dos portos,
 Os navios que passam ao longe
 (Suponho-me vendo-os numa praia deserta) —” [AC: 50]
 (b) Quem tudo quer tudo perde.
 (c) Tu o quiseste, tu lá sabes.
 (d) Em Lisboa está calor, no Porto está um frio de rachar.

Em (47a), as expressões nominais em posição inicial, retomadas pelo pronome *os* apresentam a mesma estrutura (um SN complexo contendo uma

relativa restritiva); adicionalmente, processos de coesão lexical reforçam o nexo entre os três versos (reiteração do antecedente da relativa, relações semânticas entre o predicado das três relativas). Em (47b), as duas frases são construções transitivas e o sujeito da frase complexa (*quem tudo quer*) apresenta a mesma ordem de palavras da frase complexa (sujeito-objecto-verbo, uma ordem rara na língua portuguesa); a reiteração do objecto (*tudo*) e a oposição entre os verbos (*quer/perde*) reforçam o nexo entre as duas frases. Em (47c), as duas frases apresentam uma ordem de palavras idêntica, com o verbo em posição final e reiteração do sujeito. Em (47d), a construção sintáctica das duas frases é paralela, com um adjunto de lugar em posição inicial, reiteração do verbo e oposição semântica entre a palavra/expressão que ocorre à sua direita.

Como estes exemplos mostram, o paralelismo estrutural é normalmente acompanhado de processos lexicais coesivos (*e.g.*, reiteração, oposição semântica) e usa frequentemente ordens de palavras marcadas.

5.1.5. Coesão referencial

A **coesão referencial** é a propriedade de qualquer texto em que se assinale, através da utilização de formas linguísticas apropriadas, que os indivíduos designados por uma dada expressão são introduzidos pela primeira vez no texto, já foram mencionados no discurso anterior, se situam no espaço físico perceptível pelo locutor ou pelo alocutário/ouvinte/leitor, existem ou não como objectos únicos na memória destes. Nos parágrafos seguintes considerar-se-ão vários processos linguísticos de garantir a coesão referencial.

Coesão exofórica (ou referência)

Existe **referência** ⁽³³⁾ sempre que, numa situação concreta de comunicação, um dado objecto, através de uma dada instrução linguística, é levado ao conhecimento do alocutário/leitor/ouvinte. A forma dessa instrução varia em função do conhecimento que o locutor tem — e pressupõe que o alocutário tenha — do referido objecto.

Assim, se o locutor supõe que o objecto em questão tem uma identidade incontroversa para o alocutário/leitor/ouvinte, a instrução linguística poderá ter a forma de um nome próprio ou de uma descrição definida. Na maioria dos casos,

⁽³³⁾ Sobre referência nominal, ver capítulo 8.

Os subordinadores mais frequentes neste tipo de frases são *enquanto* e *ao passo que*.

As frases **causais** ⁽²⁸⁾ exprimem situações apresentadas como causa da situação descrita na subordinante (relação causa-efeito — cf. (39a)), como razão da situação descrita na subordinante (relação inferencial razão-consequência — cf. (39b)), como motivação para a situação descrita na subordinante (cf. (39c)) ou como premissa de que decorre logicamente a situação descrita na subordinante (relação condicional factual — cf. (39d)):

- (39) (a) A salsa ficou *viçosa porque* a reguei todos os dias.
 (b) *Como* os alunos estavam cheios de trabalho esta semana, adiei o teste.
 (c) *Como* sou amiga dela, ajudei-a o melhor que podia.
 (d) *Visto que* choveu nas alturas certas, a colheita deste ano é excepcional.

Os subordinadores mais utilizados para introduzirem frases causais são *porque*, *como*, *visto (que)*, *dado (que)*, *por*.

As frases **finais** ⁽²⁹⁾ exprimem o objectivo da situação descrita na subordinante (cf. (40)):

- (40) (a) Baixa o som *para* não acordares a vizinhança.
 (b) Foi enviado um relatório aos membros da equipa, *a fim de que* todos ficassem ao corrente da situação financeira do instituto.

Os subordinadores usados mais frequentemente neste tipo de frases são *para (que)* e *a fim de (que)*.

As subordinadas **consecutivas** ⁽³⁰⁾ descrevem uma situação que é apresentada como resultado da situação descrita na subordinante (cf. (41a)); em muitos casos ocorre ou é recuperável uma expressão de grau na subordinante, correlativa do subordinador *que* (cf. (41b, c)):

- (41) (a) A festa estava desinteressante, *de modo que* foram todos para casa.
 (b) O miúdo portou-se *tão* mal *que* os pais tiveram de o levar para casa.
 (c) Os miúdos comeram *tanto* chocolate *que* ficaram maldispostos.

⁽²⁸⁾ Sobre a sintaxe das subordinadas causais, ver capítulo 17.

⁽²⁹⁾ Sobre a sintaxe das subordinadas finais, ver capítulo 17.

⁽³⁰⁾ Sobre a sintaxe das subordinadas consecutivas, ver capítulo 18.

Os subordinadores mais frequentes que introduzem este tipo de frases são *que* (correlativo de *tão*, *tanto*), *de maneiralmodo que*.

Nas frases **comparativas** ⁽³¹⁾, a relação entre subordinante e subordinada é uma relação de (grau de) semelhança entre as situações descritas, exprimindo em geral a subordinada o segundo termo da relação (cf. (42)):

- (42) (a) Tudo se passou *como* eu tinha imaginado.
 (b) Ele diverte-nos *mais do que* o melhor filme cómico (nos diverte).
 (c) A Maria gosta de receber, *tal como* a mãe (gostava).

Os subordinadores usados com mais frequência neste tipo de frases são *que*, correlativo de *mais/menos*, *maior/menor*, *melhor/pior*, *como* (por vezes correlativo de *tão/tanto*), *tal/assim como*.

5.1.3. Coesão temporal

Qualquer sequência textual só é coesa e coerente se a sequencialização dos enunciados satisfizer as condições conceptuais sobre localização temporal e ordenação relativa que sabemos serem características das situações no mundo relativamente ao qual deve ser interpretada a referida sequência textual.

Conexões de sequência temporal entre períodos simples, compostos ou complexos, já referidas na secção anterior, são um dos processos de assegurar a **coesão temporal**.

Outro dos processos de assegurar a coesão temporal é a utilização (correlativa) de certos tempos verbais ⁽³²⁾ (cf. (43)):

- (43) (a) *Conhecíamos* relativamente bem a Galiza, *ficámos a conhecer* as Astúrias.
 (b) Quando *chegámos* a Goa, a época das monções *tinha terminado*.

Também expressões adverbiais ou preposicionais de valor temporal e datas, ao localizarem temporalmente as situações descritas, são factores de coesão textual (cf. (44)):

⁽³¹⁾ Sobre a sintaxe das subordinadas comparativas, ver capítulo 18.

⁽³²⁾ Ver capítulo 6.

nante (cf. (31)), os conectores subordinativos usados são, tipicamente, *assim que*, *desde que*, *logo que*, *mal*:

- (31) (a) *Logo que* ele saiu, o telefone começou a tocar.
(b) *Mal eles chegaram ao aeroporto*, o voo foi cancelado.

As frases temporais que descrevem uma situação posterior à da subordinante (cf. (32)) têm como conectores subordinativos mais frequentes *antes que*, *até (que)*, *quando*:

- (32) (a) O João saiu porta fora *antes de* nós chegarmos.
(b) *Quando* o concerto começou, havia dez pessoas na sala.

Quando as frases temporais descrevem situações que se sobrepõem no tempo, total ou parcialmente, às situações descritas na subordinante (cf. (33)), os conectores subordinativos mais usados são *enquanto*, *quando*:

- (33) (a) A Joana ouviu música *enquanto* estudava.
(b) *Quando* o João esteve doente, a Maria tratou dele.

Por sua vez, os subordinadores *cada vez que*, *sempre que*, *todas as vezes que* põem em destaque a co-ocorrência habitual das situações descritas pela subordinada adverbial e pela respectiva subordinante, independentemente da relação de anterioridade, posterioridade ou sobreposição temporal que se estabeleça entre elas (cf. (34)):

- (34) (a) *Sempre que* o João telefona, a Maria sai com ele à noite.
(b) *Sempre que* o João telefona, a Maria já saiu.
(c) *Sempre que* o João telefona, a Maria está a dormir.

As frases **condicionais** ⁽²⁵⁾ descrevem uma situação da verificação da qual depende a verdade da situação expressa pela subordinante, como se pode observar em (35):

- (35) (a) *Se* ele telefonar, diz-lhe que nos encontramos às cinco no CCB.
(b) *Se* a Maria fosse simpática, não tinha insultado os teus amigos.

⁽²⁵⁾ Ver capítulo 9. Sobre a sintaxe das frases condicionais, ver capítulo 17.

Em (35a), a verificação da condição descrita pela oração subordinada é deixada em aberto, pelo que o valor de verdade da proposição expressa pela subordinante é igualmente deixado em suspenso; pelo contrário, em (35b), a condição descrita pela oração condicional não se verifica, pelo que a proposição expressa pela subordinante é falsa.

As frases condicionais podem ser usadas **retoricamente**, caso em que o locutor as utiliza para dar mais força à asserção que faz. Nestes casos, a situação descrita na subordinante é absurda, pelo que se infere que a situação descrita na condicional é falsa (cf. (36a)), ou a subordinante exprime um optativo indesejável, que se cumprirá se a situação descrita na condicional for verdadeira (cf. (36b)):

- (36) (a) *Se* essa hipótese está correcta, eu sou a rainha de Inglaterra.
(Asserção: tenho a certeza absoluta de que essa hipótese não está correcta)
(b) Eu seja ceguinha *se* este artigo não é um plágio!
(Asserção: este artigo é indubitavelmente um plágio)

Os subordinadores mais frequentemente utilizados nas frases condicionais são *se*, *salvo (se)*, *sem (que)*, *a menos que*, *a não ser que*.

As frases **concessivas** ⁽²⁶⁾ descrevem uma situação face à qual a situação descrita pela subordinante é inesperada ou não conforme às expectativas (cf. (37)):

- (37) (a) *Embora* continue adoentada, a Maria tem ido dar aulas.
(b) *Apesar de* ter direito a um bilhete grátis, o João pagou a entrada.

Os subordinadores mais utilizados para introduzirem frases concessivas são *ainda que*, *se bem que*, *embora*, *apesar de*.

As frases subordinadas **contrastivas** ⁽²⁷⁾ exprimem valores semelhantes ao das justapostas ou coordenadas contrastivas antitéticas (cf. (38)):

- (38) (a) O João fez a tese em Genética, *enquanto* a Maria se doutorou em Astrofísica.
(b) Ela não se preocupa com nada, *ao passo que* o marido vive permanentemente angustiado.

⁽²⁶⁾ Sobre a sintaxe das frases concessivas, ver capítulo 17.

⁽²⁷⁾ Sobre a sintaxe deste tipo de subordinadas, ver capítulo 17.

- (c) “[...] Os procedimentos e categorias classificatórias de observação directa de certas dimensões particulares da realidade social, como os que acabámos de referir, podem ser utilizados isoladamente e podem ser, igualmente, importantes instrumentos técnicos auxiliares do método de campo. *Mas* não são, por si só, pesquisa de terreno [...]” [SS-MP: 137]

Sobretudo na conversa informal, os nexos entre pergunta e resposta ou entre uma fala e uma nova tomada de vez podem ser assinalados por expressões que, noutros contextos, assumem valores semânticos ou conectivos específicos e que ocorrem com um papel meramente discursivo ⁽²²⁾ — vejam-se os exemplos (29):

- (29) (a) A: Ora viva!
B: *Então* como vai isso?
(b) “[...] B: quer alguma coisa para a sua mãe?
A: não. quero um beijinho. diga-lhe lá que eu tou boa.
B: *pronto*. vou-me embora [...]” [PF-E 1009: 2241]

Como os exemplos (19) a (29) mostram, as conexões de que resultam unidades textuais superiores ao período podem ser assinaladas por conectores adverbiais e preposicionais especializados na expressão de certos valores conectivos. O quadro apresentado em (30) assinala os valores típicos dos conectores adverbiais e preposicionais mais usados:

- (30) Conectores adverbiais e preposicionais e respectivos valores

Tipo de conexão		Conectores adverbiais e preposicionais
Listagem	Enumerativa	depois; finalmente; seguidamente; em primeiro lugar, em segundo lugar, ...; em seguida; por um lado, ..., por outro lado; por fim
	Aditiva	adicionalmente; ainda; além disso; igualmente; também; de novo; do mesmo modo; pela mesma razão
Síntese		assim; em conclusão; em resumo; em síntese; em suma

⁽²²⁾ Sobre o papel meramente discursivo de *então*, ver Macário Lopes (1997a).

Tipo de conexão		Conectores adverbiais e preposicionais
Explicação-particularização		especificamente; nomeadamente; isto é; ou seja; quer dizer; por exemplo; em particular
Sequência temporal		antes; durante, então; entretanto; depois; em seguida
Inferência		assim; conseqüentemente; daí; então; logo; pois; deste modo; em conseqüência; portanto; por conseqüente; por esta razão; por isso
Contraste	Substitutivo	mais correctamente; mais precisamente; ou melhor; por outras palavras
	Antitético	contrariamente; já; ora; agora; em vez de; pelo contrário; por oposição
	Concessivo	ainda assim; mesmo assim; apesar de; contudo; no entanto

Embora em menor escala, também expressões adjectivais e frases não finitas podem ser utilizadas como conectores. Contam-se, entre as primeiras, *primeiro*, *segundo*, ..., exprimindo listagem enumerativa e, entre as segundas, *a seguir*, *continuando*; *para começar*, *para terminar* (listagem enumerativa); *concluindo*, *recapitulando*, *resumindo*, *sintetizando* (síntese).

Conexões subordinativas entre subordinante e subordinada adverbial

De entre as frases articuladas por hipotaxe, são de destacar os valores da conexão que se estabelece entre as subordinadas adverbiais ⁽²³⁾ e as subordinantes respectivas; na descrição que se segue, consideram-se apenas os conectores que exprimem tal conexão.

As frases adverbiais **temporais** ⁽²⁴⁾ relacionam o intervalo de tempo da situação que descrevem com aquele em que se localiza a situação descrita na subordinante. Quando a situação descrita na adverbial é anterior à da subordi-

⁽²³⁾ Sobre a sintaxe das subordinadas adverbiais, ver capítulo 17.

⁽²⁴⁾ Ver capítulo 6.

relação conectiva entre unidades textuais que se caracteriza pelo facto de a última englobar o significado das primeiras (cf. (25)):

- (25) (a) “[...] Nenhum sector da vida ficaria imune à mudança. A moda e o vestuário [...]. Os *sans culottes* [...]. Também a maneira de fazer a guerra se alterou totalmente. [...] A reforma de 1814 da *Landwehr* prussiana, executada por von Stein, Hardenberg e Boyden, foi uma consequência directa da revolução, e estaria na origem da superioridade militar alemã na Europa nos 120 anos seguintes.
Em sùmula, a revolução foi um verdadeiro laboratório de experiências políticas [...]” [VSM: 9-10]
- (b) “[...]Os exemplos aduzidos mostram como o sistema educativo, nos seus princípios, finalidades e estrutura geral, representa um 'quadro de referência' que orienta o desenvolvimento de planos de estudos e programas e, conseqüentemente, do processo de ensino-aprendizagem nas escolas.
Em síntese, o sistema de educação escolar estrutura-se segundo níveis etários e de desenvolvimento, em ciclos e segmentos de estudo e postula modalidades ou tipos de formação diferentes, de acordo com tais segmentos educacionais.” [LC-LC: 37]

Outro caso de relação conectiva de que resultam unidades textuais superiores ao período é a **explicitação-particularização** ⁽²¹⁾, caracterizada por o segundo membro conectado constituir uma paráfrase ou uma exemplificação do primeiro (cf. (26)):

- (26) (a) “[...] Não se invoca, para explicar os factos sociais, somente a natureza física; invoca-se muitas vezes também a natureza psíquica, moral, política, etc., da humanidade — *quer dizer, invoca-se comportamentos supostamente universais, independentes de espaço e contexto, porque devidos a qualidades absolutamente perenes da nossa espécie ou de fracções dela.* [...]” [SS-MP: 37]
- (b) “[...] Mais: a acção do homem está em permanente tensão com as suas bases e limites biológicos. *Por exemplo*, a sexualidade constitui um imperativo biológico; as formas de comportamento sexual

⁽²¹⁾ Quirk, Greenbaum, Leech e Svartvik (1985) chamam-lhes 'aposição'; Peres (1997a) denomina-a 'conexão reformulativa'.

são, porém, culturalmente determinadas, e podem ir contra as aparentes 'indicações' físicas; [...]” [SS-MP: 33]

Ao tipo de conexão de que resultam unidades textuais superiores ao período, em que a situação descrita num dos membros conectados é inferível a partir da(s) descrita(s) no(s) anteriores, i.e, em que a(s) primeira(s) sejam consideradas como razão ou argumento dos quais decorra a última, chama-se **inferência** (cf. (27)):

- (27) (a) “X: e era assim que eles iam a pé de alco[baça], da nazaré para alcobaça para se entregarem à cadeia, não eram acompanhados por guardas nem nada e então no tempo do rei quando...
A: portanto tinham muito bem a consciência de quando tinham feito alguma mariolice.” [PF-E 1315: 290]
- (b) “[...]Por último, todos — e logo, também, os psicólogos, os economistas, os sociólogos, etc. — estamos integrados em estruturas sociais, pertencemos a certos grupos. *E daí* que, quando se trata de tomar como objecto as próprias relações sociais, seja para o investigador mais forte o risco de, mesmo inconscientemente, conceber como guias ou resultados de pesquisa aquilo que constitui, apenas, a interpretação que, como actor social membro de um dado grupo, com uma dada condição, em dadas circunstâncias de tempo e de lugar, ele tende a assumir.” [SS-MP: 30]

Nas unidades textuais superiores ao período conectadas por **contraste** expressões ou assuntos de um dos membros são, no outro, reformulados ou substituídos (contraste substitutivo, cf. (28a)) ou postos em oposição (contraste antitético, cf. (28b)); pode igualmente acontecer que, à luz do primeiro membro, a situação descrita pelo segundo seja considerada inesperada (contraste concessivo, cf. (28c)):

- (28) (a) “[...] A responsabilidade tradicional dos neo-clássicos era positiva: *ou, melhor dizendo*, para eles esta questão não fazia sentido [...]” [SS-MP: 48]
- (b) “[...] Isto não quer dizer, claro está, que a observação no terreno não deva ser cuidadosamente preparada. *Muito pelo contrário*, o que se exige é que a preparação daqueles que directamente recolhem a informação, para além da aprendizagem de alguns preceitos operatórios simples, inclua uma importante bagagem teórica e metodológica [...]” [SS-MP: 134]

- e sociais se encontram inextricavelmente ligadas à sobrevivência, esse conhecimento inclui também factos e mecanismos relacionados com a regulação do organismo como um todo [...]” [AD: 99]
- (20) (a) “[...] Frederico II não foi, evidentemente, um revolucionário. [...] *No entanto*, a tolerância do rei permitiu que todas as doutrinas e todos os credos se publicitassem em solo prussiano [...]” [VSM: 18]
- (b) “[...] As poucas alternativas à leucotomia incluíam o colete-de-forças e a terapia de choque. Só no fim dos anos 50 é que começaram a aprezer drogas psico trópicas como a Torazina. Devemos *também* recordar que ainda hoje não temos maneira de saber se o efeitos a longo prazo de tais drogas são menos destrutivos para o cérebro do que uma forma selectiva de cirurgia [...]” [AD: 79]
- (21) (a) “[...] Lembram-se da história de Tristão e Isolda? O enredo gira em torno da transformação da relação entre os dois protagonistas [...]” [AD: 136]
- (b) “[...] Podemos dizer que se trata de um controlo do corpo e pelo corpo, ainda que seja sentido e gerido pelo cérebro. Estes mecanismos reguladores asseguram a sobrevivência ao accionarem uma disposição para excitar alguns padrões de alteração do corpo [...]” [AD: 132]

Tal como foi referido anteriormente para as conexões de que resulta uma frase composta, também as conexões de que resultam unidades textuais superiores podem exprimir valores de listagem (cf. (22)), de confirmação (cf. (23)) e de sequência temporal (cf. (24)):

- (22) (a) “[...] *Primeiro*, existe uma região do cérebro humano, constituída pelos córtices pré-frontais ventromedianos, [...] *Segundo*, existe uma região do cérebro humano, o complexo de córtices somatossensoriais no hemisfério direito, [...] *Terceiro*, existem regiões localizadas nos córtices pré-frontais para além do sector ventromeridiano [...]” [AD: 87-88]
- (b) “[...] Em ambos os lados, as partes do lobo frontal responsáveis pelo controlo dos movimentos (as regiões motora e pré-motora) não tinham sido danificadas. [...] *Também*, como seria de esperar, os córtices frontais relacionados com a linguagem (a área de Broca e seus arredores) estavam intactos. A região imediatamente atrás da base do lobo frontal, o prosencéfalo basal, estava *igualmente* intacta [...]” [AD: 58-59]

- (23) (a) “[...] Os estudos de tomografia computadorizada e de ressonância magnética, efectuados em Elliot, revelaram que os lobos frontais direito e esquerdo tinham sido afectados e que a lesão do direito era muito superior à do esquerdo. *De facto*, a superfície externa do lobo frontal esquerdo estava intacta e todos os danos sofridos pelo lado esquerdo se concentravam nos sectores orbital e mediano [...]” [AD: 58]
- (b) “[...] Em qualquer caso — e é isso que importa sublinhar —, se a selecção de técnicas de tratamento de informação se tem de processar na dependência de uma opção quanto a escalas de medida, isso equivale a sublinhar indirectamente, aqui também, o papel de comando da teoria na pesquisa empírica. *Com efeito*, sendo essa selecção determinada pela estrutura do conjunto numérico congruente com o sistema de valores variável, a verdade é que este é, ele próprio, definido em última análise tanto nos seus elementos como nas relações que os estruturam, pela matriz teórica de referência — pela teoria [...]” [SS-MP: 71]
- (24) (a) “[...] Mesmo depois da derrota de Napoleão, a ideia de um exército nacional propaga-se pelo Velho Continente. Os prussianos, através das reformas de von Stein a Boyen, em 1814, adoptam esse modelo, e preparam-se para um longo caminho até à unificação da Alemanha. *Depois* desta, os trabalhadores utilizarão o serviço militar como uma palataforma para a obtenção de mais direitos cívicos [...]” [VSM: 47]
- (b) “[...] A França está em perigo. As tropas da coligação austro-prussiana haviam ocupado Verdun a 2 de Setembro de 1792. Com sobrançeria o duque prussiano de Brunswick olha o seu inimigo. [...] *Entretanto* as tropas francesas de Kellermann e Dumouriez ganham dias preciosos e efectua a sua junção a 19 de Setembro. No dia seguinte trava-se a grande batalha.” [VSM: 69]

Como o exemplo (22a) mostra, as conexões exprimindo listagem enumerativa podem funcionar como estratégias de organização textual, uma vez que fornecem ao alocutário/ouvinte/leitor informação sobre a divisão do texto em macro-unidades com função idêntica na economia do texto⁽¹⁹⁾. Tem igualmente um papel relevante como estratégia de organização textual a *síntese*⁽²⁰⁾, uma

⁽¹⁹⁾ Peres (1997a) denomina-as neste caso 'ordenantes'.

⁽²⁰⁾ Peres (1997a) denomina-as 'estruturantes'; Quirk, Greenbaum, Leech e Svartvik (1985) chamam-lhes 'sumativas'.

Conexão	Conjunção	Conectores adverbiais e preposicionais
Contraste antitético	<i>mas</i>	contrariamente; pelo contrário; por oposição
Disjunção	<i>ou</i>	alternativamente; em alternativa
Inferência	<i>e</i> (inferencial)	assim; consequentemente; pois; deste modo, em consequência; portanto; por conseguinte; por esta razão; por isso

Conexões paratáticas em que um dos membros frásicos é parentético

Neste tipo de conexões ⁽¹⁷⁾, o segundo membro ocorre no interior ou no fim do primeiro membro, como um parêntesis, não afectando nem a integralidade sintáctica nem a autonomia semântica do membro a que é aposto; na escrita, é em geral colocado entre parêntesis, entre travessões ou é antecedido de travessão ou vírgula.

As **frases intercaladas**, que se apõem a unidades de discurso citado, apresentando obrigatoriamente a ordem verbo-sujeito, pertencem a esta família de conexões (cf. (17)); as frases intercaladas estão assinaladas a itálico:

- (17) (a) “[...] — Muito incómodo para o Arganz! — *pensou Alice.* — “Ele é que está cheio de sono e parece que não lhe importa.” A mesa era das grandes, *mas eles estavam os três juntos só a um canto: “Não há espaço! Não há espaço!” — gritaram quando viram chegar Alice.* — “Há espaço até demais!” — *respondeu Alice toda indignada; [...].*” [LC: 153-154]
- (b) “[...] — Estas coisas só me acontecem a mim! — *lamentava-se o capitão para consigo, esquecido dos muitos milhares de lisboetas que se encontravam no momento confrontados com o fenómeno.* [...]” [MC: 33]

Incluem-se igualmente neste tipo de conexões sequências em que o membro parentético reformula parafrasticamente ou rectifica a frase anterior (cf. (18a, b)), exemplifica a situação descrita na frase anterior (cf. (18c)) ou exprime

⁽¹⁷⁾ A tipologia de conexões aqui proposta apoia-se em Quirk, Greenbaum, Leech e Svartvik (1985) e em Peres (1997a).

comentários avaliativos do locutor acerca da situação descrita na frase anterior (cf. (18d, e)):

- (18) (a) “[...] Se uma determinada entidade no mundo é uma componente de uma situação em que uma outra componente foi uma coisa 'positiva' ou 'negativa', *isto é, activou uma disposição inata*, o cérebro classifica a entidade em relação à qual não estava pré-estabelecido qualquer valor de maneira inata, tal como se também ela fosse positiva ou negativa, quer de facto o seja ou não [...]”. [AD: 133]
- (b) Ele sabia — *ou melhor, pensava que sabia* — como resolver a situação.
- (c) Os mamíferos aquáticos (*como é o caso da baleia*) também respiram por pulmões.
- (d) Ele não foi aceite no concurso — *sabe-se lá porquê.*
- (e) Com a vida que anda a levar, o João (*queira Deus que não me engane!*) vai estampar-se nos exames.

Conexões paratáticas de que resultam unidades textuais superiores ao período

As conexões paratáticas de que resultam unidades superiores ao período articulam períodos simples, compostos ou complexos e parágrafos com outros períodos e parágrafos. Estas conexões ⁽¹⁸⁾ podem ser expressas por conjunções (cf. (19)), combinadas ou não com outras expressões de valor conectivo (cf. (20)), ou podem ser asseguradas exclusivamente por meios prosódicos (cf. (21)):

- (19) (a) “[...] As crenças, os sentimentos e as intenções são o resultado de uma série de factores radicados nos nossos organismos e na cultura em que nos encontramos imersos, mesmo que esses factores possam ser remotos e não nos apercebamos deles. *E existem motivos neurofisiológicos e educativos que fazem que algumas pessoas sejam honestas e generosas [...].*” [AD: 188]
- (b) “[...] O conhecimento geral inclui factos sobre objectos, pessoas e situações do mundo externo. *Mas* como as decisões pessoais

⁽¹⁸⁾ A tipologia de conexões aqui proposta apoia-se em Quirk, Greenbaum, Leech e Svartvik (1985) e em Peres (1997a).

- (12) (a) Cheguei, vi e venci.
 (b) A cortina ergueu-se devagarinho e a criança loura espreitou.
 (c) *Vi, cheguei e venci.

As conexões aproximáveis da conjunção lógica que admitem a conjunção adversativa prototípica *mas* exprimem valores de **contraste**. Neste tipo de conexão, à luz da primeira frase, pode apresentar-se a situação descrita pela outra como inesperada, contrária às expectativas (contraste concessivo, pois nestes casos a frase composta é parafraseável por uma frase complexa em que o primeiro membro ocorre como subordinada concessiva e a coordenada adversativa ocorre como subordinante — cf. (13a)). Podem também pôr-se em oposição as situações descritas por cada um dos membros coordenados (contraste antitético, cf. (13b)):

- (13) (a) A Maria trabalhou imenso na preparação do projecto *mas* não conseguiu o contrato.
 (=Embora a Maria tenha trabalhado imenso na preparação do projecto, não conseguiu o contrato)
 (b) O João é amoroso e o Pedro, *pelo contrário*, é a antipatia em pessoa.

As conexões **disjuntivas** são aproximáveis da disjunção lógica, admitem a conjunção disjuntiva prototípica *ou* e articulam frases exprimindo conteúdos proposicionais alternativos. Por vezes, a conexão disjuntiva é aproximável da disjunção inclusiva do cálculo proposicional ((pvq) é falsa se *p* e *q* forem ambas falsas): no exemplo (14a), a sequência apresentada na pergunta é interpretada pelo alocutário como constituída por alternativas compatíveis, pelo que a sequência é válida se ambas as proposições disjuntas se verificarem. Mas em muitas sequências formadas por conexão disjuntiva, os conteúdos proposicionais das frases disjuntas são apresentados como alternativas que se excluem no par relevante intervalo de tempo-mundo, o que a aproxima da disjunção exclusiva do cálculo proposicional ((pvq) é falsa se *p* e *q* forem ambas falsas ou ambas verdadeiras); vejamos os exemplos (14b, c):

- (14) (a) A: Queres queijo *ou* preferes fruta?
 B: Quero *as duas coisas*.
 (b) Vamos ao teatro *ou* ficamos em casa a jogar xadrez?
 (c) A esta hora, *ou* estou na Faculdade *ou* estou no Centro.

Repare-se que a conjunção correlativa *ou ... ou*, utilizada em (14c), força uma interpretação exclusiva da disjunção, como se pode observar através da comparação de (14a) com (14d):

- (14) (d) A: *Ou* comes queijo *ou* comes fruta.
 B: #*Como as duas coisas*.
 B: *Como queijo*.

As conexões **inferenciais** exprimem um argumento lógico. Pertencem a este tipo conexões coordenativas em que o conteúdo proposicional do segundo membro coordenado é inferível a partir do do primeiro, apresentado como razão ou motivo (inferências consequenciais e conclusivas (cf. (15a, b)), e conexões coordenativas em que o primeiro membro coordenado apresenta a conclusão do argumento, estando reservado ao segundo a expressão de uma premissa ou justificação (cf. (15c)):

- (15) (a) Estava mau tempo e (*por isso*) decidimos ficar em casa.
 (b) O João está constipadíssimo e (*portanto*) não vem à festa..
 (c) Chegámos atrasados, *pois* está um trânsito infernal.

Apresenta-se em (16) um quadro sinóptico das conexões paratáticas de que resultam frases compostas, indicando, para cada conexão, a conjunção prototípica e as expressões adverbiais e preposicionais mais frequentemente usadas:

(16) Tipos e valores da conexão e conectores mais frequentes

Conexão	Conjunção	Conectores adverbiais e preposicionais
Listagem enumerativa	<i>e</i>	finalmente; por fim
Listagem aditiva	<i>e</i>	adicionalmente; ainda; além disso; igualmente; também; de novo; do mesmo modo; pela mesma razão
Confirmação	<i>e</i>	efectivamente; com efeito; de facto
Sequência temporal	<i>e</i>	antes; durante, então; entretanto; depois; em seguida
Contraste concessivo	<i>mas</i>	ainda assim; mesmo assim; contudo; no entanto

é sempre uma **frase complexa** ⁽¹¹⁾ (vejam-se os exemplos (9), em que as frases subordinadas estão em itálico):

- (9) (a) “[...] Elliot executou normalmente os testes de memória *que utilizam interferência*.” [AD: 61]
(b) “[...] Não é possível *formar uma opinião definitiva sobre este tema*.” [AD: 79]
(c) *Se o João telefonar, diz-lhe que não estou.*

Os elementos linguísticos que operam a articulação entre frases são as **conjunções** ⁽¹²⁾ e os elementos prosódicos entoação e pausa demarcadora. São estes elementos, juntamente com expressões (em geral adverbiais e preposicionais) que os podem acompanhar, explicitando um determinado valor conectivo, que assinalam e exprimem a coesão interfrásica.

Na análise da coesão interfrásica a que iremos proceder, consideraremos em primeiro lugar conexões coordenativas de que resultam períodos compostos, em segundo lugar conexões em que um dos membros tem um estatuto parentético ⁽¹³⁾, em terceiro lugar conexões paratáticas de períodos de que resultam unidades textuais superiores (e.g. parágrafos, pares pergunta-resposta) e, finalmente, conexões subordinativas estabelecidas entre subordinante e subordinada adverbial.

Conexões paratáticas de que resulta uma frase composta

Nas frases articuladas por parataxe de que resulta uma frase composta, é possível distinguir os seguintes grandes tipos de conexão ⁽¹⁴⁾: conexões aproximáveis da conjunção lógica, conexões aproximáveis da disjunção lógica, conexões que exprimem um argumento lógico.

⁽¹¹⁾ Sobre a sintaxe da subordinação nominal ou substantiva, ver capítulo 15; sobre a sintaxe da subordinação adjectiva, ver capítulo 16; sobre a sintaxe da subordinação adverbial, ver capítulo 17.

⁽¹²⁾ Sobre os critérios sintácticos que levam à identificação da classe das conjunções, ver capítulo 14, para as conjunções coordenativas, e capítulos 15 e 17 para as conjunções subordinativas.

⁽¹³⁾ Dado o objecto desta secção, não se referem os casos em que o constituinte parentético é de natureza não frásica (e.g. nominal). As conexões deste tipo de que resulta uma frase complexa serão abordadas no capítulo 17.

⁽¹⁴⁾ A tipologia de conexões aqui proposta apoia-se em Quirk, Greenbaum, Leech e Svartvik (1985) e em Peres (1997a). Ver em particular Peres (1997a: 784-785).

As primeiras englobam a família das frases coordenadas assindéticas e sindéticas introduzidas ou parafraseáveis pela conjunção copulativa prototípica *e*, no seu valor mais neutro de operador de listagem e de sequencialização, bem como a das frases compostas por coordenação assindética ou sindética, introduzidas ou parafraseáveis pela conjunção adversativa prototípica *mas*. As segundas abarcam as frases compostas por coordenação assindética ou sindética introduzidas ou parafraseáveis pela conjunção disjuntiva prototípica *ou*. As terceiras incluem frases compostas por coordenação assindética ou sindética introduzidas ou parafraseáveis pela conjunção copulativa *e*, com valor inferencial ⁽¹⁵⁾.

As conexões aproximáveis da conjunção lógica que admitem a conjunção copulativa prototípica *e* exprimem valores de **listagem**, de **confirmação** e de **sequência temporal**. No primeiro caso, as frases conectadas são apresentadas como elementos de uma lista, meramente ordenados (listagem enumerativa: cf. (10a)), associados por nexos mais fortes (listagem aditiva), de entre os quais sobressaem a semelhança de estatuto entre os membros conectados (cf. (10b)) ou o relevo de um membro conectado relativamente aos outros (cf. (10c)). No segundo caso, o segundo membro coordenado apresenta uma confirmação ou um reforço do que é apresentado no primeiro (cf. (11)) ⁽¹⁶⁾. No terceiro caso, toma-se como eixo da articulação entre as frases a relação entre os intervalos de tempo em que se localizam as situações descritas, devendo a ordem linear dos membros conectados reproduzir a ordenação temporal das situações descritas — vejam-se os exemplos (12a, b) e o contraste entre (12a) e (12c):

- (10) (a) A Escola que temos está em crise, o País está em crise, o mundo ocidental está em crise.
(b) É sabido que a mudança assusta *e é igualmente* sabido que o medo tolda a reflexão e a razão.
(c) “[...] apoiar o general Washington implicava para Paris enfraquecer a hegemonia naval da Grã-Bretanha, diminuir-lhe os meios de levar a cabo uma guerra no próprio solo europeu, *e, sobretudo*, vingar a grande derrota de 1763, que apartara da França as colónias canadianas.” [VSM: 22]
- (11) (a) O João garantiu-nos que os ia convencer *e, efectivamente*, conseguiu convencê-los.
(b) Eram esperados muitos milhares de visitantes *e, de facto*, foram vendidas oitenta mil entradas.

⁽¹⁵⁾ Peres (1997a) denomina este *e* 'copulativo-consequencial'.

⁽¹⁶⁾ Peres (1997a) chama a este nexos 'conexão confirmativa', considerando, contudo, que o seu resultado não é uma frase composta.

No exemplo (4a), as unidades conectadas são **períodos simples**, i.e., constituídos por uma única frase simples (“Os doentes com anosognosia assemelham-se, em alguns aspectos, aos doentes com lesões pré-frontais”) e **períodos compostos**, i.e., constituídos por uma combinação de frases formada por subordinação (“Os anosognósicos, por exemplo, são incapazes de efectuar decisões apropriadas sobre assuntos pessoais e sociais, o que acontece também com os doentes pré-frontais.”) e simultaneamente por coordenação e por subordinação (“E os doentes pré-frontais com capacidade de decisão diminuída são, tal como os anosognósicos, habitualmente indiferentes ao seu estado de saúde e parecem possuir uma tolerância invulgar à dor.”). Cada um dos períodos é sintacticamente independente dos que o precedem e o seguem, embora vários tipos de ingredientes assegurem a unidade do produto resultante — um **parágrafo**.

Nos exemplos (4b, c), a unidade resultante da conexão paratáctica é um período composto, formado por **coordenação** ⁽⁵⁾. Enquanto em (4b) a coordenação é assegurada por um conector, a conjunção copulativa *e*, em (4c) ela é assinalada exclusivamente por meios prosódicos (curva entoacional e pausa demarcadora). A tradição gramatical denomina a coordenação ilustrada em (4b) **sindética** e a ilustrada em (4c) **assindética** e chama **frase composta** à unidade resultante da conexão coordenativa.

No exemplo (4c), conecta-se parataticamente a frase “A travessia tem várias finalidades” com a frase parentética “espero que o leitor não venha a considerá-la como uma interrupção”, que introduz, em a parte, um comentário do locutor.

A consideração de frases parentéticas que introduzem comentários e esclarecimentos ou que realizam actos expressivos do locutor como as ilustradas em (4d) e (5), bem como a de interrogativas-tag (cf. (6)) e a de pares pergunta-resposta (cf. (7)), em que a conexão não é substituível por coordenação sindética, mostra que parataxe e coordenação não são termos sinónimos ⁽⁶⁾, sendo antes a coordenação um caso particular de conexão paratáctica:

- (5) (a) A parataxe (*alguns autores identificam-na com a coordenação*) é um tipo de conexão entre frases.
 (b) Disseram-me que o estado de saúde do João se deteriorou incrivelmente — *queira Deus que não seja verdade!*
- (6) (a) Vais connosco ao cinema, *não vais?*
 (b) Já comeste o gelado todo, *não é?*

⁽⁵⁾ Sobre a sintaxe da coordenação, ver capítulo 14.

⁽⁶⁾ Ao contrário do que consideram autores como Bechara (1999: 463). Ver nota 7.

- (7) P: Onde é que queres ficar?

↓
 R: Deixa-me no Saldanha, se fazes favor.

Tem sido proposto o termo **justaposição** para designar conexões paratáticas em que o grau de independência sintáctica das unidades conectadas é elevado (como acontece quando se conectam períodos simples e compostos para formar unidades textuais superiores) e em que não surge qualquer conector explícito. Embora alguns autores identifiquem justaposição e coordenação assindética ⁽⁷⁾, se se utilizarem como critérios para a identificação da coordenação assindética o facto de ela ser sempre parafraseável por coordenação sindética (com *e*, *mas* ou *ou*), e de ter como resultado uma frase composta (um período), exemplos como (6'), (7') e (8) ⁽⁸⁾ mostram que é útil manter a distinção entre os dois conceitos:

- (6') (a) *Vais connosco ao cinema *ou não vais?* ⁽⁹⁾
 (b) *Já comeste o gelado todo *ou não é?*
- (7') P: Onde é que queres ficar?
 R: *#E/Mas/Ou* deixa-me no Saldanha, se fazes favor.
- (8) (a) A polícia chegou ao local: tinha havido um massacre.
 (b) *A polícia chegou ao local, tinha havido um massacre.
 (c) *A polícia chegou ao local *e/mas/ou* tinha havido um massacre. ⁽¹⁰⁾

Como o contraste entre (8a) e (8b, c) mostra, o nexos correspondente à interpretação preferencial de (8a), em que o segundo membro justaposto fornece a razão ou a explicação para a situação descrita pelo primeiro membro, não pode ser estabelecido através de coordenação assindética ou sindética.

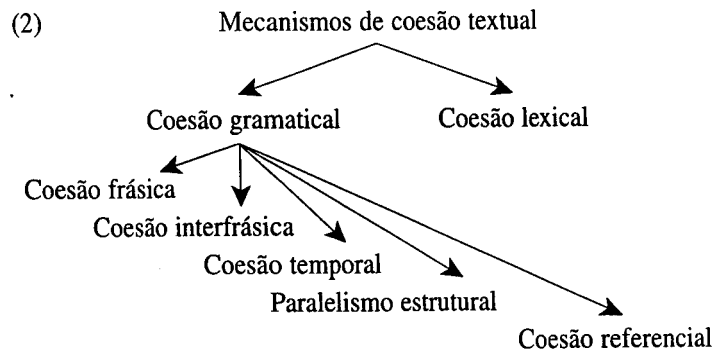
Por seu lado, a conexão hipotáctica estabelece uma hierarquia sintáctica entre os membros combinados, de tal forma que um deles (a frase subordinada) perde a sua autonomia frásica e ocorre como constituinte da unidade resultante, que

⁽⁷⁾ Bechara (1999: 479) identifica parataxe com coordenação, reduz a coordenação à coordenação sindética e identifica justaposição com assindetismo, aproximando por isso as frases justapostas das coordenadas. Posição idêntica à nossa é a defendida por Gili Gaya (1961: 325-326) e Quirk, Greenbaum, Leech e Svartvik (1985).

⁽⁸⁾ Exemplo adaptado de Quirk, Greenbaum, Leech e Svartvik (1985: 931).

⁽⁹⁾ O asterisco em (6'a) indica que a frase não é parafrase de (6). Assim, por exemplo, enquanto (6a) implica a polaridade positiva da resposta, (6'a) não o faz.

⁽¹⁰⁾ Agramatical como parafrase de (8a).



5.1.1. Coesão frásica

Os mecanismos de **coesão frásica** asseguram uma ligação significativa entre os elementos linguísticos que ocorrem a nível sintagmático e oracional, na superfície textual. De entre eles destacam-se:

- (3) (i) Os que asseguram os nexos sequenciais entre núcleos, especificadores e complementos, como a ordem de palavras interna dos sintagmas, e fenómenos de concordância interna ao sintagma nominal, que exprimem, através da presença de marcas idênticas de número e género, a dependência de determinantes, quantificadores e adjectivos relativamente ao núcleo nominal (cf. capítulo 11);
- (ii) Os que asseguram a identificação (ou recuperabilidade) da estrutura de argumentos de um dado predicador, marcando a relação gramatical que cada argumento mantém, na superfície, com o predicador, como por exemplo: a ordem básica de palavras de cada língua natural, o uso de formas casuais dos pronomes pessoais, as preposições que assinalam relações gramaticais (cf. capítulo 10);
- (iii) Fenómenos de concordância que exprimem, através de marcas idênticas de pessoa e número, ou de género e número, o nexo relacional, respectivamente, entre sujeito e verbo, entre sujeito e predicativo do sujeito e entre objecto directo e predicativo do objecto directo (cf. capítulo 12).

5.1.2. Coesão interfrásica

A **coesão interfrásica** (*) é assegurada por processos de sequencialização que exprimem vários tipos de interdependência semântica das frases que ocorrem na superfície textual.

Consoante o tipo de unidades linguísticas conectadas e o tipo de unidade resultante de tal conexão, pode falar-se de dois grandes processos que asseguram a coesão interfrásica: a **parataxe** (etimologicamente, “colocar ao lado de”) e a **hipotaxe** (etimologicamente, “colocar sob”) ou **subordinação**.

As unidades linguísticas associadas por parataxe manifestam diferentes graus de independência sintáctica, uma vez que é possível reconhecer na unidade resultante as duas ou mais unidades constituintes dotadas de integralidade frásica (vejam-se os exemplos (4), em que as conexões relevantes estão indicadas por setas):

- (4) (a) “[...] Os doentes com anosognosia assemelham-se, em alguns aspectos, →
aos doentes com lesões pré-frontais. Os anosagnósicos, por exemplo, são incapazes de efectuar decisões apropriadas sobre assuntos pessoais e →
sociais, o que acontece também com os doentes pré-frontais. E os doentes pré-frontais com capacidade de decisão diminuída são, tal como os anosagnósicos, habitualmente indiferentes ao seu estado de saúde e parecem possuir uma tolerância invulgar à dor. [...]” [AD: 84]
- (b) O João comprou um Barca Velha e a Maria trouxe uma empada de lebre. →
- (c) O João trouxe um Barca Velha, a Maria trouxe uma empada de lebre. →
- (d) “[...] A travessia — espero que o leitor não venha a considerá-la como uma interrupção — tem várias finalidades: [...]” [AD: 101]

(*) Também denominada 'junção' em Beaugrande (1980), 'conjunção' em Halliday e Hasan (1976), 'conexão' em van Dijk (1977).

sões. Assim, quanto mais informal é a situação e mais conhecido o assunto sobre que se fala/escreve, tanto maior é a tolerância dos participantes relativamente à aceitabilidade do mesmo.

Situacionalidade designa os factores que fazem com que um texto seja relevante para uma dada situação, explícita ou recuperável. A situacionalidade de um texto pressupõe os participantes locutor/escritor e alocutário/ouvinte/leitor como sujeitos situados, como lugares ou papéis sociosimbolicamente regulados, bem como todos os factores reguladores da interacção verbal (cf. capítulo 6). Se um texto é relevante para uma dada situação, diz-se que é *apropriado* ou *adequado*.

Intertextualidade designa a relação entre um determinado texto e outros textos relevantes, que fazem parte da experiência anterior do locutor/escritor e do alocutário/ouvinte/leitor. Esta propriedade relaciona, portanto, um texto concreto com a memória textual colectiva, com a memória de um grupo ou de um indivíduo específico. Tal relação é um dos factores estruturantes de cada texto concreto, na medida em que é na memória textual colectiva e de grupo que se funda a definição de *modelos textuais*, e manifesta-se materialmente num dado texto através de citações, remissões, comentários, reformulações ou relatos de fragmentos de textos relevantes.

Informatividade designa o grau de incerteza das ocorrências textuais. O grau de informatividade é tanto maior quanto mais «inesperada» for uma dada ocorrência textual — i.e., quanto mais numerosas forem as alternativas a essa ocorrência textual e, portanto, quanto mais improvável for a ocorrência textual efectivamente seleccionada. Como é natural, um texto com um baixo grau de informatividade tem efeitos negativos sobre a atenção do alocutário/ouvinte/leitor, enquanto um texto com um elevado grau de informatividade potencia, em geral, a concentração dos recursos de processamento do alocutário/ouvinte/leitor na sua interpretação.

Finalmente, **conectividade** é uma propriedade relacional que pode ser definida nos seguintes termos: existe conectividade entre uma ocorrência textual A e uma ocorrência textual B se as interpretações de A e B forem semanticamente interdependentes ⁽²⁾.

⁽²⁾ Ver van Dijk (1977: 45). 'Ocorrência textual' designa uma expressão linguística de qualquer categoria ou dimensão que ocorra na superfície textual.

Consideremos os seguintes exemplos:

- (1) (a) Alinhei com a esperança de vencer, *mas* só se vence quando se corta a linha de chegada. [DL: 10]
- (b) [...] gritou, quase implorando para *o chefe da banda*: — Música, música *mestre Camoesas!* [DL: 3]
- (c) *Se* esse animal respira por pulmões, não é peixe.

Em (1a), a interpretação do enunciado exige o reconhecimento da relação semântica de contraste entre as duas frases coordenadas. Em (1b), a identificação do indivíduo designado por *mestre Camoesas* depende da do indivíduo designado por *o chefe da banda*. Em (1c), a relação de implicação entre a subordinada condicional e a subordinante só pode ser avaliada como válida ou inválida por referência ao conhecimento que cada um de nós tem acerca da classe dos peixes.

Os exemplos (1a) e (1b), por um lado, e (1c), por outro, ilustram dois tipos distintos de conectividade. No primeiro caso, a interdependência semântica das ocorrências textuais resulta de processos linguísticos (universais, tipológicos ou particulares) de sequencialização — i.e., de ordenação linear — dos elementos linguísticos; a este tipo de conectividade chama-se **conectividade sequencial** ou *coesão* ⁽³⁾. No segundo caso, a interdependência semântica das ocorrências textuais resulta dos processos mentais de apropriação do real, e da configuração e conteúdo dos esquemas cognitivos que definem o nosso saber sobre o mundo: este tipo de conectividade tem sido designada **conectividade conceptual** ou **coerência**.

5.1. Coesão textual

Todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual podem ser encarados como instrumentos de coesão. Tais processos podem ser agrupados da seguinte forma:

⁽³⁾ Cf. Halliday e Hasan (1976).

Quando usam a língua, os falantes não produzem palavras ou frases isoladas, desligadas umas das outras e do contexto situacional e discursivo. Pelo contrário, tanto os produtos resultantes do uso primário da língua na situação básica da conversa como os que resultam do uso da língua escrita em situações não pessoais, tanto os produtos de um só locutor como os que resultam da actividade colaborativa de vários falantes são objectos dotados de sentido e de unidade — ou seja, são produtos coesos internamente e coerentes com o mundo relativamente ao qual devem ser interpretados. A tais produtos chama-se **textos**.

É usual utilizar o termo **textualidade** para designar o conjunto de propriedades que uma manifestação da linguagem humana deve possuir para ser reconhecida como um texto. As propriedades de textualidade mais significativas são: a aceitabilidade, a situacionalidade, a intertextualidade, a informatividade e a conectividade ⁽¹⁾.

Aceitabilidade designa a atitude do alocutário/ouvinte/leitor que consiste em considerar que uma dada configuração de elementos linguísticos que lhe cabe interpretar é uma unidade dotada de sentido. Consoante a instituição em que o texto é produzido, circula e é reconhecido, a posição e o poder simbólico dos participantes, a relação entre eles, o assunto do texto e o «tipo» de texto, são tolerados em maior ou menor grau desvios, rupturas, reformulações, impreci-

⁽¹⁾ Ver Beaugrande (1980: 19-20).

Em outras situações, porém, fica claro que o desconhecimento do contexto ou dos princípios que regulam as relações sociais no seu interior pode estar na base da produção de enunciados inadequados ou mesmo gramaticalmente incorrectos que, no entanto, tornam patente um esforço de hiper correcção que, embora mal sucedido, mantém a cooperação na acção conjunta:

Director — Então, D. Maria, o que é que acha do novo material de limpeza?

Empregada — Sr. Doutor, só tenho a dizer bem! Agora que temos uma Directiva *muito ótima*, isto vai voltar a estar num brinquinho!

5

Aspectos linguísticos da organização textual

Inês Duarte

Índice

5. Aspectos linguísticos da organização textual

5.1. Coesão textual

5.1.1. Coesão frásica

5.1.2. Coesão interfrásica

5.1.3. Coesão temporal

5.1.4. Paralelismo estrutural

5.1.5. Coesão referencial

5.1.6. Coesão lexical

5.2. Conectividade conceptual (ou coerência textual)

5.3. Estrutura temática e estrutura informacional

Anexo-Fontes

tal em que os interlocutores se encontram. Tudo isto faz do contexto uma categoria dinâmica, negociável ela própria e onde é possível negociar o sentido do que está, nesse momento, a acontecer. Gumperz (1992) fala da existência de “pistas de contextualização”, sinais verbais ou não verbais que os interlocutores utilizam para fazer relacionar o que está a ser dito num dado momento e num dado lugar com o conhecimento adquirido por experiências anteriores. Tais pistas operam aos níveis prosódico, paralinguístico e sociolinguístico e têm como objectivo recuperar, na própria situação, os pressupostos em que assentam, de forma a ser possível manter o envolvimento necessário e avaliar o que se pretende significar. Deste ponto de vista, a *contextualização* é um procedimento de facilitação da interpretação necessário para que o sentido se faça. Tal contextualização pode ser verbalizada. Por exemplo, é vulgar observar-se a ocorrência, no próprio processo de interacção verbal, de comentários, directa ou indirectamente dirigidos ao interlocutor, com o objectivo de chamar a atenção para um desvio ou infracção por ele cometida aos pressupostos reguladores do contexto. Qualquer falante nativo do português europeu reconhece, nos enunciados que se seguem, objectivos ilocutórios directivos que podem levar à reformulação do comportamento, nomeadamente do comportamento linguístico, daqueles a quem tais enunciados se dirigem:

- (a) “O senhor lembre-se de com quem está a falar!”
- (b) “Nunca lhe disseram que não se fala alto no consultório?”
- (c) “Onde é que já se viu tratar-se os professores por 'tu'?!?”
- (d) “Mas quem é você para me tratar por 'você'?”
- (e) “Não é altura para se estar com cara de enterro!”
- (f) “Não comeses já a abanar a cabeça que ainda não sabes o que eu tenho para dizer!”
- (g) “Quem te avisa teu amigo é!”
- (h) “Fazes o favor de olhar para mim quando estou a falar contigo!”

Mas a contextualização pode ser vista não tanto como uma entrada de informação ou uma chamada de atenção para a recuperação de informação anterior mas sim como uma forma de acrescentar, valorizar ou tirar partido da informação disponibilizada. Nesta perspectiva, é a contextualização que explica que o interlocutor (Loc. B) possa reconhecer a intenção indirecta de um aparente pedido de informação formulado pelo locutor (Loc. A), como o exemplo seguinte:

Loc. A — Que horas são?

Loc. B — O quê? Não me digas que te queres ir já embora!

Se aceitarmos a ideia de que o uso da linguagem é uma espécie de acção conjunta, de que falámos logo no início deste capítulo, então é possível admitir que os tipos de acções e as formas como as acções são estruturadas constituem, eles próprios, uma base partilhada para a contextualização. Este pode ser, aliás, um ponto de partida para a caracterização de interacções específicas que, pela forma que tomam, poderiam, à partida, parecer inadequadas. Damos dois exemplos. O primeiro mostra como o simples enunciado de nomes que referenciam instrumentos constitui a base suficiente para a cooperação na interacção entre os membros de uma equipa médica, durante um intervenção cirúrgica:

M1 — tesoura!

M2 — (passa a tesoura em silêncio)

M1 — bisturi!

M2 — (passa o bisturi em silêncio)

M1 — compressas!

M2 — (passa as compressas em silêncio)

O segundo exemplo pretende mostrar como o mesmo tipo de cooperação na interacção se estabelece entre um comando e os militares, embora, neste caso, os enunciados sejam exclusivamente constituídos por verbos:

Comando — Virar à direita!

Militares — (viram à direita em silêncio)

Comando — Marchar!

Militares — (marcham em silêncio)

Os mesmos tipos de estruturação da interacção, noutros contextos, podem ser interpretados como quebra ou ausência de cooperação. Neste caso, a interacção não chega a constituir-se como acção conjunta. Veja-se o exemplo seguinte que poderia passar-se numa situação de entrevista ou inquérito:

Entrevistador: Nome

Entrevistado: humm

Entrevistador: Idade

Entrevistado: (silêncio)

Entrevistador: Nacionalidade

Entrevistado: (silêncio)

Entrevistador: Vamos lá ver! Você é surdo ou sou eu que estou a falar chinês?

o alocutário reconheça como criador de realidade um enunciado cujo universo de referência pode não ser reconhecido como real. As declarações assertivas constituem um tipo de declarações indirectas.

Enunciados como “Considero fundamental que você deixe de fumar a partir de agora.” ou “É fundamental que você deixe de fumar a partir de agora.” são declarações representativas no caso de o locutor ser médico e o paciente (alocutário) reconhecer, a partir do enunciado, autoridade ou poder ao médico para o fazer parar de fumar.

4.4. Modalidade e actos ilocutórios

Objectivos ilocutórios e forças ilocutórias fazem dos actos ilocutórios directivos, compromissivos e expressivos, enunciados em que as modalidades estão claramente expressas e directamente relacionadas com:

a) a utilização do modo imperativo, conjuntivo ou indicativo nos actos ilocutórios directivos:

- (1) *Come!*
- (2) *Não fumes!*
- (3) *Sais imediatamente!*

b) a marca de tempo futuro (com realização quer no presente quer no futuro do indicativo) nos actos ilocutórios compromissivos:

- (4) Não *voltarei* a pegar num cigarro.

c) a presença de verbos expressivos em actos ilocutórios expressivos:

- (5) *Agradeço* que não fumem.

Marcas igualmente fortes não são sistematicamente encontráveis nos restantes actos ilocutórios, i.e., nas declarações, nas declarações assertivas e nos actos ilocutórios assertivos. Nestes casos as modalidades estão directamente dependentes do estatuto do sujeito enquanto locutor, estatuto esse que revela o maior ou menor poder de declarar, ou o maior ou menor grau de controlo sobre a interpretação do alocutário no que toca ao conteúdo proposicional do enunciado proferido. Esse poder e esse controlo sobre o alocutário fazem com que estes

actos ilocutórios apresentem uma relação predominante entre locutor e estado de coisas, relação essa que é directamente expressa pelo modo verbal. Sintacticamente, tanto as declarações como as declarações assertivas apresentam facilmente enunciados cuja estrutura é, muitas vezes, a da frase simples não marcada, enquanto os actos ilocutórios assertivos apresentam estruturas completivas cujos verbos da oração principal são criadores de universos de referência, funcionando semanticamente como modais. No entanto, e no plano da interacção, os actos ilocutórios assertivos omitem, muitas vezes, a presença dos verbos ilocutórios mais altos em função do tipo de conhecimento adquirido entre locutor e alocutário. É de notar que, sempre que esse tipo de conhecimento é, por alguma razão, posto em causa, se recorre quer à entoação quer à deslocação desses mesmos verbos, muitas vezes reforçada por inversão do sujeito para o fim do enunciado:

- (a) *Acho* que o que eles fizeram não é correcto. *Eu acho.*
- (b) O que eles fizeram não é correcto, *acho eu.*

ou simplesmente

- (c) O que eles fizeram não é correcto.

A frase (c) ocorre na situação em que o locutor pensa controlar fortemente a posição do alocutário em relação ao conteúdo proposicional.

4.5. Contextos e contextualização

O *contexto*, ou situação, onde tem lugar um dado comportamento linguístico constituído por um enunciado, contribui para a interpretação desse mesmo enunciado. O conhecimento ou desconhecimento do contexto, ou dos princípios socioculturais que o regulam, numa dada comunidade, actua selectivamente sobre o que se diz e pode ou deve ser dito e restringe ou especializa a interpretação e compreensão do que é, facto, dito. Neste sentido, o contexto recruta da parte do falante um conjunto de pressupostos ou crenças necessárias para que a interpretação dos enunciados se faça.

A noção de contexto como situação física e social não é, contudo, suficiente. É possível considerar outras dimensões de contexto, tais como factores extra-situacionais, de natureza sociolinguística, por exemplo, que envolvem todo um conjunto de saberes anteriores, bem como o próprio ambiente comportamen-

c) expressões elípticas com valor ilocutório compromissivo:

(10) Até logo, às 8, à porta do cinema.

d) construções condicionais em que o conteúdo proposicional do consequente é a expressão de um acto compromissivo:

(11) Se não vieres, fico chateada.

4.3.4. Actos ilocutórios expressivos

Os actos ilocutórios expressivos têm como objectivo exprimir o estado psicológico do locutor em relação ao estado de coisas especificado no conteúdo proposicional, o qual conta necessariamente com uma qualquer propriedade relacionada tanto com o locutor como com o alocutário, propriedade essa que é reconhecida por ambos. A expressão do estado psicológico do locutor é dependente da condição de sinceridade que constitui a pressuposição da verdade do conteúdo proposicional do enunciado.

Os actos ilocutórios expressivos realizam-se a partir de:

a) verbos ilocutórios expressivos: adorar, agradecer, congratular-se, deplorar, gostar, lamentar, odiar, etc.

(12) Agradeço-te a visita de ontem à tarde.

(13) Congratulo-me com a vitória de Rosa Mota.

(14) Peço desculpa por telefonar a esta hora.

(15) Deploro as tuas atitudes machistas.

b) verbos criadores de universo de referência, modalizados por advérbios:

(16) Acho mal telefonar depois das 10 da noite.

c) expressões exclamativas, frásicas ou não, com adjectivos valorativos, advérbios e verbos experienciais, expressivos ou afectivos:

(17) Bom dia!

(18) Que lindo vestido!

(19) Gosto mesmo dessa planta!

4.3.5. Declarações

As declarações têm como objectivo ilocutório fazer com que o estado de coisas em referência coincida com o conteúdo proposicional do enunciado. Numa declaração, a força ilocutória não se diferencia do conteúdo proposicional. Uma declaração não descreve a posição do locutor (como um acto ilocutório assertivo) nem implica condições de sinceridade (como os actos ilocutórios directivos, compromissivos e expressivos) uma vez que não estabelece relação com um estado de coisas futuro.

Enquanto acto ilocutório, a declaração coloca directamente o locutor em termos de poder criar a realidade, i. e., de fazer com que o universo de referência coincida com o conteúdo proposicional do enunciado. Esse privilégio resulta da relação social que o locutor mantém com os seus alocutários, os quais lhe reconhecem estatuto para a criação do universo em referência. Uma declaração é a expressão verbal da realidade que ela própria cria ou de que pontualmente depende. Mesmo fazendo uso de verbos como *declarar* ou *nomear*, uma declaração só é entendida como tal se for proferida pelo locutor cujo estatuto permite a criação do estado de coisas enunciado. Por exemplo, o enunciado “A sessão está aberta” é uma declaração, se for proferido pela pessoa que preside a essa sessão; “Declaro-vos marido e mulher” é uma declaração, se o enunciado for proferido pelo oficial de registos ou pelo padre.

Existem ainda casos de enunciados em que é possível reconhecer objectivos declarativos indirectamente expressos. Por exemplo, a pergunta “Vamos começar a aula?” tem função de declaração se o professor estiver de facto, nesse momento, a iniciar a aula. Em caso contrário, o enunciado pode ter objectivos ilocutórios directivos (mandar calar, por exemplo), constituindo então um acto ilocutório directivo indirecto. Em ambos os casos, o enunciado não consiste apenas num pedido de informação, esse sim constituído pela interpretação literal do conteúdo proposicional do enunciado.

4.3.6. Declarações assertivas

As declarações assertivas apresentam forças ilocutórias assertivas mantendo os objectivos ilocutórios das declarações. Por outras palavras, uma declaração assertiva, apesar de explicitamente relacionar o locutor com o valor de verdade do conteúdo proposicional, utiliza essa explicitação como forma de simultaneamente evidenciar o estatuto do locutor em determinada situação de interacção. Deste modo, a força ilocutória assertiva aparece como tentativa de controlar verbalmente a relação social entre locutor e alocutário, de modo a que

- f) frases simples, por vezes com estrutura exclamativa, em que o conteúdo proposicional é fundamentalmente controlado pelo locutor: “Que ridícula esta situação!”

4.3.2. Actos ilocutórios directivos

Os actos ilocutórios directivos têm como objectivo tentar que o alocutário realize futuramente uma acção verbal ou não verbal que reflecta o reconhecimento, por parte desse mesmo alocutário, do conteúdo proposicional do enunciado proferido pelo locutor. Esta tentativa de determinação da realização da acção verbal ou não verbal que se espera do alocutário é assumida, em vários graus, pela representação verbal do tipo de controlo do locutor sobre o alocutário. Para tal, pode fazer-se uso de uma hierarquia de controlo, que vai da expressão da ordem à sugestão, ao conselho ou, mesmo, ao simples pedido de informação.

O conteúdo proposicional de qualquer acto directivo não é susceptível de ser interpretado como verdadeiro ou falso. Ele é dependente das condições que regulam o seu reconhecimento por parte do alocutário, nomeadamente da legitimidade do acto directivo, quer no que toca aos princípios de classificação do universo de referência quer no que toca ao seu enquadramento linguístico. Os valores de verdade num acto ilocutório directivo ficam, assim, inteiramente dependentes da realização futura da acção por parte do alocutário.

Os actos ilocutórios directivos directos podem realizar-se em português na expressão de ordem, pedido, sugestão e conselho, com base em:

- a) frases imperativas ou seus substitutos, quer no conjuntivo quer no indicativo;
- b) verbos ilocutórios directivos: aconselhar, esperar, exigir, implorar, lembrar, mandar, obrigar, ordenar, pedir, proibir, querer, sugerir, suplicar, etc.

Realizam-se pedidos de informação com base em:

- c) frases simples interrogativas;
- d) frases complexas cujo verbo superior é um verbo de inquirição do tipo perguntar, interrogar, inquirir, investigar.

Constituem actos ilocutórios directivos indirectos frases interrogativas contendo uma negativa com valor positivo, cuja força ilocutória é semelhante à dos pedidos de confirmação e cuja marca directiva é dada por:

- e) verbo modal, expressão da modalidade deontica do conteúdo do acto ilocutório:

- (1) Não é verdade que não se *deve* dar ouvidos a tolos?
- (2) Não achas que *tens de* comer a sopa toda?
- (3) Não sabes que não *podes* espreguiçar-te à mesa?

- f) verbo declarativo ou directivo, expressão de uma relação de reconhecimento da modalidade do conteúdo proposicional do enunciado:

- (4) *Não te disse* para teres cuidado com o fogo?
- (5) *Quantas vezes te proibi* de gritar à frente das visitas?

4.3.3. Actos ilocutórios compromissivos

Os actos ilocutórios compromissivos têm como objectivo comprometer o locutor no desenrolar futuro de uma acção expressa no conteúdo proposicional do enunciado. Esse compromisso por parte do locutor conta com uma condição de sinceridade que é a de o locutor “ter intenção” de se relacionar com o desenvolvimento futuro da acção. O acto ilocutório compromissivo traduz verbalmente a relação de poder e de controlo do locutor na determinação de um mundo (estado de coisas) futuro.

O conteúdo proposicional de um acto ilocutório compromissivo não é susceptível de atribuição de valores de verdade, uma vez que o conteúdo proposicional só encontra referência num espaço de tempo posterior ao da enunciação.

Os actos ilocutórios compromissivos podem realizar-se em particular a partir de:

- a) frases simples com utilização de tempo futuro do indicativo ou seus substitutos como o presente do indicativo:

- (6) Irei
- (7) Vou vê-la assim que puder.

- b) verbos ilocutórios compromissivos: comprometer, jurar, prometer, tencionar, etc.

- (8) Juro dizer a verdade.
- (9) Tenciono passar aí por casa amanhã.

considerarmos, por exemplo, um “pedido” e uma “ordem”, notamos que ambos têm o mesmo objectivo ilocutório “tentar que o alocutário faça algo”, embora as forças de ilocução sejam completamente diferentes: a ordem é normalmente expressa pelo modo imperativo ou seus substitutos; o pedido pode assumir a forma de uma pergunta ou de uma frase complexa cujo conteúdo da oração subordinada constitui aquilo que é, de facto, pedido.

Segundo Searle (1969 e 1975) existem seis categorias gerais de actos ilocutórios, tendo em conta os respectivos objectivos:

Tipos	Objectivos ilocutórios
A. I. Assertivos	Relacionar o locutor com o valor de verdade da proposição expressa pelo enunciado.
A. I. Directivos	Tentar que o alocutário realize futuramente uma acção, verbal ou não verbal, que reflecta o reconhecimento, por parte desse mesmo alocutário, do conteúdo proposicional do enunciado proferido pelo locutor.
A. I. Compromissivos	Comprometer o locutor no desenrolar futuro de uma acção expressa no conteúdo proposicional do enunciado.
A. I. Expressivos	Expressar o estado psicológico do locutor sobre o estado de coisas especificado no conteúdo proposicional do enunciado.
Declarações	Fazer com que um dado estado de coisas do mundo coincida com o conteúdo proposicional do enunciado.
Declarações Assertivas	Fazer com que um dado estado de coisas do mundo coincida com o conteúdo proposicional do enunciado, relacionando o locutor com o valor de verdade da proposição expressa pelo enunciado.

4.3.1. Actos ilocutórios assertivos

Inicialmente designados como representativos, os actos ilocutórios assertivos têm como objectivo relacionar o locutor com o valor de verdade do conteúdo proposicional do enunciado. A asserção traduz, ao nível das palavras, da posição que o locutor tem em relação ao universo em referência e do tipo de controlo que com ele mantém. Em português, os actos ilocutórios assertivos realizam-se com base em:

- verbos ilocutórios assertivos, tais como: admitir, acreditar, afirmar, concordar, confessar, descrever, discordar, informar, negar, responder, etc;
- expressões modalizadas de verbos criadores de universo de referência: considerar certo, achar possível, achar necessário, etc;
- asserções simples cujo conteúdo proposicional é equivalente às frases contendo os verbos mencionados em a) e b): «Estás com febre, tão certo como 2 e 2 serem 4» ou simplesmente «Estás com febre».

As realizações mencionadas em a), b) e c) constituem actos ilocutórios assertivos directos. Podem, no entanto, encontrar-se casos que consideramos como actos ilocutórios assertivos indirectos:

- enunciados que, em interacção, se tornam relevantes e adquirem representatividade quando considerados em conjunto com o enunciado anterior:

Loc. 1 — Achas que o Pedro vai chegar a horas?
 Loc. 2 — *Claro!*
Necessariamente!
Por que é que não há-de chegar?

- enunciados que, em interacção, contêm implicaturas conversacionais com função de respostas, cujo objectivo é relacionar o locutor com o valor de verdade do universo referido no enunciado anterior, e cujo sentido pragmático tanto pode ser positivo como negativo:

Loc. 1 — Achas que o Pedro vai chegar a horas?
 Loc. 2 — *Se ainda é o mesmo que eu conheci...!*
 ou ainda
 Loc. 2 — *O quê, o rei faz anos?*

sujeitos locutores, a qual deve conter os princípios que regulam basicamente qualquer transmissão verbal de informação. Esses princípios especificam certas “convenções” normalmente aceites pelos sujeitos em interacção (cf. Grice, 1975), no que toca a *quantidade de informação* a transmitir (suficiente ou insuficiente em função do objectivo), a *qualidade da informação* (se é verdadeira ou falsa, adequada ou não), a *relação* e a *maneira* como a informação é transmitida. Parte-se assim do princípio de que, num processo de interacção, cada locutor faz com que a sua intervenção seja adequadamente informativa, i.e., não contenha nem mais nem menos do que a informação necessária (*princípio de quantidade*), não seja falsa nem fale de coisas para que não há evidência (*princípio de qualidade*), seja relevante (*relação*), evite a obscuridade, evite a ambiguidade, seja breve e ordenada (*maneira*). Assim, um enunciado de um locutor é relevante se for produzido e reconhecido como tal pelo alocutário. É informativo se acrescentar algo ao saber anterior do alocutário.

O reconhecimento de informação nova pode depender de vários factores. Um primeiro factor a ter em conta é, como já foi anteriormente referido, o estabelecimento de relação entre o enunciado e o discurso que imediatamente o antecede. Um enunciado “economiza” referências e formas de referir, em função daquilo que foi anteriormente dito e da forma como foi expresso. Uma pergunta como “Quando é que passa cá por casa?” pode obter como resposta “Passo por aí amanhã” mas, também e apenas, “Amanhã”, sendo ambas as respostas igualmente informativas e relevantes em função da solicitação anterior.

Para que a interpretação de um enunciado se faça por inferência, é preciso que, pelo menos, uma das convenções atrás referidas (*quantidade, qualidade, relação e maneira*) não se tenha verificado e que o alocutário reconheça essa violação como intencional por parte do locutor. Ao reconhecer como intencional a violação de uma convenção, o alocutário infere, simultaneamente, a informação que está, desse modo, a ser-lhe transmitida. Esta informação adicional, este significado implicado, pode constituir-se convencionalmente ou conversacionalmente, dando lugar, respectivamente, a uma **implicatura convencional** ou a uma **implicatura conversacional**.

A implicatura conversacional evoca, a nível da interacção verbal, produções de sentido não convencionais que permanecem implícitas nos enunciados e que o locutor considera relevantes e legítimas para a interpretação do enunciado.

Em resumo, o estabelecimento da informação relevante processa-se a diversos níveis:

- ao nível da realização física da fala e da prosódia, nomeadamente pela organização temporal da fala e pela entoação adequada;
- ao nível sintáctico-semântico, nomeadamente através da coesão entre fra-

ses, da presença ou do apagamento de conectores, das relações gramaticais e da formação de palavras, das relações inferenciais ou outros mecanismos lógicos que importam para a interpretação dos conceitos estabelecidos pelas relações entre palavras e entre frases, nomeadamente em processos metafóricos e metonímicos;

- a nível interaccional, pelos tipos de cooperação entre objectivos comunicativos, práticas e relações sociais entre locutores, que podem regular, nomeadamente, o emprego das formas de auto-referência e de tratamento, a utilização do silêncio, a extensão dos enunciados, o dar a palavra e o tomar a palavra, as estratégias pragmáticas de controlo da situação;
- a nível dos procedimentos cognitivos dos falantes, nomeadamente da memória, da atenção, dos modelos mentais e das inferências, dos raciocínios e dos estados emocionais.

4.2.2. Objectivos comunicativos e actos de fala

Os objectivos comunicativos presentes no uso da linguagem verbal regulam um nível de significação distinto do nível semântico de interpretação proposicional dos enunciados. Um **acto de fala** é um comportamento verbal, governado por regras que asseguram que as intenções comunicativas venham a ser adequadamente interpretadas. Algumas dessas regras definem os próprios tipos de actos que podem ser realizados pela fala. Faz parte da *competência comunicativa* de qualquer falante distinguir uma ordem de um pedido, uma intenção de um compromisso, uma asserção de uma representação de um estado emocional. Existe, pois, um *significado pragmático* subjacente a cada acto de fala.

4.3. Tipologia dos actos ilocutórios (2)

É possível distinguir em cada tipo de *acto ilocutório* uma *força de ilocução* (F) e um *conteúdo proposicional* (p) de tal modo que cada acto de ilocução pode ser simbolizado por F (p). Cada tipo de acto ilocutório tem implicado um *objectivo ilocutório* que, de certo modo, regula e integra a força de ilocução. Se

(2) Adoptamos aqui a adaptação da taxonomia de Searle, apresentada por C. A. M. Gouveia in I. H. Faria *et alii* (1996: 391-402).

curator, uma certa analogia de percepções, conhecimentos, crenças, pressupostos. No entanto, os estados mentais de cada locutor dificilmente poderão, em si mesmos, ser julgados análogos, pelo que, no processo de interacção, cada locutor “pensa” que o outro locutor “pensa”, “vê”, “sente”, “conhece”, “acredita”, “supõe”, “acha”, etc. o mesmo que ele.

Num processo que envolva mais de dois interlocutores, esta partilha da base comum apresenta-se ainda mais complexa e até conflituosa, ao nível da representação da informação. Da simples nomeação (ao que alguns chamam “pêra”, por exemplo, outros podem chamar “maçã” cujo referente é, para os primeiros, um objecto distinto de “pêra”) às estruturas sintácticas por que cada locutor opta, o conhecimento a partilhar pode não encontrar correspondências nos interlocutores. O mesmo pode acontecer no que respeita ao **universo de referência** da interacção verbal.

O universo de referência não se constitui enquanto um e apenas um conjunto das categorias existentes ou possivelmente existentes de um dado mundo real ou possível. O universo de referência corresponde ao conjunto de categorias e relações que fazem parte do conhecimento real ou possível, por parte de seres humanos, num dado contexto social. Trata-se, fundamentalmente, do conjunto de categorias e de relações entre categorias que, do ponto de vista material ou simbólico, constituem implícita ou explicitamente competências, saberes e crenças, legitimados ou legitimáveis nas sociedades a que pertencem. A título de exemplo, podemos facilmente reconhecer que uma categoria verbalmente realizada através da palavra “trabalhador” estará diferentemente relacionada com outras categorias, quer do ponto de vista material quer do ponto de vista simbólico, em universos de referência de partidos políticos, sindicatos, grupos de trabalho ou contextos familiares. Não é pois de admirar que, em situação de interacção entre dissemelhantes, a utilização da palavra evoque conceitos e relações entre conceitos que não sejam coincidentes no saber prévio dos interlocutores e que, por essa razão, a partilha de informação dificilmente se faça.

Por outro lado, no âmbito da interacção verbal, as situações ou cenários recrutam, para a sua realização, apenas parte do conjunto de competências, saberes e crenças que constituem os universos de referência dos locutores em presença. A produção de sentido em interacção supõe, por isso, um dado número de operações que conduzem, fundamentalmente, à constituição da base comum, epistémica e deonticamente necessária ou possível, para que uma dada situação de interacção se verifique.

Um processo de interacção verbal é um processo comunicativo que importa não só pelo que é comunicado mas também pela acção conjunta entre quem comunica e pelas formas como a comunicação se estabelece. Durante séculos pensou-se que, para comunicar, bastava a existência de um modelo que assegu-

rasse a codificação e a decodificação de mensagens, admitindo assim que toda a informação relativa a uma mensagem estava nela explicitamente contida. Só recentemente se considera que a interpretação é ela própria geradora de sentidos, uma vez que pode fazer uso de mecanismos inferenciais. Convém igualmente ter-se em conta o papel que as crenças epistémicas e deónticas assumem na organização cognitiva do significado.

Por tudo o que ficou dito, podemos facilmente reconhecer que a informação veiculada por uma dada proposição que constitui um enunciado pode não significar exactamente o mesmo para os locutores intervenientes num dado processo de interacção. Diferenças na interpretação podem dever-se a diferentes graus de conhecimento epistémico, ético, estético, social dos interlocutores, independentemente de, nessa actividade partilhada, todos serem falantes de uma mesma língua natural. Tome-se como exemplo a palavra “probabilidade” e repare-se como tem um significado diferente quando utilizada por um falante comum (num enunciado como “Há *probabilidade* de que ele chegue atrasado”) ou por um matemático (“A *probabilidade* de alguém acertar no totoloto é definível matematicamente”). Tais diferenças existem em consequência de um conjunto de conhecimentos especializados que caracterizam o matemático, mas não o falante comum. A interpretação de um dado enunciado não depende exclusivamente do conteúdo proposicional das frases que o constituem mas do significado que resulta da utilização de mecanismos, nomeadamente inferenciais, que atribuem à frase, ou ao mesmo conjunto de frases que constituem o enunciado, um **significado pragmático** ou comunicativo para a situação específica de interacção. Por exemplo, a expressão “bom dia” é interpretada comumente como saudação mas, se for dita no desenrolar de uma discussão, o locutor que a enuncia deve pretender que o seu interlocutor infira que ele não tem mais nada a dizer, ou que não está interessado em continuar a conversa.

4.2.1. Cooperação na interacção

Quando se tem como objecto de análise a interacção verbal, é necessário não só ter em conta o facto de os falantes utilizarem unidades e operações pertencentes a uma determinada língua natural mas, para além disso, é fundamental ter consciência de que o uso de uma língua é selectivo sobre o conjunto disponível de unidades e operações, que existe em função de uma informação que se quer veicular, a qual nem sempre está contida na interpretação semântica do léxico ou das frases utilizadas. Para levar a bom termo uma acção conjunta de comunicação verbal não basta estarem presentes cumulativamente todos os seus factores constituintes. É necessária a existência de *cooperação* mínima entre os

anteriormente dito e pela forma como foi dito. A simples observação dos contextos linguísticos em que os enunciados ocorrem mostra a importância e a influência do discurso que foi previamente produzido sobre os enunciados que se vêm a produzir. De certo modo, cada enunciado que se produz, numa situação de interacção, é regulado pelo discurso que designamos por **discurso anterior**. Igualmente se reconhece capacidade reguladora à *distância* relativa da localização da referência, dentro de unidades discursivas pertencentes a cada um dos locutores.

Num processo de interacção, cada *movimento*, *turno* ou *fala* de um dado locutor tem início na **tomada de palavra** ou **tomada de vez** por este, e consiste num enunciado ou conjunto de enunciados, a que se segue, em princípio, um movimento por parte de outro locutor interveniente no mesmo processo. Os contextos linguísticos a observar podem, assim, situar-se no interior de um único movimento, no par de movimentos ou no conjunto mais amplo de movimentos antecedentes.

No interior de um único movimento, a importância da consideração do discurso anterior manifesta-se:

- a. a nível de coesão e de coerência, nomeadamente a nível sintagmático de resolução de cadeias anafóricas;
- b. através de fenómenos de associação lexical; os quais podem dever-se a relações de natureza semântica, de natureza morfológica ou, mesmo, de natureza fonética, por semelhança ou dissemelhança;
 - “deitar cedo e cedo erguer dá saúde e faz *morrer*” (em vez de “crescer”)
 - “por favor, dá-me um *carião*” (em vez de “dá-me um carioica de limão”)
 - “três tristes *trigres*”.

Os procedimentos que estão na base das associações de palavras são os mesmos que regulam, de algum modo, o acesso ao léxico por parte de cada falante. Tais procedimentos facilitam ou criam opacidades, e tornam-se ainda mais evidentes nas situações de produção de *lapsos da língua*. Os lapsos da língua são produções que trazem involuntariamente, ao plano da realização do enunciado, as associações semânticas, morfológicas ou fonéticas que lhes estão subjacentes. Alguns destes lapsos combinam, antecipam ou pospõem unidades de diferentes naturezas e extensões, que podem conter desde fórmulas relativamente fixas a unidades fónicas e morfológicas destacáveis nos elementos presentes na organização sintagmática do enunciado. É o caso de produção como “água mole em pedra dura entra muda e sai calada” que combina a primeira parte do provérbio “água mole em pedra dura tanto dá até que fura” com outra expressão fixa “entra muda e sai calada” cuja extensão, composição e comportamento prosódico se aproximam e equivalem à parte final do provérbio inicial.

Nos **pares de movimentos** é evidente a importância do discurso anterior se observarmos de que maneira o primeiro enunciado do par regula e condiciona o enunciado que se lhe segue:

- a. de forma automática, como na saudação
 - P — “Como está, está bem?”
 - R — “Bem, muito obrigada.”
- b. pela repetição do verbo
 - P — “De que é que gostas mais?”
 - R — “Gosto de ouvir música.”
- c. pela utilização de um hiperónimo
 - P — “Se te sentes só, porque é que não compras um cão?”
 - R — “Não gosto de animais em casa.”
- d. pela ordem de apresentação da informação nova no enunciado
 - P — “Então, diga-me lá, que idade tem, onde é que nasceu e com que idade entrou para a escola primária?”
 - R — “Quinze, Lisboa, aos seis.”

Num conjunto mais amplo de movimentos antecedentes produzidos por um dos locutores, é possível destacar referências susceptíveis de serem posteriormente recuperadas por qualquer um dos locutores em interacção, através de mecanismos de repetição simples ou transformada, recontextualizada no novo movimento:

“Você, há bocado, disse que não gosta de ter animais em casa. Pois eu gostava de ter um 'gato'.”

4.2. Conhecimento partilhado, conhecimento mútuo, base comum e universo de referência

Não se poderá falar de interacção se, na actividade conjunta em que estão envolvidos os interlocutores, a informação não passar. A informação, seja ela de natureza meramente descritiva ou de natureza emocional, assenta sobre o pressuposto de que os interlocutores, numa dada situação ou cenário, partilham ou podem vir a partilhar conhecimentos, convicções, gostos, planos, interesses, etc., isto é, que existe uma *base comum* de que partem para, em conjunto, produzirem e compreenderem o sentido da interacção. Tal base pode ser definida enquanto um conjunto partilhado de representações que recrutam, em cada lo-

tais ou espaços mentais). Tais representações cognitivas são *mapeadas* no plano da linguagem verbal, recrutando, em cada sistema linguístico, as formas disponíveis e adequadas para a sua representação. O uso do português, uma língua que dispõe de uma grande quantidade de representações de movimento lexicalizadas, permite a qualquer falante optar, por razões que o locutor considere pragmaticamente relevantes, por descrever algo que “atravessa” uma rua como algo “indo para o outro lado” da rua, ou dar uma ordem como “vem cá” onde o deíctico “cá”, aparentemente redundante relativamente ao verbo lexicalizado, reforça a própria ordem, no contexto em que ocorre.

A natureza da composição da representação do movimento está patente, também, em expressões que descrevem literalmente, de um modo pragmático, a composição da representação como “andar pé ante pé” ou “pôr-se em bicos dos pés”, e mantém-se em expressões idiomáticas, com base na interpretação metonímica, como em “fugir a sete pés”, “andar com pezinhos de lã”, “sair como uma bala”, etc.

Tendo em conta os factores constitutivos das representações cognitivas espaciais, várias tipologias têm sido apresentadas no sentido de descreverem *esquemas* mais ou menos prototípicos de representação espacial das diferentes situações ⁽¹⁾.

4.1.4. Uso da linguagem, frequência de uso e variação

O conhecimento que cada falante tem da sua língua materna é sempre superior àquilo que cada falante tem consciência de saber. Este aspecto é facilmente verificável a nível do vocabulário utilizado. Cada falante dispõe de um **vocabulário activo** que é o que frequentemente utiliza e de um **vocabulário passivo** a que foi exposto e que, de algum modo, armazenou na memória mas que, por razões várias, não utiliza ou não tem oportunidade de utilizar. Este léxico passivo pode vir a ser recuperado da memória, isto é, pode vir a ser tornado activo em determinadas situações, nomeadamente de resposta a solicitações explícitas (por exemplo, “Diga todos os nomes de flores de que se lembre”) que funcionam como uma espécie de treino para a activação das palavras na memória. Na ausência de solicitações deste tipo, o léxico passivo tende a perder-se.

⁽¹⁾ Referimos com especial destaque o trabalho de Talmy, desenvolvido desde os anos 70, concebendo o *esquema imagético* como uma estrutura pré-conceptual que tem base na percepção, no movimento do corpo, na manipulação física dos objectos e apresentando esquemas básicos da situação de deslocação, abrangendo movimento e localização estática, a partir de uma objecto (*Figura*), localizado ou em movimento em relação a outro objecto (*Fundo*), num dado *Percurso*. Veja-se, também, para o português, o trabalho de Batoréo (2000).

uma vez que tendem a desactivar-se e, portanto, a desaparecer as ligações às redes semânticas onde esse mesmo léxico teria oportunidade de se tornar activo.

Algo de semelhante acontece relativamente às estruturas gramaticais disponíveis na língua. Cada falante tende a utilizar, com maior frequência, um subconjunto das estruturas disponibilizadas pela gramática da língua e a utilizar, com menos frequência, outras que, por essa razão, entram progressivamente em desuso, ou ficam limitadas a determinados tipos de situação comunicativa e a contextos interactivos de menor frequência ou maior formalidade. A variação de uso, por parte de cada falante, está na base das mudanças linguísticas que se vão operando ao longo do tempo. No sujeito falante, tais alterações vão-se manifestando ao longo da vida, desde o processo de aquisição da língua, ao seu desenvolvimento até atingir o estado estável, ao alargamento constante do léxico, às perdas que derivam do envelhecimento, a nível cognitivo, com expressão em alterações, por exemplo, da atenção, da percepção e da memória.

É fácil verificar que a variação se estende a todo o conjunto de falantes de uma mesma língua, ainda que tal processo seja desencadeado por factores tão distintos como a pertença a uma dada geração, a inserção num determinado grupo socioprofissional, a vivência prolongada numa dada região, o contacto com outras comunidades, etc.

Toda a variação parece assentar num princípio geral de **frequência de uso**. Pelo seu lado, a frequência de uso aparece também ligada a factores de natureza social e cultural, de desenvolvimento pessoal, de formação profissional, de localização no espaço geográfico, de localização no tempo, dos tipos e graus de contacto com os outros, etc., factores externos à própria língua mas que actuam selectivamente sobre a interacção, nas diferentes situações comunicativas. As **formas de tratamento** entre locutores, os **tipos de saudação**, a expressão das emoções, os graus de maior ou menor formalidade na selecção do léxico a utilizar e, nomeadamente, das expressões idiomáticas, a expressão verbal da maior ou menor distância e solidariedade entre falantes, são aspectos que reflectem a existência de normas de natureza sociocultural a preservar na interacção verbal, a par dos graus de adequação que a frequência de uso pelas diferentes gerações e entre gerações diferentes lhes reconhece.

4.1.5. Tomada de palavra ou de vez, discurso anterior e lapsos da língua

Num processo de produção verbal em interacção, vários são os factores que interagem e conduzem à realização de enunciados ou de trocas verbais. O que se diz e a forma como algo é dito é, de algum modo, condicionado pelo que foi

Notem-se os contrastes entre verbos como *levantar e baixar, pôr e tirar, içar e arrear, levantar e baixar, partir e chegar, passar por, atravessar, percorrer*.

Se, por um lado, as línguas naturais dispõem de mecanismos de tradução das características e das relações espaciais e temporais, realizando-as através da utilização de estruturas que funcionam como marcas de localização espacial e temporal, o espaço e o tempo são, em primeiro lugar, uma espécie de operadores semânticos que contribuem para a construção de conceitos mais complexos nas diferentes áreas semânticas que incluem formas, movimento, percepção, emoção, posse, comunicação, etc. Cada área semântica pode estar reflectida no léxico onde é possível reconhecer conjuntos de palavras que partilham um conceito comum subjacente, de natureza espacial ou temporal (*chegar e trazer* incorporam o alvo, *atravessar e percorrer* incorporam o percurso, *içar e levantar* incorporam o ponto de partida e o movimento ascendente, etc.).

Do ponto de vista cognitivo, espaço e tempo aparecem frequentemente interdependentes: por exemplo, pode descrever-se a distância entre dois pontos no espaço com base no tempo que tal percurso leva a percorrer (“A Luísa mora a dez minutos da tua casa”), tal como é possível construir uma referência temporal a partir de marcos espaciais (“Estou pronta num abrir e fechar de olhos”).

Saber interpretar frases do tipo “B está *entre* A e C” ou “o gato escondeu-se *atrás* da porta” implica ser capaz de identificar um predicado que pode envolver dois ou mais lugares e uma noção física, concreta, da posição dos objectos envolvidos. No entanto, o conhecimento dos factores directamente implicados na localização não é suficiente para a selecção e uso apropriado das preposições que integram as expressões locativas. No caso do português, o falante da variedade europeia dirá, por exemplo, “vou *a* casa”, “vou *para* casa”, “vou *até* casa” ou “passo *por* casa”, na mesma situação em que um falante da variedade brasileira dirá “vou *em* casa” ou “vou *na* casa”. Isto significa que as preposições, mesmo as pertencentes a uma única língua, não reflectem directamente movimentos e localizações fisicamente semelhantes mas sim conceptualizações mediadoras entre o mundo e a linguagem verbal que reflectem, por um lado, estruturas de representação (por exemplo, “vou *para* e não *a* casa”) e, por outro, propriedades interaccionais (por exemplo, o grau de familiaridade entre locutores, “Vem *até* lá a casa!”).

Se tivermos em consideração a dificuldade sentida por falantes que aprendem uma qualquer língua estrangeira através de um processo de escolarização, podemos colocar a hipótese de que os problemas relacionados com a aprendizagem e uso correcto de preposições e conjunções não se devam apenas às metodologias utilizadas mas a todo um processo de acomodação linguística e conceptual que, de algum modo, encontra resistências em confronto com parâmetros das respectivas línguas maternas socioculturalmente adquiridos.

Quer no interior de cada língua quer entre diferentes línguas particulares o léxico e as relações para a representação de movimento e localização podem apresentar processos mais ou menos morfologizados e sintactizados (i.e., elaborados a partir de conceitos inicialmente mais simples e directos), a par de processos de representação mais próximos de um modo pragmático. O conceito de “levar”, por exemplo, pode ser dado pela relação conceptual que combina “agarrar” e “ir”, e o conceito de “trazer” pela relação entre “agarrar” e “vir”.

Exemplos encontrados no português falado em Moçambique, reflectem precisamente a ocorrência, em simultâneo, de formas mais sintacticizadas do léxico em conjunto com preposições referentes a um modo pragmático ainda presente (“Não gosto de passear nos fins-de-semana *para cá*”, no sentido de “não gosto de *vir para cá* nos fins-de-semana”). Repare-se que *passear* significa algo como “andar de um lado *para* o outro”).

Alguns destes procedimentos apontam para a existência de perspectivas preferenciais na caracterização dos diferentes graus da capacidade agencial presente nas relações temáticas das construções utilizadas. Por exemplo, expressões comuns em Moçambique como, por exemplo, “sai milho, sai feijão, sai mandioca” (i.e., o milho, o feijão, a mandioca *saem* da terra) focalizam a localização e o ponto de partida, enquanto em Portugal, para a mesma situação, construções com o verbo dar “dá milho, dá feijão, dá mandioca” enfatizam a capacidade agencial, origem ou fonte, da terra (i.e., “a terra *dá* milho, feijão, mandioca” e alguém recebe).

Para a representação do movimento, alguma línguas apresentam enquadramentos em que a direcção e o modo da acção se encontram lexicalizados no verbo: “sair” implica um ponto de partida que simultaneamente contém uma barreira, ou *marco*, pelo qual o objecto que se desloca deve passar (“sair de” ou “sair por”) em direcção ao alvo. Mas, se observarmos verbos como “fugir”, “escapar-se”, “pisgar-se” ou “escapular-se”, verificamos que a informação lexicalizada no verbo comporta mais do que a direcção do movimento e o marco, e incorpora, nomeadamente, o modo como o movimento se realiza (“pisgar-se”, por exemplo, corresponde a sair depressa, sub-repticiamente, sem fazer barulho, sem deixar rasto, etc.). Línguas como o inglês, por exemplo, fazem preferencialmente uso de *satélites* que, em conjunto com o verbo, apresentam os mesmos movimentos de uma forma não lexicalizada: “go out”, “go in”, “go away”, “run away” ficando a direcção representada por preposições e o modo como o movimento se faz representado por adjuntos.

O facto de existirem línguas que preferencialmente lexicalizam o movimento no item verbal e outras que preferencialmente utilizam *satélites*, mostra que, subjacentes às representações verbais, existem representações cognitivas do espaço (segundo os diferentes autores designadas como esquemas, modelos men-

pendentes desse mesmo contexto para a interpretação plena das referências pessoais, espaciais e temporais que comportam.

As expressões dêicticas pessoais indicam os participantes e os protagonistas na situação de interacção: “eu” refere, na situação, o locutor, a pessoa que diz “eu”; “tu”, “você”, “vocês” indica o interlocutor ou interlocutores da pessoa que diz “eu”, etc. Por sua vez, localizações reconhecíveis no interior do contexto em que ocorrem podem ser representadas por expressões dêicticas espaciais, do mesmo modo que as expressões dêicticas temporais apontam para intervalos de tempo identificáveis em função da relação que mantêm com o tempo da sua própria enunciação.

A interpretação plena das expressões dêicticas envolve, por princípio, uma interpretação presencial, uma vez que é a presença no contexto que permite identificar protagonistas e a sua localização e percursos no tempo e no espaço.

Por exemplo, um enunciado como (4)

- (4) Vem cá logo, para veres os móveis que eu comprei ontem.

é facilmente interpretado como um convite formulado por um locutor (“eu”), dirigido ao seu interlocutor (“tu”, implícito na flexão verbal) para que se desloque (“vem”) posteriormente (“logo”) ao local onde se encontra o locutor (“cá”), com o intuito de o interlocutor ver os móveis que o locutor comprou no dia anterior ao momento em que profere o enunciado (“ontem”). Dado que o enunciado é proferido em português europeu, ficamos a saber que entre os locutores existe uma relação social de proximidade que permite o tratamento por “tu”, no entanto, nada sabemos sobre os dados pessoais do locutor (quem é, de facto, qual o sexo a que pertence, que idade tem, por exemplo) a não ser que teve capacidade para “comprar móveis”; também nada sabemos sobre o interlocutor (de que sexo é, que idade tem, que relação mantém com o locutor ou a que distância se encontra do locutor, se falam de longe, se falam ao telefone, se comunicam por escrito, etc.). Pressupõe-se, no entanto, que o interlocutor conhece o local onde se encontra o locutor (isto é, sabe o que, na realidade, significa “cá”) e que, em função do dia em que este enunciado tem lugar, o interlocutor tem conhecimento do dia em que os móveis foram comprados (isto é, sabe o que, em tempo real, significa “ontem”).

Esta capacidade que alguns dos elementos lexicais contidos em enunciados têm para indicar ou apontar pessoas, lugares e tempo revela-se em diversas classes de palavras, nomeadamente através de preposições, advérbios, verbos e pronomes que se encontram disponíveis na língua para assumir tais funções, no plano da interacção verbal.

É interessante observar que a representação pessoal é, muitas vezes, o marco a partir do qual a representação espacial se faz. No plano da interacção, o locutor (A) e o seu interlocutor (B) constituem, cada um deles, um *locus* de referência em relação ao qual fica expressa a proximidade ou a distância de um objecto, de uma acção ou de um evento. Observem-se os enunciados (5) a (10):

- (5) Traz cá o livro. (deslocação de B para junto de A)
- (6) Fica aí onde estás. (manutenção da localização de B, distante de A)
- (7) Vai levar o bolo à avó. (deslocação de B do lugar onde se encontra para junto de C)
- (8) Olha ali o passarinho! (foco de atenção fora da localização de A e de B)
- (9) Toma lá a caneta e dá cá o lápis. (a caneta é deslocada de A para B e o lápis de B para A)
- (10) Ali corre um rio, mais à frente passa uma estrada e acolá começa a aldeia. (rio, estrada e aldeia encontram-se fora das localizações de A e B mas, no horizonte e perspectiva de ambos, o rio é o referente mais próximo, a aldeia o referente mais longínquo e a estrada encontra-se numa localização intermédia)

Também o tempo pode ser expresso relativamente a um *locus* de referência presencial que corresponde ao próprio momento da enunciação. Observem-se os enunciados (11) a (14):

- (11) Agora estou a ouvir música e mais logo vou ao cinema.
- (12) Antes não gostava de nada, agora como de tudo.
- (13) Pede imediatamente desculpa!
- (14) Logo se verá!

4.1.3. O espaço e o tempo: aspectos da representação do movimento

A representação de proximidade ou distância relativa aos interlocutores está, em alguns casos, incorporada nos verbos de representação de movimento, como é o caso de *trazer* e *levar*, *vir* e *ir*, *dar* e *tomar*. Mas, mesmo não funcionando nenhum dos interlocutores como *locus* de referência, é possível observar a existência de dêixis espacial intrínseca ao léxico de representação espacial de movimento, quer em função de um ponto de partida, de um marco, de um percurso ou trajectória, de um alvo a atingir ou, ainda, em função de conjuntos destes factores.

tuação, seleccionar a forma de auto-referência que considera mais adequada ao mapeamento da sua posição na relação social, em cada movimento. Observe-se a seguinte troca:

- (1) D — Eu não sou muito de vir ao médico, mas *uma mulher da minha idade* precisa de ser vigiada.
M — É claro! Não vejo nada de especial mas, enquanto *seu médico assistente*, aconselho-a a que faça uma ecografia todos os anos.

O reconhecimento da relação social tem também tradução nas **formas de tratamento** que cada locutor utiliza para se dirigir ao outro:

- (2) D — O *Sr. Doutor* lembra-se da última vez que vim à consulta?
M — Já vejo na minha ficha. Ora o *Sr. Silva* esteve cá o ano passado, precisamente por esta altura!

Mas a relação social nem sempre se rege pelo mesmo conjunto de princípios. Se, por exemplo, doente e médico partilharem valores materiais e simbólicos que lhes permitam reconhecer-se reciprocamente como semelhantes, as formas seleccionáveis para se dirigirem um ao outro, mesmo dentro da situação de entrevista médica, são as disponíveis no sistema de tratamento entre semelhantes:

- (3) D — Como vai o *meu caro amigo*?
M — Com muito trabalho! O costume! O que é que *o* traz por cá?

A relação social desenvolve-se em **cenários** específicos a que cada processo de interacção é, por sua vez, sensível. Há situações em que as trocas verbais entre os locutores são mais frequentes e livres como acontece, por exemplo, quando se conversa sobre qualquer assunto, se troca opiniões ou se discute entre amigos, em **cenários pessoais** onde a interacção se faz frente a frente. Nestes casos, as trocas e as tomadas de palavra pelos interlocutores são mais frequentes. Outras situações exigem produções mais próximas dos monólogos, com maior planificação daquilo que se pretende dizer, com maior controlo e com poucas interrupções. São **cenários impessoais** ou menos pessoais, como pode ser o caso de uma aula dada pelo professor, de uma intervenção feita numa assembleia, de um sermão, isto é, de situações que envolvem audiências que, em princípio, pouco entram em diálogo com o locutor.

H. Clark (1996) considera, para além destes cenários pessoais e impessoais, a existência de cenários institucionais, cenários normativos, cenários ficcionais, cenários mediatizados e cenários privados.

Nos **cenários institucionais**, os participantes apresentam trocas verbais muito semelhantes à simples conversação mas limitam-se, no entanto, aos princípios e assuntos institucionais. É o caso das entrevistas realizadas nos meios de comunicação, dos interrogatórios levados a cabo nos tribunais ou das discussões travadas no decorrer de uma aula. As trocas podem ser mais ou menos espontâneas, mas as tomadas de palavra ou os assuntos focados são, em princípio, regulados pela pessoa que assume o controlo da situação.

Nos **cenários normativos**, as trocas e as palavras a proferir são, de um modo geral, fixadas antecipadamente. É o caso das declarações proferidas pelos noivos no acto do casamento, dos juramentos em tribunal, etc. Os cenários normativos constituem um subgrupo dos cenários institucionais.

Nos **cenários ficcionais**, os locutores podem expressar valores e intenções que podem não coincidir com os seus. Os locutores assumem papéis de outros personagens, “fazem de” ou fingem ser outra pessoa, num contexto que não é o seu ou não é real. Por exemplo, num dos seus programas, Herman José faz de “Mário Soares” ou, quando as crianças brincam aos médicos e aos doentes, uma delas “faz de médico” enquanto as outras fingem estar doentes, etc.

Os **cenários mediatizados** estão, de certo modo, relacionados com os cenários ficcionais. Nos cenários mediatizados alguém assume o papel de descrever, reproduzir ou anunciar a outro algo que foi proferido por um terceiro. Por exemplo, o empresário dá uns tópicos à sua secretária para que ela redija uma carta que deverá enviar a um cliente; o jornalista do telejornal relata os principais acontecimentos do dia que lhe foram anteriormente descritos por outras fontes; um altifalante na rua anuncia um espectáculo que irá ter lugar nessa noite, etc.

Finalmente, nos **cenários privados**, o locutor é interlocutor de si próprio. Isto é, o locutor não tenciona que alguém o venha a escutar ou compreender. Exclama, murmura, blasfema, argumenta, discute, “fala com os seus botões”. As palavras proferidas apenas têm uso para si próprio.

4.1.2. Dêixis e a interpretação presencial

«É feio apontar», ouvimos muitas vezes dizer ao longo do nosso crescimento e socialização. Esta instrumentalização natural dos gestos que todas as crianças usam para indicar, nomeadamente, objectos de desejo ou chamar a atenção para lugares, protagonistas ou eventos envolvidos nos diversos contextos onde interagem tem correspondência nas **expressões dêicticas** das línguas naturais.

As expressões dêicticas têm como função “apontar”, indicar referentes no interior da situação ou contexto onde são usadas e, por essa razão, ficam de-

ter, tagarelar, etc. A linguagem é, neste sentido, um instrumento envolvido numa actividade social.

2. O uso da linguagem é uma espécie de acção conjunta. Quer isto dizer que pelo menos dois interlocutores são necessários, mesmo que um deles seja apenas fruto da imaginação. O facto de se constituir como acção conjunta requer a coordenação das acções de cada indivíduo envolvido.
3. A utilização da linguagem envolve sempre o significado daquele que fala e a compreensão daquele que ouve. Isto é, se o falante A produz um sinal que o falante B tem de identificar, é porque o falante A quer significar algo com isso. O falante B, ao identificar o sinal, compreende, em princípio, o que A quer dizer. Grande parte do uso da linguagem passa por que isto efectivamente aconteça (produção de um sinal-reconhecimento do sinal-compreensão), mesmo que o uso da linguagem implique mais do que isto.
4. O cenário básico para o uso da linguagem é a conversação face a face. Para a maior parte das pessoas, a conversação é o cenário mais vulgar do uso da linguagem. É através da conversação que se constitui o *input* necessário para que uma criança adquira uma língua como língua materna. É através do uso que uma língua natural evolui e se modifica.
5. A utilização da linguagem tem, quase sempre, mais do que uma esfera de acção. Nos diferentes tipos de discurso, existe, normalmente, mais de uma esfera de acção. Por exemplo, as acções implicadas ao escrever uma história são diferentes das implicadas por quem está a contar essa mesma história perante uma audiência que, por sua vez, poderá vir a implicar novas acções ao contar a história posteriormente. É caso para lembrar que “quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto”.
6. O estudo do uso da linguagem é, simultaneamente, uma ciência cognitiva e uma ciência social. Do ponto de vista da ciência cognitiva, os falantes e os seus interlocutores tendem a ser estudados enquanto indivíduos. Já na perspectiva das ciências sociais, o estudo do uso da linguagem tem sido encarado, em primeiro lugar, como uma actividade social, uma acção conjunta, em detrimento do indivíduo. A conjugação de ambas as perspectivas, cognitiva e social, parece ser necessária para uma visão global.

Qualquer enunciado produzido pode, assim, ser considerado como a representação verbal de outras representações. Por esta razão, o enunciado transporta para o plano verbal o jogo de relações implicadas no conhecimento e na interacção social em que é produzido.

4.1.1. A relação social e os cenários onde a linguagem verbal é utilizada

A interacção verbal é uma forma de interacção social. O tipo de relação social, estabelecido a partir de relações de semelhança ou dissemelhança entre locutores, regula, à partida, o processo interacional. A utilização de estratégias e o recurso a factores de controlo pragmático ficam, no entanto, disponíveis quer nas situações de relação entre semelhantes quer na situação de relação entre locutores socialmente diferentes ou distantes. A existência e a utilização de tais estratégias denunciam, por si, a importância dada ao controlo da relação social em presença, em qualquer processo de interacção.

No plano da interacção, há que considerar a relação social a dois níveis: ao **nível macro-social** onde os sujeitos intervenientes são classificados segundo a posição que detêm na hierarquia sociocultural e profissional de uma dada comunidade e ao **nível micro-social** onde são caracterizados os papéis sociais distribuídos nas situações concretas de interacção.

Pensemos, por exemplo, numa entrevista médica, e nos factores reguladores da interacção médico-doente. Ao nível micro-social, a relação prevê, por princípio, que seja o doente o objecto de observação e análise do médico. Nesse quadro, caberá ao médico fazer perguntas, levar o doente a tomar a palavra, interromper ou não o doente consoante ache ou não relevante o conteúdo informacional do enunciado produzido por este. No entanto, a este mesmo nível micro-social, uma entrevista médica pode, através da utilização de estratégias pragmáticas que se encontrem disponíveis para o doente, desenrolar-se de formas bem diferentes. O doente pode, por exemplo, querer controlar, restringindo ou evitando, a passagem de informações que considera privadas e irrelevantes para o médico: provavelmente utilizará estratégias de fuga às questões postas, falará mais, mais depressa ou de outra coisa, tentará desviar a atenção do médico para qualquer outro aspecto da sua doença, colocará, ele próprio, novas questões, etc. Caberá, neste caso, ao médico utilizar novas estratégias, de modo a recolocar na interacção o seu papel de controlador e fazer com que o doente o reconheça. Ao nível macro-social está, contudo, subjacente uma relação social hierarquizada entre locutores dissemelhantes que regula quer o tipo de comunicação quer a localização relativa de ambos os locutores. O reconhecimento dessa relação tem tradução, por exemplo, nas formas como cada locutor se representa nos enunciados que produz, **formas de auto-referência** que lhe permitem apresentar-se como um indivíduo específico (“eu”) ou como uma categoria mais geral (doente/médico, mulher/homem, jovem/idoso, etc.). Cada locutor irá, em função do assunto e da informação que pretende veicular na si-

4.1. Aspectos da interacção verbal em português europeu

O uso da linguagem decorre de conhecimentos vários, incluindo o conhecimento da língua, e das capacidades que permitem a cada locutor pôr em prática tais conhecimentos, da capacidade para accionar o conhecimento prévio das situações de uso ao controlo da posição que detém em cada processo de interacção com os seus interlocutores. O uso da linguagem é em si mesmo um processo complexo cuja observação recruta um conjunto de pressupostos e perspectivas no âmbito quer da ciência cognitiva quer das ciências sociais.

Seguindo de perto a perspectiva de H. Clark (1996), a linguagem é fundamentalmente utilizada para fins sociais, o seu uso é uma espécie de acção conjunta que envolve a produção de sentido por parte de quem fala e a compreensão por parte de quem ouve e, embora o cenário básico da interacção verbal seja o da conversação que se faz frente a frente, o uso da linguagem envolve várias esferas de acção.

Desenvolvendo um pouco:

1. A linguagem é fundamentalmente utilizada para fins sociais. Por outras palavras, há sempre algo que se pretende realizar ou atingir quando se utiliza a linguagem — travar conhecimento com os outros, planificar, combinar, negociar, debater, ensinar, aprender, divertir, persuadir, prome-

Índice

- 4. O uso da linguagem
 - 4.1. Aspectos da interacção verbal em português europeu
 - 4.1.1. A relação social e os cenários onde a linguagem verbal é utilizada
 - 4.1.2. Déixis e a interpretação presencial
 - 4.1.3. O espaço e o tempo: aspectos da representação do movimento
 - 4.1.4. Uso da linguagem, frequência de uso e variação
 - 4.1.5. Tomada de palavra ou de vez, discurso anterior e lapsos da língua
 - 4.2. Conhecimento partilhado, conhecimento mútuo, base comum e universo de referência
 - 4.2.1. Cooperação na interacção
 - 4.2.2. Objectivos comunicativos e actos de fala
 - 4.3. Tipologia dos actos ilocutórios
 - 4.3.1. Actos ilocutórios assertivos
 - 4.3.2. Actos ilocutórios directivos
 - 4.3.3. Actos ilocutórios compromissivos
 - 4.3.4. Actos ilocutórios expressivos
 - 4.3.5. Declarações
 - 4.3.6. Declarações assertivas
 - 4.4. Modalidade e actos ilocutórios
 - 4.5. Contextos e contextualização

6

Tempo e aspecto

Fátima Oliveira

Índice

- 6. Tempo e aspecto
 - 6.1. A categoria linguística tempo
 - 6.2. O aspecto
 - 6.2.1. Tipologia aspectual
 - 6.2.2. Aspecto na frase: factores desencadeadores de mudança aspectual
 - 6.2.2.1. Tempos gramaticais
 - 6.2.2.2. Operadores aspectuais
 - 6.2.2.3. Natureza semântica dos complementos
 - 6.3. Os tempos gramaticais
 - 6.3.1. Tempos simples
 - 6.3.1.1. O Presente
 - 6.3.1.2. O Pretérito Perfeito
 - 6.3.1.3. O Imperfeito
 - 6.3.1.4. O Futuro
 - 6.3.1.5. O Futuro do Passado/Condicional
 - 6.3.2. Tempos compostos
 - 6.3.2.1. O Pretérito Perfeito Composto
 - 6.3.2.2. O Pretérito Mais-que-Perfeito Composto
 - 6.3.2.3. O Futuro Composto
 - 6.3.2.4. O Condicional Composto
 - 6.4. Adverbiais de tempo
 - 6.4.1. Adverbiais de localização temporal
 - 6.4.2. Adverbiais de frequência
 - 6.4.2. Adverbiais de duração
 - 6.5. Sequencialização dos tempos

Em termos gerais, a categoria **Tempo** serve para localizar as situações (eventos ou estados) expressas nas línguas em diferentes tipos de enunciados. A forma mais comum de se marcar essa localização é através dos tempos verbais, embora os advérbios ou expressões adverbiais de tempo e certas construções temporais tenham também essa função.

Uma situação localiza-se temporalmente em relação a um outro tempo, que tanto pode ser o da enunciação como um outro, marcado de diversas formas na frase ou em sequências de frases. Em português, assim como em outras línguas, os tempos verbais podem também ser portadores de informação aspectual, sem que a distinção entre Tempo e Aspecto se possa fazer morfologicamente.

O **Aspecto**, por seu turno, fornece informações sobre a forma como é perspectivada ou focalizada a estrutura temporal interna de uma situação descrita pela frase, em particular, pela sua predicação. Estabelecida a sua definição geral deste modo, parece que as duas categorias não podem distinguir-se fundamentalmente, mas, se o Tempo é concebido como uma ordenação linear de unidades temporais atómicas (instantes) ou densas (intervalos) que se podem suceder ou sobrepor, já o Aspecto permite olhar para a sua estrutura interna perspectivando as situações a partir do seu interior, sendo portanto subatômico⁽¹⁾. Acrescente-se ainda que, tal como foi dito anteriormente, o Tempo linguístico

⁽¹⁾ Cf. Parsons (1991).

é uma categoria relacional, quer seja dêictico quer seja anafórico, enquanto o Aspecto se centra na perspectivização interna, sem necessitar de se relacionar com outros elementos.

No entanto, estas duas categorias têm pontos de contacto na medida em que podem operar com o mesmo tipo de conceitos temporais, como, por exemplo, o de intervalo ⁽²⁾. Por outro lado, certos adverbiais podem funcionar como aspectuais ou temporais, tal como acontece com alguns tempos verbais, que sendo basicamente portadores de informação temporal podem produzir alterações aspectuais, como os exemplos seguintes ilustram:

- (1) O Rui trabalhou durante (toda) a manhã.
- (2) O Rui chegou durante a manhã.
- (3) O Rui pratica alpinismo.
- (4) O Rui tem visitado a Joana.

Em (1) a expressão adverbial delimita uma situação, enquanto em (2) estabelece uma localização. Em (3) e (4) os tempos verbais não só localizam as situações descritas como operam alterações aspectuais, levando a considerar que a prática do desporto é um hábito do Rui ou que o Rui fez várias visitas à Joana.

6.1. A categoria linguística tempo

Usualmente, considera-se que os tempos gramaticais se referem ao tempo entendido como ordenação linear orientada do passado em direcção ao futuro. Esta concepção tem como consequência considerar que os tempos gramaticais se articulam em três domínios, o passado, o presente e o futuro, permitindo-nos falar de uma relação de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade do tempo relativamente a um momento escolhido como o de referência e que normalmente é o da enunciação. No entanto, se o presente se pode considerar como coincidente com o momento em que se fala, o passado e o futuro são domínios que referem situações que são apenas conceptuais, embora divergindo entre si epistémica e ontologicamente.

Analisar a forma como o tempo é marcado nas línguas envolve não só a localização como a orientação no eixo do tempo. Acresce que, de um modo geral, quando usamos uma expressão temporal para descrever uma situação, não a

⁽²⁾ Cf. Bennett e Partee (1978).

conceptualizamos como um ponto no referido eixo mas sim como um intervalo de tempo porque associamos ao tempo a dimensão de duração. Nesta medida, podemos considerar que o estudo do tempo envolve uma ordenação de intervalos, embora em muitos casos a sua extensão precisa não seja dada ⁽³⁾.

Como se disse, a localização temporal é relativa e nessa medida há três momentos essenciais: o **ponto da fala** (F) que coincide com o momento da fala (ou da enunciação), o **ponto do evento** (E), que diz respeito ao tempo do acontecimento descrito pela frase, e o **ponto de referência** (R) que serve como ponto intermédio a partir do qual se pode situar o evento (ou estado) descrito ⁽⁴⁾. Vejamos alguns exemplos:

- (1) A Maria vive no Porto.
- (2) O Pedro saiu.
- (3) O Pedro tinha saído quando a Maria telefonou.

Em (1), o tipo de predicado e o tempo verbal permitem-nos dizer que a situação descrita se sobrepõe, pelo menos parcialmente, ao tempo da fala, considerando-se que os três pontos são coincidentes. No exemplo (2), a saída do Pedro ocorre num tempo passado e por isso o ponto do evento é anterior ao tempo da fala. Em (3), as situações descritas nas duas orações são anteriores ao momento da fala, mas a saída do Pedro é também anterior ao telefonema da Maria. Neste caso a oração temporal funciona como ponto de referência ⁽⁵⁾. Desta forma, a

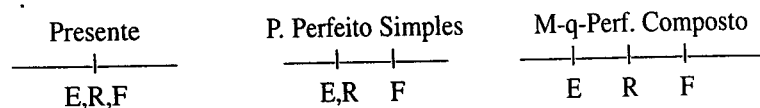
⁽³⁾ Uma das relações fundamentais entre intervalos é a de precedência fraca, simbolizada por " \leq ", da qual duas outras se podem derivar, a de sobreposição, simbolizada por "O" e a de precedência estrita, simbolizada por "<". Um intervalo I precede fracamente outro, I' ($I \leq I'$), quando há algum ponto de I que precede ou é igual a algum ponto em I'. Um intervalo I sobrepõe-se a outro, I' (I O I'), quando I precede fracamente I' e I' precede fracamente I. Por último, um intervalo precede (estritamente) outro quando todos os pontos de I são anteriores a I' ($I < I'$). São exemplos destas relações as seguintes frases:

- (i) A Maria adormeceu enquanto ouvia música.
- (ii) A Maria cantou e a Ana acompanhou-a ao piano.
- (iii) A Maria chegou a casa e foi fazer o jantar.

⁽⁴⁾ As teorias linguísticas mais recentes estão de acordo em considerar, pelo menos parcialmente, as propostas de Reichenbach (1947) no que diz respeito à relação entre pontos de localização temporal.

⁽⁵⁾ A partir de exemplos como este último, em que a análise de um tempo como o Mais-que-Perfeito Composto é vista como um par de relações temporais, entre o tempo de referência e o tempo da fala e entre o tempo de referência e o do evento, Reichenbach extrapolou para o tratamento dos outros tempos.

relação temporal dos exemplos anteriores pode ser dada pelos seguintes diagramas, tendo em conta os respectivos tempos:



Muitos elementos nas línguas expressam relações **dêicticas** e relações **anafóricas** entre os quais se inclui o Tempo. De um modo geral, considera-se que as primeiras estabelecem uma referência directa com elementos extralinguísticos e que uma relação anafórica o faz relativamente a outros elementos linguísticos⁽⁶⁾. Vejam-se alguns exemplos ilustrativos:

- (4) A Maria partiu ontem.
- (5) Antes de escrever a carta, o Rui telefonou à Ana.
- (6) O Rui disse à Ana que tinha conversado com o pianista quando este chegou ao auditório.

O exemplo (4) mostra como a utilização do tempo e também do advérbio se referem a uma situação que ocorreu num tempo passado, em particular no dia anterior ao momento da enunciação. Deste modo, podemos dizer que se trata de uma relação dêictica. Em (5) estabelece-se uma relação entre *telefonar* e *escrever a carta* que, em virtude do conector temporal *antes de*, transmite a informação de que a situação descrita na segunda oração teve lugar anteriormente à situação da primeira oração. Dado que *telefonou à Ana* é passado em relação ao momento da enunciação, a leitura preferencial deste exemplo, em virtude da relação referida acima, é a de que *escrever a carta* também ocorreu no passado. Em (6) estamos perante várias relações temporais. Em primeiro lugar, todas as situações descritas pelas frases são de um tempo passado em relação à enunciação. Em segundo lugar, a situação descrita por *tinha conversado com o pianista quando este chegou ao auditório* ocorre antes da oração principal. Por último, a oração temporal descreve uma situação também anterior a *tinha conversado com o pianista*. Estes casos são exemplos de anáfora temporal.

⁽⁶⁾ A distinção tempo dêictico/tempo anafórico não é tão clara quanto possa parecer, pois há quem defenda que essa distinção não é pertinente, ou que os tempos são essencialmente dêicticos na medida em que se relacionam com o tempo de enunciação e este é extralinguístico (cf. Lyons, 1977 e Binnick, 1991).

6.2. O aspecto

Tradicionalmente, distingue-se **Aspecto de Aktionsart** (ou modo de acção), considerando-se que o primeiro é fundamentalmente gramatical, realizado em línguas como o português através de morfemas flexionais, e o segundo é de natureza lexical⁽⁷⁾. No entanto, tal distinção não é completamente adequada, pois pode veicular-se informação aspectual muito semelhante recorrendo a diferentes processos linguísticos. Cada um dos exemplos seguintes apresenta leitura habitual, que resulta essencialmente dos tempos gramaticais nos dois primeiros, de *costumar+V* em (3) e do adverbial *durante muitos anos* em (4):

- (1) A Maria canta árias de óperas famosas.
- (2) A Maria cantava árias de óperas famosas.
- (3) A Maria costuma cantar árias de óperas famosas.
- (4) A Maria cantou árias de óperas famosas durante muitos anos.

Em português, assim como em outras línguas, para além da natureza semântica dos predicados, as informações aspectuais distribuem-se pelos afixos que contêm também informação temporal, pelas construções com auxiliares e semi-auxiliares (*tem lido, começou a ler, está a ler*), e também através da combinação de vários elementos na frase associados aos anteriores, como sejam certos adverbiais e a natureza sintáctico-semântica dos sintagmas nominais, em particular dos que constituem complementos subcategorizados.

Vejamos alguns exemplos:

- (5) Ontem, a criança comeu / comia um chocolate.
- (6) A criança está a comer um chocolate.
- (7) A criança tem comido um chocolate *(todos os dias).
- (8) A criança comeu um chocolate num minuto / *durante dez minutos.
- (9) A criança come chocolates.

⁽⁷⁾ A distinção entre aspecto gramatical e aspecto lexical (ou *Aktionsart*) foi introduzida pelos Neogramáticos no século XIX para dar conta da diferença entre, por um lado, o tipo de situação e, por outro, certos efeitos produzidos por afixos (em particular, prefixos) nas línguas eslavas. Com efeito, nestas línguas e noutras, certas informações como *concluído, terminado, em curso*, por exemplo, são obtidas através de afixos ou de outros morfemas distintos dos morfemas que veiculam o tempo.

Mas, como se disse, a natureza semântica das predicções, que constituem o Aspecto lexical, contribui também para a leitura atribuída a cada exemplo:

- (10) Ontem a criança esteve doente / estava doente.
- (11) A criança está a viver em Évora / *está a estar doente.
- (12) A criança tem estado doente / tem ganho o prémio *(todos os anos).
- (13) A criança esteve doente durante dez minutos / *em dez minutos.
- (14) A criança correu 100 metros / *metros.
- (15) (?) Ontem a criança correu / ? corria.

Se compararmos os exemplos (5)-(9) com os de (10)-(15), verificamos que uma das grandes diferenças advém da informação aspectual dos predicados verbais (e seus complementos). Em virtude dessa distinção, observamos exemplos em que o adverbial *durante x tempo* pode ocorrer, como em (13), e outros em que tal não é possível, como em (8), mas em que pode ocorrer *em x tempo*. Tal facto deve-se a certas restrições operadas pelo tipo aspectual do predicado, como veremos a seguir.

6.2.1. Tipologia aspectual

Vamos apresentar num primeiro momento uma tipologia aspectual que servirá de base à discussão e compreensão destes problemas.⁽⁸⁾

Uma primeira e importante distinção a fazer é entre **eventos** e **estados** tendo por base a diferença entre situações que são dinâmicas (os eventos) e situações que o não são (os estados).

Por sua vez, os eventos podem ser **télicos** ou **atélicos**, isto é, tenderem para um fim ou não. Cada tipo de situação pode ter ou não duração.

Aos eventos télicos chamaremos **processos culminados** e **culminações**, distinguindo-se entre si por atribuirmos duração razoavelmente longa aos primeiros e muito breve (ou nenhuma) aos segundos.

⁽⁸⁾ Existem várias tipologias, englobando algumas delas considerações que remontam a Aristóteles, quando este distingue verbos que denotam um ponto final (*kinesis*) de outros que não o têm (*energeia*).

A tipologia que aqui se apresenta é proposta por Moens (1987), que tem muitos pontos de contacto com a muito conhecida tipologia de Vendler (1967) e até com a de Mourelatos (1978). Com efeito, aquele autor propõe quatro tipos de situações: *actividade* (correspondente a processo), "*accomplishment*", (correspondente a processo culminado), "*achievement*" (correspondente a culminação) e *estados*. A concepção de *ponto* surge noutros autores com o nome de *semelfactivo* (Smith, 1991 e Verkuyl, 1993).

Os **processos** são outro tipo de eventos, que se distinguem dos anteriores por serem atélicos.

Podemos ainda considerar os **pontos**, que são eventos temporalmente indivisíveis e que se distinguem das culminações por não admitirem um estado resultante. Nesta medida, não é relevante considerar questões de telecidade⁽⁹⁾.

Vejamos exemplos de cada um dos casos:

- (16) A Maria escreveu o relatório. (*processo culminado*)
- (17) A Maria ganhou a corrida. (*culminação*)
- (18) A Maria espirrou. (*ponto*)
- (19) A Maria trabalhou. (*processo*)

O exemplo (16) é um *processo culminado* na medida em que é um evento com duração tendendo para um fim, que é, neste caso, o relatório estar escrito. Em (17), a situação é descrita como o próprio fim, isto é, o que aqui se considera é o momento, a que praticamente não se atribui duração, em que a Maria cortou a meta. Quanto a (18), podemos classificá-lo como um *ponto* na medida em que é instantâneo, distinguindo-se do anterior por não admitir um estado consequente. Com efeito, se num exemplo como (17) se pode considerar que a corrida está ganha, o que constitui o estado resultante do evento, já em (18) esse estado não tem lugar pois não é possível dizer que a Maria está espirrada. Por último, (19) exemplifica um *processo* na medida em que é um evento com duração em que cada porção dessa actividade é do mesmo tipo que a actividade em si. Quer dizer, um processo é não delimitado por natureza e também homogéneo, pois, no caso do exemplo em consideração, podemos afirmar que cada fracção de *Maria trabalhar* é trabalhar. Tal não acontece com os outros eventos, nem mesmo com os processos culminados. Neste caso, como o próprio nome indica, trata-se de um tipo de evento complexo que envolve um processo e a sua conclusão (culminação). Por isso, *escrever um relatório*, enquanto não está concluído, só contempla o processo preparatório conducente ao seu termo, e, as-

⁽⁹⁾ Embora *culminações* e *pontos* tenham em comum serem pontuais, a sua distinção tem reflexos noutras construções para além de as primeiras admitirem estado resultante e os segundos não. Vejam-se a seguintes frases:

- (i) Ele está a morrer.
- (ii) Ele está a espirrar.

Sendo *morrer* uma culminação, esta perde-se, não havendo portanto a consideração de um estado resultante, enquanto *espirrar*, sendo um ponto, apresenta uma leitura de iteratividade.

sim, não são da mesma natureza as suas fracções, que constituem partes do relatório, mas não a sua totalidade.

Os **estados** lexicais têm algo em comum com os processos, pois são também atélicos, não delimitados por natureza e homogéneos. No entanto, distinguem-se dos processos por não serem dinâmicos. Acresce ainda que os estados não admitem qualquer pausa (intervalo) no todo homogéneo, enquanto os processos as admitem. A este respeito, compare-se (20) com (19):

(20) A Maria está doente.

Enquanto *estar doente* não admite qualquer pausa, sob pena de deixar de estar doente, *trabalhar* admite pequenos intervalos na actividade sem que isso ponha em causa o próprio processo. Numa frase como (21), a existência de pequenos lapsos de tempo em que *ele não trabalhou* não impedem a leitura de *trabalhar* como um processo:

(21) Ele trabalhou todo o dia.

Quanto aos estados, convém notar que há, pelo menos, dois tipos básicos, os **estados faseáveis** e os **não faseáveis**⁽¹⁰⁾. Distinguem-se entre si por os primeiros poderem ocorrer em construções progressivas (*estar a + inf.*) e os segundos não⁽¹¹⁾. Vejam-se alguns exemplos:

⁽¹⁰⁾ Esta classificação deve-se a Cunha (1998). Convém observar em primeiro lugar que há outros tipos de estados como, por exemplo, *estado habitual*, que não são básicos, mas derivados a partir de eventos (ou estados faseáveis), com a contribuição de outros elementos da frase. Em segundo lugar, deve notar-se que a distinção entre estados faseáveis e não faseáveis não se deve confundir com a distinção entre **predicados de indivíduo** e **predicados de fase** (ou "estádio"). Os primeiros são de natureza aspectual, enquanto os segundos envolvem diferentes intervalos de tempo, isto é, uma fase é uma parte espaço-temporal de um indivíduo. Assim, um predicado como *ser português* é não faseável e *ser simpático* é faseável, *ser inteligente* é um predicado de indivíduo e *estar rico* é um predicado de fase. No entanto, um predicado de indivíduo pode ser faseável (*está a ser inteligente*). Em português, o contraste entre *ser / estar* serve para ilustrar a distinção entre predicados de indivíduo e de fase (*ser rico / estar rico*), mas não para ilustrar a distinção faseável / não faseável. Para a distinção entre predicados de indivíduo e de fase, veja-se Carlson (1977), autor desta distinção, e Kratzer (1995), que propõe um tratamento alternativo para estes predicados.

⁽¹¹⁾ Para outros testes, veja-se Cunha (1998).

- (22) O Pedro é simpático.
 (23) O Pedro está a ser simpático.
 (24) O Rui vive em Paris.
 (25) O Rui está a viver em Paris.
 (26) A Rita é alta.
 (27) *A Rita está a ser alta.
 (28) A Joana está contente.
 (29) *A Joana está a estar contente.

Vejamos então o seguinte quadro, que resume algumas das considerações feitas:

	Dinâmico	Télico	Duração	Estado Consequente	Homogéneo
Processo	+	-	+	-	+
Processo	+	+	+	+	-
Culminado					
Culminação	+	+	-	+	-
Ponto	+	(-)	-	-	-
Estado	-	-	+	-	+

Esta classificação básica dos diferentes tipos de situações deve ser considerada de forma dinâmica, pois, como se disse anteriormente, vários factores podem influir na determinação do valor aspectual de uma frase, levando-nos a considerar que, essencialmente, a aspectualidade é composicional.

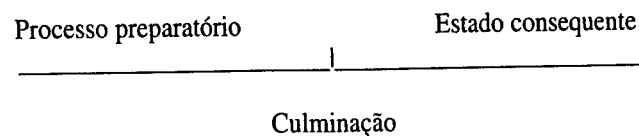
Assim, vejamos os seguintes exemplos:

- (30) Ela correu na pista (durante meia hora).
 (31) Ela correu os dez mil metros (em 31m e 32s)
 (32) Ela corre pelo clube de Braga.
 (33) Ela está a correr na pista do seu clube.

Tendo em conta a classificação atrás proposta, podemos considerar que o primeiro destes exemplos é um processo, o segundo um processo culminado, o terceiro um estado (habitual) e o quarto um estado (progressivo). Não é plausível atribuir uma variedade tão grande de significados a *correr* e considerar que se trata de uma questão de ambiguidade deste verbo. Com efeito, é a presença de várias expressões na frase que concorrem para as diferentes leituras. Desta

forma, *correr*, que é basicamente um processo, pode, se o contexto linguístico for apropriado, descrever outras situações, que denominamos derivadas ⁽¹²⁾.

Nesta medida, é útil mencionar a articulação da classificação anteriormente proposta com a de Núcleo Aspectual ⁽¹³⁾, constituído por processo preparatório, culminação e estado consequente, que a seguir se representa:



O Núcleo Aspectual permite considerar que uma expressão pode descrever diferentes partes do núcleo ou descrevê-las de perspectivas diferentes. Assim, o contraste entre os exemplos (30) e (31) deve-se ao facto de, no segundo caso, se acrescentar uma culminação (os dez mil metros) a um processo (*correr*), passando a um processo culminado enquanto (30) descreve um processo. Essa a razão por que os adverbiais são diferentes: *durante x tempo* e *em x tempo* respectivamente.

6.2.2. Aspecto na frase: factores desencadeadores de mudança aspectual

Como se disse anteriormente, vários factores influenciam o Aspecto nas línguas em geral e em particular em línguas como o português, que não apresentam qualquer marca específica de Aspecto. Os factores que vamos considerar são os morfemas usualmente considerados temporais, os operadores aspectuais e a natureza semântica dos complementos.

6.2.2.1. Tempos gramaticais

Pretérito Perfeito Simples, Imperfeito e Mais-que-Perfeito

Começemos por observar alguns exemplos com tempos gramaticais do passado:

⁽¹²⁾ Deve notar-se que as frases apresentadas constituem exemplos típicos, mas que estes perfis aspectuais dizem respeito a frases usadas em contexto, uma vez que verbos (ou frases) isolados podem ser compatíveis com diferentes tipos aspectuais (cf. Dowty, 1979, Moens e Steedman, 1988).

⁽¹³⁾ Veja-se Moens (1987).

- (34) (a) O Rui leu o livro.
 (b) ? O Rui lia o livro.
 (c) ? O Rui lera/tinha lido o livro.
- (35) (a) O Rui esteve doente.
 (b) ? O Rui estava doente.
 (c) ? O Rui estivera/tinha estado doente.
- (36) (a) O Rui morreu.
 (b) ? O Rui morria.
 (c) ? O Rui morrera/tinha morrido.
- (37) (a) O Rui tocou piano.
 (b) ? O Rui tocava piano.
 (c) ? O Rui tocara/tinha tocado piano.
- (38) (a) O Rui espirrou.
 (b) ? O Rui espirrava.
 (c) ? O Rui espirrara/tinha espirrado.

Cada um dos exemplos contempla um tipo diferente de situação, conforme a proposta apresentada. Em (34a), (36a) e (38a) não é alterada a informação aspectual veiculada pelo predicado, isto é, mantém-se a culminação do processo culminado e da culminação e o ponto mantém as suas características, havendo só uma informação temporal de passado associada eventualmente a uma noção de *terminado*. No entanto, em (35 a) atribui-se um limite a um estado, podendo inferir-se um estado contrário ao do descrito pela frase (o Rui não está doente), e em (37a) um efeito semelhante é obtido com um processo, atribuindo-lhe um limite e uma inferência de terminado. Estas observações permitem afirmar que o Pretérito Perfeito não altera necessariamente o valor aspectual da predicação, contrariamente ao que tradicionalmente se considera, dizendo que é perfectivo ⁽¹⁴⁾.

Quanto às formas no Imperfeito, as versões b. dos exemplos anteriores, verifica-se que todos os exemplos parecem pouco aceitáveis sem qualquer outro

⁽¹⁴⁾ Se a perfectividade for entendida como uma situação terminada (ou concluída), o Pretérito Perfeito fornecerá tal informação. Mas se considerarmos que essa noção opera uma alteração aspectual, então teremos que optar por defender que o Perfectivo tem em conta o estado consequente do Núcleo Aspectual, não incluindo a culminação (Moens, 1987 e Kamp e Reyle, 1993).

enquadramento como, por exemplo, uma oração temporal (quando/enquanto) ou então uma expressão adverbial de quantificação temporal (ou de eventos) como *sempre* ou *muitas vezes*, ou, no caso dos estados, de localização temporal.

- (39) O Rui lia o livro quando a Maria chegou.
- (40) O Rui estava doente ontem.
- (41) O Rui morria quando a Maria chegou.
- (42) O Rui trabalhava enquanto a Maria esteve / estava no hospital.
- (43) O Rui espirrava quando *houve / havia ar condicionado.

Os efeitos obtidos são diferentes, embora haja dois casos em que não há alterações aspectuais consideráveis dos predicados, isto é, os exemplos com um estado (40) e com um processo (42). No entanto, há alteração aspectual em (39) visto que o processo não culminou e em (41) a culminação não ocorreu ainda, encontrando-se numa fase (imminente) do processo preparatório. Por seu turno, em (43) estamos perante um hábito construído com base numa certa frequência de ocorrências. A leitura habitual neste contexto, advém de *espirrar* ser um ponto, sem qualquer estrutura a que possamos atribuir uma fase preparatória, como acontece, por exemplo, com culminações, como em (41)⁽¹⁵⁾.

Nos exemplos (40) e (42) não se dá uma alteração relevante do ponto de vista aspectual, pelo facto de o Imperfeito apresentar em vários contextos um valor imperfectivo e de transformar em certos casos situações eventivas em estados. Vejamos o que isto quer dizer. No primeiro destes dois exemplos o Imperfeito fornece uma informação temporal de passado, não atribuindo qualquer limite ao estado, que é por natureza não delimitado, contrariamente ao que acontecia com o Pretérito Perfeito. Por isso é possível afirmar que “ontem estava doente e ainda está”. Quanto a (42), um processo, também não tem delimitação interna e por isso a frase parece mais natural quando a segunda oração está também no Imperfeito. Por outro lado, numa frase como “Há dez anos o Rui trabalhava no Porto”, em que o adverbial é de localização temporal, verifica-se um certo paralelismo com (40), pois pode inferir-se que continua a trabalhar.

Assim, o Imperfeito, sendo um tempo do passado, tem também associados efeitos aspectuais consideráveis na medida em que, por ser um tempo alargado⁽¹⁶⁾, torna simultaneamente possível transformar eventos télicos em predicados atélicos, não delimitados, havendo até a possibilidade de os transformar em

⁽¹⁵⁾ Veja-se como seria pouco natural “o Rui espirrava quando a Maria chegou”. Mas se aceitarmos esta frase, então teremos que considerar que se trata de uma iteração, isto é, de várias ocorrências repetidas de *espirrar*.

⁽¹⁶⁾ Cf. Reichenbach (1947).

estados (habituais ou outros). Essas modificações são por isso mais evidentes nos predicados télicos.

Nos exemplos com Pretérito Mais-que-Perfeito (simples ou composto), temos a informação temporal de uma situação anterior a outra também no passado, tipicamente um Pretérito Perfeito, que constitui o ponto de referência ou de perspectiva temporal. Nesta medida, as frases c. dos exemplos (34)-(38) não são aceitáveis sem que se estabeleça esse ponto de referência, que nas frases seguintes é constituído pelas orações temporais.

- (44) Ele tinha lido o livro quando os amigos telefonaram.
- (45) Ele tinha estado doente quando a Maria chegou.
- (46) Ele tinha morrido quando a Maria chegou.
- (47) Ele tinha trabalhado muito quando a Maria chegou / até a Maria chegar.
- (48) Ele tinha espirrado quando a Maria chegou.

Este tempo gramatical estabelece claramente um estado consequente para as situações que envolvem culminação, isto é os processos culminados (44) e as culminações (46). Assim, temos, para além da informação temporal referida, um estado *consequente* (*o livro estar lido e ele estar morto*) no interior do qual ocorre a chegada da Maria. Esta é uma característica de perfectividade⁽¹⁷⁾. Nos outros exemplos não parece tão claramente existir tal estado, havendo uma informação de *terminado*, podendo inferir-se que em (45) ele já não estava doente quando a Maria chegou, que em (47) já não estava a trabalhar (ou deixou de trabalhar) quando a Maria chegou e que em (48) também já não estava a espirrar.

Note-se que esta informação de *terminado* foi também atribuída ao Pretérito Perfeito, mas é importante ter presente que em construções paralelas às anteriores com as duas orações neste tempo a leitura é diferente:

- (49) Ele esteve doente quando a Maria chegou.
- (50) Ele trabalhou (?) quando a Maria chegou (até a Maria chegar).
- (51) Ele espirrou quando a Maria chegou.

No primeiro destes exemplos o estado (*estar doente*) tem lugar na sequência de a Maria chegar, enquanto no segundo, a aceitar-se a primeira versão, a leitura é semelhante, embora na construção com “até a Maria chegar” já seja diferente. Em (51), a leitura mais plausível é a de uma sobreposição temporal.

⁽¹⁷⁾ Veja-se a este propósito a nota 14. Para um tratamento mais desenvolvido do Mais-que-Perfeito, ver Macário Lopes (1997b) e ainda Peres (1993b).

Assim, tendo em conta o Núcleo Aspectual, devemos observar que o efeito de perfectividade no sentido de se considerar a existência de um estado consequente só é claro em português nos casos em que a culminação faz parte da estrutura básica da predicação. Nos outros casos, o efeito aspectual só pode ser o de *terminado* relativamente ao momento da enunciação, tal como acontece em frases simples com Pretérito Perfeito. Nas frases complexas com este tempo, cada situação descrita pode funcionar como um ponto de referência para a seguinte, fazendo assim avançar a narrativa⁽¹⁸⁾.

O Pretérito Perfeito Composto

Este tempo apresenta características aspectuais particulares em português, que o distinguem de construções paralelas noutras línguas, incluindo as românicas. Com efeito, este tempo não marca perfectividade mas uma duração que tem início (não claramente determinado) no passado e perdura no presente, à qual, consoante o tipo de situação e a construção em que ocorre, está associada uma leitura de *iteratividade*, por vezes apoiada por expressões adverbiais. Esta peculiaridade do português só se observa se o auxiliar se encontrar no Indicativo, pois no Conjuntivo a leitura altera-se, embora a anterioridade se verifique em relação a um ponto de perspectiva temporal (passado, presente ou futuro) consoante os casos. Veja-se o contraste entre as seguintes frases:

- (52) O Manuel tem visitado a avó.
 (53) Não me espanta que o Manuel tenha visitado a avó.

A primeira destas frases exemplifica o efeito aspectual de iteratividade (fez várias visitas), que teve início no passado, mas que continua no presente e possivelmente no futuro. Tal leitura não ocorre em (53), pois só uma visita teve lugar no passado.

Quando o ponto de perspectiva temporal não é o momento da enunciação, as frases com Pretérito Perfeito Composto deixam também de ter uma leitura iterativa:

- (54) Quando a Ana chegar a casa da Maria, já o Rui a tem visitado.

⁽¹⁸⁾ Kamp e Reyle (1993: 594-95) distinguem *ponto de perspectiva temporal* de *ponto de referência*. Assim, consideram que este último dá conta da progressão narrativa, enquanto o primeiro marca o ponto a partir do qual a situação descrita é vista temporalmente. Este último ponto é ilustrado muito claramente pelo Mais-que-Perfeito e corresponde em grande medida ao ponto de referência proposto por Reichenbach (1947).

- (55) Sempre que a Ana chega a casa da Maria, já o Rui a tem visitado.

Em (54) o ponto de perspectiva temporal é o futuro, estabelecido pela oração temporal, e em (55) a leitura de habitualidade é despoletada pela construção *sempre que* e não pelo Pretérito Perfeito Composto. Neste último caso, basta comparar (55) com (56) para confirmar o que se afirmou:

- (56) Sempre que a Ana chega a casa da Maria, já o Rui a visitou.

Este efeito de iteratividade está também articulado com o tipo aspectual do predicado. Com efeito, perde-se quando se trata de um *estado*, como em (57), em que só se mantém a informação temporal, ou está dependente de algumas restrições nas outras situações.

- (57) Ela tem estado doente.
 (58) Ela tem corrido (todos os dias)
 (59) ? Ela tem escrito a carta.
 (60) Ela tem escrito uma carta (todos os dias).
 (61) Ela tem ganho a corrida (todos os anos).

No caso de certos *processos* é necessário acrescentar adverbiais de quantificação temporal, como em (58), e com *processos culminados* há certas restrições quanto à natureza sintático-semântica do complemento, conforme se pode ver pelo contraste entre (59) e (60). Em frases com *culminações*, como em (61), a leitura é possível se considerarmos que há diferentes ocorrências do mesmo tipo de corrida, como, por exemplo, a maratona.

Em português, como se disse, não há perfectividade nestes casos, assim como não se pode considerar que se trata claramente de um tempo do passado com características semelhantes aos tempos anteriormente considerados. O Pretérito Perfeito Composto parece indicar que há a marcação de um início indeterminado de um estado ou de um evento no passado, que se mantém no presente e que pode continuar para além deste. Se o ponto de perspectiva temporal não for o presente, então não existe continuidade para além deste ponto.

O efeito aspectual de iteratividade parece estar relacionado com o facto de a duração estabelecida pelo Pretérito Perfeito Composto ser bastante vaga, não só quanto ao seu início como em relação ao seu termo. Essa é uma das características dos estados, incluindo os iterativos. Assim, como as situações que incluem culminação (*processos culminados* e *culminações*) não a perdem, pode por iteração obter-se um outro estado. Quanto aos *processos*, é necessário estabelecer limites em virtude da sua divisibilidade, o que se faz recorrendo a ex-

pressões quantitativas. No caso dos *estados*, como não apresentam qualquer estrutura, o efeito de iteratividade não ocorre por não haver, sem o acréscimo de expressões adverbiais quantitativas (*ela tem estado doente muitas vezes / todos os meses*), uma delimitação e por isso nem completude nem terminação. Parece, assim, que se está perante um conjunto de eventos tidos como um todo e a sua recorrência conduz à iteratividade, obtendo um novo estado iterativo ou até, em alguns casos, habitual⁽¹⁹⁾.

O Presente

Do ponto de vista aspectual, o Presente do Indicativo apresenta a interessante característica de só ser um tempo presente, pelo menos parcialmente sobreposto ao tempo da enunciação, com *estados*⁽²⁰⁾. Com eventos observam-se alterações aspectuais, com algumas restrições quanto a *culminações*, *processos culminados* e *pontos*. Vejamos em primeiro lugar os *processos*.

- (62) A Maria fuma.
(63) A Carla corre.

Em exemplos como estes, a leitura preferencial é a de **estado habitual**, construído com base numa ocorrência indeterminada de eventos do mesmo tipo que têm lugar num intervalo de tempo não delimitado, mas que inclui o tempo da enunciação. Uma leitura deste tipo relativa ao passado é obtida com o Imperfeito. Neste sentido, pode dizer-se que se dá uma quantificação de eventos, que se traduz nestes casos numa iteração não limitada, que é uma das características dos estados habituais.

Com os *processos culminados*, o Presente é raramente utilizado sem adverbiais de quantificação (*todas as semanas, muitas vezes*) ou de duração do evento (*em x tempo*). Nestes casos, tem lugar o mesmo efeito de habitualidade mencionado anteriormente.

⁽¹⁹⁾ Convém observar que o efeito de perfectividade se pode obter com uma construção aparentemente semelhante a esta, mas de facto muito diferente. Compare-se os seguintes exemplos, em que (ii) apresenta perfectividade:

- (i) Ela tem corrigido os testes (todas as semanas).
(ii) Ela tem os testes corrigidos.

Para outro tipo de abordagem, veja-se Campos (1985) e também Peres (1993b).

⁽²⁰⁾ A informação temporal de presente pode ocorrer com eventos em casos excepcionais como situações de relato directo (por exemplo, de um jogo) ou quando se utilizam performativos. A este respeito, veja-se 6.3.1.1 e também Oliveira e Lopes (1995).

- (64) ? O Manuel lê um livro.
(65) ? O Manuel faz o almoço.⁽²¹⁾
(66) O Manuel lê um livro todas as semanas/ em duas horas.
(67) O Manuel faz o almoço muitas vezes/ em meia hora.

Em (66)-(67) é induzida uma leitura de habitualidade, quer através de uma iteração dada pelo adverbial de quantificação quer apoiada pelo adverbial de duração, cuja leitura pode ser parafraseada por “sempre que / quando lê um livro / faz o almoço, fá-lo em x tempo”.

Em frases com *culminações*, as formas de Presente são pouco usuais, a não ser nos casos em que temos relato directo, como em (68), ou quando adquire iteratividade (ou habitualidade) através de um adverbial de quantificação, como em (69):

- (68) Neste momento, a Carla Sacramento corta a meta!
(69) O Rui ganha a corrida sempre / todos os anos.

A transição de um evento para um estado iterativo ou mesmo habitual operada pelo Presente permite compreender em parte por que razão as frases genéricas caracterizadoras surgem usualmente no Presente⁽²²⁾. Ao caracterizarem um indivíduo, um conjunto de indivíduos ou uma espécie, essas frases são estativas, na medida em que são construídas na base de um certo número de ocorrências de um evento (ou regularidades), permitindo atribuir propriedades.

6.2.2.2. Operadores aspectuais

Uma parte considerável das chamadas formas perifrásticas são construídas com verbos de operação aspectual, tais como *estar a*, *começar a*, *continuar a*, *acabar de*, *andar a* + *Infinitivo*.

Dizer que estas construções são operadores significa que se assume uma perspectiva dinâmica em que ocorre uma conversão de um determinado tipo de situação num outro, através de uma operação de transição (ou de transforma-

⁽²¹⁾ É possível considerar a frase “O Manuel faz o almoço” aceitável se for entendida como um plano estabelecido no presente.

⁽²²⁾ As frases caracterizadoras são um tipo de frases genéricas como, por exemplo, “O João fuma”, “Os portugueses fumam” “Um leão pesa mais de cem quilos” (cf. Krifka *et al.*, 1995, Lopes, 1993 e Oliveira, 1998). Ver a este respeito o capítulo 8.

ção)⁽²³⁾. A questão essencial é determinar qual o tipo ou parte do núcleo aspectual de um evento sobre o qual se vai operar essa conversão sem provocar anomalia semântica e também qual o resultado final dessa operação.

Começaremos pela construção mais debatida e também de uso muito frequente em português: o **Progressivo**, que se obtém em português europeu com *estar a + infinitivo*.⁽²⁴⁾

Estas construções apresentam desde logo algumas características interessantes, sendo uma das mais relevantes o serem perspectivadas como estando a decorrer. A esta característica podemos ainda associar a de duração e a de incompletude, pois se uma eventualidade está no seu decurso, é natural que tenha duração e que também não esteja completa, ou não tenha atingido o seu ponto terminal. Estas constatações podem orientar, de certa forma, algumas das questões mais interessantes sobre esta construção.

Na secção anterior observou-se que o tempo gramatical Presente raramente indica o tempo coincidente com o momento da enunciação. Na verdade, à excepção dos *estados* (lexicais), essa informação é dada fundamentalmente pelo Presente Progressivo, embora em alguns casos, nomeadamente com *processos culminados*, *culminações* e *pontos*, se operem outros efeitos de que se irá falar. Todos as situações podem ocorrer nesta construção, à excepção de alguns *estados*, os *não faseáveis* ⁽²⁵⁾. Vejamos os seguintes exemplos:

- (70) A Maria está a ler o jornal.
- (71) O Rui está a correr.
- (72) A Carla está a ganhar a corrida.
- (73) A Ana está a espirrar.
- (74) O Pedro está a viver em Paris.
- (75) * O Pedro está a ser alto.

Em primeiro lugar convém observar que *viver em Paris* é um *estado faseável* e por isso pode ocorrer nesta construção, contrariamente ao que acontece em (75). Por outro lado, se nos dois primeiros exemplos a informação de tempo sobreposto ao tempo da enunciação parece óbvia, já em (72) e (73), embora essa informação seja também veiculada, verifica-se que *ganhar a corrida* ainda não teve lugar e que há uma iteração de pontos em (73). Em (70), verifica-se que o

⁽²³⁾ A este respeito, veja-se Cunha (1998) e Moens (1987).

⁽²⁴⁾ Em português do Brasil esta construção obtém-se com *estar+Gerúndio*, como acontece noutras línguas e em variedades do português europeu do Alentejo.

⁽²⁵⁾ Veja-se 6.2.1.

processo culminado perdeu a culminação e em (71), um *processo*, parece haver fundamentalmente uma informação temporal de presente.

Há, no entanto, razões para considerar que mesmo neste último caso se dá uma alteração aspectual. Com efeito, pode argumentar-se que as construções progressivas apresentam algumas propriedades que podem fundamentar considerá-las como estruturas estativas ⁽²⁶⁾.

Vejamos então alguns argumentos. Verificámos anteriormente que esta construção não pode ocorrer com *estados não faseáveis*, constituindo assim um argumento em favor da estatividade desta construção. Por outro lado, podemos também constatar que o Progressivo não comparece em construções progressivas:

(76) *A Maria está a estar a comer a sopa.

(77) *A Maria está a estar a trabalhar.

Como vimos anteriormente, as frases com Progressivo admitem uma leitura de "presente real" ⁽²⁷⁾ no caso dos eventos.

(78) A Maria está neste momento a ler o livro.

(79) A Maria está neste momento a telefonar.

(80) A Maria está neste momento a ligar o computador.

Por último, as frases no Progressivo incluem as orações temporais pontuais e são mais naturais com o Imperfeito, enquanto os eventos ocorrem com Pretérito Perfeito, havendo sobreposição ou sucessão em relação à subordinada ⁽²⁸⁾.

(81) A Ana estava/? esteve a ler o livro quando a filha chegou.

(82) O jornalista estava/? esteve a trabalhar quando a bomba caiu.

(83) A Maria estava/* esteve a ligar o computador quando ouviu o estrondo.

Estas observações permitem admitir que as construções progressivas se comportam de forma paralela aos estados. Nesta medida, o seu comportamento apresenta também algumas similitudes com os estados quanto à combinação com adverbiais de tempo.

⁽²⁶⁾ Ver a este respeito, entre outros, Vlach (1981), Moens (1987), Parsons (1990) e Cunha (1998).

⁽²⁷⁾ Veja-se a este respeito Dowty (1979) e um conjunto de testes que propõe para distinguir os diferentes tipos aspectuais.

⁽²⁸⁾ Deve observar-se que o Imperfeito opera muitas vezes a passagem de um evento a estado. Ver 6.2.2.

- (84) ? A Maria esteve a trabalhar / ?comer a sopa às dez horas.
 (85) A Maria esteve a trabalhar / comer a sopa durante duas horas.
 (86) * A Maria esteve a trabalhar / * comer a sopa numa hora.

Tal como com os estativos, as construções progressivas combinam sem restrições com os durativos (85), não admitem adverbiais que identificam uma situação com um intervalo de tempo (86) e só aceitam adverbiais de localização temporal numa leitura em que estes estão incluídos na situação descrita (84).

Assim, o Progressivo tem, pelo menos, os seguintes efeitos: 1. As situações comportam-se basicamente como estados; 2. as situações télicas no Progressivo perdem a sua culminação; 3. as culminações perdem também a sua não duração; 4. com “verbos de criação”, as formas progressivas supõem em geral “objectos incompletos” (*estar a construir uma casa*).

Para além das construções com *estar a + infinitivo*, podem considerar-se outras com a capacidade de alterar os valores aspectuais básicos dos predicados. Vejamos alguns desses operadores.

Começar a + infinitivo pode ocorrer com eventos (em particular, processos culminados e processos) e estados faseáveis, obtendo-se a leitura final de um evento pontual marcado pelo operador. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (87) A Maria começou a ler o jornal (às 10 horas).
 (88) A Maria começou a trabalhar (em Junho).
 (89) ? A Maria começou a sair (às 3 horas).
 (90) A Maria começou a viver no Porto (em 1990).
 (91) * A Maria começou a ser alta.

Observa-se que (87), (88) e (90) são perfeitamente naturais e aceitam um adverbial de localização temporal precisa, o que confirma a leitura final de evento pontual. (89) é pouco aceitável em virtude de ser difícil atribuir estrutura interna a uma culminação. O último destes exemplos não é aceitável por se tratar de um estado não faseável.

Continuar a + infinitivo pode combinar-se com estados não faseáveis, não se operando qualquer alteração aspectual. Pode também ocorrer com estados faseáveis e eventos, apresentando como leitura final um processo. Neste caso, quando opera sobre processos também não causa alteração aspectual. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (92) A Rita continua a ser alta.
 (93) O Pedro continua a trabalhar.

- (94) O miúdo continua a ser simpático.
 (95) A atleta continua a ganhar a corrida.
 (96) O Rui continua a ler o livro.

Observa-se nestes exemplos que, nos casos em que há culminação no predicado base, esta se perde, como acontece em (95) e (96).

Um outro operador a considerar é *deixar de + infinitivo*. Este operador pode ocorrer com estados, dando lugar a uma mudança de estado, cujas características são também de estado, embora *cessativo*⁽²⁹⁾. Com eventos, pode ocorrer com processos e processos culminados, embora seja de difícil aceitação com culminações. Nestes casos, os processos culminados perdem a sua culminação e a leitura final apresenta uma característica dupla. Por um lado, marca um evento pontual e, por outro, associa-lhe um estado cessativo.

Vejam-se alguns exemplos:

- (97) A Maria deixou de ser portuguesa.
 (98) A Maria deixou de ser simpática.
 (99) A Maria deixou de ler o livro.
 (100) A Maria deixou de trabalhar.
 (101) ? A Maria deixou de ganhar a corrida.
 (102) A criança deixou de chorar às 5 horas.
 (103) A criança deixou de chorar durante dez minutos.

Estes dois últimos exemplos evidenciam a possibilidade de se considerar só o evento pontual, como em (102), ou o estado cessativo, como em (103).

Parar de + infinitivo apresenta algumas características paralelas a *deixar de*. No entanto, tipicamente, opera sobre eventos e não sobre estados, marcando uma paragem ou uma interrupção do evento. Deste modo, a leitura final é a de um evento pontual⁽³⁰⁾.

Vejam-se os seguintes exemplos:

- (104) * A Rita parou de ser portuguesa.
 (105) ? O Pedro parou de ser simpático.

⁽²⁹⁾ A propósito destes operadores e de *estado cessativo*, veja-se Cunha (1998a e 1998b)

⁽³⁰⁾ Em certas circunstâncias é aceitável este operador com estados faseáveis como em “Pára de ser chata!”. Em português do Brasil este operador tem um âmbito mais lato do que em português europeu. Há, porém, falantes que aceitam “Parou de chover durante duas horas” em que se mede a duração de um estado cessativo.

- (106) A Maria parou de trabalhar (às 3 da tarde).
 (107) A criança parou de comer a sopa (às 2 horas).

O facto de os adverbiais de localização temporal poderem ocorrer em (106) e (107) evidencia a leitura final de evento pontual.

Acabar de + infinitivo marca também um fim, mas com características diferentes das dos anteriores. Com efeito, opera sobre processos e processos culminados e a leitura final é a de culminação ou, em alguns casos, de processo culminado, o que se pode ver pela compatibilidade com adverbiais de localização (108) e de medição temporal (109). Vejam-se alguns exemplos:

- (108) O Paulo acabou de almoçar às 3 horas.
 (109) O Paulo acabou de almoçar em dois minutos.
 (110) O Manuel acabou de comer a sopa às 2 horas.
 (111) O Manuel acabou de comer a sopa em dez minutos.
 (112) ? O atleta acabou de ganhar a corrida às 5 horas.
 (113) ? O atleta acabou de ganhar a corrida em 11 minutos.

Por fim, consideremos *andar a + infinitivo*. Este operador aspectual apresenta algumas semelhanças com *estar a + infinitivo*, nomeadamente em relação aos tipos aspectuais de predicados base sobre os quais opera, isto é, eventos e estados faseáveis. No entanto, a leitura final diverge, pois nesta construção obtém-se um estado habitual ou frequentativo. Vejam-se alguns exemplos:

- (114) O João anda a ser simpático.
 (115) * O Manuel anda a ser alto.
 (116) Ele anda a ler um livro de linguística.
 (117) A Joana anda a sair à noite.
 (118) O Paulo anda a viajar.

A não aceitabilidade de (115) deve-se ao facto de *ser alto* ser um estado não faseável.

A seguir apresenta-se um quadro com as alterações aspectuais mais importantes efectuadas pelos operadores aspectuais:

Verbos de operação aspectual

<i>Estar a</i>	Estados faseáveis Eventos	Estado progressivo
<i>Andar a</i>	Estados faseáveis Eventos	Estado habitual ou frequentativo
<i>Começar a</i>	Estados faseáveis Eventos	Estado pontual
<i>Continuar a</i>	Estados Eventos	Estado não faseável Processo
<i>Deixar de</i>	Estados Eventos	Estado não faseável Evento pontual + estado cessativo
<i>Parar de</i>	Processos Processos culminados	Evento pontual / (estado cessativo)
<i>Acabar de</i>	Processos Processos culminados	Culminação / (processo culminado)

6.2.2.3. Natureza semântica dos complementos

Nesta secção serão mencionadas algumas questões relacionadas com a semântica dos complementos e as alterações aspectuais que podem provocar⁽³¹⁾. Com efeito, os tipos referenciais dos argumentos internos determinam frequentemente a constituição temporo-aspectual das frases, pois um argumento contável articula-se preferencialmente com um predicado télico e um argumento não contável com um predicado atélico. Vejam-se alguns exemplos:

- (119) A Maria bebeu água durante uma hora / *numa hora.
 (120) A Maria bebeu um copo de água *durante uma hora / numa hora.
 (121) A Maria bebeu copos de água durante uma hora / *numa hora.

O contraste entre estes exemplos, tendo em conta o teste dos adverbiais “durante x tempo” e “em x tempo” utilizados para distinguir predicados atélicos

⁽³¹⁾ A natureza semântica dos sintagmas nominais em posição de sujeito pode também ser importante, como os seguintes exemplos atestam:

- (i) A criança nasceu às cinco da tarde / *durante os meses de Verão.
 (ii) As crianças nasceram às cinco da tarde / durante os meses de Verão.

de télicos⁽³²⁾, evidencia que a natureza semântica do argumento interno é relevante para a caracterização aspectual das frases. A diferença entre (119) e (120) advém de *água* ser um massivo e *copo de água* ser contável. O exemplo (121), como se pode ver pelo adverbial que admite, aproxima-se de (119) apesar de *copo de água* ser contável. Neste caso a distinção reside na presença de um mero plural (*copos de água*)⁽³³⁾, que semanticamente tem um efeito paralelo ao de um não contável nestas construções por darem ambos origem a expressões não delimitadas. Deste modo, *beber um copo de água* é um predicado télico (processo culminado) e *beber água* e *beber copos de água* são predicados atélicos (processos), pois no primeiro caso a expressão em posição de objecto directo delimita o evento e nos outros dois casos não delimita⁽³⁴⁾.

Assim, verifica-se que há uma distinção interessante não só quanto à natureza semântica do nome envolvido como também quanto ao tipo de determinação ou à sua ausência nos complementos dos predicados. Porém, deve observar-se que não se trata de uma simples oposição singular/plural como a comparação entre os exemplos (122)-(124) pode evidenciar. Com efeito, (122) e (123) são semelhantes aspectualmente, na medida em que ambos descrevem processos culminados, mas diferenciam-se de (124), que não apresenta delimitação em virtude do mero plural e descreve por isso um processo⁽³⁵⁾.

- (122) A criança comeu os gelados.
 (123) A criança comeu o/um gelado.
 (124) A criança comeu gelados.

Uma outra forma de operar delimitações consiste em associar expressões de medição temporal ou espacial, associadas ou não a percursos. Nos exemplos seguintes *os 5000 metros* e *para a meta* estabelecem delimitações que ope-

⁽³²⁾ Ver a este respeito, 6.1.2.

⁽³³⁾ Sobre “mero plural”, ver capítulo 8.

⁽³⁴⁾ Dito de outra forma, cada porção de água contida no copo que for bebida não é *beber um copo de água*, pois só podemos afirmá-lo quando toda a água do copo for consumida. Em *beber água* não se especifica uma quantidade definida e por isso subquantidades da quantidade inicial são referidas também por água.

⁽³⁵⁾ Note-se que estas observações são adequadas em termos gerais, mas é preciso notar que em certos casos a semântica lexical dos verbos pode também ser relevante para a forma como a referência nominal pode afectar a constituição temporo-aspectual da expressão complexa. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (i) O cientista observou uma bactéria durante uma hora/ *numa hora.
 (ii) O cientista observou bactérias durante uma hora/ *numa hora.

ram uma alteração aspectual de um processo (*correr*) num processo culminado⁽³⁶⁾:

- (125) O atleta correu uma hora e desistiu.
 (126) O atleta correu 5000 metros.
 (127) O atleta correu para a meta.

6.3. Os tempos gramaticais

Nesta secção são tratados os tempos verbais do Indicativo, quer simples quer compostos do português⁽³⁷⁾. Serão analisadas as informações temporais que veiculam, assim como serão apresentadas, nos casos relevantes, algumas incidências aspectuais ou modais.

6.3.1. Tempos simples

Tendo em conta o que foi dito sobre a categoria Tempo, consideram-se neste momento os tempos verbais nas suas características gerais.

Forma	Tempo
Canto	Presente
Cantei	Pretérito Perfeito
Cantava	Pretérito Imperfeito
Cantarei	Futuro
Cantaria	Futuro do Passado / Condicional

Como indicam, em parte, os nomes destes tempos verbais, temos uma forma de presente, duas de pretérito ou passado e duas de futuro. Como já se viu anteriormente, as designações de perfeito/imperfeito não são temporais mas

⁽³⁶⁾ Veja-se a este respeito, entre outros, Dowty (1991), Oliveira (1995), Tenny (1994) e Verkuy1 (1993).

⁽³⁷⁾ Para os tempos do Conjuntivo, veja-se capítulo 9.

aspectuais. A questão está em saber se será adequado considerar que tais tempos apresentam esses valores aspectuais ou não⁽³⁸⁾.

6.3.1.1. O Presente

Na secção correspondente ao Aspecto já observámos que o Presente do Indicativo só em certos casos dá informação estritamente temporal de presente. Isso acontece claramente com estados enquanto com eventos está restringido a relatos directos e ao uso de enunciados performativos, como em (2) e (3) respectivamente.

- (1) A criança está contente.
- (2) O jogador remata fortemente à baliza.
- (3) Prometo que vou contigo ao museu.

Com os outros tipos aspectuais apresenta tipicamente um valor aspectual de habitualidade e não estritamente de tempo. Em frases simples, o tempo sobreposto parcialmente ao tempo da enunciação de processos e processos culminados é dado pelo Presente Progressivo, embora apresente também alterações aspectuais. No caso das culminações, podemos ter, para além da mudança aspectual, uma ambiguidade temporal. No exemplo seguinte, uma leitura possível é a de que o evento ocorre no preciso momento em que o falante enuncia a frase, parafraseável por *eles estão a chegar neste momento*, mas uma outra leitura foca uma fase preparatória do evento, parafraseável por *eles estão quase a chegar*.

- (4) Eles estão a chegar.

Em construções apropriadas, o Presente pode ser utilizado para referir um tempo posterior ao tempo da enunciação, nomeadamente quando apoiado por advérbios e quando o predicado seleccionado é um evento como em (5). Com estados faseáveis a aceitação é geralmente duvidosa, necessitando de um contexto maior para a sua leitura e com estados não faseáveis é muito rara, ou até agramatical. Vejam-se alguns exemplos:

- (5) Amanhã a Rita corre no estádio universitário / apresenta uma comunicação / chega ao topo dos Pirenéus.

⁽³⁸⁾ Veja-se a este respeito 6.2 sobre os tempos verbais.

- (6) Dentro de uma semana a Maria está em casa / ?vive em Paris / ?é simpática com os colegas / *é alta / ?o Zé tem um BMW.

No entanto, os estados faseáveis, se estes estiverem na forma de Presente Progressivo, permitem esta projecção para o futuro, como se o estado fosse o resultado de um plano estabelecido no presente⁽³⁹⁾:

- (7) Dentro de uma semana a Maria está a viver em Paris / está a ser simpática com os colegas.

O Presente pode ainda apresentar-se como uma projecção do passado nos usos comumente designados por Presente Histórico, desde que o contexto contenha alguma referência a um tempo passado e se admita uma certa sequência de situações, como se pode ver pelo contraste entre (9)-(10).

- (8) Naquele dia longínquo, os revoltosos proclamam a independência da ilha.
- (9) ?Em 1940 a cantora vive em Paris.
- (10) Em 1940 a cantora vive em Paris, vindo a comprar uma mansão nos arredores.

Por último temos ainda os casos em que o Presente é usado em instruções, com um valor modal próximo do deontico, tendo em conta um certo objectivo a atingir⁽⁴⁰⁾:

- (11) Sais do aeroporto e à tua direita encontras a paragem de autocarros. Apanhas o autocarro 34.

⁽³⁹⁾ Note-se que não se pode confundir esta construção com o "Progressivo futuro", isto é, uma leitura futura do Progressivo Presente, como acontece em algumas línguas. A leitura apresentada para os estados faseáveis também é aceitável com eventos, mas a localização temporal deve ser mais precisa:

- (i) ?Dentro de uma semana a Maria está a correr no estádio universitário / ?apresentar uma comunicação.
- (ii) Dentro de uma semana, a esta hora, a Maria está a correr no estádio universitário.

⁽⁴⁰⁾ Veja-se a este respeito Oliveira e Lopes (1995) e 9.2.1.

6.3.1.2. O Pretérito Perfeito

O Pretérito Perfeito é claramente um tempo do passado, embora não seja perfectivo na medida em que não determina na maior parte dos casos a existência de um estado consequente. É, no entanto, sempre *terminativo*, isto é, marca um momento em que um estado ou um evento terminou, podendo só nos casos em que há culminação inferir-se um estado consequente, como em (13) e (14): “a carta está escrita” e a “corrida está ganha”. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (12) A Maria esteve doente.
- (13) A Maria escreveu a carta.
- (14) A Maria ganhou a corrida.
- (15) A Maria correu.

Embora o ponto de perspectiva temporal seja tipicamente o tempo da enunciação, o Pretérito Perfeito pode também em alguns casos articular-se com um tempo posterior:

- (16) Quando a Maria voltar da viagem daqui a um mês, já o Rui concluiu o curso há uma semana.

Quando ocorre uma sucessão de frases no Pretérito Perfeito, estamos perante uma sucessão de eventos e neste caso considera-se que cada uma das ocorrências serve de ponto de referência para a seguinte, como em (17) ⁽⁴¹⁾.

- (17) A Maria entrou no gabinete, cumprimentou os colegas e sentou-se à secretária.

6.3.1.3. O Imperfeito

O Pretérito Imperfeito é um tempo gramatical com informação de passado, mas que em muitas construções não apresenta características temporais. Com efeito, por ser um tempo alargado, pode alterar o tipo de evento, havendo uma sobreposição parcial ou total com um tempo do passado, ou ainda uma relação de inclusão.

⁽⁴¹⁾ Kamp e Reyle (1993) defendem que o Ponto de Referência serve para dar conta da progressão da narrativa, distinguindo-se do Ponto de Perspectiva Temporal.

- (18) A Maria lia o jornal quando a Joana chegou.
- (19) Ontem a Maria estava doente.
- (20) A Maria estava doente às 5 horas da tarde.

O primeiro destes exemplos mostra que o evento *ler o jornal* perdeu a sua culminação e, ao mesmo tempo, a chegada da Joana está incluída no tempo de ler o jornal, que pode ter continuado para além da chegada ⁽⁴²⁾. Com estados, tendo em conta os adverbiais das frases (19)-(20), verifica-se que, preferencialmente, no primeiro caso há uma sobreposição temporal entre os dois intervalos e que no segundo destes exemplos o adverbial está incluído no intervalo de *estar doente*.

No entanto, nem sempre o Imperfeito apresenta características de tempo relativo a um ponto de perspectiva temporal do passado. Vejam-se alguns exemplos ilustrativos:

- (21) Eu, neste momento, bebia um cafezinho...
- (22) Estava à tua espera desde ontem.
- (23) Se a Rita chegar/chegasse a tempo, íamos ao concerto.
- (24) Amanhã ia falar consigo ao escritório, está bem?

Verifica-se que nos dois primeiros exemplos deste grupo o ponto de perspectiva temporal é o tempo da enunciação, através de *neste momento* e *desde ontem* (até agora), mas em (21) pode haver uma projecção para um futuro (imminente), eventualmente articulado com uma condicional, enquanto em (22) o uso do Imperfeito indica que o estado descrito (estar à espera) já não é relevante no momento da enunciação. Nos outros dois exemplos o ponto de perspectiva temporal é um tempo posterior ao da enunciação, estabelecidos, num caso, pela condicional e, no outro, pelo advérbio *amanhã*.

Estas observações permitem considerar que o Imperfeito não denota sempre um tempo do passado, mas que pode também expressar modalidade ⁽⁴³⁾.

⁽⁴²⁾ Por isso, Kamp e Rohre (1983) consideram, numa análise do Imperfeito em francês, que este tempo gramatical opera uma transição de um evento para um estado.

⁽⁴³⁾ É por esta razão que se fala de Imperfeito de delicadeza. Sobre a modalização do Imperfeito, veja-se Oliveira (1986), (1990) e Oliveira e Lopes (1995), e também capítulo 9.

6.3.1.4. O Futuro

O Futuro Simples raramente expressa tempo posterior ao tempo da enunciação. De facto, é, tendencialmente, mais próximo de um modo do que de um tempo. Em português europeu a posterioridade é fundamentalmente dada pelo Presente do Indicativo com o contributo de adverbiais de tempo de projecção futura ou então pela construção *ir + infinitivo* ⁽⁴⁴⁾.

- (25) A Maria casará daqui a duas semanas (se tudo correr como previsto).
- (26) A Maria casa daqui a duas semanas.
- (27) A Maria vai casar daqui a duas semanas.
- (28) Neste momento, o ministro estará a ser recebido pelo presidente.

O contraste entre os três primeiros exemplos advoga no sentido de o Futuro ser preferencialmente um modo, o que é claramente confirmado pelo exemplo (28), em que não existe qualquer posterioridade em relação ao tempo da enunciação, expresso por *neste momento*.

6.3.1.5. O Futuro do Passado/Condicional

Este tempo comporta-se como tal desde que o ponto de perspectiva temporal seja passado. Se esse ponto for um tempo futuro, então adquire um valor modal.

- (29) Ontem o Rui encontrou a Maria e esta convidá-lo-ia posteriormente para presidir ao encerramento da sessão.
- (30) O Rui e a Maria têm um encontro dentro de dias e esta convidá-lo-ia (*posteriormente) para presidir à sessão, se não soubesse já que ele recusava.

Enquanto (29) apresenta uma leitura do Condicional como Futuro do Passado, admitindo o advérbio *posteriormente* relativo ao tempo da frase anterior, (30), não permitindo tal advérbio, evidencia que não se trata de um tempo ⁽⁴⁵⁾.

⁽⁴⁴⁾ Veja-se Oliveira (1985) e Oliveira e Lopes (1995). Para uma visão estritamente temporal do Futuro (Imperfeito), veja-se Peres (1993b).

⁽⁴⁵⁾ Sobre o Condicional como modo, veja-se o capítulo 9.

6.3.2. Tempos compostos

Os tempos compostos são construídos com o auxiliar *ter* e o particípio passado do verbo principal. Se compararmos com os tempos simples, verificamos que o auxiliar não pode ocorrer senão em alguns tempos gramaticais, sendo portanto defectivo quanto ao Pretérito Perfeito, contrariamente ao que acontece em outras línguas. Apresentam-se a seguir as formas finitas dos tempos compostos do Indicativo.

Forma	Tempo
Tenho cantado	Pretérito Perfeito Composto
Tinha cantado	Pretérito Mais-que-Perfeito
Terá cantado	Futuro Composto
Teria cantado	Condicional Composto

6.3.2.1. O Pretérito Perfeito Composto

Como já se disse antes, este tempo apresenta algumas especificidades em português. Com efeito, o Pretérito Perfeito Composto não marca perfectividade, nem claramente tempo passado, mas antes a duração de uma situação iniciada no passado e que continua no presente (da enunciação), podendo ainda apresentar uma leitura de iteratividade, por vezes apoiada por expressões adverbiais ⁽⁴⁶⁾. Este efeito de iteratividade é uma peculiaridade do português ⁽⁴⁷⁾ sujeita, no entanto, a algumas restrições. Ocorre só neste tempo nas formas do Indicativo e só com alguns predicados eventivos que apresentem culminação, uma vez que os que não a apresentam necessitam de expressões adverbiais que confirmem tal leitura. Acresce ainda que a natureza semântica dos complementos pode também ser pertinente. Os exemplos que se apresentam a seguir confirmam estas observações.

- (31) O Rui tem visitado a avó.
- (32) É possível que o Rui tenha visitado a avó.

⁽⁴⁶⁾ Barbosa, J. S. (1822/1871:147 e ss) chama a este tempo *Presente Perfeito Relativo*, distinguindo-o de *Pretérito Perfeito Absoluto*.

⁽⁴⁷⁾ Segundo Cartagena (1999) o espanhol americano e o das Canárias apresentam algumas semelhanças com o português.

- (33) O Rui tem escrito uma carta / ?a carta / cartas todos os dias.
 (34) O Rui tem corrido *(todos os dias).
 (35) O Rui tem estudado muito / todos os dias.
 (36) O Rui tem ganho a maratona (todos os anos).
 (37) O Rui tem estado doente.

Os dois primeiros exemplos mostram o contraste dos modos, tornando claro que só no Indicativo é possível uma leitura de iteratividade. (33) revela que a natureza do complemento é pertinente, enquanto (34)-(36) tornam evidente a necessidade de um adverbial. Por outro lado, (37) apresenta só uma leitura temporal, não necessitando de qualquer expressão adverbial de quantificação. Caso esta ocorra, como, por exemplo "todos os meses", então é possível considerar várias ocorrências delimitadas do estado de doença. Em contextos mais alargados alguns destes exemplos podem ocorrer sem um adverbial de quantificação, que, no entanto, se infere.

Esta leitura de iteratividade perde-se também se o Ponto de Perspectiva Temporal não for o momento da enunciação:

- (38) Quando a Rita chegar a casa da avó, já o Rui a tem visitado.
 (39) Quando a Rita chegar a casa da avó, já o Rui tem lido o jornal *todos os dias.

Assim, o traço comum a todos os casos parece ser a marcação de um início indeterminado de um estado ou de um evento anterior ao presente da enunciação que pode continuar para além deste. Se o Ponto de Perspectiva Temporal não for o presente, então não existe continuidade para além desse ponto⁽⁴⁸⁾.

O efeito de iteratividade parece estar relacionado com o facto de a duração estabelecida pelo Pretérito Perfeito Composto ser bastante vaga, o que é também uma característica dos estados. Ora, se as situações que incluem culminação, não a perdem, pode-se por iteração obter um novo estado. No caso de processos não parece ser possível o Pretérito Perfeito Composto sem o apoio de expressões quantificacionais na medida em que, sendo eventos divisíveis, é necessário estabelecer limites para obter esse efeito⁽⁴⁹⁾.

Quanto aos estados, a leitura iterativa não ocorre naturalmente porque se está perante um tipo de situação que não é delimitada por natureza, não havendo nem

⁽⁴⁸⁾ Sobre o Pretérito Perfeito Composto em português, veja-se Campos (1987), Lopes (1972), Oliveira (1996) e Peres (1994).

⁽⁴⁹⁾ Veja-se Lopes (1972: 225) sobre iteratividade e sua relação com quantificação nominal.

completude nem terminação. No entanto, podem ocorrer estados no Pretérito Perfeito Composto com adverbiais de quantificação temporal e nesse caso o efeito de iteratividade ocorre em virtude dos adverbiais, sendo só possível com alguns tipos de estados, nomeadamente os faseáveis, por ser possível atribuir-lhes delimitações temporais:

- (40) Ele tem estado doente todas as semanas / frequentemente / muitas vezes.
 (41) * Ele tem sido alto todas as semanas / frequentemente / muitas vezes.

Em suma, o Pretérito Perfeito Composto tem uma informação temporal diversa de outros tempos do passado e pode, sob certas condições, desencadear um estado iterativo, nomeadamente com eventos⁽⁵⁰⁾.

6.3.2.2. O Pretérito Mais-que-Perfeito Composto

Este tempo é essencialmente anafórico na medida em que necessita, para a sua localização temporal no passado, de um outro ponto de referência, isto é, um Ponto de Perspectiva Temporal, também passado, que habitualmente se encontra expresso no quadro de uma frase complexa ou de um texto, mas que também se pode reconstruir ou inferir.

⁽⁵⁰⁾ Em português há uma construção aparentemente semelhante a esta, que apresenta uma leitura claramente perfectiva como a que se exemplifica em (i):

- (i) Ele tem os testes corrigidos.

Note-se, no entanto, que há algumas restrições relativamente a esta construção, nomeadamente, o participio utilizado, quando estão disponíveis o regular e o irregular:

- (ii) A polícia tem os ladrões presos /*prendidos.

- (iii) A polícia tem prendido alguns ladrões.

Do ponto de vista semântico, só ocorre com certos tipos de predicados, em particular processos culminados. Por outro lado, frases como (iv) evidenciam que se trata de um conjunto de eventos completos (não todos, neste caso), que se estende à construção global:

- (iv) Ele tem os testes quase corrigidos.

Desta forma, há um certo parentesco semântico com as construções de Pretérito Perfeito Composto, pois estabelece, com restrições e só no caso de plurais, uma relação com a leitura de iteratividade.

Esta questão envolve outras construções como outros tipos de orações reduzidas, orações de participio absoluto e até passivas, uma vez que está relacionada com a natureza dos participios e dos adjectivos perfectivos (para este termo, veja-se Bosque, 1990). Para um desenvolvimento destas questões do ponto de vista sintáctico e lexical, veja-se Santos (1999).

não faseáveis, mas tal não pode constituir argumento para que em todos os casos haja um estado resultante:

- (52) A Maria disse-me que tinha feito o jantar / ganho a corrida / estado doente / trabalhado bem / tossido frequentemente.
(53) */? A Maria disse-me que tinha tido um BMW frequentemente.

Por último, deve ainda acrescentar-se que é possível a ocorrência de mais de um Mais-que-Perfeito Composto ou ainda que é possível encontrar Imperfeitos a marcar a Perspectiva Temporal:

- (54) Não me tinha ocorrido que te tinhas casado (ontem).
(55) Ela tinha estudado Sintaxe e Semântica, pois tinha uma licenciatura em Linguística.

6.3.2.3. O Futuro Composto

Este tempo pode ter uma leitura temporal e aspectual ou então modal. No primeiro caso o PPT tem que ser um tempo futuro em relação ao momento da enunciação, constituindo a forma composta a marcação de uma anterioridade em relação a esse tempo, mas que é também futuro. Acresce que pode também haver perfectividade uma vez que nos exemplos (56)-(57) a oração temporal se inclui no estado resultante do processo culminado e da culminação expressas na oração principal.

- (56) Quando chegares a casa, o Jorge já terá feito o jantar.
(57) Quando acenderes a televisão, a Carla Sacramento já terá ganho a corrida.
(58) ?Quando chegares a casa, já o Jorge terá estado doente.
(59) ?Quando chegares a casa, já o Jorge terá trabalhado bem.
(60) Quando chegares a casa, já o bebé terá tossido.

Algumas destas frases parecem pouco naturais, nomeadamente aquelas que apresentam um estado e um processo, no entanto, ainda assim aceitáveis.

Porém, o uso mais comum deste tempo apresenta um valor modal uma vez que o PPT pode ser um tempo presente ou até um passado:

- (61) A esta hora, a Ana já terá chegado a Nova Iorque.
(62) Ontem o Manuel terá passado todo o dia em frente do computador.

6.3.2.4. O Condicional Composto

Ao falar-se do Condicional, disse-se que este tempo gramatical podia ser um futuro do pretérito, mas também poderia, em certos contextos, ser modal. A forma composta mantém estas duas possibilidades de leitura, embora a modal seja mais frequente do que a temporal. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (63) O Rui disse-me que lhe teria agradado ir à festa.
(64) Não sei se o Rui já se teria casado naquela altura.
(65) Disseram-me que o grupo se teria organizado na festa...
(66) Ontem ele teria ido ao cinema quando tu chegaste.
(67) Falei com dois estudantes que já teriam estado no Brasil.
(68) Não lhe respondeu porque ela não teria compreendido nada.
(69) Se a Maria tivesse chegado a horas, teríamos ido ao cinema.

Há dois aspectos a ressaltar nestas construções. Em primeiro lugar muitas delas são modais e não temporais e em segundo lugar em algumas delas é possível substituir o Condicional Composto pelo Mais-que-Perfeito Composto, sem alteração significativa relevante, enquanto noutros casos tal não ocorre.

(63) e (69) são aparentadas na medida em que se pode inferir que os eventos descritos nas orações com Condicional Composto não se realizaram, sendo interessante salientar que a leitura de contrafactualidade, normalmente associada às frases condicionais, também pode ocorrer em completivas. Nestes dois casos é irrelevante a substituição pelo Mais-que-Perfeito Composto, o que evidencia que este tempo também pode ser modal em contextos apropriados, perdendo a sua perfectividade. No entanto, no segundo destes exemplos, podemos encontrar um tempo posterior a um passado. Os exemplos (65)-(67) revelam leitura modal, sendo-lhes atribuído o valor de possibilidade (doxástica) uma vez que não há certeza sobre os eventos e o estado descritos nas orações com Condicional Composto. Isto torna-se evidente se substituirmos este tempo pelo Mais-que-Perfeito Composto, como em (70)-(72). No entanto, não podemos dizer que estamos perante um futuro do passado.

- (70) Disseram-me que o grupo se tinha organizado na festa.
(71) Ontem ele tinha ido ao cinema quando tu chegaste.
(72) Falei com dois estudantes que já tinham estado no Brasil.

O exemplo (64) é muito interessante, pois, se retirarmos a negação, a frase só admite o Mais-que-Perfeito Composto, como em (73), sendo possível man-

- (42) A Maria respondeu às cartas que tinha recebido.
- (43) A Maria levantou-se às 9 horas. Tinha dormido mal.
- (44) Às dez horas, o Jorge ainda não se tinha levantado.
- (45) Nunca tinha ouvido semelhante disparate.

Em (42), o PPT (Ponto de Perspectiva Temporal) é constituído pelo Pretérito Perfeito Composto da frase principal, enquanto em (43) é estabelecido pela frase anterior. No exemplo seguinte, o PPT é *às dez horas*, que se tem que assumir como anterior ao momento da enunciação. Quanto a (45), é necessário inferir um tempo, anterior ao da enunciação, mesmo que de anterioridade breve, que servirá de PPT, como, por exemplo, “nunca tinha ouvido semelhante disparate até ouvir o que disseste”.

Uma outra característica associada a este tempo é a de perfectividade, em virtude de se poder considerar um estado resultante ou consequente. A consideração de tal estado está em certa medida dependente do tipo de situação aspectual que se considera ⁽⁵¹⁾, pois parece bastante plausível nos casos em que há culminação e bastante menos claro nos outros casos.

- (46) Quando a Maria chegou a casa, o Jorge (já) tinha feito o jantar.
- (47) Quando acendi a televisão, a Carla Sacramento (já) tinha ganho a corrida.
- (48) A Maria disse-me que tinha estado doente.
- (49) A Maria disse-me que tinha trabalhado bem.
- (50) O Jorge disse-me que o bebé tinha tossido.

Nos dois primeiros exemplos temos na oração principal um processo culminado e uma culminação respectivamente e na oração temporal uma culminação. Para além da informação temporal de anterioridade do tempo da oração principal em relação à temporal, que serve de PPT, podemos ainda acrescentar que as culminações *chegar a casa* e *acender a televisão* ocorrem no estado resultante subsequente aos eventos da oração principal, isto é, o jantar estar feito e a corrida estar ganha. Digamos que os eventos estão completos, tendo atingido a culminação, podendo assim considerar-se o estado resultante no quadro do qual diversos eventos podem ter lugar.

Nos exemplos (48)-(50), o tipo de situação expresso nas frases completivas é, respectivamente, um estado, um processo e um ponto. Nestes casos a relação

⁽⁵¹⁾ Veja-se a este respeito Macário Lopes (1997b). Para uma proposta diversa, veja-se Peres (1996).

temporal observada para os casos anteriores mantém-se, mas dificilmente podemos considerar um estado resultante ⁽⁵²⁾.

A existência de um estado resultante ou não está relacionada com o tipo aspectual do predicado por várias razões. Em primeiro lugar, os adverbiais de tempo que são compatíveis com as frases no Mais-que-Perfeito Composto são os mesmos que são compatíveis com o tipo aspectual básico de situação, isto é, de medição (e delimitação) temporal (*em x tempo*) para os dois primeiros casos e de medição temporal (*durante x tempo*) para os restantes, embora atribuindo iteratividade no último caso por ser um ponto. Em segundo lugar, a razão por que podemos considerar que há um estado resultante é porque os eventos posteriores ocorrem no interior, quer por sobreposição quer por inclusão, de um intervalo de tempo só no seu início delimitado em virtude de se iniciar no momento imediatamente subsequente à culminação. Aparentemente, essa culminação não pode ocorrer com estados, processos e pontos e por isso há só uma delimitação temporal terminativa de situações que não a têm basicamente. Esta observação é confirmada pelo facto de estados não faseáveis, como em (51), poderem, com algumas restrições, ocorrer neste tempo, evidenciando que se trata de uma mera delimitação temporal, podendo apenas inferir-se no exemplo seguinte que o Rui já não tem o BMW, já não sabe francês ou já não é alto ⁽⁵³⁾:

- (51) O Rui disse-me que tinha tido um BMW / ?sabido francês / ?sido alto.

É de notar ainda que a maior parte dos predicados dos exemplos apresentados são compatíveis com adjuntos adverbiais de quantificação temporal, como os eventos e os estados faseáveis, contrariamente ao que sucede com os estados

⁽⁵²⁾ Peres (1994, 1996) considera que nos tempos compostos existe sempre um estado resultante. Embora os seus exemplos sejam só de processos culminados e de estados, propõe, seguindo sugestões de Kamp e Reyle (1993: 580) para o tratamento destes eventos e de estados, um estado resultante, que se obtém para os estados através de um evento que marca o fim do estado lexical. Diverge, no entanto, destes ao considerar que o Particípio Passado veicula um valor temporal de Localização Relativa (*Tense* em Kamp e Reyle) de anterioridade, inerente a todas as construções perfectivas e ainda um quarto valor no sistema da Perspectiva Temporal, isto é, Indeterminado.

⁽⁵³⁾ Este facto não pode, no entanto, constituir argumento em favor de um estado consequente caracterizado pela negação do anterior, pois esse efeito é também obtido com o Imperfeito:

(i) O Rui tinha um BMW/ sabia francês/ era alto.

Veja-se a este respeito Oliveira (1986) para o Imperfeito em português, e Kratzer (1995) e Musan (1997) sobre predicados de indivíduo e predicados de fase em relação com tempo.

ter o Condicional Composto se houver uma continuação com uma condicional, como em (74):

- (73) Sei que o Rui (já) se tinha casado naquela altura.
(74) Sei que o Rui já se teria casado naquela altura, se tivesse dinheiro.

Por último, a frase (68) apresenta uma característica que se revela no contraste com uma frase em que se substitui o Condicional Composto pelo Mais-que-Perfeito Composto, pois neste caso não se trata só de uma questão de modalização mas claramente de uma questão também temporal. Em (75) *não compreender nada* é anterior a *não responder*, enquanto em (68) *não compreender nada* é posterior a *não responder*. Veja-se a relação de (68) com (76), em que se usa a construção *ir + infinitivo*, muito comum para tempo futuro, sendo o contraste *ia/iria* de natureza modal:

- (75) Não lhe respondeu porque ela não tinha compreendido nada.
(76) Não lhe respondeu porque ela não ia / iria compreender nada.

Em síntese, o Condicional Composto é um tempo gramatical que apresenta características muito evidentes de modalização, podendo em alguns casos ser substituído pelo Mais-que-Perfeito Composto sem alterações significativas, se o contexto é claramente modal, e com perda de modalização noutros contextos. Pode, no entanto, ainda revelar informação temporal em certos casos, não sendo possível comutar com o Mais-que-Perfeito Composto. Quanto aos efeitos de perfectividade, parecem só ocorrer nos casos em que é possível a comutação dos tempos referida e nestes casos é semelhante ao que se passa com o Mais-que-Perfeito Composto, atribuindo o Condicional também modalização.

6.4. Adverbiais de tempo

Neste ponto faz-se uma breve apresentação sobre a semântica de alguns adverbiais de tempo⁽⁵⁴⁾.

A expressão dos adverbiais de tempo é extremamente variada, podendo ser explicitada através de advérbios de tempo, de sintagmas preposicionais e tam-

⁽⁵⁴⁾ Veja-se 11.4 e 11.6. Usa-se o termo *adverbial de tempo* para designar quer os advérbios de tempo propriamente ditos quer as expressões adverbiais de tempo.

bém de sintagmas nominais⁽⁵⁵⁾. Para além disso, as orações temporais podem também contribuir para a informação temporal de uma frase ou de um texto. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (1) A Rita foi a Paris ontem.
- (2) A Rita leu o livro em duas horas.
- (3) O Rui chegou esta manhã.
- (4) Quando chegou a casa, a Rita fez o jantar.
- (5) A Rita ouviu música enquanto fez o jantar.
- (6) A Rita arrumou a sala antes de os convidados chegarem.

Os sintagmas preposicionais com valor temporal podem construir-se com diferentes preposições, como por exemplo, *em, a, por, para, de, desde, durante, até*⁽⁵⁶⁾:

- (7) O escritor morreu em Agosto.
- (8) Ele leu o livro em dois dias.
- (9) O Rui chegou às oito horas em ponto.
- (10) Ela ganha ao mês.
- (11) Ele pinta um quadro por mês.
- (12) Vou a Madrid por poucos dias.
- (13) A reunião realiza-se na sala de reuniões, pelas 9.30 horas.
- (14) A reunião foi adiada para o dia 28 de Julho.
- (15) O Rui chegou de manhã.
- (16) O Rui falou durante duas horas.
- (17) Ela saiu durante a tarde.
- (18) A Maria é professora desde 1989.
- (19) Ela está a redigir o relatório desde as duas horas.
- (20) Ela leu o artigo até às duas horas.
- (21) Pode telefonar-me. Estou em casa até dia 15 de Agosto.

Os nomes utilizados, quer em sintagmas nominais quer em sintagmas preposicionais, são de diferentes tipos, mas podemos reuni-los em dois grandes

⁽⁵⁵⁾ É discutível se se trata efectivamente de sintagmas nominais. Mória (1999) considera que os sintagmas nominais de localização temporal são sempre sintagmas preposicionais (nomeadamente com a preposição *em*) em que a preposição se encontra a um nível mais abstracto de representação.

⁽⁵⁶⁾ Para um estudo mais desenvolvido, veja-se Matos (1999).

grupos: os nomes de referência cronológica (*hora, mês, manhã, Maio, 2001...*) e os nomes que podem funcionar como nomes de informação temporal (*vez, momento, período*)⁽⁵⁷⁾.

Os primeiros subdividem-se em nomes de unidades de tempo (*ano, mês, dia, hora*) e nomes que designam essas unidades de tempo (*sábado, Outubro, 2001*). Os segundos não se enquadram numa métrica temporal e podem incluir nomes como *início, fim* (da manhã), *vez* (duas vezes/certa vez), *tempo* (nesse tempo) *altura* (nessa altura), *ocasião, instante* (num instante) e *momento*.

Existem várias formas de agrupar semanticamente os advérbios de tempo⁽⁵⁸⁾, mas há um razoável consenso quanto à existência de advérbios de **localização temporal**, de **frequência** e de **duração**⁽⁵⁹⁾. No entanto, se a consideração dos primeiros parece ser indiscutível, há alguma hesitação quanto à classificação de advérbios que dão simultaneamente informação de localização e duração, ou localização e quantificação.

- (22) O Manuel nasceu em 1992.
 (23) A revista é publicada quatro vezes por ano.
 (24) O Rui correu durante meia hora.

6.4.1. Advérbios de localização temporal

Os localizadores temporais são constituídos pelos advérbios capazes de fornecer as coordenadas temporais que permitem situar a eventualidade descrita numa frase, seleccionando um intervalo de tempo constituído como seu referente⁽⁶⁰⁾.

⁽⁵⁷⁾ Seguimos aqui de perto Matos (1999: 54 e ss), que analisa mais pormenorizadamente esta questão.

⁽⁵⁸⁾ Veja-se para o português Mória (1999) e Matos (1999) e Ilari (1991) para o português do Brasil. Veja-se ainda, por exemplo, Bennet e Partee (1978), Borillo (1983), Dowty (1979), Kamp e Reyle (1993), Swart (1993), Vet (1980) e Vlach (1993).

⁽⁵⁹⁾ Mória (1999), seguindo outros autores, considera que há uma diferença entre frequência pura, em que se contam situações (eventualidades) relativamente a uma unidade de tempo, e quantificação temporal em que não se contam directamente eventualidades mas se expressa uma relação entre eventualidades ou entre estas e intervalos de tempo:

- (i) A Maria corre três vezes por semana.
 (ii) A Maria corre sempre que vai à Foz / corre todas as manhãs.

⁽⁶⁰⁾ Um teste usual para identificar um advérbio de localização temporal é através da pergunta "quando teve lugar?".

A localização pode ser absoluta ou relativa. No primeiro caso, podem fazê-lo recorrendo a datas ou a eventos que funcionam como datas. No segundo caso, a localização depende de outra referência estabelecida pelo momento de enunciação (dêictica) ou então por alguma expressão na frase (ou texto) (anafórica)⁽⁶¹⁾.

- (25) O Manuel nasceu a 9 de Outubro de 1992.
 (26) A Catarina nasceu no dia do eclipse total do Sol.
 (27) Os convidados chegam neste momento / agora ao recinto da festa.
 (28) O Jorge foi ao café e duas horas depois voltou para casa.
 (29) A Maria chegou há pouco tempo.
 (30) Os meus amigos foram ao Brasil apesar de terem marcado a viagem há pouco tempo.
 (31) Partimos no domingo (passado).
 (32) Partimos na terça-feira, mas no domingo tínhamos estado em casa do Jorge.

Os dois primeiros exemplos deste grupo são de localização absoluta, fornecida pela data e por *dia do eclipse total*. Os outros exemplos são todos de localização relativa, que pode ser dêictica, como em (27) ou anafórica, como em (28). Os exemplos (29)-(32) mostram casos de advérbios com uma certa duplicidade, dado que podem ser dêicticos ou anafóricos, dependendo do contexto em que surgem⁽⁶²⁾.

6.4.2. Advérbios de frequência

Neste caso podem incluir-se os advérbios de frequência propriamente ditos e advérbios que envolvem quantificação fora do quadro de uma unidade temporal:

- (33) Desde que começou o Porto 2001, eles têm ido a um espectáculo duas vezes por semana.
 (34) Desde que começou o Porto 2001, eles têm ido a um espectáculo todas as semanas.

⁽⁶¹⁾ Borillo (1983) considera que existem advérbios autónomos, dêicticos, anafóricos e polivalentes. Mória (1999) considera que a entidade localizadora (intervalo de tempo ou eventualidade) pode ser definida (determinada de forma única) ou indefinida (quantificada existencialmente) e que designa por própria e comum respectivamente. Veja-se também Matos (1999) e Viegas (1996).

⁽⁶²⁾ Borillo chama a estes casos advérbios polivalentes e Matos (1999) chama-lhes relativos duplos.

Aparentemente, ambos os exemplos têm uma leitura semelhante, mas enquanto em (33) se apresenta uma frequência cíclica no quadro de uma unidade de tempo (semana), em (34) não se contam eventualidades, mas estabelece-se uma relação entre eventualidades (ir a um espectáculo) e intervalos de tempo (semanas)⁽⁶³⁾. Assim, os primeiros definem uma situação verdadeira num intervalo de tempo verificável, neste exemplo, duas vezes no interior desse intervalo (uma semana), enquanto os segundos definem uma situação verdadeira para um intervalo de tempo verificável em x intervalos de tempo (neste caso, todas as semanas), podendo corresponder, em certos casos, a uma média.

De forma marginal, podemos ainda referir advérbias como *habitualmente*, *geralmente*, *usualmente*, *regra geral*, que contribuem para a leitura genérica (caracterizadora) de uma frase quando combinados com outros factores indutores de genericidade, como, por exemplo, o tempo gramatical, especialmente o Presente.

(35) A Ana geralmente almoça em casa.

6.4.3. Advérbias de duração

Estes advérbias parecem independentes do eixo temporal, estabelecendo a duração de intervalos de tempo ou de eventualidades através de uma relação entre a entidade medida e porções de tempo quantificadas⁽⁶⁴⁾.

- (36) O atleta correu durante duas horas.
 (37) A criança leu o livro em duas horas.
 (38) A Joana foi a Amesterdão por dois dias.
 (39) O Rui trabalhou das nove às cinco.

⁽⁶³⁾ Veja-se a este respeito Mória (1999) e Matos (1999). Este último considera, na linha de Borillo (1986), que os primeiros são de frequência definida (iterativos) e os segundos de frequência indefinida (frequentativos). Veja-se também Parsons (1990) sobre advérbias que quantificam sobre a cardinalidade das ocorrências e os que estabelecem avaliações sobre a proporcionalidade entre um subconjunto e a totalidade das ocorrências, envolvendo portanto uma distinção entre quantificação cardinal e proporcional.

⁽⁶⁴⁾ A noção de duração não recolhe consenso, mas uma versão estrita considera que estes advérbias nada têm a ver com localização (cf. Kamp e Reyle, 1993), embora outros, como Borillo (1988), considerem que há duas formas de exprimir a duração, a que é dada em simultâneo com a localização e a que especifica a extensão de um intervalo.

O primeiro destes exemplos, em particular com a preposição *durante*, tipifica os advérbias de duração, enquanto o segundo exemplo marca duração e delimitação e o terceiro marca duração associada a uma fronteira final (mesmo que provisória)⁽⁶⁵⁾.

O exemplo (39) constitui um caso mais complexo em virtude de o operador descontínuo *de...a* poder ser classificado como localizador temporal, ou alternativamente como, em parte, durativo, com limites explicitados, isto é, como especificador de fronteira de intervalo⁽⁶⁶⁾.

Em virtude das características durativas destes advérbias, tipicamente ocorrem com expressões atéticas, mas *em x tempo* constitui um caso particular dado que ocorre com predicados télicos, dado este advérbial ser também delimitativo:

- (40) Ele caminhou na floresta durante / por duas horas.
 (41) Ele viveu em Paris durante / por dois anos.
 (42) *Ele nasceu durante / por dez minutos.
 (43) *Ele atravessou a rua durante / por dois minutos.
 (44) *Ele caminhou na floresta em duas horas.
 (45) *Ele viveu em Paris em dois anos.
 (46) ?Ele nasceu em dez minutos.
 (47) Ele atravessou a rua em dois minutos.

No entanto, quando os advérbias construídos com estas preposições são localizadores temporais, ocorrem muito mais facilmente com qualquer tipo aspectual de predicação, embora estabelecendo diferentes tipos de relações, tais como sobreposição ou inclusão.

Alternativamente, pode considerar-se que a classificação dos advérbias aqui apresentada é fundamentalmente aspectual, e que a relação dos advérbias com o tempo se restringe à sua relação dêictica e anafórica⁽⁶⁷⁾. Vejamos então sucintamente alguns exemplos.

⁽⁶⁵⁾ Note-se que os advérbias construídos com estas preposições deixam de ser durativos, se o sintagma nominal não for de quantificação temporal, à excepção de *por*, que também admite numerais cardinais:

- (i) Ele chegou durante o Natal.
 (ii) Ele chegou no Natal.
 (iii) Ele chegou pelo Natal /pelas 3 horas.

⁽⁶⁶⁾ Cf. Matos (1999) e Mória (1999).

⁽⁶⁷⁾ García Fernandez (1999) defende esta posição, embora possa ser discutível nomeadamente no que se refere aos localizadores temporais.

- (48) Encontrei o Jorge há dez minutos.
 (49) Convidei o Jorge para jantar esta noite.
 (50) Encontrei o Jorge esta semana.
 (51) Vou convidar o Jorge para jantar esta semana.

Os exemplos aqui apresentados são todos casos de localização temporal, mas simultaneamente apresentam-se como **adverbiais dêicticos**, uma vez que são interpretados relativamente ao momento da enunciação. De notar que *há dez minutos* localiza o evento, embora meça o intervalo de tempo decorrente até ao tempo da enunciação. Para verificar se se trata de localizador, pode usar-se o teste mencionado anteriormente em nota, ou então verificar que as frases com este adverbial são de difícil aceitação quando construídas com predicados durativos:

- (52) */? Ele trabalhou há dez minutos.
 (53) Ele saiu há dez minutos.

Os adverbiais construídos com demonstrativos, sendo localizadores e também dêicticos, apresentam a particularidade de referir não o tempo da enunciação, embora tal seja também possível (*neste preciso momento*), mas o tempo relevante na frase relativamente ao momento da enunciação, dado pelos tempos verbais, como o contraste entre (50)-(51) revelam.

Os **adverbiais anafóricos** dependem em grande medida de um ponto de perspectiva temporal estabelecido na frase, ao qual se pode sobrepor, ser anterior ou posterior:

- (54) A Teresa encontrou a Ana na conferência e nesse momento convidou-a para jantar.
 (55) A Ana foi ao cinema e no dia anterior tinha ido ao teatro.
 (56) A Rita concluiu o trabalho no dia dez de Julho e duas semanas depois partiu de férias.
 (57) A Teresa disse-me que encontrou a Ana há dois dias.

Destes exemplos, (57) levanta alguns problemas, pois não se sabe se *há dois dias* é anafórico, isto é, relativo a *disse-me*, ou dêictico, relativo ao momento da enunciação. Embora a leitura preferencial seja a primeira, a segunda é uma alternativa possível e está relacionada com problemas de sequencialização dos tempos. Veja-se que essa ambiguidade desaparece numa frase como (58):

- (58) A Teresa disse-me que tinha encontrado a Ana há dois dias.

6.5. Sequencialização dos tempos

Neste ponto falaremos brevemente de algumas questões relacionadas com a sequencialização dos tempos em frases complexas⁽⁶⁸⁾. Esta questão diz respeito à relação de dependência que se estabelece entre as leituras temporais de formas verbais de algum modo relacionadas entre si. Dito de forma simples, enquanto os tempos das frases simples identificam de um modo geral um tempo localizado em relação ao momento da enunciação, tal não acontece em muitas frases complexas e por isso não só há restrições quanto à ocorrência de tempos nas duas orações como pode haver leituras diversas. Vejamos alguns exemplos.

- (1) A Maria foi ao cinema.
 (2) O Rui disse que a Maria foi ao cinema.
 (3) Quando a Ana chegou, a Maria foi ao cinema.
 (4) O Jorge vai saber que a Maria foi ao cinema no dia anterior.
 (5) A Rita está doente.
 (6) O Rui disse que a Rita está doente.

Se compararmos (1) com (2)-(4), verificamos que na frase simples o tempo passado é relativo ao momento da enunciação, mas que em (2) e (3) há uma sucessão de eventos, embora mantendo-se uma informação de passado. Porém, *a Maria foi ao cinema* é anterior ao tempo da completiva e posterior ao da temporal. Em (4), o tempo da principal e o adverbial induzem a leitura de que *a Maria foi ao cinema* no dia anterior ao Jorge saber, podendo ser posterior ao tempo de enunciação, o que se pode verificar acrescentando, por exemplo, o adverbial *daqui a dois dias* à oração principal. Neste caso o Pretérito Perfeito perde a sua relação dêictica com o tempo da enunciação.

As frases (5)-(6) exemplificam um caso interessante, pois, enquanto na primeira frase há uma relação de sobreposição com o momento da enunciação em virtude de *estar doente* ser um estado, no segundo exemplo, a leitura de *está doente* depende do tempo da oração principal, embora podendo alargar-se até ao momento da enunciação. Veja-se o contraste com os seguintes exemplos:

- (7) O Rui disse há dois dias que a Rita está doente, ? mas já não está.
 (8) O Rui disse (ontem) que a Rita está doente há dois dias.

⁽⁶⁸⁾ Tradicionalmente esta relação entre tempos é designada por *consecutio temporum*. Barbosa (1822/1871: 213-215) fala desta questão estabelecendo algumas regularidades.

- (9) O Rui disse que a Rita estava doente, mas já não está.
 (10) O Rui disse há dois dias que a Rita estava doente, mas já não está.
 (11) O Rui disse (ontem) que a Rita estava doente há dois dias.

Nas frases (7) e (10) o tempo da completiva depende do da principal, com a diferença de que no primeiro caso o estado de doença se mantém no presente e no segundo não, isto é, o estado de doença durou, pelo menos, dois dias, enquanto na frase (10), o que se diz é que *há dois dias* está incluído em *estava doente*, mas não se sabe a duração da doença. No par constituído por (8) e (11), notamos que no primeiro exemplo se pode hesitar sobre se a Rita está doente há dois ou três dias, enquanto no segundo *há dois dias* é relativo a *disse ontem*. De qualquer forma, nos casos com Presente verifica-se que o tempo da oração principal é relevante. Como nestes casos as frases são ambíguas entre uma sobreposição temporal em relação ao tempo da oração principal ou ao tempo da enunciação, diz-se que se trata de frases de acesso duplo⁽⁶⁹⁾.

Veja-se agora o contraste entre as seguintes frases:

- (12) Na segunda-feira passada o Manuel sonhou que esteve em Paris na terça-feira.
 (13) Na segunda-feira passada o Manuel sonhou que estava em Paris na terça-feira.

Na primeira das frases a terça-feira relevante é anterior a segunda-feira enquanto na segunda frase a terça-feira relevante é posterior. Isto evidencia que em (12) o tempo da frase completiva é anterior ao da principal enquanto o Imperfeito pode projectar-se para um tempo futuro em relação ao tempo da frase principal, mostrando uma certa ambiguidade entre passado e futuro. Esta é possivelmente uma das razões por que em certos contextos pode ocorrer em vez do Condicional⁽⁷⁰⁾. Essa ambiguidade permite estabelecer também uma relação com leituras modais do Imperfeito em que este tempo indica posterioridade em relação ao momento da enunciação, sem, no entanto, se poder confundir com o Condicional⁽⁷¹⁾:

⁽⁶⁹⁾ Sobre este assunto ver Abush (1993), (1997), Ogihara (1996) e Oliveira (1998) ou ainda Carrasco Gutierrez (1999).

⁽⁷⁰⁾ A substituição do Condicional pelo Imperfeito não é recente na língua portuguesa, pois Barbosa (1822/71) já o atesta. Tal acontece também em outras línguas românicas, como é o caso do italiano (cf. Bazzanella, 1990).

⁽⁷¹⁾ Veja-se a este respeito Oliveira (1986) e (1998).

- (14) Amanhã ia à biblioteca (se tiver tempo /se tivesse tempo).
 (15) Amanhã iria à biblioteca (*se tiver tempo /se tivesse tempo).

O tipo de frases pode também ser importante para determinar as relações temporais. Veja-se o contraste entre as seguintes frases:

- (16) * O Rui disse anteontem que a Ana visitou a exposição de Sousa Cardoso ontem.
 (17) O Rui encontrou anteontem a rapariga que visitou a exposição de Sousa Cardoso ontem.

Enquanto (16) não é aceitável por haver um desajuste temporal, isto é o Pretérito Perfeito tem de ser anterior relativamente ao momento da enunciação e também ao tempo da oração principal, como acontece, por exemplo, em (12). O exemplo (17) é aceitável, pois o tempo de perspectiva temporal na relativa parece ser o tempo da enunciação. No entanto, isso não acontece sempre nas relativas, como o contraste entre as frases seguintes mostram:

- (18) Na semana passada, o Manuel encontrou um amigo que estava na sala ao lado.
 (19) Na semana passada, o Manuel encontrou um amigo que está na sala ao lado.

O Modo pode também ser relevante para a leitura das relações temporais, como se pode observar nos seguintes exemplos:

- (20) Ontem o Rui comprometeu-se a fazer uma conferência no próximo mês sobre o assunto em que o público estava interessado.
 (21) Ontem o Rui comprometeu-se a fazer uma conferência no próximo mês sobre o assunto em que o público estivesse interessado.

No primeiro exemplo *estava interessado* é avaliado relativamente ao momento da enunciação, que, por ser um Imperfeito, se relaciona com o Pretérito Perfeito através de uma relação de sobreposição. Desta forma, podemos continuar a frase, indicando qual o tema, por exemplo, o ambiente, isto é, há um tema em que o público está interessado. Em (21) o tema não pode ser conhecido, pois *estivesse interessado* apresenta uma localização temporal futura relativamente ao momento da enunciação, sobrepondo-se a *próxima semana*, cuja localização temporal depende do momento da enunciação.

Veja-se ainda a frase seguinte, em que *durante a próxima tempestade* não é aceitável por não ser possível estabelecer uma relação com o momento de enun-

ciação, contrariamente a *durante a tempestade seguinte*, que estabelece uma relação temporal com o tempo da oração principal, embora anterior ao momento da enunciação.

- (22) A Maria pensou que o Manuel estava assustado durante *a próxima tempestade / a tempestade seguinte.

Compare-se ainda as seguintes frases com o modal deôntico *dever*:

- (23) O Jorge devia estudar mais.
 (24) A Maria pensou que o Jorge devia estudar mais.
 (25) *Quando estava na Faculdade, o Jorge devia estudar mais.
 (26) Quando estava na Faculdade, o Jorge devia ter estudado mais.

Em (23) a leitura é feita relativamente ao momento da enunciação, enquanto em (24) o é também em relação ao tempo da oração principal. O contraste entre os dois exemplos seguintes revela que o relato de um dever passado, fornecido pela oração temporal, só pode ser adequadamente feito com um infinitivo composto.

Por último, consideremos brevemente as orações temporais com *quando*. Estas orações têm a capacidade de localizar as eventualidades das orações principais com que co-ocorrem de forma variável, isto é, podem exprimir anterioridade, sobreposição ou posterioridade, como os exemplos seguintes mostram⁽⁷²⁾:

- (27) Quando construíram a ponte, contrataram arquitectos famosos.
 (28) Quando construíram a ponte, usaram materiais de má qualidade.
 (29) Quando construíram a ponte, despediram todos os trabalhadores.

Assim, poderemos dizer que a oração subordinada localiza a situação da oração principal através das diversas possibilidades de fixação do seu intervalo nas diferentes fases disponibilizadas pela situação relevante. Deste modo, quando estão envolvidos estados, estes incluem geralmente os eventos com os quais co-ocorrem ou se sobrepõem a outros estados. Quando estão envolvidos eventos, as diferentes fases relacionadas com o núcleo aspectual constituem os potenciais

⁽⁷²⁾ Veja-se a este respeito Moens e Steedman (1988), que apresentam exemplos correspondentes em inglês a (27)-(29), Carecho (1996) e Cunha (1999).

localizadores dos tempos dos eventos da oração principal, como sejam o processo preparatório ou o estado consequente⁽⁷³⁾.

- (30) Quando o Maria estava doente, o Rui telefonou-lhe.
 (31) Quando o Rui estava a comer a sopa, sentiu-se enjoado.
 (32) Quando o João concluiu o trabalho, saiu do escritório.

No entanto, pode observar-se que a ordem em que surgem as orações temporal e principal apresenta paralelismos com frases em que se dá simplesmente ordenação dos eventos. Veja-se os exemplos seguintes, em que a localização tanto da oração principal como a da segunda frase dos exemplos (35)-(36) são interpretadas, preferencialmente, como anteriores à temporal ou à primeira frase dos outros exemplos:

- (33) Quando o Rui entrou, a Rita saiu.
 (34) Quando a Rita saiu, o Rui entrou.
 (35) O Rui entrou. A Rita saiu.
 (36) A Rita saiu. O Rui entrou.

Embora esta relação temporal não seja a única possível, como aliás já se viu, e os seguintes exemplos confirmam, verifica-se que as afirmações anteriores se mantêm, pois a relação de anterioridade da oração principal em relação à temporal em (37) é idêntica à relação entre as duas frases de (38) e a relação de posterioridade da oração principal em relação à temporal em (39) é paralela à que se estabelece entre as frases de (40)⁽⁷⁴⁾:

- (37) Quando a Maria se casou, convidou todos os amigos.
 (38) A Maria casou-se. Convidou todos os amigos.
 (39) Quando visitámos a Maria, ela ofereceu-nos chá.
 (40) Visitámos a Maria. Ela ofereceu-nos chá.

Deste modo, podemos dizer que *quando* com valor temporal é um localizador mais ou menos neutro quanto à determinação da ordem relativa entre as situações envolvidas, sendo a sua principal função a de saturar, com a eventual

⁽⁷³⁾ Esta é a proposta, em linhas gerais, de Carecho (1996), na linha de Moens e Steedman (1988).

⁽⁷⁴⁾ Para um estudo mais aprofundado sobre este assunto e as propostas apresentadas, veja-se Cunha (1999) e (2000).

lidade que lhe está associada, as possibilidades de localização temporal da oração principal, sem impor restrições adicionais em termos de relação temporal entre as situações e por isso frases como as seguintes, em que há um adverbial de localização temporal, parecem não aceitáveis:

- (41) ?Quando visitámos a Maria às quatro horas, ela ofereceu-nos chá às cinco horas.
- (42) ?Quando a Maria se casou às cinco horas, convidou os amigos.
- (43) ?Quando o Rui entrou às cinco horas, a Maria saiu às cinco e dez.

Predicação e classes de predicadores verbais

Inês Duarte e Ana Maria Brito

Índice

- 7. Predicação e classes de predicadores verbais
 - 7.1. Estrutura argumental e papéis temáticos
 - 7.2. Tipos de situações e tipologia aspectual dos verbos
 - 7.3. Natureza aspectual do verbo e respectiva estrutura argumental
 - 7.3.1. Estados e verbos estativos
 - 7.3.2. Processos e verbos de processo
 - 7.3.3. Processos culminados e verbos de processo culminado
 - 7.3.4. Culminações e verbos de culminação
 - 7.3.5. Pontos e verbos pontuais
 - 7.4. A projecção em sintaxe dos argumentos verbais

A comunicação e a interacção verbais processam-se pela produção e pela compreensão de **enunciados**, “porções” de discurso emitidas pelos sujeitos falantes em determinados contextos discursivos e situacionais. Tais enunciados têm como condições essenciais o conhecimento de uma língua natural por parte dos sujeitos falantes nos seus papéis de locutor, alocutário e ouvinte e a própria actividade linguística, ancorada numa dada situação, definida por coordenadas de espaço e de tempo.

Os enunciados podem tomar formas variadas — **frases simples e complexas**, como as que exemplificam em (1), **categorias não frásicas** (“enunciados fragmentários”), como as exemplificadas em (2), textos e discursos.

- (1) (a) O Lobo perseguiu os três porquinhos.
 (b) O Lobo disse à Raposa que havia de comer os três porquinhos.
 (c) O Lobo jurou comer os três porquinhos.
 (d) Os três porquinhos fugiram para a casa de tijolo, que era a mais sólida das três.
- (2) (a) Bom-dia!
 (b) Santinho!
 (c) A conta, se faz favor.
 (d) A: — Quem quer gelado?
 B: — *Eu não.*

Apesar da sua variedade formal, todos os enunciados se caracterizam por terem significância informacional (1), i.e., em todos eles se estabelecem relações sistêmicas entre formas linguísticas e objectos e situações do mundo extralinguístico.

Quando os enunciados assumem a forma de frases declarativas (afirmativas ou negativas), os falantes descrevem estados de coisas, situações ou eventualidades (no sentido genérico) relativos a um dado universo de referência, e, por isso, tais frases, ou melhor, o seu **conteúdo proposicional** ou **proposição** pode ser verdadeiro(a) ou falso(a) relativamente a esse universo. Comparem-se os exemplos (3) e (4).

- (3) (a) A Exposição dos Oceanos teve lugar em Lisboa, em 1998.
(b) Vasco da Gama chegou à Índia em 1498.
(c) O sistema solar é heliocêntrico.
- (4) (a) A Exposição dos Oceanos teve lugar em Lisboa, em 1999.
(b) A rainha Isabel II abdicou do trono em 2000.
(c) O sistema solar é geocêntrico.

Certas frases não têm valor de verdade, não chegando a constituir proposições, como acontece com as frases interrogativas, imperativas, exclamativas, optativas; mas em todas elas se estabelecem relações entre elementos, se atribuem propriedades a entidades reais ou fictícias. Quer dizer, em todas as frases há, de um ou de outro modo, relações de **predicação** (2).

Predicar é, pois, atribuir propriedades a entidades ou estabelecer relações entre entidades. Assim, tanto predicamos quando atribuímos a propriedade de “ser inteligente” a um indivíduo de nome “João” (*O João é inteligente*) como quando dizemos *O João escreveu um artigo*, caso em que estabelecemos uma relação entre “escrever” e “um artigo” ou entre “o João” e “um artigo” através de “escrever”.

Isto significa que a **predicação** abrange não só a relação entre o que tradicionalmente se designa “sujeito” e “predicado” de uma frase ou **oração** (3) mas também a relação que se estabelece entre um núcleo lexical, como um verbo, e os seus **argumentos** (4).

(1) Sobre o conceito de significância informacional veja-se Chierchia e McConnel-Ginet (1991).

(2) Como se verá na Parte IV, esta relação exige certas configurações sintácticas e pode estabelecer-se entre expressões encabeçadas por várias categorias sintácticas, e.g., formas verbais finitas e não finitas, adjectivos, nomes, preposições e advérbios.

(3) Como é sabido, o termo 'oração' designa frases simples, finitas ou não finitas.

(4) Também designados como 'variáveis', 'lugares vazios' ou 'valências'. O conceito de argumento, importado do Cálculo de Predicados de 1.ª Ordem, começou a ser utilizado na

A palavra **predicado** é, como estamos a ver, ambígua. Pode ser utilizada para referir o **predicado sintáctico**, i. e., algo que só existe em função de um sujeito, ou, usando a noção fregeana de “saturação”, a expressão que é saturada pelo sujeito. Assim, em frases do tipo *O menino atirou a bola*, *O menino saiu de casa*, *O menino é lindo*, o predicado é a função sintáctica desempenhada pela combinação de palavras sublinhada (5).

Mas o termo 'predicado' pode também ser utilizado para referir a noção semântica de **predicado**, **predicador** ou **palavra predicativa**, recobrando neste caso toda e qualquer palavra que tenha argumentos, lugares vazios ou valência própria.

Neste capítulo, o termo 'predicado' será sistematicamente utilizado na acepção semântica acima definida.

7.1. Estrutura argumental e papéis temáticos

Os verbos são, nas línguas naturais, as palavras predicativas por excelência, mas há outras palavras que têm igualmente **estrutura argumental** ou **grelha temática**.

São elas todas as palavras a cujo significado é possível associar argumentos próprios: um nome como *destruição*, um adjectivo como *fiel*, uma preposição como *para*, e mesmo certos advérbios como *longe* são palavras predicativas. Na verdade, quando dizemos *destruição*, o nosso conhecimento linguístico e do mundo leva-nos imediatamente a formular duas perguntas: *quem destruiu?*, *o que é que foi destruído?*. Quando pensamos no adjectivo *fiel* pensamos em: *quem é fiel?*, *a que ou a quem é que uma dada entidade é fiel?*. Quando enunciamos uma preposição como *para*, ficam no ar as perguntas *para onde?* ou *para quem?*. Algo paralelo acontece com *longe*, que sugere as perguntas *longe de que lugar?* ou *longe de quem?*.

Um vez que a noção “argumento de” exprime a relação que estabelecem entidades denotadas por expressões linguísticas com palavras predicativas, a estrutura argumental de uma palavra predicativa, i.e., a indicação do número e da natureza dos seus argumentos, constitui a especificação lexical mínima dessa palavra.

Para descrever a estrutura argumental de uma palavra predicativa, é necessário ter em conta a distinção entre argumentos e **adjuntos** (6). Estes últimos

descrição das propriedades lexicais dos verbos na década de sessenta do século passado, com os estudos pioneiros de Gruber (1976), Fillmore (1968) e Jackendoff (1972b).

(5) Ver a este propósito 10.1, 11.5 e 12.1.

(6) Também denominados modificadores ou circunstantes.

são unidades que fazem parte da interpretação situacional, mas não dependem de nenhum item lexical presente na frase, como acontece com expressões de tempo e muitas expressões de localização espacial (cf. (5))⁽⁷⁾.

- (5) (a) Os atletas $\left\{ \begin{array}{l} \text{partiram para Estocolmo} \\ \text{desembarcaram em Lisboa} \\ \text{encontraram-se com os jornalistas} \\ \text{treinaram} \end{array} \right\} \text{ontem à noite.}$
- (b) $\left\{ \begin{array}{l} \text{Vi muitos quadros de Monet} \\ \text{Encontrei o Paulo} \\ \text{Comprei marcadores de livros} \\ \text{Apaixonei-me pelo Pedro} \\ \text{Roubaram-me a carteira} \end{array} \right\} \text{no Museu Marmotan.}$

Quanto aos argumentos, é útil distinguir entre **verdadeiros argumentos**, **argumentos por defeito** e **argumentos sombra**⁽⁸⁾. Os verdadeiros argumentos são aqueles que têm de estar sintacticamente realizados; nos exemplos (6), as expressões entre parêntesis rectos são verdadeiros argumentos das palavras predicativas sublinhadas.

- (6) (a) [Os atletas] treinaram ontem à noite.
 (b) [Os atletas] partiram [para Estocolmo] ontem à noite.
 (c) [Os atletas] comeram [bife grelhado] ontem à noite.
 (d) [Os atletas] ofereceram [camisolas]. [aos adeptos] ontem à noite.

Contrariamente aos verdadeiros argumentos, os argumentos por defeito e os argumentos sombra não são de realização sintáctica obrigatória. Os primeiros designam argumentos que participam na descrição do significado da palavra predicativa (cf. as expressões em itálico em (7)), enquanto os últimos estão semanticamente incorporados na palavra predicativa, mas podem aparecer autonomizados, como acontece com as expressões em itálico em (8).

⁽⁷⁾ Sobre as contrapartidas sintácticas da distinção entre argumento e adjunto, ver capítulos 10 e 11.

⁽⁸⁾ Sobre esta distinção, veja-se Pustejovsky (1998). Os argumentos sombra têm também sido denominados 'argumentos cognatos'.

- (7) (a) O Paulo gravou o ficheiro *num CD*.
 (b) O arquitecto construiu a marquise *com tijolos de vidro*.
 (c) O João fotografou a namorada *a preto e branco*.
 (d) O cozinheiro untou a forma *com banha*.
- (8) (a) Chovia uma chuva miudinha.
 (b) A vítima chorou lágrimas de raiva.
 (c) Dormimos um sono reparador.
 (d) Os guerreiros dançam uma dança frenética à volta de um totem.

Neste capítulo, ocupar-nos-emos fundamentalmente da descrição da estrutura argumental dos verbos, privilegiando a especificação dos verdadeiros argumentos, que apenas serão referidos como 'argumentos'.

O primeiro aspecto a ter em conta na descrição da estrutura argumental de um verbo é a indicação do número de argumentos que ele exige.

Como é sabido, exigem verbos com zero argumentos⁽⁹⁾, verbos com um argumento (também designados predicados unários)⁽¹⁰⁾, verbos com dois argumentos (também denominados predicados binários)⁽¹¹⁾, e verbos com três argumentos (também chamados predicados ternários)⁽¹²⁾⁽¹³⁾.

Os exemplos (9) ilustram frases com verbos de zero, um, dois e três argumentos, respectivamente:

- (9) (a) Hoje amanheceu às 5h43m.
 (b) [A Maria] gritou, porque teve um pesadelo.
 (c) [O Boavista] venceu [o campeonato] em 2001.
 (d) [O Pedro] emprestou [os apontamentos de Física] [ao João].

⁽⁹⁾ Contam-se entre eles os verbos meteorológicos (e.g., *chover, nevar, trovejar*) e perífrases meteorológicas como *estar / fazer calor / frio*.

⁽¹⁰⁾ Contam-se entre eles verbos intransitivos como *espirrar, gritar, tossir*, e verbos inacusativos como *desmaiar, morrer, murchar, nascer*. Sobre a distinção entre verbos intransitivos e inacusativos, ver 10.2 e 13.

⁽¹¹⁾ Contam-se entre eles verbos transitivos como *abrir, amar, escrever, matar*, e verbos como *gostar, obedecer, residir, telefonar*. Sobre verbos transitivos e outras subclasses de verbos de dois lugares, ver 10.2.

⁽¹²⁾ Contam-se entre eles verbos ditransitivos como *atirar, dar, emprestar, perguntar*, e verbos como *colocar, esconder, persuadir, transformar*. Sobre verbos transitivos e outras subclasses de verbos de dois lugares, ver 10.2.

⁽¹³⁾ É controverso se verbos como *arrastar, levar, transferir* ou *trazer* devem ser considerados verbos de três ou de quatro lugares. Considerá-los-emos verbos de três lugares, uma vez que um dos seus argumentos tem o estatuto de argumento por defeito.

Sendo embora uma noção semântico-lexical, a estrutura argumental de um predicador tem consequências para a forma sintáctica que pode assumir uma frase em que ocorra tal predicador, pois uma das condições para que uma frase seja bem formada é o facto de ela respeitar a estrutura argumental do seu predicador verbal ⁽¹⁴⁾. Quando uma frase não respeita a estrutura argumental do seu predicador verbal, é mal formada sintacticamente, i.e., é agramatical (veja-se o contraste entre (9) e (10), considerando cada exemplo de (10) como uma frase isolada de um contexto discursivo ou situacional específico).

- (10) (a) *[A Maria] amanheceu às 5h43m.
 (b) *[A Maria] gritou [um pesadelo].
 (c) *[O Boavista] venceu [o campeonato] [ao Porto] em 2001.
 (d) *[O Pedro] emprestou.

O segundo aspecto a ter em conta na descrição da estrutura argumental de uma palavra predicativa é a realização categorial que o verbo especifica para cada um dos seus argumentos; à especificação categorial dos argumentos exigidos por uma palavra predicativa é usual chamar propriedades de **selecção categorial**.

Assim, frases que respeitem o número de argumentos exigido por um verbo mas não respeitem as suas propriedades de selecção categorial são agramaticais. Veja-se o contraste entre (11) e (12) ⁽¹⁵⁾.

- (11) (a) [_{SN} O João] acredita [_{SP} em fantasmas].
 (b) [_{SN} A Maria] distribuiu [_{SN} os livros repetidos] [_{SP} pelos amigos].
 (c) [_F O empregado ter sido tão malcriado] aborreceu [_{SN} todos os clientes].
 (d) [_{SN} A Rita] mora [_{SP} em Londres].
- (12) (a) * [_{SN} O João] acredita [_{SN} fantasmas].
 (b) * [_{SN} A Maria] distribuiu [_F os livros estarem repetidos] [_{SP} pelos amigos].
 (c) * [_F O empregado ter sido tão malcriado] aborreceu [_{SP} a todos os clientes].
 (d) * [_{SN} A Rita] mora [_{SN} Londres].

⁽¹⁴⁾ Este requisito está incorporado na generalidade das teorias gramaticais contemporâneas, e.g., Princípio de Projecção (cf. Chomsky, 1981), Condição de Completude Funcional (cf. Bresnan, 1982).

⁽¹⁵⁾ Sobre as etiquetas categoriais utilizadas a partir deste momento, ver capítulos 11 e 12.

O terceiro aspecto a considerar ao caracterizar a estrutura argumental de uma palavra predicativa é o **papel temático** ou **papel semântico** que cada argumento seleccionado pelo verbo tem, i.e., o tipo de relação semântica que associa cada argumento à palavra predicativa que o selecciona ⁽¹⁶⁾. As propriedades de **selecção semântica** de um predicador são a enumeração dos papéis temáticos que ela atribui aos seus argumentos. Como o contraste entre os exemplos (13) e (14) mostra, quando as propriedades de selecção semântica do verbo não são respeitadas, a frase é agramatical, mesmo se o número de argumentos e a especificação categorial de cada um deles forem os exigidos por tal verbo, como acontece em (14):

- (13) (a) [_{SN} O criminoso] assassinou [_{SN} três automobilistas].
 (b) [_{SN} A trovoada] assustou [_{SN} as crianças].
 (c) [_{SN} O João] pôs [_{SN} o livro] [_{SP} na estante].
- (14) (a) * [_{SN} A tempestade] assassinou [_{SN} três automobilistas].
 (b) * [_{SN} A trovoada] assustou [_{SN} o telhado].
 (c) * [_{SN} O João] pôs [_{SN} o livro] [_{SP} para a estante].

O contraste de gramaticalidade entre (13a) e (14a) deve-se ao facto de o verbo *assassinar* exigir como sujeito uma expressão nominal com o papel temático de Agente, i.e., uma expressão que designe a entidade que causa intencionalmente a eventualidade descrita pela frase; ora, enquanto *o criminoso* pode desempenhar esse papel, *a tempestade* não pode. Quanto ao contraste de gramaticalidade entre (13b) e (14b), verbos psicológicos como *assustar* exigem que o argumento objecto seja uma expressão nominal que desempenhe o papel temático de Experienciador, i.e., seja uma expressão que designe uma entidade que experimente um dado estado psicológico. Finalmente, o contraste entre (13c) e (14c) mostra que verbos de mudança de lugar como *pôr* exigem que o seu terceiro argumento seja uma expressão com o papel temático de Locativo, pelo que a preposição que o pode introduzir é *em* e não *para*.

A lista mínima de papéis temáticos relevantes para a descrição da estrutura argumental dos verbos da língua portuguesa inclui os papéis de Agente, Fonte, Experienciador, Locativo, Alvo e Tema ⁽¹⁷⁾.

⁽¹⁶⁾ O conceito de papel temático ou semântico tem como precursores conceitos como relação temática (cf. Gruber, 1976 e Jackendoff, 1972b) e caso profundo (cf. Fillmore, 1968).

⁽¹⁷⁾ A lista de papéis temáticos varia em extensão de autor para autor (comparem-se, por exemplo, Gruber, 1976, Fillmore, 1968, 1971, Jackendoff, 1972b, Dik, 1978, Helbig, 1982 e Grimshaw, 1990). Os nomes atribuídos a cada papel temático também variam. Assim: (a) Ori-

Agente é o papel temático do argumento que designa a entidade controladora, tipicamente humana, de uma dada situação. As expressões em itálico em (15) são argumentos com o papel de Agente:

- (15) (a) *A Maria* telefonou.
 (b) *A Maria* guiou o jipe.
 (c) *Beethoven* compôs nove sinfonias.
 (d) *A Ana* escreveu um romance.
 (e) *A polícia* prendeu os manifestantes.
 (f) *O terrorista* assassinou o político.
 (g) *Os presentes* votaram a proposta.

Existem testes que permitem identificar os argumentos com o papel temático de Agente. O primeiro consiste na possibilidade de inserir na frase advérbias orientados para o Agente ⁽¹⁸⁾ como *intencionalmente*, *propositadamente*, *voluntariamente*; como o contraste de gramaticalidade entre (16) e (17) mostra, só quando existe um argumento Agente tal inserção produz resultados gramaticais.

- (16) (a) *A Maria* guiou voluntariamente o jipe toda a noite.
 (b) *A Ana* fumou intencionalmente em frente deles.
- (17) (a) **O vento* partiu intencionalmente o vidro da janela.
 (b) **A Maria* envelheceu propositadamente.

Outro teste de identificação do papel temático de Agente envolve a continuação da frase com uma subordinada final. Como o contraste entre (18) e (19) mostra, só quando existe um argumento com o papel de Agente a frase resultante é gramatical, servindo geralmente o argumento Agente como controlador do sujeito nulo da oração subordinada final.

gem e, em parte, Causador, é uma designação alternativa para Fonte; (b) Meta, Benefactivo, Beneficiário ou Destinatário são designações também propostas para Alvo; (c) Paciente e Objecto são designações alternativas para Tema. Alguns autores distinguem Tema de Paciente, reservando o primeiro termo para o papel das entidades que sofrem uma mudança de lugar ou de posse e o segundo para o papel das entidades que sofrem uma mudança de estado (e.g. Fillmore, 1968). Em Mateus *et alii* (1983, 1989), Peres (1984), Busse e Vilela (1986), Campos e Xavier (1991), encontram-se diferentes propostas quanto ao número e às designações dos papéis temáticos a utilizar na descrição da estrutura argumental dos verbos do português.

⁽¹⁸⁾ Sobre advérbias orientados para o Agente, ver Jackendoff (1972b).

- (18) (a) *A Maria* guiou o jipe toda a noite para chegar a Bordéus ao amanhecer.
 (b) *A Ana* fumou em frente deles para protestar contra o fundamentalismo antitabágico.
- (19) (a) **O vento* partiu o vidro da janela para refrescar a casa.
 (b) **A Maria* envelheceu para ter descontos nos museus.

Fonte é o papel temático do argumento que designa a entidade que está na origem de uma dada situação, embora sem a controlar. Como os exemplos (20) mostram, um argumento fonte pode designar uma força da Natureza, um lugar ou um ser animado que constituam o ponto de partida de uma mudança de estado, de lugar ou de posse.

- (20) (a) *O vento* partiu o vidro da janela.
 (b) *A tempestade* assustou-nos.
 (c) O Pedro viajou *de S. Francisco* para Toronto.
 (d) A Maria recebeu uma carta *da Fundação Gulbenkian*.

Experienciador é o papel temático do argumento que designa a entidade que é a sede psicológica ou física de uma dada propriedade ou relação, como exemplificado em (21).

- (21) (a) *O João* gosta da Maria.
 (b) *Os meninos* temem a tempestade.
 (c) *O público* escutou o conferencista.
 (d) *A Maria* viu o espectáculo.
 (e) *Todos nós* sentimos o perfume.
 (f) *O rapaz* gaguejou.

Locativo é o papel temático do argumento que exprime a localização espacial de uma dada entidade. Nos exemplos (22), o papel de Locativo é desempenhado pelas expressões em itálico.

- (22) (a) O Luís mora *em Paris*.
 (b) As aulas decorrem *na Faculdade*.
 (c) O lavrador carregou *o camião* com feno.
 (d) A água borbulha *na chaleira*.

Alvo é o papel temático do argumento que designa a entidade para a qual algo foi transferido, num sentido locativo ou não. Como os exemplos (23) mostram, a expressão com o papel de Alvo pode designar um ser humano, quando as frases descrevem situações de mudança de posse ou de comunicação linguística, ou um lugar, quando as frases descrevem situações de mudança de lugar.

- (23) (a) O Luís ofereceu o disco *ao amigo*.
 (b) A vendedora vendeu o livro *à minha amiga*.
 (c) O Pedro pediu uma bicicleta *aos pais*.
 (d) Nós vamos *para Lisboa*.
 (e) O João guarda o passaporte *no cofre*.

Tema é o papel temático do argumento que designa a entidade que muda de lugar, de posse ou de estado, em frases que descrevem situações dinâmicas (cf. as expressões em itálico em (24)). O argumento com este papel pode designar uma entidade criada pela actividade expressa pelo verbo (cf. (24a, b) ou afectada por tal actividade (cf. (24d, e, f)).

- (24) (a) Beethoven compôs *nove sinfonias*.
 (b) A Ana escreveu *um romance*.
 (c) A Maria guiou *o jipe*.
 (d) O vento partiu *o vidro da janela*.
 (e) O fumo amareleceu *os cortinados*.
 (f) *O menino* caiu da cama.

O papel de Tema pode também ser atribuído à entidade não controladora nem experienciadora de uma situação não dinâmica (cf. as expressões em itálico em (25)).

- (25) (a) O João gosta *da Maria*.
 (b) O Paulo sabe *Japonês*.
 (c) *Os meus melhores amigos* vivem no Porto.
 (d) *O telhado* assenta em seis barrotes.

7.2. Tipos de situações e tipologia aspectual dos verbos

A partir dos exemplos e da definição dos papéis temáticos acima apresentada, percebe-se claramente que o número e a natureza dos argumentos de um

dado verbo está estreitamente ligada à natureza aspectual deste ⁽¹⁹⁾. Ora da natureza aspectual de cada verbo depende o tipo de situação que o verbo e os seus argumentos podem exprimir.

Consideremos enunciados como os seguintes:

- (1) (a) O João está deitado.
 (b) O Museu do Ar fica em Alverca.
 (2) (a) A Maria guiou o jipe do Pedro.
 (b) A pedra rebolou com o vento.
 (3) (a) A Ana escreveu um romance.
 (b) O vento partiu o vidro da janela.
 (4) (a) O menino nasceu às 7 horas.
 (b) O edifício caiu às 8 horas.
 (5) (a) O João espirrou.
 (b) O público suspirou de alívio.

Em (1) exprimem-se **estados**, isto é, situações não dinâmicas, em que nenhuma das entidades envolvidas (*o João, o Museu do Ar, Alverca*) sofre qualquer alteração ou transição durante o intervalo de tempo em que tais situações têm lugar. Já os restantes exemplos descrevem **situações dinâmicas, não estativas**, em que pelo menos uma das entidades realiza ou sofre um dado "fazer" (de natureza física, fisiológica ou psíquica) ou muda eventualmente de lugar. Os verbos que descrevem estados denominam-se **estativos**, enquanto os que permitem descrever situações dinâmicas se chamam **não estativos**.

Um dos critérios para distinguir verbos não estativos de verbos estativos é a possibilidade de ocorrência em frases imperativas. Como o contraste entre (6) e (7) mostra, só os primeiros podem surgir em frases imperativas.

- (6) (a) Guia o jipe!
 (b) Rebola na relva!
 (c) Escreve lá!
 (d) Parte o chocolate!
 (e) Nasce, por favor!
 (f) Cai bem!
 (7) (a) *Está deitado!
 (b) *Fica em Alverca!

Fica aí! (PB)

⁽¹⁹⁾ Sobre tipologia aspectual das palavras predicativas ou *Aktionsart*, ver capítulo 6.

As situações dinâmicas distinguem-se entre si por tenderem ou não para um fim (i.e., por serem, respectivamente, *télicas* ou *atélicas*), por terem ou não duração e por terem ou não estado resultante.

Como foi referido no capítulo 6, às situações dinâmicas atélicas, exemplificadas em (2), chama-se **processos** ⁽²⁰⁾. Os processos são estados de coisas com uma duração apresentada sem delimitação, pelo que admitem expressões adverbiais durativas como as iniciadas por *durante* (cf. (8)), mas não expressões adverbiais de realização como as começadas por *em* (cf. 9)).

- (8) (a) A Maria guiou o jipe do Pedro *durante dois dias*.
(b) A pedra rebolou com o vento *durante uma hora*.

- (9) (a) *A Maria guiou o jipe do Pedro *em dois dias*.
(b) *A pedra rebolou com o vento *em uma hora*.

As situações dinâmicas *télicas*, ilustradas por (3) e (4), distinguem-se através da duração. Àquelas que têm uma duração razoavelmente longa, chama-se **processos culminados** ⁽²¹⁾ (cf. (3)); às que são apresentadas como tendo uma duração breve ou nenhuma duração, dá-se o nome de **culminações e pontos** ⁽²²⁾ (cf. (4)).

Nos processos culminados, a apresentação linguística da situação considera o processo que levou à mudança de estado, de lugar ou de posse e a transição para o estado consequente. Assim, no enunciado (10a), é a componente processual da situação *a Ana escrever um romance* que é destacada, enquanto em (10b) é a componente culminativa da situação que é posta em relevo.

- (10) (a) A Ana levou dois anos a escrever um romance.
(b) A Ana já escreveu um romance.

Sendo as culminações situações apresentadas como tendo pouca ou nenhuma duração, as frases que as exprimem admitem generalizadamente adverbiais pontuais (cf. (11)) mas, contrariamente às que descrevem processos culminados, dificilmente admitem advérbios de realização. Veja-se a agramaticalidade de (12).

⁽²⁰⁾ Na tipologia clássica de Vendler (1967), este tipo de situações é denominado 'atividade'.

⁽²¹⁾ Na tipologia clássica de Vendler (1967), este tipo de situações é denominado 'accomplishment'.

⁽²²⁾ Na tipologia clássica de Vendler (1967), este tipo de situações é denominado 'achievement'.

- (11) (a) O menino nasceu *às sete horas*.
(b) O edifício caiu *há duas semanas*.

- (12) (a) *O menino nasceu *em sete horas*.
(b) *O edifício caiu *em duas semanas*.

Como referido atrás, enquanto processos culminados e culminações são situações que têm como uma das suas componente um estado consequente, os pontos não têm. Assim, frases como (13), que exprimem processos culminados e culminações, têm como parte do seu significado as frases (14); pelo contrário, frases como (15), que exprimem pontos, não têm como parte do seu significado as frases agramaticais (16).

- (13) (a) A Ana escreveu um romance.
(b) O menino nasceu ontem.

- (14) (a) O romance está escrito.
(b) O menino está nascido.

- (15) (a) O João espirrou.
(b) O público suspirou de alívio.

- (16) (a) *O João está espirrado.
(b) *O público está suspirado.

7.3. Natureza aspectual do verbo e respectiva estrutura argumental

Como se infere dos exemplos apresentados na secção anterior, a caracterização de um verbo como estativo ou não estativo, e, dentro da classe dos não estativos, como verbo que exprime processos, processos culminados, culminações ou pontos, está estreitamente relacionada com o número e a natureza dos argumentos que selecciona.

Por outro lado, e como foi referido no capítulo 6, a caracterização aspectual de uma dada proposição depende do tempo verbal e da presença de operadores aspectuais (como os auxiliares aspectuais).

Nesta secção, ocupar-nos-emos apenas da relação que é possível estabelecer entre tipologia aspectual e estrutura argumental.

7.3.1. Estados e verbos estativos

São várias as subclasses de verbos que podem exprimir estados.

São verbos estativos os verbos existenciais como *haver*, *existir*, *ser* (no sentido existencial). Os verbos existenciais são predicados unários, que seleccionam um argumento Tema (cf. (1))⁽²³⁾.

- (1) (a) [Os fantasmas]_{Tema} não existem.
(b) [Deus]_{Tema} é.

São igualmente estativos verbos locativos de dois lugares com um argumento Tema e um argumento Locativo (cf. (2)), incluindo-se entre eles verbos de posse, cujo argumento que designa o possuidor pode ser encarado como um Locativo em sentido abstracto (cf. (3))⁽²⁴⁾.

- (2) (a) [O João]_{Tema} mora [em Lisboa]_{Locativo}
(b) [Eça]_{Tema} residiu [em Paris]_{Locativo}
(3) (a) [O João]_{Locativo} tem [um veleiro de doze metros]_{Tema}
(b) [Os terrenos]_{Tema} pertencem [à Câmara de Lisboa]_{Locativo}

Verbos epistémicos como *saber*, verbos perceptivos como *ver* e verbos psicológicos não causativos como *gostar* são igualmente verbos estativos. Trata-se de predicados binários, que seleccionam um argumento Experienciador e um argumento Tema (cf. (4)).

- (4) (a) [O João]_{Experienciador} sabe [Mandarim]_{Tema}
(b) [Ela]_{Experienciador} não viu [o carro]_{Tema}
(c) [O João]_{Experienciador} gosta de [gelado de framboesas]_{Tema}

São também estativos os verbos copulativos. Estes verbos têm sido considerados ora predicados unários, que seleccionam como argumento um domínio de predicação a que atribuem o papel de Tema, ora como verbos desprovidos de estrutura argumental, que constituem a mera lexicalização de valores têmporo-aspectuais⁽²⁵⁾. Qualquer uma destas concepções partilha a assunção de que o sujeito de uma frase copulativa não é argumento do verbo copulativo (cf. (5)).

⁽²³⁾ Sobre a sintaxe das frases com verbos existenciais, ver capítulo 13.

⁽²⁴⁾ Como defendem as teorias localistas, que remontam a Anderson (1971).

⁽²⁵⁾ No capítulo 13 adopta-se a primeira destas perspectivas.

- (5) (a) [O Pedro] é dono de uma coudelaria de cavalos Lusitanos.
(b) [A Maria] anda triste.

À primeira vista, as frases estativas apresentam uma grande variedade de construção. De facto, como os exemplos (1)-(5) mostram, encontram-se na expressão de estados predicados unários e binários, verbos transitivos e verbos que não são transitivos, verbos copulativos e até o verbo impessoal *haver*⁽²⁶⁾.

No entanto, um estudo mais aprofundado destas construções revela aspectos comuns surpreendentes, sendo de admitir que muitas destas construções são inacusativas ou, pelo menos, têm alguns traços de inacusatividade⁽²⁷⁾.

7.3.2. Processos e verbos de processo

Verbos metereológicos (cf. (6)), verbos inergativos de actividade física (cf. (7)) e verbos de movimento (cf. (8)) exprimem em geral processos.

- (6) (a) Choveu toda a noite.
(b) Neveu na serra da Estrela durante a primeira semana de Janeiro.
(7) (a) O bebé chorou horas.
(b) O Pedro e a Maria dancaram a noite toda.⁽²⁸⁾
(8) (a) O João corre de manhã.
(b) Ela nadou toda a tarde.

Como os exemplos em (6)-(8) ilustram, a modificação através de adverbiais que exprimem uma leitura durativa, habitual ou iterativa (*durante ...*, *toda a noite*, *horas*, *de manhã*, etc.) contribui para a expressão de processos.

⁽²⁶⁾ Sobre classes de verbos, ver capítulo 10.

⁽²⁷⁾ Sobre este assunto, ver capítulos 10. e 13.

⁽²⁸⁾ *Dançar*, assim como *casar*, *coincidir*, *condizer*, *dialogar*, *divergir*, *diferir*, *rimar*, e uma série de verbos que apresentam “falsos reflexos” ou “reflexos inerentes” como *aparentar-se*, *assemelhar-se*, *combinar-se*, *confundir-se*, etc. são verbos “simétricos” que se apresentam na construção *X V com Y* (A Maria casou com o João), na construção *Y V com X* (O João casou com a Maria), ou ainda na construção *X e Y V (-se)*: O João e a Maria casaram(-se). Sobre este assunto, ver capítulo 10 e bibliografia aí referida.

Também verbos transitivos podem exprimir processos, desde que estejam reunidas certas condições: a incorporação do objecto (cf. (9a)), “plurais simples” ou massivos como objectos (cf. (9b) e (9c)):

- (9) (a) Ele já comeu.
 (b) A Rita pinta [quadros]
 (c) A Rita bebe [água] quando tem sede.

7.3.3. Processos culminados e verbos de processo culminado

São tipicamente verbos de processo culminado verbos binários ou ternários, de tipo causativo ou agentivo, geralmente num tempo do passado que contribua para a leitura de perfectividade⁽²⁹⁾, e em que o argumento interno, com a relação de Tema ou outra, exprime o resultado ou a entidade criada ou afectada pelo processo.

- (10) (a) A tempestade destruiu as colheitas.
 (b) O João deu o quadro ao filho.
 (c) O João comprou o quadro.
 (d) A Susana arrumou o livro na estante.
 (e) O vento deslocou os blocos para o meio da rua.
 (f) O Saramago escreveu mais um romance.

7.3.4. Culminações e verbos de culminação

São tipicamente verbos de culminação predicados unários de movimento, de aparecimento e desaparecimento em cena, de mudança de estado: *chegar, sair, nascer, morrer, falecer, murchar, enegrecer, rejuvenescer*. Trata-se neste caso de verbos inacusativos, em que o argumento seleccionado para sujeito é, geralmente, Tema⁽³⁰⁾.

- (11) (a) O Pedro chegou tarde ao emprego.
 (b) A revista saiu ontem da tipografia.
 (c) A vítima do assalto faleceu.

⁽²⁹⁾ Cf. capítulo 6.

⁽³⁰⁾ Cf., entre outros, Raposo (1981); ver ainda capítulo 13.

- (d) As flores murcharam.
 (e) A mulher rejuvenesceu.

Certos verbos binários, com um argumento externo Agente ou Fonte e um argumento interno Tema e que exprimem processos culminados (na chamada “construção causativa”), como em (12a) e (13a), têm uma variante de um argumento Tema seleccionado para sujeito (na construção “anticausativa”), passando a ter uma leitura de culminação, como em (12b, c) e (13b, c)⁽³¹⁾.

- (12) (a) [O vento]_{Fonte} partiu [o vidro da janela]_{Tema}
 (b) ?[O vidro da janela]_{Tema} partiu.
 (c) [O vidro da janela]_{Tema} partiu-se.

- (13) (a) [O calor]_{Fonte} derreteu [a manteiga]_{Tema}
 (b) [A manteiga]_{Tema} derreteu.
 (c) [A manteiga]_{Tema} derreteu-se.

Igualmente se inserem na classe dos verbos que exprimem culminações alguns predicados binários ou mesmo ternários, com um Agente ou uma Fonte como argumento externo e um Tema como argumento interno, mas que, pelo seu significado lexical, denotam um processo pontual, como *ganhar (a corrida), conseguir (o prémio), pedir (algo), descobrir (a solução)*.

- (14) (a) [O João]_{Fonte} descobriu [a solução do problema]_{Tema}
 (b) [O Luís]_{Agente} concluiu [que a hipótese estava mal formulada]_{Tema}
 (c) [O professor]_{Agente} pediu [aos alunos]_{Alvo} [que não fumassem]_{Tema}

7.3.5. Pontos e verbos pontuais

Finalmente, verbos unários com um argumento Tema ou Experienciador seleccionado para sujeito são tipicamente verbos que exprimem o valor aspectual de pontos, como acontece com os exemplos (15).

- (15) (a) [A Maria]_{Experienciador} espirrou.
 (b) [O público]_{Experienciador} suspirou de alívio.

⁽³¹⁾ Ver capítulo 13 e bibliografia aí apresentada.

7.4. A projecção em sintaxe dos argumentos verbais

De entre as propriedades lexicais sintacticamente relevantes dos verbos e de outras palavras predicativas destacam-se as propriedades de selecção categorial e semântica.

Uma das maneiras de articular as propriedades lexicais e a projecção na estrutura sintáctica dessas propriedades é considerar que a entrada lexical de uma palavra predicativa é uma lista não ordenada de categorias sintácticas dos argumentos respectivos e de papéis temáticos a eles associados e que existe uma hierarquia, que se presume universal, quanto à projecção desses argumentos na sintaxe.

Considere-se um verbo como *oferecer*. Na perspectiva acima enunciada, a entrada lexical de *oferecer* pode ser descrita como em (1):

- (1) *oferecer* _v: [SN SN SP]
 Agente Tema Alvo

Na representação da entrada lexical de *oferecer* apresentada em (1) não estão indicados quais os argumentos que ocorrem como complementos do verbo nem qual o que ocorre como sujeito ⁽³²⁾. Por outras palavras, se a projecção em sintaxe das propriedades de selecção categorial e semântica de *oferecer* apenas fosse regulada pela informação constante de (1), poder-se-iam obter as duas sequências apresentadas em (2).

- (2) (a) [O João]_{Agente} ofereceu [um livro]_{Tema} [à Maria]_{Alvo}
(b) *[Um livro]_{Tema} ofereceu [o João]_{Agente} [à Maria]_{Alvo}

Para evitar que a gramática possa enumerar sequências agramaticais como (2b), tem sido proposto que a projecção dos argumentos na sintaxe seja assegurada por uma Hierarquia Temática, que se presume universal, do tipo da que se indica em (3) ⁽³³⁾:

- (3) 1. Agente
 2. Locativo, Alvo
 3. Tema.

⁽³²⁾ Sobre as relações gramaticais de sujeito e as de complemento, ver capítulos 10 e 11.

⁽³³⁾ Sobre o conceito de Hierarquia Temática, ver Jackendoff (1972b).

A Hierarquia Temática estabelece a ordem pela qual os argumentos são escolhidos para preencher as funções sintácticas nas construções. Assim, da combinação da entrada lexical indicada em (1) com a Hierarquia Temática apresentada em (3) decorre que a única projecção legítima de (1) é a que corresponde a (2a), uma vez que, sendo o argumento Agente o mais alto da hierarquia, é ele que é seleccionado para sujeito e, sendo o argumento Tema de categoria nominal, é ele que é seleccionado como objecto directo.

A principal motivação empírica que foi apresentada a favor da Hierarquia Temática é a diferença na realização sintáctica dos argumentos em frases activas e passivas e o comportamento dos argumentos com diferentes papéis temáticos relativamente às relações anafóricas. Assim, a hierarquia apresentada em (3) prediz que as frases activas sejam estruturalmente menos complexas do que as passivas, visto que a selecção do argumento sujeito é conforme à Hierarquia Temática (compare-se (4a) com (4b)) ⁽³⁴⁾ e prediz igualmente os contrastes de gramaticalidade entre as interpretações (a) e (b) das frases de (5), em que o Tema (*sobre ele próprio*) e o Alvo (*com o Pedro*) são ambos de natureza preposicional.

- (4) (a) [Os alunos]_{Agente} organizaram [a exposição de fotografia]_{Tema}
(b) [A exposição de fotografia]_{Tema} foi organizada [pel[os alunos]]_{Agente}
- (5) (a) [O João] conversou [com [o Pedro]]_{i, Alvo} [sobre [ele próprio]]_{i, Tema}
(b) *[O João] conversou [sobre [ele próprio]]_{i, Tema} [com [o Pedro]]_{i, Alvo}

No entanto, a ideia de que a entrada lexical de uma palavra predicativa é uma lista não ordenada de categorias sintácticas e respectivos papéis temáticos, mesmo quando combinada com o conceito de Hierarquia Temática, não capta o estatuto especial do argumento projectado sintacticamente como sujeito.

Na realidade, este argumento comporta-se diferentemente dos outros. Consideremos os exemplos (6).

- (6) (a) *O tremor de terra matou* cento e cinquenta pessoas.
(b) *O criminoso matou* dez reféns.

⁽³⁴⁾ Sobre a sintaxe das frases activas e passivas, ver capítulos 12 e 13.

Enquanto em (6a), o argumento sujeito tem o papel temático Fonte, a interpretação preferencial de (6b) é aquela em que o argumento sujeito tem o papel temático de Agente, como se pode observar pelos resultados do teste de agentividade apresentados em (7).

- (7) (a) *O tremor de terra matou *intencionalmente* cento e cinquenta pessoas.
 (b) O criminoso matou *intencionalmente* dez reféns.

Assim, exemplos como (7) mostram que certos verbos admitem que o argumento que ocorre como sujeito possa ter os papéis temáticos de Fonte ou Agente, consoante a entidade que designam, possibilidade que não se verifica relativamente aos restantes argumentos.

Considerem-se igualmente os exemplos (8), que ilustram uma outra particularidade do argumento sujeito.

- (8) (a) O João partiu a lenha.
 (b) O João partiu a perna.

Em ambos os exemplos estamos perante o mesmo verbo *partir*, sinónimo de *quebrar*. Em (8a), o argumento sujeito recebe o papel de Agente, como comprovado pelo teste de agentividade apresentado em (9).

- (9) O João partiu *intencionalmente* a lenha.

Pelo contrário, a interpretação preferencial de (8b) é aquela em que o argumento sujeito é a entidade afectada pela mudança de estado descrita, em virtude da relação de posse inalienável que existe entre ela e a entidade denotada pelo argumento objecto directo. Uma forma de descrever a diferença entre (8a) e (8b) consiste em considerar que, em casos como este, o papel temático do argumento sujeito pode ser atribuído composicionalmente pelo verbo e pelos seus complementos.

O comportamento singular do argumento sujeito relativamente aos restantes argumentos encontra a sua explicação na estrutura sintáctica que alberga o verbo e os seus argumentos. Como veremos nos capítulos 11 e seguintes, o argumento sujeito ocupa uma posição sintáctica menos local relativamente ao verbo do que os restantes argumentos. Sendo a atribuição de papéis temáticos uma relação eminentemente local, espera-se que o verbo marque directamente os argumentos que ocorrem como complemento, uma vez que o verbo e estes argumentos se encontram em posições sintácticas “irmãs”. Pelo contrário, uma vez que entre o verbo e o argumento que se projecta como sujeito não existe uma relação de

“irmandade”, é possível que o verbo o marque indirectamente (i.e., possa marcá-lo composicionalmente), através da regra de predicção⁽³⁵⁾.

Uma forma de captar esta diferença é distinguir entre **argumento externo** (o argumento que se projecta como sujeito) e **argumento interno** (o ou os argumentos que ocorre(m) como complemento(s))⁽³⁶⁾.

Adoptando a distinção entre argumento externo e interno, a entrada lexical de oferecer representada em (1) deve ser reformulada como (10)⁽³⁷⁾.

- (10) *oferecer* _v: SN [SN SP]
 Agente Tema Alvo

Na entrada lexical (10), surge a especificação categorial do argumento externo, a par da dos argumentos internos. Embora muitos autores considerem que só a especificação categorial dos argumentos internos deve constar das entradas lexicais, a observação de exemplos como os apresentados em (11) e (12) mostra que a informação relativa ao argumento externo é indispensável.

- (11) (a) [_{SN} A Maria] surpreendeu o João.
 (b) [_{Fsubordinada} Que a Maria te odeie] surpreendeu o João.
 (12) (a) [_{SN} O vento ciclónico] destruiu o telhado.
 (b) * [_{Fsubordinada} Que tenha havido um ciclone] destruiu o telhado.

Os exemplos (11) mostram que certos verbos admitem como argumento externo uma categoria nominal ou frásica com o papel de Fonte, ao passo que verbos como o exemplificado em (12) apenas admitem como argumento externo uma categoria nominal com o papel de Fonte. Ou seja, a especificação categorial do argumento externo é tão idiossincrática como a dos argumentos internos, razão pela qual deve constar da entrada lexical.

Como foi referido acima, a maior parte dos verbos marca tematicamente os seus argumentos internos e, muitas vezes, mesmo o externo, de forma directa.

⁽³⁵⁾ Como será referido nos capítulos 11 e 12, enquanto os argumentos internos são projectados na posição de complemento do núcleo lexical V, o argumento externo é projectado na posição de especificador de V.

⁽³⁶⁾ Esta distinção foi proposta originalmente em Williams (1981b).

⁽³⁷⁾ De modo a evitar a redundância nas entradas lexicais, alguns autores consideram que só os papéis temáticos devem constar da entrada lexical, uma vez que a categoria sintáctica dos argumentos é em grande parte derivada dessa informação temática. Para uma perspectiva deste tipo, ver Chomsky (1986a).

Contudo, há verbos que não asseguram sozinhos a marcação temática dos seus argumentos internos.

Contam-se entre eles os verbos não causativos de movimento, de que são exemplo *ir / vir, entrar / sair, partir / chegar*. Tratando-se de verbos não estativos de movimento, a sua natureza lexical associa-os à ideia de mudança de lugar. Contudo, os papéis temáticos de Fonte, Alvo ou Locativo só são atribuídos pela combinação do verbo com uma preposição específica: *de*, para a Fonte, *em*, para o Locativo, *a* ou *para*, para o Alvo.

Note-se, finalmente, que nem sempre as frases bem formadas parecem respeitar integralmente as propriedades de selecção categorial e temática das palavras predicativas que nelas ocorrem.

São vários os factores que permitem o aparente desrespeito de muitas frases gramaticais pelas propriedades lexicais dos verbos.

Por um lado, há verbos que têm como propriedade idiossincrática a possibilidade de omissão do seu argumento interno Tema. Compare-se (13a) com (13b) ⁽³⁸⁾.

- (13) (a) A Maria comeu [uma maçã] às 13 horas.
(b) A Maria comeu às 13 horas.

Por outro lado, há verbos, chamados de alternância, que admitem que os seus argumentos se realizem em posições sintácticas distintas. Vejam-se os exemplos (14), que ilustram a alternância causativa locativa, e os exemplos (15), que ilustram casos de alternância com verbos simétricos ⁽³⁹⁾.

- (14) (a) O lavrador carregou [lenha]_{Tema} [no tractor]_{Locativo}
(b) O lavrador carregou [o tractor]_{Locativo} [com lenha]_{Tema}
- (15) (a) [O João] casou [com a Maria].
(b) [O João e a Maria] casaram.

Por outro lado, certos processos de natureza léxico-sintáctica podem ter como resultado a alteração da estrutura argumental de um verbo. O resultado deste processos são frases em que um argumento interno aparece projectado na sintaxe como sujeito, contrariamente ao que a Hierarquia Temática prediz, e em

⁽³⁸⁾ Sobre este assunto, ver capítulo 10.

⁽³⁹⁾ Sobre verbos de alternância, ver capítulo 10.

que o argumento externo ou surge numa posição sintáctica pouco saliente, ou é suprimido. Frases activas / passivas como as apresentadas em (16) e frases com verbos de alternância causativa / incoativa como as exemplificadas em (17) ilustram, respectivamente, a primeira e a segunda destas situações ⁽⁴⁰⁾.

- (16) (a) [Os estudantes] compraram [o livro]_{Tema}
(b) [O livro]_{Tema} foi comprado [pelos estudantes].
(c) [O livro]_{Tema} foi comprado.
- (17) (a) [O fumo] amareleceu [os cortinados]_{Tema}
(b) [Os cortinados]_{Tema} amareleceram com o fumo.
(c) [Os cortinados]_{Tema} amareleceram.

⁽⁴⁰⁾ Sobre as propriedades das construções passivas e das construções incoativas com verbos de alternância, ver capítulo 13.

Índice

8. Referência nominal

8.1 Classes semânticas de nomes

8.1.1. Tipos de nomes

8.1.2. Nomes próprios e nomes comuns

8.1.3. Nomes contáveis e não contáveis

8.2. Operações de determinação

8.2.1. Operações de definitização

8.2.2. Operações com indefinidos

8.2.3. Operações de pluralização

8.2.4. Operações de quantificação universal

8.2.5. Operações sobre conjuntos encarados colectivamente

8.2.6. Operações de quantificação negativa

8.2.7. Operações sobre não contáveis

Nas línguas naturais, como em sistemas simbólicos, há a possibilidade de estabelecer uma relação entre uma expressão e um objecto de um universo que lhe é exterior e, por isso, uma expressão de uma dada língua natural, quando usada num dado contexto comunicativo, tem um dado **significado** e um dado **valor referencial**.

Porém, deve desde já considerar-se que nem todas as expressões linguísticas são referenciais, pois palavras como *muito*, *talvez*, *não* nunca podem ser usadas para referir. Por outro lado, uma palavra como um nome pode referir ou não conforme a leitura que se lhe atribui numa frase, pois *golfinho* em (1) é referencial, mas a mesma expressão em (2) já pode não ser referencial na medida em que pode ter uma leitura não específica em virtude do indefinido associado a este tipo de contexto.

- (1) O *golfinho* do zoológico saltou várias vezes.
- (2) Gostava de nadar com um *golfinho*.

Mas podemos falar também de expressões com referência constante e expressões com referência variável. Os nomes próprios são o exemplo típico do primeiro caso e pronomes pessoais, em particular *eu* e *tu*, são exemplos de palavras cujo significado depende inteiramente do contexto. Entre estes dois pólos encontram-se muitas outras expressões cujo significado iremos analisar, tendo em conta que grande parte do seu significado depende das frases (e até dos textos) em que ocorrem.

As **proposições** ⁽¹⁾ expressas por frases podem também ter um valor referencial, isto é, este e o seu significado são função do significado dos elementos que as constituem e das condições em que as frases que as exprimem foram enunciadas. Em particular, o valor referencial de uma proposição é função não só do significado dos seus elementos mas também de um conjunto de parâmetros (ou índices) enunciativos, como sejam o locutor, o interlocutor, o tempo, o espaço, o universo de referência ou até o discurso anterior.

Assim, se considerarmos as proposições expressas em (3) e (4):

- (3) O João foi ao cinema hoje à tarde.
- (4) Sonhei que o João foi ao cinema hoje à tarde.

verificamos que o valor referencial atribuído à proposição expressa em (3) depende de a situação descrita pela proposição *o João "ir" ao cinema* ter ocorrido ou não no intervalo de tempo relevante (*hoje à tarde*), num dado universo de referência (o mundo real); por seu lado, o valor referencial de (4) depende de a situação *o falante "sonhar" que o João "ir" ao cinema hoje à tarde* ter ocorrido ou não, no intervalo de tempo relevante, no universo de referência seleccionado por *sonhar*.

Enunciados como (5) e (6) mostram que parâmetros como *interlocutor* e *espaço* podem também ser relevantes na determinação do valor referencial das proposições:

- (5) Avisei-te que ia chegar atrasado.
- (6) Ninguém telefonou para *aqui* a saber se já *cá* estavas.

Assim, o conjunto de parâmetros acima referidos pode apoiar a projecção de uma proposição nos valores **verdadeiro** ou **falso**. Na comunicação linguística, perguntas como as de (7) visam averiguar ou confirmar o valor referencial de proposições expressas no discurso anterior, e enunciados-comentários a frases anteriormente produzidas como as de (8) visam manifestar um grau maior ou menor de incerteza do locutor quanto à verdade das proposições expressas pelas mesmas:

- (7) (a) Foste ao cinema hoje?
- (b) É verdade que foste ao cinema hoje?
- (c) Sempre foste ao cinema hoje?

⁽¹⁾ Uma *proposição* é o significado de uma frase declarativa que descreve uma situação envolvendo entidades, referidas através de expressões na frase, que mantêm entre si diferentes tipos de relações explicitadas pelo predicado.

- (8) (a) Que estranho teres ido ao cinema hoje!
- (b) Não estás a falar a sério...
- (c) Deixa-te de aldrabices.

Formular uma frase como (7a) revela que uma interrogativa também envolve uma proposição cujo valor de verdade (verdadeiro ou falso) se questiona, como (7b) ilustra. Nesta medida, uma proposição é verdadeira ou falsa consoante descreve uma situação que tem lugar ou não.

A produção de frases como (8) mostra um outro aspecto desta questão, essencialmente não semântico, em particular, que os falantes têm consciência de que, em situação de interacção, um grande número de enunciados exprimem proposições falsas. Vários factores podem estar em jogo, mas quando se produz deliberadamente uma frase falsa, a relação que é importante manter é a de verosimilhança ⁽²⁾ de modo que as proposições possam ser aceites pelo interlocutor como verdadeiras, apesar de o locutor saber (ou crer) que elas são falsas.

Porém, o conjunto de conhecimentos e crenças do locutor podem também levá-lo a enunciar sinceramente proposições falsas. Assim, as proposições expressas em (9)

- (9) (a) As baleias são peixes.
- (b) É possível comunicar com o espírito dos mortos.

podem ser asseridas sinceramente por um dado falante, isto é, podem ser conformes ao seu sistema de conhecimentos e crenças. Se o interlocutor de (9) partilhar o mesmo conjunto de conhecimentos e crenças desse falante, tais proposições serão, também para o interlocutor, verdadeiras; se existir um conflito entre o sistema de conhecimentos e crenças de ambos, o interlocutor atribuirá às proposições expressas em (9) um valor de falsidade.

Acresce ainda que o *Universo de Referência* seleccionado pode ainda determinar a verdade ou falsidade de uma dada proposição. Considerem-se os seguintes exemplos:

⁽²⁾ A verosimilhança de uma proposição depende, entre outros factores:
(i) do facto de ela não contradizer os princípios constitutivos do universo de referência relativamente ao qual é asserida;
(ii) do conhecimento que o interlocutor tem do assunto do discurso.

- (10) (a) Sonhei que o meu carro estava com uma pneumonia.
 (b) O meu carro está com uma pneumonia.

Repare-se que, enquanto no universo criado por *sonhar* a proposição expressa por *o meu carro estava com uma pneumonia* é verosímil e pode ser verdadeira, já no universo de referência seleccionado em (10b) — o mundo real —, tal proposição é falsa e inverosímil.

Há situações em que o locutor é o controlador exclusivo do valor de verdade das proposições que exprime:

- (11) (i) quando o locutor comunica os seus próprios estados físicos ou psicológicos (ex. *Dói-me a cabeça, Estou radiante com a tua chegada, ...*);
 (ii) quando o locutor produz actos ilocutórios comissivos (ex. *Prometo que não volto a falar neste assunto, Juro que não te menti, ...*);
 (iii) quando o locutor descreve antecipadamente os seus próprios comportamentos físicos (ex. *Vou sentar-me aqui ao pé de ti, Vou esperá-lo ao aeroporto, ...*);
 (iv) quando o locutor tem um poder institucional que lhe permite adequar a realidade ao conteúdo da proposição que asseve (ex. Ministro da Educação: *Os exames nacionais vão acabar*).

8.1. Classes semânticas de nomes

Os **nomes** ⁽³⁾ são categorias linguísticas caracterizáveis semanticamente por terem um **potencial de referência**, isto é, por serem, em geral, utilizados numa situação concreta de comunicação, com uma função designatória ou de nomeação.

Como é possível encarar quaisquer objectos como nomeáveis, os nomes podem designar uma gama de entidades cuja consideração (ou construção) envolve, do ponto de vista cognitivo, diferentes graus de abstracção e complexidade conceptual. Ou seja, os objectos nomeáveis e os nominais que os designam pertencem a tipos ⁽⁴⁾ diferentes.

⁽³⁾ 'Substantivo', na tradição gramatical (cf. Cunha, 1980, cap. 7, p. 120); ou 'nome' (cf. Lopes 1972, cap. III, p. 35).

⁽⁴⁾ Utilizamos o termo 'tipo' na acepção lógica (cf. Teoria dos Tipos Lógicos de Russell).

8.1.1. Tipos de nomes

Consideremos os seguintes exemplos:

- (1) (a) *Esse urso* é terrivelmente guloso.
 (b) *A verdade* nem sempre é cómoda.
 (2) (a) *A gulodice* é um vício muito agradável.
 (b) *O rapto* está a ser investigado pela polícia. ⁽⁵⁾

Os nominais em itálico em (1) remetem, ao nível do seu próprio conteúdo lexical, para objectos de diferentes tipos. Assim, numa situação concreta de comunicação, o nominal em itálico em (1a) designa um objecto físico, animado, localizado (ou, pelo menos, localizável) espaço-temporalmente, com propriedades directamente observáveis. Por sua vez, *verdade* designa um objecto não observável directamente, não animado, não localizável espaço-temporalmente. Pode, portanto, considerar-se nominais como *verdade* de tipo superior a nominais como *urso*: reportando-nos à oposição tradicional concreto / abstracto, atribuiríamos aos últimos a propriedade concreto e aos primeiros a propriedade abstracto.

Analisemos agora os exemplos (2). *Gulodice*, em (2a), é um nome derivado lexicalmente a partir de um termo-base ⁽⁶⁾. Do ponto de vista do seu conteúdo lexical, é um nome de tipo superior ao termo a partir do qual é formado (*guloso*): designa, encarando-a como um objecto nomeável, a propriedade comum aos objectos acerca dos quais é possível afirmar que *são gulosos*. Quanto a *rapto*, em (2b), trata-se igualmente de um nome derivado lexicalmente a partir de um termo-base (*raptar*), e de tipo superior a esse termo-base: designa, encarando-o como um objecto nomeável, uma situação — neste caso um evento —, localizada (ou, pelo menos, localizável) espaço-temporalmente, acerca da qual é possível afirmar que ocorreu ou não ocorreu num dado intervalo de tempo.

Os diferentes tipos de nomes ilustrados em (1) e (2) mostram a necessidade de conceber a oposição tradicional concreto/abstracto como uma grandeza escalar, assumindo os vários tipos de nomes diferentes valores (posições) na escala concreto-abstracto: assim, *urso* é mais concreto do que *rapto*; *rapto* é mais concreto do que *gulodice* e *verdade*. Com efeito, trata-se de níveis diferentes

⁽⁵⁾ A análise feita em 8.1 não tem em conta o tipo de determinação que afecta cada nome. Sobre operações de determinação, cf. 8.2.

⁽⁶⁾ Sobre o processo morfológico de derivação, ver capítulo 23.

de abstracção, pois um nome concreto pode também ser analisado como abstracto num contexto linguístico apropriado, como em “o urso é um mamífero”. De facto, a distinção entre concretos e abstractos não parece ser central no sistema gramatical (?).

Um processo de construção de nominais de tipo superior é o que consiste em construir sintagmas nominais complexos (?), como os ilustrados em (3):

- (3) (a) *A gulodice desse urso* salta à vista.
(b) *A violência do rapto* arrepiou os transeuntes.

Os sintagmas em itálico em (3a) e (3b) são de tipo superior aos nomes *urso* (1a) e *rapto* (2b). Neste caso, considera-se como objecto nomeável uma propriedade de um dado indivíduo (*gulodice, urso*, em (3a)) ou uma propriedade de uma situação (*violência, rapto*, em (3b)). Assim, na escala concreto-abstracto, *gulodice desse urso* é mais abstracto do que *urso*, e *violência do rapto* mais abstracto do que *rapto*.

8.1.2. Nomes próprios e nomes comuns

Consideremos os seguintes enunciados:

- (4) (a) *Galileu* morreu na miséria.
(b) *O João* vive em Coimbra.
(5) (a) *Esse livro de arte* foi comprado em Paris.
(b) *Os miúdos* foram ao cinema.

Os nomes em itálico em (4) — **Nomes Próprios** — têm um comportamento semântico e morfo-sintáctico diferente dos nominais em itálico em (5) — **Nomes Comuns** (?).

(?) Veja-se a este respeito Bosque (1999). Por exemplo, nomes como *entrada*, dependendo da construção em que ocorrem, podem ser analisados como concretos ou como abstractos. Compare-se “a entrada é em marcha lenta”, “a entrada é estreita”, “tenho uma entrada para o concerto”. Sobre este tipo de nomes e a sua relação com os predicados a partir dos quais se formam, veja-se, entre outros, Brito e Oliveira (1995) e Rio-Tonto (1997).

(?) Sobre a estrutura interna dos sintagmas nominais ver capítulo 11.

(?) Veja-se a este respeito Bosque (1999) e Fernandez Leborans (1999).

Assim, em (4a), o nome próprio *Galileu*, relativamente a um dado universo de referência, designa rigidamente uma única entidade socio-culturalmente saliente (?¹⁰) e que o locutor identifica como o nome do indivíduo nascido em Pisa no século XVI, construtor da primeira luneta astronómica, e que proclamou, contra a ideologia científica até então dominante, o heliocentrismo do nosso sistema planetário, entre outras características.

Consideremos agora o nome próprio *João*, em (4b). Apesar de existirem muitos indivíduos com o nome “João”, se (4b) for comunicativamente adequado, *João* designa um único e o mesmo indivíduo para o locutor e interlocutor(es). Ou seja, um **nome próprio** é sempre *um designador de um único objecto identificado pertencente à classe dos objectos do universo de referência relativo a um dado discurso*.

Assim, um nome próprio é sempre totalmente determinado: por essa razão, não admite complementos nem modificadores de valor restritivo, como se pode ver pelos exemplos de (6) (?¹¹).

- (6) (a) **Galileu que era físico* nasceu em Pisa.
(b) **O João inteligente* vive em Coimbra.
(c) O João, nervoso, esperava pela notícia.
(d) O João, que escreve muito bem, recebeu um prémio.

Em português, os nomes próprios que designam indivíduos pertencentes à memória histórico-cultural colectiva ocorrem sem especificador (?¹²) e sem complementos nem modificadores de valor restritivo, como (4a) e (6a) mostram respectivamente; quando tal não acontece, ou a frase em que ocorrem é agramatical (cf. (6a) e (6b)), ou funcionam como nomes comuns, designando o sintagma de que fazem parte uma propriedade ou uma parte de um indivíduo:

- (6) (e) Este aluno é o *Aristóteles* da turma.
(f) *O Pessoa ortónimo* é um dos astros da constelação poética pessoana.

(¹⁰) A concepção de nome próprio como designador rígido deve-se a Kripke (1972).

(¹¹) Em construções com “considero o João inteligente” o adjectivo não é um modificador mas um predicado numa oração pequena. Em construções como “a fotografia do Manuel recém-nascido” o sintagma nominal está seguido de uma expressão predicativa. No entanto, em expressões como “Strauss pai”, “Strauss filho” parece tratar-se de uma aposição restritiva.

(¹²) Sobre a noção de especificador, ver capítulo 11. Vejam-se ainda expressões como “O Porto da minha infância”, “Esta Lisboa que eu amo”, “O Portugal setecentista”. Nestes casos estamos perante nomes próprios com usos característicos de nomes comuns.

Nomes próprios de indivíduos que não pertencem à memória histórico-cultural colectiva (como *João*, em (4b)) são, em geral, precedidos de artigo definido (13). Assim, (4b) é mais natural e mais frequente do que (4c):

(4) (c) *João vive em Coimbra.*

Como (6b) mostra, estes nomes próprios não admitem igualmente complementos de valor restritivo. Assim, (6b) só é um enunciado gramatical se o sintagma em itálico for interpretado como uma paráfrase de *o indivíduo que se chama João e que é inteligente* (por oposição, por exemplo, *ao indivíduo que se chama João e que é estúpido*). Neste caso trata-se de um emprego predicativo do nome próprio construído discursivamente visto que não designa um indivíduo: exprime uma propriedade comum a um dado conjunto de indivíduos denominados *João* (14).

O facto de os nomes próprios serem designadores cujo referente é fixo impede-os de aceitarem variação de número:

(7) **Galileus* morreram na miséria.

(8) **O Açor* é uma região autónoma.

Como (8) mostra, nomes próprios plurais nunca podem ocorrer no singular. Quanto aos nomes próprios singulares, quando ocorrem no plural, (15) não funcionam como nomes próprios, uma vez que passam a designar:

(i) uma parte plural (ou a parte plena) do conjunto de indivíduos designados pelo nome em questão:

(13) Quando precede nomes próprios (como em (4b)), o artigo definido não parece ser fundamental na operação de definitização e singularização: tal função é assegurada pelo nome próprio. Neste contexto, Longobardi, 1994, considera que se trata de um artigo expletivo. Convém ainda salientar que em frases como “Este Luís é impagável” ou, “O meu Pedro está doente”, o demonstrativo ou o possessivo não servem para determinar a extensão semântica do nome.

Em português, o artigo definido precede a maioria dos nomes próprios geográficos (a *Espanha*, os *Himalaias*, o *Pacífico*, o *Sado*, ...). Exceptuam-se os nomes de cidades — salvo alguns formados historicamente a partir de nomes comuns (o *Porto*, a *Madeira*, a *Figueira da Foz*, ...) —, embora nem todos (*o *Vale de Cambra*) — e os nomes de alguns países (*Portugal*, *Angola*, *Cabo Verde*, *Cuba*, *Moçambique*, *S. Salvador*, *S. Tomé e Príncipe*). Cf. Cuesta e Luz (1980: 464). Veja-se a este respeito Soares (1999).

(14) Veja-se a este respeito Kleiber (1995) e Soares (1999).

(15) Neste caso, a marca de plural ocorre por vezes apenas no especificador (cf. (9b), (10b) e (11b)).

(9) (a) Há imensos *Silvas* na lista telefónica.
(b) *Os Pinto que conheço* são meio parvos.

(ii) (uma parte de) um conjunto de obras do indivíduo designado pelo nome em questão:

(10) (a) Ele até tem *Picassos* na sua colecção particular!
(b) Li *todos os García Marquez publicados em português*.

(iii) indivíduos ou situações com características semelhantes às do objecto designado pelo nome em questão, que deve ser sempre saliente socioculturalmente:

(11) (a) Continuam a existir *Vietnames*.
(b) Nunca faltaram *os Maquiavel apropriados a cada situação*.

Consideremos agora os nominiais em itálico em (5): ao contrário dos nomes próprios, ocorrem em regra precedidos de especificador (cf. *esse*, em (5a); *os*, em (5b)) e, por vezes, seguidos de complementos (cf. *de arte*, em (5a)), e admitem variação de número:

(12) (a) *Esses livros de arte* foram comprados em Paris.
(b) *O miúdo* foi ao cinema.

Estes nominiais — **nomes comuns** — não são, como os nomes próprios, designadores de um referente fixo; na sua forma não marcada — i.e., quando ocorrem sem especificador nem complementos, na forma singular —, exprimem uma **intensão** (16): a propriedade que define, constituindo-o, um dado conjunto de objectos. Assim, *livro* exprime a propriedade definitória do conjunto de objectos acerca dos quais é possível dizer que “são livros”.

Em geral, a forma não marcada de um nome comum apenas ocorre em entradas de dicionário (cf. (13)) ou em enunciados definitórios (cf. (14)); veja-se a agramaticalidade de (15) (17):

(16) O termo **extensão** designa o conjunto de objectos que uma expressão denota, o termo ‘intensão’ designa o conceito ou significado dessa expressão. Nos sistemas de lógica intensional, é a intensão de uma expressão que permite delimitar a sua extensão. Sobre esta questão, veja-se o artigo clássico de Lewis (1972).

(17) Estas observações dizem respeito, em particular, à posição de Sujeito. Em outras posições, em especial com nomes não contáveis ou contáveis no plural, podem ocorrer sem especificador (ver 8.1.3).

- (13) “*livro*, s. m., reunião de cadernos, manuscritos ou impressos, cosidos ordenadamente, formando um volume encadernado ou brochado; obra literária ou científica, em prosa ou em verso; divisão de uma obra; tudo o que instrui como um livro; ...” (18).
- (14) “*Triângulo*” é uma figura geométrica plana, fechada, com três lados e três ângulos.
- (15) (a) **Livro* foi comprado em Paris.
(b) **Miúdo* foi ao cinema (19).

A agramaticalidade de enunciados como os ilustrados em (15) deve-se ao facto de o valor referencial dos nomes comuns, em português, ser construído através de operações de determinação que se aplicam à sua forma não marcada e projectam a intensão que essa forma exprime numa possível extensão. A expressão linguística de tais operações é, em geral, um dado especificador (ou sequência de especificadores) e uma marca de número (ver (5) e (12)).

Assim, nomes comuns no singular afectados por uma dada operação de determinação designam, em geral, um conjunto singular do conjunto de indivíduos cuja propriedade definitória é expressa pela intensão do referido nome comum (cf. (5a) e (12b)); nomes comuns no plural designam um conjunto de indivíduos cuja propriedade definitória é expressa pela sua intensão (cf. (5b) e (12a)). No entanto, convém notar que os nomes comuns colectivos podem também ser objecto de pluralização, como “os rebanhos”, “as equipas”, e neste caso o conjunto plural é constituído a partir de entidades colectivas (20).

O facto de os nomes comuns, na sua forma não marcada, exprimirem intensões leva-os também a admitirem, ao contrário dos nomes próprios, complementos e modificadores com valor restritivo (cf. (5a), (5c) e (5d)):

(18) In Almeida Costa e Sampaio e Mello, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 5.ª ed., s/d, Porto Editora.

(19) Enunciados deste tipo são aceitáveis em discursos caracterizados por uma grande condensação de informação — como telegramas ou títulos de jornais, por exemplo. Neste caso, e apesar de morfo-sintacticamente exibirem por vezes as marcas da forma não marcada, eles designam uma parte singular de um dado conjunto ou, caso ocorram no plural, uma parte plural ou plena de um dado conjunto:

- (i) *Tia* chega hoje às 16 horas.
(ii) *Inflação* ultrapassará valores previstos.
(iii) *Traineiras* não saem para o mar devido ao temporal.
(iv) *Sindicatos* são unânimes em assinalar a degradação das condições de vida dos trabalhadores

(20) Veja-se Peres (1993a) que usa o termo «grupal» para entidades colectivas.

- (15) (c) *A irmã da Maria* vive em Londres.
(d) *O miúdo que o Gonçalo conhece* foi ao cinema.
(e) *O livro maior* foi comprado em Paris.

(16) sintetiza as propriedades dos nomes próprios e dos nomes comuns mencionadas acima:

- (16) (i) Os nomes próprios são designadores de referente fixo e único;
(ii) Os nomes comuns exprimem, na forma não marcada, uma intensão — a propriedade que define, constituindo-o, um conjunto de objectos.

Da propriedade formulada em (16i) decorre que os nomes próprios:

- Não admitem variação de número.
— Sendo designadores de referente fixo, não podem ser objecto de operações de determinação nem admitem complementos nem modificadores de valor restritivo.

Da propriedade formulada em (16ii) decorre que os nomes comuns:

- Admitem variação de número: no singular designam, em geral, um conjunto singular definido pela intensão expressa pela forma não marcada do nome comum; no plural designam um conjunto de entidades simples ou colectivas.
— A construção do seu valor referencial exige a aplicação de operações de determinação e, por vezes, complementos e modificadores de valor restritivo.

8.1.3. Nomes contáveis e nomes não contáveis

Consideremos os seguintes exemplos:

- (17) (a) *O bebé* é muito amoroso.
(b) *A água* não me tirou a sede.
(c) Essa caneca de *estanho* é linda.
(d) *A solidariedade* é um valor fundamental de qualquer sociedade humana.

Nomes como *bebé* (ver (17a)) referem-se a conjuntos encarados como grandes descontínuas, discretas: i.e., conjuntos em que é possível distinguir conjuntos singulares e conjuntos plurais, e enumerá-los.

Assim, o sintagma de que faz parte *bebé* designa um indivíduo singular do conjunto de indivíduos objectos que “*são bebés*”, e sintagmas como *estes bebés*, *três bebés*, *muitos bebés* conjuntos plurais do referido conjunto ⁽²¹⁾. Ou seja, *bebé* comporta-se como os nomes comuns exemplificados no parágrafo anterior.

Pelo contrário, qualquer dos nomes em itálico nos enunciados (17b), (17c) e (17d) refere conjuntos encarados como grandezas contínuas, não discretas: i.e., conjuntos em que não é possível distinguir entidades singulares e entidades plurais, e enumerá-las. Assim, o sintagma a que pertence *água*, em (17b), designa uma porção não especificada de água (*um copo*, *uma caneca*, *uma garrafa*, *um golo*,...) ⁽²²⁾. Se, no exemplo considerado, substituirmos *a água* por *as águas*, não se verifica uma oposição entre parte singular e parte plural, apesar da marca morfológica: tanto um sintagma como o outro designam uma parte plural, estando associada ao sintagma *as águas* a expressão de uma parte do conjunto “*água*”, que, neste exemplo, serão “*espécies*” de água, mas que podem também referir porções delimitadas de água (*garrafas de água*) ⁽²³⁾.

Quanto ao nome em itálico em (17c), ele designa a matéria de que é feito um dado objecto, sendo impossível enumerar partes singulares ou partes plurais dessa matéria. Em expressões como *gosto de estanhos*, *tens um estanho lindo na sala*, os falantes reconhecem *estanhos* e *um estanho* como formas elípticas de *peças de estanho*, *uma peça de estanho*; o mesmo se passa com expressões como *as pratas*, *os cobres*, *os ferros*...

⁽²¹⁾ Sobre o valor referencial destas expressões, ver 8.2.

⁽²²⁾ Sobre o tipo de determinação em jogo nestes casos, ver 8.2.

⁽²³⁾ A distinção entre contáveis e não contáveis está relacionada com as noções fundamentais de contagem (para os descontínuos) e de medição (para os contínuos), que podem ser gramaticalizadas. Uma característica fundamental que distingue contáveis de um tipo de não contáveis, os massivos (nomes de matéria, substância...), é que estes últimos têm a propriedade de cumulatividade já enunciada por Quine (1960), isto é, “se x é nome de matéria, a soma de partes de x produz x”, ou dito de outra maneira, uma parte de água associada a outra parte de água é água. Tal tem como consequência que cada parte é da mesma natureza que o todo. Os nomes contáveis não apresentam tal característica e, nessa medida, os processos de quantificação são diferentes. No entanto, deve ter-se em consideração o seguinte: há algum paralelismo entre nomes descontínuos no plural e nomes contínuos no singular. Dado que nomes como *água*, *farinha* ou *ferro* denotam porções, partículas, fragmentos que designam esses nomes, isso sugere um agrupamento de classes de entidades com alguma analogia relativa à denotação de plurais. Neste sentido poderá dizer-se que a referência dos contínuos e dos descontínuos no plural é **cumulativa** (livros + livros = livros / água + água = águas). Chierchia (1998) considera que os não contáveis não têm plural por já serem plurais.

Ver Lopes (1977), Peres (1992) e Bosque (1999).

Por sua vez, o nome em itálico em (17d) — *solidariedade* — exprime algo em que não são distinguíveis partes singulares (**uma solidariedade*) nem partes plurais (**as solidariedades*) ⁽²⁴⁾.

Aos nomes com o comportamento ilustrado por *bebé*, em (17a), chamamos **nomes contáveis**; nos nomes contáveis, a oposição singular-plural tem um significado extensional: na forma marcada do singular designam um indivíduo; na forma plural um conjunto plural, cuja extensão só pode ser determinada no quadro do sintagma e, em muitos casos, da frase.

Aos nomes com o comportamento ilustrado por *água* (cf. (17b)), *estanho* (cf. (17c)) e *solidariedade* (cf. (17d)), chamamos nomes **não contáveis**, sendo os dois primeiros exemplos de nomes **massivos**; estes nomes não podem designar partes singulares de conjuntos, são mais dificilmente pluralizáveis do que os nomes contáveis e, nos casos em que admitem variação de número (cf. *água*, *ferro*), a oposição singular / plural corresponde a diversidade de qualificações da entidade ou quantificação de porções delimitadas de matéria (cf. *ferros*).

Assim os nomes massivos na forma singular designam:

(i) uma substância de que se designa uma parte quantificada de acordo com um certo padrão de medida:

- (18) (a) uma (porção de) *água*
um litro de
(b) um copo de *água*
muita

(ii) uma parte qualificada ou determinada de uma dada substância:

- (19) (a) uma ótima *água*
(b) um excelente *vinho*

(iii) uma substância encarada como tal, sem ser considerada como porção ou grandeza:

- (20) (a) *A água* dissolve o sal.
(b) *O ar* é indispensável à vida humana.

⁽²⁴⁾ Note-se, no entanto, que é possível pluralizar palavras semelhantes como *liberdade* ou *ciência*: «as liberdades constitucionais» ou «as ciências do ambiente».

(iv) a matéria de que são feitos dados objectos, o que constitui um caso especial de (iii) (cf. (21)), ou, elipticamente, um objecto feito dessa matéria (cf. (22)):

- (21) (a) o *ferro*
(b) isqueiros de *ouro*

(22) Esse *estanho* que tens no corredor é lindo.

Na forma plural, os nomes massivos podem designar:

(i) vários tipos ou qualidades de uma dada substância:

- (23) (a) ótimas *águas*
(b) excelentes *vinhos*

(ii) elipticamente, objectos feitos de uma dada matéria ou partes quantificadas de uma substância de acordo com um certo padrão de medida: (= duas garrafas de água/ dois litros de água):

- (24) (a) *os estanhos*
(b) *as pratas*
(c) Dê-me *duas águas*

Estes casos no plural ilustram bem a possibilidade de recategorizar nomes não contáveis (cf. (25a)). Mas também os contáveis podem ser recategorizados em não contáveis, em certos contextos (cf. 25b))⁽²⁵⁾

- (25) (a) Trouxe 3 *sumos*.
(b) Comi *cabrito* ao almoço.

A questão da recategorização é muito complexa, havendo nomes que tanto podem ser contáveis como não contáveis, como em “Gosto de presunto”, “Comi muito presunto”, “Comprei dois presuntos”. Por outro lado, por vezes é difícil

⁽²⁵⁾ Por isso se diz “O peixe faz bem à saúde”, à semelhança de “O leite faz bem à saúde” e não é aceitável “Os peixes fazem bem à saúde”.

determinar a razão por que se faz ou não recategorização, como é o caso de *puré de batata* em contraste com *puré de castanhas*.

8.2. Operações de determinação

Para que os nominais designem efectivamente, numa dada situação de comunicação, um determinado referente, é necessário que sobre eles actuem **operações de determinação**. Trata-se de processos de natureza semântico-pragmática que constroem o valor referencial de uma dada ocorrência de um nominal. Expressimem-se, de uma forma geral, através do especificador e do número do nominal⁽²⁶⁾.

Antes de analisarmos as formas de que o português dispõe para exprimir as diferentes operações de determinação, fazemos desde já notar que uma mesma forma morfo-sintáctica pode ser a expressão de diversas operações de determinação. Assim, consideremos os exemplos em (1):

- (1) (a) *O miúdo* fartou-se de chorar.
(b) *O homem* é um animal racional.
(c) *O alemão* tem um espírito geométrico.

Embora as expressões sublinhadas sejam todas elas constituídas por um artigo definido e um nome no singular, o valor referencial de cada uma delas é diferente. Em (1a), o Sintagma sublinhado designa um indivíduo único, identificado. Em (1b), *o homem* designa todos os objectos que tenham a propriedade de *ser homem*. Em (1c), o Sintagma sublinhado designa um objecto construído por abstracção a partir das propriedades típicas do conjunto de objectos acerca dos quais é verdade *ser alemão*: o «alemão típico».

Por outro lado, na grande maioria dos casos, o conjunto de objectos considerado num dado discurso concreto não é o conjunto-base cuja intensão é dada pelo lexema nominal, mas antes uma parte desse conjunto-base, definida pela situação e/ou pelo discurso anterior (ou pelo próprio fragmento de discurso em que ocorre a expressão nominal considerada):

⁽²⁶⁾ Em certos casos, o tipo de predicção, o Tempo e o Aspecto verbais estão correlacionados com a expressão de certas operações de determinação. Ver capítulo 6.

- (2) (a) Vou passar o fim-de-semana com *os amigos que encontraste no cinema*.
 (b) P: Por que é que não apareceste ontem? Estás chateada comigo?
 R: Pára lá com *as perguntas*.
 (c) Vou comprar *alguns destes livros*.
 (Enunciado produzido em frente da montra de uma dada livraria.)

Em (2a), no conjunto-base “amigos” é considerada uma parte *amigos que encontraste no cinema*, definida pela relativa que modifica restritivamente o nominal; em (2b), o discurso anterior permite extrair do conjunto-base “perguntas” a parte considerada na expressão nominal sublinhada; em (2c) é o contexto situacional — a montra da livraria — que define, no conjunto-base “livros”, a parte que é considerada no discurso.

8.2.1. Operações de definitização

Começemos por considerar as **operações de individuação**. Estas operações fazem corresponder a uma dada expressão linguística um único objecto identificado para o locutor, e pressuposto por este como identificável pelo(s) interlocutor(es). No português, os nomes próprios⁽²⁷⁾, os pronomes pessoais (*eu, tu, você, ele(a)*), os demonstrativos (*este(a), esse(a), aquele(a)*), enquanto nomes de indivíduos únicos e identificados histórico-cultural e/ou contextualmente são expressões definidas. Mas também podem sê-lo nomes comuns antecidos de artigo definido, determinante possessivo ou demonstrativo, no singular; imaginemos três respostas possíveis ((3b), (3c) e (3d)) à pergunta (3a):

- (3) (a) Não sei *do livro que andava a ler*. Por acaso não o viste?
 (b) *O livro* está em cima da mesa.
 (c) *O teu livro* está em cima da mesa.
 (d) Vê lá se não é *este livro*?

As expressões em itálico em cada uma das respostas possíveis a (3a) referem um único objecto identificado: do conjunto-base “livros” considera-se apenas um conjunto singular (de cardinalidade 1) determinado, e é desse indivíduo (*o livro que andava a ler*), entendido como singular e único, que o discurso fala. Em *o livro*, exprime-se a singularidade e unicidade do designado.

⁽²⁷⁾ Ver 8.1.

Em *o teu livro* exprime-se, além da singularidade e unicidade do designado, uma relação de localização⁽²⁸⁾ do designado relativamente ao interlocutor, parafraseável por *x tem y* ou *y existe para x*⁽²⁹⁾. Finalmente, *este livro* exprime, para além da singularidade e da unicidade do designado, a sua localização espacial relativamente ao locutor: neste caso, o objecto designado encontra-se localizado no espaço que constitui a vizinhança do locutor⁽³⁰⁾.

Às expressões com as características das de (3a)-(3d) chamamos **descrições definidas**. O uso característico deste tipo de expressões é a chamada **leitura referencial**⁽³¹⁾, ilustrado pelos exemplos (3a)-(3d); quando usadas referencialmente, as descrições definidas seleccionam, sobre o conjunto definido intensionalmente pela propriedade “ser x” (no caso dos exemplos, considerados, “ser livro”), a parte singular única e determinada que constitui o referente do discurso: por isso, uma das características do uso referencial das descrições definidas é a pressuposição da existência do designado. A anomalia de (4), como resposta a (3a):

- (4) **O livro que andavas a ler / esse livro* não existe.

⁽²⁸⁾ Utilizamos aqui o termo “localização” no sentido alargado de situação de um objecto relativamente a outro.

⁽²⁹⁾ A relação de localização expressa pelos possessivos situa um objecto relativamente ao locutor (*meu, minha*), ao interlocutor (*teu, tua; seu, sua*, se a forma de tratamento do interlocutor for *você*) ou a alguém não participante no discurso (*seu, sua*).

Esta relação pode variar desde a posse inalienável (a *minha mão*), à propriedade legal (a *tua casa* no sentido de a *casa que te pertence legalmente*), ao uso momentâneo ou continuado (o *teu casaco* no sentido de o *casaco que usas neste momento* ou que *costumas usar*), à vivência de um dado estado interior (a *minha raiva*), à participação numa dada situação (a *tua intervenção no debate*), à existência de uma relação de parentesco, afectiva ou profissional (o *meu pai, o teu amigo, o seu patrão*). Ver Lopes (1972: 131).

⁽³⁰⁾ Quando usados referencialmente (como é o caso em (3d)), os demonstrativos funcionam como «filtros de vizinhanças» (Lopes: 1972: 141). Enquanto *este* selecciona a vizinhança do locutor como espaço onde se localiza o referente, *esse* selecciona a vizinhança do interlocutor e *aquele* a vizinhança da 3.ª pessoa gramatical — i.e., de um indivíduo ou indivíduos referido(s) no discurso e distinto(s) dos participantes desse discurso.

Para um tratamento mais aprofundado do uso referencial dos demonstrativos e, em particular, sobre as topologias associadas a *isto, isso, aquilo*, ver Lopes (1972), cap. vi. Sobre o uso anafórico dos demonstrativos, ver capítulo 20. Ver ainda Kaplan (1977 e 1978), Kleiber (1986) e Oliveira (1988).

⁽³¹⁾ A distinção entre uso (leitura) referencial e uso (leitura) atributivo das descrições definidas é proposta por Donnellan (1966).

deve-se precisamente ao facto de ser negada a existência do referente que as expressões *o livro que andava a ler e o teu livro* estabelecem e cuja existência, naturalmente, pressupõem⁽³²⁾.

Mas as descrições definidas podem ter um outro uso. Consideremos os seguintes exemplos:

- (5) *A pessoa que consiga descobrir a solução deste enigma* é um génio.

Verificamos que a descrição definida sublinhada em (5), ao contrário das consideradas em (3), não designa um dado indivíduo acerca do qual seja o discurso. Ela define intensionalmente um dado conjunto e indica que, se esse conjunto não for vazio, o discurso tem como referente o indivíduo que satisfaça as propriedades expressas pela descrição definida. Neste caso, não está envolvida pressuposição de existência do (possível) referente, como o mostra o facto de não sentirmos como anómalas frases como (6), por se tratar de uma **leitura** (ou uso) **atributiva** das descrições definidas:

- (6) *A pessoa que consiga descobrir a solução deste enigma* é um génio: duvido até que exista tal pessoa.

8.2.2. Operações com indefinidos

Consideremos agora os seguintes exemplos:

- (7) (a) Comprei *um disco do Reggiani*.
(b) Quero viver *numa casa com sótão*.

Tanto em (7a) como em (7b), as expressões em itálico são indefinidas, ou seja, na parte singular considerada não há identificação de um indivíduo no discurso, de modo que o interlocutor não conhece qual, de todas as entidades singulares possíveis do conjunto considerado, é aquela a que o discurso se refere.

⁽³²⁾ Note-se que os definidos apresentam algumas restrições quanto aos contextos em que podem surgir, como é o caso, entre outros, de construções existenciais com *haver*. A estas restrições chama-se por vezes «efeito de definitude». Contrastem-se os seguintes exemplos:

- (i) * Há a gralha nesta página. / * Havia os alunos na conferência.
(ii) Há uma gralha nesta página. / Havia uns alunos na conferência.
Sobre este assunto, veja-se, entre outros, Milsark (1977) e Heim (1982).

No entanto, as expressões singulares indefinidas contidas em (7a) e (7b) são usadas diferentemente num e noutro exemplo: em (7a), o discurso estabelece um referente, uma parte singular não identificada do conjunto considerado (“disco do Reggiani”) a partir do conjunto-base “discos” (um certo exemplar de um disco do Reggiani, com determinadas canções, determinada capa, etc.); em (7b), *uma casa com sótão* não estabelece nenhum referente. Com efeito, tal expressão é usada intensionalmente, em virtude de se encontrar no escopo do verbo *querer*, não havendo a possibilidade de considerar uma parte singular não identificada nem determinada (não se trata neste caso de uma certa casa).

O uso das expressões singulares indefinidas ilustrado em (7a) denomina-se **leitura específica**, e o ilustrado em (7b) **leitura não específica** ou **intensional**⁽³³⁾. A distinção entre estes dois usos está patente no contraste dos seguintes exemplos:

- (8) (a) Comprei *um disco do Reggiani*. Neste disco ele canta «Le Déserteur».
(b) Comprei *um certo / determinado disco do Reggiani*.
(c) *Comprei *um disco do Reggiani* mas esse disco não existe.
- (9) (a) Quero viver *numa casa com sótão*. *Essa casa fica em Campo de Ourique.
(b) *Quero viver *numa certa / determinada casa com sótão*.
(c) Quero viver *numa casa com sótão*, mas se calhar não encontro nenhuma que esteja para alugar.

O uso específico de *um disco de Reggiani* pode ser o primeiro elemento de uma cadeia anafórica⁽³⁴⁾ (ver (8a)), é compatível com a ocorrência de *certo* ou *determinado* (ver (8b)) e não admite a negação da existência do referente estabelecido (ver (8c)). Com leitura não específica *uma casa com sótão* não pode

⁽³³⁾ Uma construção com valor de futuro possibilita, em geral, quer uma interpretação específica quer uma interpretação intensional destas expressões:

- (i) Hei-de comprar *um disco de Reggiani*.

A distinção entre interpretação forte ou fraca dos determinantes, estabelecida originalmente por Milsark (1977) está relacionada, de uma certa forma, com estas leituras. Os definidos apresentam tipicamente interpretações fortes, enquanto os indefinidos podem apresentar interpretação fraca (semelhante à leitura não específica ou existencial) ou interpretação forte, semelhante em vários casos à leitura específica. Entre algumas características, saliente-se que a interpretação forte pode ser atribuída a sujeitos de predicados de indivíduo e estativos. Veja-se também Diesing (1992).

⁽³⁴⁾ Ver capítulo 20.

ser o primeiro elemento de uma cadeia anafórica construída na “modalidade do factual” (ver (9a)) ⁽³⁵⁾, não é compatível com a ocorrência de *certo* ou *determinado* (ver (9b)) ⁽³⁶⁾ e admite a negação da existência de um possível referente (ver (9c)).

De um modo geral, as expressões singulares indefinidas que ocorrem numa interrogativa de sim ou não, ou numa declarativa negativa com predicado positivo, são usadas não especificamente ⁽³⁷⁾:

- (10) (a) A Ana conhece *um cineasta*? Sim, **esse cineasta* é o António.
(b) O João não tem *uma casa de praia*. **Essa casa de praia* fica em Alportuche. ⁽³⁸⁾

Certas classes de predicadores tornam mais plausível a leitura não específica das expressões singulares indefinidas. É o caso de certos verbos criadores de mundos possíveis (como *desejar*, *esperar* (= ter esperança), *querer*) e dos verbos modais (como *dever*, *poder*, *ter de*):

- (11) (a) O João *espera* ter *uma casa de praia*.
(b) O miúdo *quer* ver *um esquilo*.
(c) Ela *tem de* escrever *uma carta* aos amigos.
(d) *Podemos* encontrar *um colega* na exposição.

Na interpretação mais frequente destas frases, as expressões singulares indefinidas em itálico são usadas intensionalmente.

⁽³⁵⁾ Se a cadeia anafórica for construída em enunciados asseridos numa modalidade que não seja a do factual, uma expressão singular indefinida usada intensionalmente pode ser o primeiro elemento dessa cadeia. Veja-se:

(i) Quero viver *numa casa com sótão*. *Essa casa pode* ter quatro ou cinco assoalhadas. *Deve* ficar em Campo de Ourique. *Se a casa tiver uma lareira...*

⁽³⁶⁾ A frase (9b) é possível se a expressão indefinida for usada especificamente, comportando-se, neste caso, como *um disco de Reggiani*, nos exemplos considerados.

⁽³⁷⁾ Também se podem considerar outros contextos intensionais como as condicionais, frases genéricas (caracterizadoras) ou verbos modais. Acresce ainda que em contextos existenciais, as expressões indefinidas não têm escopo largo e neste sentido favorecem a leitura não específica dos indefinidos.

(i) A Maria *crê* que há um livro muito interessante sobre o Porto.

⁽³⁸⁾ Repare-se que, nos mesmos contextos, as descrições definidas estabelecem um referente. Quanto à negação, convém salientar que a expressão indefinida se deve encontrar no escopo da negação, como é o caso de (10b). Repare-se ainda que numa frase como «Uma casa na praia (*que esteja vaga) não está à venda» não admite uma relativa restritiva com Conjuntivo.

Paralelamente, certas outras classes de predicados forçam, em geral, uma leitura específica das expressões singulares indefinidas; é o caso dos verbos que podem ser usados factivamente ⁽³⁹⁾ (como *compreender*, *conhecer*, *lamentar*, *saber*), dos verbos de percepção e dos verbos implicativos positivos ⁽⁴⁰⁾ (como *aventurar-se*, *conseguir*, *lembrar-se*):

- (12) (a) O João *conhece uma praia linda*, perto de Melides.
(b) Os miúdos *viram um panda* no Jardim Zoológico.
(c) *Conseguí* finalmente que *um canalizador* viesse arranjar a tomeira ⁽⁴¹⁾.

Na interpretação mais plausível destas frases, as expressões singulares indefinidas em itálico são usadas especificamente ⁽⁴²⁾.

Uma outra forma de exprimir a extracção de uma parte singular, não definida, de um dado conjunto, é a que os exemplos (13) ilustram:

- (13) (a) O João só conhece *uma das praias da costa alentejana*.
(b) Telefonei para *um dos canalizadores que constam das Páginas Amarelas*.

Nas expressões acima, usualmente denominadas expressões **partitivas**, o conjunto considerado sobre o qual se efectua a extracção está previamente determinado e definido — *as praias da costa alentejana*, *os canalizadores que constam das Páginas Amarelas* — sendo diverso do que se encontra em expressões como *uma praia da costa alentejana*, *um canalizador que consta das Páginas Amarelas* em que a partir do conjunto-base (“praias” e “canalizadores”) se constrói o conjunto considerado no discurso ⁽⁴³⁾.

De notar ainda que, em certos casos, as expressões singulares indefinidas são ambíguas quanto a uma interpretação singular ou existencial. Em frases como:

- (14) Leste *um livro de García Marquez*?

⁽³⁹⁾ Ver capítulo 9.

⁽⁴⁰⁾ Ver Karttunen (1969).

⁽⁴¹⁾ Deve ainda acrescentar-se que a alternância de modo indicativo/conjuntivo em relativas restritivas propicia a leitura específica e a não específica, respectivamente, como se exemplifica no capítulo 9.

⁽⁴²⁾ Sobre os contextos linguísticos que podem determinar o uso específico ou intensional destas expressões, veja-se Karttunen (1969) e Leonetti (1999).

⁽⁴³⁾ Ver Lopes (1972: 108) e também Marques (1993).

a interpretação pode ser parafraseável por *leste pelo menos um livro de García Marquez?* (interpretação existencial) ou *leste um e apenas um livro de García Marquez?* (interpretação singular). No primeiro caso, trata-se de uma expressão da extracção de uma parte não definida (que pode ser plural) de um dado conjunto; só no segundo caso — a interpretação mais frequente das expressões singulares indefinidas — estamos em presença da expressão de uma operação de extracção de uma parte singular, em que o artigo indefinido funciona como um numeral cardinal, indicando que a parte de conjunto designada tem cardinalidade um.⁽⁴⁴⁾

8.2.3. Operações de pluralização

Vejamos como podem ser expressas operações de extracção de partes plurais. Como é patente nos exemplos (15) e (16), encontramos também aqui a oposição definido vs indefinido:

- (15) (a) *Os colegas que encontrei no cinema* são franceses.
 (b) *Os teus irmãos* estavam no café.
 (c) *Aqueles salmonetes* têm um óptimo aspecto.
- (16) (a) Vi *uns colegas* no cinema.
 (b) Havia *alguns salmonetes* no mercado.

Nos exemplos (15), a parte plural do conjunto-base “colegas”, “livros”, “salmonetes” considerada no discurso é determinada e considerada universalmente⁽⁴⁵⁾ — i.e., a expressão em itálico em (15a) designa todos os indivíduos “que encontrei no cinema”, *os teus irmãos*, todos os indivíduos que sejam irmãos do interlocutor, *aqueles salmonetes*, todos os salmonetes que, numa dada situação concreta, se encontram num espaço que não pertence à vizinhança do locutor nem do interlocutor.

Por seu lado, as expressões em itálico nos exemplos (16) exprimem conjuntos plurais, não determinados relativamente ao conjunto-base “colegas” e “salmonetes”.

⁽⁴⁴⁾ Ver Lopes (1972:102) e Leonetti (1999).

⁽⁴⁵⁾ “... quase sempre, aquilo que se tem em vista quando se usa o artigo definido plural é uma dada parte plural desse conjunto básico, sendo tal parte tomada na sua universalidade” (Lopes 1972:100).

Há, no entanto, expressões plurais indefinidas determinadas quantitativamente — é o caso de expressões como as que se encontram em itálico em (17), em que o especificador nominal é um numeral:

- (17) (a) Vi *dois colegas* no cinema.
 (b) Comprei *três salmonetes* no mercado.

As expressões em itálico em (17) indicam a cardinalidade da parte plural do conjunto-base “colegas” e “salmonetes” (respectivamente 2 e 3) considerada no discurso.

Vejamos ainda outro tipo de operações de extracção de partes plurais, exemplificado em (18):

- (18) (a) Vi *muitas crianças* no concerto.
 (b) Havia *poucos livros de Linguística* na Feira do Livro.
 (c) O público fez *bastantes perguntas* na conferência de ontem.

As expressões em itálico designam, como as consideradas em (16), partes plurais não determinadas dos conjuntos “livros de Linguística” e “perguntas”. No entanto, dão uma informação adicional sobre essas partes plurais: em (18a), *muitas crianças* exprime a ideia de que a cardinalidade da parte plural considerada é superior a um valor esperado; em (18b), *poucos livros de Linguística* aponta para uma cardinalidade da parte plural considerada inferior a um valor esperado; finalmente, em (18c), *bastantes perguntas* é ambíguo quanto a uma interpretação parafraseável por *muitas perguntas* ou uma outra parafraseável por *um número suficiente de perguntas*. Neste último caso, a expressão aponta para uma cardinalidade da parte plural considerada que é suficiente para que se possa dizer, por exemplo, que a conferência foi participada. Ou seja, as expressões plurais indefinidas que ocorrem em (18) informam sobre a cardinalidade do referente relativamente a um valor esperado, médio, ou considerado suficiente — exprimem, assim, uma quantificação **relativa**⁽⁴⁶⁾.

Tal como acontece com as expressões singulares indefinidas, também as expressões plurais indefinidas podem ser usadas específica ou intensionalmente; comparem-se os exemplos (16)-(18) com (19):

⁽⁴⁶⁾ Lopes (1972) designa-a ‘quantificação comparativa’. Neste sentido aponta também Lappin (1988), que considera que a interpretação destes quantificadores implica uma comparação implícita entre a cardinalidade do nome que modificam e do conjunto determinado pelo contexto. A quantificadores deste tipo Peres (1992) chama de contagem relativa. Veja-se ainda Mateus et al. (1989).

- (19) (a) *Espero encontrar salmonetes* no mercado. ⁽⁴⁷⁾
 (b) *Quero ver se compro duas camisolas*.
 (c) Ele *pode* escrever *muitos livros*, mas será sempre um mau escritor. ⁽⁴⁸⁾

Finalmente, tal como as expressões singulares indefinidas também as expressões plurais indefinidas podem entrar em construções partitivas — veja-se (20):

- (20) (a) *Comprei alguns dos salmonetes* no mercado. ⁽⁴⁹⁾
 (b) *Muitos dos livros* já estão na estante

⁽⁴⁷⁾ É frequente, no português, a ocorrência de expressões plurais indefinidas sem determinante explícito, usadas quer específica quer intensionalmente. De um modo geral, com artigo indefinido, estas expressões têm um uso específico, embora sejam mais naturais com modificadores.

⁽⁴⁸⁾ Ao contrário do que acontece com as expressões singulares indefinidas, as expressões plurais indefinidas quando ocorrem em frases declarativas negativas com predicador positivo não têm sempre um uso intensional.

Assim, em frases como:

- (i) Não vi *uns quadros* na exposição (não tive tempo).
 (ii) Não encontrei *três colegas* no cinema (encontrei dois).
 (iii) Não estavam *muitos alunos* na conferência (estavam poucos).

não é negada a existência do referente, i.e., da parte plural considerada no discurso: em (i), a expressão é usada especificamente (houve *uns certos quadros* que não tive tempo de ver); em (ii), é negada a cardinalidade da parte plural considerada; em (iii), é negado que a cardinalidade da parte plural considerada seja superior ao valor esperado.

⁽⁴⁹⁾ O contraste entre estas construções ressalta se considerarmos os seguintes exemplos:

- (i) Comprei *uns salmonetes* no mercado, *outros* no supermercado, *outros* na peixaria.
 (ii) *Comprei *alguns dos salmonetes* no mercado, *outros* no supermercado, *outros* na peixaria.

Em (i), enumeram-se partes plurais do conjunto considerado no discurso e a listagem resulta aceitável. O mesmo não acontece com (ii). Pensamos que a não aceitabilidade da enumeração contida em (ii) se deve ao facto de a construção *alguns(as) dos(as) N* operar, no conjunto considerado (e contextualmente definido) *os(as) N*, uma partição em *partes complementares*. Assim, qualquer enumeração poderá exprimir o complemento de *alguns(as) dos(as) N* em *os(as) N*; é o que faz o enunciado (iii):

- (iii) Comprei *alguns dos salmonetes* no mercado e *os outros* no supermercado.

De notar que, com esta construção, não é possível a ocorrência de artigo indefinido; veja-se a agramaticalidade de:

- (iv) *Comprei *uns dos salmonetes* no mercado.

8.2.4. Operações de quantificação universal

Vejamos agora como podem ser expressas no português as operações sobre conjuntos encarados na sua totalidade. As expressões em itálico em (21) e (22):

- (21) (a) *Cada átomo* tem uma estrutura altamente complexa.
 (b) *Qualquer átomo* tem uma estrutura altamente complexa.
 (c) *Todo o átomo* tem uma estrutura altamente complexa.
- (22) (a) *Os músicos* (da orquestra) convidaram um pianista.
 (b) *Todos os músicos* se reuniram na sala.

quantificam universalmente “átomos”, e “músicos” embora o façam de modo diferente: em (21), uma dada propriedade (“ter uma estrutura altamente complexa”) é atribuída distributivamente a todos os elementos do conjunto; em (22a) “convidar um pianista” aplica-se preferencialmente ao indivíduo colectivo formado pelo conjunto dos músicos enquanto em (22b) se aplica obrigatoriamente, em virtude do predicado *reunir-se*, ao indivíduo colectivo formado pelos músicos. Às operações responsáveis pelos valores referenciais mencionados chama-se operações de **quantificação universal**, cujas leituras são respectivamente **distributiva** (cf. (22a)) ⁽⁵⁰⁾ e **não distributiva** (cf. (22b)) ⁽⁵¹⁾.

Consideremos agora as seguintes frases:

- (23) (a) *Um pardal* é uma ave.
 (b) *O pardal* é uma ave.

⁽⁵⁰⁾ Embora *qualquer*, *cada* e por vezes *todo(a)* exprimam todos eles uma quantificação universal distributiva, é possível notar diferenças entre eles. Assim, *cada* pressupõe um conjunto pré-construído, *todo* opera apenas sobre um conjunto virtual e *qualquer* opera sobre conjuntos virtuais e, em certos casos, sobre conjuntos pré-construídos; veja-se:

- (i) (a) *Cada aluno* — o João, o Pedro, o Luís, ... — teve uma boa nota.
 (b) *Qualquer aluno* — o João, o Pedro, o Luís, ... — teve uma boa nota.
 (c) **Todo o aluno* — o João, o Pedro, o Luís, ... — teve uma boa nota.
- (ii) (a) **Cada teoria* que sustente essa hipótese é absurda.
 (b) *Qualquer teoria* que sustente essa hipótese é absurda.
 (c) *Toda a teoria* que sustente essa hipótese é absurda.

Veja-se Mória (1992) sobre o operador *qualquer*.

⁽⁵¹⁾ É comum chamar-se colectiva à leitura não distributiva. Peres (1993) chama a esta leitura 'grupla'. Veja-se ainda sobre este assunto Peres (1992).

Também nestas frases as expressões em itálico consideram universalmente um conjunto-base. Fazem-no, no entanto, de um modo diferente do que observámos em (21) e (22). Em (23a), atribui-se uma propriedade (“ser uma ave”), distributivamente, a todo o elemento que satisfaça a intensão “ser pardal”, ou seja, o conjunto-base não é considerado extensionalmente (através dos elementos que o constituem) mas sim intensionalmente.

Em (23b), estamos perante um tipo diferente de entidade, pois trata-se de um **termo de espécie**, isto é, um nome de espécie. Neste caso estamos perante uma **leitura genérica** das frases ⁽⁵²⁾.

Em geral, nas línguas naturais — salvo nos enunciados definitórios ou classificatórios ⁽⁵³⁾, em enunciados que se crê exprimirem verdades acerca do mundo ⁽⁵⁴⁾, em aforismos e provérbios ⁽⁵⁵⁾ — o que é encarado universalmente não é um conjunto-base mas sim uma parte dele, aquela que é considerada no discurso. Por vezes essa parte está explicitamente construída no próprio enunciado (veja-se (24)); outras vezes são o discurso anterior ou o contexto situacional que a definem (veja-se (25)):

- (24) (a) *Qualquer amigo do João* sabe que ele adora jazz.
 (b) *Todos os amigos do João* sabem que ele adora jazz.
 (c) *O bacalhau que se come neste restaurante* é delicioso.
- (25) (a) *Todos os presentes* louvaram a actuação da anterior direcção.
 (b) *Cada interveniente* manifestou o seu apoio à proposta.
 (c) *Os sócios presentes* na assembleia do dia x comprometeram-se a participar mais activamente na vida da cooperativa.

⁽⁵²⁾ Sobre termos de espécie, ver, entre outros, Carlson (1977) e (1989), Carlson e Pelletier (1995) ou ainda, Macário Lopes (1993) e Oliveira (1998).

⁽⁵³⁾ São deste tipo frases com “As baleias são mamíferos”.

⁽⁵⁴⁾ Como, por exemplo, (21a) e (21b), e enunciados como:

Os ovos fazem mal ao fígado; *Todas as mentiras* são condenáveis; *Qualquer burro* sabe responder a essa pergunta; *Cada pessoa* tem as suas telhas.

⁽⁵⁵⁾ Como, por exemplo:

O cão é um fiel amigo do homem; *Cada cabeça* sua sentença; De noite *todos os gatos* são pardos.

Em aforismos, provérbios e frases feitas, é frequente ocorrerem expressões de quantificação universal distributiva sobre conjuntos construídos pelo discurso, com o especificador omitido:

- (i) *Homem prevenido* vale por dois.
 (ii) *Filho de peixe* sabe nadar.
 (iii) *Cão que ladra* não morde.

Comparemos ainda a expressão em itálico em (24a) com as expressões em itálico em (26):

- (26) (a) *Qualquer um dos amigos do João* sabe que ele adora jazz.
 (b) *Cada um dos amigos do João* sabe que ele adora jazz.

Em (26), o conjunto considerado no discurso é determinado e definido (“os amigos do João”) e é este conjunto que é encarado universalmente de um modo distributivo. Ou seja, em construções como estas nunca é o conjunto-base a ser encarado universalmente — daí que elas não ocorram em enunciados em que é atribuída distributivamente uma propriedade ao universo do designável ⁽⁵⁶⁾. Considerem-se finalmente os exemplos (27):

- (27) (a) *Ambos os amigos do João* sabem que ele adora jazz.
 (b) *Ambos os adversários* preferiram jogar à defesa.

As expressões em itálico em (27) designam uma parte plural, determinada e contextualmente definida, de cardinalidade 2, do conjunto-base “amigos” e “adversários”, encarada universalmente, ou seja, *ambos* aponta sempre para um conjunto de cardinalidade 2, construído pelo discurso, encarado universalmente.

8.2.5. Operações sobre conjuntos encarados colectivamente

Um outro tipo de operações de determinação são as que visam como designado conjuntos encarados colectivamente. Uma das formas de que o português dispõe para exprimir este tipo de valor referencial é a utilização de uma certa classe de nominais — os nomes colectivos (contáveis), comuns ou próprios:

- (28) (a) *A companhia de fuzileiros* estacionou em Tróia.
 (b) *Perto da estrada, pastavam dois rebanhos.*

⁽⁵⁶⁾ Compare-se (i) com (ii):

(i) *Qualquer peixe* respira por guelras.

(ii) ?*Qualquer um dos peixes* respira por guelras.

Enquanto em (i) a propriedade “respirar por guelras” é atribuída distributivamente ao conjunto-base “peixes”, em (ii) tal propriedade é atribuída apenas a uma parte plural determinada, definida pelo contexto, do conjunto-base. Daí que (ii) não possa ser utilizado para exprimir uma característica comum à espécie «peixes».

- (29) (a) *Os Portugueses* venceram a batalha de Aljubarrota.
 (b) No 31 de Janeiro, *os Republicanos* viram adiada a queda da monarquia.

Os nomes colectivos considerados em (28) (*companhia* e *rebanho*) remetem para um dado conjunto (um certo número de militares estruturados de uma certa forma; um conjunto de ovinos ou caprinos) que são uma parte plural encarada como *um* elemento (de cardinalidade sempre superior a 1).

A expressão em itálico em (28a) selecciona, a partir do conjunto-base “militares”, a parte considerada pelo discurso (*companhia de fuzileiros*), e o especificador *a* indica a singularidade e unicidade do designado. Em (28b) o colectivo “rebanho” aparece-nos pluralizado: *rebanhos* é construído a partir de *rebanho* mas supõe um outro passo no sentido de um maior grau de abstracção; de facto não se está já a ter em conta, como conjunto-base, “ovinos” ou “caprinos”, referindo uma parte plural desse conjunto como um elemento; está-se a considerar o conjunto cujos elementos são “rebanho” (1, 2, 3, ...n), e a extrair dele um número de elementos de cardinalidade 2, como o indica o especificador *dois*.

Por seu turno, em (29) as expressões *os Portugueses* e *os Republicanos* funcionam como nomes próprios colectivos, i.e., o indivíduo que eles designam é um conjunto tomado como entidade indivisa,⁽²⁷⁾ sem referência a cada elemento individualizado. Assim, em (29a) *os Portugueses* é parafraseável por «Portugal» e, em (29b), *os Republicanos* pode ser parafraseável por «a corrente republicana». Note-se, no entanto, que estas expressões podem ser consideradas como nomes de espécie⁽²⁸⁾.

Consideremos agora expressões como as em itálico em (30) e (31):

- (30) (a) *O médico* é um bom conhecedor da natureza humana.
 (b) *O Transmontano* é pouco comunicativo.
- (31) (a) *Os médicos* são bons conhecedores da natureza humana.
 (b) *Os Transmontanos* são pouco comunicativos.

Nenhuma delas encara os conjuntos-base “médicos” e “Transmontanos” universalmente nem designa uma parte singular, única e identificada, dos mesmos. Em (30), a partir do conjunto-base, é construída a intensão, elemento típico desse

⁽²⁷⁾ Ver Lopes (1972: 73-74).

⁽²⁸⁾ Uma espécie é socialmente constituída e não diz respeito exclusivamente a espécies naturais. Veja-se Krifka *et al.* (1995).

conjunto; e acerca de qualquer elemento que satisfaça essa intensão é predicada uma dada propriedade. Ou seja, a partir das propriedades consideradas características do conjunto constrói-se uma entidade de tipo superior, o elemento típico. Em (31), são também as propriedades típicas que estão em jogo, mas são visadas extensional e não intensionalmente. Assim, predica-se uma dada propriedade acerca de “médicos” e “Transmontanos” que reúnam o conjunto de propriedades típicas de cada um dos conjuntos-base. Com efeito, trata-se de frases genéricas caracterizadoras, sendo um dos testes que permite confirmá-lo, a possibilidade de acrescentar a qualquer uma das frases os advérbios *geralmente* ou *usualmente*.

8.2.6. Operações de quantificação negativa

Consideremos agora expressões como as em itálico em (32)⁽²⁹⁾:

- (32) (a) *Ninguém* tocou à porta.
 (b) *Nenhum automóvel* trabalha a licor de hortelã-pimenta.
 (c) Não encontrei *nenhuma gralha* nesse artigo.

Todas elas designam o conjunto vazio (de cardinalidade zero) do conjunto considerado (“pessoas” em (32a)⁽³⁰⁾, “automóveis” em (32b), e “galhas” em (32c)). Ou seja, se percorrermos cada um dos conjuntos considerados não encontramos qualquer elemento acerca do qual seja verdade “ter tocado à porta”, “trabalhar a licor de hortelã-pimenta”, “locutor encontrar num artigo”.

As operações que visam o conjunto vazio podem operar sobre conjuntos previamente determinados e contextualmente definidos:

- (33) (a) *Nenhum dos convidados* chegou atrasado.
 (b) *Nada do que disseste* me faz mudar de opinião.

Em (33), é visada a parte vazia, respectivamente do conjunto de “convidados” considerado no discurso — acerca deste diz-se que não é verdade que qualquer um dos seus elementos tenha chegado atrasado — e do conjunto constituído pelo discurso anterior do interlocutor (“o que disseste”) — acerca do qual se

⁽²⁹⁾ Sobre as propriedades dos sintagmas negativos presentes em (32), ver capítulo 19.

⁽³⁰⁾ Dado que *ninguém* é parafraseável por *nenhuma pessoa*, assim como *nada* é parafraseável por *nenhuma coisa*.

afirma que não é verdade que qualquer um dos seus elementos faça o locutor mudar de opinião. ⁽⁶¹⁾

8.2.7. Operações sobre não contáveis

Todas as operações de determinação referidas até este momento operam sobre conjuntos encarados linguisticamente como descontínuos, i.e., cuja expressão linguística são nomes contáveis. Vejamos agora que tipo de operações de determinação podem operar sobre grandezas contínuas ou não discretas — i.e., conjuntos expressos por nomes massivos.

Nos exemplos seguintes verificamos que as expressões em itálico designam um dado elemento gasoso (34a) e um dado mineral (34b), funcionando como nomes dessas matérias, encaradas como um todo contínuo sem variação quantitativa nem qualitativa.

- (34) (a) *O oxigénio* é indispensável a todas as formas de vida existentes na Terra.
(b) *O ferro* é um mineral.

Nestas expressões, o artigo definido não funciona como operador de singularização e unicidade, à semelhança do que acontece quando antecede nomes próprios ⁽⁶²⁾. A leitura que se pode atribuir neste caso é a de termo de espécie.

É outro o tipo de referência expresso pelas construções em itálico em (35):

- (35) (a) *Essa água* faz bem à saúde.
(b) *O vinho de Lagoa* tem uma forte graduação alcoólica.

⁽⁶¹⁾ Um outro modo de exprimir este tipo de operações é o que ocorre em enunciados como:

(i) *Um homem* não chora.

Trata-se de aforismos ou provérbios em que está implícita uma modalidade «um homem não deve chorar». Neste caso, é a combinação da expressão nominal, da negação predicativa (expressa pelo advérbio *não*) e da modalidade implícita que selecciona, como referente, a parte vazia do conjunto considerado (no exemplo em questão “homens”).

Veja-se o capítulo 19 sobre negação.

⁽⁶²⁾ Lopes (1972) aproxima este uso dos massivos dos nomes próprios. Com efeito, dada a sua leitura de termo de espécie e, de acordo com Carlson (1977), podemos entender que se trata do nome próprio de uma espécie.

Nestes exemplos, no todo encarado como contínuo “água” e “vinho”, é distinguida uma parte contextualmente definida (em (35a), o tipo ou qualidade de água que se encontra na vizinhança do interlocutor ou que acaba de ser mencionado no discurso anterior; em (35b), o tipo de vinho produzido numa dada região) ⁽⁶³⁾. Encontramos o mesmo valor referencial em expressões como as em itálico em (36):

- (36) (a) *Essas águas* fazem bem à saúde.
(b) *Os vinhos de Lagoa* têm uma forte graduação alcoólica.

De notar, no entanto, que, em (36b), a expressão *os vinhos de Lagoa* não se limita a distinguir no todo “vinho” uma parte definida pelo complemento de *Lagoa*; considera também partes distintas: *os vários tipos de vinho* produzidos na região de Lagoa. Estas frases, em virtude do tipo de predicado e do tempo presente, apresentam uma leitura genérica.

Consideremos agora expressões como as em itálico em (37):

- (37) (a) Bebi *vinho* ao jantar.
(b) Bebi *pouco vinho* ao jantar.
(c) Bebi *um copo de vinho* ao jantar.
(d) Bebi *um decilitro de vinho* ao jantar.

Todas elas designam uma parte quantitativa distinguida no todo contínuo “vinho”. Trata-se de expressões que, tendo como ponto de partida um todo contínuo, extraem dele uma dada porção ou quantidade, sem a considerarem explicitamente constituída por elementos (moléculas, átomos, ...). Neste sentido o tipo de quantificação é de **medição** e não de **contagem**.

Em (37a), a expressão nominal simples ⁽⁶⁴⁾ no singular, indica apenas que foi distinguida em “vinho” uma parte quantitativa e não dá qualquer precisão sobre a quantidade ou porção dessa parte. Em (37b), a parte quantitativa considerada é quantificada relativamente a um limiar considerado médio pelo locutor e, neste caso, a parte considerada é quantitativamente inferior (*pouco vinho*) a esse limiar. Em (37c) e (37d), precisa-se a quantidade da parte considerada através da medida do seu volume: num caso, essa precisão é pouco rigorosa (*um*

⁽⁶³⁾ Veja-se a este respeito Peres (1992) e Marques (1992).

⁽⁶⁴⁾ Ou seja, admite-se que a categoria determinante é realizada nestes casos por um morfema nulo. Outras línguas possuem morfemas próprios para exprimir o tipo de referência em jogo nas construções partitivas: é o caso do francês, com o sistema de partitivos *du, de l', de la, des*.

copo de vinho)⁽⁶⁵⁾, dado que existem copos de várias dimensões; no outro caso, utiliza-se como referência o sistema de medida que tem por padrão o litro (*um decilitro de vinho*)⁽⁶⁶⁾. Assim, quando se diz “bebi dois copos de vinho” ou “comprei dois quilos de açúcar”, a operação de contagem incide sobre as unidades de medida e não sobre o nome massivo.

Consideremos ainda os seguintes exemplos, paralelos a (37):

- (38) (a) Comi *bolo* ao jantar.
 (b) Comi *muito bolo* ao jantar.
 (c) Comi *uma fatia de bolo* ao jantar.
 (d) Comi *meio quilo de bolo* ao jantar.

Embora o nome “bolo” seja contável, ele é recategorizado, em (38), como massivo à semelhança de “vinho” nos exemplos (37), i.e., não é o conjunto “bolos”, encarado como um todo descontínuo, a base da construção destas expressões⁽⁶⁷⁾. O que é considerado aqui é a matéria comestível e nesta matéria distingue-se uma parte não determinada (cf. (38a)), quantificada relativamente a um limiar considerado médio pelo locutor (cf. (38b)) ou através de um sistema de medida mais ou menos rigoroso (cf. (38c) e (38d))⁽⁶⁸⁾.

As operações que encaram conjuntos colectivamente podem também actuar sobre conjuntos considerados como grandezas contínuas. Nesse caso, tais grandezas são expressas por nomes colectivos não contáveis:

Se considerarmos (39):

- (39) A corrida aos armamentos é uma ameaça para a *Humanidade*.

⁽⁶⁵⁾ A par de um *copo de N*, encontramos expressões como: *um jarro de N*, *uma caneca de N*, *um prato de N*, *um bocado de N*, *uma fatia de N* ...

⁽⁶⁶⁾ São deste tipo todas as expressões pertencentes a sistemas de medidas de massa, comprimento, área, volume: *um quilo de*, *um quilómetro de*, *um metro quadrado de*, *um hectolitro de*, *uma tonelada de*.

⁽⁶⁷⁾ Veja-se o contraste com um quantificador de contagem:

- (i) Bebi vários vinhos.
 (ii) Comi vários bolos

⁽⁶⁸⁾ Com nomes contáveis ocorrem também construções partitivas sem determinante explícito e construções como as de (37c) e (38d):

- (i) (a) Comprei *cebolas*.
 (b) Estavam *peçoas* na praia, apesar do mau tempo.
 (ii) (a) Comi *um prato de amêijoas*.
 (b) Aquele gastou *um quilo de amêndoas* para fazer um bolo que ficou uma porcaria.

constatamos que o nominal em itálico indica a parte plena do conjunto definido intensionalmente pela propriedade “ser humano”, situada temporalmente num intervalo de tempo que inclui o tempo da enunciação. À semelhança dos nomes próprios, não admite pluralização nem complementos ou modificadores que restrinjam o designado⁽⁶⁹⁾.

Em (40) a expressão em itálico:

- (40) *A flora da serra da Arrábida* é única na Península.

designa também a parte plena de um conjunto construído pelo discurso (*flora da serra da Arrábida*), definido intensionalmente pela propriedade “ser espécie vegetal da serra da Arrábida”, encarado colectivamente⁽⁷⁰⁾.

Por outro lado, em (41) o nome em itálico designa colectivamente uma parte quantitativa não determinada do conjunto definido intensionalmente pela propriedade “ser pessoa”.⁽⁷¹⁾

- (41) Havia *gente* na praia apesar do mau tempo.

Vejam agora como podem ser expressas as operações que consideram universalmente conjuntos encarados como contínuos. Observemos os seguintes exemplos:

- (42) (a) **Todo o ferro* é um mineral.
 (b) **Qualquer ferro* é um mineral.
 (c) **Um ferro* é um mineral.

⁽⁶⁹⁾ Como, por exemplo, relativas restritivas e sintagmas preposicionais; veja-se a agramaticalidade de (i) e (ii) por contraste com (iii):

- (i) **A Humanidade de que fazemos parte* está ameaçada.
 (ii) **A Humanidade da Europa* está ameaçada.
 (iii) *A população de África* está ameaçada.

Veja-se Lopes (1972: 73).

⁽⁷⁰⁾ Este tipo de colectivos também não admite facilmente pluralização:

- (i) **?As floras dos países tropicais* são interessantes de estudar.

⁽⁷¹⁾ Mesmo quando não é usado partitivamente este nome designa sempre uma parte quantitativa do conjunto-base; em casos como *Toda a gente foi à praia apesar do mau tempo*, o conjunto considerado pelo discurso é uma parte quantitativa do conjunto-base, encarada universalmente. Tal como os colectivos não contáveis referidos anteriormente, não admite pluralização:

- (i) **Havia gentes* na praia, apesar do mau tempo.

- (43) (a) *Todo o ferro dessa região é exportado.*
 (b) **Qualquer ferro dessa região é exportado.*
 (c) **Um ferro dessa região é exportado.*
- (44) (a) *Todo o vinho dessa região é bom.*
 (b) *Todos os vinhos dessa região são bons.*
 (c) *Qualquer vinho dessa região é bom.*
 (d) *Um vinho dessa região é sempre bom.*
- (45) (a) *Ele estudou toda a fauna da Península Ibérica.*
 (b) **Ele estudou qualquer fauna da Península Ibérica.*
 (c) **Uma fauna é difícil de estudar.*

Os exemplos (42) mostram que, quando o nome massivo entra numa construção que designe uma matéria encarada como um todo contínuo sem variação quantitativa nem qualitativa, ele não é passível de ser afectado por nenhum tipo de quantificação universal com leitura distributiva ⁽⁷²⁾.

Quando o mesmo tipo de massivos ocorre com complementos que definem o conjunto considerado como uma parte dessa matéria (a existente numa determinada região, no caso de (43)), essa parte pode ser encarada universalmente de uma forma não distributiva; é o que se passa com expressões como *todo o ferro dessa região* (cf. (43a)) ou *o ferro dessa região*. No entanto, a parte considerada no discurso (“ferro dessa região”) é ela própria considerada como um todo contínuo em que não é possível distinguir porções ⁽⁷³⁾. Daí a impossibilidade de uma quantificação distributiva e genérica.

Pelo contrário, massivos como os que ocorrem em (44) podem ser afectados pelos vários tipos de quantificação universal. Em (44a), temos uma quantificação não distributiva, semelhante a (43a): a parte do conjunto-base considerada no discurso (“vinho dessa região”) e encarada como um todo contínuo sendo tomada na sua totalidade; esta operação poderia ser expressa igualmente por *o vinho dessa região*. De (44b) a (44d), a parte considerada no discurso é encarada como um todo contínuo em que é possível distinguir partes qualitativas (os vários tipos de vinho dessa região); estas são encaradas universalmente de uma

⁽⁷²⁾ Dado que expressões como *o ferro* são nomes de matérias, não faz sentido falar de quantificação universal.

⁽⁷³⁾ Tal quer dizer «o ferro todo da região». Trata-se de uma quantificação holística segundo Peres e Branco (1989) ou mereológica. Veja-se a este respeito Peres (1993a) e ainda Lopes (1977).

forma não distributiva, distributiva ou genérica, respectivamente em (44b), (44c) e (44d).

Reparemos agora nos exemplos (45). Eles mostram que os colectivos não contáveis só admitem uma quantificação universal não distributiva isto é, mereológica (ver 45a), expressa por uma construção que é uma variante de *o(a) N*.

O diferente comportamento dos massivos relativamente às operações de quantificação universal está relacionado com o facto de admitirem ou não pluralização. Nos exemplos (42) (43) e (45) a única construção admitida é *todo(a) o(a) N*, como variante de *o(a) N*: ou seja, qualquer das expressões designa, na sua totalidade, a parte (considerada como um contínuo) construída pelo discurso ⁽⁷⁴⁾.

Com nomes massivos que admitem plural, i.e., que designam partes (delimitadas) quantitativas e/ou qualitativas, pode ocorrer a construção *todos(as) os(as) N* e expressões de quantificação distributiva e genérica: é que tais operações exigem que a (parte da) grandeza considerada no discurso, ainda que tomada como não discreta, possa ser encarada como um conjunto de partes quantitativas e/ou qualitativas a que uma dada propriedade é atribuída não distributivamente, distributivamente ou genericamente.

Quanto às operações que visam a parte vazia de um conjunto, os exemplos que seguem ilustram a sua aplicação a nomes não contáveis / massivos:

- (46) (a) Não se encontrou *nenhum ouro* nessa mina.
 (b) Não foi distribuída *nenhuma água* aos moradores da aldeia durante a seca.
 (c) *Não foi estudada *nenhuma fauna da Península Ibérica*.
- (47) (a) *A administração da empresa não pagou *nenhum do ferro que lhe foi entregue*.
 (b) *Nenhum dos vinhos que serviram* era bom.
 (c) *Não estava *nenhuma da gente* na praia.

Os exemplos (46a) e (46b) mostram que a parte considerada no discurso (circunstancializada espacialmente em (46a), e espacial e temporalmente em

⁽⁷⁴⁾ Colectivos do tipo de *Humanidade* admitem, igualmente, apenas a construção *Toda a Humanidade*, que funciona como variante de *A Humanidade*, do ponto de vista referencial. É possível também dizer *A humanidade toda*, à semelhança de *bebi a água toda*, mas também a *equipa toda*. Isto evidencia que se podem considerar como indivíduos a partir dos quais se podem formar colectivos tanto entidades concebidas como partes de um todo, como entidades discretas.

mado como provável, pelo menos em certo grau específico”⁽¹⁶⁾. Assim, o sentido forte advém de permitir uma asserção, pois asserir uma proposição implica que se crê no estado de coisas descrito e neste caso *crer* justifica a sua asserção. Um dos argumentos a favor desta distinção está relacionado com a sua articulação com o advérbio *não*. Em (66) estamos perante uma crença fraca e a negação tem um comportamento paralelo ao de *dever*, enquanto em (67), uma crença forte, *crer* está no escopo da negação.

- (66) Não creio que ele esteja em casa.
 (67) Não creio em milagres.

9.2. Modo

Os **Modos** estão relacionados com a modalidade de diferentes maneiras. Com efeito, o Imperativo relaciona-se com a modalidade deontica e os outros modos estabelecem diversos nexos em grande medida com modalidades epistémicas. Consideramos que em português há fundamentalmente os modos Imperativo, Conjuntivo e Indicativo, embora o Futuro e o Condicional, quer simples quer compostos, possam também ocorrer como modos⁽¹⁷⁾. Nesta medida, é importante ter em conta o contexto discursivo, lexical e sintáctico, pois pode ser revelador da natureza de cada um dos modos.

9.2.1. O modo Imperativo

O **modo Imperativo** diferencia-se dos outros modos na medida em que se especializou na expressão da modalidade deontica, relacionada com a ordem. Embora esta possa ser formulada também através de outros meios, como o Futuro, o Presente do Indicativo ou ainda Infinitivo ou Gerúndio, as formas de Imperativo não têm outro significado para além deste. Em contextos particula-

⁽¹⁶⁾ Veja-se a este respeito Pinkal (1983).

⁽¹⁷⁾ Barbosa (1822/1871) considera que existem os seguintes modos: Indicativo, Subjuntivo e Infinitivo. Bechara (1928/1999) considera que existem os seguintes modos: Indicativo, Subjuntivo, Condicional, Optativo e Imperativo e Cunha e Cintra (1984) consideram que existem os modos Indicativo, Conjuntivo e Imperativo. A propósito do Futuro e do Condicional, veja-se também o capítulo 6.

res podem, no entanto, ter significados aparentados com informações, instruções, conselhos, convites, súplicas, etc., para os quais contribui também a prosódia da frase.

Vejam alguns exemplos em que (1)-(4) ilustram o uso de outras formas para veicular ordem e (5)-(7) como exemplos de instrução/informação, convite e súplica, respectivamente:

- (1) Não matarás.
- (2) Agora fazes o que te mandei.
- (3) Apresentar armas!
- (4) Andando!⁽¹⁸⁾
- (5) Segue em frente até ao cruzamento.
- (6) Anda cá ver este programa.
- (7) Deixa-me estar sossegadã.

Este modo surge tipicamente em frases simples imperativas (8), podendo também ocorrer em frases coordenadas, como em (9)-(10), embora se deva observar no último destes exemplos que se verifica uma relação semântica com uma condicional (se mexes aí, levas um tabefe), não sendo o modo da segunda oração o Imperativo. Por outro lado, há algumas restrições quanto a características semânticas dos verbos com os quais pode ocorrer, pois o Imperativo não pode combinar-se com estados não faseáveis, embora o possa fazer com estados faseáveis, que apresentam algumas características eventivas⁽¹⁹⁾. Porém, tal não deve levar a pensar que pode surgir com qualquer tipo de evento, pois a própria natureza deste modo, relacionado com a modalidade deontica, requer que se trate de eventos que possam de alguma forma ser controlados por quem é objecto da ordem.

- (8) Cala-te!
- (9) Come e cala-te!
- (10) Mexe aí e levas um tabefe!
- (11) *Sê alto!
- (12) Sê simpático com os convidados!
- (13) *Morre!
- (14) Come a sopa!

⁽¹⁸⁾ É comum ouvir-se a expressão: “andor!” como ordem, com o sentido de “começa a andar”.

⁽¹⁹⁾ Veja-se o capítulo 6.

Este modo só apresenta formas para as segundas pessoas do singular e do plural, sendo substituído nos outros casos por formas do Conjuntivo, nomeadamente a primeira pessoa do plural e a terceira pessoa do singular e do plural, como, por exemplo em *dance/dancemos/dancem*. Quando se trata de formas negativas, o modo Imperativo é também realizado em todas as pessoas pelo Conjuntivo⁽²⁰⁾.

9.2.2. Futuro e Condicional como modos

Por vezes, considera-se que o **Condicional** é um modo, mas já mais raro é considerar que o **Futuro** também o pode ser. No entanto, se pensarmos que um Modo tem alguma especificidade semântica que não se pode confundir com Tempo, então podemos encontrar vários contextos em que aqueles tempos gramaticais funcionam como modos, uma vez que não marcam uma localização temporal relativa a um passado ou a um presente, respectivamente⁽²¹⁾.

Vejamos então alguns desses casos com Futuro Simples ((15)-(18)) e Futuro Composto ((19)-(20)).

- (15) Haverá vinte anos que tenho luz em casa.
- (16) A esta hora a Maria já estará em casa.
- (17) Já se passou há muitos anos, mas aquele dia estará sempre na minha memória.
- (18) O assaltante estará neste momento a ser interrogado pela polícia.
- (19) A Maria terá dito que não gosta de cinema.
- (20) Ainda não chegou. Terá perdido o comboio.

Em qualquer dos casos não é possível considerar que se trata de uma referência a um tempo futuro ao momento da enunciação, mas sim de uma forma de introduzir no enunciado uma fonte de incerteza ou, no caso de (17), uma leitura próxima da deontica, noções que, como vimos, são de natureza modal⁽²²⁾.

⁽²⁰⁾ Veja-se 12.2.

⁽²¹⁾ Cunha e Cintra (1984) consideram que o Futuro Simples e o Condicional são tempos gramaticais, que designam como Futuro do Presente e Futuro do Passado, respectivamente.

⁽²²⁾ O Futuro é, dentro da evolução semântico-linguística uma aquisição recente. Em latim evolui de um Optativo, que, em alguns casos, deu origem também ao Conjuntivo, o que faz com que este modo seja utilizado em certas construções para exprimir futuramente. Veja-se a este respeito Fleischman (1982). Para uma análise dos tempos Futuro Simples e Futuro Composto como modo, veja-se Oliveira (1985).

A confirmar isto está o contraste que se pode estabelecer com exemplos paralelos, em que o Futuro Simples deu lugar ao Presente e o Futuro Composto ao Pretérito Perfeito Simples, como os que a seguir se apresentam:

- (21) Há vinte anos que tenho luz em casa.
- (22) A esta hora a Maria já está em casa.
- (23) Já se passou há muitos anos, mas aquele dia está sempre na minha memória.
- (24) O assaltante está neste momento a ser interrogado pela polícia.
- (25) A Maria disse que não gosta de cinema.
- (26) Ainda não chegou. Perdeu o comboio.

O Condicional, por sua vez, quando o ponto de perspectiva temporal não é um tempo passado, também adquire um valor modal, quer na forma simples quer na forma composta:

- (27) O Rui e a Maria têm um encontro dentro de dias e esta convidá-lo-ia para presidir à sessão, se não soubesse que ele recusava.
- (28) O vulcão pode entrar em actividade e isso assustaria a população.
- (29) Nas condições actuais, não sei se a Maria teria casado com o Luís.

Em qualquer destes exemplos não se trata de o Condicional marcar temporalmente o futuro de um passado, dado que nos dois primeiros exemplos a perspectiva temporal é um tempo futuro e no terceiro é presente.

No entanto, convém salientar que o Futuro Simples e Composto são muito mais frequentemente utilizados para exprimir modo do que o Condicional. Na verdade, em português europeu, a referência a um tempo posterior ao da enunciação é expresso por outros meios e o Condicional está a ser substituído em vários contextos pelo Imperfeito do Indicativo⁽²³⁾.

9.2.3. Os modos Indicativo e Conjuntivo

A distinção entre estes modos na sua relação com diferentes modalidades é bastante mais complexa por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, não existe correspondência unívoca entre os dois modos e distinções modais, pois a

⁽²³⁾ Veja-se o capítulo 6.

cada modo pode associar-se mais do que uma modalidade. Em segundo lugar, as ocorrências dos diferentes modos nem sempre parecem ter uma relação directa com distintos tipos de modalidade, na medida em que o modo Conjuntivo, tradicionalmente associado ao domínio da incerteza, eventualidade ou dúvida, pode surgir em construções em que, pela sua natureza, esperaríamos o modo Indicativo e vice-versa ⁽²⁴⁾. Como os seguintes exemplos mostram, seria de esperar que um verbo factivo como *lamentar*, em que se afirma a verdade da proposição da frase subordinada, seleccionasse o Indicativo e que um verbo de atitude proposicional como *crer*, em que não se asseve a verdade da proposição da frase encaixada, seleccionasse o Conjuntivo.

- (30) A Ana lamenta que estejas doente.
 (31) O Rui crê que a Rita está em casa.

Por estas razões, a análise do Conjuntivo tem sido controversa, uma vez que não está claro se de facto as suas formas são portadoras de significado ou se são semanticamente vazias, surgindo apenas por exigências das construções sintácticas ⁽²⁵⁾.

Sem dúvida, em línguas que têm Conjuntivo, o seu uso está dependente em grande medida do contexto linguístico, quer de ordem lexical quer de ordem sintáctica, mas o facto de haver contextos em que a alternância de modo determina distinções semânticas, advoga no sentido de se considerar que há um conteúdo semântico na distinção entre os modos. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (32) O Manuel disse que partem agora.
 (33) O Manuel disse que partam agora.
 (34) A Maria quer casar com um rapaz que sabe japonês.
 (35) A Maria quer casar com um rapaz que saiba japonês.

A diferença entre (32) e (33), em virtude dos modos seleccionados, permite atribuir uma leitura informativa ao primeiro exemplo e uma leitura de ordem ao segundo. Quanto aos outros dois exemplos, a oposição modo Indicativo / modo Conjuntivo determina que a leitura de “um rapaz” seja específica em (34) e não específica em (35).

⁽²⁴⁾ Veja-se a este respeito Cunha e Cintra (1984: 464).

⁽²⁵⁾ Veja-se Fonseca (1970) e Marques (1995).

9.2.3.1. Contextos em que surgem os modos Conjuntivo e Indicativo

O modo **Indicativo** é o modo preferencial das frases simples, da maior parte das coordenadas e ainda da oração principal em muitas frases complexas.

O modo **Conjuntivo**, embora possa surgir em alguns tipos de frases simples ⁽²⁶⁾ e também de coordenadas, é sobretudo em construções de subordinação que se observa o seu uso, quer obrigatório quer opcional, apresentando diferentes leituras neste último caso.

Em frases simples ocorre, como já dissemos, em imperativas nos casos em que o modo Imperativo é defectivo. Mas também surge em frases com certas expressões feitas e quando a frase se encontra no escopo de advérbios como *oxalá* e *talvez*. Neste último caso, a posição do advérbio pode alterar o modo, como se pode ver no contraste entre (38) e (39):

- (36) Venham mais cinco!
 (37) Raios partam esta vida!
 (38) Talvez a Maria nos venha visitar.
 (39) A Maria vem talvez visitar-nos.

Em algumas frases coordenadas o Conjuntivo também pode comparecer sobretudo quando há um contraste entre elas, como é o caso das conjunções *quer... quer* e *ou* ⁽²⁷⁾.

- (40) Quer queiras quer não queiras, vais para bombeiro voluntário.
 (41) Gostes ou não gostes da sopa, vais comê-la!

Em frases complexas, o modo Conjuntivo pode ocorrer em frases completivas, relativas, condicionais, temporais, concessivas e finais, nalguns casos obrigatoriamente e noutros opcionalmente, contrastando com o modo Indicativo e apresentando consequentemente distinções semânticas.

⁽²⁶⁾ Faria (1974) defende que o Conjuntivo não ocorre em frases simples; pois nestes casos há um apagamento da frase matriz.

⁽²⁷⁾ Em frases coordenadas aparentadas com condicionais é também possível encontrar o modo Conjuntivo, como em (i):

(i) Faça ele o que lhe peço e ficarei feliz.

Frases Completivas

O Conjuntivo pode ocorrer em completivas de verbo, mas também de nome e de adjectivo, como mostram os seguintes exemplos.

- (42) A Maria espera que o Rui chegue a horas.
- (43) É uma maravilha que ele tenha conseguido o emprego.
- (44) É necessário que ele termine o relatório.

Vejamos em primeiro lugar os verbos. Nesta construção, há um conjunto de verbos que seleccionam obrigatoriamente o Conjuntivo, enquanto outros seleccionam o Indicativo, havendo também alguns casos de verbos que admitem os dois modos.

Assim, seleccionam o Conjuntivo verbos como *aconselhar, compreender, duvidar, esperar, lamentar, pedir, querer, solicitar, temer*. Do ponto de vista semântico estes verbos não apresentam características comuns que permitam encontrar uma razão de ordem modal para a ocorrência deste modo. Quer isto dizer que, se naturalmente verbos de expectativa como *esperar*, seleccionam o modo Conjuntivo, já pode parecer mais estranho que verbos factivos como *lamentar*, ou de atitude mental ou emocional também o façam, como é o caso de *compreender* ou *temer*.

Por outro lado, há verbos criadores de mundos que admitem os dois modos, embora, se o Conjuntivo fosse o modo do irreal, fosse de esperar que só admitissem este modo, como é o caso de verbos como *admitir, imaginar, pensar, supor* ⁽²⁸⁾.

- (45) Imagino que gostas / gostes de ir ao cinema.

Assim, a selecção do modo Conjuntivo parece estar dependente de outros factores para além da modalidade.

Podemos, no entanto, considerar que verbos que exprimem dúvida, volição, necessidade subjectiva, ordem, obrigação, permissão e proibição seleccionam o Conjuntivo. A estes deve ainda acrescentar-se verbos causativos, como *mandar, deixar, fazer* e alguns verbos factivos ⁽²⁹⁾ como *apreciar, criticar, detestar, lamentar*.

⁽²⁸⁾ Admitem os dois modos, para além dos verbos mencionados, os seguintes: *acreditar, assumir, calcular, certificar, desconfiar, julgar, presumir, prever, suspeitar*. Veja-se a este respeito Marques (1995). Sobre completivas, veja-se capítulo 15.

⁽²⁹⁾ A **factividade** é uma propriedade semântica de certas construções em que se pressupõe a verdade da proposição da frase encaixada. Pode verificar-se em frases completivas de verbo, de adjectivo e também de nome. Veja-se a este respeito Kiparsky e Kiparsky (1970).

- (46) A Rita duvida que cheguem a horas.
- (47) As crianças querem que o pai conte uma história.
- (48) Ele precisa que tu lhe telefones.
- (49) O juiz determinou que os arguídos se mantivessem em prisão preventiva.
- (50) A Maria permitiu que os miúdos saíssem.
- (51) Proíbo-te que saias sem minha autorização.
- (52) O Rui deixou que os miúdos vissem televisão.
- (53) A Maria apreciou que lhe tivesses telefonado.

Quanto aos verbos que exprimem conhecimento e crença ⁽³⁰⁾, verificamos que seleccionam o modo Indicativo ou admitem os dois modos. Estão no primeiro caso verbos como *saber, ignorar, crer e achar* e no segundo caso, verbos como *acreditar, calcular, desconfiar, julgar, presumir, suspeitar* ⁽³¹⁾.

- (54) A Maria sabe que o Jorge está doente.
- (55) Ele acha que o filme é muito interessante.
- (56) Ele calcula que os amigos estão em casa / estejam em casa.
- (57) Eles presumem que a carta chegou ontem / tenha chegado ontem.

Quanto às completivas de adjectivo, seleccionam Conjuntivo adjectivos que expressam dúvida, volição, necessidade, possibilidade, obrigação, permissão.

Muitos dos adjectivos que ocorrem nesta construção são factivos, embora também haja não factivos e adjectivos modais.

- (58) É duvidoso que a Maria esteja em casa.
- (59) É desejável que a Maria esteja em casa.
- (60) É necessário que a Maria esteja em casa.
- (61) É possível que a Maria esteja em casa.
- (62) É obrigatório que a Maria esteja em casa.
- (63) É permitido que a Maria esteja em casa. ⁽³²⁾

⁽³⁰⁾ Veja-se a este respeito Marques (1995).

⁽³¹⁾ Há verbos declarativos que, embora seleccionando Indicativo, podem em certos contextos seleccionar o Conjuntivo como na frase "Ele disse que lesse o livro", com uma leitura de ordem.

⁽³²⁾ No domínio de *duvidoso*, temos outros adjectivos: *improvável, incerto, impensável, inacreditável, inverosímil, questionável*. No domínio da volição e da necessidade, encontramos adjectivos como *preciso, conveniente, oportuno*.

Os exemplos anteriores mostram que os adjectivos modais ocorrem com Conjuntivo. Com efeito, até adjectivos do domínio da crença, como *crível*, seleccionam nesta construção o Conjuntivo, assim como adjectivos como *verdadeiro* e *falso*. Tal levaria a supor que se trata de uma selecção de ordem meramente sintáctica, mas há adjectivos, nesta construção, que não seleccionam este modo, como é o caso de *claro*, *evidente*, *óbvio*.

Porém, a maior parte dos adjectivos, quer factivos quer não factivos seleccionam o modo Conjuntivo, como é o caso de *agradável*, *comovedor*, *contagiantes*, *estranho*, *perigoso*, *trágico* para os primeiros, e *benéfico*, *fácil*, *simples*, *urgente*, *útil*, para os segundos.

Note-se, no entanto, que a maior parte destes adjectivos ocorrem com o verbo *ser* e que adjectivos que seleccionam Indicativo podem também ocorrer com *estar* ou até *ficar*, assim como acontece com alguns participios passados.

- (64) É claro / está claro / fica claro que ele foi à festa.
 (65) Está comprovado / fica comprovado que a experiência foi bem sucedida.

As completivas de nome seleccionam Conjuntivo nos casos em que, tal como com os adjectivos, se exprime dúvida, volição, necessidade, possibilidade, obrigação, permissão, como é o caso de nomes como *dúvida*, *desejo*, *necessidade*, *possibilidade*, *obrigação*, *permissão*.

No entanto, dado que há várias construções de completivas de nome é necessário ter em conta que os nomes, como *afronta*, *alegria*, *encanto*, *horror*, *perigo*, *tristeza*, que admitem a construção “é um(a) Nome completiva”, seleccionam sempre o Conjuntivo⁽³³⁾.

- (66) É uma obrigação que se conheçam os termos do acordo.
 (67) É uma pena que o avião chegue atrasado.

Em outro tipo de construção, nomes como *dúvida*, *desejo*, *ideia*, *hipótese*, *medo* mantêm a selecção do modo Conjuntivo, como em (68)-(69), enquanto nomes como *certeza*, *conhecimento*, *crença*, *descoberta*, *promessa*, seleccionam o modo Indicativo, como se pode ver em (70)-(71):

- (68) A dúvida de que ele ganhe o prémio preocupa-me.
 (69) O medo de que ela faça uma asneira está sempre presente.

⁽³³⁾ Podem também ocorrer com orações infinitivas:

- (i) É uma necessidade / uma maravilha ler esse livro.

- (70) A certeza de que ela está bem anima-me.
 (71) A promessa de que ele chega amanhã alegra-me.

Por fim, há ainda nomes que podem seleccionar os dois modos, como é o caso de *ideia*, *suspeita*, *hipótese*.

- (72) A hipótese de que a solução do problema está / esteja certa anima-me.
 (73) A suspeita de que ele chegou / chegasse atrasado irritou-me.

Nestes exemplos, o modo Indicativo permite afirmar que “a solução está certa” ou “ele chegou atrasado” enquanto com o Conjuntivo tal não se pode asserir.

Frases Relativas

O modo em frases relativas está dependente de vários factores, sendo um dos contextos em que a alternância de modo está relacionada com diferenças de leitura da frase.

É nas relativas restritivas e nas livres que se encontra o modo Conjuntivo, pois as relativas explicativas exibem sempre modo Indicativo, como se pode ver pelos exemplos seguintes com relativas explicativa, restritiva e livre, respectivamente:

- (74) O Jorge, que chega sempre a horas, traz a encomenda.
 (75) A criança que bebe / beba leite é mais saudável.
 (76) Seja bem-vindo quem vem / vier por bem.

A razão fundamental por que as relativas explicativas seleccionam modo Indicativo está relacionado com o facto de os DPs terem sempre uma leitura específica, sendo preferencialmente nomes próprios ou descrições definidas⁽³⁴⁾. Nos outros tipos de relativas o contraste está em grande medida relacionado com questões de especificidade em articulação com o tipo de contextos em que sur-

⁽³⁴⁾ Veja-se a este respeito Brito (1991: 130-134) e Marques (1995: 137-139). É possível encontrar também indefinidos desde que tenham uma leitura específica, quer modificados quer não:

- (i) Um miúdo, que chega sempre a horas, traz a encomenda.
 (ii) Um miúdo do colégio, que chega sempre a horas, traz a encomenda.

Vejamos em primeiro lugar os tempos simples. Todos apresentam uma característica comum, que é a de poderem ter uma leitura de futuro, sob certas condições. Para além disso, o Presente pode também ter uma leitura de presente e o Imperfeito de passado.

- (108) O miúdo está a pedir que lhe leias uma história.
 (109) O miúdo pediu que lhe leses uma história.
 (110) Ele telefona-te quando puder.

Em (108), embora o tempo do Conjuntivo seja o Presente e na oração principal o tempo seja o Presente Progressivo, verificamos que a leitura temporal é de futuro, neste caso, não só em relação ao tempo da oração anterior como ao da enunciação em virtude da coincidência destes dois últimos. Em (109) a leitura de futuro também se encontra disponível não só em relação ao tempo da frase principal como também é possível em relação ao tempo da enunciação⁽³⁷⁾. Em (110) temos claramente uma leitura de futuro em relação ao tempo da enunciação.

As leituras de presente e passado atribuíveis ao Presente e Imperfeito do Conjuntivo encontram-se sobretudo quando se trata de estados, como se pode ver pelos exemplos (111)-(112), contrastando o primeiro destes com (113). Quanto a (114), verifica-se uma relação temporal diferente, pois aqui a leitura de passado mantém-se, embora nem sempre seja assim, dependendo da natureza semântica do predicado da oração principal, como se viu a propósito do exemplo (109).

- (111) É uma pena que estejas doente.
 (112) Foi uma pena que estivesses doente.
 (113) É uma pena que chegues atrasado / escrevas essa carta.
 (114) Foi uma pena que chegasses atrasado / escrevesse essa carta.

Os tempos compostos do Conjuntivo têm em comum uma informação de perfectividade que lhe é conferida pelo participio e o Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo não apresenta a leitura iterativa, com eventos, que o tempo correspondente do Indicativo tem. Vejam-se alguns exemplos:

- (115) Desejo / duvido / é bom que ele tenha lido o livro.
 (116) Desejei / duvidei / foi bom que ele tivesse lido o livro.
 (117) Quando tiver acabado o relatório, vou visitar-te.

⁽³⁷⁾ Note-se que na primeira das leituras “leses uma história” é passado em relação ao tempo da enunciação e por isso se pode acrescentar “mas não leste”, enquanto na segunda leitura se pode acrescentar “e vais ler daqui a pouco”.

Em qualquer dos exemplos encontramos a informação de um evento concluído (se não mesmo perfectivo) em relação ao tempo da oração principal. No entanto, sob certas condições, o Pretérito Perfeito Composto e o Mais-que-Perfeito do Conjuntivo podem exibir uma leitura de futuro em relação ao tempo da oração principal, embora sejam perfectivos em relação a um outro tempo, que funciona como ponto de perspectiva temporal.

- (118) Espero que a Rita tenha feito o exame quando o João voltar.
 (119) Era bom que o Manuel tivesse feito o exame quando o João voltar.
 (120) Foi bom que o Manuel tenha / tivesse feito o exame antes de o João voltar.

Em (118) e (119) “fazer o exame” é futuro em relação ao tempo da oração principal, mas passado e perfectivo em relação ao tempo da oração temporal. A diferença de tempos seleccionados depende em certa medida do tempo gramatical da oração principal. Em (120), em virtude da combinação dos tempos da oração principal com o da oração temporal, toda a frase é anterior ao tempo da enunciação enquanto (118) e (119) podem ser posteriores em relação a esse tempo⁽³⁸⁾.

O Mais-que-Perfeito, tempo das condicionais contrafactuais, como (121), pode também articular-se com um Presente, como em (122):

- (121) Se ele tivesse concluído o trabalho, estava / estaria agora de férias.
 (122) A Maria duvida / acredita que o Rui a tivesse amado.

Enquanto em (121) a leitura da condicional pressupõe que “ele não concluiu o trabalho”, em (122) há uma leitura de passado a que está associada incerteza.

É, no entanto, interessante verificar que em muitas construções que envolvem o Conjuntivo, se podem encontrar diferentes combinações temporais, incluindo os tempos compostos, como os exemplos seguintes evidenciam:

- (123) Ele duvida / duvidou que os miúdos recebam / recebessem / tenham recebido / tivessem recebido o prémio.

⁽³⁸⁾ Veja-se que a frase seguinte, semelhante a (120), não é aceitável:

(i) *Foi bom que o Manuel tivesse feito o exame quando o João voltar.

- (124) Ele duvidava que os miúdos ?estejam / estivessem / ?tenham estado / / tivessem estado doentes.
- (125) Ele lamenta / lamentou que a Maria perca / perdesse / tenha perdido / / tivesse perdido o emprego.
- (126) Ele exige que os concorrentes leiam / *lessem / tenham lido / *tivessem lido as instruções.
- (127) Ele exigiu que os concorrentes leiam / lessem / ?tenham lido / tivessem lido as instruções.
- (128) Ele deseja que telefones / */?telefonasses / ?tenhas telefonado / *tivesse telefonado para casa.
- (129) Ele desejou / desejava que *telefones / telefonasses / ?tenhas telefonado / tivesses telefonado para casa.

Em primeiro lugar pode verificar-se nestas frases completivas que o tipo de verbo da oração principal e o tempo em que este se encontra determinam uma maior ou menor flexibilidade na selecção dos tempos do Conjuntivo. Com efeito, verbos factivos admitem os diferentes tempos, com as óbvias diferenças de leitura, enquanto verbos como *exigir* (ordenar, exortar) ou *desejar* (querer, preferir) requerem uma informação de posterioridade, não aceitando a combinação de presente na oração principal e passado na subordinada. No entanto, nestes casos, o Pretérito Perfeito Composto do Conjuntivo é admissível, se considerarmos que a sua leitura perfectiva é posterior ao tempo da oração principal, mas anterior a um outro tempo que funcione como ponto de perspectiva temporal⁽³⁹⁾.

Por último, há um aspecto da sequencialização de tempos do Indicativo e do Conjuntivo que merece ser notado. Quando há uma sucessão de frases, a selecção do modo parece depender da oração imediatamente superior como em (130). No entanto, também se pode encontrar o caso inverso, isto é, o modo da segunda subordinada está dependente da oração mais alta, enquanto o predicado da oração intermédia não parece exercer qualquer influência, como em (131)⁽⁴⁰⁾:

⁽³⁹⁾ Veja-se que “tenham lido” e “tenhas telefonado” não podem ter lugar antes do tempo da oração principal, sendo por isso aceitáveis as seguintes frases, em que a oração temporal marca o ponto de perspectiva temporal:

- (i) Ele exige que os concorrentes tenham lido as instruções antes de / quando preencherem os impressos.
- (ii) Ele deseja que tenhas telefonado para casa antes de / quando se encontrarem no restaurante.

⁽⁴⁰⁾ Veja-se a este respeito Ridruejo (1999).

- (130) O Jorge lamenta constatar que a Rita não concluiu o relatório.
- (131) Agrada-me constatar que este assunto seja digno de menção.

No primeiro destes exemplos, verificamos que o modo Indicativo é seleccionado por *constatar*, uma vez que *lamentar* selecciona Conjuntivo. No segundo exemplo, o Conjuntivo da terceira oração só pode ser seleccionado pelo predicado da oração mais alta dado que *constatar* selecciona Indicativo.

Há ainda um outro grupo de construções em que o predicado da frase intermédia é de conhecimento/crença e o da mais alta apresenta um valor negativo, como no exemplo seguinte:

- (132) É impossível reconhecer que ele tenha faltado ao compromisso.

Novamente, neste exemplo, encontramos um verbo, *reconhecer*, que selecciona Indicativo em completivas, mas no exemplo aqui apresentado é seleccionado o Conjuntivo em virtude da frase mais alta.

Para estes casos, a ocorrência de Conjuntivo está relacionada com a escolha que o falante faz sobre se lhe interessa valorizar o significado da frase mais alta, seleccionando o Conjuntivo, ou simplesmente destacar a asserção do predicado intermédio, seleccionando o Indicativo, independentemente de haver um Infinitivo ou uma completiva.

- (133) (a) *Agrada-me ter constatado que este assunto tivesse sido digno de menção.
- (b) *Agrada-me que ele tenha constatado que este assunto tivesse sido digno de menção.
- (134) (a) Agrada-me ter constatado que este assunto tinha sido digno de menção.
- (b) Agrada-me que ele tenha constatado que este assunto tinha sido digno de menção.

A agramaticalidade de (133a) e (133b) advém de um Mais-que-Perfeito necessitar de um ponto de perspectiva temporal passado. Como nestes exemplos o único disponível é o da frase intermédia, tal prova que o Conjuntivo está dependente da frase mais alta. Pelo contrário, nos exemplos (134) não há agramaticalidade porque o Mais-que-Perfeito do Indicativo tem como ponto de perspectiva temporal o tempo passado da frase intermédia.

Quanto ao segundo caso, parece ser relevante o predicado indutor de negação, dado que o Conjuntivo não pode ser seleccionado numa frase como (132) se a construção fosse com *possível*. Mas também aqui se dá novamente uma

escolha por parte do falante relativamente ao que pretende destacar. Os exemplos seguintes evidenciam que o Conjuntivo é seleccionado pela frase mais alta exactamente pelas mesmas razões apontadas para (133a)-(133b).

- (135) (a) *É impossível ter reconhecido que ele tivesse faltado ao compromisso.
(b) *É impossível que a Ana tenha reconhecido que ele tivesse faltado ao compromisso.

Parte IV
ASPECTOS SINTÁCTICOS DA GRAMÁTICA
DO PORTUGUÊS

10

Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras

Inês Duarte

Índice

- 10. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras
 - 10.1. Relações gramaticais
 - 10.1.1. Predicado
 - 10.1.2. Sujeito
 - 10.1.3. Objecto directo
 - 10.1.4. Objecto indirecto
 - 10.1.5. Predicativo do sujeito e predicativo do objecto directo
 - 10.1.6. Relações gramaticais oblíquas
 - 10.2. Subclasses de verbos e esquemas relacionais
 - 10.2.1. Verbos principais
 - 10.2.2. Verbos copulativos
 - 10.2.3. Verbos auxiliares
 - 10.2.4. Verbos principais de alternância
 - 10.2.5. Verbos simétricos
 - 10.2.6. Verbos transitivos que admitem queda do objecto
 - 10.2.7. Entre verbos principais e verbos auxiliares: verbos leves e semiauxiliares
 - 10.3. Padrões de ordem de palavras em frases declarativas
 - 10.3.1. Predicações
 - 10.3.2. Apresentações

Este capítulo descreve as relações gramaticais dos constituintes na frase simples e a ordem linear segundo a qual os mesmos ocorrem nas frases declarativas do português.

Consideremos as seguintes frases:

- (1) (a) O jornalista contou a novidade aos amigos.
- (b) *A novidade aos amigos o jornalista contou.

(1a) é uma frase básica do português que pode caracterizar-se sintacticamente, numa primeira abordagem, como uma sequência em que:

- (i) cada constituinte tem uma dada **relação gramatical**;
- (ii) os constituintes ocorrem segundo uma dada **ordem linear** (veja-se a agramaticalidade de (1b) vs. a gramaticalidade de (1a)).

Esta caracterização sintáctica reporta-se à forma final das frases, i.e., à forma sintáctica que corresponde à sua realização material no discurso. Em línguas como o português, a relação gramatical final dos constituintes é o principal factor que determina a ordem linear da sua ocorrência ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Sobre outros factores que determinam a ordem de palavras, ver 10.3.

10.1. Relações gramaticais

Um domínio sintáctico de predicação — i.e, uma **oração** —, contém dois termos fundamentais: o **predicado** (abreviadamente, Pred), o constituinte ou sequência de constituintes formado pelo predicador e pelo(s) seu(s) argumento(s) interno(s), e o **sujeito** (abreviadamente, SU), o constituinte que satura o predicado ou, por outras palavras, o argumento externo do predicador ⁽²⁾.

10.1.1. Predicado

De um modo geral, uma oração coincide com uma frase simples e, neste caso, o predicado inclui pelo menos um elemento verbal; vejamos os seguintes exemplos, em que o predicado está em itálico e o sujeito entre parêntesis rectos:

- (2) (a) [O miúdo] *comeu um gelado.*
(b) [O miúdo] *tinha troçado do irmão.*

Em (2a), o predicado é constituído pelo predicador verbal (= *comeu*) e pelo seu argumento interno (= *um gelado*); em (2b), o predicado inclui, para além do predicador verbal (= *troçado*) e do seu argumento interno (*do irmão*), o verbo auxiliar (= *tinha*), que introduz um valor têmporo-aspectual. Em ambas as orações existe, portanto, um único domínio de predicação: a tradição gramatical luso-brasileira denomina este tipo de predicado **predicado verbal**.

Contudo, há casos em que uma frase simples contém mais do que uma predicação. Assim, se considerarmos frases com verbos copulativos, como as exemplificadas em (3), verificamos que elas contêm uma dupla predicação: predica-se o adjectivo ou a expressão nominal em posição pós-verbal acerca do sujeito da frase e predica-se toda a expressão em itálico acerca do mesmo sujeito (cf. 12.1. e 13.4.):

- (3) (a) [O miúdo] *está contente.*
(b) [O miúdo] *é filho do Pedro.*

Em (3), o predicado inclui um verbo predicativo (*está*, em (3a); *é*, em (3b)), para além de um predicador, adjectival em (3a) (= *contente*) e nominal em (3b)

⁽²⁾ Ou seja, uma oração é o domínio sintáctico em que uma projecção máxima de natureza predicativa fica saturada mediante a existência de um sujeito.

(= *filho*), seguido do seu argumento interno (= *do Pedro*). Por outras palavras, o adjectivo e a expressão nominal em itálico constituem os **predicadores** sintacticamente **secundários** das frases (3), sendo os verbos copulativos que nelas ocorrem os **predicadores** sintacticamente **primários**. Na tradição gramatical luso-brasileira os predicados deste tipo são denominados **predicados nominais**. A relação gramatical dos predicadores (sintácticos) secundários em frases copulativas é a de **predicativo do sujeito**.

Considerem-se agora exemplos como (4):

- (4) (a) [O João] *considera a Maria inteligente.*
(b) [O João] *considera inteligente a Maria.*

Nestas frases, existem igualmente dois domínios de predicação: o predicador sintáctico e semanticamente primário é um verbo da classe dos transitivos-predicativos (*considera*), que selecciona como seu complemento um domínio de predicação ([*a Maria*] *inteligente*), cujo predicador sintáctico e semanticamente secundário é o adjectivo *inteligente* e cujo sujeito é a expressão nominal *a Maria*. Por outras palavras, as frases (4) são analisáveis numa oração cujo predicado é a sequência em itálico em (4) e o sujeito o constituinte *o João* e numa **oração pequena**, cujo predicado é o constituinte *inteligente* e o sujeito o constituinte *a Maria* ⁽³⁾. Em (4b), o predicador primário e o secundário ocorrem adjacentes, formando o predicador complexo *considera inteligente*. A tradição gramatical luso-brasileira denomina este tipo de predicados **predicados verbo-nominais**. A relação gramatical dos predicadores secundários em frases transitivas-predicativas é a de **predicativo do objecto directo**.

Considerem-se ainda exemplos como (5):

- (5) (a) A teimosia do João tornou a discussão *impossível.*
(b) O ferreiro pôs o ferro *em brasa.*
(c) A cozinheira cortou o pão *às fatias.*

As frases (5) ilustram construções **resultativas**, i.e., frases em que o constituinte em itálico descreve o estado em que ficou o SN com a relação gramatical de objecto directo como resultado do evento descrito. *Impossível*, *em brasa* e *às fatias* têm, também, a relação gramatical de predicativo do objecto directo.

⁽³⁾ Sobre as propriedades da construção transitiva-predicativa em português, veja-se Marrafa (1985). Sobre a análise de frases envolvendo igualmente a existência de uma oração pequena, veja-se 13.4 e a bibliografia aí indicada.

Nas frases (2) a (5) os predicados são constituídos apenas pelo predicador verbal e por outros constituintes seleccionados pelo verbo. Contudo, podem igualmente integrar o predicado adjuntos preposicionais e adverbiais, como se mostra nos exemplos (6):

- (6) (a) O miúdo [*comeu sofregamente o gelado*]_{Pred}
 (b) Os ciclistas [*cortaram a meta às seis horas*]_{Pred}
 (d) O João [*é sempre simpático*]_{Pred}
 (e) A Maria [*estava zangadíssima ontem*]_{Pred}
 (f) Eles [*acharam a Maria cansada na festa*]_{Pred}
 (g) O cantor [*levou a plateia ao rubro com as suas interpretações*]_{Pred}

Podem utilizar-se os seguintes testes para a identificação do predicado:

(i) O predicado constitui a resposta a uma interrogativa da forma *SU fez o quê? / O que aconteceu a SU? / O que se passa com SU?*, consoante o tipo de verbo que ocorre na pergunta; vejam-se os resultados da aplicação deste teste às frases (6) em (7):

- (7) (a) P: O que fez o miúdo?
 R: [*Comeu sofregamente o gelado*]_{Pred}
 (b) P: O que fizeram os ciclistas?
 R: [*Cortaram a meta às seis horas*]_{Pred}
 (c) P: O que se passa com o João?
 R: [*É sempre simpático*]_{Pred}
 (d) P: O que acontecia à Maria?
 R: [*Estava zangadíssima ontem*]_{Pred}
 (e) P: O que se passou com eles?
 R: [*Acharam a Maria cansada na festa*]_{Pred}
 (f) P: O que fez o cantor?
 R: [*Levou a plateia ao rubro com as suas interpretações*]_{Pred}

(ii) O predicado pode ocorrer em posição de contraste numa pseudoclivada, segundo o esquema *o que SU faz / acontece a SU / se passa com SU* é predicado; veja-se o resultado da aplicação deste teste às frases (6) em (8):

- (8) (a) O que o miúdo fez foi [*comer sofregamente o gelado*]_{Pred}
 (b) O que os ciclistas fizeram foi [*cortar a meta às seis horas*]_{Pred}
 (c) O que se passa com o João é [*ser sempre simpático*]_{Pred}
 (d) O que acontecia à Maria era [*estar zangadíssima ontem*]_{Pred}

- (e) O que se passou com eles foi [*acharem a Maria cansada na festa*]_{Pred}
 (f) O que o cantor fez foi [*levar a plateia ao rubro com as suas interpretações*]_{Pred}

(iii) O predicado pode ser anteposto, antecedido do advérbio *lá*, deixando como cópia na posição original o núcleo verbal; veja-se o resultado da aplicação deste teste às frases (6) em (9):

- (9) (a) Lá [*comer sofregamente o gelado*], o miúdo comeu.
 (b) Lá [*cortar a meta às seis horas*], os ciclistas cortaram.
 (c) Lá [*ser sempre simpático*], o João é.
 (d) Lá [*estar zangadíssima ontem*], a Maria estava.
 (e) Lá [*acharem a Maria cansada na festa*], eles acharam.
 (f) Lá [*levar a plateia ao rubro com as suas interpretações*], o cantor levou.

(iv) O predicado pode ser recuperado em construções de *Despojamento* da forma *e o SU também / mas o SU não*; veja-se a aplicação deste teste aos exemplos (6) em (10):

- (10) (a) O miúdo [*comeu sofregamente o gelado*]_{Pred} e a miúda também [-].
 ([-] = *comeu sofregamente o gelado*)
 (b) Os ciclistas [*cortaram a meta às seis horas*]_{Pred} mas os maratonistas não [-].
 ([-] = *cortaram a meta às seis horas*)
 (c) O João [*é sempre simpático*]_{Pred} e o Pedro também [-].
 ([-] = *é sempre simpático*)
 (d) A Maria [*estava zangadíssima ontem*]_{Pred} e eu também [-].
 ([-] = *estava zangadíssima ontem*)
 (e) Eles [*acharam a Maria cansada na festa*]_{Pred} e elas também [-].
 ([-] = *acharam a Maria cansada na festa*)
 (f) O cantor [*levou a plateia ao rubro com as suas interpretações*]_{Pred} mas a banda não [-].
 ([-] = *levou a plateia ao rubro com as suas interpretações*)

10.1.2. Sujeito

Sujeito é uma das relações gramaticais centrais. Trata-se da relação gramatical do argumento do predicador a que é dada maior proeminência sintáctica.

Nas frases básicas, o constituinte com a relação gramatical de sujeito é o argumento mais elevado na Hierarquia Temática (i.e, é o sujeito lógico da frase), é a expressão com a função de tópico (i.e, é o sujeito psicológico, ou seja, é o assunto acerca do qual se afirma, nega ou questiona o predicado) e é a expressão que desencadeia a concordância verbal (i.e, é o sujeito gramatical). Têm tipicamente a relação gramatical de sujeito final: (a) o argumento externo dos verbos transitivos e intransitivos (cf. 10.2.1.); (b) o argumento interno directo dos predicadores verbais inacusativos (cf. 10.2.1.); (c) o argumento externo do predicador secundário em frases copulativas.

A proeminência sintáctico-semântica do sujeito traduz-se:

- (a) relativamente à ordem de palavras, pelo facto de, nas frases básicas, o sujeito ocorrer na primeira posição argumental na frase;
- (b) relativamente ao controlo de processos gramaticais, pelo facto de o sujeito ser:
 - o controlador categórico da concordância verbal;
 - o controlador preferencial da anáfora frásica (intra- e inter-oracional) e dos pronomes anafóricos.

Dado que o português é uma língua que fixa o valor positivo para o Parâmetro do Sujeito Nulo, admite sujeitos sem realização lexical em frases finitas. Assim:

- (a) sujeitos **argumentais** podem ser foneticamente nulos, como em *Soube que passaste no exame. Parabéns!* ⁽⁴⁾;
- (b) sujeitos **expletivos** (também denominados gramaticais, aparentes ou vazios) que, noutras línguas, têm realização lexical, marcando a posição de sujeito em construções com verbos impessoais (compare-se *Chove torrencialmente* com *It rains cats and dogs*), com verbos de elevação (compare-se *Parece que o João já chegou* com *It seems John has already arrived*), com sujeitos frásicos extrapostos (compare-se *Surpreende-me que o João tenha chegado atrasado* com *It surprises me that John came late*) e em construções existenciais (compare-se *Há três*

⁽⁴⁾ Esta propriedade foi proposta pela primeira vez para o português, no quadro da teoria padrão da GGT, por Meireles (1972). Correspondendo a um dos processos de supressão do SU, ela foi designada por “queda do pronome SU não enfático” e distinguida da “supressão do SU por identidade”, regra que se considerava operar na derivação de frases como *Eu que- ro sair*.

janelas na sala com *There are three windows in the room*) são sempre foneticamente nulos ⁽⁵⁾;

- (c) não existe um pronome tónico para exprimir o sujeito com **interpretação arbitrária**, denominado indeterminado na tradição gramatical luso-brasileira; este pode ser expresso:
 - pelo clítico nominativo *-se* acompanhado da 3.ª pessoa do singular de um verbo (compare-se *Diz-se que o leite vai faltar* com *On dit qu'il manquera du lait*);
 - pela 3.ª pessoa do plural de um verbo com sujeito nulo (compare-se *Dizem que o leite vai faltar* com *They say there will be a lack of milk*);
 - pela 2.ª pessoa do singular de um verbo em frases com interpretação genérica (compare-se *Ajudas sempre os amigos e apesar disso eles criticam-te* com *One helps one's friends and they still criticize you*).

Podem utilizar-se os seguintes testes para identificação do sujeito:

(i) O constituinte com a relação gramatical de sujeito pode ser substituído pela forma nominativa do pronome pessoal, se for de natureza nominal, ou por uma forma tónica neutra do pronome demonstrativo em posição pré-verbal, se for de natureza frásica:

- (11) (a) [O miúdo que está a jogar à bola]_{SU} comeu um gelado.
- (b) [*Ele*]_{SU} comeu um gelado.
- (c) **[Ele]* que está a jogar à bola comeu um gelado.
- (d) Surpreendeu o João [*que a Maria não tivesse vindo à festa*]_{SU}
- (e) [*Isso*]_{SU} surpreendeu o João.
- (f) *Surpreendeu o João [*isso*].

(ii) Pode construir-se uma estrutura clivada em que o sujeito ocorra em posição de contraste e os restantes constituintes mantenham a posição que ocupavam (*Ser SU que X*):

⁽⁵⁾ Exceptuam-se frases feitas como a exclamativa *Ele há cada uma!* e enumerações como *Tudo está mais caro: ele é o leite, ele é a fruta, ele é o peixe*. Em variedades dialectais mais conservadoras podem ocorrer sujeitos expletivos com verbos impessoais como em *Ele choveu toda a noite*. Sobre este assunto, ver 12.4.

- (11) (g) Foi [*o miúdo que está a jogar à bola*] que comeu um gelado.
 (h) *Foi [*o miúdo*] que que estava a jogar à bola comeu um gelado

(iii) Pode construir-se uma estrutura pseudo-clivada segundo o esquema *quem / o que SV ser SU*, consoante o sujeito seja [+ hum] ou [- hum]:

- (11) (i) Quem comeu um gelado foi [*o miúdo que está a jogar à bola*].
 (j) *Quem que está a jogar à bola comeu um gelado foi [*o miúdo*].

(iv) Pode formular-se uma interrogativa sobre o constituinte com a relação gramatical de sujeito segundo o esquema *quem/o que SV?*, consoante este argumento seja [+ hum] ou [- hum], constituindo o sujeito a resposta mínima não redundante:

- (11) (k) P: Quem comeu um gelado?
 R: [*O miúdo que está a jogar à bola*]_{SU}
 (l) P: * { Quem que está a jogar à bola comeu um gelado? }
 R: { [O miúdo]. }

(v) Numa frase activa com passiva correspondente, o sujeito final tem, na passiva respectiva, uma relação gramatical oblíqua, ocorrendo precedido da preposição *por*:

- (11) (m) Um gelado foi comido pel[*o miúdo que está a jogar à bola*].
 (n) *Um gelado que está a jogar à bola foi comido pel[*o miúdo*].

10.1.3. Objecto directo

A relação gramatical de **objecto directo** (abreviadamente, OD) é outra das relações gramaticais centrais. Têm esta relação gramatical os argumentos directos de predicadores verbais de dois ou três lugares cujo papel semântico é, tipicamente, Tema, como se pode observar nos exemplos (12a, b).

- (12) (a) Os miúdos comeram *um gelado*.
 (b) Os amigos ofereceram *uma viagem ao Japão* aos recém-casados.

Nas frases (12a, b), as expressões em itálico têm o seu papel temático atribuído pelos verbos *comer* e *oferecer*, ou seja, tais expressões constituem o objecto lógico dos verbos; as mesmas expressões comportam-se também gramaticalmente como objectos directos na frase, i.e., são objectos directos gramaticais.

Mas há construções em que a expressão com a relação gramatical de objecto directo não é o objecto lógico do verbo. Assim, nas frases (12c, d), a expressão em itálico tem o seu papel temático atribuído pelo verbo *beijar*, ou seja, é o sujeito lógico de *beijar*. Contudo, tal expressão comporta-se gramaticalmente como objecto directo do verbo *ver*:

- (12) (c) O João viu [*[a Maria] beijar o Pedro*].
 (d) O João viu-*a* beijar o Pedro.

Na exposição que se segue, usaremos o termo “objecto directo” para os casos em que a expressão é simultaneamente objecto lógico e objecto directo gramatical.

São as seguintes as propriedades típicas do objecto directo

- (a) O objecto directo pode ser nulo:
 — com certos verbos transitivos que têm como propriedade idiossincrática a possibilidade de satisfazerem no Léxico o *Critério Temático* quando o seu argumento interno directo tem uma interpretação arbitrária, i.e., não definida (cf. verbos como *beber*, *comer*, *escrever*, *ler*)⁽⁶⁾:
- (13) (a) O João leu toda a noite.
 (b) A Ana está a comer.
- em construções de *SV Nulo* (ver capítulo 21) com verbos transitivos:
- (14) (a) O João comeu *uma tarte* e a Maria também comeu [-]. ([-]= *uma tarte*)
 (b) P: O João comeu *uma tarte*?
 R: Comeu [-]. ([-]= *uma tarte*)
- em construções de *Objecto Nulo* (ver 12.6 e capítulo 21):
- (15) P: Tens visto *o Pedro*?
 R: Vi [-] ontem na conferência mas não falei com ele. ([-]= *o Pedro*)

⁽⁶⁾ Sobre este assunto, ver Rizzi (1986).

- (b) Certos verbos transitivos que exprimem tipos gerais de eventos ou processos constroem-se com um argumento interno directo com a relação gramatical de objecto directo final, existindo disponíveis no léxico da língua verbos que descrevem subtipos desse tipo geral de eventos ou processos em que tal argumento interno está incorporado no próprio verbo (ver 10.2.7.). São exemplos desta relação *dar uma ajuda a x / ajudar x, dar um murro a x / esmurrar x, dar um grito / gritar, fazer um cozinhado / cozinhar, fazer um discurso / discursar, fazer uma finta a x / fintar x; pôr a data em x / datar x; pôr uma marca em x / marcar x; pôr um selo em x / selar x.*
- (c) Quando de natureza nominal, o argumento com a relação gramatical de objecto directo é o argumento que admite mais facilmente um especificador nulo, i.e. que ocorre mais facilmente como um Nome simples:
- (16) (a) Vi [miúdos]_{OD} no jardim.
 (b) *[Miúdos]_{SU} estão a brincar no jardim.
 (c) */?Demos os rebuçados a [miúdos]_{OI}
- (d) O objecto directo ocorre tipicamente sem preposição. Notem-se, no entanto, os seguintes casos de objecto directo precedido de preposição:
 — quando o objecto directo é o pronome relativo *quem*, ocorre obrigatoriamente precedido de *a*:
- (17) (a) Vi o velhote [a quem]_{OD} o Luís ajudou.
 (b) *Vi o velhote [quem]_{OD} o Luís ajudou
- quando o objecto directo é um pronome clítico com redobro, o pronome de redobro ocorre na forma tónica precedido de *a* (ver 20.5):
- (18) (a) Vi-[os]_{OD} a eles à saída do cinema.
 (b) *Vi-[os]_{OD} eles à saída do cinema.
- em construções que envolvem anteposição, como a *Topicalização* ou a *Deslocação à Esquerda Clítica* (ver 12.6.), o objecto directo [+ hum] pode ocorrer precedido da preposição *a*:
- (19) (a) [Ao João], vejo [-] sempre nos dias de eleições.
 (b) [Ao João], vejo-o sempre nos dias de eleições.

— em certas expressões feitas herdadas de sincronias antigas, o objecto directo ocorre precedido de *a*, como acontece com *amar a Deus, temer a Deus* (mas *amá-Lo, temê-Lo*);

— com certos verbos, como uma forma de tornar mais saliente o objecto directo, como acontece em *puxar a espada / puxar da espada, sacar a pistola / sacar da pistola; cumprir o dever / cumprir com o dever, fazer que a notícia seja publicada / fazer com que a notícia seja publicada* (?).

(e) Nas frases básicas, o objecto directo ocorre ⁽⁸⁾:

— como 1.º argumento à direita do verbo, se se tratar de um SN que não seja pesado:

- (20) (a) O miúdo deu [o caramelo]_{OD} ao amigo imediatamente.
 (b) O miúdo deu imediatamente [o caramelo]_{OD} ao amigo.
 (c) O professor guardou [os testes]_{OD} na pasta novamente.
 (b) O professor guardou novamente [os testes]_{OD} na pasta.

— à direita do argumento com a relação gramatical de objecto indirecto, se este for um pronome clítico:

- (21) O João deu-[lhe]_{OI} [um livro]_{OD}

— à direita dos restantes argumentos internos e adjuntos, se o objecto directo for um SN pesado ou uma frase:

- (22) (a) A Ana comprou [ao Gonçalo]_{OI} [o quadro do vencedor da 2.ª Bienal de Artes Plásticas de Cerveira]_{OD}
 (b) A Ana contou [ao Gonçalo]_{OI} [o filme que foi ver ontem]_{OD}
 (c) O jornalista disse [aos amigos]_{OI} [que lhe tinham censurado a reportagem]_{OD}
 (d) A Ana levou [para casa]_{arg-OBL} [uma enciclopédia em 15 volumes]_{OD}
 (e) O professor guardou [na pasta]_{arg-OBL} [os trabalhos que os alunos lhe entregaram]_{OD}

(?) Cf. Bechara (1999: 419). Antenor Nascentes denominava a preposição que ocorre nestes casos 'pós-verbio'.

(8) Sobre a posição dos pronomes clíticos com a relação gramatical de objecto directo, ver 20.6.

- (f) Esse deputado declarou [*na véspera das eleições*]_{adjunto-OBL} [*que ia pedir a rescisão do mandato*]_{OD}

Podem utilizar-se os seguintes estes para identificação do objecto directo (gramatical):

(i) Pode substituir-se o constituinte com a relação gramatical de objecto directo pela forma acusativa do pronome pessoal, se for de natureza nominal, por uma forma tónica neutra do pronome demonstrativo em posição pós-verbal ou pelo clítico demonstrativo invariável *-o*, se for de natureza frásica:

- (23) (a) Eles compraram [*esse livro*]_{OD} em Londres.
 (b) Eles compraram-*[no]*_{OD} em Londres.
 (c) O João sabe [*que tem de entregar o trabalho amanhã*]_{OD}
 (d) O João sabe [*isso*]_{OD}
 (e) O João sabe-*[o]*_{OD}

(ii) Pode formular-se uma interrogativa sobre o constituinte objecto directo segundo o esquema *quem / o que é que SU V?*, consoante se trate de um objecto directo [+ hum] ou [- hum], constituindo o objecto directo a resposta mínima não redundante:

- (23) (f) P: *O que é que eles compraram em Londres?*
 R: [*Esse livro*]_{OD}

(iii) O constituinte objecto directo de uma frase activa tem, na passiva correspondente, a relação gramatical de sujeito:

- (23) (g) [*Esse livro*]_{SU} foi comprado por eles em Londres.

Pode utilizar-se o seguinte teste para identificação do objecto lógico:

O objecto lógico do verbo pode ocorrer na construção de participio absoluto, mantendo a mesma relação semântica com esse verbo:

- (23) (h) Comprado [*esse livro*]_{OD} em Londres, eles leram-no numa semana.
 (24) (a) Chegado [*o João*]_{OD}, começámos imediatamente a trabalhar.
 (b) *Telefonado [*o João*]_{OD}, começámos imediatamente a trabalhar.

10.1.4. Objecto indirecto

Em português, a relação gramatical de **objecto indirecto** (abreviadamente, OI) é uma relação gramatical central. O constituinte com esta relação gramatical é tipicamente o argumento interno de verbos de dois ou três lugares com o papel semântico de Alvo ou Fonte:

- (25) (a) O João ofereceu um CD [*ao Pedro*]_{OI}
 (b) O João comprou esse livro raro [*a um alfarrabista do Porto*]_{OI}

São propriedades típicas do objecto indirecto:

- (a) O constituinte com a relação gramatical de objecto indirecto é, tipicamente, um argumento [+ anim]. Ocorrem objectos indirectos [- anim] nos seguintes casos:
 — com certos predicadores de dois lugares, como acontece com *obedecer, sobreviver* (*obedecer ao regulamento, sobreviver ao massacre*);
 — com *dar* ou *fazer*, seguido de um objecto directo cujo núcleo seja um nome deverbal:

- (26) (a) A Maria deu [*uma pintura*]_{OD} [*às estantes*]_{OI}
 (b) Eles fizeram [*uma enorme limpeza*]_{OD} [*à casa*]_{OI}

Repare-se que estas construções admitem igualmente que o constituinte em itálico ocorra como oblíquo:

- (27) (a) A Maria deu [*uma pintura*]_{OD} [*nas estantes*]_{OBL}
 (b) Eles fizeram [*uma enorme limpeza*]_{OD} [*na casa*]_{OBL}

- (b) Quando o objecto indirecto é um pronome pessoal, apresenta a forma dativa da flexão casual:

- (28) (a) O miúdo deu [*o brinquedo*]_{OD} [*ao amigo*]_{OI}
 (b) O miúdo deu-*[lhe]*_{OI} [*o brinquedo*]_{OD}

- (c) Nas frases básicas, o constituinte com a relação gramatical de objecto indirecto ocorre:
 — imediatamente à direita do objecto directo (ver (22a));

- adjacente ao verbo, se for um pronome clítico (ver (21));
- imediatamente à direita do verbo, se o objecto directo for um SN pesado (ver (22a,b)) ou uma frase (ver (22c)).

Podem utilizar-se os seguintes testes para identificação do objecto indirecto:

(i) Pode substituir-se o constituinte com a relação gramatical de objecto indirecto pela forma dativa do pronome pessoal:

- (29) (a) O miúdo deu o brinquedo [*ao amigo*]_{OI}
 (b) O miúdo deu-*[lhe]*_{OI} o brinquedo.

(ii) Pode formular-se uma interrogativa sobre o constituinte objecto indirecto segundo o esquema *a quem / a que é que SU V (OD)?*, consoante se trate de um argumento [+ hum] ou [- hum], constituindo o objecto indirecto a resposta mínima não redundante:

- (29) (c) P: *A quem é que o miúdo deu o brinquedo?*
 R: [*Ao amigo*]_{OI}

10.1.5. Predicativo do sujeito e predicativo do objecto directo

Como foi referido acima, os predicadores secundários seleccionados pelo verbo têm a relação gramatical de **predicativo do sujeito** (abreviadamente, PredSU), quando tal verbo pertence à subclasse dos verbos copulativos (cf. (30)), e de **predicativo do objecto directo** (abreviadamente, PredOD), quando o verbo pertence à subclasse dos verbos transitivos-predicativos (cf. (31)) ou quando se trata de construções resultativas como as exemplificadas em (32):

- (30) (a) O miúdo é [*louro*]_{Pred SU}
 (b) Ele está [*um homem*]_{Pred SU}
 (31) (a) Todos acharam o espectáculo [*fabuloso*]_{Pred OD}
 (b) Os críticos consideraram o filme [*um desastre*]_{Pred OD}
 (32) (a) Esse professor torna qualquer matéria [*interessante*]_{Pred OD}
 (b) O cozinheiro desfez o bacalhau [*em lascas*]_{Pred OD}

São propriedades típicas do predicativo do sujeito:

- (a) Se o constituinte com a relação gramatical de predicativo do sujeito for um predicador de natureza adjectival, concorda em género e número com o sujeito:
- (33) (a) *Ela* anda [*cansada*]_{Pred SU}
 (b) *Os miúdos* foram [*amorosos*]_{Pred SU}
 (c) *As janelas* ficaram [*abertas*]_{Pred SU} toda a noite.
- (b) Se o constituinte com a relação gramatical de predicativo do sujeito for um N simples, concorda em género e número com o sujeito:
- (34) (a) *A Maria* é [*escultora*]_{Pred SU}
 (b) *O Luís e o António* são [*actores*]_{Pred SU}
 (c) *As minhas primas* foram [*alunas do Conservatório*]_{Pred SU}
- (c) Se o predicativo do sujeito for um SN indefinido, concorda, em geral, em género e número com o sujeito:
- (35) (a) *Eles* são [*uns investigadores muito conhecidos*]_{Pred SU}
 (b) *A Maria* é [*uma óptima escultora*]_{Pred SU}
 (c) *A Maria e a Francisca* são [*umas meninas adoráveis*]_{Pred SU}
- (d) Se o constituinte com a relação gramatical de predicativo do sujeito for uma expressão nominal qualitativa (um epíteto como *um espanto*, *um horror*, *um perigo*, *uma vergonha*, ...), não concorda com o sujeito:
- (36) (a) *Os teus amigos* são [*um amor*]_{Pred SU}
 (b) *A maquilhagem da Luísa* era [*um pavor*]_{Pred SU}
 (c) *As intervenções dele* são [*um perigo*]_{Pred SU}
- (e) Em frases com um verbo copulativo usado impessoalmente, a concordância verbal faz-se com o predicativo do sujeito:
- (37) (a) *São* [*duas horas*]_{Pred SU}
 (b) *Foram* [*meses e meses de seca*]_{Pred SU}

Podem utilizar-se os seguintes testes para identificação do predicativo do sujeito:

(i) Pode substituir-se o constituinte com a relação gramatical de predicativo de sujeito pelo clítico demonstrativo invariável -o:

- (38) (a) P: A Maria é [*inteligente*]_{Pred SU}?
 R: Sim, é-[o]_{Pred SU} (o = *inteligente*)
 (b) P: { *A Maria é [*inteligente*]_{Pred SU}? }
 R: { Sim, é-[a]_{Pred SU} }
 (c) Ela é [*simpática*]_{Pred SU} e os irmãos também [o]_{Pred SU} são. (o = *simpáticos*)
 (d) *Ela é [*simpática*]_{Pred SU} e os irmãos também [os]_{Pred SU} são.

(ii) Pode antepor-se o predicativo do sujeito, deixando uma lacuna ou uma cópia (o clítico demonstrativo -o) na posição original:

- (38) (e) *Inteligente*, a Maria é [-].
 (f) *Inteligente*, a Maria é-[o].

São propriedades típicas do predicativo do objecto directo:

(a) Em construções com verbos transitivos-predicativos, o SN acerca do qual é predicado o predicativo do objecto directo não pode ser um indefinido específico:

- (39) (a) O João acha [*a Maria*]_{OD} [*uma óptima astrofísica*]_{Pred OD}
 (b) O júri considera [*qualquer investigador sénior*]_{OD} [*elegível para essa função*]_{Pred OD}
 (c) *O João acha [*uma colega*] [*uma óptima astrofísica*]_{Pred OD}

(b) Quando o predicativo do objecto directo é de natureza adjectival, concorda em género e número com o objecto directo:

- (40) (a) O João acha [*a Maria*]_{OD} [*simpática*]_{Pred OD}
 (b) Os críticos consideram [*estes dois últimos filmes*]_{OD} [*espectaculares*]_{Pred OD}

(c) O predicativo do objecto directo pode ocorrer adjacente ao verbo que o selecciona, formando um predicado complexo:

- (41) (a) O João *considera simpática* [a Maria].
 (b) A teimosia do João *torna impossível* [qualquer discussão com ele].
 (c) As autoridades *puseram em estado de alerta* [as forças militarizadas].

Podem utilizar-se os seguintes testes para identificação do predicativo do objecto directo:

(i) A oração pequena encabeçada pelo predicativo do objecto directo pode ser recuperada sob a forma de uma categoria sem realização lexical e, em construções com verbos transitivos-predicativos, pode igualmente ser substituída pelo clítico demonstrativo invariável -o:

- (42) (a) P: O João considera [a Maria *simpática*]?
 R: Sim, considera [-]. ([-] = a Maria *simpática*)
 (b) P: A teimosia do João torna [qualquer discussão com ele *impossível*]?
 R: Sim, torna [-]. ([-] = qualquer discussão com ele *impossível*)
 (c) P: As autoridades puseram [as forças militarizadas *em estado de alerta*]?
 R: Sim, puseram [-]. ([-] = as forças militarizadas *em estado de alerta*)
 (d) P: O João considera [a Maria *simpática*]?
 R: Sim, considera-[o]. ([o] = a Maria *simpática*)

(ii) Em construções com verbos transitivos-predicativos, a oração pequena encabeçada pelo predicativo do objecto directo pode ser substituída por uma completiva finita (ver capítulo 15):

- (42) (e) O João considera [que a Maria é *simpática*].

(iii) O predicativo do objecto directo pode ocorrer em posição de contraste numa construção clivada, contrariamente a adjectivos em posição atributiva internos ao constituinte com a relação gramatical de objecto directo (veja-se o contraste entre (42f, g) e (43a, b):

- (42) (f) É [*simpática*] que o João considera a Maria.
 (g) É [*impossível*] que o João torna qualquer discussão com ele.
 (h) Foi [*em estado de alerta*] que as autoridades puseram as forças militarizadas.

- (43) (a) *Foi [*simpática*] que ele conheceu uma rapariga.
 (b) *Foi *impossível* que ele ouviu uma discussão.

10.1.6. Relações gramaticais oblíquas

Chama-se **oblíquas** (abreviadamente, OBL) às relações gramaticais que não são centrais. Têm relações gramaticais oblíquas tanto argumentos obrigatórios (cf. (44)) e opcionais (cf. (45)) do predicador verbal (i.e., complementos do verbo)^(*) como adjuntos (cf. (46)); como os exemplos abaixo mostram, os constituintes com relações gramaticais oblíquas são tipicamente de natureza preposicional, adverbial ou frásica:

- (44) (a) O João pôs o livro [*na estante*]_{OBL}
 (b) O cobrador foi [*ali*]_{OBL}
 (c) Os pais autorizaram a Rita [*a acampar*]_{OBL}
 (45) (a) O Pedro viajou [*do México*]_{OBL} [*para Lisboa*]_{OBL}
 (b) O João trouxe [*do Senegal*]_{OBL} essa estatueta.
 (46) (a) O meu amigo pintou esse quadro [*para a Maria*]_{OBL}
 (b) Encontramo-nos todos [*logo à noite*]_{OBL}
 (c) Há falta de leite [*por causa da seca*]_{OBL}
 (d) Tenho de sair já [*para não perder o avião*]_{OBL}
 (e) Fico deprimida [*quando chove semanas a fio*]_{OBL}

Podem utilizar-se os seguintes testes para distinguir oblíquos complementos de oblíquos adjuntos:

- (i) Os constituintes com relações gramaticais oblíquas que são complemento do verbo não podem ocorrer num interrogativa segundo o esquema *O que é que SU fez OBL? / O que é que aconteceu a SU OBL?*, sendo a resposta mínima não redundante o SV constituído pelo verbo e pelos respectivos complementos (ver capítulo 11); veja-se o resultado da aplicação deste teste às frases (44a) e (45a) em (47):

(*) Aos argumentos com relações gramaticais oblíquas Bechara (1999) chama complementos relativos.

- (47) (a) P: O que é que o João fez?
 R: Pôs o livro [*na estante*]_{OBL}
 (b) P: { *O que é que o João fez [*na estante*]_{OBL}? }
 R: { Pôs o livro. }
 (c) P: O que é que o Pedro fez?
 R: Viajou [*do México*]_{OBL} [*para Lisboa*]_{OBL}
 (d) P: { *O que é que o João fez [*do México*]_{OBL} [*para Lisboa*]_{OBL}? }
 R: { Viajou. }

(ii) Os constituintes com relações gramaticais oblíquas que sejam adjuntos podem ocorrer num interrogativa segundo o esquema *O que é que SU fez OBL? / O que é que aconteceu a SU OBL?*, sendo a resposta mínima não redundante o SV constituído pelo verbo e pelos respectivos complementos (ver capítulo 11) veja-se o resultado da aplicação deste teste às frases (46a,b) em (48):

- (48) (a) P: O que é que o meu amigo fez [*para a Maria*]_{OBL}?
 R: Pintou esse quadro.
 (b) P: O que é que fazemos [*logo à noite*]_{OBL}?
 R: Encontramo-nos todos.

10.2. Subclasses de verbos e esquemas relacionais

Os esquemas relacionais representam os padrões possíveis de organização sintáctica das frases básicas de uma língua, fornecendo informação sobre:

- (i) o número de argumentos do predicador (zero a três argumentos);
 (ii) a relação gramatical final de cada um deles (sujeito, objecto directo, objecto indirecto, oblíquo);
 (iii) a existência de um predicador secundário (predicativo do sujeito, predicativo do objecto directo);
 (iii) a ordem linear segundo a qual argumentos e predicadores secundários ocorrem na frase.

O esquema relacional de cada frase depende das propriedades do verbo presente na mesma. Ora na classe dos verbos podem distinguir-se três grandes subclasses, com base nas propriedades de selecção categorial e semântica de cada

item lexical verbal: a subclasse dos verbos **principais**, a subclasse dos verbos **copulativos** e a subclasse dos verbos **auxiliares**.

10.2.1. Verbos principais

Os verbos **principais**, também denominados verbos plenos, constituem o núcleo semântico de uma oração. São núcleos lexicais plenos, caracterizados por determinadas propriedades de selecção semântica (número de argumentos e respectivo papel temático) e sintáctica (categoria de cada argumento e relação gramatical que assume na oração). Com base no número de argumentos que seleccionam e na relação gramatical que tais argumentos desempenham na oração, é possível distinguir as seguintes subclasses de verbos principais:

Verbos ditransitivos

Denominados transitivos directos e indirectos em Cunha e Cintra (1984), são verbos de três lugares como os exemplificados em (1)⁽¹⁰⁾, que seleccionam um argumento externo, um argumento interno directo com a relação gramatical de objecto directo e um argumento interno preposicionado com a relação gramatical de objecto indirecto:

- (1) (a) [O João]_{SU} *deu* [um livro]_{OD} [ao Pedro]_{OI}
 (b) [Os miúdos]_{SU} *pediram* [uma bicicleta]_{OD} [aos pais]_{OI}
 (c) [Os meus primos]_{SU} *compraram* [o apartamento]_{OD} [a uma imobiliária muito conhecida]_{OI}
 (d) [Todos os convidados]_{SU} *trouxeram* [flores]_{OD} [à anfitriã]_{OI}

Os verbos ditransitivos determinam o esquema relacional apresentado em (2):

- (2) SU V OD OI

⁽¹⁰⁾ Veja-se a seguinte lista exemplificativa de verbos ditransitivos, retirada da lista de verbos do Português Fundamental: *anunciar, apresentar, comprar, dar, dizer, mostrar, oferecer, pagar, vender*.

Verbos transitivos de três lugares

Também denominados transitivos directos e indirectos em Cunha e Cintra (1984), trata-se de verbos como os exemplificados em (3)⁽¹¹⁾, que seleccionam um argumento externo, um argumento interno directo com a relação gramatical de objecto directo e um argumento preposicional ou adverbial com uma relação gramatical oblíqua:

- (3) (a) [Ele]_{SU} *partilhou* [o almoço]_{OD} [com o amigo]_{OBL}
 (b) [O helicóptero]_{SU} *transportou* [os feridos]_{OD} [para o hospital]_{OBL}
 (c) [O caixa]_{SU} *depositou* [o dinheiro]_{OD} [no cofre]_{OBL}
 (d) [O cirurgião]_{SU} *retirou* [uma agulha]_{OD} [do estômago do doente]_{OBL}

Esta subclasse de verbos principais determina o esquema relacional apresentado em (4):

- (4) SU V OD OBL

Verbos transitivos-predicativos

Trata-se de verbos como os exemplificados em (5)⁽¹²⁾, que seleccionam um argumento externo e um argumento interno que é categorialmente uma oração pequena; o sujeito da oração pequena tem a relação gramatical de objecto directo e o núcleo da oração pequena a relação gramatical de predicativo do objecto directo. Se tivermos em conta exclusivamente propriedades sintácticas de superfície, na linha da tradição gramatical luso-brasileira, é possível considerar que o sujeito da oração pequena se comporta como objecto directo de toda a oração:

⁽¹¹⁾ Veja-se a seguinte lista exemplificativa de verbos principais desta subclasse, retirada da lista de verbos do Português Fundamental:

- SU V OD [com X]_{OBL}: *confundir, partilhar, repartir*,
 SU V OD [de X]_{OBL}: *afastar, aproximar, esconder*,
 SU V OD [em X]_{OBL}: *converter, enfiar, transformar*,
 SU V OD [por X]_{OBL}: *distribuir, substituir, trocar*.

⁽¹²⁾ Entre os verbos que entram na construção transitiva-predicativa, encontram-se verbos transitivos que podem seleccionar como argumento interno frases (e.g., *achar, considerar*) e verbos que não o podem fazer (e.g., *classificar, nomear*, e o resultativo *tornar*).

- (5) (a) [O Pedro]_{SU} *achou* [esse livro]_{OD} [desinteressante]_{PRED OD}
 (b) [A falta de preparação]_{SU} *tornou* [a reunião]_{OD} [improdutiva]_{PRED OD}
 (c) [O ministro]_{SU} *nomeou* [um dos assessores]_{OD} [secretário de estado]_{PRED OD}
 (d) [O IPPAR]_{SU} *classificou* [esse mosteiro]_{OD} [monumento nacional]_{PRED OD}

Os verbos transitivos-predicativos determinam o esquema relacional apresentado em (6):

- (6) SU V OD PRED_{OD}

Verbos transitivos

Denominados transitivos directos em Cunha e Cintra (1984), são verbos como os exemplificados em (7) ⁽¹³⁾, que seleccionam um argumento externo e um argumento interno com a relação gramatical de objecto directo:

- (7) (a) [O Pedro]_{SU} *adorou* [o teu presente]_{OD}
 (b) [O raptor]_{SU} *assassinou* [o polícia que lhe ia entregar o resgate]_{OD}
 (c) [A Maria]_{SU} *redigiu* [o relatório final do projecto]_{OD}
 (d) [Eles]_{SU} *presenciaram* [uma cena de perseguição]_{OD}

Os verbos transitivos determinam o esquema relacional apresentado em (8):

- (8) SU V OD

Verbos de dois lugares com um argumento interno objecto indirecto

Denominados transitivos indirectos em Cunha e Cintra 1984, trata-se de verbos como os exemplificados em (9) ⁽¹⁴⁾, que seleccionam um argumento

⁽¹³⁾ Veja-se a seguinte lista exemplificativa de verbos principais desta subclasse, retirada da lista de verbos do Português Fundamental: *abrir, adorar, agarrar, aprender, atacar, beber, cantar, chatear, comer, compreender, conseguir, construir, crer, descobrir, detestar, empregar, enganar, entender, escrever, esquecer, estudar, fazer, frequentar, ganhar, imaginar, lavar, ler, matar, organizar, ouvir, pensar, queimar, querer, recordar, sentir, supor, ter, ultrapassar, ver.*

⁽¹⁴⁾ Veja-se a seguinte lista exemplificativa de verbos principais desta subclasse: *acudir, agradar, concordar, convir, obedecer, pertencer, repugnar.*

externo e um argumento interno com a relação gramatical de objecto indirecto:

- (9) (a) [A exposição]_{SU} *agradou* [aos críticos]_{OI}
 (b) [A data proposta para a reunião]_{SU} *convém* [a todos os participantes]_{OI}
 (c) [D. Dinis]_{SU} *sucedeu* [a D. Afonso III]_{OI}
 (d) [Os paramédicos]_{SU} *assistiram* [aos sinistrados]_{OI}

Esta subclasse de verbos principais determina o esquema relacional apresentado em (10):

- (10) SU V OI

Verbos de dois lugares com um argumento interno oblíquo

Também denominados transitivos indirectos em Cunha e Cintra (1984), trata-se de verbos como os exemplificados em (11) ⁽¹⁵⁾, que seleccionam um argumento externo e um argumento interno preposicional ou adverbial com uma relação gramatical oblíqua:

- (11) (a) [O presidente]_{SU} *assistiu* [à final da Taça de Portugal]_{OBL}
 (b) [O helicóptero]_{SU} *chocou* [com a torre de controlo]_{OBL}
 (c) [O Pedro]_{SU} *discorda* sistematicamente [da Maria]_{OBL}
 (d) [Os meus amigos mexicanos]_{SU} *residem* [em Évora]_{OBL}

Esta subclasse de verbos determina o esquema relacional apresentado em (12):

- (12) SU V OBL

⁽¹⁵⁾ Veja-se a seguinte lista exemplificativa de verbos principais desta subclasse:

SU V [a X]_{OBL}: *assistir, ir, presidir, recorrer*;
 SU V [com X]_{OBL}: *colidir, concordar, contar, correr*;
 SU V [de X]_{OBL}: *depender, discordar, gostar, vir*;
 SU V [em X]_{OBL}: *confiar, morar, participar, residir.*

Verbos inergativos

Os verbos **inergativos**, ou verdadeiros intransitivos (denominados intransitivos na tradição gramatical luso-brasileira) são verbos de um lugar como os exemplificados em (13) ⁽¹⁶⁾, que seleccionam um argumento externo com a relação gramatical de sujeito:

- (13) (a) [O bebé]_{SU} *espirrou*.
(b) [O meu sobrinho mais novo]_{SU} já *anda*.
(c) [As crianças]_{SU} *dormem*.
(d) [Ela]_{SU} *sorriu*.

Esta subclasse de verbos determina o esquema relacional apresentado em (14):

- (14) SU V

Verbos inacusativos

Os verbos **inacusativos** ou ergativos, considerados intransitivos na tradição gramatical luso-brasileira, são verbos de um lugar como os exemplificados em (15) ⁽¹⁷⁾, que seleccionam um argumento interno que ocorre com a relação gramatical de sujeito:

- (15) (a) [A vítima do acidente]_{SU} *desmaiou*.
(b) [As rosas]_{SU} já *floriram*.
(c) [O chefe local do cartel da droga]_{SU} *morreu*.
(d) [O bebé]_{SU} *adormeceu*.

Esta subclasse de verbos determina, como a dos inergativos, o esquema relacional (14). A distinção, na subclasse dos verbos tradicionalmente denominados intransitivos, entre verbos inergativos e inacusativos tem por base o facto de o argumento dos verbos inergativos ter propriedades típicas de sujeito, en-

⁽¹⁶⁾ Veja-se a seguinte lista exemplificativa de verbos inergativos: *andar, assobiar, chorar, correr, dançar, dormir, espirrar, rir, sorrir, suspirar, tossir, trabalhar, voar*.

⁽¹⁷⁾ Veja-se a seguinte lista exemplificativa de verbos inacusativos: *acontecer, adormecer, aparecer, cair, crescer, desmaiar, desaparecer, florir, morrer, murchar, nascer, ocorrer*.

quanto o argumento dos inacusativos exibir tanto propriedades de objecto directo como de sujeito ⁽¹⁸⁾. Assim:

(i) Construção de Particípio Absoluto: enquanto o sujeito dos verbos inergativos, à semelhança do argumento externo dos verbos transitivos, não admite esta construção (cf. (16a, b)), o sujeito final dos verbos inacusativos, tal como o argumento interno directo dos verbos transitivos, admite-a (cf. (17a, b)):

- (16) (a) **Trabalhado* [o João] vs. [o João]_{SU} *trabalha*.
(b) **Revisto* [o João] vs. [o João]_{SU} *reviu* [as provas]_{OD}
(17) (a) *Chegado* [o João] vs. [o João]_{SU} *chegou*.
(b) *Revistas* [as provas] vs. [o João]_{SU} *reviu* [as provas]_{OD}

(ii) Posição predicativa e atributiva: enquanto as formas participiais de verbos inergativos não podem ocorrer nem em posição predicativa (cf. (18a)) nem em posição atributiva (cf. (18b)), as formas participiais de verbos inacusativos, à semelhança das formas participiais de verbos transitivos, podem-no (cf. (19) e (20)):

- (18) (a) *O rapaz [está *rido*]_{PRED}
(b) *[O rapaz *rido*] é nosso amigo.
(19) (a) O rapaz [está *desmaiado*]_{PRED}
(b) [O rapaz *desmaiado*] é nosso amigo.
(20) (a) A janela [está *fechada*]_{PRED}
(b) [A janela *fechada*] está empenada.

(iii) Nominalização em *-or*: enquanto os verbos inergativos, à semelhança dos verbos transitivos, podem ser a entrada de nominalizações em *-or* (cf. (21a, b)), os verbos inacusativos não o podem ser (cf. (22)):

- (21) (a) *correr* ⇒ *corredor*
trabalhar ⇒ *trabalhador*
(b) *construir* ⇒ *construtor*
informar ⇒ *informador*
(22) *cair* ⇒ **caidor*
desmaiar ⇒ **desmaiador*
nascer ⇒ **nascedor*

⁽¹⁸⁾ Sobre esta distinção, proposta originalmente em Perlmutter (1978), veja-se Burzio (1986) Levin e Rappaport Hovav (1995) e, para o português, Raposo (1981: 290-314) e Eliseu (1984).

O contraste entre (21a, b) e (22) deve-se ao facto de o processo derivacional em questão apenas ter como domínio de aplicação verbos que seleccionam um argumento externo.

Verbos de zero lugares

Denominados, na tradição gramatical luso-brasileira, impessoais, são verbos como os exemplificados em (23)⁽¹⁹⁾, que não seleccionam qualquer argumento:

- (23) (a) *Choveu* torrencialmente.
 (b) *Neva* há uma semana.

Esta subclasse de verbos determina o esquema relacional apresentado em (24):

- (24) V

10.2.2. Verbos copulativos

Os verbos **copulativos** (também denominados predicativos, de cópula ou de ligação, a que a tradição gramatical luso-brasileira chamava de significação indefinida)⁽²⁰⁾ são verbos que apenas seleccionam semanticamente um argumento interno — uma oração pequena, cujo núcleo pode ser adjectival (cf. (25a)), nominal (cf. (25b)), preposicional (cf. (25c)) ou adverbial (cf. (25d)):

- (25) (a) O bebé *está* [contente]_{SADJ}
 (b) A Maria *é* [astrofísica]_{SN}
 (c) Os meus amigos *estão* [com pena de se ir embora]_{SPREP}
 (d) O museu *fica* [perto da estação]_{SADV}

⁽¹⁹⁾ Pertencem a esta subclasse os verbos meteorológicos e perífrases meteorológicas do tipo *estar calor, estar frio, ser dia, ser noite*. O verbo existencial *haver* constitui um caso excepcional translinguisticamente, uma vez que é um dos poucos contra-exemplos à chamada Generalização de Burzio: selecciona um argumento interno objecto directo, marcado com Caso acusativo (e.g. *Não acredito em bruxas, mas lá que as há, há*), sem seleccionar um argumento externo. Ou seja, nem é um verbo de zero lugares nem um verbo inacusativo.

⁽²⁰⁾ Veja-se a seguinte lista exemplificativa de verbos copulativos: *andar, continuar, estar, ficar, parecer, permanecer, revelar-se, ser, tornar-se*.

Superficialmente, o sujeito da oração pequena ocorre com a relação gramatical de sujeito da frase copulativa e o núcleo da oração pequena tem a relação gramatical de predicativo de sujeito (ver 13.4):

- (26) (a) [O bebé]_{SU} *está* [contente]_{PRED SU}
 (b) [A Maria]_{SU} *é* [astrofísica]_{PRED SU}
 (c) [Os meus amigos]_{SU} *estão* [com pena de se ir embora]_{PRED SU}
 (d) [O museu]_{SU} *fica* [perto da estação]_{PRED SU}

Assim, os verbos copulativos determinam o esquema relacional apresentado em (27):

- (27) SU V_{COP} PRED_{SU}

10.2.3. Verbos auxiliares

As orações em que ocorrem verbos **auxiliares** apresentam sequências verbais formadas pelo menos por dois verbos: o verbo auxiliar e o verbo auxiliado. Uma vez que o português é uma língua núcleo-inicial, o verbo auxiliar precede o verbo auxiliado com que se combina:

- (28) (a) O miúdo *tem* feito os trabalhos de casa todos os dias.
 (b) A vítima *foi* encontrada num parque de estacionamento.
 (c) O actor *tinha* estado em Nova Iorque na semana anterior.

Devido ao facto de não possuírem significado lexical, os verbos auxiliares não têm propriedades de selecção semântica. Assim, o SN que ocorre com a relação gramatical de sujeito em frases com verbos auxiliares faz parte do complexo predicativo organizado em torno do verbo auxiliado. Como as frases (29) mostram, SNs com diferentes papéis temáticos podem ocorrer como sujeito de frases com verbos auxiliares; como o contraste entre (29) e (30) mostra, tais SNs são seleccionados semanticamente pelo verbo auxiliado:

- (29) (a) [O miúdo]_{AG} *tem* feito os trabalhos de casa todos os dias.
 (cf. [O miúdo]_{AG} *fez* os trabalhos de casa todos os dias)
 (b) [O miúdo]_{TEMA} *tinha* caído da árvore.
 (cf. [O miúdo]_{TEMA} *caiu* da árvore)
 (c) [O miúdo]_{EXP} *tem* gostado da escola.
 (cf. [O miúdo]_{EXP} *gosta* da escola)

- (30) (a) *[A pedra]_{AG} *tem feito* os trabalhos de casa todos os dias.
(cf. *[A pedra]_{AG} *fez* os trabalhos de casa todos os dias)
(b) *[O medo]_{TEMA} *tinha caído* da árvore.
(cf. *[O medo]_{TEMA} *caiu* da árvore)
(c) *[O clima]_{EXP} *tem gostado* da escola.
(cf. *[O clima]_{EXP} *gosta* da escola)

Os verbos auxiliares caracterizam-se, então, por não terem grelha temática e por subcategorizarem um complemento de natureza verbal: um SV (ver 11.). As seguintes propriedades mostram que o complemento de um verbo auxiliar é de natureza verbal e não frásica:

(i) O complemento de um verbo auxiliar não pode comutar com uma completiva finita — veja-se o contraste de gramaticalidade entre (28) e (31):

- (31) (a) *O miúdo *tem* [que faz / fez os trabalhos de casa todos os dias].
(b) *A vítima *foi* [que encontraram num parque de estacionamento].
(c) *O actor *tinha* [que esteve / estava em Nova Iorque na semana anterior].

(ii) Em frases com verbos auxiliares só pode ocorrer uma negação frásica, precedendo o verbo auxiliar — veja-se o contraste entre (32) e (33):

- (32) (a) O miúdo não *tem feito* os trabalhos de casa todos os dias.
(b) A vítima não *foi encontrada* num parque de estacionamento.
(c) O actor não *tinha estado* em Nova Iorque na semana anterior.
(33) (a) * O miúdo (não) *tem não feito* os trabalhos de casa todos os dias.
(b) * A vítima (não) *foi não encontrada* num parque de estacionamento.
(c) * O actor (não) *tinha não estado* em Nova Iorque na semana anterior.

(iii) Em frases com verbos auxiliares só pode ocorrer um advérbio de tempo de cada tipo (veja-se o contraste entre (34) e (35)):

- (34) (a) Hoje o miúdo *tem feito* os trabalhos de casa.
(b) Hoje a vítima *foi encontrada* num parque de estacionamento.
(c) Ontem o actor *não tinha estado* em Nova Iorque.
(35) (a) *Hoje o miúdo *tem feito* os trabalhos de casa ontem.
(b) *Hoje a vítima *foi encontrada* num parque de estacionamento ontem.
(c) *Ontem o actor *não tinha estado* em Nova Iorque anteontem.

(iv) Em frases com verbos auxiliares, os pronomes clíticos ocorrem adjacentes ao verbo auxiliar — veja-se o contraste entre (36) e (37):

- (36) (a) O miúdo tem-nos feito.
(b) O miúdo não *se tinha* esquecido da festa.
(c) A morada foi-lhes comunicada posteriormente.
(37) (a) *O miúdo tem feito-nos.
(b) *O miúdo não *se tinha* esquecido / esquecido-se da festa.
(c) *A morada foi comunicada-lhes posteriormente.

Respondem a todos os critérios de auxiliabilidade acima enunciados os verbos *ter* e *haver* seguidos de participípio passado (verbos auxiliares dos tempos compostos), os verbos *andar*, *estar*, *ficar*, *ir* e *vir* seguidos de gerúndio ⁽²¹⁾ (verbos auxiliares aspectuais) e o verbo *ser* seguido de participípio passado (verbo auxiliar da passiva) ⁽²²⁾.

10.2.4. Verbos principais de alternância

Os verbos de alternância caracterizam-se por exibirem duas variantes, relacionadas de um dos seguintes modos: a grelha temática do verbo mantém-se em cada uma das variantes, mas a relação gramatical de um ou mais desses argumentos é diferente em cada uma delas; uma das variantes selecciona menos um argumento do que a outra, sendo a relação gramatical desse único argumento diferente da que tal argumento tem na outra variante.

Verbos de alternância causativa ⁽²³⁾

Os verbos que aceitam este tipo de alternância exibem uma variante causativa transitiva e uma variante não causativa inacusativa, sem argumento externo

⁽²¹⁾ Sobre este assunto, veja-se Gonçalves (1996, 1999).

⁽²²⁾ Embora, contrariamente aos auxiliares puros, aceite a substituição do seu complemento pela forma demonstrativa invariável *-o*. Sobre este assunto, veja-se Gonçalves e Colaço (1991).

⁽²³⁾ Sobre as propriedades deste tipo de alternância, ver Burzio (1986), Eliseu (1984) e Levin e Rappaport Hovav (1995). Sobre a sintaxe da variante inacusativa, veja-se capítulo 13.

e em que o argumento interno directo ocorre como sujeito, como se pode ver nos exemplos (38) (24):

- (38) (a) O estudante terminou [a prova]_{TEMA}
(cf. O estudante terminou-a)
(b) [A prova]_{TEMA} terminou.
(cf. Ela terminou)

Com alguns verbos que aceitam este tipo de alternância, a variante inacusativa apresenta obrigatória ou opcionalmente o clítico do paradigma dos reflexos *-se* — vejam-se os exemplos (39) e (40), respectivamente:

- (39) (a) A esquadra inimiga afundou [o navio]_{TEMA}
(b) [O navio]_{TEMA} afundou-se.
(40) (a) O calor derreteu [o gelado]_{TEMA}
(b) [O gelado]_{TEMA} derreteu(-se).

Os verbos de alternância causativa determinam, portanto, os seguintes esquemas relacionais:

- (41) variante transitiva: [X_{AG/CAUS}]_{SU} V [Y_{TEMA}]_{OD}
variante inacusativa: [Y_{TEMA}]_{SU} V(-se)

Verbos de alternância locativa

Trata-se de verbos que seleccionam um argumento com o papel temático de Locativo, que aceitam duas variantes em que o argumento com tal papel temático tem relações gramaticais diferentes.

- a. Verbos causativos de alternância locativa do tipo de *carregar* (25) — trata-se de verbos que apresentam uma variante em que o argumento Tema tem a relação gramatical de objecto directo e o argumento Locativo uma

(24) Os verbos que aceitam este tipo de alternância são tipicamente verbos causativos de mudança de estado; veja-se a seguinte lista exemplificativa: *abrir, afundar, aumentar, derreter, fechar, reprovar, terminar*.

(25) Sobre as propriedades dos verbos com este tipo de alternância, veja-se Demonte (1991), Levin e Rappaport Hovav (1995), Maia (1996) e Duarte (1998). Admitem este tipo de alternância verbos de distribuição como *barrar, carregar*, verbos de fixação como *pintar, semear* e verbos de criação como *esculpir, fazer*.

relação gramatical oblíqua e outra variante em que a relação gramatical de objecto directo é desempenhada pelo argumento Locativo e o argumento Tema tem uma relação gramatical oblíqua — vejam-se os exemplos (42):

- (42) (a) O camponês carregou [feno]_{TEMA} [no tractor]_{LOC}
(b) O camponês carregou [o tractor]_{LOC} [com / de feno]_{TEMA}

Esta alternância tem contrapartidas semânticas. Assim, a variante do Tema como objecto directo tem uma interpretação parcial, enquanto a variante do Locativo como objecto directo recebe uma interpretação holística, como o mostra o contraste entre (43a) e (43b); enquanto a variante do Tema como objecto directo descreve um processo, a variante do Locativo como objecto descreve um processo culminado, como se pode ver pelos contrastes de gramaticalidade entre as frases (a) e (b) de (44) e (45):

- (43) (a) O camponês carregou feno no tractor, mas este não ficou totalmente carregado.
(b) *O camponês carregou o tractor com feno, mas este não ficou totalmente carregado.
(44) (a) O camponês carregou feno no tractor durante duas horas.
(b) *O camponês carregou feno no tractor em duas horas.
(45) (a) *O camponês carregou o tractor com feno durante duas horas.
(b) O camponês carregou o tractor com feno em duas horas.

Os esquemas relacionais definidos por verbos que aceitam este tipo de alternância locativa são, portanto, os seguintes:

- (46) variante do Tema como objecto:
[X_{AG/CAUS}]_{SU} V [Y_{TEMA}]_{OD} [em Z_{LOC}]_{OBL}
variante do Locativo como objecto:
[X_{AG/CAUS}]_{SU} V [Z_{LOC}]_{OD} [com/de Y_{TEMA}]_{OBL}

- b. Verbos transitivos de alternância locativa do tipo de *limpar* (26) — trata-se de verbos que apresentam duas variantes do Tema como objec-

(26) Sobre este tipo de alternância locativa, veja-se Levin e Rappaport Hovav (1992a). Aceitam este tipo de alternância verbos de contacto através do movimento que especificam o estado do argumento locativo como resultado da acção denotada pelo verbo (e.g. *limpar*) ou que lexicalizam o modo ou o instrumento de remoção (e.g. *apagar, lavar, aspirar, podar*).

to (uma com três lugares, outra com dois) e uma variante do Locativo como objecto, de dois lugares, como se pode observar nos exemplos (47):

- (47) (a) A Maria limpou [o pó]_{TEMA} [à / da mesa]_{LOC}
 (b) A Maria limpou [o pó]_{TEMA}
 (c) A Maria limpou [a mesa]_{LOC}

Os esquemas relacionais definidos por verbos que aceitam este tipo de alternância locativa são, portanto, os seguintes:

(48) variantes do Tema como objecto:

$[X_{AG/CAUS}]_{SU} \quad V \quad [Y_{TEMA}]_{OD} \quad [a/de \ Z_{LOC}]_{OBL}$
 $[X_{AG/CAUS}]_{SU} \quad V \quad [Y_{TEMA}]_{OD}$

variante do Locativo como objecto:

$[X_{AG/CAUS}]_{SU} \quad V \quad [Z_{LOC}]_{OD}$

- c. Verbos não causativos de alternância locativa — trata-se de verbos de dois lugares, que seleccionam um argumento Tema e um argumento Locativo, e que apresentam uma variante do Tema como sujeito e outra do Locativo como sujeito, como se pode ver nos exemplos (49):

- (49) (a) [As abelhas]_{TEMA} formigam [no jardim]_{LOC}
 (b) [O jardim]_{LOC} formiga [com/de abelhas]_{TEMA}

Os esquemas relacionais definidos por verbos (27) que aceitam este tipo de alternância locativa são, portanto, os seguintes:

- (50) variante do Tema como sujeito: $[X_{TEMA}]_{SU} \quad V \quad [em \ Y_{LOC}]_{OBL}$
 variante do Locativo como sujeito: $[Y_{LOC}]_{SU} \quad V \quad [com/de \ X_{TEMA}]_{OBL}$

(27) Aceitam este tipo de alternância locativa verbos de emissão de luz como *brilhar*, *cintilar*, verbos de emissão de substâncias como *borbulhar*, verbos de mudança de estado causada internamente como *florescer*.

Verbos simétricos

Trata-se de verbos pertencentes a diferentes subclasses que apresentam duas ou três variantes semanticamente equivalentes (28).

- a. Verbos com simetria do argumento externo e de um argumento interno — este tipo de verbos apresenta dois ou três argumentos, e admite duas variantes em que o argumento externo e um argumento interno oblíquo são comutáveis e uma terceira variante em que os argumentos simétricos formam um único constituinte nominal coordenado, como se pode observar nos exemplos (51) e (52):

- (51) (a) [O João]_{SU} casou [com a Maria]_{OBL}
 (b) [A Maria]_{SU} casou [com o João]_{OBL}
 (c) [A Maria e o João]_{SU} casaram(-se) (um com o outro).
 ((51a) ⇔ (51b) ⇔ (51c))
- (52) (a) [A companhia]_{SU} negociou directamente [o acordo]_{OD} [com o queixoso]_{OBL}
 (b) [O queixoso]_{SU} negociou directamente [o acordo]_{OD} [com a companhia]_{OBL}
 (c) [A companhia e o queixoso]_{SU} negociaram directamente [o acordo]_{OD}
 ((52a) ⇔ (52b) ⇔ (52c))

Os esquemas relacionais dos verbos (29) que aceitam este tipo de alternância são, portanto, os seguintes:

- (53) variantes com comutação: $X_{SU} \quad V \quad (Y_{OD}) \text{ com / de / a } Z_{OBL}$
 $Z_{SU} \quad V \quad (Y_{OD}) \text{ com / de / a } X_{OBL}$
 variante com coordenação: $[X \text{ e } Z]_{SU} \quad V \quad (Y_{OD})$

- b. Verbos com simetria de dois argumento internos — trata-se em geral de verbos causativos de três lugares com duas variantes em que argumento interno directo e argumento interno preposicionado comutam e

(28) Sobre este assunto, ver Fonseca (1984).

(29) Aceitam este tipo de alternância verbos de dois lugares como *coincidir*, *comunicar*, *condizer*, *confraternizar*, *dialogar*, *diferir*, *rimar*, *assemelhar-se*, *divorciar-se*, *parecer-se*. Entre os verbos transitivos de três lugares que admitem este tipo de alternância contam-se *apostar*, *contratar*, *permutar*, *trocar*.

uma terceira variante em que os dois argumentos internos ocorrem sob a forma de um constituinte nominal coordenado, como se pode observar nos exemplos (54):

- (54) (a) [Esse rapaz]_{SU} combina [a inteligência]_{OD} [com a simpatia]_{OBL}
 (b) [Esse rapaz]_{SU} combina [a simpatia]_{OD} [com a inteligência]_{OBL}
 (c) [Esse rapaz]_{SU} combina [a inteligência e a simpatia]_{OD}
 ((54a)↔(54b)↔(54c))

Os esquemas relacionais definidos por este tipo de verbos ⁽³⁰⁾ são, portanto, os seguintes:

- (55) variantes com comutação: X_{SU} V Y_{OD} com lde la Z_{OBL}
 X_{SU} V Z_{OD} com lde la Y_{OBL}
 variante com coordenação: X_{SU} V [Y e Z]_{OD}

Muitos dos verbos com simetria dos argumentos internos são verbos de alternância causativa, pelo que admitem uma variante não causativa com as características de simetria da variante causativa, como se pode observar em (56):

- (56) (a) [A inteligência]_{SU} combina-se [com a simpatia]_{OBL}
 (b) [A simpatia]_{SU} combina-se [com a inteligência]_{OBL}
 (c) [A inteligência e a simpatia]_{SU} combinam-se (uma com a outra).
 ((56a)↔(56b)↔(56c))

Verbos transitivos que admitem queda do objecto

Alguns verbos transitivos admitem queda do objecto directo ⁽³¹⁾, possibilidade que a tradição gramatical luso-brasileira denomina uso intransitivo de verbos transitivos. Quando isto acontece, o argumento interno directo não é projectado na representação sintáctica, uma vez que não é acessível aos processos sintácticos a que são sensíveis categorias sem realização lexical ⁽³²⁾. Observem-se os exemplos (57):

⁽³⁰⁾ Entre os verbos causativos com simetria dos argumentos internos contam-se: *aproximar, associar, comparar, coordenar, emparelhar, entrelaçar, misturar, reconciliar, sincronizar, unir*.

⁽³¹⁾ Contam-se entre eles: *beber, comer, ouvir, ver, ler, escrever*.

⁽³²⁾ Este facto levou Rizzi (1986) a considerar que a propriedade que caracteriza estes verbos é a possibilidade de satisfação do *Critério Temático* no Léxico.

- (57) (a) O João comeu de mais.
 (b) Ela só pintou no fim-de-semana.

A queda do objecto directo tem efeitos na *aktionsart* do verbo, razão pela qual frases no presente descrevem tipicamente estados, apresentados como propriedades típicas do argumento externo:

- (58) (a) A Maria escreve.
 (com a interpretação "a Maria é escritora")
 (b) O meu sobrinho mais novo já lê.
 (com a interpretação "o meu sobrinho mais novo já sabe ler")

10.2.7. Entre verbos principais e verbos auxiliares: verbos leves e semiauxiliares

Existem verbos normalmente classificados como verbos principais que, em certas construções, não exibem as propriedades típicas desta classe: os verbos leves ⁽³³⁾. Do mesmo modo, certos verbos, geralmente classificados como auxiliares, não respondem afirmativamente a todos os critérios de auxiliaridade, pelo que merecem ser classificados como verbos semiauxiliares.

Verbos leves e verbos semiauxiliares partilham a seguinte propriedade: entram obrigatoriamente na formação de um predicado complexo.

Verbos leves

Observem-se contextos em que *dar, fazer e ter* ocorrem como verbos principais (cf. (59)) e como verbos leves (cf. (60)):

- (59) (a) O João deu um livro à Maria.
 (b) A Maria fez um bolo aos / para os amigos.
 (c) Eles têm uma casa em Sintra.

⁽³³⁾ O termo 'verbo leve' foi utilizado pela primeira vez em Jespersen (1909/1949). Harris usa a designação verbo operador (cf. Harris, 1970) e Gross verbo suporte (cf. Gross, 1981). Sobre as propriedades dos verbos leves vejam-se, entre outros, Cattell (1984), Grimshaw e Mester (1988) e Butt e Geuder (1999). Sobre construções com verbos leves em português, veja-se Ranchhod (1989, 1990), Moura Neves (1996) e Baptista (1997).

- (60) (a) O João deu *uma contribuição decisiva* para o debate.
 (b) A Maria fez *imensas queixas* aos amigos.
 (c) Eles têm *bastante influência* na comissão.

Em frases como (60) os verbos *dar*, *fazer* e *ter* sofreram um processo de esvaziamento lexical a que alguns autores chamam **gramaticalização**, que permite que o centro semântico da frase se desloque para a expressão nominal em itálico. Uma das manifestações deste processo é a existência, em muitos casos, de verbos principais com um significado equivalente ao do predicado complexo formado pelo verbo leve e pela expressão nominal que com ele se combina — comparem-se os exemplos (60) com as paráfrases apresentadas em (61):

- (61) (a) O João *contribuiu* decisivamente para o debate.
 (b) A Maria *queixou-se* imenso aos amigos.
 (c) Eles *influenciam* bastante a comissão.

Contudo, o processo de esvaziamento lexical dos verbos leves não é total, sendo preservada a grelha argumental que o verbo tem como verbo pleno, como o mostra o facto de, quando o verbo leve é trivalente, tanto a expressão nominal como a expressão preposicional serem independentemente cliticizáveis (veja-se (62) e (63)) e de terem o comportamento típico dos complementos do verbo sob extracção — observem-se (64) e (65) e contrastem-se, respectivamente, com (66) e (67):

- (62) (a) O João deu-a ao debate.
 (b) A Maria fê-las aos amigos.
 (c) Eles têm-na na comissão.
 (63) (a) O João deu-lhe uma contribuição decisiva.
 (b) A Maria fez-lhes imensas queixas.
 (64) (a) O que é que o João deu ao debate?
 (b) O que é que a Maria fez aos amigos?
 (c) O que é que eles têm na comissão?
 (65) (a) Foi ao debate que o João deu uma contribuição decisiva.
 (b) Foi aos amigos que a Maria fez imensas queixas.
 (66) (a) *O que é que o João transcreveu ao debate?
 (vs. O João transcreveu [a nossa contribuição ao debate])
 (b) *O que é que a Maria descobriu do problema?
 (vs. A Maria descobriu [uma solução do problema].)
 (c) *O que é que a comunidade internacional teme da violência?
 (vs. A comunidade internacional teme [o aumento da violência].)

- (67) (a) *Foi ao debate que o João transcreveu a nossa contribuição.
 (vs. O João transcreveu [a nossa contribuição ao debate].)
 (b) ?Foi do problema que a Maria descobriu uma solução.
 (vs. A Maria descobriu [uma solução do problema].)
 (c) *É da violência que a comunidade internacional teme o aumento.
 (vs. A comunidade internacional teme [o aumento da violência].)

Por outras palavras, ao manterem a sua grelha argumental, os verbos leves definem o tipo de situação que a frase descreve: uma situação eventiva de tipo transferencial em (60a), uma situação eventiva causativa em (60b), uma situação estativa de posse em (60c).

Por seu lado, constituem argumentos a favor da participação da expressão nominal em itálico na formação do predicado complexo a possibilidade de análise dessa expressão nominal e da expressão preposicional que se lhe pode seguir como um único constituinte (veja-se o contraste entre (68) e (69)) e o facto de a preposição que introduz o complemento preposicional dever respeitar as propriedades de subcategorização do nome que constitui o núcleo da expressão nominal que se combina com o verbo leve — veja-se o contraste entre (60) e (70):

- (68) (a) Foi [uma contribuição decisiva ao debate] que o João deu.
 (b) Foram [queixas aos amigos] que a Maria fez.
 (69) (a) *Foi [um livro] [à Maria] que o João deu.
 (b) *Foi [um bolo] [aos amigos] que a Maria fez.
 (70) (a) *O João deu uma contribuição decisiva do debate.
 (b) *A Maria fez imensas queixas nos amigos.
 (c) *Eles têm bastante influência à comissão.

Repare-se finalmente que, contribuindo embora para a formação do predicado complexo, a expressão nominal em itálico em (60) não é um predicado secundário mas sim um argumento do verbo leve, distinguindo-se, assim, de construções copulativas, transitivas-predicativas e de construções com predicados verbais de reestruturação. Assim, por exemplo, enquanto a expressão nominal relevante pode ocorrer como sujeito de uma frase passiva, o predicativo do objecto directo, mesmo quando é de natureza nominal, não pode (veja-se o contraste entre (71) e (72)); enquanto a expressão nominal relevante é substituível por pronomes pessoais, um predicado secundário não é — veja-se o contraste entre (62) e (73):

- (71) (a) Uma contribuição decisiva foi dada ao debate pelo João.
 (b) Imensas queixas foram feitas aos amigos pela Maria.

- (72) (a) *Um bom médico é considerado o João pelo Pedro.
(vs. O Pedro considera o João um bom médico.)
(b) *Um excelente vinho é considerado o Cartuxa pelos bons apreciadores.
(vs. Os bons apreciadores consideram o Cartuxa um bom vinho.)
- (73) (a) *O João acha-a a Maria.
(vs. O João acha a Maria uma péssima investigadora.)
(b) *Simpáticos, os teus amigos são-nos.
(vs. Simpáticos, os teus amigos são-no.)

Nas construções com verbos leves descritas acima, o predicado complexo é constituído por um verbo leve e por um argumento nominal. Existem igualmente construções com verbos leves em que o predicado complexo é formado por um verbo leve que se combina com um predicado secundário, como exemplificado em (74) e (75), com predicados complexos resultativos:

- (74) (a) Esta administração *fez* a empresa *rentável*.
(b) A Maria *pôs* o Pedro *doente*.
- (75) (a) As miúdas *fizeram* o mealheiro *em cacos*.
(b) A qualidade do espectáculo *pôs* o público *em ebulição*.

Como se pode observar, a sintaxe e a semântica dos verbos leves *fazer* e *pôr* é distinta da dos verbos principais correspondentes. Assim, a componente de significado factitiva do verbo principal *fazer* (responsável por o seu argumento interno passar a existir como consequência da mudança de estado, como em *fazer um bolo*, *fazer um desenho*) não está presente no verbo leve correspondente; quanto a *pôr*, a componente de significado locativa do verbo principal está ausente do verbo leve, reduzindo-se o seu significado a transição causativa.

O predicado secundário que se combina com o verbo leve para formar o predicado complexo pode ser de natureza adjectival, como acontece em (74), ou preposicional, como ilustrado em (75). Verbo leve e predicado secundário podem ocorrer contíguos, como acontece nas construções definidas por verbos transitivos-predicativos:

- (76) (a) Esta administração *fez rentável* a empresa.
(b) A Maria *pôs doente* o Pedro.
- (77) (a) As miúdas *fizeram em cacos* o mealheiro.
(b) A qualidade do espectáculo *pôs em ebulição* o público.

Verbos Semiauxiliares

Os verbos *semiauxiliares* são verbos esvaziados de significado lexical, sem grelha argumental, que respondem afirmativamente a alguns mas não a todos os critérios de auxiliaridade (os quais, recorde-se, são: impossibilidade de completiva finita, um só advérbio de tempo de cada tipo, uma só negação frásica (precedendo o auxiliar), atracção obrigatória do clítico pelo verbo auxiliar).

Os *semiauxiliares* mais próximos dos auxiliares “puros” são o verbo temporal *ir* seguido de infinitivo e os verbos aspectuais que, na variante padrão do português europeu, se constroem com a preposição *a* e uma forma infinitiva do verbo auxiliado (o chamado infinitivo gerundivo)⁽³⁴⁾; estes verbos respondem afirmativamente aos três primeiros critérios de auxiliaridade acima enunciados, mas não atraem obrigatoriamente o pronome clítico, como se pode observar nos exemplos (79):

- (78) (a) O professor *vai* corrigir os testes hoje.
(b) Os miúdos *estão* a contar uma história aos pais.
- (79) (a) O professor *vai* corrigi-*los* hoje.
(b) Os miúdos *estão* a contar-*lhe* uma história.

Verbos aspectuais que, na variedade padrão do português europeu, se constroem com *de* + V_{INF} respondem afirmativamente aos três primeiros critérios de auxiliaridade mas exigem que o pronome clítico ocorra adjacente ao verbo auxiliado — veja-se o contraste entre (80) e (81):

- (80) (a) O João *acabou* de *me* telefonar.
(b) A Maria *deixou* de *nos* convidar.
- (81) (a) *O João *acabou-me* de telefonar.
(b) *A Maria *deixou-nos* de convidar.

A impossibilidade de subida do clítico para o verbo auxiliar sugere que a forma *de* tem, nestas construções, um estatuto híbrido entre preposição e complementador (ver capítulo 15).

⁽³⁴⁾ Os *semiauxiliares* aspectuais que se constroem igualmente com *a* + V_{INF} *chegar*, *começar*, *continuar* e *tornar* aceitam a negação frásica precedendo o verbo auxiliado. Os *semiauxiliares* *estar por* + V_{INF} e *ficar por* + V_{INF} respondem aos três primeiros critérios de auxiliaridade mas exigem que o clítico ocorra adjacente ao verbo auxiliado (veja-se o contraste entre *O pacote ficou por lhes ser enviado* e **O pacote ficou-lhes por ser enviado*). Sobre este assunto, ver Gonçalves (1996). Sobre estas e outras construções de infinitivo gerundivo, ver capítulo 15.

Os verbos modais *dever* e *poder* apenas respondem afirmativamente aos dois primeiros critérios de auxiliaridade acima enunciados. Com efeito, aceitam mais do que uma instância de negação frásica (cf. (82a)), podendo o operador de negação frásica precedê-los (cf. (82b)) ou ao verbo auxiliado (cf. (82c)) e não atraem obrigatoriamente o pronome clítico (cf. (83))⁽³⁵⁾:

- (82) (a) Os miúdos *não podem não* ter medo dessa personagem.
 (b) Os miúdos *não podem* ter medo dessa personagem.
 (c) Os miúdos *podem não* ter medo dessa personagem.
 (83) (a) Os miúdos não *me puderam* avisar.
 (b) Os miúdos não *puderam* avisar-me.

O comportamento dos verbos modais ilustrado pelos exemplos (78) e (79) sugere que, contrariamente aos restantes semiauxiliares, estes verbos seleccionam uma projecção frásica (embora defectiva)⁽³⁶⁾.

10.3. Padrões de ordem de palavras em frases declarativas

Sendo o português uma língua de proeminência de sujeito⁽³⁷⁾, a estrutura temática da frase está gramaticalizada através da distinção sujeito-predicado. Assim, nas frases declarativas não marcadas com sujeitos pré-verbais, à estrutura sintáctica **sujeito-predicado** corresponde a estrutura temática **tópico-comentário**, i.e., o sujeito designa aquilo acerca de que se afirma, nega ou questiona a propriedade expressa pelo predicado, que constitui o comentário acerca desse tópico:



⁽³⁵⁾ O verbo modal *ter de* / *que* + V_{INF} aceita dificilmente a negação frásica do verbo auxiliado (cf. ?*Os miúdos têm de não dizer mentiras*) e não atrai o pronome clítico (cf. o contraste entre *O João não tem de me telefonar* e **! O João não me tem de telefonar*).

⁽³⁶⁾ Sobre este assunto, veja-se Gonçalves (1996, 1999).

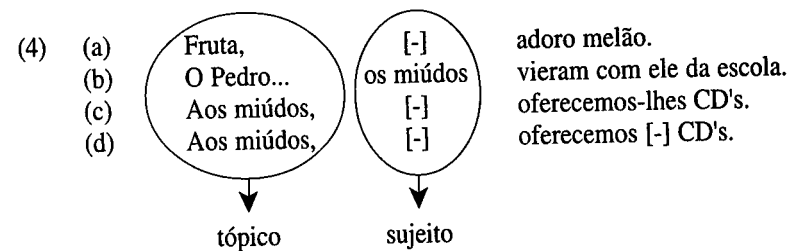
⁽³⁷⁾ Cf. Li e Thompson (1976).

Vários autores propuseram o seguinte teste para identificar o constituinte com a função de tópico frásico⁽³⁸⁾: se um constituinte for tópico, pode ocorrer numa frase com um verbo declarativo como complemento de *acerca de*, de acordo com o esquema *X está a afirmar acerca de tópico que F*.

Em (3), apresentam-se os resultados da aplicação do teste de topicalidade às frases (2):

- (2) (a) *Todos os miúdos* foram à festa.
 (b) *As baleias* são mamíferos.
 (c) *Os meus alunos* tiveram excelentes resultados no 1.º teste.
 (d) *Alguns autores* defendem essa hipótese.
 (e) *Uma miúda de olhos verdes* estava a saltar ao eixo no parque.
 (3) (a) O locutor está a afirmar *acerca de todos os miúdos* que eles foram à festa.
 (b) O locutor está a afirmar *acerca das baleias* que elas são mamíferos.
 (c) Eu estou a afirmar *acerca dos meus alunos* que eles tiveram excelentes resultados no 1.º teste.
 (d) O locutor está a afirmar *acerca de alguns autores* que eles defendem essa hipótese.
 (e) O locutor está a afirmar *acerca de uma miúda de olhos verdes* que ela estava a saltar ao eixo no parque.

Frases como (1) e (2) são **predicações**, i.e., exprimem juízos categóricos⁽³⁹⁾, ou seja, juízos que envolvem dois actos separados: “o acto de reconhecimento daquilo que vai ser o sujeito” [Kuroda (1972/3: 154)] e “o acto de afirmar ou negar o que é expresso pelo predicado acerca do sujeito” [*id.*: 154]. Como se pode observar nos exemplos dados, a estrutura sujeito-predicado é homóloga da estrutura tópico-comentário. Mas ocorrem em português frases que exprimem juízos categóricos e em que não existe coincidência entre as duas estruturas, como mostram os exemplos (4):



⁽³⁸⁾ Cf. Kuno (1972), Sgall e Hajičova (1974) e Reinhart (1982).

⁽³⁹⁾ A. Marty designava-os 'juízos duplos' (=Doppelurteil).

Ex.

- (10) (a) *Quem* comeu o bolo?
(b) *Comeu-o / o bolo o João.*

5. O_i V (O_i) S

- (i) construção de tópico marcado
(ii) sujeito = foco informacional
(iii) objecto = tópico marcado

Ex.

- (11) (a) *Quem* comeu o bolo?
(b) *O bolo, comeu(-o) o João.*

10.3.2. Apresentações

As frases exprimem juízos téticos e podem exibir os seguintes padrões de ordem de palavras (nos exemplos (b), assinala-se a itálico o que constitui informação nova no contexto das perguntas (a)):

1. V S

- (i) sujeito = não é tópico
(ii) núcleo do predicado = verbo inacusativo
(iii) toda a frase exprime informação nova

Ex.

- (12) (a) *O que é que aconteceu?*
(b) *Chegaram os meus sobrinhos.*

2. V S O

- (i) sujeito = não é tópico
foco informacional
(ii) objecto = foco informacional
(iii) verbo = informação dada

Ex.

- (13) (a) *Quem comeu o quê?*
(b) *Comeram os miúdos o bolo.*

3. V (O) S

- (i) sujeito = não é tópico
foco informacional
(ii) objecto = informação dada
(iii) verbo = informação dada

Ex.

- (14) (a) *Quem* comeu o bolo?
(b) *Comeram os miúdos.*
(c) *Comeram o bolo os miúdos.*

4. X V S⁽⁴³⁾

- (i) sujeito = não é tópico
foco informacional
(ii) constituinte anteposto X = não é tópico
informação dada

Ex.

- (15) (a) *Quem mora em Zurique?*
(b) *Em Zurique mora a Ana.*

⁽⁴³⁾ Sobre a sintaxe deste tipo de construção ver 13.4.

Índice

11. Categorias sintáticas

11.1. Introdução ao estudo das categorias sintáticas

11.1.1. Categorias sintagmáticas e categorias nucleares; categorias lexicais e categorias funcionais

11.1.2. Uma categoria sintagmática é a projecção do seu núcleo

11.2. O sintagma nominal

11.2.1. Considerações introdutórias

11.2.1.1. Estrutura geral

11.2.1.2. Natureza lexical dos nomes

11.2.1.3. Mecanismos de concordância

11.2.2. A estrutura lexical do SN

11.2.2.1. Estrutura lexical do SN com nomes relacionáveis lexicalmente com outras categorias

11.2.2.2. Estrutura lexical do SN com nomes não relacionáveis lexicalmente com outras categorias

11.2.3. A estrutura funcional do SN. De SN a SD e a SQ: os determinantes e os quantificadores como núcleos funcionais

11.2.3.1. Determinantes

11.2.3.2. Pronomes pessoais e demonstrativos como SD

- 11.2.3.3. Elipse nominal com determinantes
- 11.2.3.4. Os nomes próprios
- 11.2.3.5. Quantificadores e expressões quantitativas
- 11.2.4. Modificadores nominais
 - 11.2.4.1. A modificação através de adjetivos
 - 11.2.4.2. A modificação através de orações relativas e aparentadas
 - 11.2.4.3. Apostos
 - 11.2.4.4. Expressões qualitativas
- 11.3. O sintagma adjectival
 - 11.3.1. Estrutura geral do sintagma adjectival; relação entre adjectivos, nomes, participios passados e advérbios
 - 11.3.2. Tipos de adjectivos
 - 11.3.3. A estrutura lexical do sintagma adjectival
 - 11.3.4. A estrutura funcional do sintagma adjectival
- 11.4. O sintagma preposicional
 - 11.4.1. Preposições e locuções prepositivas
 - 11.4.2. Estrutura do sintagma preposicional; posições e valores sintácticos dos sintagmas preposicionais
 - 11.4.3. Valores sintáctico-semânticos de algumas preposições
 - 11.4.4. Três grandes classes de preposições e locuções prepositivas
- 11.5. O sintagma verbal
 - 11.5.1. Os auxiliares
 - 11.5.2. A estrutura interna do SV: os complementos do verbo
 - 11.5.3. Os adjuntos a SV
- 11.6. O sintagma adverbial
 - 11.6.1. Os advérbios e outras categorias
 - 11.6.2. A classificação tradicional de advérbios
 - 11.6.3. Alguns critérios adicionais para a classificação dos advérbios

11.1. Introdução ao estudo das categorias sintácticas (*)

11.1.1. Categorias sintagmáticas e categorias nucleares; categorias lexicais e categorias funcionais

No capítulo anterior, dedicado ao estudo das funções sintácticas que os constituintes desempenham nas orações e aos principais esquemas funcionais ou de ordem de palavras em português, foi repetidamente referida a categoria lexical do verbo e o tipo de constituintes com os quais os verbos se podem combinar. Mas não foi feita uma análise sistemática da estrutura de constituintes das construções linguísticas apresentadas.

Neste e nos próximos capítulos, as construções linguísticas, isto é, as combinações de palavras ou de itens lexicais que obedecem a uma dada organização interna dos seus constituintes, serão, em geral, estudadas do ponto de vista da estrutura e da natureza categorial dos constituintes e pondo de lado o ponto de vista das funções.

(*) No capítulo 11 mantêm-se alguns exemplos e reflexões do capítulo 9 das anteriores edições da gramática.

Considerada desta maneira, qualquer construção linguística é um dado **sintagma** ou **grupo** — daí a designação de categoria sintagmática — comportando como centro, como **núcleo**, uma categoria sintáctica (nuclear).

O termo categoria sintáctica nuclear corresponde ao que se tem designado, conforme a perspectiva teórica, “parte do discurso”, “classe de palavras”, “classe morfo-sintáctica”.

Quando uma dada palavra ou item lexical pertence a um inventário vasto e renovável do vocabulário ou léxico da língua e o seu significado remete para entidades, situações, propriedades ou relações entre entidades, estamos na presença de **categorias lexicais**.

Por outro lado, quando uma unidade pertence a um leque reduzido de palavras ou unidades morfológicas da língua e o seu significado remete para noções mais abstractas como a conexão entre frases, a determinação, a quantificação, o tempo, o modo, o aspecto, estamos na presença de **categorias funcionais**.

Esta distinção, que corresponde *grosso modo* à diferença feita no Estruturalismo europeu entre lexemas e morfemas, tem-se revelado crucial para o entendimento da estrutura interna das categorias sintagmáticas.

Nos capítulos que se seguem, utilizá-la-emos sempre que necessário, embora privilegiando os núcleos lexicais das categorias sintagmáticas.

Em português são categorias lexicais as seguintes ⁽¹⁾: Nome (N), Adjectivo (A), Preposição (P), Verbo (V) e Advérbio (ADV).

Cada uma destas categorias lexicais constitui o núcleo das seguintes categorias sintagmáticas: sintagma nominal (SN), sintagma adjectival (SA), sintagma preposicional (SP), sintagma verbal (SV) e sintagma adverbial (SADV). Dito de outra maneira, tais categorias sintagmáticas são a projecção máxima de núcleos N, A, P, V e ADV.

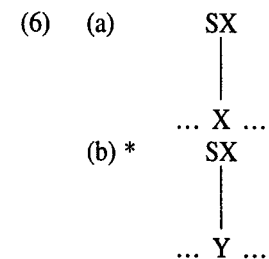
Nos exemplos (1)-(5), as construções entre parênteses rectos são projecções máximas das categorias lexicais em itálico:

(¹) Desde a Antiguidade Clássica, os gramáticos sempre procuraram distinguir as categorias lexicais; em geral, foram destacadas a natureza predicativa dos verbos e dos adjectivos e a possibilidade que certas palavras — os nomes — têm de nomear objectos da realidade. Mas também houve aproximações entre categorias: os nomes e os adjectivos partilham certas propriedades morfológicas de flexão. Algumas teorias linguísticas modernas têm recuperado estas tentativas de distinção e de aproximação das categorias lexicais; uma dessas tentativas consiste em propor que as categorias N, V, A e P podem ser caracterizadas através de uma dada combinação de valores dos traços N (=nominal) e V (=verbal). Assim, podemos analisar as categorias referidas do seguinte modo: N é [+N, -V]; V é [-N, +V]; A é [+N, +V]; P é [-N, -V] (Cf. Chomsky, 1970). Como estamos a ver, esta proposta deixa de fora os advérbios e as conjunções, a que nos referiremos ao longo deste e dos próximos capítulos.

- (1) (a) Os estudantes leram ^{SN}[*livros*]
 (b) Os estudantes leram ^{SN}[*livros de História*]
 (c) Os estudantes leram ^{SN}[*os livros de História*]
 (2) (a) Esse livro é ^{SA}[*útil*]
 (b) Esse livro é ^{SA}[*útil a qualquer linguista*]
 (c) Esse livro é ^{SA}[*muito útil a qualquer linguista*]
 (3) (a) O Luís foi ao cinema ^{SP}[*com a Maria*]
 (b) O Luís foi ao cinema ^{SP}[*só com a Maria*]
 (c) *O Luís foi ao cinema ^{SP}[*com*]
 (4) (a) O bebé ^{SV}[*sorriu*]
 (b) O bebé ^{SV}[*sorriu à Ana*]
 (5) (a) A estação fica ^{SADV}[*longe*]
 (b) A estação fica ^{SADV}[*longe do hotel*]
 (c) A estação fica ^{SADV}[*muito longe do hotel*]

11.1.2. Uma categoria sintagmática é a projecção do seu núcleo

Como os exemplos acima mostram, as categorias sintagmáticas são de natureza *endocêntrica*, isto é, têm de comportar um núcleo da mesma natureza, o que se pode descrever simplificadamente do seguinte modo:



Sintagmas nominais, sintagmas adjectivais, sintagmas verbais e sintagmas adverbiais podem ser constituídos exclusivamente pelo núcleo. (Ver (1a), (2a), (4a) e (5a).

Pelo contrário, e como mostra (3c), um sintagma preposicional não pode ser constituído exclusivamente pelo núcleo, devendo conter obrigatoriamente um complemento. Quer dizer, uma preposição não pode, por si só, constituir um SP, o que se compreende dado o carácter intrinsecamente relacional desta categoria.

Nos exemplos, algumas categorias são seguidas por complementos — i.e. pelos constituintes **subcategorizados** por esse núcleo. Por outro lado, há sintagmas em que o núcleo é precedido de elementos que, globalmente, podemos caracterizar como sendo especificadores⁽²⁾.

A ideia de que uma categoria sintagmática é a projecção de uma categoria lexical, com a conseqüente distinção entre núcleo e complementos, permite articular dois tipos de propriedades cruciais na descrição sintáctica: propriedades de natureza **configuracional** (constituição, posição estrutural relativa dos vários constituintes numa construção) e de natureza **dependencial** (decorrentes, no essencial, da estrutura argumental dos itens lexicais)⁽³⁾.

São essas duas dimensões que se procurará realçar na análise das categorias sintagmáticas, nos parágrafos seguintes.

11.2. O sintagma nominal

11.2.1. Considerações introdutórias

11.2.1.1. Estrutura geral

O **sintagma nominal** (SN) é uma categoria sintáctica que é a projecção de um nome, como em (1) e em (2):

- (1) (a) a *discussão*
 (b) a *discussão* sobre propinas
 (c) a *discussão* sobre propinas na Faculdade
 (d) a importante *discussão* sobre propinas

⁽²⁾ A natureza e a posição exacta dos especificadores das várias categorias não é óbvia; referir-nos-emos a alguns deles mais adiante. Como veremos também, em português e ao nível da Sintaxe, de um modo geral, o núcleo precede os complementos e os especificadores precedem o núcleo.

⁽³⁾ A relação entre núcleo e complementos é uma relação de natureza estrutural e dependencial: um núcleo lexical rege os elementos que c-comanda no interior da projecção máxima por ele definida. A relação de *regência* pode ser simplifadamente definida do seguinte modo: α rege β se e só se α for o núcleo de uma projecção máxima que contenha β e α c-comandar β . Por sua vez, a relação de *c-comando* pode ser definida do seguinte modo: α c-comanda β se α não dominar β , se α e β forem distintos e se o primeiro nó ramificante que domina α dominar β (cf. Reinhart (1976)).

- (2) (a) alguns *livros*
 (b) alguns *livros* de linguística
 (c) alguns *livros* de História que comprei ontem
 (d) alguns *livros* antigos de História

Além do núcleo, os nomes (*discussão, livros*), o SN pode incluir complementos (*sobre propinas, de História*), determinantes ou quantificadores (*a, alguns*) e modificadores, que categorialmente podem ser adjectivais (*importante, antigos*), preposicionais (*na Faculdade*) ou oracionais (veja-se a oração relativa *que comprei ontem*).

Núcleo e complementos formam a *estrutura lexical* da categoria SN; por sua vez, determinantes e quantificadores formam a *estrutura funcional* do SN⁽⁴⁾.

Quanto aos modificadores, recobrem constituintes com valores semânticos diversificados, estando uns mais perto da estrutura lexical e outros mais ligados à estrutura funcional.

A forma do SN em português é ainda marcada por mecanismos de concordância.

11.2.1.2. Natureza lexical dos nomes

A estrutura interna do SN depende muito do tipo de nome que pode servir de núcleo. Assim, há nomes animados (humanos (*homem*) e não humanos (*urso*)), e não animados (*livro*); nomes comuns (*livro*) e próprios (*Lisboa*); nomes contáveis (*livro*) e não contáveis ou massivos (*água*); nomes abstractos (*paz*) e concretos (*livro*).

Embora haja diferentes tipos de nomes do ponto de vista morfológico⁽⁵⁾ e do ponto de vista semântico, é possível apresentar alguns critérios para a sua identificação. Os nomes comuns, por exemplo, têm determinadas propriedades morfológicas (têm, em geral, flexão), sintácticas (podem ser precedidos de artigos ou quantificadores) e semânticas (denotam classes de objectos abstractos ou concretos).

⁽⁴⁾ Como os complementos podem conter nomes de natureza variada em número ilimitado, a estrutura lexical tem um carácter aberto e diversificado; pelo contrário, os determinantes e os quantificadores são em número finito e por isso a estrutura funcional tem um carácter limitado. Veremos adiante que há justificação para considerar que a parte lexical e a parte funcional têm o seu próprio núcleo e a sua própria projecção máxima.

⁽⁵⁾ Sobre os processos de formação de nomes ver capítulos 23 e 24.

11.2.1.3. Mecanismos de concordância

No SN, os valores de género e número do nome determinam a *concordância* de determinantes e quantificadores e ainda dos sintagmas adjectivais e dos apóstos:

- (3) (a) o meu pai / os meus pais
(b) a tua casa / a vossa casa
(c) o rapaz gordo / os rapazes gordos
(d) o António, esse preguiçoso / a Maria, essa preguiçosa.

No caso de o núcleo do SN ser constituído por vários Ns coordenados, o adjectivo, quando exista, apresenta-se no plural. Se todos os Ns tiverem os mesmos valores de masculino e feminino, o adjectivo concorda com o N quanto ao género, como em (4a); se houver pelo menos um N do género masculino, este determina a concordância do adjectivo, com em (4b) e (4c):

- (4) (a) Os rapazes e os miúdos *pequenos* jantam na sala da esquerda.
(b) Os rapazes e as raparigas *gordos* devem fazer desporto.
(c) O António, a Maria e a Joana, *esses preguiçosos*, fugiram.

11.2.2. A estrutura lexical do SN

A **estrutura lexical** do SN consiste na parte da categoria em que se estabelecem relações de complementação, isto é, em que se realiza o nome e os seus complementos.

Mas nem todos os complementos constituem argumentos, lugares vazios ou valência nominal, uma vez que nem todos os nomes são predicadores ou predicados semânticos ou têm propriedades predicativas.

Entre os nomes que seleccionam argumentos conta-se a generalidade dos nomes derivados. No entanto, mesmo os nomes comuns que não são predicados semânticos podem vir acompanhados de constituintes que não só ocupam posições de complemento como têm em comum com os argumentos nominais o restringirem o conceito designado pelo nome; daí a designação tradicional de “complementos determinativos”.

Consoante a natureza léxico-semântica do predicado nominal, os argumentos nominais projectam-se na estrutura sintáctica de diferentes formas. A sua realização mais comum é sob a forma de SPs, posicionados à direita do núcleo lexical, em posição de complemento; mas podem também projectar-se sob a

forma de determinantes possessivos e de certos adjectivos de relação, “temáticos” ou “referenciais” (ver 11.3).

11.2.2.1. Estrutura lexical do SN com nomes relacionáveis lexicalmente com outras categorias

Os nomes relacionáveis lexicalmente com outras categorias ⁽⁶⁾ são quase sempre predicados semânticos, com lugares ou argumentos que recebem uma dada interpretação, que pode ser descrita através de relações temáticas.

Por vezes, é possível explicar o significado dos nomes derivados e a natureza dos seus complementos a partir das propriedades da base; outras vezes, porém, é difícil prever esse comportamento a partir da palavra de que derivam.

Em português há nomes lexicalmente relacionáveis com outros nomes, com adjectivos e com verbos ⁽⁷⁾.

Muitos nomes lexicalmente relacionáveis com nomes (como *porteiro de porta*, *artista de arte*) estão ligados a profissões e têm um significado relacional ⁽⁸⁾. São por isso seguidos de “complementos determinativos” ou “restritivos” em *de*, que, não sendo verdadeiros argumentos, ocupam a posição de complemento: *porteiro de hotel*, *artista de circo*; *artista* pode também exprimir esse sentido de restrição através de adjectivos de relação: *artista plástico* (ver cap. 11.3).

Os nomes lexicalmente relacionáveis com adjectivos designam geralmente “o facto de ser *p*” ⁽⁹⁾ e podem apresentar vários tipos:

- os nomes que podem ser seguidos de um SP em *de*, com valor de genitivo, e que correspondem a frases predicativas com o verbo *ser* ou *estar*, conforme o adjectivo denote um “predicado de indivíduo” ou um “predicado de fase” (“individual / stage level predicates”):

⁽⁶⁾ Preferimos aqui falar em nomes lexicalmente relacionáveis com outras categorias, uma vez que muitos dos exemplos que constam deste parágrafo estão lexicalizados no português, tendo a sua formação (deverbal, deadjectival ou denominal) operado ou no latim ou por influência de outras línguas.

⁽⁷⁾ Para uma análise dos nomes lexicalmente relacionados com outras categorias do ponto de vista da Morfologia, veja-se Villalva, (2000a), Rio-Torto, (1997) e capítulos 22 e 23 desta gramática.

⁽⁸⁾ Há evidentemente outros tipos de nomes derivados de nomes, como os terminados em *-ismo*, nomes locativos (como *portaria*, *laranja*), etc..

⁽⁹⁾ Cf. Rio-Torto, (1997: 819); a autora designa estes nomes deadjectivais “essivos”.

- (5) (a) a beleza da Maria; a Maria é / está bela
 (b) a alegria do Manuel; o Manuel é / está alegre
 (c) a transparência da sua atitude; a sua atitude foi transparente

— os nomes relacionados com adjectivos simétricos e que seleccionam um SP cujo núcleo é a preposição *entre*, como em:

- (6) (a) a diferença entre o Miguel e o Henrique

que se pode aproximar quer de (6b) quer de (6c):

- (b) O Miguel e o Henrique são diferentes entre si
 (c) O Miguel é diferente do Henrique.

— os nomes que têm um sentido colectivo e que podem aproximar-se de frases com o verbo *ter*:

- (7) (a) a vizinhança da Maria
 (b) o conjunto das pessoas vizinhas da Maria
 (c) A Maria tem (pessoas) vizinhas.

Os nomes lexicalmente relacionáveis com verbos são em grande número em português. Vejamos alguns exemplos: *cedência* de *ceder*, *ocorrência* de *ocorrer*, *corrida* de *correr*, *vingança* de *vingar*, *abundância* de *abundar*, *concordância* de *concordar*, *tolerância*, de *tolerar*; *preocupação* de *preocupar*, *destruição* de *destruir*.

Em geral, o significado e o número dos complementos destes nomes decorrem de propriedades dos verbos correspondentes; por outro lado, muitos deles mantêm a leitura aspectual correspondente à dos verbos: *corrida* (actividade), *destruição* (“accomplishment”), *morte* (“achievement”), *temor* (estado psicológico).

Nos exemplos (8), os nomes mantêm a interpretação eventiva correspondente à dos verbos com os quais estão relacionados, sendo claramente itens lexicais com propriedades predicativas, isto é, têm argumentos a que atribuem papéis temáticos:

- (8) (a) a *edificação* da ponte pela empresa / a empresa *edificou* a ponte
 (Tema) (Agente) (Agente) (Tema)
 (b) a *invasão* de Timor-Leste pela Indonésia / a Indonésia *invadiu* Timor-Leste
 (Tema) (Agente) (Agente) (Tema)
 (c) a *oferta* do livro à Maria pelo pai / o pai *ofereceu* o livro à Maria
 (Tema) (Meta) (Agente)(Agente) (Tema) (Meta)

- (d) a *vinda* do Diogo de Milão para Lisboa / o Diogo *veio* de Milão para Lisboa.
 (Agente)(Fonte) (Meta) (Agente) (Fonte) (Meta)

Mas pode acontecer que um nome lexicalmente relacionado com um verbo seja ambíguo entre a interpretação de evento que o verbo em geral tem e o indivíduo ou a entidade resultante: *a encomenda* pode ser 'o evento de encomendar' e 'o pacote que se envia a alguém', *o exame* pode ser 'o evento de examinar' e 'o próprio objecto realizado' (10).

Um dos casos mais elucidativos desta dupla interpretação é o dos nomes relacionáveis lexicalmente com verbos de “accomplishment” como *edificar*, *construir*, etc.

O SN *edificação* tem em frases do tipo de (9) a interpretação eventiva, em virtude de constituir o argumento externo de um verbo como *deu-se*, *ocorreu*, *teve lugar* e de ser localizado temporalmente (*no ano x*):

- (9) A *edificação* (da ponte) (pela empresa) *deu-se* / *ocorreu* / *teve lugar* no ano de 1999.

Mas o mesmo SN pode exprimir a entidade resultante do evento, como em (10), por força das propriedades lexicais dos outros constituintes da frase (*destoou na paisagem*) (11):

- (10) A *edificação* *destoou* na paisagem.

Repare-se que os nomes que têm leitura de evento têm inequivocamente estrutura argumental, isto é, têm argumentos ou lugares vazios que marcam tematicamente, mesmo que tais argumentos não venham a realizar-se sintacticamente (12).

(10) No caso de terem a leitura da entidade resultante é mesmo discutível a origem deverbal destes nomes (ver Villalva 2000a e capítulo 23 desta gramática).

(11) Sobre este problema ver entre outros, Lopes (1996), Brito e Oliveira (1997).

(12) Repare-se, no entanto, que, para que o Agente esteja expresso, o Tema também deve estar expresso: ? *a destruição pelo exército foi total*; ? *a invasão pela Indonésia foi terrível*, Safir (1987) referiu-se a esta dependência como um caso de “Grammatical Function Relativity”. Note-se também que a opcionalidade da expressão sintáctica dos argumentos dos Ns versus a obrigatoriedade da presença dos argumentos verbais é uma das grandes diferenças entre nomes e verbos: *a edificação deu-se no ano de 1999* / * *a empresa edificou*; *a oferta surpreendeu-nos* / * *o pai ofereceu*.

Os nomes que passam a designar uma entidade ou um objecto que é o resultado do evento (como *edificação* em (10)) comportam-se como nomes não relacionáveis lexicalmente com verbos ou outras categorias e nessas condições não têm estrutura argumental; no entanto, eles podem vir acompanhados de SPs em posição de complemento ou de determinantes possessivos, geralmente associados à ideia de Possuidor. Compare-se a este propósito (9), (10) e (11):

- (11) A edificação (do grupo Sonae) destoou na paisagem.
(Possuidor)

Como se disse, a realização mais comum dos argumentos dos nomes relacionados lexicalmente com verbos é sob a forma de SPs⁽¹³⁾, ou introduzidos por *de* (*a edificação da ponte, a oferta do livro, a vinda do Diogo*) ou introduzidos por preposições variadas, dependendo das propriedades léxico-semânticas do núcleo nominal: *de* como preposição locativa (*a vinda de Milão*), *para* (*a vinda para Milão*), *sobre* (*a discussão sobre propinas*), *por* (*a edificação pela empresa*), etc.

As sequências SN + SN são agramaticais: **a edificação a ponte, *a oferta o livro, *a vinda o Diogo*. Esta impossibilidade explica-se pelo facto de os nomes não serem categorias atribuidoras de Caso⁽¹⁴⁾. A obrigatoriedade da presença de uma preposição a anteceder os complementos nominais prende-se com a necessidade de receberem Caso: *de* é marca de genitivo; as preposições *de* (locativa), *para*, *sobre*, *por* são atribuidoras de Caso oblíquo.

Além da exigência de uma preposição, a realização dos argumentos dos nomes lexicalmente relacionados com verbos obedece a outras condições.

Vejam os que acontece com nomes relacionados lexicalmente com verbos como *edificar, elaborar, construir, destruir, invadir*, isto é, verbos com uma grelha temática do tipo Agente + Tema, e que conservam essa leitura eventiva. O argumento Agente não se pode realizar sob a forma de genitivo em *de* (quer isoladamente quer em conjunto com o argumento Tema) e só se pode realizar, sob forma preposicional, precedido de *por*:

⁽¹³⁾ Sobre a estrutura interna dos SPs ver capítulo 11.4.

⁽¹⁴⁾ No quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros, propõe-se que todas as expressões nominais efectivamente realizadas têm de ser acessíveis a um Caso (abstracto), independentemente da realização morfológica. Refira-se, como exemplo, a atribuição de nominativo por Flexão e a de acusativo pelo verbo (ver a este propósito Chomsky, 1981, 1986a, Raposo, 1992: capítulo 12.

- (12) (a) *a edificação da empresa (gramatical como Possuidor mas agramatical como Agente)
(b) *a edificação da ponte da empresa
(c) *a destruição da Indonésia (gramatical com *da Indonésia* como Tema mas agramatical como Agente)
(d) *a destruição de Timor-Leste da Indonésia

O argumento Agente destes nomes pode igualmente realizar-se sob a forma de adjectivos de relação, “temáticos” ou “referenciais”, que denotam nacionalidade ou grupo:

- (13) (a) a invasão indonésia de Timor-Leste
(b) a ocupação estudantil da faculdade
(c) a destruição romana da cidade

A posição destes adjectivos é obrigatoriamente pós-nominal, antecedendo o complemento genitivo com a interpretação de Objecto ou Tema; compare-se (13a) com (13a') e (13a''):

- (13) (a') *a indonésia invasão de Timor-Leste
(a'') *a invasão de Timor-Leste indonésia

Também os determinantes possessivos podem realizar argumentos dos nomes, sob certas condições. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (14) (a) a sua destruição pela Indonésia
(Tema) (Agente)
(b) a sua destruição de Timor-Leste
(Agente) (Tema)
(c) *a sua destruição da Indonésia
(Tema) (Agente)
(d) *a sua destruição indonésia
(Tema) (Agente)
(e) *a sua sua destruição
(f) *a sua destruição sua

A observação dos exemplos (14) permite mostrar que: (i) os dois argumentos do N deverbal não podem ser expressos simultaneamente por determinantes possessivos (cf. (14e) e (14f)); (ii) se o argumento Tema for expresso por possessivo o argumento Agente não pode ser expresso nem por genitivo em *de*

(cf. 14c) nem pelo adjectivo temático correspondente (cf. 14d), só podendo ser introduzido pelo *por* (cf. 14a); (iii) ao contrário da situação descrita em (ii), se o agente for expresso por possessivo o Tema pode ser expresso por *de* (cf. 14b))⁽¹⁵⁾.

Alguns verbos eventivos podem dar origem a outro tipo de nomes derivados: os nomes deverbais com o sufixo *-dor*. Muitos verbos transitivos e uma subclasse dos verbos intransitivos, os inergativos (capítulo 10.), servem de base a nomes em que o sufixo exprime a relação temática de Agente (*destruidor, exterminador, saltador, dançador, nadador, corredor*) ou de experienciador (*pensador, fingidor*). Por essa razão, tais nomes só podem ser seguidos do complemento que exprime o Tema (no caso dos transitivos) mas não do Agente:

- (15) (a) o destruidor da cidade
(b) *o destruidor da cidade pelo exército.

Como vimos no capítulo 10, os Vs inacusativos, que do ponto de vista semântico e aspectual são Vs de mudança de estado, como *morrer, nascer*, ou que exprimem o resultado de uma actividade, como *chegar, vir*, não dão origem a tais derivados⁽¹⁶⁾:

- (c) **chegador, *vindor, *morredor*.

O mesmo mecanismo de derivação pode dar origem a nomes que exprimem um local (*corredor*) ou instrumento (*ralador, passador*).

Em suma: há nomes relacionados com outras categorias (quer sejam derivados ou estejam já lexicalizados em português) que são predicadores ou predicados semânticos, tendo portanto estrutura argumental. Tal natureza deve estar

⁽¹⁵⁾ Estes factos mostram dois aspectos importantes: em primeiro lugar, o argumento Agente realizado quer sob a forma de genitivo em *de* quer sob a forma de adjectivo temático ou de possessivo, é uma espécie de “argumento externo” do Nome (de um modo semelhante àquele em que o argumento sujeito é o argumento externo dos Vs); em segundo lugar, a “possessivização” obedece a uma certa hierarquia: o argumento que é mais facilmente “possessivizado” é o mais alto na Hierarquia Temática (neste caso o Agente) e o argumento mais baixo (Tema) só pode ser possessivizado se o Agente for realizado sob a forma de um SP em *por*. Sobre estes assuntos ver Milner (1978), Cinque (1980), Brito (1984), Giorgi e Longobardi (1991), Grimshaw (1990), Brito e Oliveira (1997).

⁽¹⁶⁾ Sobre idêntico fenómeno no inglês ver Levin e Rappaport (1988); ver para o português Villalva e Correia (2000).

prevista nas entradas lexicais, com a indicação da grelha de subcategorização e da grelha temática⁽¹⁷⁾:

- (16) vinda
N
[— SP (SP) (SP)]
Agente Fonte Meta
- (17) oferta
N
[— (SP) SP (SP)]
Agente Tema Meta

Para alguns destes nomes o papel temático de agente pode ser realizado por um sintagma preposicional, por um adjectivo ou por um determinante possessivo; é o caso de *destruição*:

- (18) destruição
N
[— (SP / A / Poss) SP]
Agente Tema

O comportamento destes nomes e dos seus complementos preposicionais em relação a certos procedimentos sintácticos (por exemplo a deslocação) mostra que os dois elementos formam um constituinte:

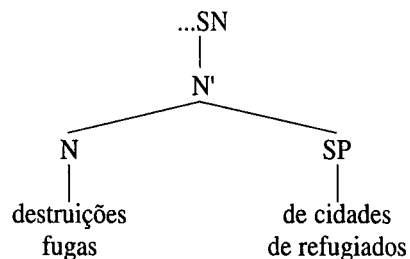
- (19) (a) Destruições de cidades, tem havido muitas na Tchetchénia.
(b) *Muitas destruições tem havido de cidades. (agramatical numa entoação não exclamativa)
- (20) (a) Fugas de refugiados, vimos várias.
(b) *Várias fugas, vimos de refugiados.

A gramaticalidade de (19a) e (20a) em contraste com a agramaticalidade de (19b) e (20b) mostra que o núcleo e o seu complemento preposicional formam um constituinte intermédio que é de natureza nominal mas não é, por si só, o SN; esse constituinte pode então ser descrito como N' ⁽¹⁸⁾:

⁽¹⁷⁾ Indicam-se entre parênteses os argumentos cuja realização se considera opcional; quando existe um argumento Tema, este parece ser obrigatório (ver a este propósito a nota 12 deste capítulo).

⁽¹⁸⁾ Exclui-se aqui propositadamente o determinante ou o quantificador (ver a este propósito 11.2.3).

(21)



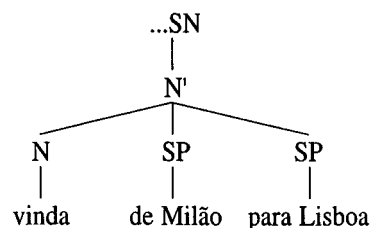
Há nomes lexicalmente relacionáveis com verbos que, à semelhança dos verbos correspondentes, seleccionam mais do que um argumento:

- (22) (a) a oferta do livro à Maria
 (b) a vinda de Milão para Lisboa
- (23) (a) a oferta à Maria do livro
 (b) a vinda para Lisboa de Milão

A estrutura sintáctica destes exemplos é simplificada em

(24) ⁽¹⁹⁾:

(22)



Veamos agora exemplos como o seguinte:

- (25) a discussão sobre propinas na Faculdade

Alguns procedimentos sintácticos permitem perceber o estatuto sintáctico destes sintagmas prepositivos:

⁽¹⁹⁾ Há alternativas a esta estrutura, que passam ou pela recursividade de N' ou pela existência de vários níveis na parte lexical da categoria ("NP shells") (para uma perspectiva deste género ver Larson, 1988, Kayne, 1994, Valois, 1991).

— deslocação:

- (26) (a) ?A discussão na Faculdade sobre propinas foi acalorada.
 (b) A discussão, na Faculdade, sobre propinas foi acalorada.
 (c) Na Faculdade, a discussão sobre propinas foi acalorada.
 (d) ?Sobre propinas a discussão na Faculdade foi acalorada.
 (e) Sobre propinas, a discussão na Faculdade foi acalorada; mas sobre a reforma curricular não teve interesse nenhum.

O movimento do SP com sentido locativo é mais fácil do que o do SP iniciado por *sobre*; quando este se desloca, a construção é mais aceitável com um sentido contrastivo, como em (e).

— restrições de co-ocorrência entre o N e os SPs:

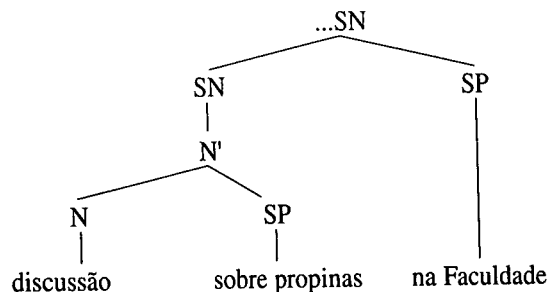
- (27) (a) a discussão / a conferência / a análise sobre propinas
 (b) ?a aula sobre propinas / * a demonstração / * o acontecimento sobre propinas
 (c) a discussão / a conferência / a análise / a aula / a demonstração / o acontecimento na Faculdade

O contraste entre (27a) e (27b) mostra que há restrições de selecção entre os Ns e o SP *sobre propinas*; mas essas restrições de co-ocorrência atenuam-se fortemente em relação ao outro SP (cf. 27c).

Conclui-se, portanto, que os dois SPs *sobre propinas* e *na Faculdade* têm nos exemplos um estatuto diferente do ponto de vista sintáctico, correspondente à distinta relação de dependência lexical que mantêm com o núcleo: *sobre propinas* corresponde a um argumento interno do N *discussão*, é um complemento subcategorizado desse N, enquanto *na Faculdade* não é um argumento interno, sendo antes um adjunto a SN. Nessa medida, os adjuntos não devem estar previstos nas entradas lexicais dos nomes com os quais se podem combinar.

A parte relevante da categoria que contém um complemento e um adjunto é a seguinte (ver 11.2.3):

(28)



11.2.2.2. Estrutura lexical do SN com nomes não relacionáveis lexicalmente com outras categorias

Nos nomes não relacionados lexicalmente com outras categorias estão incluídos exemplos muito diferenciados, que vão desde nomes que designam classes de entidades concretas, como *livro*, *casa*, *automóvel*, ou abstractas (*paz*), nomes de parentesco (*pai*), relacionais (*perna*), icónicos (*quadro*), nomes que têm conteúdo proposicional (*facto*, *hipótese*)⁽²⁰⁾, etc.

Muitos destes nomes podem surgir seguidos de SPs, tradicionalmente designados “complementos determinativos”: em relação a um N como *livro*, o SP *de história* restringe o significado desse N de um modo semelhante ao que uma oração relativa restritiva (*que trata de história*) ou um determinante (*esse livro* e não outro qualquer) o fazem. Tais SPs exprimem relações semânticas mais frouxas do que os papéis temáticos, normalmente caracterizadas como ‘Possuidor’, mas na verdade abrangendo interpretações diferenciadas e por vezes mesmo gerando alguma ambiguidade⁽²¹⁾:

- (29) (a) o pai *da Maria* (relação de parentesco)
(b) a perna *da mesa* (parte-todo; posse alienável)
(c) o braço *da filha* (parte-todo; posse inalienável)
(d) a fotografia *da rapariga* (Possuidor, Agente, Tema)

⁽²⁰⁾ Neste caso, os SPs seleccionados podem incluir uma oração completiva ou integrante (*o facto de que tenhas vindo tarde...*, *o facto de teres vindo tarde...*) (ver cap. 14.1).

⁽²¹⁾ Sobre a estrutura argumental dos nomes não derivados ver, entre outros, Grimshaw (1990), Higginbotham (1985).

- (e) o quadro *do Douro de Júlio Resende* (Tema e Agente)⁽²²⁾
(f) o vinho *do Porto* (Fonte)
(g) a mesa *de madeira* (Matéria)

Em relação a certos nomes, como os de parentesco, os que designam partes do corpo e os icónicos, se os SPs não forem realizados, fica uma certa sensação de incompletude:

- (30) (a) Vi o pai (de quem?)
(b) Apreciámos a fotografia (de quê? de quem?)
(c) Partiu-se a perna (de quê? de quem?)

Por estas razões, estes nomes, embora apresentem diferenças relativamente à generalidade dos nomes ligados a outras categorias, são nomes relacionais e têm paralelos com os nomes que têm estrutura argumental.

Em geral, o SP também não pode ser separado do núcleo; veja-se (31) e (32):

- (31) (a) O pai da Maria chegou.
(b) Chegou o pai da Maria.
(c) *O pai chegou da Maria.
(d) *Da Maria chegou o pai.
(32) (a) A escola da filha fica na Avenida.
(b) *A escola fica na Avenida da filha.
(c) *Da filha a escola fica na Avenida.

Mas se os SPs forem topicalizados contrastivamente, podem ocupar a posição inicial de frase:

- (33) (a) De seda, comprei uma camisa; de algodão, duas.
(b) De história, comprei alguns livros; de matemática, só três.
(c) Do Manuel, encontrei o pai, mas da Maria não encontrei nenhum familiar.

Também em interrogativas e em orações relativas o SP pode ser separado do nome, como em (34):

⁽²²⁾ A possibilidade de três complementos em *de* não está excluída com este tipo de Ns, desde que a própria natureza dos nomes seja suficiente indiciadora da interpretação. Compare-se (i) *o quadro do Douro do Júlio Resende de um colecionador japonês* com (ii) * *o quadro do Douro do Manuel da Maria*.

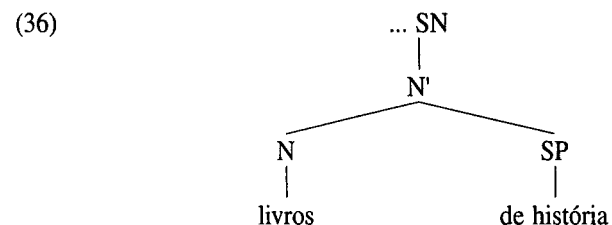
- (34) (a) De que menina é que viste a escola?
 (b) A menina, de quem tu viste a escola, ... / a menina, da qual tu viste a escola, ...

Os dados em (33) e (34) mostram que o SP é um constituinte; por outro lado, (31) e (32) revelam que o nome e o SP formam um outro constituinte e que, fora de um contexto de contraste ou ênfase ou em estruturas de relativização ou interrogação, os dois elementos se mantêm normalmente adjacentes. Utilize-se ainda um outro teste de deslocação envolvendo quantificadores, demonstrativos ou cardinais⁽²³⁾:

- (35) (a) Li alguns / cinco / estes / os meus livros de História.
 (b) Livros de História, li alguns / cinco / estes / os meus.
 (c) *Alguns / cinco / estes / os meus livros li de História.

A agramaticalidade de (35c), resultado da deslocação do demonstrativo, do quantificador ou do numeral e do nome, deixando isolado o complemento, em contraste com a boa formação de (35b), que desloca o nome e o complemento, mostra que a sequência *alguns / cinco / estes / os meus + livros* não formam um constituinte e que, por seu lado, *livros de história* são um constituinte.

Justifica-se, por isso, a seguinte estrutura parcial:



Alguns nomes do tipo analisado podem ser seguidos de dois complementos introduzidos por *de*: é o caso dos nomes icónicos. Vistos isoladamente, tais complementos são muitas vezes ambíguos; mas a interpretação de Tema, Agente ou Possuidor é determinada quer pelo contexto linguístico quer pelo nosso conhecimento das entidades referidas. Retome-se o exemplo (29e), aqui renumerado como (37):

⁽²³⁾ Sobre testes para a identificação dos constituintes no SN, ver Duarte e Brito (1996), entre outros.

- (37) (a) o quadro do Douro de Júlio Resende
 (Tema) (Agente)
 (b) o quadro do Douro do colecionador
 (Tema) (Possuidor)

Em relação a (37a), a mudança de posição dos SPs não é factor de agramaticalidade, já o mesmo não acontecendo com (37b):

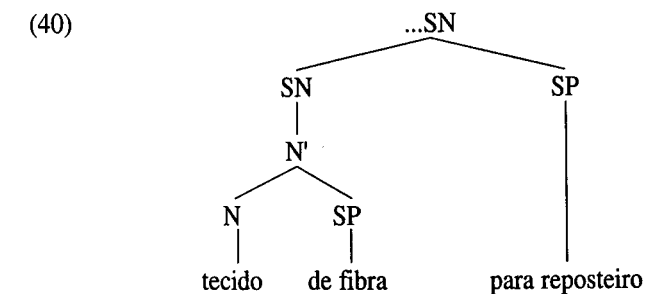
- (c) o quadro de Júlio Resende do Douro
 (d) ?o quadro do colecionador do Douro

Tomemos agora outros exemplos e vejamos como eles se comportam relativamente à permuta dos SPs:

- (38) (a) um tecido de fibra para reposteiro
 (b) camisas de seda para homem
 (39) (a) ?um tecido para reposteiro de fibra
 (b) *camisas para homem de seda

A agramaticalidade do exemplo (39b) e a marginalidade de (39a) mostra que só os SPs que realizam o genitivo, isto é, *de fibra*, *de seda*, se comportam como complementos e por isso deveriam estar em adjacência ao núcleo da construção (*tecido*, *camisas*); além disso, a presença de um SP em *de* a seguir ao nome intermédio pode produzir uma leitura, por vezes anómala, que é a de o SP ser tomado como um complemento desse nome (*reposteiro de fibra*, *homem de seda*, etc.).

Sendo assim, nos exemplos do tipo de (38) os SPs em *de*, os genitivos, são complementos do N, em N', e os segundos SPs são adjuntos a SN:



Do mesmo modo que os SPs mantêm relações semânticas com os nomes não derivados, também os determinantes possessivos as exprimem, associando a essas interpretações valores dêicticos; com a generalidade dos nomes, o valor de Possuidor é o mais frequente, daí a designação tradicional desta classe de determinantes:

- (41) (a) O teu amigo escreveu.
- (b) O vosso filho já nasceu?
- (c) O meu pé continua a doer-me.

Os valores de Agente e de Tema são também possíveis com certos nomes:

- (42) (a) o livro da Helena / o seu livro (Agente / Possuidor)
- (b) a imagem da Virgem / a sua imagem (Tema)
- (c) a fotografia da Maria / a sua fotografia (Tema / Agente / Possuidor)

No SN só um determinante possessivo pode preceder o nome, como em (43) ⁽²⁴⁾:

- (43) (a) o seu quadro do Douro
 (Agente/Possuidor) (Tema)
- (b) *o seu seu quadro

Em alguns casos, o possessivo pode ser substituído por um SP em *de*:

- (44) (a) a minha fotografia de ti
- (b) Estava à espera de notícias vossas (de vocês).
- (c) Por tua causa / por causa de ti.

⁽²⁴⁾ Sobre as condições a que obedece a interpretação dos possessivos ver Milner (1982), Brito (1984), Giorgi e Longobardi (1991), entre outros. Em português e com este tipo de Ns icónicos (*quadro, fotografia*), parece não estar completamente excluída a presença de dois possessivos, estando um antes do N e o outro depois do nome como em (i); em qualquer dos casos, a hierarquia temática (Possuidor > Agente > Tema) parece ser respeitada:

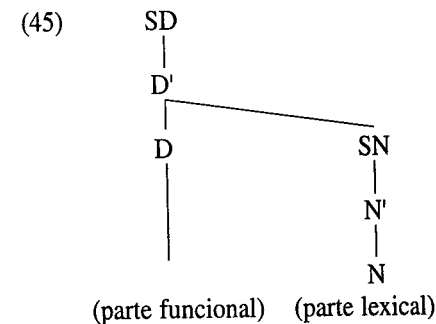
- (i) a minha fotografia tua
- (Possuidor Tema)
- (Agente Tema)
- (Possuidor Agente)

11.2.3. A estrutura funcional do SN. De SN a SD e a SQ: os determinantes e os quantificadores como núcleos funcionais

Como se disse anteriormente, o SN é constituído por uma estrutura lexical e por uma **estrutura funcional**, constituída pelos elementos que se encontram à esquerda do nome: os determinantes (*os livros*) e as diversas formas de quantificação (os quantificadores propriamente ditos (*alguns livros*), as expressões quantitativas (*uma porção de livros*) e as expressões partitivas (*uma porção desses livros*)).

A propriedade em comum a estes elementos é o de restringirem a extensão do núcleo nominal; por outras palavras, quer os determinantes quer os quantificadores podem ser concebidos como operadores que ligam uma variável correspondente ao nome e que, desse modo, permitem criar, a partir do nome, uma expressão referencial. Desta maneira, os determinantes e os quantificadores podem ser considerados o núcleo da categoria no seu todo, sendo o nome o núcleo da parte lexical da categoria.

O que se está a propor é que uma expressão nominal referencial pode ser descrita pela categoria sintagma determinante (SD) ou, quando se justifique, pela categoria sintagma quantificador (SQ), tendo como núcleo, respectivamente, a categoria funcional determinante (D) ou a categoria funcional quantificador (Q). E que a parte lexical da categoria, que contém o nome e eventualmente os complementos do nome, se passe a designar sintagma nominal (SN). Adoptando o princípio da endocentricidade das categorias (ver 11.1.), será a seguinte a estrutura de SD:



Esta estrutura e o seu desenvolvimento, nomeadamente pela adopção, quando necessária, da categoria SQ e de outras projecções funcionais, é motivada empiricamente, pois permite descrever com maior adequação a estrutura sintáctica

das expressões nominais em português ⁽²⁵⁾. É esta concepção que será adoptada na continuação deste capítulo, quando se estudar o comportamento sintáctico dos determinantes e dos quantificadores.

11.2.3.1. Determinantes

O termo 'determinante' cobre uma classe limitada de elementos que precedem o nome e que servem para construir valores referenciais de individualização das expressões nominais, diferentes da quantificação; com este termo se designam os artigos, os demonstrativos e os possessivos.

As propriedades sintácticas e semânticas dos determinantes permitem proceder a dois tipos diferentes de agrupamento dessa classe tradicional:

- (a) Por um lado, é possível distinguir os **artigos** (não dêicticos) dos **dêicticos**, incluindo-se nestes últimos os **demonstrativos** e os **possessivos** ⁽²⁶⁾:

Artigos ([-dêicticos])
 [+ Definidos]
 [- Definidos]

Dêicticos
 Demonstrativos
 Possessivos

- (b) Por outro lado, é possível aproximar **artigos definidos** e **demonstrativos**, visto ocorrerem em distribuição complementar e serem semanticamente definidos, em contraste com os *possessivos*, que co-ocorrem com artigos ou demonstrativos e não são inerentemente definidos:

Determinantes Definidos
 Artigos Definidos
 Demonstrativos
 Possessivos

⁽²⁵⁾ Para uma perspectiva deste tipo ver, entre outros, Abney (1987), Cinque (1994), Longobardi (1994); para o português Brito (1993), Martinho (1998).

⁽²⁶⁾ Sobre os valores semânticos das diferentes formas de expressão nominal ver capítulo 8.

Artigos

Existem dois tipos de artigos, os **definidos** e os **indefinidos**. Distinguem-se por algumas propriedades, intimamente relacionadas com os respectivos valores semânticos:

Os artigos indefinidos não podem preceder Ns próprios ⁽²⁷⁾:

- (46) (a) *Vi uma Maria.
 (b) Vi a Maria.

Os artigos indefinidos nunca podem seguir *todos* ou *ambos*:

- (47) (a) Todos os dias ela telefona.
 (b) *Todos uns dias ela telefona.
 (c) Ambas as pessoas chegaram.
 (d) *Ambas umas pessoas chegaram.

Os artigos precedem sempre os nomes e surgem em distribuição complementar relativamente aos demonstrativos:

- (48) (a) Ela viu as cartas.
 (b) *Ela viu as estas cartas.
 (c) Ela viu estas cartas.

Os artigos definidos não podem surgir isolados, quer por elipse do N quer por movimento do N e do complemento (ao contrário dos indefinidos e de outras formas de quantificação):

- (49) (a) *A Maria viu as. ⁽²⁸⁾
 (b) A Maria viu umas / várias / algumas.
 (c) *Livros de história, li os.
 (d) Livros de história, li um / uns.

⁽²⁷⁾ Os nomes próprios podem ser precedidos de indefinido quando designam uma parte, uma fase da entidade descrita pelo N próprio: (i) Quando voltei, encontrei uma Maria diferente, mas simpática.

⁽²⁸⁾ Os exemplos (49a) e (49b) só seriam gramaticais se as formas *as*, *os* presentes nos exemplos fossem o *pronome pessoal* na forma de 'complemento átono ou clítico', no acusativo: *a Maria viu-as*.

Mas as formas *o, a, os, as* podem ocorrer em construções de elipse nominal se forem seguidos de um complemento, um modificador adjectival ou uma oração relativa:

- (50) (a) A Maria comprou o vestido de seda, eu comprei o de algodão.
 (b) Eu comprei o que tem riscas.
 (c) Eu comprei o amarelo.

Demonstrativos

Os demonstrativos não podem co-ocorrer com os artigos definidos (51a, b, c) e podem surgir não seguidos de nomes, em construções de elipse nominal (51d); daí a designação tradicional de “pronomes” quando estão isolados, por oposição a “adjectivos demonstrativos” quando co-ocorrem com nomes:

- (51) (a) O professor chegou atrasado.
 (b) *O este professor chegou atrasado.
 (c) Este / aquele professor chegou atrasado.
 (d) Prefiro estes / esses / aqueles.

Os demonstrativos *este, esse, aquele* remetem, por um processo dêictico, para as pessoas do discurso (vizinhança do locutor / vizinhança do alocutário / vizinhança da “terceira pessoa”) (ver capítulo 8). O valor localizador conjuga-se com a determinação, função específica dos artigos; os dois tipos de determinantes só podem, por isso, surgir em distribuição complementar.

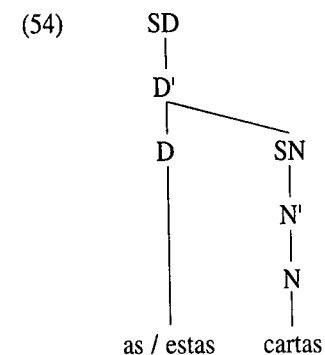
Os demonstrativos e ainda *tal* podem possuir valor anafórico, remetendo para o discurso anterior (cf. (52)):

- (52) (a) Elefantes e tigres são espécies ameaçadas. Aqueles encontram-se ainda em África e estes na Ásia.
 (b) É o tal professor de que te falei e que chega sempre atrasado.

A posição normal dos demonstrativos é a pré-nominal; mas a posição pós-nominal é possível em exclamativas e em relativas apositivas:

- (53) (a) Que meninos estes!
 (b) A violência atingiu níveis insuportáveis, situação esta que fez modificar a atitude da comunidade internacional.

Embora os demonstrativos *este, esse, aquele* e os artigos definidos se distingam pela elipse nominal e pela possibilidade / impossibilidade de surgirem em posição pós-nominal, a distribuição complementar justifica a estrutura sintáctica seguinte:



Possessivos

Os possessivos exprimem valores temáticos e de determinação e têm marcas de género e número; isto significa que têm uma dupla natureza lexical-funcional.

Os possessivos seguem os artigos definidos ou os demonstrativos e alguns tipos de quantificadores⁽²⁹⁾:

- (55) (a) Esses teus defeitos enternecem-me.
 (b) São os nossos amigos franceses.
 (c) Todos os nossos amigos.

Os possessivos seguem o N em diversos contextos:

— quando o N não é antecedido de artigo ou se ocorrer com indefinido ou certos Qs “relativos”:

⁽²⁹⁾ Os possessivos ocorrem sem artigo em exclamações (*Minha Nossa Senhora!*) ou em formas de tratamento (*Meu filho, já te deitaste?*).

- (56) (a) Tens aí livros meus.
 (b) Tens aí uns / alguns / vários / bastantes / poucos / diversos livros meus.

— quando o N é antecedido de um quantificador interrogativo ou exclamativo:

- (c) Tens aí quantos livros meus?
 (d) Que fotografia tua tão bonita!

— em certos enunciados de tipo exortativo:

- (e) Filhos nossos não farão isso!
 (f) Alunos meus têm de fazer todas as provas!

— quando o N é precedido de cardinal, é preferível a posição pós-nominal do possessivo:

- (g) ?Vi sete meus amigos / vi sete amigos meus.

Nos exemplos acima apresentados, os SNs que contêm o possessivo estão em posições argumentais das frases respectivas. Em posições não argumentais (vocativo, posição predicativa), o possessivo pode surgir como pós-nominal (embora a posição pré-nominal também se verifique):

- (57) (a) Senhora minha, ouvi-me! / Minha Senhora, ouvi-me!
 (b) Foi culpa minha. / Foi minha culpa.
 (c) Aquele é um amigo meu. / Aquele é meu amigo.

Do ponto de vista distribucional os possessivos não só co-ocorrem com artigos e demonstrativos (Art / Dem + Poss + N) como co-ocorrem com quantificadores, como em (58) ⁽³⁰⁾:

⁽³⁰⁾ A adoção da “hipótese SD”, descrita simplificada na estrutura (54), não resolve o problema da posição dos possessivos, já que estes não só co-ocorrem com os artigos e os demonstrativos como com outros quantificadores e numerais. Para um tratamento dos possessivos em português ver, entre outros, Miguel (1992), Martinho (1998), Brito (2001a), Castro (2001). Refira-se também que a interpretação anafórica associada à expressão de pertença e posse permite propor, para o português, a existência de um possessivo nulo: *o João viu a mãe; o João cortou o cabelo.*

- (58) (a) os seus dois últimos livros
 (b) os seus últimos dois livros
 (c) os meus muitos / numerosos / vários livros
 (d) os meus outros amigos / os outros meus amigos.

Os determinantes *próprio* e *mesmo*, tradicionalmente considerados como “reforço dos possessivos”, podem, na realidade, ocorrer não só com possessivos (59a) como a seguir a pronomes pessoais (59b) ou demonstrativos (59c):

- (59) (a) Ele denunciou a sua própria mãe.
 (b) O Pedro já chegou e tu próprio o viste.
 (c) Foi para esta mesma escola.

Neste caso, *próprio* e *mesmo* têm, como é esperado, valor enfático, contrastivo.

Mas podem também funcionar como anafóricos, remetendo preferencialmente para o sujeito frásico, como em (60) (ver capítulo 20):

- (60) (a) Ele denunciou a própria mãe.
 (b) Gostavas de ter casa própria?

11.2.3.2. Pronomes pessoais e demonstrativos como SD

Nos exemplos até agora considerados o SD é constituído por uma sequência de palavras construídas à volta de um nome. Mas pode também ser constituído unicamente por pronomes pessoais:

- (61) (a) Ele julgou que nós já tínhamos saído.
 (b) Vocês também vão ao cinema?

Por serem expressões referencialmente autónomas, os pronomes pessoais parecem formar por si sós o SD, como a seguinte estrutura descreve:

- (62) SD
 |
 pronome

Tais pronomes podem, em certas circunstâncias, ser seguidos de modificadores, como uma oração relativa restritiva (63a), uma apositiva (63b) ou um aposto (63c):

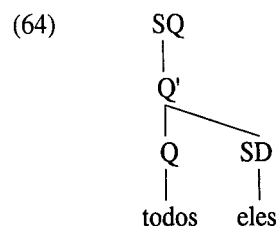
- (63) (a) Nós que estamos aqui sentimo-nos contentes.
 (b) Nós, que estamos aqui, sentimo-nos contentes.
 (c) Tu, Manuel, vem cá.

Note-se também que os pronomes pessoais podem ser precedidos e seguidos pelo quantificador universal *todos*:

- (d) todos nós, todos vós, todos eles
 (e) nós todos, vós todos, eles todos

o que mostra que a estrutura de uma expressão nominal contendo este quantificador deve ser mais complexa do que a sugerida anteriormente.

Uma hipótese a considerar para dar conta da ordem exibida em (63d) é a existência, acima do que temos vindo a designar SD, de uma outra categoria funcional SQ, com o núcleo ocupado pelo Q *todos* (ver 11.2.3.5.):



Também existem pronomes demonstrativos (as formas invariáveis *isto, isso, aquilo*), que constituem por si só o SD, como em (65a) e (65b):

- (65) (a) Aquilo foi uma barraca!
 (b) Como descobriste isso?

Tal como em relação aos pronomes pessoais, também estes pronomes podem ser precedidos ou seguidos de *tudo*:

- (c) Tudo isso é um disparate.
 (d) Isso tudo é um disparate.

11.2.3.3. Elipse nominal com determinantes

Em (66a) e (66b):

- (66) (a) Essa é que é boa!
 (b) Podemos ir para a minha casa porque a tua fica longe.

o SD é constituído por um demonstrativo ou por artigo e possessivo. Tradicionalmente designam-se como “pronomes” este tipo de palavras, dado que são expressões referenciais, constituindo por si sós aquilo que temos vindo a designar SD. Na realidade, o facto de se tratar das mesmas formas dos determinantes permite pensar que estamos na presença de SDs em que só existe o núcleo funcional e em que o nome é uma categoria vazia: é a chamada “elipse nominal”⁽³¹⁾. Neste tipo de construção podem surgir outros determinantes e quantificadores, complementos ou modificadores:

Como acontece com outros casos de elipse, sobre a elipse nominal actuam condições de legitimação e de identificação de conteúdo da categoria vazia: por um lado, nem todos os determinantes admitem elipse nominal (veja-se o caso dos artigos definidos); por outro lado, o conteúdo da categoria vazia tem de ser recuperado pelo contexto linguístico ou situacional. Uma das configurações em que a elipse opera é precisamente na coordenação e na comparação, em que a simetria da construção permite identificar o conteúdo do nome nulo, como em (67):

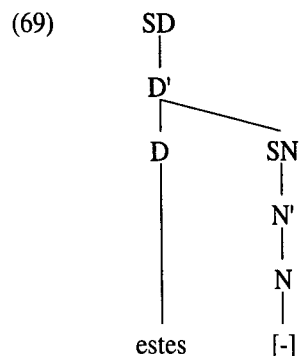
- (67) (a) Estes meus sapatos e esses teus [-] estão a precisar de limpeza.
 (b) Esses [-] de tacão ficam melhor do que aqueles [-] que têm sola de borracha.

Como já tínhamos visto, ao contrário dos demonstrativos e dos possessivos, os artigos definidos não podem surgir sem o nome, a não ser que exista na construção um complemento sob a forma de SP ou um modificador, seja ele um adjectivo ou uma oração relativa:

- (68) (a) *Os [-] são meus amigos.
 (b) Os [-] do andar de cima são meus amigos.
 (c) Os [-] simpáticos são meus amigos.
 (d) Os [-] que vivem no andar de cima são meus amigos.

⁽³¹⁾ Sobre elipse do N, ver Martinho (1998) e capítulo 21 desta gramática.

A estrutura sintáctica simplificada dos exemplos com elipse do nome parece ser a seguinte:



11.2.3.4. Os nomes próprios

Em português o uso do artigo definido antes de Ns próprios é uma possibilidade, embora sujeita a diversas condições.

Os nomes de pessoas podem ser precedidos de artigo, estando essa presença dependente de vários factores: a) o grau de notoriedade pública do referente; b) o grau de familiaridade do locutor com o referente; c) grau de formalismo no discurso⁽³²⁾.

Assim, é mais natural usar *o João, a Maria* se os referentes destes nomes próprios forem amigos do sujeito enunciador:

- (70) (a) O João vem passar o fim-de-semana.
 (b) ?João vem passar o fim-de-semana.

Já para designar uma figura pública com quem não temos relações de amizade será mais natural dizer:

- (71) (a) Jorge Sampaio gosta de música popular portuguesa.

do que:

- (b) O Jorge Sampaio gosta de música popular portuguesa.

⁽³²⁾ Cf. Soares, I. (1999b).

Repare-se que em qualquer dos exemplos os nomes de pessoa encontram-se em posição argumental (neste caso, de sujeito). Em posição de vocativo, uma posição não argumental, mesmo os nomes de pessoa não podem surgir com artigo⁽³³⁾:

- (72) (a) João, vem cá!
 (b) *O João, vem cá.

Muitos nomes de países podem ser acompanhados de artigo: *o Brasil, a França, a Alemanha*; mas alguns não o admitem: **a Angola, *o Portugal*.

Os nomes de rios e de outras entidades geográficas têm em geral artigo: *o Tejo, o Reno, a Estrela, os Alpes, os Himalaias, o Atlântico, o Sara*.

Os nomes de cidades só admitem artigo quando têm origem em nome comum: *o Porto, a Figueira da Foz, a Feira, *a Lisboa, *o Setúbal*.

Quando, com nomes de cidades, de países ou de outras entidades que normalmente não admitem o artigo definido, este surge, pretende-se referir apenas uma parte, uma fase da entidade que é normalmente designada pelo nome próprio:

- (73) (a) A Lisboa que eu amo é à beira-rio.
 (b) O Portugal mais desenvolvido é o do litoral.

11.2.3.5. Quantificadores e expressões quantitativas⁽³⁴⁾

A quantificação dos nomes e dos adjectivos pode ser dada em português de várias formas. Em primeiro lugar, pelo *número*: por vezes, a quantificação pode ser dada simplesmente pela forma plural de um nome, os chamados “meros plurais” ou “plurais simples”, como em (74):

- (74) Li livros.

Para além desta, as formas mais usuais de quantificação são os quantificadores propriamente ditos, como em (75a), e as expressões nominais, como em (75b, c):

⁽³³⁾ Sobre a sintaxe dos nomes próprios, ver Longobardi (1994).

⁽³⁴⁾ Numa perspectiva semântica, ver Peres (1993a) e capítulo 8 desta gramática.

- (75) (a) Li alguns livros.
 (b) Li uma porção de livros.
 (c) Li uma dezena de livros.

De um modo geral, as expressões nominais quantificadas não surgem na construção de “deslocação à esquerda clítica”, ao contrário das expressões determinadas, a não ser que na frase existam certos advérbios aspectuais / temporais do tipo de *sempre*. *já* ⁽³⁵⁾:

- (76) (a) *Livros, eu li-os / Esses livros, eu li-os.
 (b) *Cinco livros, eu li-os.
 (c) *Todos os livros, eu li-os.
 (d) *Uma porção de livros, eu li-a / eu li-os.
 (e) *Uma dezena de livros, eu li-a / eu li-os.
 (f) Livros, leio-os sempre que posso.
 (g) Todos os livros que compraste, já os li.

Quantificadores

Os quantificadores incluem diversos tipos de elementos: (i) os que exprimem a quantificação existencial (*um / uns*, *algum / alguns*) ⁽³⁶⁾; (ii) os Qs “discretos” ⁽³⁷⁾, que incluem os numerais (que exprimem a cardinalidade ou a ordem) e os Qs que indicam pluralidade, como *inúmeros*, *muitos*, *vários*, *diversos*, *diferentes*, *bastantes*, *poucos*, *raros*; ⁽³⁸⁾ (iii) os quantificadores universais *todos* e *ambos*.

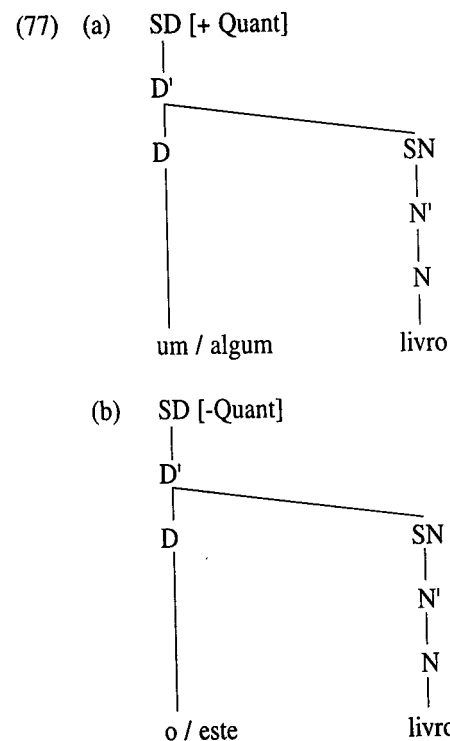
⁽³⁵⁾ Cf. Duarte (1987).

⁽³⁶⁾ *Certo* pode ser utilizado como quantificador: (i) Ele tem um *certo* nível cultural; ou como adjectivo qualificativo com um significado próximo de *determinado*: (ii) *Um certo* tipo telefonou-me. O indefinido *quanto* emprega-se como quantificador, precedido do artigo indefinido no plural ou singular: (iii) Dá-me *uns quantos* cravos. A natureza de quantificador (e não de cardinal) do indefinido *um / uns* torna-se evidente nas seguintes frases, em que contrasta com *o outro*, *(os) outros*: (iv) Um aluno foi aprovado, o outro reprovado; (v) Uns alunos foram aprovados, outros reprovados; (vi) Uns alunos foram aprovados, os outros reprovados.

⁽³⁷⁾ A designação de “quantificadores discretos” é de Óscar Lopes (com. pess.)

⁽³⁸⁾ Quando usados com nomes contáveis, os Qs discretos indicam pluralidade. Alguns deles, no entanto, podem quantificar nomes massivos, empregando-se então a forma do singular: Ele tem *bastante* juízo.

O primeiro grupo de quantificadores ocorre em distribuição complementar relativamente aos artigos e demonstrativos. Esta propriedade permite colocar como hipótese que a estrutura sintáctica com este tipo de quantificadores é paralela à das expressões com esses determinantes, com a diferença de que, num caso, há uma categoria com o traço [+Quant] e no outro há uma categoria com o traço [-Quant] ⁽³⁹⁾:

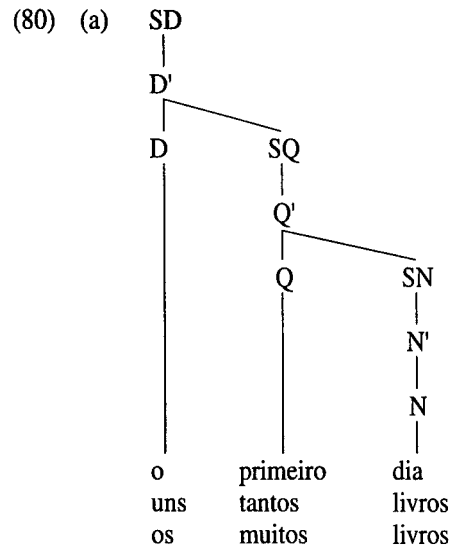


O segundo grupo de quantificadores apresenta várias possibilidades de combinação: os numerais podem co-ocorrer quer com artigos quer com demonstrativos (78a, b); os Qs discretos combinam-se, em geral, com o indefinido *uns* (79a) ou mesmo com o artigo definido desde que haja na construção outras formas de determinação e restrição (79b); outros têm uma distribuição mais limitada (79c):

⁽³⁹⁾ Cf. Brito (1993).

- (78) (a) O primeiro livro que tu me recomendaste é interessante.
 (b) Este segundo dia de aulas correu-me pessimamente.
- (79) (a) Li uns poucos / quantos / tantos / certos livros.
 (b) Li os inúmeros / diversos / muitos livros que estão na estante.
 (c) *Li os bastantes livros que estão na estante.

Estes factos sugerem que os quantificadores integrados neste grupo se projectam ou em estruturas sintácticas idênticas a (77) ou ocupam uma posição suplementar de Q, entre o determinante e a parte lexical da categoria, de acordo com a estrutura seguinte⁽⁴⁰⁾:



Outro é o comportamento dos quantificadores universais: *todos* e *ambos* são seguidos de artigo definido ou de demonstrativo⁽⁴¹⁾:

⁽⁴⁰⁾ Para uma estrutura deste tipo veja-se Cinque (1994); para o português Brito (1993), Martinho (1998).

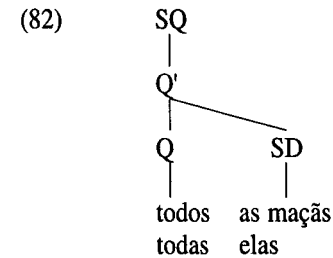
⁽⁴¹⁾ De acordo com Peres e Branco (1990), *todo* tem uma interpretação distributiva em exemplos como: (i) Todo o homem é mortal; uma interpretação holística em (ii) O Paulo leu o livro todo; e é ambíguo entre as duas interpretações em (iii) Todo o artigo foi revisto.

- (81) (a) Todas as maçãs estão verdes.
 (b) Ambas as maçãs estão verdes.
 (c) Todas essas maçãs estão verdes.
 (d) Ambas essas maçãs estão verdes.

Podem ainda ser seguidos de pronomes pessoais:

- (e) Todas elas estão verdes.

Esta co-ocorrência justifica uma estrutura mais complexa para estas expressões:



Todos pode vir separado do resto da expressão nominal, na construção chamada “flutuação de quantificador” (ver 12.1.):

- (83) (a) As maçãs estão todas verdes.
 (b) Os camponeses trabalharam todos até à noite.

Refira-se ainda que *algum* em posição pós-nominal tem sentido negativo, como em (84a, b):

- (84) (a) Livro algum estava sobre a mesa.
 (b) Não estava livro algum sobre a mesa.⁽⁴²⁾

⁽⁴²⁾ Ficam em aberto algumas questões, entre elas a de saber qual a posição ocupada por *cada* e *qualquer*, que não podem co-ocorrer com artigo definido: (i) Cada pessoa / * cada a pessoa pode levar um saco; (ii) Qualquer pessoa / * qualquer a pessoa pode levar um saco.

Pronomes quantificadores

A quantificação pode também ser dada por pronomes, no sentido de que têm a mesma distribuição de SDs (“pronomes indefinidos” na terminologia tradicional):

- (85) (a) Alguém que tu conheces manda-te saudades.
(b) Ninguém apareceu para almoçar.
(c) Traz tudo quanto encontrares.
(d) Não quero nada.

Os pronomes que ocorrem nestas frases constituem todo o SD. Tais quantificadores distinguem-se entre si pelo traço [Humano]: (85a, b) são [+Humano], (85c, d) [-Humano].

Os quantificadores podem também surgir com elipse nominal, isolados ou combinados com outros elementos:

- (86) (a) Todos [-] saíram mas alguns [-] voltaram.
(b) Todos estes [-] saíram da sala mas alguns [-] mais curiosos voltaram.

Ausência de quantificadores e de determinantes

Há vários tipos de contextos em que um nome comum se pode apresentar sem qualquer forma de determinação ou de quantificação.

Mas há uma distinção importante a fazer. Em alguns casos, as posições em que as expressões nominais se encontram são não argumentais:

— em vocativos, quer com nomes comuns quer com nomes próprios:

- (87) (a) Menina, vem cá!
(b) Pedro, vem cá!

— em exclamativas elípticas:

- (88) Menina bonita!

— em posição predicativa:

- (89) A Maria é professora ≠ A Maria é a professora ≠ A Maria é uma professora.

Há igualmente posições argumentais em que um nome pode surgir não precedido de qualquer determinante ou quantificador; nesse caso, a “ausência” é ela própria um meio de quantificação:

— como objecto do verbo *ter* (capítulo 10):

- (90) Tenho medo / raiva / fome.

— como N massivo singular:

- (91) (a) Faço pintura, escultura, cerâmica.
(b) Perdiam dinheiro ao jogo.
(c) Bebi água.

— como plurais simples afectando nomes contáveis:

- (92) (a) Sei línguas.
(b) Quis tomar comprimidos.

Observando os exemplos verifica-se que a interpretação normal dos plurais simples é a existencial, equivalente a *alguns*, *algumas*; usam-se normalmente como objecto directo, como em (92). Na posição de sujeito, só são possíveis num registo mais “telegráfico” ou acompanhados de complementos e/ou modificadores que os especifiquem, tendo a leitura genérica:

- (93) (a) Cadeiras desenhadas pelo Siza Vieira são caras.
(b) *Cadeiras são caras.

A leitura genérica dos plurais simples é, de qualquer modo, uma opção marcada em português, só surgindo em função de certos factores contextuais, como o uso de auxiliares do tipo de *dever*, o uso de *sempre* e o tempo presente ⁽⁴³⁾:

⁽⁴³⁾ Sobre nomes sem determinante ver Longobardi (1994); numa perspectiva semântica Oliveira (1998b) e capítulo 8 desta gramática. Recorde-se que, para exprimir o genérico, o português dispõe do definido singular ou plural e mesmo do indefinido: *o gato é mamífero*, *os gatos são mamíferos*, *um gato é um mamífero*.

- (94) (a) Línguas são sempre úteis.
 (b) ?Línguas são úteis.
 (c) Gatos siameses devem ser tratados com cautela.

Expressões quantitativas nominais ⁽⁴⁴⁾

A quantificação pode ser dada por expressões quantitativas que, pela sua forma, são nominais.

Podem ser de dois tipos: o primeiro é constituído por formas nominais como *pouco, tanto, nadinha, parte, porção, bocado* seguidos de *de N*: exp. de Quant + *de* + N. Em qualquer destes casos exprime-se uma *quantificação vaga* que refere “uma parte globalmente considerada”. Por essa razão utiliza-se geralmente o quantificador no singular:

- (95) (a) Dei-lhe uma pinga de água e um bocado de pão.
 (b) Uma boa dose de paciência é o que é preciso com as crianças.
 (c) Encontrei uma porção de livros.

O outro tipo consiste num nome de medida seguido de SP. Trata-se neste caso de uma *quantificação precisa* ou *determinada*, geralmente precedida de cardinal (mas podendo também ser precedida de artigo definido ou indefinido):

- (96) (a) Trouxe um litro de leite.
 (b) Trouxe dois litros de leite.
 (c) Trouxe o litro de leite que me pediste.
 (d) Trouxe uns litros de leite mas não sei exactamente quantos.
 (97) Comprou dez metros de cretone.

Pela sua forma, estas expressões são aparentadas com as construções de complementação nominal estudadas em 11.2.2: o segundo nome é precedido de um *de*, que é mais a marca do genitivo do que uma verdadeira preposição; por outro lado, na maior parte dos casos, para efeitos de concordância, são relevantes os traços de número do primeiro nome ⁽⁴⁵⁾:

⁽⁴⁴⁾ Numa perspectiva semântica, veja-se Marques (1993).

⁽⁴⁵⁾ Sobre a “assimetria” entre concordância e selecção com expressões quantitativas nominais ver Milner (1978).

dose de paciência..... é preciso
 + sing + sing
doses de paciência.... são precisas
 - sing - sing

Mas outras propriedades mostram que não estamos perante uma construção de complementação. Na realidade, para efeitos de selecção verbal, contam sempre os traços do segundo nome:

- (98) (a) Comi uma dúzia de morangos.
 (b) *Comi uma dúzia de livros.
 (c) Li uma porção de livros nas férias.
 (d) *Li uma porção de morangos nas férias.

Mesmo em relação à concordância, quando o primeiro nome, no singular, denota uma quantificação vaga e o segundo nome é plural, pode dar-se no registo oral a concordância com o nome no plural (um caso de “concordância da palavra com a ideia” ou “silepse”, na designação da retórica e da gramática tradicional) ⁽⁴⁶⁾:

- (99) (a) Um grupo de pessoas telefonou.
 (b) ?Um grupo de pessoas telefonaram.

Refira-se que, quando os nomes de quantidade são do tipo de *copo, cálice, taça, garrafa*, isto é, nomes que ou são de medida ou são de objectos, podem desencadear-se dois tipos de selecção verbal, como é ilustrado em (100):

- (100) (a) Um copo de vinho entornou-se no chão da cozinha.
 (b) Um copo de vinho partiu-se no chão da cozinha.

Em (100a), a expressão é quantitativa, sendo o segundo nome o verdadeiro núcleo lexical de toda a construção; em (100b) trata-se de uma construção de complementação nominal, sendo o núcleo lexical o nome à esquerda, *copo*.

As propriedades referidas mostram que nas expressões quantitativas com forma nominal o nome de quantidade tem um estatuto híbrido funcional / lexical: *funcional*, porque constitui uma forma de quantificação, e *lexical*, por-

⁽⁴⁶⁾ Cf. Soares Barbosa (1821: 265).

que há interdependência entre a natureza semântica do primeiro e do segundo nome.

Mas há uma gradação em relação a essa interdependência lexical: ela é fraca com nomes como *dúzia*, uma vez que este se pode usar com qualquer tipo de nome quantificável ⁽⁴⁷⁾:

(101) (a) uma dúzia de livros, uma dúzia de peixes, uma dúzia de carneiros.

A interdependência lexical é forte com nomes de medida (*litro*, *grama*), uma vez que a escolha do nome de quantidade depende da natureza sólida ou líquida da matéria que está a ser objecto de quantificação:

(102) (a) litro de água / *litro de baunilha
(b) grama de baunilha / *grama de água

A interdependência é muito forte na escolha dos **nomes colectivos** (103a) e dos nomes que designam agrupamentos de dois, três, etc. (103b):

(103) (a) cardume de peixe, manada de bois, rebanho de ovelhas
(b) duo / dueto de instrumentos musicais ou de vozes, um par de sapatos, uma parilha de bovinos.

Expressões partitivas

As expressões quantitativas, que apresentámos até agora, distinguem-se, sintáctica e semanticamente, das **expressões partitivas**, que se ilustram em (104) ⁽⁴⁸⁾:

(104) (a) Algumas das maçãs estão verdes.
(b) Duas das maçãs estão verdes.
(c) Várias das maçãs estão verdes.

⁽⁴⁷⁾ Agradeço a Óscar Lopes esta indicação.

⁽⁴⁸⁾ Vários indefinidos podem surgir em construções partitivas (ex.: Quero *uns* quantos desses bolos. Dá-me *um* qualquer deles). Cada é sempre seguido do numeral *um* quando está incluído nesta estrutura (ex.: Cumprimentou *cada um dos* ministros). *Um* não tem, nas construções partitivas, o plural *uns*, mas sim *alguns* ou o cardinal *dois*, *três*; nessas condições não se trata do indefinido mas do cardinal: (a) *Um* dos jogadores sofreu uma lesão; (b) **Uns* dos jogadores sofreram lesões; (c) *Alguns* (*dois*, *três*,...) dos jogadores sofreram lesões.

(d) Algumas dessas maçãs estão verdes.
(e) Duas dessas maçãs estão verdes.
(f) Várias dessas maçãs estão verdes.
(105) (a) Arrumei a maior parte dos livros.
(b) Trouxe um litro desse leite de que me tinhas falado.
(c) Comprou dez metros daquele cretone.

Nestas construções e através de diferentes formas de quantificação exprime-se uma parte (vaga ou precisa) de uma entidade previamente determinada; por isso, as expressões partitivas apresentam sempre a forma: exp. de quant + *de* + Art / Dem + N. Compreende-se, por isso, que os quantificadores universais *todo(s)* e *ambos*, que indicam a totalidade dos indivíduos, não possam surgir em expressões partitivas:

(106) (a) *Todos desses livros.
(b) *Ambas dessas maçãs.

Em relação à concordância, o verbo concorda com a expressão de quantidade:

(107) (a) Uma porção desses livros estragou-se.
(b) */? Uma porção desses livros estragaram-se.

Quanto à selecção verbal, é o segundo nome que a marca; nessa medida, com os nomes como *copo*, *cálice*, *chávena*, não se nota a possibilidade de dupla selecção que vimos existir nas expressões quantitativas:

(108) (a) *Partiu-se um copo desse bom vinho.
(b) Entornou-se um copo desse bom vinho.

Estas duas propriedades mostram, mais uma vez, que não estamos perante uma construção de complementação nominal.

11.2.4. Modificadores nominais

Além dos elementos de quantificação, dos determinantes e dos complementos, a categoria SD pode ainda conter constituintes com forma e valores semânticos muito diversificados mas que têm em comum serem **modificadores nominais restritivos** ou **apositivos**.

Os modificadores restritivos limitam o domínio de referência da expressão nominal; categorialmente podem ser SPs (os adjuntos a SN a que já fizemos referência em 11.2.2.), adjectivais e oracionais.

Os modificadores apositivos constituem um comentário avaliativo do locutor sobre uma entidade denotada pela expressão nominal; categorialmente podem ser frásicos (as relativas apositivas), nominais ou adjectivais (os apostos, na terminologia tradicional).

11.2.4.1. A modificação através de adjectivos

Neste ponto importa fazer uma brevíssima análise distribucional dos adjectivos no interior do SD (adjectivos adnominais), deixando para 11.3. um estudo mais alargado de tipos de adjectivos.

No que diz respeito aos adjectivos adnominais, é necessário destacar que o português admite adjectivos em posição pós-nominal e em posição pré-nominal.

Muitos adjectivos qualificativos podem ocorrer nas duas posições:

(109) uma criança bonita / uma bonita criança

A posição pós-nominal está associada a uma interpretação restritiva, predicativa, especificadora. Em relação a certos adjectivos esta posição está reservada ao significado mais objectivo ou denotativo (como em *um homem pobre*), enquanto a posição pré-nominal, para os mesmos adjectivos, está geralmente associada à leitura mais subjectiva (como em *um pobre homem*).

Alguns adjectivos qualificativos só ocorrem em posição pós-nominal: é o caso dos adjectivos de tipo classificatório, técnicos e de relação, e os que designam forma, cor, estado, dimensão:

(110) (a) um triângulo equilátero / *um equilátero triângulo
(b) o turismo estudantil / *o estudantil turismo
(c) um vestido vermelho / *um vermelho vestido
(d) a mulher portuguesa / *a portuguesa mulher

Estes últimos adjectivos são não graduáveis. Havendo no SN dois adjectivos, um não graduável e um graduável, o N é precedido do graduável e seguido do não graduável; ou é seguido pelos dois, primeiro o não graduável e a seguir o graduável:

(111) (a) a actual situação política / a situação política actual
(b) um enorme fruto amarelo / um fruto amarelo enorme

Os adjectivos que estão, de algum modo, ligados a uma interpretação quantificadora (*mero, simples*) só aparecem em posição pré-nominal:

(112) um mero incidente / *um incidente mero

É também o que acontece com *diversos, raros, certos, próprio (s), qualquer / quaisquer, único (s)*: enquanto quantificadores ocupam a posição pré-nominal:

(113) (a) Comprei diversos livros.
(b) Encontrei uma certa pessoa.
(c) Raras pessoas se aperceberam disso.

Em posição pós-nominal têm valor de adjectivos qualificativos:

(114) (a) Isso é um assunto diverso (= diferente).
(b) Ele é um amigo certo (= seguro).
(c) Ele colecciona objectos raros (= difíceis de encontrar).

11.2.4.2. A modificação através de orações relativas e aparentadas ⁽⁴⁹⁾

São também modificadores nominais as orações relativas; estas são de dois tipos: as relativas restritivas ou determinativas e as relativas apositivas ou explicativas ou não restritivas:

— as primeiras contribuem para a construção do valor referencial da expressão nominal e por isso não podem ser separadas do antecedente por pausas (na escrita por vírgulas, ou traços):

(115) (a) O chapéu que estava no armário desapareceu.
(b) O homem de que tu me falaste está a chorar.
(c) Compraram uma toalha com que cobriram a mesa.

— as relativas apositivas não contribuem para a construção do valor referencial da expressão nominal que a antecede, servindo de comentário do locutor relativamente à entidade denotada pela expressão nominal ante-

⁽⁴⁹⁾ Sobre a sintaxe das frases relativas, ver capítulo 16.

cedente; por esta razão estas orações estão relacionadas com os apostos (ver ponto seguinte):

- (116) (a) O António, que faz anos amanhã, regressou do estrangeiro.
- (b) Lisboa, que é a capital de Portugal, é uma cidade com uma luz especial.
- (c) Os teus primos, que vivem na Califórnia, chegam hoje.
- (d) Eu, que tanto me esforcei, cheguei em último lugar.

Assinale-se que nem as relativas restritivas nem as apositivas são complementos nominais, não participando na grelha de subcategorização ou na grelha temática dos nomes.

Veja-se por exemplo a diferença entre (117a), (117b) e (117c):

- (117) (a) A hipótese que me apresentaste ontem é interessante.
- (b) A hipótese de que me venhas a apresentar aquele tipo agrada-me.
- (c) A hipótese de me apresentares aquele tipo agrada-me.

A primeira contém uma oração relativa restritiva, uma forma de modificação, enquanto (117b) e (c) contém orações completivas ou integrantes, que são complementos nominais (capítulo 15).

Pode também fazer parte do SN um tipo de construção aparentada com as relativas: trata-se de orações infinitivas com sentido final e que tradicionalmente são tratadas como orações subordinadas finais:

- (118) (a) Herdei uma casa para viver.

Tal como as relativas, estas orações não podem ser separadas do seu antecedente; compare-se (118a) com (118b):

- (b) ?? Uma casa foi herdada por mim para viver.

11.2.4.3. Apostos

Além das orações relativas apositivas, outras expressões parentéticas, destacadas por pausas no interior do SD, constituem os apostos. Os apostos podem ser nominais e adjectivais:

- (119) (a) Adriano, o Imperador de Roma, era um homem só.
- (b) O guarda, aquele cretino, atirou dois tiros.
- (c) O João, todo contente, partiu para os EUA.

Quando os apostos são importantes como forma de identificação da entidade descrita pelo SD devem ocorrer a seguir ao nominal:

- (120) *Adriano era um homem só, o Imperador de Roma.

Certos apostos não são identificadores e por essa razão podem ocupar outras posições na frase:

- (121) (a) O guarda atirou dois tiros, aquele cretino!
- (b) O João partiu para os EUA, todo contente.

Também as relativas apositivas, se iniciadas por um substituto anafórico do SD — que funciona então como antecedente imediato do *que* — podem não ser colocadas em adjacência ao antecedente:

- (122) Os teus primos chegam hoje, os que vivem na Califórnia.

11.2.4.4. Expressões qualitativas

A posição à esquerda do nome não é exclusiva nem dos determinantes e quantificadores nem de certos adjectivos.

Observem-se as seguintes frases:

- (123) (a) O estúpido do rapaz saltou do segundo andar.
- (b) A porcaria do meu carro nunca pega de manhã.
- (c) Um amor de miúdo ofereceu-me uma flor.
- (d) Aquele cretino do guarda atirou dois tiros.
- (e) O idiota deste velho atravessou no meio da estrada.

As expressões de qualificação indicadas em (123) são formadas pela sucessão de um determinante, um nome ou um adjectivo valorativo e a preposição *de*. Antecedem obrigatoriamente o núcleo do SN. Por essa razão, (124) é inaceitável. Os exemplos em (125) evidenciam a alteração de sentido que se dá quando o adjectivo é colocado a seguir ao nome:

(124) *Do meu carro, a porcaria nunca pega de manhã.

(125) (a) O estúpido do rapaz / o rapaz estúpido

(b) O pobre do homem / o homem pobre

Esta característica das expressões qualitativas permite a construção da seguinte frase, que só aparentemente é contraditória:

(126) (a) O estúpido do rapaz que saltou do segundo andar não era estúpido.

As expressões qualitativas, por não serem formas adjetivais típicas, não podem ser antecedidas de advérbios de grau:

(126) (b) *O muito estúpido do rapaz.

Em conclusão: na categoria tradicionalmente designada SN estabelecem-se, além da determinação e da quantificação, relações de complementação e de modificação.

A complementação corresponde à relação que se estabelece entre nomes e argumentos ou entre nomes e complementos; uns e outros estabelecem relações semânticas diversificadas com o núcleo.

De modo a distinguir a parte lexical da parte funcional, foi proposto que os determinantes e os quantificadores são núcleos das suas próprias projecções, sintagma determinante (SD) e sintagma quantificador (SQ). Uma vez introduzida esta concepção, a parte lexical da categoria passou a ser designada SN.

No SD, a modificação pode ser restritiva ou apositiva, sendo expressa por categorias diversas. Uma maneira curiosa de modificação nominal é dada pelas expressões qualitativas.

O SD é marcado por mecanismos de concordância, tendo os valores de género e de número do núcleo nominal um papel fundamental pois tais valores são transmitidos a determinantes, quantificadores, adjetivos e apostos.

11.3. O sintagma adjectival

11.3.1. Estrutura geral do sintagma adjectival; relação entre adjectivos, nomes, participios passados e advérbios

Nos parágrafos anteriores fez-se já referência ao Sintagma Adjectival (SA), uma categoria sintáctica cujo núcleo é um Adjectivo (A) e que pode ter com-

plementos e expressões de grau. O SA pode ter, por isso, tal como o SN, uma **estrutura lexical** e uma **estrutura funcional** ⁽⁴⁹⁾.

Os adjectivos podem ocorrer em posição atributiva (como atributos no interior do SN) ⁽⁵⁰⁾, como em (1); alguns podem ocorrer em posição predicativa (como predicativos do sujeito) ⁽⁵¹⁾, como em (2), ou como predicativos do objecto, em construções de predicação secundária, como em (3) ⁽⁵²⁾:

(1) Comprei um livro muito útil.

(2) Esse livro é muito útil.

(3) Considero esse livro muito útil.

Nomes ou Adjectivos?

Devido ao facto de nomes e adjectivos partilharem a propriedade da flexão, a tradição gramatical referiu-se a “nomes substantivos” e a “nomes adjectivos”. Mas há critérios que podem ser usados para distinguir adjectivos de nomes: a) todos os adjectivos ocorrem em posição atributiva (embora nem todos possam ocupar a posição predicativa); b) muitos adjectivos são graduáveis e nesse caso podem ser acompanhados de expressões de grau, em particular do advérbio que exprime o superlativo absoluto (*muito*).

Mas por vezes é difícil de saber se estamos perante um nome ou perante um adjectivo. Vejamos o caso de expressões como:

(4) os ricos, os pobres, os novos, os velhos, os casados, os solteiros, os racistas, os portugueses, os verdes (= pertencentes ao partido 'Os Verdes').

Vejamos como alguns destes itens lexicais se comportam relativamente a critérios de adjectivação:

⁽⁴⁹⁾ Sobre adjectivos ver, para o português, Casteleiro (1981) e Fonseca (1993: 7-32); ver ainda Quirk *et alii* (1985), Wilmet (1986), Soutet (1989), Demonte (1999), Bosque (1990c, 1999b) e bibliografias aí apresentadas.

⁽⁵⁰⁾ Na tradição gramatical francesa chama-se 'építeto' àquilo que nesta gramática se designa 'atributo'. É também essa a opção terminológica de Fonseca (1993).

⁽⁵¹⁾ Neste capítulo apenas consideraremos os verbos *ser* e *estar* como introdutores do predicativo do sujeito, mas outros verbos, em particular os inacusativos, podem surgir neste tipo de construção (ver Fonseca, 1993: 17-18, e capítulo 10 e 13 desta gramática).

⁽⁵²⁾ Cf. Fonseca (1993: 18-22).

— podem surgir em posição de atributo de um nome, embora nem todos ocorram nas posições pré e pós-nominal:

- (5) (a) os parentes ricos, os ricos parentes
(b) os habitantes novos, os novos habitantes
(c) os reformados velhos, os velhos reformados ⁽⁵³⁾
(d) os homens casados, *os casados homens
(e) os políticos verdes, *os verdes políticos
(f) os dirigentes racistas, *os racistas dirigentes

— podem ocorrer em posição predicativa e ter por isso a função sintáctica de predicativo do sujeito:

- (6) (a) Os parentes são ricos.
(b) Esses habitantes são novos.
(c) Essas pessoas são velhas.
(d) Aqueles homens são casados.
(e) Esse político é verde.
(f) Aquele dirigente é racista.

— nem todos podem ser modificados por expressões de grau, porque nos exemplos apresentados há diferença entre palavras graduáveis (*rico, novo, velho, racista*) e não graduáveis (*casado, verde, portugueses*) ⁽⁵⁴⁾:

- (7) (a) os parentes muito ricos
(b) os habitantes muito novos
(c) os reformados muito velhos
(d) os políticos muito racistas
(e) *os homens muito casados
(f) *os políticos muito verdes
(g) *os cidadãos muito portugueses

Estes testes mostram que, como atributos nominais, os itens lexicais em causa são verdadeiros adjectivos, pertencentes a dois grupos, os graduáveis e os não graduáveis.

⁽⁵³⁾ Neste exemplo, como em outros semelhantes, *velho* pode ser um nome e *reformado* um particípio com valor adjectival. Ver também a este propósito Cunha e Cintra (1984: 248).

⁽⁵⁴⁾ Com o sentido de 'inexperiente' o adjectivo *verde* pode ser graduável: (i) um político muito verde.

Vejamos agora se tais itens podem ser modificados por adjectivos:

- (8) (a) os arrogantes ricos ⁽⁵⁵⁾, os ricos arrogantes (= os ricos que são arrogantes)
(b) os simpáticos casados, os casados simpáticos (= os casados que são simpáticos)
(c) os perigosos racistas, os racistas perigosos (= os racistas que são perigosos)
(d) os simpáticos portugueses, os portugueses simpáticos (= os portugueses que são simpáticos).

Todas as combinações em (8) são aceitáveis; isso significa que os itens lexicais em consideração admitem eles próprios adjectivação, o que pode servir de argumento a favor do seu comportamento nominal.

Repare-se ainda que as sequências *os ricos, os velhos, os casados, os verdes, os portugueses*, etc. designam unicamente grupos humanos, são referenciais (têm sentido genérico), aparecem geralmente na forma masculina e sempre no plural ⁽⁵⁶⁾.

Estas últimas propriedades apontam para uma certa independência lexical destas expressões; mesmo que o processo sintáctico que possa estar na origem desta construção seja uma elipse nominal ⁽⁵⁷⁾, o que é certo é que houve uma lexicalização mais ou menos acentuada e a expressão pode então ser usada com uma relativa autonomia, se comparada com o emprego dos mesmos itens como verdadeiros adjectivos ⁽⁵⁸⁾.

Por outro lado, há nomes que têm um uso como modificadores, como nos exemplos (9a, b):

- (9) (a) O meu filho médico voltou de Paris.
(b) Ele é muito homem.

Em (9a) o nome *médico* é usado numa interpretação predicativa, servindo de restrição ao outro nome.

⁽⁵⁵⁾ Mais uma vez esta expressão pode ter a leitura "os arrogantes que são ricos"; nesse caso, o nome é *arrogantes* e o adjectivo é *ricos*.

⁽⁵⁶⁾ Kester (1996) chama a esta construção "construção humana", tratando-a como um caso de elipse nominal.

⁽⁵⁷⁾ Do ponto de vista da morfologia pode considerar-se ter havido uma conversão.

⁽⁵⁸⁾ Cf. Martinho (1998, em especial pp. 140-141).

Em (9b) o nome *homem* é usado como adjectivo, admitindo a quantificação através do advérbio, como se de superlativo absoluto se tratasse.

Adjectivos ou participípios?

Muitos participípios verbais funcionam sintacticamente como adjectivos, surgindo em posição predicativa (10a, b, c) ou atributiva (10d) e podendo ser modificados por expressões de grau (10b, c):

- (10) (a) Ele está preocupado com a filha.
(b) Ele está preocupadíssimo com a filha.
(c) Ele está muito preocupado com a filha.
(d) Uma pessoa preocupada apareceu aqui.

Além destas duas propriedades, outras aproximam participípios de adjectivos ⁽⁵⁹⁾:

— apresentam marcas de género e de número;
— em frases predicativas podem ser substituídos pelo clítico demonstrativo *o*:

- (11) (a) Ele está-o realmente (*o* = preocupado com a filha).
(b) Ele é-o (*o* = fiel à mulher).

— certo tipo de complementos quer de adjectivo quer de participípio pode ser substituído por *lhe*:

- (12) (a) A rapariga foi-lhe fiel.
(b) A encomenda foi-lhe entregue pela polícia.

— certos adjectivos e participípios admitem diminutivos:

- (13) (a) Ela está branquita.
(b) O João está mesmo amarradinho à namorada.

⁽⁵⁹⁾ Sobre propriedades que aproximam e distinguem participípios e adjectivos, ver Casteleiro (1981: ponto 4.5.3 do capítulo 1) e Bosque (1990c: 166-168 e 1999b: 283-284).

— ambas as classes de palavras podem surgir em construções de sentido restritivo e apositivo:

- (14) (a) Os garotos traquinas partiram a janela.
(b) Os garotos, traquinas, partiram a janela.
(c) Os garotos educados cumprimentaram o director.
(d) Os garotos, educados, cumprimentaram o director.

Embora partilhem com os adjectivos (e até com os nomes) as propriedades apontadas, há participípios que são verdadeiras formas verbais. A prova da natureza verbal desses participípios é a possibilidade de serem acompanhados de advérbios temporais/aspectuais e a impossibilidade de surgirem em posição pré-nominal; quando as formas não admitem esses advérbios e quando ocupam a posição pré-nominal são adjectivos ⁽⁶⁰⁾:

- (15) (a) uma província ocupada / uma província recentemente ocupada (participípio)
(b) uma mulher ocupada / *uma mulher recentemente ocupada (adjectivo)
- (16) (a) uma reunião autorizada / *uma autorizada reunião (participípio)
(b) uma opinião autorizada / uma autorizada opinião (adjectivo)

Por outro lado, são participípios verbais as formas que com o auxiliar *ter* constituem os tempos compostos e com o auxiliar *ser* as frases passivas. Em geral, as formas regulares dos participípios juntam-se a *ter* nos tempos compostos, as formas irregulares, “truncadas”, surgem em construções passivas (com *ser*): é o caso de *aceite*, *entregue*, *expulso*, *morto*, *salvo*, *solto*, etc. ⁽⁶¹⁾ Refira-se, a este propósito, que muitas palavras que hoje são adjectivos foram participípios passados-irregulares noutras fases da língua: *cheio*, *contente*, *fixo*, *largo*, *limpo*, *maduro* ⁽⁶²⁾.

Adjectivos ou advérbios?

Também há adjectivos que podem ser usados com o valor de advérbios, como nos seguintes exemplos:

⁽⁶⁰⁾ Cf. Bosque (1990c: 167).

⁽⁶¹⁾ Sobre esta matéria ver Casteleiro (1981: 4.5.3 do capítulo 1, em particular, p. 85), Mateus *et alii* (1989: 223) e Bosque (1999b: capítulo 4.4).

⁽⁶²⁾ Cf. para o espanhol Bosque (1999b: 277-281).

- (17) (a) A Maria trabalha duro (= duramente).
 (b) A Maria fala muito alto.

A ausência de concordância com o sujeito é a marca da natureza de advérbio de *duro* e *alto* ⁽⁶³⁾.

Em síntese: a categoria do adjetivo tem propriedades nominais, como a flexão, e verbais, em particular o poderem ser predicativos: daí serem descritos por alguns autores pelos traços [+N, +V]. Há critérios para a identificação de adjetivos, mas há algumas construções que mostram a profunda afinidade entre nomes e adjetivos.

Os participípios e os adjetivos têm igualmente propriedades em comum. Mas há participípios que são formas verbais e portanto há um conjunto de propriedades que os distingue dos adjetivos.

Algumas formas comuns a adjetivos podem ser usadas como advérbios.

11.3.2. Tipos de adjetivos

É costume classificar os adjetivos em duas grandes subcategorias:

- os **adjetivos modificadores** ou **qualificativos**, que exprimem qualidades, estados, modos de ser de entidades denotadas pelos nomes (*menino lindo, casa grande, vestido vermelho*, etc.)
- e os **adjetivos relacionais**, também designados adjetivos temáticos e referenciais, geralmente denominais, que representam argumentos dos nomes com os quais são combinados e que por isso recebem relações temáticas diversificadas: de Agente (*a revolta estudantil, a destruição romana da cidade, a recusa presidencial, a aprovação ministerial*); de Experienciador (*preocupação popular*), de Tema (*crítica musical*) de Possuidor (*trânsito urbano*) ⁽⁶⁴⁾.

⁽⁶³⁾ Sobre a distinção entre adjetivo e advérbio ver Fonseca (1993: 31).

⁽⁶⁴⁾ Certos autores chegam mesmo a considerar que os adjetivos relacionais são “pseudo-adjetivos”.

Casteleiro (1981: 136), propõe para os adjetivos relacionais a designação de adjetivos “não-predicativos”, de modo a distingui-los dos predicativos. Mas o autor tem consciência de que tal designação não é totalmente satisfatória. Ver também Fonseca (1993: 7-32).

Estes dois tipos de adjetivos são marcados por alguns comportamentos sintácticos distintos ⁽⁶⁵⁾.

Os adjetivos qualificativos podem surgir quer em posição atributiva, como adjetivos adnominais:

- (18) (a) os meninos lindos / os lindos meninos

quer em posição predicativa:

- (b) os meninos são / estão lindos.

Os adjetivos relacionais não podem, em geral, ocorrer em posição predicativa ⁽⁶⁶⁾:

- (19) (a) * A revolta foi estudantil.
 (b) * A recusa é presidencial.

Nos adjetivos qualificativos há muitos que são graduáveis, os relacionais nunca o são:

- (20) (a) este menino muito lindo
 (b) *a revolta muito estudantil

Os adjetivos qualificativos têm em geral antónimos (por gradação): *lindo / feio, grande / pequeno, quente / frio*; os relacionais não têm: *estudantil / * não-estudantil*.

Para além dos qualificativos e dos relacionais, há **adjetivos modificadores do significado ou intensão dos nomes** ⁽⁶⁷⁾, não os qualificando propriamente e exprimindo valores ligados a quantificação e intensidade (*principal, mero, pleno*) e os **adjetivos negativos e conjecturais** (*falso, presumível*). Tanto uns como outros não podem ocorrer em posição predicativa; geralmente, aparecem em posição pré-nominal ⁽⁶⁸⁾:

⁽⁶⁵⁾ Sobre os comportamentos sintácticos das duas classes de adjetivos ver Casteleiro (1981: ponto 4.5.1 do capítulo 1) e Demonte (1999: 138-9).

⁽⁶⁶⁾ Tanto Casteleiro como Demonte (nas obras referidas na nota anterior) mostram que alguns adjetivos relacionais podem surgir em posição predicativa: esta revista é mensal; esses problemas são rurais (e não urbanos).

⁽⁶⁷⁾ Esta designação é de Demonte (1999: 139).

⁽⁶⁸⁾ Como adjetivo qualificativo, não conjectural, *falso* pode ocorrer em posição pós-nominal: uma moeda falsa (= não verdadeira).

- (21) (a) a principal revolta / a revolta principal
 (b) *A revolta é principal.
- (22) (a) um mero incidente / *um incidente mero
 (b) *O incidente foi mero.
- (23) (a) o presumível ladrão / * o ladrão presumível
 (b) *O ladrão é presumível.

Refira-se ainda os **adjectivos modais**, como *possível*, *provável* e os **temporais-aspectuais**, como *frequente*, *permanente*, *súbito*. Geralmente afectam nomes deverbais que mantêm a leitura correspondente aos verbos de que derivam, embora possam igualmente modificar nomes não deverbais. Estas duas classes podem surgir em posição pré e pós-nominal e em posição predicativa:

- (24) (a) uma possível / provável derrota dos independentistas
 (b) uma derrota possível / provável dos independentistas
 (c) A derrota é possível.
- (25) (a) a permanente / frequente violação dos direitos humanos
 (b) a violação permanente / frequente dos direitos humanos
 (c) A violação dos direitos humanos é permanente.
- (26) (a) Ela sempre teve súbitas dores de cabeça.
 (b) Ela teve sempre dores súbitas de cabeça.
 (c) A dor de cabeça foi súbita.

Voltemos agora a nossa atenção para as posições dos adjectivos qualificativos adnominais e seus valores semânticos.

Como o exemplo (18a) já ilustra, alguns adjectivos podem ocupar duas posições, a pós-nominal e a pré-nominal. Essas duas posições estão ligadas a diferentes interpretações. A posição pós-nominal tem um valor restritivo, especificador, predicativo⁽⁶⁹⁾.

Em relação a certos adjectivos, às duas posições estão mesmo associados significados diferentes⁽⁷⁰⁾:

⁽⁶⁹⁾ Em termos conjuntistas, em *os meninos lindos* há a intersecção do conjunto dos meninos e do conjunto dos seres lindos e a expressão pode ser parafraseada por "os meninos que pertencem ao conjunto dos seres lindos". A posição pré-nominal, como em *os lindos meninos*, corresponde à inclusão do conjunto referido pelo determinante ("os meninos") no conjunto expresso pelo adjectivo, podendo ser parafraseado por "os membros do conjunto dos meninos que são lindos". Para a caracterização das interpretações dos adjectivos pré e pós-nominais em termos de intersecção e inclusão ver Soutet (1989: 28).

⁽⁷⁰⁾ Ver no mesmo sentido Casteleiro (1981: 58 e 135).

- (27) (a) O meu amigo *velho* acabou de sair (= idoso).
 (b) O meu *velho* amigo acabou de sair (= antigo, não necessariamente idoso).

Como já se nota com *velho*, alguns adjectivos qualificativos (de estado, de medida, etc.) têm um significado diferente quando pospostos ao nome (interpretação inerente ou sentido denotativo do adjectivo) ou quando prepostos (interpretação não inerente e por isso mesmo associada a conotação ou a sentido "figurado"): *um homem pobre* (=sem recursos) / *um pobre homem* (=sem sorte); *uma pessoa rica* (= com meios) / *uma rica pessoa* (=bondosa); *um homem grande* (=de estatura elevada) / *um grande homem* (= notável).

Pelo contrário, há adjectivos que têm unicamente um valor restritivo, classificatório e por isso só ocorrem em posição pós-nominal; estão neste caso os adjectivos técnicos, os já referidos adjectivos de relação ou temáticos e os adjectivos que designam estado, origem, cor, matéria, nacionalidade:

- (28) (a) um triângulo equilátero / *um equilátero triângulo
 (b) o turismo estudantil / *o estudantil turismo
 (c) o vestido vermelho / *o vermelho vestido
 (d) a mulher portuguesa / *a portuguesa mulher

Nos adjectivos qualificativos há que referir a distinção entre adjectivos graduáveis e não graduáveis: este parâmetro é decisivo para diferenciar adjectivos que designam qualidades ou propriedades que admitem uma escala de valores e os que não têm essa propriedade⁽⁷¹⁾.

São graduáveis os adjectivos de medida (*alto*, *recente*) e os valorativos (*bondoso*, *ilustre*). Tais adjectivos, além de poderem ser modificados por expressões de grau e ocorrerem em construções exclamativas, comparativas, consecutivas, podem surgir quer em posição pré-nominal quer pós-nominal:

- (29) (a) uma pessoa muito bondosa
 (b) os acontecimentos muito recentes
 (c) uma cómoda muito pesada
- (30) (a) uma bondosa / ilustre / simpática pessoa
 (b) os recentes / antigos acontecimentos
 (c) uma pesada / longa / alta cómoda

⁽⁷¹⁾ Os graduáveis correspondem aos que Demonte (1999: 144-146) chama adjectivos "não-intersectivos, subjectivos ou relativos"; os não graduáveis correspondem aos "adjectivos intersectivos ou absolutos".

São não graduáveis os adjectivos que exprimem nacionalidade, origem, cor, estado, matéria, já acima referidos: tais adjectivos não podem ser modificados por expressões de grau, não ocorrem em frases comparativas, consecutivas e exclamativas e surgem apenas em posição pós-nominal:

- (31) (a) um triângulo equilátero
(b) matéria gasosa / líquida / sólida
(c) o relógio dourado
(d) uma blusa azul
(e) as medidas legislativas
(f) um engenheiro civil
(g) a situação política

Os exemplos seguintes mostram bem o carácter não graduável de um adjectivo como *equilátero*:

- (32) (a) *um triângulo muito equilátero
(b) *Que equilátero é este triângulo!
(c) *Este triângulo é mais equilátero do que aquele.
(d) *Este triângulo é tão equilátero que faz impressão.

Tais adjectivos só podem surgir em posição predicativa em enunciados de tipo definitório e exclusivamente com o V *ser*, dado que exprimem propriedades inerentes de indivíduos (“predicados de indivíduo”):

- (33) Este triângulo é (um triângulo) equilátero.

Refira-se, no entanto, que alguns destes adjectivos podem ser graduáveis fora do seu sentido estritamente técnico, ocorrendo então nas construções acima referidas:

- (34) (a) Este refrigerante é tão gasoso!
(b) Este creme está mais líquido do que a mousse de chocolate.

De igual modo, os adjectivos de origem e de nacionalidade, que são normalmente não graduáveis, podem sê-lo quando não estão a ser usados no seu sentido habitual, designando então “propriedades prototípicas de”:

- (35) (a) Ele é tão britânico!
(b) Ela é tão alemã que faz impressão!

Também os adjectivos de cor podem ser graduáveis se se admitir a existência de uma banda de determinada cor:

- (36) (a) Esta saia é tão vermelha!
(b) A minha saia é mais vermelha do que a tua!

Já se disse que os adjectivos graduáveis no seu uso típico podem ocorrer em posição pré e pós-nominal e que os adjectivos não graduáveis não ocorrem em posição pré-nominal. Em posição pós-nominal, os adjectivos graduáveis seguem os adjectivos não graduáveis mas nunca o contrário:

- (37) (a) a situação política recente / * a situação recente política
(b) um engenheiro civil diligente / *um engenheiro diligente civil
(c) uma mulher portuguesa bondosa / *uma mulher bondosa portuguesa

Como os graduáveis podem ocorrer em posição pré-nominal, muitas vezes encontramos um graduável nessa posição e um não graduável em posição pós-nominal:

- (38) (a) a recente situação política
(b) um diligente engenheiro civil
(c) uma bondosa mulher portuguesa

Outras distinções semânticas importantes (que se podem sobrepor a outras já aqui apresentadas) são as que se verificam entre predicados estativos e predicados dinâmicos, por um lado, e entre „predicados de indivíduo“ (inerentes, permanentes) e “predicados de fase” (temporários, transitórios, episódicos), por outro lado⁽⁷²⁾.

Os adjectivos estativos não podem ser usados nem em frases imperativas (39a) nem em construções progressivas (39b)⁽⁷³⁾:

⁽⁷²⁾ Sobre a distinção entre “individual predicates / stage level predicates” veja-se Carlson (1977), Kratzer (1995). Demonte (1999: 142-144) designa estes dois tipos “adjectivos individuais” e “adjectivos episódicos”.

⁽⁷³⁾ De acordo com Cunha (1998a), os estados podem ser faseáveis e não faseáveis; por essa razão, o critério classicamente proposto para distinguir estativos e dinâmicos, que é o uso de certos operadores aspectuais não funciona inteiramente. Os estados faseáveis admitem *estar a, andar, começar a*: (i) o João anda a ser simpático com os colegas; os estados não faseáveis não o admitem: (ii) * o João anda a ser alto.

- (39) (a) *Sê alto / pesado / comprido / português / azul!
 (b) *Ele está a ser alto / pesado / comprido / português / azul.

Os adjectivos dinâmicos ocorrem nas duas construções referidas:

- (40) (a) Sê diligente / trabalhador / optimista / paciente!
 (b) Ele está a ser diligente / trabalhador / optimista / paciente.

Quanto aos adjectivos de indivíduo e de fase: tal diferença relaciona-se com o facto de uma propriedade estar associada a um dado indivíduo (*inteligente, português*) ou apenas a uma fase de um indivíduo (*morto, grávida*).

Em português e em posição predicativa tal diferença está relacionada com o uso de *ser* e *estar*:

- (41) (a) O rapaz é inteligente / *o rapaz está inteligente.
 (b) A mulher é portuguesa / *a mulher está portuguesa.
 (42) A mulher grávida / *A mulher é grávida. / A mulher está grávida.

Refira-se que certos adjectivos (como *inteligente*), que normalmente são predicados de indivíduo, podem ser usados como predicados de fase e então surgir com o verbo *estar*, desde que haja na frase expressões que localizem no espaço e no tempo a referida fase⁽⁷⁴⁾, assim como em imperativas e em construções progressivas:

- (43) (a) O concorrente *hoje* está inteligente.
 (b) Por favor, sê inteligente nesta pergunta e não digas disparates!
 (c) O concorrente *hoje* está a ser inteligente.

Também um adjectivo estativo e de medida como *alto* é de indivíduo se aplicado a uma montanha, como no exemplo (44a), mas pode ser de fase ou episódico se estiver a caracterizar um jovem em processo de crescimento (44c); aplicado ao mesmo jovem, se se considerar que o crescimento terminou, o adjectivo é de indivíduo (44b):

- (44) (a) A montanha é alta / *A montanha está alta.
 (b) A tua filha é alta.
 (c) A tua filha está alta.

⁽⁷⁴⁾ Cf. no mesmo sentido Demonte (1999: 143).

Estes factos mostram a importância da relação que se estabelece entre a entidade denotada pela expressão nominal e o adjectivo modificador, bem como o papel de todos os elementos contextuais na determinação do significado do adjectivo, em particular a distinção entre *ser* e *estar*.

No capítulo anterior já fizemos referência àquilo que a tradição gramatical referia como “adjectivos possessivos”, “demonstrativos”, “interrogativos”, “relativos”, “indefinidos”, para distinguir o uso pré-nominal destes itens do seu uso “pronominal” (não seguido de nome). Vale a pena recordar alguns membros da última classe (como *diverso(s), raro(s), certo(s), próprio(s), qualquer, quaisquer, único(s)*): a posição pré-nominal força a leitura quantificacional, como já tínhamos visto:

- (45) (a) Comprei diversos livros.
 (b) Encontrei uma certa pessoa.
 (c) Raras pessoas se aperceberam disso.
 (d) Qualquer homem sabe disso.
 (e) A própria filha o esqueceu.
 (f) Encontrei uma única mulher (não duas).

Em posição pós-nominal têm valor de adjectivos qualificativos:

- (46) (a) Isso é um assunto diverso (= diferente).
 (b) Ele é um amigo certo (= seguro).
 (c) Ele colecciona objectos raros (= difíceis de encontrar).
 (d) A Maria namora um homem qualquer (= não identificado mas também vulgar).
 (e) Ela estava na idade própria (= adequada).
 (f) Ela era uma mulher única (= incomparável).

Em conclusão: a posição pós-nominal, a posição pré-nominal e a combinação de adjectivos no SN obedecem a restrições de carácter semântico.

11.3.3. A estrutura lexical do sintagma adjectival

Alguns adjectivos são predicadores ou predicados semânticos, isto é, são itens lexicais que têm argumentos, lugares vazios ou valência própria⁽⁷⁵⁾.

⁽⁷⁵⁾ Certos SPs que acompanham adjectivos têm valor restritor e são aproximáveis de uma expressão comparativa; por esta razão, não se trata de verdadeiros argumentos adjectivais: aque-

Projectados na posição de complemento do sintagma adjectival, os argumentos dos adjectivos podem ser preposicionais (47 a, b e c) ou frásicos como em (48)⁽⁷⁶⁾:

- (47) (a) Ele está muito contente com a filha.
 (b) A Maria é capaz disso tudo.
 (c) Eu considero o rapaz capaz de uma maldade assim.
 (48) Estou desejosa de que ele chegue.

Projectados na posição de sujeito, os argumentos adjectivais só podem ser frásicos ou nominais com um sentido proposicional (ver capítulo 15):

- (49) Que ele chegue tarde é possível / Isso é possível.

Os argumentos dos adjectivos podem ser obrigatórios e opcionais: em (47 b, c) e em (48) os argumentos de *capaz* (susceptível) e *desejoso* são obrigatórios; com efeito, a sua ausência provoca agramaticalidade ou alteração do significado dos adjectivos, como é visível em (50):

- (50) (a) *A Maria é capaz (gramatical no sentido de 'ter capacidades').
 (b) *Estou desejosa.
 (c) *Eu considero o rapaz capaz (gramatical no sentido de 'ter capacidades').

Já em relação a (47a), o SP argumento de *contente* é opcional.

A propriedade de os adjectivos seleccionarem argumentos verifica-se com maior naturalidade quando se encontram na posição predicativa da frase, como predicativos do sujeito, como nos exemplos (47 a, b) ou como predicativos do objecto, como em (47c). No entanto, os argumentos de adjectivos podem também surgir em posição atributiva no SN (51a), mas nunca em posição pré-nominal (51b):

- (51) (a) O pai contente com a filha acabou de telefonar.
 (b) *O contente com a filha pai acabou de telefonar.

les lençóis estão brancos *de neve* / como a neve; essa história é triste *de morte* / como a morte (sobre esta construção e aparentadas ver Fonseca (1993: 63-101).

⁽⁷⁶⁾ Sobre complementação adjectival, em particular a selecção de orações integrantes, ver Casteleiro (1981) e capítulo 15.

Quando se apresentam em posição pós-nominal a sua interpretação é predicativa, num sentido restritivo ou apositivo; daí serem aproximáveis de orações relativas (restritivas ou apositivas)⁽⁷⁷⁾:

- (52) (a) Aquele pai contente com a filha acabou de telefonar.
 (b) Aquele pai que está contente com a filha acabou de telefonar.
 (c) Aquele pai, contente com a filha, acabou de telefonar.
 (d) Aquele pai, que está contente com a filha, acabou de telefonar.

Vejamos mais alguns exemplos de adjectivos e participios de valor adjectival seguidos dos seus complementos preposicionais:

- (53) aborrecido com a mãe, capaz de tudo, certo do caminho escolhido, consciente da verdade, contrário à decisão tomada, convencido da sua importância, preocupado com a investigação, receoso de tremores de terra, surpreendido com os acontecimentos.

Nas suas entradas lexicais, os adjectivos devem ter marcado o tipo de complementos que seleccionam, quer do ponto de vista da categoria quer do ponto de vista temático:

- (54) contente_A [- (SP)]
 Causa / Tema

- (55) capaz_A [- SP]
 Tema

Como vemos, os SPs têm um dado papel temático, que é resultante do tipo de adjectivo e da natureza da preposição. Na maior parte das vezes a preposição existente é *de*, mais uma marca de caso genitivo do que uma verdadeira preposição, já que os adjectivos, tal como os nomes, não são categorias atribuidoras de caso.

Já vimos acima que alguns adjectivos seleccionam um nome ou um pronome com um conteúdo proposicional ou orações — frases completivas ou integrantes — quer como complemento quer como sujeito. Essas orações podem

⁽⁷⁷⁾ Sobre a aproximação entre adjectivos predicativos e orações relativas, ver Casteleiro (1981: 52-66).

apresentar-se com o verbo no infinitivo impessoal ou pessoal ou com uma forma finita no Indicativo ou no Conjuntivo, de acordo com as propriedades semânticas do adjetivo:

- (56) (a) Que ele chegue ainda é possível / É possível que ele chegue ainda.
 (b) É provável que a Maria venha a horas.
 (c) É bom os meninos ficarem a descansar.

Importa agora verificar como se estruturam núcleo e complemento(s) no SA. Tomemos o exemplo (58):

- (57) Este livro é muito útil a qualquer linguista.

O SP é deslocável e destacável, o que mostra o seu estatuto de constituinte:

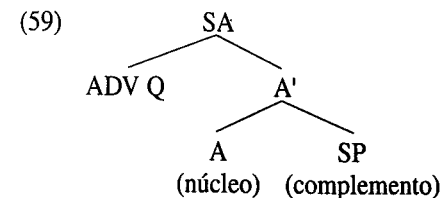
- (58) (a) A qualquer linguista, este livro é muito útil. (anteposição do SP)
 (b) A qualquer linguista é que este livro é muito útil. (clivagem do SP)

Por outro lado, núcleo e complemento são deslocáveis como um bloco; em contrapartida, o advérbio de quantidade (neste caso o advérbio *muito*, que exprime o grau superlativo absoluto) e o núcleo não são deslocáveis:

- (c) Útil a qualquer linguista, este livro é muito.
 (d) Útil a qualquer linguista é que este livro é muito.
 (e) ??Muito útil, este livro é a qualquer linguista.
 (f) ??Muito útil é que este livro é a qualquer linguista.

Em (59) capta-se os comportamentos observados; além da parte lexical do sintagma adjectival, (59) descreve, de forma muito simplificada, a parte funcional, que contém a expressão de grau ⁽⁷⁸⁾:

⁽⁷⁸⁾ O SA tem, plausivelmente, uma estrutura mais complexa: os advérbios e outras expressões que exprimem o grau ocupam um núcleo funcional GRAU, sendo então a projecção máxima um sintagma grau (SGRAU) e reservando-se SA apenas para a parte lexical, tal como já foi proposto para o SN. Para um tratamento deste tipo, ver Abney (1987: capítulo IV.2).



11.3.4. A estrutura funcional do sintagma adjectival

A estrutura funcional do SA é constituída por todas as expressões de sentido do quantificador que modificam o núcleo adjectival. A quantificação do adjectivo integra o que tradicionalmente se designa como graus dos adjectivos. Por esta razão, só um SA que tenha como núcleo um adjectivo graduável exhibe o que aqui se designa estrutura funcional.

Já se fez referência no ponto anterior à posição ocupada pelo advérbio *muito*, mas vale a pena fazer uma descrição mais detalhada dos graus dos adjectivos.

Graus dos adjectivos; o grau positivo:

Quando enunciamos frases como:

- (60) A casa da Maria é alta
 (61) Aquele pinheiro é grande

queremos significar que as entidades designadas por *a casa da Maria*, *aquele pinheiro* têm as propriedades de altura e de tamanho num grau já considerado elevado em relação a uma média, a uma norma ⁽⁷⁹⁾. Portanto, deste ponto de vista, quando se enuncia frases como em (60) e (61), o grau em que os adjectivos se encontram é um “falso positivo” ⁽⁸⁰⁾. No entanto, na tradição gramatical refere-se a existência de “grau positivo” para os casos em que o adjectivo não vem precedido de qualquer expressão de grau e é essa também a concepção que aqui se adoptará.

⁽⁷⁹⁾ O valor desta média ou desta norma é relativo e depende de valores determinados social e culturalmente: por exemplo, *alta* para uma casa não é a mesma coisa numa cidade europeia ou em Nova Iorque, *grande* não significa a mesma coisa quando aplicado a uma abelha, a um pinheiro ou ao número de mortos numa catástrofe.

⁽⁸⁰⁾ Sobre a ideia de que o grau positivo, o grau normal, é um falso positivo, ver Lopes, O. (1971: 177). Sobre vários aspectos da sintaxe das comparativas ver capítulo 18.

O grau elevado ou superlativo absoluto

- (62) (a) O teu filho é muito inteligente.
(b) O teu filho é inteligentíssimo.

O advérbio *muito* funciona como quantificador do adjectivo, tal como no SN *muito, os, a, as* quantificam o nome.

Quando se enuncia (62a) ou (62b) significa-se que o indivíduo designado por *o teu filho* ultrapassa a média daqueles a que se poderia atribuir a propriedade de (*ser*) *inteligente*. O grau elevado ou superlativo absoluto (analítico) é expresso pelo advérbio quantificador *muito*, ele próprio passível de ser modificado por um sufixo, como em *muíttíssimo*; o superlativo absoluto sintético é dado pelo sufixo *-íssimo* (62b) ⁽⁸¹⁾.

Outras formas de expressão do superlativo absoluto

Há outros advérbios ou formas nominais quantificadoras que tradicionalmente não são consideradas como expressão do grau mas que, na verdade, têm idênticos valores. Entre os advérbios destacam-se os de sentido quantitativo e de intensidade / maneira, que inclusivamente podem anteceder expressões de grau:

- (63) (a) Ela é imensamente magra.
(b) Quarenta anos muito bem conservados.
(c) Aquela faculdade é bastante / consideravelmente mais produtiva do que esta.
(d) Aquela faculdade está razoavelmente / claramente bem apetrechada.

Advérbios de sentido avaliativo, de valor positivo ou negativo, podem modificar o SA, mas nesse caso deverá ser conforme ao significado do adjectivo:

- (64) (a) O teu filho é extraordinariamente inteligente.
(b) *O teu filho é horrivelmente inteligente.
(c) *O teu filho é extraordinariamente feio.
(d) *A tua mãe é fantásticamente estúpida.

Igualmente podem usar-se expressões nominais quantificadoras:

⁽⁸¹⁾ Ao lado do sufixo *íssimo* para exprimir o superlativo absoluto há outros, como em *celebérrimo, facílimo*.

- (65) (a) Uma rapariga um pouco triste.
(b) Um livro um bocado maçador.
(c) O tio estava meio zangado.
(d) Um tipo nada simpático (*nada* indica a ausência da qualidade expressa pelo adjectivo).

A intensidade de uma qualidade ou propriedade pode ainda ser dada pela repetição do adjectivo:

- (66) Ela é linda, linda, linda.

Deve ainda referir-se certos meios morfológicos:

— a adjunção de prefixos como *super, ultra, arqui*:

- (67) um comboio super-rápido

— a adjunção de sufixos como *ito, ote, inho*:

- (68) (a) O miúdo está fraquito.
(b) O hotel é grande mas feiote.
(c) A actriz é bonitinha.

Os adjectivos *bom, mau, grande e pequeno* têm formas próprias para expressar a quantificação (*ótimo, péssimo, máximo, mínimo*).

Refira-se ainda a forma *bué de*, hoje uma forma frequente de expressão do superlativo absoluto na gíria juvenil:

- (69) Ele é bué de giro.

O grau comparativo

O grau comparativo tem três modalidades diferentes ⁽⁸²⁾:

⁽⁸²⁾ Do ponto de vista semântico, os três graus podem ser reduzidos a dois:
— um grau que consiste na relação de ordem representada por '>' e a sua conversa '<';
— um grau que consiste na relação de ordem representada por '=' e que é formalmente a intersecção das duas relações '>' e '<' (cf. Lopes, O., 1971: p. 179; ver também Bartsch e Venneman, 1973).

— comparativo de superioridade:
(70) O Luís é mais inteligente que / do que o João.

— comparativo de inferioridade:
(71) O Luís é menos inteligente que / do que o Mário.

— comparativo de igualdade:
(72) O Luís é tão inteligente como o António.

O grau comparativo resulta da conjugação de advérbios quantificadores *mais*, *menos*, *tão* e do segundo “termo” *que / do que SN* ou *como SN* para o comparativo de igualdade. Nós comparativos de superioridade e de inferioridade comparam-se os valores de uma propriedade ou de uma qualidade em dois indivíduos. Isso também é verdade no comparativo de igualdade.

Mas repare-se agora nos seguintes exemplos:

(73) (a) O Luís é tão inteligente como o António.
(b) O Luís é tão inteligente como o Einstein.

O primeiro exemplo pode ter duas interpretações: a primeira, a mais natural, em que são comparados os valores da inteligência de *o Luís* e de *o António*, sem que o segundo indivíduo seja considerado um exemplo ou um paradigma de inteligência; outra, em que o segundo termo, *o António*, é considerado um exemplo de inteligência. No caso de (73b) é esta segunda interpretação que é mais natural, dado o nosso conhecimento da pessoa envolvida⁽⁸³⁾. Nesta última interpretação (73b) não é um puro comparativo de igualdade, pois é uma forma de exprimir que *o Luís é muito inteligente*.

O superlativo relativo

(74) O Luís é o mais inteligente dos filhos do António.
(75) O Frederico é o menos inteligente dos filhos do António.

Semanticamente, os superlativos relativos de superioridade ou de inferioridade estabelecem uma comparação. Enquanto o grau comparativo, quer de su-

⁽⁸³⁾ Existem outras formas de exprimir o comparativo de igualdade, cada uma com as suas características próprias: (i) O Luís é inteligente, tal qual o António. (ii) O Luís é inteligente, tanto como o António. (iii) O Luís é inteligente, como o António. Em qualquer dos casos, *assere-se* a qualidade de inteligência de *o Luís* e compara-se essa qualidade com a de *o António*.

perioridade quer de inferioridade, compara a intensidade ou o valor de uma propriedade atribuída a duas constantes, o superlativo compara a intensidade de uma propriedade atribuída a uma constante (*o Luís*, *o Frederico*) com uma variável universalmente quantificada pelo artigo *os* (*os filhos do António*); no superlativo, o padrão para a comparação é exactamente constituído pela variável⁽⁸⁴⁾.

A expressão do grau superlativo relativo pode anteceder ou seguir o N:

(76) (a) Passou na rua a mais bonita das mulheres.
(b) Passou na rua a mulher mais bonita do mundo.

Em síntese: a categoria Sintagma Adjectival tem como núcleo lexical um adjectivo (ou um particípio), que pode pertencer a classes diferentes do ponto de vista semântico. Se o adjectivo tiver uma natureza de predicado, selecciona argumentos (obrigatórios ou opcionais) que se projectam na estrutura sintáctica sob a forma de complementos preposicionais ou frásicos, constituindo aquilo que designámos a estrutura lexical do Sintagma Adjectival.

Se o adjectivo for graduável, pode ser modificado por expressões de grau ou outros advérbios, que constituem a estrutura funcional da categoria.

11.4. O sintagma preposicional

11.4.1. Preposições e locuções prepositivas

São as seguintes as preposições simples do português: *a*, *ante*, *após*, *até*, *com*, *contra*, *de*, *desde*, *em*, *entre*, *para*, *perante*, *por*, *sem*, *sob*, *sobre*, *trás*⁽⁸⁵⁾.

As locuções prepositivas mais usuais são as seguintes: *abaixo de*, *acerca de*, *acima de*, *adiante de*, *a fim de*, *além de*, *antes de*, *ao lado de*, *a par de*, *apesar de*, *a respeito de*, *atrás de*, *através de*, *de acordo com*, *debaixo de*, *de cima de*, *dentro de*, *depois de*, *diante de*, *em baixo de*, *em cima de*, *em frente a / de*, *em lugar de*, *em vez de*, *graças a*, *junto a / de*, *para baixo de*, *para cima de*, *para com*, *perto de*, *por baixo de*, *por causa de*, *por cima de*, *por detrás de*, *por diante de*, *por entre*, *por trás de*.

⁽⁸⁴⁾ Sobre a aproximação entre superlativo e comparativo ver de novo Lopes (1971: 185-186).

⁽⁸⁵⁾ Cunha e Cintra (1984) indicam ainda como preposições acidentais as seguintes palavras, cujo carácter relacional é indiscutível: *afora*, *conforme*, *consoante*, *durante*, *excepto*, *fora*, *mediante*, *menos*, *não obstante*, *salvo*, *segundo*, *senão*, *tirante*, *visto*.

Vemos que as locuções prepositivas têm uma forma fixa, formada pela combinação de duas preposições, preposição + advérbio, advérbio + preposição, preposição + nome + preposição, etc.

Tanto preposições como locuções prepositivas são palavras invariáveis, não flexionadas, o que as aproxima dos advérbios e das conjunções.

De um modo geral, tanto umas como outras são categorias lexicais, porque seleccionam complementos e estão-lhes associados valores semânticos. Algumas preposições são essencialmente marcas de casos, como veremos adiante, e outras, pelo menos em alguns dos seus valores, sofrem um processo de reanálise, comportando-se como complementadores, como acontece com *para*, quando introduz orações infinitivas:

- (1) Eu disse *para* tu vires.

11.4.2. Estrutura do sintagma preposicional; posições e valores sintácticos dos sintagmas preposicionais

Preposições e locuções prepositivas, juntamente com a categoria sintagmática que se lhes segue, um SN ou uma Frase, formam um sintagma preposicional (SP); ou, por outras palavras, o núcleo da categoria sintagmática SP é uma preposição ou uma locução prepositiva que tem a propriedade de seleccionar um complemento.

A larga maioria das preposições e locuções prepositivas, sendo categorias relacionais, não pode ocorrer isolada, sendo seguida de um SN ou de uma frase (finita ou infinitiva):

- (2) (a) *fui a / fui a Lisboa
(b) *um livro de / um livro de histórias
(c) *útil a / útil aos estudantes
(d) *preciso de / preciso de ir ao supermercado

No entanto, algumas preposições e locuções prepositivas podem surgir sozinhas, sendo de presumir que os seus argumentos sejam nulos:

- (3) (a) Vá em frente.
(b) O supermercado fica mesmo ao pé.
(c) Estou contra.

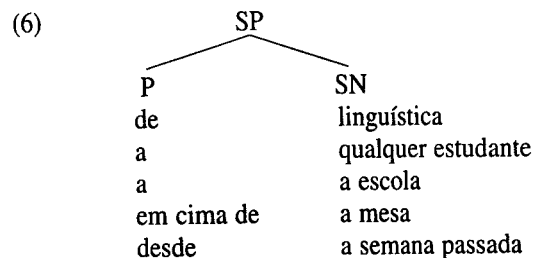
O SP pode ser um complemento do SN, do SA, do SV (respectivamente seleccionado por N, A e V); pode, além disso, ser o predicativo do sujeito (depois dos verbos *ser*, *estar* ou outros do mesmo tipo) e ser um adjunto a vários tipos de categorias, em particular do SV (não sendo então seleccionado pelo V):

- (4) (a) Ele comprou um livro de linguística (SP seleccionado pelo nome *livro*, logo, constituinte do SN).
(b) Aquele livro é útil a qualquer estudante (SP seleccionado pelo adjectivo *útil*, logo, constituinte do SA).
(c) Fui à escola (SP seleccionado pelo verbo *ir*, logo, constituinte do SV).
(d) O livro está em cima da mesa (SP predicativo do sujeito)
(e) Eu não te vejo desde a semana passada (SP não seleccionado por *ver*, portanto, adjunto a SV).

O carácter de constituinte de SP pode ser comprovado pela possibilidade de ser deslocado ou destacado por determinados processos sintácticos, como a topicalização. O resultado deste teste produz frases gramaticais aumentando a sua aceitabilidade em contextos contrastivos:

- (5) (a) De linguística, ele comprou um livro.
(b) A qualquer estudante, aquele livro é útil.
(c) À escola, eu fui.
(d) Em cima da mesa, está o livro.
(e) Desde a semana passada, eu não te vejo.

Como se disse, preposições e locuções prepositivas ocupam o lugar de núcleo da categoria SP. Nos exemplos apresentados, o complemento das preposições e locuções prepositivas é um SN; por isso, a estrutura sintáctica do SP será então como em (6):



Nem só o SN é complemento de uma preposição ou de uma locução prepositiva. Também frases podem servir-lhes de complemento ⁽⁸⁶⁾:

- (7) (a) Tenho uma casa para viver com os meus irmãos.
 (b) Tinha interesse em saber o seu nome.
 (c) Devias sorrir em vez de estar sempre a resmungar.

Reparemos agora nos exemplos seguintes:

- (8) (a) Ele parou *mesmo em frente da casa* (e não noutra sítio).
 (b) O Manuel trouxe isso *exactamente de Paris* (e não de outra cidade).
 (c) O Luís foi ao cinema *só com a Maria* (e não com outra pessoa).

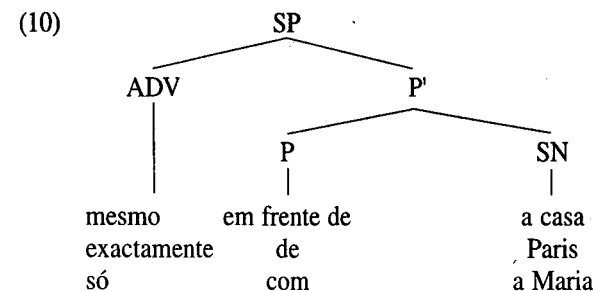
E vejamos como eles reagem face a procedimentos de deslocação e de extracção:

- (9) (a) [*Mesmo em frente da casa*]_i ele parou [v]_i
 (b) *[*Em frente da casa*]_i ele parou mesmo [v]_i
 (c) [*Exactamente de Paris*]_i trouxe o Manuel isso [v]_i
 (d) *[*De Paris*]_i ele trouxe isso exactamente [v]_i
 (e) [*Só com a Maria*]_i ele foi ao cinema [v]_i
 (f) *[*Com a Maria*]_i ele foi ao cinema só [v]_i

São gramaticais os exemplos em que as sequências em itálico nos exemplos (8) foram deslocadas por inteiro. Os exemplos (9b, d, f) em que só foi extraída uma parte do SP, são agramaticais; numa leitura em que os advérbios *mesmo* e *exactamente* afectassem apenas o verbo ou *só* fosse interpretado como adjectivo (= sozinho), as frases poderiam ser aceitáveis. Mas essas interpretações não são relevantes para a discussão sobre a natureza das sequências.

⁽⁸⁶⁾ As preposições locativas não podem seleccionar orações como complementos.

Conclui-se que as sequências em itálico nos exemplos (8) se comportam como um constituinte e que os advérbios *mesmo*, *exactamente* e *só* fazem parte do SP. Por esta razão, (6) não é suficiente para dar conta da estrutura destes últimos exemplos e propõe-se a estrutura sintáctica (10), formada por núcleo, complemento e uma posição de especificador, ocupada por advérbios:



11.4.3. Valores sintáctico-semânticos de algumas preposições

Depois de termos apresentado as preposições e as principais locuções prepositivas em português e de termos reflectido sobre a estrutura interna do SP, vale a pena analisar os valores das preposições mais comuns, destacando a sua interpretação ⁽⁸⁷⁾.

A:

— a: preposição locativa (Meta):

- (11) Vou a Lisboa.

— a: preposição introdutora de um SN Meta no sentido de Beneficiário, seja ele seleccionado por verbos, nomes ou adjectivos:

- (12) (a) Dei um livro à Maria
 (b) A oferta do livro à Maria.
 (c) Aquele emprego foi útil à Luísa.

⁽⁸⁷⁾ Para uma análise detalhada das preposições em português, veja-se Cunha e Cintra (1984: capítulo 15). Estes autores enquadram todas as preposições em dois grandes valores: movimento e situação (ausência de movimento). Dentro destes dois valores propõem três significados: espaço, tempo e noção (p. 554).

— *a*: preposição de tempo:

- (13) A dezoito de Julho nasceu a menina.

— *a*: preposição participante de certas “perífrases verbais”, com valor aspectual, exprimindo a ideia de duração:

- (14) (a) Ele anda a estudar pouco.
(b) Eu vi a Maria a fazer os trabalhos.

De:

— *de*: preposição locativa (Fonte ou Origem):

- (15) Venho de Lisboa.

— *de*: preposição temporal:

- (16) O rapaz partiu de tarde.

— *de*: preposição introdutora de complementos não frásicos de nomes, de adjectivos e de verbos, (com valor de Tema, objecto ou assunto):

- (17) a imagem do Douro, a destruição da cidade, a oferta do livro, orgulhoso dos filhos, falar de política, gostar de cinema.

Ou com outros valores temáticos, que podem ser de Posse (alienável, inalienável), de Agente, de Matéria:

- (18) a perna da mesa, o braço da Ana, o pai da Ana, o último livro do Pinker, a mesa de vidro.

— *de*: preposição introdutora de certos complementos verbais significando razão, causa:

- (19) Eles choraram de dor.

— *de*: preposição participante de certas “perífrases verbais”, resultado de reanálise:

- (20) Eu tenho de / que ir a Lisboa.

— *de*: preposição introdutora de completivas regidas por certos verbos preposicionados, assim como de nomes e de adjectivos:

- (21) (a) Preciso de ir a Lisboa.
(b) Esqueci-me de fazer os trabalhos.
(c) Há a possibilidade de eles irem sair.
(d) É difícil de imaginar a casa sem ela.

Por:

— *por*: preposição que exprime o papel temático de Agente, Instrumento ou Causa:

- (22) (a) A cidade foi destruída pelo exército / pela bomba.
(b) A destruição da cidade pelo exército / pela bomba.

— *por*: localização espacial (percurso ou situação):

- (23) (a) Vais por essa rua e logo encontras o teatro.
(b) Pela Faculdade ia uma grande confusão.

— *por*: localização temporal (percurso ou situação):

- (24) (a) Daqui por um mês estarei em Moçambique.
(b) Lá pelo mês de Agosto sairemos.

— *por*: preposição que exprime Razão, Meio:

- (25) (a) Por ela sou capaz de tudo.
(b) Avistei-a pelos vidros da janela.

Com:

— *com*: preposição que exprime companhia (comitativo); com este valor, esta preposição afecta a interpretação do predicado verbal, uma vez que as frases podem ser parafraçadas por coordenação e por construções que exprimem reciprocidade ⁽⁸⁸⁾:

⁽⁸⁸⁾ Para o espanhol, ver Rigau, G. (1990) e Pavón Lucero, M. V. (1999). Esta última autora estabelece um conjunto de semelhanças e diferenças entre as construções de coordenação e as que comportam *com*.

- (26) (a) Eu dancei com a Maria.
 (b) A Maria dançou comigo.
 (c) Eu e a Maria dançámos juntos.
 (d) Eu e a Maria dançámos um com o outro.

— *com*: preposição que exprime Maneira:

- (27) Falámos com grande naturalidade.

— *com*: preposição que exprime Causa, Razão:

- (28) (a) Com o temporal as aulas não puderam começar.

— *com*: preposição com valor de Instrumento:

- (b) A Maria gosta de fazer a massa com as mãos.

— *com*: um dos valores mais interessantes desta preposição é na chamada “alternância locativa”, em que ao lado de uma construção locativa, existe uma outra sem sentido locativo e em que é difícil de determinar o valor de *com* dentro de uma tipologia de relações temáticas (ver capítulo 13):

- (29) (a) O camponês carregou feno no tractor.
 (b) O camponês carregou o tractor com feno. (Tema? Matéria?)

11.4.4. Três grandes classes de preposições e locuções prepositivas

Na apresentação anterior já foi possível perceber que um dos factores caracterizadores das preposições é o papel que assumem na marcação temática do seu complemento. Outro importante parâmetro é o que diz respeito à atribuição de caso (abstracto ou morfologicamente realizado).

Partindo desses parâmetros, é possível distinguir três tipos de preposições e locuções prepositivas⁽⁸⁹⁾:

- (i) as que marcam tematicamente os seus argumentos juntamente com outros predicadores;

⁽⁸⁹⁾ No mesmo sentido ver Faia (1998).

- (ii) as que são os verdadeiros itens predicativos e por si sós marcam tematicamente os seus próprios argumentos;
 (iii) as que têm um papel secundário na marcação temática e que são essencialmente marcadores de caso.

(i) Vejamos em primeiro lugar o papel das preposições quando ligadas a certos verbos que são inerentemente preposicionados, por exemplo, os verbos de movimento *ir a*, *vir de*, os verbos de localização *pôr em*, *colocar em*, *arrumar em*, etc. ⁽⁹⁰⁾.

O verbo *ir* exprime movimento de uma entidade em direcção ao lugar em que se situa o sujeito enunciador; *vir* exprime movimento de uma entidade de um lugar para o lugar do sujeito enunciador (por isso, estes verbos têm no seu significado lexical uma forte componente dêictica).

Desse modo, estes verbos têm previstos na sua entrada lexical os papéis temáticos de Meta e de Fonte, respectivamente. Mas enquanto preposições de movimento, tanto *a* como *de* contribuem decisivamente para a marcação temática dos complementos que seleccionam. Por isso, verbo e preposição participam conjuntamente na marcação temática dos SNs ⁽⁹¹⁾.

As entradas lexicais de *a* e *de*, tal como estão apresentadas em (30) e (31), descrevem o facto de elas poderem ser preposições ligadas a movimento e portanto categorias atribuidoras de um papel temático, se associadas a certos verbos:

- (30) *a*
 P de mov.
 [— SN]
 Meta

- (31) *de*
 P de mov.
 [— SN]
 Fonte

Vejamos agora o caso de *em* nos verbos de localização:

⁽⁹⁰⁾ Os mesmos verbos podem seleccionar um advérbio como complemento: *ir além*, *colocar aí*.

⁽⁹¹⁾ Sobre a ideia de que nos verbos preposicionados a marcação temática do SN é conjunta ver Marantz (1984).

(32) Ela pôs / colocou / arrumou os livros na estante.

Estes três verbos são de localização e têm dois argumentos internos que marcam tematicamente. Mas a marcação de um dos argumentos como Locativo só é realmente efectiva quando presente uma preposição como *em*, *em cima de*, *por baixo de*, *dentro de*, etc. A preposição *em* pode então ser descrita na sua entrada lexical como em (33):

(33) *em*
P. loc.

[— SN]
Locativo (implicando movimento ou não)

Uma situação semelhante à descrita é a da preposição *por* ao introduzir um SP que exprime o Agente, Causa ou Instrumento:

- (34) (a) A cidade foi destruída pelo exército / pela bomba.
(b) A destruição da cidade pelo exército / pela bomba.

O verbo *destruir*, como verbo de “accomplishment”, e o nome dele derivado, *destruição*, já têm na sua entrada lexical a ideia de actividade e de resultado dessa actividade; mas o significado preciso de Agente, Causa ou Instrumento do SP surge da associação do verbo ou da nominalização, da preposição e dos traços semânticos do nome (um humano, um colectivo humano ou um objecto).

(ii) Observemos agora a situação em que as preposições ou as locuções prepositivas são *por si sós* as categorias de natureza predicativa.

Estão nesse caso as preposições que são núcleos de SPs que constituem o predicativo do sujeito, com os verbos *estar* ou outros verbos da mesma classe:

- (35) (a) O Presidente está em Díli.
(b) O livro ficou em baixo da mesa.
(c) A Maria está contra mim.
(d) Ele anda com mau aspecto.
(e) Ele ficou de cama.

Estes verbos podem ser seguidos de predicados categorial e semanticamente muito diversificados e um mesmo verbo, por exemplo, *estar*, pode ser seguido de diferentes preposições. Isso mostra o papel determinante das preposições e locuções prepositivas na interpretação.

Esta natureza de predicado semântico das preposições é também o que se passa quando os SPs são adjuntos a SV ou a F (ver 11.5 e 11.6), como nos exemplos seguintes:

- (36) (a) Eles vieram antes da hora combinada
(b) A menina dormiu junto à lareira.
(c) Vamos sair no Verão.
(d) Desde a semana passada ela tem febre.
(e) Após o / depois do jantar partiremos.
(f) Sob o governo de Salazar o país quase não mudou.

Nestes exemplos, os SPs não são argumentos obrigatórios de *vir*, *dormir*, *sair*, *ter febre*, *partir*, *mudar*. Nestas circunstâncias, as preposições ou as locuções prepositivas têm um importante papel na interpretação.

(iii) Finalmente, vejamos o papel das preposições na marcação casual.

Sabemos que o português perdeu o sistema casual de que o latim dispunha e que muitas preposições “cumprem” um papel similar à flexão casual⁽⁹²⁾. Quando os SNs são plenos, a informação de caso não é explícita; mas quando são pronomes pessoais, é visível não só a existência de flexão casual mas também a própria variação das formas conforme a natureza das preposições.

Tome-se, em primeiro lugar, a preposição *a* com verbos transferenciais do tipo de *dar*, *oferecer*, *entregar*, *comprar*, *vender*, *demonstrar*, *devolver*⁽⁹³⁾.

- (37) (a) Dei um livro à Maria.
(b) Comprei um livro à Maria.

Em (37a) *à Maria* é a Meta, o Beneficiário de *dar*; em (37b), com o verbo *comprar*, *à Maria* tanto pode ser a Meta como a Fonte, a proveniência. Tanto num exemplo como noutro os itens lexicais que são cruciais para a atribuição dos papéis temáticos são os verbos *dar*, *comprar*. É a partir deles que as informações atribuídas aos SNs se justificam. Repare-se que os mesmos papéis temáticos podem estar associados a estes verbos quer a preposição esteja ou não presente, porque os pronomes pessoais tomam a forma de dativo:

⁽⁹²⁾ Cf. Dias, E. (1917, 5.ª edição, capítulo IV).

⁽⁹³⁾ Sobre a sintaxe dos verbos transferenciais ver Xavier (1989).

- (38) (a) Eu dei-lhe um livro.
 (c) Dás-me o livro, a mim?
 (b) Eu comprei-lhe um livro.

Nestas construções, a intervenção do *a* na marcação temática não é, portanto, tão grande como nos verbos preposicionados; *a* é aqui essencialmente marca de caso dativo.

Vejam agora o papel do *de* em expressões como:

- (39) o pai da Ana, o livro da Helena, a fotografia da Joana, a destruição da cidade, a oferta do livro.

Já vimos que os complementos dos nomes têm, nestes exemplos e conforme a natureza lexical dos dois nomes envolvidos, a interpretação de Tema, Agente, Possuidor. A presença do *de* não é, afinal, muito importante para a expressão desses valores — vista isoladamente pode dizer-se que ela é por vezes ambígua. O papel do *de* em exemplos como os de (39) é sobretudo o de marcar o caso genitivo.

O mesmo papel de marcador de genitivo é o do *de* associado a certos adjetivos:

- (40) (a) orgulhoso dos filhos
 (b) respeitador das diferenças

Vejam o papel das outras preposições na marcação casual:

- (41) (a) Não posso sair *consigo*.
 (b) Falaram *de ti* na reunião.
 (c) Não digas isso *à frente dela*.
 (d) Eles confiam *em nós*.
 (e) Chegou-se *a ela* para conversar.
 (f) Ele mandou um livro *para mim / si / ela*.

Os exemplos ilustram os principais valores casuais das preposições na nossa língua:

- *de*: genitivo, oblíquo
- *a*: dativo, oblíquo
- *por, em, com, para, etc.*: oblíquo.

Algumas palavras consideradas preposições acidentais como *excepto, fora, salvo, segundo* atribuem nominativo e não ablativo:

- (42) *excepto eu, salvo tu, fora nós*

Em síntese: procurámos evidenciar o carácter relacional das preposições e das locuções prepositivas. Uma associam-se a outros itens lexicais para marcar tematicamente os complementos (é o que acontece com os verbos preposicionados), outras têm por si só um valor predicativo e outras ainda são essencialmente marcas de caso.

11.5. O sintagma verbal

O Sintagma Verbal (SV) é constituído por um núcleo verbal e por complementos seleccionados categorial e tematicamente pelo verbo.

O núcleo verbal pode ocorrer isolado ou acompanhado de um ou mais verbos auxiliares.

- (1) (a) A Luísa foi ao cinema.
 (b) A Luísa tem ido ao cinema.
 (c) O António está a fumar um cigarro.
 (d) O António vai fumar um cigarro.
 (e) A avó leu os contos à neta.
 (f) Os contos foram lidos pela avó à neta.

Nas frases de (1) os verbos principais são *ir, fumar e ler*. Os verbos *ter, estar, ir e ser* funcionam como auxiliares.

A concordância entre o sujeito e o verbo, ou seja, a atribuição dos morfemas de pessoa e número à forma verbal faz-se entre o sujeito da oração e a primeira forma verbal, quer ela seja o verbo principal quer seja um auxiliar, como é visível nos exemplos (1) e ainda em (2):

- (2) (a) O homem adormeceu.
 (b) Tu falas depressa.
 (c) Havemos de ir à praia com a Teresa.
 (d) Os miúdos podem comer pipocas.

Embora a concordância possa ser vista como uma propriedade morfológica, uma vez que só certo tipo de palavras (neste caso os verbos) são afectadas por afixos de tempo, modo, aspecto, pessoa e número, ela é essencialmente um processo sintáctico com reflexos morfológicos, na medida em que opera entre

certas palavras sob certas condições estruturais. À concordância entre o sujeito e o verbo será por isso dedicado algum espaço no ponto 12.1.

11.5.1. Os auxiliares

Como já vimos acima, certos verbos na forma participial e infinitiva podem ser precedidos de outros verbos, designados **auxiliares** (AUX). Mas se em relação às sequências *ter* + participio passado (tempos compostos) ou *ser* + participio (“voz passiva”) não há dúvidas quanto ao carácter de auxiliar de *ter* e *ser*, já em relação a outras sequências de verbos pode haver hesitação: o V *querer*, por exemplo, é um auxiliar ou é um V principal? Veja-se alguns dos exemplos já apresentados, aqui reenumerados, e ainda outros:

- (3) (a) A Luísa tem ido ao cinema.
(b) A Luísa quer ir ao cinema.
(c) O António vai fumar um cigarro.
(d) O António há-de fumar um cigarro.
(e) O António pode fumar um cigarro.

(3a) comporta *ter* seguido de participio verbal; em (3b, c, d, e) há quatro sequências V + Vinfinitivo não flexionado; interessa então perceber se os verbos *querer*, *ir*, *haver de* e *poder* são auxiliares, formando com o segundo V um complexo verbal ou se são verbos principais que seleccionam um “complemento” infinitivo; ou, por outras palavras, se estamos na presença de uma só oração contendo um verbo auxiliar exprimindo valores linguísticos de tempo, aspecto ou modalidade, ou se estamos na presença de duas orações, de dois domínios predicativos distintos que, por diferentes razões, se vieram a “unir” numa sequência superficial V + Vinfinitivo.

Para tal importa estabelecer um determinado número de *critérios de auxiliaridade* ⁽⁹⁴⁾.

Eis os principais desses critérios:

- 1 — Embora apresentando diferenças entre si, os auxiliares não têm propriedades de selecção semântica ou temática; é o segundo V que determina a selecção do argumento sujeito:

⁽⁹⁴⁾ Ver os importantes trabalhos de Pontes (1973), Gonçalves (1996), em particular pp. 9-15. Ver também capítulo 10 desta gramática.

- (4) (a) A Luísa tem ido ao cinema / *A pedra tem ido ao cinema.
(b) O muro tem caído várias vezes / O velhote tem caído várias vezes.
(c) O muro pode cair / o urso pode cair / o homem pode cair.
(d) *O muro há-de sair / o urso há-de sair / o homem há-de sair.

Os exemplos bem e mal formados apresentados em (4) mostram que são os verbos *ir* em (4a), *cair* em (4b, c) e *sair* em (4d) que determinam a escolha do argumento sujeito e não os verbos *ter*, *poder* ou *haver de*, pois estes últimos podem combinar-se com qualquer tipo de argumento sujeito.

- 2 — Se estamos perante uma oração simples contendo um auxiliar, é natural que a segunda parte da construção não possa ser substituída por uma oração completiva precedida do complementador *que*; pelo contrário, se houver um caso de complementação verbal, com um V principal a seleccionar uma oração infinitiva, esta deverá poder ser substituída por uma oração completiva finita introduzida por *que*:

- (5) (a) A Luísa tinha ido ao cinema.
(b) *A Maria tinha que vai / ia ao cinema.
(6) (a) A Luísa pode ir ao cinema.
(b) *A Luísa pode que vai / ia ao cinema.
(7) (a) A Luísa há-de ir ao cinema.
(b) *A Luísa há-de que ia ao cinema.
(8) (a) A Luísa quer ir ao cinema.
(b) A Luísa quer que a irmã / ela vá ao cinema.

A agramaticalidade dos exemplos (5b), (6b) e (7b) mostra que os verbos *ter*, *poder* e *haver de* são auxiliares; a boa formação de (8b) mostra que o verbo *querer* não é auxiliar, podendo, por isso, seleccionar uma oração completiva finita, neste caso com o verbo no conjuntivo (ver 15.1).

- 3 — Numa construção contendo um auxiliar é impossível empregar dois adverbais de tempo do mesmo tipo uma vez que só existe uma oração, um domínio temporalizado; mas esse emprego deverá ser possível, sob certas condições, numa construção que contenha duas orações:

- (9) (a) *Ontem a Maria tinha ido ao cinema amanhã.
(b) *Ontem a Maria havia de ir ao cinema amanhã; hoje já não há-de ir.
(c) Ontem a Maria queria ir ao cinema amanhã; não sabemos se neste momento ainda tem a mesma ideia.

Vemos que (9a, b) são agramaticais porque em ambos os casos uma mesma oração comporta dois advérbios de tempo do mesmo tipo e semanticamente incompatíveis; (9c) é gramatical com os mesmos dois advérbios, porque um afecta temporalmente a oração superior, que exprime a situação de *querer*, e o outro advérbio afecta a oração infinitiva, que exprime o evento de *ir ao cinema*.

Os modais *poder* e *dever* admitem o mesmo comportamento de *querer*, como se verifica pela aceitabilidade dos seguintes exemplos:

- (10) (a) Ontem a Maria podia ir ao cinema amanhã; hoje já não pode ir.
 (b) Ontem a Maria devia ir ao cinema amanhã; mas afinal hoje já não devia.

4 — Numa construção mono-oracional, só é possível um advérbio de negação frásica numa posição à esquerda do primeiro verbo porque só assim tal advérbio modifica toda a frase. Pelo contrário, numa construção que contenha duas orações, espera-se que cada uma delas possa conter um advérbio de negação frásica:

- (11) (a) A Luísa não tinha ido ao cinema.
 (b) *A Luísa tinha não ido ao cinema.
 (c) *A Luísa não tinha não ido ao cinema.
 (12) (a) A Luísa não quis ir ao cinema.
 (b) A Luísa quis não ir ao cinema.
 (c) A Luísa não quis não ir ao cinema.

(11b, c) são agramaticais por causa da presença do advérbio de negação antes da segunda forma verbal, o que reafirma a natureza de auxiliar de *ter*; pelo contrário, a admissibilidade da negação antes da segunda forma verbal na construção com *querer* mostra que este verbo selecciona uma completiva infinitiva e não é um auxiliar.

De novo, os modais admitem as três possibilidades de colocação da negação:

- (12) (a) A Luísa não pode ir ao cinema.
 (b) A Luísa pode não ir ao cinema.
 (c) A Luísa não pode não ir ao cinema.
 (13) (a) A Luísa não deve sair.
 (b) ?A Luísa deve não sair.
 (c) ?A Luísa não deve não sair.

5 — Numa construção com auxiliar, é impossível substituir o segundo verbo e os seus complementos quer pelo clítico verbal demonstrativo *o*, quer pelo demonstrativo *isso*; ao contrário, numa construção de complementação, o segundo domínio predicativo pode ser retomado através de *o* ou *isso*:

- (14) (a) *A Luísa tinha ido ao cinema mas a Maria não o tinha / tinha isso.
 (b) A Luísa quis ir ao cinema, mas a Maria não o quis / quis isso.

6 — Outro critério de auxiliaridade é a colocação de pronomes clíticos; estes ocorrem adjacentes ao primeiro verbo (em ênclise ou em próclise consoante os factores desencadeadores da colocação dos pronomes) se este for um auxiliar; mas se a construção tiver uma estrutura bifrástica, bi-oracional, os pronomes colocam-se, em geral, como clíticos em relação ao segundo verbo, embora por vezes possam oscilar entre uma posição adjacente ao primeiro verbo ou adjacente ao segundo verbo.

- (15) (a) A Maria tinha feito os trabalhos.
 (b) A Maria tinha-os feito.
 (c) A Maria não os tinha feito.
 (d) *A Maria tinha feito-os.
 (16) (a) A Luísa queria abri-la.
 (b) *A Maria queria-a abrir.
 (c) A Maria não a queria abrir.

(15d), contendo o auxiliar *ter*, é agramatical porque o pronome é clítico em relação ao segundo verbo, o que não se espera numa construção com auxiliar.

(16a), com o pronome amalgamado ao segundo verbo é bem formado; (16b), pelo contrário, com o clítico junto ao verbo *querer* é agramatical, mostrando que esse verbo não é um auxiliar, sendo um verbo que selecciona uma oração completiva. Veja-se, no entanto, a posição proclítica em (16c), por “subida de clítico”.

Relativamente a este critério, também certos verbos ditos auxiliares se comportam de maneira diferente de *ter* e *ser*:

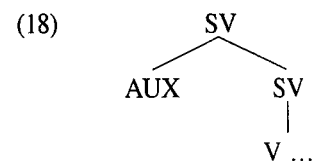
- (17) (a) A Luísa pode levá-la.
 (b) A Luída pode-a levar.
 (c) A Maria deve abri-la.
 (d) A Maria deve-a abrir.

- (e) O Luís não está a fazê-lo.
- (f) *O Luís não está fazendo-o.
- (g) O Luís não o está a fazer.

Os exemplos (17) revelam que com os chamados auxiliares modais e com certos auxiliares aspectuais o pronome clítico tanto pode amalgamar-se ao segundo verbo como ao primeiro verbo; repare-se, contudo, que os aspectuais têm comportamentos distintos quando seguidos de preposição e infinitivo e quando são seguidos de gerúndio.

Estes comportamentos revelam que há diferenças estruturais entre as construções.

Certas sequências V + V são, de facto, constituídas por um auxiliar e um V principal: é o que se passa com *ter + PP*, *ser + PP*, *haver + PP*. Sendo auxiliares, formam com o segundo verbo uma unidade sintáctica que é, categorialmente, um SV. O facto de se ligarem a uma categoria constituída por um verbo e seus argumentos permite-nos propor a seguinte estrutura⁽⁹⁵⁾:



Outras construções, como as que incluem o verbo *querer*, são de complementação verbal e, como tal, a categoria seleccionada é de natureza frásica, embora na forma infinitiva. Ver a este propósito o capítulo 15.

Outras construções contêm verbos auxiliares que obedecem a algumas das propriedades referidas mas não a todas; são, por isso, **semiauxiliares**. São semiauxiliares os aspectuais *estar*, *chegar*, *começar*, *acabar*, *continuar*; os auxiliares temporais *ir + V inf*, *haver de + V inf*⁽⁹⁶⁾.

Finalmente, certas construções aqui referidas têm um estatuto “híbrido” entre estruturas de subordinação com verbos principais e estruturas com auxiliares. É o que acontece com os modais *dever*, *poder* e *ter de / que*; estes verbos têm comportamentos de verbos principais (veja-se a negação, os advérbios de tem-

⁽⁹⁵⁾ Gonçalves (1996) propõe uma estrutura ligeiramente diferente desta.

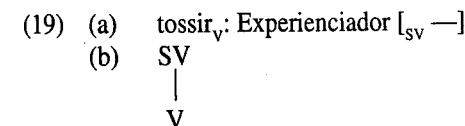
⁽⁹⁶⁾ Neste caso é preciso ter em conta se os semiauxiliares são seguidos de gerúndio ou de preposição e infinitivo. Gonçalves (1996: 27-33) põe a hipótese de alguns dos semiauxiliares do tipo de *estar a* seleccionarem uma categoria SASP (sintagma aspecto).

po, a colocação dos clíticos) e por isso parecem seleccionar uma categoria de tipo frásico. Mas, enquanto tal, apresentam um certo grau de defectividade; sendo assim, pode colocar-se a hipótese de seleccionarem um frase infinitiva (SFLEX) (ver 12.1. e 15)⁽⁹⁷⁾.

11.5.2. A estrutura interna do SV: os complementos do verbo

A estrutura do SV está estreitamente ligada ao número de argumentos seleccionados pelo V. A presença e a natureza categorial e temática dos argumentos internos relaciona-se com o tipo de verbo e com o tipo de relação de regência e de dependência lexical estabelecida, como vimos nos capítulos 10 e 13.

Se o V for intransitivo, não seleccionando qualquer argumento, como *tossir*, *espirrar*, terá uma entrada lexical como se indica em (19a) e a estrutura do SV é como em (19b):



Do ponto de vista estrutural, os argumentos internos de um V transitivo realizam-se em posições do SV, habitualmente à direita do núcleo, em posições de complemento. Embora argumento interno seja uma noção semântico-lexical e complemento uma noção ligada à posição, o que é certo é que a tradição gramatical consagrou a etiqueta complemento igualmente como designação lexical. Por isso, neste capítulo utilizá-la-emos muitas vezes nessa acepção.

Do ponto de vista categorial, os complementos dos Vs podem ser sintagmas nominais (SN), sintagmas preposicionais (SP), um número reduzido de sintagmas adverbiais (SADV) e frases. Neste capítulo daremos destaque à estrutura do SV contendo complementos não frásicos, e só no capítulo 15 estudaremos os principais problemas que se colocam à complementação verbal frásica.

Nos exemplos (20), o SV contém V e SN:

⁽⁹⁷⁾ Sobre o comportamento destes verbos em construções de elipse, ver Matos (1992) e capítulo 21 desta gramática.

- (20) (a) Comprei estes livros policiais.
 (b) A Samanta tem um relógio digital.
 (c) Não faço a menor ideia.
 (d) Abra o seu livro!
 (e) Não encontrei ninguém na rua.
 (f) Ela viu-me no cinema.
 (g) O Miguel não o leu logo.

Aparte os exemplos (20f, g), em que os pronomes ocupam uma posição amalgamada ao V, enclítica e proclítica respectivamente, todos os outros ocupam a posição típica, pós-verbal.

Há razões sintácticas que permitem afirmar que V e SN formam um só constituinte, pois em certos processos sintácticos eles são, como um bloco, realçados ou elididos:

- (21) (a) O João comprou estes livros policiais.
 (b) O que o João fez foi comprar estes livros policiais.
 (22) (a) Eu comprei estes livros policiais e a Maria também [-]
 (b) *Eu comprei estes livros e o João também [-] estes livros policiais.
 (c) *Eu comprei estes livros e o João também [-] policiais.
 (d) *Eu li estes livros policiais e o João também leu [-] policiais.

(22b, c, d) são agramaticais porque a categoria vazia anafórica ou recupera apenas o V, ou V e N ou só o N; pelo contrário (22a) é gramatical porque a categoria vazia recupera todo o SV (V e SN), o que ilustra a sua natureza de constituinte sintáctico.

Por sua vez, o SN seleccionado por um verbo transitivo é ele próprio um constituinte, como o provam vários procedimentos:

— a deslocação do SN (pela passiva, pela topicalização ou pela «deslocação à esquerda clítica»):

- (23) (a) Três livros policiais foram comprados por mim.
 (b) Três livros policiais, comprei na Feira do Livro.
 (c) Três livros policiais, comprei-os na Feira do Livro.

— sendo o SN um constituinte imediato de SV é natural que possa ser separado do V por algum tipo de expressão que não altere as relações de dependência estrutural e lexical entre os dois elementos; é o que acontece com certos advérbios confirmativos:

- (24) Eu comprei, realmente, três livros policiais.

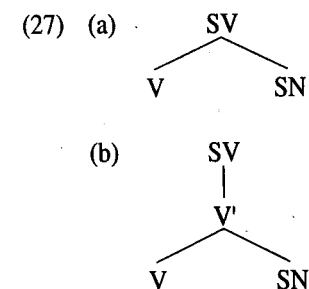
— num par pergunta / resposta, o SN ou um constituinte de diferente natureza categorial que seja um complemento de V não surge facilmente numa pergunta com o V *fazer* (a) (voltaremos a este teste adiante)⁽⁹⁸⁾.

- (25) (a) *O que fizeste a três livros policiais?
 (b) Comprei (-os).

Em síntese, Vs transitivos como *comprar*, *abrir*, *encontrar*, entre outros, devem ter entradas lexicais como as seguintes⁽⁹⁹⁾:

- (26) (a) comprar: Agente [— SN (SP)]
 V Tema Meta/ Fonte
 (b) abrir: Agente [— SN (SP)]
 V Tema Meta
 (c) encontrar: Agente [— SN]
 V Tema

Tais entradas lexicais são projectadas nas estruturas sintácticas (27a) ou (27b), em que (27b) está construída de acordo com a Teoria X-Barra:



⁽⁹⁸⁾ É evidentemente possível uma pergunta deste tipo com o foco sobre *fazer* e não como substituto de outro verbo; nesse caso, uma resposta possível a (25a) seria: *Deitei-os fora*.

⁽⁹⁹⁾ Nas entradas lexicais destes verbos, colocamos alguns argumentos como opcionais, entre parêntesis curvos: *comprar um livro à Maria / ao livreiro; abrir a porta a alguém*.

Nem sempre, porém, o objecto directo está presente na frase. Isso pode acontecer em dois tipos de situações:

A — Por “incorporação” do objecto, um mecanismo lexical, o que significa que o objecto directo não chega a ser projectado na estrutura sintáctica; é o que acontece em (28):

(28) Ele comeu e depois foi ler.

Neste caso, a saturação do verbo dá-se ao nível do Léxico; é, portanto, ao nível da entrada lexical do V que se dá a supressão do seu argumento interno:

(29) comer: [V SN] → [V Ø]
V Tema

Estão nestas circunstâncias alguns verbos como *comer*, *beber*, *ler*, *escrever*: enquanto verdadeiros transitivos, exprimem geralmente processos culminados; no uso intransitivo, exemplificado em (28), são preferencialmente interpretados como verbos de processo ou de actividade (capítulos 7 e 10).

B — Outra situação é a chamada construção de “Objecto Nulo”, que no português europeu só opera quando há no discurso anterior possibilidade de recuperar a informação⁽¹⁰⁰⁾:

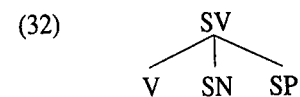
- (30) (a) Viste o filme da Maria de Medeiros? Sim, vi.
(b) Ontem apresentaram uma reportagem sobre os Madredeus. Eu adorei [-], só tenho pena que não transmitam [-] outra vez.

Nos exemplos seguintes, o SV tem como núcleo um V ditransitivo (aliás, como vimos acima, já *comprar* e *abrir* podem ter um segundo complemento opcional): além do SN, há um SP com a função de objecto indirecto, que ou pode estar colocado imediatamente a seguir ao V (se o objecto directo for pesado), ou a seguir ao objecto directo ou mesmo antes do V (se for um pronome proclítico):

- (31) (a) Ela disse ao irmão que estava cansada.
(b) Mande uma carta ao meu tio da América.
(c) Não me digas uma coisa dessas!

⁽¹⁰⁰⁾ Sobre “objecto nulo” ver Raposo (1986); e ainda capítulo 20 desta gramática e bibliografia aí apresentada.

O SV é assim constituído por três constituintes; uma maneira simplificada de representar a estrutura sintáctica é a seguinte⁽¹⁰¹⁾:



Em contextos apropriados também o objecto indirecto dos Vs pode ser nulo⁽¹⁰²⁾:

- (33) (a) P. Nunca ofereces presentes aos amigos?
R1. Ofereço presentes — nos aniversários (objecto indirecto nulo)
R2. Ofereço — — nos aniversários (objectos directo e indirecto nulos).

São também ditransitivos, tendo então o SV uma estrutura sintáctica como simplificada se descreve em (32), Vs de tipo locativo, cujos argumentos internos são um SN objecto directo e um SP com uma função de obliquo:

- (34) (a) A Maria arrumou os livros na estante.
(b) A Maria tirou os livros da estante.

Vejam agora SVs com verbos que seleccionam um SP ou um SADV como seu argumento interno:

- (35) (a) Nós saímos de casa.
(b) Eles partiram para Lisboa.
(c) Nós vamos às Astúrias.
(d) Chegaram da Faculdade.
(e) Contactámos com muita gente.
(f) Gostava de cinema.

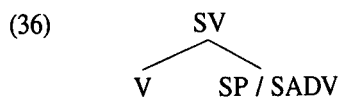
⁽¹⁰¹⁾ Há alternativas a esta estrutura: de modo a preservar o requisito de ramificação binária, poder-se-ia considerar que SV domina V' e SP, que por sua vez domina V e SN.

Outra hipótese, baseada em Kayne (1984), Larson (1988) e Kale e Keyser (1993) é considerar que a relação entre V e um complemento é única; daí a hipótese de existirem mais do que um SV e mais do que um V', sendo a ordem final dos constituintes obtida por movimento do V para FLEX (ver capítulo 12):

⁽¹⁰²⁾ Cf. Costa e Duarte (2001a).

- (g) Eles foram lá.
 (h) A Luísa saiu além.

A estrutura sintáctica do SV é a seguinte:



11.5.3. Os adjuntos a SV

A questão que se coloca imediatamente é saber se os SPs e os SADVs que podem seguir verbos são argumentos internos ou se, pelo contrário, alguns ocupam posições diferentes na estrutura sintáctica, nomeadamente se são adjuntos a SV ou a outro qualquer constituinte.

A tradição gramatical habituou-nos a classificar todos os sintagmas preposicionais e adverbiais que surjam numa oração como “complementos circunstanciais”, distintos pelo seu valor nocional: de lugar, de modo, de tempo, de meio, de companhia, de causa, de instrumento, etc.. Mas, na verdade, há diferentes tipos de ligação estrutural e lexical dos SPs e dos SADVs relativamente ao verbo⁽¹⁰³⁾.

Tomemos os exemplos seguintes:

- (37) (a) A Maria *foi para férias na semana passada*.
 (b) A Maria *saiu de casa por causa do calor*.

A possibilidade de retoma anafórica por pró-formas verbais, isto é, por expressões do tipo *e também, fazer o mesmo* mostra que em exemplos como (37a, b) todas as seqüências em itálico constituem o SV⁽¹⁰⁴⁾:

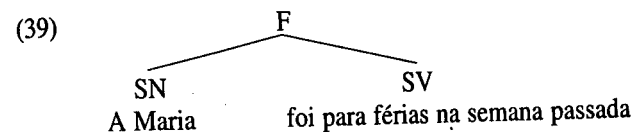
- (38) (a) A Maria foi para férias na semana passada e a Joana também (foi para férias na semana passada).
 (b) A Maria foi para férias na semana passada e a Joana fez o mesmo (foi para férias na semana passada).
 (c) A Maria saiu de casa por causa do calor e a Joana também (saiu de casa por causa do calor).

⁽¹⁰³⁾ Cf. Duarte e Brito (1996).

⁽¹⁰⁴⁾ Sobre a sintaxe das construções com *e também* ver capítulo 21 desta gramática.

- (d) A Maria saiu de casa por causa do calor e a Joana fez o mesmo (saiu de casa por causa do calor).

Portanto, é legítimo atribuir a estas frases uma estrutura do tipo:



Mas, por outro lado, nesse constituinte SV é possível perceber tipos de dependência estrutural e lexical distintas relativamente ao verbo, como o provam outros testes.

Assim, e dado que estamos na presença de frases com verbos de actividade ou de processo, vejamos como se comportam as frases (37a, b) se construirmos interrogativas com o verbo *fazer* e apenas um dos SPs:

- (40) O que fez a Maria na semana passada?
 (41) *O que fez a Maria para férias?
 (42) O que fez a Maria por causa do calor?
 (43) *O que fez a Maria de casa?

A diferença de gramaticalidade entre os exemplos mostra que os dois SPs envolvidos têm dependências distintas relativamente ao verbo e como tal devem ocupar lugares diferentes na estrutura sintáctica: em (40) e (42), o V *fazer* pode combinar-se com os SPs *na semana passada* e *por causa do calor*; podemos então concluir que estes SPs não são complementos de *ir* e de *sair*. Pelo contrário, a agramaticalidade de (41) e de (43) mostra que os SPs *para férias* e *de casa* são complementos dos verbos *ir* e *sair*.

A supressão dos SPs envolvidos permitiria chegar ao mesmo tipo de conclusão: os SPs *para férias* e *de casa* não são facilmente suprimíveis em frases isoladas de um contexto discursivo, enquanto *na semana passada* e *por causa do calor* o são.

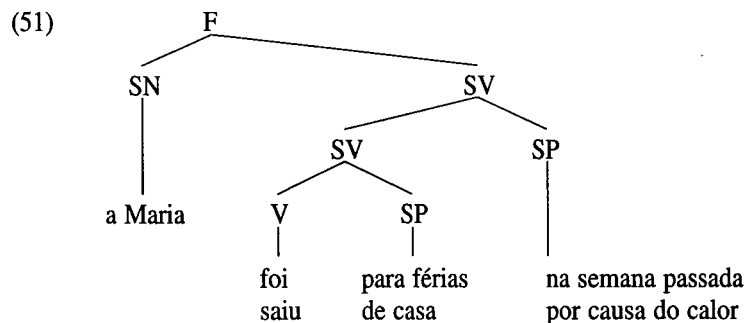
- (44) ?A Maria foi na semana passada (foi, para onde?)
 (45) ?A Maria saiu por causa do calor (saiu, de onde?)
 (46) A Maria foi para férias.
 (47) A Maria saiu de casa.

Outro teste que costuma ser invocado para apoiar a distinção entre argumentos verbais e adjuntos a SV é o comportamento desses constituintes no que diz respeito a extracções longas (12.3.). Vejam-se os exemplos seguintes, com deslocação de constituintes interrogativos a partir de interrogativas subordinadas (que, por conterem um pronome interrogativo, se comportam como “ilhas Q”)⁽¹⁰⁵⁾:

- (48) ?Que pessoas é que não sabes como poderão resolver esse problema?
 (49) ?Que problema é que não sabes como poderemos resolver?
 (50) *Como é que não sabes que problema poderemos resolver?

Em (48) e (49) há deslocação de constituintes interrogativos — em (48) do sujeito da oração interrogativa subordinada e em (49) do objecto directo dessa mesma interrogativa — sobre outro constituinte interrogativo. Em (50) temos a deslocação do advérbio de modo ou maneira *como*, também atravessando outro constituinte interrogativo. O resultado nos três casos é uma construção pouco aceitável; mas enquanto em (48) e (49) a deslocação tem como efeito frases marginais, em (50) a frase é realmente agramatical. Esta diferença mostra que em (48) e (49) a extracção se faz a partir de posições argumentais (de sujeito e de objecto directo), enquanto em (50) o movimento longo fez-se a partir de uma posição não argumental.

Podemos então concluir que, em (37a, b), *na semana passada* e *por causa do calor*, embora participem do SV, não são nós irmãos de V e ocupam uma posição de adjunção; pelo contrário, *para férias* e *de casa* são constituintes imediatos de SV, são complementos subcategorizados pelo V. A estrutura global das frases é então a seguinte:



⁽¹⁰⁵⁾ Sobre esta questão ver Ross (1967), Chomsky (1981), Huang (1982) e em particular Rizzi (1990: capítulo 3), entre outros. Para o português, Raposo (1992: capítulo 14, em particular pp. 400-404).

Em síntese: o SV é a categoria sintáctica que é a projecção do V; a sua estrutura deve estar de acordo com as propriedades de selecção categorial e temática dos verbos. Os tradicionalmente designados “complementos circunstanciais” não podem ser uniformemente tratados: uns são argumentos internos verbais, ocupando posições de complemento; outros, embora pertençam ao SV, não são argumentos internos e ocupam posições de adjunção a SV.

Outros aspectos relacionados com a estrutura do SV serão tratados nos capítulos seguintes, pois, como veremos, muitas vezes estão envolvidos problemas de construção frásica e não apenas de estrutura de uma só categoria.

11.6. O sintagma adverbial

11.6.1. Os advérbios e outras categorias ⁽¹⁰⁶⁾

O advérbio é uma classe ou categoria de palavras bastante heterogénea e complexa, cuja designação repousa na ideia, ilusória, de que modifica apenas verbos e de que vem geralmente junto deles; na verdade, os advérbios modificam vários tipos de constituintes e podem ocupar posições distintas ⁽¹⁰⁷⁾.

O advérbio é o núcleo do sintagma adverbial (SADV), podendo apresentar-se como uma única palavra ou como uma locução adverbial (formada por preposição +advérbio / adjectivo / nome, como em *por aqui*, *de novo*, *com certeza*, ou com uma estrutura mais complexa como *de onde em onde*, *de vez em quando*, etc.) ⁽¹⁰⁸⁾.

O advérbio é uma palavra invariável, sem marcas de concordância, e, neste aspecto, aproximável das preposições e das conjunções.

⁽¹⁰⁶⁾ Sobre advérbios há uma extensíssima bibliografia; para o português destaque-se Cunha e Cintra (1984: capítulo 14), Casteleiro (1982), Ambar (1990), Costa (1997a, 1998a, b), Gonzaga (1997); leia-se ainda Jackendoff (1972b), Kovacci (1999) e Cinque (1999).

⁽¹⁰⁷⁾ O advérbio é, historicamente, uma categoria derivada; por isso, não facilmente caracterizável através de uma combinação dos traços N e V, como fizemos para os nomes, os verbos, os adjectivos, as preposições. A generalidade dos advérbios dêicticos de lugar e de tempo do português actual tem a sua origem em expressões nominais ou preposicionais latinas contendo demonstrativos (cf. *af*, *cá*, *hoje*, *agora*). Outros advérbios formaram-se a partir do antigo ablativo instrumental de adjectivos latinos (cf. *bem*, *mal*, *longe*, *tarde*).

⁽¹⁰⁸⁾ Cf. Cunha e Cintra (1984: 540-541).

Alguns advérbios têm a mesma forma dos adjectivos, como já vimos em 11.3, reconhecendo-se pela não concordância com o sujeito da oração (*aguardar firme, jogar limpo, trabalhar duro, voar alto*):

- (1) As raparigas trabalham duro.

Por vezes, o advérbio é usado como adjectivo, como em (2):

- (2) menino bem (fino)

Muitos advérbios são derivados de adjectivos com um sufixo *-mente*: *felizmente, corajosamente*; alguns, poucos, só são bem formados na forma negativa, por parassíntese ou circunfixação, como *inevitavelmente* / **evitavelmente*, *ininterruptamente* / **interruptamente* (ver capítulo 24).

Há advérbios que são conectores frásicos: *consequentemente, assim, agora* (ver capítulos 7 e 17) ⁽¹⁰⁹⁾.

11.6.2. A classificação tradicional de advérbios

A tradição gramatical costuma organizar os advérbios em classes baseadas em critérios nocionais. Vejamos algumas dessas classes:

- de lugar: *abaixo, acima, adiante, ali, além, atrás, cá, debaixo, dentro, detrás, fora, longe, perto*.
- de tempo: *agora, ainda, amanhã, antes, antigamente, breve (brevemente), cedo, depois, depressa, devagar, enfim, então, entretanto, hoje, já, jamais, logo, nunca, ontem, outrora, sempre, tarde*.
- de modo: *assim, bem, mal, quase, sobremaneira, sobretudo* e muitos advérbios em *-mente*, de base adjectival.
- de intensidade ou quantidade: *assaz, bastante, bem, demasiado, mais, menos, muito, pouco, quase, tanto, tão*.
- de afirmação: *sim, certamente, decerto, realmente, também, efectivamente*.
- de negação: *não, jamais, negativamente, nunca*.
- de dúvida: *acaso, porventura, quiçá, talvez, possivelmente*.

⁽¹⁰⁹⁾ A aproximação a outras categorias tem levado alguns autores a considerar que o advérbio não é uma categoria primitiva.

Ao olharmos para esta classificação, apercebemo-nos de que ela é problemática nalguns aspectos. Por um lado, há advérbios que poderiam ser classificados de duas maneiras: *depressa, devagar* são advérbios de tempo / aspecto, mas também são advérbios de modo; *jamais, nunca* são advérbios de negação e simultaneamente de tempo.

Por outro lado, o valor semântico de quantificação está presente não só em advérbios como *muito, pouco, bastante, demasiado*, mas também em advérbios de tempo / aspecto (*sempre, iterativamente, nunca, jamais*) ⁽¹¹⁰⁾.

A classificação tradicional não tem em conta o comportamento sintáctico dos advérbios e as diferentes dependências que podem existir entre os advérbios e outras categorias.

Por isso, iremos propor um certo número de critérios adicionais.

11.6.3. Alguns critérios adicionais para a classificação dos advérbios

— Graduáveis / não graduáveis

Alguns advérbios são graduáveis, admitindo por isso flexão de grau; estão neste caso alguns advérbios de localização espacial e temporal (*tarde, longe*) e alguns advérbios de modo (*bem, mal*). Quando são graduáveis têm superlativo absoluto sintético, como em (3a) ou analítico, como em (3b), podendo então ser modificados por advérbios de quantidade, além de surgirem em construções comparativas e consecutivas (como em (3c, d)):

- (3) (a) tardíssimo, longíssimo
(b) muito tarde, muito longe
(c) mais tarde do que, menos longe do que, melhor do que, pior do que
(d) tão tarde que, tão longe que, tão bem que, tão mal que

— Transitividade / não transitividade

⁽¹¹⁰⁾ Por sua vez, *sempre* tanto pode ser advérbio de tempo e de aspecto como um advérbio confirmativo ou uma "partícula modal": (a) Ela vem sempre às quartas-feiras (b) Sempre vieste! Sobre a sintaxe de *sempre* confirmativo ver Gonzaga (1997) e Brito (2001b).

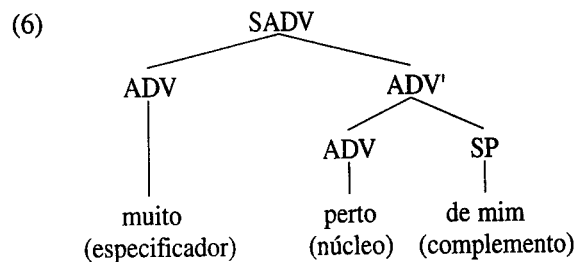
Há um pequeno número de advérbios que são transitivos, isto é, seleccionam argumentos, o que os aproxima das preposições: trata-se de alguns advérbios de localização espacial e temporal:

- (4) longe da casa, abaixo da mesa, depois da aula, antes do almoço

As propriedades da graduação e da transitividade estão na base de uma estrutura sintáctica de alguns sintagmas adverbiais muito próxima da dos sintagmas adjectivais e dos sintagmas nominais. Assim, quando os advérbios são transitivos, podem projectar-se complementos, como em (5a, c); quando os advérbios são graduáveis, podem surgir no interior do SADV especificadores ou modificadores, que são também advérbios de quantidade, como em (5b, c):

- (5) (a) A Maria está longe de casa.
(b) A Maria come muito bem.
(c) A Maria está muito perto de mim.

Em (6) representa-se a estrutura dum sintagma adverbial cujo núcleo é graduável e transitivo, como no exemplo (5c):



— Valor dêictico / não dêictico dos advérbios de localização espacial e temporal

Nos advérbios de localização espacial e temporal alguns têm valor dêictico ⁽¹¹⁾ (*aqui, ali, além, hoje, ontem, amanhã*), outros não (entre outros, *longe, perto, devagar, depressa, jamais, nunca*, etc.). Como veremos adiante, do ponto de vista sintáctico, os advérbios de localização tanto podem ocupar posições argumentais como não argumentais.

⁽¹¹⁾ Nos advérbios de modo há também um de valor dêictico: *assim* (Lopes, O. 1977)

— Valor “pronominal” e de operador de alguns advérbios

Nos advérbios de localização e de modo, merecem especial destaque os advérbios *onde, quando* e *como*, que acumulam a qualidade de serem constituintes interrogativos e relativos (12.3 e capítulo 16): como interrogativos, ocorrem ou na posição básica correspondente à sua função sintáctica ou numa posição de início de frase; nas orações relativas ocupam sempre a posição inicial:

- (7) (a) Vais sair quando? Quando vais sair?
(b) Ele foi onde? Onde é que ele foi?
(c) O sítio onde moro é agradável.
(d) Os miúdos conseguiram sair como? Como é que os miúdos conseguiram sair?

— Valor quantitativo

Nos advérbios ligados a quantidade, incluem-se os que exprimem o grau (*assaz, bastante, bem, demasiado, mais, menos, muito, pouco, quase, tanto, tão*); de um modo geral ocupam a posição de especificador do SA (8a) e do SADV (8b), embora modifiquem também verbos, sendo então parte do SV (8c).

- (8) (a) O miúdo é muito alto.
(b) A casa fica muito longe.
(c) Ele come / corre / lê muito.

— Valor restritor

Próximos dos advérbios de quantidade, tanto do ponto de vista semântico como sintáctico, situam-se os advérbios que exprimem um valor de intensificação e focalização. São os “advérbios restritores”, incluindo-se neste segundo grupo *só, apenas* e um grupo de advérbios de base adjectival, com o sufixo —*mente* (*especialmente, propriamente, principalmente, unicamente, meramente*), exemplificados em (9) e (10) ⁽¹²⁾:

⁽¹²⁾ Cf. Gonzaga (1997: 126-128) e Kovacci (1999: 772-780). A tradição gramatical considera estes advérbios “de exclusão” e por vezes toma-os como uma classe à parte, não muito representativa da classe; para um estudo destes advérbios na área da interface fonologia / sintaxe ver Vigário (1997b).

- (9) (a) Ela estava especialmente bonita naquele dia.
 (b) A Maria estudou principalmente Física.
 (c) Ela não mora propriamente longe.
 (d) A Luísa falou só de moda.
 (e) Ele é meramente astrólogo.
- (10) (a) Só a Anita fez o trabalho.
 (b) A Anita só fez o trabalho.
 (c) A Anita fez só o trabalho.

Como propriedade sintáctica fundamental, refira-se que estes advérbios se caracterizam por ocorrerem junto dos constituintes que modificam, como é visível em (9) e ainda mais em (10), em que a posição define o domínio, o escopo do advérbio.

— Leitura de “maneira” / leitura “orientada para o sujeito” / leitura “orientada para o falante”⁽¹¹³⁾

Os chamados “advérbios de modo” são muito heterogéneos e rigorosamente incluem várias subclasses.

Tome-se como ponto de partida advérbios como *alegremente, cuidadosamente, desajeitadamente, tristemente*, etc.:

- (11) (a) O Luís leu o poema cuidadosamente.
 (b) O Luís leu cuidadosamente o poema.

Em posição pós-verbal ou depois dos complementos verbais, a interpretação mais forte deste tipo de advérbios é de “modo” ou de “maneira”, permitindo uma paráfrase como em (11b):

- (c) O Luís leu o poema de modo / maneira cuidadoso(a).

Por sua vez em (d):

- (d) O Luís cuidadosamente leu o poema.

⁽¹¹³⁾ Distinção notada pela primeira vez para o inglês por Jackendoff (1972b). Para o português ver entre outros Costa (1997a) e Gonzaga (1997).

E ainda mais em:

- (e) Cuidadosamente o Luís leu o poema.

o advérbio *cuidadosamente* também não tem uma única interpretação: o exemplo tanto pode ser parafraseado por “o Luís foi cuidadoso ao ler o poema” (leitura orientada para o sujeito) como uma leitura “orientada para o falante”, isto é, de avaliação, por parte do falante, da actuação do indivíduo designado pela expressão que é sujeito da frase (eu, falante, acho que foi cuidadoso da parte do Luís ter lido o poema).

Estes advérbios são, portanto, caracterizados por ocorrerem em várias posições na frase, embora a alteração de ordem possa ter como efeito uma diferença na interpretação. Como veremos adiante, estes advérbios são adjuntos a SV ou outras categorias funcionais da frase, não sendo argumentos do verbo.

— Leitura “orientada para o sujeito Agente”

Na grande classe dos “advérbios de modo”, é de referir advérbios como *propositadamente, voluntariamente, de propósito*:

- (12) O Rui magoou propositadamente a rapariga.

Trata-se de advérbios unicamente usados com verbos de “actividade” e de “accomplishment” na forma activa e a sua interpretação é de “orientação para o sujeito Agente”, como é visível pela agramaticalidade de (13a, b):

- (13) (a) *A cadeira magoou propositadamente a rapariga.
 (b) *O cão morreu voluntariamente.

— Selecção do conjuntivo / selecção do indicativo

Os advérbios modais (*possivelmente, plausivelmente, certamente, talvez*, etc.), incluídos nas gramáticas quer nos “advérbios de modo” quer nos “advérbios de dúvida”, têm em comum exprimirem uma modalidade de tipo alético ou epistémico (ver capítulo 9). Caracterizam-se pela mobilidade e por serem advérbios frásicos, como veremos. Mas há uma importante diferença entre eles: *talvez* em posição pós-verbal co-ocorre com o verbo no indicativo e em posição pré-verbal selecciona conjuntivo; os outros advérbios não conduzem ao conjuntivo:

- (14) (a) Eles vêm talvez hoje.
 (b) Talvez eles venham hoje.
 (c) *Talvez eles vêm hoje.
- (15) (a) Ele vêm possivelmente hoje.
 (b) Possivelmente eles vêm hoje.

Refira-se também que todos eles podem ocorrer isolados, constituindo respostas a perguntas totais:

- (16) Vais sair? Talvez / possivelmente / certamente.

— Polaridade afirmativa / polaridade negativa

Os advérbios de afirmação e de negação marcam a polaridade afirmativa ou negativa de uma oração. Nas respostas comportam-se de maneira idêntica, podendo surgir isolados ou combinados com a parte verbal da oração:

- (17) (a) P. Fizeste isto? R. Sim, fiz / Não, não fiz.
 P. Fizeste isto? R. Nunca / Nunca fiz.

Nas frases que não constituem respostas a perguntas, a situação é diferente: o advérbio *não* e similares têm de figurar para marcar o valor negativo, enquanto a polaridade afirmativa não precisa de qualquer suporte adverbial (ver capítulo 19).

— Estatuto predicativo / não predicativo

Alguns (muito poucos) advérbios de modo (*bem, mal*) e de localização (*perto, longe, etc.*) podem co-ocorrer com verbos como *estar, parecer, ficar, continuar*, o que significa que têm natureza predicativa e que esta pode ser satisfeita na oração pela existência de um sujeito frásico⁽¹¹⁴⁾:

- (18) (a) A Maria está / parece / fica bem.
 (b) *A Maria está / parece / fica possivelmente / cuidadosamente.
 (c) A casa está / parece / fica longe.

⁽¹¹⁴⁾ É interessante notar a utilização recente, na gíria juvenil, do advérbio *altamente* em posição predicativa: *O filme é altamente!*

— Estatuto argumental / não argumental dos advérbios

Como vamos ver, alguns advérbios podem ocupar posições argumentais. Assim, alguns advérbios parecem ocupar a posição de sujeito frásico, como em (19); trata-se de advérbios de localização dêicticos:

- (19) Aqui está calor / hoje é dia 12 de Julho.

Tomemos agora os exemplos seguintes:

- (20) A Maria vai ali / ao café.
 (21) A Maria saiu dali / de casa.
 (22) A Maria pôs o livro além / na estante.
 (23) O João mora ali / naquela rua.

Estes advérbios são seleccionados pelos verbos das frases respectivas, ocupando uma posição de complemento, a mesma em que ocorrem sintagmas preposicionais. Para o confirmar, vejamos como se comportam relativamente a certos testes (pergunta / resposta com *fazer* ou verbos correspondentes e supressão):

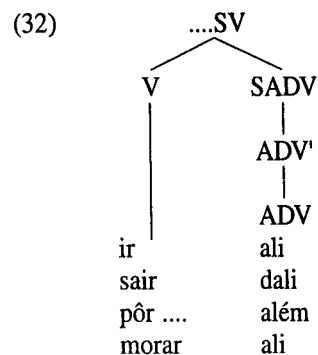
- (24) P. *O que é que a Maria faz ali? R. Vai. ⁽¹¹⁵⁾
 (25) P. *O que é que a Maria fez dali? R. Saiu.
 (26) P. *O que é que a Maria fez além? R. Pôs o livro.
 (27) P. *O que acontece / o que se passa com o João ali? R. Mora.

Vemos que não é possível construir interrogativas com o V *fazer* (enquanto substituto dos verbos em causa) e o advérbio, e responder só com o V ou com o V e o outro argumento interno (no caso de *pôr*). Este comportamento aponta para o estatuto argumental dos advérbios *ali, dali, além* quer com verbos de movimento quer com verbos de localização como *pôr*.

- (28) *A Maria vai.
 (29) *A Maria saiu.
 (30) *A Maria pôs o livro.
 (31) *O João mora.

⁽¹¹⁵⁾ Tanto (24) como (26) são gramaticais com o foco da interrogação precisamente sobre o verbo *fazer*, mas são agramaticais com *fazer* como substituto de *ir* ou *pôr*.

A impossibilidade de supressão mostra, uma vez mais, que os advérbios são argumentos, respectivamente, dos verbos *ir*, *sair*, *pôr*, *morar*. Em termos sintácticos isto significa que são constituintes imediatos do SV:



Utilizemos agora um outro teste, já referido em 11.5., a extracção de advérbios sobre “ilhas Q”:

- (33) ?Onde é que perguntaste quem vai?
- (34) ?De onde é que perguntaste quem saiu?
- (35) ?Onde é que perguntaste que livro a Maria pôs? / ? Onde é que perguntaste quem pôs o livro?
- (36) ?Onde é que perguntaste quem mora?

Vemos que, apesar de a extracção por movimento interrogativo se fazer de uma “ilha Q”, os exemplos só são marginais, não sendo totalmente agramaticais. Este teste vem confirmar o estatuto argumental dos advérbios das frases (20)-(23) e seus correspondentes interrogativos.

Vejam agora o comportamento de certos advérbios de maneira e de quantidade:

- (37) A Maria veste bem.
- (38) A menina portou-se mal.
- (39) A sessão durou pouco (tempo).

Os testes da pergunta com *fazer* e da supressão mostram que estes advérbios ou são seleccionados pelos verbos respectivos *vestir*, *portar-se*, ou modificam uma expressão de tempo (explícita ou omissa) que é seleccionada pelo verbo *durar*:

- (40) *O que é que a Maria faz bem? Veste.
- (41) *O que é a menina fez mal? Portou-se.
- (42) *O que é que aconteceu à sessão pouco? Durou.
- (43) *A Maria veste.
- (44) *A menina portou-se.
- (45) *A sessão durou.

No entanto, o teste da extracção sobre “ilha Q” dá resultados claramente agramaticais, o que não devia acontecer sendo as expressões de maneira e de quantidade de tempo seleccionadas pelos verbos referidos:

- (46) *Como é que perguntaste quem vestiu?
- (47) *Como é que perguntaste quem se portou?
- (48) *Quanto tempo perguntaste o que durou?

A razão desta diferença tem a ver com o grau de referencialidade dos advérbios: em exemplos como (20)-(23) analisados anteriormente os advérbios são expressões referenciais, enquanto em exemplos como (37)-(39) as expressões de maneira ou de quantidade de tempo não são referenciais e por isso mesmo, relativamente a fenómenos de extracção, comportam-se como se fossem adjuntos (¹¹⁶).

Em síntese, há advérbios que são seleccionados por verbos de movimento (*ir*, *vir*, *sair*, *chegar*) e de localização (*pôr*, *colocar*) e que, sendo argumentos, são nós irmãos de V, como se descreve em (32). Outros advérbios, embora sejam seleccionados por certos verbos (*portar-se*, *durar*, *vestir*) não têm o mesmo grau de referencialidade dos anteriores e por isso, face a certos fenómenos, comportam-se como adjuntos.

Vejam agora os exemplos seguintes:

- (49) O Luís leu o poema cuidadosamente.
- (50) O Luís partiu para Paris ontem.
- (51) As pessoas vão para as praias frequentemente.
- (52) A Ana comprou essa revista além.

De modo a captar a natureza destes advérbios na estrutura sintáctica e a sua relação com a estrutura argumental dos verbos, façamos os mesmos testes que

(¹¹⁶) Cf. Rizzi (1990: 77-94).

aplicámos acima: formulação de uma interrogativa parcial com *fazer* ou verbos similares e o advérbio, supressão e extracção sobre uma “ilha Q”⁽¹¹⁷⁾:

— Formulação de interrogativa com *fazer* e o advérbio:

- (53) P. O que é que o Luís fez cuidadosamente? R. Leu o poema.
- (54) P. O que é o Luís fez ontem? R. Partiu para Paris.
- (55) P. O que é as pessoas fazem frequentemente? R. Vão para as praias.
- (56) P. O que é que a Ana fez além? R. Comprou essa revista.

— Supressão:

- (57) O Luís leu o livro.
- (58) O Luís partiu para Paris.
- (59) As pessoa vão para as praias.
- (60) A Ana comprou essa revista.

— Extracção sobre “ilhas Q”:

- (61) *Como é que perguntaste quem leu? * Como é que perguntaste o que leu o Luís?
- (62) *Quando é que perguntaste quem partiu?
- (63) *Para onde é que perguntaste quem foi?
- (64) *Onde é que perguntaste quem comprou? * Onde é que perguntaste o que comprou a Ana?

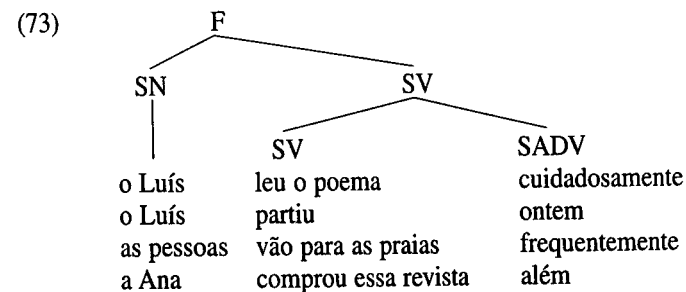
Reparamos que estes advérbios se comportam de maneira diferente dos que tínhamos considerado argumentos internos do SV: podem ocorrer em interrogativas de instanciação com o verbo *fazer* ou similares tendo como resposta o SV, são facilmente suprimíveis, quando extraídos sobre “ilhas Q” conduzem a frases agramaticais. Tais advérbios exibem estes comportamentos porque não pertencem à estrutura argumental dos verbos respectivos.

Assinale-se ainda que estes advérbios podem ainda ser objecto de “clivagem” por *é que* e constituir o escopo da negação:

⁽¹¹⁷⁾ Já vimos acima que estes advérbios têm grande mobilidade na frase, embora em relação aos advérbios ditos de modo as diferentes posições possam estar associadas a distintas leituras.

- (65) Foi cuidadosamente que o Luís leu o livro.
- (66) O Luís não leu cuidadosamente o livro, leu distraidamente.
- (67) Foi ontem que o Luís partiu para Paris.
- (68) O Luís não partiu ontem; partiu na semana passada.
- (69) É frequentemente que as pessoas vão para as praias.
- (70) As pessoas não vão frequentemente para as praias; vão só às vezes.
- (71) Foi além que a Ana comprou essa revista.
- (72) A Ana não comprou essa revista além; comprou mesmo aqui na tabacaria.

Assim, estes advérbios não são constituintes imediatos do SV. Mas pelo facto de poderem ser focalizados e objecto de negação, pertencem de qualquer modo à parte predicativa da oração, razão pela qual consideramos que eles são projectados numa posição de adjuntos a SV⁽¹¹⁸⁾.



Semanticamente, nos adjuntos a SV, estão incluídos advérbios geralmente ditos de modo, quer seja com “leitura de maneira” quer seja com “leitura orientada para o sujeito” (*cuidadosamente, correctamente, inteligentemente, prudentemente*); nocionais ou de ponto de vista (*culturalmente, politicamente, economicamente*); de tempo e de aspecto (*ontem, hoje, amanhã, frequentemente, ocasionalmente, raramente, mensalmente, habitualmente*); de lugar (*aqui, ali, além*, quando estes não são argumentos verbais).

Na posição do advérbio *ontem* em (50) poderíamos encontrar SNs (*esta manhã, esta noite, a semana passada, o mês passado*)⁽¹¹⁹⁾, (como em (74)),

⁽¹¹⁸⁾ A sintaxe deste tipo de advérbios tem sido muito estudada. Para dar conta da sua mobilidade uma hipótese é que haja adjuntos à direita e à esquerda de SV ou de outras categorias. Outra hipótese, mais restritiva, é que haja apenas adjuntos à esquerda de SV ou de outras categorias e que as diferentes posições do advérbio se possam explicar por movimento do V (ver 12.1).

⁽¹¹⁹⁾ Na verdade há aqui preposições nulas e o que parecem ser SNs são SPs.

SPs (como em (75)) e frases subordinadas (como em (76)). Na verdade, todas elas constituem “expressões adverbiais”, na medida em que, do ponto de vista sintáctico e semântico, se comportam de maneira idêntica a advérbios:

- (74) O Luís partiu a semana passada.
- (75) O Luís partiu na semana passada.
- (76) O Luís partiu quando eu estava a acabar o capítulo.

Tradicionalmente designa-se todos estes constituintes “complementos circunstanciais”; mas já estamos a ver que, embora exprimam vários tipos de “circunstâncias” importantes para a predicação, nuns casos são adjuntos a SV e noutros casos são argumentos verbais.

— Estatuto frásico / não frásico

Considerem-se agora os seguintes exemplos:

- (77) Francamente não sei que te diga.
- (78) Não sei que te diga francamente.
- (79) Felizmente eles vêm jantar.
- (80) Eles vêm jantar felizmente.
- (81) Ele já chegou do Brasil com certeza.
- (82) Com certeza ele já chegou do Brasil.
- (83) Possivelmente eles vêm jantar.
- (84) Eles vêm jantar possivelmente.

Vejamos quais as propriedades sintácticas mais importantes deste tipo de advérbios ⁽¹²⁰⁾.

a) Possibilidade de ocorrerem em interrogativas de instanciação com o verbo *fazer* ou similares:

- (85) P. O que é que eles fazem possivelmente? R. Vêm jantar.

b) Impossibilidade de serem focalizados em frases clivadas:

⁽¹²⁰⁾ Como os exemplos revelam bem, estes advérbios caracterizam-se também pela sua grande mobilidade.

- (86) * É possivelmente que eles vêm jantar.

c) Impossibilidade de surgirem sob o escopo da negação:

- (87) * Eles não vêm jantar possivelmente, vêm talvez.

d) Impossibilidade de serem contrastados com outras expressões adverbiais em interrogativas alternativas, o que mostra que estão fora do escopo da interrogação (em contraste com os argumentais ou os adjuntos a SV):

- (88) O João mora aqui ou ali?
- (89) Nós encontrámos o Gonçalo ontem ou anteontem?
- (90) *Eles vão jantar provavelmente ou possivelmente?
- (91) *Conhecem todos o último livro de Chomsky certamente ou plausivelmente?

e) Ao contrário dos dois tipos de advérbios referidos, nunca podem estar no escopo de modificadores como *só*, *apenas*:

- (92) A sessão durou só até à noite.
- (93) A Ana comprou essa revista apenas ontem.
- (94) *Eles vão jantar só provavelmente.
- (95) *Conhecem todos o último livro de Chomsky só certamente.

f) Não podem fazer parte do escopo de *também*:

- (96) O João mora também além.
- (97) Nós encontrámos o Gonçalo também ontem.
- (98) *Eles vão jantar também provavelmente ⁽¹²¹⁾.
- (99) *Conhecem todos o último livro de Chomsky também certamente.

Estes comportamentos mostram que os advérbios aqui tratados são frásicos, modificam toda a proposição, não sendo nem argumentos verbais nem adjuntos a SV ⁽¹²²⁾. Do ponto de vista semântico, são avaliativos (*felizmente*, *desgraçadamente*), modais (*possivelmente*, *talvez*, *com certeza*); reforçadores da verda-

⁽¹²¹⁾ A frase é aceitável com uma pausa acentuada entre *também* e o advérbio modal, mas nesse caso este último não faz parte do escopo de *também*.

⁽¹²²⁾ Do ponto de vista estrutural, parecem ocupar uma posição de adjunção a F.

de da asserção (*evidentemente, obviamente, certamente*); restritivos do valor de verdade da asserção (*supostamente, presumivelmente*)⁽¹²³⁾.

Em conclusão, neste capítulo mostrou-se que a classificação tradicional dos advérbios, unicamente baseada em critérios nocionais, é insuficiente e que a proposta de outros critérios permite um entendimento mais favorável desta categoria. Em particular, do ponto de vista sintáctico, mostrou-se que os advérbios podem ocupar posições argumentais e posições não argumentais. Nos não argumentais, destacam-se três classes: os advérbios de quantidade e restritores, que em geral ocupam a posição de especificadores das categorias que modificam; os adjuntos a SV; os frásicos. Tanto uns como outros recobrem classes distintas do ponto de vista semântico.

⁽¹²³⁾ Sobre estes advérbios ver Kovacci (1999), Gonzaga (1997).

12

Estrutura da frase simples e tipos de frases

Ana Maria Brito, Inês Duarte e Gabriela Matos

Índice

- 12. Estrutura da frase simples e tipos de frases
 - 12.1. A estrutura da frase simples de tipo declarativo
 - 12.1.1. Os constituintes imediatos de frase
 - 12.1.2. Argumentos a favor da categoria funcional FLEXÃO; concordância Sujeito-Verbo; acesso do SN sujeito ao nominativo; movimento do verbo
 - 12.1.3. Sujeitos nulos e conseqüências sintácticas
 - 12.2. Frases imperativas
 - 12.2.1. As frases imperativas e o valor pragmático do imperativo
 - 12.2.2. Frases imperativas e modo
 - 12.2.3. Tipos de predicados e valor das imperativas
 - 12.2.4. A orientação para o futuro
 - 12.2.5. Imperativas directas e indirectas
 - 12.2.6. O sujeito
 - 12.2.7. Os complementos pronominais nas frases imperativas
 - 12.2.8. Os modificadores de intensificação ou atenuação do acto directivo de ordem
 - 12.3. Frases interrogativas
 - 12.3.1. Interrogativas totais (globais, proposicionais ou de *sim / não*)

- 12.3.2. Interrogativas parciais
- 12.3.3. Interrogativas "tag"
- 12.4. Frases exclamativas
 - 12.4.1. Exclamativas totais
 - 12.4.2. Exclamativas parciais
 - 12.4.3. Exclamativas-Q
- 12.5. Frases optativas
- 12.6. Frases com tópicos marcados
 - 12.6.1. A sintaxe das construções de tópicos marcados
 - 12.6.2. A construção de Objecto Nulo

Depois de termos passado em revista no capítulo anterior os problemas fundamentais que se colocam à análise das categorias sintagma nominal, sintagma adjectival, sintagma preposicional, sintagma verbal e sintagma adverbial relativamente à natureza dos seus núcleos, estrutura interna e posição que podem ocupar em certas construções, estamos agora em condições de relacionar muitas das considerações feitas e de analisar a estrutura das frases simples e complexas em português.

A noção de frase simples recobre, na verdade, vários tipos. Com efeito, os enunciados apresentam-se formatados em diferentes **tipos de frases**, reconhecíveis através de propriedades sintácticas (por exemplo, ordem de palavras), morfo-sintácticas (por exemplo, modo verbal), prosódicas (tipo de curva entoacional) e lexicais (por exemplo, presença de palavras pertencentes a certas subclasses). Não existe isomorfismo entre tipo sintáctico a que pertence uma frase e acto ilocutório realizado através da sua produção. Ou seja, o conceito de tipo sintáctico é definido com base na presença de elementos gramaticais que apresentam relações sistemáticas de co-ocorrência.

Podem distinguir-se cinco tipos de frases:

- (1) **Tipo declarativo:** trata-se de frases com certas propriedades gramaticais, que podem exprimir qualquer tipo de acto ilocutório; as propriedades das frases simples declarativas são tratadas em 12.1.

- (2) Tipo **imperativo**: trata-se de frases com certas propriedades gramaticais, que exprimem actos directivos de ordem; são objecto de 12.2.
- (3) Tipo **interrogativo**: trata-se de frases com certas propriedades gramaticais, que exprimem actos directivos de pedido (de acção ou de informação); delas se ocupa em particular 12.3.
- (4) Tipo **exclamativo**: trata-se de frases com certas propriedades gramaticais, que exprimem actos expressivos de avaliação; são abordadas em 12.4.
- (5) Tipo **optativo**: trata-se de frases com certas propriedades gramaticais, que exprimem actos expressivos de desejo; delas se ocupa 12.5.

As construções com **tópicos marcados**, que podem pertencer a vários dos tipos sintácticos acima referidos, constituem o objecto de estudo de 12.6.

Na caracterização dos vários tipos sintácticos, serão considerados os seguintes indicadores linguísticos:

- (6) a. Indicadores gramaticais: entoação, modo verbal, tempo verbal, colocação dos clíticos, posição relativa do sujeito e do verbo, negação expletiva, presença de palavras funcionais;
- b. Indicadores lexicais: fórmulas operativas, verbos performativos, certas subclasses de pronomes/quantificadores, núcleos graduáveis.

12.1. A estrutura da frase simples de tipo declarativo

12.1.1. Os constituintes imediatos de frase ⁽¹⁾

Como vimos no capítulo anterior, as frases não são sequências lineares de palavras mas obedecem a uma estrutura hierárquica em que há constituintes que por sua vez se formam de outros constituintes até se chegar ao nível da palavra.

Nas frases básicas do português é possível considerar a existência de dois constituintes imediatos: o SN e o SV. Como veremos, alguns dos testes apresentados no capítulo 10. para a identificação do sujeito permitem igualmente identificar o SN constituinte imediato de F. Vamos recordar aqui alguns desses testes.

⁽¹⁾ Este parágrafo reproduz parte de 10.1. da versão anterior da gramática. Como se compreenderá ao longo deste parágrafo, a afirmação de que o SV é um dos constituintes imediatos de frase só faz sentido numa concepção simples da estrutura, sem o recurso a categorias funcionais.

Tomemos uma frase simples:

- (1) A amiga da Maria viu o filme.

A pronominalização e a substituição permitem perceber que a sequência constituída por *a amiga da Maria* é um SN:

- (2) (a) Ela viu o filme.
- (b) A rapariga viu o filme.

Outros testes, como a deslocação (na passiva, na deslocação à direita) ou o destaque pela construção clivada confirmam a anterior análise:

- (3) O filme foi visto pela amiga da Maria.
- (4) Viu o filme, a amiga da Maria.
- (5) Foi a amiga da Maria que viu o filme.

Os mesmos procedimentos aplicados a parte das sequências em causa dariam resultados agramaticais ou com interpretações não pretendidas:

- (6) (a) *O filme foi visto da Maria pela amiga.
- (b) *Da Maria viu o filme a amiga.
- (c) *Foi a amiga que viu o filme da Maria.

Tomemos agora outros exemplos:

- (7) (a) O miúdo comeu um gelado.
- (b) O miúdo deu um beijo à mãe.
- (8) (a) A casa ruiu.
- (b) A casa foi vendida a um banco.
- (9) (a) O João está contente.
- (b) O João parece um galã de bairro.

Cada uma das frases tem como constituintes imediatos um SN (*o miúdo, a casa, o João*), e um outro, o SV: *comeu um gelado, deu um beijo à mãe, ruiu, foi vendida a um banco, está contente, parece um galã de bairro*.

Para identificar o SV é possível utilizar um conjunto de testes, alguns dos quais já foram referidos aquando da análise da estrutura interna do SV:

- (i) Formulação de uma interrogativa de instanciação em que ocorra o SN sujei-

to da frase em questão e um substituto anafórico do predicado: o SV constitui a resposta não redundante a essa pergunta. Com predicadores não estativos agentivos, o substituto anafórico do predicado é *fazer* (cf. (11)); com predicadores não estativos não agentivos, o substituto anafórico do predicado é geralmente *acontecer* ⁽²⁾ (cf. (12)):

- (11) O que fez o miúdo?
 Comeu um gelado.
 Deu um beijo à mãe.
- (12) O que aconteceu à casa?
 Ruiu.
 Foi vendida a um banco.

(ii) Construção de uma frase coordenada à frase em questão, com um SN sujeito não co-referente do SN sujeito dessa frase e *também* como substituto anafórico do SV dessa frase ⁽³⁾:

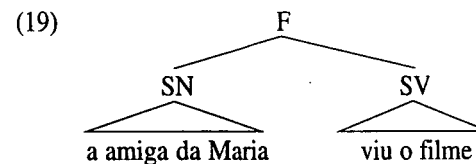
- (13) O miúdo comeu um gelado e a mãe também [-]
 (14) O miúdo deu um beijo à mãe e o irmão também [-]
 (15) A casa ruiu e o muro também [-]
 (16) A casa foi vendida a um banco e a quinta também [-]
 (17) O João está contente e a Ana também [-]
 (18) O João parece um galã de bairro e o Pedro também [-]

A compreensão das frases coordenadas que ocorrem nestes exemplos implica que as reconheçamos como paráfrases de: ... e a mãe (*também*) comeu um gelado; ... e o irmão (*também*) deu um beijo à mãe; ... e o muro (*também*) ruiu; e a quinta (*também*) foi vendida a um banco; ... e a Ana (*também*) está contente; ... e o Pedro (*também*) parece um galã de bairro. Quer dizer, os constituintes “reconstituídos” representam o SV.

Sendo assim, podemos propor para os exemplos apresentados a estrutura (19):

⁽²⁾ Na verdade, não existe um substituto absolutamente adequado para predicados estativos. Por outro lado, o substituto *acontecer* e ainda *o que há com?*, *o que se passa com?* são correntemente utilizados pelos falantes para substituir quer predicados estativos quer predicados não estativos, como se pode perceber com os seguintes exemplos: *O que aconteceu ao João? O que se passa com o João? O que há com o João?* A resposta pode ser: *Está doente. Foi atropelado. Fez uma asneira.*

⁽³⁾ Cf. Raposo (1979: 40-42).



12.1.2. Argumentos a favor da categoria funcional FLEXÃO; concordância Sujeito-Verbo; acesso do SN sujeito ao nominativo; movimento do Verbo

Se atentarmos bem nas frases anteriores, reparamos que a categoria que temos vindo a designar SV contém pelo menos três tipos de informações: informações relativas à estrutura de constituintes (número e forma dos constituintes e sua ordem intrínseca), informações relativas à estrutura argumental do verbo e informações de tempo, modo, aspecto, pessoa e número.

A consciência de que informações relativas a tempo e modo são propriedades da frase e não do SV permite a formulação da hipótese de que tais informações, bem como as relativas a forma aspectual, a pessoa e número, devem estar incluídas num constituinte denominado Flexão (Flex) ⁽⁴⁾.

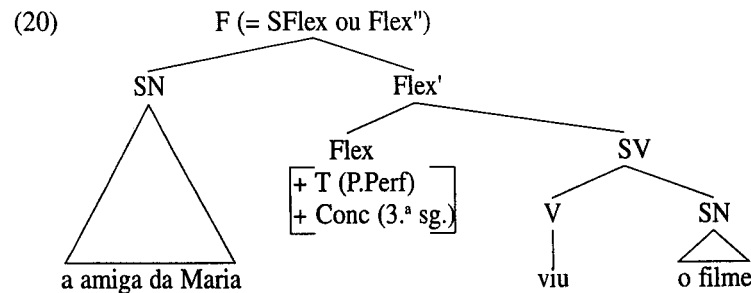
O constituinte Flex é uma categoria sintáctica funcional e, como tal, não se confunde com a propriedade morfológica da flexão, que, como sabemos, em línguas como o português, é caracterizada pela existência de afixos verbais. A Flex, concebida como categoria sintáctica, é sobretudo a indicação de que estamos na presença de uma proposição com tempo independente e, por outro lado, é a “marca” de que um processo sintáctico de Concordância se efectua na frase.

⁽⁴⁾ Nos estudos sobre o inglês, este constituinte foi inicialmente designado como AUXILIAR (AUX). A razão invocada era o facto de no inglês as informações de tempo estarem frequentemente associadas a certos auxiliares como *shall* e *will*. No quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros, propôs-se que a Flexão podia ser dividida em duas categorias funcionais distintas (Tempo e Concordância) (Pollock, 1989; Belletti, 1990); no quadro do Programa Minimalista, Chomsky (1995) voltou à ideia de uma só categoria funcional, Tempo. Outros autores consideram haver evidência interlinguística para considerar que existe um Parâmetro — o Parâmetro da Flexão dividida. Nas línguas que fixem o valor positivo para o Parâmetro, a frase conta com dois núcleos funcionais distintos: Concordância e Tempo — seria este o caso do português e da generalidade das línguas românicas; nas línguas que marcam o valor negativo para o Parâmetro, a frase seria a projecção funcional do núcleo não dividido Flex — seria o caso do inglês (cf. Bobaljik e Thráinsson, 1998; para o português Duarte, 1997; Costa, 1998a; Brito, 2001b).

Também aqui a Concordância deve ser vista como um processo eminentemente sintáctico de compatibilização de informações de pessoa e número no SN sujeito e no V, independentemente da existência nesse V de marcas concretas de flexão de pessoa e de número ⁽⁵⁾.

Flex pode ser considerado o núcleo funcional de uma frase flexionada, independente das informações lexicais presentes no V. E, se é assim, podemos propor para esse tipo de frases o mesmo tipo de configuração endocêntrica e binária que temos vindo a propor para outras categorias; nesta perspectiva, uma F é um sintagma flexionado (SFlex ou Flex^{''}), o que quer dizer que, independentemente dos seus constituintes SN e SV, ela é a projecção máxima de informações de Tempo (T) e de Concordância (Conc).

Tomemos então a frase (1); a sua estrutura sintáctica pode ser descrita de forma mais sofisticada do que em (19), de modo a captar as ideias acima esboçadas:



Repare-se que é a presença de Flex com Tempo finito que legitima o acesso do SN sujeito ao caso nominativo. O confronto de frases como (21a, b e c):

- (21) (a) Eu saio
(b) Eu quero sair
(c) *Eu quero eu sair

⁽⁵⁾ Apesar da homonímia entre certas formas verbais em português, elas podem ter valores sintácticos diferentes, com consequências para a forma das frases. Um exemplo: o Infinitivo não flexionado é idêntico à 1.ª e 3.ª pessoas do Infinitivo flexionado; no entanto, tais formas não podem ser usadas indiferentemente. Não é possível dizer **eu quero ela andar de carro tantas vezes*, porque um Infinitivo não flexionado não pode ser usado com sujeito próprio, mas já é possível dizer *lamento ela andar de carro tantas vezes*; *andar* é aqui o infinitivo flexionado e como tal legitima a presença de um sujeito (ver capítulo 14).

é suficiente para percebermos que uma frase não finita como a que está contida em ... *sair* não legitima a presença de um sujeito lexical, o mesmo é dizer, não legitima a presença de um SN no nominativo.

A estruturas como (20) aplica-se um mecanismo de verificação das informações de Tempo e de Concordância no V e em Flex. Por outro lado, actua a Concordância, que, como dissemos, é um processo sintáctico de verificação da compatibilidade de marcas de pessoa e de número no SN sujeito e em Flex / V.

Note-se que, do ponto de vista da morfologia e também no plano da interpretação, é como se o constituinte sintáctico Flex acabasse por desaparecer. O processo de verificação das informações de Tempo e de Concordância e o consequente "desaparecimento" de Flex como constituinte sintáctico autónomo pode ser o resultado de uma de duas operações: ou uma regra de verificação das informações de Tempo e de Concordância sem repercussões na sintaxe (por subida não visível ou abstracta do V para Flex) ou verificação das mesmas informações com consequências no aspecto sintáctico (por subida visível do V para Flex).

Há razões para propor para o português esta segunda via ⁽⁶⁾. Na verdade, a posição pós-verbal de certos advérbios, entre outros fenómenos, é um indício do movimento sintáctico do V ⁽⁷⁾. Assim, considerem-se os seguintes exemplos:

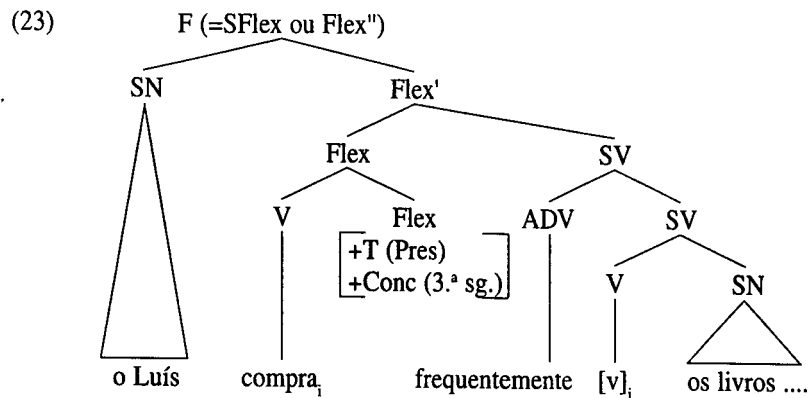
- (22) (a) O Luís compra frequentemente os livros na FNAC.
(b) O Luís leu cuidadosamente os textos.

Estes dois advérbios, normalmente considerados adjuntos à esquerda a SV, aparecem em posição pós-verbal. A razão para tal é o movimento do V para uma posição à esquerda dos advérbios, precisamente para a categoria funcional Flex ⁽⁸⁾. Veja-se em (23) a Estrutura-S da frase (22a):

⁽⁶⁾ O inglês tem a estratégia de verificação da Concordância sem movimento explícito do V e por isso a ordem é SN advérbio V... (*She often goes to the movies*). Sobre esta problemática, ver, entre outros, Ambar (1990 e 1992), Chomsky (1995), Costa (1998b).

⁽⁷⁾ Na verdade, a questão é bastante complexa, porque, simultaneamente, o português admite várias posições deste tipo de advérbios, como vimos em 11.6.

⁽⁸⁾ Em frases com verbos auxiliares as informações de T e Conc são afixadas no primeiro auxiliar e não no verbo principal: *O Luís tem comprado muitos livros*; *Eles podem comprar muitos livros*; *Eles podem ter comprado muitos livros*. O movimento de V pode, portanto, afectar auxiliares.



Como veremos em 12.3., o movimento de V para Flex constitui o passo intermédio do movimento do V para outras posições, como é o movimento para a posição de Complementador (C ou Comp), estratégia que opera, por exemplo, nas interrogativas parciais.

12.1.3. Sujeitos nulos e consequências sintácticas

Comparando frases como (24a, b), verificamos que elas apenas diferem na presença / ausência do sujeito pronominal:

- (24) (a) Eu comprei um livro.
 (b) Comprei um livro.

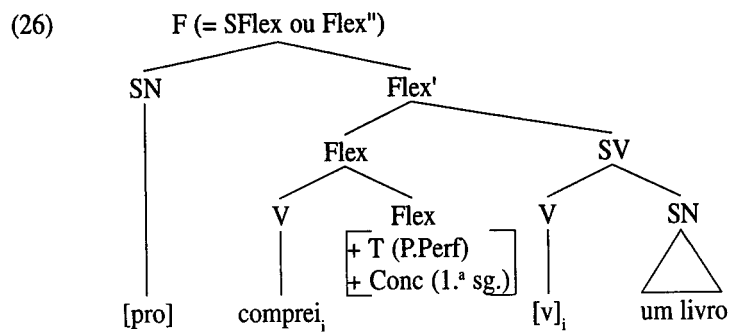
Como todos os gramáticos têm notado, é a existência de uma flexão verbal rica que permite em português sujeitos nulos ou subentendidos; de facto, os morfemas flexionais são tão variados que, na grande maioria dos casos, permitem recuperar o sujeito, mesmo quando este está ausente. A única "excepção" é o que se passa com certas formas verbais de 1.ª / 3.ª pessoas, que podem ser idênticas, como no Imperfeito do Indicativo. Assim, em:

- (25) (a) Cantava muito naquele Verão.
 (b) Corria por montes e vales.

a flexão não é suficiente para recuperar o conteúdo do sujeito e para isso têm de contribuir informações adicionais do contexto linguístico ou situacional.

O sujeito subentendido é um sujeito pronominal não realizado e que precisa de ser legitimado e identificado: legitimado por Flex e identificado pelos traços de pessoa e de número da Concordância (9).

A estrutura sintáctica de (24b) pode então ser representada do seguinte modo:



Os traços de pessoa e número da Concordância de Flex identificam o SN sujeito como primeira pessoa e singular: tal identificação permite, usando a terminologia tradicional, "subentender" o sujeito.

Mas a questão dos sujeitos nulos não é apenas um problema de natureza morfológica; na verdade, a sintaxe do português e o confronto com outras línguas que não têm esta propriedade permitem chegar à conclusão de que certos fenómenos sintácticos, aparentemente não relacionados, decorrem desta propriedade (10).

1 — Sujeitos nulos expletivos:

Espera-se que em frases com verbos que não seleccionam um argumento externo não seja necessário ocupar a posição de sujeito com um pronome "suporte", um "sujeito expletivo" lexicalmente realizado. É, de facto, o que acontece com verbos "impessoais", como *chover, haver, parecer, acontecer*:

- (27) Choveu imenso este Outono.
 (28) Há cachorros quentes.
 (29) Parece que vamos ter eleições.
 (30) Acontece que nesse dia houve greve de estudantes.

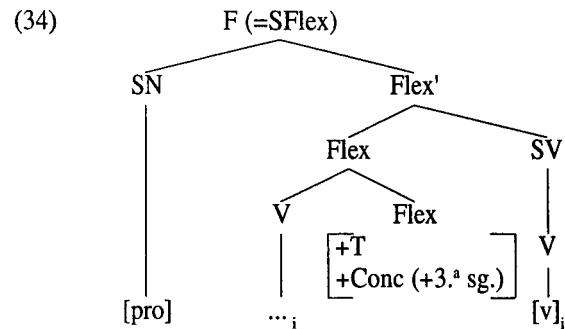
(9) Sobre o Parâmetro do SU Nulo veja-se Rizzi (1982), (1986), Jaeggli e Safir (1989); para o português ver Raposo (1992: capítulo 16), e Barbosa (1995) e Kato (1999), entre outros.
 (10) Para o português ver Raposo (1992: capítulo 16).

MATEUS, M.H.M et al. Gramática da Língua Portuguesa. Caminho Lisboa, 2003.

Repare-se que há, de qualquer modo, um mecanismo de Concordância — os verbos estão na 3.^a pessoa do singular; por outro lado, é possível encontrar, na oralidade ou num registo escrito com traços de oralidade, sujeitos expletivos em frases apresentativas, quer com verbos existenciais quer com verbos predicativos ⁽¹⁾:

- (31) Ele há cada uma!
 (32) “(no Carnaval) ele são as máscaras das quais pendem animais vivos, cobras e afins, ele é o confronto verbal entre rapazes e raparigas [...]” (JN, 23-02-2001).
 (33) “Ele são as portagens, que estão na hora da morte [...] ele são as leis demasiado rígidas [...]” (JN, 1-8-1998)

Sendo assim, parece justificar-se que as frases (27)-(30) tenham uma estrutura como em (34), com uma posição de sujeito “preenchida” por um pronome nulo expletivo, que tem a possibilidade de desencadear os mecanismos da Concordância:



2 — Sujeito nulo “indeterminado” ou de referência arbitrária:

Atente-se agora no seguinte exemplo:

- (35) Dizem que vai haver eleições.

Em (35), o sujeito nulo corresponde ao argumento externo do verbo *dizer*, sendo identificado pela concordância verbal como uma terceira pessoa do plu-

⁽¹⁾ Os mecanismos de concordância são, no entanto, distintos: em (31), o V concorda com *ele*, enquanto em (32) e (33) o V concorda com o SN à sua direita (sobre a sintaxe das orações predicativas ver capítulo 13 desta gramática).

ral. Esse pronome nulo de 3.^a pessoa do plural tem em português duas interpretações: ou o sujeito nulo designa um conjunto contextualmente definido (*eles, elas*) ou estamos perante uma das estratégias para exprimir o chamado sujeito indeterminado ou de referência arbitrária (“alguém”). Esta segunda possibilidade está completamente ausente em línguas que não são de sujeito nulo. Conclui-se então que a possibilidade de interpretação do sujeito nulo como “indeterminado” ou de referência arbitrária com o verbo na 3.^a pessoa do plural é uma especificidade das línguas como o português.

3 — Pronome *se* impessoal:

Além da estratégia anterior, o português dispõe de uma outra para exprimir o sujeito indeterminado ou de referência “arbitrária”: o pronome clítico *se*, ilustrado nas seguintes frases:

- (36) (a) Diz-se que vai haver eleições.
 (b) Não se diz que vai haver eleições.

A principal característica deste *se* é a de lhe ser associada a relação temática que o verbo atribui ao seu argumento externo (nos exemplos, *se* representa o agente de *dizer*). Por outro lado, a agramaticalidade de:

- (36) (c) * Ele diz-se que ...

mostra que o pronome absorve a informação de caso nominativo que Flex legitima, caso esse que em (36c) seria duplamente realizado: por *se* e por *ele*. Por isso, este *se* impessoal é também designado “*se* nominativo” ⁽¹²⁾.

Mais uma vez este fenómeno só ocorre em línguas de sujeito nulo ⁽¹³⁾.

4 — A inversão livre de sujeito:

Como se sabe, o português é uma língua em que existe inversão “livre” de sujeito. Vejam-se exemplos como os seguintes:

⁽¹²⁾ Cf. Matos e Duarte (1985).

⁽¹³⁾ Compare-se com o que se passa em francês (*On dit que...*) ou em inglês (*People say that...*).

- (37) Muitos operários trabalharam.
 (38) Trabalharam muitos operários.

Nas frases (37) e (38) ocorre um verbo inergativo, *trabalhar*, cujo argumento externo é *muitos operários*: em (37) em posição pré-verbal e em (38) em posição pós-verbal. (38) ilustra, por isso, a chamada “inversão de sujeito”, a “ordem invertida”, de que fala Jerónimo Soares Barbosa.

Mais uma vez, o confronto com outras línguas ⁽¹⁴⁾ que não são de sujeito nulo e que não admitem facilmente a posição-pós-verbal do sujeito mostra que estes dois fenómenos estão estreitamente ligados.

Qual a posição ocupada pelos sujeitos pós-verbais? ⁽¹⁵⁾ Um fenómeno aparentemente não relacionado pode dar algumas luzes acerca da posição dos sujeitos pós-verbais em construções de inversão livre: a “flutuação de quantificador” ⁽¹⁶⁾.

Olhem para os seguintes exemplos:

- (39) Os amigos telefonaram todos naquele dia.
 (40) As meninas leram todas os livros recomendados.

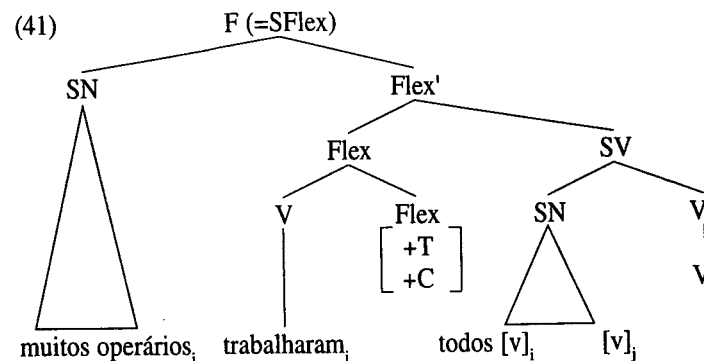
O quantificador *todos*, *todas* afecta o SN sujeito *os amigos*, *as meninas* apesar da sua posição pós-verbal. Ora, é difícil de admitir que o quantificador se tenha movido para uma posição entre o V e o seu complemento, continuando a afectar o SN sujeito. A hipótese mais plausível é que o quantificador está na sua posição básica e que é a parte não quantificada do SN sujeito a mover-se. Isto pode significar que o SN sujeito é sempre projectado na posição de Especificador de SV, a posição de argumento externo dos verbos.

Nas línguas de sujeito nulo como o português dão-se então duas situações. Quando o SN sujeito está em posição pré-verbal é porque ele se moveu como forma de verificar o caso nominativo, para a posição de Esp de SFlex. Veja-se (41), a representação da estrutura sintáctica da frase (37):

⁽¹⁴⁾ Cf. **Ont travaillé beaucoup d'ouvriers; *Have worked many workers.*

⁽¹⁵⁾ Classicamente considerava-se que este tipo de alteração de ordem de palavras era o resultado de uma regra que deslocava o sujeito para uma posição pós-verbal (adjunção a F ou adjunção a SV); por outro lado, propunha-se que no lugar do sujeito ficava uma categoria vazia pronominal expletiva; nestas condições, seria pela coindexação entre esse pronominal nulo e o SN deslocado que actuaria o mecanismo de Concordância, assim como a transmissão de caso nominativo ao SN posposto (Rizzi, 1982; Raposo, 1992: capítulo 16).

⁽¹⁶⁾ Cf. Sportiche (1988); sobre o português ver, entre outros, Ambar (1990).



Quando o SN sujeito ocupa a posição pós-verbal, como acontece em (40), ele não se move da posição de Especificador de SV, sendo apenas o verbo a deslocar-se para Flex; nessas circunstâncias, o SN sujeito verifica o caso nominativo por relação com uma categoria vazia, o pronominal nulo na posição de Especificador de SFlex ⁽¹⁷⁾.

Note-se que a posição pós-verbal do sujeito tanto se verifica com sujeitos definidos como com sujeitos indefinidos e quantificados ⁽¹⁸⁾:

- (42) Telefonou o Manuel / um amigo.

Uma vez que um sujeito posposto exprime normalmente informação nova, sendo, por isso, um foco informacional, encontramos frequentemente sujeitos pós-verbais em resposta a perguntas do tipo:

- (43) Quem telefonou?

Nos exemplos (38) e (42), o V tem apenas um argumento projectado na Sintaxe; de facto, é com verbos de um argumento que a chamada inversão livre

⁽¹⁷⁾ É esta a posição defendida, entre outros, por Costa (1998b). Na hipótese de a frase flexionada ser em português descrita por duas categorias funcionais (Tempo e Conc), então a inversão do sujeito tem de ser repensada (para uma discussão desta matéria ver Martins (1994a), Duarte (1997) e o referido texto de Costa). Repare-se que a projecção de um pronominal nulo em Esp de SFLEX com a correspondente “transmissão” de nominativo para o SN sujeito pós-verbal é uma propriedade das línguas de SU nulo, como já Rizzi (1982) e Chomsky (1981) tinham proposto, e por isso se compreende que a inversão livre do sujeito só aconteça neste tipo de línguas.

⁽¹⁸⁾ O que significa que em português não actua o “efeito de definitude”.

do sujeito é mais produtiva, quer se trate de verbos inergativos quer se trate de verbos inacusativos (ver 10.2 e capítulo 13).

No entanto, a possibilidade de sujeitos pós-verbais não está completamente fora de questão com verbos transitivos desde que as condições contextuais assim o permitam, em particular em contextos contrastivos e em função do foco de interrogativas parciais ⁽¹⁹⁾:

Assim, a uma pergunta do tipo de (44):

(44) Quem leu o “Memorial do Convento”? Quem leu “A Caverna”?

pode responder-se com (45), que exhibe uma ordem VOS:

(45) Leu o “Memorial do Convento” o Manuel, leu “A Caverna” a Joana.

Por sua vez, a (46):

(46) O que leu o Manuel? O que leu a Joana?

pode responder-se com (47), com a ordem VSO:

(47) Leu o Manuel o “Memorial do Convento”, leu a Joana “A Caverna”.

A seguir a frases negativas como (48) o padrão VSO pode igualmente ser encontrado, como se pode observar em (49) ⁽²⁰⁾:

(48) Ninguém escreveu nada.

(49) Escreveu a Beatriz cartas de amor.

Em suma: vários aspectos sintácticos das frases declarativas em português são explicáveis pela proposta da categoria funcional Flexão e pelo movimento do verbo para essa categoria. Por outro lado, o português é uma língua de sujeito nulo e como tal é caracterizado por ter sujeitos nulos expletivos, por exprimir o sujeito “indeterminado” com um V na 3.ª pessoa do plural, pela existência de *se* impessoal / nominativo e por ter “inversão livre” de sujeito. A observação de um fenómeno aparentemente não relacionado, o fenómeno de “flutuação de quantificador”, permitiu-nos colocar como hipótese que na chamada inversão

⁽¹⁹⁾ Ver Costa (1998b: capítulo 3).

⁽²⁰⁾ Os exemplos são de Costa (1998a: 205).

livre do sujeito o sujeito não se move, é projectado na posição de Esp de SV, a posição de argumento externo, e é o V que se desloca para Flexão.

12.2. Frases imperativas

12.2.1. As frases imperativas e o valor pragmático do imperativo

De um ponto de vista pragmático, são consideradas **imperativas** todas as frases que expressam um acto ilocutório directivo, ou seja, aquelas com *que*, através do seu enunciado, o locutor visa obter num futuro imediato a execução de uma determinada acção ou actividade por parte do ouvinte, ou de alguém a quem o ouvinte transmita o acto directivo.

Prototipicamente as imperativas são a expressão de uma ordem. Contudo, são igualmente incluídas nesta classe frases que, embora exibam traços formais das imperativas, apresentam valores diversos: pedido, exortação, conselho, instrução.

A distinção entre **valor pragmático** e **características formais** permite assim incluir nas imperativas, pela sua força ilocutória, frases formalmente tão diversas como as seguintes ⁽²¹⁾:

- (1) Cala-te!
- (2) Vamos a calar imediatamente!
- (3) Que ninguém faça barulho agora!
- (4) Calou!
- (5) A calar e depressa!
- (6) Não fumar!
- (7) Diz-lhe que se cale imediatamente!
- (8) Podias calar-te?!

Em (1), (2), (3), (4), (5) e (6), apesar das diferentes formas verbais — no imperativo, no conjuntivo, no indicativo e no infinitivo — as frases expressam ordens directas, dirigidas a um interlocutor, obrigatoriamente específico e definido nas cinco primeiras expressões, potencialmente indeterminado no enunciado (6).

⁽²¹⁾ Sobre este assunto vejam-se: para o português, Casanova (1996), Cunha e Cintra (1984), Faria (1973), Mateus *et alii* (1983, 1989 e 1992), Said Ali (1931); para o italiano Salvi e Borgato (1995) e Fava (1995); para o espanhol Garrido Medina (1999).

Em (7), a ordem do locutor é diferida para um destinatário diferente do ouvinte, servindo este de canal de transmissão. Esta frase assume a forma de uma imperativa indirecta: embora o imperativo ocorra na frase principal, a ordem propriamente dita é veiculada pela estrutura subordinada.

Em (8), apesar da forma interrogativa do enunciado, a frase é interpretada como uma ordem. Trata-se de um acto ilocutório directivo indirecto: a estrutura interrogativa serve para atenuar esse conteúdo directivo.

Por outro lado, expressões exibindo uma forma verbal no imperativo poderão corresponder a valores diversos:

- (9) Diz tudo o que sabes sobre o assunto!
- (10) (Queres saber onde fica a escola?) Segue sempre em frente e vira à direita no primeiro cruzamento.
- (11) Deixa-me descansar!
- (12) Vai ao médico porque estás com má cara!
- (13) Continua a ser trabalhador!
- (14) Recebe os meus sinceros votos de Bom Natal e Feliz Ano Novo!
- (15) Ouve bem, eu só queria ser simpática contigo!
- (16) Sê preguiçoso e verás o que te acontece!

Consoante o contexto situacional ou linguístico em que se insira, a frase (9) pode ser interpretada como uma ordem, como em (17), ou como um pedido, como em (18):

- (17) Situação: interrogatório policial.
Diz tudo o que sabes sobre o assunto!
- (18) A: Acabei de ler um livro sobre a vida nos outros planetas.
B: Estou curiosa! Diz tudo o que sabes sobre o assunto!

A frase (10) é uma instrução para veicular uma informação desconhecida do interlocutor. A frase poderia igualmente ser apresentada como uma asserção declarativa com o verbo no indicativo.

- (19) (Queres saber onde fica a escola?) Segues sempre em frente e viras à direita no primeiro cruzamento.

A frase (11) funciona como um pedido e a frase (12) como um conselho. (13) é interpretada como uma exortação, ou seja, como um apelo à execução de uma acção em benefício próprio daquele que a executa e (14) como a expressão de um desejo. Em (15), o valor pragmático de *Ouve bem*, é predomi-

nantemente fático, i.e., a frase é usada sobretudo como um modo de chamar a atenção do interlocutor. Finalmente, em (16), no contexto da frase coordenada subsequente, a frase imperativa no primeiro termo da estrutura coordenada apresenta o valor de uma condição; de facto, a estrutura coordenada no seu conjunto pode ser parafraseada por uma frase complexa formada por uma oração condicional e uma principal, como (20):

- (20) *Se fores preguiçoso, verás o que te acontece.*

Em suma, ao analisar uma frase como imperativa, factores pragmáticos e morfo-sintácticos estão usualmente envolvidos. Estes factores podem apontar em direcções opostas, pelo que nem sempre é possível fazer corresponder um tipo de acto ilocutório preciso a uma estrutura linguística específica, aplicável a todas as frases reconhecidas como imperativas.

12.2.2. Frases imperativas e modo

A. O Imperativo e o Conjuntivo supletivo

De um ponto de vista morfo-sintáctico, uma das marcas características do imperativo é a presença de formas verbais específicas. Fala-se assim tradicionalmente de **modo imperativo**. Em português europeu este modo exhibe apenas presente e possui duas únicas formas verbais, que ocorrem exclusivamente em **frases afirmativas**: a da segunda pessoa do singular e a da segunda pessoa do plural. Vejam-se (21) e (22), respectivamente para o verbo regular *cantar* e para o irregular *ir*.

- (21) (a) Canta tu!
(b) Cantade vós!
- (22) (a) Vai-te embora!
(b) Ide-vos embora!

O pronome de segunda pessoa do plural — aplicável quer a uma entidade plural quer a uma entidade singular para com a qual se pretende patentear um sentimento de respeito —, é, em grande parte de Portugal, substituído pelas formas de tratamento *você*, *vocês*. Embora estas formas de tratamento tenham como destinatário o interlocutor do falante, e por isso sejam semanticamente equivalentes a uma segunda pessoa, gramaticalmente são da terceira pessoa do singular (*você*)

e do plural (*vocês*). Assim, não co-ocorrem com as formas exclusivas do imperativo (cf. (23)). Nestes casos, o **conjuntivo** presente na terceira pessoa do singular ou do plural surge como supletivo do imperativo, como ilustrado em (24):

- (23) (a) ?? Cantade você(s)!
(b) ?? Ide você(s) embora!
- (24) (a) Cante você!
(b) Cantem vocês!
(c) Vá-se você embora!
(d) Vão-se vocês embora!

Do mesmo modo, a possibilidade de imperativo na primeira pessoa do plural repousa na utilização das formas verbais correspondentes do presente do conjuntivo:

- (25) (a) Cantemos!
(b) Vamo-nos embora!

As formas na primeira pessoa do plural ocorrem quando o locutor se inclui entre os destinatários do acto ilocutório. Este assume então o valor de exortação, em vez de ordem.

Nas **frases negativas**, o imperativo é suprido pelo conjuntivo, como mostra o contraste de gramaticalidade entre (26) e (27):

- (26) (a) Não cantes!
(b) Não te vás embora!
- (27) (a) *Não canta!
(b) *Não te vai embora!

B. Utilização de outras formas verbais em enunciados de valor imperativo.

A utilização do **indicativo** em frases como (28a), ou como (4) repetida em (28b), pretendem explicitar o grau de certeza de cumprimento da ordem proferida pelo locutor.

- (28) (a) Tu calas-te já!
(b) Calou!

O exemplo (28b), em que é utilizado o passado perfeito do indicativo evidencia a natureza peremptória da ordem, situando a realização do acto a executar já no passado.

O indicativo ocorre ainda em frases que, pelo seu conteúdo semântico e pragmático, se encontram na fronteira entre a asserção declarativa e a ordem, como (29a), que pode ser interpretado como (29b):

- (29) (a) Tu levas esse livro para a reunião e então acertamos os pormenores.
(b) Leva esse livro para a reunião e então acertaremos os pormenores.

O indicativo no passado imperfeito, com valor de condicional, é utilizado nos actos directivos indirectos, como em (30):

- (30) (a) Passavas-me o sal, por favor?
(b) Dizia-me as horas?

O **infinitivo**, na sua forma invariável, é especialmente usado quando o destinatário do acto ilocutório directivo não é específico, como em (31) e (32). Pode, no entanto, ocorrer em contextos, que permitem determinar especificamente o destinatário, como acontece em (33a). Porém, nem mesmo nestes casos a forma flexionada pode ocorrer — veja-se a agramaticalidade de (33b).

- (31) Virar à direita!
(32) Apertar os cintos de segurança!
- (33) (a) Meninos, lavar as mãos, imediatamente!
(b) *Meninos, lavarem as mãos, imediatamente!

O gerúndio pode igualmente ser usado para exprimir o imperativo, como ilustrado em (34):

- (34) Andando!

12.2.3. Tipos de predicados e valor das imperativas

Do ponto de vista semântico-lexical, as frases imperativas com valor de ordem, pedido ou conselho, envolvem predicados dinâmicos, que denotam propriedades ou situações controláveis pela entidade a quem se dirige o acto directivo (veja-se o contraste entre (35) e (36)).

- (35) (a) Come a sopa!
 (b) Controla-te!
 (c) Sê simpático!
 (d) Dá-me um abraço, por favor!
- (36) (a) #Percebe tudo o que te digo!
 (b) #Adoece!
 (c) #Sê alto!
 (d) #Não fiques desmaiado!
 (e) #Nasce imediatamente!
 (d) #Cresce 3 cm durante este ano, por favor!

Quando apresentam predicados que designam propriedades ou situações não controláveis pelo destinatário, as frases imperativas são interpretadas como desejos (37), exortações (38) ou até fórmulas mágicas executáveis por forças sobrenaturais (39):

- (37) (a) Morre, maldito!
 (b) Sê feliz!
 (c) Dorme bem!
 (d) Envergonha-te do que fizeste!
 (e) Repousa em paz para toda a eternidade!
- (38) (a) Sê corajoso!
 (b) Vence-os já!
- (39) (a) Adormece!
 (b) Cura-te e caminha!

12.2.4. A orientação para o futuro

Uma propriedade comum a todas as frases imperativas é a projecção do estado de coisas denotado para o futuro⁽²²⁾, mesmo quando o verbo ocorre num tempo passado, como acontece em (40b):

- (40) (a) Preencha o formulário!
 (b) Calou!

⁽²²⁾ Para captar esta propriedade, Rooryck (1992) assume que tempo nas frases imperativas tem um traço particular: é [-realizado].

12.2.5. Imperativas directas e indirectas

De um ponto de vista sintáctico, podemos distinguir as frases **imperativas directas** das **indirectas**. As imperativas directas são frases independentes, as indirectas ocorrem em domínios de subordinação. De um ponto de vista discursivo, as frases imperativas envolvem o locutor e o ouvinte. Nas imperativas directas esse ouvinte é o destinatário do acto ilocutório proferido. Pelo contrário nas indirectas, ele é tipicamente o veículo de transmissão do acto ilocutório do locutor e o garante do cumprimento da acção expressa. Nas subordinadas imperativas a forma verbal usual é o conjuntivo ou o infinitivo (cf. (42b)).

- (41) (a) Traga-nos o café, por favor!
 (b) Não te sentes nessa cadeira!
- (42) (a) Diz-lhe que nos traga o café, por favor!
 (b) Convence-o a não se sentar nessa cadeira!

Repare-se que em (42a), *por favor*, tanto se pode aplicar ao destinatário próximo da ordem (o ouvinte), como ao destinatário remoto (aquele que nos vai trazer os cafés).

Há casos de imperativas indirectas em que a oração subordinante se encontra omitida. Qualquer dos exemplos em (43) pode ocorrer num contexto como o de (44) sem que o seu conteúdo seja substancialmente alterado ou a frase se torne mal-formada:

- (43) (a) Que nos telefonem mais tarde!
 (b) Que entrem!
- (44) (a) Diz-lhes que nos telefonem mais tarde!
 (b) Pede-lhes que entrem!

Existem, porém, casos que apresentam estrutura de subordinação, mas que de um ponto de vista discursivo funcionam como imperativas directas. É o que acontece em (45), em que, embora plausível, a explicitação de uma oração subordinante como em (46) se torna forçada, sendo particularmente problemática a colocação do vocativo, *Tu*, bem como a estrutura prosódica da frase⁽²³⁾:

⁽²³⁾ Note-se que propostas como estas se fizeram sistematicamente no âmbito da Semântica Generativa. Admitia-se, no entanto, que estas frases subordinantes, designadas como “performativas”, eram usualmente abstractas, e por isso caracteristicamente não lexicalmente realizadas. Para uma análise das imperativas nestes moldes veja-se Faria (1973).

- (45) (a) Tu, que não te atrevas a contrariar-me!
 (b) Que ninguém me diga nada!
- (46) (a) (Ordeno) que tu não te atrevas a contrariar-me!
 (b) ?Tu, (ordeno) que não te atrevas a contrariar-me!

Existem ainda frases que apesar de exibirem o infinitivo, que tipicamente surge em domínios de subordinação, não apresentam contrapartidas evidentes em imperativas indirectas:

- (47) (a) Não fumar!
 (b) Apertar os cintos sempre que estejam sentados!
- (48) (a) *Ordeno/ordenamos não fumar!
 (b) #Pedimos para não fumar!
 (c) #Dizemos para não fumar!

De facto, de um ponto de vista do conteúdo lexical, uma ordem como (47a) seria captada pela frase (48a), que é mal formada; pelo contrário, (48b) e (48c) são gramaticalmente adequados, contudo, não captam o valor de ordem presente em (47a). Assim, casos como estes foram tradicionalmente caracterizados como ocorrências de infinitivo livre, ou não dependente.

Convém evidenciar que a designação *imperativa indirecta* não tem correspondência exacta com a de *acto ilocutório directivo indirecto*. A primeira remete para uma característica estrutural, a última, para uma propriedade pragmática. Deste modo, as frases em (49) são imperativas directas, embora sejam actos ilocutórios indirectos uma vez que não apresentam uma estrutura de subordinação, visto que em (49a) apenas ocorre o verbo principal, e em (49b) o verbo *poder* é um semiauxiliar. Por outro lado, exemplos como (50) são simultaneamente imperativas indirectas e actos ilocutórios directivos indirectos:

- (49) (a) Por favor, dava-me uma informação?
 (b) Podia abrir a porta do autocarro na próxima paragem?
- (50) (a) Por favor, dizia-me onde posso encontrar candeeiros de pé alto?
 (b) Eras capaz de me dizer se já concluíste a tarefa que te encomendei?

12.2.6. O sujeito

Nas frases imperativas o sujeito designa preferencialmente o ouvinte, pelo que maioritariamente o verbo exhibe marcas de 2.^a pessoa ou de 3.^a, correspondendo estas últimas aos casos em que o ouvinte é interpelado com forma de

tratamento da 3.^a pessoa (cf. (51)). Nas imperativas directas o sujeito pode igualmente englobar o locutor, ocorrendo então o verbo na primeira pessoa do plural (cf. (52)):

- (51) (a) Empresta-me esse livro!
 (b) Arrume o carro no estacionamento!
 (c) Dêem-nos mais oportunidades!
- (52) Arrumemos o carro no estacionamento!

O sujeito nas imperativas não está usualmente expresso. Nas imperativas directas afirmativas, quando uma expressão nominal pré-verbal explicitamente o designa, é interpretada como um vocativo, e, conseqüentemente, ocorre em posição periférica na frase (cf. (53a, b, d, e) como mostra o contraste entre (53a, c).

- (53) (a) Tu, empresta-me esse livro!
 (b) Maria, empresta-me esse livro!
 (c) ?Tu empresta-me esse livro
 (d) Você, arrume o carro no estacionamento!
 (e) O senhor, arrume o carro no estacionamento!

O mesmo tipo de interpretação pode ser obtido em posição pós-verbal periférica à frase, como em (54):

- (54) (a) Empresta-me o livro, tu!
 (b) Empresta-me esse livro, Maria!
 (c) Arrume o carro no estacionamento, você!
 (d) Arrume o carro no estacionamento, o senhor!

Em posição periférica direita da frase, são igualmente admitidos epítetos, como ilustrado em (55a). A sua ocorrência em posição periférica esquerda é menos aceitável (cf. (55b)):

- (55) (a) Arrume o carro no estacionamento, seu espertinho!
 (b) ?Seu espertinho, arrume o carro no estacionamento!

Em posição pós-verbal não periférica, a expressão que designa o sujeito encontra-se focalizada (cf. (56)), e ocorre tipicamente em réplicas discursivas (cf. (57)). Nestes contextos são apenas admitidos pronomes pessoais e fórmulas de tratamento (cf. (56) e (57)) estando excluídos os epítetos (cf. (58)):

- (56) (a) Empresta-me tu o livro!
 (b) Arrume você o carro no estacionamento!
 (c) Arrume o senhor o carro!
- (57) A: Empresta-me o livro
 B: Empresta-mo tu!
- (58) *Arrume seu espertinho o carro no estacionamento!
- (59) A: Arruma-me o carro no estacionamento?
 B: *Arrume (o) seu espertinho!

Nas imperativas directas negativas com sujeitos (não periféricos) pós-verbais, a par de uma focalização contrastiva sobre o sujeito, existe uma outra interpretação que confere um valor condicional à frase, e a faz ser sentida como uma ameaça. Assim, uma frase como (60), pode ser continuada por qualquer das frases explicitadas em (61) ⁽²⁴⁾:

- (60) Não me emprestes tu o livro!
- (61) (a) Não me emprestes tu o livro porque a Joana já mo emprestou!
 (b) Não me emprestes tu o livro e vais ver o que te acontece!

Nas imperativas indirectas, a ocorrência do sujeito em posição não periférica pré-verbal é possível no domínio subordinado — confronte-se (62) ⁽²⁵⁾:

- (62) (a) Diz-lhe que traga o livro para casa!
 (b) Diz-lhe que ela traga o livro para casa!

12.2.7. Os complementos clíticos nas frases imperativas

Diferentemente do que acontece com outras línguas românicas como o francês e o espanhol, as frases no modo imperativo em português europeu apresentam o padrão básico usual de colocação de pronomes clíticos nesta língua. Ou seja, ocorrem enclíticos ao verbo, depois das marcas de flexão de pessoa e número ⁽²⁶⁾.

⁽²⁴⁾ Nas frases imperativas directas com o verbo no infinitivo invariável é impossível a realização de qualquer sujeito.

⁽²⁵⁾ Dada a impossibilidade de uma entidade distinta do locutor funcionar como vocativo, esta interpretação para o pronome em posição periférica inicial está excluída de frases como a seguinte:

(i) # Ela, diz-lhe que traga o livro para casa!

⁽²⁶⁾ Sobre a posição dos clíticos nas frases imperativas noutras línguas românicas vejam-se, entre outros, Rooryck (1992), Salvi e Borgato (1995) e Garrido Medina (1999).

- (63) Traz-mo já!

A presença de negação pré-verbal, um dos elementos desencadeadores de próclise nesta língua, coincide com a utilização do conjuntivo nas frases imperativas (cf. (64)):

- (64) Não mo tragas já!

É difícil encontrar contextos desencadeadores de próclise com o modo imperativo, pois os elementos indutores de próclise com valor positivo que podem ocorrer nestes contextos surgem em posição pós-verbal, ou seja, numa posição em que não desencadeiam próclise (cf. (65) e (66)).

- (65) (a) *Só me traz o livro aqui!
 (cf. Ele só lhe trouxe o livro)
 (b) Traz-me só o livro aqui!
- (66) (a) *Já o traz!
 (b) Trá-lo já!

O mesmo tipo de comportamento manifesta-se nas formas supletivas do imperativo que surgem no conjuntivo afirmativo:

- (67) (a) *Só me traga o livro aqui!
 (b) Traga-me só o livro aqui!
- (68) (a) *Já o tragam!
 (b) Tragam-no já!

12.2.8. Os modificadores de intensificação ou atenuação do acto directivo de ordem

De entre os modificadores adverbiais e preposicionais admitidos pelas frases imperativas, gostaríamos de salientar aqueles que servem para acentuar ou atenuar o acto ilocutório directivo de ordem.

Acentuam o valor de ordem das imperativas, advérbios de tempo como *já*, *imediatamente* que evidenciam a necessidade de execução da acção num futuro imediato (cf. (69)):

- (69) (a) Lava os dentes!
 (b) Lava *já* os dentes!
 (c) Lava *imediatamente* os dentes!

Esse reforço da ordem ocorre sobretudo quando os referidos advérbios se encontram em adjacência imediata ao verbo, como mostra o contraste entre (69) e (70):

- (70) (a) Lava os dentes *já*!
 (b) Lava os dentes *imediatamente*!

Para além destes modificadores que ocorrem no interior da frase imperativa, existem outros que atenuam o sentido directivo das imperativas e que podem ocorrer na periferia direita e esquerda da frase. É o caso de expressões como *por favor* ou *se não te importas*, ilustradas em (71) e (72):

- (71) (a) Lava os dentes, por favor!
 (b) Por favor, lava os dentes!
 (72) (a) Dá-me esse livro, se não te importas
 (b) Se não te importas, dá-me esse livro!

A co-ocorrência de intensificadores e atenuadores de ordem cria frases com uma tensão conflitual, que é potencialmente usada pelo locutor para mostrar que, caso a sua solicitação não seja satisfeita, pode passar à sansão:

- (73) Por favor, lava imediatamente os dentes!
 (74) Se não te importas, dá-me já esse livro!

12.3. Frases interrogativas

As frases **interrogativas** constituem a expressão de um acto ilocutório directivo, através do qual o locutor pede ao seu alocutário que lhe forneça verbalmente uma informação de que não dispõe ⁽²⁷⁾.

⁽²⁷⁾ Algumas interrogativas são *pedidos* indirectos de uma acção e por isso não requerem resposta verbal mas sim um acto futuro do alocutário; por exemplo: (i) Podes fechar a janela? (ii) Passas-me a pimenta? (iii) Importaste-te de pôr o rádio mais baixo?

Consoante o escopo ou o foco da interrogação incide sobre toda a proposição ou sobre uma parte da proposição, assim as frases interrogativas podem ser de dois tipos: **totais** (globais, proposicionais ou de *sim/não*); e **parciais** (de constituintes, de instanciação ou interrogativas “Q”). Importa referir ainda as interrogativas “tag”.

12.3.1. Interrogativas totais (globais, proposicionais ou de *sim / não*)

Os exemplos em (1), (2) e 3) representam interrogativas totais:

- (1) O António telefonou?
 (2) Vai chover?
 (3) Compraste o jornal?

Sintacticamente, uma interrogativa total pode não apresentar qualquer modificação em relação à declarativa correspondente, apenas se distinguindo dela por uma curva de entoação específica. É o caso das frases (1)-(3).

Mas pode apresentar uma ordem de palavras diferente da das frases declarativas, como em (4):

- (4) Telefonou o António? ⁽²⁸⁾

As interrogativas totais são formuladas com o objectivo de obterem, da parte do alocutário, uma resposta afirmativa ou negativa ⁽²⁹⁾. A resposta afirmativa a

⁽²⁸⁾ Classicamente considerava-se que a alteração da ordem de palavras era o resultado da “inversão do SU”, uma regra que desloca o sujeito para uma posição pós-verbal. Uma alternativa a esta hipótese é a de que a “inversão do SU” é obtida por uma regra que desloca o V para uma posição acima da do sujeito. Sobre “inversão do SU” ver 12.1.

⁽²⁹⁾ As interrogativas não constituem ainda uma proposição porque não têm valor de verdade (verdadeiro ou falso); a resposta é que lhes dá o estatuto de proposição. Se o alocutário não está em condições de responder “sim” ou “não”, não responde ou responde através de um advérbio modal (*talvez, possivelmente, provavelmente*). Em qualquer dos casos, a resposta confere à interrogação o estatuto de proposição. Como afirma Lopes, O. (1971: 249:): “[...] uma interrogação não constitui globalmente, em regra, uma oração, mas um molde [ou uma função] proposicional”. Relativamente a este assunto, refira-se que uma interrogativa alternativa ou disjuntiva como (i) O António telefona ou vem? (ii) Compraste bolos ou encomendaste fruta? “já é bem definida como proposição [...] Quer se trate de disjunção exclusiva ou inclusiva, uma

uma interrogativa total pode ser *sim*, seguido do V da pergunta; mas normalmente é apenas constituída pelo V:

- (5) (a) Sim, telefonou.
(b) Telefonou.

Uma resposta negativa pode ser constituída por *não*, normalmente reforçado e seguido do V da pergunta:

- (c) Não, não telefonou. ⁽³⁰⁾

Há interrogativas totais (não contendo, por isso, nenhum “pronomo interrogativo”) em que o foco da interrogação incide, na realidade, não sobre toda a proposição mas apenas sobre um constituinte ou sobre a própria relação de predicação. Neste caso, o foco (o escopo ou o domínio) da interrogação é apenas um dado constituinte. É o que pode acontecer em casos como os seguintes:

(i) interrogativas em que o foco é marcado quer por meios prosódicos (como em (6a) ⁽³¹⁾), quer por meios sintáticos, como a clivagem (cf. (6b, c)):

- (6) (a) A Inês vai a Lisboa AMANHÃ?
(b) É amanhã que a Inês vai a Lisboa?
(c) Amanhã é que a Inês vai a Lisboa?

(ii) interrogativas com diversos tipos de expressões adverbiais:

tal pergunta enuncia duas ou mais alternativas e supõe ser (pelo menos) verdadeira uma delas [...] A resposta limitar-se-á, neste caso, a aumentar a informação que o interrogante já formulou em termos definidamente proposicionais”. (Lopes, O. 1971: 249, *italico* nosso).

Refira-se ainda que há interrogativas globais que não se destinam a ter qualquer resposta: é o caso das perguntas retóricas, formuladas com fins argumentativos ou como expressão da avaliação que o locutor faz de um determinado estado de coisas: (iii) Terei eu feito algum mal a Deus?

⁽³⁰⁾ Neste aspecto, o português distingue-se do espanhol, em que as respostas não marcadas são constituídas apenas pelos advérbios *si*, *no* (Martins, 1994a: 336). As interrogativas negativas são normalmente orientadoras de uma resposta afirmativa. Vejam-se os exemplos seguintes: (i) Não estás de acordo comigo? (ii) Não é verdade que gostas de comer bem? (iii) Não te disse para teres cuidado com o fogo? Em qualquer dos casos o locutor pressupõe a verdade de uma proposição que faz parte dum saber partilhado pelo locutor e pelo alocutário, ou que já ocorreu no discurso anterior, e utiliza-a como uma estratégia para levar o alocutário a confirmar, por meio de uma resposta afirmativa, a verdade dessa proposição.

⁽³¹⁾ O uso de maiúsculas serve aqui para representar o constituinte destacado prosodicamente (com mais intensidade, maior duração e por vezes com maior altura).

- (7) (a) Vais a Lisboa de comboio?
(b) O congresso decorre na próxima semana?

(iii) interrogativas com expressões quantificadas:

- (8) Estiveste em Lisboa muito tempo / pouco tempo?

Em (6), (7) ou (8) é apenas sobre *um* constituinte que recai o foco da interrogação. Por isso, a todos estes exemplos está ligada uma pressuposição; assim, em (6) o locutor pressupõe que “a Inês vai a Lisboa num dado intervalo de tempo” e procura saber se o intervalo de tempo em que se verifica a situação de “A Inês ir a Lisboa” é amanhã e não outro dia qualquer, razão pela qual este tipo de interrogativas tem um carácter contrastivo. Por essa razão, as respostas a (6) devem conter o constituinte focalizado:

- (9) (a) Sim, vai (amanhã).
(b) Sim, é amanhã que ela vai.
(c) Sim, amanhã.
(d) Não, não é amanhã que ela vai, mas sim depois de amanhã.

12.3.2. Interrogativas parciais

As interrogativas parciais ou de instanciação caracterizam-se pela presença de constituintes interrogativos, que a gramática tradicional designa por “pronomes”, “adjectivos” ou “advérbios” interrogativos ⁽³²⁾. A presença de tais constituintes marca precisamente o foco da interrogação.

⁽³²⁾ O que caracteriza semanticamente uma interrogativa de instanciação como (i) Quem veio à vossa festa? é que lhe está associada uma pressuposição (‘algumas pessoas vieram à vossa festa’). Desse modo, os morfemas interrogativos podem ser semanticamente aproximados de quantificadores existenciais ou de nominais existencialmente quantificados. Uma interrogativa de instanciação é um pedido de informação acerca do(s) valor(es) da variável sobre a qual se predica “vir à vossa festa”. (i) corresponde, assim, a uma “frase” ou “fórmula aberta”, i.e., a uma expressão com uma variável livre (“x veio à vossa festa”) e a sua função é procurar um valor dessa variável que faça da “fórmula aberta” uma proposição verdadeira. A resposta a perguntas parciais deve ser, por isso, da mesma categoria linguística da variável ligada pelo morfema-Q (relativamente a (i), um SN); nestas condições, R1 é uma resposta não redundante a (i); R2 é uma resposta redundante: R1: A Maria, o Manuel e a João; R2: A Maria, o Manuel e a João vieram (Cf. Hull, 1975: 38).

São constituintes interrogativos os seguintes morfemas, palavras ou sintagmas Q:

(i) especificadores nominais: *que, qual, quanto*:

- (10) Que vinho trago? ⁽³³⁾
 (11) (a) Quais livros compraste? ⁽³⁴⁾
 (b) Quais compraste?
 (12) (a) Quantos bebeste?
 (b) Quantos copos bebeste?

(ii) expressões nominais (SN), variando nos seus traços [humano] e [animado]: *que* ⁽³⁵⁾, *o que*, [-humano] e [+/-animado]; *quem* [+humano]. Estamos neste caso perante os “pronomes” interrogativos no sentido tradicional do termo:

- (13) (a) Que fazes?
 (b) O que fazes?
 (14) Quem veio à vossa festa?

(iii) morfemas interrogativos com valor adverbial: *onde / aonde, quando, por que / porque, como* ⁽³⁶⁾:

- (15) Onde vais?
 (16) Quando vens cá passar a tarde?
 (17) Por que demoraste tanto?
 (18) Como conseguiste chegar até cá?

Quando uma palavra Q faz parte de um sintagma preposicional (SP), todo o SP vale como um constituinte interrogativo, não podendo deslocar-se apenas a parte nominal (cf. (19) e (20)):

⁽³³⁾ Considerada isoladamente, (10) tem três interpretações, pois pode ser uma interrogação sobre a identificação, sobre o tipo ou sobre a quantidade de vinho; daí que a (10) possam seguir-se respostas como: (i) Dão Terras Altas; (ii) Tinto; (iii) Aí umas três garrafas.

⁽³⁴⁾ Certos gramáticos consideram que *qual* não deve ser usado imediatamente seguido de nome e preferem o seu emprego em frases interrogativas predicativas como em *Qual é o hotel?* ou em construções partitivas como *Qual dos senhores...?* (Cf. Cunha e Cintra, 1984: 354-355).

⁽³⁵⁾ Na verdade, *que* como SN interrogativo é cada vez menos usado em português, sendo *o que* a forma mais produtiva.

⁽³⁶⁾ *Como* interrogativo pode ter um sentido de modo ou de instrumento.

- (19) (a) A quem deste o livro?
 (b) *Quem deste o livro a?
 (20) (a) Com que programa trabalhaste?
 (b) *Que programa trabalhaste com?

Por sua vez, quando o constituinte interrogativo faz parte de um SN, o traço [+Q] afecta o SN como um todo, o que tem como consequência que complementos ou modificadores do N são, em geral, movidos (cf. (21) ⁽³⁷⁾):

- (21) (a) De que vestido vermelho estás a falar?
 (b) *De que vestido estás a falar vermelho?
 (c) Que livro de linguística compraste?
 (d) *Que livro compraste de linguística?

Os constituintes interrogativos podem surgir no início de interrogativa, como nos exemplos anteriormente apresentados, ou manter-se numa posição interna à frase interrogativa, geralmente a posição final (cf. (22) e (23)):

- (22) Comeste o quê no restaurante?
 (23) Vais sair quando?

Quer dizer, as interrogativas parciais podem envolver ou não movimento sintáctico dos constituintes Q para uma posição à esquerda da frase.

Condições sobre o Movimento-Q nas interrogativas ⁽³⁸⁾

Como acabámos de ver, na generalidade dos exemplos apresentados os morfemas ou sintagmas interrogativos são engendrados basicamente numa posição interna à frase e são movidos para uma posição à esquerda; a essa deslocação chamaremos Movimento Q.

⁽³⁷⁾ Este é um caso particular da condição que Ross (1967) designou “princípio de A sobre A” e que é derivável de princípios gerais sobre a forma das categorias. Note-se, no entanto, a possibilidade de movimento do constituinte interrogativo em construções quantitativas e partitivas como as seguintes: (i) Quantos copos bebeste de / dessa cerveja? (ii) Quantas camisas tens de / daquela seda? Aqui as sequências *quantos copos, quantas camisas* são deslocadas como um todo, deixando *in situ* o SP.

⁽³⁸⁾ Sobre Movimento Q em português ver Mateus, *et alii* (1983/1989, capítulo 10.8), Ambar (1992), Brito (1991), Duarte (1987 e 2000), Raposo (1992: capítulo 4).

À primeira vista, podia supor-se que essa posição à esquerda é a mesma que, nas frases encaixadas, alberga os complementadores ou os conectores; de facto, em português, como em muitas outras línguas, os complementadores e os morfemas interrogativos em geral não co-ocorrem, como mostra a agramaticidade de interrogativas como (24) ⁽³⁹⁾:

(24) *Quem que chegou?

No entanto, no português brasileiro e no português moçambicano coloquiais é possível ouvir uma frase como a seguinte ⁽⁴⁰⁾:

(25) Onde que foste?

Por isso, é preferível considerar que os morfemas interrogativos se movem para uma *posição à esquerda* da posição reservada aos complementadores e que a co-ocorrência com complementadores está sujeita a condições, variáveis de língua para língua ou entre variedades de uma mesma língua ⁽⁴¹⁾. Justifica-se então que uma frase interrogativa seja descrita pela categoria funcional Sintagma Complementador (SCOMP) e que o seu núcleo, COMP (ou C), seja caracterizado pelos traços [+INT; +Q] ⁽⁴²⁾.

Nas interrogativas parciais independentes, COMP não é normalmente realizado em português europeu, como acabámos de ver; mas a presença dos traços [+INT; +Q] motiva o movimento para a esquerda de constituintes interrogativos. SCOMP obedece à forma geral das categorias sintácticas e, por isso, além da posição de núcleo e de complemento, dispõe de uma posição à esquerda, de especificador (Esp de SCOMP), que é precisamente aquela para onde se movem os constituintes interrogativos ⁽⁴³⁾:

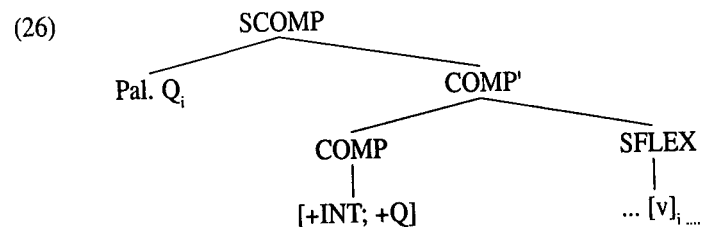
⁽³⁹⁾ Foi com base neste tipo de argumento que Bresnan (1970) e Chomsky (1977) formularam a hipótese de Movimento-Q para COMP; nesses trabalhos, os autores utilizavam a etiqueta F' para descrever uma frase complexa e não SCOMP, etiqueta que aqui adoptaremos.

⁽⁴⁰⁾ Também no francês popular: Où que tu vas?

⁽⁴¹⁾ Raposo (1987: p. 90).

⁽⁴²⁾ O traço [+INT] é a adaptação de [+Question] e o traço [+Q] é a adaptação de [+WH] na bibliografia de língua inglesa; usaremos [+INT] para o traço interrogativo em geral e [+Q] para as construções que contêm morfemas Q, sejam eles interrogativos, relativos ou exclamativos.

⁽⁴³⁾ Esta hipótese foi originalmente proposta em Chomsky (1986b).



Nas frases dependentes, isto é, na chamada "interrogação indirecta", um COMP [+INT; -Q] corresponde à interrogativa global, iniciada pelo complementador *se* (como em (27)); um COMP [+INT; +Q], que corresponde à interrogativa parcial, motiva o movimento de constituintes interrogativos (como em (28)):

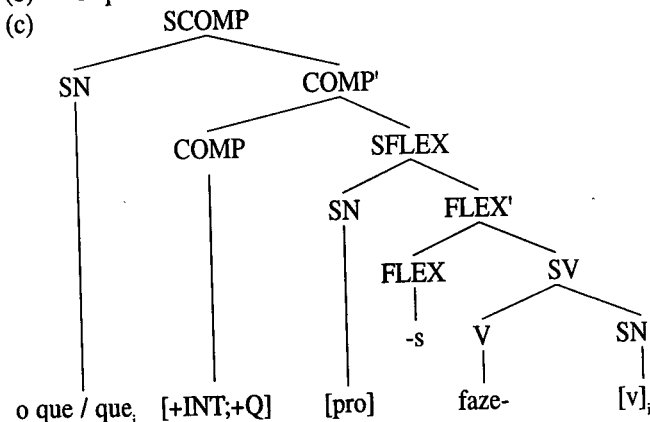
(27) Pergunto se estás contente.

(28) Pergunto quem vem jantar.

Numa frase declarativa a categoria COMP é [-INT]; sendo independente, COMP não é realizado; quando dependente, como nas orações integrantes ou completivas, COMP corresponde ao complementador *que*, como veremos no capítulo 15.

Feitas estas considerações, analisemos a estrutura de frases interrogativas como (13a, b), aqui repetidas como (29a, b), após aplicação de Movimento-Q ⁽⁴⁴⁾:

- (29) (a) Que fazes?
 (b) O que fazes?
 (c)



⁽⁴⁴⁾ Ver 12.1 sobre a categoria Flexão e sobre a problemática do movimento do V.

O Movimento-Q, como um caso particular de movimento, deixa um vestígio co-indexado com o constituinte movido. Dado que os morfemas Q são operadores, quasi-quantificadores, os vestígios desses morfemas são variáveis (sintáticas) ⁽⁴⁵⁾.

Os exemplos seguintes mostram que o Movimento Q é não limitado, no sentido em que o sintagma não se move necessariamente para a posição mais perto do seu vestígio:

- (30) (a) [Que miúdos]_i é que o João acredita que [v_i] tenham escrito?
 (b) [O que]_i é que pensas que ele comprou [v_i]?
 (31) [Com quem]_i é que disseste que a Maria se ia casar [v_i]?

Em (30) e (31) há extracção de sintagmas Q de orações encaixadas para a posição inicial da oração superior porque estas interrogativas contêm uma oração completiva directamente seleccionada por um verbo ⁽⁴⁶⁾.

Mas o movimento Q obedece a restrições; mais concretamente, não pode processar-se (ou processa-se com dificuldade) para além de um certo tipo de estruturas, que funcionam então como “ilhas”, “fronteiras” ou “barreiras” ao movimento:

(i) Um constituinte Q não pode ultrapassar um SN complexo, i.e., um SN com núcleo nominal explícito contendo uma frase relativa (como em (32)) ou uma completiva (como em (33) e (34)):

- (32) * [De que]_i é que leste [um livro [que trata [v_i]]]?
 (33) * [Com quem]_i disseste [a notícia [de que a Maria se ia casar [v_i]]]?
 (34) ??[Que miúdos]_i lamentas [o facto [de que o professor tenha castigado [v_i]]]?

Quer dizer, o movimento Q obedece à “Restrição do SN complexo” ⁽⁴⁷⁾.

⁽⁴⁵⁾ Sobre a natureza de variável dos vestígios de morfemas interrogativos e relativos ver capítulo 20 e bibliografia aí referida.

⁽⁴⁶⁾ O fenómeno significa que a categoria F (SFLEX) não é um nó “fronteira” ou “barreira” ao movimento de constituintes Q. O Movimento Q processa-se de forma sucessivamente cíclica, i.e., os morfemas são deslocados no ciclo da frase encaixada (SCOMP) para uma posição intermédia (para a posição de Esp de SCOMP adjacente, onde deixam um vestígio) e, no ciclo da F superior, dessa posição intermédia para o Esp de SCOMP superior. Neste segundo movimento, o constituinte Q atravessa F (SFLEX) e SC (SCOMP):

[morfema int._i [... [[v_i], que [... [v_i], ...]]]]
 SC F SC F

⁽⁴⁷⁾ Cf. Ross (1967). Esta condição pode ser encarada como um caso particular de um princípio mais geral sobre movimento de constituintes, a Subjacência (Cf. Chomsky, 1981; Rizzi,

(ii) Um constituinte interrogativo não pode mover-se para além de uma frase (SCOMP) contendo ela própria um morfema interrogativo. É a “Restrição da Ilha Q” ⁽⁴⁸⁾:

- (35) (a) *Onde_i não sabes quem vai comprar o livro [v_i]?
 (b) *Quando_i não sabes onde vamos jantar [v_i]?

Mas vejam-se agora os dados em (36):

- (36) (a) ?[A quem]_i é que tu não sabes que boatos as pessoas foram contar [v_i]?
 (b) ?[Que fruta]_i é que tu não te lembras onde a Maria comprou [v_i]?

Na maior aceitabilidade dos exemplos (36) relativamente aos de (35) interferem diversos factores, entre os quais a natureza interna do sintagma interrogativo na posição intermédia (um constituinte do tipo quantificador interrogativo *que*, *quanto* + N parece ser mais facilmente ultrapassável do que um SN interrogativo simples como *que*, *o que*) ⁽⁴⁹⁾ e o facto de o constituinte extraído ser um argumento ou um adjunto verbal (em (35) ambos os morfemas interrogados são adjuntos). Isto significa que, ao contrário do que se poderia concluir a partir da observação de exemplos como os de (35), a “Restrição da Ilha Q” não é absoluta e que as ilhas Q podem ser “ilhas fracas” relativamente à extracção de constituintes.

(iii) Um constituinte Q não pode ser extraído a partir de um sujeito frásico ⁽⁵⁰⁾:

- (37) *[Quantos trabalhadores]_i que a empresa despediu [v_i] era esperado? (confronte-se com: Que a empresa haveria de despedir alguns trabalhadores era esperado)

1982; Lasnik e Saito, 1984; Pesetzky, 1987; Huang, 1982; Rizzi, 1990). Em português, SN e SCOMP (F), são “nós-fronteira” para a Subjacência (ver, entre outros, Duarte, 1987; Brito, 1991; Ambar, 1992; Raposo, 1992: capítulo 14).

⁽⁴⁸⁾ Cf. Ross (1967); de acordo com esta restrição, estando uma posição intermédia ocupada por um constituinte interrogativo, ela não pode ser atravessada por um outro constituinte Q; o movimento processar-se-ia num único passo, ultrapassando SCOMP (SC) e produzindo uma má-formação:

[morfema int._i [- [morfema int._i [... [v_i], ... [v_i],]]]]
 SC F SC F

⁽⁴⁹⁾ Pesetzky (1987) referiu-se a morfemas wh mais ou menos “D(iscourse) linked” para dar conta desta distinção.

⁽⁵⁰⁾ Cf. Ross (1967).

A agramaticalidade de (37) mostra que, em português, actua a “Condição do Sujeito frásico”.

(iv) Numa estrutura de coordenação nenhum membro da coordenação ou nenhum constituinte de um dos membros da coordenação pode ser extraído por movimento Q⁽⁵¹⁾:

(38) *[Que mesinha]_i vais pôr o candeeiro entre o sofá e [v]_i? (compare-se com: Vais pôr o candeeiro entre a sofá e que mesinha?)

A má formação do exemplo (38) evidencia que, em português, actua a “condição da Estrutura Coordenada”⁽⁵²⁾.

(v) Um constituinte interrogativo não é facilmente extraído de uma oração se esta for um adjunto, por exemplo a SV⁽⁵³⁾:

(39) ?? * [Que alimento]_i a mãe ficou aborrecida [porque a filha comeu [v]_i]?

Alguns falantes consideram que exemplos como (39) não são tão agramaticais como (32) ou (37). Quer dizer, uma “Ilha Adjunta” pode ser encarada uma ilha fraca.

Em síntese, o movimento sintáctico dos constituintes interrogativos está sujeito a condições que se relacionam com domínios de “ilha”, a partir dos quais eles não podem (ou podem com dificuldade) ser extraídos. Mas esses domínios são de natureza distinta e daí alguns serem considerados “ilhas” fortes (o SN complexo, o SN frásico, a Estrutura Coordenada) e outros “ilhas fracas”, em particular, a Ilha Q e a Ilha Adjunta⁽⁵⁴⁾.

⁽⁵¹⁾ Cf. Ross (1967).

⁽⁵²⁾ A extracção de constituintes idênticos para fora de dois membros coordenados é possível: é o que tem sido designado o movimento por Extracção Simultânea (ing. “across the board”) (ver capítulo 14).

⁽⁵³⁾ Cf. Huang (1982). Este autor unificou a Condição do Sujeito e a Condição da Ilha Adjunta através da “Condição sobre Domínios de Extracção”, segundo a qual nenhuma categoria pode ser extraída de um categoria que não seja lexicalmente regida. Mais tarde, Chomsky propôs uma teoria unificada das condições sobre movimentos em *Barriers* (1986b), através da noção de barreira e do Princípio ECP (Princípio da Categoria Vazia); ver também Rizzi (1990), Cinque (1990).

⁽⁵⁴⁾ O movimento de constituintes relativos está sujeito às mesmas restrições; no capítulo 16 far-se-á referência apenas a algumas delas.

Alteração da ordem de palavras nas interrogativas parciais

Por vezes, o movimento Q nas interrogativas parciais é acompanhado de alteração obrigatória da ordem básica de palavras; repare-se nos exemplos seguintes:

- (40) (a) (O) que estiveste a fazer?
(b) (O) que estiveste tu a fazer?
(c) *(O) que tu estiveste a fazer?
- (41) (a) Onde trabalhas?
(b) Onde trabalha a Maria?
(c) *Onde a Maria trabalha?
- (42) (a) *O que a Maria leu?
(b) O que leu a Maria?

São gramaticais as interrogativas com constituintes Q simples (nominais, adverbiais ou quantificadores isolados (*que, o que, onde, quando, como, qual*), pouco informativos, “não discursivamente ligados”⁽⁵⁵⁾, em posição inicial quando o sujeito é nulo, ou, quando realizado lexicalmente, aparece em posição pós-verbal; são agramaticais as frases como (40c), (41c) e (42a) com o sujeito em posição pré-verbal.

Comparemos agora os exemplos anteriores com os seguintes:

- (43) (a) Quantos livros a Maria leu?
(b) Quantos livros leu a Maria?
- (44) (a) Que trabalhos a Maria fez?
(b) Que trabalhos fez a Maria?

Quando os constituintes interrogativos são formados por especificador ou quantificador interrogativo e por um N realizado lexicalmente (*que+N, qual+N, quanto+N*), isto é, quando têm uma estrutura mais “pesada”, mais complexa, mais informativa (“discursivamente ligados”), a alteração da ordem de palavras não é obrigatória para a maioria dos falantes do português europeu, embora para alguns os exemplos sem inversão continuem a ser marginais.

Por outro lado, nas interrogativas com *é que* o SN sujeito pode ocupar a posição pré ou pós-verbal:

⁽⁵⁵⁾ Cf. Pesetzky (1987).

- (45) (a) Onde é que a Maria trabalha?
 (b) Onde é que trabalha a Maria?
- (46) (a) O que é que a Maria leu?
 (b) O que é que leu a Maria?

Vejam agora o que acontece em interrogativas parciais subordinadas (“indirectas”):

- (47) (a) Perguntei o que os meus amigos fizeram.
 (b) Perguntei o que fizeram os meus amigos.
 (c) *Perguntei que os meus amigos fizeram.
 (d) Perguntei que fizeram os meus amigos.
 (e) Perguntei que é que os meus amigos fizeram.

Tanto (47a) como (47b) são gramaticais porque o constituinte interrogativo é a forma *o que* e, nessas condições, a alteração da ordem de palavras não é obrigatória; (47c), com o morfema *que*, é agramatical porque o SN sujeito se encontra em posição pré-verbal. Basta então a alteração da ordem de palavras para que (47d) seja bem formado. Tal como nas interrogativas directas, o uso do *é que* torna aceitável a posição pré-verbal do SN sujeito (veja-se (47e)).

A alteração da ordem de palavras nos exemplos coloca muitas questões, a principal das quais é perceber qual a natureza da regra que neles opera.

Aparentemente, a regra responsável pela alteração de ordem de palavras em todos os exemplos é a “inversão do sujeito”.

Vimos em 12.1. que a inversão em frases declarativas opera livremente com verbos intransitivos, sendo bastante restringida com verbos transitivos.

Ora, na maioria dos exemplos de interrogativas acima apresentados, os Vs são transitivos e, no entanto, a alteração de ordem de palavras é obrigatória nas circunstâncias descritas. Por isso, a natureza do mecanismo responsável pela “inversão” nas declarativas e nas interrogativas Q deve ser distinta.

Importa então ver como as interrogativas Q que exibem “inversão de sujeito” interagem com a posição de advérbios adjuntos⁽⁵⁶⁾:

- (48) (a) ??* O que recentemente fez a Maria?
 (b) Que coisas recentemente fez a Maria?

⁽⁵⁶⁾ Sobre estes fenómenos ver Mateus *et alii* (1983/1989, capítulo 10.8), Ambar (1992), Costa (1998b), Duarte (2000).

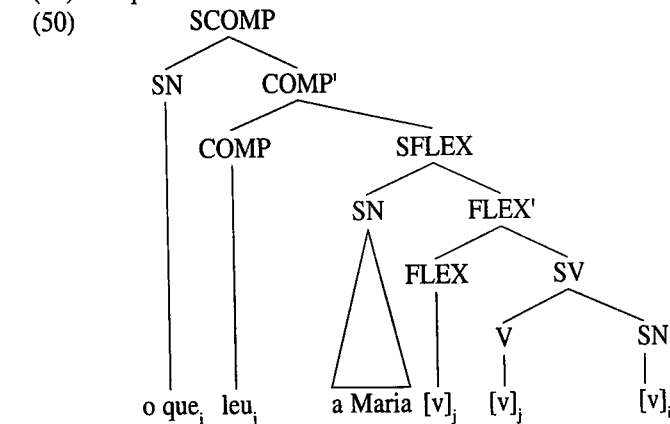
A maior aceitabilidade de (48b), em que o adverbial separa um constituinte interrogativo complexo (*que coisas*) do V, em contraste com a menor aceitabilidade de (48a), em que o mesmo adverbial separa um constituinte interrogativo simples (*o que*) do V, mostra que a inversão de sujeito (opcional em (48b) e obrigatória em (48a)) é obtida por mecanismos distintos nas duas frases.

Em 12.1., descrevemos a inversão de sujeito em frases declarativas como o resultado do movimento do V para uma posição mais elevada que a do sujeito, FLEX, ficando este *in situ*, em Esp de SV. Em (48b) e exemplos similares, em que a inversão não é obrigatória, deve ser essa, precisamente, a natureza do mecanismo responsável pela inversão.

Pelo contrário, nas interrogativas em que a alteração de ordem de palavras é obrigatória, como em (48a) e em exemplos paralelos, o movimento do V opera para uma posição em que não é possível ter advérbios a separar o constituinte interrogativo do “resto” da construção. Assim, admitiremos que, em exemplos como (48a), o movimento do V envolve duas operações — o movimento do V para FLEX e o movimento do V+FLEX para COMP — e que, por sua vez, o movimento interrogativo é para a posição de Esp de SCOMP⁽⁵⁷⁾.

De acordo com esta hipótese, um exemplo como (41b) aqui repetido como (49) terá a estrutura descrita em (50):

- (49) O que leu a Maria?



⁽⁵⁷⁾ A explicação apresentada parte da hipótese de o advérbio *recentemente* ser adjunto a SFLEX. Mas na literatura têm sido propostos tratamentos alternativos. Assim, o advérbio poderia ser adjunto a uma categoria funcional intermédia, ST, e o V mover-se para T. Esta última explicação enquadra-se no quadro da hipótese de Flexão cindida (“split inflection”) em Conc(ordância) e T(empo) (cf. Pollock, 1989; Belletti, 1990).

Em conclusão: em interrogativas parciais, o movimento do V para COMP é obrigatório nos casos em que o morfema Q é um item isolado: um SN (*que, o que*), um Advérbio (*onde, como, quando*) ou um quantificador (*qual, quanto*). Nas interrogativas com quantificador interrogativo (*que, qual, quanto*) seguido de N, isto é, com constituintes interrogativos complexos, o movimento do V para COMP não é motivado⁽⁵⁸⁾. Em interrogativas subordinadas, a obrigatoriedade de alteração de ordem de palavras só se verifica com o morfema *que*⁽⁵⁹⁾.

Interrogativas sem movimento Q: interrogativas plenas e interrogativas “eco”

Vimos acima que há interrogativas em que os morfemas Q surgem numa posição interna à F a que pertencem, seja ela argumental seja ela de adjunto, sem serem deslocados:

- (51) (a) Queres o quê?
 (52) (a) A Maria sai quando?
 (53) (a) Tu deste o livro a quem?
 (54) (a) Ela demorou tanto por quê?

A posição final dos constituintes interrogativos é normalmente acompanhada da selecção de formas “fortes” ou “tónicas” (quando elas existem); compare-se (51a) com (51b, c, d) e ainda (54a) com (54b, c):

- (51) (b) *Queres o que?
 (c) *O quê queres tu?
 (d) O que queres tu?

⁽⁵⁸⁾ Repare-se que são os constituintes interrogativos complexos ou “mais discursivamente ligados” que, quando presentes em ilhas Q, mais facilmente admitem ser atravessados por outros constituintes-Q e que os constituintes interrogativos simples ou “menos discursivamente ligados” são os que menos admitem ser atravessados por outros constituintes Q.

⁽⁵⁹⁾ Nas interrogativas subordinadas, como vimos acima, também há obrigatoriedade / não obrigatoriedade de alteração da ordem de palavras (exs. (47)): (i) Perguntei o que recentemente fizeram os meus amigos; (ii) * Perguntei que recentemente fizeram os meus amigos; (iii) Perguntei que é que recentemente fizeram os meus amigos. Mais uma vez, o comportamento dos advérbios mostra que em (ii) opera o movimento do V para COMP e como tal o advérbio não pode interpor-se entre *que* na posição de Esp de SCOMP e o V; em (i) e (iii) a alteração da ordem é opcional, um advérbio pode interpor-se entre o constituinte interrogativo *o que, que é que* e o V e, portanto, quando há alteração da ordem de palavras, isso deverá ser sinal de que o V se move para uma posição intermédia, que será FLEX.

- (54) (b) * Ela demorou tanto por que?
 (c) ?? Por quê ela demorou tanto?⁽⁶⁰⁾

As interrogativas sem movimento Q em sintaxe, isto é, com os constituintes interrogativos *in situ*, têm duas possibilidades de interpretação:

(i) Uma interpretação normal de interrogativa, isto é, de pedido de informação acerca do valor de uma variável⁽⁶¹⁾; nesta interpretação, uma interrogativa como:

- (51) (a) Queres o quê?

é equivalente a (51a’):

- (51) (a’) O que queres?

(ii) Uma interpretação de interrogativa de “eco”, em que o locutor revela estranheza por uma informação veiculada no discurso anterior ou mostra que não apreendeu totalmente essa informação.

Estas duas interpretações estão tipicamente associadas a curvas entoacionais distintas: ascendente como interrogativa “normal”, ascendente + descendente na interpretação “em eco”, acompanhada de um maior acento de intensidade sobre o constituinte em destaque⁽⁶²⁾:

- (51) (a'') Queres O QUÊ?

Um argumento a favor da distinção entre as duas interpretações destas interrogativas é a natureza das respostas. Assim, a uma interrogativa “normal” pode responder-se com uma palavra de sentido negativo, como em (55) e (56):

⁽⁶⁰⁾ Na posição inicial usa-se *por que* (equivalente a *por que razão*); na posição final usa-se a forma *porquê*, que, no entanto, é também possível em posição inicial em interrogativas não frásicas, como (i):

(i) Porquê tanta cansaíra? Nas respostas, emprega-se *por causa de* + SN ou *porque* + F:
 (ii) Por causa do trânsito; (iii) Porque havia muito trânsito.

⁽⁶¹⁾ Neste caso, vários autores têm proposto que o Movimento-Q opera num nível abstracto da Sintaxe (cf. Huang, 1982).

⁽⁶²⁾ Esta interpretação será assinalada colocando em maiúsculas o constituinte “em eco”.

- (55) P. Queres o quê?
R. Nada, (não quero nada).
- (56) P. Sais quando?
R. Nunca, (não saio nunca) / Afinal não vou sair.

A interrogativas “eco” as respostas com palavras de sentido negativo não parecem possíveis, como mostra a estranheza das respostas do falante A. em (57) e (58) nos contextos assinalados:

- (57) A. Eu quero a minha prenda.
B. Não ouvi bem, queres O QUÊ?
A. #Nada.
- (58) A. Vou sair no fim de semana.
B. Sais QUANDO?
A. #Nunca.

Interrogativas parciais múltiplas

Exemplos como (59) e (60) são interrogativas parciais múltiplas, com dois ou três constituintes interrogativos:

- (59) Quem disparou contra quem?
- (60) (a) Quem disse o quê?
(b) *O que disse quem?
(c) Quem disse o quê a quem?
- (61) (a) Onde vamos comer o quê?
(b) *O quê vamos comer onde?

Apenas um destes morfemas é movido para a posição inicial: os outros morfemas ficam nas suas posições básicas. Como os exemplos já revelam, há algumas restrições sintáticas sobre este movimento. Assim, não só parece haver uma assimetria sujeito-objecto, evidenciada pelo contraste entre (60a) e (60b), como uma assimetria entre adjunto-não adjunto, revelada em (61a) e (61b) ⁽⁶³⁾.

⁽⁶³⁾ As assimetrias indicadas são explicáveis pelo Princípio da Categoria Vazia (ECP), se se considerar que o movimento Q opera em FL em relação aos constituintes não explicitamente movidos e aceitando que os vestígios de sujeitos e de adjuntos *no nível de Forma Lógica* (portanto afectando crucialmente as frases (60b) e (61b)) não seriam propriamente regidos. Quando um dos constituintes tem uma interpretação em “eco”, ele não parece ser movido em FL e

A interpretação normal das interrogativas múltiplas é aquela em que o locutor interroga o alocutário acerca dos valores de todas as variáveis: assim, uma resposta possível a (59), aqui repetida, é (62), sendo (63) inadequada:

- (59) Quem disparou contra quem?
(62) A polícia disparou contra os manifestantes.
(63) #A polícia.

Isto é, a resposta típica é a que integra as informações correspondentes aos dois constituintes Q ⁽⁶⁴⁾.

12.3.3. Interrogativas “tag”

Uma interrogativa “tag” (a designação aqui adoptada é a usada para o inglês) é uma forma de retoma de uma frase produzida no discurso anterior ⁽⁶⁵⁾:

aí as assimetrias acima referidas parecem não operar, pelo menos de maneira tão forte; assim, uma interrogativa como (i) O QUÊ disse QUEM? parece melhor do que (60b) se houver interpretação em “eco”. Sobre interrogativas múltiplas ver Aoun (1985), Lasnik e Saito (1984), May (1985), Costa (2001), entre outros.

⁽⁶⁴⁾ Costa (2001: 163), na sequência de outros autores, defende que as interrogativas múltiplas podem receber como resposta uma lista de pares e que a natureza exaustiva desse tipo de resposta é encontrada na ordem VSO (e não na ordem SVO); assim, a uma pergunta como (i) Quem leu o quê? a resposta exaustiva é qualquer coisa como (ii): Leu o João o livro, leu a Maria o jornal e leu o Pedro a revista.

⁽⁶⁵⁾ As interrogativas “tag” têm diferentes valores do ponto de vista pragmático:

- pedido de confirmação do conteúdo proposicional da declarativa que a precede; a resposta que o locutor espera receber do alocutário é afirmativa ou negativa (consoante o valor da declarativa);
- por vezes, podem ser usadas como estratégia manipulatória para levar o alocutário a responder como o locutor pretende: (i) O senhor passou na Avenida na noite da manifestação, não passou?
- pode ainda servir de mecanismo conversacional para dar a palavra ao interlocutor.

Pelas suas funções pragmáticas, uma “tag” não pode ligar-se a outras interrogativas, quer sejam de sim / não ou parciais (independentes ou subordinadas): (ii) *Onde vais, não é verdade? (iii) *Pergunto-te onde vais, não é verdade? Contudo, podem ocorrer acompanhados de uma “tag” relatos de perguntas: (iv) Perguntei-te onde vais, não é verdade? Neste exemplo, a “tag” incide sobre a primeira parte da afirmação e não sobre a segunda. Compare-se com: (v) Perguntei-te onde vais, não é verdade que perguntei?

- (64) (a) Vocês lembram-se, não se lembram?
 (b) Vocês lembram-se, não é verdade?
 (c) Vocês lembram-se, não é assim?
 (d) Vocês lembram-se, não é?
 (e) Vocês lembram-se, não?

Em (64a), a retoma é constituída pelo V da frase declarativa que a precede e uma partícula de negação. Mas todas as expressões nos outros exemplos funcionam também como “tag”.

Assim, estamos perante uma interrogativa “tag” sempre que a seguir a uma declarativa se encontre:

- (65) não + V (da frase declarativa)?
 não é verdade?
 não é assim?

Depois de uma declarativa negativa, não pode ocorrer a primeira das construções:

- (66) (a) *Vocês não se lembram, não se lembram?

Neste caso, podem ocorrer as outras formas referidas e ainda *pois não?*

- (66) (b) Vocês não se lembram, não é verdade?
 (c) Vocês não se lembram, não é assim?
 (d) Vocês não se lembram, não é?
 (e) Vocês não se lembram, não?
 (f) Vocês não se lembram, pois não?

Depois de uma frase declarativa negativa, não pode igualmente ocorrer uma “tag” constituída pelo V da declarativa:

- (66) (g) *Vocês não se lembram, lembram-se? ⁽⁶⁶⁾

Em síntese: neste capítulo procurou mostrar-se que, em português, há frases interrogativas totais (globais, proposicionais ou de *sim/não*) e parciais (de constituintes, de instanciação ou interrogativas Q).

⁽⁶⁶⁾ Este tipo de frases não deve confundir-se com perguntas alternativas: (i) Vocês não se lembram ou lembram-se?

As primeiras podem ser caracterizadas apenas por uma curva entoacional diferente da das frases afirmativas.

As segundas comportam morfemas e sintagmas interrogativos que ocorrem ou na posição correspondente à da sua projecção básica ou em posição inicial de frase. Conforme a natureza dos constituintes interrogativos movidos pode haver ou não alteração da ordem de palavras relativamente à ordem básica.

As interrogativas parciais sem movimento podem ter uma interpretação em “eco”, não funcionando então como verdadeiras interrogativas.

A interrogação pode ainda ser múltipla, com dois ou mais constituintes interrogados, ocupando apenas um a primeira posição da frase.

Existem ainda em português interrogativas “tag”, que são uma forma de retoma e de pedido de confirmação do conteúdo do enunciado anterior.

12.4. Frases exclamativas

As frases **exclamativas** podem ser totais ou parciais, consoante a exclamação tiver por escopo toda a frase (cf. (1)) ou apenas um constituinte (cf. (2)):

- (1) (a) Ele é tão simpático!
 (b) Isso é que era bom!
 (c) Nem penses que vais sair a estas horas!
 (2) (a) *Que simpático* que ele é!
 (b) *Tão bem* que ele cantou!
 (c) *Lindo serviço* que tu fizeste!

12.4.1. Exclamativas totais

As exclamativas **totais** distinguem-se das exclamativas parciais por duas propriedades: *a)* são frases não elípticas; *b)* não ocorre nelas nenhum movimento de constituintes específico na sintaxe.

Este tipo de exclamativas pode ser assinalado exclusivamente por processos prosódicos, como acontece em (3):

- (3) (a) Ela é *liiinda*!
 (b) O BAR-CO É UM ES-PEC-TÁ-CU-LO!

Em (3a), a interpretação exclamativa resulta do alongamento da vogal da sílaba sublinhada e da curva entoacional; em (3b) tal interpretação tem por base a produção silábada de toda a frase e a entoação final ascendente.

As exclamativas totais podem também ser assinaladas por uma combinação de meios prosódicos com outros indicadores gramaticais ou com indicadores lexicais. Destacam-se no primeiro dos casos a ocorrência da sequência *é que* seguida do imperfeito do indicativo, que o exemplo (1b) acima ilustra, a ocorrência de núcleos funcionais de grau (cf. (4)), a presença da negação expletiva (i.e., de um marcador de negação que não funciona como operador negativo, pelo que a frase é interpretada como afirmativa — cf. (5)) e a ocorrência de *se* condicional seleccionando imperfeito do conjuntivo, combinado ou não com negação expletiva (cf. (6)):

- (4) (a) Ela é *tão* linda!
 (b) O João come *tanto*!
- (5) (a) Então ele *não* me diz que vai faltar ao teste?!
 (b) Diz lá *que/se* ele *não* é idiota!
 (c) E então ele *não* tira a peruca à velhota!
- (6) (a) Ainda *se* ele *fosse* simpático!
 (b) *Se* ela *não passasse* a vida a armar estrilho!

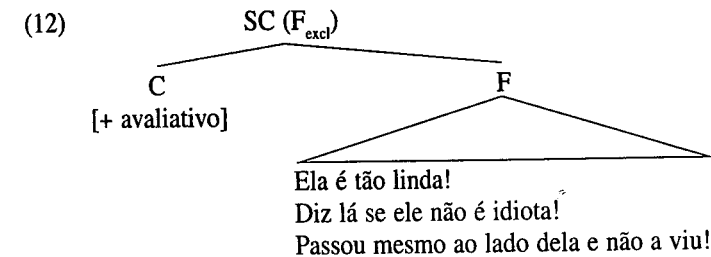
Repare-se que as frases (5) e (6) implicam, respectivamente, (7) e (8):

- (7) (a) Ele disse-me que vai faltar ao teste.
 (b) Ele é idiota.
 (c) Ele tirou a peruca à velhota.
- (8) (a) Ele não é nada simpático.
 (b) Ela passa a vida a armar estrilho.

No segundo caso, saliente-se a presença de núcleos lexicais intrinsecamente valorativos, exprimindo uma avaliação negativa, construídos com completiva finita ou infinitiva, como ilustrado nos exemplos (9) e (10) e a presença de advérbios modalizadores como *cá* ou de advérbios de reforço como *mesmo* (cf. (11)), sendo usual recair um acento de intensidade sobre tais elementos:

- (9) (a) É *imperdoável* que ele nos tenha deixado sozinhos no meio da rua!
 (b) Que ele passe a vida a zangar-se connosco é o *cúmulo*!
- (10) (a) Insultar-nos desta maneira é *inadmissível*!
 (b) Deixar-nos plantados no meio da rua é um *escândalo*!
- (11) (a) Isto foi *cá* um filme!
 (b) Passou *mesmo* ao lado dela e não a viu!

A sintaxe de exclamativas totais como as ilustradas em (3)-(5) e (9)-(11) pode ser descrita simplificadamente do seguinte modo: está sempre presente nestas frases um núcleo funcional C, com um traço interpretável em Forma Fonética e em Forma Lógica, o traço [+ avaliativo] ⁽⁶⁷⁾. Dada a natureza deste traço, nenhum movimento sintáctico é exigido para a boa formação da representação sintáctica — veja-se a representação parcial, simplificada, apresentada em (12):



Nas exclamativas totais introduzidas por *se* condicional como as exemplificadas em (6), *se* ocupa presumivelmente a posição de C.

Em Forma Fonética, o traço presente em C é interpretado através da atribuição de uma entoação marcada; em Forma Lógica, é interpretado através da atribuição à frase de uma interpretação exclamativa, correspondente à realização de um acto ilocutório expressivo.

Por vezes, a fronteira entre exclamativas totais e outro tipos de frases é ténue. Assim acontece com exclamativas com as chamadas **interrogativas retóricas**, que partilham propriedades de exclamativas totais e de frases interrogativas, como se pode observar nos exemplos (13):

- (13) (a) Eles também faltaram à reunião?!
 (b) Mas quem te disse que podias mexer nos meus livros?!

A interpretação das frases (13) como interrogativas retóricas (i.e., como a realização de actos ilocutórios expressivos) decorre, em primeiro lugar, do contexto discursivo e situacional em que são produzidas. Frases como (14) ocorrem em contextos em que o locutor não está a realizar um acto ilocutório directivo

⁽⁶⁷⁾ Este é o termo utilizado em Ambar (1999). Numa tradição que remonta a Klima (1964), Raposo (1994) utiliza o termo 'operadores afectivos' para designar núcleos de grau e quantificadores que ocorrem em exclamativas parciais, pelo que o traço que caracterizaria o núcleo funcional relevante nas exclamativas totais seria igualmente denominado [+ afectivo].

(pedido de informação), pelo que não espera que o seu interlocutor produza a resposta típica dada a este tipo de actos. Constituem chaves linguísticas para a interpretação destas frases como interrogativas retóricas factores prosódicos (a entoação, que é distinta da associada a interrogativas) e a presença de determinados núcleos lexicais (como o uso do conector *mas* em (13b)).

Certas exclamativas totais constituem a realização de actos expressivos de avaliação, embora apresentem um formato linguístico característico do tipo frásico optativo que, como se verá na secção seguinte, realiza actos expressivos não avaliativos. É este o caso de frases como as apresentadas em (14):

- (14) (a) (Que) eu *seja* ceguinho *se* ela *não é* a mulher mais gorda que eu já vi!
(b) (Que) eu *morra* já aqui *se não* te contei a verdade!

Na realidade, frases como (14) não exprimem desejos do locutor (o desejo de *ficar cego* ou de *morrer imediatamente*, que constitui a interpretação literal do conseqüente da construção condicional, no caso de o conteúdo proposicional do antecedente não se verificar), como é característico das frases optativas. A construção condicional é antes uma estratégia para a realização de um acto expressivo avaliativo com uma grande força ilocutória, como se pode verificar pelo facto de as frases (14) implicarem (15), exactamente como as frases (5) e (6) acima implicavam (7) e (8):

- (15) (a) Ela é a mulher mais gorda que eu já vi.
(b) Eu contei-te a verdade.

12.4.2. Exclamativas parciais

As exclamativas **parciais** incluem frases elípticas e não elípticas.

As exclamativas parciais **elípticas** podem ser constituídas por nomes simples antecidos ou não de adjectivos valorativos (cf. (16)) e por expressões adjectivais (cf. (17)); em qualquer dos casos podem ocorrer neste subtipo de exclamativas palavras de grau, como ilustrado em (18):

- (16) (a) Palermice!
(b) Linda menina!
(17) (a) Espantoso!
(b) Cretino!

- (18) (a) Tanta gente!
(b) Tão antipático!

Podem também ser usadas em exclamativas deste tipo expressões nominais antecidas de demonstrativo (cf. (19)), adjectivos valorativos antecidos de possessivo (cf. (20)), epítetos (cf. (21)) e formas verbais reanalisadas como interjeições (cf. (22)):

- (19) (a) Aquele rapaz!
(b) Essa miúda!
(20) (a) Seu palerma!
(b) Sua tonta!
(21) (a) A parva da miúda!
(b) O idiota do rapaz!
(22) (a) Puxa!
(b) Livra!

As exclamativas parciais **não elípticas** apresentam o formato ilustrado nos exemplos (23) e (24):

- (23) (a) *Tanto* disparate *que* ele diz!
(b) *Tão* bem *que* ela cantou!
(c) *Tão* parvo *que* ele é!
(24) (a) *Muitos* livros lê a tua filha!
(b) (A) *muita* gente ofende esta lei!

Como se pode observar, as exclamativas exemplificadas em (23) têm em comum a presença de uma palavra de grau modificando um nome, um adjectivo ou um advérbio, seguida de uma frase encabeçada pelo complementador *que*. Este processo de formação de exclamativas apresenta semelhanças com os processos de clivagem (ver 16.5), no sentido em que, se se suprimir o complementador e se ordenar canonicamente os constituintes, se obtêm paráfrases exclamativas totais bem formadas (cf. (25)):

- (25) (a) Ele diz tanto disparate!
(b) Ela cantou tão bem!
(c) Ele é tão parvo!

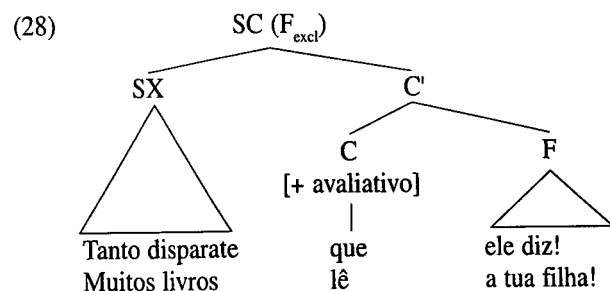
Por outro lado, e como se tornará claro na secção seguinte, a formação deste tipo de exclamativas apresenta semelhanças com a das *exclamativas-Q*, uma

vez que a expressão exclamativa ocupa a posição inicial da frase, uma posição de operador em que ocorrem os sintagmas-Q deslocados na sintaxe.

Também as exclamativas parciais exemplificadas em (24)⁽⁶⁸⁾ apresentam semelhanças com *Exclamativas-Q*, uma vez que o constituinte sobre o qual recai o escopo da exclamação ocorre em posição inicial da frase. Contudo, contrariamente às exclamativas ilustradas em (23), este tipo de exclamativas parciais não admite complementador (veja-se o contraste entre (24) e (26)) e a ordem de palavras preferencial é aquela em que o sujeito ocorre em posição pós-verbal (veja-se o contraste entre (24) e (27)):

- (26) (a) **Muitos livros* que lê a tua filha!
 (b) *(A) *muita gente* que ofende esta lei!
 (27) (a) ?*Muitos livros* a tua filha lê!
 (b) ?(A) *muita gente* esta lei ofende!

A sintaxe de exclamativas parciais como as ilustradas em (23) e (24) pode ser descrita simplificada do seguinte modo: está sempre presente nestas frases um núcleo funcional C, com um traço [+ avaliativo]. A expressão de grau ou o sintagma quantificacional presente na frase move-se para a posição de especificador de C. Quando o constituinte movido é uma expressão de grau (cf. (23)), C está lexicalizado através do complementador *que*; quando o constituinte movido é um sintagma quantificacional (cf. (24)), C surge lexicalizado através da forma verbal — veja-se a representação parcial, simplificada, apresentada em (28):



Um argumento a favor da análise proposta para este tipo de exclamativas reside no facto de não poder haver mais do que uma expressão de grau ou mais

⁽⁶⁸⁾ Sobre este tipo de exclamativas, veja-se Raposo (1994).

do que um sintagma quantificacional em posição inicial da oração — veja-se a agramaticalidade dos exemplos (29):

- (29) (a) **Tantos disparates* a tantas pessoas que ele diz!
 (b) **Muitos livros* a muitos alfarrabistas compra o João!
 (c) **Tantos disparates* a muitas pessoas que ele diz!
 (d) **Muitos disparates* a tantas pessoas diz ele!

Esta impossibilidade que, como se viu em 12.3, caracteriza igualmente as interrogativas-Q, sugere que o constituinte movido neste tipo de exclamativas ocupa igualmente a posição (única) de especificador de uma categoria funcional.

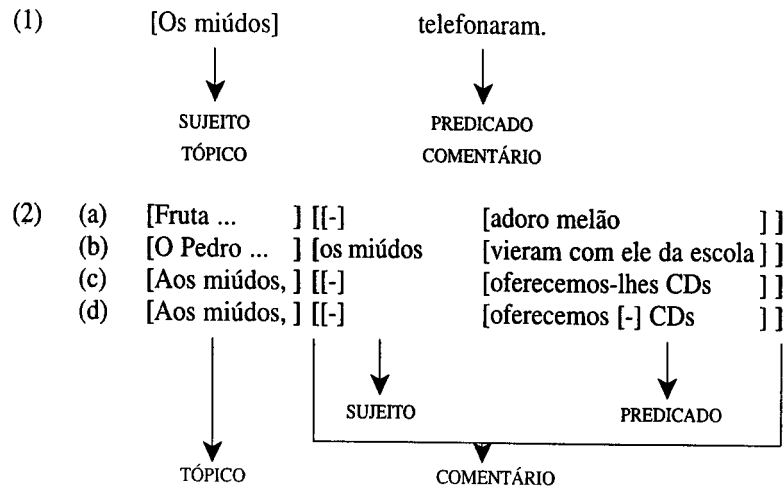
12.4.3. Exclamativas-Q

Tanto nas exclamativas parciais não elípticas como nas elípticas podem ocorrer sintagmas-Q. Em (30) a (33) exemplificam-se *Exclamativas-Q* parciais não elípticas:

- (30) (a) *Que linda* que ela é!
 (b) *Que disparates* que ele disse!
 (31) (a) *Quantos disparates* ele diz!
 (b) *Que aldrabices* ele conta!
 (32) (a) *Como* ele anda depressa!
 (b) *O que* eles têm sofrido!
 (33) (a) *Que problemas* ele não teve de enfrentar!
 (b) *Quantos quadros* ele *(não) pintou a vida inteira!

Os exemplos (30) exemplificam exclamativas parciais não elípticas com um sintagma-Q ligado discursivamente em posição inicial da frase co-ocorrendo com o complementador *que*: são construções em que a posição de especificador de C e o núcleo de C estão lexicalmente preenchidos. Os exemplos (31) a (33) ilustram *Exclamativas-Q* parciais em que não ocorre complementador. Em (31), ocorrem sintagmas-Q ligados discursivamente, contrariamente ao que acontece em (32); (33) exemplifica exclamativas parciais com sintagmas-Q ligados discursivamente e negação expletiva.

Como se pode observar em (34), nas *Exclamativas-Q* parciais contendo frases existenciais, locativas e possessivas o complementador *que* ocorre preferencial ou obrigatoriamente, sendo excluídas ou muito marginais as frases em que o núcleo C não tem realização lexical:



Um teste que pode ser utilizado para determinar se um constituinte é o tópico de uma frase consiste em fazê-lo ocorrer numa frase com um verbo declarativo como complemento de *acerca de*, de acordo com o esquema *x está a afirmar acerca de tópico que F*. Como se pode observar em (3), a aplicação deste teste ao constituinte em posição inicial nas frases (1) e (2) produz resultados positivos, no sentido em que as frases resultantes constituem paráfrases daquelas a que o teste se aplicou:

- (3) (a) Alguém está a afirmar acerca dos miúdos que eles telefonaram.
 (b) Alguém está a afirmar acerca de fruta que adora melão.
 (c) Alguém está a afirmar acerca do Pedro que os miúdos vieram com ele da escola.
 (d) Nós estamos a afirmar acerca dos miúdos que lhes oferecemos CDs.
 (e) Nós estamos a afirmar acerca dos miúdos que (lhes) oferecemos CDs.

Como se mostra em (5), a aplicação deste teste a sujeitos pós-verbais em frases apresentativas como as exemplificadas em (4) produz resultados negativos, no sentido em que as frases resultantes não constituem paráfrases de (4):

- (4) (a) Já chegou a encomenda.
 (b) Acabou-se o café.
 (c) Telefonaram-te uns alunos checos.

- (5) (a) #Alguém está a afirmar acerca da encomenda que ela chegou.
 (b) #Alguém está a afirmar acerca do café que ele se acabou.
 (c) #Estou a afirmar acerca de uns alunos checos que eles te telefonaram.

Em línguas de proeminência de sujeito como o português ⁽⁷¹⁾, quando o mesmo constituinte acumula a relação gramatical de sujeito com o papel discursivo de tópico, como acontece em (1), chama-se-lhe **tópico não marcado**; quando o tópico frásico não tem a relação gramatical de sujeito, como é o caso em (2), denomina-se **tópico marcado**.

Os tópicos não marcados estão sujeitos a menos requisitos de definitude (compare-se (6) com (7)) e de estatuto informacional (compare-se (8a) com (8b)) do que os tópicos marcados:

- (6) (a) *Todos os miúdos* foram à festa.
 (b) *As baleias* são mamíferos.
 (c) *Alguns autores* defendem essa hipótese.
 (d) *Nenhum autor* defende essa hipótese.
- (7) (a) *Todos os livros*, não li [-], li alguns.
 (b) *As baleias*, todos sabem que [-] são uma espécie que precisa de ser protegida.
 (c) **Alguns autores*, ouvi as pessoas criticarem [-] na conferência.
 (d) **Nenhum autor*, (não) consigo que os meus alunos leiam [-].
- (8) (a) O que é que aconteceu?
 [A Maria perdeu o avião]_{FOCO INFORMACIONAL}
 (b) O que é que aconteceu?
 #*Quanto à Maria*, ela perdeu o avião.

Como o contraste entre as frases (c) e (d) de (6) e (7) mostra, SNs quantificados existenciais específicos e negativos podem ocorrer como tópicos não marcados mas não são legítimos como tópicos marcados. Como o contraste entre (8a, b) mostra, tópicos não marcados podem fazer parte do constituinte que recebe o estatuto de foco informacional, enquanto tópicos marcados não podem. Finalmente, nomes simples dificilmente podem ocorrer como tópicos não marcados (cf. (9a)), sendo contudo legítimos como tópicos marcados (cf. (9b)):

⁽⁷¹⁾ Sobre o conceito de língua de proeminência de sujeito, veja-se Li e Thompson (1976). Alguns autores têm defendido que o português brasileiro pertence ao tipo proeminência de tópico — e.g., Pontes (1987), Kato (1989) —, enquanto outros têm sustentado que é de tipo misto, como o japonês, com estruturas características do tipo proeminência de sujeito e outras características do tipo proeminência de tópico — veja-se Galves (2001).

- (9) (a) *Café é produzido na Colômbia.
 (b) Café, a Colômbia produz [-] em grandes quantidades.

12.6.1. A sintaxe das construções de tópicos marcados

Como se referiu em 10.3, o português apresenta as seguintes construções de tópicos marcados ⁽⁷²⁾: *Tópico Pendente*, *Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente*, *Deslocação à Esquerda Clítica*, *Topicalização* e *Topicalização Selvagem*.

A construção de **Tópico Pendente** ⁽⁷³⁾ é ilustrada por (2a) e por (10):

- (10) (a) Quanto ao debate de ontem à noite, é forçoso reconhecer que há políticos que falam sobre um país que não conhecem.
 (b) "... filmes estrangeiros, estamos a ver o filme até ao fim e não sabemos do que se trata" (PF, G 1245)

Esta construção caracteriza-se pelas seguintes propriedades:

- (i) Exibe um grau mínimo de sintactização, já que não existe qualquer tipo de conectividade ⁽⁷⁴⁾ entre o tópico e um constituinte interno ao comentário. Assim, em (10a) o tópico *o debate de ontem à noite* não é retomado por nenhum constituinte interno ao comentário, antes funciona como um tópico de enquadramento da eventualidade descrita pelo comentário; em (10b), o tópico *filmes estrangeiros* estabelece uma relação de hiperonímia com o constituinte *o filme* presente no comentário.
 (ii) O tópico pode ser um SN (cf. (2a), (10b)), ou ser regido por uma preposição ou locução preposicional como *quanto a* (cf. (10a)), *acerca de*, *no que diz respeito a*, *relativamente a*.
 (iii) A relação tópico-comentário apenas obedece à *Condição de Relevância*, que estipula que o comentário deve ser relevante acerca do tópico (i.e., que a proposição expressa pelo comentário possa ser avaliada a partir do tópico e possa ser classificada e armazenada sob a entrada referencial correspondente ao tópico);

⁽⁷²⁾ Sobre este assunto, veja-se Duarte (1987, 1996, 2001).

⁽⁷³⁾ Designação originalmente proposta por A. Grosu e adoptada em Cinque (1977, 1983).

⁽⁷⁴⁾ Entende-se por conectividade um conjunto de propriedades que envolvem conformidade de traços sintácticos, de Caso (abstracto) e de papel temático. Propriedades desta natureza estão em jogo em cadeias formadas por movimento, em processos de concordância, em processos de co-referência e na atribuição de antecedentes a expressões anafóricas.

para além das relações referidas no parágrafo anterior, relações de hiponímia, holonímia ou meronímia asseguram em geral a relevância entre o tópico e o comentário nesta construção.

(iv) No plano textual, funciona frequentemente como uma estratégia de introdução de um tópico de transição, i.e., de um tópico discursivo que faz a transição entre o tópico da macro-sequência anterior e o da macro-sequência seguinte.

A **Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente** ⁽⁷⁵⁾ é a construção de tópicos marcados ilustrada por (2b) e por (11):

- (11) (a) *O João...* ouvi dizer que ele tinha ido passar férias a Honolulu.
 (b) "... *eu...* medicina privada realmente não me interessa." (PF, G 1276)

Esta construção apresenta as seguintes propriedades:

- (i) Exibe um grau de sintactização fraco: apenas apresenta conformidade de traços gramaticais de pessoa, género e número entre o tópico e um constituinte interno ao comentário — em (11a), entre *o João* e *ele*; em (11b), entre *eu* e *me*.
 (ii) A *Condição de Relevância* assume a forma de co-referência entre o tópico e o constituinte interno ao comentário conforme em traços de pessoa, género e número.
 (iii) No plano textual, esta construção é uma estratégia muito utilizada na resposta a perguntas sobre o constituinte que ocorre como tópico; assim, as frases (a) de (12) e (13) são contextos plausíveis para as frases (b):
- (12) (a) — Tens sabido alguma coisa do João ultimamente?
 (b) — *O João ...* ouvi dizer que ele tinha ido passar férias a Honolulu.
 (13) (a) — Vou montar um consultório na Av. da República. E tu?
 (b) — "... *eu ...* medicina privada realmente não me interessa." (PF, G 127)

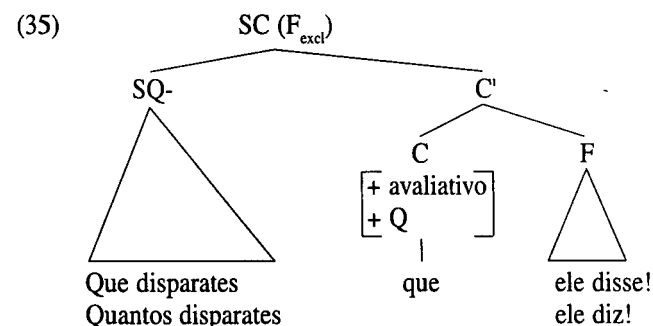
As construções de *Tópico Pendente* e de *Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente* exibem propriedades sintácticas comuns, atribuíveis ao fraco grau de sintactização que as caracteriza. Assim, como os exemplos (14) mostram, não são sensíveis a ilhas ⁽⁷⁶⁾:

⁽⁷⁵⁾ Designação proposta em Cinque (1977, 1983). Corresponde à construção denominada *Deslocação à Esquerda* em Ross (1967).

⁽⁷⁶⁾ Sobre o conceito de ilha e o catálogo de ilhas fortes e fracas, veja-se 12.3, o texto clássico de Ross (1967) e Cinque (1990).

- (34) (a) Que inteligente *(*que*) ele é!
 (b) Que ambiente tão agradável?(*que*) está aqui!
 (b) Que casa simpática *(*que*) ele tem!

A formação das *Exclamativas-Q* não elípticas pode ser descrita simplificada-mente assumindo que C possui, para além do traço [+ avaliativo], um traço [+ Q], o que força a deslocação do sintagma-Q presente na frase para a posição de especificador de C. Quando o sintagma-Q que ocupa tal posição é ligado discursivamente, a ocorrência do complementador *que* é preferencial e, em alguns casos (cf. (33)), obrigatória — veja-se a representação parcial simplificada de (30b) e (31a) apresentada em (35):



Um subtipo de exclamativas parciais elípticas é constituído por expressões nominais e adjectivais com quantificadores-Q, como se pode ver nos exemplos (36) e (37):

- (36) (a) Que estopada!
 (b) Que falta de educação!
 (c) Que lindos antúrios!
 (37) (a) Que lindo!
 (b) Que magrinha!
 (c) Que bruto! ⁽⁶⁹⁾

⁽⁶⁹⁾ A palavra-Q *qual* é utilizada em exclamativas semifixas com o formato *qual A/N, qual carapuça!*, que ocorrem em geral como réplica ou como resposta a perguntas, como ilustrado em (i) e (ii):

- (i) — Esse rapaz é muito inteligente!
 — Qual inteligente, qual carapuça!
 (ii) — Trouxeste o presente?
 — Qual presente, qual carapuça!

Como a comparação com exclamativas não elípticas com palavras-Q sugere, as exclamativas-Q elípticas envolvem uma instância de Movimento-Q. Com efeito, a reconstituição deste tipo de exclamativas envolve uma frase existencial ou locativa encabeçada pelo complementador *que*, à direita do sintagma-Q, como se pode observar nos exemplos (38) e (39):

- (38) (a) Que estopada que isto é!
 (b) Que falta de educação que isso é!
 (c) Que lindos antúrios que aqui estão!
 (39) (a) Que lindo que isto é!
 (b) Que magrinha que ela está!
 (c) Que bruto que ele é!

12.5. Frases optativas

As frases **optativas** realizam actos ilocutórios expressivos de um tipo particular: exprimem desejos do locutor — vejam-se os exemplos (1) — razão pela qual são muitas vezes parafraseáveis por frases complexas que têm como verbo superior um verbo optativo, como se observa em (2):

- (1) (a) *Que* ele seja feliz!
 (b) *Que* a guerra acabe depressa!
 (2) (a) Desejo que ele seja feliz!
 (b) Espero que a guerra acabe depressa!

As **frases optativas não elípticas** exibem tipicamente o verbo no modo conjuntivo. Quando os complementadores *que* e *se* condicional estão presentes, a ordem de palavras é canónica (cf. (1) e (3)):

- (3) (a) *Se* (ao menos) ele fosse feliz!
 (b) *Se* a guerra acabasse depressa!

Um subtipo interessante de frases optativas é o que os exemplos (4) ilustram:

- (4) (a) Eles *que* se atrevam!
 (b) Ela *que* se cuide!

Neste subtipo de optativas, o sujeito, em geral um pronome de 3.^a pessoa, surge à esquerda do complementador *que*, embora as frases (4) se possam considerar variantes das frases (5) ⁽⁷⁰⁾:

- (5) (a) Que eles se atrevam!
(b) Que ela se cuide!

As frases optativas não elípticas podem ser introduzidas por fórmulas operativas específicas (e.g., *Deus queira que*, *queira Deus que*, *Deus permita que*, *oxalá*), como ilustrado em (6), caso em que a ordem de palavras da frase optativa é a canónica:

- (6) (a) *Deus queira que* ela seja feliz!
(b) *Queira Deus que* a guerra acabe depressa!
(c) *Deus permita que* eles se salvem!
(d) *Oxalá* ele seja feliz!

Na ausência de complementador ou de uma fórmula operativa, as frases optativas não elípticas exibem a ordem VS, como se pode observar através do contraste entre (7) e (8):

- (7) (a) *Pudesse eu* ajudá-lo!
(b) *Acabem-se todas as guerras!*
(8) (a) **Eu pudesse* ajudá-lo!
(b) **Todas as guerras se acabem!*

A correlação entre presença vs. ausência de complementador ou fórmula operativa e ordem canónica vs. ordem VS sugere que, neste tipo de frases, alguma posição do sistema C tem de estar lexicalizada; assim, em frases como (7), o verbo ocorre obrigatoriamente em primeira posição como forma de lexicalizar o núcleo C.

Um caso particularmente interessante de ordem não canónica é o de frases optativas não elípticas com verbos copulativos, como as ilustradas em (9):

- (9) (a) *Abençoados sejam* os simples!
(b) *Amaldiçoados sejam* os nazis!

⁽⁷⁰⁾ A este propósito, veja-se Ambar (1992: 103ss).

Como se pode observar, a ordem canónica verbo copulativo-predicativo do sujeito é obrigatoriamente invertida nestas frases — veja-se o contraste entre (9) e (10) —, contrariamente ao que acontece quando as mesmas são introduzidas pelo complementador *que* — veja-se (11):

- (10) (a) *Sejam abençoados os simples!
(b) *Sejam amaldiçoados os nazis!
(11) (a) Que os simples sejam abençoados!
(b) Que os nazis sejam amaldiçoados!

As frases optativas elípticas são do tipo das apresentadas em (12) e (13):

- (12) (a) Abençoados os pobres de espírito!
(b) Malditas as segunda-feiras!
(13) (a) Honra aos heróis!
(b) Justiça para todos!

As frases (12), em que ocorrem formas participais seguidas de expressões nominais, podem ser descritas como casos de elipse do verbo copulativo *ser*, uma vez que são parafraseáveis por optativas não elípticas, como exemplificado em (14):

- (14) (a) Abençoados sejam os pobres de espírito!
(b) Malditas sejam as segundas-feiras!

Já as frases (13), iniciadas por nomes simples abstractos, são preferencialmente parafraseáveis por optativas não elípticas encabeçadas pelo complementador *que* — vejam-se os exemplos (15):

- (15) (a) Que se faça honra aos heróis!
(b) Que haja justiça para todos!

12.6. Frases com tópicos marcados

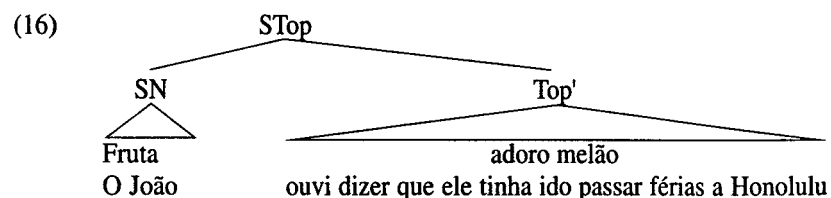
Como se viu em 10.3, paralelamente a frases como (1), em que a estrutura sujeito-predicado e a estrutura tópico-comentário são homólogas, encontram-se frases como (2):

- (14) (a) *Filmes estrangeiros...* há [gente [que vê um *filme* sem perceber nada do princípio ao fim]]
Ilha do SN Complexo
 (b) *O Carreras...* muitas pessoas compraram bilhetes no mercado negro [para o ouvirem]]
Ilha Adjunta

Como o contraste entre (12) a (14) e (15) mostra, estão limitadas a contextos de frase-raiz (a frases simples e à frase superior de uma estrutura pluri-oracional):

- (15) (a) */?Ele acredita [_{SComp} que *filmes estrangeiros* ... estamos a ver o *filme* até ao fim e não sabemos do que se trata].
 (b) */?Toda a gente me disse [_{SComp} que *o João* ... não *lhe* pagaram o ordenado este mês].

As propriedades das construções de *Tópico Pendente* e de *Deslocação à Esquerda de Tópico Pendente* acima referidas sugerem que elas não envolvem movimento do tópico marcado para a posição periférica à esquerda da frase, mas antes inserção de tal constituinte directamente nessa posição — que aqui se assumirá ser a posição de especificador do nó funcional Tópico —, como se mostra simplificada em (16):



A *Deslocação à Esquerda Clítica* ⁽⁷⁷⁾ é a construção de tópicos marcados ilustrada pelos exemplos (2c) e (17):

- (17) (a) "... *às pessoas*, há-de-*lhes* fazer espécie como é que podemos tirar as impressões." (PF, G 1230)
 (b) "... *os gerentes*, trata-os como se fossem míseros contínuos." (PF, G 1243)

Esta construção caracteriza-se pelas seguintes propriedades:

⁽⁷⁷⁾ Designação proposta em Cinque (1977, 1983, 1990).

(i) Apresenta um grau elevado de sintactização: o tópico exibe propriedades de conformidade referencial, categorial, casual e temática com um constituinte interno ao comentário — veja-se, em (17a), a relação entre *às pessoas* e *lhes* e, em (17b), a relação entre *os gerentes* e *-os*.

(ii) O constituinte interno ao comentário conectado com o tópico é obrigatoriamente um pronome clítico.

(iii) Como os exemplos (18) mostram, não está restringida a contextos de frase-raiz:

- (18) (a) Disseram-me que *ao João*, não *lhe* pagaram o ordenado este mês.
 (b) Sei que *aos gerentes*, *os* trata como se fossem míseros contínuos.

(iv) O tópico marcado ocorre à esquerda de constituintes em especificador de SComp em frases-raiz (cf. (19)) e à direita do complementador em frases encaixadas (cf. (18)):

- (19) (a) *Ao João*, quem é que não *lhe* pagou o ordenado este mês?
 (b) *Esse artigo*, onde é que *o* foste desencantar?

(v) Como o contraste de gramaticalidade entre (17) e (20) mostra, é sensível a ilhas:

- (20) (a) *Todos sabem que *esse livro*, [o diplomata [que *o* escreveu]] era simpatizante nazi.
 (b) **Ao João*, não encontro [artigos [que *lhe* possam ser úteis]].

(vi) É iterativa, i.e., pode ocorrer mais do que um tópico marcado por oração, como mostram os exemplos (21):

- (21) (a) *À Maria*, *essa história*, ainda ninguém *lha* contou.
 (b) *A nós*, *essa proposta*, o João só *no-la* fez há poucos minutos.

(vii) A cadeia ⁽⁷⁸⁾ formada pelo tópico marcado e pelo pronome clítico não legitima lacunas parasitas ⁽⁷⁹⁾, pelo que frases como (22) são agramaticais:

⁽⁷⁸⁾ Recorde-se que o termo cadeia designa um objecto sintáctico originado por movimento de constituintes, que contém como elementos a posição final do constituinte deslocado (denominada cabeça da cadeia), as posições intermédias que ele foi ocupando na derivação e a posição inicial a partir da qual foi movido (denominada pé da cadeia).

⁽⁷⁹⁾ O fenómeno conhecido pelo nome de *Lacuna Parasita* consiste na legitimação de uma categoria vazia, geralmente contida num adjunto oracional não finito, por uma cadeia cujo pé

- (22) (a) **Esse artigo sobre forças fracas*, o João discutiu-o sem ter lido [-].
 (b) **Ao chefe desse projecto*, telefonei-lhe antes de conhecer pessoalmente [-].

(viii) No plano textual, a *Deslocação à Esquerda Clítica* funciona ora como uma estratégia de preservação do tópico, ora como uma estratégia de listagem exaustiva⁽⁸⁰⁾, i.e., o discurso anterior introduz um conjunto ou classe de indivíduos e o tópico marcado enumera, exaustiva ou ilustrativamente, elementos desse conjunto ou classe. Assim, (23a) e (23b) são contextos plausíveis, respectivamente, para (17a) e (17b):

- (23) (a) As pessoas ouvem falar num laboratório de polícia científica e não fazem ideia do que lá se faz.
 É, "... às pessoas, há-de-lhes fazer espécie como é que podemos tirar as impressões."
 (b) O tipo é insuportável! É incrível como ele trata as pessoas! Aos amigos, fala-lhes com aquele tom de paternalismo que ninguém aguenta. Os subordinados, considera-os abaixo de cão. "*Os gerentes*, trata-os como se fossem míseros contínuos."

As propriedades de conectividade da *Deslocação à Esquerda Clítica* levaram vários autores a considerar que estava envolvida na sua derivação movimento do constituinte que ocorre como tópico marcado da posição interna ao comentário assinalada pelo pronome clítico para a posição periférica à esquerda da frase⁽⁸¹⁾. As análises dominantes actualmente consideram que o tópico marcado é

é uma variável ocupando uma posição que não c-comanda tal categoria vazia (ou seja, a variável ocupa uma posição de complemento da frase superior e não a posição de sujeito). A frase exemplificada em (ia) é um exemplo típico de construção com lacunas parasitas; o contraste entre (ia, b) mostra que movimento de SN, que não deixa uma variável, não legitima lacunas parasitas; o contraste entre (ia, c) mostra que só variáveis originadas por movimento na Sintaxe Visível legitimam lacunas parasitas:

- (i) (a) [Que livro]_i é que o João discutiu [v]_i [sem ter lido [cv]_i]?
 (b) *[Esse livro]_i foi discutido [v]_i [sem o João ter lido [cv]_i]
 (c) *O João discutiu [todos os artigos]_i [sem ter lido [cv]_i]

[Todos os artigos]_i [o João discutiu [v]_i [sem ter lido [cv]_i]] Forma Lógica
 Sobre este assunto vejam-se, entre outros, Engdhal (1983), Chomsky (1982, 1986b). Sobre a tipologia de expressões nominais, ver capítulo 20.

⁽⁸⁰⁾ Este termo deve-se a Kuno (1972).

⁽⁸¹⁾ É esta a análise proposta, por exemplo, em Cinque (1977).

gerado directamente na posição em que ocorre (a posição de especificador da projecção funcional de Top) e que os efeitos de conectividade manifestados pela construção resultam da relação de ligação que se estabelece entre tal constituinte em posição não argumental, periférica à esquerda, e o pronome clítico que ocorre obrigatoriamente no comentário⁽⁸²⁾.

Um dos argumentos a favor da hipótese de que a construção de *Deslocação à Esquerda Clítica* envolve a presença de uma projecção funcional específica é o facto de ela criar ilhas tópicas⁽⁸³⁾ para as variáveis resultantes de Movimento-Q, como mostra a agramaticalidade dos exemplos (24):

- (24) (a) *Este é o criminoso [a quem]_i [_{STop} a liberdade, nós não podemos concedê-la [v]_i de modo algum].⁽⁸⁴⁾
 (b) *[Que romance]_i é que o João disse que [_{STop} à Maria, lhe tinha oferecido [v]_i no Natal]?

A *Topicalização*⁽⁸⁵⁾ é a construção de tópicos marcados ilustrada pelas frases (2d) e (25):

- (25) (a) "*Piscina*, não sabia que tinha [-]." (PF, G 1320)
 (b) *A esse político*, podes crer que não dou o meu voto [-].

A *Topicalização* caracteriza-se pelas seguintes propriedades:

- (i) Apresenta um elevado grau de sintactização: o tópico exhibe propriedades de conformidade referencial, categorial, casual e temática com um constituinte interno ao comentário.
 (ii) O constituinte conectado com o tópico é obrigatoriamente uma categoria vazia.

⁽⁸²⁾ Uma vez que o constituinte que liga o pronome clítico se encontra numa posição não argumental, o tipo de ligação costuma ser denominado ligação A-barra. Vejam-se, entre outros, Cinque (1990) para o italiano, Raposo (1996) para o português e Zubizarreta (1999) para o espanhol. Repare-se que esta análise exige que se assumam que, em frases com *Deslocação à Esquerda Clítica* iterativa como as exemplificadas em (21), o tópico marcado que ocorre em primeira posição é gerado basicamente na posição de adjunção à esquerda à projecção funcional de Top, e o segundo na posição de especificador de STop.

⁽⁸³⁾ Este termo deve-se a Culicover (1993).

⁽⁸⁴⁾ Exemplo adaptado do exemplo clássico de Baltin (1982) **This is the man to whom liberty we could never grant it*.

⁽⁸⁵⁾ Designação proposta em Ross (1967). Esta construção foi também denominada Movimento-Y, por ser muito frequente em *yiddish*.

(iii) A construção não está restringida a contextos de frase-raiz, como se pode observar em (26):

- (26) (a) Acho que à *Maria*, o João ofereceu um romance [-] no Natal.
(b) Lamento que *esse artigo*, o coordenador não tenha incluído [-] na bibliografia da cadeira.

(iv) A construção é iterativa, i.e., pode ocorrer mais do que um constituinte topicalizado por oração (cf. (27)), é compatível com Movimento-Q (cf. (28)) e a sua aplicação é ilimitada, i.e., entre o tópico marcado e a categoria vazia a ele associada podem ocorrer várias fronteiras frásicas (cf. (29)):

- (27) (a) *Ao João*, sobre *esse assunto*, toda a gente desistiu de falar [-] [-].
(b) *Dinheiro*, *ao João*, é prudente não emprestar [-] [-].
(28) (a) *Esse romance*, a quem é que oferecete [-] no Natal?
(b) *Sobre esse assunto*, com quem é que o João conversa [-] invariavelmente?
(c) Este é um assunto sobre o qual *com o João*, não me apetece conversar [-].
(29) (a) *Ao João*, a *Maria* nunca oferece livros [-].
(b) *Ao João*, disseram-me [_{SComp} que a *Maria* nunca oferece livros [-]].
(c) *Ao João*, disseram-me [_{SComp} que a *Maria* jurou [_{SComp} que nunca oferece livros [-]]].

(v) Em frases-raiz, o tópico marcado ocorre à esquerda de constituintes em posição de especificador de SComp (cf. (28a, b)), enquanto em frases encaixadas ocorre à direita do complementador (cf. (26)) e de constituintes em posição de especificador de SComp (cf. 28c)).

(vi) A construção é sensível a ilhas (cf. (30)):

- (30) (a) **Piscina*, nunca fui a[clubes de golfe] [que tem [-]].
(b) **Ao João*, [que as pessoas continuam a falar [-]] surpreende-me.

(vii) A categoria vazia presente no comentário legitima lacunas parasitas (cf. (31)):

- (31) (a) *Esse artigo*, o João discutiu [-] na aula [sem ter lido [-]].
(b) *Filmes do Manoel de Oliveira*, os intelectuais aplaudem [-], mesmo antes de terem visto [-].

(viii) No plano textual, consoante o estatuto referencial do constituinte topicalizado e o tipo de oração em que o mesmo ocorre, a Topicalização pode introduzir um novo tópico no discurso (cf. (32a)), pode ser utilizada como uma estratégia de progressão temática (um elemento do comentário da frase anterior é seleccionado como tópico da frase seguinte, cf. (32b)) ou pode servir para pôr em contraste a predicação expressa pelo comentário acerca da entidade designada pelo tópico com outra predicação contida no discurso anterior envolvendo a mesma entidade (cf. (32c)):

- (32) (a) *Pão*, ainda há [-]?
(b) Gostas de *perfumes*?
Ah sim, *perfumes*, adoro [-].
(c) Aposto que *ainda não leste o último artigo do Chomsky*.
Não, não. Por acaso *esse*, já li [-].

(viii) O português distingue-se da maioria das línguas românicas⁽⁸⁶⁾, que usam a *Topicalização* como uma estratégia de focalização contrastiva. Assim, em português, em frases com *Topicalização* que recebem uma interpretação contrastiva, contrastam-se predicações, razão pela qual as paráfrases que explicitam tal interpretação envolvem *Despojamento* e não *Contraste Sintagmático*⁽⁸⁷⁾ — veja-se o contraste entre as frases (a) e (b) de (33) e (34):

- (33) (a) *Esse livro*, já li [-], (mas) este, ainda não. (*Despojamento*)
(b) #*Esse livro*, já li, (e/mas) não este. (*Contraste Sintagmático*)
(34) (a) *Café*, bebo sempre sem açúcar, (mas) chá, não. (*Despojamento*)
(b) #*Café*, bebo sempre sem açúcar, (e/mas) não chá. (*Contraste Sintagmático*)

Pelo contrário, em francês, espanhol, italiano, em frases com *Topicalização* que recebem interpretação contrastiva, contrasta-se o constituinte topicalizado com outro constituinte — veja-se o contraste entre as frases (b) e (c) de (35):

⁽⁸⁶⁾ Em particular do francês — cf. Zribi-Hertz (1986) — e de línguas românicas de sujeito nulo como o espanhol ibérico e o italiano — cf. Campos e Zampini (1990), Zubizarreta (1999) e Cinque (1990).

⁽⁸⁷⁾ De acordo com Matos (1992), *Despojamento* é uma construção oracional em que se contrastam (não focalizadamente) expressões-predicado, enquanto *Contraste Sintagmático* é uma construção sintagmática de focalização contrastiva. Sobre estas duas construções, ver capítulo 21.

- (35) (a) Ce livre, j'ai lu [-]. (Zribi-Hertz (1986: 530))
 (b) Ce livre, j'ai lu [-], mais pas celui-là. (*id*: 531)
 (c) #Ce livre, j'ai lu [-], et/mais je n'ai pas lu celui-là.

(ix) A *Topicalização* não cria ilhas tópicas tão fortes como a *Deslocação à Esquerda Clítica*, como se pode concluir do contraste entre (24) e (36):

- (36) (a) (?) Este é o criminoso [a quem]_i [_{S_{Top}} a liberdade, nós não podemos conceder [-] [v]_i de modo algum] (⁸⁸).
 (b) (?) [Que romance]_i é que o João disse que [_{S_{Top}} à Maria, tinha oferecido [v]_i [-] no Natal]?

O facto de a categoria vazia associada ao tópico marcado nesta construção legitimar lacunas parasitas sugere que ela é uma variável originada por movimento na Sintaxe Visível. Por outro lado, o facto de esta construção não criar ilhas tópicas tão fortes como a *Deslocação à Esquerda Clítica* indica que nela não intervém a projecção do nó funcional adicional S_{Top} (⁸⁹).

As duas propriedades acima assinaladas constituem argumentos a favor da ideia de que o movimento sintáctico envolvido nesta construção procede por adjunção do tópico marcado à frase (SComp ou SFlex) interpretada como comentário. Nestas circunstâncias, uma frase como (31a), aqui repetida como (37a), tem a representação sintáctica simplificada apresentada em (37b):

- (37) (a) *Esse artigo*, o João discutiu [-] na aula [sem ter lido [-]]
 (b)
-
- ```

graph TD
 SFlex1[SFlex] --- SNi[SNi]
 SFlex1 --- SFlex2[SFlex]
 SNi --- Esse[Esse artigo]
 SFlex2 --- Desc[o João discutiu [v], na aula sem ter lido [-]]

```

(<sup>88</sup>) Exemplo adaptado do exemplo clássico de Baltin (1982) *?This is the man to whom liberty we could never grant*.

(<sup>89</sup>) Conclusões idênticas são tiradas para a *Topicalização* em inglês por Baltin (1982), Lasnik e Saito (1992), Culicover (1993) e Bošković (1997). Para uma proposta de derivação das diferenças desta construção em português e inglês de diferenças paramétricas entre as duas línguas, veja-se Duarte (1996, 2001). Para uma crítica à análise da *Topicalização* em português como uma variante nula da *Deslocação à Esquerda Clítica*, como a proposta em Raposo (1996), veja-se Duarte (2001).

A *Topicalização Selvagem* (<sup>90</sup>) é uma variante da *Topicalização típica* do modo oral, que os exemplos (38) ilustram:

- (38) (a) *Essa cerveja*, eu não gosto [-].  
 (b) *Esse relatório*, acho que não precisamos [-] para a reunião de hoje.

Esta construção apresenta as seguintes propriedades:

(i) Exibe algum grau de sintactização: apresenta conectividade referencial e temática, mas não conectividade categorial e casual entre o constituinte topicalizado e a posição sintáctica de que o mesmo foi extraído, como se pode ver comparando os exemplos (38) com as contrapartidas não topicalizadas apresentadas em (39):

- (39) (a) Eu não gosto *dessa cerveja*.  
 (b) Acho que não precisamos *desse relatório* para a reunião de hoje.

(ii) Ocorre tipicamente em contextos de frase-raiz — veja-se o contraste entre as frases (38) e (40) — e encontra-se igualmente em outras línguas românicas (<sup>91</sup>):

- (40) (a) \*/? Todos sabem que *essa cerveja*, eu não gosto [-].  
 (b) \*/? Imprime o ficheiro inteiro, embora *esse relatório*, ache que não precisamos [-] para a reunião de hoje.

(iii) É aceite pelos falantes da norma culta no modo oral informal desde que o elemento suprimido, responsável pela ausência de conectividade categorial e casual, seja uma preposição sem conteúdo semântico, com o mero papel de atribuidora de Caso, como se pode observar pelo contraste entre os exemplos (38) e (41):

- (41) (a) \**O João*, conversei [-] na festa. vs. *Com o João*, conversei [-] na festa.  
 (b) \**Paris*, aterrei às dez horas. vs. *Em Paris*, aterrei [-] às dez horas.

(<sup>90</sup>) Adopto a designação proposta por Zribi-Hertz (1986).

(<sup>91</sup>) Vejam-se os seguintes exemplos do francês:

- (i) La bicyclette, je n'aime pas me fatiguer [-]. Zribi-Hertz (1986: 535).  
 (ii) Cet appareil, je me sers toujours [-] sans savoir très bien comment il marche.



Em certas variedades do português, particularmente no português brasileiro oral, os falantes aceitam como gramaticais frases paralelas a (41) como as exemplificadas em (42) <sup>(92)</sup>:

- (42) (a) Linguista a gente não pode conversar mais [-] não.  
(cf. *Com linguista a gente não pode conversar mais [-] não*)  
(b) O seu regime entra muito lacticínio [-].  
(cf. *No seu regime entra muito lacticínio [-]*)

### 12.6.2. A construção de Objecto Nulo

Contrariamente às restantes línguas românicas, é possível em português a construção exemplificada em (43):

- (43) (a) A: Viste a Joana ontem?  
B: Vi [-] na televisão.  
([-] = a Joana)  
(b) A: E o carro?  
B: Parece que o Pedro espatifou [-] contra um muro.  
([-] = o carro)  
(c) A aponta para a camisola que B tem vestida.  
A: Tricotaste tu [-]?  
([-] = a camisola)

Nos exemplos (43a, b), a categoria vazia na posição de objecto directo dos verbos *ver* e *espatifar* tem a sua referência fixada pelos sintagmas nominais *a Joana* e *o carro*, que ocorrem nas perguntas; no exemplo (43c), a categoria vazia é dêictica, ou seja, é um objecto presente na situação que lhe fixa a referência. Nos três casos, a categoria vazia pode alternar com um pronome clítico, como se mostra em (44):

- (44) (a) A: Viste a Joana ontem?  
B: Vi-a na televisão.  
(b) A: E o carro?  
B: Parece que o Pedro o espatifou contra um muro.  
(c) A aponta para a camisola que B tem vestida.  
A: Tricotaste-a tu?

<sup>(92)</sup> O exemplo (42a) é de Pontes (1987: 33), o exemplo (42b) é de Kato (1993: 230).

A construção exemplificada em (43), denominada *Objecto Nulo* <sup>(93)</sup>, partilha um conjunto significativo de propriedades com a *Topicalização*. Assim, a categoria vazia presente em ambas as construções pode ter a sua referência fixada pelo mesmo tipo de sintagmas nominais, como se pode observar em (45) e (46) <sup>(94)</sup>:

- (45) (a) Pão, compro logo [-] na padaria.  
(b) O carro, o João espatifou [-] contra o muro da biblioteca.  
(c) \*Um certo livro raro, o João ofereceu [-] à Maria.  
(d) \*Nenhum indício, a polícia (não) encontrou [-] por enquanto.
- (46) (a) A: E pão?  
B: Compro logo [-] na padaria.  
(b) A: E o carro?  
B: O João espatifou [-] contra o muro da biblioteca.  
(c) A: { E leste um certo livro sobre pirâmides que está muito na moda?  
\* {  
B: { O João ofereceu [-] à Maria.  
(d) A: { E não descobriram nenhum indício?  
\* {  
B: { A polícia não encontrou [-] por enquanto.

<sup>(93)</sup> Esta construção, disponível, por exemplo, em chinês-mandarim, em japonês e em hebreu, foi estudada originalmente por Huang (1984). Vejam-se os seguintes exemplos de *Objecto Nulo* em hebreu:

- (i) A aponta para um bolo.  
B: — toda, kvar ta'anti [-]. Doron (1997: 127)  
(obrigado já eu provei)  
Obrigado, já provei [-].  
(ii) ha-'uga mecuyenet. ta'anti [-] lifney rega. (id: 128)  
(o bolo excelente. eu provei antes momento)  
O bolo é excelente. Provei [-] há pouco.

Para a caracterização de *Objecto Nulo* em português europeu, veja-se Raposo (1986) e Duarte (1987); para a caracterização de *Objecto Nulo* em português brasileiro, veja-se Bianchi e Figueiredo Silva (1997), Kato (1993), Menuzzi (1994) e Cyrino (1997). Para um alargamento da construção a complementos do verbo distintos do objecto directo, veja-se Costa e Duarte (2001).

Para a distinção entre *Objecto Nulo* e outras construções elípticas, ver capítulo 21.

<sup>(94)</sup> Esta correlação verifica-se igualmente em outras línguas. Assim, em espanhol, língua em que apenas se admite *Topicalização* de nomes simples, a construção de *Objecto nulo* está igualmente restringida a nomes simples (cf. (i) e (ii)). Sobre este assunto, veja-se Campos (1986).

- (i) *Tortillas*, no créo que vendan [-] aquí.  
(ii) A: — Vamos a comprar *tortillas*?  
B: — No créo que vendan [-] aquí.

Em segundo lugar, *Objecto Nulo* é sensível a contextos de ilhas, tal como acontece com a *Topicalização*, pelo que em contextos como os exemplificados em (47) é obrigatória a presença do pronome clítico — veja-se o contraste de gramaticalidade entre (47) e (48) <sup>(95)</sup>:

- (47) (a) A: E o carro?  
 B: \*[A pessoa [que espatifou [-] contra o muro da biblioteca]] está presa.  
 (b) \*Gosto imenso desse romance, [embora só tenha lido [-] uma vez].  
 (48) (a) A: E o carro?  
 B: [A pessoa [que o espatifou contra o muro da biblioteca]] está presa.  
 (b) Gosto imenso desse romance, [embora só o tenha lido uma vez].

Em terceiro lugar, a categoria vazia presente nesta construção é uma variável, uma vez que induz efeitos de *Cruzamento Forte* <sup>(96)</sup> (cf. (49a)), originada por movimento na Sintaxe Visível, como se pode concluir do facto de legitimar lacunas parasitas (cf. (49b)):

- (49) (a) A: Alguém viu a Joana?  
 B: \*A Joana disse que o Pedro viu [-] ontem na televisão.  
 ([-] = a Joana)  
 (b) A: E o último artigo do Chomsky?  
 B: Toda a gente discute [-], mesmo antes de ter lido [-].

As propriedades acima enunciadas sugerem que *Objecto Nulo* é uma variante de *Topicalização* possível em línguas que fixam o valor positivo para o parâmetro orientação para o discurso, i.e., línguas nas quais os processos sintácticos têm acesso a informação presente na situação e em fragmentos discursivos não contidos na frase complexa em questão <sup>(97)</sup>. De acordo com esta análise, *Objecto Nulo* é um caso de *Topicalização* em que o tópico marcado é uma categoria vazia, cujo valor é fixado por um constituinte presente no discurso anterior ou na situação. Ao deslocar-se para uma posição periférica à esquerda de SFlex,

<sup>(95)</sup> Sobre a gramaticalidade de exemplos como (47) em certas variedades do português, ver adiante.

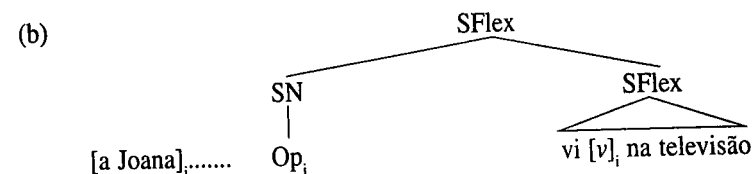
<sup>(96)</sup> Sobre *Cruzamento Forte*, ver 12.3 e capítulo 20.

<sup>(97)</sup> Para a formulação exacta deste parâmetro, proposto originalmente em Tsao (1977), veja-se Huang (1984).

a categoria vazia adquire o estatuto de operador sintáctico, pelo que o vestígio deixado na posição de objecto directo pertence ao tipo variável sintáctica <sup>(98)</sup>.

Nestas condições, pode atribuir-se ao par apresentado em (43a), aqui repetido como (50a), a representação sintáctica simplificada indicada em (50b):

- (50) (a) A: — Viste [a Joana]<sub>i</sub> ontem?  
 B: — Vi [-]<sub>i</sub> na televisão.



A análise de *Objecto Nulo* acima descrita parece infirmada pela gramaticalidade de frases como (47), aqui repetidas como (51), em certas variedades do português:

- (51) (a) A: E o carro?  
 B: (?) [A pessoa [que espatifou [-] contra o muro da biblioteca]] está presa.  
 (b) (?) Gosto imenso desse romance, [embora só tenha lido [-] uma vez].

Em português brasileiro e para alguns falantes do português europeu, podem surgir objectos nulos dentro de ilhas fortes, verificando-se contudo uma restrição de animacidade. Como os dados em (51)-(52) indicam, apenas objectos nulos não-animados podem surgir em contextos de ilhas fortes <sup>(99)</sup>:

- (52) (a) A: E este carro?  
 B: (?) O Pedro ficou nervoso [porque a mulher comprou [-]].  
 (Ilha Adjunta)  
 (b) A: E a Maria?  
 B: \* O Pedro ficou nervoso [porque o João beijou [-]].  
 (Ilha Adjunta)

<sup>(98)</sup> Para argumentos a favor desta análise de *Objecto Nulo*, veja-se Raposo (1986) e Duarte (1987).

<sup>(99)</sup> Sobre este assunto, veja-se Bianchi e Figueiredo Silva (1995), Menuzzi (1994) e Costa e Duarte (2001a, b).

Já em contextos de ilhas fracas a restrição de animacidade não se verifica, como ilustrado nos exemplos (53), paralelos a (52):

- (52) (a) A: E *este carro*?  
B: O Pedro quer saber [quem comprou [-] sem ele ter autorizado].  
(Ilha-Q)
- (b) A: E *a Maria*?  
B: O Pedro quer saber [quem beijou [-] na festa da espuma].  
(Ilha-Q)

Os dados acima sugerem que, nestas variedades do português, *Objecto Nulo* pode ser analisado como uma construção envolvendo a presença da categoria vazia pronominal *pro*, nos contextos em que a derivação envolvendo uma variável não é possível, ou seja, quando a categoria vazia ocorre internamente a uma ilha forte. Repare-se que é justamente nestes contextos que a restrição de animacidade se verifica, facto que não é inesperado tratando-se de *pro*, categoria que, em outras construções e em outras línguas, traz igualmente associadas restrições deste tipo <sup>(100)</sup>.

<sup>(100)</sup> É o que acontece, por exemplo, em italiano na construção de objecto nulo com *pro* descrita em Rizzi (1986), restringida a objectos directos humanos.

# 13

## A família das construções inacusativas

Inês Duarte

### Índice

- 13. A família das construções inacusativas
  - 13.1. Frases com verbos inacusativos
    - 13.1.1. Frases com verbos de mudança de estado devida a causa externa
    - 13.1.2. Frases com verbos inacusativos que denotam eventos com causa interna
    - 13.1.3. Frases com verbos inacusativos de movimento
  - 13.2. Frases passivas
    - 13.2.1. Passivas sintácticas
    - 13.2.2. Passivas de *-se*
    - 13.2.3. Passivas adjectivais
  - 13.3. Construções médias
  - 13.4. Frases copulativas
    - 13.4.1. Frases copulativas canónicas e invertidas
    - 13.4.2. Frases com verbos de existência e de aparição

Neste capítulo ocupar-nos-emos de vários tipos de construções que têm em comum duas propriedades: o verbo não atribui Caso acusativo ao seu argumento interno directo e não atribui papel temático externo à posição de sujeito.

Estas duas propriedades podem ser o resultado de características idiossincráticas do verbo, i.e., do facto de o verbo escolhido ser inacusativo (ver 10.2), como acontece nos exemplos (1), ou podem ser o efeito de processos sintácticos ou morfo-sintácticos que inacusativizam um verbo transitivo, como se mostra nos exemplos (2):

- (1) (a) Os miúdos chegaram.
- (b) O bebé nasceu ontem.
- (2) (a) O raptor foi visto num bar de Albufeira (por vários adolescentes).
- (b) O primeiro número da revista vendeu-se numa semana.
- (c) A traineira afundou-se ao largo do Cabo Espichel por causa do temporal.

### 13.1. Frases com verbos inacusativos

Recordemos algumas das propriedades características dos verbos inacusativos referidas em 10.2. Contrariamente ao sujeito de verbos transitivos e inerga-

tivos, o sujeito de um verbo inacusativo comporta-se como um argumento interno directo, podendo ocorrer na construção participio absoluto (cf. (3)), tal como os objectos directos dos verbos transitivos (cf. (4)); como acontece com os sujeitos de verbos transitivos e inergativos, o sujeito de um verbo inacusativo é substituível pela forma nominativa do pronome pessoal (cf. (5)) e desencadeia concordância verbal (cf. (6))<sup>(1)</sup>:

- (3) (a) Chegados os miúdos, ... (compare-se com (1a))  
 (b) Nascido o bebé ontem, ... (compare-se com (1b))  
 (c) \*Vistos os miúdos o filme, ... (vs. *Os miúdos viram o filme*)  
 (d) \*Tossido o bebé ontem, ... (vs. *O bebé tossiu ontem*)
- (4) (a) Visto o filme, ... (compare-se com *Os miúdos viram o filme*)  
 (b) Assinada a declaração, ... (compare-se com *Eles assinaram a declaração*)
- (5) (a) Eles chegaram. (vs. \**Chegaram-nos*)  
 (b) Ele nasceu. (vs. \**Nasceu-o*)  
 (c) Eles viram o filme. (vs. \**Viram-nos o filme*)  
 (d) Ele tossiu. (vs. \**Tossiu-o*)
- (6) (a) \*Eles chegou.  
 (b) \*Nós nasceu no dia 1 de Maio.

Uma forma de captar a propriedade ilustrada pelos exemplos (3)-(4) é considerar que os argumentos internos directos dos verbos inacusativos são inseridos na representação sintáctica na posição de complemento do verbo, tal como acontece com os argumentos internos directos dos verbos transitivos. Exemplificando:

<sup>(1)</sup> A chamada Hipótese Inacusativa deve-se a Perlmutter (1978). Burzio (1986) incorporou-a na Teoria da Regência e da Ligação. Raposo (1981) aplicou a Hipótese Inacusativa ao português, no quadro da Gramática Relacional. Burzio chamou ergativos aos verbos inacusativos, uma designação enganadora, uma vez que nas línguas com sistema casual ergativo-absolutivo o caso ergativo é reservado ao argumento externo dos verbos transitivos e dos verbos inergativos, enquanto o objecto directo dos verbos transitivos e o sujeito dos inacusativos é marcado com caso absoluto.

- (7) (a) Os miúdos chegaram  
 (a')   
 (b) Os miúdos viram o filme.  
 (b')

Mas uma frase com um verbo inacusativo distingue-se de uma frase com um verbo transitivo em dois aspectos: (i) na representação sintáctica inicial da primeira, a posição de especificador de SV não está ocupada por nenhum argumento, visto que os verbos inacusativos não seleccionam argumento externo (compare-se (8a) com (8b)); (ii) o SN argumento interno de um verbo inacusativo não recebe Caso acusativo do verbo que o selecciona, uma vez que os verbos inacusativos são deficitários do ponto de vista casual.

- (8) (a)   
 (b)

Numa configuração como (8a), o SN argumento interno do verbo não recebe Caso. Sendo o português uma língua de SU nulo, existem duas estratégias possíveis para legitimar a estrutura, de que resultam construções inacusativas pessoais e impessoais<sup>(2)</sup>, exemplificadas, respectivamente, em (9a) e (9b):

- (9) (a) Os miúdos chegaram.  
 (b) Chegaram os miúdos.

<sup>(2)</sup> Esta designação deve-se a Perlmutter (1983).



- (15) (a) — O meu filho *he morto*. Ven tu e resuscita-o. <sup>(9)</sup>  
 (b) Quando'eu um dia fui em Compostela em romaria, vi ua pastor que, pois *fui nado*, nunca vi tan bela. <sup>(10)</sup>  
 (c) *Idas som* as froes d'aqui bem com meus amores! <sup>(11)</sup>
- (16) (a) E sabedes novas do meu amigo aquele que mentiu do que mi *á jurado*! <sup>(12)</sup>  
 (b) os serviços que *avian feitos* a seu padre <sup>(13)</sup>  
 (c) aquelas cousas que *ten aparelhadas* <sup>(14)</sup>

Ainda sobrevivem exemplos desta sintaxe antiga em expressões como *Era chegada a ocasião tão esperada, Serão passados três anos antes que se reencontrem*, de sabor arcaizante.

Repare-se que os exemplos desta secção contêm verbos pertencentes às duas grandes subclasses de verbos inacusativos: verbos de mudança de estado (*arder, nascer*) e de movimento (*ir, vir*) e verbos de existência e aparição (*existir, aparecer, acontecer*) <sup>(15)</sup>.

As secções seguintes ocupar-se-ão das propriedades sintácticas das construções inacusativas com verbos de mudança de estado e de movimento, abordando-se em 13.4. as construções definidas por verbos de existência e de aparição.

### 13.1.1. Frases com verbos de mudança de estado devida a causa externa

Entre os verbos inacusativos de mudança de estado, distinguem-se do ponto de vista semântico os que exprimem uma mudança de estado com causa externa e os que exprimem uma mudança de estado com causa interna. Contam-se entre os primeiros: (i) aqueles em que a mudança de estado afecta a solidez ou

<sup>(9)</sup> Exemplo retirado dos *Diálogos de S. Gregório*, *apud* Mattos e Silva (1994: 63).

<sup>(10)</sup> Exemplo retirado de uma cantiga de Pedr'Amigo de Sevilha, *apud* Mattos e Silva (1994: 63).

<sup>(11)</sup> Exemplo retirado de uma cantiga de Pai Gomes Charinho, *apud* Mattos e Silva (1994: 63).

<sup>(12)</sup> Exemplo retirado de uma cantiga de D. Dinis, *apud* Mattos e Silva (1994: 65).

<sup>(13)</sup> Exemplo retirado da *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, *apud* Mattos e Silva (1994: 64).

<sup>(14)</sup> Exemplo retirado dos *Diálogos de S. Gregório*, *apud* Mattos e Silva (1994: 63).

<sup>(15)</sup> Cf. Levin e Rappaport Hovav (1995) para o inglês, e Mendikoetxea (1999) para o espanhol.

rigidez do objecto (e.g., *fracturar, rasgar, romper*); (ii) aqueles que exprimem a forma como a mudança de estado deteriora ou destrói o objecto (e.g., *apodrecer, atrofiar, queimar*); (iii) aqueles em que a mudança de estado afecta a forma ou a consistência, em função do modo como são tratados ou manipulados (e.g., *cozer, dobrar, fritar*); (iv) aqueles que exprimem o modo como aparece, desaparece ou se restabelece a sua integridade (e.g., *cicatrizar, derreter, dissipar*); (v) aqueles que exprimem o aspecto do objecto no estado resultante da mudança (e.g., *cristalizar, estilhaçar, fossilizar*); (vi) aqueles que exprimem transições de vários tipos (e.g., *abrir, adormecer, aumentar*).

Alguns dos verbos acima exemplificados são verbos de alternância causativa (ver 10.2), apresentando uma variante inacusativa e uma variante transitiva, como se pode observar nos exemplos (17):

- (17) (a) A Maria derreteu [a manteiga]<sub>Tema</sub>  
 (b) [A manteiga]<sub>Tema</sub> derreteu.
- (18) (a) O João abriu [a porta]<sub>Tema</sub>  
 (b) [A porta]<sub>Tema</sub> abriu-se.

Como já foi referido em 10.2., as variantes causativa e inacusativa estão relacionadas de uma forma sistemática, que se pode sintetizar do seguinte modo: o argumento interno directo da variante causativa ocorre como sujeito da forma inacusativa e o argumento externo da variante causativa não está disponível na variante inacusativa nem mesmo sob a forma de agente implícito.

A primeira destas propriedades é demonstrável pelo facto de o argumento interno directo da variante inacusativa ser pronominalizável pela forma nominativa do pronome pessoal (cf. (19)) e determinar a concordância verbal (cf. (20)):

- (19) (a) Ela derreteu.  
 (b) Ela abriu-se.
- (20) (a) Os cubos de gelo derreteram.  
 (b) Os fechos da mala abriram-se.

Quanto à segunda propriedade acima referida, que distingue a variante inacusativa de verbos de alternância causativa de frases passivas (ver adiante), demonstra a impossibilidade de ocorrência de um sintagma preposicional agentivo, de advérbios orientados para o agente (como *deliberadamente, intencionalmente, propositadamente*) e de orações finais — vejam-se os contrastes entre os exemplos (a) e (b)-(c), respectivamente, de (21), (22) e (23):





Uma vez que a operação lexical de Redução suprime o papel temático externo, o verbo perde a capacidade de legitimar casualmente o seu argumento interno directo, pelo que a forma resultante da operação de Redução tem as propriedades de um verbo inacusativo.

Com certos verbos de alternância causativa, esta operação de Redução exige uma marcação morfológica na sintaxe, sob a forma de um clítico pseudo-reflexo, como acontece com *afundar-se*, *rasgar-se*. Com outros verbos, tal marcação é possível mas não obrigatória, como é o caso de *derreter(-se)*, *queimar(-se)*. Outros verbos ainda não a exigem nem admitem, como acontece com *acabar*, *aumentar*.

O facto de o clítico que ocorre associado à variante inacusativa de certos verbos de alternância causativa ter propriedades distintas das dos verdadeiros reflexos (veja-se, por exemplo, o contraste entre os exemplos (26) e (27)) e o facto de ele marcar a variante não causativa destes verbos levou muitos autores a denominá-lo *-se anticausativo* <sup>(20)</sup>, designação que aqui se adopta igualmente.

### 13.1.2. Frases com verbos inacusativos que denotam eventos com causa interna

Considerem-se agora as construções definidas por verbos inacusativos que denotam eventos com causa interna. Contam-se entre eles verbos não agentivos: (i) que exprimem uma reacção física ou psíquica (e.g., *corar*, *desmaiar*, *empalidecer*); (ii) de emissão perceptível através dos sentidos (e.g., *explodir*, *flamejar*) <sup>(21)</sup>; (iii) de mudança de estado devida a causa interna (e.g., *crescer*, *florir*, *morrer*) <sup>(22)</sup>.

Estes verbos não possuem uma variante causativa (veja-se o contraste entre (31) e (32)), e só podem ser utilizados com uma interpretação causativa em construções sintácticas complexas como as ilustradas em (33):

- (31) (a) A Maria empalideceu.  
 (b) A bomba explodiu.  
 (c) As rosas já floriram.

<sup>(20)</sup> Ver, entre outros, Zubizarreta (1985). A designação *-se ergativo*, utilizada por alguns autores, não será utilizada aqui pelas razões explicitadas na nota 1 deste capítulo.

<sup>(21)</sup> Embora a maioria dos verbos desta classe sejam inergativos, como acontece com *brilhar*, *cintilar*, *faiscar*, *chorar*, *crepitar*, *gemer*.

<sup>(22)</sup> Cf. Levin e Rappaport Hovav (1995) para o inglês, e Mendikoetxea (1999) para o espanhol.

- (32) (a) \*O susto empalideceu a Maria.  
 (b) \*A brigada de minas e armadilhas explodiu a bomba.  
 (c) \*A temperatura amena já floriu as rosas.  
 (33) (a) O susto fez a Maria empalidecer.  
 (b) A brigada de minas e armadilhas fez explodir a bomba.  
 (c) A temperatura amena já fez florir as rosas.

As construções definidas por este tipo de verbos inacusativos distinguem-se das definidas por verbos inacusativos de mudança de estado devida a causa externa pelo facto de não admitirem adjuntos do tipo *por si só* — veja-se o contraste entre os exemplos (34) e (35):

- (34) (a) \*A Maria empalideceu *por si só*.  
 (b) \*A bomba explodiu *por si só*.  
 (c) \*As rosas já floriram *por si só*.  
 (35) (a) A porta abriu-se *por si só*.  
 (b) A manteiga derreteu *por si só*.

Por outro lado, e dado que denotam mudanças de estado devida a causa interna, existem restrições muito fortes sobre os argumentos internos directos destes verbos inacusativos: assim, só seres humanos com certas cores de pele podem *empalidecer*, só flores podem *florir*, etc.

Finalmente, estes verbos têm uma distribuição menos uniforme e mais reduzida do que a variante inacusativa dos verbos de alternância causativa — vejam-se os exemplos (36) e (37):

- (36) (a) \*/?Empalidecida a Maria, ...  
 (b) Desmaiada a Maria, ...  
 (c) \* Ardido o pinhal, ...  
 (d) Florido o roseiral, ...  
 (37) (a) \*/?A Maria está empalidecida.  
 (b) A Maria está desmaiada.  
 (c) \* O pinhal está ardido.  
 (d) O roseiral está florido.

### 13.1.3. Frases com verbos inacusativos de movimento

Os verbos de movimento que denotam direcção inerente (como *cair, chegar/partir, descer/subir, entrar/sair, ir/vir*)<sup>(23)</sup> comportam-se como inacusativos (cf. (38)), embora apresentem uma distribuição mais reduzida do que a variante inacusativa dos verbos de alternância causativa. Assim, não admitem facilmente o adjunto *por si só*, uma vez que não denotam mudança de estado (cf. (39)) e a maioria deles não admite posição predicativa (cf. (40)):

- (38) (a) Caído o cortinado, ...  
 (b) Chegado o João, ...  
 (c) Entrados os atletas, ...  
 (39) (a) \*O João / a laranja caiu *por si só*.  
 (b) \*O João / o Inverno chegou *por si só*.  
 (40) (a) O cortinado está caído.  
 (b) \*O João está chegado.  
 (c) \*Os atletas estão idos.

Muitos verbos de movimento que denotam mudança de posição são verbos de alternância causativa, apresentando uma variante causativa e uma variante inacusativa, resultante da operação lexical de Redução Inacusativa, como acontece com *deitar / deitar-se, levantar / levantar-se e sentar / sentar-se*:

- (41) (a) O João deitou o bebé.  
 (b) O bebé deitou-se.

Mas, contrariamente ao que acontece com a variante inacusativa dos verbos de alternância causativa de mudança de estado, a variante inacusativa destes verbos está restringida a argumentos internos directos animados — compare-se (41) com (42):

- (42) (a) A menina sentou a boneca.  
 (b) \*A boneca sentou-se.

Repare-se, contudo, que este requisito de animacidade não determina que

<sup>(23)</sup> Cf. Levin e Rappaport Hovav (1995) para o inglês, e Mendikoetxea (1999) para o espanhol. Os verbos de movimento que denotam o modo do movimento, como *andar, correr, nadar, saltitar, serpentear*, são inergativos

as construções definidas pela variante inacusativa destes verbos sejam construções reflexas, como o prova o facto de não admitirem a ocorrência das formas de redobro características dos verdadeiros reflexos:

- (43) (a) \*O João levantou-se *a si próprio*.  
 (b) \*O bebé deitou-se *a si próprio*.

### 13.2. Frases passivas

Considerem-se os seguintes exemplos:

- (1) (a) O Luís ofereceu o livro à Maria.  
 (b) O livro foi oferecido à Maria pelo Luís.

Os exemplos apresentados em (1) descrevem sensivelmente o mesmo tipo de situação e obedecem às mesmas condições de verdade. Desde a tradição gramatical greco-latina que se considera que a diferença entre (1a) e (1b) reside na *diátese* ou seja, no modo como é perspectivada a situação descrita pela frase: em (1a) tal situação é perspectivada a partir da entidade com o papel temático externo, enquanto em (1b) se perspectiva a situação descrita pela frase a partir da entidade com o papel temático interno (directo). No primeiro caso, a frase tem uma *diátese activa* e, no segundo, uma *diátese passiva*.

As formas de expressão da *diátese passiva* variam inter- e intralinguisticamente. Assim, paralelamente a (1b), encontramos em português frases passivas como (2):

- (2) (a) Os artigos publicaram-se no último número da revista.  
 (b) Os artigos estão publicados no último número da revista.

A construção passiva ilustrada por (1b) denomina-se *passiva sintáctica* ou *perifrástica*, a exemplificada em (2a) *passiva de -se*, e a ilustrada por (2b) *passiva adjectival*, resultativa ou de estado.

De cada uma delas se ocuparão as secções seguintes.

### 13.2.1. Passivas sintácticas

Considerem-se de novo os exemplos (1a, b), aqui repetidos como (3):

- (3) (a) O Luís ofereceu o livro à Maria.  
(b) O livro foi oferecido à Maria pelo Luís.

Frases activas como (3a) e passivas sintácticas como (3b) relacionam-se de uma forma sistemática, que se pode descrever do seguinte modo: (i) o constituinte com a relação gramatical de sujeito da passiva, tem, na activa correspondente, a relação gramatical de objecto directo; (ii) o constituinte introduzido pela preposição *por* na passiva, a que chamaremos *sintagma por* <sup>(24)</sup>, tem, na activa correspondente, a relação gramatical de sujeito; (iii) existe constância de papel temático entre sujeito da passiva e objecto directo da activa correspondente e entre *sintagma por* e sujeito da activa correspondente; (iv) ocorre na passiva uma forma do auxiliar *ser*, ausente da activa correspondente, seguida de uma forma participial; (v) a forma participial presente na passiva concorda em género e número com o sujeito.

Considere-se mais atentamente cada uma das propriedades acima referidas. No que respeita à propriedade referida em (i), vejam-se os resultados dos testes de pronominalização aplicados às frases (3) em (4a, b) e o facto de tal constituinte determinar a concordância verbal (cf. (4b, c)):

- (4) (a) O Luís ofereceu-o à Maria.  
(b) *Ele* foi oferecido à Maria pelo Luís.  
(c) *Os livros foram* oferecidos à Maria pelo Luís.  
(d) \**Os livros foi* oferecidos à Maria pelo Luís.

Quanto à propriedade enunciada em (ii), o SN regido pela preposição *por* numa passiva sintáctica tem, na frase activa correspondente, a relação gramatical de sujeito — vejam-se os resultados do teste de pronominalização aplicados às frases (3):

- (5) (a) *Ele* ofereceu o livro à Maria.  
(b) O livro foi oferecido à Maria *por ele*.

<sup>(24)</sup> A tradição gramatical luso-brasileira denomina-o complemento agente da passiva: cf. Cunha e Cintra (1984: 148), Bechara (1999: 434-435).

No que respeita à propriedade enunciada em (iii), o constituinte com a relação gramatical de sujeito de uma passiva sintáctica tem o mesmo papel temático que o objecto directo da frase activa correspondente — comparem-se as frases (a) e (b) de (6)-(8):

- (6) (a) [O livro]<sub>TEMA</sub> foi oferecido à Maria pelo Luís.  
(b) O Luís ofereceu [o livro]<sub>TEMA</sub> à Maria.  
(7) (a) [O primo pequeno]<sub>EXPERIENCIADOR</sub> foi assustado pelo Pedro.  
(b) O Pedro assustou [o primo pequeno]<sub>EXPERIENCIADOR</sub>.  
(8) (a) [O canivete]<sub>INSTRUMENTO</sub> foi usado para cortar o pão.  
(b) Usaram [o canivete]<sub>INSTRUMENTO</sub> para cortar o pão.

Como os exemplos (9)-(11) mostram, o SN contido no *sintagma por* é interpretado como tendo um papel temático idêntico ao do constituinte com a relação gramatical de sujeito da paráfrase activa <sup>(25)</sup>:

- (9) (a) O transporte de valores foi assaltado [por [três homens mascarados]<sub>AGENTE</sub>].  
(b) [Três homens mascarados]<sub>AGENTE</sub> assaltaram o transporte de valores.  
(10) (a) As colheitas foram destruídas [pel[a tempestade]<sub>CAUSADOR</sub>].  
(b) [A tempestade]<sub>CAUSADOR</sub> destruiu as colheitas.  
(11) (a) A Maria é odiada [por [todos os colegas]<sub>EXPERIENCIADOR</sub>].  
(b) [Todos os colegas]<sub>EXPERIENCIADOR</sub> odeiam a Maria.

No que respeita à propriedade mencionada em (iv), note-se que a forma participial que se combina com o verbo auxiliar para formar o complexo verbal perde a propriedade de marcar com acusativo o argumento interno directo — veja-se o contraste entre as frases (a) e (b) de (12) e (13):

- (12) (a) O Luís ofereceu-o à Maria.  
(b) \*Foi-o oferecido à Maria pelo Luís.  
(13) (a) Três homens mascarados assaltaram-no.  
(b) \*Foi-o assaltado por três homens mascarados.

<sup>(25)</sup> Esta propriedade foi notada originalmente em Jaeggli (1986).

Quanto à propriedade enunciada em (v), veja-se o contraste de gramaticalidade entre as frases (14) e (15):

- (14) (a) *A pasta foi comprada* pelo Luís.  
(b) *Os livros foram comprados* pelo Luís.  
(c) *As revistas foram compradas* pelo Luís.  
(15) (a) \**A pasta foi comprado* pelo Luís.  
(b) \**Os livros foram comprado* pelo Luís.  
(c) \**As revistas foram comprado* pelo Luís.

Assinale-se finalmente que, na passiva sintáctica, o SN regido pela preposição *por* é opcional, ao contrário do que acontece nas frases activas, em que tal SN tem de estar expresso sintacticamente quer sob a forma de um SN lexical quer sob a forma de um sujeito nulo com referência definida ou arbitrária:

- (16) (a) O livro foi oferecido à Maria.  
(b) O transporte de valores foi assaltado.  
(c) As colheitas foram destruídas.  
(17) (a) O Luís ofereceu o livro à Maria.  
(b) [-]<sub>def</sub> / [-]<sub>erb</sub> assaltaram o transporte de valores.  
(c) A tempestade destruiu as colheitas.

Dadas as propriedades das passivas sintácticas acima descritas, colocam-se duas questões. A primeira diz respeito à relação entre a forma verbal presente na passiva sintáctica e a que ocorre na activa correspondente, dado o Princípio da Uniformidade Lexical proposto em 13.1, e aqui repetido como (18); a segunda envolve o estatuto do sintagma *por* que ocorre opcionalmente nas passivas sintácticas.

- (18) *Princípio da Uniformidade Lexical*  
Cada conceito verbal corresponde a uma entrada lexical com uma estrutura temática.

Considere-se em primeiro lugar o estatuto do sintagma *por* que ocorre nas passivas sintácticas. Como os dados apresentados em (6)-(8) e (9)-(11) mostram, há constância de papéis temáticos na forma activa e na forma passiva: mais especificamente, o sintagma *por* é interpretado como tendo um papel temático idêntico ao do argumento externo da frase activa correspondente. Esta propriedade distingue o sintagma *por* que ocorre nas passivas sintácticas dos sintagmas preposicionais introduzidos por *por* internos a projecções máximas de nomes e

adjectivos deverbais<sup>(26)</sup>. Com efeito, como os exemplos (19)-(20) mostram, neste último contexto só o constituinte correspondente ao que recebe o papel temático externo de Agente / Causador pode ser introduzido por *por* e, inversamente, constituintes correspondentes ao que recebe o papel temático interno directo podem ocorrer regidos pela preposição *por* (cf. (21)):

- (19) (a) [O professor]<sub>AGENTE</sub> classificou os testes.  
(b) a classificação dos testes *pelo professor*  
(c) os testes classificáveis *pelo professor*  
(20) (a) [Os miúdos]<sub>EXPERIENCIADOR</sub> temem o escuro.  
(b) \*o temor do escuro *pelos miúdos*  
(c) \*os monstros temíveis *pelos miúdos*  
(21) (a) [Os miúdos]<sub>EXPERIENCIADOR</sub> admiram [os heróis]<sub>TEMA</sub>.  
(b) a admiração dos miúdos *pelos heróis*

A opcionalidade do sintagma *por* nas passivas sintácticas poderia favorecer a ideia de que tal constituinte tem um estatuto de adjunto. Contudo, mesmo nas passivas sintácticas em que ele não ocorre, o papel temático externo está implicado, como mostra o facto de, quando nelas ocorre um verbo agentivo, ser possível a presença de advérbios orientados para o agente e de adjuntos finais cujo sujeito é controlado pelo argumento externo implícito:

- (22) (a) Os dois reféns foram mortos *intencionalmente*.  
(b) O banco foi assaltado *para roubar dólares*.

De entre os vários argumentos que favorecem a ideia de que o sintagma *por* tem um estatuto argumental, retenha-se o seu comportamento sob extracção em certas construções de retoma anafórica.

Como os exemplos seguintes mostram, o sintagma *por* comporta-se como os argumentos e não como os adjuntos quando extraído de ilhas fracas como a *Ilha Factiva* (cf. (23)) e a *Ilha da Frase Extraposta* (cf. (24))<sup>(27)</sup>:

<sup>(26)</sup> Esta diferença de comportamento foi originalmente notada em Jaeggli (1986). Autores que defendem o estatuto não argumental do sintagma *por*, como Zubizarreta (1988) e Grimshaw (1990), não têm em conta esta diferença, já que muitos dos argumentos que apresentam se baseiam precisamente no comportamento de sintagmas preposicionais encabeçado pela preposição *por* em projecções máximas de nomes e adjectivos deverbais.

<sup>(27)</sup> O constituinte-ilha está contido entre os parêntesis a negro. Sobre o conceito de *Ilha Factiva*, ver capítulo 15. Para mais argumentos a favor do estatuto argumental do sintagma *por* vejam-se, entre outros, Goodall (1998a, 1998b) para o inglês e Santos (1999b) para o português.

MATEUS, M.H.M. et al. Gramática da Língua Portuguesa. Capítulo 13.1. Ilha Factiva

- (23) (a) [O que] lamentas [que tenha sido escrito [-]]?  
 (b) [Quem] lamentas [que [-] tenha escrito esse livro]?  
 (c) [Por quem] lamentas [que tenha sido escrito esse livro [-]]?  
 (d) \*[Para que] lamentas [que o romancista tenha escrito esse livro [-]]?  
 (e) \*[Como] lamentas [que o romancista tenha escrito esse livro [-]]?
- (24) (a) [O que] é conveniente [que o João critique [-]]?  
 (b) [Quem] é conveniente [que [-] critique esse artigo]?  
 (c) [Por quem] é conveniente [que esse artigo seja criticado [-]]?  
 (d) \*[Onde] é conveniente [que o João critique esse artigo [-]]?  
 (e) \*[Como] é conveniente [que o João critique esse artigo [-]]?

Como os exemplos (25) e (26) mostram, o sintagma *por* comporta-se como os argumentos e não como os adjuntos relativamente ao processo da Anáfora *fazer/lacontecer o mesmo*:

- (25) (a) O João devolveu os livros [no domingo]<sub>adjunto</sub> e a Maria fez o mesmo [no sábado]<sub>adjunto</sub>  
 (b) O João dançou [com a Maria]<sub>adjunto</sub> e o Pedro fez o mesmo [com a Ana]<sub>adjunto</sub>  
 (c) Os livros foram devolvidos [no domingo]<sub>adjunto</sub> e o mesmo aconteceu às revistas [no sábado]<sub>adjunto</sub> (o mesmo aconteceu = foram devolvidas)
- (26) (a) \*O João levou os livros [para a biblioteca]<sub>arg</sub> e a Maria fez o mesmo [para a livraria]<sub>arg</sub>  
 (b) \*Os livros foram levados [para a biblioteca]<sub>arg</sub> e aconteceu o mesmo às revistas [para a livraria]<sub>arg</sub>  
 (c) \*Os livros foram comprados [pelo João]<sub>arg</sub> e aconteceu o mesmo às revistas [pela Maria]<sub>arg</sub>

Em síntese, nas passivas sintácticas, o sintagma *por* recebe o papel temático externo, sendo por isso plausível que ocupe a posição de especificador de SV. Esta hipótese é corroborada por factos relativos à Teoria da Ligação (cf. capítulo 20). Assim, o SN contido no sintagma *por* pode ligar anáforas com a relação gramatical de objecto indirecto, o que indica que as c-comanda, enquanto o inverso não se verifica (28):

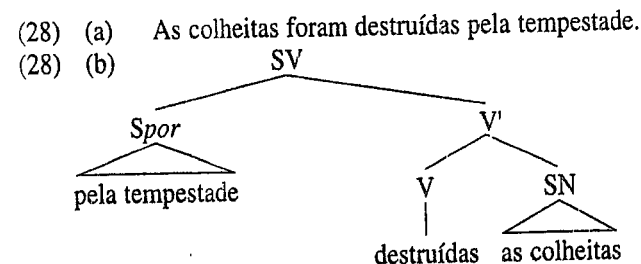
(28) Sobre este assunto, veja-se Goodall (1998a, 1998b).

? João foi para o Rio e a Maria fez o mesmo para São Paulo

- (27) (a) O pacote com a enciclopédia foi enviado pela Maria a *si própria*.  
 (b) \*O pacote com a enciclopédia foi enviado por *si própria* à Maria.

Se o sintagma *por* que ocorre nas passivas sintácticas se comporta como argumento externo da forma participial, isto significa que na formação deste tipo de construção não intervém qualquer operação lexical sobre papéis temáticos. Pode então atribuir-se a diferença entre estas construções e as frases activas correspondentes ao efeito da morfologia passiva que se combina com o verbo para formar a forma participial: ela absorve (ou elimina) o Caso acusativo, impedindo que o verbo legitime casualmente o seu argumento interno directo (29). Esta absorção (ou eliminação) desencadeia uma estratégia de legitimação do argumento interno directo idêntica à que caracteriza as construções com verbos inacusativos: o argumento tem de ser movido para uma posição acessível a Caso Nominativo (30).

Assim, a representação sintáctica inicial do SV participial de uma frase como (28a) é a que se apresenta em (28b):



A concordância em género e número da forma participial com o argumento interno directo do verbo pode atribuir-se à presença nestas frases de um núcleo funcional adicional, situado entre o verbo auxiliar e a projecção máxima definida pela forma participial, para onde se deslocam a forma participial e o argumento interno directo, denominada Conc(ordância do) Part(icipio) Pas(sado) (31) —

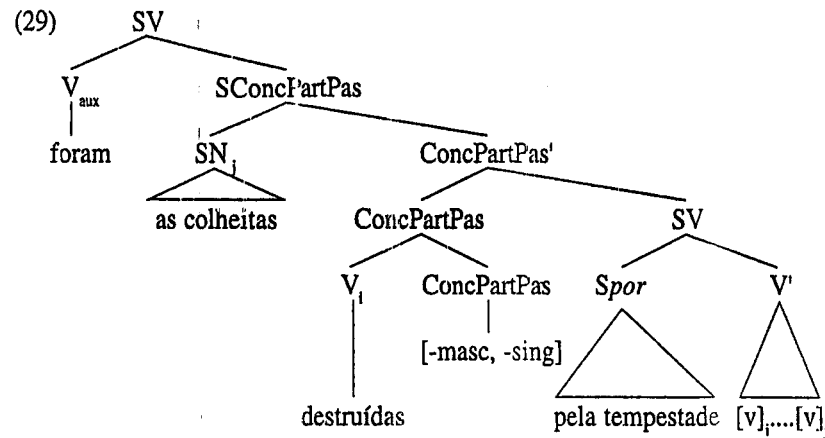
(29) Esta é a proposta clássica de Chomsky (1981). Também Reinhart (2000) atribui à morfologia passiva o papel de absorção/eliminação do traço casual acusativo. Para uma análise que considera que a passiva se distingue tipologicamente pela obrigatoriedade vs. possibilidade de o morfema passivo receber Caso acusativo, veja-se Goodall (1993).

(30) Neste contexto, faz sentido retomar a proposta de Zubizarreta (1985) de considerar a preposição que encabeça o sintagma *por* uma preposição semanticamente vazia, inserida para legitimar casualmente o argumento externo.

(31) Sobre este assunto, vejam-se as propostas de estrutura do participio passado com concordância de Kayne (1985) para o francês e o italiano, de Belletti (1990, 1993) para o italiano, e de Colaço e Gonçalves (1994) para o português.

Roberts & Johnson (1999)

veja-se a subconfiguração apresentada em (29), que representa uma etapa intermédia da derivação de (28a):



Nas **passivas sintácticas pessoais** como a exemplificada em (28a), o argumento interno directo do particípio passivo, para além de ter a relação gramatical de sujeito, é interpretado como tópico, deslocando-se para a posição de especificador de SFlex, onde é legitimado casualmente com Caso nominativo. Nas **passivas sintácticas impessoais**, como as ilustradas por (30), o argumento interno directo desloca-se até à posição de especificador do SV superior, onde é legitimado casualmente com Nominativo, sob c-comando do verbo auxiliar amalgamado com Flex:

- (30) (a) Foram destruídas todas as colheitas pela tempestade.  
 (b) Foram encomendadas novas revistas para a biblioteca do departamento.  
 (c) Foi encontrado um fóssil de um dinossáurio herbívoro.

As construções passivas pessoais e impessoais distinguem-se pela possibilidade de o argumento interno directo controlar a referência do sujeito de uma oração subordinada não finita<sup>(32)</sup> — veja-se o contraste de gramaticalidade entre (31) e (32):

<sup>(32)</sup> Sobre a distinção entre construções passivas pessoais e impessoais, veja-se Perlmutter (1983).

- (31) (a) [Os meninos]<sub>i</sub> foram obrigados [a [-], arrumar os brinquedos].  
 (b) [Tendo [-], arrumado os brinquedos], [os meninos]<sub>i</sub> foram felicitados.  
 (c) [Arrumados [-]<sub>i</sub> os brinquedos], [os meninos]<sub>i</sub> foram felicitados.  
 (32) (a) \*Foram obrigados [os meninos]<sub>i</sub> [a [-]<sub>i</sub> arrumar os brinquedos].  
 (b) \*[Tendo [-], arrumado os brinquedos], foram felicitados [os meninos]<sub>i</sub>.  
 (c) \*[Arrumados [-]<sub>i</sub> os brinquedos], foram felicitados [os meninos]<sub>i</sub>.

### Restrições sobre os verbos que podem ocorrer em passivas sintácticas

Nas passivas sintácticas apenas podem ocorrer formas participiais de verbos ditransitivos e transitivos. Como a agramaticalidade dos exemplos (33) mostra, não podem ocorrer em passivas sintácticas formas participiais de verbos inergativos (cf. (33a)), de verbos inacusativos (cf. (33b)) e de verbos que seleccionam argumentos internos preposicionais (cf. (33c)) ou que assumem superficialmente uma forma preposicional (cf. (33d)):

- (33) (a) \*O João foi tossido (pelo fumo).  
 (b) \*O telhado foi caído (pelo vendaval).  
 (c) \*O João foi telefonado (pelo Pedro).  
 (d) \*O espectáculo foi gostado (pelos críticos).

Note-se que, mesmo quando os verbos inergativos são construídos com objectos cognatos, como nos exemplos (34), não admitem passiva sintáctica, como se pode observar pela agramaticalidade dos exemplos (35):

- (34) (a) A Maria chorou lágrimas de raiva.  
 (b) O Pedro nadou 10 piscinas.  
 (35) (a) \*Foram choradas lágrimas de raiva pela Maria.  
 (b) \*Foram nadadas dez piscinas pelo Pedro.

Da mesma forma, verbos de dois lugares como *medir*, *pesar*, quando se constroem com um sujeito com o papel de Tema, não podem ocorrer em passivas sintácticas, como mostra a agramaticalidade de (37):

- (36) (a) O João pesava 85 quilos quando tinha trinta anos.  
 (b) O móvel mede 2.50m de comprimento.  
 (37) (a) \*85 quilos foram pesados pelo João quando tinha trinta anos.  
 (b) \*2.50m são medidos pelo móvel.

Formas participiais de verbos (transitivos) estativos de posse estão igualmente excluídas das passivas sintácticas, como se pode observar através dos exemplos (38):

- (38) (a) \*O BMW encarnado é tido pelo filho mais velho.  
(b) \*A quinta com um solar do século XVI é possuída pela família desde há pouco tempo.

O mesmo acontece com construções com verbos leves em que o argumento externo tenha o papel de Alvo — veja-se o contraste entre (39a), em que o argumento externo tem o papel temático de Agente, e (39b):

- (39) (a) A sova foi dada [por três meliantes armados]<sub>AGENTE</sub>  
(b) \*A sova foi apanhada [pelo refém que ousou protestar]<sub>ALVO</sub>

Existem igualmente restrições de natureza aspectual relacionadas com a distinção perfectivo/imperfectivo que afectam as passivas sintácticas. Assim, os verbos télicos admitem dificilmente passivas sintácticas em tempos imperfectivos como o presente e o imperfeito, quando a situação descrita não tem o valor de habitualidade<sup>(33)</sup> — veja-se o contraste entre (40) e (41):

- (40) (a) A janela foi aberta pelo gato Riscado.  
(b) A janela era frequentemente aberta pelo gato Riscado.  
(c) A esperança de paz foi liquidada pela nova vaga de atentados.  
(d) A esperança de paz é sistematicamente liquidada por novos atentados.  
(41) (a) \*A janela era aberta pelo gato Riscado. (\*, na interpretação não habitual)  
(b) \*A esperança de paz é liquidada pela nova vaga de atentados.

Pelo contrário, formas participiais de verbos atélicos admitem passivas sintácticas tanto em tempos perfectivos como imperfectivos:

- (42) (a) Cleópatra foi amada por dois homens célebres.  
(b) Cleópatra era amada por dois homens célebres.

<sup>(33)</sup> Sobre a oposição perfectivo / imperfectivo e o conceito de interpretação habitual, ver capítulo 6.

Assinale-se ainda que, quando um verbo possui duas formas participiais, uma regular e outra forte, é em geral a forma forte que ocorre nas passivas sintácticas, como se pode observar nos exemplos (43):

- (43) (a) A encomenda foi aceite / entregue pelo meu irmão.  
(b) O guarda-redes foi expulso / salvo pelo árbitro.  
(c) O assaltante foi morto / solto pela polícia.

### 13.2.2. Passivas de -se

Paralelamente às passivas sintácticas descritas na secção anterior, existem em português (e nas restantes línguas românicas) **passivas de -se**, a que a tradição gramatical tem chamado passivas pronominais ou passivas reflexas<sup>(34)</sup> — vejam-se os exemplos (44):

- (44) (a) Os artigos publicaram-se propositadamente no último número da revista.  
(b) O canivete usou-se para cortar o pão.

Tal como se viu que acontecia nas frases com verbos inacusativos e nas passivas sintácticas, o constituinte interpretado como argumento interno directo do verbo tem a relação gramatical de sujeito, como se pode ver pelo facto de ser ele que controla a concordância verbal — compare-se (44) com (45):

- (45) (a) *Esse artigo publicou-se* no último número da revista.  
(b) *Os três canivetes usaram-se* para cortar o pão.

Ao contrário do que acontece nas passivas sintácticas, nas passivas de -se o argumento interno directo tem obrigatoriamente traços de terceira pessoa gramatical. Mas tal como se observa nas passivas sintácticas, também nas passivas de -se existe constância de papéis temáticos entre o constituinte que ocorre como sujeito e o constituinte com o papel temático interno directo da activa correspondente:

- (46) (a) [Os artigos]<sub>TEMA</sub> publicaram-se propositadamente no último número da revista.  
(b) [O canivete]<sub>INSTRUMENTO</sub> usou-se para cortar o pão.

<sup>(34)</sup> Cf. Cunha e Cintra (1984: 150), Bechara (1999: 435).

- (47) (a) Publicaram [os artigos]<sub>TEMA</sub> no último número da revista.  
 (b) Usaram [o canivete]<sub>INSTRUMENTO</sub> para cortar o pão.

A possibilidade de ocorrência de um advérbio orientado para o Agente (cf. (46a)) e de um adjunto final cujo sujeito é controlado pelo argumento implícito da passiva (cf. (46b)) indicam que nas passivas de *-se* o papel temático externo está presente. Por outro lado, como mostram as paráfrases activas (cf. 47), o argumento Agente / Causador recebe uma interpretação arbitrária. Finalmente, a agramaticalidade de frases como (48) mostra que tal argumento não pode ser expresso através do sintagma *por*:

- (48) (a) \*Os artigos publicaram-se no último número da revista *pele editor*.  
 (b) \*O canivete usou-se *por alguém* para cortar o pão.

As três propriedades das passivas de *-se* acima referidas podem ser captadas se se considerar que, nestas construções, é o clítico *-se* que recebe o papel temático externo do verbo, ocupando, por isso, na representação sintáctica inicial, a posição de especificador do SV. A impossibilidade de legitimação casual do argumento interno directo com Caso acusativo, que, no caso das passivas sintácticas, se atribuiu à presença da morfologia passiva, pode, nas passivas de *-se*, ser atribuído à presença do clítico: ele absorve (ou elimina) o traço casual acusativo do verbo, forçando o argumento interno directo a deslocar-se para aceder ao Caso nominativo<sup>(35)</sup>.

Em português, como nas restantes línguas românicas de sujeito nulo, são mais frequentes as passivas de *-se* impessoais, com o argumento interno directo indefinido ou constituído por um nome simples:

- (49) (a) Publicaram-se recentemente três trabalhos sobre esse tema.  
 (b) Encontraram-se vestígios de povoados neolíticos na região.

Note-se finalmente que construções de *-se* com um verbo transitivo ou ditransitivo na terceira pessoa do singular como as exemplificadas em (50) são sistematicamente ambíguas entre uma interpretação de passiva de *-se* e de frase activa com *-se* nominativo:

<sup>(35)</sup> Sobre este assunto, veja-se Belletti (1982) e Cinque (1988) e, para o português, Duarte, Matos, Gonçalves e Ribeiro (2001). Posição diferente é assumida em análises unificadas da passiva de *-se* e de *-se* impessoal como as de Raposo e Uriagereka (1996) para o português e Dobrovie-Sorin (1999) para o romeno, o italiano e o francês. Ver também 20.5.

- (50) (a) Descobriu-se uma fuga no reactor nuclear.  
 Int 1: Foi descoberta uma fuga no reactor nuclear.  
 Int. 2: Alguém descobriu uma fuga no reactor nuclear.  
 (b) Assaltou-se uma carrinha de transporte de valores.  
 Int 1: Foi assaltada uma carrinha de transporte de valores.  
 Int. 2: Alguém assaltou uma carrinha de transporte de valores.

### 13.2.3. Passivas adjectivais

As passivas adjectivais, também denominadas passivas de estado ou passivas resultativas, são construções como as ilustradas em (51):

- (51) (a) A cidade está destruída.  
 (b) Amanhã, a notícia já estará divulgada.  
 (c) A janela estava fechada por causa do frio.

Frases como (51) partilham uma propriedade com as passivas sintácticas e as passivas de *-se*: o constituinte com a relação gramatical de sujeito corresponde ao argumento interno directo do verbo a partir do qual a forma participial é formada.

Contudo, as passivas adjectivais apresentam um conjunto de propriedades que as distinguem das restantes construções passivas.

Assim, ocorrem nesta construção o verbo *estar* e outros verbos copulativos, como se pode observar nos exemplos (51) e (52):

- (52) (a) A cidade *ficou* destruída.  
 (b) Os escritórios *encontram-se* encerrados desde o mês passado.  
 (c) As pessoas *andam* assustadas com o aumento da criminalidade.

Por outro lado, vários argumentos favorecem a ideia de que a forma participial presente nas passivas adjectivais é categorialmente um adjectivo (e não um verbo, como nas passivas sintácticas), formado por um processo morfológico de conversão<sup>(36)</sup>.

<sup>(36)</sup> Para argumentos a favor da natureza adjectival da forma participial nas passivas resultativas, veja-se, entre outros, Wasow (1977) e Levin e Rappaport (1986) para o inglês, Santos (1999b) e Mendes (1994, 2001) para o português. Posição diferente é assumida para o português em Marques (1998).



O primeiro argumento a favor do estatuto adjectival das formas participiais presentes nesta construção reside em contrastes como o que se observa entre (53) e (54):

- (53) (a) Essa reacção revelou-se inesperada.  
 (b) A escultura continua inacabada.  
 (54) (a) \*Essa reacção foi inesperada por todos.  
 (b) \*A escultura foi inacabada pelo artista.

Com efeito, ocorrem nas frases (53) formas participiais com o prefixo *i(n)-* que não correspondem a verbos existentes em português (*\*inesperar*, *\*inacabar*), pelo que as passivas sintácticas apresentadas em (54) são agramaticais<sup>(37)</sup>.

Um segundo argumento a favor da natureza adjectival das formas participiais nesta construção é o facto de elas admitirem, como os restantes adjectivos e contrariamente aos verbos, sufixos diminutivos — veja-se o contraste de gramaticalidade entre as passivas adjectivais apresentadas em (55) e as passivas sintácticas ilustradas em (56):

- (55) (a) O teorema está bem explicadinho no livro.  
 (b) A lei ficou discutidinha até ao último pormenor.  
 (c) A sopa está comidinha.  
 (d) O João continua assustadinho com a notícia.  
 (56) (a) \*O teorema foi explicadinho no livro.  
 (b) \*A lei foi discutidinha pelos deputados até ao último pormenor.  
 (c) \*A maçã foi comidinha pelo João.  
 (d) \*O João foi assustadinho (pela a notícia).

Um terceiro argumento a favor da natureza adjectival das formas participiais nesta construção reside no facto de ela admitir formas participiais derivadas de verbos inacusativos, contrariamente às passivas sintácticas, que apenas admitem formas participiais de verbos ditransitivos e transitivos — veja-se o contraste de gramaticalidade entre as passivas adjectivais exemplificadas em (57) e as passivas sintácticas ilustradas em (58):

- (57) (a) O teu neto está (muito) crescido.  
 (b) A vítima do acidente ficou desmaiada durante duas horas.  
 (c) A hortênsia continua florida.  
 (58) (a) \*O teu neto foi crescido (com o desporto que pratica).  
 (b) \*A vítima do acidente foi desmaiada (por causa da violência do embate).  
 (c) \*A hortênsia foi florida em Junho (devido às condições climáticas).

Sendo a forma participial que ocorre nestas construções um adjectivo, o verbo flexionado que com ela se combina não pode ser um verbo auxiliar, uma vez que esta classe de verbos apenas selecciona constituintes encabeçados por verbos como seus complementos. Assim, os verbos que ocorrem nas passivas adjectivais são **verbos copulativos**, pelo que a estrutura sintáctica das passivas adjectivais é idêntica à das frases copulativas, e será descrita na secção deste capítulo que se ocupa destas construções (ver adiante, 13.4).

Do ponto de vista interpretativo, enquanto as passivas sintácticas focalizam a transição sofrida pelo argumento com o papel temático interno directo, as passivas adjectivais focalizam o estado resultante da transição sofrida. Esta interpretação aspectual das passivas adjectivais está plausivelmente na origem de restrições sobre os verbos a partir dos quais podem ser derivados os adjectivos que nelas ocorrem<sup>(38)</sup>.

Assim, não podem ocorrer nas passivas adjectivais adjectivos derivados a partir de verbos atéllicos psicológicos, que denotam geralmente estados permanentes (ou, pelo menos, com alguma permanência) — veja-se a agramaticalidade dos exemplos (59)<sup>(39)</sup>:

- (59) (a) \*A Maria estava amada.  
 (b) \*Esse problema está temido.

Pelo contrário, são legítimos em passivas adjectivais adjectivos formados a partir de verbos atéllicos locativos, ocorrendo neste caso tipicamente o constituinte com interpretação locativa precedido da preposição *de*:

- (60) (a) A aldeia está rodeada de montanhas.  
 (b) O cume da serra da Estrela continua coberto de neve.

<sup>(37)</sup> Vejam-se os seguintes exemplos de adjectivos com o prefixo *i(n/m)-* formados a partir de participios passados de verbos transitivos que não admitem tal prefixo:

• Adjectivo com o prefixo *i(n/m)-*: *inatingido* *inconsolado* *indeterminado* *insaciado*  
 • Verbo correspondente: *atingir* *consolar* *determinar* *saciar*  
 • Verbo com o prefixo *i(n/m)-*: *\*inatingir* *\*inconsolar* *\*indeterminar* *\*insaciar*

<sup>(38)</sup> Sobre este assunto, veja-se Mendikoetxea (1999: 1623 ss.).

<sup>(39)</sup> Quando o verbo que ocorre nas passivas adjectivais é *estar* e o adjectivo é télico, está excluída a possibilidade de ocorrência do pretérito perfeito: *\*a cidade esteve destruída*, *\*o problema esteve resolvido*.

### 13.3. Construções médias

Considerem-se os seguintes exemplos:

- (1) (a) A tua letra lê-se bem.  
(b) Este tipo de tecido lava-se facilmente.  
(c) Os trabalhos bons corrigem-se com mais prazer.

As frases (1) são exemplo de **construções médias** <sup>(40)</sup>. Estas construções partilham propriedades que caracterizam a variante inacusativa dos verbos de alternância causativa e as passivas sintácticas e de *-se*. Com efeito, os verbos que nelas ocorrem são verbos transitivos, que seleccionam um argumento externo e um argumento interno directo, mas nestas construções apenas ocorre o argumento nominal com o papel temático interno — compare-se (1) com (2):

- (2) (a) O João lê (bem) a tua letra.  
(b) Lavo (facilmente) este tipo de tecido.  
(c) Os professores corrigem os trabalhos bons com mais prazer.

Tal como acontece nas construções acima mencionadas, também nestas o argumento interno tem a relação gramatical de sujeito, sendo substituível pela forma nominativa do pronome pessoal e determinando a concordância verbal:

- (3) (a) Ela lê-se bem.  
(b) Estes tecidos lavam-se facilmente.

Tal como acontece na variante inacusativa dos verbos de alternância causativa e nas passivas de *-se*, o papel temático externo não pode ser expresso por um constituinte do tipo do sintagma *por* — veja-se o contraste de gramaticalidade entre (1) e (4):

- (4) (a) \*A tua letra lê-se bem *por qualquer pessoa*.  
(b) \*Este tipo de tecido lava-se facilmente *pelas lavadeiras experientes*.  
(c) \*Os trabalhos bons corrigem-se com mais prazer *pelos professores*.

<sup>(40)</sup> Sobre estas construções, vejam-se o trabalho clássico de Keyser e Roeper (1984), Chierchia (1989), Zribi-Hertz (1993) e Mendikoetxea (1999).

No entanto, duas outras propriedades distinguem as construções médias das outras construções acima referidas. Em primeiro lugar, a presença de advérbios como *bem*, *facilmente* ou de SPs de valor adverbial como *com mais prazer*, *com grande facilidade*, é obrigatória, como se pode observar pelo contraste entre (1) e (5):

- (5) (a) ? A tua letra lê-se.  
(b) \*/? Este tipo de tecido lava-se.  
(c) \*/? Os trabalhos bons corrigem-se.

Em segundo lugar, embora os exemplos (1) contenham verbos não estativos, são interpretados como a descrição de estados, de propriedades caracterizadoras dos constituintes nominais em posição pré-verbal, sendo parafraseáveis por frases como (6):

- (6) (a) A tua letra é legível.  
(b) Este tipo de tecido é lavável.  
(c) Os trabalhos bons são “corrigíveis” com mais prazer.

A interpretação estativa característica das construções médias explica que nelas o verbo ocorra tipicamente em tempos verbais imperfectivos como o presente e o imperfeito do indicativo — veja-se o contraste entre (1) e (7):

- (7) (a) \*A tua letra leu-se bem.  
(b) \*Este tipo de tecido lavou-se facilmente.  
(c) \*Os trabalhos bons corrigiram-se com mais prazer. (\*na interpretação média)

A interpretação estativa associada às construções médias pode ajudar a compreender a presença obrigatória de advérbios, sintagmas preposicionais e outros tipos de constituintes caracterizáveis como activadores de genericidade <sup>(41)</sup>.

Uma forma de captar a relação entre a forma verbal que ocorre nas frases activas e nas construções médias é considerar que esta última resulta de uma operação lexical sobre papéis temáticos que, contrariamente à que vimos estar envolvida na formação da variante inacusativa de verbos de alternância causativa, não reduz o papel temático externo mas antes o satura no léxico <sup>(42)</sup>. Esta ope-

<sup>(41)</sup> O termo é de Hernanz (1988), que inclui entre os activadores de genericidade verbos modais, advérbios de modo e de quantificação e operadores de polaridade.

<sup>(42)</sup> Sobre este assunto, veja-se Chierchia (1989) e Reinhart (2000).

ração, denominada **Saturação**, fecha existencialmente o papel temático externo, ou seja, faz dele uma variável ligada por um operador existencial, pelo que a posição de especificador de SV não pode ser preenchida por um SN argumental <sup>(43)</sup>.

Como se viu que acontecia no caso da operação lexical de *Redução Inacusativa*, também a operação lexical de *Saturação* apresenta manifestações morfológicas.

Assim, como resultado da operação de *Saturação* que se aplica ao papel temático externo, e da absorção (ou eliminação) de Caso acusativo pela morfologia média, presente através do clítico *-se*, as construções médias apresentam as propriedades características das construções inacusativas: o argumento interno precisa de aceder ao Caso nominativo, pelo que ocorre como sujeito da frase.

Note-se finalmente que alguns verbos aceitam a construção média sem exigirem morfologia média explícita através do clítico *-se*, como se pode observar nos exemplos (8):

- (8) (a) Estas calças vestem bem.  
 (b) Esta tinta seca rapidamente.  
 (c) Este pavio queima mal.

É plausível assumir que, neste caso, e tal como acontece em línguas como o inglês, está presente uma morfologia média abstracta (i.e., sem realização lexical) com efeitos idênticos ao do clítico *-se*.

### 13.4. Frases copulativas

As **frases copulativas** ou predicativas são frases em que o verbo pertence à classe dos verbos copulativos, cujas propriedades foram descritas em 10.2.

Numa frase copulativa podem ocorrer à direita do verbo, com a relação gramatical de predicativo do sujeito, SNs, como em (1a), SAs, como em (1b), SPs, como em (1c) e SAdv, como em (1d):

- (1) (a) O João é médico.  
 (b) A Maria está linda.  
 (c) O carro ficou no parque subterrâneo.  
 (d) A praia é perto daqui.

<sup>(43)</sup> A operação de *Saturação* pode ser formulada como em (i):

(i)  $V(\theta_1, \theta_2) \rightarrow \exists x (V(x, \theta_2))$

Sobre este assunto, veja-se Reinhart (2000).

Nestas construções, o verbo copulativo não impõe quaisquer restrições de selecção à expressão com a relação gramatical de sujeito. Assim, o mesmo verbo pode co-ocorrer com sujeitos [ $\pm$  abst], [ $\pm$  hum] e [ $\pm$  anim] — vejam-se os exemplos (2) e (3):

- (2) (a) A situação está complicada.  
 (b) Esse livro está na estante.  
 (a) O João está doente.  
 (b) O gato está em cima do telhado.  
 (3) (a) O medo é paralisante.  
 (b) A minha casa é minúscula.  
 (c) O Paulo é antipático.  
 (d) Essa cobra é venenosa.

Pelo contrário, é o predicativo do sujeito que impõe restrições ao SN com a relação gramatical de sujeito — veja-se o contraste de gramaticalidade entre as frases (4) e (5):

- (4) (a) A Joana é ruiva  
 (b) A casa está sem telhas.  
 (c) Os cavalos são quadrúpedes.  
 (d) O céu está azul.  
 (5) (a) \*A casa é ruiva.  
 (b) \*O livro está sem telhas.  
 (c) \*Os triângulos são quadrúpedes.  
 (d) \*A tristeza está azul.

Adicionalmente, a escolha do verbo predicativo é condicionada pelo tipo de propriedade que o constituinte com a relação gramatical de predicativo do sujeito exprime. Assim, predicativos do sujeito que exprimam predicados de espécie e de indivíduo constroem-se com o verbo *ser* (cf., respectivamente, (6) e (7)), enquanto predicativos do sujeito que exprimam predicados de fase se constroem com os verbos *estar* ou *andar* (cf. (8)):

- (6) (a) As baleias são uma espécie em vias de extinção.  
 (b) As moscas são insectos.  
 (c) Os triângulos são figuras geométricas planas, fechadas, com três lados e três ângulos.  
 (7) (a) O João é português.  
 (b) A mesa da sala de reuniões é oval.  
 (c) Os caixilhos das janelas são de alumínio lacado.

- (8) (a) O João está triste.  
 (b) O mar está calmo.  
 (c) O cano está roto.

Predicativos do sujeito com interpretação locativa constroem-se em geral com os verbos *estar*, quando exprimem propriedades de fase, ou *ficar*, quando exprimem propriedades de indivíduo:

- (9) (a) O João está em casa logo à tarde.  
 (b) O livro está em cima da estante.  
 (c) As chaves da garagem estão aqui.  
 (10) (a) A Torre de Belém fica em Lisboa.  
 (b) A refinaria de petróleo fica em Sines.  
 (c) O Museu do Azulejo fica perto da estação de Santa Apolónia.

Das propriedades acima enunciadas e exemplificadas é possível concluir que, nas frases copulativas, existe um nexo tão forte e directo entre o predicativo do sujeito e o sujeito que o verbo copulativo parece não ter as propriedades típicas de um predicador. Este facto levou os gramáticos a considerar os verbos copulativos meros elementos de ligação e, na sequência desta tradição, alguns linguistas encaram-nos como simples lexicalizações de valores temporais, modais e aspectuais (44). De acordo com esta concepção, os verbos copulativos não seriam itens lexicais plenos, uma vez que não teriam grelha argumental, sendo o predicativo do sujeito o predicador principal da frase e o sujeito um argumento deste.

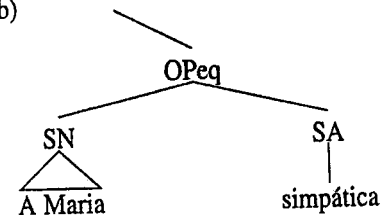
Na realidade, a consideração de que existe uma relação de predicação directa entre o predicativo do sujeito e o sujeito numa construção predicativa não exige que se retire aos verbos copulativos o estatuto de itens lexicais plenos. Sugere antes que se atribua a estas frases uma estrutura que contenha um domínio de predicação não frásico, uma oração pequena, em que o predicativo do sujeito é o predicado e o constituinte com a relação gramatical de sujeito o sujeito que o satura (45).

Assim, uma frase como (11a) tem como parte da sua representação sintáctica a subconfiguração apresentada em (11b):

(44) Veja-se o conceito de verbo-suporte aplicado a estes verbos em modelos gramaticais como o *Léxico-Gramática*.

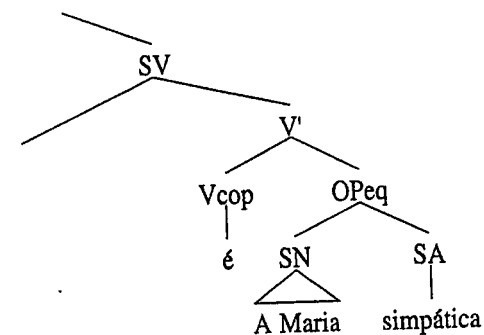
(45) Sobre a estrutura das frases copulativas, veja-se, entre outros, Couquaux (1981), Hoekstra e Mulder (1990), Moro (1997) e, para o português, Mateus *et alii* (1983/1989) e Matos (1985).

- (11) (a) A Maria é simpática.  
 (b)



A oração pequena (em (11), de natureza adjectival) é o argumento interno directo do verbo copulativo — veja-se a subconfiguração apresentada em (12):

- (12)



A existência de concordância entre o predicativo do sujeito e o constituinte com a relação gramatical de sujeito da frase constitui um argumento a favor da estrutura sintáctica acima proposta. Com efeito, uma das marcas características de uma relação de predicação é a existência de concordância entre o predicado e o sujeito — mais precisamente entre a categoria que é o núcleo do predicado e o sujeito. Ora numa construção copulativa, se o predicativo do sujeito for de categoria [+N] — i.e., for um nome ou um adjectivo — tem de haver compatibilidade de traços de género e número entre ele e o sujeito da frase predicativa, como mostra o contraste de gramaticalidade entre as frases (13) e (14):

- (13) (a) *Dois dos meus irmãos são médicos.*  
 (a) *A Maria é simpática.*  
 (14) (a) \**Dois dos meus irmãos são médico.*  
 (b) \**A Maria é simpático.*

Outro argumento a favor da existência de uma oração pequena nas frases copulativas reside no facto de o elemento pronominal que pode substituir o predicativo do sujeito ser o mesmo que é utilizado para substituir domínios de predicação em outras construções, o clítico demonstrativo invariável *-o*, como se pode observar nos exemplos (15):

- (15) (a) A Maria é simpática e a Ana também o é.  
 (b) O João considera [*o problema irresolúvel*] e o Pedro também o considera.  
 (c) O João disse [*que estava cansado*] e a Ana também o disse.

Repare-se que a estrutura representada em (12) apresenta propriedades comuns com a que foi proposta para os verbos inacusativos: o verbo copulativo selecciona um complemento a que atribui o papel temático de Tema e não dispõe de papel temático externo. Nestas condições, os verbos copulativos caem sob a alçada da *Generalização de Burzio*: não tendo papel temático externo, não legitimam casualmente com acusativo o seu complemento temático <sup>(46)</sup>.

Esta conclusão é corroborada pelo comportamento de frases com verbos transitivos que seleccionam obrigatória ou opcionalmente orações pequenas como complementos, como exemplificado em (16), nas quais é sempre possível substituir o sujeito da oração pequena por um clítico acusativo, como se pode observar em (17); pelo contrário, como os exemplos (18) mostram, esta possibilidade está vedada nas construções com verbos copulativos:

- (16) (a) O João acha [<sub>OPeq</sub> [*a Maria*] simpática].  
 (b) Os miúdos comeram [<sub>OPeq</sub> [*os biscoitos*] ainda quentes].  
 (17) (a) O João acha-*a* simpática].  
 (b) Os miúdos comeram-*nos* ainda quentes].  
 (18) (a) \*É-*a* simpática. (cf. *A Maria* é simpática)  
 (b) \*Ainda *os* estão quentes. (cf. *Os biscoitos* ainda estão quentes)

Não sendo os verbos copulativos atribuidores de Caso acusativo, o constituinte nominal que ocupa a posição de sujeito da oração pequena não tem nessa posição, acesso ao Caso, pelo que precisa de se mover.

<sup>(46)</sup> O facto de o predicado da oração pequena seleccionada pelos verbos copulativos poder ser recuperado através do clítico demonstrativo *-o* sugere que os verbos copulativos atribuem Caso inerente Objectivo, i.e., atribuem lexicalmente Caso Objectivo ao seu argumento interno. Sobre o conceito de Caso inerente, veja-se, entre outros, Chomsky (1986a).

Os movimentos de constituintes envolvidos na derivação das frases copulativas podem dar origem a dois tipos de construções: frases copulativas com o sujeito da oração pequena em posição pré-verbal, como as exemplificadas até aqui, e frases copulativas em que ambos os constituintes da oração pequena ocorrem em posição pós-verbal, como as que os exemplos (19) e (20) ilustram:

- (19) (a) Está um fantasma na biblioteca.  
 (b) Ficaram trinta turistas em Belém.  
 (c) Andam melodias antigas no ar.  
 (20) (a) São médicos dois dos meus irmãos.  
 (b) Revelou-se complicado o problema que tivemos de resolver.

Nas frases copulativas em que o sujeito da oração pequena ocupa a posição pré-verbal, este desloca-se para a posição de especificador de SFlex, onde acede ao Caso nominativo, como acontece em construções inacusativas e passivas pessoais. Como consequência deste movimento: *a*) tal constituinte desencadeia a concordância verbal (em pessoa e número); *b*) existe uma relação de predicação entre o predicado verbal (= [<sub>V<sub>cop</sub></sub> [<sub>OrP<sub>eq</sub></sub> [*v*]<sub>i</sub> SX]]) e o SN que ocupa a posição de sujeito da frase.

Em frases copulativas do tipo de (19) o sujeito da oração pequena é geralmente uma expressão nominal indefinida ou um Nome simples — veja-se o contraste de gramaticalidade entre (20) e (21):

- (21) (a) \*Está o fantasma na biblioteca.  
 (b) \*Ficaram os trinta turistas em Belém.  
 (c) \*Andam as melodias antigas no ar.

Na sua derivação está envolvido o movimento do SN sujeito da oração pequena para a posição de especificador de SV, onde acede ao Caso nominativo sob *c*-comando do verbo amalgamado com Flex.

Na derivação das frases (20), para além do movimento do SN sujeito da oração pequena para a posição de especificador de SV, dá-se o movimento do núcleo da oração pequena para junto do núcleo verbal que o subcategoriza, originando-se o predicado complexo *são médicos* (cf. (20a)) e *revelou-se complicado* (cf. (20b)) <sup>(47)</sup>.

<sup>(47)</sup> Sobre este assunto vejam-se, entre outros, Stowell (1983) e Raposo e Uriagereka (1996).

### 13.4.1. Frases copulativas canónicas e invertidas

Considerem-se os exemplos (22), que ilustram frases copulativas com dois SNs introduzidos pelo artigo definido:

- (22) (a) A degradação do edifício foi a causa do desmoronamento.  
(b) A causa do desmoronamento foi a degradação do edifício.

As frases (22a, b) apresentam uma estrutura em espelho, com dois constituintes nominais referenciais, o que poderia pôr em causa a presença de uma oração pequena na sua estrutura sintáctica.

Contudo, vários argumentos mostram que também neste tipo de frases copulativas, a que muitos autores chamam frases identificacionais ou equativas, um dos constituintes nominais se comporta como predicado e o outro como sujeito (<sup>48</sup>).

Assim, só um dos constituintes nominais, o predicado da oração pequena, pode ser substituído pelo demonstrativo invariável *-o*, como mostra o contraste de gramaticalidade entre (23) e (24):

- (23) (a) A degradação do edifício foi [*a causa do desmoronamento*] e também *o* foram as chuvas torrenciais.  
(b) Os pais foram [*os culpados da fuga do João*] e também *o* foi a atitude do seu melhor amigo.
- (24) (a) \*A causa do desmoronamento foi [*a degradação do edifício*] e também *o* foi o pouco cuidado dos inquilinos.  
(b) \*Os culpados da fuga do João foram [*os pais*] e também *o* foram os responsáveis pelas carências afectivas da Maria.

Inversamente, construções que alguns autores designam de redobro do sujeito só são possíveis quando o pronome retoma o sujeito da oração pequena, como se pode observar pelo contraste entre (25) e (26):

- (25) (a) [A degradação do edifício] ... ela foi a causa do desmoronamento.  
(b) [Os pais] ... eles foram os culpados da fuga do João.
- (26) (a) \*[A causa do desmoronamento] ... ela foi a degradação do edifício.  
(b) \*[Os culpados da fuga do João] ... eles foram os pais.

(<sup>48</sup>) Sobre este assunto vejam-se, entre outros, Moro (1997), Britto (2000).

O mesmo tipo de comportamento é observável em frases copulativas em que um dos constituintes nominais definidos é um pronome pessoal. Assim, vejam-se os exemplos (27) e (28):

- (27) (a) Ele é o professor.  
(b) Ele é-o.  
(c) Ele<sub>i</sub> ... ele<sub>i</sub> é o professor.
- (28) (a) O professor é ele.  
(b) \*O professor é-o. (\*com *-o* substituindo *ele*)  
(c) \*[O professor]<sub>i</sub> ... ele<sub>i</sub> é ele.

As frases copulativas em que o sujeito da oração pequena ocorre em posição pré-verbal, como acontece nos exemplos (22a), (23), (25) e (27), chama-se frases copulativas canónicas; àquelas em que é o predicado da oração pequena que ocorre em posição pré-verbal, como nos exemplos (22b), (24), (26) e (28), dá-se o nome de frases copulativas invertidas (<sup>49</sup>).

A derivação das frases copulativas canónicas foi já descrita na secção anterior. Quanto às frases copulativas invertidas, é plausível que a sua derivação envolva movimento do sujeito da oração pequena para a posição de especificador de SV, onde acede a Caso nominativo sob regência canónica do verbo copulativo amalgamado com Flex, e, adicionalmente, movimento do predicado da oração pequena para a posição não temática de especificador de SFlex. Repare-se que a hipótese de que o predicado ocupa a posição de especificador de SFlex nas copulativas invertidas dá directamente conta da impossibilidade de construções de redobro de sujeito exemplificada em (26) e (28c) (<sup>50</sup>).

As frases copulativas canónicas e invertidas apresentam padrões de concordância sujeito-verbo particularmente interessantes. Assim, a concordância de pessoa e número é sempre determinada pelo constituinte que ocupa a posição de sujeito da oração pequena, como se pode observar nos exemplos (29):

- (29) (a) [Tu]<sub>i</sub> és [OPeq [v]<sub>i</sub> o professor].  
(b) [O professor]<sub>j</sub> és [tu]<sub>i</sub> [OPeq [v]<sub>i</sub> [v]<sub>j</sub>].

Quando as frases copulativas estabelecem uma relação de identificação entre dois indivíduos, como acontece nos exemplos (29), existe um requisito de compatibilidade entre o traço de número do sujeito e do predicado da oração

(<sup>49</sup>) Esta é a designação proposta em Moro (1997).

(<sup>50</sup>) Esta é a análise das copulativas invertidas proposta em Moro (1997).

pequena, tanto nas copulativas canónicas como nas invertidas, como se pode observar pelo contraste entre (29)-(30) e (31):

- (30) (a) As chuvas torrenciais foram a causa do desmoronamento do prédio.  
(b) A causa do desmoronamento do prédio foram as chuvas torrenciais.  
(31) (a) \*/? Eles são o professor.  
(b) \* O professor são eles.

Como se verá nas secções seguintes, existem construções com verbos de classes distintas dos copulativos cujas propriedades sintácticas sugerem que têm uma estrutura semelhante à das frases copulativas canónicas e invertidas.

#### 13.4.2. Frases com verbos de existência e de aparição

Os verbos de existência, entre os quais se contam verbos existenciais (como *constar, existir, perdurar* <sup>(51)</sup>), existenciais locativos (como *morar, residir, viver*) e verbos que denotam ausência ou carência (como *escassear, faltar*) são verbos inacusativos. O mesmo acontece com os verbos de aparição, que denotam a entrada em cena de uma entidade (como *aparecer, brotar, surgir*), o desaparecimento de uma entidade (como *desaparecer, eclipsar-se, sumir-se*) ou a ocorrência de um evento (como *acontecer, ocorrer, passar-se*).

Embora estes verbos não respondam positivamente a todas as propriedades diagnósticas de inacusatividade (por exemplo, os verbos existenciais locativos não podem ocorrer na construção de Particípio Absoluto), partilham propriedades suficientes para serem considerados inacusativos. Assim, o constituinte com a relação gramatical de sujeito tem sistematicamente o papel temático típico dos argumentos internos directos (Tema). Por outro lado, estes verbos: a) não admitem em geral nominalizações em *-or* (veja-se a inexistência de nomes como *\*existidor, \*resididor, \*aparecedor, \*eclipsador, \*acontecedor*) <sup>(52)</sup>; b) contrariamente aos verbos inergativos, não admitem geralmente objectos cognatos <sup>(53)</sup>;

<sup>(51)</sup> O verbo existencial *haver* constitui uma excepção notável à *Generalização de Burzio* pois, apesar de não dispor de papel temático externo, marca com acusativo o seu argumento interno directo, como se pode observar através do exemplo *Adoro papaias e há-as cada vez com mais frequência nos supermercados*.

<sup>(52)</sup> O nome *morador* constitui uma das poucas excepções que é possível encontrar.

<sup>(53)</sup> Este argumento é apresentado para o espanhol em Mendikoetxea (1999: 1610). O verbo *viver* constitui uma excepção a este comportamento geral, uma vez que são possíveis frases como *O poeta viveu uma vida atribulada*.

c) admitem mais facilmente que os verbos inergativos Nomes simples como sujeitos pós-verbais em contextos neutros — observem-se os contrastes de gramaticalidade entre (32) e (33), e (34) e (35):

- (32) (a) O Figo jogou um jogo brilhante.  
(b) Às vezes sonhamos sonhos aterradores.  
(33) (a) \*O fantasma desapareceu um desaparecimento fugaz.  
(b) \*Os colecionadores de selos existem uma existência pacata.  
(34) (a) \*/? Correram atletas.  
(b) \*/? Tossiram crianças.  
(35) (a) Chegaram cartas.  
(b) Surgiram dúvidas.

Com a subclasse dos verbos existenciais, as construções impessoais (i.e., com o argumento interno directo em posição pós-verbal) manifestam o Efeito de Definitude, como se pode observar pelo forte contraste de gramaticalidade entre (36) e (37):

- (36) (a) Existem *algumas* incertezas sobre o desfecho das negociações.  
(b) Era uma vez *uma* princesa que vivia num país distante.  
(37) (a) \*Existem *as* incertezas sobre o desfecho das negociações.  
(b) \*Era uma vez *a* princesa que vivia num país distante.

A particularidade dos verbos de existência e de aparição especialmente relevante para a compreensão das construções sintácticas que eles definem é que todos eles supõem um constituinte locativo como parte da eventualidade que denotam. Quando o constituinte locativo é realizado sob a forma de um SP, este é encabeçado pela preposição *em* com a maioria dos verbos e, em certos casos, pela preposição *de* (como pode acontecer com *brotar, desaparecer, eclipsar-se, sumir-se, surgir*).

Nas frases com o constituinte locativo realizado, podem encontrar-se dois padrões de ordem de palavras distintos, como exemplificado em (38) e (39):

- (38) (a) O Pedro mora em Telheiras.  
(b) Um fantasma de voz cavernosa apareceu na biblioteca.  
(c) Uma sarça ardente brotou do chão.  
(d) O maior acidente aéreo com um Concorde ocorreu em França.  
(39) (a) Em Telheiras mora o Pedro.  
(b) Na biblioteca apareceu um fantasma de voz cavernosa.  
(c) Do chão brotou uma sarça ardente.  
(d) Em França ocorreu o maior acidente aéreo com um Concorde.

As propriedades de frases como (39), denominadas construções de inversão locativa, sugerem que esta subclasse de verbos selecciona como complemento temático não um SN mas uma oração pequena, cujo predicado é o constituinte com interpretação locativa e o sujeito o constituinte nominal. De acordo com esta análise, esta subclasse de verbos determina estruturas idênticas à dos verbos copulativos, exigindo apenas, diferentemente destes últimos, que o núcleo da oração pequena tenha um significado locativo<sup>(54)</sup>. Assim, frases como (34) terão uma derivação idêntica à das frases copulativas canónicas, enquanto frases como (35) terão uma derivação análoga à das copulativas invertidas.

<sup>(54)</sup> Sobre este assunto vejam-se, entre outros, Torrego (1989), Hoekstra e Mulder (1990), Bresnan (1994), Levin e Rappaport Hovav (1995), Moro (1997) e, para o português, Ambar (1992) e Pereira (1998).

### Índice

- 14. Estruturas de coordenação
  - 14.1. Coordenação, subordinação e aposição
  - 14.2. Conjunções e estruturas de coordenação
    - 14.2.1. A distinção entre conjunções e outros conectores de coordenação
    - 14.2.2. Coordenação sindética ou assindética, com conjunções simples ou correlativas; coordenação binária ou múltipla
    - 14.2.3. Subtipos de conjunções e nexos coordenativos prototípicos
    - 14.2.4. Os conectores de coordenação associados aos diferentes nexos coordenativos
  - 14.3. A natureza categorial dos termos coordenados
    - 14.3.1. Os constituintes coordenáveis: categorias lexicais, sintagmáticas, frásicas e textuais.
    - 14.3.2. A coordenação de constituintes categorialmente idênticos ou diferentes
  - 14.4. Estruturas de coordenação paralelas e assimétricas
    - 14.4.1. Paralelismo e assimetria dos termos coordenados
    - 14.4.2. Propriedades da coordenação face ao movimento de constituintes
    - 14.4.3. Coordenação de constituintes parentéticos e descontínuos



- 14.5. Coordenação e concordância verbal
  - 14.5.1. Concordância com sujeitos nominais coordenados pré-verbais
  - 14.5.2. Concordância com sujeitos nominais pós-verbais
- 14.6. Coordenação e elipse
  - 14.6.1. A elipse em domínios de coordenação — breve referência
  - 14.6.2. Coordenação frásica, coordenação sintagmática e elipse

## 14.1. Coordenação, subordinação e aposição

A **coordenação** é um processo de formação de unidades complexas. Caracteriza-se por combinar constituintes do mesmo nível categorial — núcleos ou constituintes plenamente expandidos, i.e., sintagmas ou frases <sup>(1)</sup> — que desempenham as mesmas funções sintácticas e semânticas <sup>(2)</sup>. A expressão linguística resultante é uma unidade complexa que exhibe as mesmas funções dos termos iniciais:

- (1) Afinal, eles estavam *com* ou *contra* os manifestantes?
- (2) (a) Podes levar a criança tanto *ao restaurante* como *ao cinema*.  
(b) *O Pedro e a Ana* vieram visitar-nos.

<sup>(1)</sup> Para a linguística actual, a frase corresponde a um tipo específico de sintagma, ou melhor, de sintagmas: SFLEX, a projecção de Flexão verbal e SCOMP, a projecção de Complementador. Vejam-se, nesta obra, 12.1 e 12.3.

<sup>(2)</sup> Esta caracterização aplica-se aos casos canónicos de coordenação. Porém, como veremos mais adiante, existem casos fronteira entre a coordenação e a subordinação em que há disparidade de valor semântico entre os termos coordenados. Estes últimos casos são, por vezes, designados como coordenações assimétricas (cf. Ross, 1967 e Culicover e Jackendoff, 1997, entre outros).

- (3) (a) Acho que *ele participou no concurso mas não ganhou a viagem à Madeira*.  
 (b) Ele disse que *o desastre tinha ocorrido de madrugada e que não havia sobreviventes*.

No exemplo (1) são coordenados núcleos que permitem formar o núcleo preposicional complexo *com* ou *contra*<sup>(3)</sup>. Em (2), são coordenados sintagmas, em (2a) sintagmas preposicionais (*ao restaurante, ao cinema*) e em (2b) sintagmas nominais (*o Pedro, a Maria*). Em (3) são coordenadas frases, mais precisamente, tipos diferentes de projecções frásicas. Assim, em (3a), são coordenados por *mas* os dois SFLEXs que ocorrem na frase completiva iniciada por *acho que* (i.e., *ele participou no concurso, não ganhou a viagem à Madeira*). Em (3b) são coordenados pela conjunção copulativa *e* dois SCOMPs: *que o desastre tinha ocorrido de madrugada, que não havia sobreviventes*.

A coordenação partilha com a subordinação a propriedade de formar unidades complexas. Porém, outros aspectos distinguem sintacticamente estes dois processos. Em primeiro lugar, enquanto a subordinação opera sobre unidades oracionais frásicas, a coordenação, como vimos em (1) e (2), pode ter por domínio de aplicação todos os tipos de categorias sintácticas.

Em segundo lugar, na subordinação, a oração subordinada desempenha sempre na subordinante uma função sintáctica (sujeito, complemento directo, complemento preposicionado ou adjunto) e uma função temática (tema, adjunto de fim, de causa, de tempo, etc.); o mesmo não sucede nas estruturas de coordenação mesmo que envolvam coordenação frásica. Com efeito, nas seguintes frases o membro coordenante não é o sujeito de nenhum constituinte incluído no segundo membro coordenado; do mesmo modo, o segundo termo coordenado não é seleccionado como um complemento ou um adjunto de um elemento presente no primeiro membro coordenado<sup>(4)</sup>. Pelo contrário, como a coordenação

<sup>(3)</sup> Uma hipótese alternativa seria assumir que neste caso há a coordenação de dois sintagmas preposicionais e que um fragmento do primeiro membro coordenado é omitido. O exemplo em (i) explicita esta interpretação, tendo sido colocado entre parênteses curvos o elemento potencialmente omitido:

(i) Afinal, eles estavam [<sub>sp</sub> com (os manifestantes) ]ou [<sub>sp</sub> contra os manifestantes].

No corpo do texto privilegiou-se a hipótese de coordenação de núcleos, pelo facto de no exemplo (1) a disjunção focalizar a preposição e não todo o sintagma *com os manifestantes* ou *contra os manifestantes*.

<sup>(4)</sup> Embora esta seja uma opinião generalizada relativamente às estruturas de coordenação, Munn (1992, 1993, 1999) apresentou uma análise da coordenação cujas consequências

de domínios subordinados mostra (cf. (4b)), ambos os termos coordenados desempenham a mesma função sintáctica e a mesma função semântica.

- (4) (a) O Pedro comprou o jornal e a Maria leu-o.  
 (b) Ele disse que tinha comprado o jornal e que a Maria o tinha lido.

Uma terceira propriedade que permite distinguir as estruturas de coordenação da subordinação é a mobilidade dos constituintes. De facto, contrariamente ao tradicionalmente assumido, os termos coordenados têm muito pouca mobilidade na frase. Assim, diferentemente do que acontece com as frases subordinadas completivas e adverbiais (vejam-se os exemplos em (5) e (6)), as frases coordenadas frásicas não podem ser facilmente deslocadas na frase — vejam-se os contrastes em (7) e (8).

- (5) (a) Ele só confessou *que detestava cozinhar* à Maria.  
 (b) *Que detestava cozinhar*, ele só confessou à Maria.  
 (6) (a) Ele vai ao restaurante *quando não quer fazer o jantar*.  
 (b) *Quando não quer fazer o jantar*, ele vai ao restaurante.  
 (7) (a) Eles partiram para o Algarve *mas não foram de férias*.  
 (b) \**Mas não foram de férias*, eles partiram para o Algarve.  
 (8) (a) Não só o desastre foi aparatoso, *como não houve sobreviventes*.  
 (b) \**Como não houve sobreviventes*, não só o desastre foi aparatoso.

Esta mesma falta de mobilidade se verifica em estruturas de coordenação não frásica, como ilustrado seguidamente<sup>(5)</sup>:

- (9) (a) [Poucos professores *mas muitos alunos*] compareceram à reunião geral.  
 (b) \**Mas muitos alunos*, poucos professores] compareceram à reunião geral.  
 (10) (a) Ele levou a criança [não só ao restaurante *como ao cinema*].  
 (b) \**Ele levou a criança [como ao cinema*, não só ao restaurante.

levam a aproximar a coordenação frásica da subordinação adverbial. Os argumentos que apresentaremos nesta secção levam-nos a não adoptar essa análise.

<sup>(5)</sup> A falta de mobilidade dos constituintes coordenados foi inicialmente evidenciada por Ross (1967) e integrada como uma componente da sua *Condição da Estrutura Coordenada*.

A aparente intercomutabilidade dos termos coordenados, frequentemente apresentada como uma das propriedades características da coordenação pela Gramática Tradicional repousa numa certa liberalidade de manipulação dos exemplos e na consideração de um subcaso muito restrito de estruturas coordenadas. Como mostram (11) e (12), a manipulação efectuada consiste em não considerar como parte integrante dos termos coordenados os conectores coordenativos que os introduzem. Adicionalmente, os casos considerados são aqueles em que os termos são semanticamente simétricos e formalmente independentes um do outro, sendo irrelevante qual deles ocupa a posição de coordenante e de coordenado.

- (11) (a) *O João vai ao cinema mas a Maria vai ao concerto.*  
 (b) *A Maria vai ao concerto mas o João vai ao cinema.*  
 (12) (a) *Ele levou a criança [não só ao restaurante como ao cinema].*  
 (b) *Ele levou a criança [não só ao cinema como ao restaurante].*

Quando os termos coordenados não são nem semanticamente simétricos (cf. (13)) nem formalmente independentes um do outro (cf. (14) e (15b)), estas manipulações não são possíveis, ou porque produzem resultados pragmaticamente anómalos (cf. (13b)) ou porque determinam construções mal-formadas — vejam-se (14b) e (15b), na interpretação em que *Eles* e a *Ana e o Pedro* são co-referentes.

- (13) (a) *Senti uma vertigem e desmaiei.*  
 (b) *#desmaiei e senti uma vertigem.*  
 (14) (a) *O João vai ao cinema mas a Maria não.*  
 (b) *\*Mas a Maria não, o João vai ao cinema.*  
 (15) (a) *A Ana e o Pedro foram para o Algarve, mas eles não foram de férias.*  
 (b) *\*Eles<sub>i</sub> não foram de férias mas [a Ana e o Pedro]<sub>i</sub> foram para o Algarve.*

Com efeito, em construções elípticas como (14), o membro coordenante tem de estar numa posição estrutural que lhe permita fixar o conteúdo do constituinte elíptico<sup>(6)</sup>, motivo pelo qual tem de o preceder<sup>(7)</sup>. Quanto a (15b), a impossi-

<sup>(6)</sup> Sobre as estruturas de elipse em geral, veja o capítulo 21. Sobre a relação entre estruturas de coordenação e elipse, veja 14.6 deste capítulo.

<sup>(7)</sup> Note-se que este tipo de restrição não é válido para todas as elipses mas apenas para aquelas que não apresentam um elemento lexicalmente realizado que instancie o seu núcleo,

bilidade de o pronome sujeito no primeiro membro coordenado ser interpretado como co-referente do sujeito coordenado da frase coordenante pode ser explicada como uma infracção a um dos princípios gerais que guiam o estabelecimento da referência e co-referência das expressões nominais, a serem explicitados no capítulo 20 desta obra<sup>(8)</sup>.

A distinção entre subordinação e coordenação nem sempre é fácil de estabelecer. Há construções que estão na fronteira entre uma e outra. Centrando-nos nas construções classicamente consideradas coordenativas, por exibirem explicitamente conjunções de coordenação, são casos-fronteira as chamadas coordenações assimétricas<sup>(9)</sup>. Estas coordenações estabelecem nexos entre os membros coordenados que, do ponto de vista semântico, se aproximam da relação entre subordinante e subordinada. Assim, as frases em (16) são equivalentes às explicitadas em (17).

- (16) (a) *Não comes a sopa e não te levo ao cinema!*  
 (b) *Está um dia quente mas a criança tem frio.*  
 (17) (a) *Se não comeres a sopa, não te levo ao cinema!*  
 (b) *Embora esteja um dia quente, a criança tem frio.*

Porém, apesar do seu valor semântico de subordinação, as frases em (16) comportam-se formalmente como coordenações. Em primeiro lugar, nenhum dos seus membros exibe a mobilidade característica das estruturas subordinadas correspondentes, como mostram os contrastes entre (18) e (19):

- (18) (a) *\*E não te levo ao cinema, não comes a sopa!*  
 (b) *\*Mas a criança tem frio, está um dia quente.*  
 (19) (a) *Não te levo ao cinema se não comeres a sopa!*  
 (b) *A criança tem frio, embora esteja um dia quente.*

neste caso, um verbo que suporte a flexão verbal. A relação de precedência está estreitamente relacionada com a de c-comando assimétrico. Assim, na estrutura em análise, o termo coordenante c-comanda assimetricamente o coordenado, ou seja, c-comanda-o mas não é c-comandado por ele.

Recorde-se a noção de c-comando: uma categoria A c-comanda uma categoria B se nenhuma delas domina a outra, e toda a categoria C que dominar A dominar B.

<sup>(8)</sup> O princípio que está em questão é o princípio C da Teoria da Ligação que diz que uma expressão referencial (expressão-R) tem de ser livre, ou seja, não pode ser c-comandada por um elemento que lhe fixe a referência. Sobre a aplicação deste princípio nas estruturas coordenadas veja-se Matos (1991).

<sup>(9)</sup> Veja-se a nota 2 deste capítulo.

Em segundo lugar, os membros coordenados podem tipicamente ocorrer com autonomia em fragmentos discursivos distintos, como ilustrado em (20), sem serem necessariamente interpretados como envolvendo o concurso de dois locutores distintos (A e B) para a realização concertada de uma única frase complexa formada por coordenação, como acontece em (21).

- (20) (a) A: Não como a sopa!  
B: E eu não te levo ao cinema!  
(b) A: Hoje só tenho tido arrelias: o trânsito está diabólico, bati com o carro e faltei ao trabalho.  
B: Mas não penses mais nisso, porque tudo se há-de compor.
- (21) (a) A: A Maria não come a sopa ...  
B: E a mãe não a leva ao cinema!  
(b) A: Hoje está quente ...  
B: Mas a criança tem frio.

Nas frases presentes numa estrutura de subordinação, apenas o segundo procedimento é possível, dado que as frases subordinadas não podem caracteristicamente repartir-se por fragmentos discursivos autónomos<sup>(10)</sup>. Assim, enquanto as frases (22), paralelas a (21), são possíveis, os exemplos (23), correlatos de (20), são marginais.

- (22) (a) A: Se a Maria não come a sopa ...  
B: A mãe não a leva ao cinema!  
(b) A: Embora hoje esteja quente ...  
B: A criança tem frio.
- (23) (a) ?? A: Se não como a sopa!  
B: Eu não te levo ao cinema!  
(b) ?? A: Hoje só tenho tido arrelias: o trânsito está diabólico, bati com o carro e faltei ao trabalho.  
B: Embora não penses mais nisso, porque tudo se há-de compor.

<sup>(10)</sup> No registo escrito é frequente os falantes não respeitarem integralmente este procedimento, retirando efeitos de significado dessa infracção, como ilustrado em (i). Na realidade, as duas frases constituem no seu conjunto uma unidade complexa, mas a pausa permite caracterizar a subordinada como um pensamento posterior do locutor.

(i) A criança está com frio. Embora hoje esteja um dia quente.

Em suma, a distinção entre coordenação e subordinação é sobretudo de ordem formal e não semântica.

A coordenação distingue-se igualmente da aposição, um processo que consiste em justapor a sintagmas ou frases outros sintagmas e frases, materializando-se a conexão entre essas unidades através da utilização de pausas e de uma entoação específica — vejam-se os exemplos em (24) e (25), em que as pausas estão ortograficamente marcadas pelas vírgulas<sup>(11)</sup>.

- (24) (a) O João, um amigo nosso, participou nessa expedição à Amazónia.  
(b) A coroa sueca, disseram no telejornal, foi desvalorizada.  
(c) O cometa Hale-Bopp, que tem propiciado um magnífico espectáculo, continuará visível.

Os exemplos em (24) mostram que é possível apor constituintes sem os coordenar: (24a) apresenta um aposto nominal, (24b) exhibe uma frase intercalada e (24c) uma frase relativa apositiva. Em qualquer destes casos, o aposto não pode ser substituído por um sintagma coordenado — veja-se a marginalidade de (25).

- (25) (a) \*O João, e/ou um amigo nosso, participou nessa expedição à Amazónia.  
(b) \*A coroa sueca, e/mas disseram no telejornal, foi desvalorizada.  
(c) \*O cometa Hale-Bopp, e que tem propiciado um magnífico espectáculo, continuará visível.

Por outro lado, as frases em (26) mostram que a aposição é compatível com a coordenação, embora a presença da conjunção copulativa seja facultativa.

- (26) (a) A Inglaterra, e talvez também a França, interveio no conflito armado nessa altura.  
(b) A Inglaterra, talvez também a França, interveio no conflito armado nessa altura.

Em suma, a aposição não pode ser reduzida a um caso de coordenação na medida em que pode incluir processos de formação de unidades sintácticas complexas distintos da coordenação e ser, inclusivamente, compatível com este.

<sup>(11)</sup> O exemplo (24b) foi extraído de Mateus *et alii* (1992: 262).

## 14.2. Conjunções e estruturas de coordenação

### 14.2.1. A distinção entre conjunções e outros conectores de coordenação

A coordenação é caracteristicamente estabelecida pela presença de **conjunções** cuja função é explicitar o nexos entre os termos coordenados. As conjunções são palavras morfologicamente não flexionáveis que veiculam prototipicamente valores de adição, alternância ou contraste entre os termos coordenados. Os exemplos em (1) ilustram cada um destes casos.

- (1) (a) Os quadros *e* as esculturas desse artista plástico estão agora patentes ao público no Centro Cultural de Belém.
- (b) Os quadros de pintores famosos *ou* qualquer outra peça de arte podem atingir preços exorbitantes nesses leilões.
- (c) As crianças estavam com sono *mas* não adormeceram cedo.

As conjunções distinguem-se dos complementadores (tradicionalmente designados conjunções subordinativas) não só pelos valores que veiculam mas também pelo facto de com eles poderem ocorrer quando os membros coordenados são frases subordinadas, como acontece em (2a, b). Se tivermos em conta que duas conjunções ou dois complementadores não podem concorrer para uma mesma posição sintáctica (cf. (2c, d)), a boa formação de (2a, b) mostra que conjunções e complementadores são duas subclasses lexicais distintas.

- (2) (a) Acho que ele tem trabalhado demais *e* *que* devia fazer férias o mais brevemente possível.
- (b) Porque já acabei o trabalho *e* *porque* está bom tempo, vamos passear esta tarde.
- (c) \*Ele vai ao cinema *e* *ou* ao teatro.
- (d) \*Ela não sabe porque quando a convidaram para passar férias na montanha.

Como se pode verificar através do confronto entre os exemplos (a) e (b) de (3), além das conjunções, outros **conectores** podem fixar o nexos semântico entre os termos coordenados. Assim, em (3a) ocorre a conjunção *e*, mas em (3b) surge a expressão conectiva *por isso*.

- (3) (a) Ele encomendou os livros *e* eles chegaram pouco tempo depois.
- (b) Está a chover, *por isso* debes levar uma gabardina.

A distinção entre conjunções e conectores nem sempre é estabelecida nos estudos gramaticais que se baseiam fundamentalmente na função semântica desempenhada por ambos: a de estabelecer o nexos entre os membros coordenados.

Contudo, há diferenças formais importantes entre eles, que nos permitem concluir que, embora as conjunções coordenativas possam ser consideradas como uma subclasse específica de conectores, nem todos os conectores que surgem em estruturas de coordenação são conjunções.

Os conectores são expressões que têm um âmbito mais geral do que as conjunções. Ocorrem tanto em domínios de coordenação como de subordinação, mantendo o seu papel de explicitar a ligação entre os constituintes envolvidos. É o que acontece em (4) em que *por isso* retoma anaforicamente o conteúdo da oração principal através do pronome *isso*, e indica que a situação reportada deve ser entendida como um complemento de causa.

- (4) A Ana fica toda a noite de vigília no hospital, sem que *por isso* se sinta excessivamente cansada.

Os conectores distinguem-se formalmente das conjunções e dos complementadores pelo facto de poderem co-ocorrer com eles. Assim, em (4), *por isso* segue o complementador *sem que*, e em (5) aparece adjacente à conjunção *e*.

- (5) Está a chover *e* *por isso* debes levar uma gabardina.

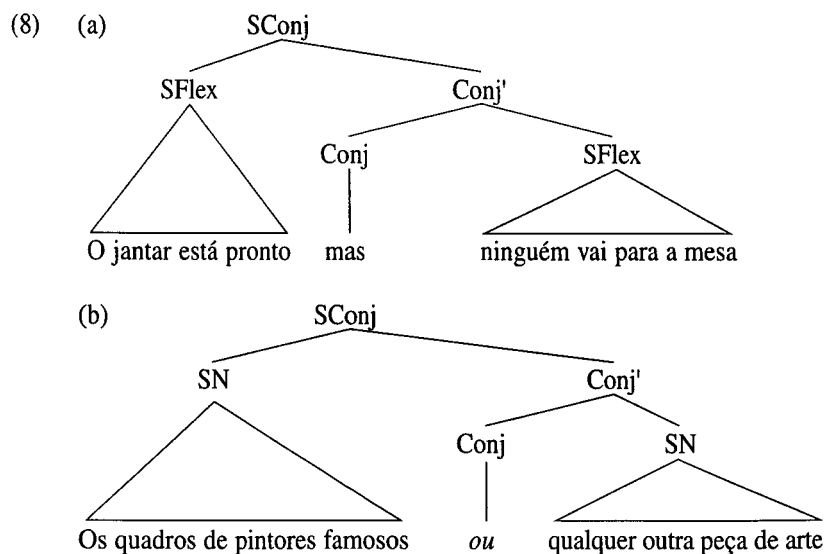
Procuraremos empreender de forma mais exaustiva a distinção entre conectores e conjunções coordenativas em 14.2.3.

### 14.2.2. Coordenação sindética ou assindética, com conjunções simples ou correlativas; coordenação binária ou múltipla

A estrutura coordenada tem por núcleo a conjunção. Quando a coordenação é estabelecida por uma conjunção explicitamente realizada é designada **coordenação sindética**; quando a conjunção se encontra omitida, a coordenação é caracterizada como **assindética**. Os exemplos (6) e (7) ilustram cada um destes casos.

- (6) (a) O jantar está pronto *mas* ninguém vai para a mesa.  
 (b) O jogador cometeu uma falta *e* o árbitro apresentou-lhe o cartão amarelo.  
 (c) Os quadros de pintores famosos *ou* qualquer outra peça de arte podem atingir preços exorbitantes nesses leilões.
- (7) Ao jantar serviram entradas, sopa, peixe, carne, etc.

Uma estrutura coordenada pode ser concebida como um constituinte que tem por núcleo a conjunção. Designaremos esse constituinte por SConj (*sintagma conjuncional*), e representá-lo-emos como em (8), para os casos de coordenação sindética.

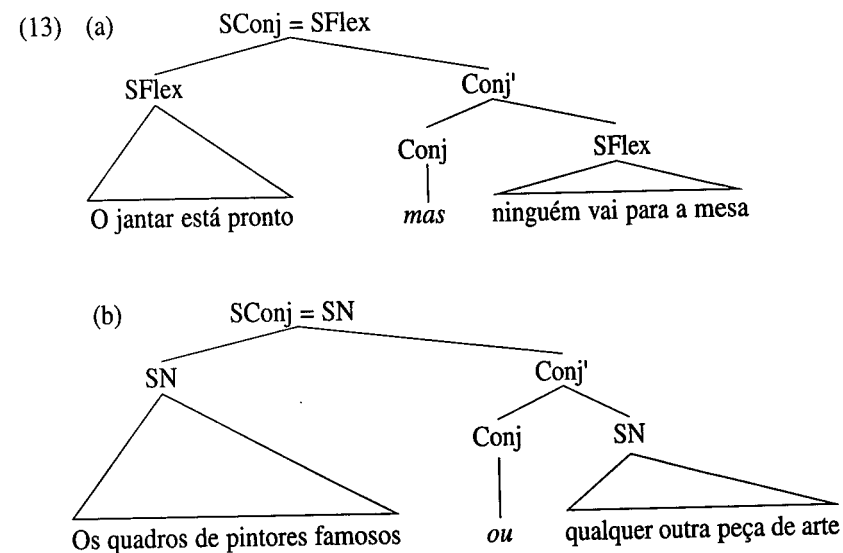


Note-se, contudo, que os constituintes complexos, formados por coordenação apresentam uma propriedade que os distingue dos restantes — aparentemente o sintagma formado em torno da conjunção é categorialmente transparente, como se pode demonstrar considerando exemplos como (9)-(10) e (11)-(12), em que constituintes coordenados são seleccionados como complementos dos verbos:

- (9) (a) Eles vão ao restaurante hoje.  
 (b) \*Eles vão o restaurante hoje.
- (10) (a) Eles vão ao restaurante e ao cinema hoje.  
 (b) \*Eles vão o restaurante e o cinema hoje.

- (11) (a) Ele estudou a viabilidade do projecto.  
 (b) \*Ele estudou que o projecto era viável. (Cf. Ela descobriu que o projecto era viável)
- (12) (a) Ele estudou a legislação existente e a viabilidade do projecto.  
 (b) \*Ele estudou que havia alguma legislação sobre o assunto e que o projecto era viável

Nas frases (9) a (12), os exemplos (b) contrastam com os (a), pelo facto de não serem compatíveis com a selecção do verbo — o verbo *ir* selecciona um complemento preposicionado e não um sintagma nominal; o verbo *estudar* requer um complemento nominal e não frásico. Estes requisitos têm de ser satisfeitos independentemente de os complementos dos verbos se encontrarem inseridos em estruturas coordenadas ou não. Este facto sugere que as estruturas coordenadas assumem a natureza categorial dos membros coordenados. Assim sendo, as representações em (8) podem ser adequadamente representadas como em (13):

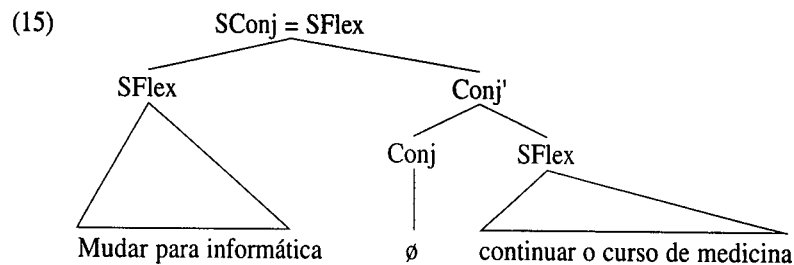


Como dissemos, na coordenação *assindética*, o nexa da coordenação é inferível sem que ocorra qualquer conjunção. É o que acontece em (14): em (14a) e (14b) a conjunção recuperável é *e*; em (14c) é *ou* a conjunção implícita.

- (14) (a) O Luís anda cansado: *deita-se tarde, levanta-se cedo*, trabalha demasiado!

- (b) A Ana trouxe do supermercado tudo o que a mãe lhe encomendara: *dois pacotes de leite, um chocolate, bolachas sortidas, uma pasta dentífrica.*
- (c) *Mudar para informática, continuar o curso de medicina* são, entre outras, alternativas que a Ana constantemente equaciona.

Assim, uma hipótese de representação da estrutura coordenada assindética em (14c) é a explicitada abaixo. Esta representação difere das anteriores, em (13), apenas pelo facto de não ter a conjunção lexicalmente realizada:



A coordenação assindética é utilizada especialmente nas enumerações, ou seja, nos casos em que mais de dois ou três elementos são coordenados, como em (14a, b). Só num número muito limitado de contextos é possível ocorrer coordenação assindética com apenas dois membros coordenados. É o caso de (14c), em que a possibilidade de prescindir da realização da conjunção tem a ver com o facto de a coordenação ocorrer em posição de sujeito pré-verbal<sup>(12)</sup>. Confronte-se, com efeito, a boa formação de (14c) com a marginalidade de (16).

- (16) (a) \* A Ana não sabe se *há-de mudar para informática, continuar o curso de medicina.*
- (b) ?? São, entre outras, alternativas que a Ana constantemente equaciona *mudar para informática, continuar o curso de medicina.*

Na coordenação sindética, se mais de dois membros são coordenados pelo mesmo nexos coordenativo, a conjunção pode ocorrer associada apenas no último termo coordenado (cf. (17)). Este procedimento é preferencial com *e* mas facultativo com *ou* (cf. (18)).

<sup>(12)</sup> Cf. Prada (2001).

- (17) (a) O João, a Maria e o Pedro nasceram no mesmo ano.
- (b) Não sei se ofereça este livro ao meu irmão, à minha irmã, à minha mãe, ou ao meu pai.
- (18) (a) ?O João e a Maria e o Pedro nasceram no mesmo ano.
- (b) Não sei se ofereça este livro ao meu irmão (,) ou à minha irmã (,) ou à minha mãe (,) ou ao meu pai.

As conjunções podem ocorrer isoladamente, como *e, nem, ou, mas*. Podem, contudo, requerer a presença de um correlato no primeiro membro de coordenação. No primeiro caso as estruturas de coordenação mobilizam uma **conjunção simples**; no último caso, locuções conjuncionais que assumem a forma de uma expressão descontínua, as chamadas **conjunções correlativas**. São exemplo de conjunções correlativas expressões coordenativas como: *não só... como, não só...mas também, tanto...como, ou...ou, ora...ora, nem ...nem, quer...quer.*

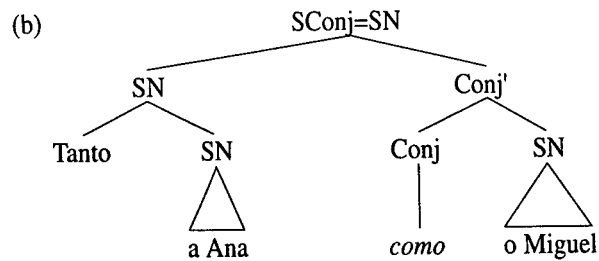
- (19) (a) Sobre esse assunto, ele leu *não só* vários artigos *mas também* dois livros.
- (b) *Tanto* o Paulo, *como* a Maria, *como* o Pedro estão dispostos a partir para férias sem saber os resultados dos exames.
- (c) Para desfazer as suas dúvidas sobre ortografia, ela consulta sempre *ou* o dicionário *ou* o prontuário.
- (d) Ela lê *ora* romances, *ora* livros de estudo, *ora* jornais, *ora* revistas.

Como os exemplos seguintes mostram, a relação entre o primeiro e os restantes elementos das expressões correlativas é fixa:

- (20) (a) \**Tanto* o Paulo, *mas também* a Maria estão dispostos a partir já para férias.
- (b) \*Para desfazer as suas dúvidas sobre ortografia, ela consulta sempre *ou* o dicionário, *ora* o prontuário, *ora* o corrector ortográfico.

Na generalidade dos casos é possível assumir que o núcleo das expressões correlativas se encontra na conjunção que ocorre entre os termos coordenados, e que os elementos adverbiais ou conjuncionais iniciais marcam o começo da estrutura coordenada e surgem associados ao primeiro termo da coordenação. A representação seguinte exemplifica esta análise:

- (21) (a) Tanto a Ana como o Miguel compraram alguns quadros desse pintor.



Quando uma estrutura de coordenação apresenta dois membros coordenados é designada **coordenação binária** (veja-se, por exemplo, (22)). Quando, aparentemente exibe mais de dois termos coordenados associados pelo mesmo nexos coordenativo, a coordenação é chamada de **múltipla** ou **polivalente**. Ilustram a coordenação múltipla, os exemplos em (17), repetidos em (23) <sup>(13)</sup>.

- (22) (a) Ele não ouve tocar o telefone *nem* o despertador.  
 (b) O trabalho *e* as arrelias estão sempre a aparecer.  
 (23) (a) O João, a Maria e o Pedro nasceram no mesmo ano.  
 (b) Não sei se ofereça este livro ao meu irmão, à minha irmã, à minha mãe ou ao meu pai.

Algumas conjunções são tipicamente binárias. São exemplificativos deste comportamento *mas*, ou as locuções conjuncionais correlativas como *não só... como (também), não só...mas também*.

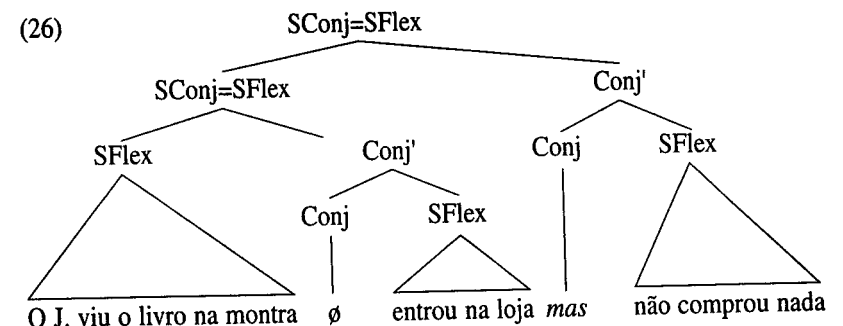
- (24) (a) O João viu o livro na montra *mas* não o comprou.  
 (b) O João *não só* viu o livro *como* (também) o comprou.  
 (c) *Não só* o António *mas também* a Maria decidiram comprar um novo carro.

Quando aparentemente ocorrem em configurações de coordenação múltipla, estes conectores mantêm a sua propriedade de encabeçar uma coordenação binária. De facto, se tentarmos explicitar o nexos coordenativo presente nas frases que antecedem a conjunção *mas* em (25a) vemos que uma outra conjunção ocorre, neste caso a conjunção *e* — confronte-se o contraste entre (25b) e (25c).

<sup>(13)</sup> Estudos actuais têm afirmado que a coordenação múltipla é resultante da coordenação binária sucessiva. Veja-se Kayne (1994) e, para o português, Matos (1995).

- (25) (a) O João viu o livro na montra, entrou na loja, *mas* não comprou nada.  
 (b) O João viu o livro na montra *e* entrou na loja, *mas* não comprou nada.  
 (c) \*O João viu o livro na montra, *mas* entrou na loja, *mas* não comprou nada.

Deste modo, em exemplos como (25a) em vez de coordenação múltipla registam-se dois casos de coordenação binária: uma coordenação assindética de valor aditivo, e uma coordenação sindética de valor adversativo. O esquema seguinte visualiza estes casos.



### 14.2.3. Subtipos de conjunções e nexos coordenativos prototípicos

As conjunções coordenativas, simples ou correlativas, são usualmente classificadas em termos do nexos semântico que prototipicamente veiculam. De acordo com este critério são repartidas em três classes principais: conjunções **copulativas, disjuntivas e adversativas** <sup>(14)</sup>.

<sup>(14)</sup> Alguns gramáticos consideraram que, para além destes subtipos, existiam ainda conjunções coordenativas explicativas, estabelecendo um nexos de efeito causa, como *pois, que, porque*, e conjunções conclusivas, como *logo, portanto, porquanto*. Actualmente muitos autores excluem das conjunções coordenativas as explicativas, e retêm apenas os três tipos anteriores. Vejam-se, por exemplo, Camacho (1999), Quirk *et alii* (1985) e, para o português, Bechara (1999) e Moura-Neves (1999). Bechara inclui *pois*, com sentido explicativo, na classe dos conectores adverbiais, Neves considera-o um complementador (ou conjunção subordinativa) com valor causal. Adoptaremos esta última posição, que fundamentaremos apelando a critérios formais, em 14.2.4 deste capítulo.



(i) As conjunções **copulativas ou aditivas** apresentam como valor básico a adição.

- São conjunções copulativas simples *e* e a conjunção negativa *nem*.  
São expressões correlativas copulativas: *não só...mas também, não só...como, tanto...como*.

(ii) As conjunções **disjuntivas ou alternativas** propõem uma escolha entre os termos coordenados. Se a escolha obrigar à selecção de um deles em detrimento do(s) outro(s), estamos perante **disjunção exclusiva**; no caso de os termos coordenados em alternativa serem compatíveis entre si, a disjunção diz-se **inclusiva**.

A conjunção de coordenação disjuntiva por excelência é *ou*.

São expressões disjuntivas correlativas: *ou...ou, nem...nem, ora...ora, quer...quer*<sup>(15)</sup>.

(iii) As conjunções **adversativas ou contrajuntivas** exprimem prototipicamente um contraste entre os membros coordenados.

A conjunção simples representativa deste valor é *mas*<sup>(16)</sup>. O português apresenta ainda, embora em menor número de contextos do que outras línguas românicas, a adversativa *senão*.

Outras unidades são tradicionalmente consideradas conjunções adversativas, como é o caso de *porém, todavia, contudo*. No entanto, o seu comportamento afasta-as das conjunções, o que nos leva a incluí-las nos conectores, como veremos em 14.2.4<sup>(17)</sup>.

As frases seguintes exemplificam o emprego das conjunções simples acima mencionadas.

- (27) A reunião decorreu bem *e* chegou-se a conclusões importantes.  
(28) Não conseguimos lugar no avião *nem* encontramos bilhetes para o comboio.

<sup>(15)</sup> Como Bechara (1999) refere, a expressão *seja...seja* ainda não está totalmente gramaticalizada. Nomeadamente, a sua natureza verbal ainda é visível na possibilidade de flexionar em tempo, pessoa e número, e de co-ocorrer com a conjunção *ou*. Exemplificando:

- (i) Sejas tu ou seja eu, alguém tem de encontrar a solução do problema.
- (ii) Fossem amoras (ou), fossem pêssegos, a moléstia atacava tudo o que era fruto.

<sup>(16)</sup> Vários autores têm destacado que as conjunções adversativas tanto em português como em outras línguas podem apresentar outros valores (e.g. Lakoff, 1971, Sweetser, 1991, Anscombe e Ducrot, 1977, Barros, 1988a e b e Prada, 2001). Para uma reflexão recente sobre estes valores e uma revisão da literatura sobre eles, veja-se Prada (2001).

<sup>(17)</sup> Sobre este assunto veja-se Prada (2001).

- (29) Podes guardar nessa estante os livros *ou* os cadernos, *ou* ambos!  
(30) Tens de decidir se vais para a cama *ou* se vais ver televisão.  
(31) Os bilhetes custaram caro *mas* o espectáculo mereceu a pena.  
(32) Ninguém *senão* ele era capaz de obter tão bom resultado sem ter estudado nada!

A conjunção aditiva negativa *nem*, por oposição à expressão disjuntiva *nem...nem*, ocorre como uma conjunção simples, ou seja, sem ter um correlato no primeiro membro coordenado, como ilustrado em (28). Esta conjunção exige que o primeiro membro coordenado seja negativo — os exemplos em (33) e (34) elucidam sobre este comportamento de *nem* aditivo<sup>(18)</sup>.

- (33) (a) O João não vai ao cinema *nem* fica em casa.  
(b) \*O João vai ao cinema *nem* fica em casa.  
(34) (a) Ele não conhece o João *nem* a Maria.  
(b) \*Ele conhece o João *nem* a Maria.

Em (29) e (30) estão exemplificados os dois usos de *ou*, enquanto disjunção inclusiva em (29), como disjunção exclusiva em (30).

A conjunção adversativa *senão* requer a presença de um elemento negativo precedendo-a, como mostra o contraste entre os exemplos (35) e (36). Neste aspecto, apresenta um comportamento análogo a *nem* aditivo:

- (35) (a) A criança *não* comia *senão* chocolates.  
(b) Durante o dia *ninguém* fala à Maria *senão* a filha.  
(c) Nada *senão* o cansaço a faria abandonar o seu posto de trabalho.  
(36) (a) \*A criança comia *senão* chocolates.  
(b) \*Durante o dia poucos falam com a Maria *senão* a filha.

Quanto às expressões conjuncionais correlativas, as que exprimem um nexos aditivo estão representadas nos exemplos (37).

- (37) (a) Ele leu *não só* o livro *mas* também a revista.  
(b) Tu *não só* não estudas *como* não deixas os outros estudar.  
(c) O miúdo quer visitar [*tanto* a Disneylândia *como* o Parque Asterix].

<sup>(18)</sup> Sobre a negação com a conjunção *nem*, veja-se 19.1.1 e 19.2.3.

As expressões correlativas disjuntivas estão ilustradas nos exemplos (38) a (41). As coordenações em (a) apresentam casos de disjunção inclusiva, os exemplos (b) de disjunção exclusiva.

- (38) (a) *Ou eu ou tu* havemos de passar pela biblioteca central para consultarmos esse livro.  
 (b) *Ou fazes o que te peço ou* ficamos zangados.
- (39) (a) *Nem o João nem a Maria* nos vieram visitar nesse domingo.  
 (b) Não sei *nem se fico nem se parto*.
- (40) (a) Ele não encontra *ora* os óculos, *ora* o porta-moedas, *ora* as chaves de casa.  
 (b) Essa criança *ora* está a rir *ora* está a chorar.
- (41) (a) *Quer o gato quer o cão* detestam ver estranhos em casa.  
 (b) *Quer tu queiras quer não queiras*, nós temos de ir a essa reunião.

Para além dos valores prototípicos, as conjunções simples podem assumir outros consoante o potencial semântico dos termos coordenados. Esses valores são usualmente considerados como cumulativos, no sentido em que o valor prototípico inicial nunca é totalmente erradicado. Vejam-se os casos seguintes:

- (42) (a) Ela é inteligente *e* não esperta.  
 (b) Dás mais um passo *e* atiro!  
 (c) Às oito da noite, a Ana janta *e* vê o telejornal na televisão.
- (43) Ela tem trabalhado muito *mas* mesmo muito.

Em (42), apesar da presença de *e*, as estruturas coordenadas assumem, respectivamente, um valor contrastivo, em (42a), um valor condicional, em (42b) e um valor temporal de simultaneidade, em (42c). Por sua vez, em (43), a conjunção adversativa *mas* adquire, para além do seu valor contrastivo, um outro, aditivo.

#### 14.2.4. Os conectores de coordenação associados aos diferentes nexos coordenativos

Para além das conjunções, outros conectores podem estabelecer os nexos entre termos e foram tradicionalmente incluídos na classe das conjunções coordenativas, por oposição aos complementadores (ou conjunções subordinativas). Encontram-se nestas circunstâncias os seguintes:

(i) **Conectores contrastivos**, cujo valor fundamental é o de marcar um contraste entre dois constituintes: *porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto*.

(ii) **Conectores explicativos**: estabelecem uma relação de efeito-causa entre dois elementos de natureza oracional, sendo a função de causa atribuída à oração encabeçada pelo conector.

São caracterizados como explicativos os seguintes conectores: *pois, que, porque, porquanto* <sup>(19)</sup>.

(iii) **Conectores conclusivos**: explicitam uma relação causa-efeito entre dois termos, sendo atribuído ao constituinte afectado pelo conector, o valor de efeito ou consequência da situação reportada pelo outro termo.

São conclusivos, os seguintes conectores: *logo, pois* (posposto), *assim, portanto, por isso, por conseguinte, por consequência*.

Alguns desses conectores estabelecem nexos característicos das conjunções coordenativas, como é o caso dos conectores *contrastivos* em (i). Outros, apresentam valores próximos dos complementadores, como acontece com os *explicativos*, que são inventariados, por vezes, tanto nas conjunções coordenativas como nos complementadores de subordinação causal <sup>(20)</sup>.

No entanto, as propriedades formais que estes conectores exibem levam-nos a excluí-los da classe das conjunções. De facto, como tem sido salientado, as *conjunções de coordenação* apresentam tipicamente as seguintes **propriedades formais** <sup>(21)</sup>:

(44) Propriedades formais das conjunções de coordenação

- (i) ocupam a posição inicial do membro coordenado;  
 (ii) não podem deslocar-se no interior do termo coordenado;  
 (iii) não podem concorrer para uma mesma posição estrutural — a de núcleo da estrutura coordenada;  
 (iv) coordenam constituintes frásicos e não frásicos;  
 (v) podem co-ocorrer com complementadores quando coordenam as frases subordinadas por eles iniciadas.

<sup>(19)</sup> Cunha e Cintra (1984) incluem qualquer destes conectores tanto nas conjunções coordenativas explicativas como nas conjunções subordinativas causais.

<sup>(20)</sup> Veja-se a nota 19.

<sup>(21)</sup> Estas propriedades verificam-se nas diferentes línguas. Veja-se, para o inglês, Quirk et alii (1973, 1985).

Os exemplos seguintes ilustram cada uma destas propriedades:

As conjunções ocupam a posição inicial do membro coordenado (cf. (44.i)):

- 45) (a) Eles leram o jornal [e viram o noticiário na televisão].  
(b) Eles não leram o jornal [mas (também) não viram o noticiário na televisão].  
(c) Eles leram o jornal [ou viram o noticiário na televisão].

As conjunções não podem deslocar-se no interior do termo coordenado (cf. 44.ii):

- 46) (a) A Marta compra livros para os filhos e/mas o Paulo lê-os.  
(b) \*A Marta compra livros para os filhos, [o Paulo e lê-os].  
(c) \*A Marta compra livros para os filhos, [o Paulo lê-os e].  
(d) \*A Marta compra livros para os filhos, [o Paulo mas lê-os].  
(e) \*A Marta compra livros para os filhos, [o Paulo lê-os mas].

As conjunções não podem concorrer para uma mesma posição estrutural — núcleo da estrutura coordenada, (cf. (44.iii)):

- 47) (a) \*Eles não leram o jornal [e mas viram o noticiário na televisão].  
(b) \*Eles não leram o jornal [ou e viram o noticiário na televisão].  
(c) \*Eles não leram o jornal [ou mas não viram o noticiário na televisão].

As conjunções coordenam constituintes frásicos, como em (48a), e não frásicos, como em (48b, c), (cf. (44.iv)):

- 48) (a) [O calor começa a fazer-se sentir] [mas as férias ainda vêm longe].  
(b) [Muitos adolescentes mas poucos adultos] vão a esses concertos.  
(c) Para obter esse livro, ele vai [à biblioteca ou à livraria].

As conjunções podem co-ocorrer com os complementadores quando coordenam as frases subordinadas por elas iniciadas (cf. (44.v)):

- 49) (a) Ela disse que estava cansada [mas que não se podia deitar].  
(b) Quando estiveres de férias [ou quando não tiveres aulas podes ir ao cinema].

- (c) Embora estejas contente [e embora queiras festejar não deves esquecer-te de visitar a tua irmã].

A aplicação dos critérios acima enunciados permite distinguir as conjunções de outros conectores não conjuncionais.

Assim, os **conectores contrastivos**, tradicionalmente incluídos nas conjunções adversativas, não têm obrigatoriedade de colocação em início do membro coordenado, podendo mover-se no seu interior:

- (50) (a) Ela está cansada, *porém/todavia/contudo* os trabalhos em curso impedem-na de ir já para férias.  
(b) Ela está cansada, os trabalhos em curso impedem-na, *porém/todavia/contudo*, de ir já para férias.  
(c) Ela está cansada, os trabalhos em curso impedem-na de ir já para férias, *porém /todavia/contudo*.

Os conectores contrastivos podem co-ocorrer com as conjunções, desde que entre si haja compatibilidade semântica:

- (51) (a) Ela está cansada, e, *porém*, não pode ir já para férias.  
(b) Ela está cansada, e, *todavia*, não vai já para férias.  
(c) Ela está cansada, *mas, contudo*, não vai já para férias.

Finalmente, os conectores contrastivos podem surgir no interior de uma frase subordinada sem que coordenem qualquer constituinte ou frase:

- (52) Apesar de reconhecerem a debilidade económica do país, os investigadores acham que o governo lhes devia, *porém/todavia/contudo*, oferecer melhores condições de trabalho.

A frase complexa em (52) é constituída por uma oração adverbial concessiva (*Apesar de reconhecerem a debilidade económica do país*), e por uma oração principal (que se inicia em *os investigadores acham ...*), que comporta como seu objecto directo a frase completiva (*que o governo lhes devia, porém/todavia/contudo, oferecer melhores condições de trabalho*) que integra os conectores adversativos. O contraste que se estabelece é entre o sentido da frase adverbial concessiva e o da frase completiva seleccionada por *achar*. Assim, não existe neste exemplo qualquer constituinte que seja coordenado pelos conectores *porém, todavia* ou *contudo*.

Tendo em vista todas as propriedades que acabámos de referir, devemos concluir que os conectores contrastivos não são conjunções adversativas mas apenas advérbios de valor contrastivo<sup>(22)</sup>.

Um comportamento diverso é exibido pelos **conectores explicativos** *pois, que, porque, porquanto*. Com efeito, não é só a nível semântico que eles instauram uma relação assimétrica de efeito-causa entre os dois termos conectados, interpretável como uma relação de hipotaxe estabelecida entre uma oração subordinante e uma oração subordinada, funcionando a segunda como adjunto de causa da primeira. Também a nível formal, estes conectores se afastam das conjunções de coordenação e se aproximam dos complementadores presentes nas construções de subordinação.

Deste modo, diferentemente das conjunções, os referidos conectores só podem conectar entre si frases (e não outros sintagmas). Os exemplos seguintes ilustram esta propriedade:

- (53) (a) Recusei-me a trabalhar nesse dia *pois/que/porque/porquanto* tu tinhas vindo visitar-me!  
 (b) \*Recusei-me a isso *pois* esse facto!  
 (c) \*Recusei-me a isso *pois/que/porque/porquanto* isso!

Em (53b, c) ocorrem sintagmas nominais que podem denotar uma expressão linguística com conteúdo proposicional, ou seja, *isso* e *esse facto* podem referir-se a *tu tinhas vindo visitar-me*. No entanto, em oposição a (53a), os exemplos são marginais, apesar das potencialidades referenciais destes sintagmas.

Outra propriedade distingue os conectores explicativos das conjunções: diferentemente destas, e à semelhança dos complementadores, os referidos conectores são sensíveis à natureza finita ou infinitiva das frases que introduzem. Assim, os conectores explicativos em análise só são compatíveis com frases finitas. Veja-se o contraste entre os exemplos (54) e (55):

- (54) (a) Eles admitiram que não tinham assaltado a loja mas que estavam a planear fazê-lo.  
 (b) Eles admitiram não ter assaltado a loja mas estar a planear fazê-lo.  
 (55) (a) Eles admitiram ter assaltado a loja *pois* estavam a planear fazê-lo.  
 (b) \*Eles admitiram ter assaltado a loja *pois* estar a planear fazê-lo.  
 (56) (a) A criança pediu para se ir embora *que/porque/porquanto* já era tarde.  
 (b) \*A criança pediu para se ir embora *que/porque/porquanto* já ser tarde.

<sup>(22)</sup> A mesma posição é assumida em Bechara (1999).

As frases mal formadas em (55b) e em (56b) encontram contrapartidas bem formadas em (57) em que o complementador preposicional *por* encabeça a frase subordinada.

- (57) (a) Eles admitiram ter assaltado a loja *por* estar a planear fazê-lo.  
 (b) A criança pediu para se ir embora *por* já ser tarde.

As propriedades acima assinaladas sugerem que os conectores explicativos devem ser caracterizados como complementadores, que introduzem frases subordinadas causais finitas. Esta hipótese é corroborada pelo facto de estes conectores serem incompatíveis com complementadores que encabecem as frases finitas que eles introduzem (cf. (58)), uma vez que ambos concorrem para a mesma posição sintáctica:

- (58) \*Eles admitiram ter assaltado a loja *pois porque* estavam a planear fazê-lo.

Quanto aos **conectores conclusivos**, *logo, pois* (posposto), *assim, portanto, por isso, por conseguinte, por consequência*, ilustrados em (59), as suas propriedades distinguem-nos igualmente das conjunções.

- (59) (a) O João já acabou o trabalho, *logo* deve sair connosco esta noite.  
 (b) Ele não conhece bem o caminho, pode, *pois*, enganar-se.  
 (c) Ele não conhece bem o caminho, *assim*, pode enganar-se.  
 (d) A Maria estuda muito, *portanto/por isso/por conseguinte/por consequência*, tem de dormir oito horas diárias.

O facto de todos estes conectores conclusivos poderem co-ocorrer com uma conjunção introduzindo a frase que afectam (veja-se (60)), permite desde logo excluí-los da classe lexical das conjunções.

- (60) (a) (?) O João já acabou o trabalho *e, logo*, deve sair connosco esta noite.  
 (b) Ele não conhece bem o caminho *e* pode, *pois*, enganar-se.  
 (c) Ele não conhece bem o caminho *e, assim*, pode enganar-se.  
 (d) A Maria estuda muito *e, portanto/por isso/por conseguinte/por consequência*, tem de dormir oito horas diárias.

A possibilidade de estes conectores não ocuparem a posição inicial do constituinte que afectam é outra das propriedades que os afasta das conjunções:

- (61) (a) Ele não conhece bem o caminho, pode, *pois*, enganar-se.  
 (b) Ele não conhece bem o caminho pode, *assim*, enganar-se.  
 (c) A Maria estuda muito, tem *portanto/por isso/por conseguinte/por consequência*, de dormir oito horas diárias.

Assim, os conectores conclusivos devem ser caracterizados não como conjunções mas como expressões adverbiais ou preposicionais que funcionam como adjuntos frásicos ou verbais com valor conclusivo.

### 14.3. A natureza categorial dos termos coordenados

#### 14.3.1. Os constituintes coordenáveis: categorias lexicais, sintagmáticas, frásicas e textuais

Nas estruturas de coordenação, os termos coordenados podem ser de diferentes naturezas categoriais: SComps, como em (1a), SFlexs como em (1b)), sintagmas nominais (como em (1c), sintagmas verbais, como em (1d), sintagmas preposicionais, como em (1e), sintagmas adjectivais, como em (1f) e sintagmas adverbiais, como em (1g).

- (1) (a) Ele disse [*ou* [<sub>SComp</sub> que resolvia pessoalmente o assunto] *ou* [<sub>SComp</sub> que chamava um electricista para o resolver]], já não me lembro bem!  
 (b) [[<sub>SFlex</sub> As crianças foram ao cinema] *e* [<sub>SFlex</sub> nós ficámos em casa]]  
 (c) [ [<sub>SN</sub> O presidente] *e* [<sub>SN</sub> o secretário ] ] cumprimentaram-se (um ao outro) à entrada do edifício.  
 (d) O Manuel tinha [*não só* [<sub>SV</sub> encontrado a solução para aquele problema] *mas também* [<sub>SV</sub> feito todos os restantes exercícios do livro]].  
 (e) Toda a gente gosta [ [<sub>SP</sub> do João] *e* [<sub>SP</sub> da Maria ] ],  
 (f) Uma casa [ [<sub>SA</sub> antiga *mas* [<sub>SA</sub> confortável]] ] pode actualmente custar caro.  
 (g) Ele só executa algumas tarefas [ [<sub>SAdv</sub> depressa *e* [<sub>SAdv</sub> bem]].

Contrariamente à posição de que a coordenação apenas opera sobre frases, de que, por elipse, resultam as coordenações de sintagmas não frásicos — posição defendida por vários autores, alguns dos quais no âmbito da gramática

tradicional <sup>(23)</sup> —, há motivos para considerar que a coordenação pode à partida envolver constituintes menores. Com efeito, estes sintagmas coordenados ocorrem em contextos em que a sua autonomia como um todo é evidenciada. Assim, em (1c) os sintagmas nominais coordenados não provêm de uma coordenação de frases em que cada um dos sintagmas nominais ocorreria como sujeito, como mostra a marginalidade de (2a), uma vez que a construção recíproca com o verbo *cumprimentar-se* requer obrigatoriamente sujeitos plurais (cf. (2b)):

- (2) (a) \**O presidente* cumprimentou-se à entrada do edifício.  
 (b) *Eles* cumprimentaram-se (um ao outro) à entrada do edifício.

Do mesmo modo, em (1d) são apenas os sintagmas verbais no participio passado que são coordenados, como indica a expressão correlativa *não só... mas também*.

A relativa autonomia dos constituintes formado pela coordenação de sintagmas preposicionais em (1e) ou de sintagmas adverbiais em (1g), é atestada pela sua possibilidade de serem topicalizados, como em (3) e (4):

- (3) *Do João e da Maria*, toda a gente gosta  
 (4) *Depressa e bem*, ele só executa algumas tarefas.

Além dos constituintes sintagmáticos, a coordenação pode igualmente combinar núcleos lexicais em unidades nucleares complexas, como mostram os exemplos em (5), (6), e (7):

- (5) (a) O [<sub>SN</sub> [<sub>N</sub> pai e patrão]] do António é o Sr. Gonçalves.  
 (b) Ele pediu uma sandes de [<sub>SN</sub> [<sub>N</sub> fiambre e queijo]]  
 (6) Ele trazia uma camisa [<sub>SA</sub> [<sub>A</sub> azul e branca]] às riscas.  
 (7) (a) Quer uma água [<sub>SP</sub> [<sub>P</sub> com ou sem] gás]?  
 (b) Faz isso [<sub>SP</sub> [<sub>P</sub> por e para] ti]!  
 (c) Não se percebia se eles estavam [<sub>SP</sub> [<sub>P</sub> com ou contra] os manifestantes].

A distinção entre coordenação de núcleos e de sintagmas nem sempre é fácil de estabelecer, uma vez que as estruturas podem ser interpretadas dos dois modos. Assim, por exemplo, (7a) pode ser ambigualmente interpretado como uma

<sup>(23)</sup> Cf. Grevisse (1993: 370).

coordenação de núcleos, como assinalado, ou como uma coordenação de sintagmas preposicionais, *com gás e sem gás*, que adicionalmente sofreu a elipse da primeira instância do constituinte nominal *gás*.

A coordenação pode igualmente afectar unidades estruturais mais vastas do que a frase, e envolver fragmentos textuais que se encontram adjacentes. Vejam-se os exemplos em (8) e (9):

- (8) A sua infância passou-se “no meio de ruínas, muralhas, pedras, granito, campo”. *E o Minho acabou por legar à sua arte as serpentes e as cores.* (Tentugal, R., José Guimarães: «40 anos de criação». In *Expresso: Revista*, 21 de Julho de 2001, p. 49.)
- (9) Um turista do século XIX que tivesse dormido cento e tal anos e acordasse hoje com um desejo incontável de “ir de férias” teria uma certa dificuldade em encontrar um destino à medida dos seus gostos. Não poderia voltar a Cannes, nem a Nápoles, nem a Monte Carlo: a desilusão seria insuportável. Não poderia conhecer Cascais, nem a Figueira, nem o Algarve: o fascínio que encantara os europeus do seu tempo foi soterrado com cimento e especulação. Não suportaria a maior parte dos destinos de férias que as agências de viagens têm na manga: estão pejados de turistas. *Mas* o turista adormecido podia ir até às ilhas Lofoten, que se encontram a oeste da Noruega, a norte do Círculo Polar Ártico, e ao largo dos roteiros turísticos habituais. (Cadilhe, G.): «Férias elegantes». In *Expresso: Revista*, 21 de Julho de 2001, p. 68.

#### 14.3.2. A coordenação de constituintes categorialmente idênticos ou diferentes

Nos casos canónicos, os termos coordenados são da mesma natureza categorial. Os exemplos considerados nas secções anteriores exibiam esta propriedade, que ilustraremos sumariamente em (10):

- (10) (a) Ele pediu uma sandes de/[<sub>N</sub> fiambre] e [<sub>N</sub> queijo]  
 (b) Ele trazia uma camisa [[<sub>ADJ</sub> azul] e [<sub>ADJ</sub> branca]] às riscas.  
 (c) [[<sub>SN</sub> O presidente] e [<sub>SN</sub> o secretário]] cumprimentaram-se (um ao outro) à entrada do edifício.  
 (d) Toda a gente gosta [[<sub>SP</sub> do João] e [<sub>SP</sub> da Maria ]],

- (e) Ele disse [ou [<sub>SComp</sub> que resolvia pessoalmente o assunto] ou [<sub>SComp</sub> que chamava um electricista para o resolver]].

Porém, existem coordenações em que os membros coordenados podem apresentar diferentes categorias sintácticas. As frases em (11) ilustram essa assimetria categorial:

- (11) (a) Um livro [<sub>SA</sub> muito interessante] mas [<sub>SComp</sub> que custa muito caro] foi recentemente adquirido pela biblioteca da Faculdade.  
 (b) O repórter comentou [quer [<sub>SN</sub> a eminência da guerra] quer [<sub>SComp</sub> que as populações civis não sabem onde se refugiar] ].  
 (c) Foi [ [<sub>SAdv</sub> lentamente] mas [<sub>SP</sub> com prazer] ] que a criança leu o livro.

Os termos coordenados, ainda que categorialmente diversos, formam um constituinte complexo, que actua como uma unidade. Deste modo, em (11a), o sintagma adjectival e a frase relativa constituem o adjunto modificador do constituinte nominal *livro*. Em (11b), a coordenação do sintagma nominal e da frase subordinada completiva forma o objecto directo do verbo *comentar*. Em (11c) o constituinte complexo decorrente da coordenação do sintagma adverbial e do sintagma preposicional actua como o adjunto de modo do predicado *leu o livro* (24).

A coordenação de constituintes categorialmente diversos está sujeita a restrições que visam restabelecer parcialmente o paralelismo entre os termos coordenados. Consideraremos essas restrições em 14.4.1.

(24) O facto de constituintes categorialmente diversos se poderem coordenar levanta a questão da categoria assumida pela estrutura coordenada resultante. Em trabalhos como os de Johanessen (1998), Matos (1997, 2000) foi proposto que a estrutura coordenada, uma vez que é categorialmente transparente (subespecificada), pode por concordância com o seu especificador, herdar a natureza categorial deste, como exemplificado em (i) e (ii):

- (i) [<sub>SConj</sub> = SAdj [<sub>SAdj</sub> muito interessante] Conj [<sub>SComp</sub> que custa muito caro]]  
 (ii) [<sub>SConj</sub> = SAdv [<sub>SAdv</sub> lentamente] Conj [<sub>SP</sub> com prazer]].

## 14.4. Estruturas de coordenação paralelas e assimétricas

### 14.4.1. Paralelismo e assimetria dos termos coordenados

As estruturas coordenadas apresentam tipicamente paralelismo entre os termos coordenados tanto do ponto de vista das funções sintáctica e semântica que desempenham como do ponto de vista da sua natureza categorial. Nos casos canónicos, os termos de uma estrutura coordenada apresentam a mesma categoria (SComp, SFlex, SN, SV, SP, SA, SAdv...), e cada termo coordenado participa numa estrutura que no seu todo detém uma única função sintáctica e semântica. Os exemplos em (1) da secção anterior, aqui repetidos, são representativos destas propriedades:

- (1) (a) Ele disse [ou [SComp que resolvia pessoalmente o assunto] ou [SComp que chamava um electricista para o resolver]], já não me lembro bem!
- (b) [[SFlex As crianças foram ao cinema] e [SFlex nós ficámos em casa]]
- (c) [[SN O presidente] e [SN o secretário ]] cumprimentaram-se (um ao outro) à entrada do edifício.
- (d) O Manuel tinha [não só [SV encontrado a solução para aquele problema] mas também [SV feito todos os restantes exercícios do livro]].
- (e) Toda a gente gosta [[SP do João] e [SP da Maria ]],
- (f) Uma casa [[SA antiga mas [SA confortável]]] pode actualmente custar caro.
- (g) Ele só executa algumas tarefas [ [SAdv depressa e [SAdv bem]].

Em (1a) são coordenados SComps, que integram a estrutura coordenada disjuntiva, a qual apresenta a relação gramatical de Objecto directo de *dizer*, e a relação temática de tema. (1b) é uma coordenação de frases periódicas, não existe por isso nenhuma relação gramatical ou temática que seja atribuída à estrutura coordenada. (1c) exhibe uma coordenação de sintagmas nominais com o papel temático de agente, que desempenham a função sintáctica de sujeito. (1d) coordena SVs formando com eles um predicado complexo. Em (1e) ocorre uma coordenação de SPs, com a função de complemento oblíquo do verbo, à qual é atribuída a relação temática de tema. (1f) apresenta uma coordenação de SAdjs, com a relação gramatical de adjuntos nominais. Finalmente, em (1g), são coordenados SAdv que formam uma unidade à qual é atribuída a relação gramatical de Adjuntos de modo do sintagma verbal.

Porém, como vimos na secção anterior (cf. (11) repetido em (2)), o paralelismo categorial entre os termos coordenados não é um requisito imperativo. No entanto, a possibilidade de as estruturas coordenadas apresentarem termos categorialmente diversos está limitada aos casos em que um certo paralelismo entre os termos coordenados pode ser recuperado.

Fundamentalmente, dois factores têm de ser observados na coordenação de constituintes categorialmente diferentes: (i) a natureza categorial de cada um dos constituintes tem de ser compatível com a posição sintáctica que ocupa e a relação gramatical que desempenha (sujeito, objecto directo, adjunto nominal, adjunto verbal, etc.); (ii) a função semântica de cada um dos termos coordenados tem de ser similar (embora possa não ser estritamente a mesma). Ilustraremos estas propriedades, retomando os exemplos da secção anterior:

- (2) (a) Um livro [SA muito interessante] mas [SComp que custa muito caro] foi recentemente adquirido pela biblioteca da Faculdade.
- (b) O repórter comentou [quer [SN a eminência da guerra] quer [SComp que as populações civis não sabem onde se refugiar]].
- (c) Foi [[SAdv lentamente] mas [SP com prazer]] que a criança leu o livro.

Em (2a), ambos os termos coordenados, o sintagma adjectival e a frase relativa, podem isoladamente ocorrer como adjuntos do nome e funcionar semanticamente como modificadores deste; em (2b) tanto o sintagma nominal como a frase subordinada completiva podem ocorrer como objectos directos do verbo *comentar*; em (2c), os constituintes coordenados podem ambos desempenhar o papel de adjuntos de modo do SV *ler o livro*.

A coordenação aleatória de sintagmas categorialmente diversos produz resultados inaceitáveis, como se pode constatar em (3):

- (3) (a) \*Um livro [SA muito interessante] mas [SAdv recentemente] foi adquirido pela biblioteca da Faculdade.
- (b) \*O repórter comentou [quer [SN a eminência da guerra] quer [SP na televisão] ].
- (c) \*Foi [ [SAdv lentamente] mas [SP ao irmão] ] que a criança leu o livro.

De facto em (3a), *recentemente*, na sua qualidade de adjunto temporal, não pode ser interpretado como um elemento caracterizador das propriedades de *livro*. Em (3b), *na televisão*, quer pelas sua natureza categorial, enquanto sintagma preposicional, quer pelas suas propriedades temáticas, como constituinte locativo,

não é coordenável com o objecto directo do verbo *comentar*. De igual modo, em (3c), *ao irmão* designa um argumento opcional do verbo, com uma relação temática que lhe é atribuída por este, por este motivo, a sua coordenação com *lentamente*, um adjunto de modo do sintagma verbal, produz resultados inaceitáveis.

O facto de coordenações com termos categorialmente idênticos mas temática e funcionalmente diversos produzirem resultados anómalos, como acontece em (4), revela a importância destes dois últimos factores na caracterização do paralelismo das estruturas coordenadas:

- (4) (a) \*Um livro [<sub>SA</sub> muito interessante] e [<sub>SA</sub> inglês] foi adquirido pela biblioteca da Faculdade.  
 (b) \*Foi [ [<sub>SP</sub> com prazer ] mas [<sub>SP</sub> ao irmão] ] que a criança leu o livro.

Note-se, porém que este requisito de paralelismo de relação gramatical e temática não se faz sentir de uma forma absolutamente estrita. Assim, apesar de os seguintes adjuntos terem valores semânticos diversos, eles podem ser coordenados:

- (5) (a) A Ana não sabe [nem *para onde partiu a Maria* nem *por que razão ela o fez*].  
 (b) [*Como e quando*] vais preencher os impressos do imposto?

Os dados considerados até agora mostram que as estruturas coordenadas requerem fundamentalmente paralelismo de função sintáctica e de valor semântico entre os constituintes coordenados. Contudo, há casos que parecem contrariar esta generalização. É o que acontece em (6), que apresenta coordenações assimétricas semanticamente aproximáveis de estruturas de hipotaxe:

- (6) (a) *Ou* comes a sopa *ou* zango-me!  
 (b) Vestes esse casaco *e* transpiras!

Nestes casos, o primeiro membro coordenado pode ser interpretado como condicional e o segundo como a consequência da condição previamente expressa, como atestam as frases seguintes, que veiculam um significado próximo das anteriores:

- (7) (a) Se não comeres a sopa, zango-me!  
 (b) Se vestires esse casaco, transpiras!

Porém, em (6) a estrutura impede-nos de assimilarmos estes exemplos a casos de subordinação — estas frases exibem um paralelismo formal que está ausente das frases complexas correspondentes em (7). Com efeito, para parafrazarmos as frases de (6) pelas subordinadas condicionais correspondentes, várias alterações tiveram de ser feitas ao primeiro membro coordenado: mudança de modo e tempo em (7a, b) — do presente para o futuro do conjuntivo —, inserção do marcador de negação frásica em (7a). Em (6), ambos os termos coordenados se encontram no mesmo modo e tempo e as duas alternativas em (6a) são expressas por frases afirmativas.

Em suma, as estruturas coordenadas requerem paralelismo entre os membros coordenados. Nos casos canónicos, esse paralelismo manifesta-se a nível categorial e em termos de relações gramaticais e semânticas. Nos casos não canónicos o paralelismo pode ser afrouxado, de dois modos diversos: (i) é possível coordenar constituintes categorialmente diversos desde que eles mantenham as mesmas relações gramaticais e semânticas; (ii) alternativamente é possível estabelecer entre os membros coordenados nexos próximos das estruturas formadas por subordinação, desde que os termos coordenados mantenham paralelismo formal.

O requisito de paralelismo deve ser interpretado como um garante da coesão da estrutura coordenada. De facto, como vimos, a coordenação distingue-se da subordinação pelo facto de os seus membros terem igual estatuto formal, nenhum deles desempenhando qualquer função sintáctica ou semântica dentro do outro.

#### 14.4.2. Propriedades da coordenação face ao movimento de constituintes

O paralelismo das estruturas coordenadas faz-se sentir igualmente no caso do movimento para uma posição exterior de um domínio de coordenação frásica. As frases em (8) ilustram a possibilidade de deslocar para uma posição de início de frase os constituintes interrogados ou sobre que incide a exclamação.

- (8) (a) Que livro a Joana comprou ontem?  
 (b) Que livro interessante a Joana comprou!



As frases em (9) e (10) mostram que essa deslocação produz resultados inaceitáveis quando ocorre apenas num dos membros coordenados — nos exemplos dados, o local inicial do constituinte deslocado está indicado por um [-] <sup>(25)</sup>:

- (9) (a) \*Que livro [a Joana comprou [-]] mas deu um chocolate à Ana?  
 (b) \*Que livro [a Joana comprou um chocolate [mas deu [-] à Ana?]]
- (10) (a) \*Que livro interessante [ a Joana comprou [-]] e a Ana leu os dois primeiros capítulos dessa obra!  
 (b) \*Que livro interessante [a Joana leu os dois primeiros capítulos dessa obra [e a Ana comprou [-]]!]

As frases em (11) indicam, contudo, que o movimento destes constituintes para a posição inicial de frase é possível desde que opere por *Extracção Simultânea* a partir de ambos os constituintes coordenados <sup>(26)</sup>:

- (11) (a) Que livro [a Joana comprou [-] mas deu [-] à Ana ] ?  
 (b) Que livro interessante [a Joana comprou [-] e a Ana leu [-]] !

A Extracção Simultânea respeita, assim, o paralelismo entre os termos coordenados.

Porém, vimos que existiam frases como (12) em que a coordenação é assimétrica, no sentido em que havia um nexo de causa-efeito entre os termos coordenados. Poderíamos pensar que nestes casos a extracção de constituintes por movimento a partir de apenas um dos membros coordenados produzisse frases completamente bem formadas.

- (12) (a) *Ou* tu come a sopa *ou* eu zango-me!  
 (b) Ela veste o casaco *e* constipa-se!

Contudo, apesar de menos marginais, estes exemplos não são completamente aceitáveis, mostrando que de alguma forma estas estruturas coordenadas não são verdadeiramente assimétricas:

- (13) (a) \*O que é que [[*ou* tu comes [-] ] *ou* eu zango-me]?  
 (b) ?Que peça de vestuário é que ela veste [-] *e* constipa-se?

<sup>(25)</sup> Esta propriedade foi captada por Ross (1967), como um dos aspectos da *Condição da Estrutura Coordenada*.

<sup>(26)</sup> cf. Ross (1967), e para o português, Colaço (1996), Matos (2000).

#### 14.4.3. Coordenação de constituintes parentéticos e descontínuos

Nas estruturas de coordenação, uma outra propriedade pode criar uma certa assimetria estrutural entre os membros coordenados: quando a coordenação é estabelecida pelas conjunções singulares *e*, *ou* e *mas*, o segundo termo coordenado pode ser parentético (cf. (14)-(16)).

- (14) (a) O João *e* a Maria conhecem bem São Paulo.  
 (b) O João, *e* também a Maria, conhece(m) bem São Paulo.
- (15) (a) A Alemanha *ou* a França lideram o mercado europeu nesse sector desde há alguns anos.  
 (b) A Alemanha, *ou* a França, lidera(m) o mercado europeu nesse sector desde há alguns anos.
- (16) (a) Muitos alunos *mas* poucos professores compareceram à reunião.  
 (b) A Transbrasil, *mas* não a Lufthansa, deixou de fazer voos para Portugal.

Como os exemplos em (17), (18) e (19) atestam, os termos parentéticos nunca correspondem ao primeiro membro coordenado e podem coincidir com qualquer dos argumentos ou adjuntos do predicador verbal da frase. Assim, nas frases (a) a construção parentética afecta o sujeito, nas frases (b), o complemento do verbo *e*, nas (c), o adjunto do sintagma verbal ou de frase.

- (17) (a) Ele, *e não ela*, foi ao Brasil este ano.  
 (b) Eles conhecem São Paulo, *e também o Rio de Janeiro*, desde crianças.  
 (c) A Alemanha lidera o mercado europeu nesse sector, *e em muitos outros*, desde há alguns anos.
- (18) (a) Alguns computadores, *ou algumas impressoras*, baixaram de preço subitamente.  
 (b) Eles partem para o Rio de Janeiro, *ou para São Paulo*, na próxima semana.  
 (c) Na próxima semana, *ou na seguinte*, vamos de férias para o Algarve.
- (19) (a) Não eles, *mas sim elas*, estão convencidos de que vencerão o campeonato.  
 (b) Alguns computadores baixaram de preço, *mas não de qualidade*, subitamente.  
 (c) Ela ajudar-te-á nalgum dia desta semana, *mas não amanhã*, a resolver o teu problema.

Estes constituintes parentéticos não ocorrem com as locuções correlativas, como mostra o contraste entre os exemplos (20), em que não há constituintes parentéticos, e (21), em que estes aparecem.

- (20) (a) *Não só o João mas também a Maria* conhecem bem São Paulo.  
(b) *Ou a Alemanha ou a França* lideram o mercado europeu nesse sector desde há alguns anos.  
(c) Eles conhecem *tanto* São Paulo *como* o Rio de Janeiro desde crianças.  
(d) Eles viajam *ora* para o Rio de Janeiro *ora* para São Paulo durante todo o ano.
- (21) (a) \**Não só o João, mas também a Maria*, conhece bem São Paulo.  
(b) \**Ou a Alemanha, ou a França*, lidera o mercado europeu nesse sector desde há alguns anos.  
(c) \*Eles conhecem *tanto* São Paulo, *como o Rio de Janeiro*, desde crianças.  
(d) \*Eles viajam *ora* para o Rio de Janeiro, *ora para São Paulo*, durante todo o ano.

Finalmente, as coordenações parentéticas admitem constituintes descontínuos<sup>(27)</sup>:

- (22) (a) Ele foi ao Brasil este ano, *e não ela*.  
(b) Eles conhecem São Paulo desde crianças, *e também o Rio de Janeiro*.  
(c) Na próxima semana vamos de férias para o Algarve, *ou na seguinte*.  
(d) Alguns computadores baixaram de preço, subitamente, *mas não de qualidade*.  
(c) Ela ajudar-te-á nalgum dia desta semana a resolver o teu problema, *mas não amanhã*.

A natureza destas estruturas de coordenação enquanto constituintes sintagmáticas descontínuas ou elipses frásicas será discutida em 14.6.2 e 21.4.3.

<sup>(27)</sup> Sobre coordenação parentética descontínua, veja-se, por exemplo, McCawley (1982) e Reinhart (1991).

## 14.5. Coordenação e concordância verbal

Quando os sujeitos frásicos são SNs coordenados, a concordância verbal apresenta algumas particularidades. Em especial, a concordância em número e pessoa é sensível à natureza singular ou não das entidades referenciadas, ao facto de o segundo termo coordenado ser ou não parentético e à posição pré ou pós-verbal dos sujeitos nominais coordenados.

### 14.5.1. Concordância com sujeitos nominais coordenados pré-verbais

Em posição pré-verbal, se o constituinte sujeito resultante da coordenação de sintagmas nominais singulares refere um conjunto constituído por mais de um indivíduo, a concordância verbal faz-se no plural, quando efectuada pelas conjunções *e* (cf. (1) e (2)), e *ou*, com valor inclusivo (cf. (3) e (4)):

- (1) (a) [Eu *e* tu] temos muitas coisas em comum.  
(b) [Tu *e* ela] são(/sois) amigos de longa data.  
(c) [O livro *e* a revista] chegaram hoje pelo correio.
- (2) (a) \*Eu *e* tu tenho muitas coisas em comum.  
(b) \*Tu *e* eu tens muitas coisas em comum.  
(c) \*O livro *e* a revista chegou hoje pelo correio.
- (3) [Ele *ou* ela] têm de resolver esse assunto.  
(4) \*Ele *ou* ela tem de resolver esse assunto.

A concordância verbal com o sujeito faz-se na primeira pessoa do plural quando um dos sintagmas nominais coordenados é da primeira pessoa do singular; faz-se na terceira ou na segunda pessoa do plural (consoante as regiões geográficas), quando existe um sintagma nominal de segunda pessoa do singular; faz-se na terceira pessoa do plural quando ambos os sintagmas nominais coordenados são da terceira pessoa do singular.

Porém, quando a entidade designada pela coordenação aditiva *e* é singular, a concordância do verbo é feita no singular<sup>(28)</sup>:

<sup>(28)</sup> Exemplos idênticos já se encontravam na versão anterior desta gramática.

- (5) (a) [O meu companheiro e velho amigo] está sempre disposto a ajudar-me.  
 (b) [A pomba e o ramo de oliveira] é o símbolo da paz.

Do mesmo modo, se a coordenação de dois sintagmas nominais no singular através da conjunção *ou*, tem valor disjuntivo, a concordância verbal pode realizar-se no singular, se os dois sintagmas forem da mesma pessoa gramatical. O contraste entre (6) e (7) mostra que se esta última condição não se verificar, a interpretação disjuntiva só pode ser expressa como em (7d)).

- (6) [Ou o Pedro ou o João] tem de sair  
 (7) (a) \**Ou tu ou o Pedro* tens de sair.  
 (b) \**Ou tu ou o Pedro* tem de sair.  
 (c) ?*Ou tu ou o Pedro* têm de sair.  
 (d) *Ou tu ou o Pedro*, um de vocês tem de sair.

À excepção de *ou* disjuntivo, as expressões correlativas, tanto aditivas (*não só...mas também, não só...como, tanto...como*), como alternativas (*nem...nem, ora...ora, quer...quer*), desencadeiam concordância verbal plural (cf. (8)-(12)).

- (8) (a) *Não só o livro mas também/como a revista* chegaram hoje pelo correio.  
 (b) \**Não só o livro mas também/como a revista* chegou hoje pelo correio.  
 (9) (a) *Tanto o João como a Ana* vieram visitar-nos.  
 (b) \**Tanto o João como a Ana* veio visitar-nos.  
 (10) (a) *Nem eu nem tu* temos muitas coisas em comum.  
 (b) \**Nem eu nem tu* tenho muitas coisas em comum.  
 (c) \**Nem tu nem eu* tens muitas coisas em comum.  
 (11) (a) *Ora a criança ora a mãe* falavam animadamente.  
 (b) ??*Ora a criança ora a mãe* falava animadamente  
 (12) (a) *Quer o cão quer o dono* adoravam esses passeios matinais nos dias de Verão.  
 (b) \**Quer o cão quer o dono* adorava esses passeios matinais nos dias de Verão.

Com efeito, da coordenação de sintagmas nominais singulares efectuada através de locuções correlativas, resulta preferencialmente um constituinte nominal complexo que designa mais de uma entidade, como evidencia a marginalidade de (13)):

- (13) (a) \**Tanto o meu companheiro como velho amigo* está sempre disposto a ajudar-me.  
 (b) \**Nem a pomba nem o ramo de oliveira* é o símbolo da discórdia.  
 (c) \**Quer a pomba quer o ramo de oliveira* é o símbolo da paz.

Numa coordenação de sintagmas nominais singulares, com a relação gramatical de sujeito, quando o termo coordenado é parentético, a concordância pode fazer-se apenas com o termo coordenado não parentético, como mostra (14):

- (14) (a) Ele, e não ela, foi ao Brasil este ano.  
 (b) O João, e também a Maria, conhece bem São Paulo.  
 (c) A Alemanha, ou a França, lidera o mercado europeu nesse sector desde há alguns anos.  
 (d) A Transbrasil, mas não a Lufthansa, deixou de fazer voos para Portugal.

Essa concordância é obrigatória quando os termos são sentidos como exclusivos (cf. (14a) vs. (15a) e (14d) vs. (15d)). Contudo, quando podem ser interpretados como aditivos ou inclusivos, a concordância pode fazer-se no plural (cf. (14b) e (15b), (14c) e (15c)).

- (15) (a) \*Ele, e não ela, foram ao Brasil este ano.  
 (b) O João, e também a Maria, conhecem bem São Paulo.  
 (c) A Alemanha, ou a França, lideram o mercado europeu nesse sector desde há alguns anos.  
 (d) \*A Transbrasil, mas não a Lufthansa, deixaram de fazer voos para Portugal.

#### 14.5.2. Concordância com sujeitos nominais pós-verbais

Em posição pós-verbal, os sujeitos nominais coordenados, em que um dos termos é singular podem desencadear a concordância verbal regularmente, ou seja, como o fariam se se encontrassem em posição pré-verbal:

- (16) (a) Temos muitas coisas em comum, *eu e tu*.  
 (b) Chegaram hoje pelo correio *o livro e a revista*.  
 (17) Têm de resolver esse assunto *o João ou a Paula*.  
 (18) (a) Chegaram hoje pelo correio *não só o livro mas também/como a revista*.  
 (b) Vieram visitar-nos *tanto o João como a Ana*.

- (c) Não temos muitas coisas em comum *nem eu nem tu*.
- (d) Falavam animadamente *ora a criança ora a mãe*.
- (e) Adoravam esses passeios matinais nos dias de Verão *quer o cão quer o dono*.

No entanto, para além dos casos analisados na secção anterior que requeriam concordância verbal singular, em posição pós-verbal a concordância verbal pode efectuar-se em certas circunstâncias apenas com o primeiro termo coordenado, em coordenações aditivas e inclusivas. Este fenómeno é designado por *concordância parcial* por alguns autores<sup>(29)</sup>.

- (19) (a) Chegou hoje pelo correio *o livro e a revista*.
- (b) Tem de resolver esse assunto *o João ou a Paula*.
- (c) Veio visitar-nos *tanto o João como a Ana*.
- (d) Falava animadamente *ora a criança ora a mãe*.
- (e) Adorava esses passeios matinais nos dias de Verão *quer o cão quer o dono*.

A legitimação desta concordância parcial repousa fundamentalmente na possibilidade de considerar que cada uma das entidades envolvidas pode actuar independentemente da outra, como mostra o contraste entre (19) e (20)-(21).

- (20) (a) Têm muitas coisas em comum, ele e ela .
- (b) \*Tem muitas coisas em comum, ele e ela.
- (21) (a) Encontraram-se um com o outro na Faculdade, o Pedro e o António.
- (b) \*Encontrou-se um com o outro na Faculdade, o Pedro e o António.

Um outro factor favorece, embora não de forma impositiva, a concordância parcial com sintagmas nominais sujeito em posição pós-verbal: o facto de os sintagmas nominais coordenados serem da mesma pessoa verbal. Assim, os exemplos em (22) são melhores que os exemplos em (23b) e (24b))<sup>(30)</sup>.

<sup>(29)</sup> Para uma análise da concordância parcial com sujeitos coordenados pospostos, veja-se Colaço (1998). Neste trabalho defende-se que, em português, os casos de concordância parcial podem ser analisados em termos de uma coordenação frásica, envolvendo elipse.

<sup>(30)</sup> Factores de focalização interferem igualmente na aceitabilidade da concordância parcial com os sujeitos coordenados pós-verbais. Deste modo, a ocorrência de um pronome de 3.ª pessoa como segundo membro coordenado torna as frases mais marginais, como mostra a comparação entre (i) e (ii):

- (i) Chegou atrasado à conferência ele e a Maria.
- (ii) ?Chegou atrasado à conferência ele e ela.

- (22) (a) Finalmente telefonou o João e a Maria.
- (b) Chegou atrasado à conferência ele e a Maria.
- (23) (a) Finalmente telefonaram tu e a Maria.
- (b) (?) Finalmente telefonaste tu e a Maria.
- (24) (a) Chegámos atrasados à conferência eu e a Maria.
- (b) (?) Cheguei atrasado à conferência eu e a Maria.

## 14.6. Coordenação e elipse

### 14.6.1. A elipse em domínios de coordenação — breve referência

A relação entre coordenação e elipse, embora estreita, não é exclusiva. De facto, como veremos no capítulo 21, a elipse pode ocorrer em outros domínios sintácticos, em especial em frases subordinadas e em discursos dialógicos. Assim sendo, remeteremos a análise das construções de elipse para esse capítulo, focando aqui apenas aspectos genéricos dessa correlação.

Como os exemplos seguintes em (1) indicam, a coordenação é um dos domínios em que a elipse privilegiadamente opera. No segundo membro coordenado de cada uma das frases subsequentes, ocorre um caso diferente de elipse.

- (1) (a) O Paulo apresentou uma proposta aos colegas durante a reunião e a Ana também.
- (b) O Paulo apresentou uma proposta aos colegas durante a reunião *mas* a Ana não apresentou.
- (c) O Paulo apresentou uma proposta aos colegas durante a reunião e a Ana depois da reunião.
- (d) O Paulo apresentou uma das propostas aos colegas durante a reunião *mas* eu não sei qual.
- (e) O Paulo apresentou a proposta aos colegas durante a reunião *mas* aos patrões antes da reunião.

O confronto entre as frases elípticas em (1) e as suas contrapartidas não elípticas em (2) mostra que a finalidade da elipse é eliminar a informação redundante: a informação já dada no primeiro membro coordenado é alvo de elipse.

- (2) (a) O Paulo apresentou uma proposta aos colegas durante a reunião e a Ana também *apresentou uma proposta aos colegas durante a reunião*.  
 (b) O Paulo apresentou uma proposta aos colegas durante a reunião mas a Ana não apresentou *uma proposta aos colegas durante a reunião*.  
 (c) O Paulo apresentou uma proposta aos colegas durante a reunião e a Ana *apresentou uma proposta aos colegas* depois da reunião.  
 (d) O Paulo apresentou uma das propostas aos colegas durante a reunião e mas eu não sei qual *das propostas o Paulo apresentou aos colegas durante a reunião*.  
 (e) O Paulo apresentou a proposta aos colegas durante a reunião mas *o Paulo apresentou a proposta* aos patrões antes da reunião.

A não omissão dos elementos idênticos nas estruturas de coordenação é interpretada como um processo enfático, que veicula uma informação menos precisa do que a das estruturas elípticas correspondentes, na medida em que não destaca a informação nova — que seria a realizada nestas últimas estruturas.

Esta tensão entre não redundância e carácter informativo está presente em todas as estruturas de coordenação, elípticas e não elípticas. Assim, uma frase como (3a) não é redundante, mas é insuficientemente informativa.

- (3) (a) #O Paulo apresentou a proposta *e* a Ana.  
 (b) O Paulo apresentou a proposta *e* a Ana *também*.  
 (c) O Paulo apresentou a proposta *e* a Ana *não*.

A coordenação dos dois SNs em (3a) produz uma interpretação pragmaticamente anómala (*apresentar uma proposta* é uma situação diversa de *apresentar uma pessoa*), mas não há indicações formais que mostrem que os constituintes a coordenar são as frases. Pelo contrário (3b) e (3c) são exemplos não redundantes e informativos: em ambos os casos o conteúdo do predicado do segundo termo coordenado é estabelecido pelo primeiro, e a presença dos advérbios *também* e *não* indica que existe um predicado elíptico denotativamente idêntico (cf. (3b)) ou disjunto (cf. (3c)) relativamente ao predicado realizado do primeiro membro coordenado.

O contraste entre as frases (4a) e (5a) e as restantes mostra que as primeiras, apesar de redundantes, são insuficientemente informativas:

- (4) (a) ?O Paulo apresentou a proposta *e* a Ana apresentou a proposta.  
 (b) O Paulo apresentou a proposta *e* a Ana apresentou a proposta *também*.

- (c) O Paulo apresentou a proposta *e* a Ana *não* apresentou a proposta.  
 (5) (a) ?O Paulo apresentou a proposta *e* a Ana *fê-lo*.  
 (b) O Paulo apresentou a proposta *e* a Ana *fê-lo também*.  
 (c) O Paulo apresentou a proposta *e* a Ana *não* o fez.

De facto, (4a) e (5a) não indicam explicitamente, pela inclusão dos elementos adverbiais *também* e *não*, que os seus predicados são idênticos, ou disjuntos dos predicados que figuram no primeiro termo coordenado (cf. (4b, c) e (5b, c)).

#### 14.6.2. Coordenação frásica, coordenação sintagmática e elipse

Nem todos os constituintes que à primeira vista parecem ser resultantes de elipse, se revelam a uma análise mais atenta como manifestações deste fenómeno. Assim, frases como (6) contrastam com as de (7) pelo facto de as primeiras exibirem coordenação de frases com elipse dos elementos redundantes do segundo termo da coordenação e as segundas constituintes não frásicos descontínuos.

- (6) (a) A Paula não *comprou um livro à Teresa* mas a Ana *sim*.  
 (b) A criança não levou livros para a sala *e brinquedos* também não.  
 (c) A Ana partiu a jarra ontem mas o vaso não.  
 (7) (a) A Paula não comprou um livro à Teresa mas *sim* ao Luís.  
 (b) A Ana partiu a jarra ontem mas *não* o vaso!

A sua divergência de comportamento manifesta-se, por exemplo, face à subordinação: enquanto os elementos do segundo membro coordenado dos exemplos (6) podem ocorrer em frases subordinadas completivas (cf. (8)), o mesmo não acontece com os dos exemplos (7) (cf. (9)):

- (8) (a) A Paula não comprou um livro à Teresa mas acho *que a Ana sim*.  
 (b) A criança não levou livros para a sala *e penso que brinquedos também não*.  
 (c) A Ana partiu a jarra ontem mas garantiu-nos *que o vaso não*.  
 (9) (a) \*A Paula não comprou um livro à Teresa mas acho *que sim ao Luís*.  
 (b) \*A Ana partiu a jarra ontem mas garantiu-nos *que não o vaso!*

A presença de estruturas de subordinação em (8) mostra que os constituintes subsequentes ao complementador estão integrados numa frase elíptica. Pelo contrário, a exclusão da subordinação em (9) sugere que os constituintes em

itálico, não participam numa frase elíptica. Os constituintes do segundo membro coordenado em (7) devem pois ser aproximados de estruturas de coordenação parentéticas como (10) <sup>(31)</sup>:

(10) A Ana partiu a jarra, mas *não* o vaso, ontem!

<sup>(31)</sup> Uma análise pormenorizada destas construções será empreendida no capítulo 21, 21.4.4).

# 15

## Subordinação completiva — as orações completivas

*Inês Duarte*

### *Índice*

- 15. Subordinação completiva — as orações completivas
  - 15.1. Completivas finitas
    - 15.1.1. Selecção de modo nas completivas finitas
    - 15.1.2. Completivas com a relação gramatical de sujeito
    - 15.1.3. Completivas com a relação gramatical de objecto directo
    - 15.1.4. Completivas com uma relação gramatical oblíqua
    - 15.1.5. Particularidades no uso das completivas finitas
  - 15.2. Completivas não finitas
    - 15.2.1. A distribuição do infinitivo flexionado em infinitivas canónicas
    - 15.2.2. Construções de controlo
    - 15.2.3. Construções de *Elevação*
    - 15.2.4. A construção *Adjectival Complexa*
  - 15.3. Verbos com propriedades de selecção não homogéneas
  - 15.4. Completivas não finitas defectivas
    - 15.4.1. Construções de *Marcação de Caso Excepcional*
    - 15.4.2. Construções com infinitivo gerundivo
    - 15.4.3. Construções de *Reestruturação*
    - 15.4.4. Construções de *União de Orações*



Assim, quando numa construção de complementação a frase completiva é um argumento obrigatório, a sua supressão determina a agramaticalidade da frase superior, quando considerada isoladamente de um contexto discursivo — veja-se o contraste entre (2) e (3):

- (2) (a) O João prometeu [<sub>Fsub</sub> que telefonava logo à noite].  
 (b) Os miúdos são capazes [<sub>Fsub</sub> de escalar essa colina].  
 (c) Os estudantes tiveram a ideia [<sub>Fsub</sub> de organizar uma feira de protótipos].
- (3) (a) \*O João prometeu.  
 (b) \*Os miúdos são capazes.  
 (c) \*Os estudantes tiveram a ideia. (3)

Sendo a frase completiva um argumento de um núcleo da frase superior, ela é sempre seleccionada por esse núcleo. Nos exemplos (2), o núcleo que selecciona a completiva é um verbo (*prometer*, em (2a)), um adjectivo (*capaz*, em (2b)) e um nome (*ideia*, em (2c)). Consoante a categoria sintáctica a que pertence o núcleo que selecciona a completiva, a construção de complementação denomina-se **verbal** (como em (2a)), **adjectival** (como em (2b)) ou **nominal** (como em (2c)).

As frases completivas podem ser **finitas**, caso em que o verbo ocorre no modo indicativo ou conjuntivo (cf. (4)), ou **não finitas**, caso em que o verbo ocorre no infinitivo flexionado ou não flexionado ou no infinitivo gerundivo, i.e., numa forma infinitiva precedida de *a* e comutável com o gerúndio (cf. (5)):

- (4) (a) Os críticos disseram [<sub>Fsub</sub> que esse filme *ganhou* o festival].  
 (d) Os críticos desejam [<sub>Fsub</sub> que esse filme *ganhe* o festival].
- (5) (a) Os peritos islandeses lamentam [<sub>Fsub</sub> *terem* sido consultados tão tarde].  
 (b) Os peritos islandeses desejam [<sub>Fsub</sub> *ser* consultados sobre essa matéria].  
 (c) Os islandeses viram casas *a ruir(em)* em consequência da erupção.

(3) A agramaticalidade de (3c) decorre de restrições ainda mal compreendidas sobre frases com o verbo estativo de posse *ter*. Nestas construções, quando o objecto directo definido exprime posse inalienável ou um produto da actividade mental do sujeito, tem de conter uma estrutura predicativa (cf. (i)) ou um argumento (cf. o contraste entre (2c) e (3c)):

- (i) (a) \*A Maria tem as mãos.  
 (b) A Maria tem as mãos imundas.

## 15.1. Completivas finitas

As completivas finitas, independentemente de serem seleccionadas por verbos, adjectivos ou nomes, têm uma propriedade em comum: (a) o verbo ocorre numa forma finita do indicativo ou do conjuntivo, como se pode observar nos exemplos (1)-(3) (4):

- (1) (a) Os críticos disseram [<sub>Fsub</sub> que esse filme *ganhou* o festival].  
 (b) Os críticos desejam [<sub>Fsub</sub> que esse filme *ganhe* o festival].
- (2) (a) É claro [<sub>Fsub</sub> *que* ele *colecciona* biombos japoneses].  
 (b) É possível [<sub>Fsub</sub> *que* ele *colecione* biombos japoneses].
- (3) (a) É verdade [<sub>Fsub</sub> *que* ele *colecciona* biombos japoneses].  
 (b) Espanta-me a tua sugestão de [<sub>Fsub</sub> *que* ele *colecione* biombos japoneses].

O elemento que introduz a maioria das frases completivas finitas é o **complementador** *que*. As completivas finitas seleccionadas por verbos de inquirição (5) e por verbos dubitativos e intrinsecamente negativos (6) têm como elemento introdutor o complementador *se* (7), como se pode observar nos exemplos (4):

- (4) (a) Todos lhe perguntaram [<sub>Fsub</sub> *se* ele afinal vinha à festa].  
 (b) Não sei [<sub>Fsub</sub> *se* o João vem à festa].

Completivas finitas seleccionadas por alguns verbos declarativos (8) podem ser introduzidas pelos complementadores *que* ou *se* (cf. (5a, b)); neste último caso, têm uma interpretação semelhante à de interrogativas indirectas totais:

- (5) (a) O júri vai decidir [<sub>Fsub</sub> *que* atribui o prémio este ano].  
 (b) O júri vai decidir [<sub>Fsub</sub> *se* atribui o prémio este ano].

(4) As condições que determinam a ocorrência de indicativo e conjuntivo serão explicitadas no ponto seguinte.

(5) Pertencem a esta classe verbos como *investigar*, *pedir*, *perguntar*.

(6) Pertencem a esta classe verbos como *desconhecer*, *ignorar*, *não saber*.

(7) A tradição gramatical luso-brasileira denomina os introdutores de frases completivas conjunções integrantes. No caso particular das completivas interrogativas-Q indirectas, o elemento introdutor da subordinada é um sintagma-Q interrogativo.

(8) Pertencem a esta classe verbos como *decidir*, *descobrir*, *dizer*, *informar*, *mostrar*.



A aplicação de testes de constituência mostra que as completivas são uma unidade sintáctica da frase superior. Assim, independentemente da função sintáctica que desempenham na frase superior, podem ser substituídas por pronomes demonstrativos invariáveis como *isto, isso, aquilo* <sup>(9)</sup>:

- (6) (a) Os críticos disseram *isso*. (Cf. (1a))  
 (isso = [<sub>Fsub</sub> que esse filme ganhou o festival])  
 (b) Os críticos desejam *isso*. (Cf. (1b))  
 (isso = [<sub>Fsub</sub> que esse filme ganhe o festival])  
 (c) *Isso* é claro. (Cf. (2a))  
 (isso = [<sub>Fsub</sub> que ele coleciona biombos japoneses])  
 (d) *Isso* é verdade. (Cf. (3a))  
 (isso = [<sub>Fsub</sub> que ele coleciona biombos japoneses])

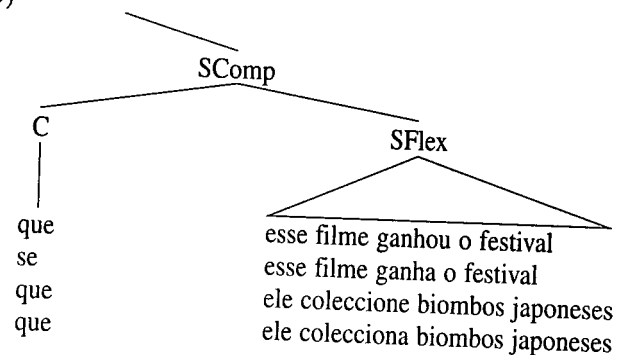
A aplicação de testes de constituência mostra igualmente que a estrutura interna das frases completivas é hierarquizada, sendo possível distinguir internamente dois constituintes: o complementador, que introduz a completiva, e o constituinte oracional à sua direita. Assim, tal constituinte pode ser substituído por um item de polaridade afirmativa ou negativa, como se mostra em (7):

- (7) (a) Os críticos disseram que *sim*.  
 (sim = [<sub>F</sub> esse filme ganhou o festival])  
 (b) Os críticos desejam que *não*.  
 (não = [<sub>F</sub> esse filme não ganhe o festival])  
 (c) É claro que *sim*.  
 (sim = [<sub>F</sub> ele coleciona biombos japoneses])  
 (d) É verdade que *sim*.  
 (sim = [<sub>F</sub> ele coleciona biombos japoneses])

As completivas finitas podem, portanto, considerar-se constituintes frásicos cujo núcleo sintáctico é o complementador, o qual selecciona um constituinte igualmente frásico cujo núcleo sintáctico é a Flexão. Em (9) representa-se a estrutura hierárquica das completivas presentes nas frases (8):

<sup>(9)</sup> As completivas seleccionadas como argumento interno por nomes são dificilmente substituíveis por um pronome demonstrativo invariável. Sobre este assunto, ver adiante 15.1.4.

- (8) (a) Os críticos disseram [<sub>Fsub</sub> que esse filme ganhou o festival].  
 (b) Os jornalistas perguntaram [<sub>Fsub</sub> se esse filme ganha o festival].  
 (c) É possível [<sub>Fsub</sub> que ele colecione biombos japoneses].  
 (d) É verdade [<sub>Fsub</sub> que ele coleciona biombos japoneses].  
 (9)



### 15.1.1. Selecção de modo nas completivas finitas

A selecção do modo indicativo ou conjuntivo nas completivas finitas depende essencialmente das propriedades do núcleo que as selecciona.

Nas completivas verbais, o **modo indicativo** é seleccionado por verbos superiores inacusativos <sup>(10)</sup> (cf. (10)), epistémicos <sup>(11)</sup> (cf. (11)), declarativos <sup>(12)</sup> (cf. (12)), de inquirição <sup>(13)</sup> (cf. (13)) e perceptivos <sup>(14)</sup> (cf. (14)):

- (10) (a) Acontece [<sub>SComp</sub> que eu não sei a tua morada].  
 (b) Sucede [<sub>SComp</sub> que ninguém estava preparado para um teste deste tipo].  
 (11) (a) O João sabe [<sub>SComp</sub> que a Maria tem razão].  
 (b) Os estudantes pensavam [<sub>SComp</sub> que podiam repetir a prova].  
 (12) (a) Eles afirmam [<sub>SComp</sub> que os resultados serão publicados hoje].  
 (b) Os miúdos prometeram [<sub>SComp</sub> que chegavam cedo a casa].

<sup>(10)</sup> Pertencem a esta classe verbos como *acontecer, ocorrer, parecer, suceder*.

<sup>(11)</sup> Pertencem a esta classe verbos como *achar, acreditar, considerar, pensar, saber, supor*.

<sup>(12)</sup> Pertencem a esta classe verbos como *afirmar, concluir, declarar, dizer, jurar, prometer*.

<sup>(13)</sup> Pertencem a esta classe verbos como *investigar, pedir, perguntar*.

<sup>(14)</sup> Pertencem a esta classe verbos como *ouvir, sentir, ver*.

- (13) (a) Perguntam-nos frequentemente [<sub>SComp</sub> se *concordamos* com os programas].  
 (b) Pediram-me [<sub>SComp</sub> que *substituiu*se o colega que adoeceu com sarampo].
- (14) (a) O João viu [<sub>SComp</sub> que o público *aplaudiu* de pé o cantor].  
 (b) Todos sentimos [<sub>SComp</sub> que a atmosfera *era* de cortar à faca].

Também ocorrem no indicativo completivas preposicionadas seleccionadas por verbos psicológicos não emotivos intrinsecamente reflexos cuja contrapartida causativa selecciona modo indicativo <sup>(15)</sup> — vejam-se os exemplos (15):

- (15) (a) Os miúdos lembram-se de [<sub>SComp</sub> que os pais lhes *prometeram* uma bicicleta].  
 (b) Recordo-me de [<sub>SComp</sub> que *passávamos* férias em Tróia].

As frases completivas adjetivais e nominais não preposicionadas seleccionadas por núcleos adjetivais e nominais epistémicos como *certo/certeza, claro, evidente/evidência, facto, nítido, óbvio, realidade, verdade* e *visível* exibem modo indicativo, como se pode observar nos exemplos (16) e (17):

- (16) (a) É evidente [<sub>SComp</sub> que ele te *vai* convidar para a festa].  
 (b) É visível [<sub>SComp</sub> que os estudantes não *gostam* desse professor].
- (17) (a) É já uma certeza [<sub>SComp</sub> que a inflação *ultrapassará* os 2% este ano].  
 (b) É um facto [<sub>SComp</sub> que os incêndios *aproveitam* aos madeireiros e aos especuladores imobiliários].

Ocorrem igualmente no indicativo completivas seleccionadas como argumento interno por núcleos adjetivais <sup>(16)</sup> (cf. (18)) e nominais <sup>(17)</sup> epistémicos (cf. (19)):

<sup>(15)</sup> Contam-se entre eles verbos como *esquecer-se, lembrar-se, recordar-se*.

<sup>(16)</sup> Contam-se entre eles: *certo, ciente, consciente, sabor, seguro*.

<sup>(17)</sup> A selecção de indicativo é obrigatória com núcleos nominais: a) derivados de adjetivos epistémicos que seleccionam indicativo como *certeza, evidência*; b) derivados de verbos epistémicos e declarativos, como *afirmação, conhecimento, conclusão, demonstração, prova*. A selecção de indicativo é opcional com núcleos nominais epistémicos como *facto, hipótese, ideia*.

- (18) (a) Ele está consciente de [<sub>SComp</sub> que o problema *é* muito complexo].  
 (b) Estamos seguros de [<sub>SComp</sub> que ela se *qualificará* para os Jogos Olímpicos de Sidney].
- (19) (a) Ninguém abala a certeza de [<sub>SComp</sub> que ela *é* a pessoa indicada para essa função].  
 (b) Concordo com a afirmação de [<sub>SComp</sub> que o projecto *foi* uma desilusão].  
 (c) A viagem de Fernão de Magalhães provou a hipótese de [<sub>SComp</sub> que a Terra *é* redonda].

O **modo conjuntivo** ocorre em completivas verbais argumento externo de verbos psicológicos <sup>(18)</sup> e em completivas seleccionadas por verbos inacusativos como *bastar* e *convir*, como se pode observar em (20) e (21):

- (20) (a) Entristece-a [<sub>SComp</sub> que o filho *tenha* tido maus resultados no exame].  
 (b) Surpreendeu-os [<sub>SComp</sub> que as notas *fossem* tão elevadas].
- (21) (a) Basta [<sub>SComp</sub> que *comunique*s pelo telefone o teu nib].  
 (b) Convém [<sub>SComp</sub> que *venhas* à conferência].

Nas completivas verbais argumento interno directo de verbos declarativos de ordem <sup>(19)</sup>, de verbos psicológicos factivos <sup>(20)</sup>, de verbos volitivos e optativos <sup>(21)</sup> e de verbos causativos <sup>(22)</sup> ocorre igualmente o modo conjuntivo, como se pode observar nos exemplos (22):

- (22) (a) Os pais disseram aos miúdos [<sub>SComp</sub> que lhes *telefonassem*].  
 (b) Todos lamentam [<sub>SComp</sub> que *tenha* ocorrido uma cena dessas].  
 (c) Os professores esperam [<sub>SComp</sub> que o sucesso escolar *auge* este ano].  
 (d) A Faculdade deixou [<sub>SComp</sub> que os alunos se *matriculassem* condicionalmente].

<sup>(18)</sup> Veja-se a seguinte lista de verbos psicológicos que seleccionam como argumento externo completivas no conjuntivo: *aborrecer, agradar, comover, contrariar, desagradar, desgostar, entristecer, impressionar, interessar, ofender, preocupar, surpreender*.

<sup>(19)</sup> Pertencem a esta classe verbos como *dizer* (com a completiva como argumento interno directo e com um argumento interno indirecto alvo), *ordenar, pedir, rogar, suplicar*.

<sup>(20)</sup> Denominam-se 'factivos' os predicados que pressupõem a verdade do seu complemento frásico. Pertencem a esta classe verbos como *achar\_bem/mal, detestar, gostar, lamentar*.

<sup>(21)</sup> Pertencem a esta classe verbos como *desejar, esperar, pretender, querer, tencionar*.

<sup>(22)</sup> Pertencem a esta classe verbos como *deixar, fazer, fazer\_com, mandar*.

As completivas verbais preposicionadas apresentam em geral modo conjuntivo — vejam-se os exemplos (23):

- (23) (a) Eles autorizaram-nos a [<sub>SComp</sub> que *consultássemos* o manuscrito raro].  
 (b) O bibliotecário opôs-se a [<sub>SComp</sub> que *consultássemos* o manuscrito raro].  
 (c) Os pais dos miúdos anseiam por [<sub>SComp</sub> que eles *recomecem* as aulas].

Quanto às completivas nominais e adjectivais, com excepção dos casos de selecção de indicativo por nomes e adjectivos epistémicos como os ilustrados em (16) e (17), as completivas não preposicionadas, seleccionadas como sujeito por núcleos adjectivais (23) e nominais (24), exibem em geral o modo conjuntivo (cf. (24) e (25)):

- (24) (a) É surpreendente [<sub>SComp</sub> que o filme *tenha* ganho o festival].  
 (b) É difícil [<sub>SComp</sub> que se *conclua* a instrução do processo esta semana].  
 (c) É possível [<sub>SComp</sub> que os meus amigos *saiam* logo à noite].  
 (25) (a) Foi uma surpresa [<sub>SComp</sub> que o filme *tivesse* ganho o festival].  
 (b) [<sub>SComp</sub> Que o atendimento público *melhore*] é uma necessidade.  
 (c) É um enorme problema [<sub>SComp</sub> que os finalistas ainda não *dominem* conceitos gramaticais básicos].

A generalidade das completivas finitas seleccionadas como argumento interno por núcleos adjectivais (25) e nominais (26) exhibe modo conjuntivo, como se pode observar nos exemplos (26) e (27):

(23) É este o caso de completivas seleccionadas por adjectivos: a) avaliativos factivos como *aborrecido, agradável, angustiante, animador, bom, censurável, comovedor, decisivo, desagradável, emocionante, estranho, fastidioso, imperdoável, impressionante, justo, lamentável, maçador, perigoso, perturbador, reprovável, simpático, trágico*; b) avaliativos não factivos como *benéfico, complicado, custoso, difícil, fácil, simples, urgente, útil*; c) modais como *impossível, necessário, obrigatório, possível*.

(24) É este o caso de completivas seleccionadas por nomes: a) avaliativos factivos como *aflicção, afronta, chatices, crueldade, deslumbramento, encanto, honra, horror, injúria, maravilha, pena, perigo, surpresa, tolice, tristeza, vantagem*; b) modais como *falsidade, necessidade, obrigação, possibilidade, probabilidade*; c) epistémicos como *hipótese, ideia, problema, questão*.

(25) É este o caso das completivas seleccionadas por adjectivos psicológicos não epistémicos como (a) *ansioso, impaciente, responsável*; b) *contrário, pronto, propício, receptivo*; c) *desejoso, esperançoso*.

(26) É este o caso das completivas seleccionadas por nomes: a) modais como *necessidade, obrigação, possibilidade, probabilidade*; b) epistémicos como *hipótese, ideia, intenção, proposta, suposição*.

- (26) (a) O chefe está ansioso por [<sub>SComp</sub> que *acabemos* as nossas férias].  
 (b) Toda a equipa se mostrou receptiva a [<sub>SComp</sub> que os dois jovens *fossem* contratados].  
 (c) Todos estão desejosos de [<sub>SComp</sub> que as férias *cheguem* depressa].  
 (27) (a) Reconheceu-se a possibilidade de [<sub>SComp</sub> que a taxa de desemprego na Europa não *diminua* na próxima década].  
 (b) Existe a intenção de [<sub>SComp</sub> que *seja* dado maior apoio aos jovens atletas].

Até aqui foi descrita a selecção de modo indicativo e conjuntivo determinada pelas propriedades dos núcleos lexicais da frase superior que seleccionam a oração completiva.

Como foi referido no capítulo 9, tem-se procurado encontrar propriedades semânticas unificadoras dos contextos em que ocorre obrigatoriamente modo indicativo e modo conjuntivo nas frases completivas. Como também foi referido no mesmo capítulo, embora, tradicionalmente, o modo conjuntivo tenha sido associado ao domínio da incerteza, da eventualidade e da dúvida, não existe uma relação directa entre a selecção de modo nas completivas e diferentes tipos de modalidade, como mostra o facto de o modo conjuntivo ocorrer obrigatoriamente em completivas seleccionadas por certas classes de verbos factivos e, inversamente, o de ser o indicativo o modo de completivas seleccionadas por alguns predicados de crença.

Uma proposta de resposta a esta questão repousa na distinção entre predicados que introduzem asserções (**predicados assertivos**) e predicados que não introduzem asserções (**predicados pseudo-assertivos**) (27). Um predicado pseudo-assertivo não introduz asserções, utilizando-se para exprimir avaliações ou para acrescentar conteúdos independentes da própria asserção, uma vez que os mesmos se encontram já pressupostos nesta (como acontece com predicados factivos avaliativos). Esta distinção reflecte-se na selecção de modo: indicativo, nas completivas seleccionadas por predicados assertivos, conjuntivo nas seleccionadas por predicados pseudo-assertivos.

Um conjunto de propriedades gramaticais permitem identificar estes dois tipos de predicados.

(27) Ver a este propósito Hooper (1975), Bosque (1990). Para o português, ver Faria (1974) e Marques (1995). Marques (1995) propõe que os predicados de conhecimento e crença (i.e., [+ epistémico]) seleccionam indicativo, ocorrendo o conjuntivo com os restantes. Como a discussão das propriedades dos predicados assertivos e pseudo-assertivos tomará claro, os predicados que considera [+ epistémico] são predicados assertivos, e os que considera [- epistémico] são predicados pseudo-assertivos.

Em primeiro lugar, só predicados assertivos permitem coordenações de tipo adversativo ou rectificativo que afectem as completivas que deles dependem, como se pode observar pelo contraste entre (28) e (29):

- (28) (a) Sei que ele vem visitar-nos, mas (vem) sozinho.  
(b) Reparei que ele vem visitar-te frequentemente, mas (vem) sozinho.  
(c) Creio que ele vem visitar-nos, mas (vem) sozinho.
- (29) (a) \*Lamento que ele venha visitar-nos, mas (venha) sozinho.  
(b) \*Desejo que ele venha visitar-nos, mas (venha) sozinho.  
(c) \*Surpreende-me que ele venha visitar-nos, mas (venha) sozinho.

Em segundo lugar, os predicados assertivos admitem réplicas elípticas correspondentes à polaridade da frase superior ou à polaridade da completiva (cf. (30)), contrariamente aos predicados pseudo-assertivos, que apenas admitem *Respostas fragmentárias* correspondentes à polaridade da frase superior (cf. (31)):

- (30) A: Sei/reparei/creio que a Maria ainda não concluiu o relatório.  
(a) B: Eu também (= sei/reparei/creio que a Maria não concluiu o relatório).  
(b) B: Eu também não (= concluí ainda o relatório)
- (31) A: Lamento/espero que a Maria ainda não tenha concluído o relatório.  
(a) B: Eu também (= lamento/espero que a Maria ainda não tenha concluído o relatório).  
(b) B: \*Eu também não (= não concluí ainda o relatório).

Em terceiro lugar, só os predicados assertivos admitem fragmentos oracionais como complementos — veja-se o contraste entre (32) e (33):

- (32) (a) Sei que muitas vezes.  
(b) Reparei que muito mal.  
(c) Creio que mais tarde.
- (33) (a) \*Lamento que muito mal.  
(b) \*Desejo que muitas vezes.  
(c) \*Surpreende-me que mais tarde.

Finalmente, coordenadas com *Truncamento* <sup>(28)</sup> são ambíguas entre coordenação com a frase superior ou com a completiva em construções com predi-

(28) Ver adiante capítulo 21.

cados assertivos (cf. (34)), por oposição ao que acontece em construções com predicados pseudo-assertivos, em que só está disponível a interpretação de coordenação com a frase superior (cf. (35)):

- (34) Sei/reparei/creio que a Maria não veio à festa e explico-te porquê.  
(a) Int. A: Explico-te porque é que sei/reparei/creio.  
(b) Int. B: Explico-te porque é que a Maria não veio à festa.
- (35) Lamento/espero que a Maria não venha à festa e explico-te porquê.  
(a) Int. A: Explico-te porque é que lamento/desejo.

Assinale-se por fim que a selecção de modo pode também ser sensível a dois outros factores.

Assim, a presença de negação frásica na frase superior pode determinar a ocorrência obrigatória ou opcional de conjuntivo na completiva, quando naquela ocorrem núcleos lexicais pertencentes a certas classes sintáctico-semânticas. É este o caso de completivas não preposicionadas seleccionadas por verbos declarativos e por verbos, adjectivos e nomes epistémicos, como se pode observar nos exemplos (36):

- (36) (a) Não digo [que ele *saiba/sabe* muito sobre fractais].  
(b) Não penso [que ele ainda *chegue*/\**chega* a tempo do jantar].  
(b) Não é evidente [que essa solução *fosse*/\**foi* satisfatória].  
(c) Não é verdade [que a Terra *seja*/\**é* plana].

Por outro lado, em completivas verbais seleccionadas como argumento interno não preposicionado por verbos epistémicos, é possível a ocorrência de modo conjuntivo mesmo quando a frase superior não é negativa (cf. (37)):

- (37) (a) Penso [que ele ainda *esteja* na faculdade a esta hora].  
(b) Imagino [que *queiras* tomar um duche antes do jantar].

Nos casos em que existe opção entre indicativo e conjuntivo, como ilustrado em (36a) e em (37), a selecção do modo conjuntivo exprime maior distância do locutor relativamente à verdade do conteúdo proposicional da frase completiva.

### 15.1.2. Completivas com a relação gramatical de sujeito

As frases completivas com a relação gramatical de sujeito podem ser substituídas por um pronome demonstrativo invariável (como *isto*, *isso*) em posição pré-verbal, quer sejam seleccionadas por verbos (cf. (38)), adjetivos (cf. (39)) ou nomes (cf. (40)):

- (38) (a) [*Que a Maria não tenha vindo à festa*] surpreendeu o João.  
 (b) *Isso* surpreendeu o João.  
 (39) (a) É possível [*que o João não venha à festa*].  
 (b) *Isso* é possível.  
 (40) (a) É verdade [*que o João é alérgico às oleaginosas*].  
 (b) *Isso* é verdade.

Pelo contrário, nenhuma completiva com a relação gramatical de sujeito pode ser substituída pelo pronome demonstrativo átono invariável *-o*, como mostra o contraste de gramaticalidade entre as frases (a) e (b) de (41)-(43):

- (41) (a) [*Que a Maria não tenha vindo à festa*] surpreendeu o João.  
 (b) \*Supreendeu-o o João.  
 (42) (a) É possível [*que o João não venha à festa*].  
 (b) \*É-o possível.  
 (43) (a) É verdade [*que o João é alérgico às oleaginosas*].  
 (b) \*É-o verdade.

As completivas sujeito podem ocorrer em posição pré- ou pós-verbal. No primeiro caso, comportam-se como ilhas fortes, i.e., não admitem a extracção nem de argumentos nem de adjuntos, como se pode observar em (44) e (45)<sup>(29)</sup>.

- (44) (a) \*A que festa é que [que a Maria não tenha vindo [-]] surpreendeu o João?  
 (b) \*Quem é que [que a Maria não tenha cumprimentado [-]] é possível?  
 (45) (a) \*Onde é que [que a Maria tenha representado [-]] surpreendeu o João?  
 (b) \*Quando é que [que a Maria dê o recital [-]] é possível?

<sup>(29)</sup> Ross (1967) chama *Restrição do Sujeito Frásico* a esta ilha.

No segundo caso, denominam-se **frases extrapostas** e funcionam como ilhas fracas, i.e., admitem a extracção de argumentos mas não a de adjuntos (cf. (46) e (47)).

- (46) (a) A que festa é que surpreendeu o João [que a Maria não tenha vindo [-]]?  
 (b) Quem é que é possível [que a Maria não tenha cumprimentado [-]]?  
 (47) (a) \*Onde é que surpreendeu o João [que a Maria tenha representado [-]]?  
 (b) \*Quando é que é possível [que a Maria chegue [-]]?

Verbos psicológicos como *aborrecer*, *admirar*, *afligir*, *alegrar*, *assustar*, *aterrorizar*, *cansar*, *divertir*, *encantar*, *entusiasmar*, *entristecer*, *espantar*, *incomodar*, *inquietar*, *irritar*, *ofender*, *perturbar*, *preocupar*, *surpreender* constroem-se com um objecto directo nominal e um sujeito frásico, que ocorre preferencialmente em posição final da frase complexa, o que determina a ordem linear apresentada em (48), de que são exemplo as frases (49):

- (48) V SN<sub>OD</sub> X F<sub>completiva</sub>  
 (49) (a) Admira-me (muito) [*que ela não te tenha convidado*].  
 (b) Encanta-o (sempre) [*que o cumprimentem na sua língua materna*].  
 (c) Preocupa-os (imenso) [*que os filhos ainda não tenham dado notícias*].

Verbos psicológicos como *agradar*, *apetecer*, *desagradar*, *interessar* constroem-se com um objecto indirecto e um sujeito frásico, que ocorre preferencialmente em posição final da frase complexa, o que determina a ordem linear apresentada em (50), de que são exemplo as frases (51):

- (50) V SN<sub>OI</sub> X F<sub>completiva</sub>  
 (51) (a) Agrada-lhe (imenso) [*que a Maria seja tão simpática*].  
 (b) Apetecia a todos [*que as férias começassem já amanhã*].  
 (c) Interessa-lhes (sobretudo) [*que os resultados só sejam conhecidos no fim do mês*].

Com verbos inacusativos de existência e acontecimento como *acontecer*, *bastar*, *constar*, *convir*, *ocorrer*, *suceder* é obrigatória a posição pós-verbal da completiva sujeito, o que determina a ordem linear apresentada em (52), de que são exemplo as frases (53):

- (52) V X F<sub>completiva</sub>
- (53) (a) Basta [que comuniqués pelo telefone o teu número de contribuinte].  
 (b) Convém [que venhas à conferência].  
 (c) Acontece [que todos preferiram ir ao teatro].

Ocorrem preferencialmente em posição final da frase complexa as completivas sujeito seleccionadas pela maioria dos adjectivos<sup>(30)</sup> e nomes em construções copulativas, o que determina, respectivamente, os padrões de ordem linear (54) e (56), de que são exemplo as frases (55) e (57):

- (54) Vcop X SA F<sub>completiva</sub>
- (55) (a) É possível [que o João não venha à festa].  
 (b) Foi muito embaraçoso [que ela não o tenha cumprimentado].  
 (c) É claro [que eles gostam um do outro].
- (56) Vcop X SN F<sub>completiva</sub>
- (57) (a) É verdade [que o João é alérgico às oleaginosas].  
 (b) É uma pena [que ela tenha perdido o espectáculo].  
 (c) É um facto [que eles não sabem trabalhar em equipa].

### 15.1.3. Completivas com a relação gramatical de objecto directo

As frases completivas com a relação gramatical de objecto directo são sempre seleccionadas por verbos e podem ser substituídas por um pronome demonstrativo invariável (como *isto*, *isso*) em posição pós-verbal (cf. (58)), e pelo pronome demonstrativo átono invariável *-o* (59):

- (58) (a) O João sabe [que estamos à espera dele].  
 O João sabe *isso*.  
 (b) O conselho lamentou [que não lhe tenha sido comunicada a decisão].  
 O conselho lamentou *isso*.  
 (c) Os pais querem [que os miúdos regressem do acampamento no domingo].  
 Os pais querem *isso*.

<sup>(30)</sup> Sobre participios passados que podem surgir nesta construção, veja-se Casteleiro (1981, cap. 1, cf. § 4.5 e Anexos).

- (59) (a) O João sabe [que estamos à espera dele].  
 O João sabe-*o*.  
 (b) O conselho lamentou [que não lhe tenha sido comunicada a decisão].  
 O conselho lamentou-*o*.  
 (c) Os pais querem [que os miúdos regressem do acampamento no domingo].  
 Os pais querem-*no*.

Em geral, são seleccionadas como argumento interno directo por verbos transitivos ou ditransitivos, pertencentes às subclasses dos verbos declarativos (como *acrescentar*, *afirmar*, *alegar*, *assegurar*, *concluir*, *concordar*, *confessar*, *decidir*, *declarar*, *dizer*, *insinuar*, *jurar*, *observar*, *proclamar*, *prometer*, *propor*, *sugerir*) e epistémicos (como *aceitar*, *achar*, *acreditar*, *admitir*, *calcular*, *considerar*, *crer*, *descobrir*, *duvidar*, *entender*, *fingir*, *ignorar*, *imaginar*, *pensar*, *prever*, *reconhecer*, *saber*, *supor*, *ver*), dos verbos de inquirição (como *pedir*, *perguntar*), dos verbos avaliativos (como *achar bem*, *achar mal*, *aprovar*, *censurar*, *criticar*, *deplorar*, *detestar*, *gostar*, *lamentar*, *louvar*, *reprovar*, *suportar*, *tolerar*), dos verbos volitivos e optativos (como *desejar*, *esperar*, *preferir*, *pretender*, *querer*, *tencionar*, *tentar*), dos verbos declarativos de ordem (como *consentir*, *exigir*, *ordenar*, *permitir*), dos verbos perceptivos (como *ouvir*, *sentir*, *ver*) e dos verbos causativos (como *deixar*, *fazer*, *mandar*).

Como foi referido em 15.1.1, as completivas com a relação de objecto directo podem ocorrer no modo indicativo ou no modo conjuntivo, em função das propriedades dos verbos que as seleccionam e da presença ou ausência de negação frásica na frase superior.

Quando as completivas ocorrem no indicativo, o sujeito da frase superior e o sujeito da frase completiva, quando lexicalmente realizado, têm obrigatoriamente referência disjunta (cf. (60)):

- (60) (a) [O João]<sub>i</sub> sabe [que [ele]<sub>j,ni</sub> está à espera de um telefonema da Maria].  
 (b) [O João]<sub>i</sub> disse [que [ele]<sub>j,ni</sub> ia ao cinema connosco].  
 (c) [A Maria]<sub>i</sub> acha [que [ela]<sub>j,ni</sub> deve emagrecer].

Com completivas objecto directo no modo indicativo, o sujeito da frase superior e o sujeito da completiva, quando este não é realizado lexicalmente e é compatível em traços de pessoa e número com o sujeito da frase superior, são interpretados preferencialmente como co-referentes (cf. (61)):

- (61) (a) [O João]<sub>i</sub> sabe [que [-]<sub>i'</sub> está à espera de um telefonema da Maria].  
 (b) [O João]<sub>i</sub> disse [que [-]<sub>i'</sub> ia ao cinema connosco].  
 (c) [A Maria]<sub>i</sub> acha [que [-]<sub>i'</sub> deve emagrecer].

Os paradigmas (60) e (61), característicos das línguas românicas de sujeito nulo, podem ser descritos através da seguinte generalização: nas línguas que admitem sujeitos nulos em frases não finitas, evita-se o pronome sujeito das completivas finitas quando a interpretação pretendida é a da co-referência do sujeito da frase superior e do da frase completiva <sup>(31)</sup>.

Com completivas objecto directo no modo conjuntivo, o sujeito da frase superior e o sujeito da completiva, quer este tenha ou não realização lexical, são interpretados obrigatoriamente como referencialmente disjuntos (cf. (62) e (63)):

- (62) (a) [O João]<sub>i</sub> lamenta [que [ele]<sub>j'</sub> esteja à espera de um telefonema da Maria].  
 (b) [O João]<sub>i</sub> quer [que [ele]<sub>j'</sub> vá ao cinema connosco].  
 (c) [A Maria]<sub>i</sub> não acha [que [ela]<sub>j'</sub> deva emagrecer].  
 (63) (a) [O João]<sub>i</sub> lamenta [que [-]<sub>j'</sub> esteja à espera de um telefonema da Maria].  
 (b) [O João]<sub>i</sub> quer [que [-]<sub>j'</sub> vá ao cinema connosco].  
 (c) [A Maria]<sub>i</sub> não acha [que [-]<sub>j'</sub> deva emagrecer].

O fenómeno ilustrado em (63) tem sido denominado na literatura um **efeito de referência disjunta** da morfologia verbal ou um caso de **obviação referencial**. A explicação que tem sido proposta para este fenómeno baseia-se no tipo de relação que se estabelece entre uma Flexão no conjuntivo e a Flexão da frase superior, mais estreita do que a que se estabelece quando o modo da completiva é o indicativo. A ideia central é a de que tal relação torna a frase complexa que inclui a completiva um domínio único para a Teoria da Ligação, i.e., para o

<sup>(31)</sup> Esta generalização foi proposta originalmente em Montalbetti (1984). Sobre este fenómeno em português, veja-se Brito (1991), Raposo (1992). Repare-se que em línguas que fixam o valor negativo para o *Parâmetro do Sujeito Nulo*, o pronome sujeito de uma completiva objecto directo pode ser referencialmente disjuncto ou referencialmente idêntico ao sujeito da frase superior:

- (i) [Jean]<sub>i</sub> pense/croit/dit qu'[il]<sub>j'</sub> ira ce soir au cinéma.  
 (ii) [John]<sub>i</sub> thinks/believes/says that [he]<sub>j'</sub> will go to the cinema tonight.

módulo da gramática que regula a distribuição dos diferentes tipos de expressões nominais (ver adiante, capítulo 20). Nestas circunstâncias, uma categoria vazia pronominal identificada pelas desinências de pessoa e número de uma Flexão finita teria um antecedente, o que é proibido pelo *Princípio B* da Teoria da Ligação <sup>(32)</sup>, pelo que frases como (63) com interpretação co-referencial são agramaticais <sup>(33)</sup>.

As completivas objecto directo ocorrem em posição final da frase superior (veja-se o contraste entre (65) e (66)), segundo o padrão apresentado em (64):

- |      | S   | V                                                                 | X                                       | F <sub>completiva</sub> |
|------|-----|-------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------|
| (64) |     |                                                                   |                                         |                         |
| (65) | (a) | O João disse à Maria                                              | [que ia ao cinema].                     |                         |
|      | (b) | O João soube ontem                                                | [que lhe tinham concedido a bolsa].     |                         |
|      | (c) | O João pretende de facto                                          | [que o ponham ao corrente da situação]. |                         |
| (66) | (a) | *O João disse [que ia ao cinema] à Maria.                         |                                         |                         |
|      | (b) | *O João soube [que lhe tinham concedido a bolsa] ontem.           |                                         |                         |
|      | (c) | *O João pretende [que o ponham ao corrente da situação] de facto. |                                         |                         |

Como o contraste entre (65) e (66) mostra, a completiva ocorre em posição final da frase superior, quer entre ela e o verbo se interponham complementos, como acontece no exemplo (a), quer adjuntos, como se pode observar nos exemplos (b) e (c). Por esta razão, quando complementos ou adjuntos ocorrem à direita da frase completiva, são obrigatoriamente interpretados como constituintes internos à completiva e não como constituintes da frase superior — vejam-se os exemplos (67):

- (67) (a) O João disse [que telefonava aos tios].  
 (b) O João sabe [que recebe a resposta hoje].

Assim, em (67a) o constituinte *aos tios* é interpretado como complemento do verbo *telefonar* e não do verbo superior *dizer*, e, em (67b), o advérbio *hoje* modifica o SV *recebe a resposta* e não o SV da frase superior.

<sup>(32)</sup> Sobre este assunto, ver adiante, capítulo 20.

<sup>(33)</sup> Sobre este assunto vejam-se, entre outros, Raposo (1985), Kempchinsky (1986) e (1990).

Completivas objecto directo introduzidas pelo complementador “se”

Verbos de inquirição como *investigar*, *pedir*, *perguntar*, seleccionam completivas objecto directo introduzidas pelo complementador *se*, como exemplificado em (68):

- (68) (a) O João perguntou [*se* íamos à festa].  
(b) Os miúdos pediram [*se* lhes emprestávamos uma tenda].

As completivas presentes em (68) são frases interrogativas indirectas totais<sup>(34)</sup>, parafraseáveis por uma coordenação disjuntiva:

- (69) (a) O João perguntou [*se* [íamos à festa *ou* não (íamos à festa)]]].  
(b) Os miúdos pediram [*se* [lhes emprestávamos uma tenda *ou* não (lhes emprestávamos uma tenda)]]].

Certos verbos declarativos (como *decidir*, *dizer*, *divulgar*, *indicar*, *informar*, *mostrar*, *revelar*) e epistémicos (como *aprender*, *considerar*, *descobrir*, *ignorar*, *imaginar*, *pensar*, *saber*) podem igualmente seleccionar completivas finitas introduzidas pelo complementador *se*:

- (70) (a) Logo decidimos [*se* vamos convosco à festa].  
(b) O estudo mostrará [*se* a tendência de desaceleração da economia se mantém].  
(c) Passados três meses, os candidatos ainda ignoram [*se* foram aceites].  
(d) Esta noite saberemos [*se* o presidente do clube se demite].

A maioria dos verbos que admite uma completiva finita introduzida pelo complementador *se* admite igualmente interrogativas-Q como complemento frásico<sup>(35)</sup>:

- (71) (a) O João perguntou [[*onde*]<sub>i</sub>, (é que) íamos [-], logo à noite].  
(b) Logo decidimos [[*que programa*]<sub>i</sub>, (é que) fazemos [-], logo à noite].  
(c) Os investigadores hão-de descobrir [[*que gene*]<sub>i</sub>, (é que) [-] está envolvido nessa patologia].  
(d) Estes jovens ainda não sabem [[*a que curso superior*]<sub>i</sub>, (é que) vão concorrer [-]].

<sup>(34)</sup> Sobre as propriedades das frases interrogativas totais, ver 12.3.

<sup>(35)</sup> Sobre as propriedades das interrogativas-Q, ver 12.3.

## Completivas objecto directo seleccionadas por verbos de elevação

Predicados de elevação como o verbo *parecer* podem seleccionar como objecto directo completivas finitas. A particularidade dos verbos de elevação reside no facto de não seleccionarem argumento externo e de, em certas circunstâncias, permitirem que o sujeito da completiva que subcategorizam ocorra como sujeito da frase superior (ver adiante, 15.2.3).

Quando subcategorizam uma completiva finita, os verbos de elevação admitem dois tipos de construções: a construção típica dos restantes verbos que seleccionam completivas objecto directo (cf. (72)) e uma outra construção, em que o constituinte interpretado como sujeito da frase completiva precede o verbo superior (cf. (73a)) mas não desencadeia concordância verbal (veja-se a agramaticalidade de (73b)), construção em que a substituição da completiva por um pronome demonstrativo como *isso* (cf. (73c)) ou pelo demonstrativo átono invariável *-o* não produz resultados gramaticais (cf. (73d))<sup>(36)</sup>:

- (72) (a) [-] Parece [*que vai chover*].  
(b) [-] Parece *isso*.  
(c) [-] Parece-*o*.  
(73) (a) *Os meninos* parece [*que* [-] *estão contentes*].  
(b) \*Os meninos parecem [*que* [-] *estão contentes*].  
(c) \*Os meninos parece *isso*.  
(d) \*Os meninos parece-*o*.

O facto de o constituinte em itálico, em (73a), não desencadear concordância verbal constitui um argumento para considerar que não tem a relação gramatical de sujeito da frase superior, uma vez que, como já foi referido em outros capítulos, a concordância sujeito-verbo é categórica em português, em particular quando o sujeito ocorre em posição pré-verbal. A construção pode ser considerada um caso particular de construção de tópicos marcados, sujeita ao requisito de que o constituinte seleccionado como tópico fixe o referente do sujeito da completiva verbal, como mostra o contraste entre (73a) e (74), exemplos em que tal constituinte fixa o referente dos objectos directo e indirecto da completiva:

- (74) (a) \*Os meninos parece [*que os pais encontraram* [-] no cinema].  
(b) \*Os meninos parece [*que os pais ofereceram bicicletas de montanha* [-]].

<sup>(36)</sup> Esta construção foi denominada *Head Start* em Perlmutter (1976).



#### 15.1.4. Completivas com uma relação gramatical oblíqua

Há verbos, adjectivos e nomes que seleccionam como complemento completivas preposicionadas, com relações gramaticais oblíquas, como as exemplificadas em (75):

- (75) (a) O João insistiu [em [que fôssemos à festa dele]].  
(b) Todos estamos conscientes [de [que a solução do problema não é fácil]].  
(c) Durante a Idade Média, os geógrafos não defendiam a ideia [de [que a Terra é redonda]].

As completivas que desempenham relações gramaticais oblíquas não podem ser substituídas pelo pronome demonstrativo átono invariável -o, como mostra a agramaticalidade dos exemplos (76):

- (76) (a) \*O João insistiu-o.  
(b) \*Todos estamo-lo conscientes.  
(c) \*Durante a Idade Média, os geógrafos não o defendiam a ideia.

Quando seleccionadas por verbos e adjectivos, as completivas com relações gramaticais oblíquas podem ser substituídas por um pronome demonstrativo invariável como *isso*, antecedido da preposição relevante — compare-se (75a, b) com (77):

- (77) (a) O João insistiu *nisso*.  
(b) Todos estamos conscientes *disso*.

As completivas com relações gramaticais oblíquas seleccionadas por nomes não são facilmente parafraseáveis por um pronome demonstrativo invariável como *isso*, precedido da preposição relevante (veja-se a marginalidade de (78a)), podendo apenas ser retomadas por um SN contendo um determinante demonstrativo e o nome que as selecciona (cf. (78b)):

- (78) (a) ?Durante a Idade Média, os geógrafos não defendiam a ideia *disso*.  
(b) Durante a Idade Média, os geógrafos não defendiam *essa* ideia.

#### Completivas com uma relação gramatical oblíqua seleccionadas por verbos

Consoante as propriedades dos verbos que as seleccionam, as completivas finitas oblíquas podem ser antecidas por diferentes preposições. As preposições que antecedem mais frequentemente completivas finitas são *a* (com verbos como *arriscar-se*, *atender*, *conduzir*, *dever-se*, *habituar-se*, *levar*, *limitar-se*, *opor-se*, *recusar-se*, *resistir*), *de* (com verbos como *aperceber-se*, *arrepender-se*, *avisar* (alguém), *convencer-se*, *discordar*, *envergonhar-se*, *esquecer-se*, *lembrar-se*, *provir*, *recordar-se*), *em* (com verbos como *apoiar-se*, *assentar*, *estar*, *basear-se*, *concordar*, *consentir*, *insistir*, *residir*) e *por* (com verbos como *bater-se*, *culpar* (alguém), *esforçar-se*, *interessar-se*, *lutar*, *pugnar*, *responsabilizar-se*, *velar*, *zelar*):

- (79) (a) Os alunos opuseram-se [a [que o teste fosse adiado]].  
(b) O João recorda-se [de [que a decisão foi unânime]].  
(c) O problema reside [em [que não há interacção entre os diferentes centros de investigação]].  
(d) Os responsáveis velaram [por [que houvesse igualdade de oportunidades]].

De entre os verbos que podem seleccionar completivas finitas preposicionadas, conta-se a subclasse dos verbos de controlo de objecto, i.e., verbos cujo objecto directo humano fixa a referência do sujeito da completiva que deles depende. Pertencem a esta subclasse verbos como *aconselhar* (a), *autorizar* (a), *convencer* (a), *convidar* (alpara), *forçar* (a), *persuadir* (a), que determinam o padrão apresentado em (80), como exemplificado em (81):

- (80) V OD P F<sub>completiva</sub>  
(81) (a) Os pais autorizaram [os filhos], [a [que [-], fossem acampar durante as férias]].  
(b) O júri convidou [dois candidatos], [a [que [-], retirassem a sua candidatura]].

#### Completivas com uma relação gramatical oblíqua seleccionadas por adjectivos e nomes

Certos adjectivos seleccionam como argumento interno frases completivas finitas. Contam-se entre eles numerosos adjectivos cujo complemento frásico é introduzido pela preposição *a* (como *acessível*, *adverso*, *atribuível*, *contrário*,

*favorável, hostil, propício, sensível*)<sup>(37)</sup> e *de* (como *ciente, consciente, dependente, duvidoso, ilustrativo, indicativo, sintomático, susceptível, temeroso*)<sup>(38)</sup>, para além de alguns adjectivos que podem seleccionar completivas introduzidas por *em* (como *confiante*), *para* (como *suficiente*) e *por* (como *responsável*):

- (82) (a) Há professores [contrários [*a* [que a universidade evolua]]].  
 (b) Todos estão [conscientes [*de* [que a situação é muito complexa]]].  
 (c) A ONU está [confiante [*em* [que os Estados-Membros encontrarão uma solução para o problema]]].  
 (d) Tomaram-se as medidas [suficientes [*para* [que o problema seja estudado]]].  
 (e) Conhecem-se os políticos [responsáveis [*por* [que a decisão tenha sido adiada]]].

Também alguns nomes podem seleccionar como argumento interno completivas finitas preposicionadas.

O nome *facto*, semanticamente um predicado factivo, pode seleccionar como argumento completivas finitas introduzidas por *de*, como ilustrado em (83):

- (83) (a) Surpreende-me o [facto [*de* [que os meus amigos não tenham sido convidados]]].  
 (b) O João lamenta o [facto [*de* [que os colegas não tenham apoiado a proposta]]].  
 (c) O mal-estar é atribuível ao [facto [*de* [que as negociações permanecem secretas]]].

Também nomes como *hipótese, ideia, possibilidade, proposta, sugestão* podem seleccionar completivas finitas introduzidas por *de*:

- (84) (a) Agrada-me a [ideia [*de* [que o João passe férias connosco]]].  
 (b) Aceito a [possibilidade [*de* [que haja vida fora do sistema solar]]].  
 (c) Foi aprovada a [proposta [*de* [que haja novas eleições para a direcção do clube]]].

<sup>(37)</sup> Veja-se a lista de adjectivos apresentada em Casteleiro (1981: 494-495).

<sup>(38)</sup> Veja-se a lista de adjectivos apresentada em Casteleiro (1981: 496-501).

### 15.1.5. Particularidades no uso das completivas finitas

No uso dos falantes, observam-se com alguma frequência casos de adição ou supressão de uma preposição antecedendo a completiva finita, em contextos em que a gramática não legitima tal adição ou supressão.

Por outro lado, a norma admite a supressão do complementador que introduz a completiva finita em certos contextos, e a repetição do mesmo noutros.

#### Dequeísmo e queísmo em completivas finitas

Na fala, observa-se com alguma frequência a ocorrência de uma preposição antecedendo completivas finitas, quando as propriedades do núcleo lexical que selecciona as completivas não o justificariam. Uma vez que a preposição desnecessariamente presente é geralmente *de*, este fenómeno tem sido denominado **dequeísmo** <sup>(39)</sup>. O dequeísmo pode afectar completivas sujeito, como ilustrado em (85):

- (85) (a) \*"O Secretariado Europa 1992 [...] faz constar, através do presente aviso, *de* que pretende contratar [...] três funcionários [...]" <sup>(40)</sup>. [*Público*, 28-12-1990, p. 54, *apud* Peres e Mória (1995: 138)].  
 (b) \*"Seja como for, é convicção geral *de* que Mário Soares decidirá a realização de eleições [...]" (*O Jornal*, 30-04-1987, p. 6, *apud* Peres e Mória, 1995: 141.)

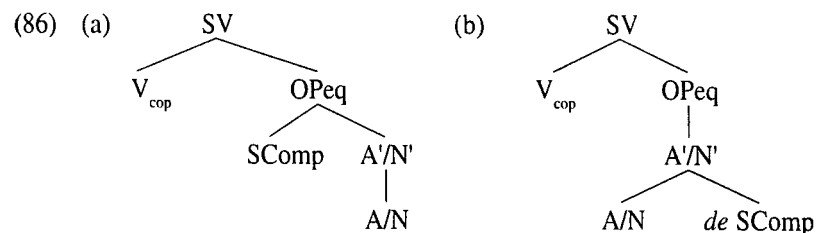
Em completivas sujeito, os exemplos de dequeísmo ocorrem tipicamente quando a completiva é seleccionada por verbos inacusativos, pelo que é um argumento interno directo não legitimado casualmente pelo verbo. Este facto pode levar os falantes a introduzirem a preposição *de*, o marcador de Caso mais frequente na língua portuguesa (cf. (85a)).

Ocorrem também casos de dequeísmo em completivas finitas sujeito seleccionadas por nomes e adjectivos, por provável reanálise do sujeito da oração pequena seleccionada pelo verbo copulativo como complemento do adjectivo ou do nome que constituem o núcleo da oração pequena, justificando-se assim a

<sup>(39)</sup> O termo deve-se a Rabanales (1974).

<sup>(40)</sup> O exemplo contém uma construção de União de Orações (ver adiante, 15.4.4), pelo que a completiva dependente do verbo *constar* é reanalisada como objecto directo do predicado complexo *faz constar*.

introdução do marcador casual *de* (cf. (85b))<sup>(41)</sup>. Ou seja, nestes casos, os falantes reanalisam a estrutura simplificada representada em (86a) como (86b):



Registam-se igualmente muitos casos de dequeísmo em completivas objecto directo, como exemplificado em (87):

- (87) (a) \*Penso *de* que o árbitro favoreceu os nossos adversários.  
 (b) \*Acredito *de* que os eleitores confiarão novamente em nós.  
 (c) \*"Para os italianos, o importante não é propor aos americanos e à NATO *para* que negociem com o Leste o futuro destes mísseis [...]."  
*(Europeu, 5-02-1989, p. 40, apud Peres e Mória, 1995: 137)*

Os exemplos (87a, b) ilustram os casos mais frequentes de dequeísmo em completivas objecto directo, que surge quando o verbo que as selecciona não tem propriedades de selecção categorial homogéneas, i.e., quando se constrói com um argumento interno nominal, exige preposição, mas quando se constrói com um argumento interno frásico, não a permite:

- (88) (a) Penso [<sub>sp</sub> *n* a arbitragem do jogo de ontem].  
 (b) Penso [<sub>sComp</sub> que o árbitro favoreceu os nossos adversários].  
 (89) (a) Acredito [<sub>sp</sub> *n*uma nova vitória eleitoral].  
 (b) Acredito [<sub>sComp</sub> que os eleitores confiarão novamente em nós].

Nestes contextos, o dequeísmo pode ser encarado como uma tentativa de uniformização das propriedades de selecção categorial destes verbos.

Embora a preposição presente em (87c) seja *para* e não *de*, esta frase pode ser incluída no fenómeno geral de dequeísmo. Pouco frequente na variedade

<sup>(41)</sup> Sobre a estrutura sintáctica das frases copulativas, ver capítulo 13.

européia do português, a introdução de *para* antecedendo completivas objecto directo no modo conjuntivo é uma propriedade característica do português moçambicano oral <sup>(42)</sup>.

Fenómeno inverso ao dequeísmo é a supressão da preposição que introduz legitimamente uma completiva finita. A preposição suprimida é frequentemente *de* e o fenómeno tem sido denominado **queísmo**.

O queísmo afecta completivas argumento interno de verbos (cf. (90)), adjectivos (cf. (91)) e nomes (cf. (92)):

- (90) (a) \*"[...] o senhor secretário de Estado ainda nos convenço *que* pagar impostos faz bem à saúde". *(Sábado, 17-12-1988, p. 3, apud Peres e Mória, 1995: 114)*  
 (b) \*"[...] Recordemo-nos *que* o Presidente dos Estados Unidos da América é um conspirador e um traidor", escreve Saddam.". *[Público, 22-01-1991, p. 5, apud Peres e Mória, 1995: 116)*  
 (91) (a) ?"[...] O coronel revelou-me [...] que estava convencido *que* éramos ambos espiões.". *(Expresso, 1-11-1986, p. 3, apud Peres e Mória 1995: 123)*  
 (b) ?"Os responsáveis pela campanha, desejosos *que* o convívio resultasse num sucesso, não paravam de telefonar para as casas das mais conhecidas figuras dos palcos portugueses [...]."  
*(Expresso, 4-11-1989, p. A14, apud Peres e Mória, 1995: 123)*  
 (92) (a) ?"Podem ter a certeza *que* saí de lá muito corado!". *(O Independente, 9-12-1988, apud Peres e Mória, 1995: 125)*  
 (b) \*"Ao referirem a 'Faixa Atlântica' [...], os autores começaram por chamar a atenção para o facto *que* a Foz "cresceu junto ao rio, voltada para o mar, longe do Porto" [...]."  
*(O Jornal Ilustrado, 23-08-1991, p. 28, apud Peres e Mória, 1995: 126)*

Como o exemplo (90a) mostra, o queísmo pode afectar completivas dependentes de verbos que, quando se constroem com dois argumentos, podem seleccionar um complemento frásico não preposicionado, mas cujo argumento frásico é necessariamente preposicional quando se constroem com três argumen-

<sup>(42)</sup> Sobre este assunto, veja-se Gonçalves e Maciel (1998: 15-66). Como as autoras mostram, no português moçambicano, as completivas objecto directo no indicativo são generalizadamente introduzidas pela preposição *de* e as completivas objecto directo no conjuntivo são tipicamente introduzidas pela preposição *para*.

tos (no exemplo em causa, *convencer* SN de SN/SComp)<sup>(43)</sup>. Por seu lado, (90b) ilustra o caso, muito frequente, de verbos que, quando se constroem sem pronome reflexo, seleccionam como objecto directo um complemento não preposicionado (*recordar* SN/SComp), mas que, quando se constroem com um pronome reflexo, exigem que esse complemento seja preposicionado (*recordar-se* de SN/SComp)<sup>(44)</sup>.

O queísmo afecta frequentemente completivas finitas complemento de adjectivos e nomes, como ilustrado pelos exemplos (91) e (92). Relativamente a este contexto, é de notar que os juízos dos falantes, sobretudo das gerações mais jovens, são de aceitação do queísmo.

### Supressão e reduplicação do complementador

No modo escrito, em registos formais, quando num enunciado existem várias formas *que*, pode ocorrer a supressão do complementador introdutor de uma completiva no conjuntivo (cf. (93a)); também em fórmulas feitas do discurso jurídico-administrativo, pode ocorrer a supressão do complementador introdutor de uma completiva no conjuntivo (cf. (93b, c)):

- (93) (a) “[...] triste, e desgraçado direi, a julgá-lo pelas consequências *que* se vão descrever, com um certo pesar em *que* esperamos [<sub>SComp</sub> tomem os leitores o seu quinhão de pena]...”. (Camilo, *Carlota Ângela*: 223, *apud* Bechara, 1999: 485)
- (b) Solicito [<sub>SComp</sub> me seja concedida equiparação a bolseira para o período considerado].
- (c) Requeiro [<sub>SComp</sub> seja enviado o Processo a outra instância]. (Bechara, 1999: 485)

Inversamente, em particular em registos informais do oral, o complementador que introduz uma completiva pode ser reduplicado à direita de um constituinte anteposto (cf. (94a)) ou mesmo à direita do sujeito (cf. (94b)):

<sup>(43)</sup> Vejam-se os seguintes exemplos:

| V               | SN/SComp      | V               | SN            | P         | SN/SComp   |
|-----------------|---------------|-----------------|---------------|-----------|------------|
| <i>avisar</i>   | <i>que...</i> | <i>avisar</i>   | <i>alguém</i> | <i>de</i> | <i>que</i> |
| <i>informar</i> | <i>que</i>    | <i>informar</i> | <i>alguém</i> | <i>de</i> | <i>que</i> |

<sup>(44)</sup> Comportam-se como *recordar* outros verbos experienciais pseudo-reflexos: *esquecer(-se)*, *lembrar(-se)*.

- (94) (a) “[...] eu acho *que* sempre que se pode explicar com verdade, *que* é uma estupidez estar-se a dizer-lhes uma coisa que depois mais tarde de nos contradigamos”. (PF, 0956: 227)
- (b) “[...] porque o rubio diz *que* ele *que* vive da canção, [...]”. (PF, 1242: 277)

## 15.2. Completivas não finitas

As completivas não finitas, quer sejam seleccionadas por verbos, nomes ou adjectivos, apresentam o verbo no infinitivo, flexionado ou não flexionado, como se pode observar nos exemplos (1)-(3):

- (1) (a) O João lamenta [os pedreiros não *terem* concluído a obra].  
 (b) Os pedreiros lamentam [não *ter* concluído a obra].
- (2) (a) É difícil [*recebermos* a informação a tempo].  
 (b) Os contribuintes estão ansiosos por [*receber* a informação a tempo].
- (3) (a) Foi uma surpresa [elas *terem* chegado ontem de Budapeste].  
 (b) Elas têm sempre medo de [*perder* o avião].

Os exemplos acima mostram igualmente que, ao contrário das completivas finitas, as completivas não finitas não são geralmente introduzidas por complementadores com realização lexical.

Apenas as completivas não finitas seleccionadas por alguns verbos declarativos de ordem <sup>(45)</sup> têm um complementador lexical, a forma *para*:

- (4) (a) Os pais disseram aos miúdos [*para* vir(em) para casa cedo].  
 (b) Os jornalistas pediram ao chefe de redacção [*para* mandar um repórter ao Médio Oriente].

A forma *para* que introduz as completivas não finitas com esta subclasse de verbos tem o estatuto de complementador e não de uma verdadeira preposição, uma vez que, nas completivas finitas correspondentes, *para* não pode co-ocorrer com o complementador *que* (veja-se a agramaticalidade de (5)); por esta razão, tais completivas têm a relação gramatical de objecto directo e não uma relação gramatical oblíqua, como mostra o contraste entre (6) e (7):

<sup>(45)</sup> Contam-se entre eles os verbos *dizer*, *insistir*, *pedir*, *rogar*, *solicitar*.

- (5) (a) \*Os pais disseram aos miúdos [*para que viessem para casa cedo*].  
 (b) \*Os jornalistas pediram ao chefe de redacção [*para que mandasse um repórter ao Médio Oriente*].
- (6) (a) Os pais disseram-*no* aos miúdos.  
 (no = *para vir(em) para casa cedo*)  
 (b) Os jornalistas pediram-*no* ao chefe de redacção  
 (no = *para mandar um repórter ao Médio Oriente*)
- (7) (a) \*Os pais pediram aos miúdos *para isso*.  
 (isso = *vir(em) para casa cedo*)  
 (b) \*Os jornalistas pediram ao chefe de redacção *para isso*.  
 (isso = *mandar um repórter ao Médio Oriente*)

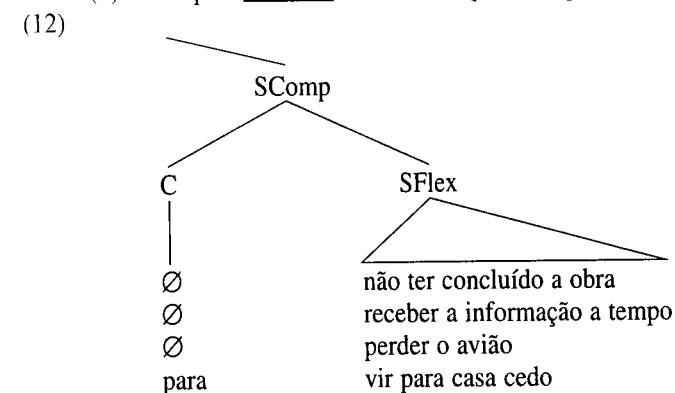
Pelo contrário, as formas que precedem completivas não finitas como as ilustradas em (8) são preposições e não complementadores, uma vez que, nas completivas finitas correspondentes, precedem obrigatoriamente o complementador *que* (veja-se (9)), e as completivas que se lhes seguem são retomadas anaforicamente por demonstrativos como *isso* precedidos da respectiva preposição (cf. (10)):

- (8) (a) A indecisão contribui *para* [aumentar as dificuldades de gestão].  
 (b) A situação convida *a* [não fazer nada].  
 (c) O problema resultou *de* [a secção de contabilidade ter enviado o nib errado].  
 (d) A tarefa consiste *em* [determinar a derivada das três funções].  
 (e) Aquele professor esforça-se *por* [se manter actualizado].
- (9) (a) A indecisão contribui *para* [*que* as dificuldades de gestão aumentem].  
 (b) A situação convida *a* [*que* os funcionários não façam nada].  
 (c) O problema resultou *de* [*que* a secção de contabilidade enviou o nib errado].  
 (d) A tarefa consiste *em* [*que* os alunos determinem a derivada das três funções].  
 (e) Aquele professor esforça-se *por* [*que* todos os seus alunos aprendam].
- (10) (a) A indecisão contribui *para isso*.  
 (isso = aumentar as dificuldades de gestão)  
 (b) A situação convida *a isso*.  
 (isso = não fazer nada)  
 (c) O problema resultou *disso*.  
 (isso = a secção de contabilidade ter enviado o nib errado)

- (d) A tarefa consiste *nisso*.  
 (isso = determinar a derivada das três funções)  
 (e) Aquele professor esforça-se *por isso*.  
 (isso = manter-se actualizado)

Por paralelismo com as completivas finitas, é usual considerar que as completivas não finitas são projecções do núcleo Comp. Assim, as completivas que ocorrem em (11) têm a representação sintáctica simplificada indicada em (12), em que o símbolo  $\emptyset$  indica que o complementador é foneticamente nulo:

- (11) (a) Os pedreiros lamentam [*não ter concluído a obra*].  
 (b) Os contribuintes estão ansiosos por [*receber a informação a tempo*].  
 (c) Elas têm sempre medo de [*perder o avião*].  
 (d) Os pais disseram aos miúdos [*para vir para casa cedo*].



As completivas não finitas acima exemplificadas, denominadas **infinitivas canónicas** <sup>(46)</sup>, podem exibir o verbo no **infinitivo não flexionado** ou no **infinitivo flexionado**. As propriedades do núcleo Flexão (cf. 12.1.2.) das infinitivas canónicas são as apresentadas em (13):

- |                                                                                                                      |                                                                                                                      |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (13) (a) infinitivo não flexionado                                                                                   | (b) infinitivo flexionado                                                                                            |
| Flex                                                                                                                 | Flex                                                                                                                 |
| <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;">       +T [- finito]<br/>-Conc     </div> | <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;">       +T [- finito]<br/>+Conc     </div> |

<sup>(46)</sup> As infinitivas canónicas não são substituíveis por orações gerundivas, denominadas infinitivas gerundivas (cf. 15.4.2).

A opção representada em (13b) é uma opção marcada, havendo poucas línguas no mundo que a admitam <sup>(47)</sup>.

A presença de marcas de Concordância nas infinitivas canónicas com infinitivo flexionado tem como principal consequência a possibilidade de ocorrência de sujeitos com realização lexical nestas completivas. Como se pode observar pelo contraste entre os exemplos (14) e (15), só uma Flexão infinitiva com marcas de Concordância pode legitimar a presença de sujeitos lexicais <sup>(48)</sup>:

- (14) (a) [Os miúdos terem chegado cedo a casa] surpreendeu-nos.  
 (b) O João pensa [devermos nós dar-lhe a notícia em primeira mão].  
 (c) Os teus pais estão orgulhosos por [tu teres ganho o primeiro prémio].  
 (d) A ideia de [os projectos serem apresentados publicamente] é excelente.
- (15) (a) \*[Os miúdos ter chegado cedo a casa] surpreendeu-nos.  
 (b) \*O João pensa [dever nós dar-lhe a notícia em primeira mão].  
 (c) \*Os teus pais estão orgulhosos por [tu ter ganho o primeiro prémio].  
 (d) \*A ideia de [os projectos ser apresentado(s) publicamente] é excelente.

### 15.2.1. A distribuição do infinitivo flexionado em infinitivas canónicas

Como os exemplos (16) mostram, o **infinitivo flexionado** não pode ocorrer em todos os tipos de infinitivas canónicas:

- (16) (a) \*Os miúdos querem [irem (eles) acampar no próximo fim-de-semana].  
 (b) \*Precisamos de [sabermos o prazo de entrega do relatório final].

<sup>(47)</sup> Raposo (1987) considera a Flexão de infinitivo flexionado a escolha marcada para o *Parâmetro de Flexão* (= *Infl Parameter*), embora não lhe atribua as propriedades indicadas em (13b).

<sup>(48)</sup> Sobre casos excepcionais de completivas com infinitivo não flexionado e sujeitos lexicais, ver adiante 15.4.

A distribuição do infinitivo flexionado nas infinitivas canónicas é condicionada por dois factores: (i) ocorrência da completiva no contexto de um atribuidor de Caso <sup>(49)</sup>; (ii) estatuto temporal da oração infinitiva <sup>(50)</sup>.

Tendo o núcleo das orações com infinitivo flexionado um estatuto essencialmente nominal, uma vez que a marca preponderante da Flexão é a Concordância, estas orações comportam-se como constituintes nominais relativamente aos requisitos de Caso. Assim, só são legítimas em posições casualmente marcadas.

Os atribuidores de Caso que legitimam completivas com infinitivo flexionado podem ser: (i) a Flexão finita da frase que contém o núcleo lexical que as selecciona, quando as completivas têm a relação gramatical de sujeito (cf. (17)); (ii) uma verdadeira preposição ou um marcador casual preposicional, em completivas verbais, adjectivais e nominais com relações gramaticais oblíquas (cf. (18)); (iii) um verbo com traço casual acusativo, em completivas verbais com a relação gramatical de objecto directo (cf. (19)):

- (17) (a) [Os miúdos *terem* chegado cedo a casa] surpreendeu-nos.  
 (b) É incrível [ainda não nos *terem* comunicado a decisão].  
 (c) É um perigo [*viveres* perto de linhas de alta tensão].
- (18) (a) O problema reside em [não *sabermos* quantas variáveis devemos controlar].  
 (b) Os alunos estão receosos de [*terem* uma má classificação no exame].  
 (c) Agrada-me a ideia de [*passarmos* férias juntos].
- (19) (a) O João pensa [*devermos* nós dar-lhe a notícia em primeira mão].  
 (b) O júri criticou [os candidatos não *terem* referido a sua participação em projectos de investigação].

Contudo, nem em todos os contextos em que uma completiva não finita é acessível a Caso pode ocorrer infinitivo flexionado, como os exemplos (16) mostram — repare-se que frases como as exemplificadas em (20) mostram que verbos volitivos como *querer* são atribuidores de Caso acusativo:

- (20) (a) O João quer [<sub>SN</sub> *uma casa com sótão*].  
 (b) P: — Os teus primos querem [passar férias connosco]?  
 R: — Sim, *querem-no*.

<sup>(49)</sup> Esta é a hipótese formulada em Raposo (1987). Ver também Raposo (1992: 82-85, 347-361).

<sup>(50)</sup> A este propósito, veja-se Raposo (1987) e Ambar (1993).

Para dar conta do contraste de gramaticalidade entre frases como (16) e (19), é necessário ter em conta o estatuto temporal da completiva. Assim, há completivas cujas especificações temporais são independentes do tempo da frase superior, ou seja, que constituem um domínio semanticamente temporalizado; pelo contrário, existem completivas cujas especificações temporais são dependentes das da frase superior, pelo que não formam um domínio semanticamente temporalizado.

No primeiro caso, as formas verbais que podem ocorrer nas completivas finitas são variadas (cf. (21)); no segundo caso, a presença de uma dada forma temporal na frase superior condiciona a presença da forma verbal que ocorre na completiva finita (cf. (22)):

- (21) (a) O João afirmou [que a Maria *tinha ido / vai / irá* ao cinema].  
 (b) O João afirma [que a Maria *foi / vai / irá* ao cinema].  
 (22) (a) O João quis [que a Maria *fosse / \*vá / \*for* ao cinema].  
 (b) O João quer [que a Maria *\*fosse / vá / \*for* ao cinema].

Completivas como as exemplificadas em (21) têm **Tempo Independente**; pelo contrário, completivas como as exemplificadas em (22) têm **Tempo Dependente**. Como o contraste entre os exemplos (16) e (19) mostra, só em completivas não finitas com Tempo Independente pode ocorrer infinitivo flexionado.

Uma forma de descrever a diferença entre Tempo Independente e Dependente é considerar que o núcleo Comp das frases subordinadas com Tempo Independente inclui um operador temporal, o qual permite que, mesmo que a frase subordinada seja não finita, as suas especificações temporais sejam independentes das da frase superior<sup>(51)</sup>; quando isto acontece, o núcleo Comp pode ser abreviado como C/T. Pelo contrário, tal operador está ausente das frases encaixadas com Tempo Dependente. O papel da presença/ausência de um operador semântico de Tempo na distribuição do infinitivo flexionado será explorado no ponto seguinte.

<sup>(51)</sup> A ideia de que as frases subordinadas podem ter um operador semântico de Tempo no sistema Comp surge em Stowell (1981, 1982) e Den Besten (1983). Raposo (1987) utiliza-a para explicar a distribuição do infinitivo flexionado. Ambar (1993) usa uma ideia semelhante, considerando que, nas completivas com infinitivo flexionado, o núcleo Comp tem um traço [Ts(emântico)], ausente das completivas com infinitivo não flexionado, que apenas têm um traço [Tm(orfológico)] em Flexão.

## Ordem de palavras em completivas com infinitivo flexionado

A observação de exemplos como (23) e (24) mostra que nem sempre é possível manter a ordem canónica SV(X) nas completivas com infinitivo flexionado:

- (23) (a) [Os miúdos *terem* chegado cedo a casa] surpreendeu-nos.  
 (b) É incrível [nós ainda não *sabermos* a decisão].  
 (c) É um perigo [os teus pais *viverem* perto de linhas de alta tensão].  
 (d) O júri criticou [os candidatos não *terem* referido a sua participação em projectos de investigação].  
 (e) O problema reside em [nós não *sabermos* quantas variáveis devemos controlar].  
 (f) Os pais estão contentes por [os filhos mais novos se *envolverem* em actividades extra-escolares].  
 (g) Ocorreu-me a possibilidade de [o teu irmão *integrar* a equipa do projecto].  
 (24) (a) \*O João pensa [a Maria *ir* ao cinema logo].  
 (b) \*O júri anunciou [três candidatos não *preencherem* as condições legalmente fixadas].

Como os exemplos (23a-c) mostram, em completivas com a relação gramatical de sujeito seleccionadas por verbos, adjectivos e nomes, a ordem canónica em que o sujeito ocorre em posição pré-verbal é possível. A ordem canónica é igualmente possível em completivas com a relação gramatical de objecto directo seleccionadas por verbos factivos avaliativos (cf. (23d)). Finalmente, e como os exemplos (23e-g) mostram, o sujeito pode ocorrer em posição pré-verbal em completivas preposicionadas dependentes de verbos, adjectivos e nomes.

Pelo contrário, completivas com a relação gramatical de objecto directo seleccionadas por verbos epistémicos e declarativos (cf. (24)) não admitem a ordem SV(X), exigindo que o sujeito ocorra em posição imediatamente pós-verbal (cf. (25)):

- (25) (a) O João pensa [*ir a* Maria ao cinema logo].  
 (b) O júri anunciou [*não preencherem* três candidatos as condições legalmente fixadas].

A diferença de ordem de palavras exibida pelas completivas de infinitivo flexionado pode ser atribuída às diferentes propriedades dos núcleos que as se-

leccionam<sup>(52)</sup>. Assim, os verbos, adjectivos e nomes que seleccionam completivas com a relação gramatical de sujeito podem seleccionar como argumento uma categoria SComp, caso em que a completiva é finita ou apresenta infinitivo não flexionado, ou um SN com conteúdo proposicional, como os exemplos (26) mostram:

- (26) (a) [<sub>SN</sub> A chegada dos miúdos] surpreendeu-nos.  
 (b) [<sub>SN</sub> A tua capacidade de abstracção] é incrível.  
 (c) [<sub>SN</sub> A valorização excessiva de aspectos puramente materiais] é um perigo.

É, portanto, plausível, que as completivas não finitas de infinitivo flexionado seleccionadas por estes núcleos sejam categorialmente SFlex. Neste caso, o núcleo Flexão da frase completiva é directamente acessível ao Caso atribuído pela Flexão finita da frase superior e encontra-se em condições de marcar casualmente a sua posição de Especificador, pelo que a ordem SV(X) é possível.

Também os verbos, adjectivos e nomes que seleccionam completivas podem seleccionar SNs com conteúdo proposicional:

- (27) (a) O problema reside n[<sub>SN</sub> a impossibilidade de controlar todas as variáveis].  
 (b) Os pais estão contentes pel [<sub>SN</sub> a inclusão da escola no programa Escola Segura].  
 (c) Ocorreu-me a possibilidade de [<sub>SN</sub> abertura de cursos tutoriais para os alunos do 1.º ano].

Assim, pode defender-se que as completivas de infinitivo flexionado com relações gramaticais oblíquas têm igualmente um estatuto categorial de SFlex, contrariamente às completivas finitas correspondentes, que são projecções do núcleo funcional Comp. Uma vez que tais completivas são precedidas de uma preposição ou de um marcador de Caso preposicional, o seu núcleo Flexão é directamente acessível a Caso, e pode, portanto, marcar casualmente a posição de Especificador, pelo que a ordem SV(X) é possível.

Quanto às completivas com a relação gramatical de objecto directo seleccionadas por verbos factivos, as propriedades de selecção destes núcleos caracterizam-se por admitirem como argumento interno directo completivas finitas,

<sup>(52)</sup> A explicação que se apresenta aqui é baseada na análise proposta em Raposo (1987). Para uma análise alternativa, veja-se Ambar (1992, 1993).

categorialmente SComps, ou SNs com conteúdo proposicional, como exemplificado em (28):

- (28) (a) Todos lamentaram [<sub>SN</sub> esse facto / o episódio / a infelicidade da noiva / o desespero dos refugiados / a destruição das provas].  
 (b) O júri criticou [<sub>SN</sub> esse facto / o regulamento do prémio / a negligência dos serviços administrativos / o alargamento do prazo do concurso].

Nestas circunstâncias, é plausível considerar que as completivas de infinitivo flexionado com a ordem SV(X) são categorialmente SFlex, sendo, por isso, o seu núcleo Flex directamente acessível ao Caso atribuído pelo verbo superior, pelo que pode legitimar casualmente o SN sujeito que se encontra na sua posição de especificador.

Vejamos agora como dar conta do contraste de gramaticalidade entre (23) e (24).

Como os exemplos (29) e (30) mostram, os verbos epistémicos e declarativos e os verbos volitivos e optativos não aceitam facilmente complementos SNs com conteúdo proposicional:

- (29) (a) Todos afirmaram [<sub>SN</sub> \*esse facto / \*a tristeza pela notícia / \*o entusiasmo pelo trabalho / \*a descoberta do asteróide].  
 (b) Todos pensam [<sub>SN</sub> \*esse facto / \*a alegria da descoberta / \*a situação dos refugiados / \*a construção da ponte].  
 (30) (a) Todos querem [<sub>SN</sub> \*esse facto / \*a tristeza pela notícia / \*o entusiasmo pelo trabalho / a descoberta do asteróide].  
 (b) Todos desejam [<sub>SN</sub> \*esse facto / \*a alegria da descoberta / \*a situação dos refugiados / a construção da ponte].

Nestas circunstâncias, é plausível considerar que as completivas por eles seleccionadas são uniformemente de natureza SComp, quer se trate de completivas finitas ou não finitas.

Como foi referido anteriormente, os verbos epistémicos e declarativos seleccionam completivas com Tempo Independente. Nestas circunstâncias, o seu núcleo Comp alberga um operador semântico de tempo, i.e., é Comp/T. A presença de T no núcleo Comp atrai o complexo formado pelo verbo e pela Flexão da frase infinitiva, que aí acedem ao Caso atribuído pelo verbo superior. Sendo por este processo legitimada casualmente, a Flexão infinitiva pode legitimar casualmente o SN na posição de Especificador da completiva, sob c-comando.



As completivas de infinitivo flexionado com ordem VS(X) dependentes de verbos factivos (cf. (31)) têm uma análise idêntica à das completivas de infinitivo flexionado seleccionadas por verbos epistémicos e declarativos: são SC(omps) com Tempo Independente, como mostram os exemplos (32) com completivas finitas:

- (31) O júri criticou [não *terem os candidatos* referido a sua participação em projectos de investigação].
- (32) (a) O júri *critica* [que os candidatos não *tenham* referido a sua participação em projectos de investigação].
- (b) O júri *critica* [que os candidatos não *refiram* a sua participação em projectos de investigação].

Consideremos agora as completivas seleccionadas por verbos volitivos e optativos. Como resulta da observação dos exemplos (30), as completivas por eles seleccionadas são uniformemente SComps; por outro lado, trata-se de SComps sem Tempo Independente (cf. (22)). Nestas circunstâncias, o núcleo Comp não contém um operador de Tempo que possa atrair o complexo V+Flex. Quando é escolhida uma Flexão com as propriedades de infinitivo flexionado, permanecendo ela na sua posição de núcleo de SFlex, não tem acesso ao Caso atribuído pelo verbo superior, pelo que a estrutura é eliminada.

### Completivas de infinitivo flexionado precedidas de artigo

Em certos contextos, as completivas de infinitivo flexionado seleccionadas por verbos, adjectivos e nomes factivos podem ser reanalisadas como nomes e ocorrer precedidas do artigo definido *o*, como se pode observar nos exemplos (33):

- (33) (a) [<sub>SN</sub> O [<sub>SFlex=N</sub> (*tu*) criticares-me o tempo todo]] *entristece-me*.
- (b) [<sub>SN</sub> O [<sub>SFlex=N</sub> *ele* ter tido uma recaída]] é *aflitivo*.
- (c) É um *perigo* [<sub>SN</sub> o [<sub>SFlex=N</sub> estarem a aumentar *as situações de conflito* em várias regiões do globo]].
- (d) Lamentamos [<sub>SN</sub> o [<sub>SFlex=N</sub> *eles* não terem recebido financiamento]].

Como os exemplos (33) mostram, nesta construção, o sujeito da completiva de infinitivo flexionado pode ocorrer em posição pré-verbal quando é um pronome, mas tem de ocupar posição pós-verbal quando é um SN pleno — veja-se o contraste entre (33c) e (34):

- (34) \*É um *perigo* [<sub>SN</sub> o [<sub>SFlex=N</sub> *as situações de conflito* estarem a aumentar em várias regiões do globo]].

Embora frases como (33) sejam parafraseáveis por frases em que a completiva ocorre como complemento do nome *facto* (cf. (35)), as propriedades sintácticas das duas construções são distintas.

- (35) (a) [<sub>SN</sub> O *facto* de [<sub>SFlex</sub> (*tu*) me criticares o tempo todo]] *entristece-me*.
- (e) [<sub>SN</sub> O *facto* de [<sub>SFlex</sub> *ele* ter tido uma recaída]] é *aflitivo*.
- (f) É um *perigo* [<sub>SN</sub> o *facto* de [<sub>SFlex</sub> estarem a aumentar *as situações de conflito* em várias regiões do globo]].
- (g) Lamentamos [<sub>SN</sub> o *facto* de [<sub>SFlex</sub> *eles* não terem recebido financiamento]].

Assim, por exemplo, nas completivas de infinitivo flexionado seleccionadas pelo nome *facto*, não existe qualquer restrição sobre a ocorrência em posição pré-verbal de SNs plenos com a relação gramatical de sujeito — veja-se o contraste de gramaticalidade entre (34) e (36):

- (36) É um *perigo* [<sub>SN</sub> o *facto* de [<sub>SFlex</sub> *as situações de conflito* estarem a aumentar em várias regiões do globo]].

Por outro lado, tanto a construção exemplificada em (33) como a exemplificada em (35) têm propriedades sintácticas distintas das completivas de infinitivo flexionado com relações gramaticais de sujeito e de objecto directo directamente seleccionadas por núcleos factivos. Assim, enquanto as primeiras não admitem extracção de argumentos, por exemplo, através de interrogativas-Q — veja-se a agramaticalidade de (37) e (38), as últimas admitem — veja-se a gramaticalidade de (39) <sup>(33)</sup>:

- (37) (a) \*[O que]<sub>i</sub> é que é afitivo [<sub>SN</sub> o [<sub>SFlex=N</sub> *ele* ter tido [v]<sub>i</sub>]]?
- (b) \*[O que]<sub>i</sub> é que é um *perigo* [<sub>SN</sub> o [<sub>SFlex=N</sub> *estar* a aumentar [v]<sub>i</sub> em várias regiões do globo]]?
- (c) \*[O que]<sub>i</sub> é que lamentas [<sub>SN</sub> o [<sub>SFlex=N</sub> *eles* não terem recebido [v]<sub>i</sub>]]?

<sup>(33)</sup> No caso de completivas sujeito, apenas quando as mesmas se encontram em posição de extraposição, uma vez que completivas em posição de sujeito pré-verbal constituem ilhas fortes (cf. 12.3 e 15.1.2).

- (38) (a) \*[O que]<sub>i</sub> é que é aflitivo [<sub>SN</sub> o facto de [<sub>SFlex</sub> ele ter tido [v]<sub>i</sub>]]?  
 (b) \*[O que]<sub>i</sub> é que é um perigo [<sub>SN</sub> o facto de [<sub>SFlex</sub> estar a aumentar [v]<sub>i</sub> em várias regiões do globo]]?  
 (c) \*[O que]<sub>i</sub> é que lamentas [<sub>SN</sub> o facto de [<sub>SFlex</sub> eles não terem recebido [v]<sub>i</sub>]]?
- (39) (a) [O que]<sub>i</sub> é que é aflitivo [<sub>SFlex</sub> ele ter tido [v]<sub>i</sub>]?  
 (b) [O que]<sub>i</sub> é que é um perigo [<sub>SFlex</sub> estar a aumentar [v]<sub>i</sub> em várias regiões do globo]?  
 (c) [O que]<sub>i</sub> é que lamentas [<sub>SFlex</sub> eles não terem recebido [v]<sub>i</sub>]?

### 15.2.2. Construções de controlo

Quando uma completiva com uma Flexão caracterizada pelas propriedades indicadas em (13a), i.e [+T [-finito], - Conc], ocorre como complemento de um verbo, o seu sujeito sem realização lexical tem usualmente a sua referência fixada por um dos argumentos do verbo da frase superior.

Quando é o sujeito da frase superior, lexicalmente realizado ou não, que controla a referência do sujeito foneticamente nulo da completiva de infinitivo não flexionado, a construção denomina-se de **controlo de sujeito** — vejam-se os exemplos (40):

- (40) (a) [Os professores]<sub>i</sub> pensam [[-]<sub>i</sub> concluir a avaliação na próxima semana].  
 (b) [-]<sub>i</sub> Declaramos [[-]<sub>i</sub> assumir a responsabilidade pelo acidente].  
 (c) [-]<sub>i</sub> Lamentamos [[-]<sub>i</sub> não ter assistido à conferência].  
 (d) [Os alunos]<sub>i</sub> pretendem [[-]<sub>i</sub> realizar o teste durante as férias de semestre].  
 (e) [Os municípios]<sub>i</sub> insistem em [[-]<sub>i</sub> consultar as actas das três últimas reuniões].

Quando é o objecto directo da frase superior que fixa a referência do sujeito sem realização lexical da completiva de infinitivo não flexionado, a construção denomina-se de **controlo de objecto** <sup>(34)</sup>. Verbos trivalentes do paradigma

<sup>(34)</sup> Esta construção foi denominada de *Elevação de Sujeito para Objecto por Postal* (1974). Argumentos de natureza teórica levaram a considerá-la uma construção de *Controlo de Objecto*. Sobre os problemas que a análise de controlo levanta, veja-se Postal e Pullum (1988).

de *autorizar* e verbos do paradigma de *impedir* (ver adiante 15.3.) entram em construções de controlo de objecto:

- (41) (a) [Os professores]<sub>i</sub> autorizaram [os alunos]<sub>j</sub> a [[-]<sub>j</sub> realizar o teste durante as férias de semestre].  
 (b) [Os alunos]<sub>i</sub> impediram [os professores]<sub>j</sub> de [[-]<sub>j</sub> dar aulas ao sábado].

Verbos declarativos de ordem podem entrar em construções de controlo de sujeito (cf. (42a)) ou de **controlo de objecto indirecto** (cf. (42b)):

- (42) (a) [Os miúdos]<sub>i</sub> pediram [aos pais]<sub>j</sub> [para [-]<sub>j</sub> acampar no próximo fim-de-semana].  
 (b) [Os pais]<sub>i</sub> disseram [ao Pedro e à Maria]<sub>j</sub> [para [-]<sub>j</sub> chegar cedo a casa].

Embora não seja usual considerá-las construções de controlo, em completivas de infinitivo flexionado com sujeito nulo seleccionadas como complemento, quando as especificações de pessoa e número do verbo superior e da Flexão infinitiva são idênticas, o sujeito nulo da completiva tem a sua referência fixada pelo sujeito (cf. (43)), pelo objecto directo (cf. (48)) ou pelo objecto indirecto da frase superior (cf. (44)):

- (43) (a) [Os professores]<sub>i</sub> pensam [poderem [-]<sub>i</sub> concluir a avaliação na próxima semana].  
 (b) [-]<sub>i</sub> Declaramos desde já [assumirmos [-]<sub>i</sub> a responsabilidade pelo acidente].  
 (c) [-]<sub>i</sub> Lamentamos imenso [[-]<sub>i</sub> não termos assistido à conferência].
- (44) (a) [Os professores]<sub>i</sub> autorizaram [os alunos]<sub>j</sub> a [[-]<sub>j</sub> realizarem o teste durante as férias de semestre].  
 (b) [Os alunos]<sub>i</sub> impediram [os professores]<sub>j</sub> de [[-]<sub>j</sub> darem aulas ao sábado].
- (45) (a) [Os alunos]<sub>i</sub> pediram [aos professores]<sub>j</sub> [para [-]<sub>j</sub> adiarem o teste].  
 (b) [Os pais]<sub>i</sub> disseram [ao Pedro e à Maria]<sub>j</sub> [para [-]<sub>j</sub> chegarem cedo a casa].

Este fenómeno é paralelo ao que se observa em completivas finitas com a relação gramatical de objecto directo quando o sujeito da completiva não tem realização lexical (cf. 15.1.3).

### 15.2.3. Construções de *Elevação*

Certos verbos que não seleccionam argumento externo, quando se constroem com uma completiva não finita de infinitivo flexionado, permitem que o constituinte interpretado como sujeito da completiva tenha a relação gramatical de sujeito da frase superior — compare-se o exemplo (46a) com (46b):

- (46) (a) Parece [que *os organizadores* adiaram o congresso].  
(b) [*Os organizadores*], parecem [[v], ter adiado o congresso].

O constituinte *os organizadores* é seleccionado como argumento pelo verbo *adiar*, quer ocorra na posição de sujeito da frase completiva finita, como esperado (cf. (46a)), quer ocorra na posição de sujeito da frase superior, despoletando o processo de concordância do verbo *parecer*, como acontece em (46b), que ilustra uma **construção de Elevação**.

Uma vez que é interpretado como argumento do verbo encaixado e não do verbo *parecer*, considera-se que o constituinte que ocorre como sujeito da frase superior numa construção de *Elevação* é deslocado para essa posição, deixando um vestígio nas posições relevantes da completiva. Esta análise prediz correctamente que uma construção de elevação só seja legítima quando a completiva é de infinitivo não flexionado, dados os requisitos de localidade a que estão sujeitos os vestígios deixados por Movimento-A<sup>(55)</sup> — veja-se a agramaticalidade de frases em que o sujeito do verbo encaixado é extraído de uma completiva finita (cf. (47a)) e de uma completiva de infinitivo flexionado (cf. (47b)):

- (47) (a) \*[*Os organizadores*], parecem [que [v], adiaram o congresso].  
(b) \*[*Os organizadores*], parecem [[v], terem adiado o congresso].

Como será descrito em 15.4.4, certos verbos (*e.g.*, os semiauxiliares *dever* e *poder*) só admitem construções de *Elevação*.

<sup>(55)</sup> Em particular, o facto de estarem sujeitos ao *Princípio A* da Teoria da Ligação, que exige que o antecedente do vestígio e o vestígio ocorram no mesmo complexo funcional completo. Sobre este assunto, ver adiante, capítulo 20.

### 15.2.4. A construção *Adjectival Complexa*

Certos adjectivos avaliativos que seleccionam completivas com a relação gramatical de sujeito (cf. (48)) admitem a construção exemplificada em (49)<sup>(56)</sup>:

- (48) (a) [[-] Guiar *estes automóveis*] é agradável.  
(b) É difícil [[-] engolir *insultos desses*]  
(49) (a) *Estes automóveis* são agradáveis de [guiar].  
(b) *Insultos desses* são difíceis de [engolir].

Os exemplos (49) exemplificam a construção denominada **Adjectival Complexa** ou de *Elevação de Objecto*<sup>(57)</sup>. Nas frases (48) a completiva tem a relação gramatical de sujeito e o seu sujeito, foneticamente nulo, recebe interpretação arbitrária (*i.e.*, não tem uma referência definida). Por seu lado, nas frases (49): (i) a completiva ocorre como complemento do adjectivo, sendo introduzida, como é habitual, por uma preposição; (ii) o sujeito da completiva tem interpretação arbitrária; (iii) o constituinte interpretado como argumento interno do verbo da completiva ocorre como sujeito da frase superior, desencadeando a concordância do verbo copulativo e do predicativo do sujeito.

Como o contraste entre (49) e (50) mostra, só constituintes interpretados como argumentos internos directos do verbo encaixado podem ocorrer como sujeitos da frase superior nesta construção:

- (50) (a) \**A Maria* é fácil de gostar. (cf. *É fácil gostar da Maria*)  
(b) \**Essa casa* é difícil de viver. (cf. *É difícil viver nessa casa*)  
(c) \**O problema* é complicado de pensar. (cf. *É complicado pensar no problema*)

Dadas as propriedades da construção acima referidas, uma análise que envolva movimento do objecto directo da completiva para a posição de sujeito da frase superior não é defensável, uma vez que a cabeça da cadeia e o vestígio teriam cada um um papel temático atribuído, respectivamente, pelo adjectivo que selecciona a completiva e pelo verbo da completiva.

<sup>(56)</sup> Contam-se entre eles: *agradável, bom, complicado, custoso, desagradável, desinteressante, difícil, divertido, fácil, horrível, interessante, penoso, simples*.

<sup>(57)</sup> O primeiro termo é utilizado em Raposo (1987). O último foi introduzido em análises transformacionalistas da construção, que consideravam frases como (53) derivadas transformacionalmente das frases (52). Sobre este assunto vejam-se, entre outros, Raposo (1975, 1987) e Casteleiro (1981).

Além disso, existem frases com propriedades semelhantes à da construção *Adjectival Complexa* (cf. (51)), mas relativamente às quais não é possível encontrar uma contrapartida com completiva não finita em posição de sujeito (cf. (52)):

- (51) (a) *A Maria é uma pessoa difícil de compreender.*  
(b) *A depressão do Pedro é uma doença fácil de tratar.*  
(52) (a) \*É uma pessoa difícil [compreender a Maria].  
(b) \*É uma doença fácil [tratar a depressão do Pedro].

Assim, tanto argumentos de natureza teórica quanto empírica levam a adoptar uma análise desta construção que considere o constituinte que ocorre na posição de sujeito o argumento externo do adjectivo e assumam que o objecto directo do verbo encaixado é foneticamente nulo (<sup>58</sup>).

### 15.3. Verbos com propriedades de selecção não homogéneas

Alguns verbos que seleccionam completivas têm propriedades de selecção particulares. Assim, há verbos que determinam um tipo de construção quando a completiva é finita e outro quando a completiva é infinitiva; outros verbos apenas admitem completivas não finitas.

#### Verbos casualmente defectivos

Verbos como *gostar*, *necessitar* e *precisar* seleccionam completivas finitas não preposicionadas (cf. (1)):

- (1) (a) O João gosta [que a Maria toque flauta].  
(b) O João precisa [que lhe dêem uma boa lição].

Contudo, seleccionam completivas não finitas precedidas pela preposição *de*, com as propriedades de construções de controlo de sujeito (cf. (2)):

(<sup>58</sup>) A análise actualmente dominante assume que a construção adjectival complexa pertence à família de construções de operador nulo. Sobre este assunto ver, entre outros, Chomsky (1981, 1982), Raposo (1987), Contreras (1993).

- (2) (a) [O João], gosta de [ [-], tocar flauta].  
(b) [O João], precisa de [ [-], aprender Búlgaro].

A mesma preposição precede os complementos nominais seleccionados por estes verbos, como se pode observar em (3):

- (3) (a) O João gosta d[a Maria].  
(b) O João precisa de [ajuda].

As completivas finitas seleccionadas por estes verbos não podem ser retomadas anaforicamente pelo clítico demonstrativo invariável *o*, o que mostra que as mesmas, apesar de não preposicionadas, não têm a relação gramatical de objecto directo, já que não são marcadas com Caso acusativo (cf. (4)):

- (4) (a) P: — O João gosta [que a Maria toque flauta]?  
R: — \*Sim, gosta-o.  
(b) P: — O João precisa [que lhe dêem uma boa lição]?  
R: — \*Sim, precisa-o.

As propriedades acima referidas sugerem que estes verbos são casualmente defectivos, pelo que, quando seleccionam complementos que exijam Caso (como acontece com os pronomes, os sintagmas nominais e as completivas infinitivas), os mesmos precisam de ser legitimados através da preposição usada tipicamente como marcador casual em português, a preposição *de*.

#### Verbos bi- e trivalentes

Há verbos (<sup>59</sup>) que se constroem com dois argumentos quando seleccionam uma completiva finita, ocorrendo tal completiva como argumento interno directo:

- (5) (a) Os polícias impediram [que os ladrões roubassem a ourivesaria] e impediram-no sem tiros.  
(n)o = que os ladrões roubassem a ourivesaria  
(b) O Conselho Directivo proibiu [que as funcionárias fizessem chamadas para telemóveis] e proibiu-o com razão.  
(o) = que os funcionários fizessem chamadas para telemóveis

(<sup>59</sup>) Contam-se entre eles *excluir*, *impedir*, *impossibilitar*, *interditar*, *proibir*.

Contudo, quando seleccionam completivas não finitas, constroem-se com três argumentos (o argumento externo, um argumento interno directo nominal e um argumento frásico preposicionado), em construções de *Controlo de Objecto*:

- (6) (a) Os polícias impediram [os ladrões], *de* [[-], roubar a ourivesaria].  
(b) O Conselho Directivo proibiu [as funcionárias], *de* [[-], fazer chamadas para telemóveis].

Nas construções exemplificadas em (6), o argumento nominal tem a relação gramatical de objecto directo e o argumento frásico uma relação gramatical oblíqua:

- (7) (a) Os polícias impediram-nos disso.  
(b) O Conselho Directivo proibiu-as disso.

#### Verbos que apenas admitem construções de controlo de sujeito

Os verbos volitivos *ousar* e *tencionar* apenas admitem completivas não finitas, em construções de *Controlo de Sujeito*:

- (8) (a) [Aníbal], ousou [[-], atravessar os Alpes com o seu exército].  
(b) [O João], tenciona [[-], telefonar-te hoje à noite].

Verbos volitivos inerentemente reflexivos <sup>(60)</sup> também seleccionam apenas completivas não finitas em construções de *Controlo de Sujeito*, sendo neste caso a completiva precedida de preposição:

- (9) (a) [Aníbal], atreveu-se a [[-], atravessar os Alpes com o seu exército].  
(b) [O João], decidiu-se a [[-], fazer as pazes com a Maria].

Também alguns verbos que exprimem fuga de uma situação <sup>(61)</sup> que podem seleccionar argumentos internos nominais ou oracionais preposicionados, só admitem completivas não finitas preposicionadas, em construções de controlo de sujeito:

<sup>(60)</sup> Contam-se entre eles *abalançar-se (a)*, *afoitar-se (a)*, *atrever-se (a)*, *decidir-se (a)*, *resolver-se (a)*.

<sup>(61)</sup> Contam-se entre eles *escapar (de)*, *fugir (de)*, *livrar-se (de)*, *safar-se (de)*.

- (10) (a) [O carteiro], escapou de [[-], ser atropelado por um triz].  
(b) [O João], livrou-se de [[-], fazer uma broncoscopia].

Finalmente, há verbos que seleccionam tipicamente um argumento oracional preposicionado, necessariamente não finito, em construções de *Controlo de Sujeito*:

- (11) (a) [O João], persiste em [[-], chegar atrasado].  
(b) [O resultado do concurso], tarda em [[-], ser divulgado].

A propriedade comum aos verbos acima referidos é o facto de não se tratar de predicados causativos.

#### Verbos que apenas admitem construções de controlo de objecto

Alguns verbos trivalentes da esfera semântica da permissão e da proibição <sup>(62)</sup> apenas admitem completivas não finitas em construções de *Controlo de Objecto*, como se pode observar nos exemplos (12):

- (12) (a) O coordenador do projecto incumbiu [três investigadores], *de* [[-], preparar(em) o relatório].  
(b) O professor dispensou [os alunos com classificação de Bom], *de* [[-], realizar(em) o terceiro teste].

#### Predicados complexos encabeçados por verbos leves

Muitos predicados complexos encabeçados por verbos leves que têm como segundo membro um argumento nominal podem construir-se com completivas não finitas preposicionadas, em construções de *Controlo de Sujeito*, não admitindo, no entanto, completivas finitas. Um exemplo paradigmático é o de predicados complexos encabeçados pelo verbo leve *ter* <sup>(63)</sup>:

<sup>(62)</sup> Contam-se entre eles *dispensar (de)*, *incumbir (de)*, *isentar (de)*, *privar (de)*.

<sup>(63)</sup> Contam-se entre eles *ter a alegria (de)*, *ter a coragem (de)*, *ter cuidado (em)*, *ter dificuldade (em)*, *ter a felicidade (de)*, *ter facilidade (em)*, *ter a ideia (de)*, *ter a intenção (de)*, *ter paciência (para)*, *ter tempo (de / para)*.

- (13) (a) [Juliette Binoche]<sub>i</sub>, teve a alegria de [[-]<sub>i</sub>, receber o Óscar].  
 (b) [Os alunos]<sub>i</sub>, tiveram a ideia de [[-]<sub>i</sub>, organizar uma Feira de Projectos].  
 (c) [Os alunos do 1.º ano]<sub>i</sub>, têm dificuldade em [[-]<sub>i</sub>, concentrar-se].

## 15.4. Completivas não finitas defectivas

Nas secções precedentes, consideraram-se completivas finitas e não finitas seleccionadas por núcleos verbais, adjectivais e nominais em que o estatuto bi-oracional da frase é claro <sup>(64)</sup>.

Apesar de tais completivas constituírem claramente um domínio oracional próprio, o seu grau de autonomia varia, de acordo com vários parâmetros. Assim, as completivas no conjuntivo apresentam maior dependência relativamente à frase superior do que as de indicativo, como mostra o fenómeno da obviação referencial referido em 15.1.3 (cf. (1)); as completivas com Tempo Dependente são temporalmente dependentes da frase superior, contrariamente às que exibem Tempo Independente (cf. (2)); as completivas com infinitivo não flexionado dependentes de verbo de controlo têm a referência do seu sujeito fixada por um argumento da frase superior, o que não acontece necessariamente com as completivas de infinitivo flexionado (cf. (3)):

- (1) (a) \*[O João]<sub>i</sub>, lamenta [que [-]<sub>i</sub>, *tenha perdido* o passaporte].  
 (b) [O João]<sub>i</sub>, pensa [que [-]<sub>i</sub>, *perdeu* o passaporte].  
 (2) (a) O João afirmou [que a Maria *tinha ido / vai / irá* ao cinema].  
 (b) O João quis [que a Maria *fosse / \*vá / \*for* ao cinema].  
 (3) (a) [O João]<sub>i</sub>, calcula [[-]<sub>i</sub>, *chegar* na próxima semana].  
 (b) [O João]<sub>i</sub>, calcula [*chegarem* [os novos computadores]<sub>j</sub>, na próxima semana].

Nesta secção, considerar-se-ão completivas não finitas defectivas, i.e., cujo baixo grau de autonomia sintáctica leva a considerá-las domínios oracionais deficitários ou mesmo, em certos casos, a considerar que não constituem um domínio oracional próprio.

<sup>(64)</sup> Se exceptuarmos o caso das completivas presentes em construções de predicados complexos encabeçados por verbos leves como as exemplificadas em (13).

Na análise destas construções, considerar-se-ão como propriedades diagnóstico de autonomia sintáctica <sup>(65)</sup>:

- (4) (i) A legitimação casual interna à completiva dos argumentos do verbo encaixado (cf. (5b));  
 (ii) A possibilidade de ocorrência de negação frásica na completiva (cf. (5c));  
 (iii) A possibilidade de ocorrência de tempos compostos interna à completiva (cf. (5d));  
 (iv) A impossibilidade de *Subida do Clítico*, i.e., a ocorrência de clíticos interpretados como argumentos do verbo da completiva adjacentes ao verbo superior (cf. (5e));  
 (v) A impossibilidade da construção de *Movimento Longo do Objecto*, i.e., a impossibilidade de o argumento interno directo do verbo da completiva ocorrer como sujeito da frase superior numa construção com *se-passivo* (cf. (5f)).

Estas propriedades estão exemplificadas com a completiva não finita não defectiva apresentada em (5a)):

- (5) (a) A testemunha viu [os ladrões tirarem as máscaras na rua].  
 (b) A testemunha viu [*eles* tirarem-*nas* na rua].  
 (c) A testemunha viu [os ladrões *não* tirarem as máscaras na rua].  
 (d) A testemunha viu [os ladrões *terem tirado* as máscaras na rua].  
 (e) \*A testemunha viu-*as* [os ladrões tirarem na rua].  
 (f) \**Viram-se* [os ladrões tirarem *as máscaras* na rua].

### 15.4.1. Construções de *Marcação de Caso Excepcional*

Os verbos perceptivos e causativos podem seleccionar completivas como as que se exemplificam em (6) e (7):

- (6) (a) A testemunha viu [*os ladrões* ameaçar o gerente do banco].  
 (b) A testemunha viu-*[os* ameaçar o gerente do banco].

<sup>(65)</sup> Sobre as propriedades diagnóstico de autonomia sintáctica em infinitivas canónicas, veja-se Gonçalves (1999) e a bibliografia aí referida.

- (7) (a) O juiz deixou [a ré responder às perguntas].  
 (b) O juiz deixou-[a responder às perguntas].

A construção acima exemplificada caracteriza-se por o verbo da completiva ocorrer no infinitivo não flexionado, por o sujeito da completiva ocorrer em acusativo (como se pode observar nos exemplos (b)), e por a ordem de palavras interna à completiva ser a ordem canónica SVX.

A segunda propriedade acima referida levou a que a construção tenha recebido a denominação de **Marcação de Caso Excepcional** <sup>(66)</sup> ou de *Infinitivo com Sujeito Acusativo*.

O facto de a legitimação casual do sujeito nesta construção ser assegurada pelo verbo superior, respectivamente, *ver* e *deixar* em (6) e (7) mostra que a completiva não é um domínio com plena autonomia sintáctica. Contudo, a construção exhibe as restantes propriedades diagnóstico de autonomia sintáctica, como se pode observar em (8):

- (8) (a) A testemunha viu-[os ameaça-lo]. (cf. (4i))  
 (b) A testemunha viu-[os não ameaçar o gerente do banco]. ((cf. (4ii))  
 (c) A testemunha viu-[os ter ameaçado o gerente do banco]. (cf. (4iii))  
 (d) \*A testemunha viu-o [os ladrões ameaçar]. (cf. (4iv))  
 (e) \**Viram-se* [os ladrões ameaçar os caixas do banco]. (cf. (4v))

O recurso à construção de *Marcação de Caso Excepcional* com verbos perceptivos e causativos é muito frequente em português <sup>(67)</sup>, não havendo restrições sobre o número de argumentos do verbo encaixado, como se pode observar em (9):

- (9) (a) O juiz ouviu/mandou-[os jornalistas sair].  
 (b) O juiz ouviu/mandou-[os desligar os gravadores].  
 (c) O juiz ouviu/mandou-[os entregar a declaração ao tribunal].

<sup>(66)</sup> Abreviadamente, ECM, a partir das iniciais do termo inglês *Excepcional Case Marking*.

<sup>(67)</sup> Contrariamente às restantes línguas românicas, o português recorre à construção de ECM em completivas com verbos de dois e três lugares, seleccionadas por verbos causativos. Sobre a análise das construções de ECM dependentes de verbos perceptivos e causativos, veja-se Gonçalves (1999), Gonçalves e Duarte (2001), Duarte e Gonçalves (2001) e bibliografia aí referida.

## 15.4.2. Completivas com infinitivo gerundivo

Os verbos perceptivos podem seleccionar como complemento frases infinitivas preposicionadas como as ilustradas em (10):

- (10) (a) Eu vi [os meninos a devorar(em) o gelado].  
 (b) Ouvimos [os pais a chamar(em) os miúdos].

As frases (10) são parafraseáveis por frases em que ocorra o gerúndio na completiva (cf. (11a)) <sup>(68)</sup> e por frases contendo pseudo-relativas (cf. (11b)) <sup>(69)</sup>:

- (11) (a) Eu vi [os meninos devorando o gelado].  
 (b) Eu vi os meninos *que devoravam o gelado*.

Dado que existe comutabilidade entre infinitivo preposicionado e gerúndio nesta construção, a tradição gramatical luso-brasileira denomina-a construção de **Infinitivo Gerundivo**, designação que será aqui adoptada <sup>(70)</sup>.

Para além da comutabilidade com o gerúndio, a construção de *Infinitivo Gerundivo* caracteriza-se pelas seguintes propriedades: *a*) o infinitivo flexionado e o não flexionado encontram-se em variação livre (cf. (12)) <sup>(71)</sup>; *b*) a sequência à direita do verbo perceptivo forma um único constituinte, como se conclui do seu comportamento sob *Topicalização* e *Pseudo-Clivagem* e em pares pergunta-resposta (cf. (13)); *c*) não pode ocorrer material lexical entre *a* e a forma infinitiva, contrariamente ao que acontece em construções de controlo e em adjuntos adverbiais, como mostra o contraste entre (14) e (15); *d*) não pode ocorrer o auxiliar perfectivo *ter* no domínio infinitivo (cf. a agramaticalidade de (16)); *e*) a presença de nega-

<sup>(68)</sup> Em variedades dialectais do português europeu e em português brasileiro, é o gerúndio e não o infinitivo preposicionado o tempo verbal que ocorre nesta construção.

<sup>(69)</sup> Sobre as propriedades das pseudo-relativas nestes contextos, veja-se Brito (1995) e bibliografia aí referida.

<sup>(70)</sup> Raposo (1989) denomina-a *Construção de Infinitivo Preposicionado* (abreviadamente, PIC, do inglês *Prepositional Infinitival Construction*).

<sup>(71)</sup> Quando a construção é seleccionada por auxiliares aspectuais como *estar*, só é admitido infinitivo não flexionado (cf. o contraste entre (i) e (ii)), uma vez que o verbo superior é um verbo de elevação (ver adiante 15.4.3):

- (i) Os meninos estão a devorar o gelado.  
 (ii) \*Os meninos estão a devorarem o gelado.

Sobre a diferença entre a construção de *Infinitivo Gerundivo* dependente de verbos perceptivos e de auxiliares aspectuais, vejamos, entre outros, Raposo (1989) e Guasti (1992).

ção frásica no domínio infinitivo induz resultados muito marginais (cf. (17)); f) os clíticos associados à posição de sujeito do domínio encaixado ocorrem na forma acusativa adjacentes ao verbo perceptivo (cf. (18)), mas os clíticos complemento não podem sofrer *Subida de Clítico*, como mostra o contraste entre (19) e (20):

- (12) (a) Eu vi [os meninos a *devorarem* o gelado].  
 (b) Eu vi [os meninos a *devorar* o gelado].
- (13) (a) [Os meninos a *devorar(em)* o gelado], eu não vi [-].  
 (b) Foi [os meninos a *devorar(em)* o gelado] que eu vi.  
 (c) O que eu vi foi [os meninos a *devorar(em)* o gelado].  
 (d) — Sabes o que vi?  
 — Não.  
 — [Os meninos a *devorar(em)* o gelado].
- (14) (a) \*Eu vi [os meninos a *de facto* devorar o gelado].  
 (b) \*Ouvimos [os pais a *mais uma vez* chamarem os miúdos].
- (15) (a) Os pais autorizaram os miúdos a *mais uma vez* irem acampar.  
 (b) A *de facto* teres tido cuidado, não estavas com essa constipação.
- (16) (a) \*Eu vi [os meninos a *ter* devorado o gelado].  
 (b) \*Ouvimos [os pais a *terem* chamado os miúdos].
- (17) (a) ?? Eu vi [os miúdos a *não* devorar(em) o gelado].  
 (b) ??/\* Ouvimos [os pais a *não* chamar(em) os miúdos].
- (18) (a) Vi-[os a sair(em) do cinema].  
 (b) Quem é que [os viu a sair(em) do cinema]?
- (19) (a) Não estou a ver [ninguém a *exaltar-se* por causa do Michael Bolton].  
 (*Natura/Público*: par 69125, *apud* Duarte e Gonçalves, 2001)  
 (b) Não vi [os professores a dar(em)-*lhes* pipocas].
- (20) (a) \*Não o vi [os meninos a devorar(em)].  
 (b) \*Não *lhes vi* [os meninos a dar(em) pipocas].

As propriedades acima mencionadas indicam que a construção de *Infinitivo Gerundivo* tem um grau menor de autonomia sintáctica do que a construção de *Marcação de Caso Excepcional* descrita na secção anterior: com efeito, para além de o sujeito do domínio infinitivo ser legitimado casualmente pelo verbo superior, a construção dificilmente aceita negação frásica e exclui a ocorrência de tempos compostos.

Também do ponto de vista da interpretação temporal a construção apresenta propriedades significativas: assim, o domínio infinitivo é um domínio de Tempo Dependente, sendo exigido que exista sobreposição entre as situações descritas nos dois domínios oracionais, i.e., entre a percepção da situação descrita no domínio encaixado e a situação descrita neste.

Esta propriedade, associadamente ao facto de a sequência preposição-infinitivo não poder ser interrompida (cf. a agramaticalidade de (14)), sugere que a preposição *a* funciona nesta construção como um núcleo funcional de natureza aspectual, ou seja, o complexo *a*-infinitivo tem traços aspectuais idênticos aos do gerúndio.

Assinale-se finalmente que a interpretação têmporo-aspectual do *Infinitivo Gerundivo* força a interpretação das frases como instâncias de percepção directa por parte do sujeito do verbo perceptivo. Assim, estas frases descrevem situações em que o objecto da percepção é simultaneamente a situação descrita pelo domínio encaixado e o sujeito do domínio encaixado <sup>(72)</sup>.

### 15.4.3. Construções de *Reestruturação*

Certos verbos, quando seleccionam completivas de infinitivo não flexionado como complemento, admitem um processo de formação de predicado complexo. Quando este processo tem lugar, o verbo superior e a forma verbal infinitiva combinam-se para formar um predicado complexo, e o domínio encaixado manifesta pouca autonomia sintáctica. Na sequência do estudo pioneiro de Rizzi (1982), esta construção tem sido denominada de **Reestruturação**.

São duas as classes de verbos que admitem a formação de predicados complexos em construções de *Reestruturação*: verbos de controlo de sujeito que seleccionam completivas com Tempo Dependente, como os volitivos e optativos; verbos de elevação que apenas seleccionam completivas não finitas, como os semiauxiliares modais <sup>(73)</sup>.

#### A Construção de *Reestruturação* com verbos de controlo

As frases (21) ilustram construções de *Reestruturação* em que o verbo superior é um verbo de controlo de sujeito:

- (21) (a) [Os alunos]<sub>i</sub> não *lhe* querem [[-]<sub>i</sub> perguntar as notas].  
 (b) [O João]<sub>i</sub> não *te* tenciona [[-]<sub>i</sub> contar a história].

<sup>(72)</sup> Como sugeriram Guasti (1988), Raposo (1989), Rizzi (1992), considerando que, nesta construção, o verbo perceptivo atribui papel temático ao complemento oracional e ao sujeito desse complemento. Para uma análise desta construção em português, veja-se Raposo (1989) e Duarte e Gonçalves (2001).

<sup>(73)</sup> Sobre as propriedades da construção de *Reestruturação* em português, veja-se em especial Gonçalves (1999) e bibliografia aí indicada.



Nos exemplos (21), um clítico interpretado como complemento do verbo encaixado (*lhe*, em (21a) e *te* em (21b)) ocorre adjacente ao verbo superior, um caso de *Subida de Clítico*.

Fenómenos como a *Subida de Clítico* e a possibilidade de *Movimento Longo do Objecto* (cf. (22)) mostram que verbo superior e verbo encaixado formam uma unidade estrutural nesta construção:

- (22) (a) *Querem-se* saber os resultados dos testes ainda esta semana.  
 (b) *Tencionam-se* usar todos os recursos disponíveis neste projecto.

Um argumento adicional a favor da hipótese de que verbo de controlo e verbo encaixado se combinam para formar um predicado complexo nesta construção é a agramaticalidade de frases com *Subida de Clítico* e negação frásica no domínio encaixado:

- (23) (a) \*[[Os alunos]<sub>i</sub> querem-*lhe* [[-]<sub>i</sub> não entregar o trabalho].  
 (b) \*[[O João]<sub>i</sub> tenciona-*te* [[-]<sub>i</sub> não contar a história].

Pelo contrário, quando os verbos de controlo não se combinam com o verbo encaixado para formar um predicado complexo, a construção tem as propriedades das construções de controlo. Assim, não é permitida *Subida do Clítico*, pode ocorrer negação frásica no domínio infinitivo e *Movimento Longo de Objecto* é impossível (cf. (24)):

- (24) (a) [[Os alunos]<sub>i</sub> querem [[-]<sub>i</sub> entregar-*lhe* os trabalhos].  
 (b) [[Os alunos]<sub>i</sub> querem [[-]<sub>i</sub> não *lhe* entregar os trabalhos].  
 (c) \**Querem-se* entregar-*lhe* os trabalhos.

#### A Construção de Reestruturação com verbos de Elevação

Com verbos de elevação que apenas seleccionam completivas não finitas, como acontece com os verbos semiauxiliares, o verbo semiauxiliar e a forma infinitiva podem combinar-se para formar um predicado complexo, como ilustrado em (25):

- (25) (a) [[Os alunos]<sub>i</sub> devem-*lhe* [[v]<sub>i</sub> entregar os trabalhos amanhã].  
 (b) [[Os organizadores]<sub>i</sub> podem-*nas* [[v]<sub>i</sub> convidar para o congresso].

Fenómenos como a *Subida de Clítico* (cf. (25)) e a possibilidade de *Movimento Longo de Objecto* (cf. (26)) mostram que verbo superior e verbo encaixado formam uma unidade estrutural nesta construção:

- (26) (a) *Devem-se* entregar os trabalhos amanhã.  
 (b) *Podem-se* convidar as estudantes timorenses para o congresso.

Como se viu que acontecia com a construção de *Reestruturação* com verbos de controlo, também com verbos de elevação a presença de negação frásica no domínio encaixado leva a resultados agramaticais, por ter um efeito bloqueador da formação do predicado complexo — veja-se a agramaticalidade de (27):

- (27) (a) \*[[Os alunos]<sub>i</sub> devem-*lhe* [[v]<sub>i</sub> não entregar os trabalhos amanhã].  
 (b) \*[[Os organizadores]<sub>i</sub> podem-*nas* [[v]<sub>i</sub> não convidar para o congresso].

Pelo contrário, quando estamos na presença de uma construção de *Elevação* sem formação de predicado complexo, os clíticos complemento são legitimados no domínio infinitivo, a negação frásica é possível e *Movimento Longo de Objecto* não é permitido (cf. (28)):

- (28) (a) [[Os organizadores]<sub>i</sub> podem [[v]<sub>i</sub> convidá-*las* para o congresso].  
 (b) [[Os organizadores]<sub>i</sub> podem [[v]<sub>i</sub> não as convidar para o congresso].  
 (c) \**Podem-se* entregar-*lhe* os trabalhos amanhã.

#### 15.4.4. Construções de União de Orações

Os verbos causativos e perceptivos, quando seleccionam complementos infinitivos não flexionados, podem combinar-se com o verbo encaixado e formar um predicado complexo. Quando tal acontece, a construção resultante denomina-se de **União de Orações** <sup>(74)</sup>.

<sup>(74)</sup> Kayne (1975) chamou-*lhe* *fazer-Inf*. Sobre as propriedades desta construção em português, vejam-se Raposo (1981), Gonçalves (1999), Gonçalves e Duarte (2001), Duarte e Gonçalves (2001) e bibliografia aí referida.

## A Construção de *União de Orações* com verbos causativos

Para além de admitirem completivas não finitas de infinitivo flexionado (cf. (29a) e (30a)) e a construção de *Marcação de Caso Excepcional* (cf. (29b) e (30b)) anteriormente referidas, os verbos causativos podem combinar-se com o verbo encaixado para formar um predicado complexo, como ilustrado em (29c) e (30c):

- (29) (a) O professor mandou [os alunos *concluírem* o trabalho na próxima semana].  
 (b) O professor mandou [os alunos *concluir* o trabalho na próxima semana].  
 (c) O professor *mandou concluir* o trabalho *aos alunos* na próxima semana.
- (30) (a) O professor mandou [os alunos *entrarem*].  
 (b) O professor mandou [os alunos *entrar*].  
 (c) O professor *mandou entrar* os alunos.

O processo de formação do predicado complexo em (29c) e (30c) tem consequências imediatamente visíveis na ordem de palavras e nas relações gramaticais dos constituintes. Assim, verbo superior e verbo encaixado ocorrem em adjacência, não podendo o constituinte interpretado como sujeito do domínio encaixado interpor-se entre ambos.

Por outro lado, o constituinte interpretado como sujeito do domínio encaixado ocorre como objecto directo do predicado complexo, se o verbo encaixado for mono-argumental (cf. (31a)), e como objecto indirecto do predicado complexo, quando o verbo encaixado é transitivo ou ditransitivo (cf. (31b)):

- (31) (a) O professor mandou-*os* entrar. <sup>(75)</sup>  
 (b) O professor mandou-*lhes* concluir o trabalho na próxima semana.

A reorganização dos argumentos de cada verbo aquando da formação do predicado complexo está representada em (32):

<sup>(75)</sup> Repare-se que, quando o verbo encaixado é mono-argumental e o sujeito do domínio encaixado é um clítico, a frase é ambígua entre uma representação de construção de *Marcação de Caso Excepcional* e uma representação de construção de *União de Orações*.

- (32) (a) verbo superior: X<sub>arg. externo</sub> W<sub>arg. interno (completiva)</sub>  
 verbo encaixado: Y<sub>arg. externo/interno</sub>  
 predicado complexo: X<sub>sujeito</sub> Y<sub>objecto directo</sub>
- (b) verbo superior: X<sub>arg. externo</sub> W<sub>arg. interno (completiva)</sub>  
 verbo encaixado: Y<sub>arg. externo</sub> Z<sub>arg. interno directo</sub> ...  
 predicado complexo: X<sub>sujeito</sub> Z<sub>objecto directo</sub> Y<sub>objecto indirecto</sub>

Este processo só pode ter lugar quando a completiva dependente do verbo causativo é de infinitivo não flexionado, como mostram os exemplos (33):

- (33) (a) \*O professor *mandou concluírem* o trabalho aos alunos na próxima semana.  
 (b) \*O professor *mandou entrarem* os alunos.

Na construção de *União de Orações*, o domínio sintáctico encaixado não tem autonomia sintáctica, comportando-se toda a frase como um domínio mono-oracional. Assim, a legitimação casual do sujeito do verbo encaixado é feita na frase superior (cf. (31)), o mesmo acontecendo com clíticos complemento, como se pode observar em (34):

- (34) (a) O professor mandou-*o* concluir aos alunos na próxima semana.  
 (b) \*O professor mandou concluí-*lo* aos alunos na próxima semana.

O domínio encaixado não admite negação frásica (cf. (35)) nem tempos compostos (cf. 36)):

- (35) (a) \*O professor mandou *não* concluir o trabalho aos alunos na próxima semana.  
 (b) \*O professor mandou *não* entrar os alunos.
- (36) (a) \*O professor mandou *ter concluído* o trabalho aos alunos na próxima semana.  
 (b) \*O professor mandou *ter entrado* os alunos.

Finalmente, a construção de *União de Orações* admite *Movimento Longo de Objecto* (cf. (37)):

- (37) (a) *Mandaram-se* concluir *os trabalhos* na próxima semana.  
 (b) *Mandaram-se* entrar *os alunos*.

Contrariamente ao que acontece nas restantes línguas românicas, o português utiliza frequentemente a construção de *Marcação de Caso Excepcional* com verbos causativos como alternativa à construção de *União de Orações*.

### A Construção de *União de Orações* com verbos perceptivos

Para além de admitirem completivas não finitas de infinitivo flexionado (cf. (38a)), a construção de *Marcação de Caso Excepcional* (cf. (38b)) e a construção de *Infinitivo Gerundivo* (cf. (38c)) anteriormente referidas, os verbos perceptivos podem combinar-se com o verbo encaixado para formar um predicado complexo, de que resulta a construção de *União de Orações*, como ilustrado em (38d):

- (38) (a) O jornalista viu [os habitantes da aldeia fugirem].  
(b) O jornalista viu [os habitantes da aldeia fugir].  
(c) O jornalista viu [os habitantes da aldeia a fugir].  
(d) O jornalista *viu fugir* os habitantes da aldeia.

O processo de formação do predicado complexo em (38c) tem as propriedades descritas para a formação de predicados complexos com verbos causativos quanto à ordem de palavras, reorganização dos argumentos dos dois verbos (cf. (39a)), e falta de autonomia sintáctica do domínio encaixado (cf. (39b-d)):

- (39) (a) O jornalista viu-os fugir.<sup>(76)</sup>  
(b) \*O jornalista viu *não* fugir os habitantes da aldeia.  
(c) \*O jornalista viu *ter fugido* os habitantes da aldeia.  
(d) *Viram-se* fugir os habitantes da aldeia.

Contudo, com verbos perceptivos, a construção de *União de Orações* está restringida a contextos em que o verbo do domínio encaixado é intransitivo ou inacusativo, como se pode observar pelo contraste entre (40) e (41):

- (40) (a) *Viram passar* na linha de Sintra uma carruagem em chamas.  
(*Natura/Público*, par 13278, *apud* Duarte e Gonçalves, 2001)  
(b) as pessoas, com as chuvas, *viram cair* flocos de neve...  
(*Natura/Público*, par 43025, *apud* Duarte e Gonçalves, 2001)

<sup>(76)</sup> A frase é ambígua entre uma representação de construção de *Marcação de Caso Excepcional* e uma representação de construção de *União de Orações*.

- (41) (a) \*Os espectadores *viram desperdiçar* o golo aos Sadinós.  
(b) \*O professor *viu concluir* o trabalho aos alunos.

Assim, quando o verbo do domínio encaixado é transitivo ou ditransitivo, utiliza-se a construção de *Marcação de Caso Excepcional* ou a de infinitivo flexionado (compare-se (41) com (42)-(43)):

- (42) (a) Os espectadores viram [os Sadinós desperdiçar o golo].  
(b) O professor viu [os alunos concluir o trabalho].  
(43) (a) Os espectadores viram [os Sadinós desperdiçarem o golo].  
(b) O professor viu [os alunos concluir o trabalho].

## Orações relativas e construções aparentadas

*Ana Maria Brito e Inês Duarte*

### *Índice*

- 16. Orações relativas e construções aparentadas
  - 16.1. Orações relativas restritivas ou determinativas
    - 16.1.1. Relativas e completivas
    - 16.1.2. Relativas e adjectivos
    - 16.1.3. Posição da oração relativa restritiva no SN
    - 16.1.4. Constituintes relativos
    - 16.1.5. Relações anafóricas nas relativas e movimento dos constituintes relativos
    - 16.1.6. Estratégias de relativização
    - 16.1.7. Alguns aspectos semânticos das relativas restritivas
  - 16.2. Orações relativas apositivas ou explicativas de SN
    - 16.2.1. Aspectos gerais das relativas apositivas
    - 16.2.2. Natureza do antecedente
    - 16.2.3. Posição da oração relativa apositiva no SN
    - 16.2.4. Carácter assertivo das apositivas
    - 16.2.5. Constituintes relativos
  - 16.3. Orações relativas apositivas de F
  - 16.4. Orações relativas sem antecedente expresso ou “relativas livres”
    - 16.4.1. Caracterização geral
    - 16.4.2. Constituintes Q em relativas livres; a conformidade categorial das relativas livres; o problema da preposição

- 16.4.3. Paralelos e diferenças em relação às interrogativas subordinadas; antecedente nulo nas “relativas livres”
- 16.4.4. Alguns aspectos semânticos das relativas livres
- 16.4.5. Relativas livres, semilivres e o problema de *o que*
- 16.4.6. Orações relativas não finitas com e sem antecedente?
- 16.5. Construções de clivagem
  - 16.5.1. Tipologia das construções de clivagem
    - 16.5.1.1. O constituinte oracional é uma relativa ou uma pseudo-relativa
    - 16.5.1.2. A Pseudo-Clivada Invertida de *é que*
    - 16.5.1.3. A Semi-Pseudo-Clivada

As **orações relativas** são orações subordinadas iniciadas pelos tradicionalmente designados “pronomes”, “advérbios” ou “adjectivos relativos”. Na sua modalidade mais típica, as relativas são formas de modificação de uma expressão nominal antecedente; mas podem ser igualmente uma forma de modificação de uma outra oração. Existem também relativas sem antecedente expresso, as **relativas livres**.

As orações relativas com antecedente nominal são de dois tipos: as relativas **restritivas** ou **determinativas** e as relativas **apositivas**, **explicativas** ou **não restritivas**.

### 16.1. Orações relativas restritivas ou determinativas

As relativas restritivas ou determinativas contribuem para a construção do valor referencial da expressão nominal. Os exemplos seguintes são ilustrativos deste tipo de oração subordinada:

- (1) (a) Os chapéus que estavam no armário desapareceram.
- (b) O homem de que tu me falaste está a chorar.
- (c) Compraram várias toalhas com as quais cobriram as mesas.
- (d) Gostei muito da revista cujo editorial tu escreveste.
- (e) Vê-se o mar da casa onde vivemos.

### 16.1.1. Relativas e completivas

A comparação entre relativas e completivas ou integrantes seleccionadas por nomes ajuda a precisar melhor a forma e a interpretação das orações relativas. Considerem-se os exemplos seguintes:

- (2) (a) A hipótese que me apresentaste ontem é interessante.  
 (b) A hipótese de que me venhas a apresentar aquele tipo agrada-me.  
 (c) A hipótese de me apresentares aquele tipo agrada-me.
- (3) (a) A surpresa que tu me fizeste foi linda.  
 (b) É uma surpresa que o filme tenha ganho o festival.
- (4) (a) Assusta-me a notícia que os jornais de hoje trazem.  
 (b) Assusta-me a notícia de que o planeta está a aquecer.

Em (2a), (3a) e (4a) as orações subordinadas são orações relativas, restringindo o domínio de referência da expressão nominal antecedente. No seu interior subentende-se um argumento do V *apresentar*, *fazer* ou *trazer*, cujo valor é recuperado precisamente pela relação que se estabelece com os SNs *a hipótese*, *a surpresa*, *a notícia*. Parafraçando os exemplos: em (2a) significa-se que a hipótese que me apresentaste e só essa é interessante, em (3a) é a surpresa que tu me fizeste e só essa que foi linda; e em (4a) é motivo de susto a notícia trazida pelos jornais de hoje e só essa.

Em (2b, c), em (3b) e em (4b), as orações subordinadas são completivas ou integrantes seleccionadas por nomes, isto é, são argumentos dos nomes *hipótese*, *surpresa*, *notícia*; no interior da oração não existe qualquer posição vazia cujo valor possa ser recuperado pelo SN anterior.

As orações relativas e as orações completivas seleccionadas por nomes podem mesmo ser combinadas, como em (4c), em que a primeira oração é completiva e a segunda é uma relativa:

- (4) (c) Assusta-me a notícia de que o planeta está a aquecer, que os jornais hoje trazem.

Podem ainda surgir orações relativas complexas, isto é, relativas que incluem uma completiva:

- (4) (d) A notícia que tu me disseste que vinha hoje no jornal é assustadora.

Em (4d) toda a oração “que tu me disseste que vinha hoje no jornal” é relativa e o seu antecedente é *a notícia*; a posição vazia correspondente ao constituinte relativo e que remete anaforicamente para o antecedente *a notícia* só se encontra na oração completiva “que vinha hoje no jornal”, como sujeito dessa oração.

Em termos sintácticos e semânticos há, portanto, diferenças fundamentais entre uma oração que é uma certa forma de modificação nominal (a oração relativa) e uma oração que é um argumento nominal (a completiva).

### 16.1.2. Relativas e adjectivos

Dados os paralelos sintácticos e semânticos com adjectivos (nomeadamente a posição pós-nominal, o valor atributivo e de modificador nominal) as orações relativas são tradicionalmente designadas um caso de “subordinação adjectiva”.

Mas as diferenças entre adjectivos e orações são evidentes, uma vez que as relativas, sendo oracionais, contêm as propriedades típicas de uma proposição (predicação própria, tempo, modo, aspecto).

Refira-se, a este propósito, que é possível não só a sucessão de adjectivos e relativas, como em (5a), como a coordenação de adjectivos e relativas, como em (5b) <sup>(1)</sup>:

- (5) (a) Comprei um livro antigo que me custou 50 euros.  
 (b) Comprei um livro antigo e que me custou 50 euros.

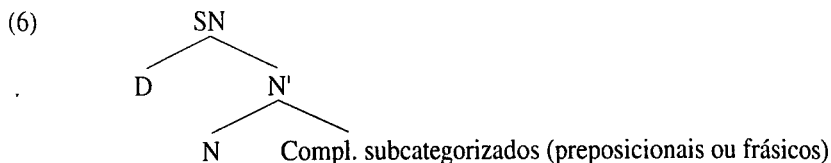
### 16.1.3. Posição da oração relativa restritiva no SN <sup>(2)</sup>

A oração relativa em português ocorre sempre em posição pós-nominal, mas o lugar preciso que ocupa na estrutura interna do SN está longe de constituir consenso.

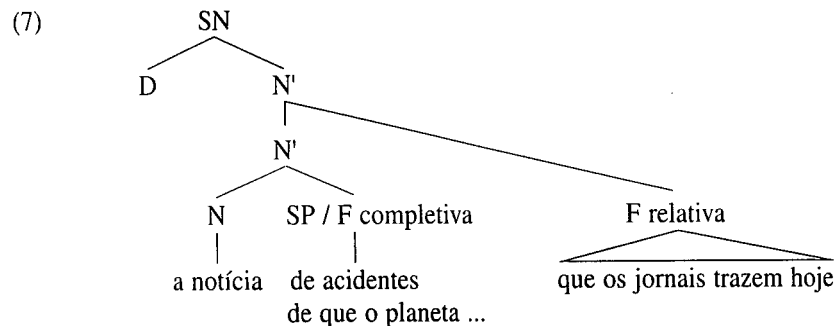
Não sendo complementos do N, as orações relativas não devem situar-se ao nível de N', como os complementos subcategorizados do N (ver 11.2 e capítulo 15):

<sup>(1)</sup> Em ambos os casos o adjectivo precede a relativa.

<sup>(2)</sup> De acordo com a hipótese Sintagma Determinante (SD), já esboçada em 11.2, a categoria que contém uma relativa é um SD; por uma questão de simplificação manteremos a designação clássica de SN; só quando justificado faremos referência a SD.

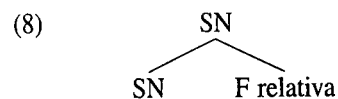


Podem então colocar-se hipóteses alternativas; uma delas consiste em considerar que o constituinte N' é recursivo, permitindo incluir sob N' não só complementos subcategorizados do N como relativas restritivas:



De acordo com a estrutura (7), o D e o N antecedente da oração relativa não formam um constituinte, existindo sim uma categoria de nível intermédio, N', formada pelo nome e pelo seu complemento (preposicional ou frásico) e uma outra categoria (também N') formada por esses dois constituintes e o modificador, a oração relativa.

Outra estrutura frequentemente proposta para o SN que contém uma relativa é aquela em que a relativa ocupa uma posição de adjunto a SN<sup>(3)</sup>:



Embora outras hipóteses se possam colocar, vamos ver como estas duas estruturas dão conta de alguns comportamentos das orações relativas:

#### (i) Pronominalização do antecedente

<sup>(3)</sup> Ver Brito (1991: capítulo 2) para uma apresentação e discussão de várias estruturas.

Dado que uma relativa restritiva ou determinativa tem como antecedente uma expressão nominal que por si só não é dotada de referência, esse antecedente não é pronominalizável:

- (9) (a) \* Eles que estavam no armário desapareceram.  
 (b) \* Ele de que tu me falaste está a chorar.

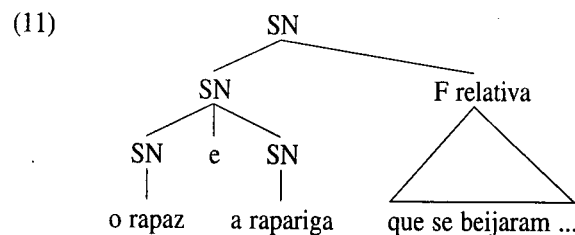
Esta impossibilidade constitui um argumento contra a estrutura de adjunção descrita em (8) e um argumento a favor de uma estrutura do tipo de (7), uma vez que aí o determinante e o N não formam um constituinte e como tal explica-se a impossibilidade da sua pronominalização.

#### (ii) Relativas com Vs simétricos e antecedentes coordenados

Tomemos o exemplo (10):

- (10) O rapaz e a rapariga que se beijaram são meus conhecidos.

O antecedente da relativa é *o rapaz e a rapariga*. Dificilmente a estrutura (6) ou a sua extensão (7) poderiam descrever as construções contendo uma coordenação do tipo da apresentada porque, nesses tipos de estrutura, é difícil de incluir um constituinte que seja formado pela coordenação dos dois SNs. A estrutura que melhor capta tal fenómeno é a estrutura de adjunção a SN, em que a oração relativa é nó irmão de um SN que contém os dois membros coordenados, como se descreve em (11)<sup>(4)</sup>:



#### (iii) Relativas múltiplas ou empilhadas

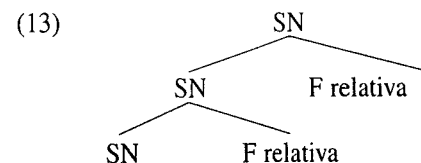
<sup>(4)</sup> A estrutura coordenada em (11) é uma simplificação; sobre coordenação, ver capítulo 14.

É possível juntar duas relativas restritivas por “empilhamento”, como no exemplo seguinte:

- (12) As pessoas que gostam de caviar que vieram cá almoçar são requintadíssimas.

Neste tipo de exemplo o antecedente da segunda oração é um constituinte formado pela expressão nominal e pela primeira relativa. Uma estrutura como (7) parece ser capaz de descrever o “empilhamento” de relativas, na suposição de que sob o primeiro nó N' está a primeira relativa e sob o segundo nó N' está a segunda relativa.

A estrutura de adjunção a SN é também capaz de descrever este fenómeno, pois a relativa é nó irmão do SN que contém o antecedente e a primeira relativa restritiva:



- (iv) Inter-relação entre relativas restritivas e interpretação anafórica de certas categorias vazias

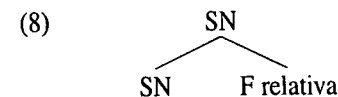
Tomemos um exemplo como o seguinte:

- (14) Eu gosto mais desta criança que tem cabelos escuros do que daquela.

Dada a elipse da segunda parte do SN iniciado por (d) *aquela...*, o exemplo tem duas interpretações: *a*) uma em que a categoria vazia corresponde simplesmente a *criança*; neste caso, a criança em causa pode ter cabelos de uma cor qualquer; *b*) outra interpretação é aquela em que a categoria vazia corresponde *àquela* (outra) *criança que tem cabelos escuros*. Ora, enquanto para dar conta da primeira interpretação qualquer das estruturas discutidas é adequada, para captar a segunda interpretação só uma estrutura em que o N e a relativa formem um constituinte é adequada; quer dizer, só uma estrutura do tipo de (7) é justificada.

Em síntese, há argumentos que favorecem uma estrutura e outros argumentos que favorecem outra estrutura. Na sequência deste capítulo vamos utilizar a estrutura (8) de adjunção a SN, aqui repetida, para descrever a forma do SN que

contém uma relativa restritiva, embora saibamos que se trata de uma questão em aberto (<sup>5</sup>):



Repare-se que entre o antecedente e a relativa restritiva deve haver adjacência; por isso, não é de estranhar que a relativa não seja facilmente extraposta. Compare-se os seguintes exemplos:

- (15) (a) Uma pessoa que tu conheces telefonou.  
 (b) Telefonou uma pessoa que tu conheces.  
 (c) \*Uma pessoa telefonou que tu conheces.

#### 16.1.4. Constituintes relativos

As orações relativas são, como dissemos, iniciadas por constituintes relativos (<sup>6</sup>) ou morfemas-Q, os tradicionalmente designados “pronomes”, “advérbios” ou “adjectivos relativos”. Alguns desses constituintes são os mesmos que surgem em interrogativas e exclamativas, tendo em comum a natureza quantificacional, isto é, de operador ou quase-operador, e a posição não-argumental, no início da frase, com escopo sobre toda a frase.

Eis os constituintes relativos e funções sintácticas que desempenham na oração a que pertencem:

(<sup>5</sup>) De acordo com a hipótese Sintagma Determinante, as expressões nominais referenciais são SD, sendo o SN apenas a parte lexical da categoria (ver 11.2); nesse quadro, há alternativas para a posição da oração relativa que não se poderiam colocar aceitando a análise clássica do SN: a oração relativa restritiva pode ser concebida como nó irmão de D' (solução proposta em Brito, 1991: Anexo ao capítulo 2, mas que tem o problema da adjunção a uma categoria intermédia, o que tem sido posto em causa do ponto de vista teórico); a relativa pode ser nó irmão de SN (Alexandre, 2000) solução que também levanta alguns problemas empíricos. Igualmente no quadro da hipótese SD, refira-se a análise de Kayne (1994), que coloca a relativa (SCOMP) como sendo seleccionada por D, e o antecedente da relativa em Esp de SCOMP (para uma crítica desta abordagem ver Alexandre, 2000).

(<sup>6</sup>) Utilizamos aqui a designação de “constituinte relativo” de Peres e Móia (1995: capítulo 5).



— *que* usa-se como sujeito e como objecto directo <sup>(7)</sup>:

- (16) Vi o homem que roubou a tua carteira.  
(17) O livro que li nas férias ganhou um prémio.

Como os exemplos ilustram, o *que* usa-se quer o antecedente seja [+ humano] quer seja [- humano]; refira-se, a este propósito, que o morfema *quem* não pode empregar-se nem como sujeito nem como objecto directo, mesmo que o antecedente seja humano:

- (18) \* Vi o homem quem roubou a tua carteira.  
(19) \* A pessoa quem encontrei nas férias ganhou um prémio.

Também neste tipo de relativas restritivas *que* não é comutável por *o qual*, o que distingue as relativas restritivas das apositivas, como veremos em 16.2.

- (20) \* Vi o homem o qual roubou a tua carteira.  
(21) \* O livro o qual li nas férias ganhou um prémio.

O relativo *que* é sem dúvida um dos mais polivalentes, pois além de ter a mesma forma do *que* completivo, da partícula de “realce” (ver construções clivadas em 16.5.) e do segundo termo de comparação, tem outros valores semânticos, o principal dos quais, nas relativas restritivas, é o valor consecutivo <sup>(8)</sup>:

<sup>(7)</sup> A aproximação do *que* relativo a complementadores tem sido motivo de discussão. O facto de nas relativas restritivas de sujeito e de objecto directo só poder ocorrer *que*, independentemente da natureza humana ou não humana do antecedente, ao contrário do que se passa quando o *que* é precedido de preposição, levou alguns autores (para o francês Kayne, 1976, para o espanhol Rivero, 1980, para o português Brito, 1991: capítulo 4) a proporem que neste tipo de relativas o *que* não é mais do que o complementador, basicamente engendrado em COMP; nesse caso, as construções de relativização de sujeito e de objecto directo envolveriam não Movimento-Q mas movimento de um operador nulo para junto de *que*. Nesta perspectiva, o *que* complementador absorve o índice referencial do operador nulo (Op. nulo<sub>i</sub> + *que* => *que<sub>i</sub>*) e, por isso, o efeito em termos interpretativos desta absorção não é afinal muito diferente do que se obtém se se considerar que o *que* é um pronome relativo. Uma posição mais perto da visão tradicional é a assumida por Faria e Duarte (1989), entre outros. Para estas autoras, o *que* em relativas de sujeito e de objecto é um morfema-Q, embora desprovido de traços de concordância e uniforme em relação ao traço [+/-humano]. Ver também Peres e Mória (1995), Alexandre (2000).

<sup>(8)</sup> Ver 16.2 sobre os valores de *que* em apositivas.

- (22) (a) Tenho uma casa que abriga muita gente.  
(b) Tenho uma casa tal que abriga muita gente.

*Que* surge frequentemente inserido em SPs:

— *que* precedido de preposição *a* marca o objecto indirecto, (23); regido de várias preposições constitui SPs com a função de oblíquo, (24); em particular, quando precedido de *em* marca o locativo (tempo ou espaço), (25) e (26); com a preposição *de* exprime o genitivo, (27); em todos estes casos é sensível à natureza [+/- humana] do antecedente; em alguns casos é comutável por *o qual*:

- (23) O cão a que fizeste festas fugiu.  
(24) Já li o livro sobre que / o qual escreveste aquela crítica.  
(25) Vê-se o mar da casa em que vivemos.  
(26) Passo assim os dias em que estou em casa.  
(27) A árvore de que cortei alguns ramos está de novo a crescer.

— *o qual*, precedido de preposições, exprime diversas funções: como objecto indirecto, se precedido da preposição *a*, (28) e (29); como oblíquo, quando seleccionado por preposições variadas, (30); nas relativas restritivas nunca se usa como sujeito ou como objecto directo, como já foi referido <sup>(9)</sup>:

- (28) Estão a nascer as flores da árvore à qual cortei alguns ramos.  
(29) Apareceu o homem ao qual fizeram tanto mal.  
(30) Já li o livro sobre o qual escreveste aquela crítica.

— *quem*, precedido de preposição, usa-se com antecedente exclusivamente humano, como objecto indirecto, (31) e como oblíquo, (32); quando precedido da preposição *de* marca também o genitivo, (33):

- (31) Apareceu o homem a quem fizeram tanto mal.  
(32) Eis a pessoa sobre quem tanto falaram.  
(33) Está ali o homem de quem perguntaste o nome.

<sup>(9)</sup> Como veremos em 16.2, *o qual* é possível como sujeito e como objecto em apositivas.

— *quanto* usa-se exclusivamente com antecedente constituído pela expressão universalmente quantificada *tudo, todos*; na oração a que pertence pode servir de sujeito, (34), de objecto directo, (35) e oblíquo, (36); no plural, tem flexão de género:

- (34) Tudo quanto aconteceu me abalou.  
 (35) Ela trouxe todos quantos encontrou.  
 (36) Pensei muito acerca de tudo quanto disseste.

— *onde* usa-se unicamente como oblíquo com valor de locativo:

- (37) Vê-se o mar da casa onde vivemos.

— *cujo* marca o genitivo, ocorrendo no SN em início da relativa, (38a); tem flexão de número e de género. É de notar que, em português, além de *cujo+N*, há mais duas construções que marcam o genitivo: *de quem / do qual ... o N*, como em (38b) e *o N do qual*, como em (38c); qualquer das variantes pode vir integrada num SP, (39):

- (38) (a) Está ali o homem cujo nome perguntaste.  
 (b) Está ali o homem de quem perguntaste o nome.  
 (c) Está ali o homem o nome do qual perguntaste.  
 (39) O rapaz a cujo pai / ao pai do qual / ao pai de quem escrevi acaba de telefonar. <sup>(10)</sup>

<sup>(10)</sup> É motivo de discussão saber se em português há outros morfemas relativos. Lopes, O. (1971:310) e Mateus *et alii* (1983/1989: 298) sugerem que há uma grande afinidade entre conjunções subordinativas (nomeadamente *quando e como*) e morfemas relativos. Na segunda obra parte-se do seguinte paralelismo:

- (i) [<sub>SN</sub> Quando vivi aqui] foi o período mais feliz da minha vida.  
 (ii) [<sub>SN</sub> O tempo (em) que vivi aqui] foi o período mais feliz da minha vida.  
 (iii) Na terça-feira próxima, quando vieres, mostrar-te-ei os meus diapositivos.  
 (iiib) \*No dia quando vieres mostrar-te-ei os meus diapositivos.  
 (iv) Aprecio [<sub>SN</sub> como te vestes]  
 (v) Aprecio [<sub>SN</sub> o modo como te vestes]

E sugere-se: a) *quando* pode surgir em relativas livres como (i); b) *quando* não pode surgir em relativas com antecedente, pois, embora (iii), com sentido 'apositivo' seja gramatical, (iiib), com sentido 'restritivo', é agramatical; c) *como* é um morfema relativo em (iv) e (v).

Móia 2001 parte de algumas das sugestões anteriores para desenvolver a ideia de que *quando* e *como* são pronomes relativos. Mas em relação a *quando* parece existirem três situações distintas: I — *quando* inicia uma relativa livre, como em exemplos do tipo de (i); II — *quando* inicia uma relativa com antecedente, como no exemplo de Móia (2001: 354):

### 16.1.5. Relações anafóricas nas relativas e movimento dos constituintes relativos

Uma das propriedades das construções que contêm orações relativas é o facto de estabelecerem um nexa anafórico entre uma expressão nominal (o “antecedente”) e o constituinte relativo <sup>(11)</sup>; por outro lado, há também um nexa fundamental entre o constituinte relativo e a categoria vazia que lhe corresponde no interior da oração subordinada. Com efeito, no interior da oração os constituintes ou pronomes relativos são engendrados pelas regras da base na posição correspondente à sua função sintáctica, sendo deslocados para uma posição inicial de frase por uma regra de movimento, deixando um vestígio. O movimento é obrigatório e parece relacionar-se quer com problemas de escopo quer com a necessidade de estabelecimento do nexa anafórico com o antecedente <sup>(12)</sup>.

É desta dupla relação que surge a interpretação de oração relativa, que, simplificada, se esquematiza em (40):

- (40) ... SN<sub>i</sub> [ constituinte relativo<sub>i</sub> ... [v<sub>i</sub>] ... ] ...

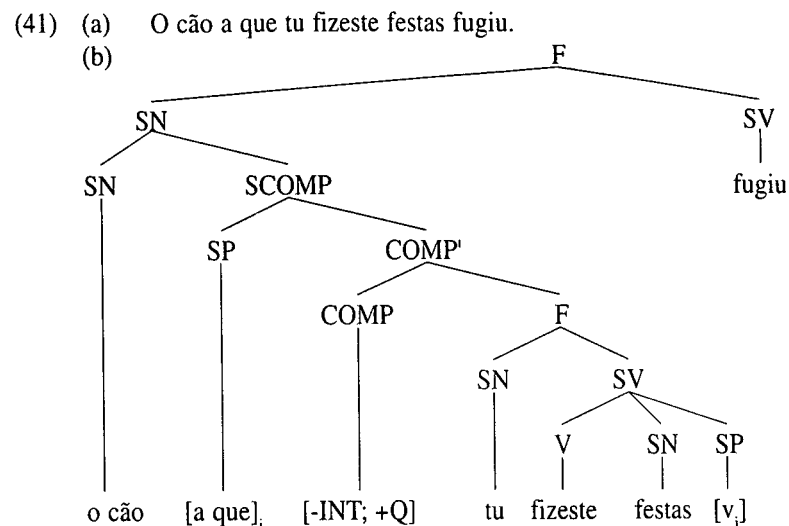
Vejamos agora com mais pormenor como opera o movimento dos constituintes relativos. À primeira vista, os morfemas relativos deslocam-se para a mesma posição do complementador. No entanto, em certas línguas e variantes de línguas, pode haver co-ocorrência dos dois tipos de elementos (no português moçambicano coloquial pode encontrar-se *a casa onde que vivo...*). Por isso, é possível pensar que os constituintes relativos se movem para a posição de especificador de SCOMP estando a sua co-ocorrência sujeita a condições variáveis de língua para língua ou entre variantes da mesma língua. Assim, e de acordo

(vi) Não me dá jeito o dia para quando a reunião foi marcada; III — *quando* é um conector que inicia uma oração subordinada adverbial temporal, caracterizada pela mobilidade, pela adjunção a SV ou a F, pelo valor de SP/SADV, propriedades comuns a outras subordinadas adverbiais (ver capítulo 17). A sintaxe de *quando* não é, portanto, uniforme.

<sup>(11)</sup> Para uma discussão acerca do valor de anáfora ou de pronome dos relativos ver Brito (1991: capítulo 3).

<sup>(12)</sup> Como assinala Brucart (1999a: 400-401) e como já vimos em 12.3., além desta obrigatoriedade, que distingue relativas de interrogativas (Leste que livros? Que livros leste?) outra propriedade separa relativas e interrogativas: nas interrogativas a alteração da ordem SU-V é obrigatória em certas circunstâncias (Que leu a Maria? \* Que a Maria leu?); nas relativas a “inversão de sujeito” é sempre opcional e por vezes nem é aconselhada (O livro que leu a Maria é interessante; O livro que a Maria leu é interessante).

com posições já assumidas aquando da análise das interrogativas, é a seguinte a estrutura sintáctica simplificada da frase (41a) <sup>(13)</sup>:



O traço [-INT] em COMP representa a natureza declarativa, não interrogativa da oração; o movimento do sintagma relativo opera para a posição de especificador de SCOMP, deixando um vestígio, co-indexado com o morfema movido.

A este nível da representação sintáctica opera ainda a coindexação entre antecedente e morfema relativo: o cão<sub>i</sub> ... que<sub>i</sub>. <sup>(14)</sup>

Desta maneira, a representação capta adequadamente não só a ordem de palavras como o nexa anafórico típico da construção.

### 16.1.6. Estratégias de relativização

Até este momento referimo-nos sempre a relativas iniciadas por constituintes relativos de diversas naturezas categoriais, correspondentes a um vazio no interior da relativa — é a estratégia de movimento, sem dúvida a mais produtiva.

Mas na fala espontânea há ainda duas outras estratégias de relativização:

<sup>(13)</sup> Por não ser muito pertinente, não se analisa aqui a estrutura da F (SFLEX).

<sup>(14)</sup> Sobre mecanismos interpretativos em relativas, ver Brito (1991: cap. 3).

— a formação de relativas que deviam conter SPs em posição inicial mas que só apresentam *que* (“estratégia cortadora”) <sup>(15)</sup>:

- (42) (a) O livro que te falei é o mais bonito (em vez de *de que te falei...*)  
(b) “[...] é uma arte que eu dou muito valor.” <sup>(16)</sup>  
(c) “Passo assim os dias que estou em casa.”

— a formação de relativas pela “estratégia resumptiva” (com pronomes pessoais, demonstrativos, advérbios locativos, por vezes mesmo repetição do antecedente no interior da oração); embora com construções complexas seja mais frequente, tal estratégia não está completamente afastada em relativas “simples”:

- (43) (a) “Temos lá, no meu ano, rapazes que *eles* parecem atrasados mentais, quer dizer...”  
(b) “[...] fui eu e mais uma irmã minha que também *ela* sabe muito bem de bolos [...]”  
(c) “[...] temos aí mulheres a trabalhar as máquinas que acho que *essas* devem receber mais do que aquelas.”  
(d) “[...] Que é uma pronúncia cantada que eu própria que sou de cá não *a* sei muito bem dizer [...]”

Embora numa perspectiva purista ambas as estratégias sejam consideradas marginais, o que é certo é que a primeira (estratégia cortadora) faz actualmente parte do registo oral de falantes altamente escolarizados, o que permite supor que estamos perante uma tendência de mudança, mesmo no português europeu <sup>(17)</sup>.

<sup>(15)</sup> Sobre esta e outras estratégias ver Peres e Mória (1995); Alexandre (2000).

<sup>(16)</sup> Os exemplos entre aspas, tanto da estratégia cortadora como da estratégia resumptiva, são dados em Alexandre (2000: anexo II) e fazem parte do “Corpus de Referência do Português Contemporâneo Oral”.

<sup>(17)</sup> Nestes dois tipos de relativas, os mecanismos sintácticos acima descritos não operam da mesma maneira. Em (42) é discutível haver movimento de *que*, já que tal morfema não respeita as restrições de selecção do verbo da oração relativa; o que parece é haver um operador nulo em Esp de SCOMP e o *que* ser uma forma de marcar a subordinação (talvez a mesma forma do complementador *que*). Quanto a (43), também parece não chegar a haver movimento, já que é projectado um pronome ou equivalente na posição argumental correspondente, sendo o *que* também a mesma forma do complementador. Há igualmente exemplos de resumptivas em que o morfema inicial não é *que*, o que permite colocar a hipótese de tais morfemas serem basicamente engendrados na posição de Esp de SCOMP: “[...] a sua nova

### 16.1.7. Alguns aspectos semânticos das relativas restritivas

As designações de “restritiva” e de “determinativa” para as relativas que temos estado a analisar justificam-se, uma vez que restringem a extensão do conceito expresso pelo nome que a oração modifica<sup>(18)</sup>, contribuindo crucialmente para a natureza referencial da expressão nominal. Esta propriedade da relativa restritiva tem como efeito a existência de condições sobre a natureza do antecedente e a possibilidade de ela ter um carácter modal.

#### Natureza do antecedente das relativas restritivas

Como temos estado a ver, o antecedente das relativas restritivas é um SN determinado ou quantificado, cujo núcleo é um nome comum.

De facto, uma oração relativa restritiva não pode modificar constantes, i.e., argumentos com unicidade referencial: nomes próprios, pronomes pessoais.

As seguintes frases são agramaticais como relativas restritivas:

- (44) (a) \*Lisboa que é capital do país fica na Estremadura.  
 (45) (a) \*Maria Betânia que é uma cantora brasileira tem um novo espectáculo.

Mas são gramaticais como relativas apositivas:

- (44) (b) Lisboa, que é capital do país, fica na Estremadura.  
 (45) (b) Maria Betânia, que é uma cantora brasileira, tem um novo espectáculo.

No entanto, vejamos exemplos como os seguintes:

- (44) (c) A Lisboa que eu prefiro é a Lapa.  
 (45) (c) A Maria Betânia que vimos em Lisboa foi maravilhosa.

descoberta liga [...] o gabinete de W. a crimes acerca dos quais o acusado assegura não saber nada sobre eles”; “[...] com outro vespertino, onde [...] o discurso por si repudiado foi ali reproduzido.” (exemplos dados em Peres e Móia (1995: 308-309).

<sup>(18)</sup> Cf. Rohrer (1971: 246). Leia-se ainda a seguinte afirmação de Óscar Lopes: “[...] a oração relativa [...], tal como um adjectivo, determina, qualificando-o, um subconjunto no conjunto dos objectos, que o nominal antecedente designa” (Lopes, O., 1971: 117).

Em ambos os casos, a oração relativa pode ser interpretada como restritiva, porque o seu antecedente não está usado na função identificadora habitual do N próprio, designando apenas uma fase ou um estado da entidade referida.

Mas voltemos à natureza dos antecedentes das restritivas: além de diversos tipos de determinantes / quantificadores + N, os antecedentes das relativas restritivas podem assumir outras formas:

— um N sem D explícito (D nulo), que pode ou assumir um valor universal, como em (46), ou genérico, como em (47), em que o antecedente é um “plural simples”:

- (46) Dinheiro que eu ganhe fica logo gasto.  
 (47) Leões que tenham fome são perigosos.

— uma expressão nominal quantificada como *tudo*, *nada*, como em (34), aqui repetido como (48), ou demonstrativa como *aquilo*, *isso*:

- (48) Tudo quanto aconteceu me abalou.  
 (49) Aquilo que me disseste é assustador.

— determinantes não seguidos de N (“elipse nominal”), tradicionalmente considerados “pronomes demonstrativos”:

- (50) (a) Os que escreveram são meus amigos.  
 (b) Aqueles que escreveram são meus amigos.

#### Carácter assertivo / modal das relativas restritivas

As construções que contêm uma relativa restritiva têm ou um valor assertivo ou um valor modal.

Quando o V da relativa está no modo indicativo e quando o antecedente tem um carácter específico, a relativa tem carácter assertivo, como em (51):

- (51) (a) O livro que li nas férias ganhou um prémio.  
 (b) Quero um livro que vi aqui ontem.

As relativas com conjuntivo têm um valor modal, como em (52) e (53):

- (52) Um leão que tenha fome é perigoso.  
 (53) Por cada artigo que escrever, ganharei 50 euros.

A (52) e a (53) estão associadas interpretações de carácter hipotético e os enunciados são semanticamente equivalentes a uma relação de implicação entre duas proposições <sup>(19)</sup>:

- (52') Se um leão tiver fome, é perigoso.  
 (53') Se escrever um artigo, ganharei 50 euros.

A uma frase como (54):

- (54) Por cada artigo que tivesse escrito, teria ganho 50 euros.

está associada uma modalidade de carácter contrafactual (por cada artigo que tivesse escrito mas não escrevi ...).

Na frase (55):

- (55) (a) Procuro um sintacticista que venha fazer um seminário ao Centro de Linguística.  
 (b) Quero um livro que me divirta nas férias.

o conjuntivo da relativa está ligado ao tipo de V da F superior: os Vs *procurar* e *querer* são Vs “criadores de um universo de referência”, Vs “modais”, que determinam o uso intensional do SN que é seu objecto directo; este designa não um indivíduo determinado do mundo real (que pode nem existir) mas um conjunto de propriedades que definem um conceito individual (por isso, em (55), as expressões nominais são indefinidas não específicas).

Vemos assim que as restritivas são o único tipo de relativas que admite antecedentes de determinada natureza semântica, nomeadamente um indefinido não específico, certas expressões quantificadas (quantificação universal, distributiva, genérica, por exemplo). Só elas podem conter o conjuntivo e por isso mesmo só elas têm paralelos com certas construções infinitivas (“relativas infinitivas”):

- (55) (a') Procuro um sintacticista para fazer um seminário...  
 (b') Quero um livro para me divertir nas férias...

<sup>(19)</sup> Cf. Kleiber, G. (1980).

Outras propriedades das relativas restritivas ainda se tornarão mais claras quando as confrontarmos com as apositivas.

## 16.2. Orações relativas apositivas ou explicativas de SN

### 16.2.1. Aspectos gerais das relativas apositivas

As relativas apositivas exprimem um comentário do locutor acerca duma entidade denotada por um SN, o antecedente da relativa. Ao contrário das relativas restritivas, não contribuem para a construção do valor referencial da expressão nominal que as antecedem; têm uma carácter parentético, que é dado na oralidade por pausas e na escrita por vírgulas ou traços:

- (1) Lisboa, que é a capital de Portugal, é uma cidade com uma luz especial.
- (2) O António, que faz anos amanhã, regressou do estrangeiro.
- (3) Os teus primos, que vivem na Califórnia, chegam hoje.
- (4) Eu, que tanto me esforcei, cheguei em último lugar.

### 16.2.2. Natureza do antecedente

Decorre da caracterização acima esboçada que o antecedente duma apositiva é, por si só, semanticamente definido, sendo tipicamente um N próprio, (1) e (2) ou um pronome pessoal, como (4); podem ser também antecedentes das apositivas SNs com demonstrativos ou possessivos, como no exemplo (3) <sup>(20)</sup>.

O antecedente duma apositiva não pode ser um adjectivo nominalizado; quando isso acontece, a relativa só pode ser interpretada como restritiva:

- (5) (a) \*O meu amigo deixou de ser o distraído, que era antigamente.
- (b) O meu amigo deixou de ser o distraído que era antigamente.

Também as apositivas não podem estar associadas a certas expressões idiomáticas como *tirar partido de*, *tomar parte em*, *fazer caso de*, que só podem surgir em restritivas:

<sup>(20)</sup> O que quer dizer que o antecedente das apositivas é um SD e que a estrutura de adjunção que adiante se adopta deve ser lida de tal modo que onde surge SN se deve “ler” SD.

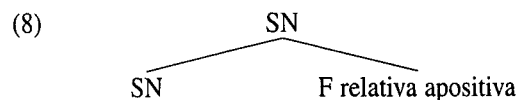
- (6) (a) \*O partido, que Mitterrand tirou da política energética de Giscard, contribuiu para a sua eleição.  
 (b) O partido que Mitterrand tirou da política energética de Giscard contribuiu para a sua eleição.

### 16.2.3. Posição da oração relativa apositiva no SN

Ao contrário das restritivas, que não admitem a pronominalização do SN antecedente, as relativas apositivas admitem essa pronominalização; vejam-se os exemplos seguintes:

- (7) (a) O António / o meu filho / este meu amigo, que faz anos amanhã, regressou do estrangeiro.  
 (b) Ele, que faz anos amanhã, regressou do estrangeiro.

Este comportamento das apositivas é um argumento para considerar que o SN que contém uma apositiva tem a forma de uma estrutura de adjunção, enquanto nas restritivas a questão é bastante mais polémica, como vimos:



Na verdade, esta estrutura é adequada para descrever uma relativa que não é restritiva mas, por outro lado, não capta realmente o seu estatuto parentético. Por isso, muitos gramáticos associam as apositivas quer a construções de coordenação <sup>(21)</sup> quer a certos tipos de subordinação adverbial (ver 16.2.5).

### 16.2.4. Carácter assertivo das apositivas

As relativas apositivas têm um carácter assertivo. Tal carácter, marcado pela presença do sujeito enunciador, tem algumas consequências:

<sup>(21)</sup> Embora a possibilidade de paráfrase por uma coordenação de frases tenha levado alguns autores a atribuírem às apositivas uma estrutura sintáctica subjacente constituída por duas frases coordenadas, essa hipótese deve ser afastada, uma vez que seriam necessários vários mecanismos não motivados.

(i) uma apositiva permite, no seu interior, Vs como *jurar*, *prometer* usados performativamente:

(9) O António, que eu juro que faz anos amanhã, regressou do estrangeiro.

(ii) uma apositiva nunca admite conjuntivo nem há orações infinitivas com elas relacionadas (as chamadas “relativas infinitivas”).

### 16.2.5. Constituintes relativos

De um modo geral, são os mesmos os constituintes relativos que iniciam as apositivas e as restritivas: *que* isolado, como sujeito e como objecto directo; *que* precedido de preposições, *quem*, *o qual* (precedidos ou não de preposições), *cujo*, *onde*.

A grande diferença relaciona-se com *o qual*, que pode ocorrer como sujeito e objecto directo da oração apositiva a que pertence, ao contrário do que acontece nas restritivas (cf. (10) e (11)); *em que*, mesmo no sentido locativo, não se emprega facilmente nas relativas apositivas (cf. (16b)) e a sua ocorrência força de algum modo uma interpretação da relativa como restritiva.

Os exemplos seguintes são ilustrativos do emprego dos constituintes relativos:

- (10) O António, que / o qual faz anos amanhã, regressou do estrangeiro.  
 (11) O António, que / o qual encontrei ontem, regressou do estrangeiro.  
 (12) O António, a quem / ao qual vou oferecer um livro, regressou do estrangeiro.  
 (13) O meu cão Fritz, ao qual / a que costumavas fazer festas, morreu.  
 (14) O Luís, a cujo pai / ao pai do qual / ao pai de quem escrevi, acaba de chegar.  
 (15) O Luís, com quem / com o qual saí, é muito simpático.  
 (16) (a) O Porto, onde vivo há vinte e cinco anos, é uma cidade interessante.  
 (b) ? O Porto, em que vivo há vinte e cinco anos, é uma cidade interessante.

Note-se uma vez mais a possibilidade de *o que* relativo assumir diferentes valores semânticos: enquanto nas restritivas é o valor consecutivo o que mais se destaca, nas relativas apositivas são sobretudo valores ligados à subordinação adverbial:

— valor causal:

- (17) Os homens, que são seres sociais, necessitam de viver em comunidade.

— valor concessivo / contrastivo:

- (18) “Este Pedro Madruga não passou no seu tempo de um dos impiedosos senhores feudais (ele, que era bastardo, conseguiu o poder à custa da morte dos veros herdeiros)” (*JN*, 18-11-80)

### 16.3. Orações relativas apositivas de F

As orações relativas apositivas de F constituem um comentário acerca da proposição anterior, como em (1):

- (1) (a) Os amigos prepararam-me uma festa, o que muito me espantou.  
(b) O Porto é uma cidade essencialmente barroca, o que a aproxima de outras cidades europeias.

Este tipo de orações pode ser introduzido por:

- (i) *o que*, como em (1a, b);  
(ii) *que*, como em (2):
- (2) “[...] as galerias vigarizam os pintores. De duas maneiras: ou pagam-lhes o ordenado mensal, que é o caso do Baptista, entregando mensalmente um quadro ou coisa do género [...]”. (Entrevista GO992 do P. F.)
- (iii) N + *que*:
- (3) “[...] e diverti-me imenso, coisa que é raríssima comigo, que eu não [...] acho graça nenhuma àqueles filmes um bocado pró idiota.” (Entrevista GO616 do P. F.)
- (4) “O projecto do Governo prevê duas carreiras paralelas, situação que é rejeitada pelos Sindicatos.” (*JN*, 18-11-80)
- (iv) N + D + *que*:
- (5) O projecto do Governo prevê duas carreiras paralelas, situação essa que é rejeitada pelos Sindicatos.

As construções exemplificadas em (3), (4) e (5) contêm aposições nominais complexas, i.e., aposições constituídas por um N, sem D expresso, e uma relativa como única forma de determinação desse N; essa relativa é assim, em relação ao N, restritiva. Os nomes (*coisa*, *situação*) são uma espécie de retoma anafórica do conteúdo da frase anterior.

Em (iv) encontramos uma estrutura idêntica, mas neste caso o N *situação* é determinado simultaneamente pelo D à sua direita e pela relativa restritiva.

No caso (i), exemplificado em (1a, b), a questão que se coloca é a natureza de *o que*: um só morfema ou um antecedente seguido de *que*? Tradicionalmente, *o* é considerado um pronome demonstrativo, equivalente a *aquilo*. No entanto, não há exemplos gramaticais de apositivas de frase em que seja possível cindir *o de que*:

- (6) \* Os amigos prepararam-me uma festa, o de que gostei muito.

Esta impossibilidade permite pensar que estamos perante ou um só morfema *o que*, de natureza nominal, ou uma sequência formada por *o* e *que*, mas em que houve necessariamente reanálise. Veremos, no ponto seguinte, que a questão de *o que* se volta a colocar nas relativas livres.

### 16.4. Orações relativas sem antecedente expresso <sup>(22)</sup> ou “relativas livres”

#### 16.4.1. Caracterização geral

Observando exemplos como:

- (1) *Quem vai ao mar* perde o lugar  
(2) Recebi *quem tu recomendaste*

verificamos que se trata de frases complexas caracterizadas por uma estrutura de subordinação, em que as orações em itálico são um constituinte da oração superior, com uma função sintáctica própria. Assim, em (1) a oração em destaque é sujeito da oração matriz; em (2) é objecto directo. Um teste simples de subs-

<sup>(22)</sup> Tomo esta designação de Mória (1996); sobre a sintaxe destas construções ver Brito (1991: capítulo 5) e o referido texto de Mória.

tituição ou de pronominalização permite verificar a natureza de constituinte dessas orações:

- (1') Alguém perde o lugar.
- (2') Recebi-os.

Além de sujeito e de objecto, este tipo de orações pode desempenhar outras funções na oração matriz:

— objecto indirecto:

- (3) Dei a quem precisava mais.

— oblíquo:

- (4) Moro onde encontrei casa mais barata.

— predicativo:

- (5) A Maria é quem está mais atenta nas aulas.

As orações em causa são encabeçadas por morfemas-Q, idênticos aos que encontramos em interrogativas subordinadas e, nalguns casos, aos que se encontram em relativas com antecedente expresso. Mas várias propriedades permitem distingui-las quer de umas quer de outras, como veremos a seguir.

#### 16.4.2. Constituintes Q em relativas livres; a conformidade categorial das relativas livres; o problema da preposição

Independentemente das funções sintácticas e do papel temático que a oração globalmente considerada pode desempenhar em relação ao predicado matriz, os morfemas-Q têm diferentes funções sintácticas na oração a que pertencem:

(i) de sujeito:

- (6) = (1) Quem vai ao mar perde o lugar.
- (7) Convoquei quantos estão inscritos.
- (8) Dei o subsídio a quem precisava / a quantos precisavam.

(ii) de objecto directo:

- (9) Recebi quem tu recomendaste.
- (10) Eu trouxe quantos me pediste.
- (11) Pensei muito acerca de quanto me disseste.

(iii) de oblíquo:

- (12) Onde eu moro é agradável.

A observação destes exemplos permite-nos desde já perceber vários aspectos deste tipo de construção:

- 1 — Nestas orações, e por não se tratar de orações relativas com antecedente expresso, há restrições quanto ao uso dos morfemas relativos: *cujo* e *o qual* não podem ser empregues.
- 2 — O pronome *quem* é usado quer como sujeito quer como objecto directo referido a humanos, (6) e (9), o que aproxima estas construções mais das interrogativas subordinadas do que das relativas com antecedente.
- 3 — Quando surge uma preposição a anteceder o morfema-Q, há duas situações possíveis: ou a preposição pertence só à oração superior ou a preposição pertence simultaneamente à oração encaixada e à oração superior:

— a preposição pertence apenas à oração superior: é o caso de (8) e (11). Na verdade, em (8), por exemplo, *a* é seleccionada pelo verbo *dar*, não havendo na oração subordinada nenhuma razão para a presença dessa preposição (aliás, já tínhamos visto que *quem / quantos* é sujeito de *precisava / precisavam*);

— a preposição é seleccionada simultaneamente pelo verbo da oração superior e pelo verbo da oração subordinada; no exemplo (13a) a preposição *a* é seleccionada por *dar* e *enviar*; nesse caso, uma delas é suprimida:

- (13) (a) Eu dei uma ajuda a quem enviaste a carta.
- (b) \*Eu dei uma ajuda a a quem enviaste a carta.

Se houver incompatibilidade entre as propriedades de selecção do verbo superior e as do verbo da oração encaixada, o resultado é uma oração normal-



mente considerada agramatical. É o chamado efeito de “conformidade categorial” das relativas sem antecedente expresso <sup>(23)</sup>:

(14) \* ?Eu vi ontem de quem tu gostas.

### 16.4.3. Paralelos e diferenças em relação às interrogativas subordinadas; antecedente nulo nas “relativas livres”

Dado o paralelismo entre as relativas livres e as relativas com antecedente (compare-se “aquele que vai ao mar perde o lugar” / “o que vai ao mar perde o lugar” com o exemplo (1)), é possível estabelecer desde logo uma aproximação entre os dois tipos de construção.

Mas simultaneamente as relativas livres têm semelhanças com as interrogativas subordinadas, como (15) e (16):

(15) Ignoro do que me estás a falar.

(16) Pergunto-me do que gostas realmente.

Torna-se então necessário procurar propriedades sintácticas e semânticas que distingam relativas livres de interrogativas subordinadas.

Uma dessas propriedades é precisamente o requisito ou o não requisito de “conformidade categorial”: enquanto (14), que contém uma relativa livre, é agramatical ou pouco aceitável porque não respeita as propriedades de selecção de *ver*, (15) e (16) são gramaticais, apesar de os verbos *ignorar* e *perguntar* estarem aqui seguidos de um SP. Ora, estes verbos seleccionam uma frase ou um SN como complemento mas não um SP; veja-se os exemplos em (17):

(17) (a) Eu ignoro se eles chegaram / que eles tenham chegado.

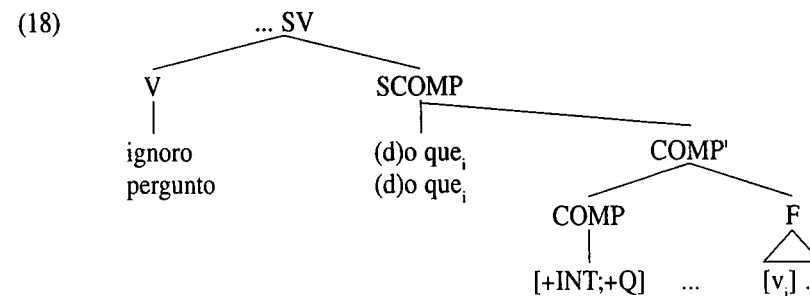
(b) Eu ignoro uma coisa.

(c) \*Eu ignoro duma coisa.

De facto, (15) e (16) são gramaticais porque contêm interrogativas subordinadas e não relativas livres; em qualquer dos casos, os verbos estão a seleccionar categorialmente uma frase, encabeçada por um constituinte-Q. Como em

<sup>(23)</sup> Como é notado em Brito (1991: capítulo 5), na posição de sujeito alguns falantes admitem relativas livres sem conformidade categorial: (i) Com quem eu precisava de conversar veio ao Porto. (ii) A quem falaste agora já tinha falado antes. (Veja-se também Móia, 1996).

qualquer interrogativa, esse constituinte pode ser de várias categorias (SN, SP, um advérbio) e, por movimento, acaba por se deslocar para a posição inicial da F interrogada (Especificador de SCOMP, como vimos em 12.3.):



Em contrapartida, (14), não sendo interrogativa mas relativa livre, não respeita a conformidade categorial imposta pelo verbo *ver* e é por isso agramatical.

Outra diferença entre relativas livres e interrogativas subordinadas consiste no comportamento referente a certos fenómenos de extracção <sup>(24)</sup>. É sabido que o SN antecedente de uma relativa constitui uma ilha, uma barreira à extracção de um constituinte do interior dessa relativa:

(19) \*A Maria, [a quem]<sub>i</sub> eu detesto as pessoas que escreveu [v<sub>i</sub>], tem muitos namorados. (compare-se com “eu detesto as pessoas a quem a Maria escreveu”).

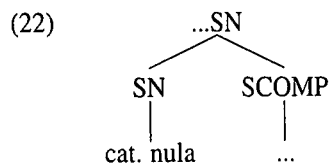
Ora bem, se uma relativa livre se comportar como uma relativa com antecedente expresso e se se diferenciar de uma interrogativa subordinada em relação a fenómenos de extracção, temos aí um bom argumento para atribuir às chamadas relativas livres uma estrutura com um antecedente SN, embora não realizado, e não uma estrutura como em (18) <sup>(25)</sup>:

<sup>(24)</sup> Argumento dado por Rizzi (1982: 68-69) e retomado por Brito (1991: capítulo 5) e Móia (1996: 151).

<sup>(25)</sup> Esta análise difere da proposta em Kayne (1994: capítulo 8) e Donati (1997: 150). Partindo da hipótese de que numa relativa com antecedente o D selecciona SCOMP e o N se move do interior da relativa para a ESP de SCOMP, como proposto por Kayne, Donati considera que as relativas livres têm menos um nível, o nível de SD e que o morfema Q se move directamente da oração para SCOMP. Para dar conta do carácter nominal da construção, propõe que SCOMP criado por movimento é equivalente a SD. Veja-se que para dar conta dos fenómenos de extracção acima referidos, Donati teria que dizer que SCOMP/SD vale como uma ilha forte, como se fosse um SN complexo.

- (20) \*A Maria, [a quem]<sub>i</sub>, eu detesto quem escreveu [v]<sub>i</sub>, tem muitos namorados.  
 (21) A Maria, [a quem]<sub>i</sub>, eu ignoro quem escreveu [v]<sub>i</sub>, tem muitos namorados.

(20) é agramatical mas (21) é bem formada. Por consequência, estes factos permitem propor que as relativas livres têm uma estrutura sintáctica paralela à das relativas com antecedente, neste caso com uma categoria vazia como antecedente, como se descreve em (22), enquanto (21), contendo uma interrogativa subordinada, tem uma estrutura como em (18):



Refira-se ainda um outro teste para diferenciação entre relativas livres e interrogativas subordinadas: as primeiras não admitem *é que*, enquanto as segundas admitem tal expressão:

- (23) (a) \*Recebi quem *é que* tu recomendaste.  
 (b) Ignoro o que *é que* me estás a sugerir.

#### 16.4.4. Alguns aspectos semânticos das relativas livres

Também nos seus aspectos semânticos as relativas livres se distinguem das interrogativas subordinadas.

Nas relativas livres, os morfemas-Q são semanticamente equivalentes a variáveis ou existencialmente quantificadas ou universalmente quantificadas; são os factores contextuais, como o tempo do verbo e o tipo de predicação, que determinam uma ou outra interpretação.

Em (6), aqui repetida:

- (6) Quem vai ao mar perde o lugar

*quem* corresponde a uma variável universalmente quantificada e a frase pode ser aproximada de uma estrutura de implicação (“se alguém vai ao mar, então perde o lugar” ou “todo aquele que vai ao mar perde o lugar”).

Já em (8) ou (9), também aqui retomados:

- (8) Dei o subsídio a quem precisava  
 (9) Recebi quem tu recomendaste

*quem* é equivalente a uma variável existencialmente quantificada (existe x, tal que x precisava de subsídio e eu dei o subsídio a x; existe x, tal que tu recomendaste x e eu recebi x).

*Quantos* refere a totalidade dos elementos de um conjunto (quer seja ou não precedido de *todos*), como em (7):

- (7) Convoquei quantos estão inscritos.

Dada a diversidade de relativas livres, umas têm carácter assertivo, marcado pela presença do indicativo (como a generalidade dos exemplos apresentados até este momento), outras têm carácter modal, marcado pela presença duma forma do conjuntivo, como em (24) e em (25):

- (24) Receberei quem me venhas a recomendar / quem me recomendares.  
 (25) Teria recebido quem me recomendasses.

Em contrapartida, os constituintes interrogativos *quer* em interrogativas independentes *quer* em subordinadas correspondem sempre a variáveis existencialmente quantificadas (ver 12.3)<sup>(26)</sup>.

#### 16.4.5. Relativas livres, semilivres e o problema de *o que*:

Até este momento, temos estado a analisar relativas com um antecedente nulo; mas há exemplos que justificam uma análise mais detalhada porque o antecedente é apenas parcialmente nulo:

- (26) Comprei o / a / os / as que mais apreciei.  
 (27) Vi aquele / aquela / aqueles / aquelas que tinhas mencionado.

<sup>(26)</sup> Estas diferenças não impedem que haja alguns exemplos ambíguos entre a interpretação de relativa livre e a de interrogativa subordinada. Vejam-se os seguintes exemplos do tipo dos estudados quer por Bresnan (1970) quer por Lopes (1971) e citados em Brito (1991: 242-243): (i) Eu não sei o que o João sabe. (i) tanto pode significar “eu não sei / eu ignoro o que o João pode saber” ou então “eu não sei as coisas que o João (já) sabe”: no primeiro caso trata-se de uma interrogativa subordinada; no segundo caso trata-se de uma relativa livre.

Nestes exemplos, tradicionalmente tratados como contendo pronomes demonstrativos, o antecedente parece realizado apenas através de um artigo ou de um determinante demonstrativo, seguidos da oração iniciada por *que*. Se assim for, então estamos perante casos de “elipse nominal”, paralelos a exemplos como “comprei os de prata”, “comprei aqueles prateados” (ver 11.2 e capítulo 21).

Há argumentos formais a favor desta hipótese: a existência de flexão de número e género, a aproximação com outras línguas românicas (veja-se no espanhol *los que*, no francês *ceux que / qui*, etc.) e sobretudo a possibilidade de cindir a sequência com uma preposição:

(28) Já tenho o / a / os / as de que me falaste.

O problema mais interessante surge com *o que*. No cap. 12.3. vimos que, enquanto interrogativo, é um único morfema-Q, que comuta com *que* em certas circunstâncias:

(29) O que fizeste / que fizeste?

Enquanto iniciador de uma relativa livre finita *o que* não comuta com *que*:

- (30) (a) \*Aprecio que fizeste.  
(b) Aprecio o que fizeste.
- (31) (a) \*Fiz que era melhor para ela.  
(b) Fiz o que era melhor para ela.
- (32) (a) \*Que aconteceu surpreendeu-me.  
(b) O que aconteceu surpreende-me.

Coloca-se então a questão de saber se *o que* nas relativas livres é um único constituinte ou se é a combinação de *o* (tradicionalmente designado “pronome demonstrativo” e possível antecedente da relativa) seguido de *que*.

Na tradição gramatical e nos estudos linguísticos sobre estes assuntos, ambas as soluções foram propostas. Por um lado, os contrastes exibidos em (30-32) podem constituir um argumento para considerar que *o que* é um todo e que a presença de *o* é não só uma forma de legitimação do antecedente nulo da relativa livre como do próprio morfema *que* <sup>(27)</sup>. Por outro lado, há possibilidade de cindir a sequência através da presença de uma preposição, como em (33), o que parece mostrar que há dois constituintes:

<sup>(27)</sup> Brito (1991: 238).

(33) Já tenho o de que me falaste.

O que parece acontecer é que, enquanto morfema não interrogativo, em presença de *o*, *que* pode ou não sofrer um processo de reanálise: se sofrer reanálise forma com ele um complexo, um constituinte contínuo: [o] [que] → → [o que]<sub>SN</sub>; se não sofrer reanálise uma preposição pode surgir entre eles, como em (33). Repare-se que este problema se coloca com *o* e não com *aquele que*, *aquilo que*, etc., porque, por um lado, *o* é um elemento átono ou clítico e, por outro lado, por ser masculino e singular tanto pode ser encarado com um elemento flexionável como um elemento “neuro”, invariante <sup>(28)</sup>.

#### 16.4.6. Orações relativas não finitas com e sem antecedente?

Nas chamadas relativas não finitas, ao lado de uma “versão” com um certo tipo de antecedente (*alguém, algo, nada, ninguém*), há uma “versão” sem antecedente. O conjunto formado pelo antecedente e pela relativa livre, ou só pela relativa livre, pode desempenhar em relação à oração superior as seguintes funções:

(i) de objecto directo:

- (34) (a) Eles não têm nada que comer.  
(b) Eles não têm que comer.

(ii) de objecto indirecto:

- (35) (a) Procuo alguém a quem deixar as plantas.  
(b) Procuo a quem deixar as plantas.

(iii) de oblíquo:

- (36) (a) Eles têm uma faca com que cortar o queijo.  
(b) Eles têm com que cortar o queijo.
- (37) (a) As minhas amigas têm um quarto onde ficar.  
(b) As minhas amigas têm onde ficar.

<sup>(28)</sup> Sobre a questão de *o que*, ver Brito (1991: capítulo 5, especialmente pp. 238 e 246) e bibliografia aí citada, Mória (1996), Alexandre (2000); para o espanhol ver Brucart (1999a), Leonetti (1999).

A observação destes exemplos permite desde já evidenciar algumas das propriedades deste tipo de construção: os verbos capazes de as seleccionar são muito limitados: *ter*, *arranjar*, *procurar* (verbos modais ou intensionais); só podem introduzir estas orações os morfemas *que*, *quem* (precedidos ou não de preposição), *onde*; outra propriedade é não poderem usar o infinitivo flexionado:

- (38) \*Eles não têm que vestirem.  
 (39) \*Procuramos a quem deixarmos as plantas.

Quando comportam uma expressão nominal antes de *que*, há paralelos com construções infinitivas com *para*, com orações de conjuntivo e até com um adjectivo deverbal; isto é, têm carácter modal e aproximam-se das construções analisáveis através de uma “oração pequena” ou “reduzida”<sup>(29)</sup>:

- (40) (a) Eles não têm nada para comer.  
 (b) Eles não têm nada que se coma / que se possa comer.  
 (c) Eles não têm nada comestível.  
 (41) Procuo alguém para deixar as plantas.  
 (42) Eles têm uma faca para cortar o queijo.  
 (43) As minhas amigas têm um quarto para ficar.

Outra propriedade vem corroborar a especificidade deste tipo de construções, se as compararmos quer com as relativas livres finitas analisadas anteriormente quer com as relativas com antecedente expresso: elas não exibem as mesmas restrições à extracção de constituintes como os dois tipos de construção acima referidos. Com efeito, nos exemplos seguintes, apesar de haver movimento de um constituinte a partir destas construções, o resultado são exemplos gramaticais, o que indica que as construções analisadas neste parágrafo não são verdadeiras relativas livres<sup>(30)</sup>:

- (44) Estes são alguns dos livros que eu não tenho a quem dar.  
 (45) Estes são alguns dos livros que eu não tenho onde pôr.  
 (46) Estes são alguns dos livros que eu ainda não arranjei a quem dar.

Em conclusão: procurámos dar conta dos aspectos sintácticos e semânticos mais relevantes das orações relativas em português. Além das orações relativas,

<sup>(29)</sup> Cf. Brito (1991: 244), Mória (1996: 177-184).

<sup>(30)</sup> Os exemplos são retirados de Mória (1996: 173-175). O autor desenvolve a ideia acima exposta de aproximação às orações pequenas e conclui, de forma convincente, que estas construções não são realmente relativas livres.

com antecedente nominal, restritivas e apositivas, há relativas que têm como antecedente uma outra oração. Existem também relativas sem antecedente expresso, as “relativas livres”.

Veremos a seguir que algumas construções de clivagem são sintacticamente aparentadas às orações relativas, em especial às relativas sem antecedente expresso.

## 16.5. Construções de clivagem

O português admite o elenco de *construções de clivagem* ilustrado pelos exemplos (1), que é mais vasto do que o das restantes línguas românicas<sup>(31)</sup>:

- (1) (a) Foi *o queijo* o que o corvo comeu.  
 (b) Foi *o queijo* que o corvo comeu.  
 (c) O que o corvo comeu foi *o queijo*.  
 (d) *O queijo* foi o que o corvo comeu.  
 (e) *O queijo* é que o corvo comeu.  
 (f) O corvo comeu foi *o queijo*.

Todas as frases apresentadas em (1) partilham a propriedade de terem condições de verdade idênticas à frase simples indicada em (2) e de veicularem no essencial o mesmo significado que esta:

- (2) O corvo comeu *o queijo*.

Nas frases (1), o constituinte *o queijo*, argumento interno directo do verbo *comer*, é posto em destaque, ocorrendo ora à direita ora à esquerda de uma forma do verbo *ser*. Os seis processos de clivagem exemplificados fazem com que o constituinte posto em destaque seja interpretado como foco quantificacional<sup>(32)</sup>, como mostram os exemplos (3):

<sup>(31)</sup> Assim, o espanhol, o italiano e o francês não admitem as construções exemplificadas em (1e, f). Além disso, o espanhol não admite igualmente as construções ilustradas em (1a, b).

<sup>(32)</sup> O conceito de foco quantificacional ou foco estreito distingue-se do de foco informacional. O primeiro designa um operador que exprime apenas identificação (foco identificacional) ou identificação com exclusão (foco contrastivo). Para diferentes perspectivas sobre foco estreito, vejam-se, entre outros, Chomsky (1976), Szabolcsi (1981, 1983, 1992), Rooth (1985), Stechow (1981, 1991), Kiss (1993).

- (3) (a) Foi o queijo, *e não o pão*, o que o corvo comeu.  
 (b) Foi o queijo, *e apenas o queijo*, que o corvo comeu.  
 (c) O que o corvo comeu foi o queijo, *e não o pão*.  
 (d) O queijo foi *tudo* o que o corvo comeu.  
 (e) O queijo é que o corvo comeu, *e não o pão*.  
 (f) O corvo comeu foi o queijo, *e não o pão*.

Nas construções de clivagem, o constituinte em posição de destaque identifica o subconjunto exaustivo de elementos de um conjunto contextualmente dado, e, como se verá adiante, fixa o referente do elemento vazio presente no constituinte que contém o verbo da frase simples correspondente.

Como as frases (1) e (4) mostram, tanto complementos como adjuntos do verbo da frase simples correspondente podem sofrer qualquer dos processos de clivagem exemplificados:

- (4) (a) (?)Foi *na Feira do Livro* onde eu comprei este dicionário de verbos.  
 (b) Foi *na Feira do Livro* que eu comprei este dicionário de verbos.  
 (c) Onde eu comprei este dicionário de verbos foi *na Feira do Livro*.  
 (d) *Na Feira do Livro* foi onde eu comprei este dicionário de verbos.  
 (e) *Na Feira do Livro* é que eu comprei este dicionário de verbos.  
 (f) Eu comprei este dicionário de verbos foi *na Feira do Livro*.

Contudo, advérbios de frase (cf. (5)) e orações subordinadas adverbiais não substituíveis por advérbios de SV<sup>(33)</sup> (cf. (6)), não admitem qualquer dos processos de clivagem exemplificado em (1):

- (5) (a) \*Foi *provavelmente* como o João comeu o bolo.  
 (b) \*Foi *provavelmente* que o João comeu o bolo.  
 (c) \**Provavelmente* foi como o João comeu o bolo.  
 (d) \*Como o João comeu o bolo foi *provavelmente*.  
 (e) \**Provavelmente* é que o João comeu o bolo.  
 (f) \*O João comeu o bolo foi *provavelmente*.  
 (6) (a) \*Foi *embora estivesse frio* quando fomos à praia.  
 (b) \*Foi *embora estivesse frio* que fomos à praia.  
 (c) \**Embora estivesse frio* foi quando fomos à praia.  
 (d) \*Quando fomos à praia foi *embora estivesse frio*.  
 (e) \**Embora estivesse frio* é que fomos à praia.  
 (f) \*Fomos à praia foi *embora estivesse frio*.

<sup>(33)</sup> Como as subordinadas adverbiais condicionais e concessivas. Ver adiante capítulo 17.

O sujeito do verbo da frase simples correspondente pode ocorrer em posição de destaque em todos os processos de clivagem exemplificados, com exceção do ilustrado nas frases (f):

- (7) (a) Foi *o corvo* quem comeu o queijo.  
 (b) Foi *o corvo* que comeu o queijo.  
 (c) Quem comeu o queijo foi *o corvo*.  
 (d) *O corvo* foi quem comeu o queijo.  
 (e) *O corvo* é que comeu o queijo.  
 (f) \*Comeu o queijo foi *o corvo*.

### 16.5.1. Tipologia das construções de clivagem

Todas as construções de clivagem acima exemplificadas são frases copulativas de tipo identificacional, em que o constituinte posto em destaque, que a partir de agora será designado constituinte clivado, é gerado na posição de predicado da oração pequena subcategorizada pelo verbo copulativo, como se mostra simplificada em (8):

- (8) ...ser [<sub>OPeq</sub> [α] [o queijo]]

O símbolo α, que ocupa a posição de sujeito da oração pequena subcategorizada pelo verbo copulativo, corresponde a um constituinte oracional que, como veremos adiante, contém uma posição vazia associada a um operador<sup>(34)</sup>. Tal constituinte pode ser uma relativa livre, como acontece nas construções denominadas **Clivadas-Q**, **Pseudo-Clivadas Básicas** (uma vez que o constituinte oracional que ocupa a posição de sujeito da oração pequena subcategorizada pelo verbo copulativo ocupa igualmente a posição de sujeito da frase copulativa) e **Pseudo-Clivadas Invertidas** (uma vez que é o predicado da oração pequena subcategorizada pelo verbo copulativo que ocupa a posição de sujeito da frase copulativa). Estas construções encontram-se exemplificadas em (1a-c) e repetidas em (9)<sup>(35)</sup>:

<sup>(34)</sup> Sobre a estrutura das construções de clivagem, vejam-se, entre outros, Heycock e Kroch (1999), Frascarelli (2000), Costa e Duarte (2001a) e Duarte (2001).

<sup>(35)</sup> Os termos 'clivada' e 'pseudo-clivada' remontam à tipologia de construções de clivagem proposta no estudo pioneiro de Akmajian (1970).

- (9) (a) Foi o queijo [<sub>Frel</sub> *o que* o corvo comeu]. (*Clivada-Q*)  
 (b) [<sub>Frel</sub> *O que* o corvo comeu] foi o queijo. (*Pseudo-Clivada Básica*)  
 (c) O queijo foi [<sub>Frel</sub> *o que* o corvo comeu]. (*Pseudo-Clivada Invertida*)

As *Clivadas-Q* são menos frequentes em português do que as **Clivadas** (compare-se (1a) com (1b) e, sobretudo, (4a) com (4b)), construções que contêm uma pseudo-relativa, i.e., uma oração que não é encabeçada por um pronome relativo mas que tem um papel idêntico ao das verdadeiras relativas — veja-se (1b), aqui repetido como (10):

- (10) Foi o queijo [<sub>Fpseudo-rel</sub> *que* o corvo comeu]. (*Clivada*)

Finalmente, e como foi referido acima, o português dispõe ainda das construções exemplificadas em (1e, f), e repetidas em (11a, b), denominadas, respectivamente, **Pseudo-Clivadas Invertidas de *é que*** e **Semi-Pseudo-Clivadas Básicas** <sup>(36)</sup>:

- (11) (a) O queijo *é que* o corvo comeu. (*Pseudo-Clivada Invertida de *é que**)  
 (b) O corvo comeu *foi* o queijo. (*Semi-Pseudo-Clivada Básica*)

#### 16.5.1.1. O constituinte oracional é uma relativa ou uma pseudo-relativa

A estrutura sintáctica subjacente às frases (1a-d), i.e. *Clivadas-Q*, *Clivadas*, *Pseudo-Clivadas Básicas* e *Invertidas*, é, simplificada, a apresentada em (12):

- (12) [<sub>SFlex</sub> ser [<sub>OPeq</sub> [<sub>SComp</sub> {*[o que]* / *OP<sub>i</sub> que*} o corvo comeu [<sub>v</sub>]<sub>j</sub>] [<sub>SN</sub> o queijo]<sub>j</sub>]]

Em todos estes tipos de clivagem, a categoria vazia presente no constituinte oracional que ocupa a posição de sujeito da oração pequena é ligada por um operador (o pronome relativo ou um operador nulo, em itálico em (12)), cujo valor é fixado pelo constituinte clivado.

<sup>(36)</sup> Sobre a tipologia das construções de clivagem, veja-se o estudo de Akmajian (1970). A tipologia de construções de clivagem aqui proposta para o português é inspirada em Casteleiro (1979), e nos estudos subsequentes de Kato e Raposo (1996), Ambar (1999), Duarte (2000) e Costa e Duarte (2001a, 2001b).

Consideremos em primeiro lugar a derivação das *Pseudo-Clivadas* a partir da estrutura (12).

Se a oração relativa se elevar para a posição de especificador de SFlex, obtém-se uma *Pseudo-Clivada Básica*, sendo o SN em posição pós-verbal (o constituinte clivado), que desencadeia a concordância sujeito-verbo, como acontece nas restantes línguas românicas de sujeito nulo:

- (13) (a) [<sub>SFlex</sub> [<sub>SComp</sub> [o que]<sub>i</sub> o corvo comeu [<sub>v</sub>]<sub>j</sub>] foi [<sub>OPeq</sub> [<sub>v</sub>]<sub>j</sub> [<sub>SN</sub> o queijo]]]  
 (b) [<sub>SFlex</sub> [<sub>SComp</sub> [o que]<sub>i</sub> o corvo comeu [<sub>v</sub>]<sub>j</sub>] foram [<sub>OPeq</sub> [<sub>v</sub>]<sub>j</sub> [<sub>SN</sub> os queijos]]]

Se for o SN clivado a elevar-se para a posição de especificador de SFlex, obtém-se uma *Pseudo-Clivada Invertida*, e, como esperado, é este SN que determina a concordância verbal:

- (14) (a) [<sub>SFlex</sub> [<sub>SN</sub> o queijo]<sub>j</sub> foi [<sub>OPeq</sub> [<sub>SComp</sub> [o que]<sub>i</sub> o corvo comeu [<sub>v</sub>]<sub>i</sub>] [<sub>v</sub>]<sub>j</sub>]]]  
 (b) [<sub>SFlex</sub> [<sub>SN</sub> os queijos]<sub>j</sub> foram [<sub>OPeq</sub> [<sub>SComp</sub> [o que]<sub>i</sub> o corvo comeu [<sub>v</sub>]<sub>i</sub>] [<sub>v</sub>]<sub>j</sub>]]]

A escolha do termo da oração pequena que é elevado para a posição de especificador de SFlex é condicionada por considerações de natureza discursiva, uma vez que o constituinte mais à direita é interpretado como o foco informacional da frase, como mostram os exemplos (15) e (16):

- (15) O que é que aconteceu ao queijo?  
 (a) O queijo, *o corvo comeu*.  
 (b) O queijo foi o que *o corvo comeu*.  
 (16) O que é que o corvo comeu?  
 (a) O corvo comeu *o queijo*.  
 (b) O que o corvo comeu foi *o queijo*.

Consideremos agora a derivação das *Clivadas-Q* e das *Clivadas* a partir da estrutura apresentada simplificada em (12).

Se o SN clivado for movido para uma posição de adjunção à esquerda à oração pequena, obtém-se as seguintes configurações, que correspondem à *Clivada-Q* (ver 17a) e à *Clivada* (ver 17b):

- (17) (a) [<sub>SFlex</sub> ... foi [<sub>OPeq</sub> [<sub>SN</sub> o bolo]<sub>i</sub> [<sub>OPeq</sub> [<sub>SComp</sub> [o que]<sub>j</sub> o João comeu [<sub>v</sub>]<sub>j</sub>] [<sub>v</sub>]<sub>i</sub>]]]  
 (i = j)  
 (b) [<sub>SFlex</sub> ... foi [<sub>OPeq</sub> [<sub>SN</sub> o bolo]<sub>i</sub> [<sub>OPeq</sub> [<sub>SComp</sub> *Op<sub>j</sub> que* o João comeu [<sub>v</sub>]<sub>j</sub>] [<sub>v</sub>]<sub>i</sub>]]]  
 (i = j)

O tipo de movimento envolvido na derivação das *Clivadas-Q* e das *Clivadas* em português é um caso de *Scrambling*, operação que tem efeitos de natureza discursiva (37). Assim, em português, *Scrambling* remove constituintes da posição mais à direita da frase, a posição tipicamente ocupada pelos focos informacionais, impedindo-os de ser interpretados como focos informacionais.

Esta análise da derivação das *Clivadas-Q* e das *Clivadas* dá naturalmente conta de duas propriedades destas construções. Em primeiro lugar, nestas duas construções, não pode ser atribuída a interpretação de foco informacional ao constituinte clivado, como mostra a impossibilidade de responder a uma pergunta como (18) com frases como (18a, b):

- (18) A: Quem é que o João matou?  
 B: (a) #Foi a Maria quem o João matou.  
 (b) #Foi a Maria que o João matou.

Em segundo lugar, sendo *Scrambling* uma instância de movimento A-barra, induz efeitos de reconstrução, como atesta a agramaticalidade dos exemplos (19), com sintagmas quantificados de leitura distributiva e ordens VSO e VOS:

- (19) (a) \*Viu [o [seu]<sub>i</sub> filho]<sub>SU</sub> [cada mãe]<sub>i</sub> (VSO)  
 (b) \*Viu [cada mãe]<sub>i</sub> [o [seu]<sub>i</sub> filho]<sub>SU</sub> (VOS)

Ora em *Clivadas-Q* e em *Clivadas*, há igualmente efeitos de reconstrução, como Modesto (1995) referiu:

- (20) (a) É [de si próprio]<sub>i</sub> que o Pedro<sub>i</sub> gosta.  
 (b) É do filho d[a Maria]<sub>i'</sub> que ela<sub>i</sub> gosta.

### 16.5.1.2. A Pseudo-Clivada Invertida de *é que*

As **Pseudo-Clivadas Invertidas de *é que***, que exemplos como (21) ilustram, devem a sua particularidade ao estatuto da sequência *é que*, à direita do constituinte clivado:

(37) Para argumentos a favor da existência de *Scrambling* em português, ver Costa (1997, 1998).

- (21) (a) O queijo é que o corvo comeu.  
 (b) Na Feira do Livro é que eu comprei este dicionário de verbos.

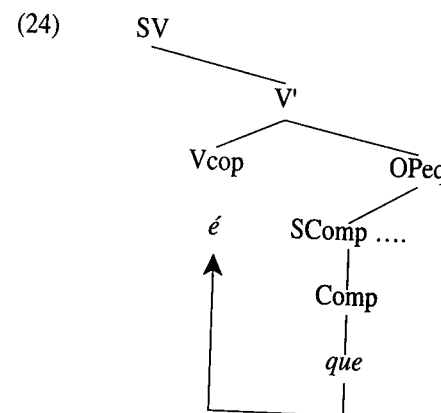
Com efeito, a sequência *é que* que ocorre nesta construção é o resultado de um processo de reanálise, que a re-interpretou como uma forma fixa, que ocupa uma só posição sintáctica. Assim, *é que* não admite marcas de tempo nem de concordância, como mostra (22):

- (22) (a) Os queijos é que os corvos comeram.  
 (b) \*Os queijos foi que os corvos comeram.  
 (c) \*Os queijos são / foram que os corvos comeram.

Além disso, a sequência *é que* não pode ser interrompida, como mostra (23):

- (23) (a) De facto, o queijo é que o corvo comeu.  
 (b) O queijo, de facto, é que o corvo comeu.  
 (c) O queijo é que, de facto, o corvo comeu.  
 (d) \*O queijo é, de facto, que o corvo comeu.

O processo de reanálise consistiu na incorporação do complementador *que*, que encabeçava a pseudo-relativa, na posição de sujeito da oração pequena seleccionada pelo verbo copulativo na forma verbal *é*, como indicado em (24):



Dada a existência de movimento do Verbo para Flexão, o verbo copulativo e o complementador passam a ocupar a posição do núcleo funcional Flex da frase copulativa.

Graças ao processo de reanálise que originou a expressão *é que*, em português moderno, este tipo de construções clivadas caracteriza-se pela presença de um complementador nulo no constituinte oracional que ocorre na posição de sujeito da oração pequena seleccionada pela forma *é que*.

Repare-se que a expressão *é que* ocorre igualmente em *interrogativas-Q directas*, como foi referido em 12.2., estratégia que começou a desenvolver-se no português moderno <sup>(38)</sup>:

- (25) (a) O que *é que* o corvo fez?  
 (b) A quem *é que* o corvo deu o queijo?  
 (c) Onde *é que* o corvo comeu o queijo?

Pode, portanto, concluir-se que o português moderno evoluiu no sentido de reanalisar sequências verbo copulativo-complementador como uma única expressão que lexicaliza nós funcionais de natureza oracional: Comp, no caso das interrogativas-Q, Flex, no caso das *Pseudo-Clivadas de é que*.

### 16.5.1.3. A Semi-Pseudo-Clivada

A primeira observação que se pode fazer relativamente à construção **Semi-Pseudo-Clivada** é a de que ela envolve obrigatoriamente SVs não máximos, conforme ilustrado pelos seguintes exemplos (26):

- (26) (a) O corvo comeu foi *o queijo*. (SN, objecto directo)  
 (b) O corvo deu o queijo foi *à raposa*. (SP, objecto indirecto)  
 (c) O corvo comeu foi  *muito depressa*. (Advérbio de SV)  
 (d) O João deu foi *o livro à Maria*. (Objecto directo+objecto indirecto) <sup>(39)</sup>

<sup>(38)</sup> Lopes Rossi (1993) mostra que interrogativas-Q do tipo de (25) não ocorriam no português clássico. No *corpus* por ela estudado, esta autora apenas encontrou, e só em textos do século XVIII, 2% de interrogativas com a forma *Que é o que V*, aproximáveis de pseudo-clivadas invertidas, como a exemplificada em (i):

(i) Que *é/foi o que* o corvo comeu? (português clássico)

<sup>(39)</sup> Se se assumir que apenas existe ramificação binária na sintaxe, nos SVs que têm como núcleo verbos ditransitivos, o objecto directo e o indirecto constituem um constituinte num certo nível de derivação da frase. A este propósito, veja-se o estudo já clássico de Larson (1988).

Pelo contrário, sempre que o constituinte clivado é um SV máximo ou qualquer constituinte superior na hierarquia da frase, como o sujeito ou um advérbio de frase, a estrutura resultante é agramatical, como mostram os exemplos (27):

- (27) (a) \*O corvo fez foi *comer o queijo*. (SV máximo)  
 (b) \*Comeu o queijo foi *o corvo*. (SN, sujeito)  
 (c) \*O corvo comeu o queijo foi *provavelmente*. (Advérbio de frase)

Em segundo lugar, e contrariamente ao que foi defendido por alguns autores, esta construção não pode ser derivada da construção *Pseudo-Clivada Básica* por apagamento do pronome relativo <sup>(40)</sup>. Com efeito, nesta última, o constituinte clivado não pode ser um advérbio de SV ou uma sequência constituída por complementos do V (cf. (28)), contrariamente ao que acontece com a *Semi-Pseudo-Clivada* (cf. (29)):

- (28) (a) \*Como o presidente discursou foi *muito bem*.  
 (b) \*O que o João deu foi *o livro à Maria*.  
 (c) \*O que o João pôs foi *o livro na pasta*.  
 (29) (a) O presidente discursou foi *muito bem*.  
 (b) O João deu foi *o livro à Maria*.  
 (c) O João pôs foi *o livro na pasta*.

Inversamente, na *Pseudo-Clivada Básica* o constituinte clivado pode ser um SV máximo ou o sujeito da frase (cf. (30)), contrariamente ao que acontece na *Semi-Pseudo-Clivada* (cf. (31)):

- (30) (a) O que o João fez foi *pôr o livro na pasta*.  
 (b) Quem leu o livro foi *o João*.  
 (31) (a) \*O João fez foi *pôr o livro na pasta*.  
 (b) \*Leu o livro foi *o João*.

Em terceiro lugar, a *Semi-Pseudo-Clivada* não envolve movimento do constituinte clivado para posições periféricas à esquerda ou à direita da frase, deixando uma cópia pronominal, como mostra o contraste entre (32a) e (32b):

- (32) (a) O João deu o livro foi *à Maria*.  
 (b) \*O João deu-*lhe* o livro foi *à Maria*.

<sup>(40)</sup> Veja-se Casteleiro (1979) e Kato e Raposo (1996).



A impossibilidade de clivar SVs máximos e a assimetria sujeito-objecto que caracterizam esta construção permitem relacioná-la com a construção de *Objecto Nulo*, referida em 12.6<sup>(41)</sup>. Com efeito, línguas que não permitem a construção de *Objecto Nulo*, não dispõem igualmente desta estratégia de clivagem: é o que acontece com a generalidade das línguas românicas<sup>(42)</sup>.

<sup>(41)</sup> A este propósito, veja-se Costa e Duarte (2001a, 2001b).

<sup>(42)</sup> Pelo contrário, línguas que admitem a construção de *Objecto Nulo* dispõem igualmente desta estratégia de clivagem: é este o caso do chinês-mandarim e do japonês. Sobre este assunto, veja-se Huang (1982) e as referências citadas em Costa e Duarte (2001a, 2001b).

# 17

## Subordinação adverbial

Ana Maria Brito

### Índice

- 17. Subordinação adverbial
  - 17.1. Propriedades sintácticas gerais das orações subordinadas adverbiais
    - 17.1.1. As orações subordinadas adverbiais são constituintes sintácticos
    - 17.1.2. As orações subordinadas adverbiais não são argumentos do predicado principal
    - 17.1.3. As orações subordinadas adverbiais são ilhas em relação à extracção de constituintes
    - 17.1.4. Estrutura interna das orações subordinadas adverbiais
  - 17.2. As orações condicionais
    - 17.2.1. Tipos de orações condicionais e sua relação com o modo e o tempo verbal
    - 17.2.2. Outras formas de exprimir condicionais hipotéticas
  - 17.3. As orações causais
    - 17.3.1. Valores semânticos das orações causais
    - 17.3.2. Formas de expressão da causalidade
    - 17.3.3. A ordem das proposições em construções causais
  - 17.4. As orações finais
    - 17.4.1. Tipos de orações finais e sua relação com o modo e o tempo verbal
    - 17.4.2. Estrutura interna da oração final

- 17.5. As orações concessivas
  - 17.5.1. Relação entre tipos de concessivas, modo e tempo verbal
  - 17.5.2. Outras formas de exprimir a concessão
- 17.6. As orações temporais
  - 17.6.1. Alguns aspectos semânticos da ordenação temporal
  - 17.6.2. Estrutura interna da oração temporal
  - 17.6.3. Outras formas de exprimir a ordenação temporal
  - 17.6.4. As orações temporais "reduzidas"

Como foi afirmado no capítulo 7, de entre as frases articuladas por hipotaxe a outras frases, destacam-se as subordinadas adverbiais. Nesse capítulo fez-se uma descrição deste tipo de subordinadas no que respeita ao seu papel na estruturação textual. Aqui destacar-se-á a sintaxe dessas orações, assim como algumas das suas propriedades semânticas.

A subordinação adverbial inclui as orações **condicionais, causais, finais, concessivas e temporais** <sup>(1)</sup>.

---

<sup>(1)</sup> Como se mostrará no capítulo seguinte, as orações comparativas, as consecutivas e as proporcionais típicas não têm propriedades de subordinação adverbial, contrariamente ao que é, em geral, assumido pela tradição gramatical portuguesa. As orações conformativas serão objecto de análise nesse capítulo e aí mostraremos que têm algumas propriedades comuns à subordinação adverbial. Bechara (1999) inclui na subordinação adverbial as relativas sem antecedente expresso introduzidas por *onde, quando, como*; nesta gramática, as orações de *onde* são estudadas no âmbito das orações relativas; as de *quando* e de *como* são estudadas neste e no próximo capítulo. O presente texto retoma Mateus *et alii* (1983/1989) privilegiando os aspectos sintácticos e dando uma atenção mínima à caracterização semântica.

## 17.1. Propriedades sintáticas gerais das orações subordinadas adverbiais

### 17.1.1. As orações subordinadas adverbiais são constituintes sintáticos

O estatuto de **constituente** das orações subordinadas adverbiais é visível pela possibilidade de, em geral, serem destacadas por clivagem ou pela possibilidade de ocuparem diferentes posições na frase.

— Clivagem <sup>(2)</sup>:

- (1) É se te der jeito que vamos às compras. <sup>(3)</sup>
- (2) É porque comeu muito chocolate que o João ficou mal disposto.
- (3) É para que a encomenda chegue mais depressa que a enviámos por correio expresso.
- (4) É quando chegares que vamos jantar.

— Posição inicial, posição final, posição medial <sup>(4)</sup>:

- (5) (a) Se a economia e o mercado forem regulados poderão contribuir para um mundo mais justo.
- (b) A economia e o mercado contribuirão para um mundo mais justo se forem regulados.
- (c) A economia e o mercado, se forem regulados, contribuirão para um mundo mais justo.

<sup>(2)</sup> Por razões que se relacionam com o estatuto pressuposicional e de informação conhecida, certas orações subordinadas (as concessivas e as causais introduzidas por *visto que*, *como*) são incompatíveis com processos que envolvem focalização, como a *clivagem*:

(i) \* É embora seja trabalhador que o João é inteligente; (ii) \* É apesar de tudo que o ponto está fraco; (iii) \* É visto que ela foi embora que a casa está mais vazia. (Cf. Lobo, 2001: 296 e Peres, 1997a, tinham já assinalado esta propriedade das concessivas.)

<sup>(3)</sup> De acordo com os meus juízos de gramaticalidade, as condicionais surgem mais facilmente em clivadas se ocorrer antes da condicional um advérbio de inclusão (*até*, *mesmo*) ou de exclusão (*apenas*, *só*, *salvo*), o que se explicará pelo papel focalizador destes advérbios: É só se te der jeito que vamos às compras.

<sup>(4)</sup> As diferentes posições acarretam, por vezes, modificações na construção, como o estatuto lexical ou nulo de certos argumentos.

- (6) (a) Porque comeu muito chocolate o João ficou mal disposto.
- (b) O João ficou mal disposto porque comeu muito chocolate.
- (c) O João, porque comeu muito chocolate, ficou mal disposto.
- (7) (a) Vamos mandar a encomenda em correio expresso para que os nossos amigos a recebam mais depressa.
- (b) Para que os nossos amigos recebam mais depressa a encomenda, vamos mandá-la em correio expresso.
- (c) Nós, para que os nossos amigos recebam mais depressa a encomenda, vamos mandá-la em correio expresso.
- (8) (a) O João é inteligente, embora seja pouco trabalhador.
- (b) Embora seja pouco trabalhador, o João é inteligente.
- (c) O João, embora seja pouco trabalhador, é inteligente.
- (9) (a) Quando os meus amigos chegarem nós vamos jantar.
- (b) Nós vamos jantar quando os meus amigos chegarem.
- (c) Nós, quando os meus amigos chegarem, vamos jantar.

Esta propriedade da subordinação adverbial merece ser destacada porque é um dos traços mais importantes que a distingue da coordenação. Assim, na subordinação adverbial é admissível não só a ordem **conector oração A oração B** (isto é, em primeiro lugar a oração subordinada iniciada pela conjunção e só depois a oração principal), como a ordem **oração B conector oração A** <sup>(5)</sup>.

<sup>(5)</sup> Cf. Quirk *et alii* (1985), Mateus *et alii* (1983/1989), entre outros. A coordenação só admite **oração A conector oração B**, nunca podendo surgir na ordem **conector oração A oração B** (ver capítulo 14):

- (i) (a) \*E chegou à Faculdade a Maria foi para a biblioteca.
- (b) A Maria chegou à Faculdade e foi para a biblioteca.

Além do critério da posição, outros factores distinguem estruturas coordenadas e estruturas subordinadas (ver capítulo 14). De entre esses factores, Lobo (2001: 294) destaca o da colocação dos clíticos: na coordenação, e na ausência de proclisadores, a ordem é a ênclise; na subordinação a ordem é a próclise:

- (ii) A Maria chegou à Faculdade e cumprimentou-a.
- (iii) A Maria chegou tarde à aula pois perdeu-se. (pois = coordenativo explicativo)
- (iv) A Maria chegou tarde à aula porque se perdeu (porque = subordinativo causal)

### 17.1.2. As orações subordinadas adverbiais não são argumentos do predicado principal

O carácter de não argumento do predicado principal e o estatuto de adjunto (a SV ou a F) das orações subordinadas adverbiais pode ser comprovado de várias maneiras:

(i) É possível fazer uma interrogação com o verbo *fazer*, *acontecer* seguido da oração subordinada adverbial e responder com a outra oração:

- (10) (a) Vamos jantar fora se vieres cedo.  
 (b) O que é que vamos fazer se vieres cedo?  
 (c) Vamos jantar fora.
- (11) (a) A Maria não trouxe as compras porque estava cansada.  
 (b) O que é que a Maria fez porque estava cansada?  
 (c) Não trouxe as compras.
- (12) (a) (=7a) Vamos mandar a encomenda em correio expresso para que os nossos amigos a recebam mais depressa.  
 (b) O que é que vamos fazer para que os nossos amigos recebam a encomenda mais depressa?  
 (c) Vamos mandá-la em correio expresso.
- (13) (a) Vamos sair mesmo que chova.  
 (b) O que é que iremos fazer mesmo que chova?  
 (c) Vamos sair.
- (14) (a) A Maria aparecia a sorrir nas fotografias embora tantas vezes estivesse triste.  
 (b) O que é a Maria fazia embora tantas vezes estivesse triste?  
 (c) Aparecia a sorrir nas fotografias.
- (15) (a) A Maria foi para as aulas quando chegou à Faculdade.  
 (b) O que é que a Maria fez quando chegou à Faculdade?  
 (c) Foi para as aulas.

Repare-se que o mesmo se passa com outros adjuntos não frásicos (ver 11.5 e 11.6).

- (16) (a) A Maria foi para as aulas na semana passada / ontem / de manhã.  
 (b) O que é que a Maria fez na semana passada / ontem / de manhã?  
 (c) Foi para as aulas.

(ii) Em geral, as orações subordinadas adverbiais têm a mesma distribuição de advérbios, de sintagmas adverbiais e posicionais não argumentais <sup>(6)</sup>:

- (17) Vamos jantar quando chegares. / Vamos jantar às oito horas/hoje.  
 (18) Vou sair apesar de ter muito trabalho. / Vou sair apesar do trabalho.  
 (19) O João ficou maldisposto porque comeu chocolate. / O João ficou maldisposto por causa do chocolate.  
 (20) Todos devemos lutar para que o mundo se torne mais justo. / Todos devemos lutar para esse fim.  
 (21) As coisas vão piorar se se tomarem decisões precipitadas / As coisas vão piorar nessas condições.

(iii) Outra propriedade que evidencia a natureza de adjunto da subordinada adverbial anteposta é a possibilidade de interpretação co-referencial do sujeito nulo da oração subordinada relativamente ao SN sujeito da outra oração:

- (22) Se [-]<sub>i</sub> passasse pelo supermercado, o Luís<sub>i</sub> bem podia comprar a sobremesa.  
 (23) Porque [-]<sub>i</sub> comeu muito chocolate, o João<sub>i</sub> ficou mal disposto.  
 (24) Para que [-]<sub>i</sub> chegue depressa a Moçambique, a encomenda<sub>i</sub> seguiu em correio expresso.  
 (25) Embora [-]<sub>i</sub> ainda não tenha emprego, o João<sub>i</sub> quer casar.  
 (26) Quando [-]<sub>i</sub> dançava, a Maria<sub>i</sub> cantava.

Este comportamento contrasta com o que se passa na coordenação (ver capítulo 14): havendo na primeira oração coordenada um sujeito nulo, ele não pode ser interpretado como co-referente do SN sujeito da outra oração ((27) e (28)):

- (27) \* [-]<sub>i</sub> dançou toda a noite e a Maria<sub>i</sub> cantou.  
 (28) \* [-]<sub>i</sub> passou pelo supermercado e o Luís<sub>i</sub> comprou a sobremesa.

Esta diferença é explicável estruturalmente: ocupando a oração subordinada adverbial uma posição de adjunção à esquerda à frase matriz, o seu SN su-

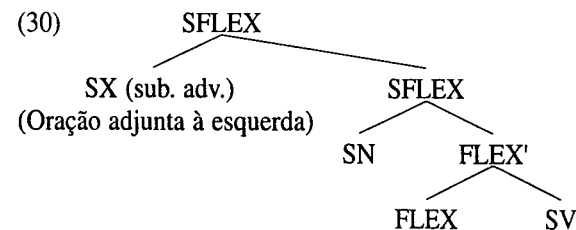
<sup>(6)</sup> Alarcos Llorach (1994) distingue, para o espanhol, adverbiais *próprias*, que podem ser substituídas por um advérbio (as temporais, as relativas livres de lugar e modo) e as adverbiais *impróprias*, que podem ser substituídas por um sintagma preposicional (as causais, as finais, as concessivas e as condicionais).

jeito, embora preceda o SN sujeito da oração matriz, não o c-comanda e portanto este é livre, no sentido de não ligado; a interpretação co-referencial é, no entanto, possível e mesmo mais natural se o SN sujeito da oração subordinada adverbial for nulo, como nos exemplos acima apresentados (ver capítulo 20) (?).

(iv) Quando a oração subordinada adverbial se encontra à direita, o seu sujeito não pode co-referir com um sujeito nulo ou pronominal da oração matriz, o que mostra que o sujeito da subordinada é c-comandado pelo sujeito da matriz (?).

(29) \*[-]/ela<sub>i</sub> dançava, quando a Maria<sub>i</sub> cantava

Vejamus então a estrutura sintáctica de uma frase contendo uma oração subordinada adverbial. Se a adverbial estiver em primeira posição, a estrutura parece ser como em (30), onde se descreve a adjunção a SFLEX:

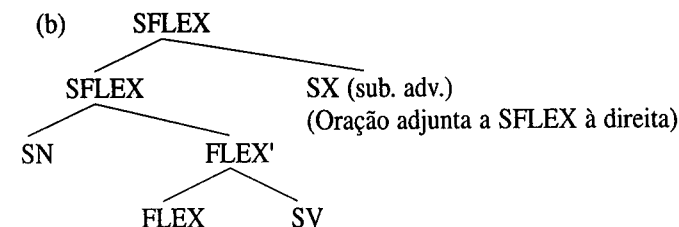
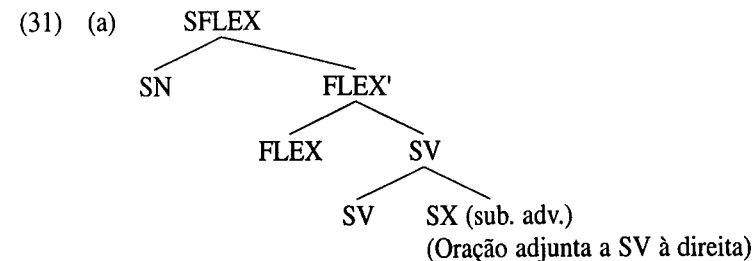


Quando a oração está na posição final, a adjunção pode ser ou a SV ou à frase matriz (SFLEX) (?):

(?) Sobre as possibilidades referenciais dos sujeitos nulos na subordinação e na coordenação ver Matos (1991) e Costa, Faria e Matos (1998), entre outros. O que está em causa nos exemplos é a existência ou não de c-comando entre o SN sujeito da oração coordenada ou da oração subordinada e o SN sujeito da outra oração. Na coordenação, o SN sujeito da segunda oração parece ser c-comandado pelo SN sujeito da primeira oração; nessas condições, a interpretação ligada do SN sujeito da segunda oração viola o princípio que estipula que qualquer expressão referencial é livre (princípio C da Teoria da Ligação). Na subordinação adverbial não há c-comando, a interpretação ligada do segundo SN está igualmente fora de causa, mas a interpretação co-referencial é possível havendo um sujeito nulo.

(?) Cf. Lobo 2001: 299.

(?) A adjunção a SV é justificada não só a partir dos comportamentos acima apresentados mas também a partir do facto de as orações adverbiais poderem estar sob o escopo da negação da oração matriz, como em: (i) A Ana não fez compras quando chegou à Baixa (fez compras quando foi ao supermercado); sobre o teste da negação ver Peres (1997a), Lobo (2001). Esta autora classifica as orações descritas em (31a) “integradas à direita”, para as distinguir



A adjunção à direita à frase matriz (SFLEX) é justificada para explicar elipses ou pronomes anafóricos que envolvam toda a oração matriz, como em (32):

(32) O pai saiu de casa ontem sem que a Maria desse conta disso / [-].

Em que (d)isso ou [-] substitui o pai saiu de casa ontem.

### 17.1.3. As orações subordinadas adverbiais são ilhas em relação à extracção de constituintes

Não pode haver extracção de constituintes a partir de orações subordinadas adverbiais, qualquer que seja a sua posição, o que é comprovado pela agramaticalidade dos seguintes exemplos (10):

das «periféricas à direita», que descrevo em (31b). Lobo considera que a marcação prosódica e o facto de uma causal, por exemplo, poder ocorrer depois de uma interrogativa -tag, como em (ii), mostra que as causais à direita se aproximam das orações explicativas: (ii) o Zé nunca faltou às aulas, pois não? uma vez que o professor é tão exigente. (p. 302)

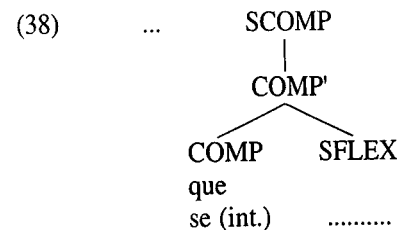
(10) A extracção simultânea a partir de duas orações, sendo uma delas uma subordinada adverbial, produz resultados marginais mas não completamente agramaticais: (i) ?? O que é que o João comprou — quando a Maria encontrou — ? Idêntico tipo de extracção a partir de

- (33) \*Quem<sub>i</sub> é que, se [-]<sub>i</sub> voltarem, os meus amigos vão sair?  
 (34) \*Quem<sub>i</sub> é que, porque [-]<sub>i</sub> se magoou, o João não vai à escola?  
 (35) \*Que coisas<sub>i</sub> é que a Maria fez o trabalho, para que o filho tenha [-]<sub>i</sub>?  
 (36) \*O que<sub>i</sub> é que a Maria comprou livros, embora ela tivesse [-]<sub>i</sub>?  
 (37) \*O que<sub>i</sub> é que, quando a Maria encontrou [-]<sub>i</sub>, o João comprou os livros?

As orações subordinadas adverbiais são portanto **ilhas adjuntas**.

#### 17.1.4. Estrutura interna das orações subordinadas adverbiais

Vimos em capítulos anteriores que as orações iniciadas pelos complementadores *que* e *se* (interrogativo) são descritas como SCOMP (Sintagma Complementador), como se descreve em (38):

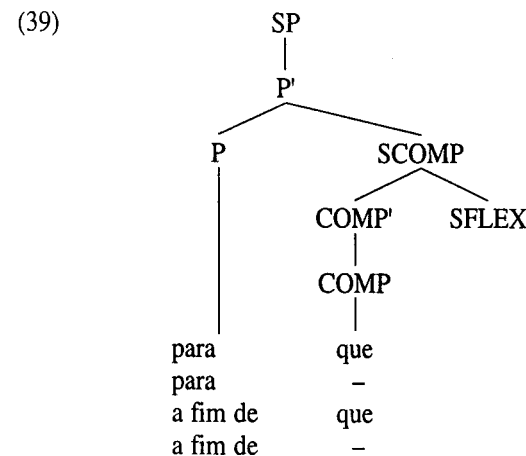


No caso das orações subordinadas adverbiais, a estrutura sintáctica deverá ser distinta, uma vez que a maioria dos conectores são “locações conjuncionais” como *para que*, *uma vez que*, *já que*, *sempre que*, *antes que*, *depois que*, etc.. ou “locações conjuncionais” com uma preposição, como *a fim de*, *apesar de*, *antes de*, *depois de*.

Proporemos que, em ambos os casos, tais conectores são sintagmas preposicionais (SP) ou sintagmas adverbiais (Sadv) que contêm uma oração finita (iniciada pelo complementador *que*) ou infinitiva, sem o *que* <sup>(11)</sup>:

uma estrutura de coordenação dá resultados gramaticais: (ii) O que é que o João comprou — e a Maria encontrou — ? Colocam-se então as seguintes questões: a) Será que (i) envolve extracção simultânea (“Across the Board”)? b) Será que em (i) a segunda categoria vazia é um vazio parasita e não um vestígio? (Sobre esta problemática ver Colaço, 1996).

<sup>(11)</sup> Bechara (1999) é partidário desta hipótese, dizendo mesmo que tais expressões são designadas “impropriamente locuções conjuncionais, porque não se trata de uma unidade complexa mas de dois elementos com papéis diferentes: a preposição [...] [e] o *que* [...]” (p. 472).



Olhando para a história da língua portuguesa constatamos que alguns conectores que hoje estão lexicalizados numa só palavra foram derivados, por reanálise, a partir de sintagmas preposicionais: *em boa hora* > *embora*, *por que* > *porque*. Este facto pode servir de argumento à tese de que a generalidade dos conectores de subordinação adverbial tem por base projecções de advérbios e de preposições, sendo eventualmente algumas dessas preposições ou alguns desses advérbios nulos <sup>(12)</sup>. A gramaticalização pode ter sido tão radical que alguns desses conectores foram reanalisados como complementadores. É o que parece ter acontecido com *embora*, *porque*, *sem que*, *se* (condicional).

#### 17.2. As orações condicionais

As **construções condicionais** são constituídas por duas orações que mantêm entre si uma relação de dependência semântica. Chama-se oração condicional, condicionante, antecedente ou prótase à oração de cujo conteúdo proposicional depende semanticamente o conteúdo proposicional da outra oração, a condicionada, a conseqüente ou a apódose, também designada, na tradição gramatical, por 'principal'. Neste capítulo simbolizaremos a oração condicional por A e a oração que exprime a conseqüência por B.

<sup>(12)</sup> Para uma posição idêntica à aqui assumida ver Lemle, M. (1984).

As construções condicionais apresentam grande diversidade de estruturas sintáticas. Na sua realização prototípica, são formadas por duas orações em que a oração que exprime a condição é começada por *se* e em que a oração que exprime a consequência pode vir precedida de *então* <sup>(13)</sup>.

Mas outros conectores podem iniciar a oração condicional: *caso, se porventura, salvo se, sem que, uma vez que, a não ser que, desde que, conquanto que, com a condição que* iniciam uma oração com conjuntivo; *no caso de* inicia uma oração infinitiva.

### 17.2.1. Tipos de orações condicionais e sua relação com o modo e o tempo verbal <sup>(14)</sup>

Consoante a modalidade que regula a asserção, as orações condicionais podem ser factuais (ou reais), hipotéticas (ou potenciais) e contrafactuais (ou irrealis).

Tome-se os exemplos (1)-(3):

- (1) Se está bom tempo, ficamos bem dispostos.
- (2) Se a água atinge a temperatura de 100°C, (então) entra / entrará em ebulição.
- (3) Se o narciso é uma flor, (então) pertence ao reino vegetal.

Este tipo de construções condicionais são **factuais**, porque se assume que o conteúdo das duas proposições se verifica no mundo real, no intervalo de tempo relevante <sup>(15)</sup>. A oração A constitui uma condição suficiente de B e B é a consequência necessária de A. Isto é mais visível em (2) e em (3), que estão ligadas a generalizações e a leis da física, e que por isso remetem para um mundo epistemicamente acessível <sup>(16)</sup>.

<sup>(13)</sup> Como conector correlativo que é, há uma estreita relação entre *se* e *então*, não podendo *então* ser substituído por outro conector: (i) Se o narciso é uma flor, então pertence ao reino vegetal; (ii) \* Se o narciso é uma flor, portanto pertence ao reino vegetal.

<sup>(14)</sup> Sobre a semântica das condicionais há uma extensíssima bibliografia; para o português veja-se, em particular, Lopes, O. (1989), Santos (1992) e Ferreira (1996).

<sup>(15)</sup> Lopes, O. (1989) considera que a factualidade é quase sempre aparente, mesmo quando é possível usar expressões de reforço do tipo *de facto, na verdade, efectivamente*.

<sup>(16)</sup> O mecanismo de inferência lógica subjacente a este tipo de enunciados é o Modus Ponens: A é uma das premissas, C um princípio geral (as flores pertencem ao reino vegetal) e B a conclusão (Se A, dado C, então B). Ver Lopes, O. (1971: 22); van Dijk (1977: 73 e segs.).

Tipicamente, neste tipo de orações condicionais factuais ou reais a oração condicional está no modo indicativo, no tempo presente.

Observe-se agora exemplos como os seguintes:

- (4) Se tu vieres cedo, vamos / iremos jantar fora.
- (5) Se a Maria estudar, tem / terá melhores notas.
- (6) Se faltar outra vez a água, queixo-me / queixar-me-ei à EPAL.

Neste tipo de condicionais **hipotéticas**, a proposição A remete para um mundo possível, criado linguisticamente pelo enunciado, epistemicamente não acessível no intervalo de tempo da enunciação, e no qual, dado o antecedente, se verifica o conteúdo proposicional do consequente, B <sup>(17)</sup>.

O nexos semântico entre antecedente e consequente é semelhante ao que encontramos nos exemplos anteriores. Mas enquanto em (1)-(3), A constitui uma condição suficiente de B e B é uma consequência necessária de A, em (4)-(6) há alta probabilidade de que A seja condição de B e B seja o consequente de A.

De um ponto de vista temporal, A e B devem estar linearmente ordenadas no tempo, ou seja, se o estado de coisas descrito em A tiver lugar num intervalo de tempo It, o estado de coisas descrito em B só pode ser um consequente de A se tiver lugar num intervalo de tempo posterior ao intervalo de tempo de A, i.e., It' > It.

De um modo geral, a localização temporal dos estados de coisas descritos neste tipo de construções hipotéticas é o futuro, por ser o tempo linguístico que exprime uma modalidade não factual.

A oração antecedente é tipicamente iniciada pelos seguintes conectores: *se, caso, no caso de, se porventura*, com o verbo no futuro do conjuntivo; *quando*, também seguido do futuro do conjuntivo, tem um valor condicional e temporal; *contanto que e desde que* são usados com o presente do conjuntivo. Na oração consequente, o verbo emprega-se no presente ou no futuro do indicativo.

Numa frase como (7):

- (7) Se não tiveres estudado, não fazes / farás a cadeira em Julho

o tempo da oração A exprime um passado relativamente ao intervalo de tempo da enunciação ou um passado do futuro relativamente ao tempo de B (aqui marcado pelo adverbial *em Julho*).

<sup>(17)</sup> Cf. Montolí, E. (1999: 3659).

Se compararmos este tipo de condicionais com as que constam em (8)-(10):

- (8) Se tu viesses cedo, íamos / iríamos jantar fora.
- (9) Se a Maria estudasse, tinha / teria melhores notas.
- (10) Se faltasse outra vez a água, queixava-me / queixar-me-ia à EPAL

verifica-se, uma vez mais, que não se modifica o nexos semântico estabelecido entre as duas proposições. O que os distingue é uma diferença de grau de probabilidade: o conteúdo proposicional descrito em A é menos provável do que nos exemplos anteriores; daí a designação, nalguns tratamentos, de 'condicionais improváveis' (18). O verbo é usado tipicamente no imperfeito do conjuntivo na oração antecedente, e no imperfeito do indicativo ou no condicional na consequente.

Observe-se, finalmente, alguns exemplos de condicionais **contrafactuais**:

- (11) Se tivesse chovido em Portugal em 1981, não tinha / teria havido seca.
- (12) Se o Sol girasse à volta da Terra, não havia / haveria sistema solar.
- (13) Se a Terra não fosse esférica, era / seria cúbica.

Os três enunciados são condicionais contrafactuais ou irrealis porque estabelecem relações entre proposições que se verificam em mundos alternativos ao mundo real. No intervalo de tempo relevante, a negação do antecedente verifica-se no mundo real, sendo sempre possível acrescentar à proposição antecedente a sua negação:

- (11') Se tivesse chovido em Portugal, mas não choveu, ...
- (12') Se o Sol girasse à volta da Terra, mas não gira, ...
- (13') Se a Terra não fosse esférica, mas é, ...

Contudo, a contrafactualidade é diferente nos três casos (19):

(11) remete para um intervalo de tempo passado num mundo accidental ou ocasionalmente contrafactual e representa o tipo tradicionalmente designado 'condicional irreal do passado'; (12) refere um mundo essencialmente contrafactual, dissemelhante do mundo real, mas, dados os conhecimentos de que o homem dispõe sobre o universo, pode-se estabelecer uma relação entre as duas

(18) *Idem*: 3657.

(19) van Dijk (1977: 79-81).

proposições; (13) remete para um mundo impossível e integra, portanto, um consequente absurdo.

Em (11), o tempo verbal do antecedente é o mais-que-perfeito do conjuntivo, que situa o estado de coisas da oração no passado; em (12) e (13), o tempo verbal do antecedente é o imperfeito do conjuntivo e os estados de coisas descritos nas duas orações não estão relacionados temporalmente.

### 17.2.2. Outras formas de exprimir condicionais hipotéticas (20)

Para além das construções condicionais referidas anteriormente, que são formas de subordinação adverbial, há outras formas de exprimir os mesmos tipos de nexos semânticos. Na maioria dos casos, trata-se de instâncias de justaposição ou de coordenação frásicas:

(i) uma construção de justaposição, em que uma das orações é uma completiva regida por um verbo "modal" ou "criador de mundos" como *supor*, *imaginar*, com o presente do indicativo na completiva e o futuro ou o presente do indicativo na oração que exprime a consequência:

(14) Imagina que falta outra vez a água; queixo-me / vou queixar-me à EPAL.

(ii) uma construção de justaposição, em que uma das orações é uma imperativa seguida de declarativa (por vezes iniciada por *que*) no futuro ou no presente do indicativo:

(15) Deitem um balão com ar aquecido, (que) ele consegue / conseguirá voar durante algum tempo.

(iii) uma construção de justaposição constituída por uma interrogativa retórica seguida de uma oração declarativa no futuro ou no presente do indicativo:

(16) Há perigos no Rali? Eles ultrapassam-nos / ultrapassa-los-ão.

(iv) uma construção de coordenação, em que os tempos e modos usados nas duas orações dependem da maior ou menor probabilidade da relação condição / conse-

(20) Ver Leão (1961) e Ferreira (1996: 96-98).



quência: imperativo, presente do conjuntivo no primeiro membro coordenado e futuro ou presente do indicativo no segundo membro coordenado (alta probabilidade); imperfeito do conjuntivo na primeira oração e imperfeito do indicativo ou condicional na segunda oração (fraca probabilidade):

- (17) (a) Trabalha pouco na Faculdade e terás logo problemas.  
(b) Tu que trabalhes pouco na Faculdade e terás logo problemas.  
(c) Trabalhasses pouco na Faculdade e tinhas / terias logo problemas.  
(d) Tu que trabalhasses pouco na Faculdade e tinhas / terias logo problemas.

(v) orações condicionais “reduzidas”, como adjuntos à esquerda à outra oração, e que podem assumir a forma de orações infinitivas iniciadas por *a, no caso de, na condição de* ((18a) e (18b)), de oração participial (como em (19)) ou de oração gerundiva (como em (20)); na oração conseqüente usa-se o presente / o futuro do indicativo, ou o imperfeito / condicional consoante o grau de probabilidade <sup>(21)</sup>:

- (18) (a) A concretizar-se essa hipótese, prefiro / preferirei a reunião na próxima semana.  
(b) A concretizar-se essa hipótese, preferia / preferiria a reunião na próxima semana  
(19) Posta essa hipótese, prefiro a reunião na próxima semana.  
(20) Concretizando-se essa hipótese, prefiro a reunião na próxima semana.

Na justaposição e na coordenação não há mobilidade das orações, como é esperado. As orações “reduzidas”, embora se caracterizem pela natureza de adjuntos à oração matriz, também não apresentam mobilidade. Tal propriedade deve relacionar-se não só com razões informacionais e discursivas mas também com o facto de a oração que exprime a condição se colocar preferencialmente em primeira posição.

<sup>(21)</sup> Como se disse em 17.1, o SP *nessa(s) condição(ões)* pode substituir uma oração condicional.

## 17.3. As orações causais

### 17.3.1. Valores semânticos das orações causais

As **orações causais** exprimem uma relação de dependência semântica entre duas proposições, A e B. Mas sob a designação de causalidade incluem-se diferentes valores.

Um desses valores é a relação *causa / consequência*. Por outras palavras, A é uma causa de B e B é uma consequência de A se A for uma condição suficiente de B.

Os exemplos seguintes são ilustrativos deste valor.

- (1) (a) Houve seca em Portugal em 1981, porque não choveu.  
(b) A água começou a ferver porque atingiu 100°.

Outro valor semântico é o de motivo, razão, como em (2) <sup>(22)</sup>:

- (2) O João foi ao cinema, porque não lhe apetecia estudar.  
(3) Comprei uma prenda para a menina, porque vai fazer anos.

Nestes casos, o “ir ao cinema” e o “comprar uma prenda” não são necessariamente efeitos de “não apetecer estudar” e de “comprar uma prenda à menina”.

Para que se estabeleça uma relação de causalidade “pura” entre duas proposições, A e B, têm de verificar-se três condições:

- (i) B deve pertencer ao “mundo” seleccionado por A;  
(ii) os conteúdos das duas proposições verificam-se no mundo real, no intervalo de tempo relevante;  
(iii) A e B devem estar linearmente ordenadas no tempo, ou seja, se o estado de coisas descrito em A tiver lugar num intervalo de tempo  $I_t$ , o estado de coisas descrito em B só pode ser um conseqüente de A se tiver lugar num intervalo de tempo posterior ao intervalo de tempo de A, i.e.,  $I_t' > I_t$ .

<sup>(22)</sup> Lopes, O. (1971: 25); van Dijk (1977: 69); Quirk *et alii* (1985, §15.45); Galán Rodríguez (1999: 3601), entre outros.

Repare-se que a oração dita casual pode, em certos enunciados, exprimir o que é logicamente um resultado e não a causa e nesse caso a relação temporal descrita em (iii) não se verifica <sup>(23)</sup>:

(4) Choveu, porque as ruas estão molhadas.

É costume distinguir entre a causa 'de re' e a causa 'de dicto': 'de re' quando a relação da causa / efeito corresponde ao que se passa na realidade objectiva, com em (1): 'de dicto' quando a relação de inferência é estabelecida pelo sujeito enunciador, como em (2), (3) e (4).

### 17.3.2. Formas de expressão da causalidade

As formas mais usuais de expressão da causalidade são as seguintes:

(i) duas orações finitas na ordem **B conector A** ou **conector A B**; neste caso, a oração A, a subordinada causal, pode ser iniciada pelos seguintes conectores: *porque, como, pois que, uma vez que, visto que, já que, dado que* <sup>(24)</sup>.

Estes conectores iniciam uma oração no modo indicativo em qualquer tempo finito (cf. (1), (2) e (3)).

(ii) Orações causais infinitivas, iniciadas por *por causa de, devido ao facto de, por*:

(5) Por não ter chovido em Portugal em 1981, houve seca.

(iii) Orações causais sem conectores, gerundivas ou participiais:

(6) Não tendo chovido em Portugal em 1981, houve seca.

(7) Magoado, o miúdo começou a chorar.

(iv) As orações condicionais reais ou factuais exprimem igualmente uma relação de causa (condição suficiente) / consequência, como já vimos no ponto anterior; compare-se os exemplos seguintes:

<sup>(23)</sup> Cf. Lopes, O. (1989).

<sup>(24)</sup> Sobre as propriedades sintácticas das orações causais em português ver o estudo de Lobo (2001).

(8) (a) O narciso pertence ao reino vegetal, porque é uma flor.  
(b) Se o narciso é uma flor, (então) pertence ao reino vegetal.

(v) O nexos de causa / efeito pode ser expresso por uma oração conclusiva, com a ordem **A, conector B**; neste caso, a oração B pode ser iniciada pelos conectores *logo, assim, portanto, por isso, por consequência, por conseguinte, consequentemente* e comporta o modo indicativo, em qualquer tempo finito diferente do infinitivo flexionado:

(9) Não choveu em Portugal em 1981, por isso houve seca.

(11) O narciso é uma flor, portanto pertence ao reino vegetal.

Precisamente porque a ordem das proposições não pode inverter-se, estas construções são de coordenação (ver capítulo 14) e assim se distinguem das orações causais, que são um caso de subordinação adverbial:

(9') \* Por isso houve seca em Portugal, não choveu em 1981.

(10') \* Portanto pertence ao reino vegetal, o narciso é uma flor.

(vi) Do mesmo modo, as orações explicativas iniciadas por *pois, que* (explicativo e só usado num registo literário) exprimem nexos de causalidade entre proposições, mas a impossibilidade de inversão mostra que são construções de coordenação:

(11) (a) O narciso pertence ao reino vegetal, pois é uma flor.

(b) \*Pois o narciso é uma flor, pertence ao reino vegetal.

Em relação a *porquanto* (actualmente em desuso na oralidade) e a *porque* (explicativo) há alguma hesitação nos juízos de gramaticalidade em relação anteoposição <sup>(25)</sup>:

<sup>(25)</sup> Relativamente a outros critérios, como o de colocação dos clíticos (ver Lobo, 2001) a situação continua a ser pouco clara:

(i) A menina não vem jantar, pois ofendeu-me (coordenação)

(ii) A menina não vem jantar, que me ofendeu / \* que ofendeu-me.

(iii) A menina não vem jantar, porque me ofendeu / \* porque ofendeu-me.

(iv) A menina não vem jantar, porquanto me ofendeu / \* porquanto ofendeu-me.

Quer dizer, *pois* é claramente coordenativo explicativo, mas *que, porque, e porquanto* têm alguns comportamentos de conectores subordinativos.

Recorde-se que outras línguas têm, mais claramente que o português, conectores explicativos coordenativos: em francês *car* (≠ parce que), em inglês *for* (≠ because) em alemão *denn* (≠ weil). (Sobre estas problemáticas ver Lobo, 2001).

- (12) (a) A menina não vem jantar, porque está maldisposta.  
 (b) ? Porque está maldisposta, a menina não vem jantar.  
 (c) ?\* Porquanto está maldisposta, a menina não vem jantar.

(vii) Uma outra forma de exprimir a causalidade é através de uma construção de tipo participial introduzida por *dado* ou *visto*:

- (13) Dada essa circunstância / visto isso, a vindima vai ser boa.

Do ponto de vista semântico há, portanto, afinidades entre as orações causais, as condicionais, as conclusivas e as explicativas, porque todas elas exprimem uma dependência entre proposições, mas há diferenças sintáticas entre elas.

### 17.3.3. A ordem das proposições em construções causais

Vimos repetidas vezes que as subordinadas adverbiais se caracterizam pela mobilidade. No caso particular das causais, a ordem linear da oração antecedente e da oração conseqüente depende da estrutura temática e do padrão de distribuição de informação exibido pelo texto de que os enunciados fazem parte<sup>(26)</sup>.

Quando se estabelece uma relação de dependência semântica entre duas proposições A (a causal) e B (a "principal") três situações se podem verificar relativamente aos conhecimentos partilhados (ou não partilhados) por locutor e alocutário:

(i) A é uma informação nova; B é uma informação conhecida: a ordem preferencial é: B (em posição inicial), pausa, A (em posição final):

- (14) O João está maldisposto, porque comeu muito chocolate.

(ii) A é uma informação conhecida; B é uma informação nova: a ordem preferencial é: A (em posição inicial), pausa, B (em posição final):

- (15) Porque comeu muito chocolate, o João está maldisposto.

<sup>(26)</sup> Cf. Mateus *et alii* (1983/1989: 303-304), Lopes, O. (1989), Lobo (2001), entre outros. Como vimos anteriormente, a posição da causa depende também e de forma crucial do facto de ser subordinada sintáctica ou de ser coordenativa explicativa (no segundo caso, só a segunda posição é possível).

(iii) toda a informação é nova; a ordem preferencial é: B (em posição inicial), sem pausa, A (em posição final):

- (16) O João está maldisposto porque comeu muito chocolate.

Alguns conectores, pelo seu significado, estão preferencialmente associados à expressão de informação conhecida: é o caso de *dado que*, *visto que*. Essa a razão pela qual a oração por eles iniciada é geralmente colocada antes da principal; no caso de *como*, essa anteposição é mesmo obrigatória<sup>(27)</sup>:

- (17) (a) Dado que / visto que / como o planeta está a aquecer, há alterações climáticas importantes.  
 (b) ?Há alterações climáticas importantes, dado que / visto que o planeta está a aquecer.  
 (c) \*Há alterações climáticas importantes, como o planeta está a aquecer.

## 17.4. As orações finais

### 17.4.1. Tipos de orações finais e sua relação com o modo e o tempo verbal

As **orações finais**, iniciadas pelos conectores *para que*, *a fim de que*, *para que* (= *para que*), *a fim de* exprimem o fim ou o propósito. Tal como outras construções anteriormente analisadas, as construções que comportam uma oração final exprimem uma relação de dependência semântica entre duas proposições, a oração principal, a antecedente (A) e a oração final, a conseqüente (B):

- (1) Fugiste para que ele não te visse.  
 (2) Saí cedo para chegar a tempo ao seminário.

Todavia, diferentemente das construções que contêm uma oração condicional, o nexos de condição-conseqüência entre as duas proposições nem sempre tem a ver directamente com o conteúdo de ambas («de re»): a relação de dependência semântica é formulada pelo próprio locutor («de dicto»). Assim, o conteúdo

<sup>(27)</sup> Bechara (1999: 493) e Lobo (2001: 298).

proposicional de A (a oração principal) é considerado *pelo locutor* como uma condição do conteúdo proposicional descrito em B (a oração final); por outro lado, B significa uma consequência e, simultaneamente, um propósito, uma finalidade, de A. O carácter volitivo e intencional é uma das características semânticas deste tipo de orações, o que é bem visível nas paráfrases que incluem o verbo *querer* <sup>(28)</sup>:

- (1) Fugiste para não querer ser vista...
- (2) Saí cedo para querer chegar a tempo...

Para que se estabeleça esta relação semântica de propósito ou finalidade, as duas proposições não podem ser incompatíveis e têm de ser ordenadas temporalmente uma em relação à outra. Assim, se A tem lugar num intervalo de tempo It, B deve ter lugar num intervalo de tempo It + n.

Os enunciados que contêm orações finais podem assumir diferentes valores consoante são assertados na modalidade do factual, do hipotético ou do contrafactual.

Os exemplos (1) e (2), aqui repetidos, são ilustrativos de orações finais **factuais**, uma vez que o tempo da oração principal, o pretérito perfeito simples, localiza no passado um dado estado de coisas e, nesse sentido, ele é tido como real e como certo:

- (1) Fugiste para que ele não te visse.
- (2) Saí cedo para chegar a tempo ao seminário.

Nas orações finais **hipotéticas**, o tempo da oração principal é tipicamente o futuro ou um presente com valor de futuro:

- (3) Nós mandamos / mandaremos / vamos mandar a encomenda amanhã para que tu a recebas no teu aniversário.
- (4) Nós mandamos / mandaremos / vamos mandar a encomenda amanhã para a receberes no teu aniversário.

Nas orações finais **contrafactuais**, o tempo verbal da oração principal é o mais-que-perfeito composto do indicativo ou o condicional composto; na oração final emprega-se o imperfeito do conjuntivo ou o infinitivo conforme o conector utilizado.

<sup>(28)</sup> Cf. Galán Rodríguez (1999: 3621).

- (5) Eu teria feito tudo para que tu pudesses ganhar a bolsa.
- (6) Os rapazes teriam feito tudo para ganhar a bolsa.

Vemos que os conectores que podem iniciar as orações finais são:

- (i) *para que, a fim de que, que* (= *para que*) quando a oração final tem o verbo num tempo finito; neste caso, os SNs sujeitos das duas orações são em geral não co-referenciais;
- (ii) *para, a fim de*, quando a oração final tem o verbo no infinitivo flexionado ou não flexionado; normalmente, o SN sujeito da oração infinitiva é co-referencial relativamente ao SN sujeito da oração principal.

#### 17.4.2. Estrutura interna da oração final

Já discutimos em 17.1 a estrutura interna das subordinadas adverbiais, mas justifica-se uma atenção especial às orações finais. Em português, *para* tem diferentes valores: *para* é uma preposição, núcleo de um sintagma preposicional com a interpretação de Meta, quer em (7) quer em (8):

- (7) Comprei uma prenda para a Paula.
- (8) Vou para Nova Iorque amanhã.

*Para* é uma preposição reanalisada como complementador em construções de complementação verbal, como em (9):

- (9) Disse-lhe para vir jantar.

Ora, nas orações finais, como em (1a) e em (1b), aqui renumeradas como (10a) e (10b):

- (10) (a) Fugiste para que ele não te visse.
- (b) Fugiste para ele não te ver

*para* não é equiparável ao complementador exibido em (9); logo, nas orações finais, estamos na presença da preposição a introduzir um constituinte frásico, que ou é iniciado pelo complementador *que*, sendo a oração finita, ou não comporta tal complementador, surgindo então uma oração infinitiva.

A favor do estatuto de preposição de *para* está ainda o facto de a oração final que inicia ser substituível por um pronome *isso*, como em (10c), ao contrário do que acontece em (9):

- (10) (c) Fugiste para isso.  
(9) \*Disse-lhe para isso.

## 17.5. As orações concessivas

### 17.5.1. Relação entre tipos de concessivas, modo e tempo verbal

As **orações concessivas** exprimem um conteúdo semântico que contrasta com aquilo que, dado o nosso conhecimento do mundo, se esperaria a partir do conteúdo semântico da proposição com a qual se combina. Os conectores concessivos que exprimem estes valores são *embora*, *conquanto*, *ainda que*, *posto que*, *(se) bem que*, *apesar de que*, *apesar de*.

Consoante a modalidade que regula a asserção, há orações concessivas factuais, hipotéticas e contrafactuais.

Nas concessivas **factuais**, exprime-se um dos seguintes valores:

- (i) a ocorrência / existência de uma situação inesperada relativamente a outra, tendo em conta o nosso conhecimento ou a nossa percepção do curso normal dos acontecimentos no(s) mundo(s) que nos são acessíveis;  
(ii) a ocorrência / existência de uma situação que não é conforme às expectativas de um dado indivíduo sobre o curso previsível / desejável dos acontecimentos <sup>(29)</sup>.

Os exemplos (1) e (2) são ilustrativos deste tipo de concessivas:

- (1) Fui sair, embora tivesse muito trabalho.  
(2) Está a chover, ainda que esteja muito calor.

<sup>(29)</sup> O conteúdo proposicional de *p*, a oração concessiva, implicaria, pelo menos pragmaticamente, a negação do conteúdo proposicional de *q*, a oração dita principal. Por outras palavras, no mundo seleccionado por *p*, *p* não constitui uma razão suficiente para 'não *p*'. Compare-se os exemplos (1) com "não bastou ter muito trabalho para eu não ter saído" (cf. Lopes (1971: 238-241)). Sobre a semântica das construções contrastivas em português ver Barros (1998b), Lopes, O. (1989), Flamengo García (1999) para o espanhol.

Dado tratar-se de concessivas factuais e com os conectores *embora*, *conquanto*, *ainda que*, *posto que*, *(se) bem que*, *apesar de que*, os tempos e os modos utilizados são os seguintes:

- (i) Em enunciados factuais do passado, como em (1) usa-se o imperfeito do conjuntivo (simples ou composto) na oração concessiva e o pretérito perfeito simples ou mais-que-perfeito do indicativo (simples ou composto) na oração principal.  
(ii) Em enunciados factuais do presente, como em (2) usa-se o presente do conjuntivo (simples ou composto) na oração concessiva e o presente, futuro ou pretérito perfeito composto do indicativo na oração principal.

Com o conector *apesar de* na oração concessiva, usa-se o infinitivo flexionado ou não flexionado; na principal usam-se os mesmos tempos acima referidos, consoante se tratar de orações no passado ou no presente:

- (3) (a) Vou sair, apesar de ter muito trabalho.  
(b) Fui sair, apesar de ter (tido) muito trabalho.

Os exemplos seguintes são representativos das orações concessivas **hipotéticas**:

- (4) (a) Mesmo que chova, nós iremos sair.  
(b) Mesmo se chover, nós iremos sair.  
(c) Embora possa chover, nós iremos sair.

*Mesmo que* e *mesmo se* são os conectores típicos deste tipo de concessivas, pois têm um sentido simultaneamente contrastivo e condicional; mas todos os conectores referidos anteriormente podem surgir num enunciado deste tipo se a oração concessiva exprimir um sentido hipotético através, por exemplo, do modal *poder*, como em (4c).

Como os exemplos ilustram, os tempos e modos utilizados nestas construções são:

- na oração principal: presente ou futuro do indicativo;  
— na oração concessiva: presente do conjuntivo (com *embora*, *mesmo que...*) e futuro do conjuntivo (com *mesmo se*).

Os exemplos em (5) representam concessivas **contrafactuais**:

- (5) (a) Mesmo que ele tivesse chegado a tempo, não teria visto o espectáculo.  
(b) Ele não teria visto o espectáculo, mesmo que tivesse chegado a tempo.

A contrafactualidade é bem visível se continuarmos o enunciado com uma oração que nega o conteúdo proposicional da oração concessiva:

- (5) (c) Mesmo que ele tivesse chegado a tempo, mas não chegou, não teria visto o espectáculo.

*Mesmo que e mesmo se* exprimem a contrafactualidade quando se emprega:

- na oração principal: o mais-que-perfeito composto do indicativo ou o condicional composto;
- na oração concessiva: o mais-que-perfeito do conjuntivo.

### 17.5.2. Outras formas de exprimir a concessão

Os nexos contrastivos podem ser expressos por outros meios linguísticos:

(i) Orações participiais e gerundivas, iniciadas pelos conectores *embora, conquanto, ainda que, se bem que*:

- (6) (a) Embora admitido à oral, o ponto está muito fraco.  
(b) Embora tendo sido admitido à oral, o ponto está muito fraco.

(ii) Sintagmas preposicionais de sentido contrastivo *apesar disso, apesar de tudo*:

- (8) Apesar de tudo, o ponto está muito fraco.

Neste exemplo, o SP ocupa a posição de adjunto à esquerda a SFLEX. O conector concessivo *apesar de* é reanalisado como uma preposição, ocupando a posição de núcleo preposicional.

(iii) Outra forma que associa valores concessivos e comparativos são as orações **concessivas intensivas** <sup>(30)</sup>, em que se põe em contraste a intensidade de uma qualidade ou a quantidade de uma substância e o conteúdo proposicional expresso pela oração principal; na oração concessiva é seleccionado sempre o conjuntivo:

<sup>(30)</sup> A designação é de Bechara (1999: 497).

- (8) (a) Por muito trabalhador que ele seja, não conseguirá o emprego.  
(b) Por mais que ele seja trabalhador, não conseguirá o emprego.  
(9) Por muita comida que ela coma, não engorda.  
(10) Por muito bem que eles cantem, não gosto de os ouvir.

(iv) Uma variante da construção anterior são orações que articulam nexos relativos e concessivos, como nos exemplos seguintes:

- (11) A rapariga, inteligente que seja, vai ter dificuldades porque trabalha pouco.  
(12) Mil felicitações que eles me mandassem, eu não esqueceria o que me fizeram.  
(12) Os problemas, muitos que fossem, não impediram a continuação do rali.

(v) As coordenadas adversativas exprimem igualmente um valor contrastivo:

- (13) O ponto está muito fraco, mas / contudo / porém a aluna foi admitida à oral.

(vi) Igualmente estruturas coordenadas correlativas podem exprimir concessão:

- (15) Quer estudes quer não estudes, terás sempre dificuldade em arranjar emprego <sup>(31)</sup>.

### 17.6. As orações temporais

#### 17.6.1. Alguns aspectos semânticos da ordenação temporal <sup>(32)</sup>

As **orações temporais** localizam temporalmente um estado de coisas relativamente ao intervalo de tempo em que se situa o estado de coisas descrito na chamada oração subordinante ou principal:

- (1) Quando o António tocou à campainha, eu estava a cozinhar.  
(2) Depois de ter estacionado o carro, o António tocou à campainha.  
(3) Antes que eu me apercebesse, o meu carro tinha batido contra uma árvore.

<sup>(31)</sup> Flamengo García (1999) organiza as concessivas em *próprias* (as subordinadas adverbiais) e as *impróprias* (os outros tipos).

<sup>(32)</sup> Sobre a semântica do tempo ver capítulo 6 desta gramática, e referências bibliográficas aí apresentadas.

Os estados de coisas descritos nas duas orações devem estar localizados no mesmo período de passado, de presente ou de futuro relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação. Assim, a relação entre as duas orações tem de ser uma das seguintes: Passado ↔ Passado, Presente ↔ Presente, Futuro ↔ Futuro. A agramaticalidade das seguintes frases confirma esta condição:

- (4) \*Quando o António tocou à campainha (Passado), eu estou / estarei a cozinhar (Futuro).
- (5) \*Quando o António tocar à campainha (Futuro), eu estava a cozinhar (Passado).
- (6) \*Enquanto eu estou a trabalhar (Presente), eles chegaram da discoteca (Passado).

Relativamente a um mesmo período de passado, de presente ou de futuro, os dois estados de coisas podem ser simultâneos ou sucessivos:

(i) Os estados de coisas são simultâneos quando os dois têm lugar exactamente no mesmo intervalo de tempo (simultaneidade “pura”) ou quando um dos estados de coisas se realiza num intervalo de tempo que intersecta o intervalo de tempo do outro.

Os conectores temporais usados para exprimir estes valores são: *quando*, *enquanto*, *na altura em que*, *ao mesmo tempo que*.

(ii) Estados de coisas sucessivos, quando se exprime a anterioridade ou a posterioridade de um estado de coisas relativamente ao outro; os conectores *antes que / de* e *depois que / de* e mesmo *quando* são usados para exprimir estes valores; *assim que*, *logo que* significam um intervalo de tempo posterior imediato:

- (7) Depois de eu ter saído de casa, a Maria telefonou.
- (8) Antes que eu me apercebesse, o meu carro tinha batido contra uma árvore.
- (9) Logo que eu saí, eles chegaram da discoteca.

### 17.6.2. Estrutura interna da oração temporal

A estrutura interna da oração temporal depende do tipo de conector que a inicia:

- a) conectores como *quando* <sup>(33)</sup> ou *enquanto* <sup>(34)</sup>;
- b) conectores de base adverbial: *agora que*, *logo que*, *sempre que* <sup>(35)</sup>, *assim que*, *antes que / de*, *depois que / de*;
- c) conectores de base prepositiva: *desde que* <sup>(36)</sup>, *até que*;
- d) conectores correlativos: *mal ... (logo)*, *apenas ... logo*;
- e) locuções conjuncionais de base nominal: *no momento em que*, *na altura em que*, *todas as vezes que*, *cada vez que*.

Como vimos em 17.1, no caso de conectores de base adverbial, preposicional ou nominal (nas chamadas “locuções conjuncionais”), a oração está explicitamente integrada num sintagma adverbial, num sintagma preposicional ou num sintagma nominal; nesse caso, a categoria SCOMP, com o núcleo ocupado por *que*, é seleccionada por essa preposição, advérbio ou nome (neste último caso, integrado numa sintagma preposicional em que a preposição é explícita ou nula, como em *todas as vezes que*, *cada vez que*).

Outros conectores, como *quando*, têm um valor nominal / adverbial e as construções em que ocorre não são homogéneas do ponto de vista estrutural. Nuns casos, a oração de *quando* tem valor de SN e a sua sintaxe é próxima da das relativas livres, como em (10a e b) <sup>(37)</sup>:

<sup>(33)</sup> *Quando*, além do valor temporal, pode ter outros valores:

(a) temporal e condicional (factual, hipotético e contrafactual conforme os tempos verbais):

(i) O Mário veio quando eu quis; (ii) O Mário virá quando eu quiser; (iii) O Mário teria vindo quando eu quisesse.

(b) temporal e concessivo: (iv) O Ministro negou o conteúdo das acusações quando se sabia que havia provas nesse sentido.

<sup>(34)</sup> *Enquanto* tem um sentido contrastivo em enunciados como (i) O João fez a tese em Genética, enquanto a Maria se doutorou em Astrofísica (ver capítulo 5).

<sup>(35)</sup> Uma frase como (i):

(i) *Sempre que* trabalho à noite, tenho dores de cabeça além de exprimir uma relação de implicação (se trabalho à noite, tenho dores de cabeça) pode significar *que*, no mesmo intervalo de tempo, têm lugar duas situações (interpretação menos natural) ou que as duas situações são sucessivas (trabalho à noite, depois tenho dores de cabeça); em qualquer das interpretações *sempre que* significa uma quantificação universal sobre intervalos de tempo.

<sup>(36)</sup> *Desde que* pode ter valor condicional, aparecendo, portanto, em enunciados factuais, hipotéticos e contrafactuais: (i) Desde que me deixem trabalhar à vontade, ficarei satisfeita (hipotético).

<sup>(37)</sup> Os exemplos em (10) e em (11) são de Mória (2001: 356), que desenvolve a aproximação das orações de *quando* e *como* às relativas. *Quando* pode ainda surgir como morfema inicial em interrogativas subordinadas e nesse caso ocupará a posição de Esp de SCOMP (ver 12.3).

- (10) (a) [<sub>SN</sub> Quando vivi em Estugarda] foi o período da minha vida em que fui mais feliz.  
 (b) Este quadro data de [<sub>SN</sub> quando Picasso viveu em Barcelona]

Noutras frases, a oração de *quando*, desde que inserido num SP, tem mesmo propriedades de uma relativa com antecedente, como em (11a, b):

- (11) (a) Não me dá jeito para quando a reunião foi marcada.  
 (b) Qual o prazo até quando se podem entregar as candidaturas?

Na generalidade dos casos, porém, as orações de *quando* têm comportamentos de subordinada adverbial, como se procurou evidenciar em 17.1: mobilidade, estatuto de SP/SADV, posição de adjunção a SV ou a F (SFLEX), carácter de “ilha adjunta”. Recorde-se apenas um exemplo ilustrativo, não passível de ser tratado nem como uma relativa livre nem como uma relativa com antecedente:

- (12) (a) [<sub>SP/SADV</sub> Quando chegou à Faculdade] a Maria foi para as aulas.  
 (b) A Maria foi para as aulas [<sub>SP/SADV</sub> quando chegou à Faculdade].  
 (c) A Maria, [<sub>SP/SADV</sub> quando chegou à Faculdade], foi para as aulas.

### 17.6.3. Outras formas de exprimir a ordenação temporal

Como já foi referido (capítulos 5, 6 e 14), a ordenação temporal pode ser expressa de várias maneiras; uma delas é a coordenação:

- (13) A rapariga telefonou, combinou a saída com a amiga e foi arranjar o saco.  
 (14) Cheguei, vi e venci.  
 (15) Parte-se os ovos, junta-se as gemas ao chocolate e bate-se as claras em castelo.

Entre outras diferenças entre coordenação e subordinação adverbial, há na coordenação o requisito de ordenação temporal das orações, enquanto na subordinação adverbial a oração subordinada temporal pode ocupar diferentes posições na frase complexa em que participa; assim, os exemplos (13'), (14') e (15') são pragmaticamente inadequados, uma vez que a sequencialização temporal das situações descritas é desrespeitada:

- (13') Foi arranjar o saco, combinou a saída com a amiga e a rapariga telefonou.  
 (14') Venci, vi e cheguei.  
 (15') Bate-se as claras em castelo, junta-se as gemas ao chocolate e parte-se os ovos.

### 17.6.4. As orações temporais “reduzidas”

Outra das maneiras de exprimir a ordenação temporal é através de orações infinitivas, gerundivas e participiais<sup>(38)</sup>.

Estas orações têm uma função de localização temporal subsidiária da localização temporal da oração de que dependem; por outras palavras, as orações infinitivas, gerundivas e participiais ordenam temporalmente um determinado estado de coisas por referência ao intervalo de tempo do estado de coisas descrito pela oração subordinante.

(i) Orações infinitivas:

- (16) Depois de as visitas terem tocado à campainha, fui ligar o forno.  
 (17) (a) Ao aproximarem-se, os rapazes cumprimentaram os amigos.  
 (b) Ao aproximar-se, os rapazes cumprimentaram os amigos.  
 (18) Antes de o Manuel chegar ao emprego, verificou que se tinha esquecido da pasta.  
 (19) Até nos refazermos do susto, ainda ficámos vários minutos abalados.

A forma de infinitivo que aqui surge é, em geral, a flexionada<sup>(39)</sup> visto as orações terem sujeito próprio; mas também pode ser a forma não flexionada, como em (17b), operando então uma relação de controlo (ver capítulo 20).

As orações temporais com infinitivo flexionado podem ser iniciadas por *ao*, *até*, *depois de*, *antes de*; *ao* exprime normalmente a simultaneidade; *depois de*, *antes de* exprimem a sucessividade; *até* significa o limite temporal.

<sup>(38)</sup> A designação tradicional de “reduzida” que aqui uso, por comodidade, é uma simplificação; no caso das infinitivas elas são a contrapartida das orações finitas, umas vezes em infinitivo flexionado outras vezes com infinitivo não flexionado, sendo, portanto, orações completas a muitos níveis.

<sup>(39)</sup> De acordo com Raposo (1987), a oração de infinitivo flexionado em português europeu só surge em posições estruturais em que a própria oração (ou melhor, a categoria Concordância da Flexão da oração subordinada) tem acesso a caso que lhe é atribuído por uma dada categoria. Nas orações que são adjunto à oração subordinante, é a própria preposição ou locução prepositiva (*até*, *antes de*, *depois de*) que atribui caso ao seu complemento oracional e nessa condições a Concordância na oração encaixada tem ela própria condições de atribuir nominativo ao SN sujeito.



(ii) Orações gerundivas:

- (20) (a) Olhando pela janela, vi o Luís.  
(b) Tendo olhado pela janela, vi o Luís.

Em (20a), a oração gerundiva exprime a simultaneidade do estado de coisas nela descrito relativamente ao intervalo de tempo em que se situa o estado de coisas da outra oração; em (20b), o gerúndio composto exprime a anterioridade.

Embora menos natural do que nos casos analisados anteriormente, a posposição deste tipo de oração gerundiva é possível:

- (20') (a) Vi o Luís, olhando pela janela.  
(b) Vi o Luís, tendo olhado pela janela.

A oração gerundiva pode ter sujeito nulo, como nos exemplos acima apresentados, sendo esse sujeito interpretado como co-referente do sujeito da outra oração. Pode também ter sujeito disjunto, como em:

- (21) (a) Tendo a Maria acabado o trabalho, o amigo telefonou.  
(b) Acabando a Maria o trabalho, vamos sair.

Quando a oração comporta um sujeito explícito, este está normalmente colocado depois da forma verbal (verbo ou auxiliar).

Mas se a oração gerundiva comportar a preposição *em*, como em (22), a posição pré-verbal do SN sujeito é mais natural do que a posição pós-verbal, a não ser que haja uma interpretação de foco contrastivo, como em (22c)<sup>(40)</sup>:

<sup>(40)</sup> Sobre a sintaxe das orações gerundivas em italiano ver Rizzi (1982), em inglês Reuland (1983) e Abney (1987). Sobre o português ver Brito (1984: 431-436) Ambar (1992), Duarte (1993), entre outros. Em Brito (1984), propõe-se que a oração gerundiva, embora não tendo nenhum conector temporal expreso, tem disponível uma posição de complementador. Se tal posição for ocupada por uma preposição como *em*, tal posição não pode ser preenchida por mais nenhum elemento e daí os factos exibidos em (22b). Se a posição de COMP estiver livre, então ela poderia albergar a forma verbal, como em (21b). Mas este raciocínio baseia-se na pouca aceitabilidade de (22b); ora, uma interpretação de foco parece "salvar" a construção, o que permite repensar a solução proposta e adoptar a ideia de que um sujeito focalizado não precisa de se mover; sendo assim, a estrutura de uma oração gerundiva pode não comportar necessariamente SCOMP; o V em (22c) pode subir para uma categoria funcional (ASP? T?) e não necessariamente para COMP.

- (22) (a) Em a Maria acabando o trabalho, vamos sair.  
(b) ?Em acabando a Maria o trabalho, vamos sair.  
(c) Em acabando A MARIA o trabalho, vamos sair.

(iii) Orações participiais<sup>(41)</sup>:

As orações participiais exprimem a anterioridade relativamente ao intervalo de tempo do estado de coisas da oração subordinante; os exemplos seguintes evidenciam esta interpretação temporal:

- (23) Estacionado o carro, o António tocou à campainha.  
(24) Estacionado à pressa, o carro começou a andar sozinho.  
(25) Lidos os textos, a professora conversou com os alunos.  
(26) Lidos devagar, os textos agradaram aos alunos.

Talvez porque estão ligados à expressão da anterioridade, a ordem das orações é a apresentada, sendo agramatical ou marginal a posposição da oração participial:

- (23') \*O António tocou à campainha, estacionado o carro.  
(24') \*O carro começou a andar sozinho, estacionado à pressa.  
(25') ?A professora conversou com os alunos, lidos os textos.  
(26') ?Os textos agradaram aos alunos, lidos devagar.

Quando o V da oração participial é transitivo, como nos exemplos acima apresentados, a oração participial pode exibir ou não o SN interpretado como o objecto directo: em (23) e (25) esse SN está presente, em (24) e (26) o SN não é expreso. Neste segundo caso, tal SN é interpretado como co-referente do sujeito da oração subordinante.

O participio passado exhibe sempre marcas de concordância em género e número, quer seja em sintonia com o sujeito da oração subordinante como em (24) e (26) quer seja com o SN presente na oração participial.

Embora os dados em (23) e (25) possam fazer pensar que apenas a ordem participio + SN é a única possível em português, isso não é exactamente assim; de facto, também a ordem SN + participio é possível, desde que a oração participial seja introduzida por expressões do tipo *uma vez*<sup>(42)</sup>:

<sup>(41)</sup> Também designadas "participios absolutos".

<sup>(42)</sup> Os exemplos são de Santos (1999a); ver também Ambar (1992).

- (27) (a) Uma vez construída a casa, o João mudou-se.  
(b) Uma vez a casa construída, o João mudou-se.

Todos os verbos transitivos podem ocorrer em orações participiais; quanto aos verbos de um argumento, apenas surgem nestas orações os verbos inacusativos (ver capítulo 10)<sup>(43)</sup>.

- (28) Chegado / vindo o João, fomos para a mesa.  
(30) \*Telefonado o João, fomos para a mesa.

Apesar da variedade e da complexidade dos vários tipos de subordinação adverbial, mostrou-se que as orações subordinadas adverbiais não são argumentos do predicado da oração matriz, ocupando uma posição de adjunto: adjuntos à esquerda em relação à oração matriz, ou adjuntos a SV ou à oração matriz (à direita). Vários comportamentos permitem distingui-las quer da coordenação quer da justaposição. A aproximação a expressões adverbiais e preposicionais não pode fazer esquecer que as subordinadas adverbiais mantêm com a outra oração complexos nexos semânticos, dos quais se destacou aqui apenas alguns aspectos considerados mais relevantes.

<sup>(43)</sup> Raposo (1981: 302-310).

# 18

## Construções de graduação e comparação

Ana Maria Brito e Gabriela Matos

### Índice

- 18. Construções de graduação e comparação
  - 18.1. Orações comparativas
    - 18.1.1. As frases comparativas canónicas e os seus elementos constitutivos
    - 18.1.2. O âmbito da comparação e a natureza categorial dos termos comparados
    - 18.1.3. Comparativas e elipse
    - 18.1.4. Comparativas: subordinação e coordenação
    - 18.1.5. Outros tipos de estruturas comparativas
  - 18.2. Orações consecutivas
    - 18.2.1. Consecutivas de intensidade
    - 18.2.2. Consecutivas infinitivas
  - 18.3. Orações conformativas
  - 18.4. Orações proporcionais

Neste capítulo estuda-se um conjunto de construções de **gradação e comparação** que envolvem proposições que, de diferentes modos, estão relacionadas com a expressão do grau.

Em 18.1, analisam-se as orações **comparativas**, ilustradas em (1a) e (1b), em 18.2 as **consecutivas**, ilustradas em (2), em 18.3 as **conformativas**, como em (3), e em 18.4 as **proporcionais**, como em (4):

- (1) (a) O dólar está mais forte do que o euro.  
(b) O Luís é mais inteligente do que o João é trabalhador.
- (2) Ela trabalhou tão bem que escreveu dois capítulos da tese.
- (3) A Maria fala conforme escreve.
- (4) Quanto mais se avança na montanha, mais difícil se torna a respiração.

## 18.1. Orações comparativas

### 18.1.1. As frases comparativas canónicas e os seus elementos constitutivos

São caracterizadas como **comparativas** as frases em que, através da presença de um conector (em português, *como* ou *(do) que*),<sup>(1)</sup> se estabelece uma comparação entre duas expressões linguísticas, tendo em vista o grau de intensidade das propriedades ou estados de coisas por elas denotados ou as quantidades das entidades nelas referidas (vejam-se os exemplos de (1) a (4)).<sup>(2)</sup> Assim, as frases (1), (2a) e (3a) são aproximadamente interpretadas como especificado em ((1'), (2') e (3')):

- (1) O Pedro é alto *como* o pai era na sua idade.
  - (2) (a) O Pedro é *mais* aplicado *(do) que* o irmão.  
(b) O Pedro é *tão* alto *como* o pai é gordo.  
(c) O Pedro é *menos* ambicioso *do que* a Ana.
  - (3) (a) Ela tem *menos* livros *(do) que* os que devia ter.  
(b) Não tenho *tantos* dicionários *como* gostaria de ter.
  - (4) (a) A raposa corre *tão* depressa *como* o galgo.  
(b) A raposa corre *tanto como* o galgo.
- (1') O grau de altura do Pedro é igual ao grau de altura do pai na sua idade.  
(2') O grau de aplicação do Pedro é superior ao grau de aplicação do irmão.  
(3') A quantidade de livros que ela tem é inferior à quantidade de livros que deveria ter.

(<sup>1</sup>) Em Cunha e Cintra (1984: 583) são referidos os seguintes conectores de comparação: *que, do que, qual* (depois de *tal*), *quanto* (depois de *tanto*), *como, assim como, bem como, como se, que nem*. No nosso texto, em especial nesta secção, optámos por destacar apenas os prototípicos.

(<sup>2</sup>) Note-se que há expressões linguísticas que estabelecem comparação, mas não são incluíveis nas construções comparativas canónicas. É o caso dos exemplos em (i) e (ii):

(i) Ele é *igual* ao pai.

(ii) Temos opiniões *diferentes* das tuas.

De facto, nestas expressões não há o recurso a uma sintaxe específica envolvendo a presença de conectores de comparação, nem o foco da comparação incide sobre o grau de intensidade de uma propriedade ou estado de coisas ou sobre a quantidade das entidades referidas.

Referiremos na secção 18.1.5 algumas comparativas que se afastam das canónicas.

Nas construções comparativas prototípicas, um item lexical designando quantidade ou grau ocorre no primeiro termo de comparação. Em português *tão* e *tanto(a/os/as)* são utilizados para o comparativo de igualdade, *mais* para o comparativo de superioridade e *menos* para o de inferioridade — confrontem-se (2), (3) e (4).

A forma *tão* surge com adjectivos e advérbios, como atestado em (2b) e (4a), *tanto* co-ocorre com nomes e com verbos, como mostram (3b) e (4b).

O facto de o exemplo (1) ter a interpretação explicitada em (1') indica que, ainda que seja omitida, a palavra de grau/quantidade de uma comparativa de igualdade se encontra implicitamente presente. Contudo, o mesmo não acontece com o comparativo de superioridade ou de inferioridade: a omissão do advérbio de grau ou quantidade provoca inaceitabilidade, uma vez que não é recuperável.

- (5) \*O Pedro é alto do que o pai era na sua idade

Os adjectivos *bom, mau, grande, pequeno* têm formas lexicais especiais para expressar o grau comparativo de superioridade — respectivamente, *melhor, pior, maior e menor*.

- (6) (a) As maçãs são *melhores* do que as uvas.  
(b) Eles já leram livros *piores* do que estes.  
(c) A sala é *maior* do que o escritório.  
(d) Ele comprou um carro *menor* do que precisava.

Porém, o adjectivo *pequeno* mantém, a par desta forma sintética, uma outra analítica, fazendo apelo a *mais* (cf. (7)):

- (7) Ele comprou um carro *mais pequeno* do que precisava.

As palavras de grau ou quantidade e o conector de comparação são correlativos: *mais, menos* e os adjectivos que incorporam informação de comparativo de superioridade (como *melhor, pior, maior e menor*) determinam a presença de *(do) que; tão e tanto(s)* co-ocorrem com o conector *como* — confrontem-se as frases em (2) e (3), com os seguintes exemplos mal formados:

- (8) (a) \*O Pedro é *mais* aplicado *como* o irmão.  
(b) \*O Pedro é *tão* alto *do que* o pai é gordo.  
(c) \*Ela tem *menos* livros *como* os que devia ter.  
(d) \*Não tenho *tantos* dicionários *do que* gostaria de ter.

Como (9) indica, *tanto(s)* pode igualmente aparecer seguido de *quanto(s)*, expressando no seu conjunto o comparativo de igualdade.<sup>(4)</sup>

- (9) A Maria comprou *tantos* dicionários de inglês *quantos* (os que) se achavam disponíveis na loja.

A presença do segundo termo de comparação é usualmente requerida. Assim, fora de um contexto situacional ou linguístico, mantendo a entoação declarativa, as frases em (10) e (11) são sentidas como incompletas. Exceptuam-se (11b) e (11d)), em que é possível recuperar situacionalmente um termo de comparação plausível, como assinalado nas expressões entre parênteses curvos.

- (10) (a) ? O Pedro é *mais* aplicado.  
(b) ?? O Pedro é *tão* alto.  
(c) ? Ela tem *menos* livros.  
(d) ?? A Maria comprou *tantos* dicionários de inglês.
- (11) (a) ? As maçãs são *melhores*.  
(b) Eles já leram livros *piores*.  
(= eles já leram livros *piores do que estes*)  
(c) ? A sala é *maior*.  
(d) Ele comprou um carro *mais* pequeno.<sup>(5)</sup>  
(= ele comprou um carro *mais* pequeno *do que o que tinha/do que este*)

A correlação entre o item de grau ou quantidade e o conector de comparação levou muitos autores a considerarem que a palavra de grau/quantidade forma uma unidade a nível semântico e sintáctico com o constituinte introduzido pelo conector, ainda que ambos possam ocorrer em descontinuidade.

(4) A inclusão de *quanto(s)* na categoria dos conectores de comparação é problemática. Donati (1997) e Bianchi e Zamparelli (2001), considerando o italiano, incluem *quanto/quant* no segundo termo de comparação e admitem a co-existência de um conector de comparação, lexicalmente realizado, como *di* em (i), ou nulo [∅] em (ii). Para o português, a co-ocorrência de *quanto* com *como* produz resultados marginais (cf. (iii)):

- (i) Paolo ha mangiato più biscotti *di quanti* ne ha mangiati Maria (Donati, 1997:151).  
(ii) Gianni ha tanti cavalli [∅] *quanti* asini (cf. Bianchi e Zamparelli, 2001).  
(iii) ?A Maria comprou tantos dicionários *como quantos* (os que) havia na loja.

(5) Note-se que a forma sintética correspondente produz resultados inaceitáveis neste contexto:

- (i) ?? Ele comprou um carro *menor*.

### 18.1.2. O âmbito da comparação e a natureza categorial dos termos comparados

Observando o primeiro termo da estrutura comparada, constatamos que, embora as comparativas afectem frequentemente adjectivos graduáveis, como acontece em (12a), podem incidir sobre constituintes de outras naturezas categoriais (cf. (12b), (12c), (12d) e (12e)):<sup>(6)</sup>

- (12) (a) O Pedro é *mais/menos* *alto* que o pai era quando tinha a sua idade.  
(b) O João *descansa* menos do que *trabalha*.  
(c) O João tem tantos *amigos* como a Maria tem *familiares*.  
(d) Os carros andam *mais depressa* do que as pessoas andam.  
(e) Ele falou *mais da Maria* do que *para a Maria*.

Em (12a) a comparação incide sobre o adjectivo *alto*, em (12b) sobre os verbos *descansar* e *trabalhar*; em (12c) sobre os sintagmas nominais *amigos* e *familiares*; em (12d) sobre o sintagma adverbial *depressa* e em (12e) sobre os sintagmas preposicionais.<sup>(7)</sup>

As comparativas adjectivais envolvem caracteristicamente estruturas predicativas copulativas como (12a) ou transitivas predicativas como (13), mas podem igualmente surgir em sintagmas adjectivais modificadores de nome, como em (14):

- (13) (a) A Ana acha a Maria *mais simpática do que a Luísa*.  
(b) A Ana considera a Maria *tão simpática como inteligente*.
- (14) [Um livro *mais caro do que útil*] foi adquirido pelo Departamento de Linguística.

(6) Esta propriedade indica que, como já proposto em Mateus *et alii* (1983, 1989, 1992: 314): “entendida num sentido muito amplo, a categoria grau afecta adjectivos, nomes, advérbios e verbos”.

(7) Exemplos como (i) sugerem que as preposições podem igualmente ser alvo de comparação. No entanto, é possível pensar que neste caso continuamos a ter uma comparação entre sintagmas preposicionais em que se verificou uma elipse do complemento da primeira preposição, como explicitado em (ii):

- (i) Ele falou *mais de* do que *para* a Maria.  
(ii) Ele falou *mais* [<sub>sp</sub> de [-]] do que [<sub>sp</sub> para a Maria].

Considerando o segundo termo da comparação, constatamos que este pode ser realizado por uma frase completa, como em (12a), (12b), (12c) e (12d), ou por um constituinte de natureza não frásica — vejam-se (12e), (13) e (14).

### 18.1.3. Comparativas e elipse

As frases comparativas são um domínio particularmente propício à ocorrência de construções de elipse. Na verdade, as comparativas admitem não só elipses possíveis em frases subordinadas como a *Elipse do SV* (cf. (15a)) e a *Anáfora do Complemento Nulo* (cf. (15b)), mas também *Elipse Lacunar* (cf. (15c)), uma construção de elipse típica da coordenação frásica.

- (15) (a) A Ana tem oferecido menos livros à Maria do que o Pedro tem [-].  
 (b) A Ana ofereceu menos livros à Maria do que ela necessitava [-].  
 (c) A Ana ofereceu menos livros à Maria do que o Pedro [-] ao João.

Para além destas elipses, as comparativas legitimam a ocorrência de frases em que apenas um constituinte ocorre foneticamente realizado. É o que acontece nos exemplos seguintes:

- (16) (a) O Pedro é mais alto *do que gordo*.  
 (b) O Pedro gosta tanto da Maria *como da Ana*.

As frases em (16) são estruturalmente ambíguas. De um ponto de vista sintático, admitem tanto a análise em termos de comparação de constituintes sintagmáticos de nível inferior à frase visualizada em (17), como a análise em termos de comparação de frase explicitada em (18). Neste último caso, a segunda frase é elíptica, sendo interpretada por identidade com o primeiro membro de comparação<sup>(8)</sup>.

- (17) (a) O Pedro é [mais *alto* do que *gordo*]  
 (b) O Pedro gosta [tanto *da Maria* como *da Ana*]  
 (18) (a) O Pedro é mais alto do que [<sub>SU</sub>  $\emptyset$ ] [-] *gordo*.  
 [<sub>SU</sub>  $\emptyset$ ] = o Pedro  
 [-] = é

<sup>(8)</sup> Sobre a elipse em geral, consulte-se o capítulo 21.

- (b) O Pedro gosta tanto da Maria *como* [<sub>SU</sub>  $\emptyset$ ] [-] *da Ana*.  
 [<sub>SU</sub>  $\emptyset$ ] = o Pedro  
 [-] = gosta

Como assinalado em (18), [<sub>SU</sub>  $\emptyset$ ] está pelo sujeito não lexicalmente realizado<sup>(9)</sup> e [-] pelo verbo flexionado<sup>(10)</sup>.

Adicionalmente, as frases em (19) mostram que as frases comparativas em português admitem a omissão do complemento do verbo do segundo termo comparado<sup>(11)</sup>:

<sup>(9)</sup> Em línguas de sujeito nulo esta categoria sem realização lexical pode ser interpretada como um pronomo nulo, em vez de uma cópia do sujeito do primeiro termo comparado, neste caso, *o Pedro*.

<sup>(10)</sup> Para além destes elementos elípticos, é corrente na literatura em linguística assumir-se que no segundo membro comparado existe um constituinte de grau ou quantidade implícito desencadeado pela presença das palavras de grau ou quantidade no primeiro membro da comparação. Uma possível representação desta análise é a explicitada em (i) e (ii), inspirada em propostas inicialmente apresentadas em Bresnan (1973):

- (i) O Pedro é mais alto do que gordo.  
 = O Pedro é mais [numa quantidade x] alto do que o Pedro é [numa quantidade y] gordo.  
 (ii) O Pedro gosta tanto da Maria como da Ana.  
 = O Pedro gosta tanto [numa quantidade x] da Maria como gosta [numa quantidade y] da Ana.

Em que as expressões [numa quantidade x >, <, = y] instanciam o constituinte de quantidade pressuposto em ambos os termos da comparação.

<sup>(11)</sup> A possibilidade de em português o complemento alvo de comparação não ser realizado contrasta com a necessidade da sua realização em línguas como o espanhol (cf. (i)), o italiano (cf. (ii)) ou o francês (cf. (iii)). O italiano e o francês exigem a presença de um pronomo clítico em substituição do constituinte alvo de comparação, como explicitado nos exemplos em (iib) e (iiib).

- (i) \* Juan compró más libros ayer que Luis vendió [-] hoy.  
 (cf. Sáez del Álamo 1999)  
 (ii) (a) \* Ho comprato più libri di quanti hai comprati [-] tu.  
 (cf. Donati 1997: 158)  
 (b) Ho comprato più libri di quanti *ne* hai comprati tu.  
 (iii) (a) \* Ces jours ci, il a plus d'argent qu'il n'avait [-].  
 (cf. Pinkam 1985: 16)  
 (b) Ces jours ci, il a plus d'argent qu'il n'*en* avait.

Este contraste sugere que a omissão do complemento verbal comparado deve ser analisada como uma instância da construção de *Objecto Nulo*, possível no português mas praticamente inexistente nas referidas línguas. Para uma referência à construção de *Objecto Nulo* vejam-se os capítulos 12 e 21.

- (19) (a) O Pedro comprou mais livros do que ofereceu [-].  
 (b) Ninguém gosta tanto de biscoitos como a Ana gosta [-] <sup>(12)</sup>.

#### 18.1.4. Comparativas: subordinação e coordenação

Desde a gramática tradicional é usual considerar que as comparativas são construções de subordinação <sup>(13)</sup>. No entanto, tem sido ultimamente evidenciado que as comparativas não apresentam o comportamento característico dos diferentes tipos de frases subordinadas <sup>(14)</sup>. A partir dos anos 80, sem negar a especificidade destas construções, alguns autores têm defendido que elas, na sua totalidade ou parcialmente, se aproximam a (ou identificam com) estruturas de coordenação <sup>(15)</sup>.

No âmbito da abordagem das comparativas como frases subordinadas, foram defendidas duas hipóteses alternativas para sua caracterização que levaram à sua aproximação às *subordinadas adverbiais* ou às *frases relativas*.

##### A. As comparativas e a subordinação adverbial

A primeira hipótese faria esperar que o comportamento das *frases comparativas* fosse idêntico ao das restantes *frases adverbiais*. Contudo, as propriedades estruturais e distribucionais das comparativas põem em questão a sua inclusão neste subtipo de subordinação.

<sup>(12)</sup> Note-se que em português é difícil distinguir alguns casos de objecto/complemento nulo de instâncias de uma elipse mais abrangente que envolve todos os complementos do verbo principal e os adjuntos do SV (veja-se (i), em que o objecto directo, o objecto indirecto e adjunto temporal são pressupostos no constituinte elíptico):

(i) A Ana leu mais livros à Maria nessa tarde do que a Joana leu [-].

Como referido no capítulo 21, estes casos têm sido aproximados de elipse do SV em português.

<sup>(13)</sup> Vejam-se Bresnan (1972-1979 e 1973), Chomsky (1977), Pirkan (1985), Mateus *et alii* (1983, 1989, 1992), Abney (1987), Kennedy (1997).

<sup>(14)</sup> Vejam-se, por exemplo, Quirk *et alii* (1972, 1985), para o inglês, Fonseca (1994) e Peres (1997a), para o português.

<sup>(15)</sup> Vejam-se, por exemplo, para o inglês, o italiano e o português, os seguintes trabalhos: Napoli (1983), Donati (1997), Lechner (1999, 2000), Sáez del Álamo (1999), Culicover & Jackendoff (1999), Bianchi & Zamparelli (2001), Matos e Brito (2002).

##### A.1. Os conectores de comparação e os complementadores subordinativos

Assim, como uma primeira consequência da inclusão das comparativas nas subordinadas adverbiais, os conectores comparativos deveriam ser identificados com as conjunções subordinativas <sup>(16)</sup> presentes nas frases adverbiais. Contudo, um conjunto de propriedades, que passaremos a especificar, os distingue.

(i) Diferentemente do que acontece com as conjunções ou locuções conjuncionais adverbiais em que figura a forma *que*, nas comparativas este item não determina necessariamente a presença de uma frase finita <sup>(17)</sup> — contrastem-se os exemplos em (20) e (21):

- (20) (a) Algumas crianças admitiram ver mais televisão do *que estudavam* (*/\*do que estudavam*).  
 (b) Ele estuda afincadamente essas matérias menos para obter boas notas do *que para se divertir* (*/\*do que para se divertir/ \*do que para se divirta*).
- (21) (a) Algumas crianças admitiram ver televisão sempre *que estudavam* (*/\*que estudar*).  
 (b) Ele estuda essas matérias para *que possa* (*/\*que poder*) obter bons resultados.  
 (c) Ele estuda *porque* gosta (*/\*porque gostar*).

(ii) Os conectores de comparação podem seleccionar por complemento relativas livres (cf. (22)) O mesmo não acontece com as conjunções subordinativas em geral e as adverbiais em particular, como atestado em (23) <sup>(18)</sup>.

(22) Ela admira mais a obra *do que* [*quem a criou*].

(23) \*Ela admira a obra *porque/sempre que* [*quem a criou*].

<sup>(16)</sup> Recorde-se que na literatura linguística actual se usa preferencialmente o termo *complementador*, que recobre, além de outras, a noção de conjunção subordinativa corrente na gramática tradicional.

<sup>(17)</sup> Note-se que também não impede a ocorrência de frases finitas quando o contexto é adequado:

(i) Algumas crianças admitiram que viam mais televisão do que estudavam.

<sup>(18)</sup> Seria possível atribuir um sentido à frase adverbial marginal, completando-a como em (i). O que é relevante, porém, é que a frase comparativa correspondente não precisa de ser completada.

(i) Ela admira a obra *porque admira/sempre que admira* quem a criou.

(iii) Diferentemente das conjunções subordinativas adverbiais que introduzem frases finitas, os conectores de comparação podem co-ocorrer com o pronome *isso*, que denota anaforicamente o segundo termo da comparação. Contraste-se (24) com (25) e (26):

- (24) (a) A Ana é mais alta do que a mãe é.  
(b) A Ana é mais alta *do que* isso.  
(c) \*A Ana é mais alta *disso*.
- (25) (a) A Ana é alta porque a mãe também é.  
(b) \*A Ana é alta *porque* isso.  
(c) A Ana é alta *por* isso.
- (26) (a) Ela trabalha afincadamente para que os assuntos se resolvam.  
(b) \*Ela trabalha afincadamente *para que* isso.  
(c) Ela trabalha afincadamente *para* isso.

Em (24b), a forma *do que* coexiste com o pronome, o qual não pode co-ocorrer apenas com a preposição *de*, como prova a má-formação de (24c); pelo contrário, em (25c) e (26c), o pronome comuta obrigatoriamente com a frase e o complementador que a introduz e co-ocorre com a preposição.

Sintetizando, podemos concluir que os conectores de comparação não se qualificam como complementadores de subordinação.

## A.2. Função sintáctica, mobilidade e autonomia estrutural

Confrontando seguidamente o comportamento das frases subordinadas adverbiais e das comparativas, encontramos de novo divergências, quer em relação ao seu papel sintáctico (cf. (i)), quer à sua mobilidade (cf. (ii)), quer ainda à sua possibilidade de serem destacadas como um constituinte autónomo face a processos de clivagem (cf. (iii)):

(i) Nos capítulos anteriores vimos que as subordinadas adverbiais eram adjuntos à oração subordinante. As comparativas não se comportam, no entanto, como tal, o que é visível pela sua impossibilidade de figurarem em interrogativas com a proforma de *SV fazer o quê* — contrastem-se os exemplos (27) e (28):

- (27) (a) O Luís compra mais livros ao Pedro do que a Maria oferece chocolates à Ana.  
(b) A: \* O que é que o Luís faz *do que a Maria oferece chocolates à Ana*?  
B: — Compra mais livros ao Pedro.

- (28) (a) O Luís compra livros ao Pedro porque a Maria oferece chocolates à Ana.  
(b) A: O que é que o Luís faz *porque a Maria oferece chocolates à Ana*?  
B: — Compra livros ao Pedro.

(ii) As frases adverbiais e as comparativas divergem quanto à mobilidade, como demonstram os exemplos em (29) e (30):

- (29) (a) O Luís é mais inteligente *do que o João é trabalhador*.  
(b) \**Do que o João é trabalhador*, o Luís é mais inteligente.
- (30) (a) O Luís é simpático *quando não o arreliam*.  
(b) *Quando não o arreliam*, o Luís é simpático.

(iii) As frases comparativas, diferentemente das adverbiais produzem resultados agramaticais face à clivagem sugerindo que não constituem um constituinte autónomo face ao primeiro membro da comparação — veja-se (31b) vs. (32b) <sup>(19)</sup>:

- (31) (a) O Pedro comprou tantos livros na livraria como a Maria requisitou na biblioteca.  
(b) \**Foi como a Maria requisitou na biblioteca* que o Pedro comprou tantos livros na livraria.
- (32) (a) O Pedro comprou alguns livros na livraria porque não podia «requisitá-los na biblioteca».  
(b) *Foi porque não podia requisitá-los na biblioteca* que o Pedro comprou alguns livros na livraria.

## A.3. Comportamento face a *Elipse Lacunar*

As frases comparativas diferem igualmente das subordinadas adverbiais pelo facto de admitirem *Elipse Lacunar*, uma construção de elipse que em português, como noutras línguas, está excluída de domínios de subordinação frásica:

<sup>(19)</sup> Nem todas as orações adverbiais são facilmente cliváveis. Assim, as frases concessivas produzem resultados mais marginais do que as causais, as temporais e as condicionais:

- (i) O Pedro comprou alguns livros embora pudesse alugá-los na biblioteca.  
(ii) ??Foi embora pudesse alugá-los na biblioteca que o Pedro comprou alguns livros.  
Sobre as frases adverbiais, veja-se o capítulo anterior.



- (33) (a) O João trouxe tantos livros da livraria *como* a Maria [-] da biblioteca.  
 (b) Mais estudantes consultam a biblioteca central *do que* professores [-] a biblioteca do departamento.
- (34) (a) \*O João não trouxe muitos livros da livraria *porque* a Maria [-] da biblioteca.  
 (b) \*Os estudantes consultam a biblioteca central *embora* os professores [-] a biblioteca do departamento.

No seu conjunto, estas evidências empíricas permitem-nos concluir que as orações *comparativas* não são *subordinadas adverbiais*.

## B. As comparativas e a subordinação relativa

Consideremos seguidamente a hipótese que aproxima as frases comparativas das relativas.<sup>(20)</sup> Exemplos como os seguintes mostram que as estruturas de relativização podem estar associadas às frases comparativas<sup>(21)</sup>:

- (35) (a) A Ana é mais alta *do que* o *que* tu és.  
 (b) A Maria come *tantos* gelados num dia *como os que* tu consegues comer num mês.  
 (c) Os críticos elogiaram menos o quadro *do que quem* o adquiriu.

Contudo, há argumentos empíricos que mostram que, embora compatíveis com a presença de relativas, as frases comparativas não se reduzem a estruturas de relativização em português.

### B.1. A invariabilidade da forma “(do) que” nas comparativas

A expressão *do que*, poderia, à primeira vista, ser analisada como um *Preposição + Constituinte Relativo*. De facto, como ilustram os seguintes exem-

<sup>(20)</sup> Vejam-se, entre outros, os trabalhos de Bresnan (1979), (1973), Chomsky (1977), Donati (1997).

<sup>(21)</sup> O mesmo acontece noutras línguas. Veja-se, por exemplo, a possibilidade de, em alguns dialectos do inglês, ocorrerem frases como a seguinte:

(i) I hope you can walk quicker than what you eat. (Jespersen, 1909: 49, *apud* Bresnan, 1979: 223.)

plos, as relativas em português exibem formas próximas da do conector de comparação em questão:

- (36) (a) Falei *do que* me lembrava naquele momento.  
 (b) *O que* podemos fazer por eles é muito pouco.

Porém, nas relativas, a forma do artigo pode ser variável (cf. (37)), assumindo o género e o número do seu (potencial) antecedente, o que não acontece nas frases comparativas, como comprovam os contrastes nos exemplos (38) e (39)<sup>(22)</sup>:

- (37) (a) Quando me perguntaram que livros tinha lido ultimamente, falei *dos que* me lembrava naquele momento.  
 (b) *Os que* nos amam querem-nos sempre bem.  
 (c) Castanhas assadas, gosto *das que* se vendem na rua.
- (38) (a) \*Comprei mais livros *dos que* podia ler.  
 (b) Comprei mais livros *do que os que* podia ler.
- (39) (a) \*A Maria gosta mais das castanhas que se vendem na rua *das que* se fazem em casa.  
 (b) A Maria gosta mais das castanhas que se vendem na rua *do que* das que se fazem em casa.

As frases em (38a) e (39a), por oposição às frases (38b) e (39b), não são comparativas bem-formadas. (38a) só poderá ser considerada gramatical se for interpretada não como uma comparativa, mas como uma frase comportando uma construção partitiva/quantitativa (cf. 11.2). Por seu turno, a inexistência do conector de comparação em (39a), torna esta frase mal-formada.

<sup>(22)</sup> O confronto entre os dados do português e os do espanhol, apresentados em Sáez del Álamo (1999), sugere que no português se deu uma reanálise da expressão *do que* como conector de comparação autónomo e distinto do constituinte relativo que lhe está possivelmente na origem.

Assim, enquanto em espanhol a partícula *de* pode ocorrer seguida das formas variáveis do artigo mais o relativo *que*, o mesmo não acontece em português, em que o correspondente ao exemplo espanhol não é interpretado como uma frase comparativa canónica (cf. (ii)). Em português a comparativa é feita utilizando a forma invariável *(do) que*, como em (iii):

- (i) Compré más libros/peras de los/las que compraste tú. (Sáez del Álamo, 1999: 1133.)  
 (ii) #Comprei mais livros dos que tu compraste.  
 (iii) Comprei mais livros do que os que tu compraste.

### B.2. A co-ocorrência entre o conector de comparação e os constituintes relativos

Os exemplos (35a), (38b) e (39b), repetidos em (40), mostram que o conector de comparação não integra um constituinte relativo, antes pode co-ocorrer com ele. <sup>(23)</sup>

- (40) (a) A Ana é mais alta *do que o que* tu és.  
(b) A Maria come mais gelados num dia *do que os que* tu consegues comer num mês.  
(c) Os críticos elogiaram tanto o quadro *como quem* o adquiriu.  
(d) Comprei mais livros *do que os que* podia ler.  
(e) A Maria gosta mais das castanhas que se vendem na rua *do que* das que se fazem em casa.

Assim sendo, não parece plausível dizer que a estrutura de comparação em si mesma detém o estatuto de uma frase relativa. Tudo o que se pode afirmar é que há comparativas que incluem no segundo membro de comparação uma relativa, a par de outras comparativas em que não surge qualquer estrutura de relativização.

### B.3. A ocorrência de *Elipse Lacunar*

*Elipse Lacunar* está excluída das frases relativas, tanto das com antecedente (cf. (41)), como das livres (cf. (42)).

- (41) (a) O João deu um livro à rapariga a quem o Pedro deu flores.  
(b) \*O João deu um livro à rapariga a quem o Pedro [-] flores.

<sup>(23)</sup> Sáez del Álamo refere que em espanhol existe igualmente uma partícula comparativa *que*, que ele considera substituir *de* em determinados contextos e que não tem valor de relativo. Consequentemente, pode co-ocorrer com sintagmas nominais contendo frases relativas ou não (cf. (i) e (ii)):

- (i) Juan compró más libros que los que vendía Luis.  
(Sáez del Álamo, 1999: 1138.)  
(ii) Juan compró menos libros que esos.  
(Sáez del Álamo, 1999: 1139.)

O autor destaca que em ambos os casos o artigo definido ou o demonstrativo não remetem para a identidade das entidades a comparar mas sim para a sua quantidade.

- (42) (a) O João lê contos aos filhos e admira quem os lê aos alunos.  
(b) \*O João lê contos aos filhos e admira quem [-] aos alunos.

Como esperado, nas frases comparativas que contêm estruturas relativas, *Elipse Lacunar* produz resultados inaceitáveis.

- (43) (a) \*O João é tão alto como aquilo que *o pai [-] gordo*.  
(b) \*O João é tão alto como o que *o pai [-] gordo*.  
(c) \*A Ana come mais gelados num dia do que aqueles que a irmã [-] num mês.

Porém, *Elipse Lacunar* pode surgir em frases comparativas. As frases em (44) recordam este facto:

- (44) (a) O João é tão alto como *o pai [-] gordo*.  
(b) A Ana come mais gelados num dia do que *a irmã [-] num mês*.

Assim, os dados da elipse confirmam que as frases comparativas em português não se reduzem a estruturas relativas, embora as possam integrar no seio de um dos seus constituintes.

### C. Comparativas e coordenação

As estruturas comparativas partilham com as coordenadas um conjunto de propriedades, das quais destacaremos as seguintes:

(i) Os conectores de comparação como as conjunções coordenativas podem associar constituintes frásicos e sintagmáticos (confronte-se a estrutura comparativa em (45) com a coordenada em (46)). Esta propriedade distingue-os dos complementadores de subordinação que introduzem obrigatoriamente frases.

- (45) Ele consultou *mais jornais* do que *revistas*.  
(46) Ele consultou não só *jornais* como *revistas*.

(ii) Tal como as orações comparativas, as coordenadas não têm mobilidade. Assim, em ambos os casos, o constituinte introduzido pelo conector de comparação ou pela conjunção não pode ser anteposto ao primeiro membro comparado/coordenado — cf. (47a) vs. (47b) e (48a) vs. (48b):

- (47) (a) O Luís é mais inteligente do que o João é trabalhador.  
 (b) \*Do que o João é trabalhador, o Luís é mais inteligente.
- (48) (a) A Maria foi trabalhar, mas estava cansada.  
 (b) \*Mas estava cansada, a Maria foi trabalhar.

(iii) As frases comparadas, como as coordenadas, são ilhas à extracção por movimento de um elemento de apenas um dos seus membros <sup>(24)</sup> — vejam-se os contrastes em (49) e (50) que exibem comparativas e coordenadas, respectivamente <sup>(25)</sup>:

- (49) (a) O Luís é mais inteligente do que o João é trabalhador.  
 (b) \*O que<sub>i</sub> é que o Luís é mais [-]<sub>i</sub> do que o João é trabalhador?  
 (c) \*O que<sub>i</sub> é que o Luís é mais inteligente do que o João é [-]<sub>i</sub>?
- (50) (a) O Luís é inteligente e o João é trabalhador.  
 (b) \*O que<sub>i</sub> é que o Luís é [-]<sub>i</sub> e o João é trabalhador?  
 (c) \*O que<sub>i</sub> é que o Luís é inteligente e o João é [-]<sub>i</sub>?

(iv) A extracção de um elemento a partir das estruturas coordenadas e comparativas é, no entanto, possível se operar simultaneamente sobre todos os termos comparados/coordenados — vejam-se (49) e (50) vs. (51) e (52) <sup>(26)</sup>:

- (51) O que<sub>i</sub> é que o Luís é mais [-]<sub>i</sub> do que o João é [-]<sub>i</sub> ?  
 (52) O que<sub>i</sub> é que o Luís é [-]<sub>i</sub> e o João também é [-]<sub>i</sub> ?

(v) As estruturas comparativas comportam-se relativamente à elipse de um modo muito semelhante ao das coordenadas, admitindo inclusivamente fenómenos de elipse frásica excluídos de domínios de subordinação, como é o caso de Elipse Lacunar. Os exemplos em (53) e (54) atestam o paralelismo entre comparativas e coordenadas relativamente a Elipse do SV (cf. (53a) e (54a)), *Elipse Lacunar* (cf. (53b) e (54b)) e *Anáfora do Complemento Nulo* (cf. (53c) e (54c)):

<sup>(24)</sup> Por outras palavras, tanto as frases coordenadas como as comparativas obedecem à Restrição da Frase Coordenada de Ross (1967).

<sup>(25)</sup> Nos exemplos seguintes, os constituintes sem realização fonética deixados pelo movimento são designados na gramática generativa transformacional como cópias (ou vestígios).

<sup>(26)</sup> Veja-se a nota anterior.

- (53) (a) A Ana tem oferecido menos livros à Maria do que o Pedro tem [-].  
 (b) A Ana ofereceu menos livros à Maria do que o Pedro [-] ao João.  
 (c) A Ana ofereceu menos livros à Maria do que queria [-].
- (54) (a) A Ana tem oferecido livros à Maria e o Pedro não tem [-].  
 (b) A Ana ofereceu livros à Maria e o Pedro [-] ao João.  
 (c) A Ana não ofereceu livros à Maria mas queria [-].

Em suma, este conjunto de dados sugere que as estruturas comparativas são um caso particular de coordenação. De acordo com esta análise, os conectores de comparação *como* e *(do)que* podem ser, no português actual, caracterizados como *conjunções de coordenação comparativas* <sup>(27)</sup>.

Assim, as estruturas comparativas são aproximáveis dos casos de coordenação correlativa explicitados em (55), que exibem no primeiro termo coordenado expressões quantitativas de foco ou de quantidade, e não conjunções coordenativas.

- (55) (a) O João *não só* comprou livros à Maria *como/ mas também* lhe ofereceu flores.  
 (b) *Tanto* os rapazes *como/quanto* as raparigas gostam dessas peças de vestuário <sup>(28)</sup>.

Os argumentos apresentados nesta secção permitem-nos, pois, afirmar que as frases comparativas canónicas em português actual envolvem uma estrutura de coordenação e podem ou não incluir frases relativas. Assim, os exemplos em (56a) e (57a) podem ser simplificados representados como em (56b) e (57b) <sup>(29)</sup>:

- (56) (a) O João é tão alto como o pai é gordo.  
 (b) [O João é tão alto [[<sub>Conj</sub> como] [<sub>SFEx</sub> o pai é gordo]]]
- (57) (a) Ela não é tão simpática como aquilo que devia ser.  
 (b) [Ela não é tão simpática [[<sub>Conj</sub> como] [<sub>SD/SN</sub> aquilo que devia ser]]]

<sup>(27)</sup> A forma *do que* actualmente reanalisada como uma conjunção coordenativa pode, em estádios anteriores da língua, ter tido uma diferente caracterização.

<sup>(28)</sup> Repare-se que embora próximos das partículas comparativas de *Comparação Correlativa*, o conectores *tanto... quanto* neste exemplo não expressam o grau.

<sup>(29)</sup> Sobre as estruturas de coordenação ver o capítulo 14, sobre as estruturas copulativas, ver o capítulo 13, sobre o grau nos adjectivos ver o capítulo 11.3.

Em ambas as frases *como* funciona como uma conjunção coordenativa. Em (56) não existe qualquer frase relativa e o segundo termo comparado é de natureza frásica; em (57) o segundo termo comparado é de natureza nominal (é um SD ou um SN) e comporta com um dos seus elementos uma oração relativa<sup>(30)</sup>.

### 18.1.5. Outros tipos de estruturas comparativas

Para além das estruturas comparativas que exprimem canonicamente o grau *Comparativo de Igualdade, Superioridade ou Inferioridade* existem outros tipos de estruturas comparativas. Sem pretender apresentá-los exaustivamente, destacaremos os que nos parecem mais relevantes.

#### A. Comparativas de superlativo

Um dos tipos de estruturas de comparação que é usual referir ao falar-se dos graus dos adjectivos é o *Superlativo*<sup>(31)</sup>. Distinguem-se dois tipos de superlativo: o *Superlativo Absoluto* e o *Superlativo Relativo*.

O Superlativo Absoluto admite duas formas em português, a simples ou sintética, como em (58a), e a composta ou analítica, como em (58b). Não é canonicamente considerado um grau comparativo na medida em que não admite a explicitação de um termo de comparação (veja-se a agramaticalidade de (59)):

<sup>(30)</sup> Como Chomsky (1977) mostrou, as frases comparativas são sensíveis a contextos de ilha (veja-se o contraste de gramaticalidade entre os exemplos (i) vs. (ii) e (iii), estes últimos ilustrativos da Ilha do Sintagma Nominal Complexo e da Ilha-Qu-:

- (i) O euro é mais valioso do que eu pensava que era [-].
- (ii) \*O euro é mais valioso do que eu li a notícia que dizia que era [-].
- (iii) \*O euro é mais valioso do que eu ignoro quem afirmou que era [-].

Baseando-se em dados como estes, Chomsky (1977) admitiu que as frases comparativas envolviam movimento do mesmo tipo de constituintes que as relativas e as interrogativas. Os conhecimentos actuais permitem-nos dar explicações alternativas para a sensibilidade a ilhas das frases comparativas que não exibem frases relativas. De facto, Longobardi (1991) mostrou que também as frases contendo expressões quantitativas apresentam efeitos de ilha. Ora as frases comparativas envolvem palavras de grau/quantidade, cujo comportamento se espera seja similar ao das expressões quantitativas.

<sup>(31)</sup> Sobre os graus dos adjectivos veja-se 11.3.

- (58) (a) O teu filho é inteligentíssimo.
- (b) O teu filho é muito inteligente.
- (59) \*O teu filho é *intelligentíssimo/muito inteligente* de todos.

No entanto, implicitamente está estabelecida uma comparação. De facto, os enunciados (58a) e (58b) significam que *o teu filho* ultrapassa a média daqueles a que poderia atribuir-se a propriedade de *inteligente*<sup>(32)</sup>.

O Superlativo Absoluto Composto é expresso por advérbios quantificadores, como *muito, muitíssimo*, ou por advérbios de modo de sentido positivo ou negativo, como por exemplo *extraordinariamente* e *horripelmente*. A combinação desses advérbios com os adjectivos terá de ser feita em conformidade com o significado destes para que os enunciados não sejam pragmaticamente anómalos<sup>(33)</sup>:

- (60) (a) O teu filho é extraordinariamente inteligente.  
(positivo) (positivo)
- (b) O teu filho é horripelmente insuportável.  
(negativo) (negativo)
- (c) # O teu filho é horripelmente inteligente.  
(negativo) (positivo)
- (d) # O teu filho é extraordinariamente insuportável.  
(positivo) (negativo)

O Superlativo Relativo, nas suas duas formas de Superioridade e de Inferioridade, estabelece uma comparação entre a intensidade de uma propriedade atribuída a uma entidade relativamente ao padrão estabelecido pelo universo total dos indivíduos a que a referida entidade pertence<sup>(34)</sup>:

- (61) (a) O Luís é *o mais* inteligente dos filhos do António.
- (b) O Frederico é *o menos* inteligente dos filhos do António.

De um ponto de vista sintáctico, o Superlativo Relativo é formado por um sintagma nominal (mais exactamente um sintagma determinante) que contém um adjectivo intensificado pelos advérbios *mais* ou *menos*. Esse sintagma adjectival

<sup>(32)</sup> Mateus *et alii* (1983, 1989, 1992: 315).

<sup>(33)</sup> Mateus *et alii* (1983, 1989, 1992: 315-316).

<sup>(34)</sup> Mateus *et alii* (1983, 1989, 1992: 318).

é interpretado como afectando um constituinte nominal de núcleo vazio e com um complemento preposicionado encabeçado pela preposição *de*. Este complemento preposicionado apresenta um constituinte nominal que denota o universo de referência da comparação.

## B. Pseudocomparativas <sup>(35)</sup>

O que diferencia as **Pseudocomparativas** das comparativas canónicas é o facto de não estabelecerem uma comparação entre dois graus ou quantidades, apesar de utilizarem o mesmo tipo de estrutura destas últimas construções. Assim, uma frase como (62) não é uma frase comparativa, uma vez que a relação que preferencialmente se estabelece entre os constituintes *alunos* e *esses* não é de quantidade/grau, como revela o facto de a quantificação de igualdade produzir resultados de gramaticalidade duvidosa. (cf. (62b)) <sup>(36)</sup>:

- (62) (a) O professor tem *mais* alunos do que esses.  
(b) ?? O professor tem *tantos* alunos como esses.

Com efeito, um contexto plausível para a ocorrência da frase (62a) seria o explicitado em (63), em que *mais alunos do que esses* é interpretado como *mais alunos, para além desses*. Tendo em vista este valor aditivo, estas expressões são por vezes designadas pseudocomparativas **aditivas**.

- (63) Apesar de o João e o António fazerem intervenções brilhantes, o ritmo da aula é lento porque *o professor tem mais alunos do que esses*.

O mesmo tipo de interpretação ocorre numa frase como a seguinte, em que de novo a substituição de *mais* por *menos* e *tanto...como* acarreta decréscimo de aceitabilidade:

<sup>(35)</sup> Adoptamos este termo de Sáez del Álamo (1999), obra que trata pormenorizadamente estas construções em espanhol.

<sup>(36)</sup> O Comparativo de Inferioridade parece poder ser interpretado nestes contextos, passando o dêictico *esses* a designar uma quantidade e não uma entidade com referência definida. Deste modo (i) pode ocorrer num contexto como (ii).

- (i) O professor tem menos alunos do que esses.  
(ii) Inscreveram-se 50 alunos, mas o professor tem menos do que esses.

Esta leitura, ainda que não preferencial, pode também ocorrer com o Comparativo de Superioridade.

- (64) (a) Ela adquiriu *mais do que* um bom livro.  
(b) (?) Ela adquiriu *menos do que* um bom livro.  
(c) ?? Ela adquiriu *tanto como* um bom livro.

Um contexto de utilização adequada de (64a) seria o explicitado em (65):

- (65) Ela adquiriu (*algo*) *mais* do que um bom livro, adquiriu um manual que lhe permitia saber como se comportar em todas as situações.

Este exemplo mostra que o adverbial *mais* introduz um modificador do argumento implícito do verbo (*algo*). Estas expressões são designadas como pseudo-comparativas **truncadas**.

Do mesmo modo, frases como a seguinte, caracterizadas por vezes como pseudocomparativas **correctivas** <sup>(37)</sup> afastam-se das comparativas canónicas:

- (66) Você adquiriu um amigo, *mais do que um bom livro*. <sup>(38)</sup>

Os exemplos em (67) mostram que estas expressões não ocupam a posição de qualquer argumento do verbo, antes funcionam como adjuntos, como modificadores do verbo (cf. (67a) e (67b)):

- (67) (a) Você adquiriu, *mais do que um bom livro*, um amigo.  
(b) Você adquiriu *mais do que um bom livro*, adquiriu um amigo.

Diferentemente do que acontece nas comparativas típicas, nas pseudocomparativas correctivas o constituinte introduzido pela palavra de quantidade é facilmente deslocável, como prova o contraste entre (66) e (68) vs. (69)-(70):

- (68) (a) Mais do que um bom livro(.) você adquiriu um amigo. (cf. (66))  
(b) Mais do que esperta, a criança é inteligente.  
(c) Mais do que (de) descansar, nós precisamos de trabalhar.  
(69) (a) Nós adquirimos mais/menos livros do que bibelots.  
(b) Nós descansamos mais/menos do que trabalhamos.  
(c) Ele é mais/menos inteligente do que esperto.

<sup>(37)</sup> Veja-se, por exemplo Sáez del Álamo (1999: 1173-1174).

<sup>(38)</sup> Admitimos que esta seja a ordem básica subjacente a estas construções, e que a anteposição do sintagma iniciado por *mais*, como em (68a), seja derivada a partir dela.

- (70) (a) ? Mais livros do que bibelots, nós adquirimos.  
 (b) \* Mais do que trabalhamos, nós descansamos.  
 (c) ? Mais inteligente do que esperto, ele é.

Adicionalmente, nas pseudocomparativas correctivas, a possibilidade de comutação de *mais* pelas restantes palavras de grau/quantidade é reduzida:

- (71) (a) \* Menos do que um amigo(,) você adquiriu um bom livro.  
 (b) \* Tanto como um bom livro, você adquiriu um amigo.  
 (c) \* Menos do que inteligente, a criança é esperta.  
 (d) \* Tanto/tão como esperta, a criança é inteligente.  
 (e) ? Menos do que (de) descansar, nós precisamos de trabalhar.  
 (f) ? Tanto como (de) descansar, nós precisamos de trabalhar.

Em suma, estes dados sugerem que a pseudocomparativa correctiva funciona de modo diferente das comparativas canónicas<sup>(39)</sup>.

### C. Comparativas-Temporais

Alguns autores incluem nas comparativas expressões como as seguintes, em que figuram os advérbios de tempo *antes* e *depois*. Na verdade, ambas as locuções são parafraseáveis por expressões comparativas no comparativo de superioridade: *antes de* é parafraseável por *mais cedo do que* e *depois de* por *mais tarde do que*. Contudo, em (73) estamos perante frases subordinadas adverbiais temporais de nexos comparativo.

- (72) (a) A Maria leu esse livro *antes/depois* da Ana.  
 (b) A Maria leu o livro *antes/depois* do jornal.  
 (73) (a) A Maria leu esse livro *antes/depois* de a Ana o ter lido.  
 (b) A Maria leu o livro *antes/depois* de ter lido o jornal.

A possibilidade de confrontarmos (72) com (73) sugeriria que em (72) estamos perante frases elípticas. Porém, a marginalidade de (74a) face à boa-for-

<sup>(39)</sup> Repare-se, no entanto, que parece possível manter que, nestas estruturas, os conectores *que / do que* continuam a ser de coordenação, na medida em que não são os constituintes iniciados por estes conectores que são movidos. Assim, o que esta construção sugere é que a estrutura coordenada se inicia com o advérbio *mais* e que é ele o único representante expresso do primeiro membro coordenado.

mação de (74b) indicia que, de um ponto de vista sintáctico, as expressões que seguem a locução adverbial de tempo são sintagmas preposicionados e não frases na medida em que só a forma oblíqua do pronome pessoal é admitida, diferentemente do que acontece na frase subordinada em (74c).

- (74) (a) \*A Maria leu esse livro *antes/depois* de eu.  
 (b) A Maria leu esse livro *antes/depois* de mim.  
 (c) A Maria leu esse livro *antes/depois* de eu (/mim) ler.

### D. Comparativas-Condicionais<sup>(40)</sup>

As **Comparativas-Condicionais** são introduzidas pelo conector *como se*, de valor simultaneamente comparativo e condicional. Surgem frequentemente em enunciados de valor contrafactual mas podem também ter um valor hipotético.

- (75) (a) As meninas dão-se *como se* se conhecessem há muito tempo.  
 (b) Ela conduz *como se* a rua fosse toda dela.  
 (c) A Maria está muito assustada *como se* algo de terrível tivesse acontecido.

Em (75a) e (75b) a proposição contida no antecedente — que se verifica no mundo real — é apresentada como possuindo propriedades idênticas (daí o *como*) às que teria se se verificasse no mundo alternativo seleccionado pelo conseqüente. Deste modo, é possível continuar o enunciado com uma oração adversativa, o que mostra o carácter contrafactual dos exemplos (cf. (76a) e (76b)):

- (76) (a) As meninas dão-se *como se* se conhecessem há muito tempo, mas não se conhecem...  
 (b) Ela conduz *como se* a rua fosse toda dela, mas não é...

No entanto, (75c) pode ter duas leituras, que em grande parte dependem do nosso conhecimento do mundo: uma leitura hipotética e uma leitura contrafactual. No primeiro caso, a frase pode ser continuada por uma coordenada que retome o conteúdo da segunda oração:

<sup>(40)</sup> Sobre *como se* ver Montolíó (1999: 3679-81). Referência a esta construção era já feita em Mateus et alii 1989, 1992: 303.

- (77) A Maria está muito assustada como se algo de terrível tivesse acontecido e talvez tenha ...

Quando apresenta uma leitura contrafactual, a frase pode ser continuada com uma coordenada adversativa, como em (78):

- (78) A Maria está muito assustada como se algo de terrível tivesse acontecido, mas não aconteceu ...

O comportamento sintáctico das frases comparativas-condicionais não permite incluí-las consistentemente num tipo de frases. Com efeito, como as adverbiais, e diferentemente das comparativas canónicas, estas frases admitem a clivagem — vejam-se os exemplos em (79):

- (79) (a) *É como se a rua fosse toda dela* que ela conduz.  
(b) *É como se se conhecessem há muito tempo* que elas se dão.  
(c) *É como se algo de terrível tivesse acontecido* que a Maria está assustada.

Porém, em oposição ao que acontece com as adverbiais, as comparativas-condicionais, tal como as comparativas canónicas, não apresentam mobilidade (cf. (80)):

- (80) (a) \**Como se a rua fosse toda dela*, a Maria conduz.  
(b) \**Como se se conhecessem há muito tempo* as meninas dão-se.  
(c) \**Como se algo de terrível tivesse acontecido* a Maria está assustada.

Em suma, de um ponto de vista sintáctico, as *comparativas-condicionais* apresentam um comportamento misto entre as adverbiais e as comparativas canónicas.

## 18.2. Orações consecutivas

Designam-se **consecutivas** as orações que exprimem uma consequência da intensidade de uma qualidade, da quantidade de um objecto, da qualidade de um processo descritos na oração matriz.

A tradição gramatical considera como consecutivas apenas as orações iniciadas por *que* na dependência de *tal*, *tão*, *tanto*, *tamanho* e ainda as orações iniciadas pelas locuções conjuncionais *de forma que*, *de maneira que*, *de modo que*, *de sorte que*.

Embora tais orações sejam de facto as consecutivas típicas, é importante relacioná-las com outras que se aproximam quanto ao significado, em particular, as consecutivas infinitivas, contendo expressões como *suficiente*, *bastante ... para* <sup>(41)</sup>; e certas orações coordenadas conclusivas, iniciadas por conectores como *logo*, *por isso*, *portanto...* <sup>(42)</sup>

Vamos analisar aqui apenas os dois primeiros tipos.

### 18.2.1. Consecutivas de intensidade

Designaremos **consecutivas de intensidade** <sup>(43)</sup> as orações iniciadas por *que* na dependência de palavras que exprimem a intensidade / a quantidade e *que*, por vezes, coincidem com as que exprimem o grau: *tal*, *tão*, *tanto*, *tamanho*.

Já vimos acima que as consecutivas exprimem uma consequência da intensidade de uma qualidade, da quantidade de um objecto, da qualidade de um processo descritos na oração matriz. Assim, tais orações podem ocorrer na dependência de adjectivos ((1) e (2)), nomes ((3) e (4)), verbos (5), advérbios ((6) e (7)):

- (1) O Luís é tão inteligente que descobriu de imediato a solução do problema.
- (2) Este filme é tão cómico que os espectadores riem todo o tempo.
- (3) O barulho foi tal que as pessoas se assustaram.
- (4) O António tem tantos livros que vai fazer um seguro.
- (5) A rapariga emagreceu tanto que não tem roupa que lhe sirva.
- (6) O João guia tão depressa que já teve várias vezes problemas com a polícia.
- (7) Ela trabalhou tão bem que escreveu dois capítulos da tese.

<sup>(41)</sup> Cf. Mateus *et alii* (1983-1989, cap. 12.7) onde estas orações são designadas “complementos frásicos introduzidos por advérbios quantificadores”; Álvarez (1999) utiliza a designação “comparativas-consecutivas” para as construções de *tanto*, *suficiente*, *bastante ... como para* em espanhol.

<sup>(42)</sup> Fonseca (1994) mostra, de forma convincente, que, apesar de os enunciados em que surgem as orações consecutivas terem uma “dimensão saliente de causalidade” e poderem ser aproximadas das conclusivas e das causais, eles não têm esse valor como central. E apresenta outros valores semântico-pragmáticos que caracterizam as orações consecutivas típicas (*x é tão alto que...*), entre os quais se destacam os seguintes: os enunciados são usados para “a asserção do encarecimento do estado de coisas configurado” na primeira proposição através da expressão de quantificadores / intensificadores; há uma orientação enfatizante, o que as aproxima das comparativas emblemáticas ou polares como *alto como uma torre*; a primeira proposição tem um carácter catafórico; os enunciados contendo consecutivas têm um claro valor argumentativo.

<sup>(43)</sup> Tiramós de Álvarez (1999) esta designação.

Os adjectivos, os verbos e os advérbios que podem surgir em consecutivas, tal como nas comparativas, são graduáveis, exprimindo propriedades de indivíduos, processos ou propriedades de processos concebidos como tendo valores numa certa escala. Assim, surgem em consecutivas os adjectivos dinâmicos, não estativos (*diligente, trabalhador*), os de medida (*alto, grande*) e os valorativos (*bom, alegre*)<sup>(44)</sup>; os verbos que têm um argumento implícito quantificável como *trabalhar, dançar*, os que exprimem *mudança de estado*, como *emagrecer, envelhecer, empalidecer*; os advérbios como *depressa, longe, bem*.

A tradição gramatical inclui as consecutivas no grupo das orações subordinadas. Vamos ver se o seu comportamento sintáctico confirma ou não essa inclusão<sup>(45)</sup>.

(i) O segundo membro da construção, a oração consecutiva, é por definição frásico e não sintagmático, não podendo ser substituído por um pronome de valor anafórico, diferindo das comparativas, como vimos em 18.1.:

- (8) \*O Luís é tão inteligente que a Maria.  
 (9) \*O Luís é tão inteligente que isso.

Este comportamento mostra que o morfema *que* é um complementador e não um conector do mesmo tipo do das comparativas.

(ii) As orações consecutivas não podem ser objecto de clivagem (cf. (10a)) nem têm mobilidade (cf. (10b)), o que as aproxima das relativas (11) e das comparativas (12) e as distingue das subordinadas adverbiais (cf. capítulo 17)<sup>(46)</sup>:

- (10) (a) \*Ela trabalhou tão bem *é* que escreveu dois capítulos da tese.  
 (b) \*Que escreveu dois capítulos da tese ela trabalhou tão bem.  
 (11) (a) O romance que comprei na semana passada já esgotou.  
 (b) \*O romance *é* que comprei na semana passada já esgotou.  
 (c) \*O romance já esgotou que comprei na semana passada.

<sup>(44)</sup> Sobre este assunto ver 11.3.

<sup>(45)</sup> Fonseca (1994) põe em causa o carácter subordinado das consecutivas, mas não apresenta alternativas.

<sup>(46)</sup> Cf. Quirk *et alii* (1985), Peres (1997a). Em línguas como o inglês as relativas podem ser extrapostas (ver capítulo 16). Quanto às completivas, elas podem ser deslocáveis em certas circunstâncias e podem ser objecto de clivagem por *é, foi*:

- (i) Surpreendeu-me que ela tenha entrado em Medicina / Que ela tenha entrado em Medicina surpreendeu-me.  
 (ii) Surpreendeu-me foi que ela tenha entrado em Medicina.

- (12) (a) \*Foi como a Maria requisitou na biblioteca que o Pedro comprou tantos livros na livraria.  
 (b) \*Do que o João é trabalhador, o Luís é mais inteligente.

(iii) As orações consecutivas não são adjuntos nem a SV nem à oração matriz, como as subordinadas adverbiais:

Esta natureza pode ser verificada pelo comportamento das consecutivas face ao teste de pergunta com *fazer / acontecer*:

- (13) Ela trabalhou tão bem que escreveu dois capítulos da tese.  
 (14) \*O que ela fez que escreveu dois capítulos da tese? Trabalhou tão bem.

Verifica-se que não é possível incluir a consecutiva na pergunta e responder com o resto da construção.

Quanto ao teste que envolve a interpretação referencial de sujeitos nulos numa oração, relativamente à interpretação dos sujeitos da outra oração, podemos verificar que a leitura co-referencial é impossível, o que aproxima as orações consecutivas da subordinação completiva e as afasta das orações subordinadas adverbiais:

- (15) \*[-]<sub>i</sub> trabalhou tão bem que [a rapariga]<sub>i</sub> escreveu dois capítulos da tese.  
 (16) \*[-]<sub>i</sub> disse que [a rapariga]<sub>i</sub> vinha cansada.  
 (17) Embora [-]<sub>i</sub> estivesse cansada, [a rapariga]<sub>i</sub> disse que ia sair.

Estes comportamentos mostram que as consecutivas não são subordinadas adverbiais.

(iv) As orações consecutivas são caracterizadas pela relação com os sintagmas de que dependem; por isso, integram-se no SN, no SAdj, no SAdv ou no SV da oração matriz. Esta dependência em relação à expressão de intensidade/quantidade da oração matriz é verificada pelo facto de tal expressão não poder ser suprimida:

- (18) \*Este filme é cómico que os espectadores riem todo o tempo.  
 (19) \*O barulho foi que as pessoas se assustaram.  
 (20) \*O António tem livros que vai fazer um seguro.  
 (21) \*Ela trabalhou bem que escreveu dois capítulos da tese.  
 (22) \*A rapariga emagreceu que não tem roupa que lhe sirva.



A estreita correlação entre a expressão de intensidade / quantidade e a oração consecutiva é ainda confirmada pelo facto de, se se usar *tão, tal, tamanho*, só poderemos ter *que*; usando-se *bastante, suficiente*, só pode ocorrer *para* (cf. 18.2.2):

- (23) Ela tem livros suficientes para agora trabalhar sozinha.
- (24) \*Ela tem livros suficientes que trabalha sozinha.
- (25) Ela tem tantos livros que pode agora trabalhar sozinha.
- (26) \*Ela tem tantos livros para agora trabalhar sozinha.

A oração consecutiva, em qualquer das suas formas, é, portanto, legitimada pela expressão de grau / quantidade<sup>(47)</sup>. Ora, tal legitimação é muito parecida com a relação entre os determinantes presentes no SN e as oração relativas<sup>(48)</sup>:

- (27) O meu livro, que vês aí, foi caro. (não restritiva).
- (28) ?O meu livro que vês aí foi caro. (pouco natural como restritiva)
- (29) O livro que vês aí foi caro. (restritiva)
- (30) ?O livro, que vês aí, foi caro. (pouco natural como não restritiva)
- (31) Livros que não se vendam nos primeiros três meses são fiascos. (restritiva)
- (32) \*Livros, que não se vendam nos primeiros três meses, são fiascos. (não restritiva)

<sup>(47)</sup> Cf. Abney (1987, capítulo 4); Fonseca (1994: 134) Fonseca parte desta interdependência para afirmar que a conjunção *que* forma com as palavras de quantidade / intensidade "morfemas descontínuos".

<sup>(48)</sup> Selkirk (1977) considerava que tanto a oração comparada como a oração consecutiva eram geradas como adjacentes à expressão de grau, sendo extrapostas obrigatoriamente para o fim do SAdj; mas a extraposição é um movimento à direita difícil de motivar; por isso, devem ser propostas alternativas. Abney (1987: capítulo 4) defendeu que, tal como no SN se justifica a existência de duas categorias funcionais D (Det) e Q (Quantificador), também no SAdj se justifica a existência de duas categorias GRAU e Q. Nesta concepção, a categoria tradicionalmente designada SAdj é SGRAU, a projecção de GRAU, ocupada por advérbios de quantidade ou de intensidade; a parte lexical da categoria é então descrita como SAdj, constituída por Adj e os seus complementos, se existirem. Nesta análise, comparativas e consecutivas são geradas como nós "irmãos" de GRAU e do SAdj (à direita destes), o que dispensa a extraposição. Esta última proposta permite a ramificação ternária do SGRAU, o que é discutível. Abney considerava ainda que relativas e consecutivas são projectadas em estruturas paralelas.

A existência de frases ambíguas, como (33a)<sup>(49)</sup> entre a natureza relativa e a de consecutiva aproxima de novo os dois tipos de construção<sup>(50)</sup>:

- (33) (a) Tenho uma casa que abriga muita gente.
- (b) Tenho uma casa tal que abriga muita gente.

(v) Mas há importantes propriedades que diferenciam as consecutivas das orações relativas:

- a. como já foi várias vezes mencionado, as consecutivas requerem a presença de uma expressão de intensidade / quantidade;
- b. as consecutivas podem depender de um SN, de um SA, de um SAdv ou de um SV;
- c. o morfema *que* consecutivo não tem nenhuma função no interior da oração que inicia, enquanto o *que* relativo tem a função de sujeito ou de objecto directo correspondendo-lhe um vazio no interior da oração (cf. capítulo 16)<sup>(51)</sup>.

Todos estes comportamentos permitem concluir que as consecutivas diferem das comparativas pelo facto de o *que* ser um complementador; distinguem-se das subordinadas adverbiais por não serem deslocáveis e não poderem ser objecto de clivagem; têm afinidades, mas também diferenças importantes, com as relativas.

Atente-se agora nas construções em (34) e (35):

- (34) (a) Gritavam que era um horror.
- (b) Gritavam (tanto) que era um horror.
- (35) (a) As batatas? Estão que se comem!<sup>(52)</sup>
- (b) As batatas? Estão (tão boas) que se comem!

<sup>(49)</sup> Exemplo retirado de Mateus *et alii* (1983/1989: 297). Ver também Cunha e Cintra (1984: 583), que dão inúmeros exemplos de consecutivas em que a expressão de intensidade não está expressa.

<sup>(50)</sup> Sobre a aproximação entre consecutivas e relativas ver Álvarez (1999: 3772-3780). Este autor chega a considerar que entre as relativas e as consecutivas há por vezes apenas diferenças prosódicas.

<sup>(51)</sup> Sobre *que* relativo ver Mateus *et alii* (1983/1989: capítulo 12.2) e Brito (1991: capítulo 3), em que se tenta aproximar o relativo do conector geral de subordinação. A ser verdade esta aproximação, então poder-se-ia propor que há um mesmo conector de subordinação que adquire diferentes valores consoante tem interpretação anafórica (o relativo), consoante surge em descontinuidade em relação a uma expressão de intensidade explícita ou encoberta (*que* consecutivo), etc.

<sup>(52)</sup> Sobre este tipo de consecutivas em espanhol ver Álvarez (1999: 3756-3757).

Reparamos que a expressão de intensidade / quantidade pode estar implícita com outras categorias, para além do SN, como tínhamos visto em relação a (33).

Disse-se acima que as orações consecutivas não podem ser antepostas dada a estreita relação que o *que* mantém com a expressão de grau / quantidade:

- (36) (a) Estava um dia tão lindo que fomos sair.  
(b) \*Que fomos sair estava um dia tão lindo.

Ora, se a construção não comportar *que*, a anteposição da oração de sentido consecutivo é possível<sup>(53)</sup>:

- (37) Ninguém foi à praia, de tal modo era o frio / tão grande era o frio / tanto era o frio.

### 18.2.2. Consecutivas infinitivas

Referimos já a existência de orações **consecutivas infinitivas**, antecidas por expressões de quantidade como *suficiente*, *bastante*, *demasiado*<sup>(54)</sup> e iniciadas por *para*.

Tal como as consecutivas de intensidade típicas, este tipo de orações pode envolver adjectivos ((38)-(39)), nomes (40)-(41)), verbos (42) e advérbios (43):

- (38) (a) O João é suficientemente trabalhador para aguentar esse emprego.  
(b) O João é trabalhador o suficiente para aguentar esse emprego.  
(c) O João é bastante trabalhador para aguentar esse emprego.  
(d) O João é trabalhador bastante para aguentar esse emprego.  
(39) (a) Elas são demasiado corajosas para se irem abaixo com esse contratempo.  
(b) Elas são corajosas demais para se irem abaixo com esse contratempo.

<sup>(53)</sup> Exemplo e comentário de Fonseca (1994:155).

<sup>(54)</sup> *Bastante* pode surgir sem que uma oração consecutiva-infinitiva esteja expressa, como em (i):

(i) O João é bastante trabalhador para a sua idade.

A frase (i) significa que o individual *o João* possui a qualidade de ser *trabalhador* relativamente a um padrão definido pelo SN, a *sua idade*; não há aqui nexo de causa-consequência e por isso estes exemplos devem ser excluídos das consecutivas (ver Fonseca, 1994: 176). Refira-se, a este propósito, que *bastante* serve igualmente para exprimir o grau elevado (o superlativo absoluto) como em (ii):

(ii) O João é bastante inteligente (= o João é muito inteligente).

- (40) O Luís tem livros suficientes para comprar uma estante nova.  
(41) Tenho demasiada fome para conseguir apreciar o teu cozinhado.  
(42) Os miúdos comeram o suficiente / suficientemente para estarem satisfeitos.  
(43) Ela cantou suficientemente bem para ser contratada.

Repare-se que em todos estes exemplos há uma relação de causa-consequência, de qualquer modo menos forte do que nas consecutivas de intensidade e por isso os exemplos apresentados podem ser aproximados dos seguintes<sup>(55)</sup>:

- (38') O João é tão trabalhador que vai aguentar esse emprego.  
(39') Elas são tão corajosas que não vão abaixo com esse contratempo.  
(40') O Luís tem tantos livros que vai comprar uma estante nova.  
(41') Tenho tanta fome que não conseguirei apreciar o teu cozinhado.  
(42') Os miúdos comeram tanto que estão satisfeitos.  
(43') Ela cantou tão bem que será contratada.

Vejamos algumas propriedades sintácticas deste tipo de orações, que permitam verificar ou não o seu estatuto subordinado:

(i) As orações não podem ser destacadas por clivagem e não têm mobilidade:

- (44) \*Os meninos comeram o suficiente *é* para estarem satisfeitos.  
(≠ O que eles comeram *é* para estarem satisfeitos).  
(45) \*Para estarem satisfeitos os meninos comeram o suficiente.

(ii) As orações de *para* não são adjuntos, como é possível provar pela agramaticalidade dos exemplos seguintes, na leitura de consecutiva, que é a única relevante para o tema em discussão:

- (46) # O que é que os meninos fizeram para estarem satisfeitos? Comeram o suficiente / bastante.  
(A frase é bem formada com uma leitura de fim, de propósito)  
(47) # O que é que o João faz para aguentar este emprego? Trabalha suficientemente / o suficiente.

<sup>(55)</sup> Para uma análise semântico-pragmática deste tipo de exemplos ver de novo Fonseca (1994).

(iii) Tal como as consecutivas de intensidade, as consecutivas infinitivas são características pela dependência em relação à expressão de intensidade / de quantidade da oração matriz; tal expressão não é, em geral, suprimível; a sua supressão leva quase sempre a uma leitura não consecutiva, de fim ou de propósito:

- (48) ?O João é trabalhador para aguentar esse emprego.
- (49) ?Elas são corajosas para se irem abaixo com esse contratempo.
- (50) ?O Luís tem livros para comprar uma estante nova.
- (51) ?Tenho fome para conseguir apreciar o teu cozinhado.
- (52) ?Os miúdos comeram para estarem satisfeitos.
- (53) ?Ela cantou bem para ser contratada.

Os comportamentos apresentados evidenciam que as consecutivas infinitivas são orações subordinadas, integradas, conforme os casos, no SN, no SADJ, no SADV ou no SV da oração matriz. Tal como nas consecutivas de intensidade, há uma estreita relação entre as expressões de quantificação referidas e o conector *para*.

### 18.3. Orações conformativas

A tradição gramatical designa **conformativas** as orações iniciadas por certos conectores como *conforme*, *como* (=conforme), *segundo*, *consoante*:

- (1) (a) A Maria fala conforme escreve.
- (b) A Maria fala como escreve.

Ao contrário das orações comparativas, as orações conformativas são deslocáveis (cf. (2)), podem ser objecto de clivagem (como em (3)) e são adjuntos (cf. (4)):

- (2) (a) Conforme [-], escreve, [a Maria], fala.
- (b) Como [-], escreve, [a Maria], fala.
- (3) (a) A Maria fala é conforme escreve.
- (b) A Maria fala é como escreve.
- (4) (a) O que é que a Maria faz conforme escreve? A Maria fala.
- (b) O que é que a Maria faz como escreve? A Maria fala.

Quanto à interpretação de sujeitos nulos da oração conformativa relativamente à interpretação dos sujeitos da outra oração, a leitura co-referencial é possível, como mostra a boa formação dos exemplos (2).

Quer dizer, as conformativas partilham com as subordinadas adverbiais de algumas propriedades. Isso parece dever-se ao facto de a oração conformativa, tal como as subordinadas adverbiais, ser iniciada por um conector isolado, isto é, que não está em descontinuidade com outros elementos. Mas, diferentemente das subordinadas adverbiais, há nestas construções uma comparação implícita entre as propriedades de dois estados de coisas expressos nas duas proposições, de que resulta entre ambas uma relação de semelhança ou de conformidade<sup>(56)</sup>. Assim, é sempre possível fazer corresponder aos exemplos apresentados uma paráfrase do tipo<sup>(57)</sup>:

- (1) (a') A Maria fala *de um modo* que é conforme / semelhante ao modo como escreve.

No entanto, há uma diferença entre os conectores que iniciam estas orações: enquanto *tal* pode co-ocorrer com *como* e com *qual* (nesse caso, o conector é correlativo), como em (1b'), o mesmo não acontece com os outros conectores:

- (1) (b') A Maria fala *tal como* escreve / A Maria fala *tal qual* escreve.
- (4) \*A Maria fala *tal conforme* escreve.
- (5) \*A Maria fala *tal segundo* escreve.
- (6) \*A Maria fala *tal consoante* escreve.

Repare-se ainda que nestas frases não há qualquer juízo quanto à qualidade positiva ou negativa do estado de coisas descrito na oração conformativa.

Disse-se acima que estas orações são caracterizadas pela mobilidade, tal como é ilustrado, de novo, pelos exemplos em (7); no caso de a oração comportar os conectores *tal como* / *tal qual*, a mobilidade afecta esse conector por inteiro, como é evidenciado pelo contraste entre (8b) e (8c)<sup>(58)</sup>:

- (7) (a) A decoradora arranjou a sala conforme lhe recomendaram.
- (b) Conforme lhe recomendaram, a decoradora arranjou a sala.

<sup>(56)</sup> Para uma análise semântica ver Lopes, O. (1991).

<sup>(57)</sup> Dá também uma aproximação com as orações relativas, sugerida em Mateus *et alii* (1983/1989: 297-298), Mória (2001) e Peres e Mória (1995: 353-361).

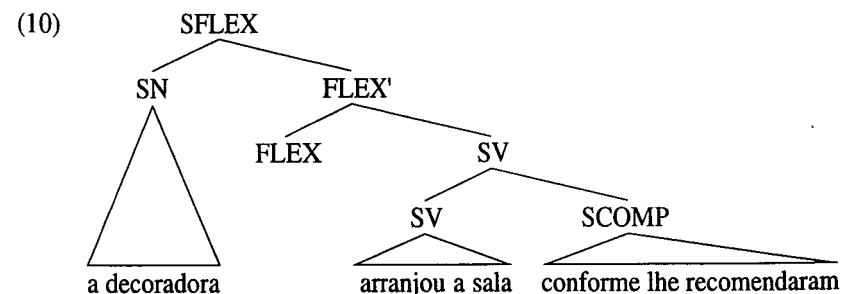
<sup>(58)</sup> Os exemplos e a explicação de natureza semântica são de Lopes, O. (1991).

- (8) (a) A decoradora arranjou a sala *tal como* lhe recomendaram.  
 (b) *Tal como* lhe recomendaram, a decoradora arranjou a sala.  
 (c) \**Como* lhe recomendaram, a decoradora arranjou a sala *tal*.

As frases em (a) e (b) de (7) e (8) não são exactamente sinónimas; de facto, em (7a) e (8a) a conformidade verifica-se entre a forma do arranjo feito pela decoradora e a forma do arranjo tal como foi recomendado, por hipótese, pelos donos da casa; enquanto em (7b) e (8b) a conformidade é entre o estado de coisas descrito na oração matriz e o estado de coisas descrito na oração conformativa, sendo simplesmente a situação descrita na oração matriz o objecto da recomendação. Assim, estas frases têm paráfrases diferentes: (9a) é uma paráfrase possível de (7a) e de (8a), enquanto (9b) é uma paráfrase de (7b) e de (8b):

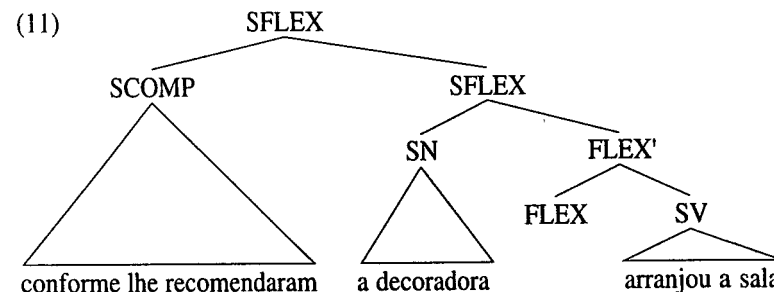
- (9) (a) A decoradora arranjou a sala da maneira como lhe recomendaram que fizesse <sup>(59)</sup>.  
 (b) Recomendaram à decoradora que ela arranjasse a sala e ela fê-lo.

Ora, tal diferença semântica está intimamente relacionada com a estrutura sintáctica; de facto, em (7a) estamos na presença de uma oração que é adjunto a SV e, por isso, a sua leitura é a de maneira; (10) descreve, em linhas muito simplificadas, a estrutura de (7a):



Enquanto as frases (7b) e (8b) têm, também em termos gerais, a estrutura descrita em (11), com a oração conformativa em adjunção a F (SFLEX) à esquerda:

<sup>(59)</sup> O paralelo com estas frases mostra que há certamente uma parte elíptica nas construções (7) e (8).



#### 18.4. Orações proporcionais

São designadas **proporcionais** as orações que comportam ou conectores descontínuos, correlativos, do tipo de *quanto mais...* (*tanto mais*, *quanto mais ... (tanto) menos*, ou conectores isolados como *à medida que*, *à proporção que*, *enquanto*.

Neste tipo de construções, confrontam-se graus de intensidade de duas propriedades (como em (1)) ou de dois estados de coisas (como em (2) e (3)) ou quantidades de duas entidades referidas (como em (4)), estabelecendo-se entre eles uma relação de proporcionalidade:

- (1) Quanto mais trabalhador fores, melhor aluno serás.
- (2) Quanto mais se avança na montanha, mais difícil se torna a respiração.
- (3) À medida que as pessoas avançam na montanha, a respiração torna-se mais difícil.
- (4) Quanto mais chocolate comeres, mais terás problemas com o colesterol.

A relação de proporcionalidade é clara quando os conectores são correlativos, descontínuos (*quanto mais ... tanto mais*) mas ela também existe com os conectores não correlativos (*à medida que*, *à proporção que*), por vezes associada a um valor temporal, como é o caso de *enquanto*:

- (5) Enquanto as pessoas avançam na montanha, a respiração torna-se mais difícil.

Do ponto de vista sintáctico, mais uma vez a natureza descontínua ou não descontínua dos conectores tem repercussões no comportamento sintáctico destas construções.

Assim, as orações com conectores descontínuos como (6) não são deslocáveis (cf. (7)), não são objecto de clivagem (cf. (8)) e não são adjuntos à oração matriz (cf. (9)):

- (6) Quanto mais os pais ralham, mais as crianças fazem pior.
- (7) \*Mais as crianças fazem pior quanto mais os pais ralham.
- (8) \*É quanto mais os pais ralham que mais as crianças fazem pior.
- (9) \*O que é que os pais fazem mais eles fazem pior? Quanto mais ralham.

Vejam agora como se comportam estas orações relativamente à interpretação dos sujeitos nulos:

- (10) Quanto mais [-]<sub>i</sub> se cansam, mais [eles]<sub>i</sub> fazem pior.
- (11) À medida que [-]<sub>i</sub> avançam na montanha, [as pessoas]<sub>i</sub> ficam mais cansados.

Neste aspecto, as orações proporcionais são paralelas às subordinadas adverbiais.

Quanto às orações proporcionais iniciadas por conectores isolados (não correlativos) como o exemplo (3) aqui repetido como (12), vemos que são deslocáveis (cf. (13)), são objecto de clivagem (cf. (14)) e são adjuntos (cf. (15)):

- (12) À medida que as pessoas avançam na montanha, a respiração torna-se mais difícil.
- (13) A respiração torna-se mais difícil à medida que as pessoas avançam na montanha.
- (14) É à medida que as pessoas avançam na montanha que a respiração se torna mais difícil.
- (15) O que é que acontece à medida que nós avançamos na montanha? A respiração torna-se mais difícil.

A gramaticalidade dos exemplos mostra que este segundo tipo de orações proporcionais tem o estatuto de adjunto, aproximando-se das subordinadas adverbiais; mas por comportarem conectores que exprimem uma quantificação / grau integram-se nas construções de gradação.

Em síntese: neste capítulo foram estudadas várias construções de comparação e de gradação. Embora aproximáveis por propriedades semânticas e por conterem expressões de quantificação e de grau, não são sintacticamente homogêneas, aproximando-se umas de estruturas de coordenação, outras de estruturas de subordinação.

### Índice

#### 19. Aspectos sintácticos da negação

- 19.1. As unidades negativas e os constituintes negados
  - 19.1.1. Os marcadores de negação: *não*, *nem* e *sem*
  - 19.1.2. Os quantificadores negativos
- 19.2. A posição dos marcadores de negação
  - 19.2.1. Colocação de *não*
  - 19.2.2. Colocação de *sem*
  - 19.2.3. Colocação de *nem* coordenativo
- 19.3. A polaridade das unidades que expressam a negação
  - 19.3.1. Os marcadores de negação e a polaridade negativa
  - 19.3.2. A polaridade das frases e o escopo do marcador de negação
  - 19.3.3. Negação frásica e foco da negação
  - 19.3.4. A negação expletiva
  - 19.3.5. Os sintagmas com quantificadores negativos
  - 19.3.6. As palavras de polaridade não-especificada
- 19.4. A Concordância Negativa
  - 19.4.1. *Concordância Negativa* em domínios frásicos e sintagmáticos simples
  - 19.4.2. *Concordância Negativa* através de fronteiras frásicas

Podemos caracterizar a **negação** nas línguas naturais como uma operação que, actuando sobre uma expressão linguística, permite denotar quer a inexistência da situação ou entidade originariamente reportadas por essa unidade, quer o valor oposto da propriedade ou quantidade por ela designadas. Os exemplos (1) e (2) ilustram o primeiro caso, (3) e (4) o segundo.

- (1) (a) As obras *não* vão acabar antes de Janeiro.
- (b) Os meteorologistas *não* pensam que o tempo se agrave nas próximas horas.
- (2) (a) As crianças não telefonaram *a nenhum* amigo hoje.
- (b) *Ninguém* comprou o jornal.
- (3)       Trata-se de um problema de *não* fácil resolução
- (4) (a) *Nem todas* as propostas foram aprovadas pela assembleia.
- (b) Ele vai ouvir *não poucos* ralhos por ter desobedecido.

Assim, (1) e (2) podem ser interpretados como (5) e (6), enquanto (3) e (4) têm aproximadamente paráfrases como (7) e (8):

- (5) (a) *Não se vai verificar a situação de* as obras acabarem antes de Janeiro.
- (b) *Não se verifica a situação de* os meteorologistas *pensarem* que o tempo se agrava nas próximas horas.

- (6) (a) *Não existe sequer um amigo* a que as crianças tenham telefonado hoje.  
 (b) *Não existe sequer uma pessoa* que tenha comprado o jornal.
- (7) Trata-se de um problema de *difícil* resolução.
- (8) (a) *Algumas* propostas foram aprovadas pela assembleia.  
 (b) Ele vai ouvir *muitos* ralhos por ter desobedecido.

O valor negativo ou positivo presente nas expressões linguísticas é frequentemente designado como **polaridade**, respectivamente, *polaridade negativa* ou *positiva*. No português a polaridade positiva é raramente assinalada pela presença de um marcador específico. Assim, por defeito, todas as expressões linguísticas que não contenham nenhum elemento negativo exibem polaridade afirmativa (cf. (9a) e (9b)). De facto, a partícula *sim*, o marcador de polaridade positiva por excelência, só ocorre em contextos muito restritos — respostas a perguntas (cf. (9c)) e frases ou sintagmas coordenados exibindo contraste de polaridade (cf. (9d) e (9e)).

- (9) (a) As obras vão acabar antes de Janeiro.  
 (b) Os meteorologistas pensam que o tempo se agrava nas próximas horas.  
 (c) As obras vão acabar antes de Janeiro? — *Sim*, vão.  
 (d) Os livros não foram ainda transferidos para a nova biblioteca mas as revistas *sim* (, já foram).  
 (e) [Não as revistas mas *sim* os dicionários] podem ser consultados por todos.

A polaridade negativa, pelo contrário, requer explicitamente a presença de elementos negativos.

## 19.1. As unidades negativas e os constituintes negados

Nos constituintes negados, a polaridade negativa decorre da presença de certas unidades, os *marcadores de negação* e os *quantificadores negativos* <sup>(1)</sup>.

<sup>(1)</sup> Estamos a referir-nos a itens lexicais como *ninguém, nenhum, nada, nunca*. Note-se, porém, que o seu estatuto quantificacional tem sido alvo de debate. Assim, por exemplo, Zanuttini (1991), Laka (1990) e Beghelli e Stowell (1997) assumem a sua natureza quantificacional (universal ou existencial), enquanto Desprez (1997) defende que são sintagmas indefinidos de valor quantificacional variável.

### 19.1.1. Os marcadores de negação: *não, nem e sem*

Os marcadores negativos são núcleos que negam as unidades sobre que têm escopo. O português europeu apresenta três marcadores de negação fundamentais que ocorrem em domínios estruturais diversos — *não, nem e sem* <sup>(2)</sup>.

#### *Não*

*Não* é o marcador de negação mais generalizado: para além de ser o marcador prototípico da negação frásica, pode negar sintagmas ou itens lexicais, como exemplificado respectivamente em (1), (2) e (3), seguintes:

- (1) Nós *não comprámos esse livro*.  
 (2) (a) Os professores mas *não os alunos* participaram nesse congresso.  
 (b) Ele falou de um assunto *não especialmente agradável para a Maria*.  
 (3) (a) Essa situação coloca-nos um problema *não-resolúvel*.  
 (b) O réu declarou-se *não-culpado*.

Em (1), a negação tem escopo sobre o predicado, *comprámos esse livro*. Em (2a), o constituinte negado é o sintagma nominal *os alunos*, que é posto em contraste com o constituinte nominal *os professores*, formando ambos, por coordenação, o sujeito da frase; em (2b) nega-se o constituinte *especialmente agradável para a Maria*. Em (3) a negação afecta apenas a palavra a que está associado (*resolúvel, culpado*); neste último caso *não* funciona como um afixo <sup>(3)</sup> que, por vezes, comuta com prefixos de negação <sup>(4)</sup>, como *i(n)* em (4), sendo a sua natureza como componente da palavra materializada graficamente pela presença de um hífen (veja-se (3)).

- (4) Essa situação coloca-nos um problema irresolúvel.

<sup>(2)</sup> Advérbios como *cá e lá*, adjacentes à direita ao verbo flexionado, também podem marginalmente funcionar como marcadores de negação frásica em exclamativas:

- (i) Eu quero *cá* ver esse filme!  
 (ii) Ele tem *lá* tido paciência para passear com as crianças!

<sup>(3)</sup> Este mesmo uso do marcador de negação *não* é referido em Correia Ferreira (1992) e Gonçalves (1994).

<sup>(4)</sup> Em Mateus et alii (1992) são apresentados como prefixos de negação: *ab-*, *abs-*, *a-*, *de-*, *des-*, *in-*, *i-*, *ir-*, *anti-* os quais são ilustrados por exemplos como os seguintes:

- (i) Nomes: impossibilidade; inacção, desconcerto.  
 (ii) Adjectivos: anormal, impermeável, ilegal, antiaéreo.  
 (iii) Verbos: abdicar, amover, decrescer, desviar.

## Nem

*Nem* é o marcador de negação tipicamente utilizado na coordenação:

- (5) (a) Eles não leram o jornal *nem* viram o filme.  
(b) Não fomos *nem* ao cinema *nem* ao teatro.

Quando opera no domínio da coordenação, *nem* acumula as funções de conjunção e de marcador de negação, podendo ser parafraseado por *e não*, quando coordena frases, como em (6a). Porém, quando coordena sintagmas que não envolvem o núcleo verbal da frase, *nem* não pode comutar com *e não* — deste modo, os exemplos (6b) e (6c) são mal-formados.

- (6) (a) Eles não leram o jornal *e não* viram o filme.  
(b) \*Não fomos *nem* ao cinema *e não* ao teatro.  
(c) \*Não fomos *e não* ao cinema *e não* ao teatro.

Quando não é uma conjunção de coordenação, *nem* surge como modificador dos adverbiais *mesmo* e *sequer*, podendo este último encontrar-se explicitamente realizado ou subentendido (veja-se (7)).

- (7) (a) Eles não fizeram festa de aniversário, por isso *nem sequer/nem mesmo* o Paulo foi convidado!  
(b) Podes gritar à vontade, pois eu *nem* te ouço!  
(nem=*nem sequer*)  
(c) *Nem* (*sequer*) cinco pessoas compareceram à reunião.

Ocorre também como marcador de negação do quantificador *todos* (cf. (8a)). Em (8a), *todos* não poderia ser substituído por outro quantificador indicando pluralidade como mostram os exemplos impossíveis de (8).

- (8) (a) *Nem todos* os alunos compareceram à reunião<sup>(5)</sup>.  
(b) \**Nem alguns/muitos/poucos* alunos compareceram à reunião.

(<sup>5</sup>) Note-se que *Nem todos os alunos compareceram à reunião* tem uma interpretação ligeiramente diferente de *Nem sequer todos os alunos compareceram à reunião*. Esta diferença torna-se evidente em pares pergunta-resposta como os seguintes:

- (i) P: – Todos os alunos compareceram à reunião?  
R: – *Nem todos*.  
R: – \**Nem sequer todos*.

## Sem

*Sem* funciona como uma preposição de sentido negativo, como em (9), ou um complementador negativo (veja-se (10a)), que nas frases finitas integra a locução *sem que* (cf. (10b)). Pode ainda ocorrer como um afixo, como em (11):

- (9) Os alunos resolveram os exercícios *sem* a ajuda do professor.  
(10) (a) Eles partiram para férias *sem* se despedirem de nós.  
(b) Eles partiram para férias *sem que* se despedissem de nós.  
(11) (a) Os *sem-terra* revoltam-se contra o Governo central.  
(b) As manifestações de apoio aos *sem-abrigo* são particularmente visíveis no Natal.

Consoante funciona como preposição ou complementador assim *sem* assume o estatuto de marcador de negação sintagmática ou de negação frásica.

### 19.1.2. Os quantificadores negativos<sup>(6)</sup>

Para além dos sintagmas negados através de marcadores de negação, existem outros que devem a sua natureza negativa à presença de quantificadores negativos, que podem por si sós ou em combinação com nomes formar uma expressão negativa. Os exemplos (12) ilustram estes casos.

- (12) (a) *Ninguém* gosta de ser maltratado.  
(b) *Nada* satisfaz o Pedro.  
(c) *Nunca* se soube a posição exacta do navio naufragado.  
(d) [*Nenhuma* pessoa] gosta de ser maltratada.  
(e) Em [*nenhuma* ocasião] a Maria descurou as suas obrigações.

O quantificador que ocorre com o núcleo nominal realizado é preferencialmente *nenhum(a)* e pode aparecer em posição pré ou pós-nominal — confronte-se (12) e (13). Em posição pós-nominal, e exclusivamente nesta posição, surge também com sentido negativo o quantificador *algum(a)* modificando um nome no singular — veja-se (14):

(<sup>6</sup>) Veja-se a nota 1 deste capítulo.



- (13) (a) [Pessoa *nenhuma*] gosta de ser maltratada.  
 (b) Em [ocasião *nenhuma*] a Maria descurou as suas obrigações.
- (14) (a) [Pessoa *alguma*] gosta de ser maltratada.  
 (b) Em [ocasião *alguma*] a Maria descurou as suas obrigações.

## 19.2. A posição dos marcadores de negação

Os marcadores de negação padrão <sup>(7)</sup> em português europeu, precedem o constituinte que negam <sup>(8)</sup> — na negação frásica o predicado, na negação sintagmática todo o sintagma em questão, na negação lexical a palavra negada.

### 19.2.1. Colocação de *não*

Na *negação frásica*, a posição canónica do marcador de negação *não* é no início do constituinte que exprime o predicado. Assim, nos exemplos seguintes, *não* precede sempre o primeiro elemento verbal independentemente do tipo de frase envolvido (em (1), respectivamente, declarativo, interrogativo e imperativo <sup>(9)</sup>), ou de a frase apresentar *inversão da ordem Sujeito-Verbo* (como acontece em (2)) <sup>(10)</sup>.

<sup>(7)</sup> Destes estão excluídos os marcadores de negação frásica *cá* e *lá* que seguem o verbo, como referido na nota 1.

<sup>(8)</sup> De uma forma mais precisa deveríamos dizer que precedem e c-comandam. A relação de c-comando é aquela que se estabelece entre dois elementos, A e B, quando nenhum deles domina o outro e a primeira categoria que domina A, também domina B.

<sup>(9)</sup> Em português, como no espanhol (cf. Laka, 1990) e no italiano (cf. Zanuttini, 1997), o valor imperativo dos enunciados negativos é dado através das formas do modo conjuntivo.

(i) Não leias esse livro! (cf. Lê esse livro! vs. \*Leias esse livro!)

Neste aspecto, as línguas referidas diferem do francês, uma outra língua Românica, que mantém as formas de imperativo tanto para frases de polaridade negativa como para as de polaridade positiva.

(ii) Va-t-en ! / Ne t'en vas pas!

<sup>(10)</sup> Tal como *não*, *nunca* também apresenta opcionalmente este comportamento, como os exemplos em (i) e (ii) atestam. O facto de *nunca* e *não* partilharem este comportamento sintáctico levou Gonçalves (1994) a admitir que *nunca* pode funcionar em português como um núcleo marcador de negação frásica.

(i) A que aula *não* vai o João *nunca*?

(ii) A que aula *nunca* vai o João?

- (1) (a) Os países *não* têm assumido as suas obrigações na preservação do ambiente.  
 (b) O Pedro *não* tem ido às aulas ultimamente?  
 (c) *Não* trabalhes demais!
- (2) (a) *Não* telefonou ninguém durante a tua ausência.  
 (b) *Não* têm eles afirmado que as listas de espera na saúde podem desaparecer?  
 (c) A que aula *não* vai o Pedro hoje?

*Não*, enquanto marcador de negação frásica, forma com o verbo que precede — que nos complexos verbais corresponde do primeiro elemento verbal — uma unidade sintáctica que não pode ser fragmentada. Esta propriedade é atestada pelos exemplos mal formados em (3).

- (3) (a) \*Telefonou ninguém não durante a tua ausência  
 (b) \*Telefonou não ninguém durante a tua ausência  
 (c) \*Têm eles não afirmado que as listas de espera na saúde podem desaparecer.  
 (d) \*A que aula vai o Pedro não hoje? (cf. A que aula o Pedro não vai hoje?)

A existência de frases como (4a), em que *não* parece ocorrer depois do primeiro verbo, explicam-se pelo facto de *poder* ser um verbo que ainda não se auxiliarizou completamente. Este verbo modal selecciona um complemento frásico defectivo que admite negação <sup>(11)</sup>. A frase principal e a subordinada podem excepcionalmente exibir ambas negação, como ilustrado em (4b).

- (4) (a) Os alunos podem *não* ter lido esse livro!  
 (b) Os alunos *não* podem *não* ter lido esse livro, pois recomendei-nas aulas!

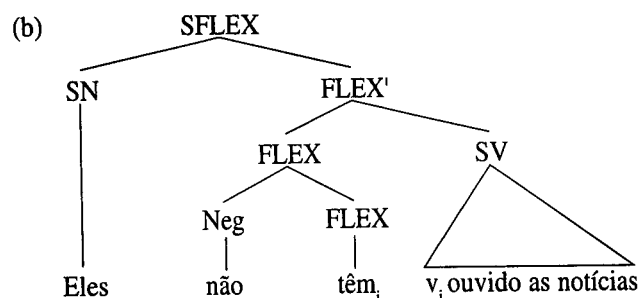
As frases em (5) corroboram a existência da unidade sintáctica formada pelo verbo e o marcador de negação frásica: *não* encontra-se em adjunção estrita ao verbo, apenas admitindo que pronomes clíticos se interponham — (5b) é mal-formado porque, por interposição do advérbio *ainda*, a negação não está adjacente ao verbo.

<sup>(11)</sup> Cf. Matos (1992: 214) e Gonçalves (1996: 36).

- (5) (a) Ela *não* lhe ofereceu ainda nenhum presente de aniversário.  
 (b) Ela ainda *não* ofereceu nenhum presente de aniversário à Rita.  
 (c) \*Ela *não* ainda *ofereceu* nenhum presente de aniversário à Rita.

A representação em (6) capta de modo esquemático a estrutura presente na negação frásica <sup>(12)</sup>: Nesta representação o marcador de negação encontra-se em adjunção a FLEX, formando com o verbo que a preenche uma unidade.

- (6) (a) Eles não têm ouvido as notícias.



O marcador de negação frásica *não* pode ser redobrado. Assim, em frases exclamativas, uma nova ocorrência de *não* pode surgir numa posição periférica pós-frásica:

- (7) (a) O António *não* diria isso à Maria, *não*!  
 (b) *Não* saio de casa hoje, *não*!

<sup>(12)</sup> A estrutura das frases negativas foi desde os finais dos anos 80 e durante a década de 90 alvo de investigação intensiva. A partir do estudo de Pollock (1989) foram propostas representações da estrutura da frase que expandem a categoria funcional Flex em dois nós distintos T(empo) e Ac(ordo). Pollock (1989) propõe ainda que o marcador de negação frásica projecte uma categoria funcional entre as projecções de T e Ac, como representado em (i).

(i) [<sub>ST</sub> T [<sub>SNeg</sub> Neg [<sub>SAC</sub> Ac [<sub>SV</sub> ]]]]

A natureza de clítico verbal ou de quase clítico do núcleo negativo levaria o núcleo negativo a elevar-se e a adjungir-se ao verbo em T, numa configuração como (i):

(i) [<sub>ST</sub> Eles [ não, [tem]]] [<sub>SNeg</sub> [ v<sub>i</sub> ] [<sub>SAC</sub> Ac [<sub>SV</sub> ]]]]

Propostas de reordenação dos sintagmas ST, SNeg e SAC foram apresentadas em Belletti (1990), Laka (1990), Zanuttini (1991, 1997) e Haegeman (1995). Para o português, veja-se Gonçalves (1994) que adopta a proposta de Belletti (1990). Para uma discussão da possibilidade de prescindir de uma projecção funcional de negação frásica ou de polaridade específica veja-se Matos (1999a, 1999b, 2001).

Do mesmo modo, antecedendo toda a frase negativa, pode haver uma instância inicial de *não*, que ocorre igualmente como periférica à frase.

- (8) *Não*, *não* queremos pensar mais nisso!  
 (9) P — Já decidiram como vão resolver essa situação?  
 R<sub>1</sub> — *Não*, *não* queremos pensar mais nisso!  
 R<sub>2</sub> — Não, não decidimos.

A primeira instância de *não* nega um fragmento de discurso prévio, como explicitado em (9), nos pares pergunta-resposta.

O marcador de negação *não* não pode surgir quando na frase existe um sintagma negativo precedendo o complexo verbal <sup>(13)</sup> — veja-se o contraste entre (10) e (11):

- (10) (a) *Nenhuma criança* viu esse filme.  
 (b) *Nunca* as crianças viram esse filme!  
 (c) *Nem todas as crianças* apreciam filmes de banda desenhada.  
 (11) (a) \**Nenhuma criança não* viu esse filme.  
 (b) \**Nunca* as crianças *não* viram esse filme!  
 (c) \**Nem todas as pessoas não* apreciam filmes de banda desenhada.

Pelo contrário, para a frase poder ser interpretada como negativa, a presença do marcador de negação é obrigatória quando nenhum outro elemento negativo precede no domínio frásico o núcleo verbal (cf. (12)). Este requisito faz-se sentir mesmo quando um sintagma negativo ocorre depois do verbo, como ilustrado em (13a) e (13b) por oposição a (13c) e (13d).

- (12) (a) *Não* vi esse filme.  
 (b) *Vi* esse filme.  
 (13) (a) *Não* viu esse filme *nenhuma criança*.  
 (b) *As crianças não* viram esse filme *nunca*.  
 (c) \**Viu* esse filme *nenhuma criança*.  
 (d) \**As crianças viram* esse filme *nunca*.

<sup>(13)</sup> Dados do português medieval atestam que essa co-ocorrência era então (opcionalmente) possível Martins (1997a:180).

(i) Que nehũ nõ scapou nem nenhũa cousa que na vyla ouvesse (Crónica de 1344. Cintra, 1957: 107; apud Martins, 1997a.)

No nível sintagmático e lexical, *não* ocorre tipicamente em adjacência ao sintagma ou à palavra negada, precedendo-os, como exemplificado em (14) e (15).

- (14) (a) Ele foi ao teatro e [*não* ao cinema].  
(b) A Ana e [*não* o Pedro] fez uma viagem à Grécia.  
(c) O [*não* cumprimento das normas comunitárias] pode acarretar graves sanções.
- (15) (a) O pessoal *não*-docente foi convocado para uma reunião especial.  
(b) É impossível ter acesso às obras *não*-publicadas desse autor.

No caso da *negação sintagmática*, a presença do marcador de negação *não* não afecta aparentemente a natureza categorial no sintagma negado que permanece a mesma do sintagma positivo correspondente. Assim, nos exemplos em (14), os constituinte negados continuam a ser interpretados, respectivamente, como um complemento preposicionado (cf. (14a)) e dois sintagmas nominais (cf. (14b) e (14c))<sup>(14)</sup>.

Na *negação lexical*, ilustrada em (15), o marcador de negação, uma vez que funciona como um prefixo, não altera a natureza categorial da unidade que modifica<sup>(15)</sup>.

### 19.2.2. Colocação de *sem*

No âmbito da negação frásica, o marcador negativo *sem* funciona como um complementador. Ocorre, pois, antes de qualquer outro elemento da frase subordinada que introduz, como visualizado em (16c):

- (16) (a) Ele saiu de casa *sem* a Ana ter reparado nisso.  
(b) Essa criança chora *sem que* tenha motivos para o fazer.  
(c) ...<sub>[SCOMP]</sub> *sem que* <sub>[SFLX]</sub> tenha motivos para o fazer]]

A frase subordinada funciona como o seu domínio de negação. Nesse domínio de negação nenhum outro marcador de negação frásica é admitido (veja-se (17)).

<sup>(14)</sup> Uma representação plausível para (14a) será a exemplificada em (i):

(i) ...e [SP não [SP ao cinema]]

<sup>(15)</sup> A representação a atribuir nestas circunstâncias parece ser a seguinte:

(i) [<sub>ADJ</sub> não<sub>[ADJ]</sub> docente]]

- (17) (a) \*Ele saiu de casa *sem* a Ana *não* ter reparado nisso.  
(b) \*Essa criança chora *sem que* não tenha motivos para o fazer.

Na frase subordinante, porém, a presença de um marcador de negação é permitida. A sua co-ocorrência com *sem* produz um efeito de cancelamento da negação, que os exemplos em (18) mostram.

- (18) (a) Ele *não* saiu de casa *sem* a Ana ter reparado nisso.  
(b) Essa criança *não* chora *sem que* tenha motivos para o fazer.

As frases em (18) denotam situações que podem ser reportadas pelas frases afirmativas correspondentes, ou seja:

- (19) (a) Ele saiu de casa, tendo a Ana reparado nisso.  
(b) Essa criança chora apenas quando tem motivos para o fazer.

Quando funciona como marcador de negação sintagmática, *sem* precede o sintagma negado; dada a sua natureza preposicional, *sem* ocorre nestes casos como núcleo do sintagma preposicional, como explicitado em (20).

- (20) Ele fez o trabalho [<sub>SP</sub> *sem* [a ajuda do Paulo]]

### 19.2.3. Colocação de *nem* coordenativo

O marcador de negação coordenativo *nem* aplica-se tanto a sintagmas (cf. (21a)), como a frases (cf. (21b)).

- (21) (a) [*Nem* o Pedro *nem* o António] leram esse livro.  
(b) [*Nem* nós fomos sair] [*nem* a Paula nos veio visitar].

Quando coordena frases negativas pode ocorrer precedendo ambos os membros coordenados, como em (21b), ou apenas o último, como em (22)<sup>(16)</sup>.

- (22) (a) Nós não fomos sair *nem* a Paula nos veio visitar.  
(b) Eles não trabalham *nem* deixam ninguém trabalhar.

<sup>(16)</sup> Sobre as estruturas de coordenação veja-se, no capítulo 14.

O mesmo se passa quando os sintagmas coordenados por *nem* são pós-verbais e um marcador de negação frásica está presente, como em (23).

- (23) (a) Elas não falaram *nem* ao João *nem* ao António  
(b) Elas não falaram ao João *nem* ao António

Porém, a possibilidade de não ocorrência da primeira instância de *nem* está vedada quando o constituinte coordenado não é precedido no domínio frásico por nenhum elemento negativo. É o que acontece em (24), que contrasta minimamente com (21).

- (24) (a) \*[O Pedro *nem* o António] leram esse livro.  
(b) \*Nós fomos sair [*nem* a Paula nos veio visitar].

### 19.3. A polaridade das unidades que expressam a negação

Usualmente, as unidades que expressam a negação têm *polaridade negativa* inerente, ou seja, por si sós veiculam o sentido negativo da expressão linguística a que se aplicam. Porém, há expressões que só são interpretadas como negativas quando estão sob o foco de elementos intrinsecamente negativos — são expressões de *polaridade subespecificada*. Existem ainda casos em que a presença de um elemento negativo não é interpretada. Nestas circunstâncias estamos perante o fenómeno designado por *negação expletiva* (17).

(17) Os dados da diacronia atestam a perda do valor negativo dos marcadores de negação frásica, ou seja, das unidades que por excelência detêm a carga de polaridade negativa das frases. Essa perda semântica é usualmente compensada pela utilização de palavras de reforço, inicialmente sem valor negativo, mas que, dado o contexto em que ocorrem acabam por adquirir, e numa fase posterior, substituir as iniciais, que acabam por desaparecer. Este processo evolutivo é usualmente designado *ciclo de Jespersen*. Uma língua em que este processo de evolução é evidente é o francês (cf. Foulet, 1930). Nesta língua, o marcador de negação inicial, *ne*, foi reforçado por *pas*, etimologicamente, uma palavra não negativa (*pas*=passo), a par de outras que designavam igualmente quantidades mínimas (*miette*=migalha, *point*=ponto). Actualmente *pas* assumiu o valor de verdadeiro marcador de negação e tende na oralidade a ocorrer só, prescindindo da presença de *ne*.

#### 19.3.1. Os marcadores de negação e a polaridade negativa

Em português, na generalidade dos casos, os marcadores de negação apresentam polaridade negativa intrínseca. Esta propriedade verifica-se tanto na negação frásica e sintagmática como na negação a nível da palavra. Os exemplos seguintes em (1), (2) (3) e (4) mostram que a ausência do marcador negativo ou a sua substituição por outro sem sentido negativo faz com que a expressão linguística afectada assumia polaridade positiva.

- (1) (a) Os jornais *não* noticiaram o desastre.  
(b) Os jornais noticiaram o desastre.  
(2) (a) As crianças saíram *sem* a mãe.  
(b) As crianças saíram *com* a mãe.  
(3) (a) A *não* revitalização da economia conduzirá o país a uma situação problemática.  
(b) A revitalização da economia conduzirá o país a uma situação favorável.  
(4) (a) *Nem* todas as crianças leram o livro.  
(b) Todas as crianças leram o livro.

O conteúdo negativo do marcador de negação frásica é especialmente evidente. Ele pode ocorrer isoladamente, recuperando por si só o conteúdo elíptico de uma frase negativa. É o que acontece na resposta dada à pergunta formulada em (5):

- (5) P — Os jornais noticiaram o desastre?  
R — *Não*.

#### 19.3.2. A polaridade das frases e o escopo do marcador de negação

Nem todas as frases que contêm constituintes exibindo marcadores negativos apresentam polaridade negativa. A interpretação de uma frase como afirmativa ou negativa depende do domínio sintáctico que os marcadores de negação afectam.

O marcador de negação frásica *não* determina a polaridade negativa desta. Assim, como exemplificado em (6), uma frase negada pode ser coordenada com outra onde figura a expressão de polaridade negativa *também não*, como em (6a),

mas não com uma expressão de polaridade positiva como *também* (cf. (6b) vs. (6c))<sup>(18)</sup>.

- (6) (a) O João *não* viu a Maria e o Pedro *também não* viu.  
(b) \*O João *não* viu a Maria e o Pedro *também* viu.  
(c) O João viu a Maria e o Pedro *também* viu.

Do mesmo modo, uma frase negativa pode ser seguida da expressão *pois não*, cuja ocorrência se restringe a domínios de polaridade negativa. Expressões como esta, que abreviadamente interrogam sobre o estatuto de verdade da proposição enunciada, são classicamente designadas interrogativas-*tag* <sup>(19)</sup>, assumem formas distintas consoante a polaridade das frases a que se adjungem é negativa ou positiva — vejam-se (7a) e (7b) vs. (7c)<sup>(20)</sup>.

- (7) (a) O João *não* viu a Maria, *pois não*?  
(b) \*O João não viu a Maria, *não* viu?  
(c) O João viu a Maria, *não* viu?

Pelo contrário, os marcadores de negação presentes na *negação lexical*, ainda que afectem o núcleo de um sintagma pré-verbal, com escopo sobre o núcleo verbal frásico (cf. (19.2.1)), não alteram a polaridade das frases em que ocorrem, que são interpretadas como afirmativas. Neste aspecto, comportam-se como os prefixos negativos, que mesmo quando afectam o verbo nuclear da frase não produzem efeitos de polaridade nesta. É o que se verifica em (8), como evidenciam as frases coordenadas com a expressão de polaridade positiva *também*.

- (8) (a) A *não*-ponderação pode trazer consequências desagradáveis mas o excesso de ponderação *também* (cf. \* *também não*).

<sup>(18)</sup> O complementador negativo *sem*, embora introduza uma frase que é interpretada como negativa não admite coordenações com frases em que a expressão de polaridade *também não* apareça. Pelo contrário é a expressão *também* que pode ocorrer (cf. (ii))

(i) \*O rapaz saiu *sem que* a Ana o cumprimentasse e a Maria *também não*.

(ii) O rapaz saiu *sem que* a Ana o cumprimentasse e a Maria *também*.

A explicação destes dados tem a ver com o facto de o marcador de negação ser o complementador e por isso estar exterior ao domínio oracional frásico propriamente dito.

<sup>(19)</sup> Adaptação do termo inglês *tag-question*.

<sup>(20)</sup> Klima (1964) foi um dos primeiros autores a referir, para o inglês, esta distribuição das *interrogativas-tags*. Para considerações sobre a sua aplicação ao português como teste diagnóstico de polaridade negativa, veja-se Gonçalves (1994).

- (b) Ele *desconhecia* que tinha ganho uma viagem às Canárias e nós *também* (cf. \* *também não*).  
(c) O susto do desastre ocorrido *incapacitou* o Pedro e a doença subsequente *também* (cf. \* *também não*).  
(d) O novo director *indeferiu* o requerimento mas o anterior *também* o faria (cf. \* *também não* o faria).

De facto, a negação lexical com ou sem carácter afixal não tem efeitos a nível sintáctico na construção de domínios com polaridade negativa. Vejam-se, além dos anteriores, os exemplos (9), em que os verbos de sentido negativo não determinam polaridade negativa nas frases.

- (9) (a) Ele negou o ocorrido, e ela *também* (\* e ela *também não*).  
(b) A Ana deixou de ler o livro e o irmão *também* (\* e o irmão *também não*).

Finalmente, a *negação sintagmática* pode ou não ter repercussões sobre a polaridade no domínio frásico, como mostra o contraste entre os exemplos em (10) e (11). Como vimos na secção 19.2.1., os contextos relevantes são aqueles em que os sintagmas negados antecedem o núcleo verbal da frase.

- (10) (a) [*Sem grande dificuldade*] ele resolveu a questão e o Pedro *também* (cf. \* *também não*)  
(b) O Pedro, [*não* o João], comprou esse livro e nós decidimos que *também* o comprávamos (cf. \* *também não* o comprávamos).  
(c) [*O não cumprimento das normas comunitárias*] acarreta sanções e a infracção da legislação nacional *também* (cf. \* *também não*).  
(11) (a) [*Nem os alunos nem os funcionários*] participaram na reunião e muitos professores *também não* participaram (cf. \* *também* participaram).  
(b) [*Nem todas as crianças*] apreciam filmes de banda desenhada e muitos adultos *também não* (cf. \* *também* ).

Em (10), os sintagmas negados não têm escopo sobre o elemento verbal, apesar de o antecederem<sup>(21)</sup>. O mesmo não acontece em (11). A diferença de comportamento entre estes sintagmas parece prender-se com a sua menor ou

<sup>(21)</sup> Em sintaxe, o escopo de uma unidade coincide tipicamente com o seu domínio de c-comando. Recorde-se este conceito na nota 8.

maior participação na predicção da frase coordenante. Assim, em (10a), *sem grande dificuldade* é um adjunto de modo; em (10b), *não o João*, embora participe no sintagma nominal sujeito, é um membro coordenado parentético; em (10c), o sintagma negado não afecta todo o sintagma nominal sujeito, deixa de fora o seu determinante; não se pode, pois, assumir que o sintagma nominal sujeito, na íntegra, é negativo. Deste modo, a ausência de polaridade negativa na frase coordenante é esperada — os constituintes que a integram, em si mesmos, não são negativos (embora possam conter outros que o são).

### 19.3.3. Negação frásica e foco da negação

Numa expressão negativa, sob o escopo da negação, <sup>(22)</sup> pode haver constituintes que não são negados. Assim, uma frase como (12) pode ter várias interpretações consoante o constituinte sobre o qual a negação incide <sup>(23)</sup>. As frases em (13) exemplificam esta propriedade: a continuação da frase dada em (13a), é, em cada uma delas, determinada pelo constituinte sucessivamente sob o foco da negação.

- (12) O João não contou uma história ao filho hoje.  
 (13) (a) O João não contou uma história ao filho *hoje*, mas sim ontem.  
 (b) O João não contou uma história *ao filho* hoje, mas sim aos alunos  
 (c) O João não contou *uma história* ao filho hoje, mas *sim uma anedota*.  
 (d) O João não *contou uma história* ao filho hoje, preferiu declamar-lhe um poema.

Deste modo, em (13a) assume-se que *o João contou uma história ao filho* embora não *hoje*; em (13b) admite-se que *o João contou uma história hoje*, embora não a tivesse contado *ao filho*; em (13c) sabe-se que *o João contou algo ao filho hoje*, e que esse algo não era uma história. Finalmente, em (13d), admite-se que há uma situação que envolve *o João e o filho* no dia de *hoje*, mas nega-se que essa situação possa ser caracterizada como contar uma história.

<sup>(22)</sup> Veja-se a nota 21.

<sup>(23)</sup> Vejam-se Jackendoff (1972b), Mateus *et alii* (1992, secção 5.6.1) e, para uma análise da marcação prosódica em frases negativas, Vigário (1997a e 1998).

Em suma, mas frases negativas com marcador de negação frásica e em que não figuram expressões quantitativas negativas, o constituinte negado é aquele que se encontra sob o escopo e o foco da negação <sup>(24)</sup>.

### 19.3.4. A negação expletiva

Nas línguas românicas, o marcador de negação frásica *não* pode não apresentar conteúdo negativo em certos contextos — são os casos denominados de negação expletiva. No português europeu actual a negação expletiva restringe-se às frases exclamativas:

- (14) (a) O disparate que eu *não* ia fazer!  
 (b) A quantidade de coisas que eu já *não* li por causa deste assunto!  
 (c) Não há-de tardar muito que ele *não* se vá deitar!

Em (14), independentemente da presença do marcador de negação as frases são interpretadas como positivas. Elas são parafraaseáveis por exemplos de que a negação está ausente — veja-se (15).

- (15) (a) O disparate que eu ia fazer!  
 (b) A quantidade de coisas que eu já li por causa deste assunto!  
 (c) Não há-de tardar muito que ele se vá deitar!

O carácter expletivo da negação justifica que a polaridade das frases que a integram seja positiva, facto que é atestado em estruturas de coordenação frásica com advérbios de polaridade.

- (16) (a) O disparate que eu *não* ia fazer e tu *também*.  
 (b) \*O disparate que eu *não* ia fazer e tu *também não*!  
 (c) Não há-de tardar muito que não só ele *não* se vá deitar, como tu também / \*como tu também não.

<sup>(24)</sup> De acordo com Vigário (1997b), os dados prosódicos mostram que nas frases negativas não-marcadas ou com proeminência de *não*, o marcador de negação tem escopo sobre toda a frase ou sobre o SV, enquanto nas frases negativas focalizadas o elemento de negação tem escopo sobre o constituinte em foco.

Assim, o exemplo (16a) é bem-formado porque o advérbio *também* denota identidade de polaridade positiva em ambos os membros coordenados; em contraste, (16b) é inaceitável pois *também não* denota identidade de polaridade negativa, mas o primeiro membro coordenado, i.e., a frase *o disparate que eu não ia fazer*, tem polaridade afirmativa (25).

### 19.3.5. Os sintagmas com quantificadores negativos

Como vimos na secção 19.1.2, os quantificadores negativos integram por si sós, ou conjuntamente com nomes, sintagmas negativos. A polaridade negativa exibida por estas expressões no português actual é atestada por duas propriedades fundamentais: podem aparecer isoladamente e estabelecer eles próprios a polaridade dos domínios sintácticos em que surgem quando ocupam as posições estruturais adequadas; só podem ocorrer em domínios negativos (26). Estas duas propriedades estão atestadas em (17) e (18):

(25) Repare-se que formas de delicadeza como (i) e (ii), exibem marcadores de negação que parecem esvaziados de conteúdo, na medida em que as frases podem ser parafraseadas por outras positivas — cf. (iii) e (iv):

- (i) Não és capaz de lhe telefonar hoje, por favor?
- (ii) Não poderia fazer-me o favor de me emprestar esse livro?
- (iii) És capaz de lhe telefonar hoje, por favor?
- (iv) Poderia fazer-me o favor de me emprestar esse livro?

Porém, uma vez que podem ser modificadas por interrogativas-tag como *pois não?* e coordenadas a expressões de polaridade negativa como *também não*, não se pode dizer que apresentem negação expletiva:

- (i) Não és capaz de lhe telefonar hoje, pois não?
- (ii) Não és capaz de lhe telefonar hoje? E amanhã, também não?

(26) Alguns autores, entre os quais Said Ali (1931) e Martins (1997a), salientaram que no português medieval e clássico, à semelhança do que acontecia na mesma época noutras línguas românicas, palavras como *nenhum*, *ninguém* e *nada* ocorriam em contextos não negativos específicos — com predicados de dúvida e proibição, construções hipotéticas, condicionais, concessivas, comparativas. Exemplificando:

- (i) E por decreto público foi defeso que *ninguém* navegasse (João de Barros. *Apud* Said Ali, 1931: 99).
- (ii) De guisa que hu tantas virtudes aviam morada, aadur podia *nehuū* cuidar que viço alguū podesse seer hospede (Fernão Lopes, Crónica de D. João I, parte 1, 374. *Apud* Martins: 1997a: 184).

Como Martins salienta, estes dados mostram que esses itens lexicais não tinham então significado negativo intrínseco. Noutras línguas românicas subsistem ainda alguns casos de

- (17) (a) P — Alguém encontrou o navio afundado?  
R — *Ninguém*.
- (b) *Nenhum cliente* telefonou ainda.
- (18) (a) *Ninguém* contou *nada* ao Pedro.
- (b) O João *não* contou *nada* ao Pedro.
- (c) \*O João contou *nada* ao Pedro.

Como vimos na secção 19.2.1, os contrastes entre (18) devem-se ao facto de numa língua como o português, uma frase só poder ser interpretada como negativa quando um elemento negativo — o marcador de negação ou um sintagma negativo — tem escopo sobre o verbo que encabeça o predicado. Esta propriedade verifica-se em (18a) e (18b), mas não em (18c). Deste modo, (18c) é mal-formado, pois a palavra negativa surge num domínio de polaridade positiva.

### 19.3.6. As palavras de polaridade não-especificada

O português possui sintagmas negados cujo valor negativo advém apenas de estarem no domínio de escopo e sob o foco de um constituinte intrinsecamente negativo, seja este um marcador de negação, frásico ou sintagmático (cf. (19)), ou um sintagma quantificado negativo (cf. (20)). Estas expressões apresentam *polaridade não intrinsecamente especificada*.

- (19) (a) Eu *não* vi *qualquer pessoa* na rua.
- (b) O gato fugiu de casa *sem* que *uma só pessoa* desse por isso.
- (c) Quando regressámos a casa, não encontramos *um único objecto*.
- (20) (a) *Nunca* vimos *qualquer pessoa* nessa casa.
- (b) Nesse ano, *nenhum aluno* fez *um só exame*.

palavras de *polaridade* predominantemente *negativa* em contextos não negativos: o caso do italiano (cf. (iii)) e do espanhol (cf. (iv)):

- (iii) Pedro duda que venga *nadie* (Laka 1990: 109)  
Pedro duvida que venha ninguém  
'O Pedro duvida que venha alguém.'
- (iv) Ha telefonato *nessuno?* (Zanuttini 1991: 109)  
Tem telefonado ninguém  
'Telefonou alguém?'

As expressões *qualquer pessoa, uma só pessoa, um único objecto e um só exame* podem assumir um sentido positivo ou negativo no domínio de escopo de um item negativo, como indicam as sequências apostas em (21) e (22).

- (21) (a) Nesse ano, *nenhum aluno fez um só exame*; para além do de Português, teve também de fazer o de Matemática ou o de História.  
(b) Quando regressámos a casa, *não encontramos um único objecto: o relógio de pulso da Ana*. Todos os outros estavam nos seus devidos lugares.
- (22) (a) Nesse ano, *nenhum aluno fez um só exame*, nem sequer o de Português.  
(b) Quando regressámos a casa, *não encontramos um único objecto, nem o relógio de pulso da Ana*.

Em (21), *um só exame e um único objecto* são interpretados como expressões de polaridade positiva que designam uma entidade específica. Pelo contrário, em (22) funcionam como constituintes de polaridade negativa.

Porém, fora do domínio de escopo dos constituintes negativos, nomeadamente quando ocorrem em posição de sujeito pré-verbal ou isoladamente, apenas admitem uma leitura positiva, como ilustrado em (23) e (24):

- (23) (a) *Qualquer pessoa*, por mais maleável que seja, não aceita essas críticas.  
(b) *Uma só pessoa* não compareceu à reunião — o António.  
(c) *Um único objecto* não foi roubado — o frigorífico.
- (24) P — Alguém encontrou o navio afundado?  
R — *Uma única pessoa*.

Por sua vez, num domínio de escopo de negação, como em (19) e (20), o factor que determina a existência ou não de uma interpretação negativa é o foco da negação incidir ou não sobre o item de polaridade. Tal acontece em (22) mas não em (21).

## 19.4. A Concordância Negativa

Designa-se por *Concordância Negativa* a propriedade que algumas línguas têm de permitirem, em certas circunstâncias, a ocorrência num mesmo domínio sintáctico de mais de um constituinte negativo, sem que por isso a frase seja mal-formada ou as diferentes instâncias de negação se cancelem umas às outras e a expressão linguística passe a ser interpretada como positiva.

### 19.4.1. *Concordância Negativa* em domínios frásicos e sintagmáticos simples

As frases em (1) e (2) apresentam *Concordância Negativa*, respectivamente nos domínios frásico e sintagmático.<sup>(27)</sup> As frases em (3) mostram, como esperado (cf. 19.3.2), que a negação lexical quase-afixal e a afixal não legitimam *Concordância Negativa*<sup>(28)</sup>.

- (1) (a) *Ninguém diz nada nunca*.  
(b) Ele *não* cumprimentou *ninguém*.  
(c) *Nunca ninguém* viu ainda esse espectáculo.
- (2) (a) Devido às chuvas torrenciais, os agricultores ficaram [*sem nada*].  
(b) [*Nem nós nem ninguém*] foi ouvido nessa história!  
(c) [*O não* cumprimento de *nenhuma* das normas comunitárias] colocaria o país numa situação muito difícil.
- (3) (a) \*O pessoal *não*-docente compareceu a *nenhuma* reunião.  
(b) \*O orçamento previsto *inviabilizou* *nenhum* projecto.  
(c) \*[*O incumprimento* de *nenhuma* das normas comunitárias] colocaria o país numa situação muito difícil.

<sup>(27)</sup> O estudo da *Concordância Negativa* tem incidido especialmente sobre o domínio frásico. Na última década vários autores reflectiram sobre este fenómeno em português, adoptando quer uma orientação sintacticista (cf. Gonçalves, 1994, Martins, 1997b, 2000 e Matos, 1999a, 1999b, 2001), quer semanticista (cf. Peres, 1997b, 1999 e Branco, A. e B. Crysmann, 2001), quer procurando integrar ambas as perspectivas (cf. Pereira, 1999).

<sup>(28)</sup> A negação não-padrão que recorre à utilização dos advérbios *cá* e *lá* pospostos ao verbo, não é igualmente capaz de legitimar *Concordância Negativa*:

- (i) \*Eu desconfio lá de ninguém!  
(ii) \*Ele leu cá nenhum livro!



As frases em (1) e (2), são aproximadamente interpretadas como em (4) e (5) — ou seja, como se houvesse uma única instância de negação afectando sintagmas não negativos em itálico (<sup>29</sup>).

- (4) (a) *Não existe alguém* que diga *alguma coisa* em *alguma ocasião*.  
 (b) *Não existe alguém* que ele tenha cumprimentado.  
 (c) *Não houve uma ocasião* em que alguém já tenha visto esse espectáculo.
- (5) (a) Devido às chuvas torrenciais, os agricultores ficaram [*sem o que quer que fosse*].  
 (b) Não se verifica que nós *ou quem quer que fosse* tivesse sido ouvido nessa história!  
 (c) [O *não* cumprimento de *qualquer das* normas comunitárias] colocaria o país numa situação muito difícil.

À operação que permite interpretar os diferentes constituintes negativos como manifestações de uma mesma unidade negativa complexa chamaram alguns autores *Absorção Negativa* (<sup>30</sup>).

Os casos de Concordância Negativa em português europeu caracterizam-se por envolverem num mesmo domínio negativo, um ou mais sintagmas quantificadores negativos sob o escopo de um marcador de negação (como em (1b) e em (2)) ou de outro sintagma negativo (vejam-se (1a) e (1c)).

Em (6), a Concordância Negativa não se verifica e ocorre *cancelamento da negação*, fenómeno por vezes designado como *dupla negação*. De facto, as frases em (6) são interpretadas como as suas contrapartidas positivas em (7).

(<sup>29</sup>) Note-se que, embora a interpretação seja próxima da facultada pela presença de itens de polaridade não-especificada, a verdade é que formalmente o processo é diverso, o que torna difícil reduzir os quantificadores negativos a itens de polaridade não intrinsecamente negativa, como, por vezes, se tem pretendido. De facto, contrariamente ao que acontece com a co-ocorrência de quantificadores negativos num mesmo domínio, sem a presença explícita de uma unidade negativa não é possível ter interpretações negativas, com itens de polaridade subespecificada. Assim, (i) não é uma paráfrase de (ii), embora (iii) o possa ser.

- (i) *Uma única pessoa* disse *uma só coisa* *uma só vez*  
 (ii) *Ninguém* disse *nada* *nunca*.  
 (iii) *Nem uma só pessoa* disse *uma só coisa* *uma só vez*.

(<sup>30</sup>) A Absorção é uma operação que alguns autores consideram estar também presente em interrogativas múltiplas, como (i), que são interpretadas como uma interrogação incidindo sobre três constituintes diferentes.

- (i) [A *quem*] deu [*quem*] [*o quê*]?

- (6) (a) A Paula *não* sai *sem* a filha.  
 (b) *Não sem* alguma mágoa, o Pedro teve de partir.  
 (c) (?) Eles *não* vão *não* prestar atenção a esse assunto!
- (7) (a) A Paula (só) sai com a filha.  
 (b) *Com* alguma mágoa, o Pedro teve de partir.  
 (c) Eles vão prestar atenção a esse assunto!

Em português o cancelamento da negação ocorre quando um constituinte negativo tem escopo sobre um marcador de negação que define um domínio negativo autónomo. É o que acontece em (5), em que *não* nega os constituintes introduzidos pelos núcleos negativos *sem* ou *não*.

#### 19.4.2. Concordância Negativa através de fronteiras fráscas

Exemplos como os seguintes mostram que a Concordância Negativa pode envolver mais de um domínio fráscico — é o fenómeno por vezes designado de *Concordância Negativa a Longa Distância* (<sup>31</sup>).

- (8) (a) *Não* quero ver *ninguém*.  
 (b) *Não* quero que o Pedro veja *ninguém*!
- (9) (a) *Não* penso oferecer esse livro a *nenhum* dos meus amigos.  
 (b) *Não* penso que a Ana ofereça esse quadro *nunca*.

A necessidade de ocorrência do elemento negativo na frase subordinante é atestada por exemplos como os seguintes, que mostram que a frase subordinante forma com a subordinada um domínio negativo complexo.

- (10) (a) \*Quero ver *ninguém*.  
 (b) \*Quero que o Pedro veja *ninguém*.
- (11) (a) \*Penso oferecer esse livro a *nenhum* dos meus amigos.  
 (b) \*Penso que a Ana ofereça esse quadro *nunca*.

A presença de um elemento negativo com escopo sobre o verbo da frase subordinada permite igualmente criar um domínio negativo, desta vez local, em que os quantificadores negativos podem ocorrer.

(<sup>31</sup>) Cf. Giannakidou e Quer (1997) e Giannakidou (1998).

- (12) (a) Quero *não* ver *ninguém*.  
 (b) Quero que o Pedro *não* veja *ninguém*!  
 (c) Quero que o Pedro *nunca* veja *ninguém*!
- (13) (a) Penso *não* oferecer esse livro a *nenhum* dos meus amigos.  
 (b) Penso que *ninguém* oferecerá esse quadro *nunca*.

Note-se ainda que quando a frase subordinante apresenta um elemento negativo e o sintagma negado na frase subordinada é pré-verbal, não se pode, na generalidade dos casos, falar em Concordância Negativa transfrásica, uma vez que o constituinte negativo encaixado, sendo pré-verbal, pode por si só definir um domínio negativo, restringido à frase subordinada — vejam-se os exemplos (14) e (15):

- (14) (a) Não quero que *ninguém* veja o Pedro!  
 (c) A Maria não desejou que a Ana *nunca* contasse essa história.
- (15) (a) Quero que *ninguém* veja o Pedro!  
 (c) A Maria desejou que a Ana *nunca* contasse essa história.

A possibilidade de Concordância Negativa a Longa Distância é limitada pelas propriedades semânticas e sintáticas dos predicadores que seleccionam as frases subordinadas por complemento<sup>(32)</sup>. Assim, embora seja possível em domínios que exibem o infinitivo e o conjuntivo, não pode ocorrer com uma grande maioria de verbos que seleccionam frases neste último modo. Exemplificando:

- (16) (a) (?) *Não* lamento ver *ninguém*.  
 (b) \* *Não* lamento que o Pedro veja *ninguém*!
- (17) (a) ?? *Ninguém* declarou ter dito *nada* sobre esse assunto na reunião.  
 (b) \* *Ninguém* declarou que a Ana tinha dito *nada* sobre esse assunto na reunião.

De acordo com alguns autores uma das propriedades fundamentais para a formação do domínio negativo complexo que legitima Concordância Negativa é a possibilidade de as duas frases constituírem um domínio temporal alargado, em que o tempo da frase subordinada é interpretado como dependente do da subordinante<sup>(33)</sup>. É o que acontece nos casos em que o complemento subordi-

<sup>(32)</sup> Vejam-se, entre outros, Giannakidou e Quer (1997) e Peres (1997b, 1999).

<sup>(33)</sup> Cf. Giannakidou e Quer (1997).

nado ocorre no infinitivo ou no conjuntivo seleccionado por verbos epistémicos de desejo (como em (8)), ou de crença (como (9)), aqui repetidos como (18) e (19) por facilidade de exposição:

- (18) (a) *Não* quero ver *ninguém*.  
 (b) *Não* quero que o Pedro veja *ninguém*!
- (19) (a) *Não* penso oferecer esse livro a *nenhum* dos meus amigos.  
 (b) *Não* penso que a Ana ofereça esse quadro *nunca*.

# 20

---

## Tipologia e distribuição das expressões nominais

*Ana Maria Brito, Inês Duarte e Gabriela Matos*

### *Índice*

- 20. Tipologia e distribuição das expressões nominais
  - 20.1. Distribuição das expressões referenciais
  - 20.2. Distribuição das expressões anafóricas
    - 20.2.1. Concepções de anáfora
    - 20.2.2. Distinção entre co-referência e anáfora
    - 20.2.3. Anáfora ligada; condições sintáticas e lexicais
    - 20.2.4. A forma *si*
    - 20.2.5. Formas das anáforas ligadas
  - 20.3. Distribuição dos pronomes
    - 20.3.1. Complementaridade das anáforas e dos pronomes
    - 20.3.2. Formas de pronomes fortes
    - 20.3.3. Leitura ligada de pronomes
  - 20.4. Tipologia e distribuição das categorias vazias
  - 20.5. Tipologia dos pronomes clíticos
    - 20.5.1. Propriedades gerais caracterizadoras dos pronomes clíticos
    - 20.5.2. As construções de *Redobro* e *Extracção Simultânea* de clítico
    - 20.5.3. Os tipos de clíticos especiais em português
    - 20.5.4. Diversidade tipológica dos clíticos e gramaticalização

- 20.6. Padrões de colocação dos pronomes clíticos
  - 20.6.1. Posições enclítica e proclítica
  - 20.6.2. Subida de clítico
  - 20.6.3. Casos particulares de colocação em frases não finitas
  - 20.6.4. Sobrevivência de uma gramática antiga: mesóclise e interpolação

Neste capítulo estudaremos a tipologia e a distribuição das expressões nominais. Nos pontos 20.1 a 20.4 as expressões referenciais, as anáforas e os pronomes, foneticamente realizados ou nulos, serão analisados do ponto de vista das condições que regulam o seu valor referencial. Nos pontos 20.5 e 20.6 será dado relevo à sintaxe dos pronomes clíticos especiais.

## 20.1. Distribuição das expressões referenciais

No capítulo 7 as noções de referência, co-referência e anáfora foram já definidas do ponto de vista da construção e da organização textuais.

Como então se viu, a utilização de meios linguísticos para referir um dado objecto do mundo real ou para remeter para uma expressão linguística do discurso anterior ou subsequente é, antes de mais, regulada pragmaticamente, uma vez que uma expressão linguística só pode designar um objecto que possa ser identificado no espaço cognitivo determinado por uma dada situação comunicativa ou pelo discurso anteriormente produzido.

É o que acontece quando uma expressão nominal referencial é introduzida pela primeira vez num texto, seja ela uma expressão definida ou indefinida (por exemplo, nas aberturas de narrativas), um pronome pessoal *eu, tu, nós, vós* ou outro tipo de expressão dêictica:

- (1) *O ministro* respondeu às perguntas *dos jornalistas*.
- (2) *A mãe* admira *a Maria*.
- (3) *Este livro* está desactualizado.
- (4) *Tu* estás hoje muito elegante!

Do ponto de vista sintáctico, as **expressões referenciais** são Sintagmas Determinantes (SD) <sup>(1)</sup>, em posição argumental, constituídas por nome próprio, nome comum (com certo tipo de determinação/quantificação) ou pronomes de 1.ª e 2.ª pessoas (*eu, tu, nós, vós*), que só têm valor dêictico. O que é comum a estes casos é o facto de não precisarem de ter um antecedente, isto é, uma expressão linguística que denote a mesma entidade. Assim, o valor referencial das expressões referenciais em itálico nos exemplos (1)-(4) depende das condições pragmáticas que caracterizam os enunciados.

Este facto não significa, no entanto, que a distribuição das expressões referenciais não obedeça a nenhum requisito de natureza sintáctica. A observação dos seguintes exemplos revela a existência de uma restrição de natureza formal sobre o valor referencial de expressões referenciais <sup>(2)</sup>:

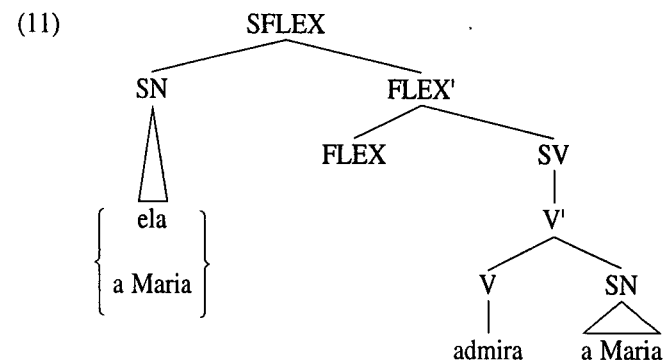
- (5) \**Ela*<sub>i</sub> admira [a *Maria*]<sub>i</sub>.
- (6) \*[A *Maria*]<sub>i</sub> admira [a *Maria*]<sub>i</sub>.
- (7) \**Ela*<sub>i</sub> deixou a [M<sub>i</sub>]<sub>i</sub> sair.
- (8) \*[A *Maria*]<sub>i</sub> deixou [a *Maria*]<sub>i</sub> sair.
- (9) \**Ela*<sub>i</sub> entrou e [a *Maria*]<sub>i</sub> sentou-se.
- (10) ?[A *Maria*]<sub>i</sub> entrou e [a *Maria*]<sub>i</sub> sentou-se.

Vemos que os exemplos (5) a (9) são agramaticais na leitura indicada pelos índices, sendo apenas gramaticais com referência disjunta ou distinta; (10) é um pouco diferente dos outros exemplos porque contem um caso de repetição referencial, típica, por exemplo, do discurso infantil. Em (5) e (6), que têm uma estrutura como se descreve em (11), a expressão *a Maria*, que ocupa a posição

<sup>(1)</sup> Por uma questão de simplificação neste capítulo usamos a etiqueta SN; sempre que o fizermos leia-se SD.

<sup>(2)</sup> O mecanismo da indexação já utilizado em capítulos anteriores destina-se a representar a coincidência de valor referencial das expressões nominais; são em geral usadas letras mas também poderiam ser usados números. A coindexação destina-se a representar a identidade referencial, quer ela seja devida a uma relação anafórica (no sentido estrito de ligação) quer seja devida a uma relação de co-referência. Os parênteses rectos são usados sempre que estiverem em causa SNs formados por mais do que um constituinte.

de objecto directo, tem como antecedente o pronome *ela* ou *a Maria*, na posição de sujeito (ver cap. 12.1.) <sup>(3)</sup>:



Em (7) e (8), qualquer que seja a análise deste tipo de construção causativa (ver cap. 15) a segunda expressão *a Maria*, objecto final do verbo *deixar*, tem também como antecedente o pronome *ela* ou *a Maria*, na posição de sujeito. Finalmente, (9) é uma construção de coordenação, com uma estrutura marcada por paralelismo sintáctico (ver capítulo 14).

Ora, o que é comum aos exemplos (5)-(9) é o facto de a segunda expressão *a Maria* ter um antecedente que a c-comanda (o pronome *ela* ou o SN *a Maria*), em que a relação de c-comando se define como em (12) <sup>(4)</sup>:

(12) C-comando:

A c-comanda B se A não dominar B, se A e B forem distintos e se o primeiro nó ramificante que domina A dominar B.

Pode então propor-se o seguinte princípio sobre a distribuição das expressões referenciais:

<sup>(3)</sup> O movimento do V para Flex não será indicado nas representações por ser irrelevante para os temas em discussão.

<sup>(4)</sup> A relação configuracional de c-comando deve-se a Reinhart (1976); na Teoria da Regência e da Ligação é, em geral, aceite a definição proposta. Para uma apresentação desta teoria com um grande destaque para os fenómenos da ligação veja-se Chomsky (1981), (1986a) e o capítulo 1 de Chomsky (1995), em colaboração com H. Lasnik; a tradução portuguesa desta última obra contém importantes comentários de E. P. Raposo.

- (13) *Princípio sobre expressões referenciais:*  
Uma expressão referencial tem de ser livre <sup>(5)</sup>.

Em que:

- (14) (a) Uma expressão é *livre* (não ligada) quando não tem um antecedente que a c-comande.  
(b) *Um antecedente* é uma expressão que denota a mesma entidade da expressão em causa.

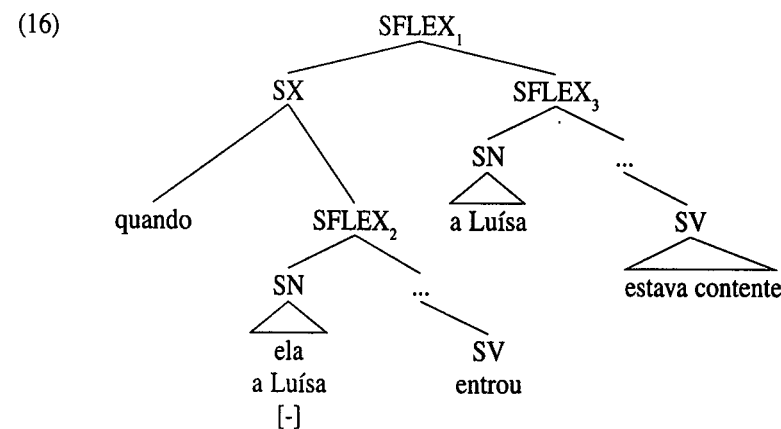
Pode dizer-se, assim, que os exemplos (1) a (9), na leitura em que o nome próprio *a Maria* tem um antecedente, são agramaticais porque neles há uma violação do princípio (13).

Se uma dada expressão referencial for precedida por outra expressão referencial sem que se estabeleça entre eles uma relação de c-comando, as frases são bem formadas mesmo que se possa estabelecer entre elas uma relação de co-referência. É o que pode acontecer nas subordinadas adverbiais antepostas, que, como vimos no capítulo 17, são adjuntos à oração matriz. Recordemos um caso de subordinação temporal:

- (15) (a) Quando ela<sub>ij</sub> / [-]<sub>ij</sub> entrou, a Luísa<sub>i</sub> estava contente.  
(b) Quando a Luísa<sub>ij</sub> entrou, a Luísa<sub>i</sub> estava contente.

As construções em (15) têm a seguinte estrutura sintáctica (simplificada):

<sup>(5)</sup> Este é o princípio C da Teoria da Ligação apresentado por Chomsky (1981: 188). Sobre a possibilidade de o princípio C não ser propriamente uma restrição sintáctica mas ser derivado de uma estratégia pragmática ver Reinhart (1983).



Como (16) mostra, os SNs sujeitos da oração temporal (*ela*, *a Luísa* ou [-]) não c-comandam o SN sujeito da oração matriz, porque o primeiro nó ramificante que domina essas expressões nominais, o nó SFLEX<sub>2</sub>, não domina o segundo SN, *a Luísa*. Sendo assim, o segundo SN é livre, não ligado por outro SN, podendo ou não verificar-se uma interpretação co-referencial; daí os dois índices apresentados em (15a) e (15b). Repare-se que, como noutros casos adiante analisados, quando neste tipo de construção o sujeito da oração temporal ou da oração matriz é nulo, a leitura co-referencial é a mais forte; quando o sujeito da oração temporal ou da oração matriz é um pronome foneticamente realizado, a leitura co-referencial ou disjunta depende de muitos factores, lexicais e semânticos.

## 20.2. Distribuição das expressões anafóricas

### 20.2.1. Conceções de anáfora

Para se compreender a distinção entre co-referência e anáfora acima sugerida, torna-se necessário reflectir, em primeiro lugar, sobre a noção de **anáfora**.

Na retórica, a anáfora é considerada uma figura de estilo que consiste na repetição de uma palavra ou de um grupo de palavras no início de enunciados sucessivos, visando enfatizar tal expressão:

- (1) A escola informa; a escola transmite conteúdos; a escola não ensina a raciocinar.

Na Linguística moderna, o conceito de anáfora não é uniforme, tendendo, de qualquer modo, a ser visto como o processo que consiste em utilizar uma forma linguística ou um vazio <sup>(6)</sup> para remeter para algo que foi dito anteriormente (o antecedente); nesta visão alargada, a anáfora distingue-se da **catáfora**, que consiste em remeter para algo que é dito no discurso posterior <sup>(7)</sup>.

Apresentaremos, em primeiro lugar, uma concepção ampla de anáfora para, mais tarde, a restringirmos, adoptando uma perspectiva essencialmente sintáctica.

Vejamos então alguns fenómenos susceptíveis de serem considerados anafóricos. Organizá-los-emos pela natureza da forma linguística.

### Anáfora nominal

- (2) Sentou-se *uma rapariga* ao meu lado no teatro; *esta rapariga / a rapariga* era minha vizinha e começámos a conversar.
- (3) *O meu irmão* chegou de férias, *aquele querido*.
- (4) *António Guterres* está de férias nos Açores; *o primeiro ministro* deve ir à ilha do Pico.
- (5) *Um avião* aterrou de emergência no aeroporto das Lages; *a aeronave* tinha perdido todo o seu combustível.

(2) representa um caso que é, por vezes, designado como **anáfora fiel**, através da repetição do nome, embora o determinante varie tipicamente de indefinido (no antecedente) para definido ou para demonstrativo (na anáfora) <sup>(8)</sup>.

Os exemplos (3), (4) e (5) são casos ditos de **anáfora infiel**, uma vez que não há repetição do nome, utilizando-se um aposto, aqui constituído por uma expressão qualitativa ((3)), uma expressão de diferente significado mas com a mesma referência ((4)) ou um hiperónimo ((5)), que possa, no contexto em causa, ser reconhecido como co-referencial.

### Anáfora pronominal

- (6) O teu irmão chegou de férias; *ele / [-]* vinha moreno e satisfeito.

<sup>(6)</sup> Que pode ser uma elipse ou um vestígio de um constituinte deslocado.

<sup>(7)</sup> Neste sentido alargado, um exemplo como (15a) (Quando *ela / [-]* entrou, a Luísa estava contente) poderia ser visto como um caso de catáfora, porque *ela* ou *[-]* podem ter a mesma interpretação de *a Luísa*, que vem a seguir no discurso.

<sup>(8)</sup> As noções de anáfora fiel e anáfora infiel são típicas da tradição francesa sobre este tema (ver, entre muitos outros, Kleiber, 1994; Kleiber e Tyvaert, J.-E. (orgs.), 1990). Para o português ver Oliveira (1988b) e Figueiredo (2000).

- (7) As testemunhas disseram que *elas / [-]* tinham visto o rebentamento do pneu.
- (8) Todos os pais gostam dos *seus* filhos.
- (9) A criança magoou-se no jardim.
- (10) As crianças magoaram-se *umas às outras*.

O ponto em comum a estes exemplos é o facto de a retoma ser feita através de pronomes (pessoais, possessivos, reflexos, recíprocos) ou vazios e que, por isso, não têm “referência virtual” em si mesmos.

No entanto, representam tipos diferentes. Em (6) e em (7), temos pronomes pessoais foneticamente realizados (*ele, elas*) ou nulos, que podem ter ou não a interpretação co-referencial.

Em (8), (9) e (10), o valor dos pronomes é inteiramente dependente do valor da expressão anterior: em (8) a referência de *seus* é definida pela relação com a expressão quantificada <sup>(9)</sup>; em (9) e (10), o reflexo *se* e o recíproco *se (umas às outras)* têm como seu antecedente *a criança, as crianças*, sendo, nos dois casos, formas que não existem fora deste tipo de construção.

### Anáfora através do quantificador *todos, tudo* e outras expressões de síntese

- (11) Mulheres, crianças, velhos, *todos* são atingidos pelas minas.
- (12) Naquele verão houve o ataque, falências, acidentes; *tudo* contribuiu para o nosso desalento.
- (13) No próximo ano haverá alteração do preço da gasolina; *essa medida* relaciona-se com o abaixamento do preço do petróleo.

Em (11) e (12) o quantificador sintetiza as várias expressões nominais surgidas anteriormente na frase; em (13) a expressão *essa medida* retoma o conteúdo proposicional da frase anterior.

### Anáfora através de demonstrativos invariáveis –o ou *isso* <sup>(10)</sup>

- (14) As pessoas que fogem aos impostos fazem *isso* deliberadamente.
- (15) A Rita quer ser pianista e a amiga quer *sê-lo* também.

Em (14) o pronome *isso* é uma forma de retomar a expressão *fugir aos impostos*, uma parte da relativa restritiva que modifica o SN sujeito; em (15),

<sup>(9)</sup> Ver adiante 20.3.3.

<sup>(10)</sup> O quantificador *tudo* referido acima junta-se frequentemente ao pronome: *tudo isso*.

o clítico demonstrativo –o substitui a parte predicativa da oração anterior (*pianista*).

### Anáfora através de elipse

- (16) Gosto da tua casa mas prefiro a minha [-].  
(17) (a) Não podes resolver esse problema sozinha, mesmo que queiras [-].  
(b) Mesmo que queiras [-], não podes resolver esse problema sozinha.

(16) e (17) ilustram casos distintos de elipse; em (16), o vazio substitui o nome *casa*, sendo um caso típico de elipse nominal; (17) ilustra um caso de elipse do SV, tendo o vazio o valor de *resolver esse problema sozinha* <sup>(11)</sup>.

### Anáfora temporal

- (18) A Maria disse-nos que tinha telefonado à mãe.

No exemplo (18), o intervalo de tempo de *tinha telefonado à mãe* é passado relativamente ao intervalo de tempo (também passado) de *a Maria disse ...*. Nessa medida, o valor temporal da oração subordinada tem uma interpretação anafórica. Dito de outro modo, (18) representa uma instância de anáfora temporal, um fenómeno distinto dos discutidos aqui e por isso analisado no capítulo destinado ao tempo (capítulo 6).

Em síntese, todos os casos referidos podem ser considerados exemplos de **anáfora** porque algo na frase partilha a denotação com outra expressão do discurso anterior ou posterior <sup>(12)</sup>.

<sup>(11)</sup> Em (16) e (17a) a elipse é anafórica, em (17b) a elipse é catafórica. Sobre elipse ver o capítulo 21.

<sup>(12)</sup> Nos estudos franceses sobre a anáfora (ver, por exemplo, Kleiber, 1994) inclui-se igualmente a “anáfora associativa”, ilustrada pelos exemplos seguintes: (i) *O avião* aterrou de emergência no aeroporto das Lages; *os pneus* rebentaram com o impacto. (ii) A Maria herdou *uma casa* no Minho; *o telhado e a parte eléctrica* têm de ser mudadas. Neste tipo de exemplos, há umnexo anafórico na medida em que as entidades referenciadas na segunda frase (os pneus, o telhado, a parte eléctrica) são interpretadas como partes da entidade designada por *o avião; uma casa*. Mas o que aqui está essencialmente em causa é uma relação semântica de todo-parte e, por isso, a segunda expressão nominal não remete, de facto, para toda a entidade referida pela primeira expressão nominal, mas apenas para uma parte dela. Nesse sentido, não consideraremos a chamada “anáfora associativa” neste capítulo.

## 20.2.2. Distinção entre co-referência e anáfora <sup>(13)</sup>

Apercebemo-nos, nos exemplos anteriores, que aquilo que em certos quadros teóricos é designado por anáfora abrange fenómenos distintos, não apenas pelo tipo de forma gramatical (nominal, pronominal, elipse, etc.) mas também porque é diferente a natureza referencial da forma “anafórica”.

Uma possibilidade de diferenciação seria então considerar que toda a relação que faz uso de uma forma que não tem “referência virtual” em si mesma, por exemplo, um pronome, é **anafórica**; toda a relação que faz uso de expressões nominais com “referência virtual” autónoma da primeira expressão (por exemplo, *o primeiro ministro, a aeronave* nos exemplos (4) e (5)) e que, dentro do espaço cognitivo activado pelos enunciados concretos, ganham a “referência actual” da primeira expressão é um exemplo de **co-referência** <sup>(14)</sup>.

Embora seja esta a opção teórica de muitos estudos actuais sobre a anáfora, não será ainda esta a estratégia adoptada neste capítulo, em parte porque sob a designação de “anáfora pronominal” se incluem fenómenos diferentes, como se procurará justificar.

A **anáfora** será aqui concebida como a anáfora ligada, a relação referencial que se estabelece entre certas expressões tradicionalmente consideradas pronominais, como os reflexos e os recíprocos, e que não têm nunca referência autónoma, e uma expressão que fixa o seu valor referencial, isto é, lhes serve de antecedente. É o que acontece por exemplo em (19):

- (19) [A criança]<sub>i</sub> magoou-se<sub>i</sub> no jardim.

A **co-referência** é a relação que se estabelece entre duas expressões nominais usadas com valor referencial <sup>(15)</sup>, quer a segunda seja um SN pleno quer seja um pronome pessoal ou demonstrativo (diferente, portanto, de um reflexo e de um recíproco), como em (20) e (21):

- (20) [O Pedro]<sub>i</sub> chegou de férias; [o rapaz]<sub>i,j</sub> vinha moreno e satisfeito.  
(21) [O Pedro]<sub>i</sub> chegou de férias; ele<sub>ij</sub> vinha moreno e satisfeito.

<sup>(13)</sup> No capítulo 7 os dois conceitos são incluídos na designação de *co-referência* ou *coesão endofórica*.

<sup>(14)</sup> Esta é a opção, entre outros, de Milner (1976: 66).

<sup>(15)</sup> Compare-se ainda com as seguintes definições de co-referência: “coincidência acidental de valores referenciais” (Lasnik, 1976), “co-referência sem dependência” (Evans, 1980), “co-referência sem ligação” (Otero, 1999).



Na interpretação mais natural dos exemplos, quer o SN *o rapaz* quer o pronome *ele* têm a mesma referência do SN anterior, *o Pedro*. No entanto, quer o SN quer o pronome têm “virtualmente” dois valores: ou remetem para uma entidade cuja referência é definida pela situação de enunciação (valor dêictico) ou remetem para uma entidade referida no discurso anterior (valor não dêictico). Quando há coincidência entre o valor referencial da expressão nominal ou do pronome com o da expressão nominal antecedente diremos que há co-referência <sup>(16)</sup>.

O que acabámos de apresentar já evidencia que a anáfora é, em geral, um caso de co-referência <sup>(17)</sup> mas nem todos os casos de co-referência são anafóricos, no sentido estrito deste termo.

Dada esta distinção, a partir deste momento designaremos **anáforas** apenas os reflexos e os recíprocos <sup>(18)</sup> e **pronomes** os pronomes pessoais de 3.ª pessoa. Deste modo, os pronomes *eu, tu, nós, vós* só têm valor dêictico, nunca podendo ter valor de co-referência.

Sobre a relação anafórica há condições de natureza lexical e sintáctica <sup>(19)</sup>; a co-referência, embora regulada por algumas condições de natureza sintáctica, é essencialmente um fenómeno marcado por factores semânticos, textuais e extra-linguísticos.

### 20.2.3. Anáfora ligada; condições sintácticas e lexicais

Tome-se de novo o exemplo (19), aqui retomado como (22) e ainda (23):

- (22) [A criança], magoou-se, no jardim.  
 (23) [A irmãzinha da Maria], lavou-se, sozinha.

Em (22) e (23) a expressão anafórica é a forma *se*; o reflexo não tem valor referencial em si mesmo e é necessariamente dependente do valor referencial do SN que é sujeito da frase.

<sup>(16)</sup> Repita-se, uma vez mais, que este valor é tradicionalmente considerado anafórico.

<sup>(17)</sup> Dizemos “em geral”, porque, quando o antecedente é uma expressão quantificada, não há, de facto, verdadeira co-referência (ver adiante sobre “pronomes ligados”).

<sup>(18)</sup> Neste capítulo não tratamos dos possessivos; no entanto, também nestes se pode discutir a existência de formas pronominais e anafóricas. No PE o possessivo anafórico por excelência parece ser  $\emptyset$  como em: a mãe viu a filha; a Maria cortou o cabelo.

<sup>(19)</sup> Além das condições que adiante se apresentarão, há uma condição muito importante e sobre a qual existe consenso: *só um constituinte pode ser o antecedente de uma anáfora*.

O reflexo é tipicamente o Objecto Directo, usando-se portanto com verbos transitivos. Isto acontece não só em frases simples, como (22) e (23), mas também em construções complexas em que há marcação excepcional de caso por parte do verbo superior (perceptivo ou causativo); como em (24) e em (25) (ver capítulo 15):

- (24) Eu deixei-me cair no sofá.  
 (25) A Maria viu-se a falar com o ministro.  
 (26) Nós sentimo-nos a chorar quase sem dar por isso.

O reflexo pode excepcionalmente ser um Objecto Indirecto, como em (27):

- (27) A Maria perguntou-se (a si mesma) se queria mesmo concorrer ao concurso.

Em (27) a oração completiva *se queria mesmo ...* é o Objecto Directo de *perguntar* e *se (a si mesma)* é o Objecto Indirecto.

A forma *se* pertence ao paradigma dos reflexos fracos: *me, te, se, nos, vos* <sup>(20)</sup>; mas existem igualmente formas fortes incluídas em construções preposicionais; *mim, ti, si, nós, vós*, como por exemplo em *a mim mesmo, a ti mesmo, a si mesmo, a nós mesmos, a vós mesmos*. Aliás, um teste para verificar a reflexividade de *se* é precisamente a paráfrase por *a si mesmo / próprio* <sup>(21)</sup>. Vejam-se os exemplos seguintes:

- (22') A criança magoou-se (a si mesma). <sup>(22)</sup>

<sup>(20)</sup> Vários autores têm considerado que os reflexos nas línguas românicas, por serem clíticos, poderão não ser verdadeiros argumentos dos verbos mas morfemas ou afixos, que, através de um processo lexical, tornam os verbos que são transitivos em intransitivos (Grimshaw, 1982, 1990; Marantz, 1984, entre outros). Cinque (1988) estabelece uma diferença entre os “verdadeiros reflexos” (que são argumentais) e os “reflexos inerentes” ou “pseudo-reflexos” (que são não-argumentais). Sobre este assunto ver adiante.

<sup>(21)</sup> Explorando esta possibilidade de “paráfrase” até às últimas consequências Mendiakoetxea (1999b: 1651) sugere que as anáforas reflexas nas línguas românicas em geral não são as formas fracas do tipo de *me, te, se, nos, vos* mas as formas fortes dos pronomes pessoais *mim, ti, si, nós, vós* acompanhadas de (a) ... *mesmo / próprio*. Neste capítulo, a posição adoptada é a tradicional, isto é, a de que os reflexos fracos são anáforas e a de que *próprio e mesmo* são reforços dos reflexos.

<sup>(22)</sup> A paráfrase não significa que *a criança se magoa de propósito*, mas apenas que o agente e o paciente do processo se referem a uma e só uma entidade do mundo real.

- (23') A irmãzinha da Maria lavou-se (a si mesma).  
 (24') Eu deixei-me (a mim mesma) cair no sofá.  
 (25') A Maria viu-se (a si mesma) a falar com o ministro.  
 (26') Nós sentimo-nos (a nós próprios) a chorar quase sem dar por isso.  
 (27') A Maria perguntou-se (a si mesma) se queria mesmo concorrer ao curso.

Há em português alguns verbos que surgem associados a formas idênticas aos reflexos; trata-se de verbos como *admirar-se*, *arrepender-se*, *atrever-se*, *indignar-se*, *lembrar-se*, *queixar-se*. *Admirar*, *lembrar* e *indignar* podem usar-se sem o pronome (o primeiro com alteração de significado), mas os outros não têm sequer a variante “não pronominal” (23):

- (28) A Maria admira-se (= surpreende-se) com o consumo exagerado dos jovens.  
 (29) A Maria admira muito (= aprecia) o Rachmaninoff.  
 (30) A Ana lembra-se (= recorda-se) muitas vezes da infância na Beira-Alta.  
 (31) A Ana lembra (= recorda) muitas vezes a infância na Beira-Alta.

A impossibilidade de paráfrase com *a si próprio / mesmo* (cf. 28') e o facto de *se* não receber nenhum papel temático (cf. 28'') mostra que não estamos perante verdadeiras anáforas reflexas:

- (28') \*A Maria admira-se a si própria com o consumo exagerado dos jovens.  
 (28'') A Maria <sub>Experienciador</sub> admira-se [com o consumo exagerado dos jovens] <sub>Causa/Tema</sub>

As formas *me*, *te*, *se*, *nos*, *vos* que aparecem com estes verbos são, portanto, uma propriedade lexical dos próprios verbos, sendo “reflexos inerentes” ou

(23) Também *suicidar-se* por ter a forma *sui-* tem um reflexo “inerente” ou “pseudo-reflexo” (Otero, 1999: 1463). Assim, a agramaticalidade de (i) é esperada:

(i) \*O homem suicidou-se a ele próprio.

De notar que o PB, que conserva o reflexo em frases como (ii):

(ii) O homem matou-se / o homem se matou

está a perder o *se* de *suicidar-se*:

(iii) O homem suicidou

o que reforça a ideia de se tratar de um “pseudo-reflexo”. (Agradeço a Mary Kato a informação sobre o PB).

“pseudo-reflexos”, uma especificidade das línguas românicas e do português em particular (24) (25).

A forma *se* pode ter também um valor recíproco, isolado ou seguido de *uns* + Prep. + *os outros*. Os exemplos (32), (33) e (34) ilustram construções recíprocas (26):

- (32) O rapaz e a rapariga beijaram-se.  
 (33) Vocês dançaram umas com as outras.  
 (34) (a) As pessoas agrediram-se umas às outras.  
 (b) Nós agredimo-nos (uns aos outros).

Sobre as construções recíprocas pesam algumas condições:

— o sujeito da frase deve ser plural ou coordenado, como é visível a partir da agramaticalidade de (35a) e (35b):

- (35) (a) \*O rapaz beijou-se (só gramatical se 'o rapaz se tiver beijado a ele próprio').  
 (b) \*A rapariga dançou / eu dancei uma com a outra.

— o sujeito e o recíproco devem exibir as mesmas marcas de concordância (género e número):

(24) Na sequência de Grimshaw (1982 e 1990) e Marantz (1984), Pesetzky (1995: 102-109) aproxima os verbos com “reflexos inerentes” em francês das construções inacusativas. Nesta língua, os verbos com “reflexos inerentes”, os verbos com reflexos argumentais e os inacusativos usam-se com o auxiliar *être* nos tempos compostos. Repare-se que a maior parte dos “reflexos inerentes” surge com verbos de experiência física (*lembrar-se*) e psicológica (*indignar-se*), verbos que seleccionam um papel de Experienciador para sujeito e um papel de Tema / Causa para oblíquo e cuja natureza especial foi destacada por vários autores, como Belletti e Rizzi (1988), Grimshaw (1990), Pesetzky (1995), entre outros. Estes comportamentos permitem colocar a hipótese de que o papel dos “falsos reflexos” ou “reflexos inerentes” é serem “destransitivizadores” (ver Otero, 1999: 1464 e ainda 20.5 adiante).

(25) Há prefixos verbais que indicam a reflexividade, como *auto-*; no entanto, não dispensam o emprego da forma *se*, que acaba por ser então um “pseudo-reflexo”. Por isso, a presença da paráfrase *a si mesmo* é motivo de agramaticalidade: (i) O homem autoflagelou-se; (ii) \*O homem autoflagelou-se a si próprio. (Cf. Otero, 1999: 1463).

(26) Sobre construções recíprocas do ponto de vista da relação anafórica veja-se, para o português, Branco (1992); do ponto de vista da sua inclusão nos verbos simétricos veja-se Fonseca (1993).

(39), (40) e (41) mostram, pois, de modos diferentes, que a relação anafórica é caracterizada pela localidade e que uma anáfora tem de ser ligada num domínio sintáctico mínimo.

O domínio mínimo de ligação é, portanto, a frase finita simples, um domínio em que, além da flexão marcada por concordância, existe um núcleo verbal e os seus argumentos, o argumento interno, se existir, e o externo, o sujeito<sup>(30)</sup>.

Vejam agora alguns exemplos em que a expressão anafórica ocupa uma posição de tópico marcado<sup>(31)</sup>:

(42) [A si própria], [a Maria], nunca deu uma oportunidade [-],

(43) [A si próprio], [o João], dá importância [-], até demais.

Nos exemplos (42) e (43), a expressão reflexa precede o antecedente, ao contrário do que tínhamos visto. Pode, contudo, manter-se as condições acima sugeridas se se propuser que a topicalização envolve o movimento de uma expressão para uma posição periférica à frase, presumivelmente de adjunção do SP a SFLEX (ver 12.4) e se se considerar que os princípios da relação anafórica

pl. Repare-se também que (41a) seria sempre mal formado não só por razões de ligação mas também por razões de caso, porque *si* é um oblíquo, o que é impossível na posição de sujeito.

<sup>(30)</sup> Chomsky (1981) identifica domínio mínimo de ligação e domínio de regência e define categoria de regência do seguinte modo: o domínio mínimo de ligação para  $\alpha$  é a menor categoria que contém  $\alpha$ , um regente de  $\alpha$  e um SUJEITO acessível a  $\alpha$ , em que SUJEITO é: (i) a categoria Flexão marcada [+ Conc] ou (ii) o sujeito propriamente dito. Chomsky (1986a) define *Complexo funcional completo* como o domínio mínimo de ligação, um domínio que consiste num núcleo e em todas as funções gramaticais compatíveis com esse núcleo, os complementos, se os tiver, e o sujeito.

Um dos interesses da perspectiva de Chomsky foi o de estender ao SN / SD os princípios da Teoria da Ligação. Se um SN contiver um sujeito próprio, normalmente um Agente ou um Possuidor, cria-se um potencial domínio de ligação. Uma anáfora deverá ser ligada e um pronome deverá ser livre dentro desse domínio. Veja-se os seguintes exemplos:

(i) \*Os meninos viram os meus desenhos um do outro.

(ii) Os meninos viram os desenhos um do outro.

O primeiro exemplo é agramatical porque a anáfora não encontra um antecedente dentro do SN e esse SN tem condições para ser um domínio de ligação. (ii) é bem formado porque o domínio de ligação é a frase e a anáfora tem como seu antecedente o sujeito. Em (iii):

(iii) Os meninos viram os meus desenhos deles.

o SN é um domínio de ligação definido pela presença de *meus* e nesse domínio o pronome é livre. (Sobre este tema ver as referências indicadas e ainda Brito, 1984; Raposo, 1992: capítulos 8 e 15; Mateus *et alii*, 1989: 329; Duarte e Brito, 1995: 299).

<sup>(31)</sup> Exemplos de Duarte (1987: 265).

actuam num nível gramatical que reconstrói, por assim dizer, os constituintes deslocados para a sua posição básica, como em (44) e (45); a esse nível, o antecedente c-comanda, de facto, a anáfora<sup>(32)</sup>:

(44) [A Maria], nunca deu uma oportunidade [a si própria],

(45) [O João], dá importância [a si próprio], até demais.

#### 20.2.4. A forma *si*

Justifica-se uma menção especial à forma *si*. *Si*<sup>(33)</sup>, enquanto forma isolada, tem valores pronominais, pois tem um valor dêictico, paralelo a *você*:

(46) Isto é para si.

Mas *si* comporta-se como uma anáfora ligada quando tem um antecedente, quer este seja um SN referencial quer seja uma expressão quantificada:

(47) O João sabe de si.

(48) Cada um sabe de si.

A sua identificação é dada pela relação com o antecedente, tal como se passa com os reflexos.

<sup>(32)</sup> Cf. Duarte (1987), baseada em Riemsdijk & Williams (1981). Esta análise teria actualmente alternativas. Na década de 80, e tomando como ponto de partida a sintaxe das línguas românicas, em particular do francês, em que há clíticos reflexos que podem ocupar uma posição pré-verbal. Kayne (1984) propôs que a elevação desses clíticos estava sujeita a várias condições (Condição do Sujeito Especificado e Condição da Oração Temporalizada). Com base nisso, Lebeaux (1983) e Chomsky (1986a) propuseram uma análise por movimento em Forma Lógica das anáforas. De acordo com esta análise, uma anáfora move-se em FL para FLEX (ou Conc do Sujeito, se se considerar a hipótese de Flexão dividida). Nessa posição, a anáfora estabelece uma relação de concordância Esp-núcleo com o sujeito. Este tipo de análise explica duas propriedades das anáforas: a concordância entre sujeito e anáforas em termos de traços de número e género (este último visível nos recíprocos) e a orientação para o sujeito. No quadro do Programa Minimalista (Chomsky, 1995: capítulo 3) propõe-se que o movimento de constituintes deixa uma cópia e não um vestígio. Desta maneira, os efeitos de reconstrução invocados por Duarte (1987) para explicar a "reflexivização para trás" na topicalização seriam automaticamente captados, porque o movimento do tópico deixaria uma cópia e não um vestígio.

<sup>(33)</sup> Ao contrário de *me, te, se, nos, vos*, que são formas reflexas fracas, *si* é uma forma forte, que só surge precedida de preposições e é acentuada.



(36) \*Os rapazes dançaram umas com as outras.

Como estamos a ver, reflexos e recíprocos são anáforas no sentido de anáforas ligadas, uma vez que são formas linguísticas cujo valor referencial é necessariamente definido pela relação com um antecedente. Como veremos já a seguir, **anáfora ligada** é a anáfora sob c-comando do antecedente. Ter um antecedente é, pois, a primeira e mais natural condição sobre as anáforas.

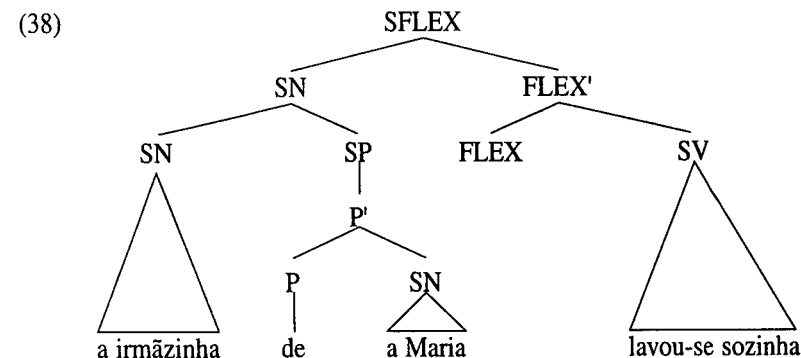
Vamos ver em seguida duas outras condições, a que se relaciona com a relação estrutural que antecedente e anáfora têm de manter e a que diz respeito à definição do domínio particular em que se pode estabelecer uma relação anafórica.

Tomemos de novo o exemplo (23), aqui renumerado como (37):

(37) [A irmãzinha da Maria]<sub>i</sub> lavou-se<sub>j</sub> sozinha.

Em (37), o antecedente da anáfora só pode ser o SN *a irmãzinha da Maria*; neste exemplo, o SN *a Maria*, que, em termos de compatibilidade de traços de género e número, seria um possível antecedente, está “demasiado encaixado” para poder sê-lo. Os exemplos mostram que é o SN sujeito o antecedente deste tipo de anáforas, o que pode ser dado em termos de c-comando<sup>(27)</sup>.

Em (37), cuja estrutura sintáctica se apresenta em (38), é todo o SN *a irmãzinha da Maria* que é o antecedente do reflexo e não apenas o SN *a Maria*, porque só o primeiro SN c-comanda o reflexo<sup>(28)</sup>:



Vejamos agora os exemplos seguintes:

- (39) (a) [As crianças]<sub>i</sub> disseram que eles<sub>j</sub> se<sub>j</sub> magoaram no jardim.  
 (b) [As crianças]<sub>i</sub> disseram que elas<sub>ij</sub> se<sub>ij</sub> magoaram no jardim.
- (40) (a) \*Os meninos disseram que *uns aos outros* tinham estado juntos.  
 (b) \*Os meninos ouviram a mãe falar *uns com os outros*.
- (41) (a) \*Si mesma lavou.  
 (b) ??Ela própria lavou.

Em (39a) a anáfora reflexa toma como seu antecedente o pronome *eles* sujeito da oração completiva. Em (39b) a situação é idêntica mas, neste caso, o pronome *elas* tem as mesmas marcas de género e número do SN superior; por isso, pode adquirir uma leitura co-referencial ou disjunta em relação ao SN superior, levando, assim, o reflexo a ter uma dupla interpretação.

A observação dos exemplos (40), com recíprocos, e de (41), de novo com reflexos, vem mostrar aquilo que já se percebia pela observação de (39): uma anáfora tem de ter o seu antecedente dentro da oração a que pertence (o que não acontece em (40a) nem em (40b) e daí a sua agramaticalidade); não pode ela própria ocupar a posição de sujeito (como se verifica nos exemplos (40a) e (41), que são agramaticais)<sup>(29)</sup>; entre o antecedente e a anáfora não pode interpor-se uma expressão nominal que seja, ela própria, um sujeito (veja-se (40b)).

<sup>(27)</sup> Cf. (12) em 20.1. Tem havido várias tentativas para dispensar definições de tipo configuracional como o c-comando e para derivar tal restrição da hierarquia de relações temáticas ou da hierarquia de funções sintácticas (para alternativas deste tipo ver Pollard e Sag, 1994, para o português ver Branco, 2000).

<sup>(28)</sup> A estrutura detalhada do SN que contém o complemento genitivo, assim como a estrutura do SV, são aqui irrelevantes.

<sup>(29)</sup> (41b) é um pouco melhor do que (41a) porque *ela própria* contém um pronome e *próprio*, que é uma expressão que, além de poder ser um reforço anafórico, também tem um valor de focalização (cf. Brito, 1990); por outro lado, neste exemplo, o objecto do verbo transitivo poderia ser nulo, por razões contextuais, o que contribui para uma maior aceitabilidade do exem-

Si tem igualmente o valor de anáfora de longa distância, isto é, de anáfora não localmente ligada, orientada para o sujeito, como mostra o exemplo (49):

(49) A Maria, soube directamente do João, que alguém tinha falado mal de si.

De facto, em (49) *si* não pode remeter para o SN *o João*, o que significa que a forma vai “procurar” o antecedente no sujeito superior. Frequentemente *si* vem acompanhado de *mesmo*, *próprio*, que são formas de reforço anafórico<sup>(34)</sup>:

(50) A Maria soube directamente do João que alguém tinha falado mal de si própria / mesma.

Em síntese, sobre a relação anafórica há condições de natureza lexical e sintáctica. Entre as condições sintácticas considerámos as seguintes:

(51) Uma anáfora tem de ter um antecedente.

(52) O antecedente da anáfora tem de a c-comandar.

(53) *Princípio sobre anáforas*:

Uma anáfora tem de ser ligada num domínio sintáctico mínimo<sup>(35)</sup>.

Embora a definição do domínio onde opera a anáfora seja a questão mais problemática, vimos que o *domínio sintáctico mínimo* é, caracteristicamente, a frase simples temporalizada e que nenhum sujeito se pode interpor entre a anáfora e o seu antecedente<sup>(36)</sup>. Na construção de topicalização a condição de c-comando parece ser contrariada, mas se se considerar que há reconstrução, tal condição é também respeitada<sup>(37)</sup>.

<sup>(34)</sup> Sobre o valor de *próprio* e *mesmo* e sobre anáforas de longa distância ver Brito (1990), Duarte e Brito (1995: 300-301) e Branco (2000: 4.3) para o português.

<sup>(35)</sup> (53) equivale ao Princípio A da Teoria da Ligação de Chomsky (1981: 188). Nessa obra invocava-se a noção de “categoria de regência”, enquanto aqui se recorre à noção mais vaga de “domínio de ligação” (a este propósito ver a nota 30).

<sup>(36)</sup> Nos últimos anos têm surgido vários tratamentos alternativos à Teoria da Ligação de Chomsky (1981) e (1986a). Um deles é o de Reinhart e Reuland (1993), que apenas trata de reflexos, deixando de lado os recíprocos.

<sup>(37)</sup> Neste capítulo não se faz propositadamente referência aos morfemas relativos, que tradicionalmente são vistos como anafóricos. Para uma discussão do seu estatuto relativamente à Teoria da Ligação ver Brito (1991: capítulo 3).

## 20.2.5. Formas das anáforas ligadas

O seguinte quadro apresenta, sinteticamente, as anáforas ligadas em português; o estatuto clítico / não clítico não será destacado, uma vez que em 20.5 e 20.6 essa distinção será exaustivamente analisada.

### Anáforas ligadas

| Pessoas gramaticais | Reflexos        |                                   |                              | Recíprocos |                                |
|---------------------|-----------------|-----------------------------------|------------------------------|------------|--------------------------------|
|                     | Anáforas locais | Anáfora local/ de longa distância | Reforço de anáforas reflexas |            | Reforço de anáforas recíprocas |
| 1.ª singular        | me              |                                   | a mim próprio/ mesmo         |            |                                |
| 2.ª singular        | te              |                                   | a ti próprio/ mesmo          |            |                                |
| 3.ª singular        | se              | si                                | a si próprio/ mesmo          |            |                                |
| 1.ª plural          | nos             |                                   | a nós próprios/ mesmos       | (nos)      | uns (prep.) outros             |
| 2.ª plural          | vos             |                                   | a vós próprios/ mesmos       | (vos)      | uns (prep.) outros             |
| 3.ª plural          | se              | si                                | a si próprios/ mesmos        | se         | uns (prep.) outros             |

## 20.3. Distribuição dos pronomes

### 20.3.1. Complementaridade das anáforas e dos pronomes

Nos parágrafos anteriores já nos referimos a **pronomes** mas ainda não se viu, de maneira sistemática, as condições que regulam a distribuição dos pronomes pessoais <sup>(38)</sup> de 3.ª pessoa *ele, ela, eles, elas* (formas de sujeito ou oblíquas), *o, a, os, as* (formas de objecto directo) e *lhe, lhes* (formas de objecto indirecto).

Tomemos os exemplos (1a) e (1b) e ainda outros:

- (1) (a) [As crianças]<sub>i</sub> disseram que eles<sub>j</sub> se<sub>j</sub> magoaram no jardim.  
(b) [As crianças]<sub>i</sub> disseram-se que elas<sub>ij</sub> se<sub>ij</sub> magoaram no jardim.
- (2) Ele<sub>i</sub> lavou o automóvel.
- (3) [A Maria]<sub>i</sub> lavou-a<sub>j</sub>.
- (4) [A Maria]<sub>i</sub> deu-lhe<sub>j</sub> a fotografia.
- (5) [A irmãzinha d[a Maria]]<sub>i</sub> lavou-a<sub>jk</sub> sozinha.
- (6) [Os meninos]<sub>i</sub> têm os brinquedos perto deles<sub>ij</sub>.
- (7) [Os meninos]<sub>i</sub> ouviram as histórias acerca deles<sub>ij</sub>.

Em (1) os pronomes *eles, elas* são livres no domínio da oração completiva; mas se em (1a) não pode estabelecer-se qualquer relação de co-referência com o SN que é sujeito superior porque o pronome não é compatível com ele em género, já *elas* em (1b) pode co-referir com essa expressão nominal.

Diremos então que o pronome, numa frase como (1b) pode ter duas leituras: uma leitura tradicionalmente considerada anafórica mas que chamaremos interpretação co-referencial ou “próxima”; uma leitura dêictica, porque remete para um qualquer indivíduo do contexto situacional; nesse caso, é disjunta ou “obviativa” relativamente ao SN existente na oração superior <sup>(39)</sup>.

<sup>(38)</sup> Recorde-se que a noção tradicional de pronome pessoal assenta, antes de mais, em critérios sintácticos: distribuição e funções sintácticas idênticas às dos “elementos nominais” (cf., entre outros, Cunha e Cintra, 1984: 277). No entanto, os pronomes pessoais não são uniformes, podendo distinguir-se formas fortes, formas fracas e clíticas (ver Cardinaletti e Starke, 1996 e 1999 e Kato, 1999). Em português, os pronomes pessoais distinguem-se pelo carácter clítico / não clítico e pelo caso (nominativo, acusativo, dativo, oblíquo).

<sup>(39)</sup> Ver Chomsky (1986a), que propõe as expressões “proximate” e “obviate”.

(2), com o pronome como sujeito, (3), com o pronome como objecto directo, e (4), com o pronome como objecto indirecto, aproximam-se porque o pronome não tem na frase qualquer possibilidade de ter uma expressão com a qual co-refira.

Já em (5), (6) e (7) a situação é diferente: em (5) o pronome *a*, embora não possa co-referir com o SN sujeito *a irmãzinha da Maria*, pode remeter ou não para o SN *a Maria*; em (6) e em (7) os pronomes inseridos em SP, que por sua vez fazem parte de um SAdv e de um SN, respectivamente, podem igualmente ter duas leituras, co-referencial ou disjunta <sup>(40)</sup>.

Ora, o que é comum a todos os exemplos é que, dentro do domínio sintáctico mínimo a que pertencem, os pronomes não podem ter uma interpretação ligada, embora alguns deles possam ter uma interpretação co-referencial. Explicando melhor: em todos os casos, o pronome é livre, no sentido de que não é ligado ou co-indexado por uma expressão que o c-comande.

Por outro lado, os pronomes podem surgir em posições sintácticas em que as anáforas não podem ocorrer. Basta comparar o exemplo (2) aqui renumerado como (8) com o exemplo (41a) do parágrafo anterior e aqui repetido como (9) para se perceber esse facto:

- (8) Ele<sub>i</sub> lavou o automóvel.
- (9) \*Si mesma lavou.

Podemos então concluir que existe complementaridade entre pronomes e anáforas, num duplo sentido: um pronome pode ocorrer em contextos em que uma anáfora não pode ocorrer e um pronome é livre em contextos em que uma anáfora é ligada <sup>(41)</sup>.

O seguinte princípio pode então propor-se:

- (10) *Princípio sobre pronomes:* <sup>(42)</sup>

Um pronome tem de ser livre num domínio sintáctico mínimo.

<sup>(40)</sup> De modo a explicar que o pronome tenha em (6) duas leituras, a co-referencial e a disjunta, poderia dizer-se que o SAdv (ou o SP) *perto deles* constitui o domínio de ligação para o pronome, uma vez que tem o pronome, o regente — o Advérbio ou a Preposição — e um sujeito, neste caso um pronominal nulo (PRO). É esta a explicação geralmente apresentada na Teoria da Regência e da Ligação.

<sup>(41)</sup> Recorde-se que um constituinte é livre se não for co-indexado com um constituinte que o c-comande e ligado se for co-indexado com um constituinte que o c-comande.

<sup>(42)</sup> Este corresponde ao Princípio B da Teoria da Ligação de Chomsky (1981: 188).

Com base neste enquadramento, retomemos o comportamento dos pronomes na complementação verbal com verbos superiores declarativos (*dizer*) ou de actividade mental (*achar, pensar*), como em (11) e similares, e com verbos volitivos ou optativos (*querer, desejar*):

- (11) (a) As crianças disseram que elas querem sair.
- (b) As crianças disseram que [-] querem sair.
- (12) (a) As crianças querem que elas saiam.
- (b) As crianças querem sair.

Em (11a), o domínio de ligação para o pronome é a frase encaixada, onde, de acordo com o princípio (10) acima apresentado, o pronome é livre, não ligado, podendo estabelecer ou não uma relação de co-referência com o SN superior. No entanto, sendo o português uma língua de sujeito nulo, a presença de um sujeito pronominal foneticamente realizado, como em (11a), favorece a leitura disjunta; pelo contrário, a ausência do sujeito em (11b) força a leitura co-referencial (sobre este assunto ver 20.4).

Em (12), temos igualmente uma construção completiva; mas o verbo que a selecciona é volitivo, sendo uma das suas propriedades a selecção de uma frase com um valor temporal dependente do da oração matriz. A leitura disjunta de *elas* é então a única disponível. A interpretação co-referencial está unicamente disponível em (12b), uma construção de Controlo ou de co-referência obrigatória, com sujeito nulo na oração infinitiva<sup>(43)</sup>.

Observemos ainda outros exemplos que nos vão permitir perceber melhor que a interpretação de pronomes, mesmo quando ela é co-referencial, é muito menos restringida que a das anáforas:

- (13) [As filhas d[as minhas amigas]<sub>j</sub>]<sub>i</sub> disseram que (elas)<sub>ij</sub> iam sair.
- (14) [As filhas d[as minhas amigas]<sub>j</sub>]<sub>i</sub> disseram que lhes<sub>ij</sub> foram enviados livros.

<sup>(43)</sup> Raposo (1985) parte da dependência temporal das orações seleccionadas por verbos como *querer, desejar* para propor que o domínio de ligação para o pronome é a frase superior e não a frase encaixada; nestas condições, o pronome é livre na oração globalmente considerada, não ligado pelo SN sujeito da oração superior (no exemplo *as crianças*), explicando a referência disjunta. Para um tratamento alternativo ver Martín (2001) que defende que mesmo as orações infinitivas, de Controlo, têm uma informação temporal que, na maior parte dos casos, depende da informação temporal da oração matriz, sendo determinada pela natureza lexical do predicado superior. (Sobre a interpretação de pronomes ver também Montalbetti, 1984 e 20.4 adiante).

- (15) O Rui<sub>i</sub> disse / prometeu à Ana<sub>j</sub> que (eles)<sub>ij</sub> iam ao teatro nessa noite.
- (16) \*O Rui<sub>i</sub> falou à Ana<sub>j</sub> acerca de si próprios<sub>ij</sub>.<sup>(44)</sup>

Em (13) e (14) os pronomes *elas* e *lhes* podem remeter quer para *as filhas das minhas amigas* quer para *as minhas amigas*, o que vem corroborar a ideia de que a interpretação co-referencial dos pronomes não obedece a nenhuma restrição configuracional, uma vez que o SN *as minhas amigas* não c-comanda o pronome.

O exemplo (15), por sua vez, revela que o possível antecedente do pronome pode ser descontínuo (*o Rui ... a Ana*). Pelo contrário, uma anáfora não pode ter um antecedente descontínuo, como é visível pela agramaticalidade de (16).

### 20.3.2. Formas de pronomes fortes

O quadro seguinte apresenta as formas fortes dos pronomes pessoais em português onde não surgem as formas clíticas, que serão tratadas em 20.5.

Pronomes pessoais (formas fortes)

|                     | Casos                 |                                |                         |
|---------------------|-----------------------|--------------------------------|-------------------------|
|                     | Nominativo            |                                | Oblíquo                 |
| Pessoas gramaticais | Apenas valor dêictico | Valor dêictico/ co-referencial |                         |
| 1.ª singular        | eu                    |                                | (prep.) mim, (co)migo   |
| 2.ª singular        | tu                    |                                | (prep.) ti, (con)tigo   |
|                     | você                  |                                | (prep.) si              |
| 3.ª singular        |                       | ele, ela                       | (prep.) ele, ela, si    |
| 1.ª plural          | nós                   |                                | (prep.) nós, con(nosco) |
| 2.ª plural          | vós                   |                                | (prep.) vós, (con)vosco |
|                     | vocês                 |                                |                         |
| 3.ª plural          |                       | eles, elas                     | (prep.) eles, elas, si  |

<sup>(44)</sup> Como vimos acima, *si* é uma anáfora; a frase melhoraria com *acerca deles próprios*, devido à presença do pronome *eles*.



### 20.3.3. Leitura ligada de pronomes

Há alguns contextos em que os pronomes e mais especificamente os possessivos podem ser ligados: é o que se passa quando expressões quantificadas em posição de sujeito são o antecedente de um pronome, como nos exemplos seguintes<sup>(45)</sup>:

- (17) Todos os pais gostam dos *seus* filhos.
- (18) Alguém trouxe um amigo *consigo*.
- (19) Cada trabalhador com 20 anos de serviço recebeu a *sua* reforma.

Nos exemplos os pronomes têm uma leitura ligada, anafórica, que muito simplificada se representa em (17'), (18') e (19'):

- (17') Para todo o x, se x é pai, x gosta dos filhos de x
- (18') Existe um x e x trouxe um amigo com x
- (19') Para todo o x, se x é trabalhador com 20 anos de serviço, x recebeu a reforma de x

Nestes exemplos, o antecedente quantificado c-comanda o pronome e, por essa razão, a interpretação do pronome só pode ser uma interpretação ligada.

## 20.4. Tipologia e distribuição das categorias vazias

Até este momento procurámos compreender as condições sintácticas mais relevantes que regulam a distribuição e a interpretação de três tipos de expressões nominais: as expressões referenciais, as anáforas, os pronomes<sup>(46)</sup>.

Vamos ver agora se algumas das condições sintácticas apresentadas são importantes para perceber a natureza e distribuição de **categorias vazias**.

<sup>(45)</sup> Sobre pronomes ligados ver, entre outros, Higginbotham (1980).

<sup>(46)</sup> Na Teoria da Regência e Ligação (Chomsky, 1981) os valores dos três tipos de expressões são descritos pelos traços anafórico e pronominal, da seguinte maneira:

Anáforas (reflexos, recíprocos): + anafórico; - pronominal  
Pronomes (pessoais de 3.ª pessoa): - anafórico; + pronominal  
Expressões referenciais (SN/SD): - anafórico; - pronominal.

## Vestígios de SN

Observemos, em primeiro lugar, construções que envolvem movimento de SNs para posições argumentais, como nas frases passivas e nas de elevação:

- (1) [Este livro]<sub>i</sub> foi lido [-]<sub>i</sub> pela Paula.
- (2) [Os miúdos]<sub>i</sub> parecem [-]<sub>i</sub> ter telefonado tarde.

Em (1) e (2) recuperamos o valor do SN objecto directo de *lido* e do SN sujeito de *ter telefonado* por relação com as expressões nominais na posição de sujeito, *este livro* e *os miúdos*, respectivamente. Parece assim que se estabelece um nexos anafórico. Vamos verificar se tal relação obedece às condições que regulam a anáfora ligada.

Se o movimento de SN na passiva se processar para fora da oração a que o SN pertence, o resultado é uma frase agramatical:

- (3) \* [Este livro]<sub>i</sub> foi afirmado que a Paula leu [-]<sub>i</sub>.
- (4) \* [Este livro]<sub>i</sub> foi afirmado que [-]<sub>i</sub> apresenta o estado da questão.

Também na elevação, se o movimento de SN se processar para fora de uma frase flexionada (quer finita quer contendo o infinitivo flexionado), o resultado é igualmente agramatical:

- (5) \* [Os miúdos]<sub>i</sub> parecem que [-]<sub>i</sub> telefonaram tarde.
- (6) \* [Os miúdos]<sub>i</sub> parecem [-]<sub>i</sub> telefonarem tarde.
- (7) \* [Os miúdos]<sub>i</sub> parecem que os pais chamaram [-]<sub>i</sub>.

Assim, os vestígios de SNs deslocados estão sujeitos ao princípio que viamos caracterizar as anáforas lexicais e que estipula que têm de ser ligadas num domínio sintáctico mínimo<sup>(47)</sup>.

<sup>(47)</sup> Tal como as anáforas, os constituintes movidos têm de c-comandar os seus vestígios; dessa condição resulta que não há movimentos para a direita, não há movimento de sujeito para objecto, etc.. Sobre a aproximação de vestígios de SN ou de morfemas wh (relativos, interrogativos e exclamativos) a anáforas e a variáveis, respectivamente, ver Chomsky (1981); Aoun (1985), entre outros. Rizzi (1986) propõe uma teoria alternativa: as categorias vazias estão sujeitas a dois tipos de condições: de legitimação formal e de identificação de conteúdo. Para uma apresentação de vários tratamentos sobre categorias vazias no quadro da Teoria da Regência e da Ligação ver Raposo (1992, em particular capítulo 16). No quadro do Programa Minimalista (Chomsky, 1995), aproxima-se vestígios (de SN e de morfemas Qu-) a cópias dos constituintes movidos.

O facto de estes movimentos se darem para uma posição argumental, a de sujeito, permite dizer que a relação SN — vestígio é um caso particular de relação anafórica ou de ligação argumental.

### Vestígios de morfemas relativos, exclamativos e relativos

Contrastando com o movimento de SNs, o movimento de sintagmas interrogados, exclamativos e relativos não é limitado a uma oração, como o mostra a possibilidade de movimento longo ilustrado nos seguintes exemplos<sup>(48)</sup>:

- (9) Quem<sub>i</sub> é que a Maria disse que ela traz [-]<sub>i</sub> para jantar?
- (10) [Que bonito filme]<sub>i</sub> que ela disse que viu [-]<sub>i</sub> este Verão!
- (11) O filme [que]<sub>i</sub> as nossas amigas disseram que viram [-]<sub>i</sub> é franco-belga.

Em 12.2, 12.3 e capítulo 16, tivemos ocasião de ver que o Movimento Q (movimento de morfemas interrogativos, exclamativos e relativos) se processa para uma posição inicial de frase, que então identificámos como a de Esp de SCOMP, podendo, nas exclamativas, tais constituintes coexistir com o complementador (como em (10)). Porque essa posição final é não argumental e porque a motivação de tais movimentos está relacionada com problemas de escopo, é costume designar a relação entre constituintes Q e seus vestígios um caso de ligação não argumental, sendo tais vestígios do tipo variável.

Vejamos como se comportam as variáveis relativamente aos princípios da Teoria da Ligação anteriormente apresentados. Para isso, analisemos as possibilidades de se estabelecerem nexos de co-referencialidade com outros constituintes presentes na mesma frase<sup>(49)</sup>:

- (12) \* Quem<sub>i</sub> é que ele<sub>i</sub> adora [-]<sub>i</sub>?
- (13) \* Quem<sub>i</sub> é que ele<sub>i</sub> pensa que [-]<sub>i</sub> ganhou a corrida?

As construções são agramaticais na interpretação assinalada pelos índices, isto é, se *quem*, o pronome *ele* e o vestígio denotarem a mesma entidade; para (12), por exemplo, está excluída uma interpretação como a seguinte:

<sup>(48)</sup> Sobre esta problemática ver Bresnan (1976), Chomsky (1977), Cinque (1990), Rizzi (1990) entre outros.

<sup>(49)</sup> A este fenómeno dá-se o nome de Cruzamento Forte. A relação entre o morfema Q e a variável é vista como um caso de ligação A barra. Ver Chomsky (1981), para o português Brito (1991), Raposo (1992: capítulos, 14, 15 e 16).

- (14) Para qual x, x adora x

A agramaticalidade de (12) e de (13) deve-se ao facto de a variável ser coindexada com o pronome *ele*, que ocupa uma posição A e que c-comanda a variável. Quer dizer, as variáveis devem ser livres, caindo então sob o princípio sobre expressões referenciais já apresentado<sup>(50)</sup>.

### Pronomes nulos

Também os pronomes podem ser nulos, como tivemos ocasião de ver noutras passagens desta gramática.

Considerem-se alguns exemplos ilustrativos:

- (16) Vamos sair.
- (17) Chove.
- (18) O João encontrou a Joana e [-] foi-se embora.
- (19) O João encontrou a Joana e [-] beijaram-se.
- (20) As crianças disseram que [-] se magoaram.
- (21) A Maria quer [-] candidatar-se.
- (22) Sonhar é preciso.

Em (16), o sujeito é um pronome nulo (*pro*), dêictico e necessariamente livre na oração a que pertence, embora a sua identificação (como pronome de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> ou 3.<sup>a</sup> pessoa do singular ou do plural) seja feita pela forma da concordância verbal.

Nesse primeiro exemplo, o pronome nulo é argumental, contrastando com o que se passa em (17), onde o pronome nulo é não argumental, visto estarmos na presença de um verbo “metereológico”. (16) e (17) são realizações típicas numa língua de sujeito nulo como é o português europeu<sup>(51)</sup>.

Nas frases (18) e (19), que contêm uma estrutura de coordenação, o sujeito é nulo no segundo membro coordenado<sup>(52)</sup>. Tanto esse sujeito nulo como o

<sup>(50)</sup> Cf. Princípio C: Uma expressão referencial tem de ser livre. Nas orações relativas, há uma dupla relação de coindexação: entre o morfema relativo e a variável deixada pelo seu movimento e entre o morfema relativo e o SN antecedente: [o livro]<sub>i</sub> que eu comprei [v]<sub>i</sub>.

Este facto levou Chomsky (1982: 31) a propor a seguinte reformulação do Princípio C: Uma expressão referencial deve ser A-livre (no domínio do seu operador).

<sup>(51)</sup> Sobre sujeitos pronominais nulos ver, entre outros, Rizzi (1986); para o português Raposo (1992: capítulo 16), Kato (1999); 12.1 desta gramática e referências aí apresentadas.

<sup>(52)</sup> Sobre o comportamento dos pronomes nulos e lexicalmente realizados em estruturas de coordenação ver Matos (1991); Costa, Faria e Matos (1998) e capítulo 14 desta gramática.

correspondente *ele, eles* são livres, no sentido de não ligados por um antecedente<sup>(53)</sup>.

É esse pronome nulo na frase coordenada que constitui o antecedente do reflexo, em (18), e do recíproco, em (19), o que permite manter a localidade da relação anafórica. Tanto em (18) como em (19) a leitura do sujeito nulo é, sem dúvida, a co-referencial.

O exemplo (19) é interessante a outro nível, pois o possível antecedente do pronome (nulo) é descontínuo (*o João ... a Joana*), o que é uma propriedade que distingue pronomes de anáforas, como já tínhamos visto acima.

Quanto às frases contendo orações completivas, exibidas em (20) e (21): com verbos superiores declarativos, como *dizer*, ou com verbos de actividade mental ou epistémicos, como *achar, pensar*, e com pronome nulo na frase complemento a interpretação mais forte é a co-referencial<sup>(54)</sup>. Com o pronome lexicalmente realizado a interpretação mais natural é a disjunta, como já tínhamos visto no ponto anterior.

Esta situação contrasta com o que se passa com verbos volitivos e optativos, como em (21), aqui repetido, e em (23):

- (21) A Maria<sub>i</sub> quer [-]<sub>i</sub> candidatar-se.  
(23) A Maria<sub>i</sub> quer que [-]<sub>i</sub> se candidate.

Para exprimir a co-referência, como em (21), a única possibilidade é uma construção de **Controlo**<sup>(55)</sup> entre a expressão nominal da oração superior e o

<sup>(53)</sup> Cf. Princípio (10) em 20.3.

<sup>(54)</sup> Suñer (1984) chama a este pronome nulo pro controlado, pois esta leitura está estreitamente ligada à natureza lexical dos verbos superiores. Ver também capítulo 15 desta gramática.

<sup>(55)</sup> Chomsky considera que a identificação do conteúdo de PRO é por Controlo, uma relação de co-referência obrigatória distinta da Ligação, baseado em dados como os seguintes, em que um SN em posição de objecto directo (i) ou indirecto (ii) pode controlar um sujeito nulo:

- (i) O João persuadiu o amigo a ir sair.  
(ii) O João pediu ao amigo para sair.

No entanto, Costa, Faria e Matos (1998: 186, nota 7), baseados em Haegeman (1992), apresentam dados como os seguintes:

- (iii) Os amigos do Luís pedem para participar na reunião.

(iv) A Ana obrigou os amigos do Luís a participar na reunião, em que o antecedente do sujeito nulo da oração infinitiva nunca poderia ser *o Luís*, sugerindo assim que a relação de c-comando é aqui pertinente.

sujeito nulo da frase complemento infinitiva<sup>(56)</sup>. Para distinguir este tipo de pronome nulo é costume marcá-lo como PRO<sup>(57)</sup>:

- (21') A Maria<sub>i</sub> quer [PRO]<sub>i</sub> candidatar-se.

O pronome nulo na frase complemento com conjuntivo, como em (23), é obrigatoriamente interpretado como disjuncto do SN sujeito da oração superior, estando limitado à interpretação de *você*.

Finalmente, examinemos o exemplo (22):

- (22) Sonhar é preciso.

(22) é uma oração complexa contendo uma oração infinitiva (*sonhar*) como sujeito. Neste tipo de exemplos, a existência de um pronome nulo na oração infinitiva é justificada pelo facto de o verbo seleccionar um argumento externo. Ao contrário do que se passa nos exemplos anteriores, aqui a única interpretação disponível é a de "qualquer pessoa". Diremos então que há um pronome (PRO) não controlado, de interpretação arbitrária<sup>(58)</sup>.

<sup>(56)</sup> O Controlo de PRO não está associado ao valor positivo do Parâmetro de Sujeito Nulo pois em línguas como o francês e o inglês passam-se os mesmos fenómenos aqui referidos para o português.

<sup>(57)</sup> Na Teoria da Regência e da Ligação, considera-se que a distribuição de PRO obedece ao seguinte teorema: PRO é não regido (ver, para o português, Raposo, 1992: capítulo 11). Em Chomsky (1995: capítulo 1), põe-se em causa este teorema e partindo da distinção entre reger e atribuir caso, sugere-se que PRO é um SN argumental "mínimo" que pode ser acessível a um caso nulo, o que põe em causa a distinção entre pro e PRO. Desenvolvendo esta ideia, Martin (2001) propõe que os contextos de aparecimento de Controlo de PRO — as orações infinitivas — ao contrário da posição tradicional, têm um traço [+ Tempo]: um tempo futuro, como se passa com verbos de tipo *querer*: (i) Bob quer comprar uma nova máquina fotográfica; um tempo Passado: (ii) O Brasil parece ter ganho o campeonato do mundo; ou um valor temporal / modal como em (iii) Sara ouve / ouvirá música para aborrecer a mãe (tradução minha dos exemplos). Neste sentido, PRO recebe caso nulo de [+ Tempo], por concordância Esp-núcleo, não sendo necessário invocar nem a noção de regência nem o Teorema de PRO.

<sup>(58)</sup> Partindo do paralelo entre (i) e (ii):

- (i) It is convenient for us [for others to do the hard work]  
(ii) It is common [e to hurt oneself]

Chomsky (1995: 36) coloca a hipótese de o PRO "arbitrário" em (ii) ter, na realidade, um controlador oculto, pois subentende-se "para alguém".

Nos parágrafos anteriores foram apresentadas algumas condições sintácticas que regulam a distribuição de expressões referenciais, anáforas e pronomes. Mostrou-se que a relação de dependência referencial abrange duas situações: a co-referência e a anáfora. A anáfora é regulada por condições de natureza lexical e sintáctica, enquanto a co-referência é essencialmente condicionada por razões semânticas e pragmáticas.

Vimos que os princípios que regulam anáforas, expressões referenciais e pronomes são extensíveis, com algumas adaptações, a categorias vazias: vestígios de SNs, variáveis e pronomes nulos<sup>(59)</sup>.

Nos pontos seguintes será estudada a sintaxe dos pronomes clíticos especiais. Embora se faça menção ao valor de anáfora ou ao valor de pronome que tais formas podem assumir do ponto de vista referencial, o objectivo fundamental será o de caracterizar a sintaxe dos clíticos por oposição às formas fortes dos pronomes.

## 20.5. Tipologia dos pronomes clíticos

### 20.5.1. Propriedades gerais caracterizadoras dos pronomes clíticos

#### Pronomes pessoais e clíticos

De entre os pronomes pessoais, destacam-se os **pronomes clíticos**, também designados pronomes átonos ou clíticos especiais<sup>(60)</sup>. Os pronomes pessoais denotam a pessoa gramatical das entidades participantes no acto de comunicação (locutor, ouvinte e entidade acerca da qual se fala). Os pronomes clíticos

<sup>(59)</sup> O paralelismo entre expressões nominais foneticamente realizadas e as categorias nulas assumido na Teoria da Regência e Ligação é visível quando se propõe, para as categorias vazias, a seguinte análise em termos dos traços anafórico e pronominal:

vestígio de SN: + anaf.; - pronominal  
 vestígio de morfemas Q: - anaf.; - pronominal  
 pro: - anaf.; + pron  
 PRO: + anaf.; + pronominal.

<sup>(60)</sup> A designação de pronomes átonos é a corrente na tradição gramatical (cf. Said Ali 1908; Cunha e Cintra, 1984; Bechara, 1999); a noção de clíticos especiais foi introduzida por Zwicky (1977).

correspondem prototipicamente às formas átonas do pronome pessoal que ocorrem associadas à posição dos complementos dos verbos. O seguinte quadro mostra a distribuição dos clíticos não-reflexos e reflexos, consoante a pessoa gramatical e a forma casual a que correspondem:

| Pessoas gramaticais | Clíticos não-reflexos |        | Reflexos           |
|---------------------|-----------------------|--------|--------------------|
|                     | Acusativo             | Dativo | Acusativo / Dativo |
| 1.ª singular        | me                    | me     | me                 |
| 2.ª singular        | te                    | te     | te                 |
| 3.ª singular        | o/a                   | lhe    | se                 |
| 1.ª plural          | nos                   | nos    | nos                |
| 2.ª plural          | vos                   | vos    | vos                |
| 3.ª plural          | os/as                 | lhes   | se                 |

Porém, como veremos mais pormenorizadamente na secção 20.5.3, os pronomes clíticos não se limitam a denotar a pessoa gramatical, podendo exibir uma função predicativa, ou revestir-se de propriedades morfo-sintácticas características de alguns sufixos derivacionais. Assim, enquanto os clíticos presentes nos exemplos (1) e (2) se enquadram na definição tradicional de pronome pessoal, designando uma das entidades envolvidas no processo de comunicação, o mesmo não se passa em (3) ou (4):

- (1) (a) Ele viu-*me* ontem na praia.  
 (b) Eu ofereci-*lhes* um gelado (a cada um).
- (2) (a) As crianças lavaram-*se* rapidamente antes de ir para a escola.  
 (b) Eles cumprimentaram-*se* um ao outro cerimoniosamente.
- (3) Simpáticos para nós, eles sempre assim *o* foram.
- (4) Os cafés entornaram-*se* devido ao desequilíbrio do empregado.

Em (3) o clítico denota um predicado e não uma entidade. Esta propriedade semântica apresenta uma contrapartida formal: embora inicialmente a origem deste clítico tenha sido a forma do pronome pessoal neutro latino, *illud*, no português actual, em que o género neutro do pronome foi assimilado à forma não marcada no masculino singular, o clítico invariável *o* é o correlato do pronome forte demonstrativo *isso*. Esta característica é atestável em frases como as seguintes, em que o clítico demonstrativo ocorre em posição argumental de

objecto directo de uma frase passivizável. Nestes casos o correspondente do pronome clítico na posição de sujeito da oração passiva é o demonstrativo *isso* e não o pronome *ele* <sup>(61)</sup>.

- (5) A Ana disse-*o*.  
 (6) (a) *Isso* foi dito pela Ana.  
 (b) \**Ele* foi dito pela Ana.

Por outro lado, em (4), apesar de o clítico apresentar a forma do pronome reflexo, a sua função não é, de novo, designar uma entidade, mas antes de-transitivizar o verbo, como se pode ver pelos exemplos em (7), em que (7a) contrasta com (4), apenas pela ausência do pronome clítico:

- (7) (a) ?Os cafés entornaram devido ao desequilíbrio do empregado.  
 (b) Um dos clientes entornou os cafés.

Em suma, a inclusão dos pronomes clíticos nos pronomes pessoais, embora pareça formalmente pertinente, não permite estabelecer um paralelo exacto entre as formas fortes do pronome pessoal e as formas clíticas, em termos do seu significado e das funções que desempenham.

### Clíticos especiais vs. clíticos simples <sup>(62)</sup>

Os pronomes clíticos partilham com outras unidades lexicais, como as preposições e os artigos, a propriedade de serem átonas, e por isso, dependentes de itens lexicais com acentuação própria, usualmente designados como seus **hospedeiros** <sup>(63)</sup>.

<sup>(61)</sup> O espanhol conserva a forma pronominal forte "ello", restringida aos mesmos contextos em que no português se usa *isso*, ou seja, para denotar fundamentalmente orações, predicados e "sintagmas nominais neutros" (Soriano, 1999: 1241). Alguns autores notam, no entanto, que em espanhol este pronome neutro está a dar lugar ao demonstrativo *eso* 'isso'.

No português, mesmo em usos específicos em que o neutro se mantém em espanhol, como em (i), ocorre o demonstrativo invariável:

(i) Venga, vamos a *ello* / # *eso*! (Soriano, 1999:1242)

(ii) Vamos a *isso*!

<sup>(62)</sup> A distinção entre clíticos simples e clíticos especiais, que remonta a Zwicky (1977), foi desenvolvida para o português em Vigário (1999, 2001) e Duarte *et alii* (2001).

<sup>(63)</sup> Note-se, no entanto, que *contra* foge a esta regra, uma vez que pode surgir isoladamente.

(i) Ele votou a favor da proposta, mas eu votei *contra*.

(ii) Se vais tomar essa atitude, fica sabendo que eu estarei *contra*.

É esta propriedade que determina a impossibilidade de qualquer destas subclasses de palavras surgir isoladamente no discurso (cf. (8), (9) e (10)).

- (8) — Vens de Lisboa ou vais para Lisboa?  
 \*— *Para*. vs. — Para Lisboa.  
 (9) — Ele terá lido o livro ou a revista?  
 \*— *A*. vs. — A revista.  
 (10) — Ele falou a alguém quando entrou na sala?  
 \*— *Me!* vs. — A mim!

Tendo por base apenas este critério acentual, todas estas unidades foram caracterizadas como clíticas <sup>(64)</sup>. Adicionalmente, exemplos como os seguintes sugerem que há uma conexão particular entre as formas do artigo definido e os pronomes clíticos:

- (11) (a) Ele comprou *os* que se encontravam em promoção.  
 (b) Ele comprou *os* livros que se encontravam em promoção.  
 (12) Ele comprou-*os* porque se encontravam em promoção.

Essa correlação é aliás historicamente reconhecida em relação às terceiras pessoas do pronome não-reflexo, pois tanto o artigo como o pronome clítico provêm do acusativo do demonstrativo latino *ille, illa, illud* <sup>(65)</sup>.

Porém, a semelhança entre os pronomes clíticos e os artigos não é extensível às restantes formas pronominais: os clíticos de 1.<sup>a</sup> e de 2.<sup>a</sup> pessoa, bem como os reflexos de 3.<sup>a</sup> pessoa, derivam dos pronomes pessoais correspondentes latinos <sup>(66)</sup>.

Além disso, independentemente da sua origem diacrónica, os pronomes clíticos apresentam na sua globalidade propriedades formais específicas que justificam a designação que lhes foi atribuída de *clíticos especiais*, por oposição às restantes classes de palavras átonas (artigos e preposições) referidos por vezes como *clíticos simples* <sup>(67)</sup>.

Assim, os pronomes clíticos, diferentemente das preposições e dos artigos, mesmo quando designam um complemento do verbo, não ocorrem na posição

<sup>(64)</sup> Há preposições que, embora não possam surgir isoladamente, não são acentualmente átonas. É o caso de *até* e *após*.

<sup>(65)</sup> Veja-se, por exemplo, Williams (1891), Nunes (sem data).

<sup>(66)</sup> Veja-se Ernout e Thomas (1951), Vincent (1988).

<sup>(67)</sup> Para argumentos semelhantes contra a identificação entre os pronomes clíticos e os artigos no galego veja-se Otero (1996).

canónica característica desse complemento, mas antes em adjacência estrita ao verbo. Os exemplos seguintes mostram o contraste de comportamento entre os clíticos especiais (em (13a) e (14a)) e os complementos objecto directo e indirecto exibindo clíticos simples (em (13b) e (14b)), que ocorrem pela ordem Verbo - Objecto Directo - Objecto Indirecto, canónica em português.

- (13) (a) Eles enviaram-*lhes* todas as informações pela internet.  
 (b) Eles enviaram todas as informações [*aos* que as solicitaram] pela internet.
- (14) (a) Ele só *os* comprou porque estavam em promoção.  
 (b) Ele só comprou [*os* que estavam no supermercado] porque estavam em promoção.

Além disso, quando vários clíticos co-ocorrem, a ordem por que surgem é igualmente distinta da canónica, aparecendo primeiro o clítico impessoal (sujeito), depois o clítico dativo e por fim o acusativo, como ilustrado em (15):

- (15) (a) Não *se lhos* comprou, porque não estavam em promoção.  
 (b) Compra-*se lhos* logo que seja possível.

Uma segunda propriedade distingue estes dois tipos de clíticos no português actual: os clíticos especiais cliticizam numa classe de palavras específica, o verbo — vejam-se os exemplos em (16a) e (16b), em que, do ponto de vista semântico, o clítico está associado ao núcleo nominal do objecto directo e ao predicativo do sujeito adjectival, como mostram (16c) e (16d) <sup>(68)</sup>. Pelo contrário, os artigos e as preposições dependem acidentalmente da palavra que se lhes segue imediatamente, como ilustrado em (17) e (18).

- (16) (a) Ela conhece-*lhes* todos os gostos.  
 (b) Nós estamos-*lhe* muito gratos.  
 (c) Ela conhece todos os gostos *deles*. vs. \* Ela conhece todos os *lhes* gostos.  
 (d) Nós estamos muito gratos *a ele*. vs. \* Nós estamos muitos gratos-*lhe*.

<sup>(68)</sup> No português europeu, os pronomes clíticos não cliticizam em qualquer forma verbal. As formas flexionadas exibindo tempo gramatical não inerte são aparentemente os únicos hospedeiros legítimos dos clíticos especiais (ver 20.6.2).

- (17) (a) *O* [<sub>N</sub> dicionário] (...)  
 (b) *O* [<sub>A</sub> volumoso] dicionário de língua portuguesa (...).  
 (c) *O* [<sub>SP</sub> de [<sub>N</sub> lombada] creme] (...).
- (18) (a) *De* [<sub>Quant</sub> todos] eles, o mais simpático é o António.  
 (b) *D(e)* [<sub>Pron</sub> eles], o mais simpático é o António.  
 (c) *De* [<sub>N</sub> livros], o Pedro só fala com os colegas.

Os pronomes clíticos diferem igualmente dos artigos e das preposições por não terem uma posição fixa relativamente ao seu hospedeiro, podendo precedê-lo (*próclise*), segui-lo (*ênclise*) ou ocorrer no seu interior (*mesóclise*). Os artigos e preposições, pelo contrário, precedem sempre a palavra que afectam:

- (19) (a) Esses livros só *se* vendem nas grandes livrarias.  
 (b) Esses livros vendem-*se* só nas grandes livrarias.  
 (c) Esses livros vender-*se-iam* também na livraria da Faculdade.
- (20) (a) Esses livros são *para* nós.  
 (b) \*Esses livros são nós *para*.
- (21) (a) *Os* livros chegaram.  
 (b) \*Livros *os* chegaram.

Os pronomes clíticos, em ênclise, distinguem-se ainda dos artigos definidos de que são homónimos pelo facto de eles e as formas verbais em que cliticizam apresentarem propriedades fonológicas idiossincráticas, consagradas na língua padrão, como mostram os exemplos em (22) por oposição aos de (23) <sup>(69)</sup>.

- (22) (a) Tu comes; eu como-*o*, tu come-*lo*; podes comê-*lo*; eles comem-*no*.  
 (b) Damos; damo-*nos*.
- (23) (a) Comes *o* bolo vs. \* Come *lo* bolo.  
 (b) Damos *nos* cursos essas matérias vs. \* Damo *nos* cursos essas matérias.

O pronome clítico *o(s)/a(s)* assume a forma *lo(s)/la(s)* quando a forma verbal termina em /s/ ou /r/, dando-se, simultaneamente o desaparecimento destes elementos. O clítico apresenta-se como *no(s)/na(s)* quando a forma verbal termina em nasal. Estas alterações não se registam na língua padrão quando o verbo é seguido de artigos definidos (cf. (23a)) ou preposições (cf. (23b)).

<sup>(69)</sup> Sobre este assunto veja-se Vigário (1999, 2001).

## 20.5.2. As construções de *Redobro* e *Extracção Simultânea* de clítico

### Redobro de clítico

Vimos que os pronomes clíticos, apesar de poderem funcionar como complementos do verbo, não ocupam as posições canónicas destes. Em línguas como o português essas posições podem ainda ser preenchidas por material lexical, como em (24). Nesse caso estamos perante uma construção de redobro de clítico.

- (24) (a) Encontrámo-las *a elas* na feira do livro.  
(b) Os professores ofereceram-lhes gelados *a todos* no dia da criança.  
(c) Nós conhecemo-nos *a nós próprios/a nós mesmos* melhor do que a ninguém.  
(d) Os carros cruzaram-se *um com o outro* a alta velocidade.

Nas construções de redobro de clítico, a forma do constituinte redobrado varia consoante o pronome é não-reflexo, reflexo ou recíproco. No primeiro caso, o constituinte em posição canónica é ou um pronome pessoal forte (em (24a), *elas*) ou um quantificador (como *todos* em (24b)). Como mostram os contrastes entre (25) e (26), explícita ou implicitamente, a presença do pronome pessoal em posição argumental é requerida em caso de redobro, não sendo possível o aparecimento de nomes próprios ou comuns, nem de quantificadores ou determinantes que não co-ocorreram com o pronome pessoal forte <sup>(70)</sup>.

- (25) (a) Encontrámo-las *a elas cinco* na feira do livro.  
(b) Encontrámo-las *a elas as cinco* na feira do livro.  
(c) Os professores ofereceram-lhes gelados *a todos* eles no dia da criança.  
(26) (a) \*Encontrámo-las *às raparigas* na feira do livro.  
(b) \*Encontrámo-las *a algumas / a essas*.  
(c) \*Os professores ofereceram-lhe gelados *ao João*.

Nas construções reflexas, o constituinte redobrado pelo clítico é constituído por um pronome forte e um item anaforizador *próprio/a(s) ou mesmo/a(s)*.

<sup>(70)</sup> Em algumas variedades do espanhol, é possível a ocorrência de nomes em construções de redobro de clítico, como reportado em Kayne (1975) e Jaeggli (1982), entre outros.

(i) Lo vimos a Juan.

Nas construções recíprocas, a expressão redobrada assume a forma *um/uma(s)+Preposição+ outro/a(s)*.

Em casos de redobro, o constituinte em posição de complemento do verbo exhibe sistematicamente uma preposição. Em frases com o pronome pessoal não-reflexo ou reflexo, quando o clítico corresponde ao acusativo ou ao dativo, os constituintes redobrados são precedidos da preposição *a* (vejam-se os casos de objecto directo em (24a) e (24c) e o de objecto indirecto em (24b)).

Nas construções recíprocas, para além da preposição *a*, presente nos casos de redobro de objecto directo e indirecto (cf. (27)), outras proposições podem ocorrer, de acordo com a selecção do verbo (cf. (24d) e (28), caso sem redobro de clítico):

- (27) (a) Eles cumprimentaram-se *um ao outro*.  
(b) As crianças ofereceram-se presentes *uma à outra*.  
(28) (a) O Pedro e a Ana pensam *um no outro*.  
(b) Vocês gostam muito *um do outro*.

Caracteristicamente, nas construções de redobro de clítico, o constituinte redobrado ocupa uma posição argumental. Assim, exemplos como (29), em que o constituinte na periferia esquerda da frase é retomado pelo clítico, não são usualmente considerados como casos de redobro de clítico. Corroborá esta posição o facto de as expressões nominais realizadas não se restringirem a elementos pronominais e não poderem ser quantificadas.

- (29) (a) As raparigas, vimo-las ontem na feira do livro.  
(b) \*Todas elas, vimo-las ontem na feira do livro.

### Omissão de clítico em construções de *Extracção Simultânea*

No português, apesar de serem possíveis complementos nulos, os casos de omissão de clítico, quando este está associado a posições argumentais, são sentidos como indutores de construções específicas, em especial de Objecto Nulo <sup>(71)</sup>.

- (30) Ele reconheceu [-] imediatamente.

<sup>(71)</sup> Sobre Objecto Nulo em português europeu vejam-se Raposo (1986), Duarte (1987), Raposo (1998), Costa e Duarte (2001) e 12.6.2 e 21.4.1 desta gramática.

No entanto, em frases coordenadas é possível, em certas circunstâncias, que uma única instância do clítico recupere os argumentos a que está associado em cada um dos termos coordenados. São os casos usualmente designados como *Extracção Simultânea de Clítico* <sup>(72)</sup>.

- (31) (a) Ele tinha-o visto [-] e reconhecido [-] imediatamente.  
 (b) A Ana estava-lhe sempre a telefonar [-] para casa e a pedir conselhos [-].
- (32) (a) Ele também o vira [-] e reconhecera [-] imediatamente.  
 (b) Ele nunca lhe telefonava [-] para casa ou pedia conselhos [-].

Em português europeu, a extracção simultânea de clítico com ênclise só é possível quando o hospedeiro do clítico é um verbo (tipicamente um auxiliar) exterior à estrutura coordenada. É o que acontece em (31), em que a coordenação abarca apenas os complementos não-finitos dos verbos auxiliares *ter* e *estar* (ou seja, *visto e reconhecido imediatamente; a telefonar para casa e a pedir conselhos*); diferentemente, em (33) é impossível recuperar o conteúdo do clítico no segundo membro coordenado, pois o verbo ocorre no interior da estrutura coordenada (i.e., *tinha-o visto e tinha reconhecido imediatamente; telefona-lhe para casa e pede conselhos*). Estes casos são, pois, manifestações de complemento nulo.

- (33) (a) #Ele tinha-o visto e tinha reconhecido [-] imediatamente.  
 (b) #A Ana telefona-lhe para casa e pede conselhos [-].

Pelo contrário, nos casos de próclise, o pronome clítico pode permanecer no interior da estrutura coordenada, como em (32) e, mais explicitamente, em (34):

- (34) Ela [não só *lhe* telefona como pede conselhos].

As construções de redobro de clítico e de extracção simultânea, em especial quando o clítico (em próclise) permanece no interior da estrutura coordenada, operam fundamentalmente sobre clíticos com conteúdo substantivo, argumental ou predicativo: em qualquer dos casos se pressupõe a existência de uma posição com conteúdo semântico que o clítico redobra ou recupera. Deste modo, a possibilidade de ocorrência destas construções pode funcionar como um teste diagnóstico, entre outros, que permita estabelecer uma tipologia dos clíticos.

<sup>(72)</sup> Sobre a construção de Extracção Simultânea de Clítico em português europeu vejam-se Matos (1997, 2000).

### 20.5.3. Os tipos de clíticos especiais em português <sup>(73)</sup>

No português, como em outras línguas românicas, é possível distinguir diferentes tipos de clíticos, tendo por critérios: (i) o seu potencial referencial ou predicativo; (ii) a possibilidade de receberem um papel temático; (iii) a sua referência específica ou arbitrária; (iv) a capacidade de ocorrerem em construções de redobro de clítico e de extracção simultânea de clítico; (v) e a faculdade de funcionarem como um afixo capaz de alterar a estrutura argumental de um predicado.

#### A. Clíticos com conteúdo argumental

Os clíticos argumentais repartem-se por vários subtipos, tendo em vista o seu comportamento face às propriedades acima enunciadas.

##### (i) Clíticos argumentais de referência definida: pronominais e anáforas

Os clíticos *pronominais* (*não-reflexos*) e os *anafóricos* (*reflexos e recíprocos*) <sup>(74)</sup> podem ser caracterizados como argumentais, pois ocorrem associados às posições de objecto directo ou indirecto dos verbos transitivos ou ditransitivos, bem como a argumentos do verbo subordinado de construções de Marcação de Caso Excepcional ou de Reestruturação/ União de Orações <sup>(75)</sup>.

- (35) (a) Convidavam-na constantemente para cantar em conhecidas bandas de jazz.  
 (b) As pessoas perguntavam-lhe quando faria filmes mais profundos.
- (36) (a) Defender-se da influência estrangeira é matar a sua própria cultura — afirma Vargas Llosa.  
 (b) Encontraram-se na Faculdade ao fim da manhã.

<sup>(73)</sup> Esta secção desenvolve a caracterização descritiva inicialmente apresentada em Duarte et alii (2001).

<sup>(74)</sup> Alguns autores consideram que os clíticos reflexos não são argumentais ou não estão associados à posição de argumentos internos. Assim, por exemplo, Cinque (1988) admite que o clítico reflexo absorve a relação temática do argumento externo. Note-se, no entanto, que a possibilidade de redobro parece apontar para a posição contrária, uma vez que a expressão redobrada ocupa aparentemente a posição de argumento interno.

<sup>(75)</sup> Sobre estas construções, veja-se o capítulo 15.



- (37) (a) A Ana mandou-o comprar os bilhetes para o espectáculo.  
 (b) A Ana deixou-lhes ver o filme.  
 (c) Ele salientou que o lugar de deputado *lhe* permite ficar com algumas funções nas empresas.

Estes clíticos admitem construções de redobro em que o constituinte redobrado assinala a posição argumental a que o clítico está associado.

- (38) (a) Só *a* convidavam *a ela* para cantar.  
 (b) As pessoas perguntavam-*lhe a ele* quando fazia filmes mais profundos.  
 (c) Defender-*se a si próprio* da influência estrangeira é matar a sua própria cultura.  
 (d) Encontraram-*se um com o outro* na rua quando se dirigiam para casa.  
 (e) A Ana mandou-o *a ele* comprar os bilhetes para o espectáculo.  
 (f) A Ana deixou-*lhes* ver o filme *a elas* mas não a eles.

Do mesmo modo, em frases com extracção simultânea de clítico, é possível recuperar o argumento não realizado, sem que a frase seja sentida como um caso de Objecto Nulo.

- (39) (a) Dizem que *a* convidam [-] para cantar e aplaudem [-] entusiasticamente pela sua actuação.  
 (b) Quem *se* defende [-] das agressões e vê [-] obrigado a aceitar a violência fica revoltado.  
 (c) Acho que eles *se* conhecem [-] e encontram [-] regularmente na Faculdade.  
 (d) A Ana mandou-o [-] comprar os bilhetes e [-] marcar o restaurante.  
 (b) A Ana deixou-*lhes* ler o livro [-] e ver o filme [-].

(ii) *Clítico argumental de referência arbitrária: se-nominativo*

Em frases como as seguintes, o sujeito frásico, que denota uma entidade arbitrária, é assinalado pelo clítico *se*. Estamos perante o que alguns autores designaram por clítico sujeito impessoal ou indeterminado e outros *se-nominativo* <sup>(76)</sup>.

<sup>(76)</sup> Cunha e Cintra (1984) e Bechara (1999) designam-no sujeito indeterminado.

- (40) (a) A grande questão está naquilo em que *se* acredita.  
 (Publicidade in *Expresso* n.º 1546, Revista, 15/6/2002, p. 274)  
 (b) Aluga-*se* casas.  
 (c) Trabalha-*se* demais.

O sujeito associado a este clítico é interpretado como indefinido e não-específico, sendo parafraseável por expressões nominais como *alguém* (cf. (41a)). Como consequência desta natureza semântica, *se-nominativo* não aceita a construção de redobro de clítico (veja-se (41b)). Com efeito, como salientámos na secção 20.7.2, a construção de redobro de clítico só é possível quando, explicita ou implicitamente, admite a ocorrência o pronome pessoal forte, definido e específico (com a forma *ele*, para a 3.ª pessoa do singular).

- (41) (a) A grande questão está naquilo em que *alguém/uma pessoa* acredita.  
 (b) \**Alguém* aluga-*se* casas.

*Se-nominativo* é obrigatoriamente referencial, não podendo pois ocorrer associado a uma posição de pronome expletivo como em (42) <sup>(77)</sup>.

- (42) \**Há-se* muitos livros nesta biblioteca.  
 \**Parece-se* a toda a gente que os professores comprem livros em excesso.

O seu carácter referencial torna possível o aparecimento deste clítico em contextos de extracção simultânea de clítico como o explicitado em (43):

- (43) Informa-*se* que *se* aluga apartamentos e vende moradias.

B. Clítico argumental proposicional ou predicativo: *clítico demonstrativo*

Entre os clíticos argumentais pronominais inclui-se o pronome invariável *o*, correlato do demonstrativo *isso*, que denota situações e estados de coisas. Este clítico ocorre com verbos que seleccionam frases por objecto directo, como explicitado em (44).

<sup>(77)</sup> Cf. Matos e Duarte (1986).

- (44) (a) Que era culpado, ele não *o* declarou abertamente.  
 (b) Não havia provas concludentes para incriminar os arguidos e a juíza sabia-*o* perfeitamente.

O clítico invariável “*o*”, para além de ocorrer como um argumento denotando eventos com verbos que seleccionam frases, surge em estruturas copulativas como um predicado nominal <sup>(78)</sup>, desempenhando o papel de núcleo das orações pequenas seleccionadas pelo verbo em frases como (45) <sup>(79)</sup>.

- (45) (a) *Umas pestes*, estas crianças sempre *o* foram.  
 (b) A Ana está *em casa* e a Maria também *o* está.

A realização do clítico invariável enquanto predicado é sentida por alguns falantes como pouco natural, sendo preferencialmente substituída por uma elipse, como ilustrado em (46) <sup>(80)</sup>.

- (46) A Ana está em casa e a Maria também está [-] <sup>(81)</sup>.

O seu valor demonstrativo impede este clítico de ocorrer em construções de redobro de clítico (cf. (47)). Porém, o facto de possuir um conteúdo substantivo (argumental ou predicativo) permite-lhe legitimar extracção simultânea de clítico (cf. (48)):

- (47) (a) \*Ele não *o* declarou *a isso* abertamente.  
 (b) \**Umas pestes*, estas crianças sempre *o* foram *a isso*.

<sup>(78)</sup> Embora o clítico invariável seja um elemento nominal, ele pode denotar predicados de outras natureza categoriais, como acontece, por exemplo, em (45b).

<sup>(79)</sup> Sobre a sintaxe deste clítico em português europeu veja-se Matos (1985). Para uma análise das suas potencialidades referenciais em português brasileiro, veja-se Cyrino (1997).

<sup>(80)</sup> Note-se que nos casos em que o clítico invariável funciona como um argumento do verbo, a possibilidade de comutar com um complemento nulo depende da classe de verbos. É particularmente privilegiada com os verbos que admitem a chamada construção de Anáfora do Complemento Nulo:

- (i) a. O juiz declarou que o réu era culpado mas este não o admitiu.  
 b. \*O juiz declarou que o réu era culpado mas este não admitiu [-].  
 (ii) a. ?O juiz declarou que o réu era culpado mas este negou-o.  
 b. O juiz declarou que o réu era culpado mas este negou [-].

<sup>(81)</sup> O caso de (45a) é diverso uma vez que, em certos contextos, as construções de deslocamento à esquerda clítica são consideradas preferenciais relativamente às de topicalização por muitos falantes do português europeu.

- (48) (a) Acho que ele não *o* declarou [-] nem negou [-] abertamente.  
 (b) Simpáticos, eles sempre *o* foram [-] para nós e serão [-] para ti também.

### C. Clíticos quase-argumentais

#### (i) Clítico com estatuto argumental e funcional: *se passivo*

*Se-passivo* tem por referente uma entidade arbitrária identificada com o chamado “agente da passiva” <sup>(82)</sup>. Partilha, pois, com *se-nominativo* a impossibilidade de redobro de clítico, atestada em exemplos como (50).

- (49) (a) (...) no mundo do investimento não é com rezas e promessas que as crises *se* resolvem. (Publicidade in *Expresso* n.º 1546, Revista, 15-6-2002, p. 275)  
 (b) Venderam-*se* hoje muitos livros na feira do livro.  
 (50) \*Venderam-*se* hoje muitos livros por *alguém* na feira do livro.

Dado o seu valor argumental, *se-passivo* admite, no entanto, interpretações de extracção simultânea de clítico:

- (51) Já hoje *se* venderam e compraram muitos livros na feira do livro.

Para além do seu comportamento argumental <sup>(83)</sup>, o clítico apassivante acumula as funções tipicamente atribuídas ao morfema passivo — bloqueia a atri-

<sup>(82)</sup> Sobre as passivas de *se*, ver 13.2.2. Dobrovie-Sorin (1998) considera que o *se* passivo, o *se* ergativo e o *se* inerente, não estão associados a qualquer posição argumental — designado-os, genericamente, por *se-acusativo*. Segundo a autora, a possibilidade de ter um a interpretação com um “Agente” implícito decorre das propriedades semânticas do verbo a que *se-acusativo* se associa. Esta análise não explica, pois, qual a correlação entre a presença do clítico e a suspensão de atribuição de relação temática ao argumento externo, no caso dos clíticos passivo e ergativo.

<sup>(83)</sup> Nas construções passivas copulativas a natureza argumental ou quase-argumental do sintagma preposicionado tem sido assumida, uma vez que este recebe a relação temática atribuída na activa ao argumento externo do verbo (cf., entre outros, Jaeggli, 1986, Baker *et alii*, 1989, Fox e Grodzinsky, 1998). A natureza argumental dos clíticos nominativo e passivo tem sido defendida para várias línguas românicas. Veja-se, para o italiano, Belletti (1982), Cinque (1988) e para o português europeu Matos e Duarte (1984, 1986).

buição de relação temática à posição de argumento externo e de caso acusativo ao argumento interno do verbo. Este facto aproxima o referido clítico do afixo de participípio passado inacusativo na construção passiva e na construção de participípio absoluto, como ilustrado em (52a e b), respectivamente.

- (52) (a) Foram vendidos muitos livros hoje (por alguém).  
 (b) Comprados muitos dos livros pelo público que acorreu à feira, o negócio parecia correr de feição.

(ii) *Clíticos referenciais não associados à grelha argumental do verbo: dativos ético e de posse* <sup>(84)</sup>

O *dativo ético* designa tipicamente o locutor, manifestando o seu interesse na realização da situação expressa pela frase. Ocorre, pois, tipicamente em frases exortativas, envolve a forma do clítico na primeira pessoa do singular e, marginalmente, na primeira do plural (contraste-se (53b), (54a) e (54b)):

- (53) (a) *Acaba-me* depressa os trabalhos de casa!  
 (b) *Cala-me* essa boca, pois já não te posso ouvir chorar!  
 (c) *Dorme-me* bem a noite e verás que de manhã estás pronto para enfrentar o dia!
- (54) (a) ?*Cala-nos* essa boca, pois já não te podemos ouvir chorar!  
 (b) \**Cala-lhe(s)* essa boca, pois já não te pode(m) ouvir chorar! <sup>(85)</sup>

O *dativo ético* designa uma entidade que pode ser considerada como um Beneficiário. <sup>(86)</sup> A sua natureza não-argumental está patente na impossibilidade de ocorrer em contextos de redobro de clítico (cf. (55a)) ou de legitimar extracção simultânea de clítico (cf. (55b)).

<sup>(84)</sup> Há autores que rejeitam o estatuto quase argumental dos dativos éticos e de posse. É o caso de Sportiche (1988) que, adoptando uma proposta de Kayne (c.p.), sugere que eles podem ser tratados como clíticos associados a constituintes nominais sem conteúdo referencial.

<sup>(85)</sup> Note-se que se a frase (54b) fosse reformulada como uma imperativa diferida, comportando um dativo de posse inalienável como em (i), seria bem formada. Neste caso, porém, o clítico poderia ocorrer como redobro a uma expressão explicitando o possuidor e o verbo da oração explicativa não teria de estar flexionado na mesma pessoa e número do verbo da frase imperativa:

(i) *Cala-lhe* essa boca (a ele) pois já não o posso/ o podemos ouvir chorar.

<sup>(86)</sup> Veja-se Jaeggli (1986).

- (55) (a) \**Cala-me* essa boca *alpara mim*, pois já não te posso ouvir chorar!  
 (b) #*Ordeno-te* que *me* cales essa boca e abras esses olhos!

Note-se que em (55b) é difícil recuperar o dativo ético no segundo termo coordenado: este é preferencialmente interpretado como comportando apenas a expressão (*Ordeno que*) *abras esses olhos*, em vez de (*Ordeno que me*) *abras esses olhos*.

O *dativo de posse* difere do dativo ético pelo facto de que, embora não esteja correlacionado com uma posição argumental do predicador verbal, está associado a uma posição de argumento ou de adjunto de um complemento deste predicador como mostra (56). Essa posição torna-se visível na construção de redobro de clítico (cf. (57)) <sup>(87)</sup>.

- (56) (a) *Dói-me* a cabeça.  
 (b) Ela conhece-*lhe* todos os defeitos.
- (57) (a) *Dói-me* a cabeça *a mim*.  
 (b) Ela conhece-*lhe* todos os *seus* defeitos.

Como a designação sugere este pronome indica uma relação de posse inalienável; deste modo, o clítico assume todas as pessoas gramaticais:

- (58) (a) *Dói-me / te / lhe / nos / lhes* a cabeça.  
 (b) Ela conhece-*me / te / lhe / nos / lhes* todos os defeitos.

#### D. Clítico com comportamento de afixo derivacional: *Clítico ergativo/anticausativo*

Este clítico exibe uma forma idêntica à dos pronomes anafóricos reflexos. A designação de ergativo ou anticausativo advém do facto de a sua ocorrência inibir a presença do argumento externo do verbo a que se associa, argumento externo esse que deteria normalmente as relações temáticas de causador ou de agente <sup>(88)</sup>. A sua função é fundamentalmente a de deansitivizar o verbo principal a que se associa, comportando-se deste modo como um sufixo derivacional deansitivizador. Este comportamento é particularmente observável nos verbos

<sup>(87)</sup> Sobre estas construções, veja-se Miguel (1996).

<sup>(88)</sup> Sobre as propriedades das construções com verbos de alternância causativa, que apresentam frequentemente este tipo de clítico na variante inacusativa, ver 13.1.1.

que não apresentam contrapartidas intransitivas sem a presença do clítico. É o que acontece em (59) e (60))<sup>(89)</sup>.

- (59) (a) O barco virou-*se*.  
(b) A tempestade virou o barco.  
(c) \*A tempestade virou-*se* o barco.  
(d) ??O barco virou.
- (60) (a) Eu enervei-*me* / nós enervámo-*nos*.  
(b) Aquela situação enervou-*me* / *nos*.  
(c) \**Eu* enervei / *Nós* enervámos.

Embora as propriedades referidas anteriormente o aproximem do *se*-apassivante, o clítico ergativo difere do primeiro por não apresentar valor argumental. Deste modo pode co-ocorrer com um adjunto explicitando a causa externa do evento denotado pelo verbo, como em (61).

- (61) (a) O barco virou-*se* por causa de / com a tempestade.  
(b) Nós enervámo-*nos* por causa de / com aquela situação.

O clítico ergativo/*anticausativo* pode (marginalmente) ocorrer em construções de redobro. Contudo, o constituinte redobrado não ocupa uma posição argumental, mas de adjunto exprimindo uma causa interna (veja-se o contraste entre (62a) e (62b)) que pode co-ocorrer com o adjunto que explicita a causa externa (cf. (62b)):

- (62) (a) \*O barco virou-*se* a *si próprio*.  
(b) (?)O barco virou-*se* *por si próprio* por causa da tempestade.

Em construções de extracção simultânea, o clítico ergativo revela um comportamento não-uniforme: em sequências verbais em que uma única instância de auxiliar alberga o clítico e a coordenação se restringe aos sintagmas que comportam os verbos principais, as frases obtidas são bem formadas, como mostra (63). Pelo contrário, nos casos em que o clítico permanece no interior

<sup>(89)</sup> Existem verbos de alternância causativa que pedem opcionalmente a presença do clítico na sua variante inacusativa. É tendencialmente o caso de *derreter* no português europeu actual:

- (i) O calor derreteu o gelado.  
(ii) O gelado derreteu / o gelado derreteu-*se*.

da estrutura coordenada, as frases são marginais sempre que os verbos inacusativos requerem obrigatoriamente o clítico (veja-se (64)).

- (63) (a) O barco tinha-*se* virado junto da costa e afundado no alto mar.  
(b) O barco de papel tinha-*se* molhado com a chuva e virado.
- (64) (a) ??Disseram que o barco *se* virou junto da costa e afundou no alto mar.  
(b) \*Julgamos que o barco de papel *se* molhou com a chuva e virou.

Em suma, a inexistência de uma posição com conteúdo referencial ou predicativa associada ao clítico ergativo faz com que, em construções de extracção simultânea de clítico, a presença do clítico em ambos os membros coordenados só seja recuperada quando o pronome cliticiza num verbo que forme um complexo verbal com os verbos principais a detransitivizar, como em (63).

#### E. Clítico sem conteúdo semântico ou morfo-sintáctico: *clítico inerente*

Designam-se como casos de clítico inerente as formas do pronome reflexo que não estão associadas a qualquer posição argumental ou de adjunto e em que o clítico não pode ser interpretado como uma partícula de transitivity. É o que acontece em (65) como mostra o contraste com (66):

- (65) (a) A Maria apaixonou-*se* por aquele homem encantador.  
(b) Tu zangas-*te* sem saber por quê.  
(c) Rio-*me* às gargalhadas das graças desse cómico.  
(d) As tristezas acabaram-*se*.
- (66) (a) \*Aquele homem encantador apaixonou a Maria.  
(b) \*Aquilo zangou-*te*.  
(c) \*As graças desse cómico riem-*me* às gargalhadas.  
(d) \*Aquele acontecimento acabou as tristezas.

Com efeito, para explicitar o causador que desencadeia a situação expressa pelos verbos que exibem este clítico, é usada uma construção perifrástica com o verbo *fazer* (cf. (67)), que admite a presença do clítico inerente no predicado subordinado, como em (67a):

- (67) (a) Aquele homem encantador fez a Maria apaixonar-*se*.  
(b) Aquilo fez-*te* zangar.

- (c) As graças desse cómico fazem-me rir às gargalhadas.
- (d) Aquele acontecimento fez acabar as tristezas.

O *clítico inerente* não afecta a estrutura argumental do predicador verbal, não pode ser redobrado (cf. (68)) e, consoante os verbos, ocorre opcional ou obrigatoriamente (cf. (69)).

- (68) (a) \*A Maria apaixonou-se a si própria/por si própria por aquele homem encantador.
- (b) \*Tu zangas-te a ti próprio/ por ti próprio sem saber por quê.
- (c) \*Rio-me a mim própria/ por mim própria às gargalhadas das graças desse cómico.
- (d) \*As tristezas acabaram-se a si próprias/ por si próprias.
- (69) (a) \*A Maria apaixonou por aquele homem encantador.
- (b) \*Tu zangas sem saber por quê.
- (c) Rio às gargalhadas das graças desse cómico.
- (d) As tristezas acabaram.

Tal como acontecia com o clítico ergativo, o clítico inerente, quando obrigatório, só pode ocorrer na construção de extracção simultânea de clítico quando o clítico tem por hospedeiro um verbo exterior à estrutura coordenada (cf. (70a)). Se tal não acontecer, as frases são marginais, dado que o clítico omitido não é recuperável devido à ausência de conteúdo argumental ou predicativo.

- (70) (a) Ela estava-se sempre a queixar do filho e a zangar com a filha.
- (b) \*Ela não só se queixava do Pedro como zangava com a Maria.  
(cf. Ela não só se queixava do Pedro como se zangava com a Maria.)

#### 20.5.4. Diversidade tipológica dos clíticos e gramaticalização

A classificação apresentada na secção anterior revela que os vários subtipos de clíticos se encontram em estágios de gramaticalização diferentes. Como se sabe, os processos de gramaticalização manifestam-se quando, no seio de uma língua, a mudança diacrónica leva à perda do valor referencial e predicativo dos itens lexicais, os quais adquirem valores associados a classes de palavras cuja função essencial é estabelecer conexões interlinguísticas (palavras gramaticais, como por exemplo as preposições e as conjunções) ou a unidades funcionais abaixo do nível da palavra, como os afixos.

A gramaticalização está presente nos pronomes clíticos sob dois aspectos diferentes: (i) de um ponto de vista formal, os clíticos instanciam um elo de um processo de evolução que leva a que formas pronominais plenas se convertam em constituintes semelhantes a afixos; <sup>(90)</sup> (ii) do ponto de vista da sua carga semântica, os clíticos em português repartem-se por diferentes subtipos que vão desde aqueles que exibem um conteúdo substantivo pleno (argumental ou predicativo), aos clíticos que apresentam (parcial ou exclusivamente) propriedades de afixos, ou até aos clíticos que estão desprovidos de qualquer conteúdo atribuível, ocorrendo como vestígios fossilizados de estádios anteriores da língua.

Vários autores tentaram captar nas representações sintácticas o estatuto mais ou menos gramaticalizado dos pronomes clíticos nas línguas românicas <sup>(91)</sup>. Menos frequentemente, contudo, estabeleceram uma correlação entre o seu estágio de gramaticalização a nível formal e de conteúdo <sup>(92)</sup>.

A ser estabelecida, essa correlação faria prever uma aproximação entre, por um lado, os clíticos com conteúdo argumental ou predicativo e os sintagmas que ocupam essas posições, e por outro lado, entre os clíticos passivo, ergativo e inerente e os afixos destransitivizadores. <sup>(93)</sup> Porém, embora se possa captar sintacticamente estas propriedades, não é possível observá-las de forma directa.

De facto, ainda que detenham um conteúdo argumental ou predicativo intrínseco, os pronomes clíticos no português actual não ocupam posições de sintagmas, ocorrendo antes em adjunção estrita ao seu hospedeiro verbal (cf. secções 20.5.1 e 20.6.4).

Por outro lado, mesmo os clíticos mais gramaticalizados não são verdadeiros afixos. Se o fossem, esperar-se-ia que se comportassem como sufixos derivacionais (como o da passiva), ocorrendo unicamente em posição pós-verbal e exclusivamente em adjacência ao verbo principal que destransitivizam. No en-

<sup>(90)</sup> Cf. Cardinaletti e Starke (1996 e 1999).

<sup>(91)</sup> Jaeggli (1982), Belletti (1982), Duarte (1983), Sportiche (1998), entre outros, assumem que os clíticos são gerados em projecções funcionais, podendo, no entanto, estar associados a posições argumentais. Pelo contrário, Kayne (1975), Uriagereka (1995) e Dobrovie-Sorin (1998) consideram que os clíticos em geral, independentemente do seu subtipo, são gerados em posições argumentais, como os sintagmas correspondentes.

<sup>(92)</sup> A correlação entre o grau de gramaticalização dos clíticos e a posição que ocupam na estrutura sintáctica foi considerada, por exemplo, em Galves e Abaurre (1996) e, de uma forma exaustiva, em Duarte *et alii* (2001).

<sup>(93)</sup> Galves e Abaurre (1996) assumem que no português brasileiro, os clíticos argumentais são sintagmas e como tal ocorrem nas estruturas sintácticas, enquanto os não-argumentais são núcleos que, no léxico, formam uma unidade com o verbo.

tanto não é assim que acontece, como os exemplos (71) vs. (72) e (73) vs. (74) mostram <sup>(94)</sup>.

- (71) (a) Entornam-se os cafés.  
(b) Já se entornaram os cafés.
- (72) (a) O empregado limpou os cafés entornados por um dos clientes.  
(b) O empregado limpou os cafés já entornados.  
(c) \*O empregado limpou os cafés já dosentorna.
- (73) Tinham-se entornado vários cafés.
- (74) (a) Vários cafés tinham sido entornados.  
(b) \*Vários cafés tidos sido entorna.

Em (71) o pronome clítico apassivante pode preceder ou seguir imediatamente o seu hospedeiro. Pelo contrário, o morfema de participio passivo em (72) tem de obrigatoriamente ocupar a posição final de palavra, precedendo os sufixos flexionais.

Do mesmo modo, o clítico em (73) tem por hospedeiro o verbo auxiliar e não o verbo principal cujas grelhas argumental e casual afecta. Em contraste, o sufixo do participio passivo não pode afectar o verbo auxiliar em vez do principal (cf. (74)).

Este comportamento verifica-se igualmente com os clíticos ergativo (cf. (75)) e inerente (cf. (76)).

- (75) (a) Há muita gente que se aflige (...)  
(PE oral, Corpus de Referência do Português Contemporâneo)  
(b) Ela afligiu-se com aquela situação.  
(c) Ela tinha-se afligido com aquela situação.
- (76) (a) Não se precipite, minha Senhora!  
(PE oral, Corpus de Referência do Português Contemporâneo)  
(b) Ela precipitara-se.  
(c) Ela tinha-se precipitado.

<sup>(94)</sup> Em Duarte *et alii* (2001) assumiu-se que os clíticos argumentais, o predicativo e o dativo de posse, na qualidade de clíticos com conteúdo substantivo pleno, eram inicialmente gerados na posição de argumento ou predicado que lhes correspondia, só depois cliticizando no seu hospedeiro. Pelo contrário os clíticos ergativo e inerente, caracterizados como quase-afixos, seriam gerados directamente como núcleo de uma projecção funcional verbal com propriedades de transitivity. Considerou-se que esta mesma projecção estava presente nas frases com *se-apassivante*, admitindo-se, que, embora inicialmente gerado em posição argumental *se passivo* cliticizaria nesta projecção verbal devido às suas propriedades de transitivity.

Em suma, o comportamento dos clíticos, na sua globalidade, face ao hospedeiro verbal em que cliticizam, permite caracterizá-los como itens lexicais que partilham um estatuto intermédio entre as palavras acentuadas e os afixos <sup>(95)</sup>.

## 20.6. Padrões de colocação dos pronomes clíticos

No português moderno, os padrões de colocação dos pronomes clíticos são uma das propriedades sintácticas que distingue as gramáticas de diferentes variedades nacionais da língua portuguesa. Nesta obra, ocupar-nos-emos apenas da descrição dos padrões de colocação característicos da variedade europeia do português moderno, pelo que os juízos de gramaticalidade apresentados são representativos da gramática desta variedade.

Apesar da diversidade tipológica referida na secção anterior, os pronomes clíticos têm um comportamento uniforme quanto aos padrões de colocação. Assim, todos eles exigem um **hospedeiro verbal**, o que se traduz num requisito de adjacência entre o pronome clítico e uma forma verbal, finita ou não finita, contrariamente ao que acontecia no português antigo e mesmo no português clássico, onde os casos de interpolação de constituintes eram frequentes. Assim, os exemplos (1), em que um constituinte negativo, um advérbio, um sintagma preposicional, um pronome sujeito e um pronome forte objecto directo se interpoem entre a forma clítica e a forma verbal contrastam com os exemplos (2), em que a adjacência entre clítico e verbo não é quebrada <sup>(96)</sup>.

- (1) (a) \*"e se lhas não davam" (NO: 1406, *apud* Martins, 1994: 163)  
(b) \*"mais dano do que lhy ante f[azia]" (NO: 1300, *apud* Martins, 1994: 165)  
(c) \*"asi como a até áqui derõ" (NO: 1295, *apud* Martins, 1994: 167)

<sup>(95)</sup> A tendência de gramaticalização dos clíticos no português europeu parece ir no sentido de os considerar a todos, independentemente do seu conteúdo semântico, como quase-afixos flexionais, exibindo, em particular, marcas de pessoa. É o que sugerem os dados aquisição da linguagem e algumas manifestações da língua não-padrão, de registo coloquial, em que a ênclise ocorre mesmo em contextos em que próclise é obrigatória na língua-padrão (veja-se 20.6.1).

<sup>(96)</sup> Sobre casos de interpolação que ainda sobrevivem no português padrão moderno, ver 20.6.4.

- (d) \*"Isto que *lles* eu mãdo" (NO: 1275, *apud* Martins, 1994: 171)  
 (e) \*"Poys que *lle* ysto ouve dito" (Ogando (1980: 281, *apud* Martins, 1994: 174)
- (2) (a) E se não *lhas* davam....  
 (b) ... mais mal do que *lhe* fazia ali...  
 (c) ... assim como *a* deram até aqui...  
 (d) Isto que eu *lhes* mando...  
 (e) Depois de *lhe* ter dito isto...

Como os exemplos (2), (3) e (4) mostram, todas as formas verbais, com excepção das de participio passado, se qualificam como hospedeiros verbais para os pronomes clíticos <sup>(97)</sup>:

- (3) (a) O João deu-*lhe* um livro.  
 (b) Enquanto a Maria esteve doente, o João visitava-*a* todos os dias.  
 (c) Canta-*lhe* os parabéns!  
 (d) Não *te* reconheceria se *te* visse na rua.  
 (e) O Pedro quer naturalizar-*se* luxemburguês.  
 (f) Comportando-*se* deste modo, ela não consegue ter amigos.
- (4) (a) \*O João tinha dado-*lhe* um livro.  
 (b) \*O João não tinha ontem *lhe* dado um livro.  
 (c) \*Cantados-*lhe* os parabéns, bebemos todos champagne.

### 20.6.1. Posições enclítica e proclítica

Como se pode observar nos exemplos (2) e (3) acima, os pronomes clíticos ocorrem em português moderno numa posição adjacente à esquerda ou à direita a um hospedeiro verbal, posições denominadas, respectivamente, **proclítica** e **enclítica** <sup>(98)</sup>.

<sup>(97)</sup> A explicação para esta assimetria entre as formas participiais e as restantes formas verbais poderá residir na ausência, nas primeiras, de uma estrutura funcional temporal. O francês e o espanhol comportam-se como o português europeu relativamente à impossibilidade de as formas participiais albergarem clíticos; pelo contrário, tais formas qualificam-se como hospedeiros verbais para os pronomes clíticos em italiano (cf. (i)) e no português brasileiro (cf. (ii)).

(i) Sto dando *gli* troppa fiducia. (Renzi, org., 1988: 551)

(ii) João já tinha muitas vezes se encontrado com Maria.

<sup>(98)</sup> Sobre uma terceira posição, interna a formas verbais do futuro e do condicional, denominada posição mesoclítica, ver 20.6.4.

Contudo, na maioria dos contextos, estas duas posições não se encontram em variação livre, como se pode observar pelo contraste entre (2) e (5), (3) e (6).

- (5) (a) \*E se não davam-*lhas*....  
 (b) \*... mais mal do que fazia-*lhe* ali...  
 (c) \*... assim como deram-*na* até aqui...  
 (d) \*Isto que eu mando-*lhes*...  
 (e) \*Depois de ter-*lhe* dito isto...
- (6) (a) \*O João *lhe* deu um livro.  
 (b) \*Enquanto a Maria esteve doente, o João *a* visitava todos os dias.  
 (c) \**Lhe* canta os parabéns!  
 (d) \*Não reconheceria-*te* se visse-*te* na rua.  
 (e) \*O Pedro quer *se* naturalizar luxemburguês.  
 (f) \**Se* comportando deste modo, ela não consegue ter amigos.

A agramaticalidade dos exemplos (6c, f) mostra que a variedade europeia do português moderno respeita uma generalização sobre colocação de formas clíticas conhecida como Lei de Tobler-Moussafia, que se pode formular do seguinte modo:

#### (7) Lei de Tobler-Moussafia

As formas clíticas não podem ocupar a posição inicial absoluta de frase <sup>(99)</sup>.

Contudo, os restantes contrastes de gramaticalidade, não podem ser descritos por recurso à generalização formulada em (7).

#### A ênclise, padrão de colocação básico

A tradição gramatical luso-brasileira produziu, no final do século XIX e princípio do século XX, uma bibliografia abundante e rica sobre as condições que presidem à selecção do padrão enclítico e do padrão proclítico no português moderno <sup>(100)</sup>. Em toda esta bibliografia se defende que a posição enclítica é o

<sup>(99)</sup> Esta generalização não é válida para outras línguas românicas (cf. (i)) nem para o português brasileiro (cf. (ii)).

(i) a. *T*avoir menti me remplit de honte.

b. *Ti* confermo di averlo visto. (Renzi, org., 1998: 552)

(ii) *Me* conta essa história direitinho.

<sup>(100)</sup> Veja-se em especial Said Ali (1908), Epiphany (1918), Figueiredo (1944). Said Ali (1908) chama à ênclise 'colocação normal'.

padrão básico, não marcado, e que a posição proclítica é induzida por factores de natureza sintáctico-semântica ou prosódica.

Argumentos de natureza histórica e argumentos fornecidos por dados de aquisição corroboram as análises destes gramáticos.

Quanto ao primeiro tipo de argumentos, Martins (1994) mostra que, no século XVI, o português apresentava predominantemente o padrão proclítico no *corpus* por ela estudado, à semelhança do que acontecia com as restantes línguas românicas. Mas, a partir de meados do século XVII, as percentagens de próclise e de ênclise invertem-se bruscamente, como se pode observar no Quadro I <sup>(101)</sup>.

Esta inversão brusca dos padrões proclítico e enclítico pode ser atribuída a uma mudança na gramática do português ocorrida em meados do século XVIII, com várias consequências <sup>(102)</sup>.

Quanto ao segundo tipo de argumentos, as primeiras produções com pronomes clíticos das crianças portuguesas exibem generalizadamente o padrão enclítico, contrariamente ao que está descrito para outras línguas românicas <sup>(103)</sup>.

- (8) (a) não chama-se nada (M., 20 meses)  
 (b) é que não estragou-se (J. G., 39 meses)  
 (c) porque é que foste-me interromper? (R., 29 meses)  
 (d) foi alguém que meteu-me nesta fotografia (J. G., 39 meses)  
 (e) mas ele já foi-se embora (P., 39 meses)  
 (f) que(ro) pôr os papeles aqui pa(ra) pa(ra) não rasgar-se (P., 39 meses)

<sup>(101)</sup> O Quadro I foi adaptado de Martins (1994: 273).

<sup>(102)</sup> Martins (1994) considera que esta mudança consiste na perda de movimento dos clíticos para o nó funcional  $\Sigma$ , movimento que, no português antigo, dava origem a uma construção enfática.

<sup>(103)</sup> Os exemplos (3) são extraídos de Duarte, Matos e Faria (1995) e mostram que, neste período, as crianças portuguesas parecem só dispor do padrão enclítico, pelo que as suas produções ainda não são conformes à gramática-alvo. Pelo contrário, em Hyams (1992), por exemplo, encontram-se produções de crianças italianas com o padrão proclítico típico da gramática-alvo.

| Próclise<br>Autor                        | Ênclise<br>(percentagem;<br>número<br>de ocorrências) | (percentagem;<br>número<br>de ocorrências) |
|------------------------------------------|-------------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| Afonso de Albuquerque<br>(1462?-1515)    | 73,5% — 119                                           | 26,5% — 43                                 |
| Damião de Góis<br>(1502-1574)            | 97,5% — 130                                           | 2,9% — 4                                   |
| Fernão Mendes Pinto<br>(1510?-1583)      | 98,1% — 102                                           | 1,9% — 2                                   |
| Diogo do Couto<br>(1542-1616)            | 72,5% — 74                                            | 27,5% — 28                                 |
| Francisco Manuel de Mello<br>(1608-1666) | 92,3% — 36                                            | 7,7% — 3                                   |
| António Vieira<br>(1608-1697)            | 31,6% — 117                                           | 68,4% — 248                                |
| Luís António Verney<br>(1713-1792)       | 27,3% — 18                                            | 72,7% — 48                                 |
| Almeida Garrett<br>(1799-1854)           | 19,3% — 11                                            | 80,7% — 46                                 |
| Oliveira Martins<br>(1845-1894)          | 2,4% — 2                                              | 97,6% — 80                                 |

Quadro I

Por outro lado, e de uma forma consistente com os dados de aquisição exemplificados em (8), as gerações mais jovens tendem a produzir crescentemente clíticos ênclíticos, em contextos em que a variedade padrão exige próclise, como se pode observar em (9):

- (9) (a) porque não apercebeu-se que ... <sup>(104)</sup>  
 (12 anos, modo escrito)

<sup>(104)</sup> A oscilação entre próclise e ênclise em subordinadas causais finitas é um fenómeno atestado em escritores do século XIX. Said Ali (1908) explica-o recorrendo à distinção entre *porque* causal subordinativo (equivalente ao francês *parce que* e ao inglês *because*), que induziria próclise, e *porque* causal coordenativo (equivalente ao francês *car* e ao inglês *for*), que não se comportaria como um proclisador.



- (b) correspondem à classe onde “só” combina-se com SN... (estudante universitário, modo escrito)
- (c) Todos os verbos volitivos e optativos fazem-se anteceder sempre de um SN. (estudante universitário, modo escrito)
- (d) Também sabe-se que existe uma certa altura da criança... (estudante universitário, modo escrito)

Com base nos argumentos acima apresentados, é possível concluir que a ênclise é o padrão básico de colocação dos pronomes clíticos na variedade europeia do português moderno. Adicionalmente, dados como os apresentados em (9) mostram que a ênclise é o padrão de colocação em expansão nesta variedade.

Esta conclusão é consistente com a observação dos contextos em que a ênclise é obrigatória. Assim, e contrariamente ao que acontece em outras línguas românicas de sujeito nulo <sup>(105)</sup>, o padrão enclítico obtém-se em frases finitas de todos os tipos, como mostram os exemplos (10).

- (10) (a) O João emprestou-me o carro. (frase declarativa)
- (b) O João emprestou-te o carro? (frase interrogativa)
- (c) O João emprestou-te o carro! Espantoso! (frase exclamativa)
- (d) Emprestasses-me o carro e eu teria chegado a horas! (frase optativa)
- (e) Empresta-me o carro! (frase imperativa)

A ênclise é igualmente o padrão que se obtém em muitas frases não finitas, como se pode observar em (11), em que o pronome enclítico ocorre adjacente, respectivamente, a uma forma de infinitivo não flexionado, de infinitivo flexionado e de gerúndio.

- (11) (a) O João queria [emprestar-lhe o carro].
- (b) [Emprestares-lhe sistematicamente o carro] não é educativo.
- (c) [Emprestando-lhe o carro], ele chega a horas ao exame.

Considerem-se agora os exemplos (12)-(15):

- (12) (a) Os alunos ofereceram-lhe todos flores.
- (b) Os alunos ofereceram-lhe também flores.
- (c) Os alunos ofereceram-lhe o quê?

<sup>(105)</sup> Como é sabido, em espanhol e em italiano, o padrão enclítico está restringido às frases não finitas e às frases imperativas afirmativas, ocorrendo sistematicamente próclise nas frases finitas.

- (13) (a) \*Os alunos *lhe* ofereceram todos flores.
- (b) \*Os alunos *lhe* ofereceram também flores.
- (c) \*Os alunos *lhe* ofereceram o quê?
- (14) (a) \*Todos os alunos ofereceram-*lhe* flores.
- (b) \*Os alunos também ofereceram-*lhe* flores.
- (c) \*O que ofereceram-*lhe* os alunos?
- (15) (a) Todos os alunos *lhe* ofereceram flores.
- (b) Os alunos também *lhe* ofereceram flores.
- (c) O que *lhe* ofereceram os alunos?

As palavras sublinhadas nos exemplos (12)-(15) incluem-se entre os chamados **atractores de próclise** ou proclisadores. Contudo, a presença de tais elementos não induz por si só próclise, como atesta a agramaticalidade de (13). Para que estes elementos induzam próclise, é necessário que *c-comandem e precedam o hospedeiro verbal do clítico*, como o contraste entre (14) e (15) mostra.

Com base em paradigmas como os apresentados em (16) e (17), Frota e Vigário (1996) caracterizaram os atractores de próclise como palavras funcionais pesadas e sugeriram que os enclíticos passam a proclíticos na presença de palavras funcionais pesadas que *c-comandem e precedam o clítico no mesmo sintagma entoacional (SEnt)*:

- (16) (a) Acho que [<sub>SEnt</sub> ao João, a Maria ofereceu-*lhe* um livro.
- (b) Disseram-me que [<sub>SEnt</sub> embora tivesse sido difícil, concederam-*lhe* a bolsa.
- (17) (a) Acho [<sub>Sint</sub> que ao João, a Maria *lhe* ofereceu um livro.
- (b) Disseram-me [<sub>Sint</sub> que embora tivesse sido difícil, *lhe* concederam a bolsa.

A distribuição da ênclise e da próclise na variedade europeia padrão pode, então, ser captada pela seguinte generalização: *na ausência de atractores de próclise que c-comandem e precedam o clítico no mesmo sintagma entoacional, a ênclise é o padrão que se obtém.*

### Os atractores de próclise

As palavras funcionais pesadas que induzem próclise em português moderno distribuem-se por diferentes classes sintáctico-semânticas.

Operadores de negação frásicos e sintagmas negativos constituem um primeiro grupo de palavras funcionais indutoras de próclise, como se pode observar nos exemplos (18)-(21).

- (18) (a) O João não /nunca me telefonou.  
 (b) O João chegou sem me avisar.
- (19) (a) \*O João não / nunca telefonou-me.  
 (b) \*O João chegou sem avisar-me.
- (20) (a) Ninguém / nada o demoveu.  
 (b) Nenhuma pessoa / Pessoa alguma me informou dessa alteração.
- (21) (a) \*Ninguém / nada demoveu-o.  
 (b) \*Nenhuma pessoa / Pessoa alguma informou-me dessa alteração.

Também sintagmas-Q interrogativos, relativos e exclamativos se incluem entre as palavras funcionais indutoras de próclise, como mostram os exemplos (22) e (23).

- (22) (a) Quem te disse que eu ia hoje jantar contigo?  
 (b) A pessoa a quem me apresentaste na conferência é interessante.  
 (c) Que belo estalo (que) *lhe* deste!
- (23) (a) \*Quem disse-te que eu ia hoje jantar contigo?  
 (b) \*A pessoa a quem apresentaste-me na conferência é interessante.  
 (c) \*Que belo estalo (que) deste-*lhe*!

Os complementadores simples e complexos, i.e., seleccionados por uma posição ou um advérbio ou que resultam de reanálise, são igualmente palavras funcionais indutoras de próclise, como se pode ver através do contraste entre (24) e (25).

- (24) (a) Sei que o João *a* viu no cinema ontem  
 (b) Perguntaram ao Zé se o Pedro *lhe* entregou o livro.  
 (c) O Pedro pediu à Maria para *lhe* telefonar logo.  
 (d) Avisa a Maria logo que / mal *a* vejas.  
 (e) Embora *se* despachasse tarde, o João ainda passou cá por casa.  
 (f) Visto que / porque *se* despachou tarde, o João não passou cá por casa.
- (25) (a) \*Sei que o João viu-*a* no cinema ontem  
 (b) \*Perguntaram ao Zé se o Pedro entregou-*lhe* o livro.  
 (c) \*O Pedro pediu à Maria para telefonar-*lhe* logo.  
 (d) \*Avisa a Maria logo que / mal / veja-*la*.  
 (e) \*Embora despachasse-*se* tarde, o João ainda passou cá por casa.  
 (f) \*Visto que / porque despachou-*se* tarde, o João não passou cá por casa.

Os advérbios de focalização, de referência predicativa, confirmativos, de atitude proposicional e aspectuais incluem-se igualmente entre os proclisadores, como mostram, respectivamente, os exemplos (26), (27), (28), (29) e (30).

- (26) (a) Só / apenas o João *as* cumprimentou.  
 (b) \*Só / apenas o João cumprimentou-*as*.
- (27) (a) A Maria também *nos* viu.  
 (b) \*A Maria também viu-*nos*.
- (28) (a) O João sempre *te* convidou para a festa.  
 (b) \*O João sempre convidou-*te* para a festa.
- (29) (a) Talvez / oxalá ele *lhe* telefone.  
 (b) \*Talvez / oxalá ele telefone-*lhe*.
- (30) (a) O João já / ainda *se* lembra desse incidente.  
 (b) \*O João já / ainda lembra-*se* desse incidente.

Os quantificadores não se comportam homoganeamente como gatilhos de próclise. Assim, quantificadores distributivos e grupais como *todos*, *ambos* e *qualquer* induzem próclise, contrariamente a *cada*, que a admite mas não exige (cf. (31), (32)); os quantificadores numerais, partitivos e de contagem não são proclisadores (cf. (33), (34)); quantificadores indefinidos e existenciais como *um* e *algum* não são proclisadores, enquanto *alguém* e *algo* são (cf. (35), (36)); quantificadores generalizados como *bastantes* e *poucos* induzem a próclise, contrariamente a *muitos*, que a admite mas não exige (cf. (37), (38))<sup>(106)</sup>.

- (31) (a) Qualquer colega / qualquer um *te* empresta esse programa.  
 (b) Todos os imprevistos / todos / tudo *a* põe(m) doente.  
 (c) (?) Cada colega *lhe* ofereceu uma flor.
- (32) (a) \*Qualquer colega / qualquer um empresta-*te* esse programa.  
 (b) \*Todos os imprevistos / todos / tudo põe(m)-*na* doente.  
 (c) Cada colega ofereceu-*lhe* uma flor.
- (33) (a) Três alunos / três dos alunos ofereceram-*lhe* flores.  
 (b) Os dois primeiros classificados cumprimentaram-*na*.

<sup>(106)</sup> Como se pode observar através dos exemplos, o comportamento dos sintagmas quantificados quanto ao padrão de colocação dos clíticos é idêntico quer incluam um núcleo nominal com realização lexical, quer se trate de quantificadores nus, quer se realizem sob a forma de um pronome. Constitui excepção o quantificador existencial *algum*, que, contrariamente aos pronomes *alguém* e *algo*, apenas induz próclise em frases interrogativas (*Alguns amigos telefonaram-me / Alguns amigos te telefonaram?*).

- (34) (a) \*Três alunos / três dos alunos *lhe* ofereceram flores.  
 (b) \*Os dois primeiros classificados *a* cumprimentaram.
- (35) (a) Uma pessoa / um enganou-*te*.  
 (b) Alguns colegas detestam-*no*.  
 (c) Alguém / algo *te* enganou.
- (36) (a) \*Uma pessoa / um *te* enganou.  
 (b) \*Alguns colegas *o* detestam.  
 (c) \*Alguém / algo enganou-*te*.
- (37) (a) Poucas pessoas / poucos *se* importam com isso.  
 (b) Muitas pessoas / muitos importam-*se* com isso.
- (38) (a) \*Poucas pessoas / poucos importam-*se* com isso.  
 (b) (?) Muitas pessoas / muitos *se* importam com isso.

Um subconjunto de conjunções coordenativas qualifica-se igualmente como proclisador. Trata-se de conjunções correlativas com um elemento de polaridade negativa (*não só ...mas / como também, nem ... nem*) e de conjunções correlativas disjuntivas (*ou...ou, ora ... ora, quer ... quer, seja ... seja*), como se pode observar nos exemplos (39) e (40).

- (39) (a) Não só a Maria *o* insultou como (também) o Pedro *lhe* bateu.  
 (b) Nem a Maria *o* insultou, nem o Pedro *lhe* bateu.  
 (c) Ou a Maria *lhe* faz todas as vontades, ou o Pedro *se* zanga.  
 (d) Quer *te* agrade, quer não *te* agrade, vou à festa.
- (40) (a) \*Não só a Maria insultou-*o* como (também) o Pedro bateu-*lhe*.  
 (b) \*Nem a Maria insultou-*o*, nem o Pedro bateu-*lhe*.  
 (c) ?/\*Ou a Maria faz-*lhe* todas as vontades, ou o Pedro zanga-*se*.  
 (d) \*Quer agrade-*te*, quer não agrade-*te*, vou à festa.

Finalmente, em construções apresentativas iniciadas por um constituinte ligado discursivamente e em que o sujeito tem o estatuto de foco informacional, o padrão de colocação exigido é a próclise. Como os exemplos (41) mostram, os constituintes ligados discursivamente são tipicamente constituintes locativos e dêicticos demonstrativos.

- (41) (a) [<sub>SEnt</sub> Aqui *se* assinou a paz.  
 (b) [<sub>SEnt</sub> Isso *te* dissemos todos.
- (42) (a) \*<sub>SEnt</sub> [Aqui assinou-*se* a paz.  
 (b) \*<sub>SEnt</sub> [Isso dissemos-*te* todos.

Em síntese, incluem-se entre os proclisadores operadores de negação e sintagmas negativos, sintagmas-Q, complementadores, advérbios de focalização, de referência predicativa, confirmativos, de atitude proposicional e aspectuais, subtipos de quantificadores e de conectores de coordenação, além de constituintes ligados discursivamente em construções apresentativas (de inversão locativa e outras) <sup>(107)</sup>.

## 20.6.2. Subida de clítico

O fenómeno conhecido como **Subida de Clítico** consiste na selecção de um verbo do qual o pronome clítico não é dependente para hospedeiro verbal <sup>(108)</sup>. As frases seguintes exemplificam este fenómeno, encontrando-se nelas sublinhado o verbo principal de que o clítico depende.

- (43) (a) O João tinha-*a* já convidado várias vezes.  
 (b) O convite foi-*lhe* finalmente enviado.  
 (c) O João ia-*se* esquecendo do convite.  
 (d) O João não *a* tinha convidado.  
 (e) O convite não *lhe* foi nunca enviado.  
 (f) O João não *se* ia esquecendo do convite.
- (44) (a) ?O João não *lhe* começou a ensinar russo.  
 (b) ?O João não *lhe* deixou de falar.  
 (c) \*O João não *se* acabou por esquecer da festa.
- (45) (a) O João não *a* vai provavelmente convidar.  
 (b) O João não *a* pode certamente convidar.
- (46) (a) O João não *a* quer convidar.  
 (b) O João não *lhe* ousa telefonar.
- (47) (a) O João não *os* viu entregar o convite.  
 (b) O João não *os* mandou entregar o convite.
- (48) (a) O patrão mandou-*lhes* lavar o chão antes de saírem.  
 (b) Os pais deixaram-*lhes* comer o gelado antes do almoço.

<sup>(107)</sup> De entre as explicações que têm sido propostas para a distribuição da próclise e da ênclise no português (europeu) moderno, destaquem-se as seguintes: Duarte (1983), Madeira (1992), Martins (1994), Duarte, Matos e Faria (1995), Barbosa (1996), Rouveret (1996), Duarte e Matos (2000).

<sup>(108)</sup> Kayne (1989) propõe uma correlação entre o fenómeno da *Subida de Clítico* e a fixação do valor positivo para o Parâmetro do Sujeito Nulo.

Os exemplos (43) ilustram casos de *Subida de Clítico* com verbos auxiliares que seleccionam formas participiais e gerundivas. Nestes casos, como o contraste entre (43) e (49) mostra, não existe alternativa à *Subida de Clítico*, devendo o pronome clítico ocorrer obrigatoriamente proclítico ou enclítico ao verbo auxiliar.

- (49) (a) \*O João tinha já *a convidado* várias vezes / *convidado-a* várias vezes.  
 (b) \*O convite foi finalmente *enviado-lhe*.  
 (c) \*O João ia *esquecendo-se* do convite.  
 (d) \*O João não tinha *a convidado* / *convidado-a*.  
 (e) \*O convite não foi nunca *lhe enviado* / *enviado-lhe*.  
 (f) \*O João não ia *se esquecendo* / *esquecendo-se* do convite.

A obrigatoriedade de *Subida de Clítico* nestes contextos pode ser atribuída à estrutura funcional deficitária dos complementos participiais e gerundivos seleccionados pelos verbos auxiliares em questão: com efeito, estes complementos respondem negativamente a todos os testes que identificam núcleos funcionais fráscicos, em particular, núcleos contendo informação temporal<sup>(109)</sup>.

Os exemplos (44) mostram que, em construções com verbos semiauxiliares aspectuais que seleccionam complementos infinitivos preposicionados, na presença de um proclisador no domínio superior, pode ocorrer *Subida de Clítico* com as preposições *a* e *de*, mas não com a preposição *por*. Na ausência de um atractor de próclise no domínio superior, os clíticos podem ocorrer no domínio superior ou no domínio encaixado, quando a preposição é *a* (cf. (50a), (50b)), preferencial e obrigatoriamente adjacentes à forma verbal encaixada, quando as preposições são, respectivamente, *de* e *por* (veja-se o contraste entre (50b, c) e (51b, c)).

- (50) (a) O João começou-*lhe a* ensinar russo.  
 (b) ?/\* O João deixou-*lhe de* falar.  
 (c) \* O João acabou-*se por* esquecer da festa.  
 (51) (a) O João começou *a* ensinar-*lhe* russo.  
 (b) O João deixou *de* *lhe* falar.  
 (c) O João acabou *por se* esquecer da festa.

<sup>(109)</sup> Vejam-se os resultados da aplicação de testes de auxiliaridade em 10.2.3. Como tem sido salientado por numerosos autores, tais resultados constituem argumentos a favor da inexistência de tempo gramatical activo nos domínios encaixados em questão.

O comportamento dos verbos semiauxiliares que seleccionam complementos preposicionados distingue-se do de outros semiauxiliares que seleccionam complementos não preposicionados, como os exemplificados em (45), que admitem tanto *Subida de Clítico* como legitimação do clítico no domínio encaixado:

- (52) (a) O João não vai provavelmente *convidá-la*.  
 (b) O João não pode certamente *convidá-la*.

Embora num caso e noutro nos encontremos perante construções de elevação, a diferença de comportamento observada pode ser atribuída à maior ou menor facilidade que estes verbos têm de entrar na construção de *Reestruturação*, combinando-se com o verbo do seu complemento infinitivo para com ele formarem um predicado complexo, como foi referido no em 15.4.3. Quando tal acontece, o complemento infinitivo é estruturalmente deficitário, não contendo a informação funcional de tempo gramatical activo que permite que os clíticos dependentes da forma infinitiva ocorram no domínio encaixado, pelo que *Subida de Clítico* é obrigatória. Pelo contrário, quando estes verbos seleccionam complementos infinitivos com tempo gramatical activo, não se dá a formação do predicado complexo e os clíticos dependentes da forma infinitiva ocorrem no domínio encaixado.

Ora como mostram os paradigmas (44), (50) e (51), a possibilidade de formação de um predicado complexo está mais limitada com verbos de elevação que seleccionam complementos preposicionados: enquanto a preposição *a* admite, a preposição *de* só a permite marginalmente e a preposição *por* bloqueia-a, o que sugere que os complementos infinitivos encabeçados por *de* e, especialmente por *por*, têm maior autonomia sintáctica do que os encabeçados por *a*.

Os exemplos (46) ilustram casos de *Subida de Clítico* com verbos de controlo de sujeito. Como foi referido em 15.4.3, também estes são verbos que admitem a construção de *Reestruturação*, pelo que, quando existe a formação de um predicado complexo, se obtém *Subida de Clítico*, e, em caso contrário, os clíticos são legitimados no domínio encaixado (vejam-se o exemplo de *Subida de Clítico* na ausência de um proclisador no domínio superior em (52a) e o exemplo (52b), representativo de uma estrutura em que não houve formação de predicado complexo).

- (52) (a) O João quere-*a convidar*.  
 (b) O João quer *convidá-la*.

Os exemplos (47) ilustram o fenómeno de *Subida de Clítico* em construções de *Marcação de Caso Excepcional*, referidas em 15.4.1. Nestas construções, o

sujeito do complemento infinitivo é casualmente legitimado pelo verbo superior, pelo que, quando se realiza como um pronome clítico, ocorre adjacente ao verbo superior e não à forma infinitiva da qual depende. Assim, nestas construções, a *Subida de Clítico* é obrigatória para o pronome clítico sujeito do domínio encaixado, como mostra o contraste entre (47) e (53), ocorrendo contudo os restantes clíticos adjacentes à forma verbal infinitiva de que dependem (cf. (54)).

- (53) (a) \*O João não viu entregá-los o convite.  
 (b) \*O João não mandou entregá-los o convite.  
 (54) (a) O João não os viu entregá-lo.  
 (b) O professor não os deixou sentar-se no chão.

Finalmente, os exemplos apresentados em (48) ilustram o fenómeno da *Subida de Clítico* na construção de *União de Orações*, descrita em 15.4.4. Nesta construção, dá-se a formação de um predicado complexo e o domínio encaixado não tem autonomia sintáctica, pelo que todos os pronomes clíticos ocorrem obrigatoriamente adjacentes ao verbo causativo ou perceptivo (veja-se o contraste entre (55a) e (55b)).

- (55) (a) O patrão mandou-o lavar aos empregados antes de saírem.  
 (b) \*O patrão mandou lavá-lo aos empregados antes de saírem.

Em síntese, o fenómeno da *Subida de Clítico* é determinado pela defectividade funcional do domínio frásico encaixado: quanto maior for tal defectividade, tanto menor será a autonomia sintáctica do domínio encaixado e, portanto, tanto menor será a possibilidade de legitimação de pronomes clíticos no interior desse domínio. Os complementos participais e gerundivos de verbos auxiliares e os complementos infinitivos na construção de *União de Orações* representam os casos extremos de defectividade funcional, com *Subida de Clítico* obrigatória para todos os pronomes clíticos. Os complementos infinitivos dependentes de verbos causativos e perceptivos em construções de *Marcação de Caso Excepcional*, por serem defectivos quanto aos traços de Concordância e aos traços relevantes de Tempo, exigem que os pronomes clíticos sujeito sejam legitimados no domínio frásico superior. Finalmente, com verbos de elevação e de controlo que admitem a construção de *Reestruturação*, as estruturas em que existe formação de um predicado complexo exigem *Subida de Clítico* <sup>(110)</sup>.

<sup>(110)</sup> Para análises da *Subida de Clítico* em português que recorrem à hipótese da defectividade funcional dos domínios encaixados, veja-se Martins (1996) e Gonçalves (1999).

### 20.6.3. Casos particulares de colocação em frases não finitas

Como já foi referido, a variedade europeia do português distingue-se de outras línguas românicas de sujeito nulo por não apresentar diferenças significativas nos padrões de colocação dos pronomes clíticos em frases finitas e não finitas.

Contudo, há algumas particularidades na distribuição da ênclise em frases não finitas que importa destacar <sup>(111)</sup>.

Os casos particulares de colocação ocorrem em frases não finitas com infinitivo não flexionado e podem tipificar-se do seguinte modo: (a) ocorrência de ênclise na presença de um constituinte negativo; (b) ocorrência de ênclise em construções-Q (interrogativas independentes e encaixadas, relativas livres e relativas finais); (c) oscilação entre ênclise e próclise com preposições.

Consideremos o primeiro dos casos, que os exemplos (56) ilustram:

- (56) (a) Os meninos preferem não *lhe* dar o livro.  
 (b) Os meninos preferem não dar-*lhe* o livro.

A aparente distribuição livre de próclise e ênclise nas frases (56), pode ser atribuída à natureza distinta do operador de negação em (a) e (b): enquanto em (a) *não* constitui uma instância de negação frásica, em (b) *não* tem um estatuto quase afixal, semelhante ao que encontramos em frases como (57):

- (57) (a) Trata-se de um processo [*não* natural].  
 (b) Persistem dúvidas [*não* esclarecidas].  
 (c) Os [*não* ouvintes] usam a língua gestual.

Repare-se que a negação quase afixal não desencadeia próclise nem legitima palavras negativas, como se pode observar em (58):

- (58) (a) \*Os [não ouvintes] *a* usam.  
 (b) \*Os [não ouvintes] usam nenhuma língua.

Ora em contextos como os de (56a) *não* pode legitimar palavras negativas (cf. (59a)), enquanto em contextos como os de (56b) tal não pode acontecer (cf. (59b)):

<sup>(111)</sup> Os casos particulares de colocação em frases não finitas estão descritos em Said Ali (1908).

- (59) (a) Os meninos preferem não *lhe* dar nenhum livro.  
 (b) \*Os meninos preferem não dar-*lhe* nenhum livro.

Parece, portanto, legítimo concluir que, em (56b), estamos perante um *não* quase afixal, o qual não se qualifica como operador de próclise, pelo que a ênclise é obrigatória <sup>(112)</sup>.

A impossibilidade de ocorrência de *não* quase afixal em frases com infinitivo flexionado e em frases finitas (cf. a agramaticalidade de (60)) pode ser atribuída às propriedades temporais destes domínios frásicos, que se caracterizam por terem Tempo Independente <sup>(113)</sup>.

- (60) (a) \*Os meninos lamentam que os pais não tenham-*lhe* dado o livro.  
 (b) \*Os meninos lamentam os pais não terem-*lhe* dado o livro.

O segundo caso particular de colocação encontra-se exemplificado em (61)-(63).

- (61) (a) O que dizer-*te*?  
 (b) O que *te* dizer?  
 (c) Não sei o que dizer-*te*.  
 (d) Não sei o que *te* dizer.  
 (62) (a) Comprei um livro para Op<sub>i</sub> ler-*lhe* [v]<sub>i</sub> antes de o deitar.  
 (b) Comprei um livro para Op<sub>i</sub> *lhe* ler [v]<sub>i</sub> antes de o deitar.  
 (63) (a) Não tenho a quem dá-*lo*.  
 (b) Não tenho a quem *o* dar.

A possibilidade de ênclise nas construções-Q acima exemplificadas e a alternância com o padrão de colocação esperado, a próclise, têm recebido a seguinte explicação: quando se obtém o padrão de ênclise, as frases são instâncias de estruturas elípticas, em que um verbo de elevação sem realização lexical, com valor modal ou temporal, está presente (cf. (64)) <sup>(114)</sup>; pelo contrário, o padrão proclítico obtém-se em frases não elípticas, em que os proclisadores presentes atraem, como esperado, o pronome clítico.

<sup>(112)</sup> Sobre este assunto, veja-se Duarte, Matos, Gonçalves e Ribeiro (2001).

<sup>(113)</sup> Sobre este assunto, veja-se Raposo (1987) e Duarte, Matos, Gonçalves e Ribeiro (2001).

<sup>(114)</sup> Esta é a análise proposta em Said Ali (1908).

- (64) (a) O que [v -] dizer-*te*?  
 (compare-se com *O que devo / posso dizer-te*?)  
 (b) Não sei o que [v -] dizer-*te*.  
 (compare-se com *Não sei o que devo / posso dizer-te*)  
 (c) Comprei um livro para Op<sub>i</sub> [v -] ler-*lhe* [v]<sub>i</sub> antes de o deitar.  
 (compare-se com *Comprei um livro para ir / poder ler-*lhe* antes de o deitar*)  
 (d) Não tenho a quem [v -] dá-*lo*.  
 (compare-se com *Não tenho a quem possa dá-lo*)

Quanto aos domínios infinitivos com infinitivo flexionado, a gramática do português não admite interrogativas-Q independentes de infinitivo flexionado (cf. (65a, b), observando-se nas restantes construções-Q acima exemplificadas o padrão de colocação típico das frases finitas, a próclise (veja-se o contraste de gramaticalidade entre (66) e (67)).

- (65) (a) \*O que dizermos-*te*?  
 (b) \*O que *te* dizermos?  
 (c) \*Não sei o que dizermos-*te*.  
 (d) Não sei o que *te* dizermos.  
 (66) (a) Comprei um livro para Op<sub>i</sub> *lhe* lermos [v]<sub>i</sub> antes de o deitar.  
 (b) Não temos a quem *o* darmos.  
 (67) (a) \*Comprei um livro para Op<sub>i</sub> lermos-*lhe* [v]<sub>i</sub> antes de o deitar.  
 (b) \*Não temos a quem dar<sub>mo</sub>-*lo*.

A impossibilidade de ênclise observada em (65c) e (67) pode ser atribuída ao facto de, na variedade europeia do português, os verbos semiauxiliares de elevação não seleccionarem domínios oracionais com traços de concordância (veja-se a agramaticalidade de (68)).

- (68) (a) \*Não sei o que podemos *dizermos* aos miúdos.  
 (b) \*Comprei um livro para Op<sub>i</sub> irmos / podermos *lermos* [v]<sub>i</sub> à noite.  
 (c) \*Não temos a quem possamos *darmos* o carro.

Finalmente, o terceiro caso particular de colocação envolve o estatuto das preposições como atratores de próclise.

Como o contraste entre (69) e (70) mostra, a preposição *a*, quer quando codifica informação de natureza aspectual, quer quando introduz completivas não finitas ou frases adjuntas adverbiais, não está marcada como atrator de próclise:

- (69) (a) Vi os meninos a abraçarem-se.  
 (b) Com os miúdos a levantarem-se tão cedo, os pais andam desesperados.  
 (c) Obriguei os meninos a deitarem-se.  
 (d) A darem-te razão, terás direito a uma indemnização choruda.
- (70) (a) \*Vi os meninos a se abraçarem.  
 (b) \*Com os miúdos a se levantarem tão cedo, os pais andam desesperados.  
 (c) \*Obriguei os meninos a se deitarem.  
 (d) \*A se darem razão, terás direito a uma indemnização choruda.

Pelo contrário, as restantes preposições, quer integrem ou não complementadores complexos, são marcadas como palavras funcionais pesadas, pelo que o padrão de colocação esperado é a próclise, como se pode observar em (71) <sup>(115)</sup>:

- (71) (a) Telefonei à Maria para a convidarmos para a festa.  
 (b) Confirma a hora da reunião antes de *lhe* telefonares.  
 (c) O João está irritado por *se* ter esquecido da reunião.  
 (d) Preciso de *te* encontrar.  
 (e) Em *o* encontrando, zango-me com ele.

Contudo, quando na frase não finita ocorre infinitivo não flexionado, pode obter-se ênclise, como mostram os exemplos (72) <sup>(116)</sup>.

- (72) (a) Telefonei à Maria para a convidar / convidá-la para a festa.  
 (b) Confirma a hora da reunião antes de *lhe* telefonar / (?) telefonar-*lhe*.  
 (c) O João está irritado por *se* ter esquecido / (?) ter-*se* esquecido da reunião.  
 (d) Preciso de encontrar-*te*.

Os casos particulares de colocação em domínios não finitos, podem, então sintetizar-se do seguinte modo: (a) domínios não finitos com infinitivo flexionado comportam-se como os domínios finitos; (b) em domínios não finitos com infinitivo não flexionado, na presença de um proclisador, pode ocorrer ênclise:

<sup>(115)</sup> Said Ali (1908) apresenta os resultados da contagem de ênclise e próclise em contextos não finitos, na presença de preposições distintas de *a*, em 100 páginas de três escritores do século XIX, e regista, em 175 ocorrências, 88% de próclise.

<sup>(116)</sup> Said Ali (1908) considera que a colocação enclítica neste contexto é motivada por razões eufónicas.

(i) quando é seleccionado *não* quase afixal; (ii) em construções interpretáveis como estruturas elípticas com um verbo semiauxiliar modal ou temporal sem realização lexical. Finalmente, em domínios infinitivos encabeçados por preposições, ênclise é o padrão obrigatório com a preposição *a*, enquanto, com as restantes preposições, próclise é o padrão de colocação obrigatório com infinitivo flexionado e preferencial com infinitivo não flexionado.

#### 20.6.4. Sobrevivência de uma gramática antiga: mesóclise e interpolação

Na variedade europeia do português moderno sobrevivem traços de uma gramática antiga, claramente em desaparecimento.

O primeiro desses traços é a colocação alternativa à ênclise nas formas de futuro e de condicional exigida no português europeu padrão, denominada **mesóclise** <sup>(117)</sup>, que os exemplos (73) ilustram.

- (73) (a) Os serviços avisá-la-ão da data da prova.  
 (b) Se me fizesse essa pergunta, recusar-me-ia a responder.

Este padrão de colocação tem a sua origem na gramática do português antigo, em que as formas de futuro e de condicional eram ainda analisadas como formas analíticas, constituídas pela forma infinitiva do verbo principal e pelo auxiliar *haver* no presente e no imperfeito do indicativo, como se pode observar em (74):

- (74) (a) E enton dar-lhe'ia Deus lumes de seus olhos  
 (Mattos e Silva, 1989: 850, *apud* Martins, 1994: 158)  
 (b) Fazello ey (Ogando (1980: 262), *apud* Martins, 1994: 159)  
 (c) Et eu dar vos ey este caualo (Lawton, 1966: 13, *apud* Martins, 1994: 159)  
 (d) e partir-m'ia de vos querer ben  
 (Ogando, 1980: 262, *apud* Martins, 1994: 159)

Contudo, já nesta fase da história da língua, parece haver reanálise das formas analíticas do futuro e do condicional como formas sintéticas, registando-se numerosos casos de ênclise, em particular com verbos irregulares:

<sup>(117)</sup> Said Ali (1908) denomina-a 'interposição'.

- (75) (a) querrei-vo-lh'eu responder  
(Ogando, 1980: 262, *apud* Martins, 1994: 159)
- (b) pero leixa-me tocar teu pulsso e darey-te meezinha  
(Lobo, 1991: 158, *apud* Martins, 1994: 159)
- (c) Se o alguen non conhecesse terria-se por despreçado  
(Mattos e Silva, 1989: 850, *apud* Martins, 1994: 159)
- (d) ende creceria e faria-se maior  
(Mattos e Silva, 1989: 850, *apud* Martins, 1994: 158)

A variação livre entre ênclise e mesóclise que os exemplos (74) e (75) ilustram passa, no português europeu padrão moderno, a distribuição complementar entre ênclise (em todas as formas verbais que não o futuro do indicativo e o condicional) e mesóclise (<sup>118</sup>). Mas dados de aquisição, produções de falantes de variedades populares e, em geral, de gerações mais novas, revelam que a ênclise está a invadir os contextos de mesóclise:

- (76) (a) ?Telefonarei-*te* mais vezes.  
(12 anos, 6.º ano de escolaridade, modo escrito)
- (b) ?Na conjuntura socio-económica, poderá-*se* verificar um saldo bastante positivo  
(prova específica de acesso ao ensino superior, modo escrito)

Outro traço que sobrevive no português europeu padrão moderno como resíduo de uma gramática antiga é a possibilidade de ocorrência do operador de negação frásica *não* entre um pronome proclítico e o hospedeiro verbal, que os exemplos (77) ilustram.

- (77) (a) O João pediu que *o* não acordassem.  
(b) Vê *se te* não esqueces do que prometeste.

Este fenómeno, denominado **interpolação**, era generalizado no português antigo e clássico, podendo interpor-se entre a forma clítica e a forma verbal uma grande variedade de constituintes, como ilustrado pelos exemplos (1), aqui repetidos como (78).

<sup>(118)</sup> Para uma análise da mesóclise no português europeu padrão moderno, sugerindo que a gramática desta variedade reanalisou as antigas formas de presente e de imperfeito do verbo haver como morfemas temporais, veja-se Duarte, Matos e Faria (1995), Duarte e Matos (2000).

- (78) (a) \**"e se lhas nō davam"* (NO: 1406, *apud* Martins, 1994: 163)  
(b) \**"mais dano do que lhy ante flazia]"* (NO: 1300, *apud* Martins, 1994: 165)  
(c) \**"asi como a até áqui derō"* (NO: 1295, *apud* Martins, 1994: 167)  
(d) \**"Isto que lles eu mado"* (NO: 1275, *apud* Martins, 1994: 171)  
(e) \**"Poys que lle ysto ouve dito"* (Ogando, 1980: 281, *apud* Martins, 1994: 174)

A perda de interpolação de constituintes distintos de *não* ocorre no século xvii e tem recebido várias explicações (<sup>119</sup>), podendo formular-se do seguinte modo a generalização descritiva que capta a nova gramática que emerge neste período: os pronomes clíticos passam a especializar como hospedeiro uma forma verbal, não sendo, por isso, admitida quebra de adjacência entre clítico e verbo.

Assim, a sobrevivência da interpolação de *não* deve ser atribuída a propriedades específicas deste operador de negação, que fazem dele um núcleo de tipo clítico, pelo que pode interpor-se entre pronomes clíticos e verbo (<sup>120</sup>). Constituem argumentos a favor do estatuto de núcleo de tipo clítico deste operador de negação o facto de ele não admitir que constituintes distintos de pronomes clíticos o separem da forma verbal (cf. (79)), de se incorporar no verbo e de se mover com ele até ao núcleo Comp (cf. (80)).

- (79) (a) O João já *não* lê esses livros às crianças  
(b) \*O João *não* já lê esses livros às crianças  
(c) O João *não* lhes lê esses livros.
- (80) (a) O que *não tem* [<sub>SFLEX</sub> o João lido às crianças]?  
(b) \*O que *tem* [<sub>SFLEX</sub> o João *não* lido às crianças]?

<sup>(119)</sup> Sobre a perda de interpolação generalizada, veja-se Martins (1994, 1997). Uma das explicações propostas para a impossibilidade de interpolação generalizada no português europeu é a perda de movimento do clítico para o nó funcional  $\Sigma$ ; outra das explicações é a reanálise dos pronomes clíticos como núcleos, que fixam como alvo núcleos funcionais visados por movimento do verbo.

<sup>(120)</sup> Sobre o estatuto do operador de negação *não*, ver 18.2.1.



*Índice*

- 21. Construções elípticas
  - 21.1. A noção de elipse
  - 21.2. Padrões básicos de elipses
    - 21.2.1. Elipses com e sem antecedente linguístico
    - 21.2.2. A estrutura das expressões elípticas
    - 21.2.3. Elipses coincidentes ou não com um único constituinte
  - 21.3. Os domínios sintácticos de ocorrência das elipses
    - 21.3.1. Elipses no domínio frásico e no domínio sintagmático
    - 21.3.2. Coordenação frásica, subordinação e discurso dialógico
  - 21.4. A Tipologia das elipses
    - 21.4.1. Anáfora do Complemento Nulo vs. Objecto Nulo
    - 21.4.2. Elipse do SV
    - 21.4.3. Despojamento
    - 21.4.4. Elipse Lacunar
    - 21.4.5. Truncamento
    - 21.4.6. Perguntas e respostas abreviadas e réplicas rectificadoras
    - 21.4.7. Elipse Nominal

### 21.1. A noção de elipse

Designa-se **elipse** a omissão de uma expressão que o contexto linguístico ou a situação permitem recuperar. Exemplos como os seguintes ilustram alguns casos de elipse.

- (1) As cheias na Europa têm sido noticiadas em todos os telejornais mas os debates na Assembleia não têm [-].
- (2) As chuvas inundaram os campos e as casas, também [-].
- (3) Ainda que queiras [-], não podes resolver esse problema com facilidade.
- (4) O partido do governo votou a favor do orçamento e os deputados da oposição [-] contra [-].
- (5) Alguns vestidos vão ficar proximamente em saldo embora não possamos dizer exactamente quais [-].
- (6) Os edifícios antigos a serem recuperados são em número muito inferior aos [-] a serem demolidos.
- (7) A: Ontem, quando houve um corte de luz, estávamos a escrever ao Pedro.  
B: Não, [-] [-] estávamos a ver televisão!

Apesar de elípticas, as frases (1) a (7) são interpretadas como as explicitamente realizadas correspondentes, em (8)-(14):

- (8) As cheias na Europa têm sido noticiadas em todos os telejornais mas os debates na Assembleia não têm sido noticiados em todos os telejornais.
- (9) As chuvas inundaram os campos e as casas, também (elas) (as) inundaram.
- (10) Ainda que queiras resolver esse problema com facilidade, não podes resolver esse problema com facilidade.
- (11) O partido do governo votou a favor do orçamento e os deputados da oposição votaram contra o orçamento.
- (12) Alguns vestidos vão ficar proximamente em saldo embora não possamos dizer exactamente quais vão ficar proximamente em saldo.
- (13) Os edifícios antigos a serem recuperados são em número muito inferior aos edifícios antigos a serem demolidos.
- (14) A: Ontem, quando houve um corte de luz, estávamos a escrever ao Pedro.  
B: Não, Ontem, quando houve um corte de luz, estávamos a ver televisão!

Mas nem todas as expressões não-realizadas são manifestações de elipse. Esta restringe-se a casos em que a omissão pode ser interpretada como uma estratégia para evitar a repetição redundante. Assim, os exemplos seguintes não são frequentemente assumidos como elípticos apesar de o sujeito estar omitido em (15), <sup>(1)</sup> e não haver objecto directo expresso na frase subordinada em (16).

- (15) (a) [-] vamos jantar às Docas hoje.  
(b) Eles disseram que [-] vão ao cinema.
- (16) O que é que eles disseram que a Ana tinha oferecido [-] à Maria?

Em qualquer destas frases a expressão omitida não pode ser caracterizada como redundante. Embora em (15) o constituinte não-realizado, o Sujeito Nulo, seja interpretável independentemente de qualquer expressão linguística ou situacional prévia, bastando a presença das marcas de concordância verbal para ser recuperado, a explicitação do sujeito omitido em contextos de subordinação completiva verbal como em (17b), pode desencadear significações diversas das

<sup>(1)</sup> No âmbito da Gramática Tradicional, o Sujeito não-expresso sempre foi tido como um caso de elipse. Porém, na linguística actual, os autores dividem-se, considerando-o ora como elipse (por exemplo, Brucart, 1999b) ora como uma categoria vazia com propriedades parcialmente distintas das exibidas pelas elipses (confronte-se, a ausência de referência aos sujeitos nulos em obras sobre a elipse em geral, como Hankamer e Sag, 1976 ou Lobeck, 1995). Para uma análise das frases contendo sujeitos nulos, veja-se 15.1.

das frases com sujeito nulo correspondentes: com efeito, preferencialmente, a segunda ocorrência de *eles* na posição de sujeito da frase subordinada, é interpretada como remetendo para um conjunto de indivíduos diferente do designado por *eles* na frase principal <sup>(2)</sup>.

- (17) (a) Nós vamos jantar às Docas hoje.  
(b) Eles disseram que eles vão ao cinema.

Em (16) a repetição do objecto directo na frase elíptica não produz exemplos redundantes, mas inaceitáveis, como ilustrado em (18a)). Se não tivesse sido deslocado da sua posição inicial, o constituinte interrogado constituiria o único elemento a ocupar adequadamente a posição deixada vazia em (16), como mostra (18b). Por estes motivos, assume-se que as elipses recobrem omissões que não resultam da deslocação de expressões para outras posições, mas antes da não-realização de constituintes que ocupam a sua posição usual na frase.

- (18) (a) \*O que é que eles disseram que a Ana tinha oferecido o quê à Maria?  
(b) Eles disseram que a Ana tinha oferecido o quê à Maria?

Do mesmo modo, não são considerados elípticos constituintes opcionais quando não existe um contexto que evidencie a sua presença numa expressão linguística concreta. Consequentemente, (19a) não é uma frase elíptica, dado que o complemento preposicionado, opcionalmente seleccionado pelo verbo (presente num exemplo como (19b)) não é recuperável.

- (19) (a) O João trouxe o carro hoje.  
(b) O João trouxe o carro para a Faculdade hoje.

Em suma: as elipses são unidades linguísticas sem realização lexical, não provenientes de movimento, que o contexto linguístico ou a situação permitem recuperar, e que têm aparentemente a função de evitar a repetição redundante.

<sup>(2)</sup> Para que esta interpretação de referência disjunta não seja a adoptada, o locutor tem como estratégia focalizar prosodicamente o sujeito da subordinada. Neste último caso a leitura de co-referência é possível. Este fenómeno foi inicialmente caracterizado para o espanhol por Montalbetti (1983, 1984, 1986).

## 21.2. Padrões básicos de elipses

Para além da caracterização genérica apresentada na secção anterior, as elipses exibem padrões estruturais e de comportamento variáveis, em particular, no que diz respeito à possibilidade de terem ou não um antecedente linguístico, de manifestarem ou não estrutura interna, e de coincidirem ou não com um único constituinte. São estas propriedades que ilustraremos nas subsecções seguintes.

### 21.2.1. Elipses com e sem antecedente linguístico

A vasta maioria das elipses é interpretada de acordo com expressões linguísticas presentes no discurso circundante. É o caso das frases de (1) a (7) em 21.1, aqui repetidas.

- (1) As cheias na Europa têm *sido noticiadas em todos os telejornais* mas os debates na Assembleia não têm [-].
- (2) *As chuvas inundaram* os campos e as casas, também [-].
- (3) Ainda que queiras [-], não podes *resolver esse problema com facilidade*.
- (4) O partido do governo *votou a favor do orçamento* e os deputados da oposição [-] contra [-].
- (5) Alguns vestidos *vão ficar proximoamente em saldo* embora não possamos dizer exactamente quais [-].
- (6) Os *edifícios antigos* a serem recuperados são em número muito inferior aos [-] a serem demolidos.
- (7) A: *Ontem, quando houve um corte de luz*, estávamos a escrever ao Pedro.  
B: Não, [-] [-] estávamos a ver televisão!

As frases (1) a (7) têm um antecedente linguístico: as expressões em itálico. Porém, algumas elipses não apresentam antecedentes, sendo o seu conteúdo fixado pelo contexto situacional ou inferido a partir da estrutura frásica. O exemplo (8) ilustra o primeiro caso:

- (8) Situação: A criança pega num objecto de vidro e prepara-se para atirá-lo ao chão. A mãe diz em tom ameaçador:  
— Tu não te atrevas [-]!

Em (8), a frase elíptica é interpretada como: *Tu não te atrevas [a fazer isso!]* / *Tu não te atrevas [a atirar isso ao chão!]* / *Tu não te atrevas [a partir esse*

*objecto!]*, etc. Em suma, podem ocupar a posição do constituinte omitido todas as expressões passíveis de verbalizar a situação existente, desde que sintáctica e semanticamente compatíveis com a expressão realizada, i.e., *Tu não te atrevas*.

No entanto, em (9a), (10a) e (11a), não há um antecedente linguístico. Contudo, a sua ausência é estruturalmente suprida. O sujeito nulo e os verbos de cópula são estruturalmente recuperados dada a presença explícita do conector de subordinação — que obriga as expressões linguísticas a serem formalmente identificadas como frases — e a presença dos constituintes adjectivais (*compatível, pequeno, cansada*) — que permitem restringir os verbos principais da frases à subclasse dos copulativos — (veja-se (9b) (10b) e (11b)).

- (9) (a) O cargo pode-lhe ser atribuído desde que [-] compatível com as funções que actualmente exerce.  
(b) O cargo pode-lhe ser atribuído desde que *seja* compatível com as funções que actualmente exerce.
- (10) (a) Quando [-] pequeno, costumava brincar com os irmãos.  
(b) Quando *era* pequeno, costumava brincar com os irmãos.
- (11) (a) Embora [-] cansada, a Maria dispunha-se a acabar o trabalho antes de se ir deitar.  
(b) Embora *estivesse* cansada, a Maria dispunha-se a acabar o trabalho antes de se ir deitar.

Como dissemos, na maioria dos casos, o conteúdo das elipses é estabelecido a partir do seu antecedente linguístico, o qual pode variar muito do ponto de vista lexical (recordem-se, por exemplo, as frases em (1)-(7)).

A posição do antecedente face às expressões linguísticas nem sempre é arbitrária. Nas línguas que têm a ordem canónica Sujeito-Verbo-Complementos (usualmente designada SVO) como o português, os antecedentes linguísticos precedem geralmente as elipses (cf. (12)).

- (12) (a) As cheias na Europa têm *sido noticiadas* mas os debates na Assembleia não [-].  
(b) *As chuvas inundaram* os campos e as casas, também [-]  
(c) Os socialistas apoiam Jorge Sampaio e os sociais democratas [-] Ferreira do Amaral.

No entanto, alguns tipos de elipse admitem que a elipse preceda o seu antecedente.

- (13) (a) Ainda que queiras [-], não podes *resolver esse problema com facilidade*.  
 (b) Embora não possamos dizer exactamente quais [-], alguns vestidos *vão ficar proximoamente em saldo*.

As elipses em que o antecedente precede a expressão omitida são referidas como *elipses anafóricas*; aquelas em que, pelo contrário, é a expressão omitida que precede o antecedente, são designadas *elipses catafóricas*.

### 21.2.2. A estrutura das expressões elípticas

Partindo de exemplos como os ilustrados em (14), (15) e (16), consideremos a questão da estrutura interna exibida pelas elipses:

- (14) Ainda que queiras [-], não podes resolver esse problema com facilidade.  
 (15) As cheias na Europa têm sido noticiadas em todos os telejornais mas os debates na Assembleia não têm [-].  
 (16) As chuvas inundaram os campos e as casas, também [-].

Numa frase como (14), na determinação do conteúdo da elipse, o falante pode hesitar em recuperar a frase não-elíptica correspondente (cf. (17a)) ou assumir a existência de um pronome que denote esta última, como o pronome *o* em (17b)<sup>(3)</sup>:

- (17) (a) Ainda que queiras *resolver esse problema com facilidade*, não podes resolver esse problema com facilidade.  
 (b) Ainda que *o* queiras, não podes resolver esse problema com facilidade.

Pelo contrário, em exemplos como (15) e (16), a interpretação da elipse repousa exclusivamente na possibilidade de o falante reconstituir a estrutura e os itens lexicais que correspondem à expressão omitida, uma vez que o antecede-

<sup>(3)</sup> Note-se que o pronome *o*, apesar de denotar uma frase, mantém a sua natureza categorial nominal, de sintagma determinante. Este facto determina a sua exclusão de contextos em que o verbo não admite complementos nominais como é o caso do verbo auxiliar dos tempos compostos, que pede por complemento uma projecção verbal de Particípio Passado (activo):

- (i) \*Eles têm comprado muitos livros, mas tu não *o* tens.

dente não pode ser referenciado por nenhum pronome, como mostra a marginalidade de (18b) e (19b) por oposição à boa-formação de (18a) e (19a)<sup>(4)</sup>.

- (18) (a) As cheias na Europa têm sido noticiadas em todos os telejornais mas os debates na Assembleia não têm *sido noticiados em todos os telejornais*.  
 (b) As cheias na Europa têm sido noticiadas em todos os telejornais  
 (i) \*mas os debates na Assembleia não *o* têm.  
 (ii) \*mas os debates na Assembleia não têm *isso*.  
 (19) (a) As chuvas inundaram os campos e as casas, também (*as chuvas*)(as) *inundaram*.  
 (b) As chuvas inundaram os campos (i) \* e as casas, também *isso*.  
 (ii) \* e as casas, *isso* também.

Deste modo, podemos assumir que elipses como (14), quando são parafraseáveis por um elemento pronominal, correspondem a um constituinte que não exhibe estrutura interna. Pelo contrário, elipses como (18) ou (19) são dotadas de estrutura interna, na medida em que não podem ser substituídos por uma única unidade lexical, mas pelas diferentes unidades do constituinte realizado a que correspondem.

Note-se que o facto de uma elipse ter estrutura interna, não invalida que possa ter um correspondente anafórico realizado, como é o caso das proformas do predicado frásico *fazer isso, fazê-lo, fazer o mesmo*, nas frases (20b) e (20c):

- (20) (a) Os bombeiros acorreram ao local do incêndio e as populações locais também [-].  
 (b) Os bombeiros acorreram ao local do incêndio e as populações locais também *o fizeram*.  
 (c) Os bombeiros acorreram ao local do incêndio e as populações locais *fizeram o mesmo*.

<sup>(4)</sup> Como vimos na nota anterior o pronome clítico invariável (como aliás a sua contrapartida não clítica, *isso*) tem uma natureza nominal; é isto que justifica a agramaticalidade de (18b) e (19b). Note-se, porém que o referido clítico poderia ocorrer em (18b) se o alvo de substituição não fosse o particípio passado complemento do verbo auxiliar dos tempos compostos, mas o particípio passivo seleccionado pelo verbo copulativo *ser*, auxiliar da passiva, como em (i):

- (i) As cheias têm sido noticiadas mas os debates não *o* tem sido.  
 (*o* refere *noticiados*)

Sobre o clítico invariável veja-se Matos (1985), sobre a ocorrência deste clítico nas passivas, veja-se Gonçalves e Colaço (1991).

Embora tenham funções análogas às dos pronomes, estas proformas diferem deles pelo facto de exibirem uma estrutura interna e terem uma natureza não nominal. Deste modo, em (20) as proformas apresentam elas próprias os elementos intrinsecamente constitutivos de um predicado verbal: o verbo principal (*fazer*) e o complemento de objecto directo deste verbo (*o, o mesmo*). Assim, estas proformas sugerem que as elipses correspondentes têm uma estrutura interna específica.

### 21.2.3. Elipses coincidentes ou não com um único constituinte

Finalmente, considere-se a última propriedade referida como um factor de variação entre as elipses: a possibilidade de coincidirem ou não com um único constituinte.

Nos exemplos (21), a elipse corresponde a um constituinte categorialmente bem delimitado.

- (21) (a) As cheias na Europa têm sido noticiadas em todos os telejornais mas os debates na Assembleia não têm [-].  
 (b) Alguns vestidos vão ficar proximamente em saldo embora não possamos dizer exactamente quais [-].  
 (c) Ainda que queiras [-], não podes resolver esse problema com facilidade.  
 (d) Os edifícios antigos a serem recuperados são em número muito inferior aos [-] a serem demolidos.

Em (21a), todo o sintagma verbal, à excepção do verbo auxiliar que se moveu para FLEX, foi omitido (veja-se (22)).

- (22) ...  $[_{SFLEX} \text{ os debates na Assembleia não } [_{FLEX} \text{ têm } ] [_{SV} - ] ] ]$   
 $[_{SV} - ] = \text{ sido noticiadas em todos os telejornais } ^{(\text{e})}$

<sup>(e)</sup> Na realidade, como veremos em 21.4.2 o SV elíptico comporta, para além dos elementos referidos, a cópia (ou vestígio) do verbo movido para FLEX. Uma representação rigorosa do SV elíptico seria, a seguinte, em que o vestígio ou cópia do verbo auxiliar dos tempos compostos se encontra assinalado por [v]:

$[_{SV} - ] = [v] \text{ sido noticiadas em todos os telejornais.}$

Sobre o movimento do verbo veja-se o capítulo 12, secção 12.1.

Em (21b) são os elementos fundamentais de toda a frase, i.e., o sintagma determinante sujeito, SD, e o SV predicado, alvo de elipse (veja-se (23)) <sup>(6)</sup>.

- (23) ... dizer exactamente  $[_{SCOMP} \text{ quais } [_{SFLEX} - ] ]$   
 $[_{SFLEX} - ] = [_{SD} v]$  vão ficar proximamente em saldo

Em (21d) o constituinte elíptico é o complemento do verbo *querer*, o qual pode assumir a forma de uma frase infinitiva (veja-se SCOMP, em (24)) ou de um pronome demonstrativo (cf. SD em (24)).

- (24) ... ainda que  $[_{SFLEX} \text{ queiras } [_{SCOMP/SD} - ] ]$   
 $[_{SCOMP} - ] = \text{ resolver esse problema com facilidade}$   
 $[_{SD} - ] = \text{ isso/o}$

Em (21e) a elipse afecta o nominal complemento do sintagma determinante, ou seja o SN, incluindo o modificador adjectival deste (veja-se (25)).

- (25) ... a  $[_{SD} \text{ os } [_{SN} - ] \text{ a serem demolidos } ]$   
 $[_{SN} - ] = \text{ edifícios antigos}$

Diferentemente do que acontece nas elipses previamente consideradas, em (26a) e em (26b) a elipse parece repartir-se por vários constituintes:

- (26) (a) A: Ontem, quando houve um corte de luz, estávamos a escrever ao Pedro.  
 B: Não, estávamos a ver televisão!  
 (b) A: A Maria foi ao cinema hoje?  
 B: Não, ao teatro!

Em (26a), na réplica do locutor B, são omitidos o advérbio *ontem* e a oração adverbial temporal *quando houve um corte de luz*, dois constituintes autónomos um do outro, que funcionam como adjuntos da frase principal *estávamos a ver televisão* (veja-se (27a)); em (26b), encontram-se elípticos o sujeito (*a Maria*), o verbo (*foi*) e o adjunto temporal (*hoje*) (veja-se (27b)):

<sup>(6)</sup> Está-se a assumir que o constituinte interrogado se move para SCOMP deixando ficar em SFLEX um vestígio ou cópia, que corresponde ao  $[_{SD} v]$ .

- (27) (a) Não, [-]<sub>1</sub>, [-]<sub>2</sub>, estávamos a ver televisão!  
 [-]<sub>1</sub> = ontem  
 [-]<sub>2</sub> = quando houve um corte de luz
- (b) Não, [-]<sub>1</sub> [-]<sub>2</sub> ao teatro [-]<sub>3</sub>!  
 [-]<sub>1</sub> = a Maria  
 [-]<sub>2</sub> = foi  
 [-]<sub>3</sub> = hoje

Em todos os tipos de elipse o material suprimido corresponde a informação já apresentada verbalmente ou inferível a partir do contexto. Nas frases elípticas em (26), esta propriedade está bem evidente, uma vez que todos os constituintes são alvo de elipse à excepção daquele que apresenta informação nova. Nestas últimas construções inverte-se inclusivamente a situação presente nas anteriores: em vez de a elipse corresponder a um único constituinte, ela compreende vários constituintes e é o material lexicalmente realizado na frase elíptica que coincide com uma só unidade estrutural.

### 21.3. Os domínios sintácticos de ocorrência das elipses

As elipses ocorrem em todos os domínios sintácticos: em frases ou em sintagmas (como ilustrado em 21.3.1) e em estruturas de coordenação, de subordinação ou de discurso dialógico (veja-se 21.3.2).

#### 21.3.1. Elipses no domínio frásico e no domínio sintagmático

Os exemplos de (1) a (3) manifestam elipse no domínio frásico — unidades constitutivas da frase foram omitidas (vejam-se as expressões que explicitam o conteúdo da elipse em cada um dos exemplos seguintes).

- (1) Atravessa a rua só *quando* eu disser [<sub>SCOMP</sub> -]  
 [<sub>SCOMP</sub> -] = para atravessar(es) a rua
- (2) A Ana ofereceu um livro à irmã e a Paula [<sub>V</sub> -] ao pai.  
 [<sub>V</sub> -] = ofereceu um livro

- (3) A: Alguém tem comprado jornais?  
 B: Tem a Ana [<sub>SV</sub> -]  
 [<sub>SV</sub> -] = comprado jornais.

Em (1) o complemento frásico do verbo *dizer* é omitido, em (2) a elipse afecta o núcleo verbal da frase e o seu objecto directo, em (3) o alvo da elipse é o verbo principal e o seu complemento.

Pelo contrário, em (4) e (5), a elipse circunscreve-se a um domínio sintáctico menor que a frase, i.e. do que o SFLEX, e é interna ao sintagma determinante.

- (4) O ciclista da Sicasal foi [<sub>SFLEX</sub> [<sub>SD</sub> o primeiro [<sub>N</sub> -]] a cortar a meta].  
 [<sub>N</sub> -] = ciclista
- (5) [<sub>SD</sub> O carro azul e o [<sub>N</sub> -] encarnado] venderam-se imediatamente.  
 [<sub>N</sub> -] = carro

Em (4), embora o antecedente se encontre noutra fragmento da frase, o domínio da elipse é o constituinte nominal núcleo do constituinte que funciona como predicativo do sujeito. Em (5), a elipse surge igualmente no sintagma nominal: ocorre na estrutura coordenada e tem por seu antecedente o núcleo nominal do primeiro membro coordenado.

#### 21.3.2. Coordenação frásica, subordinação e discurso dialógico

As frases complexas são os domínios preferenciais de ocorrência das elipses, na medida em que exibem as condições estruturais e a complexidade de conteúdo necessárias para o aparecimento da expressão elíptica e do seu antecedente.

As frases coordenadas são as estruturas menos restritivas para a elipse: todos os tipos de elipse frásica surgem neste contexto, e alguns tipos de elipse só podem mesmo aparecer em domínios de coordenação.

- (6) (a) O Pedro ofereceu um presente à Ana e o Paulo [-] à Marta.  
 [-] = ofereceu um presente
- (b) O António não queria assistir ao concerto pela televisão e nós também não [-].  
 [-] = queríamos assistir ao concerto pela televisão
- (c) A política de investigação vai mudar, mas quando [-]?  
 [-] = vai a política de investigação mudar

Os domínios de subordinação admitem a presença de elipses de uma forma mais restrita. Assim, a elipse parcial do predicado verbal ou *Elipse Lacunar* (cf. 21.4.4) não é possível em frases subordinadas, como mostra o contraste de gramaticalidade entre (6a) e (7)).

- (7) (a) \*O Pedro ofereceu um presente à Ana e pensa *que o Paulo [-] à Marta*.  
[-] = ofereceu um presente  
(b) \*O João pensa *que o Pedro ofereceu um presente à Ana e que o Paulo [-] à Marta*.  
(c) \*Pergunto-me quem ofereceu um presente à Ana e *quem [-] à Marta*.  
(d) \*O Pedro só oferece presentes à Ana *quando o Paulo [-] à Marta*.

A elipse exemplificada em (6b), i.e., *Despojamento*, implica a omissão de todos os elementos da frase à excepção de um único sintagma e de um dos seguintes adverbiais: *não, sim, também, também não* (cf. 21.4.3), é possível nalguns contextos de subordinação completiva e impossível em domínios de subordinação adverbial e relativa (confrontem-se (8a) e (8b) vs. (8c) e (8d)).

- (8) (a) O António não queria assistir ao concerto pela televisão e pensou *que nós também não [-]*.  
(b) O António disse que queria assistir ao concerto pela televisão e *que nós também [-]*.  
(c) \*O António quer assistir a concertos pela televisão *quando nós também [-]*.  
(d) \*O António não quer assistir a concertos pela televisão e conheço *muitas outras pessoas [que também não [-]]*.

Por seu turno, a elipse parcial da frase interrogada, ou *Truncamento* (cf. 21.4.5), apresentada em (6c), é possível em todos os tipos de frases subordinadas: completivas, adverbiais e relativas (cf. (9)).

- (9) (a) A política de investigação vai mudar, mas o governo não diz *quando [-]*  
(b) A política de investigação vai mudar *embora ninguém saiba quando [-]*  
(c) A política de investigação vai mudar, mas *a única entidade [que pode saber precisamente quando [-]]* é o Ministério da Ciência e da Tecnologia.

De entre as estruturas classicamente consideradas subordinadas, merecem uma referência à parte as frases comparativas, visto que admitem estruturas elípticas usualmente excluídas dos domínios de subordinação. Comparem-se assim, os exemplos (7a) e (8c) com os seguintes:

- (10) (a) O Pedro ofereceu *menos* presentes à Ana *do que* o Paulo [-] à Marta.  
[-] = oferece presentes  
(b) O António queria *tanto* assistir ao concerto pela televisão *como* nós [-].  
[-] = queríamos assistir ao concerto pela televisão

Em 18.1., mostraremos, contudo, que o comportamento das comparativas face à elipse não é excepcional, na medida em que exibem uma estrutura similar à da coordenação.

Os diálogos são um domínio favorável à ocorrência de elipses. Admitem uma maior variedade de tipos do que os que surgem nos domínios de subordinação, embora não atinjam a versatilidade das estruturas de coordenação frásica. Assim, a elipse parcial do predicado (ou *Elipse Lacunar*) só é possível quando através dos fragmentos discursivos envolvidos pode ser recuperada uma estrutura de coordenação ((cf. (11)).

- (11) A: O Pedro ofereceu um presente à Ana?  
B: i. \* Não. O Paulo [-] à Marta.  
ii. Sim, e o Paulo [-] à Marta.  
[-] = ofereceu um presente

Por sua vez, a elipse total do predicado em *Despojamento* ou as interrogativas parciais fragmentárias (*Truncamento*) produzem estruturas dialógicas bem formadas, como atestado em (12) e (13):

- (12) A: O António não quer assistir ao concerto pela televisão.  
B: Nós também não [-].  
(13) A: A política de investigação vai mudar.  
B: (i) Quando [-]?  
(ii) Sabes quando [-]?

Em suma, as elipses repartem-se por todos os domínios sintácticos existentes na língua, não havendo motivo para as associar exclusivamente às estruturas de coordenação, como tem sido prática corrente nos estudos gramaticais. Há, contudo, domínios sintácticos mais propiciadores ao aparecimento de elipses do que outros. É o caso da coordenação frásica e das frases comparativas.



## 21.4. A tipologia das elipses

Estudos desenvolvidos nos anos 60 e 70 procuraram identificar os diferentes tipos de elipse, tendo em vista os constituintes afectados pela omissão e o material linguístico realizado presente na construção elíptica. Retendo no essencial esta classificação, podemos encontrar os seguintes tipos de elipses no domínio frásico: *Anáfora do Complemento Nulo*, *Elipse do SV*, *Despojamento*, *Elipse Lacunar*, *Truncamento*, *Perguntas e Respostas Abreviadas*, *Réplicas Rectificadoras* (<sup>7</sup>). No domínio sintagmático, destacaremos a *Elipse Nominal*.

### 21.4.1. Anáfora do Complemento Nulo vs. Objecto Nulo

Na *Anáfora do Complemento Nulo*, a elipse corresponde a um constituinte frásico ou a um pronominal demonstrativo invariável, o clítico *o* ou o pronome não-clítico *isso*, que neste contexto denota uma situação e não uma entidade. Em muitos casos esta construção elíptica confunde-se com a de *Objecto Nulo*. Porém nesta última construção o verbo tem preferencialmente por complementos sintagmas nominais que denotam entidades. Nesta secção, algumas propriedades distintivas destas construções serão evidenciadas.

As frases em (1), (2) e (3) exemplificam *Anáfora do Complemento Nulo*. Em todos estes casos o complemento frásico alterna com o pronome demonstrativo invariável.

- (1) Ainda que queiras [-], não podes resolver esse problema com facilidade.  
[-] = resolver esse problema com facilidade / o / isso
- (2) Nós pedimos à Teresa que voltasse para casa depressa, mas ela recusou-se [-]. (<sup>8</sup>)  
[-] = a voltar para casa depressa / a isso

(<sup>7</sup>) *Elipse Lacunar* e *Despojamento* são as designações propostas em Matos (1992) respectivamente para *Gapping* e *Stripping*. *Truncamento* é o termo utilizado por Brucart (1987, 1999) para *Slucing*. *Réplicas Rectificadoras* é a designação aqui proposta em alternativa a *Wrong*, termo de Hankamer (1979).

(<sup>8</sup>) Em inglês, exemplos semelhantes são possíveis:

- (i) I asked Bill to leave, but he refused [-].  
[-] = to leave
- (ii) Sue was attempting to kiss a gorilla, and Harry didn't approve.  
[-] = that Sue has attempted to kiss a gorilla  
(cf. Hankamer e Sag, 1976: 411)

- (3) Ela quis fazer um curso de pós-graduação e os pais aprovaram [-].  
[-] = ela fazer um curso de pós-graduação / isso

Existem, no entanto, casos em que esta alternância redundante em frases marginais. É o que acontece com alguns verbos semiauxiliares modais e aspectuais (veja-se (4), (5) e (6)), embora as frases resultantes sejam consideradas casos de *Anáfora do Complemento Nulo*.

- (4) (a) Os alunos não vão frequentemente à biblioteca, mas *necessitavam* [-].  
(b) ?Os alunos não vão frequentemente à biblioteca, mas *necessitavam disso*.
- (5) (a) Os alunos não vão frequentemente à biblioteca, mas *deviam* [-].  
(b) \*Os alunos não vão frequentemente à biblioteca, mas *deviam-no* / *isso* (cf. ..., mas deviam *fazê-lo*)
- (6) (a) A Maria ainda não escreveu o livro todo, mas vai *acabar* [-] em breve.  
(b) \*A Maria ainda não escreveu o livro todo, mas vai *acabar disso* / *isso* em breve. (cf. ..., mas vai acabar *de o fazer* em breve)

O motivo deste comportamento reside no facto de estes verbos estarem a ficar progressivamente defectivos (cf. (5), (6) e (7)), o que determina que não sejam mais capazes de seleccionar por complementos constituintes nominais ou frases completivas plenas, i.e. SCOMPs, mas apenas SFLEXs (<sup>9</sup>).

Na *Anáfora do Complemento Nulo* a elipse corresponde, pois, aos constituintes categoriais SD, SCOMP ou SFLEX, como ilustrado seguidamente:

- (7) (a) Ela quis fazer um curso de pós-graduação e os pais *aprovaram* [<sub>SCOMP</sub> -].  
(b) Ela quis fazer um curso de pós-graduação e os pais *aprovaram* [<sub>SD</sub> -].  
[<sub>SD</sub> -] = isso/-(n)o
- (c) Os alunos não vão frequentemente à biblioteca, mas *deviam* [<sub>SFLEX</sub> -].

(<sup>9</sup>) Veja-se Matos (1992) para argumentos adicionais a favor de os modais *dever* e *poder* seleccionarem projecções SFLEX.

A ocorrência da *Anáfora do Complemento Nulo* é lexicalmente determinada — só é possível com semiauxiliares modais aspectuais e certos verbos de complementação<sup>(10)</sup>.

- (8) (a) Ainda que *precises / necessites / possas / devas* [-], não vais resolver esse problema com facilidade.  
[-] = (de) resolver esse problema  
(b) A Maria ainda não escreveu o livro todo, mas *já começou* [-].  
[-] = a escrever o livro  
(c) A Maria já começou a escrever a tese, e *vai acabar* [-] em breve.  
[-] = de escrever a tese.

Como ilustrado em (9), predicados com sentido próximo excluem esta construção.

- (9) (a) ?? Ainda que *anseies* [-], não podes resolver esse problema com facilidade.  
[-] = resolver esse problema com facilidade  
(b) ?? Os médicos não queriam que a doente voltasse para casa logo, mas ela *implorou* [-].  
[-] = voltar para casa logo.  
(c) (?) Ela quis fazer um curso de pós-graduação e os pais *aceitaram* [-].  
[-] = ela fazer um curso de pós-graduação

O português admite mais generalizadamente do que outras línguas românicas complementos nulos dos verbos, em particular, exhibe *Objecto Nulo*, uma

<sup>(10)</sup> Este fenómeno parece ter maior ocorrência em português do que noutras línguas românicas, em particular, o espanhol. Assim, exemplos marginais nesta língua, são bem formados em português:

- (i) a. A mulher aprendeu russo, mas ele não conseguiu.  
b. \*Su mujer aprendió el ruso, pero él no consiguió. (Brucart, 1999b: 2838)  
(ii) a. Gosta de dançar o charleston, mas o marido odeia.  
b. \*Le gusta bailar el charleston, pero su marido odia. (Brucart, 1999b: 2838)

Segundo Brucart, em espanhol os verbos que admitem a construção de *Anáfora do Complemento Nulo*, usualmente não aceitam por complemento o pronome clítico invariável. No português esta correlação não parece relevante, uma vez que alguns dos verbos que ocorrem nesta construção aceitam o clítico *o* por complemento. É o caso de *querer* e *aprovar*, por exemplo:

- (iii) a. Ainda que *o* queiras, não podes resolver esse problema com facilidade.  
b. Ela quer fazer um curso de pós-graduação e os pais *aprovam-no*.

construção por vezes sentida como ligeiramente marginal no português europeu padrão<sup>(11)</sup>. As frases seguintes são representativas desta construção.

- (10) Misture todos os ingredientes: o açúcar, a farinha, a manteiga e os ovos. Bata [-] bem.  
(11) A: Lisboa está um pandemónio. Com as chuvas, houve inundações nas zonas baixas da cidade, sabias?  
B: Vi [-] na televisão!  
(12) O Pedro comprou dois livros e ofereceu [-] à filha.  
(13) O João olhou para a fotografia daquele homem. Reconheceu [-] imediatamente: era um dos seus colegas de Faculdade.

Nas frases de (10) a (13), apenas em (11) pode haver *Anáfora do Complemento Nulo*, uma vez que só neste exemplo o complemento omitido pode ser substituído por uma frase (*Vi [que houve inundações nas zonas baixas da cidade] na televisão*). Nos restantes casos, os antecedentes do constituinte nulo são constituintes nominais (sintagmas nominais, sintagmas determinantes ou sintagmas quantificacionais) que denotam entidades específicas e não o desenrolar de acontecimentos, ou seja, são manifestações de *Objecto Nulo*.

Assim, de um ponto de vista estrutural, *Objecto Nulo* ocorre em configurações como a exemplificada em (14):

- (14) O Pedro comprou esses dois livros e [<sub>SFLEX</sub> ofereceu [<sub>SD</sub>-] à filha.

Em *Objecto Nulo* são substitutos do constituinte omitido tanto os pronomes invariáveis *-olisso*, como o pronome pessoal, pois qualquer destas formas pronominais pode denotar uma entidade. Os exemplos (15) atestam esta propriedade.

- (15) (a) Misture todos os ingredientes: o açúcar, a farinha, a manteiga e os ovos. Bata-*os* bem.  
(b) A: Lisboa está um pandemónio. Com as chuvas, houve inundações nas zonas baixas da cidade, sabias?  
B: Vi-*as* na televisão! /Vi-*o* na televisão! (*o=isso*)  
(c) O Pedro comprou dois livros e ofereceu-*os* à filha.

<sup>(11)</sup> No português brasileiro, *Objecto Nulo* tem muito maior liberdade de ocorrência, como abundantemente referido na literatura (cf., por exemplo, Duarte, 1986, Kato, 1993 e Cyrino, 1997).

- (d) O João olhou para a fotografia daquele homem. Reconheceu-o imediatamente: era um dos seus colegas de Faculdade.

Contrariamente a *Anáfora do Complemento Nulo*, *Objecto Nulo* não é determinado pela classe de verbos com as quais o constituinte omitido ocorre. Porém, outro tipo de restrições opera nesta última construção: *Objecto Nulo* está tipicamente limitado a frases principais (coordenadas ou não) e a frases subordinadas complemento de um núcleo verbal. Encontra-se excluído de domínios de subordinação adverbial e relativa. Os contrastes entre (16) e (17) ilustram estes casos.

- (16) (a) A: A RTP transmitiu o jogo ontem.  
B: Eu só vi [<sub>SD</sub>-] hoje.  
[<sub>SD</sub>-] = o jogo
- (b) A RTP transmitiu o jogo ontem mas eu só vi [<sub>SD</sub>-] hoje.  
[<sub>SD</sub>-] = o jogo
- (c) A RTP transmitiu o jogo ontem mas *acho que [muita gente só viu [<sub>SD</sub>-] hoje]*.  
[<sub>SD</sub>-] = o jogo
- (17) (a) ?? A RTP transmitiu o jogo ontem [*apesar de eu só ter visto [<sub>SD</sub>-] hoje]*.  
[<sub>SD</sub>-] = o jogo
- (b) ?? A RTP transmitiu o jogo ontem mas houve *vários amigos meus que só viram [<sub>SD</sub>-] hoje*.  
[<sub>SD</sub>-] = o jogo
- (c) ?? Misture *todos os ingredientes*: o açúcar, a farinha, a manteiga e os ovos. Use uma tigelha ampla *em que bata [<sub>SQ</sub>-] bem*.  
[<sub>SQ</sub>-] = todos os ingredientes
- (d) ?? Misture *todos os ingredientes*: o açúcar, a farinha, a manteiga e os ovos. *Depois de bater [<sub>SQ</sub>-] bem*, unte uma forma de vidro que possa ir ao forno.  
[<sub>SQ</sub>-] = todos os ingredientes

Estas limitações relativamente ao domínio de ocorrência não afectam os casos de *Anáfora do Complemento Nulo* — veja-se a boa formação de (18):

- (18) (a) Tu não vais assistir ao jogo *ainda que queiras [-]*, pois a RTP vai transmiti-lo de madrugada.  
[-] = assistir ao jogo.

- (b) A RTP cancelou a transmissão do jogo de ontem e houve muitos adeptos de ambos os clubes *que não aprovaram [-]*.  
[-] = que a RTP tivesse cancelado a transmissão do jogo de ontem<sup>(12)</sup>.

Em suma, no português existem duas construções de omissão do complemento do verbo, com propriedades estruturais e distribucionais diversas. Destas duas construções, apenas *Anáfora do Complemento Nulo* tem sido consensualmente considerada uma manifestação de elipse<sup>(13)</sup>.

#### 21.4.2. Elipse do SV

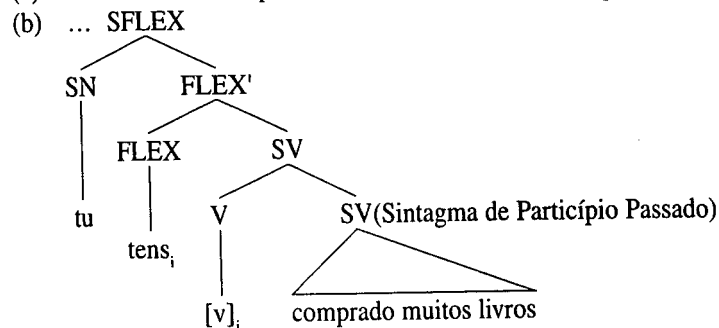
A construção de **Elipse do SV** é uma propriedade que diferencia o português das restantes línguas românicas e o aproxima do inglês. Nesta construção o alvo da omissão é o SV incluindo o vestígio do elemento verbal que se moveu para FLEX, como mostra a representação (19) — neste diagrama [<sub>v</sub>]<sub>i</sub> representa o vestígio, ou cópia, do verbo movido.

<sup>(12)</sup> Note-se que os exemplos de *Anáfora do Complemento Nulo* com verbos aspectuais têm em português uma menor liberdade de ocorrência do que os restantes, independentemente da natureza do domínio sintáctico em que surgem — frases principais, ou subordinadas (completivas, adverbiais ou relativas):

- (i) ? A RTP ainda não transmite jogos de rugby, mas vai começar [-] no próximo ano.  
(ii) ? A RTP ainda não transmite jogos de rugby, embora vá começar [-] no próximo ano.  
(iii) ? A RTP ainda não transmite jogos de rugby mas temos um amigo que afirma que ela vai começar [-] no próximo ano.  
[-] = a transmitir jogos de rugby

<sup>(13)</sup> Alguns autores pensam que *Objecto Nulo* pode ser reconduzido a um caso de Topicalização, envolvendo um constituinte nulo como tópico (cf. Huang, 1984, Raposo, 1986 e Duarte, 1987). A sensibilidade desta construção a contextos de subordinação relativa e adverbial decorreria do facto de a Topicalização envolver movimento do constituinte topicalizado, o objecto nulo, e os referidos domínios serem ilhas, ou seja, impedirem o movimento de constituintes para além das suas fronteiras. Para propostas alternativas veja-se Raposo (1998), Costa e Duarte (2001b).

(19) (a) Ela não tem comprado muitos livros mas tu tens [<sub>SV</sub> -].



Nos casos paradigmáticos, em que o elemento verbal em FLEX é um verbo auxiliar, a elipse afecta (além do vestígio do verbo auxiliar ou semiauxiliar deslocado) o predicador verbal e os seus complementos. É o que acontece em (20):

- (20) (a) Os teus filhos só irão passar o fim do ano na Madeira se tu também fores [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] passar o fim do ano na Madeira
- (b) Quanto às últimas aquisições bibliográficas podemos dizer que as revistas ainda não foram catalogadas, mas há livros que já foram [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] catalogados
- (c) A: Alguém tem comprado o jornal ultimamente?  
 B: Tem a Ana [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] comprado o jornal ultimamente
- (d) A polícia está a investigar o caso desde há algum tempo mas, quando interrogada pelos repórteres, não admite estar [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] a investigar o caso (desde há algum tempo)

Nos casos em que há sequências verbais, como em (21), para além dos elementos acima mencionados, constituem igualmente alvo de elipse os auxiliares que não foram movidos para FLEX:

- (21) (a) As cheias na Europa têm sido noticiadas em todos os telejornais mas os debates na Assembleia não têm [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] sido noticiados em todos os telejornais

- (b) Os livros tem estado a ser requisitados pelos alunos, mas as revistas não têm.  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] estado a ser requisitadas pelos alunos.

A possibilidade de *Elipse do SV* repousa fundamentalmente na presença do verbo que selecciona o constituinte elíptico. É esta propriedade que distingue esta construção de *Despojamento* nos casos em que ambas têm por escopo o predicado verbal — confronte-se (21a) com (22):

- (22) As cheias na Europa têm sido noticiadas em todos os telejornais mas os debates na Assembleia não [-].

Assim, a omissão do verbo em FLEX acarreta a agramaticalidade da frase em todos os domínios sintácticos em que a frase não pode ser reanalisada como *Despojamento* por inexistência dos contextos adequados à sua legitimação (ver 21.4.3):

- (23) (a) \*Os teus filhos só irão passar o fim do Ano na Madeira se tu também [-].  
 (b) \*Quanto às últimas aquisições bibliográficas, podemos dizer que as revistas ainda não foram catalogadas, mas há livros que já [-].

O confronto entre os exemplos marginais de (23) e os bem-formados correspondentes em (20a) e (20b), prova que em *Elipse do SV*, o verbo em FLEX tem um papel crucial na legitimação do constituinte elíptico.

*Elipse do SV* pode ocorrer com verbos de cópula <sup>(14)</sup>. Nestes casos, o constituinte elíptico tem por alvo o vestígio do verbo em FLEX, o sintagma predicativo do sujeito (cf. (24a) e (24b)), e, opcionalmente, um sintagma adjunto (veja-se (24c)).

- (24) (a) Esse cão é um perdigueiro, mas aquele não é [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] um perdigueiro

<sup>(14)</sup> Exemplos semelhantes surgem em inglês:

- (i) Harry seems upset, but Bill doesn't seem to be [-]. (Sag, 1980: 20)  
 (ii) Stwebball is a race horse and Seabiscuit is [-] too. (Lobeck, 1987: viiia)  
 (iii) They are sad when it rains, but we are not [-].

- (b) Estamos desejosos de saber os resultados dos exames e pensamos que eles também estão [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] desejosos de saber os resultados dos exames
- (c) A criança ficou em casa, por estar doente e tu, se não te agasalhas convenientemente, podes vir a ficar [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] em casa, por estares doente

Dado que em português os verbos principais também se elevam para Flexão, é usual defender-se que há manifestações de *Elipse do SV* com a realização do verbo principal, uma vez que o vestígio do verbo pode funcionar como o núcleo do SV elíptico<sup>(15)</sup>, como acontece em (25)<sup>(16)</sup>:

- (25) (a) A Maria atribuiu as culpas do desastre ao motorista mas a Teresa não atribuiu [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] as culpas do desastre ao motorista
- (b) A Ana trouxe o computador para a Faculdade hoje e a Paula também trouxe [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] o computador para a Faculdade hoje
- (c) Os teus filhos só passam o fim do ano na Madeira se tu *passares* [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] o fim do ano na Madeira

O facto de se admitir que *Elipse do SV* é compatível com a presença do verbo principal coloca a questão da distinção entre esta construção e *Objecto Nulo*<sup>(17)</sup>.

<sup>(15)</sup> A possibilidade de Elipse do SV com verbos principais em inglês está restringida ao verbo copulativo. À excepção deste, só auxiliares ou a partícula *to* do infinitivo sancionam esta construção.

(i) John loves Mary, and Peter does [-], too (cf. Sag, 1980: 10)

(ii) Betsy wanted to go home, but Peter didn't want to [-]. (cf. Sag, 1980: 12)

Este facto tem sido atribuído à impossibilidade de os verbos principais em inglês se elevarem para Flexão.

<sup>(16)</sup> Esta posição é defendida tanto para o português europeu como para o português brasileiro. Para o português europeu, veja-se Raposo (1986), Matos (1992) e Martins (1994b); para o português brasileiro, Kato (1993) e Cyrino (1997).

<sup>(17)</sup> Como tem sido referido na literatura, há contextos em que as frases são ambíguas entre uma interpretação de *Elipse do SV* ou de *Objecto Nulo*. De facto, numa língua como o português em que os verbos principais se elevam para FLEX, só o contexto pode (ou não) decidir se uma configuração como (i) corresponde a *Objecto Nulo* ou a *Elipse do SV*:

(i) [<sub>FLEX</sub> leu ] [<sub>SV</sub> [-] [<sub>SN</sub> - ]].

Contudo, várias propriedades distinguem estas duas construções em português. Em primeiro lugar, em *Elipse do SV*, diferentemente do que acontece em *Objecto Nulo*, o constituinte elíptico pode não ser constituído apenas por um complemento nominal do verbo. Os exemplos em (25), mostram que todos os complementos do verbo, bem como os sintagmas adjuntos ao sintagma verbal, se podem encontrar omitidos.

Em segundo lugar, em *Elipse do SV* o verbo que legitima o constituinte elíptico tem de ser obrigatoriamente idêntico a um dos verbos que figuram no predicado verbal antecedente (comparem-se os exemplos em (25) com os de (26)); pelo contrário, *Objecto Nulo* admite verbos diferentes na frase antecedente e no sintagma verbal que comporta o constituinte elíptico (cf. (27)).

- (26) (a) \*A Maria *imputou* as culpas do desastre ao motorista mas a Teresa não atribuiu [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] as culpas do desastre ao motorista
- (b) \*A Ana *trouxe* o computador para a Faculdade hoje e a Paula também *levou* [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] o computador para a Faculdade hoje
- (c) \*Os teus filhos só *passam* o fim do ano na Madeira se tu (também) *festejares* [<sub>SV</sub> -].  
 [<sub>SV</sub> -] = [v] o fim do ano na Madeira
- (27) (a) (?) A Maria *imputou* o desastre ao motorista mas a Teresa *atribuiu* [-] às más condições climatéricas.<sup>(18)</sup>  
 [<sub>SD</sub> -] = o desastre
- (b) (?) A Ana *trouxe* o computador para a Faculdade e nós *instalámos* [-] no gabinete.  
 [<sub>SD</sub> -] = o computador
- (c) (?) Os teus filhos *passam* o fim do ano na Madeira e tu *festejas* [-] no Rio de Janeiro.  
 [<sub>SD</sub> -] = o fim do ano

Note-se, que o requisito de paralelismo lexical entre o verbo que legitima o constituinte elíptico e um elemento verbal do antecedente se verifica igualmente quando *Elipse do SV* é sancionada por verbos auxiliares:

<sup>(18)</sup> Recorde-se que em português europeu *Objecto Nulo* produz frequentemente frases que são sentidas como ligeiramente marginais na variedade padrão.

- (28) (a) \*As cheias *haviam* sido noticiadas nos telejornais mas os debates não *tinham* [sv-].  
[sv-] = sido noticiados nos telejornais
- (b) \*Quanto às últimas aquisições bibliográficas podemos dizer que as revistas ainda não *estão* catalogadas, mas há livros que já *foram* [sv-].  
[sv-] = catalogados
- (c) \*A polícia *anda* a investigar o caso desde há algum tempo mas, quando interrogada pelos repórteres, não admite *estar* [sv-].  
[sv-] = a investigar o caso.

*Elipse do SV* distingue-se de *Objecto Nulo* por uma terceira propriedade: enquanto a primeira destas construções pode ser legitimada tanto por verbos principais como por auxiliares a segunda apenas mobiliza verbos principais<sup>(19)</sup>. As frases seguintes exemplificam este contraste:

- (29) (a) A Maria atribuiu as culpas do desastre ao motorista e a Teresa não *atribuiu* [sv-].  
[sv-] = [v] as culpas do desastre ao motorista
- (b) A Maria tinha atribuído as culpas do desastre ao motorista e a Teresa não *tinha* [sv-].  
[sv-] = [v] atribuído as culpas do desastre ao motorista

- (30) \*A Maria *tinha atribuído* o desastre ao motorista mas a Teresa *tinha* [sd-] às más condições climatéricas.  
[sd-] = o desastre

A frase (30) é marginal. É totalmente excluída na interpretação em que o constituinte elíptico denota apenas o objecto directo do verbo<sup>(20)</sup>.

Uma quarta propriedade distingue *Elipse do SV* de *Objecto Nulo*: os domínios sintácticos em que ocorrem não são totalmente coincidentes. *Elipse do SV*

<sup>(19)</sup> Neste aspecto, a *Elipse do SV* aproxima-se mais de *Anáfora do Complemento Nulo*, em que podem ocorrer verbos principais e alguns semiauxiliares (modais e aspectuais). A *Elipse do SV* difere, no entanto desta última construção pelo facto de não pôr restrições à classe de verbos com que ocorre e por exigir paralelismo lexical entre o verbo da frase elíptica e o antecedente.

<sup>(20)</sup> Exemplos próximos do apresentado, são dados como possíveis em inglês, sendo designados como *Pseudo-Elipse Lacunar* (ing. *Pseudo-Gapping*). Veja-se, entre outros, Lasnik (1999a, b).

pode aparecer em frases coordenadas e subordinadas e em contextos de diálogo, não impondo qualquer restrição aos tipos de frases subordinadas em que surge. Pelo contrário, como vimos em 21.4.1, *Objecto Nulo* só pode ocorrer em frases subordinadas complemento do verbo, estando, nomeadamente, excluído de subordinadas adverbiais e relativas — confrontem-se os exemplos de *Elipse do SV* em (31) com as contrapartidas de *Objecto Nulo* em (32)<sup>(21)</sup>:

- (31) (a) Os teus filhos só irão passar o fim do ano na Madeira *se tu fores* [-].
- (b) Quanto às últimas aquisições bibliográficas podemos dizer que as revistas ainda não foram catalogadas, mas há livros *que já foram* [-].
- (32) (a) ?/\* A bibliotecária catalogou os livros ontem *sem que tivesse guardado* [-] imediatamente nas estantes.
- (b) \* A bibliotecária guardou os livros, mas as estantes *em que arrumou* [-] estavam bastante deterioradas

Em suma, várias propriedades, a nível da natureza categorial do constituinte omitido e dos contextos sintácticos em que podem aparecer permitem distinguir *Elipse do SV* e *Objecto Nulo* em português europeu.

### 21.4.3. Despojamento

Em exemplos como os seguintes **Despojamento** parece; à primeira vista, poder ser caracterizado como uma instância da elipse do sintagma verbal, aliás, numa acepção mais radical do que a que foi considerada na secção anterior: todo o predicado, incluindo o próprio núcleo verbal, se encontram omitidos<sup>(22)</sup>. De facto, no constituinte elíptico assinalado por [-], está implícito o SV da frase antecedente, marcado a itálico em (33).

<sup>(21)</sup> Recorde-se que, como referimos na nota 13, há tratamentos de *Objecto Nulo* para o português europeu (ver Raposo, 1986 e Duarte 1987) que admitem que esta construção envolva movimento para posição de operador do constituinte elíptico. É este facto que determina a sua exclusão de domínios-ilha, nomeadamente das subordinadas adverbiais e relativas.

<sup>(22)</sup> Em espanhol, em que *Elipse do SV* não é possível, alguns autores identificam *Despojamento* como uma manifestação da primeira construção (cf. Brucart, 1999b; Lopez, 2000). Como veremos, várias propriedades distinguem as duas construções.

- (33) (a) O Luís *está a ler o jornal na sala e* a Marta também [-].  
 (b) A Paula não *comprou um livro à Teresa* mas a Ana sim [-].  
 (c) A: Não *vou ao cinema hoje*.  
 B: Nós também não [-].  
 (d) A: Quem *partiu a jarra*?  
 B: Eu não [-]!

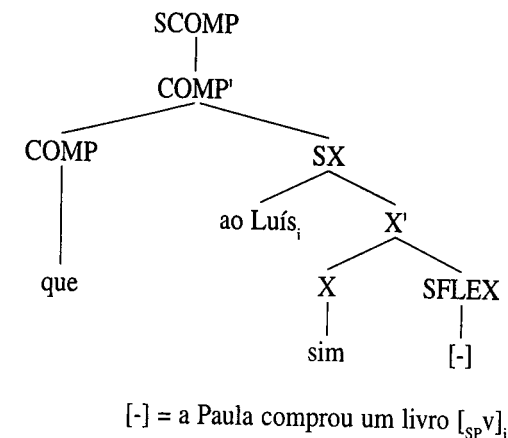
Porém, a mesma construção ocorre em frases em que não é possível admitir que apenas o sintagma verbal se encontra omitido:

- (34) (a) A criança não levou livros para a sala *e brinquedos* também não [-].  
 (b) A Paula não comprou um livro à Teresa mas julgo que *ao Luís* sim [-].  
 (c) A: Hoje vamos ao cinema!  
 B: *Amanhã* também [-], porque passa um filme excelente na Cinemateca!  
 (d) O Luís está a ler na sala mas *a ouvir música* não [-]!

Nos exemplos em (34), o constituinte elíptico deve ser caracterizado como uma frase plenamente expandida, em que os constituintes lexicalmente realizados ocorrem na periferia esquerda do domínio frásico. Como ilustrado na representação em (35) para o exemplo (34b), estes constituintes consistem em *um sintagma deslocado* do interior da frase e *uma expressão adverbial* de polaridade afirmativa ou negativa: *sim, não, também, também não* (23). Na frase elíptica, estão implícitos todos os elementos da frase antecedente à excepção do constituinte correspondente ao sintagma deslocado (cf.  $[_{sp}v]_i$ ) e das expressões adverbiais mencionadas.

(23) As expressões *também* e *também não* apresentam, respectivamente polaridade positiva e negativa. Para além deste conteúdo, as referidas expressões expressam que o predicado da frase elíptica tem uma denotação idêntica ao da frase antecedente.

- (35) ... que *ao Luís* sim  $[_{SFLEX}-]$ .



A existência de frases como (34), leva-nos a pensar que os exemplos em (33) devem ser igualmente analisados, não como simples elipse do sintagma verbal, mas como elipse de todo o domínio frásico (i.e. SFLEX) — tendo o sujeito sido deslocado para a esquerda sem efeito aparentemente visível, como visualizado em (36b):

- (36) (a) O Luís está a ler o jornal na sala e a Marta também [-].  
 (b) (...)  $[_{SX}$  a Marta<sub>i</sub> também  $[_{SFLEX}-]$  ]  
 em que  $[_{SFLEX}-] = [_{SN}v]_i$  está a ler o jornal na sala

Uma outra propriedade distingue *Elipse do SV* de *Despojamento*. Só a primeira destas construções ocorre sem restrições em domínios de subordinação, independentemente da sua natureza completiva, relativa ou adverbial (cf. (37)). *Despojamento* está limitado a frases completivas complemento de verbo e requer, adicionalmente, que estas se encontrem inseridas em frases coordenadas (cf. (37b) vs. (38b))

- (37) (a) A Maria está a escrever uma carta ao Pai Natal mas a Paula acha *[que a Luísa não está  $[_{SV}-]$ ]*.  
 (b) O João tem cumprimentado *[todas as pessoas [que a Maria tem  $[_{SV}-]$ ]]*  
 (c) O Luís não vai comprar livros *[quando tu também não vais  $[_{SV}-]$ ]*

- (38) (a) A Maria está a escrever uma carta ao Pai Natal mas a Paula acha [que a Luísa não [-]].  
 (b) \*O João tem cumprimentado [todas as pessoas [que a Maria também / sim [-]]]  
 (c) \*O Luís não vai comprar livros [quando tu também não [-]]

Estes factos levam-nos, pois, a concluir que *Elipse do SV* e *Despojamento* são duas construções elípticas distintas.

A presença das expressões adverbiais de polaridade é necessária em *Despojamento* para interpretar o constituinte elíptico como um domínio frásico. Assim, os exemplos seguintes contrastam com os presentes em (33) e (34) pelo facto de esses adverbiais terem sido suprimidos:

- (39) (a) \* O Luís está a ler o jornal na sala e a Marta.  
 (b) ?? A Paula não comprou um livro à Teresa mas a Ana.  
 (c) A: Não vou ao cinema hoje.  
 B: \* Nós.
- (40) (a) ?? A criança não levou livros para a sala e brinquedos.  
 (b) ? A Paula não comprou um livro à Teresa mas julgo que ao Luís.  
 (c) A: Hoje vamos ao cinema!  
 B: ?? E amanhã, porque passa um filme excelente na Cinemateca!  
 (d) \* O Luís está a ler na sala mas a ouvir música!

A possibilidade ocasional de supressão desses adverbiais advém do facto de as frases serem reinterpretadas em termos de outras construções elípticas admitidas nos mesmos contextos. Assim, (41), que é representativo de *Despojamento*, pode ser confrontado com (42), um caso de Resposta Fragmentária ou Abreviada:

- (41) A: Quem partiu a jarra?  
 B: Eu não!
- (42) A: Quem partiu a jarra?  
 B: Eu!

A interpretação das frases elípticas em (41B) e (42B) não é totalmente coincidente. (41B) é interpretada como (43), uma frase em que os constituintes mantêm a ordem canónica do português (Sujeito-Verbo-Complementos). Pelo contrário, (42B) é equivalente a (44a), mas não a (44b).

- (43) Eu não, eu não parti a jarra.

- (44) (a) Parti eu.  
 (b) \*Eu parti.

Ou seja, (42B) é interpretado como uma construção de focalização do sujeito frásico, estruturalmente marcada pela *Inversão Sujeito-Verbo*. Deve, portanto, ser caracterizada como uma construção elíptica distinta de *Despojamento*, dado que apresenta uma configuração estrutural e um valor informacional (em termos da focalização dos constituintes) diferentes (para uma breve caracterização das *Respostas Fragmentárias ou Abreviadas*, veja-se 21.4.6).

A ordem de ocorrência dos constituintes realizados em *Despojamento* é um factor determinante para a caracterização desta construção. Ela apresenta uma estrutura captável pelo esquema *Tópico-Comentário*: o sintagma realizado que antecede a partícula de polaridade é contrastado com um sintagma idêntico na frase antecedente<sup>(24)</sup>; a partícula de polaridade encontra-se adjacente à esquerda da elipse, marcando o início do constituinte elíptico que expressa um *comentário* sobre o referido sintagma. A representação em (45) evidencia estas propriedades. O sintagma contrastado é referido como TOP e o constituinte que sobre ele faz um comentário é designado COM. O correlato do sintagma contrastivo está em itálico, na frase antecedente.

- (45) Ela não levou *livros* para a sala e [<sub>TOP</sub>brinquedos] [<sub>COM</sub>também não [-]].

Assim, em *Despojamento*, o *sintagma contrastado* encontra-se fora do escopo da partícula de polaridade; esta tem escopo sobre o constituinte elíptico.

Existem, no entanto, frases (como (46)) em que o sintagma realizado se encontra sob o escopo de uma partícula de polaridade. Estes exemplos não são, porém, representativos de *Despojamento* mas de uma outra construção, com propriedades diferentes, que designaremos por *Contraste Sintagmático*<sup>(25)</sup>.

- (46) (a) O João ofereceu-nos um livro no Natal e *também* um perfume.  
 (b) A Paula não comprou um livro à Teresa mas *sim* ao Luís.  
 (c) A Ana partiu a jarra e *não* o vaso!

<sup>(24)</sup> Esse sintagma tem sido caracterizado ora como um foco contrastivo (cf. Matos 1992) ora como um tópico contrastivo. Para a diferença de propriedades que apresentam relativamente aos tópicos marcados, veja-se Matos (1992, 1993).

<sup>(25)</sup> Esta é a designação proposta em Matos (1992). Reinhart (1991) chama-a construção de *Bare Argument*, Brucart (1987, 1999b), que não estuda senão os casos com a partícula de negação, denomina-a *Negação Correctiva*.



A distinção entre *Despojamento* e *Contraste Sintagmático* começa assim pela colocação do advérbio — precede o sintagma focalizado em *Contraste Sintagmático*, ocorre depois do tópico contrastivo em *Despojamento*.

Para além disso, as duas construções diferem pela não coincidência total dos adverbiais mobilizados: *também não*, está excluído de *Contraste Sintagmático* (cf. (47a) vs. (47b)); *ainda, só, apenas* (entre outros) não ocorrem em *Despojamento* (cf. (48) vs. (49)):

- (47) (a) *Contraste Sintagmático*  
\*A criança não levou livros para a sala e *também não* brinquedos.  
(b) *Despojamento*  
A criança não levou livros para a sala e brinquedos *também não* [-].
- (48) *Contraste Sintagmático*  
(a) A criança levou livros para a sala e *ainda* brinquedos.  
(b) A criança não levou livros para a sala, mas *apenas* /*só* brinquedos.
- (49) *Despojamento*  
(a) \*A criança levou livros para a sala e brinquedos *ainda* [-].  
(b) \*A criança não levou livros para a sala e brinquedos *apenas/só* [-].

Adicionalmente, *Contraste Sintagmático* não pode aparecer em domínios sintáticos em que *Despojamento* é admitido, nomeadamente é excluído de pares dialógicos (veja-se o contraste nas respostas em (50)) e de construções de subordinação de qualquer tipo, inclusivamente completivas complemento de verbo — confronte-se os exemplos (51) <sup>(26)</sup>.

- (50) A: Quem partiu a jarra?  
B: (a) \**Não* eu! (*Contraste Sintagmático*)  
(b) Eu *não*! (*Despojamento*)
- (51) (a) \*A Paula não comprou um livro à Teresa mas julgo que *sim* ao Luís. (*Contraste Sintagmático*)  
(b) A Paula não comprou um livro à Teresa mas julgo que ao Luís *sim*. (*Despojamento*)

A exclusão de *Contraste Sintagmático* de estruturas de subordinação põe em causa a possibilidade de atribuir a esta construção uma natureza frásica. Note-se, porém, que, se não se lhe confere estrutura frásica, não há motivos para a

<sup>(26)</sup> Recorde-se que *Despojamento* está excluído de contextos de subordinação relativa, adverbial e de completivas de Nome.

considerar como uma construção elíptica. Assim sendo, *Contraste Sintagmático* deverá ser caracterizado como uma construção que põe directamente em contraste dois sintagmas que podem ocupar posições descontínuas.

Em suma *Despojamento* é uma construção distinta de *Elipse do SV*, de *Respostas Abreviadas* e de *Contraste Sintagmático*. Nas secções seguintes veremos que não se confunde igualmente com *Elipse Lacunar* e *Truncamento*.

#### 21.4.4. Elipse Lacunar <sup>(27)</sup>

A **Elipse Lacunar** afecta o verbo principal flexionado da frase ou a sequência de verbos auxiliar(es) e principal, deixando obrigatoriamente realizados dois constituintes, usualmente argumentos do predicador verbal, como em (52). Para além destes dois constituintes, podem, contudo, aparecer realizados outros argumentos (cf. (53a) e (54a)), ou adjuntos (cf. (53b) e (54b,c)).

- (52) (a) A Ana lê romances e a Maria [-] poemas.  
[-] = lê  
(b) A Ana tem lido romances e a Maria [-] poemas.  
[-] = tem lido  
(c) A Ana podia ter estado a ler romances e a Maria [-] poemas.  
[-] = podia ter estado a ler
- (53) (a) A Ana vai à discoteca e a Maria [-] ao concerto  
(b) A Ana sai à Sexta-feira e a Maria [-] ao Sábado.
- (54) (a) A Ana lê romances aos filhos e [a Maria] [-] [poemas] [aos alunos].  
(b) A Ana lê romances em casa e [a Maria] [-] [poemas] [nas aulas].  
(c) A Ana lê romances aos filhos em casa e [a Maria] [-] [poemas] [aos alunos] [nas aulas].

Esta última propriedade distingue *Elipse Lacunar* de *Despojamento*, que apenas admite a realização de um constituinte e da expressão de polaridade, como atestado em (55):

- (55) (a) A Ana lê romances aos filhos em casa e [poemas] também [-].  
(b) \*A Ana lê romances aos filhos em casa e [na praia] [poemas] também [-]

<sup>(27)</sup> O termo inglês para *Elipse Lacunar* é *Gapping*.

*Elipse Lacunar* pode ter por alvo, além da sequência verbal, outros constituintes, argumentos ou adjuntos do verbo principal.

- (56) (a) A Ana lê romances aos filhos e a Maria [-] aos alunos.  
[-] = lê romances  
(b) A Ana lê romances aos filhos e a Maria [-] poemas.  
[-] = lê aos filhos  
(c) A Ana vai à discoteca à Sexta-feira e a Maria [-] ao Sábado.  
[-] = vai à discoteca.  
(d) À Sexta-feira a Ana vai à discoteca e ao Sábado [-] ao concerto.  
[-] A Ana vai

Assim, em (56a) a elipse incide sobre o verbo e o seu objecto directo; em (56b) são alvo de elipse o verbo e o objecto indirecto; em (56c) a elipse afecta o verbo e o seu complemento preposicionado; finalmente, em (56d) são omitidos o sujeito e o verbo.

A *Elipse Lacunar* aparece tipicamente no interior de frases coordenadas ou comparativas (recorde-se que as comparativas exibem uma estrutura similar às coordenadas — veja-se o capítulo 18):

- (57) (a) A Ana lê romances aos filhos e a Maria [-] poemas aos alunos.  
(b) A Ana lê mais romances aos filhos do que a Maria [-] aos alunos.

*Elipse Lacunar* em português não ocorre em domínios de subordinação. Deste modo, os exemplos seguintes, exibindo frases completivas<sup>(28)</sup>, relativas e adverbiais, são marginais<sup>(29)</sup>:

- (58) (a) \*A Ana lê romances e penso [*que a Maria [-] poemas*].  
(b) ??A Ana lê romances aos filhos e dizem [*que [-] poemas aos alunos*].

<sup>(28)</sup> Esta é outra das propriedades que distingue *Elipse Lacunar* de *Despojamento*. Como vimos na secção anterior no seio de domínios coordenados, *Despojamento* pode aparecer em frases subordinadas completivas de verbo.

<sup>(29)</sup> Em espanhol esta construção pode ocorrer em frases subordinadas, segundo Brucart (1999b). Surge em frases subordinadas com um nexos comparativo e envolvendo paralelismo entre os membros frásicos confrontados:

(i) Yo encontraba problemas allí donde Pedro encontraba facilidades (Brucart, 1999b: 2813).

- (59) (a) ??/ \*Ela limpa os vidros do carro com [*a minúcia [com que a Teresa [-] os óculos]*].  
(b) ??/ \*Ele só via defeitos [*onde ela [-] virtudes*].  
(60) (a) \*Eu compro-lhe um frigorífico, [*se ela [-] uma casa*].  
(b) \*Nós partiremos para o Brasil [*quando eles [-] para os Pireneus*].

Porém, a *Elipse Lacunar* pode envolver o verbo e os seus complementos frásicos desde que estes formem um complexo encabeçado pelo verbo finito em cada um dos membros coordenados. É o que acontece em (61a, b) por oposição a (61c).

- (61) (a) As crianças querem ir ao cinema e os adolescentes [-] ao concerto.  
[-] = querem ir  
(b) A Ana detesta trabalhar ao sábado e a Maria [-] ao domingo.  
[-] = detesta trabalhar  
(c) ??Os alunos do último ano lamentam não ler poemas nas aulas e os do primeiro ano [-] romances  
[-] = lamentam não ler nas aulas

Como mostram os exemplos em (62), esse complexo não se forma quando o verbo selecciona complementos frásicos finitos.

- (62) (a) \*As crianças querem que a Maria vá com eles ao cinema e os adolescentes [-] ao concerto.  
[-] = querem que a Maria vá com eles  
(b) \*A Ana detesta que trabalhem ao sábado e a Maria [-] ao domingo.  
[-] = detesta que trabalhem  
(c) \*Os alunos do último ano lamentam que os professores não leiam poemas nas aulas e os do primeiro ano [-] romances.  
[-] = lamentam que os professores não leiam nas aulas

Note-se finalmente que *Elipse Lacunar* envolve obrigatoriamente frases com a mesma polaridade — vejam-se os contrastes de gramaticalidade entre os exemplos em (63).

- (63) (a) O Luís comprou o livro e a Maria [-] o jogo.  
(b) \*O Luís não comprou o livro e/ou a Maria [-] o jogo.  
(c) O Luís não comprou o livro nem a Maria [-] o jogo.

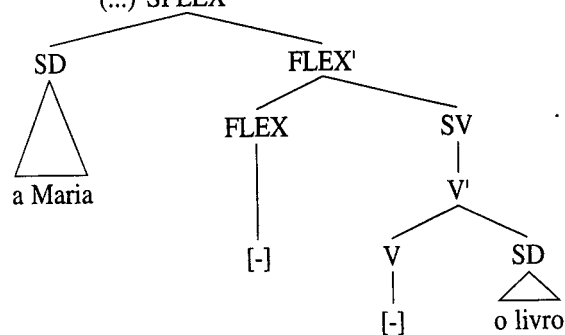
Como evidenciado em (63b), o constituinte elíptico não consegue recuperar a polaridade da frase antecedente inicial quando esta é negativa; assim sendo a conjunção negativa *nem* introduzindo o segundo termo coordenado é requerida, como em (63c).

No entanto, quando a negação frásica está inserida no complemento frásico do verbo da frase antecedente, ela é recuperável, como atestado em (64):

- (64) O Luís admitiu não ter comprado o livro e a Maria [-] o jogo.  
[-] = admitiu não ter comprado.

As propriedades de *Elipse Lacunar*, consideradas nesta secção, em particular o facto de a negação frásica do membro coordenado antecedente não ter escopo sobre o constituinte elíptico, mostram que, apesar de não surgir em domínios de subordinação, esta construção ocorre em domínios de coordenação frásica<sup>(30)</sup>. A representação simplificada do segundo membro coordenado da frase (65) ilustra a configuração envolvida:

- (65) A Ana leu a revista e a Maria o livro.  
(...) SFLEX



<sup>(30)</sup> Se *Elipse Lacunar* não ocorresse em estruturas de coordenação de SFLEXs mas em estruturas de coordenação sintagmática mais baixas, prever-se-ia que o marcador de negação frásica tivesse escopo sobre ambos os membros coordenados, como acontece nas frases seguintes que comportam coordenação de SVs:

- (i) a. O Luís não tinha comprado o livro ou o jogo.  
b. O Luís não tinha quer comprado o livro quer o jogo.

## 21.4.5. Truncamento

Em **Truncamento** <sup>(31)</sup> o constituinte elíptico é introduzido por um sintagma interrogativo:

- (66) (a) Alguns vestidos vão ficar proximamente em saldo embora não possamos dizer exactamente *quais* [<sub>SFLEX</sub>-].  
[<sub>SFLEX</sub>-] = (é que) vão ficar proximamente em saldo  
(b) Convidei um amigo para jantar. Adivinha *quem* [<sub>SFLEX</sub>-]?!  
[<sub>SFLEX</sub>-] = (é que) eu convidei para jantar.  
(c) O Luís encontrou a impressora que queria comprar, mas eu não sei *onde* [<sub>SFLEX</sub>-].  
[<sub>SFLEX</sub>-] = encontrou o Luís a impressora que queria comprar  
(d) Ela diz que vai arrumar o quarto. *Mas quando* [<sub>SFLEX</sub>-]?  
[<sub>SFLEX</sub>-] = (é que) ela vai arrumar o quarto  
(e) A: Trouxe um presente para a Maria.  
B: Pode saber-se o *quê* [<sub>SFLEX</sub>-]? <sup>(32)</sup>  
[<sub>SFLEX</sub>-] = trouxeste para a Maria

Nesta construção a elipse coincide com toda a frase, e é identificada pelo constituinte interrogado. Os exemplos mostram que *Truncamento* pode ocorrer em estruturas subordinadas (cf. (66a), (66b) e (66c)) e coordenadas (cf. (66d)), e que a relação entre a frase elíptica e o seu antecedente pode ser estabelecida através de fronteiras discursivas (cf. (66b), (66d) e (66e)) <sup>(33)</sup>.

<sup>(31)</sup> No inglês esta construção é conhecida sob a designação de *Sluicing*. Adoptamos para o português a designação que lhe dá Brucart (1987, 1999b). Mascarenhas e Mendes (1995), na esteira de Matos (1992), referem-se a esta construção como *Escoamento*.

<sup>(32)</sup> Repare-se que a forma tónica *o quê* só surge quando o constituinte frásico está omitido, como no exemplo dado, ou quando este constituinte interrogado se encontra na posição básica, sem ter sido movido, como em (i):

- (i) Trouxeste o quê para a Maria.

<sup>(33)</sup> Tem sido por vezes sugerido que *Truncamento* pode não ser analisado em termos de elipse. De acordo com esta última posição, os constituintes interrogados constituiriam, por si sós os argumentos e adjuntos das frases em que ocorriam. A favor e contra esta posição foram apresentados vários argumentos. Gostaríamos de corroborar a análise de *Truncamento* em termos de elipse, avançando um argumento adicional — a dificuldade de dar conta de frases como (i), prescindindo de uma elipse frásica.

- (i) Ela diz que vai arrumar o quarto. Mas quando?

A estrutura em (67), representa mais pormenorizadamente o conteúdo do constituinte elíptico, assinalando com [v]<sub>i</sub> o vestígio ou cópia do constituinte interrogado movido para SCOMP.

- (67) Adivinha [<sub>SCOMP</sub> quem<sub>i</sub> [<sub>SFLEX</sub> -]?!  
Em que [<sub>SFLEX</sub> -] = eu convidei [v]<sub>i</sub> para jantar.

Em (67), na reconstituição do SFLEX elíptico, a cópia ou vestígio do sintagma interrogado deslocado para COMP encontra-se entre parênteses rectos.

Em *Truncamento*, a presença do constituinte interrogado na frase elíptica determina que na frase antecedente exista uma expressão linguística não totalmente especificada, cujo valor exacto é questionado. Essa expressão pode estar explicitamente expressa, como acontece em (68), ou estar implícita, como em (69) — vejam-se as expressões em itálico na frase antecedente <sup>(34)</sup>.

- (68) (a) Convidei *um amigo* para jantar. Adivinha *quem* [-]?  
[-] = eu convidei para jantar  
(b) *Alguns vestidos* vão ficar proximamente em saldo embora não possamos dizer exactamente *quais* [-].  
(69) (a) O Luís encontrou a impressora que queria comprar (*num sítio X*), mas eu não sei *onde* [-].  
(b) Ela diz que vai arrumar o quarto (*num momento X*). Mas *quando* [-]?

#### 21.4.6. Perguntas e respostas abreviadas e réplicas rectificadoras

Como vimos em 21.3, as estruturas dialógicas são um dos domínios favorecedores da ocorrência de elipses. De entre os diferentes tipos de elipse que aí podem aparecer, são especialmente características as **Respostas Abreviadas**, ilustradas de (70) a (72), as **Perguntas Abreviadas**, exemplificadas em (73) e (74), e as **Réplicas Rectificadoras**, representadas por (75) e (76).

Nestes exemplos o constituinte interrogativo é sentido como um fragmento textual de natureza frásica, e a estrutura de coordenação opera entre fragmentos textuais interdiscursivos, ambos interpretados como frases.

<sup>(34)</sup> Para uma análise destas estruturas em português europeu, veja-se Mascarenhas e Mendes (1995).

- (70) A: Afinal as radiações dos telemóveis são prejudiciais à saúde?  
B: *Sim/Não*.  
(71) A: *Quem* cumprimentaste?  
B: *O João*.  
(72) A: A Ana comprou *alguma coisa* no supermercado?  
B: *Só o leite*.  
(73) A: Depois sobes.  
B: *Para onde?*  
(74) A: A Maria comprou muitos livros no último ano.  
B: *E discos?*  
(75) A: A Maria foi ao cinema hoje?  
B: Não, *ao teatro!*  
(76) A: Depois da praça viramos à direita.  
B: Não, *à esquerda!*

Estes três tipos de expressões partilham a propriedade de exibirem um único constituinte lexicalmente realizado, que por si só permite a recuperação da frase elíptica. Porém, diferentes estruturas estão pressupostas nos exemplos dados.

Em (70) os itens de polaridade constituem uma resposta adequada à interrogativa global precedente. O seu conteúdo é proposicional e de um ponto de vista categorial funcionam como uma frase, podendo aparecer como substitutos integrais de uma frase subordinada (cf. (77a)), ou como o primeiro termo de uma coordenação frásica (cf. (77b)).

- (77) (a) A: Afinal as radiações dos telemóveis são prejudiciais à saúde?  
B: Um estudo sobre a matéria concluiu que *sim*.  
(b) A: Já alguma vez pintaste um quadro?  
B: *Não* mas posso tentar fazê-lo.

Assim, frases elípticas como (70), (77a) ou (77b), podem ser representadas como em (78), em que a projecção frásica é encabeçada por um item de polaridade afirmativa ou negativa <sup>(35)</sup>.

- (78) [Sim/Não [<sub>SFLEX</sub> -]]

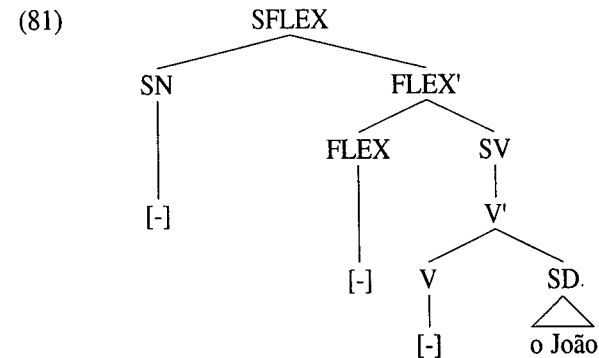
<sup>(35)</sup> Não se está a afirmar que este item de polaridade é o marcador de negação frásica que ocorre no interior das frases. Com efeito, exemplos como (i) mostram que estes itens de polaridade podem co-ocorrer com as frases realizadas em que estas exibem as suas marcas de polaridade internas:

Em (71) e (72), a resposta explícita o valor do sintagma interrogado na pergunta. O constituinte realizado permite recuperar uma frase elíptica, como mostram os exemplos (79), em que a *Resposta Abreviada* ocorre numa estrutura de subordinação frásica.

- (79) (a) A: *Quem cumprimentaste?*  
 B: Acho que *o João*.  
 (b) A: A Ana comprou *alguma coisa* no supermercado?  
 B: Julgo que *só o leite*.

Nestas respostas toda a informação assumida como estabelecida na pergunta é omitida, apenas sendo realizada a informação nova. O sintagma realizado funciona como um foco informacional, que ocorre realizado no interior de uma frase com todos os restantes elementos elípticos, como indicado pelos parênteses em (80). A representação em (81) visualiza a estrutura pressuposta:

- (80) A: Quem cumprimentaste?  
 B: (a) (*cumprimentei*) o João.  
 (b) Acho que (*comprimentei*) o João.



- (i) A: Afinal as radiações dos telemóveis são prejudiciais à saúde?  
 B: *Sim/Não*, elas são/não são prejudiciais à saúde.

Adicionalmente, em português não é possível a presença de *sim* no interior da frase, como marcador neutro de polaridade positiva frásica:

- (ii) ?? A Maria *sim* leu o livro ao Pedro. (Cf. A Maria *sim*, (ela) leu o livro ao Pedro.)  
 (iii) \* Creio que *sim* li esse livro. (Cf. Creio que *sim*, que li esse livro.)

As *Perguntas Abreviadas* dos exemplos (73) e (74), apresentam entre si propriedades estruturais diversas. Em (73), a pergunta solicita o valor de um elemento não explicitado no fragmento discursivo anterior mas susceptível de aí figurar (*para um lugar X*) (cf. (82a)). O sintagma realizado ocorre no interior da frase elíptica, não sendo deslocado para a periferia esquerda da frase como acontece nas perguntas parciais. Assim casos como estes, embora à primeira vista pareçam instâncias de *Truncamento*, na verdade não o são, pois mobilizam uma estrutura frásica diversa. Como especificado em (82b), o constituinte interrogado ocupa a sua posição básica e os restantes constituintes à sua esquerda são alvo de elipse, como explicitado nas expressões em itálico em parênteses curvos em (82b) e representado simplificadamente em (82c).

- (82) (a) A: Depois sobes [-].  
 B: Para onde?  
 (b) ((*eu*) (*subo*)) para onde?  
 (c) [<sub>SFLEX</sub> [<sub>SN</sub> -] [<sub>FLEX</sub> -] [<sub>SV</sub> [<sub>V</sub> -] [<sub>SP</sub> para onde]]]

Pelo contrário em (74), a pergunta introduz um novo tópico, não integrável na frase anterior, colocado na periferia esquerda da frase, que enceta uma nova frase elíptica, coordenada à primeira pela conjunção “e” (cf. (83)). Assim sendo, este tipo de Pergunta Fragmentária parece exibir uma estrutura de Topicalização, como exemplificado em (83b):

- (83) (a) A: A Maria comprou muitos livros no último ano.  
 B: E discos?  
 (b) [ E [<sub>SD</sub> discos] [<sub>SFLEX</sub> -] ]?  
 [<sub>SFLEX</sub> -] = ((*ela*) *comprou muitos (discos) no último ano*)

Finalmente, as réplicas rectificadoras em (75) e (76) apresentam uma estrutura idêntica à das respostas a perguntas com um constituinte interrogado. A frase que lhe serve de antecedente é integralmente omitida sendo realizado apenas o sintagma correlato do constituinte corrigido (cf. (84) e (85)), o qual constitui o foco, a informação nova relevante. (85c) representa simplificadamente a estrutura da frase elíptica.

- (84) (a) A: A Maria foi ao cinema hoje?  
 B: Não, *ao teatro!*  
 (b) Não, (*ela foi*) ao teatro (*hoje*).

- (85) (a) A: Depois da praça viramos à direita.  
 B: Não, à esquerda!  
 (b) Não, (*depois da praça viramos*) à esquerda!  
 (c) Não, [<sub>FLEX</sub> [<sub>SP</sub> - ] [<sub>SN</sub> - ] [<sub>FLEX</sub> - ] [<sub>SV</sub> [<sub>V</sub> - ] [<sub>SP</sub> à esquerda]]]

Em suma, à excepção das *Respostas Abreviadas com marcadores de polaridade* e das *Perguntas Abreviadas introduzindo novos tópicos*, as elipses abordadas nesta secção operam sobre fragmentos de frase que não correspondem a um constituinte bem delimitado. É antes o *sintagma lexicalmente realizado*, que desempenha a função discursiva de *foco*, que coincide com uma só unidade estrutural.

### 21.4.7. Elipse Nominal

Como dissemos anteriormente, é prática corrente nos estudos gramaticais excluir do termo elipse nominal os casos de omissão do sujeito em línguas como o português, o espanhol ou o italiano, por oposição ao francês e ao inglês. Admitte-se, pois, que exemplos como os seguintes, apesar de apresentarem pronomes sujeito sem realização lexical não são manifestações de elipse (cf. 21.1).

- (86) (a) Consultei todos os dicionários a que pude ter acesso.  
 (b) Dizem que a inflação vai aumentar a partir do próximo ano.

Pelo contrário, são incluídos nas **Elipses Nominais**, os casos em que o núcleo do sintagma nominal (cf. (87)) e alguns dos seus complementos (cf. (88)) ou adjuntos podem ser omitidos (cf. (89)):

- (87) Os alunos de física e os [-] de matemática têm uma capacidade de raciocínio abstracto muito desenvolvida.  
 [-] = alunos  
 (88) As propostas de reestruturação dos cursos de licenciatura foram mais rapidamente aprovadas do que as [-] dos cursos de pós-graduação.  
 [-] = propostas de reestruturação  
 (89) (a) A: Tens muitos amigos de infância?  
 B: Não, só tenho dois [-].  
 [-] = amigos de infância  
 (b) Os edifícios antigos a serem recuperados são em número muito inferior aos [-] a serem demolidos.  
 [-] = edifícios antigos

- (c) Os livros que nós lemos que nos foram úteis e os [-] que nos foram inúteis devem equivaler-se em quantidade.  
 [-] = livros que nós lemos

A presença do artigo e dos adjuntos do nome é, porém, frequentemente incapaz de legitimar a recuperação da elipse do Nome e dos seus complementos — vejam-se os exemplos em (90).

- (90) (a) \*A apresentação dos trabalhos na sala de aula ou a [-] numa sessão de Colóquio são situações totalmente diversas.  
 [-] = apresentação dos trabalhos  
 (b) ??A rápida resolução dos exercícios é tão importante como a correcta [-].  
 [-] = resolução dos exercícios

Exemplos como os de (87) a (89) sugerem que a *Elipse Nominal* é uma contrapartida da *Elipse Lacunar* — o núcleo lexical e alguns elementos são omitidos, permanecendo dois constituintes realizados.

Todavia, este paralelismo não parece ter fundamento: a *Elipse Nominal*, diferentemente da *Elipse Lacunar*, pode ocorrer em contextos de subordinação (cf. (91)) e preceder o seu antecedente (cf. (92))<sup>(36)</sup>:

- (91) Ela só vê *filmes* de ficção quando os [<sub>N</sub>-] de terror não estão em exibição.  
 (92) Embora os [<sub>N</sub>-] mais simpáticos sejam os nossos preferidos, todos os *alunos* nos merecem igual consideração.

Do mesmo modo, contrariamente a *Elipse Lacunar*, *Elipse Nominal* admite a recuperação dos elementos omitidos através da ocorrência de apenas um constituinte<sup>(37)</sup>:

- (93) Havia muitas *pessoas* na sala, mas o Pedro só reconheceu *duas* [-].

<sup>(36)</sup> Recordem-se exemplos de *Elipse Lacunar* nas mesmas configurações:

- (i) \*Ela só vê filmes de terror quando ele [-] de ficção.  
 (ii) \*Embora os alunos mais simpáticos [-] os nossos preferidos, todos os alunos são importantes.

<sup>(37)</sup> Veja-se a impossibilidade de (ii): actuar como uma frase elíptica, tanto do ponto de vista categorial como do conteúdo veiculado.

- (i) Ele reconheceu duas pessoas e nós [-] uma.  
 (ii) \*Ele reconheceu duas pessoas e nós.

Como referido a propósito da estrutura do sintagma nominal (cf. 11.2.3), a *Elipse Nominal* é especialmente legitimada pelas categorias funcionais que afetam o SN, nomeadamente determinantes e quantificadores. Quando estes itens ocorrem isoladamente dão lugar aos casos que na gramática tradicional foram classificados como *pronomes*.

- (94) (a) As crianças estavam esfomeadas. Uma  $[_N -]$  devoravam o pão com fiambre, outras  $[_N -]$  devoravam o bolo de chocolate.  
 (b) Estes livros de linguística são mais interessantes do que *esses*  $[_N -]$  de filosofia.  
 (b) Se no supermercado houver maçãs à venda, podes comprar-me *algumas*  $[_N -]$ ?  
 (c) Os nossos amigos não conhecem os *vossos*  $[_N -]$ .  
 (d) Ela compra três jornais diários e *dois*  $[_N -]$  semanais.  
 (e) Eles têm muitos amigos, embora *poucos*  $[_N -]$  os visitem.  
 (f) Os alunos já leram algumas peças de teatro desse autor mas têm de ler *todas*  $[_N -]$  <sup>(38)</sup>.

O artigo definido destaca-se das restantes categorias funcionais por apresentar um comportamento específico: isoladamente não pode recuperar o SN elíptico (cf. (95)), embora o possa fazer na presença de outras categorias funcionais (cf. (96)) ou de complementos e adjuntos do SN (cf. (97)).

- (95) (a) \*Os *livros* que já comprei juntamente com os  $[_N -]$  não cabem nesta estante.  
 (b) \*Entraram na sala cinco *crianças*. As  $[_N -]$  cumprimentaram os presentes e sentaram-se à mesa.  
 (96) (a) Os livros que já comprei juntamente com os teus  $[_N -]$  não cabem nesta estante.  
 (b) Entraram na sala cinco *crianças*. As *cinco*  $[_N -]$  cumprimentaram os presentes e sentaram-se à mesa.  
 (97) (a) A encomenda dos livros foi feita no mesmo dia que a  $[_N -]$  das revistas  
 (b) Os livros que já comprei e os  $[_N -]$  que queria comprar não cabem nesta estante.  
 (c) Os livros velhos juntamente com os  $[_N -]$  novos não cabem nesta estante.

<sup>(38)</sup> Na realidade, neste último caso, não é apenas o SN que é omitido mas todo o SD. Sobre este assunto veja-se 11.2.3).

Quando os sintagmas nominais são instanciados por meros plurais, os complementos e adjuntos do Nome podem isoladamente legitimar *Elipse Nominal* (cf. (98) e (99)).

- (98) (a) Ela comprou livros de linguística e nós comprámos  $[_N -]$  de matemática.  
 (b) (?) Os professores organizaram debates sobre a carreira académica e os alunos organizaram  $[_N -]$  sobre a reestruturação do curso.  
 (99) (a) Nós lêmos livros antigos mas também compramos  $[_N -]$  contemporâneos.  
 (b) Eles só têm fotografias a cores porque ela se recusa a tirar  $[-]$  a preto e branco.

Em suma, em 21.4 passámos em análise os tipos de elipse mais frequentes. Da sua observação ficou patente que podem ser estruturalmente muito diversos entre si e, conseqüentemente, apresentar comportamentos distintos. Ficou igualmente claro, esperamos, que, embora não tenham uma realização fonética, é possível atribuir-lhes uma estrutura que não diverge essencialmente da das expressões linguísticas não-elípticas correspondentes.

*Parte V*  
ASPECTOS MORFOLÓGICOS DA GRAMÁTICA  
DO PORTUGUÊS



# 22

---

## Estrutura morfológica básica

*Alina Villalva*

### *Índice*

- 22. Estrutura morfológica básica
  - 22.1. O radical
  - 22.2. Classes temáticas
  - 22.3. O tema
  - 22.4. Flexão
    - 22.4.1. Flexão nominal
    - 22.4.2. Nota sobre género
    - 22.4.3. Flexão verbal
  - 22.5. A palavra

As palavras pertencentes a classes principais e que admitem formação morfológica de neologismos (i.e. adjetivos, nomes, verbos e advérbios em *-mente*) podem ser analisadas morfológicamente, através de um conjunto de instrumentos que permitem a sua segmentação e a hierarquização das unidades encontradas, que tomam o nome de constituintes morfológicos. Com base nestas operações de análise morfológica é possível estabelecer uma distinção entre **palavras simples** (cf. (1a)) e **palavras complexas** (cf. (1b)):

- (1) (a) *lev e*  
*livr o s*  
*cant a r*
- (b) *lev ez a*  
*livr inh o*  
*des lig a r*

Radical, tema e palavra são as etiquetas que identificam os constituintes morfológicos que ocupam os três vértices nucleares da estrutura básica das palavras. Os restantes constituintes morfológicos são afixos. Vejamos, então, as principais propriedades de cada um destes diversos tipos de constituintes morfológicos.

## 22.1. O radical

O radical das palavras simples é uma forma inanalísável, que pode ser representada da seguinte forma:

- (1)  $[lev]_{\text{Radical}}$   
 $[livr]_{\text{Radical}}$   
 $[cant]_{\text{Radical}}$

O radical das palavras complexas é uma forma complexa, integrando dois ou mais constituintes morfológicos, um dos quais é obrigatoriamente um radical simples:

- (2)  $[[lev]_{\text{Radical simples}} [ez]_{\text{Afixo}}]_{\text{Radical complexo}}$   
 $[[livr]_{\text{Radical simples}} [inh]_{\text{Afixo}}]_{\text{Radical complexo}}$   
 $[[des]_{\text{Afixo}} [lig]_{\text{Radical simples}}]_{\text{Radical complexo}}$

Os radicais simples são unidades lexicais portadoras de informação idiosincrática de natureza morfológica, sintáctica e semântica. Para além de outras propriedades, são especificados quanto à categoria sintáctica, quanto à classe temática e ainda quanto ao género, no caso dos nomes:

- (3) (a)  $[lev]$  Radical Adjectival = RA  
Tema -e; invariável cf. *leve*
- (b)  $[livr]$  Radical Nominal = RN  
Tema -o; masculino cf. *livro*
- (c)  $[lig]$  Radical Verbal = RV  
1.ª conjugação cf. *ligar*

A categoria sintáctica dos radicais simples é determinada em função da categoria sintáctica das palavras simples em que cada radical pode ocorrer. Os exemplos seguintes mostram que alguns radicais ocorrem numa única palavra simples (cf. 4a), enquanto outros ocorrem em duas ou mais (cf. 4b). Estes últimos são foneticamente idênticos, ou muito próximos, mas têm diferentes propriedades gramaticais (cf. *seco*<sub>ADJ</sub>, *seca*<sub>N</sub>, *secar*<sub>V</sub>), pelo que todos deverão ser registados no léxico.

- (4) (a)  $feliz$ <sub>RA</sub> cf.  $feliz$ <sub>A</sub>  
 $mes$ <sub>RN</sub> cf.  $mesa$ <sub>N</sub>  
 $abr$ <sub>RV</sub> cf.  $abrir$ <sub>V</sub>
- (b)  $bel$ <sub>RA</sub> cf.  $belo/a$ <sub>A</sub>  
 $bel$ <sub>RN</sub> cf.  $belo$ <sub>N</sub>  
 $activ$ <sub>RA</sub> cf.  $activo/a$ <sub>A</sub>  
 $activ$ <sub>RV</sub> cf.  $activar$ <sub>V</sub>  
 $olh$ <sub>RN</sub> cf.  $olho$ <sub>N</sub>  
 $olh$ <sub>RV</sub> cf.  $olhar$ <sub>V</sub>  
 $sec$ <sub>RA</sub> cf.  $seco/a$ <sub>A</sub>  
 $sec$ <sub>RN</sub> cf.  $seca$ <sub>N</sub>  
 $sec$ <sub>RV</sub> cf.  $secar$ <sub>V</sub>

A especificação dos radicais relativamente à classe temática diz respeito à identificação das subcategorias dos adjectivos, dos nomes e dos verbos, cuja relevância é estritamente morfológica.

## 22.2. Classes temáticas

Verbos, nomes e adjectivos distribuem-se por diferentes classes temáticas. A pertença de um radical a uma dada classe temática é uma relação lexicalmente determinada e que geralmente é tornada visível através da presença de um sufixo entre o radical e a flexão, que é chamado **constituente temático**.

Às classes temáticas dos verbos dá-se o nome de conjugações e o seu constituinte temático é chamado **vogal temática**. No português, os verbos distribuem-se por três conjugações, propriedade a que é sensível a flexão (!):

|                            | 1.ª conj.    | 2.ª conj.    | 3.ª conj.    |
|----------------------------|--------------|--------------|--------------|
| (1) <b>infinitivo</b>      | <i>andar</i> | <i>beber</i> | <i>fugir</i> |
| <b>conjuntivo presente</b> | <i>ande</i>  | <i>beba</i>  | <i>fuja</i>  |

A integração dos adjectivos e dos nomes em classes temáticas, tradicionalmente chamadas declinações, é um pouco mais complexa, dado que ela é definida por três factores:

(!) Sobre flexão verbal, ver 22.5.3 e também o capítulo 25.

- (2) (a) a natureza fonética do constituinte temático, que nos nomes e nos adjectivos toma o nome de **índice temático**, gera uma distinção entre formas de tema em *-a* (e.g. *poeta, aluna, monarca, mapa, mosca, casa, artista e clara, careca*), formas de tema em *-o* (e.g. *aluno, ídolo, livro, tribo, modelo e claro*), formas de tema em *-e* (e.g. *infante, abutre, dente, gente, semente, agente e leve*), formas de tema  $\emptyset$  <sup>(2)</sup> (e.g. *apresentador, imperatriz, furriel, mar, variz, mártir e falador, cortês*), formas atemáticas <sup>(3)</sup> (e.g. *avô, avó, tatu, café, manhã, selvagem e ruim*) e formas com constituintes temáticos marginais (e.g. *-as* em *piegas*);
- (b) o acesso dos adjectivos e nomes a contrastes de género gera uma distinção entre formas variáveis (e.g. *aluno / aluna, imperador / imperadora / imperatriz e claro / clara, são / sã*) e formas invariáveis (e.g. *ídolo, mosca, artista, mapa, tribo e leve, ruim*);
- (c) o valor de género <sup>(4)</sup> que possuem gera uma distinção entre formas masculinas (e.g. *aluno, monarca, café e claro, falador*), formas femininas (e.g. *aluna, gente, tribo e clara, sã*) e ainda formas que admitem os dois valores de género (e.g. *artista, modelo, agente, mártir, selvagem e careca, leve, cortês, ruim*).

A conjugação destes três factores dá origem a diferentes classificações para nomes e adjectivos <sup>(5)</sup>. Para os nomes, é possível identificar um sistema de vinte

<sup>(2)</sup> Esta classe temática integra as palavras que, no singular, terminam em *-r, -s, -z* ou *-l* e cujo plural, para além da adunção do sufixo próprio (i.e. *-s*), recorre à introdução de uma vogal epentética na posição do índice temático ou à nuclearização do [l] final (cf. 25.3.1):

- |       |              |                |
|-------|--------------|----------------|
| (i)   | <i>mar</i>   | <i>mares</i>   |
| (ii)  | <i>país</i>  | <i>países</i>  |
| (iii) | <i>rapaz</i> | <i>rapazes</i> |
| (iv)  | <i>pedal</i> | <i>pedais</i>  |

<sup>(3)</sup> São atemáticas as palavras que não integram índice temático, pelo que a forma da palavra, no singular, é idêntica à forma do radical. Estas palavras terminam geralmente em vogal tónica, oral ou nasal (cf. *chá, irmã*) ou ditongo tónico, oral ou nasal (cf. *chapéu, irmão*), mas também se encontram formas terminadas em vogal átona (cf. *táxi*), ditongo átono (cf. *viagem*) e em consoante (cf. *cais, lápis*).

<sup>(4)</sup> Sobre género, ver 22.5.2.

<sup>(5)</sup> Excluídas destas sistematizações estão as palavras (nomes e adjectivos) que possuem índices temáticos marginais, como *-as* (cf. *piegas / pieguinhas*) ou *-os* (cf. *Carlos / Carlinhos*) e que constituem um pequeno subconjunto no léxico do português.

e três classes temáticas. A complexidade deste sistema decorre do grande número de distinções existentes e da quase impossibilidade de estabelecer generalizações.

Com efeito, é fácil constatar que todos os nomes variáveis têm como referente uma entidade animada (e.g. *infante, avó*), mas a observação dos dados mostra que nem todos os nomes que referem entidades animadas são nomes variáveis (cf. *pariarca, ídolo, mosca, gente*).

Por outro lado, verifica-se que tendencialmente os nomes terminados em *-o* são masculinos (e.g. *aluno, livro*) e que os nomes terminados em *-a* são femininos (e.g. *aluna, casa*), mas nenhuma generalização pode, de facto, ser estabelecida, dado que (i) há nomes terminados em *-o* que são femininos (e.g. *tribo*) ou que admitem os dois valores de género (e.g. *(um/luma) modelo*), (ii) há nomes terminados em *-a* que são masculinos (e.g. *poeta, patriarca, mapa*) ou que admitem os dois valores de género (e.g. *(um/luma) artista*) e (iii) o valor de género dos nomes terminados em *-e*, dos nomes de tema  $\emptyset$  e dos atemáticos é totalmente arbitrário (e.g. *(o) pente / (a) lente, (o) arroz / (a) noz, (a) pá / (o) pó*):

(3)

| nomes       | género                     | índice temático | exemplos               |
|-------------|----------------------------|-----------------|------------------------|
| variáveis   | masculino                  | -a              | <i>poeta</i>           |
|             |                            | -o              | <i>aluno</i>           |
|             |                            | -e              | <i>infante</i>         |
|             |                            | -Ø              | <i>apresentador</i>    |
|             | atemático                  | <i>avô</i>      |                        |
|             | feminino                   | -a              | <i>aluna</i>           |
|             |                            | -Ø              | <i>imperatriz</i>      |
| atemático   |                            | <i>avó</i>      |                        |
| invariáveis | masculino                  | -a              | <i>patriarca, mapa</i> |
|             |                            | -o              | <i>ídolo, livro</i>    |
|             |                            | -e              | <i>abutre, dente</i>   |
|             |                            | -Ø              | <i>furriel, mar</i>    |
|             |                            | atemático       | <i>tatu, café</i>      |
|             | feminino                   | -a              | <i>mosca, casa</i>     |
|             |                            | -o              | <i>tribo</i>           |
|             |                            | -e              | <i>gente, semente</i>  |
|             |                            | -Ø              | <i>variz</i>           |
|             |                            | atemático       | <i>manhã</i>           |
|             | masculino<br>/<br>feminino | -a              | <i>artista</i>         |
|             |                            | -o              | <i>modelo</i>          |
|             |                            | -e              | <i>agente</i>          |
|             |                            | -Ø              | <i>mártir</i>          |
| atemático   | <i>selvagem</i>            |                 |                        |

Quanto aos adjectivos, os variáveis repartem-se por cinco classes temáticas e os invariáveis distribuem-se por quatro. Neste caso, podem estabelecer-se duas generalizações: todos os adjectivos de tema em *-o* são masculinos (e.g. *claro*) e todos os de tema em *-e* são invariáveis (e.g. *leve*):

(4)

| adjectivos  | género                     | Índice temático | exemplos       |
|-------------|----------------------------|-----------------|----------------|
| variáveis   | masculino                  | -o              | <i>claro</i>   |
|             |                            | -Ø              | <i>falador</i> |
|             |                            | atemático       | <i>bom</i>     |
|             | feminino                   | -a              | <i>clara</i>   |
|             |                            | atemático       | <i>sã</i>      |
| invariáveis | masculino<br>/<br>feminino | -a              | <i>careca</i>  |
|             |                            | -e              | <i>leve</i>    |
|             |                            | -Ø              | <i>cortês</i>  |
|             |                            | atemático       | <i>ruim</i>    |

Contrariamente ao que se verifica com os verbos, a integração dos nomes e dos adjectivos em diferentes classes temáticas não tem consequências para a flexão (em número). Estas classes temáticas são, pois, residuais.

### 22.3. O tema

Voltando à descrição da estrutura morfológica básica, o tema é a unidade morfológica que domina o radical e o constituinte temático, ou seja, o afixo que especifica a classe temática do radical: índice temático (i.e. IT) dos adjectivos e nomes e vogal temática (i.e. VT) dos verbos:

- (1) (a)  $[[lev]_{RA} [e]_{IT}]_{Tema\ Adjectival = TA}$  cf. *leve*  
 (b)  $[[livr]_{RN} [o]_{IT}]_{Tema\ Nominal = TN}$  cf. *livro*  
 (c)  $[[fal]_{RV} [a]_{VT}]_{Tema\ Verbal = TV}$  cf. *falar*

Os temas verbais do português são morfológicamente interessantes, dado que os sufixos derivacionais deverbais são sensíveis às subclasses desta categoria morfológica. É por esta razão que formas como *\*respondével* (cf. *respondível*) ou *\*transferência* (cf. *transferência*), por exemplo, são agramaticais:

- (2) (a) *domin* a *dor*  
*respond* e *dor*  
*transfer* i *dor*

(b) *domin*    *á*    *vel*  
*respond*    *í*    *vel*  
*transfer*    *í*    *vel*

(c) *domin*    *â*    *ncia*  
*correspond*    *ê*    *ncia*  
*transfer*    *ê*    *ncia*

Os exemplos de (2) mostram que a realização fonética da vogal temática nos derivados de verbos das segunda e terceira conjugações não é constante: distingue-se o **tema verbal do infinitivo**, o **tema verbal do passado** e o **tema verbal do presente**, identificando a vogal temática que especifica cada uma das formas <sup>(6)</sup>:

(3)

|               | 1.ª conjugação |           |            | 2.ª conjugação |           |            | 3.ª conjugação  |           |            |
|---------------|----------------|-----------|------------|----------------|-----------|------------|-----------------|-----------|------------|
| TV infinitivo | <i>domin</i>   | <i>-a</i> | <i>-r</i>  | <i>respond</i> | <i>-e</i> | <i>-r</i>  | <i>transfer</i> | <i>-i</i> | <i>-r</i>  |
| TV passado    | <i>domin</i>   | <i>-a</i> | <i>-do</i> | <i>respond</i> | <i>-i</i> | <i>-do</i> | <i>transfer</i> | <i>-i</i> | <i>-do</i> |
| TV presente   | <i>domin</i>   | <i>-a</i> |            | <i>respond</i> | <i>-e</i> |            | <i>transfer</i> | <i>-e</i> |            |

## 22.4. Flexão

Flexão é o processo morfológico de formação de palavras que se caracteriza pela sua obrigatoriedade e sistematicidade: se uma dada categoria de palavras é flexionável numa dada categoria morfo-sintáctica (por exemplo, os adjectivos flexionam em número), então todas as palavras pertencentes a essa categoria sintáctica são flexionáveis na referida categoria morfo-sintáctica (i.e. todos os adjectivos flexionam em número). Por outro lado, a realização da flexão só pode variar em função de subclasses morfológicas identificadas no domínio da categoria de palavras em questão.

No português, é necessário distinguir a flexão nominal da flexão verbal: os adjectivos e os nomes flexionam em número (N.<sup>o</sup>) <sup>(7)</sup> e os verbos flexionam em

<sup>(6)</sup> Note-se que o tema verbal do passado e o tema verbal do presente neutralizam a distinção entre a segunda e a terceira conjugações.

<sup>(7)</sup> Alguns dos itens que integram as restantes categorias sintácticas que constituem classes fechadas exibem flexão em número, bem como contrastes de género. É o que se verifica

tempo-modo-aspecto (TMA) e pessoa-número (PN). As preposições e os advérbios são palavras invariáveis.

### 22.4.1. Flexão nominal

A flexão nominal recobre nomes e adjectivos e, no português, realiza uma categoria morfo-sintáctica, o **número**, que possui dois valores: **singular** e **plural**. Dado que, por definição, a flexão é obrigatória e sistemática, espera-se que todos os nomes e todos os adjectivos exibam contrastes de número e que os realizem sempre do mesmo modo. Na verdade, a observação dos dados mostra que a maioria dos nomes e a maioria dos adjectivos apresentam uma forma para o singular e outra para o plural, e que o contraste é realizado pela ausência ou presença de um único sufixo (cf. *gato/gatos*; *esperto/espertos*): no singular, a flexão dos nomes e dos adjectivos opera no vazio, ou seja, não existe nenhum sufixo para este valor de número, podendo admitir-se que esse valor de número é assumido por defeito <sup>(8)</sup>; o plural dispõe de um sufixo próprio que é *-s*.

No entanto, a observação dos dados também mostra que existem nomes que têm uma flexão defectiva e nomes e adjectivos que, aparentemente, não realizam a flexão em número da forma esperada, ou seja, por recurso ao sufixo *-s*. Quanto à defectividade, ela pode afectar (i) a forma do singular, como se verifica em *anais* ou *calças*, (ii) a forma do plural, o que se verifica nos nomes próprios (cf. *Filipe*, *Luísa*), ou (iii) as duas formas, nos casos em que o singular e o plural têm diferentes significados (cf. *óculo* / *óculos*, *féria* / *férias*, *costa* / *costas*). À excepção dos nomes próprios, todos os outros casos são reduzidos em número e estão lexicalizados, não afectando a gramática da flexão dos nomes. No que diz respeito aos nomes próprios, a restrição deve ser modalizada: eles podem ser flexionados no plural (cf. *Filipes*, *Luísas*); o que tipicamente não podem é manter a sua interpretação de nomes próprios, remetendo para uma única entidade, a entidade que é portadora daquele nome próprio e que é singular. O plural de um nome próprio pode remeter para o / um conjunto de entidades que partilhem essa propriedade, como uma dinastia (cf. *os Filipes*), uma família (cf. *os Pachecos*), uma associação onomástica (cf. *os Joaquins*), ou uma mera conjugação de pessoas possuidoras do mesmo nome próprio (cf. *as Luísas*).

com determinantes como *o*, *a*, *os*, *as* ou com os possessivos (cf. *nosso*, *nossa*, *nosso*, *nos*, *suas*). Esta flexão, tal como a variação em género, ou outros tipos de variação (cf. *o* / *um*; *este* / *esse*, *eu* / *tu* / *ele*) está lexicalizada.

<sup>(8)</sup> Cf. Trask (1993: 73).

Pode, assim, concluir-se que não é o contraste morfológico de número que está em questão, mas sim a interpretação semântica das duas formas em oposição.

Aliás, a interpretação semântica dos contrastes de número não diverge apenas no caso dos nomes próprios — os massivos também se apresentam como um caso particular. Nos nomes contáveis (e.g. *cadeira*), o contraste de número remete para um contraste de cardinalidade: o singular refere uma unidade, ou um conjunto de unidades que formam um todo se se tratar de um nome colectivo como *rebanho* ou *multidão*; o plural refere mais do que uma unidade. Nos nomes massivos (e.g. *água*), o contraste de número tem uma interpretação mais complexa, frequentemente relacionada com uma tipologia ou com uma medida (vejam-se as interpretações mais imediatas para uma sequência como *duas águas*).

Quanto à forma de realização dos contrastes de número dos nomes e dos adjectivos, a assistemática é apenas aparente: pode tratar-se de uma mera alternância gráfica, exigida pela ortografia do português (cf. *refém / reféns, bom / bons*), ou de alternâncias fonéticas condicionadas pelo contexto fonológico (cf. *mão / mãos, pão / pães, sabão / sabões, papel / papéis, azul / azuis, cais / cais, simples / simples*)<sup>(9)</sup>.

Nos compostos, a flexão em número é sensível à sua estrutura<sup>(10)</sup>. Os compostos morfológicos têm um comportamento idêntico ao das restantes palavras (cf. 1a). Nos morfo-sintácticos, a flexão opera sobre o constituinte que é o núcleo do composto: nos compostos com núcleo à esquerda, a flexão é marcada apenas nesse constituinte (cf. 1b); nos compostos coordenados, a flexão é marcada em todos os constituintes e com idêntico valor (cf. 1c); nos compostos formados por reanálise, a flexão não reconhece a estrutura interna, operando como se se tratasse de uma palavra simples<sup>(11)</sup> (cf. 1d).

- (1) (a) *cronómetro*  
*cronómetros*  
*luso-brasileiro*  
*lusu-brasileiros*
- (b) *bomba-relógio*  
*bombas-relógio*

<sup>(9)</sup> Sobre este assunto, ver também 25.5.1.

<sup>(10)</sup> Sobre este assunto, ver também o capítulo 24.

<sup>(11)</sup> Geralmente, o constituinte da direita neste tipo de compostos é um nome flexionado no plural. Por esta razão, o valor de número no composto é frequentemente indeterminável (cf. *(um/muitos) abre-latas*).

- (c) *trabalhador-estudante*  
*trabalhadores-estudantes*  
*surdo-mudo*  
*surdos-mudos*

- (d) *quebra-mar*  
*quebra-mares*

#### 22.4.2. Nota sobre género

No português, o género é uma categoria morfo-sintáctica que possui dois valores: **masculino** e **feminino**. Quando associado a um nome animado, o masculino refere geralmente uma entidade de sexo masculino<sup>(12)</sup>, e o feminino refere uma entidade de sexo feminino (cf. 2a). Desta generalização ficam excluídos os chamados nomes **epicenos** e os **sobrecomuns** (cf. 2b), que dispõem de um único valor de género qualquer que seja o sexo da entidade que referem. Existem ainda alguns nomes animados, classificados como **comuns de dois**, cuja forma morfológica é ambígua quanto ao género, podendo porém essa ambiguidade ser resolvida pelo contexto sintáctico (cf. 2c). O valor de género associado aos nomes inanimados não tem um conteúdo referencial definido (cf. 2d):

- (2) (a) *gato*                      *gata*  
*escritor*                      *pintora*  
*ladrão*                         *mentirosa*
- (b) *cônjuge*                      *testemunha*  
*corvo*                         *águia*
- (c) *(um) jornalista*              *(uma) jornalista*
- (d) *mapa*                         *planta*  
*copo*                         *taça*  
*pêro*                         *pêra*

<sup>(12)</sup> Há excepções: algumas formas masculinas referem entidades de sexo feminino (cf. *mulherão*).

Contrariamente ao que se verifica relativamente ao número, nem todos os adjectivos e nomes admitem contrastes de género. Os seguintes exemplos mostram adjectivos e nomes invariáveis em género:

- (3) (a) *leve*  
*ruim*  
*simples*
- (b) *casa, pessoa*  
*livro, indivíduo*  
*pente, mestre*  
*pá*

Por outro lado, nos casos em que esses contrastes se manifestam, a sua realização não é homogénea:

- (4) *aluno*            *aluna*  
*juiz*              *juíza*  
*barão*            *baronesa*  
*européu*        *européia*  
*águia-macho*   *águia-fêmea*  
*homem*           *mulher*

A não-obrigatoriedade de existência de contrastes de género e o facto de a sua realização estar a cargo quer de processos estritamente lexicais, pelo contraste de índices temáticos (cf. *aluno / aluna; professor / professora*) ou pelo contraste de diferentes palavras (cf. *homem / mulher; carneiro / ovelha*), quer de diversos processos morfológicos, como a derivação (cf. *barão / baronesa; judeu / judia; europeu / europeia; conde / condessa; lavrador / lavradeira; imperador / imperatriz; espertalhão / espertalhona*) e a composição (cf. *águia-macho / águia-fêmea*), são propriedades que distinguem claramente o género das restantes categorias morfo-sintácticas disponíveis no português, e que justificam a sua análise como uma categoria não flexional<sup>(13)</sup>, contrariamente ao que a tra-

<sup>(13)</sup> A defesa de que o género não é uma categoria flexional no português é apresentada e justificada em Villalva (1994, 2000) e também se encontra, por exemplo, em Hüber (1933, 1986: 167-168, 272), que considera que, no português antigo, desaparecida a flexão casual, a flexão dos adjectivos e dos nomes se reduz à realização do plural. A formação do feminino é

dição gramatical portuguesa tem consagrado<sup>(14)</sup>. Os tradicionalmente chamados 'morfemas de género' dos adjectivos e nomes do português não têm qualquer relação com o género (nem com a flexão), mas sim com a classe temática a que cada palavra pertence.

### 22.4.3. Flexão verbal

Como foi já referido, no português a flexão verbal é sensível à conjugação a que o verbo pertence. As três conjugações habitualmente consideradas são identificadas a partir da forma do infinitivo em que a vogal temática está sempre presente<sup>(15)</sup>:

- (5) Primeira conjugação: *fal a r*  
Segunda conjugação: *bat e r*  
Terceira conjugação: *part i r*

Estas conjugações têm, no entanto, diferentes comportamentos morfológicos: por um lado, só a primeira conjugação acolhe novas palavras<sup>(16)</sup>; por outro lado, todos os verbos irregulares pertencem à segunda ou à terceira conjugações. Esta situação é historicamente motivada: em latim, a primeira conjugação (i.e. tema em *-a*) era já a mais produtiva e a transposição do sistema latino de quatro conjugações para um sistema de três conjugações no português afectou basicamente a segunda e a terceira:

considerada como um processo derivacional, ainda que não sejam apresentados, neste autor, argumentos que suportem esta hipótese. Carvalho (1967, 1984: 601) também refere que os nomes não flexionam em género.

<sup>(14)</sup> Cf. Câmara (1971, 1984: 53), Lopes (1971: 66-67) ou Cunha e Cintra (1984, 1991: 133, 183).

<sup>(15)</sup> A flexão do verbo *pôr* e seus compostos integra-se na segunda conjugação, embora a vogal temática não esteja presente na maioria das suas formas, incluindo o infinitivo. Estas formas estão lexicalizadas.

<sup>(16)</sup> Formas como *eucaliptizar* ou *printar* mostram a integração de neologismos verbais na primeira conjugação. Note-se que o português dispõe de um sufixo que forma verbos da segunda conjugação (i.e. *-ecer*), mas este sufixo não é, na actual sincronia, um sufixo produtivo.



|     |       |           |
|-----|-------|-----------|
| (6) | LATIM | PORTUGUÊS |
|     | 1     | → 1       |
|     | 2     | → 2       |
|     | 3     | ↘ 3       |
|     | 4     | → 3       |

A esta acidentada transposição dos verbos latinos da 3.<sup>a</sup> conjugação para as 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> conjugações do português, acresce que, posteriormente, alguns verbos que entraram para a segunda conjugação vieram a passar para a terceira:

|     |                  |                  |
|-----|------------------|------------------|
| (7) | <i>caer</i>      | <i>cair</i>      |
|     | <i>confonder</i> | <i>confundir</i> |
|     | <i>correger</i>  | <i>corrigir</i>  |
|     | <i>finger</i>    | <i> fingir</i>   |
|     | <i>empremer</i>  | <i>imprimir</i>  |
|     | <i>traer</i>     | <i>trair</i>     |

Estas perturbações na diacronia das conjugações verbais são particularmente visíveis em paradigmas de verbos morfologicamente relacionados, por partilharem um mesmo radical latino, ou em formas divergentes de um único radical latino:

|     |                   |         |                   |
|-----|-------------------|---------|-------------------|
| (8) | <i>cometer</i>    | } vs. { | <i>admitir</i>    |
|     | <i>intrometer</i> |         | <i>demitir</i>    |
|     | <i>meter</i>      |         | <i>emitir</i>     |
|     | <i>prometer</i>   |         | <i>omitir</i>     |
|     | <i>remeter</i>    |         | <i>permitir</i>   |
|     | <i>submeter</i>   |         | <i>transmitir</i> |
|     | <i>converter</i>  | } vs. { | <i>advertir</i>   |
|     | <i>perverter</i>  |         | <i>divertir</i>   |
|     | <i>reverter</i>   |         |                   |
|     | <i>verter</i>     |         |                   |

Os dados disponíveis do português mostram que a distribuição dos verbos por três conjugações (e que é visível em formas do infinitivo, como *falar*, *bater*, *partir*) é, de facto, substituída por uma dicotomia entre a primeira conjugação, por um lado, e as duas restantes, por outro:

|     |                |     |               |                 |
|-----|----------------|-----|---------------|-----------------|
| (9) | <i>fal a</i>   | vs. | <i>bate</i>   | <i>part e</i>   |
|     | <i>fal ei</i>  | vs. | <i>bati</i>   | <i>part i</i>   |
|     | <i>fal ava</i> | vs. | <i>batia</i>  | <i>part ia</i>  |
|     | <i>fal e</i>   | vs. | <i>bata</i>   | <i>part a</i>   |
|     | <i>fal ado</i> | vs. | <i>batido</i> | <i>part ido</i> |

Em suma, a segunda e a terceira conjugações do português devem ser interpretadas como um resíduo de contrastes morfológicos praticamente desaparecidos, sendo, assim, mais compreensível que a distinção entre elas tenda a ser neutralizada.

Em português, a flexão verbal gera as chamadas formas simples <sup>(17)</sup> e opera em duas categorias morfo-sintáticas: **tempo-modo-aspecto**, que codifica morfologicamente informação sobre tempo, modo e aspecto, e **persona-número**, que codifica a concordância com o sujeito frásico. Os valores de tempo-modo-aspecto (TMA) repartem-se por dois grupos: o primeiro é constituído por paradigmas que também flexionam em persona-número (cf. 10a) e no segundo integram-se as chamadas formas nominais do verbo (cf. 10b):

- (10) (a) Pretérito mais-que-perfeito do indicativo  
 Pretérito perfeito do indicativo  
 Pretérito imperfeito do indicativo  
 Presente do indicativo  
 Futuro do indicativo  
 Pretérito imperfeito do conjuntivo  
 Presente do conjuntivo  
 Futuro do conjuntivo  
 Condicional  
 Imperativo — forma afirmativa  
 Imperativo — forma negativa  
 Infinitivo flexionado
- (b) Infinitivo  
 Gerúndio  
 Particípio passado

Os sufixos de tempo-modo-aspecto identificáveis na flexão verbal do português são os seguintes <sup>(18)</sup>:

<sup>(17)</sup> As formas compostas, que integram o auxiliar *ter* e o particípio passado, são construções sintáticas.

<sup>(18)</sup> Os sufixos de flexão verbal são indicados em representação ortográfica.

(11)

|            |                             | 1.ª conjugação    | 2.ª e 3.ª conjugações |
|------------|-----------------------------|-------------------|-----------------------|
| Indicativo | Pretérito mais-que-perfeito | ra                |                       |
|            | Pretérito imperfeito        | va                | a                     |
| Conjuntivo | Pretérito imperfeito        | sse               |                       |
|            | Presente                    | e                 | a                     |
|            | Futuro <sup>(19)</sup>      | r <sup>(20)</sup> |                       |
| Infinitivo |                             | r <sup>(21)</sup> |                       |
| Gerúndio   |                             | ndo               |                       |
| Particípio |                             | do                |                       |

Os valores de pessoa-número (PN) estabelecem uma distinção entre três pessoas — primeira, segunda <sup>(22)</sup> e terceira — referidas individualmente, no singular, ou conjuntamente, no plural.

- (12) Primeira pessoa do singular  
 Segunda pessoa do singular  
 Terceira pessoa do singular  
 Primeira pessoa do plural  
 Segunda pessoa do plural  
 Terceira pessoa do plural

Os sufixos de pessoa-número que se associam aos sufixos de tempo-modo-aspecto acima identificados, à excepção do infinitivo, gerúndio e particípio, são os seguintes:

<sup>(19)</sup> Alguns verbos, como *cabere* ou *saber*, têm as formas do Futuro do Conjuntivo lexicalizadas (cf. *couber*, *souberes*) e, por essa razão, são distintas das formas dos Infinitivo (*cabere*, *saber*). Cf. nota 26.

<sup>(20)</sup> À flexão da segunda pessoa do singular do futuro do conjuntivo e do infinitivo flexionado está associada a introdução de um [e] epentético.

<sup>(21)</sup> Ver nota anterior.

<sup>(22)</sup> Note-se que a segunda pessoa se desdobra em dois valores: no singular existe uma distinção entre uma forma de tratamento informal e uma forma de tratamento formal. No plural o desdobramento da segunda pessoa não permite o mesmo tipo de interpretação, opondo antes uma forma mais utilizada (i.e. *vocês*) a outra que parece estar a cair em desuso (i.e. *vós*), pelo menos em alguns dialectos. Do ponto de vista morfológico, esta distinção só é relevante porque uma das ocorrências da segunda pessoa recorre às formas flexionadas da terceira pessoa:

*você / o senhor / ... / conhece esta rua?* Cf. *ele conhece esta rua?*  
*vocês / os senhores / ... / conhecem esta rua?* Cf. *eles conhecem esta rua?*

(13)

|                            |                     |
|----------------------------|---------------------|
| Segunda pessoa do singular | s                   |
| Primeira pessoa do plural  | mos                 |
| Segunda pessoa do plural   | des <sup>(23)</sup> |
| Terceira pessoa do plural  | m                   |

Em seis paradigmas de flexão verbal (i.e. pretérito mais-que-perfeito e pretérito imperfeito do indicativo, pretérito imperfeito, presente e futuro do conjuntivo e infinitivo flexionado), as categorias de tempo-modo-aspecto e pessoa-número são realizadas por sufixos independentes, gerando uma sequência em que o sufixo de tempo-modo-aspecto precede obrigatoriamente o sufixo de pessoa-número.

Note-se que as especificações da primeira e da terceira pessoas do singular destes paradigmas são formalmente ambíguas entre si (cf. 14), dado que não dispõem de nenhum sufixo próprio. Nestes casos, a flexão em pessoa-número opera no vazio:

- (14) *falara*  
*falava*  
*falasse*  
*fale*  
*falar*

Este tipo de ambiguidade formal também afecta a totalidade dos paradigmas do futuro do conjuntivo e do infinitivo flexionado <sup>(24)</sup>:

<sup>(23)</sup> Este sufixo ocorre como *-des* nos paradigmas do futuro do conjuntivo e infinitivo flexionado, e em formas como *credes*, *ledes*, *vedes*. Nas restantes formas, a consoante /d/ é suprimida, o que provoca a elevação e semivocalização da vogal seguinte, que passa a ser precedida por outra vogal (cf. *falais*, *bateis*, *partis*).

<sup>(24)</sup> Alguns verbos irregulares (cf. *dar*, *fazer*, *haver*, *poder*, *pôr*, *querer*, *saber*, *ser*, *trazer*, *ver*) exibem contrastes na flexão do futuro do conjuntivo e infinitivo flexionado:

|                  |                 |                  |                 |
|------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| <i>couber</i>    | <i>cabere</i>   | <i>disser</i>    | <i>dizer</i>    |
| <i>couberes</i>  | <i>caberes</i>  | <i>disseres</i>  | <i>dizeres</i>  |
| <i>coubermos</i> | <i>cabermos</i> | <i>dissermos</i> | <i>dizermos</i> |
| <i>couberdes</i> | <i>caberdes</i> | <i>disserdes</i> | <i>dizerdes</i> |
| <i>couberem</i>  | <i>caberem</i>  | <i>disserem</i>  | <i>dizerem</i>  |

|     |       |           |
|-----|-------|-----------|
| (6) | LATIM | PORTUGUÊS |
|     | 1     | → 1       |
|     | 2     | → 2       |
|     | 3     | → 2       |
|     | 4     | → 3       |

A esta acidentada transposição dos verbos latinos da 3.<sup>a</sup> conjugação para as 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> conjugações do português, acresce que, posteriormente, alguns verbos que entraram para a segunda conjugação vieram a passar para a terceira:

|     |                  |                  |
|-----|------------------|------------------|
| (7) | <i>caer</i>      | <i>cair</i>      |
|     | <i>confonder</i> | <i>confundir</i> |
|     | <i>correger</i>  | <i>corrigir</i>  |
|     | <i>finger</i>    | <i>fingir</i>    |
|     | <i>empremmer</i> | <i>imprimir</i>  |
|     | <i>traer</i>     | <i>trair</i>     |

Estas perturbações na diacronia das conjugações verbais são particularmente visíveis em paradigmas de verbos morfologicamente relacionados, por partilharem um mesmo radical latino, ou em formas divergentes de um único radical latino:

|     |                   |         |                   |
|-----|-------------------|---------|-------------------|
| (8) | <i>cometer</i>    | } vs. { | <i>admitir</i>    |
|     | <i>intrometer</i> |         | <i>demitir</i>    |
|     | <i>meter</i>      |         | <i>emitir</i>     |
|     | <i>prometer</i>   |         | <i>omitir</i>     |
|     | <i>remeter</i>    |         | <i>permitir</i>   |
|     | <i>submeter</i>   |         | <i>transmitir</i> |
|     | <i>converter</i>  |         | <i>advertir</i>   |
|     | <i>perverter</i>  | } vs. { | <i>divertir</i>   |
|     | <i>reverter</i>   |         |                   |
|     | <i>verter</i>     |         |                   |

Os dados disponíveis do português mostram que a distribuição dos verbos por três conjugações (e que é visível em formas do infinitivo, como *falar*, *bater*, *partir*) é, de facto, substituída por uma dicotomia entre a primeira conjugação, por um lado, e as duas restantes, por outro:

|     |                |     |               |                 |
|-----|----------------|-----|---------------|-----------------|
| (9) | <i>fal a</i>   | vs. | <i>bate</i>   | <i>part e</i>   |
|     | <i>fal ei</i>  | vs. | <i>bati</i>   | <i>part i</i>   |
|     | <i>fal ava</i> | vs. | <i>batia</i>  | <i>part ia</i>  |
|     | <i>fal e</i>   | vs. | <i>bata</i>   | <i>part a</i>   |
|     | <i>fal ado</i> | vs. | <i>batido</i> | <i>part ido</i> |

Em suma, a segunda e a terceira conjugações do português devem ser interpretadas como um resíduo de contrastes morfológicos praticamente desaparecidos, sendo, assim, mais compreensível que a distinção entre elas tenda a ser neutralizada.

Em português, a flexão verbal gera as chamadas formas simples <sup>(17)</sup> e opera em duas categorias morfo-sintáticas: **tempo-modo-aspecto**, que codifica morfologicamente informação sobre tempo, modo e aspecto, e **persona-número**, que codifica a concordância com o sujeito frásico. Os valores de tempo-modo-aspecto (TMA) repartem-se por dois grupos: o primeiro é constituído por paradigmas que também flexionam em pessoa-número (cf. 10a) e no segundo integram-se as chamadas formas nominais do verbo (cf. 10b):

- |      |     |                                           |
|------|-----|-------------------------------------------|
| (10) | (a) | Pretérito mais-que-perfeito do indicativo |
|      |     | Pretérito perfeito do indicativo          |
|      |     | Pretérito imperfeito do indicativo        |
|      |     | Presente do indicativo                    |
|      |     | Futuro do indicativo                      |
|      |     | Pretérito imperfeito do conjuntivo        |
|      |     | Presente do conjuntivo                    |
|      |     | Futuro do conjuntivo                      |
|      |     | Condicional                               |
|      |     | Imperativo — forma afirmativa             |
|      |     | Imperativo — forma negativa               |
|      |     | Infinitivo flexionado                     |
|      | (b) | Infinitivo                                |
|      |     | Gerúndio                                  |
|      |     | Particípio passado                        |

Os sufixos de tempo-modo-aspecto identificáveis na flexão verbal do português são os seguintes <sup>(18)</sup>:

<sup>(17)</sup> As formas compostas, que integram o auxiliar *ter* e o particípio passado, são construções sintáticas.

<sup>(18)</sup> Os sufixos de flexão verbal são indicados em representação ortográfica.

(11)

|            |                             | 1.ª conjugação           | 2.ª e 3.ª conjugações |
|------------|-----------------------------|--------------------------|-----------------------|
| Indicativo | Pretérito mais-que-perfeito | <i>ra</i>                |                       |
|            | Pretérito imperfeito        | <i>va</i>                | <i>a</i>              |
| Conjuntivo | Pretérito imperfeito        | <i>sse</i>               |                       |
|            | Presente                    | <i>e</i>                 | <i>a</i>              |
|            | Futuro <sup>(19)</sup>      | <i>r</i> <sup>(20)</sup> |                       |
| Infinitivo |                             | <i>r</i> <sup>(21)</sup> |                       |
| Gerúndio   |                             | <i>ndo</i>               |                       |
| Particípio |                             | <i>do</i>                |                       |

Os valores de pessoa-número (PN) estabelecem uma distinção entre três pessoas — primeira, segunda <sup>(22)</sup> e terceira — referidas individualmente, no singular, ou conjuntamente, no plural.

- (12) Primeira pessoa do singular  
 Segunda pessoa do singular  
 Terceira pessoa do singular  
 Primeira pessoa do plural  
 Segunda pessoa do plural  
 Terceira pessoa do plural

Os sufixos de pessoa-número que se associam aos sufixos de tempo-modo-aspecto acima identificados, à excepção do infinitivo, gerúndio e particípio, são os seguintes:

<sup>(19)</sup> Alguns verbos, como *caber* ou *saber*, têm as formas do Futuro do Conjuntivo lexicalizadas (cf. *couber*, *souberes*) e, por essa razão, são distintas das formas dos Infinitivo (*caber*, *saber*). Cf. nota 26.

<sup>(20)</sup> À flexão da segunda pessoa do singular do futuro do conjuntivo e do infinitivo flexionado está associada a introdução de um [e] epentético.

<sup>(21)</sup> Ver nota anterior.

<sup>(22)</sup> Note-se que a segunda pessoa se desdobra em dois valores: no singular existe uma distinção entre uma forma de tratamento informal e uma forma de tratamento formal. No plural o desdobramento da segunda pessoa não permite o mesmo tipo de interpretação, opondo antes uma forma mais utilizada (i.e. *vocês*) a outra que parece estar a cair em desuso (i.e. *vós*), pelo menos em alguns dialectos. Do ponto de vista morfológico, esta distinção só é relevante porque uma das ocorrências da segunda pessoa recorre às formas flexionadas da terceira pessoa:

*ocê / o senhor / ... / conhece esta rua?* Cf. *ele conhece esta rua?*  
*vocês / os senhores / ... / conhecem esta rua?* Cf. *eles conhecem esta rua?*

(13)

|                            |                            |
|----------------------------|----------------------------|
| Segunda pessoa do singular | <i>s</i>                   |
| Primeira pessoa do plural  | <i>mos</i>                 |
| Segunda pessoa do plural   | <i>des</i> <sup>(23)</sup> |
| Terceira pessoa do plural  | <i>m</i>                   |

Em seis paradigmas de flexão verbal (i.e. pretérito mais-que-perfeito e pretérito imperfeito do indicativo, pretérito imperfeito, presente e futuro do conjuntivo e infinitivo flexionado), as categorias de tempo-modo-aspecto e pessoa-número são realizadas por sufixos independentes, gerando uma sequência em que o sufixo de tempo-modo-aspecto precede obrigatoriamente o sufixo de pessoa-número.

Note-se que as especificações da primeira e da terceira pessoas do singular destes paradigmas são formalmente ambíguas entre si (cf. 14), dado que não dispõem de nenhum sufixo próprio. Nestes casos, a flexão em pessoa-número opera no vazio:

- (14) *falara*  
*falava*  
*falasse*  
*fale*  
*falar*

Este tipo de ambiguidade formal também afecta a totalidade dos paradigmas do futuro do conjuntivo e do infinitivo flexionado <sup>(24)</sup>:

<sup>(23)</sup> Este sufixo ocorre como *-des* nos paradigmas do futuro do conjuntivo e infinitivo flexionado, e em formas como *credes*, *ledes*, *vedes*. Nas restantes formas, a consoante /d/ é suprimida, o que provoca a elevação e semivocalização da vogal seguinte, que passa a ser precedida por outra vogal (cf. *falais*, *bateis*, *partis*).

<sup>(24)</sup> Alguns verbos irregulares (cf. *dar*, *fazer*, *haver*, *poder*, *pôr*, *querer*, *saber*, *ser*, *trazer*, *ver*) exibem contrastes na flexão do futuro do conjuntivo e infinitivo flexionado:

|                  |                  |                  |                 |
|------------------|------------------|------------------|-----------------|
| <i>couber</i>    | <i>caber</i>     | <i>disser</i>    | <i>dizer</i>    |
| <i>couberes</i>  | <i>caberres</i>  | <i>disseres</i>  | <i>dizeres</i>  |
| <i>coubermos</i> | <i>caberemos</i> | <i>dissermos</i> | <i>dizermos</i> |
| <i>couberdes</i> | <i>caberdes</i>  | <i>disserdes</i> | <i>dizerdes</i> |
| <i>couberem</i>  | <i>caberem</i>   | <i>disserem</i>  | <i>dizerem</i>  |

(15)

| Futuro do conjuntivo | Infinitivo flexionado |
|----------------------|-----------------------|
| <i>falar</i>         | <i>falar</i>          |
| <i>falares</i>       | <i>falares</i>        |
| <i>falar</i>         | <i>falar</i>          |
| <i>falarmos</i>      | <i>falarmos</i>       |
| <i>falardes</i>      | <i>falardes</i>       |
| <i>falarem</i>       | <i>falarem</i>        |

O presente e o pretérito perfeito do indicativo não dispõem de sufixos distintos para TMA e PN. O sufixo de flexão que ocorre nestes paradigmas é uma *amalgama* de tempo-modo-aspecto e pessoa-número:

(16)

| Presente do indicativo | Pretérito perfeito do indicativo <sup>(25)</sup> |
|------------------------|--------------------------------------------------|
| <i>fal o</i>           | <i>fale i</i>                                    |
| <i>fala s</i>          | <i>fala ste</i>                                  |
| <i>fala</i>            | <i>falo u</i>                                    |
| <i>fala mos</i>        | <i>falá mos</i>                                  |
| <i>fala is</i>         | <i>fala stes</i>                                 |
| <i>fala m</i>          | <i>fala ram</i>                                  |

Tendo em conta a análise acima apresentada, a ambiguidade que afecta as formas de terceira pessoa do plural do pretérito-mais-que-perfeito e pretérito perfeito do indicativo (cf. *falaram*) é uma ambiguidade fonética mas não estrutural: o sufixo *amalgama* de tempo-modo-aspecto e pessoa-número (i.e. *-ram*) que está presente nas formas do pretérito perfeito é distinto da sequência constituída por um sufixo de tempo-modo-aspecto (i.e. *-ra*) e um sufixo de pessoa-número (i.e. *-m*), que integra as formas do pretérito-mais-que-perfeito.

Até aqui não foi feita referência ao imperativo, ao futuro do indicativo e ao condicional. Relativamente ao imperativo, cabe uma nota particular dado que este é o único paradigma da flexão verbal em que é necessário distinguir a forma que ocorre em frases afirmativas da forma que ocorre em frases negativas, ainda que a distinção só afecte a segunda pessoa do singular (cf. *canta* vs. *não cantes*). Por outro lado, à excepção da segunda pessoa do plural do imperativo afirmativo (cf. *cantai, bebei, fugi*), todas as restantes são formas supletivas do presente do indicativo e do presente do conjuntivo.

<sup>(25)</sup> Sobre alterações fonéticas da vogal temática no pretérito perfeito do indicativo, ver 26.5.2.

Quanto ao futuro do indicativo e ao condicional, estes paradigmas merecem uma referência autónoma por um conjunto de razões. Note-se, por exemplo, que estas são as únicas formas que permitem a ocorrência de mesoclíticos:

(17) *falar-lhe-ei*  
*bater-te-íamos*

Do ponto de vista morfológico, a propriedade mais relevante tem a ver com o facto de estas formas não serem estruturas morfológicas básicas. Com efeito, o futuro do indicativo e o condicional são uma espécie particular de compostos, constituídos pela forma do infinitivo de um verbo principal e terminações do presente do indicativo e do imperfeito do indicativo do verbo *haver*, respectivamente:

(18) (a) **Futuro do indicativo**

*falar (h) ei*  
*falar (h) ás*  
*falar (h) á*  
*falar (hav) emos*  
*falar (hav) eis*  
*falar (h) ão*

(b) **Condicional**

*falar (hav) ia*  
*falar (hav) ias*  
*falar (hav) ia*  
*falar (hav) íamos*  
*falar (hav) íeis*  
*falar (hav) iam*

Falta, ainda, referir as chamadas formas nominais do verbo, ou seja, o infinitivo, o gerúndio e o particípio passado. Nestas formas ocorre apenas um sufixo da categoria de tempo-modo-aspecto (respectivamente, *-r*, *-ndo* e *-do*), sendo paradigmas defectivos em pessoa-número.

Note-se, por último, que alguns verbos são defectivos por razões de natureza fonética: vejam-se, por exemplo, (algumas d)as formas rizotónicas <sup>(26)</sup> de ver-

<sup>(26)</sup> Rizotónicas são as formas acentuadas numa sílaba do radical. Na conjugação verbal são rizotónicas as formas de 1.ª, 2.ª e 3.ª pessoas do singular e 3.ª pessoa do plural do presente do indicativo e do presente do conjuntivo: *falo, falas, fala, falam, fale, fales, fale, falem*.

bos como *abolir*, *demolir*, *falir* (cf. *abole*, *demoles*, *falo*). Outros são defectivos por razões de natureza semântica: alguns verbos não podem ter um sujeito [+humano], o que bloqueia a flexão de primeira pessoa singular ou plural. É o que se passa com os verbos que referem as chamadas 'vozes dos animais' (cf. *ladrar*, *miar*, *zurrar*), fenómenos meteorológicos (cf. *chover*, *nevar*, *trovejar*), ou verbos como *acontecer*. Esta defectividade não afecta, no entanto, a sua morfologia: formalmente, palavras como *demoles*, *miei*, ou *ladramos* são gramaticais e podem encontrar-se mesmo em alguns registos discursivos metafóricos.

## 22.5. A palavra

Para concluir a descrição da estrutura morfológica básica falta olhar para o nó que a domina na sua totalidade. **Palavra** é, pois, a etiqueta da projecção máxima do radical, ou seja, da unidade morfológica que domina o tema e o seu especificador, que é a flexão morfológica (= FM):

- (1) (a)  $[[[lev]_{RA} [e]_{IT} ]_{TA} [ ]_{FM} ]_A$  singular cf. *leve*  
 $[[[lev]_{RA} [e]_{IT} ]_{TN} [s]_{FM} ]_A$  plural cf. *leves*
- (b)  $[[[livr]_{RN} [o]_{IT} ]_{TN} [ ]_{FM} ]_N$  singular cf. *livro*  
 $[[[livr]_{RN} [o]_{IT} ]_{TN} [s]_{FM} ]_N$  plural cf. *livros*
- (c)  $[[[lig]_{RV} [a]_{VT} ]_{TV} [[r]_{TMA} [ ]_{PN} ]_{FM} ]_V$  infinitivo cf. *ligar*  
 $[[[lig]_{RV} [a]_{VT} ]_{TV} [[va]_{TMA} [mos]_{PN} ]_{FM} ]_V$  imperfeito do indicativo, 1.ª pessoa plural  
 cf. *ligávamos*

# 23

## Formação de palavras: afixação

Alina Villalva

### Índice

- 23. Formação de palavras: afixação
  - 23.1. Derivação
  - 23.2. Derivação parassintética e conversão
  - 23.3. Modificação morfológica
    - 23.3.1. Sufixação avaliativa
    - 23.3.2. Prefixação
- Anexo – Sufixos derivacionais

A afixação é geralmente descrita com base nas propriedades que caracterizam os afixos envolvidos, partindo da distinção estabelecida pela posição relativa que ocupam na estrutura morfológica em que ocorrem. No português, os afixos disponíveis são *prefixos*, quando ocorrem na periferia esquerda da forma de base (cf. 1a), e *sufixos*, quando se encontram à direita da forma de base (cf. 1b):

- (1) (a) [[prefixo] [base]]<sub>forma afixada</sub>  
 ex. [[*in*]<sub>prefixo</sub> [*capaz*]<sub>base</sub>]
- (b) [[base] [sufixo]]<sub>forma afixada</sub>  
 ex. [[*natural*]<sub>base</sub> [*mente*]<sub>sufixo</sub>]

A distinção entre prefixos e sufixos não é, porém, a mais produtiva para a análise morfológica. Em primeiro lugar, esta distinção não permite a identificação dos afixos que ocupam a posição de constituinte temático nem daqueles que ocupam as posições de flexão morfológica. Estes afixos, que são sempre sufixos, constituem dois subconjuntos com propriedades distintas dos restantes sufixos (i.e. dos sufixos que permitem formar novas palavras) e também são diferentes entre si: os primeiros são especificadores morfológicos e os segundos são especificadores morfo-sintáticos.

Em segundo lugar, pode aparentemente estabelecer-se uma distinção entre prefixos e sufixos (à exceção dos já referidos sufixos temáticos e flexionais) com base no seu comportamento típico:

- (2) (a) Os **sufixos** determinam a categoria sintáctica da palavra em que ocorrem:

*form*<sub>RN</sub> → *formal*<sub>A</sub>  
*formal*<sub>RA</sub> → *formaliza*<sub>TV</sub>  
*formaliza*<sub>TV</sub> → *formalização*<sub>N</sub>

Os **prefixos** não interferem no cálculo da categoria sintáctica da palavra em que ocorrem:

*humano*<sub>A</sub> → *desumano*<sub>A</sub>  
*justo*<sub>A</sub> → *injusto*<sub>A</sub>  
*fazer*<sub>V</sub> → *refazer*<sub>V</sub>

- (b) Os **sufixos** determinam o valor das categorias morfológicas, morfo-sintácticas e morfo-semânticas relevantes:

*normal*<sub>TA</sub> → *normalizar*<sub>V 1.ª conjugação</sub>  
*normal*<sub>TA</sub> → *normalidade*<sub>N feminino</sub>  
*normal*<sub>TA</sub> → *normalidade*<sub>N massivo</sub>

Os **prefixos** não determinam o valor das categorias morfológicas, morfo-sintácticas e morfo-semânticas relevantes:

*atar*<sub>V 1.ª conjugação</sub> → *desatar*<sub>V 1.ª conjugação</sub>  
*inscrição*<sub>N feminino</sub> → *pré-inscrição*<sub>N feminino</sub>  
*inscrição*<sub>N contável</sub> → *pré-inscrição*<sub>N contável</sub>

- (b) Os **sufixos** não podem coocorrer em posições adjacentes:

\* ...[*vel*] [*vel*]]  
 \* ...[*ção*] [*ção*]]

Os **prefixos** podem coocorrer em posições adjacentes:

[[*super*] [*super*] [*interessante*]]  
 [[*re*] [[*re*] [*apreciar*]]]

Mas a existência de alguns prefixos que se comportam como sufixos <sup>(1)</sup> e, sobretudo, de sufixos que exibem o comportamento típico dos prefixos (cf. 3) mostra que a distinção em causa não dispensa o estabelecimento de outras distinções de natureza gramatical.

<sup>(1)</sup> Formas como *acaule* ou *anti-rugas* exemplificam este comportamento dos prefixos: são adjectivos derivados de nomes (respectivamente *caule* e *rugas*) por prefixação (respectivamente em *a-* e *anti-*). Estes prefixos determinam todas as propriedades gramaticais das palavras em que ocorrem, ou seja, são o núcleo destas estruturas. Estes casos não são frequentes no português.

- (3) [*dedo*]<sub>N</sub> → [*dedão*]<sub>N</sub>  
 [*pequeno*]<sub>A</sub> → [*pequenino*]<sub>A</sub>  
 [*dedo*]<sub>N</sub> → [*dedinho*]<sub>N</sub>  
 [*fino*]<sub>A</sub> → [*fininho*]<sub>A</sub>  
 [*cedo*]<sub>Adv</sub> → [*cedinho*]<sub>Adv</sub>  
 [*bocado*]<sub>N</sub> → [*bocadinhinhininho*]<sub>N</sub>

Os dados apresentados em (3) mostram que alguns sufixos, particularmente os chamados avaliativos, não determinam a categoria sintáctica, nem os valores das categorias morfológicas, morfo-sintácticas e morfo-semânticas das palavras em que ocorrem. E que, por outro lado, estes sufixos podem co-ocorrer em posições adjacentes. Conclui-se, assim, que as propriedades referidas em (2) não são atribuíveis à posição que o afixo ocupa, mas sim à função que ele desempenha na estrutura da palavra, o que justifica a distinção entre **afixos derivacionais** e **afixos modificadores**: os afixos derivacionais exibem todas as propriedades que em (2) estão listadas como propriedades típicas dos sufixos, e os afixos modificadores exibem todas as propriedades que em (2) foram atribuídas aos prefixos. Os afixos derivacionais integram, previsivelmente, estruturas de derivação (cf. 23.1) e os afixos modificadores ocorrem em estruturas de modificação morfológica (cf. 23.3).

### 23.1. Derivação

A estrutura morfológica básica apresentada no capítulo anterior descreve, tipicamente, a estrutura das palavras simples do português, em que a posição de **núcleo** é ocupada por um radical morfológicamente inanalísável. A estrutura das palavras complexas formadas por derivação corresponde a uma expansão dessa estrutura. Nestes casos, a posição de **núcleo** é ocupada por um radical complexo, formado por um afixo derivacional, que é o núcleo dessa sub-estrutura morfológica deste radical encaixado, e pelo seu complemento, que pode ser um radical, um tema ou mesmo uma palavra. A estrutura pode ser simples ou ainda complexa. Na morfologia do português, tipicamente, o complemento precede o núcleo, pelo que a derivação é quase exclusivamente um processo de sufixação <sup>(2)</sup>.

<sup>(2)</sup> Como já foi referido na nota anterior, há poucos prefixos derivacionais e a sua produtividade é baixa.



Para a caracterização dos afixos derivacionais importa, fundamentalmente, proceder à identificação das propriedades gramaticais das formas de base às quais os sufixos se associam e das formas derivadas que eles integram. Por outras palavras, a especificação lexical dos afixos derivacionais explicita o conjunto das propriedades inerentes e das propriedades de selecção que os caracteriza e que são propriedades idiossincráticas. As propriedades inerentes são aquelas que transmitirão à palavra derivada; as propriedades de selecção registam as condições em que se podem associar a uma forma de base.

Vejamos, em primeiro lugar, o que diz respeito à categoria sintáctica. Os exemplos seguintes mostram que o sufixo *-ism(o)* forma nomes, podendo associar-se a formas adjectivais, nominais ou verbais (cf. 1a); o sufixo *-iz(ar)* forma verbos, seleccionando formas adjectivais ou nominais (cf. 1b); e o sufixo *-vel* forma adjectivos, com base, exclusivamente, em temas verbais (cf. 1c):

- (1) (a) *decadent(e)*<sub>A</sub> → *decadentismo*<sub>N</sub>  
*simbol(o)*<sub>N</sub> → *simbolismo*<sub>N</sub>  
*determin(ar)*<sub>V</sub> → *determinismo*<sub>N</sub>  
 (b) *etern(o)*<sub>A</sub> → *eternizar*<sub>V</sub>  
*simbol(o)*<sub>N</sub> → *simbolizar*<sub>V</sub>  
 (c) *realiza(r)*<sub>V</sub> → *realizável*<sub>A</sub>

A categoria sintáctica dos derivados é pois calculada a partir da categoria sintáctica dos afixos derivacionais, o que explica por que razão derivados de uma mesma forma de base pertencem a diferentes categorias sintácticas:

- (2) *simbol(o)*<sub>N</sub> → *simbólico*<sub>A</sub>  
*simbol(o)*<sub>N</sub> → *simbolismo*<sub>N</sub>  
*simbol(o)*<sub>N</sub> → *simbolizar*<sub>V</sub>

A conjugação destas duas propriedades dos afixos derivacionais (i.e. a categoria sintáctica da base e a categoria sintáctica do derivado) permite obter a seguinte classificação: são afixos de adjectivalização os que formam adjectivos, de adverbialização os que formam advérbios<sup>(3)</sup>, de nominalização os que formam nomes, e de verbalização os que formam verbos. Estas quatro classes subdividem-

<sup>(3)</sup> O único afixo de adverbialização disponível no português é o sufixo *-mente* (cf. *claramente*). Por esta razão, o quadro apresentado em (3) não apresenta dados sobre adverbialização.

-se, por sua vez, em deadjectivais, denominais e deverbais, conforme seleccionam, respectivamente, bases adjectivais, nominais ou verbais. O quadro (3) apresenta alguns exemplos de sufixos pertencentes a estas diferentes categorias:

(3)

|              | adjectivalização                                                                  | nominalização                                                                                                              | verbalização                                                                   |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|
| deadjectival | <i>fraternal</i><br><i>belicista</i>                                              | <i>decadentismo</i><br><i>magreza</i><br><i>claridade</i><br><i>alegria</i>                                                | <i>eternizar</i><br><i>facilitar</i><br><i>dignificar</i><br><i>robustecer</i> |
| denominal    | <i>simbólico</i><br><i>montanhoso</i><br><i>cultural</i>                          | <i>simbolismo</i><br><i>papelaria</i><br><i>folhagem</i><br><i>cinzeiro</i><br><i>abadia</i>                               | <i>simbolizar</i><br><i>guerrear</i><br><i>ramificar</i><br><i>alvorecer</i>   |
| deverbal     | <i>realizável</i><br><i>proibitivo</i><br><i>enganador</i><br><i>interessante</i> | <i>determinismo</i><br><i>animação</i><br><i>entendimento</i><br><i>lavagem</i><br><i>organizador</i><br><i>tolerância</i> | <i>dormitar</i><br><i>escrevinhar</i>                                          |

Para além da categoria sintáctica, os afixos derivacionais, e em particular aqueles que seleccionam formas verbais, são sensíveis à estrutura temática e à estrutura de subcategorização da forma derivante, estabelecendo, com base nessa informação, algumas restrições de selecção. O sufixo *-vel*, por exemplo, associa-se, tipicamente, a verbos que seleccionam um complemento directo caracterizável como tema (cf. 4a), embora também se possa associar a verbos intransitivos, desde que o sujeito tenha o papel de tema (cf. 4b). Os exemplos em (4c) e (4d) mostram que o argumento do verbo tem de ser um sintagma nominal e tem de exibir a função de tema:

- (4) (a) *A Rita bebeu [uma coca-cola]*<sub>ODiema</sub>  
*A coca-cola é bebível*  
*O Zé Maria apresentou [um trabalho]*<sub>ODiema</sub> *na escola*  
*O trabalho estava apresentável*  
 (b) Estas pilhas vão **durar** um mês  
 Estas [pilhas]<sub>SUJtema</sub> são **duráveis**  
 Aqui [o tempo]<sub>SUJtema</sub> **varia muito**  
 Aqui o tempo é muito\***variável**

- (c) *A Vera falou com o professor [sobre o seu trabalho]<sub>SPRE<sub>Tema</sub></sub>  
\*falável*
- (d) *[A Joana]<sub>SUJ<sub>ag</sub></sub> sorriu  
\*sorrível*

Por outro lado, os sufixos derivacionais também definem a estrutura argumental dos derivados, o que é particularmente relevante nos casos de verbalização. O sufixo *-iz*, por exemplo, forma verbos transitivos, cujo objecto directo tem o papel de tema:

- (5) *-iz*: [ \_ SN<sub>Tema</sub> ]

*alfabetizar*  
*calendarizar*  
*concretizar*  
*eucaliptizar*  
*exteriorizar*  
*modernizar*  
*suavizar*

Dados como os de (6) permitem ainda constatar que a estrutura temática dos derivados é determinada pelo sufixo derivacional a partir da estrutura temática da forma derivante (\*):

- (6) (a) *Os estudantes organizaram uma manifestação*  
*A organização da manifestação (pelos estudantes) deu muito trabalho*  
*Os organizadores da manifestação estão reunidos*  
*As manifestações são organizadas pelos estudantes*  
*As manifestações são organizáveis*
- (b) *Vou lavar o casaco*  
*O casaco é lavável*
- (c) *A água da fonte é pura*  
*Não é preciso purificar a água da fonte*

(\*) Sobre esta questão, ver também as secções 23.2 e 23.3.

- (d) *Esta saia está larga*  
*A saia alargou*  
*A Maria alargou a saia*
- (e) *O dicionário é muito útil*  
*A utilidade do dicionário é inegável*

Uma outra restrição de selecção imposta pelos afixos derivacionais diz respeito à categoria morfológica da forma de base. Com efeito, a postulação de três níveis hierárquicos na estrutura básica das palavras (i.e. radical, tema e palavra) não se justifica, apenas, na sua adequação descritiva: os diversos processos de sufixação derivacional reconhecem essa distinção, integrando-a nas suas restrições de selecção. Esta opção é observável a partir do seguinte conjunto de exemplos:

- (7) (a) *fratern<sub>RA</sub> → fraternal<sub>A</sub>*  
*cert<sub>RA</sub> → certeza<sub>N</sub>*  
*dign<sub>RA</sub> → dignificar<sub>V</sub>*  
*gordur<sub>RN</sub> → gorduroso<sub>A</sub>*  
*livr<sub>RN</sub> → livraria<sub>N</sub>*  
*espaç<sub>RV</sub> → espacejar<sub>V</sub>*  
*intruj<sub>RV</sub> → intrujão<sub>N</sub>*  
*salt<sub>RV</sub> → saltitar<sub>V</sub>*
- (b) *discuti<sub>TV</sub> → discutível<sub>A</sub>*  
*cura<sub>TV</sub> → curativo<sub>A</sub>*  
*continua<sub>TV</sub> → continuação<sub>N</sub>*  
*segui<sub>TV</sub> → seguidor<sub>N</sub>*  
*espaceja<sub>TV</sub> → espacejamento<sub>N</sub>*  
*bebe<sub>TV</sub> → bebedouro<sub>N</sub>*
- (c) *clara<sub>A</sub> → claramente<sub>Adv</sub>*

Os dados de (7a) mostram alguns sufixos que seleccionam radicais: *-al*, *-ez(a)* e *-ific(ar)* associam-se a radicais adjectivais; *-os(o)*, *-ari(a)* e *-ej(ar)* escolhem radicais nominais; *-ão* e *-it(ar)* juntam-se a radicais verbais.

Os sufixos derivacionais que seleccionam radicais como forma de base são

os únicos que podem associar-se a formas pertencentes a diferentes categorias sintáticas:

- (8) *formal*<sub>RA</sub> → *formalismo*  
*raç*<sub>RN</sub> → *racismo*  
*human*<sub>R[+N] (5)</sub> → *humanismo*  
*determin*<sub>RV</sub> → *determinismo*

Os dados de (7b) mostram sufixos que seleccionam temas e mostram também que estas formas de base são sempre temas verbais: todos os sufixos que seleccionam formas temáticas (e.g. *-vel*, *-tivo*, *-ção*, *-dor*, *-mento*, *-douro*) ocorrem em formas derivadas deverbiais. Como já foi referido, nestes casos os sufixos devem especificar a subclasse de tema verbal que seleccionam. O tema verbal do infinitivo é seleccionado por um grande número de sufixos (cf. 9a), o tema verbal do passado é seleccionado por *-ção*, *-mento* e *-vel* (cf. 9b) e o tema verbal do presente é seleccionado por *-ndo* e *-ncia* (cf. 9c):

- (9) (a) *-dor* *domina(r)* → *dominador*  
*responde(r)* → *respondedor* cf. *\*respondidor*  
*transferi(r)* → *transferidor* cf. *\*transferedor*  
*-dela* *espia(r)* → *espiadela*  
*varre(r)* → *varredela* cf. *\*varridela*  
*cuspi(r)* → *cuspidela* cf. *\*cuspedela*  
*-deira* *torra(r)* → *torradeira*  
*bate(r)* → *batedeira* cf. *\*batideira*  
*frigi(r)* → *frigideira* cf. *\*frigideira*  
*-dio* *resvala(r)* → *resvaladio*  
*corre(r)* → *corredio* cf. *\*corridio*  
*fugi(r)* → *fugidio* cf. *\*fugedio*  
*-dura* *belisca(r)* → *beliscadura*  
*coze(r)* → *cozedura* cf. *\*cozidura*  
*poli(r)* → *polidura* cf. *\*poledura*  
*-nte* *domina(r)* → *dominante*  
*corresponde(r)* → *correspondente* cf. *\*correspondinte*  
*pedi(r)* → *pedinte* cf. *\*pedinte*

(5) R[+N] identifica o radical de palavras que ocorrem quer como adjectivos quer como nomes.

- (b) *-ção* *educa(do)* → *educação*  
*perdi(do)* → *perdição* cf. *\*perdeção*  
*demoli(do)* → *demolição* cf. *\*demoleção*  
*-mento* *aperfeçoa(do)* → *aperfeiçoamento*  
*adormeci(do)* → *adormecimento* cf. *\*adormecimento*  
*descobri(do)* → *descobrimento* cf. *\*descobramento*  
*-vel* *domina(do)* → *dominável*  
*repondi(do)* → *respondível* cf. *\*respondével*  
*transferi(do)* → *transferível* cf. *\*transferével*  
(c) *-ndo* *educa* → *educando*  
*elege* → *elegendo*  
*divide* → *dividendo* cf. *\*dividindo*  
*-ncia* *domina* → *dominância*  
*corresponde* → *correspondência*  
*transfere* → *transferência* cf. *\*transferência*

Por último, o exemplo registado em (7c) mostra um sufixo que selecciona uma palavra como forma de base. O único sufixo derivacional do português que tem este comportamento é o sufixo *-mente*, que selecciona adjectivos femininos ou invariáveis em género (6) (cf. 10a) e flexionados no singular (cf. 10b). Note-se que quando a forma de base é um adjectivo derivado em *-vel*, é essa a forma do sufixo que ocorre, porque essa é a forma que o sufixo assume quando está em posição final de palavra. Nos casos em que o adjectivo derivado em *-vel* é seleccionado por sufixos que se associam a radicais adjectivais, o sufixo ocorre com a forma *-bil* (cf. 10c).

- (10) (a) *claramente* cf. *\*claramente*  
*presentemente*  
(b) *amavelmente* cf. *\*amavei(s)mente*  
(c) *amavelmente* cf. *amabilidade*

Note-se que estes são os únicos derivados em que a vogal tónica da forma de base fica imune aos efeitos do vocalismo átono (7):

(6) *Portuguesmente*, que é um contra-exemplo à restrição enunciada, é uma palavra lexicalizada: a sua formação ocorreu, certamente, num momento em que o sufixo *-ês* não admitia contrastes de género.

(7) Os sufixos z-avaliativos provocam um efeito semelhante, mas não são sufixos derivacionais — são modificadores e deles se ocupará a secção 23.3.1.

- (11) *clar*<sub>RA</sub> → *cl[e]ridade*<sub>N</sub>  
*clara*<sub>A</sub> → *cl[a]ramente*<sub>Adv</sub>

Note-se ainda que só neste caso, ou seja, quando a forma de base é uma palavra, é que a coordenação de derivados permite a supressão do sufixo do primeiro termo coordenado:

- (12) *seca e apressadamente*

Os exemplos anteriores mostram também que a categoria morfológica da sequência resultante da adição de um sufixo derivacional a uma forma de base é invariavelmente um radical: trata-se do radical derivado que, na estrutura básica das palavras, ocupa a mesma posição que o radical das palavras simples.

Quanto às restantes propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas dos derivados, elas são definidas para cada classe de palavras. Assim, aos sufixos de nominalização compete a determinação do género dos derivados:

- (13) (a) *raç*<sub>RN feminino</sub> → *racismo*<sub>N masculino</sub>  
*capital*<sub>RN masculino</sub> → *capitalismo*<sub>N masculino</sub>
- (b) *dignifica*<sub>TV</sub> → *dignificação*<sub>N feminino</sub>  
*dinamiza*<sub>TV</sub> → *dinamização*<sub>N feminino</sub>  
*fundamenta*<sub>TV</sub> → *fundamentação*<sub>N feminino</sub>  
*articula*<sub>TV</sub> → *articulação*<sub>N feminino</sub>  
*ensurdeci*<sub>TV</sub> → *ensurdecimento*<sub>N masculino</sub>  
*condiciona*<sub>TV</sub> → *condicionamento*<sub>N masculino</sub>  
*trajeja*<sub>TV</sub> → *trajejamento*<sub>N masculino</sub>  
*congela*<sub>TV</sub> → *congelamento*<sub>N feminino</sub>  
*congela*<sub>TV</sub> → *congelamento*<sub>N masculino</sub>  
*desloca*<sub>TV</sub> → *deslocação*<sub>N feminino</sub>  
*desloca*<sub>TV</sub> → *deslocamento*<sub>N masculino</sub>

Os sufixos de nominalização também definem os valores de traços morfo-semânticos, como [± animado] e [± contável]. Formas como *cinzeiro* e *mosquiteiro* mostram que esses valores não podem ser calculados a partir do valor que possuem na forma de base:

- (14) *folh*<sub>RN[+cont]</sub> → *folhagem*<sub>N[-cont]</sub>  
*cinz*<sub>RN[-cont]</sub> → *cinzeiro*<sub>N[+cont]</sub>  
*mosquit*<sub>RN[+cont]</sub> → *mosquiteiro*<sub>N[+cont]</sub>  
*can*<sub>RN[+anim]</sub> → *canil*<sub>N[-anim]</sub>  
*jornal*<sub>RN[-anim]</sub> → *jornalista*<sub>N[+anim]</sub>

Aos sufixos de adjectivalização compete a especificação da possibilidade de variação em género:

- (15) *horror*<sub>RN feminino</sub> → *horroroso*<sub>A masculino</sub> / *horrorosa*<sub>A feminino</sub>  
*temi*<sub>TV</sub> → *temível*<sub>A invariável</sub>

Os sufixos de verbalização especificam a conjugação a que o verbo derivado pertence:

- (16) *modern*<sub>RA</sub> → *modernizar*<sub>V 1.ª conjugação</sub>  
*robust*<sub>RA</sub> → *robustecer*<sub>V 2.ª conjugação</sub>

Note-se, por último, que a derivação é um processo recursivo: o complemento seleccionado por um afixo derivacional pode ser, ele próprio, uma forma derivada. É o que se verifica em casos como *formalização*. Os exemplos seguintes permitem, aliás, constatar que a presença de alguns sufixos potencia a ocorrência de outros:

- (17) *ific(a)* { *ção* cf. *dignificação, planificação*  
*dor* cf. *falsificador, purificador*  
*vel* cf. *justificável, falsificável*
- iz(a)* { *ção* cf. *formalização, modernização*  
*dor* cf. *realizador, colonizador*  
*vel* cf. *uniformizável, canalizável*
- ec(i)e)* { *mento* cf. *envelhecimento, favorecimento*  
*dor* cf. *endurecedor, esclarecedor*

Os sufixos derivacionais que participam em palavras com uma estrutura composicional, e que, conseqüentemente, poderão ser utilizados na formação de novas palavras, estão listados no anexo que se encontra no final deste capítulo.

## 23.2. Derivação parassintética e conversão

No domínio da formação de palavras por derivação há um tipo particular, com características distintas da sufixação derivacional — é a parassíntese. A derivação parassintética, que pode ser exemplificada por formas como *enfraquecer* ou *esbracejar*, é particularmente frequente na formação de verbos deadjectivais ou denominais, embora também se verifiquem alguns casos de adjectivalização:

- (1) *en* [fraqu]<sub>RA</sub> *ecer*  
*es* [braç]<sub>RN</sub> *ejar*  
*en* [son]<sub>RN</sub> *ado/a*

Geralmente, a parassíntese é descrita como um processo de prefixação e sufixação simultâneas<sup>(8)</sup>, dado que tanto a prefixação da forma de base quanto a sua sufixação geram formas não atestadas na língua:

- (2) \**enfraco/a*<sub>A</sub> \**fraquecer*<sub>V</sub>  
\**esbraço*<sub>N</sub> \**bracejar*<sub>V</sub>  
\**ensono*<sub>N</sub> \**sonado/a*<sub>A</sub>

De acordo com esta descrição, a estrutura das formas parassintéticas é uma estrutura ternária. Note-se, porém, que os sufixos que integram as formas parassintéticas também permitem formar verbos por simples sufixação, ou seja, nenhum dos sufixos que ocorre na parassíntese é exclusivo da parassíntese ou inexistente em estruturas de derivação não parassintética<sup>(9)</sup>:

- (3) *pent*<sub>RN</sub> → *pentear*  
*escur*<sub>RA</sub> → *escurecer*  
*pestan*<sub>RN</sub> → *pestanear*  
*fragil*<sub>RA</sub> → *fragilizar*

Por outro lado, os exemplos seguintes mostram que algumas formas parassintéticas não integram qualquer sufixo derivacional. Presente no verbo parassintético está simplesmente a sequência *-ar*, que é constituída pela vogal temática<sup>(10)</sup> e por um sufixo de flexão:

- (4) (a) *lis*<sub>RA</sub> → *a lis ar*  
*brav*<sub>RA</sub> → *des brav ar*  
*gord*<sub>RA</sub> → *en gord ar*  
*fri*<sub>RA</sub> → *es fri ar*
- (b) *camp*<sub>RN</sub> → *a camp ar*  
*tron*<sub>RN</sub> → *des tron ar*  
*barc*<sub>RN</sub> → *em barc ar*  
*farel*<sub>RN</sub> → *es farel ar*  
*patri*<sub>RN</sub> → *ex patri ar*  
*fog*<sub>RN</sub> → *re fog ar*

Os dados de (4) permitem por isso aproximar a parassíntese da formação de verbos por **conversão**<sup>(11)</sup>: o que distingue a conversão da parassíntese é justamente a presença de um prefixo nesta última. Num caso e noutro, o radical adjectival ou nominal é integrado numa nova categoria sintáctica, sem qualquer alteração formal. A nova categoria desse radical determina qual o constituinte temático que o acompanhará e como flexionará:

- (5) *olh*<sub>RN</sub> *o* *olh*<sub>RV</sub> *ar*  
*rem*<sub>RN</sub> *o* *rem*<sub>RV</sub> *ar*

Quanto aos prefixos que integram as estruturas parassintéticas, eles não formam um conjunto homogéneo. Aqueles que detêm uma função semântica compositiva são prefixos independentemente existentes no português (cf. 6a), os restantes, que têm uma mera função fática, de reforço expressivo, não ocorrem em nenhuma outra construção morfológica do português (cf. 6b):

<sup>(10)</sup> Todos os parassintéticos com esta estrutura são verbos da primeira conjugação.

<sup>(11)</sup> Esta designação é utilizada em substituição de 'derivação regressiva' e de 'derivação imprópria', dado que estes tipos de formação de palavras não têm qualquer semelhança com os processos derivacionais canónicos, que têm nos afixos uma componente nuclear. A distinção entre 'derivação regressiva' e 'derivação imprópria' advém do facto de, no primeiro caso, a conversão afectar um radical (cf. *chor*<sub>RV</sub>), gerando um radical de outra categoria sintáctica (cf. *chor*<sub>RN</sub>) que necessitará dos seus especificadores para ocorrer como palavra (cf. *choro*<sub>N</sub>), enquanto que, no segundo caso, a conversão afecta palavras (cf. *olhar*<sub>V</sub>), gerando uma palavra pertencente a uma outra categoria sintáctica (cf. *olhar*<sub>N</sub>).

- (6) (a) *descafeinar*  
descaroçar
- (b) *abrilhantar*  
embeleazar  
esbranquiçar

Paralelamente, verifica-se que os verbos parassintéticos coexistem, em alguns casos, com verbos em que o prefixo não está presente, ainda que sejam frequentemente assinalados, (nos dicionários <sup>(12)</sup>, como 'arcaísmos' ou 'provincianismos'. Geralmente, o valor semântico é idêntico (cf. 7a). Este contraste é também visível em pares de formas pertencentes a diferentes sincronias do português (cf. 7b), em formas pertencentes a diferentes variedades do português (cf. 7c) e em formas cognatas que, em línguas diferentes, podem ocorrer ou não como parassintéticos (cf. 7d):

- (7) (a) *aparafusar*    *parafusar*  
*emoldurar*    *moldurar*  
*encaracolar*    *caracolar*    cf. *caracolear*  
*escavacar*    *cavacar*    cf. *cavaquear*  
*engravidar*    *gravidar*  
*elanguescer*    *languescer*  
*enquadrar*    *quadrar*  
*esfarrapar*    *farrapar*

- (b) *apacificar* <sup>(13)</sup>    *pacificar*
- (c) *baralhar*    *embaralhar* <sup>(14)</sup>  
*gatinhar*    *engatinhar* <sup>(15)</sup>

(d)

| Português         | Castelhano         | Francês            | Inglês        |
|-------------------|--------------------|--------------------|---------------|
| <i>abotoar</i>    | <i>abotonar</i>    | <i>boutonner</i>   | <i>button</i> |
| <i>enriquecer</i> | <i>enriquecer</i>  | <i>enrichir</i>    | <i>enrich</i> |
| <i>aprofundar</i> | <i>profundizar</i> | <i>approfondir</i> | -----         |

<sup>(12)</sup> Os dados aqui registados foram recolhidos no DLP.

<sup>(13)</sup> Esta forma ocorre na carta de Pêro Vaz de Caminha (1500).

<sup>(14)</sup> Forma atestada no português do Brasil.

<sup>(15)</sup> Forma atestada no português do Brasil.

Note-se que o inverso de (7a), ou seja, a coexistência de um verbo simples com um parassintético estranho à norma do português, está igualmente atestado:

- (8) *baixar*    *abaixar*  
*calcar*    *acalcar*  
*limpar*    *alimpar*  
*mandar*    *amandar*

Pode, pois, admitir-se que os verbos referidos em (4) são derivados por conversão (a partir de um radical adjectival ou nominal), tal como os de (5), mas no primeiro caso a adunção do prefixo é obrigatória. Ao prefixo compete a actualização de um radical verbal possível mas inexistente no léxico do português num radical verbal possível e existente.

As combinações de prefixos e sufixos, ou prefixo e conversão, que participam em estruturas parassintéticas verbais são as seguintes:

(9)

| Base adjectival | -e-                 | -ec-               | -ej-              | Sem sufixo       |
|-----------------|---------------------|--------------------|-------------------|------------------|
| <i>a-</i>       | <i>aformosear</i>   | <i>amolecer</i>    | <i>anegrejar</i>  | <i>alisar</i>    |
| <i>des-</i>     |                     | <i>desbastecer</i> |                   | <i>desbravar</i> |
| <i>en-/em-</i>  | <i>engalhardear</i> | <i>empalidecer</i> | <i>enverdejar</i> | <i>encurtar</i>  |
| <i>es-</i>      | <i>esverdear</i>    | <i>esclarecer</i>  | <i>esbravejar</i> | <i>esfriar</i>   |
| <i>re-</i>      | <i>relouquear</i>   |                    |                   | <i>requentar</i> |

| Base nominal   | -e-               | -ec-               | -ej-                | -iz-               | Sem sufixo         |
|----------------|-------------------|--------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| <i>a-</i>      | <i>asenhorear</i> | <i>anoitecer</i>   | <i>apedrejar</i>    | <i>aterrorizar</i> | <i>abastardar</i>  |
| <i>des-</i>    | <i>descantear</i> |                    | <i>descasquejar</i> | <i>desratizar</i>  | <i>descafeinar</i> |
| <i>en-/em-</i> | <i>enlamear</i>   | <i>enraivecer</i>  | <i>encarvoejar</i>  | <i>encolerizar</i> | <i>embeleazar</i>  |
| <i>es-</i>     | <i>esfaquear</i>  | <i>espavorecer</i> | <i>esbracejar</i>   | <i>espavorizar</i> | <i>espalmar</i>    |
| <i>ex-</i>     |                   |                    |                     |                    | <i>expatriar</i>   |
| <i>re-</i>     | <i>recensear</i>  |                    |                     |                    | <i>repatriar</i>   |

### 23.3. Modificação morfológica

As estruturas de modificação podem ser exemplificadas pelas seguintes formas, geradas respectivamente por sufixação (1a) e por prefixação (1b):

- (1) (a) *livrinho*  
*pijamina*  
*pãozinho*  
*pijamazinho*  
*interessantíssimo*

- (b) *injusto*  
*desligar*  
*recomeçar*  
*pré-história*  
*super-interessante*

Os afixos modificadores formam um conjunto autónomo, dado que o seu comportamento é distinto do comportamento dos afixos derivacionais: os afixos modificadores não determinam as propriedades gramaticais das formas que integram, competindo-lhes, exclusivamente, alterar a informação semântica do núcleo. Veja-se, por exemplo, que a categoria sintáctica da forma de base e a categoria sintáctica da forma que contém o sufixo *-inho* é sempre a mesma: quando se associa a um adjectivo gera um adjectivo, quando se associa a um nome gera um nome, quando se associa a um advérbio gera um advérbio.

- (2) *barato*<sub>A</sub> → *baratinho*<sub>A</sub>  
*sino*<sub>N</sub> → *sininho*<sub>N</sub>  
*cedo*<sub>Adv</sub> → *cedinho*<sub>Adv</sub>

De igual modo, os afixos modificadores preservam as propriedades morfo-sintácticas das formas de base, como a conjugação dos verbos ou o género dos nomes:

- (3) (a) *atacar* <sub>V 1.ª conjugação</sub> → *contra-atacar* <sub>V 1.ª conjugação</sub>  
*ver* <sub>V 2.ª conjugação</sub> → *rever* <sub>V 2.ª conjugação</sub>  
*polir* <sub>V 3.ª conjugação</sub> → *despolir* <sub>V 3.ª conjugação</sub>

- (b) *casa* <sub>N feminino</sub> → *casinha* <sub>N feminino</sub>  
*livro* <sub>N masculino</sub> → *livrinho* <sub>N masculino</sub>  
*marido* <sub>N masculino</sub> → *ex-marido* <sub>N masculino</sub>  
*mulher* <sub>N feminino</sub> → *ex-mulher* <sub>N feminino</sub>

Este comportamento dos afixos modificadores mostra que o processo em que participam é um processo de *adjunção*: os afixos modificadores associam-se a uma forma de base, um radical ou uma palavra, constituinte que se mantém como núcleo dessa estrutura morfológica. Não devem, pois, os afixos modificadores ser confundidos com os afixos derivacionais que geram palavras cuja categoria sintáctica é idêntica à da forma de base. Na derivação, o afixo assume a função de núcleo do derivado, determinando não só a categoria sintáctica, como todas as propriedades gramaticais dos derivados (i.e. género, conjugação, traços semânticos, etc). E não devem sobretudo, os afixos modificadores ser confundidos com os afixos derivacionais isocategoriais, cujo comportamento pode ser observado a partir do seguinte conjunto de exemplos:

- (4) *-aça* <sub>[[calor]<sub>RN masculino</sub> aça]<sub>N feminino</sub>  
<sub>[[car]<sub>RN feminino</sub> aça]<sub>N feminino</sub></sub></sub>
- agem* <sub>[[folh]<sub>RN feminino, contável</sub> agem]<sub>N feminino, massivo</sub></sub>
- ário* <sub>[[estagi]<sub>RN masculino, inanimado</sub> ário]<sub>N masculino, humano</sub></sub>
- ia* <sub>[[abad]<sub>RN masculino, humano</sub> ia]<sub>N feminino, inanimado</sub></sub>
- inhar* <sub>[[escrev]<sub>RV 2.ª conjugação</sub> inhar]<sub>V 1.ª conjugação</sub></sub>
- ismo* <sub>[[simbol]<sub>RN masculino</sub> ismo]<sub>N masculino</sub>  
<sub>[[decadent]<sub>RA</sub> ismo]<sub>N masculino</sub>  
<sub>[[determin]<sub>RV</sub> ismo]<sub>N masculino</sub></sub></sub></sub>

A modificação morfológica abrange diversos processos morfo-semânticos, destacando-se, pela sua produtividade, a sufixação avaliativa, que inclui a formação dos chamados aumentativos e diminutivos e do superlativo absoluto sintético dos adjectivos, e alguns tipos de prefixação. Estes processos serão descritos nas duas secções seguintes.

### 23.3.1. Sufixação avaliativa

Os dados de (1a) exemplificam os casos típicos de sufixos modificadores: trata-se, exclusivamente, dos chamados sufixos diminutivos, aumentativos e dos sufixos de grau. Tendo em conta que a descrição da interpretação semântica das palavras que estes sufixos integram é complexa, não se esgotando na expressão de dimensões (que os termos diminutivo e aumentativo consagram), e admitindo que, qualquer que seja o efeito concreto da adjunção de um destes afixos, todos eles exprimem um juízo de valor do locutor relativamente ao conteúdo semântico da forma de base, adopta-se, para os identificar, a designação de avaliativos. Uma das questões mais interessantes relacionadas com a morfologia dos avaliativos diz respeito à existência de duas séries paralelas de sufixos, que se distinguem pela ausência ou presença da consoante [z] no início da sequência. Considerem-se os seguintes exemplos:

- (5) (a) *-inho* cf. *livrinho*  
       *-zinho* cf. *bombonzinho*
- (b) *-ito* cf. *carrito*  
       *-zito* cf. *pãozito*
- (c) *-ão* cf. *dedão*  
       *-zão* cf. *pezão*

Tradicionalmente, esta consoante é considerada como um elemento de ligação que, sob certas condições, se interpõe entre a forma de base e o sufixo. Na verdade, trata-se de diferentes sufixos, dado que as formas de base a que se associam exibem diferentes propriedades. Estes diferentes sufixos tomam o nome de **sufixos avaliativos** e **sufixos z-avaliativos**.

O principal contraste entre estes dois tipos de sufixos está relacionado com a categoria morfológica da forma de base: os sufixos avaliativos associam-se a radicais, enquanto que os sufixos z-avaliativos se associam a palavras.

Note-se que o índice temático das formas que contêm um sufixo avaliativo é o índice temático da forma de base (cf. 6a), quando a forma de base é uma palavra de tema em *-a* ou de tema em *-o*, independentemente do seu valor de género. Pelo contrário, quando está presente um sufixo z-avaliativo, o índice temático da forma de base ocorre na sua posição original, e o sufixo z-avaliativo é especificado por um índice temático próprio, determinado pelo valor de género da base (cf. 6b):

- (6) (a) *livr*<sub>RN masculino</sub>      *inh*      *o*<sub>N masculino</sub>  
       *canet*<sub>RN feminino</sub>      *inh*      *a*<sub>N feminino</sub>  
       *pijam*<sub>RN masculino</sub>      *inh*      *a*<sub>N masculino</sub>  
       *trib*<sub>RN feminino</sub>      *inh*      *o*<sub>N feminino</sub>
- (b) *livr*<sub>RN masculino</sub>      *o*      *zinh*      *o*<sub>N masculino</sub>  
       *canet*<sub>RN feminino</sub>      *a*      *zinh*      *a*<sub>N feminino</sub>  
       *pijam*<sub>RN masculino</sub>      *a*      *zinh*      *o*<sub>N masculino</sub>  
       *trib*<sub>RN feminino</sub>      *o*      *zinh*      *a*<sub>N feminino</sub>

Quando a forma de base é uma palavra de tema em *-e* ou de tema  $\emptyset$ , tanto o sufixo avaliativo como o sufixo z-avaliativo são especificados por um índice temático que concorda com o valor de género da base, sendo *-a* para o feminino e *-o* para o masculino:

- (7) (a) *sabonet*<sub>RN masculino</sub>      *inh*      *o*<sub>N masculino</sub>  
       *sement*<sub>RN feminino</sub>      *inh*      *a*<sub>N feminino</sub>  
       *papel*<sub>RN masculino</sub>      *inh*      *o*<sub>N masculino</sub>  
       *espiral*<sub>RN feminino</sub>      *inh*      *a*<sub>N feminino</sub>
- (b) *sabonet*<sub>RN masculino</sub>      *e*      *zinh*      *o*<sub>N masculino</sub>  
       *papel*<sub>RN masculino</sub>       $\emptyset$       *zinh*      *o*<sub>N masculino</sub>  
       *espiral*<sub>RN feminino</sub>       $\emptyset$       *zinh*      *a*<sub>N feminino</sub>

Note-se, por outro lado, que a forma de base seleccionada pelos sufixos z-avaliativos exhibe contrastes de género e de número, contrariamente ao que se verifica com os sufixos avaliativos:

- (8) *nuinho*      *nuzinho*  
       *nuinha*      *nuazinha*  
       *animalinho*      *animalzinho*  
       *animalinhos*      *animaizinhos*

Por último, nas palavras que integram um sufixo z-avaliativo, a vogal tónica da forma de base é preservada, contrariamente ao que sucede nas formas que integram sufixos avaliativos. Neste caso, a vogal tónica da forma de base está sujeita ao processo geral de elevação das vogais átonas:



|     |                  |              |
|-----|------------------|--------------|
| (9) | <i>d[i]d</i>     | <i>inho</i>  |
|     | <i>d[e]do</i>    | <i>zinho</i> |
|     | <i>p[i]rn</i>    | <i>inha</i>  |
|     | <i>p[ε]rna</i>   | <i>zinha</i> |
|     | <i>palh[ε]c</i>  | <i>inho</i>  |
|     | <i>palh[a]ço</i> | <i>zinho</i> |
|     | <i>esc[u]v</i>   | <i>inha</i>  |
|     | <i>esc[o]va</i>  | <i>zinha</i> |
|     | <i>s[u]l</i>     | <i>inho</i>  |
|     | <i>s[ɔ]l</i>     | <i>zinho</i> |

Aparentemente, a coexistência dos sufixos avaliativos e z-avaliativos duplica os recursos disponíveis, mas o que se verifica é que o uso preferencial parece ser sensível a dois factores: o número de sílabas da forma de base e o universo semântico a que essas formas pertencem. Os sufixos avaliativos são preferidos por bases com menor número de sílabas e um elevado índice de ocorrência no vocabulário do quotidiano; os sufixos z-avaliativos são preferidos nos restantes casos:

|      |                        |                                          |
|------|------------------------|------------------------------------------|
| (10) | <i>livrinho</i>        | cf. * <sup>f?</sup> <i>livrozinho</i>    |
|      | <i>cadeirinha</i>      | cf. * <sup>f?</sup> <i>cadeirazinha</i>  |
|      | <i>percursozinho</i>   | cf. * <sup>f?</sup> <i>percursinho</i>   |
|      | <i>rendimentozinho</i> | cf. * <sup>f?</sup> <i>rendimentinho</i> |

As preferências acima referidas permitem, no entanto, que em muitos casos a escolha resulte apenas dos gostos ou dos hábitos linguísticos dos falantes, sobretudo quando se trata de palavras de tema em *-e* ou de tema  $\emptyset$ :

|      |                    |    |                      |
|------|--------------------|----|----------------------|
| (11) | <i>dinheirinho</i> | vs | <i>dinheirozinho</i> |
|      | <i>almofadinha</i> | vs | <i>almofadazinha</i> |
|      | <i>bifinho</i>     | vs | <i>bifezinho</i>     |
|      | <i>postalinho</i>  | vs | <i>postalzinho</i>   |

A única restrição atestada é a que impede a adição de sufixos avaliativos a palavras atemáticas:

|      |                     |                        |
|------|---------------------|------------------------|
| (12) | * <i>caféinho</i>   | cf. <i>cafezinho</i>   |
|      | * <i>ladrãoinho</i> | cf. <i>ladrãozinho</i> |
|      | * <i>cacauinho</i>  | cf. <i>cacauzinho</i>  |

Note-se que *-inho* e *-zinho* não são os únicos sufixos deste tipo disponíveis no português. Estes são talvez os mais frequentes em alguns dialectos, nomeadamente no dialecto de Lisboa, mas os recursos são mais extensos. Não são, no entanto, tão extensos quanto o habitualmente referido, dado que as listagens disponíveis integram sufixos que não cabem na definição aqui apresentada de afixos modificadores. Considerem-se os seguintes exemplos:

|      |     |                              |                             |
|------|-----|------------------------------|-----------------------------|
| (13) | (a) | <i>film</i><br>RN masculino  | <i>aço</i><br>N masculino   |
|      |     | <i>febr</i><br>RN feminino   | <i>aço</i><br>N masculino   |
|      |     | <i>carr</i><br>RN masculino  | <i>ão</i><br>N masculino    |
|      |     | <i>pern</i><br>RN feminino   | <i>ão</i><br>N masculino    |
|      |     | <i>rapaz</i><br>RN masculino | <i>ote</i><br>N masculino   |
|      |     | <i>caix</i><br>RN feminino   | <i>ote</i><br>N masculino   |
|      |     | <i>dram</i><br>RN masculino  | <i>alhão</i><br>N masculino |
|      |     | <i>fac</i><br>RN feminino    | <i>alhão</i><br>N masculino |
|      | (b) | <i>peit</i><br>RN masculino  | <i>aça</i><br>N feminino    |
|      |     | <i>cen</i><br>RN feminino    | <i>aça</i><br>N feminino    |
|      |     | <i>molh</i><br>RN masculino  | <i>anga</i><br>N feminino   |
|      |     | <i>unh</i><br>RN feminino    | <i>anga</i><br>N feminino   |
|      |     | <i>beij</i><br>RN masculino  | <i>oca</i><br>N feminino    |
|      |     | <i>pern</i><br>RN feminino   | <i>oca</i><br>N feminino    |
|      |     | <i>dent</i><br>RN masculino  | <i>ola</i><br>N feminino    |
|      |     | <i>graç</i><br>RN feminino   | <i>ola</i><br>N feminino    |

Os dados de (13) mostram que estes sufixos definem o valor de género (cf. *caixote*, *peitaça*), pelo que são sufixos derivacionais, responsáveis pela formação de hipónimos: *caixote* é um 'tipo de caixa', *peitaça* é um 'tipo de peito'. Estes sufixos são muito numerosos, mas pouco produtivos:

|      |                 |   |                  |
|------|-----------------|---|------------------|
| (14) | <i>casa</i>     | → | <i>casebre</i>   |
|      | <i>folha</i>    | → | <i>folheto</i>   |
|      | <i>guitarra</i> | → | <i>guitarréu</i> |
|      | <i>bife</i>     | → | <i>bifana</i>    |
|      | <i>bolo</i>     | → | <i>bolacha</i>   |
|      | <i>carro</i>    | → | <i>carroça</i>   |
|      | <i>livro</i>    | → | <i>livrete</i>   |
|      | <i>cravo</i>    | → | <i>cravina</i>   |
|      | <i>giesta</i>   | → | <i>giestelo</i>  |
|      | <i>abelha</i>   | → | <i>abelhuco</i>  |

|        |   |          |
|--------|---|----------|
| aranha | → | aranhiço |
| cabra  | → | cabrão   |
| galo   | → | galinha  |
| lebre  | → | lebracho |
| mosca  | → | moscardo |

O contraste entre avaliativos e estes sufixos derivacionais pode, ainda, ser visto a partir do conjunto de formas em (15). Nestes exemplos verifica-se que a interpretação semântica das palavras em que está presente o sufixo avaliativo (i.e. *-ona*) é muitíssimo mais previsível do que a interpretação das palavras onde está presente o sufixo derivacional (i.e. *-ão*):

|      |                |                  |                 |
|------|----------------|------------------|-----------------|
| (15) | <i>caixa</i>   | <i>caixona</i>   | <i>caixão</i>   |
|      | <i>carta</i>   | <i>cartona</i>   | <i>cartão</i>   |
|      | <i>flor</i>    | <i>florona</i>   | <i>florão</i>   |
|      | <i>garrafa</i> | <i>garrafona</i> | <i>garrafão</i> |
|      | <i>palavra</i> | <i>palavrona</i> | <i>palavrão</i> |
|      | <i>porta</i>   | <i>portona</i>   | <i>portão</i>   |
|      | <i>pulga</i>   | <i>pulgona</i>   | <i>pulgão</i>   |

Note-se ainda que só os sufixos avaliativos podem dispor de sufixos concorrentes z-avaliativos:

|      |     |                    |                                         |
|------|-----|--------------------|-----------------------------------------|
| (16) | (a) | <i>mulheraça</i>   | <i>mulherzaça</i>                       |
|      |     | <i>lojeca</i>      | <i>lojazeca</i>                         |
|      |     | <i>livrinho</i>    | <i>livrozinho</i>                       |
|      |     | <i>carrito</i>     | <i>carrozito</i>                        |
|      |     | <i>vidoca</i>      | <i>vidazoca</i>                         |
|      |     | <i>mulherona</i>   | <i>mulherzona</i>                       |
|      |     | <i>ilhota</i>      | <i>ilhazota</i>                         |
|      |     | <i>anelucho</i>    | <i>anelzucho</i>                        |
|      | (b) | <i>riacho</i>      | * <i>riozacho</i>                       |
|      |     | <i>gentalha</i>    | * <i>gentezalha</i>                     |
|      |     | <i>casebre</i>     | * <i>casazebre</i>                      |
|      |     | <i>fitilho</i>     | * <i>fitazilha</i> / * <i>fitazilho</i> |
|      |     | <i>festim</i>      | * <i>festazim</i>                       |
|      |     | <i>quintalório</i> | * <i>quintalzório</i>                   |
|      |     | <i>dentuça</i>     | * <i>dentezuço</i> / * <i>dentezuça</i> |

### 23.3.2. Prefixação

Como já foi dito, os prefixos modificadores são afixos que não determinam a categoria sintáctica da palavra em que ocorrem (cf. 17a), nem o valor das categorias morfológicas, morfo-sintácticas e morfo-semânticas relevantes (cf. 17b) e que podem coocorrer em posições adjacentes (cf. 17c):

|      |     |                                                               |   |                                                      |
|------|-----|---------------------------------------------------------------|---|------------------------------------------------------|
| (17) | (a) | <i>humano</i> <sub>A</sub>                                    | → | <i>desumano</i> <sub>A</sub>                         |
|      |     | <i>amor</i> <sub>N</sub>                                      | → | <i>desamor</i> <sub>N</sub>                          |
|      |     | <i>justo</i> <sub>A</sub>                                     | → | <i>injusto</i> <sub>A</sub>                          |
|      |     | <i>verdade</i> <sub>N</sub>                                   | → | <i>inverdade</i> <sub>N</sub>                        |
|      |     | <i>deferir</i> <sub>V</sub>                                   | → | <i>indeferir</i> <sub>V</sub>                        |
|      |     | <i>fazer</i> <sub>V</sub>                                     | → | <i>refazer</i> <sub>V</sub>                          |
|      | (b) | <i>atar</i> <sub>V 1.ª conjugação</sub>                       | → | <i>desatar</i> <sub>V 1.ª conjugação</sub>           |
|      |     | <i>aprender</i> <sub>V 2.ª conjugação</sub>                   | → | <i>desaprender</i> <sub>V 2.ª conjugação</sub>       |
|      |     | <i>comprimir</i> <sub>V 3.ª conjugação</sub>                  | → | <i>descomprimir</i> <sub>V 3.ª conjugação</sub>      |
|      |     | <i>inscrição</i> <sub>N feminino, contável</sub>              | → | <i>pré-inscrição</i> <sub>N feminino, contável</sub> |
|      |     | <i>aviso</i> <sub>N masculino, contável</sub>                 | → | <i>pré-aviso</i> <sub>N masculino, contável</sub>    |
|      |     | <i>existência</i> <sub>N feminino, massivo</sub>              | → | <i>pré-existência</i> <sub>N feminino, massivo</sub> |
|      | (c) | [[ <i>super</i> ] [[ <i>super</i> ] [ <i>interessante</i> ]]] |   |                                                      |
|      |     | [[ <i>re</i> ] [[ <i>re</i> ] [ <i>apreciar</i> ]]]           |   |                                                      |

No que diz respeito às suas propriedades de selecção, constata-se que, de um modo geral, as restrições dos prefixos modificadores são menos limitadoras do que as dos sufixos derivacionais (vejam-se os exemplos em (4) de 23.1) e mais limitativas do que as dos sufixos avaliativos e z-avaliativos (vejam-se os exemplos em (5) em 23.3.1). Note-se que prefixos como *super-* ou *in-* podem adjungir-se quer a adjectivos, quer a nomes, quer mesmo a verbos, embora a sua ocorrência típica seja a primeira:

|      |                                        |
|------|----------------------------------------|
| (18) | <i>super-interessante</i> <sub>A</sub> |
|      | <i>super-carro</i> <sub>N</sub>        |
|      | <i>super-curtir</i> <sub>V</sub>       |
|      | <i>injusto</i> <sub>A</sub>            |
|      | <i>inverdade</i> <sub>N</sub>          |
|      | <i>indeferir</i> <sub>V</sub>          |

No que diz respeito à categoria morfológica da forma de base, a existência de prefixos tónicos, como por exemplo *super-* ou *pré-*, indicia que a forma de base, nesses casos, é uma palavra; a existência de prefixos átonos (cf. *des-*, *in-*, *re-*) aponta para que a sua forma de base seja um radical. Note-se que só nestes últimos casos se verifica a ocorrência de derivação subsequente à prefixação (cf. *montar* → *desmontar* → *desmontável*).

Os prefixos modificadores distribuem-se por diferentes categorias morfo-semânticas. No português as mais relevantes são as seguintes:

|                      |                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (19) avaliativos:    | <i>infra-</i><br><i>macro-</i><br><i>maxi-</i><br><i>mega-</i><br><i>mini-</i><br><i>micro-</i><br><i>super-</i> | ex. <i>infra-estrutura</i><br>ex. <i>macro-economia</i><br>ex. <i>maxi-saia</i><br>ex. <i>mega-concerto</i><br>ex. <i>mini-mercado</i><br>ex. <i>micro-clima</i><br>ex. <i>super-interessante</i> |
| negação:             | <i>des-</i><br><i>in-</i>                                                                                        | ex. <i>desleal</i><br>ex. <i>injusto</i>                                                                                                                                                          |
| oposição:            | <i>des-</i>                                                                                                      | ex. <i>desligar</i>                                                                                                                                                                               |
| quantificação:       | <i>uni-</i><br><i>bi-</i><br><i>tri-</i>                                                                         | ex. <i>unicelular</i><br>ex. <i>bi-motor</i><br>ex. <i>tripé</i>                                                                                                                                  |
| referência espacial: | <i>ante-</i><br><i>sobre-</i><br><i>sub-</i>                                                                     | ex. <i>ante-câmara</i><br>ex. <i>sobrepor</i><br>ex. <i>subcave</i>                                                                                                                               |
| referência temporal: | <i>pré-</i><br><i>pós-</i>                                                                                       | ex. <i>pré-história</i><br>ex. <i>pós-produção</i>                                                                                                                                                |
| repetição:           | <i>re-</i>                                                                                                       | ex. <i>recomeçar</i>                                                                                                                                                                              |

Esta listagem exclui um grande número de formas habitualmente consideradas como prefixos (cf. *abster*, *adjunto*, *decair*, *ingerir*, *objecto*, *perfurar*, *proseguir*, *anónimo*, *diacronia*, *epiderme*, *simpatia*), dado que todas ou quase todas as suas ocorrências estão lexicalizadas: ou a base é ininterpretável no português (cf. *\*jecto*, *\*patia*), ou o prefixo não tem um valor semântico conhecido e está-

vel (cf. *ab-*, *an-*). Estes prefixos foram, talvez, produtivos em latim ou em grego antigo, mas no português não o são.

Com efeito, no português, os prefixos com maior grau de intervenção não são muito numerosos: *des-* com valor negativo associado a bases adjectivais, *des-* com valor de oposição associado a verbos, *in-* com valor negativo associado a bases adjectivais; *re-* com valor de repetição associado a verbos, *super-* que é um avaliativo e *pré-* e *pós-* que são prefixos de referência temporal, são os mais frequentes:

|      |                                                                                                                                   |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (20) | <i>desleal</i><br><i>desfazer</i><br><i>inútil</i><br><i>refazer</i><br><i>super-caro</i><br><i>pré-aviso</i><br><i>pós-parto</i> |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Anexo — Sufixos derivacionais (16)

| Sufixos     | Exemplos                                       | Sufixos         | Exemplos                             |
|-------------|------------------------------------------------|-----------------|--------------------------------------|
| -aça        | caloraça, caraça                               | -ão             | chorão, respondão                    |
| -aco / -aca | maniaco, maníaca                               | -ão             | salão                                |
| -aco / -aca | velhaco, velhaca                               | -aria           | alfaiataria, cervejaria              |
| -aço        | talentaço, vergonhaço                          | -aria           | barbearia                            |
| -ada        | cotovelada, canelada, chicotada, bengalada     | -aria           | gritaria, maquinaria                 |
| -ada        | arrozada, laranjada                            | -ário / -ária   | lendário, lendária                   |
| -ada        | noitada, invernoada                            | -ário / -ária   | estagiário, estagiária               |
| -ada        | criançaada, cachorrada                         | -ário           | anedotário, mobiliário               |
| -ada        | americanada, canalhada                         | -ática          | problemática                         |
| -ado        | aprendizado, comissariado                      | -ático / -ática | traumático, traumática               |
| -ado        | bocado, braçado                                | -ato            | anonimato                            |
| -ado        | cortinado, eleitoral                           | -ato            | iodato                               |
| -ado / -ada | brasonado, brasonada                           | -ção            | amortização, arguição                |
| -agem       | armazenagem                                    | -deira          | torradeira, batedeira, frigideira    |
| -agem       | folhagem                                       | -dora           | empilhadora                          |
| -al         | teatral                                        | -dor / -dora    | apresentador, apresentadora          |
| -al         | laranjal                                       | -dor / -dora    | assimilador, assimiladora            |
| -ar         | espectacular                                   | -dor / -deira   | vendedor, vendedeira                 |
| -ama        | dinheirama                                     | -dor            | aspirador                            |
| -ame        | vasilhame                                      | -douro          | ancoradouro, comedouro, encobridouro |
| -ano / -ana | alentejano, alentejana                         | -douro / -doura | duradouro, duradoura                 |
| -ano / -ana | microbiano, microbiana; bacteriano, bacteriana | -ecer           | favorecer, obscurecer                |
| -ão / -ã    | beirão, beirã                                  | -edo            | folguedo                             |
| -ão / -ona  | trintão, trintona                              | -edo            | vinhedo                              |
| -ão / -oa   | leitão, leitoa                                 | -eira           | bananeira                            |
| -ão         | empurrão                                       | -eira           | azeitoeira                           |

(16) Esta listagem não é exaustiva, mas cobre a maior parte dos recursos morfológicos derivacionais disponíveis no português.

| Sufixos       | Exemplos                 | Sufixos         | Exemplos                               |
|---------------|--------------------------|-----------------|----------------------------------------|
| -eira         | barulheira               | -ico / -ica     | alcoólico, alcoólica                   |
| -eira         | canseira                 | -idade          | dignidade                              |
| -eira         | cegueira                 | -idão           | podridão                               |
| -eiro / -eira | peixeiro, peixeira       | -il             | estudantil                             |
| -eiro / -eira | beijoqueiro, beijoqueira | -ino / -ina     | esquerdino, esquerdina                 |
| -eiro         | açucareiro               | -ismo           | analfabetismo, estilismo, conformismo  |
| -eiro         | nevoeiro                 | -ista           | ativista, aderecista, conformista      |
| -eiro         | coqueiro                 | -ita            | moscovita                              |
| -eiro         | cativoiro                | -ite            | laringite                              |
| -ejar         | gaguejar, espacejar      | -itude          | plenitude                              |
| -engo         | mulherengo               | -izar           | suavizar, computadorizar               |
| -enho / -enha | nortenho, nortenha       | -mento          | alargamento, aborrecimento, fingimento |
| -eno / -ena   | chileno, chilena         | -ncia           | tolerância, antecedência, afluência    |
| -ense         | madeirense               | -nte            | tolerante, antecedente, afluente       |
| -ento / -enta | bolorento, bolorenta     | -onho / -onha   | medonho, medonha                       |
| -eo / -ea     | jasmíneo, jasmínea       | -oso / -osa     | caloroso, calorosa                     |
| -ês / -esa    | chinês, chinesa          | -tória          | convocatória                           |
| -esco / -esca | animalesco, animalesca   | -tório / -tória | condenatório, condenatória             |
| -estre        | terrestre                | -tório          | reservatório                           |
| -eu / -eia    | européu, europeia        | -udo / -uda     | sortudo, sortuda                       |
| -ez           | altivez                  | -ugem           | penugem                                |
| -eza          | beleza                   | -ume            | azedume                                |
| -ia           | alegria                  | -ume            | ardume                                 |
| -io / -ia     | algarvio, algarvia       | -ura            | ternura                                |
| -io           | compadrio                | -vel            | palpável, bebível, temível             |
| -io           | pastio                   |                 |                                        |
| -ice          | burrice                  |                 |                                        |
| -ície         | imundície                |                 |                                        |
| -ício / -ícia | alimentício, alimentícia |                 |                                        |
| -ício / -ícia | natalício, natalícia     |                 |                                        |

# 24

---

## Formação de palavras: composição

*Alina Villalva*

### *Índice*

- 24. Formação de palavras: composição
  - 24.1. Composição morfológica
    - 24.1.1. Estruturas de modificação
    - 24.1.2. Estruturas de coordenação
    - 24.1.3. Vogal de ligação
  - 24.2. Composição morfo-sintáctica
    - 24.2.1. Composição morfo-sintáctica vs lexicalização de expressões sintácticas
    - 24.2.2. Justaposição e aglutinação
    - 24.2.3. Estruturas de adjunção
    - 24.2.4. Estruturas de conjunção
    - 24.2.5. Estruturas de reanálise

A composição é um processo de formação de palavras que consiste na concatenação de duas ou mais variáveis lexicais, que podem ser radicais ou palavras. No português, há dois tipos de composição, entre os quais é possível estabelecer uma clara proximidade semântica <sup>(1)</sup>: trata-se da **composição morfológica**, que concatena radicais segundo os princípios da formação morfológica de palavras, e da **composição morfo-sintáctica**, que é um processo híbrido de formação de palavras, no qual se conjugam propriedades das estruturas sintáticas e propriedades das estruturas morfológicas:

(1)

| Compostos morfológicos                               | Compostos morfo-sintáticos                      |
|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| <i>herbívoro</i><br>(= X que come ervas)             | <i>papa-formigas</i><br>(= X que come formigas) |
| <i>biblioteca</i><br>(= depósito de livros)          | <i>guarda-jóias</i><br>(= depósito de jóias)    |
| <i>luso-brasileiro</i><br>(= português e brasileiro) | <i>surdo-mudo</i><br>(= surdo e mudo)           |

<sup>(1)</sup> Esta é uma distinção semelhante à que se verifica entre a derivação e a composição, em casos como *afiador* vs *afia-lápis*.

A estrutura dos compostos morfológicos é, no entanto, muito diferente da estrutura dos compostos morfo-sintáticos. Veja-se, por exemplo, a forma como estes dois tipos de compostos realizam os contrastes de género e a flexão em número, em estruturas adjectivais muito próximas:

| (2) | Compostos morfológicos                                   | Compostos morfo-sintáticos                      |
|-----|----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
|     | <i>lusobrasileiro</i>                                    | <i>surdo-mudo</i>                               |
|     | <i>lusobrasileira</i><br>cf. * <i>lusa-brasileira</i>    | <i>surda-muda</i><br>cf. * <i>surdo-muda</i>    |
|     | <i>lusobrasileiros</i><br>cf. * <i>lusos-brasileiros</i> | <i>surdos-mudos</i><br>cf. * <i>surdo-mudos</i> |

As secções seguintes apresentam uma descrição das principais propriedades destes dois tipos de composição.

## 24.1. Composição morfológica

Na tradição gramatical portuguesa, formas como *ortografia* ou *sociocultural* não são consideradas compostos <sup>(2)</sup>, ou são tratadas como compostos literários <sup>(3)</sup> ou eruditos <sup>(4)</sup>. A este estatuto não é, certamente, alheio o facto de muitos dos constituintes deste tipo de compostos serem empréstimos gregos (cf. 1a) ou latinos (cf. 1b), e o facto de serem particularmente frequentes em terminologias científicas e técnicas:

- (1) (a) *hemograma* <sup>(5)</sup>  
*cardiopatia* <sup>(6)</sup>
- (b) *herbicida* <sup>(7)</sup>  
*fusiforme* <sup>(8)</sup>

<sup>(2)</sup> Cf. Said Ali (1931, 1964: 229, 258).

<sup>(3)</sup> Cf. Nunes (1919, 1975: 398-404).

<sup>(4)</sup> Cf. Cunha e Cintra (1984, 1991: 109).

<sup>(5)</sup> Cf. DLP. Do grego *háima*, "sangue" e *grámma*, "registro".

<sup>(6)</sup> Cf. DLP. Do grego *kardía*, "coração" e *páthos*, "doença".

<sup>(7)</sup> Cf. DLP. Do latim *herba-*, "erva" e *caedere*, "matar".

<sup>(8)</sup> Cf. DLP. Do latim *fusus-*, "fuso" e *form-* também de origem latina, que exprime a ideia de forma.

Note-se, no entanto, que este processo também está disponível para a formação de neologismos no português, quer a partir de empréstimos de outras línguas (cf. *samba* <sup>(9)</sup> em *sambódromo*, *skate* <sup>(10)</sup> em *skatódromo*), quer com base em formas que integram o léxico do português, tendo origem latina (cf. *lusodescendente*, *ministrícida*), ou não (cf. *sal* <sup>(11)</sup> em *salódromo*). Por outro lado, estes radicais podem ter uma estrutura morfológica simples (cf. [*rat*][*cid*]*a*) ou complexa (veja-se o segundo radical de *lusobrasileiro* [[*brasil*]*eir*]*o*, que é um radical derivado).

Assim, pode descrever-se a composição morfológica como um processo de concatenação de dois ou mais radicais, que exige a presença de uma vogal de ligação como delimitador da fronteira entre esses radicais. Os radicais que integram este tipo de compostos podem estabelecer entre si uma relação de *modificação* (cf. 24.1.1) ou uma relação de *coordenação* (cf. 24.1.2).

### 24.1.1. Estruturas de modificação

Os compostos morfológicos com estrutura de modificação são formas de núcleo à direita, como se pode constatar a partir da observação dos seguintes dados:

- (2) [*cron*]ómetro      iso[*cron*]ia  
[*tecn*]ocracia      piro[*tecn*]ia

Comparem-se, por exemplo, as formas *tecnocracia* e *pirotecnia* que partilham o radical *tecn* <sup>(12)</sup>. Considerando que *tecn* pode ter como glosa 'arte, ofício, técnica', *crac* / *crat* 'domínio, poder' e *pir* 'fogo', as formas em consideração podem ser parafraseadas da seguinte forma <sup>(13)</sup>:

<sup>(9)</sup> Cf. DLP. *Samba* é um empréstimo do quimbundo.

<sup>(10)</sup> Cf. DLP. *Skate* é um empréstimo do inglês.

<sup>(11)</sup> *Sal* é um acrónimo formado a partir da expressão *Semana Académica de Lisboa*.

<sup>(12)</sup> Habitualmente, a forma de citação destes radicais inclui a vogal de ligação (i.e. *tecn-*, *piro-*, etc). Note-se, porém, que a vogal de ligação que ocorre nas formas que integram estes radicais nem sempre é aquela que ocorre na forma de citação (cf. *ministrícida*, *ministrocracia*) e que nem sempre estes radicais são seguidos de uma vogal de ligação (cf. *pirotecnia*, *pirite*). Por estas razões, os radicais são aqui referidos sem qualquer vogal de ligação no final.

<sup>(13)</sup> As definições constantes no DLP são as seguintes:

**tecnocracia** = sistema político e social baseado na predominância dos técnicos no processo socio-económico

**pirotecnia** = arte de se empregar o fogo; fabrico de fogo-de-artifício

- (3) *tecnocracia* = 'poder da técnica'  
*pirotecnia* = 'arte do fogo'

A posição que o radical ocupa na estrutura do composto é, pois, determinante para a interpretação da palavra. Note-se que os exemplos anteriores faziam uso de dois radicais neoclássicos de natureza nominal. A posição de modificador, e apenas essa, pode também ser ocupada por um radical de natureza adjectival:

- (4) [*cali*] <sup>(14)</sup> *grafia*  
 [*ori*] <sup>(15)</sup> *opedia*

Este tipo de compostos pode integrar mais do que dois radicais. É o que se verifica em casos como *termo-vasodilatador*. A estrutura deste tipo de compostos não é, porém, uma estrutura ternária. O primeiro modificador (i.e. *term* ou *afr*) tem escopo sobre toda a sequência à sua direita, ou seja, sobre o composto que já integra um modificador:

- (5) [*term* [[*o*] *vasodilatador*]]  
 [*afr* [[*o*] *lusodescentente*]]

#### 24.1.2. Estruturas de coordenação

Os compostos morfológicos que têm uma estrutura de coordenação são sempre formas adjectivais:

- (6) *político-cultural*  
*lusobrasileiro*  
*afro-lusobrasileiro*  
*sociopolítico-cultural*

A estrutura destes compostos é ambígua, no que diz respeito à sua interpretação <sup>(16)</sup>: o composto *lusobrasileiro*, por exemplo, permite as duas interpretações:

<sup>(14)</sup> Cf. DLP. Do grego *kallíon*, de *kallós*, «belo».

<sup>(15)</sup> Cf. DLP. Do grego *orthós*, «recto; direito; correcto».

<sup>(16)</sup> Cf. Bauer (1978: 68). De um modo geral, a interpretação destes compostos pode ser do tipo *dvandva* ou *karmadharaya*, mas, em muitos casos, a distinção só pode ser estabelecida com base num contexto mais alargado. Nos compostos *dvandva*, os membros que integram o composto representam indivíduos diferentes. Nos compostos *karmadharaya*, os membros do

- (7) (a) *acordo lusobrasileiro*  
 'acordo entre portugueses e brasileiros e brasileiros e portugueses'  
 (b) *cidadão lusobrasileiro*  
 'cidadão que é cumulativamente português e brasileiro'  
 'cidadão português que também é brasileiro e cidadão brasileiro que também é português'

Qualquer que seja a interpretação semântica, a relação entre os diversos termos coordenados, mesmo quando são mais do que dois, é uma relação equivalente. Assim, este tipo de compostos apresenta uma estrutura n-ária, ou seja, uma estrutura em que o radical composto domina imediatamente todos os radicais coordenados:

- (8) [[[*sóci*] [[*o*] *polític*] [[*o*] *cultural*]]]  
 [[[*afr*] [[*o*] *lus*] [[*o*] *brasileir*]]]o

#### 24.1.3. Vogal de ligação

A presença de uma vogal de ligação é um dos aspectos mais característicos da estrutura dos compostos morfológicos. O contraste entre as formas que exibem o mesmo radical à esquerda e à direita da vogal da ligação mostram que esta vogal é um constituinte autónomo e que ocupa uma posição própria na estrutura dos compostos.

- (9) [*fon*] o [*gram*] *a*  
 [*estere*] o [*fon*] *ia*  
 [*morf*] o [*sintax*] *e*  
 [*antrop*] o [*mórf*] *ico*

A função da vogal de ligação na estrutura dos compostos morfológicos do português é, exclusivamente, uma função de delimitador dos radicais. É talvez por esta razão que a vogal de ligação *-o-* é preservada dos efeitos do vocalismo átono (cf. 10a), deixando de o ser quando os compostos são lexicalizados (cf. 10b):

composto representam diferentes aspectos do mesmo indivíduo. Estas designações (provenientes do Sânscrito) são habitualmente utilizadas para referir este contraste de interpretação nos compostos coordenados.



- (10) (a) *antrop[ɔ]mórfico* cf. \**antrop[u]mórfico*  
*claustr[ɔ]fóbico* cf. \**claustr[u]fóbico*  
*em[ɔ]centrismo* cf. \**em[u]centrismo*  
*maníac[ɔ]depressivo* cf. \**maníac[u]depressivo*  
*matern[ɔ]infantil* cf. \**matern[u]infantil*  
*sóci[ɔ]polític[ɔ]cultural* cf. \**sóci[u]polític[u]cultural*
- (b) *aut[u]móvel* cf. \**aut[ɔ]móvel*  
*bibli[u]teca* cf. \**bibli[ɔ]teca*  
*dactil[u]grafia* cf. \**dactil[ɔ]grafia*  
*dem[u]cracia* cf. \**dem[ɔ]cracia*  
*neur[u]logia* cf. \**neur[ɔ]logia*

Mas esta vogal de ligação é um resíduo de um marcador casual na estrutura dos compostos do latim e do grego antigo. É por esta razão que, no português, se encontram duas diferentes vogais de ligação: *-o-* e *-i-*. Os dados disponíveis mostram que a vogal *-i-* ocorre sempre que o radical da direita é um radical neoclássico de origem latina (<sup>17</sup>), se o composto tiver uma estrutura de modificação. Em todos os outros casos, a vogal de ligação é *-o-*:

- (11) (a) [X] i [Y]<sub>[+lat]</sub>  
*[ministr]* i *[cid]* a  
*[agr]* i *[cultor]*  
*[arbor]* i *[form]* e  
*[herb]* í *[vor]* o  
*[fratr]* i *[cid]* a
- (b) [X] o [Y]<sub>[-lat]</sub>  
*[ministr]* o *[crac]* ia  
*[antrop]* o *[mórf]* ico  
*[fot]* o *[gram]* a  
*[analític]* o *[sistemátic]*o  
*[angl]* o *[saxónic]*o  
*[lus]* o *[brasileir]*o  
*[polític]* o *[económíc]*o

(<sup>17</sup>) Estes radicais são marcados pelo traço [+lat]. O valor negativo [-lat] pode ser atribuído a qualquer radical que não seja um radical neoclássico de origem latina. Os radicais neoclássicos com origem no grego antigo são marcados pelo traço [+gr].

Esta generalização não se aplica nos casos em que o radical da direita começa por vogal, qualquer que seja a sua etimologia:

- (12) *[neur]* [ilem]<sub>[+gr]</sub> a cf. \**neuroilema*  
*[nevr]* [alg]<sub>[+gr]</sub> ia cf. \**nevroalgia*  
*[ped]* [agog]<sub>[+gr]</sub> o cf. \**pedoagogia*  
*[psiqu]* [iatr]<sub>[+gr]</sub> ia cf. \**psicoiatria*  
*[acut]* [ângul]<sub>[+lat]</sub> o cf. \**acutiângulo*  
*[magn]* [ânim]<sub>[+lat]</sub> e cf. \**magniânime*  
*sul-americano* cf. \**suloamericano*

A generalização acima enunciada depara com alguns contra-exemplos e mesmo com algumas hesitações, indiciadores de acidentes da mudança linguística: em (13a) nenhuma vogal de ligação está presente; em (13b) a vogal de ligação *-o-* precede um radical de origem latina; e em (13c) o radical de origem grega é precedido pela vogal de ligação *-i-*. Os exemplos de (13d) e (13e) mostram a existência de hesitação por parte dos falantes entre formas que respeitam a generalização acima enunciada e formas, que por vezes são as preferidas pelos falantes, que não respeitam essa generalização. Estas perturbações afectam um conjunto relativamente pequeno de formas, pelo que não devem ser tomadas em consideração para a descrição do processo de composição morfológica do português.

- (13) (a) *[braqui]* [log]<sub>[+gr]</sub> ia cf. *biologia*  
*[cali]* [graf]<sub>[+gr]</sub> ia cf. *ecografia*  
*[taqui]* [card]<sub>[+gr]</sub> ia cf. *megalocardia*
- (b) *[gen]* o *[cíd]*<sub>[+lat]</sub> io cf. *regicídio*
- (c) *[veloc]* í *[metr]*<sub>[+gr]</sub> o cf. *fluxómetro*

(<sup>18</sup>) *Organograma* é a única forma atestada no DLP, e, geralmente, o radical *gram* é precedido pela vogal de ligação *-o-* (cf. *cardiograma*, *ideograma*, *monograma*). No entanto, a maior parte dos falantes dá preferência à forma *organigrama*.

(<sup>19</sup>) O DLP regista as duas formas, e regista também, a par de formas em que o radical *metr* é precedido pelo vogal *-o-* (cf. *cronómetro*, *distanciómetro*, *potenciómetro*), outras em que é precedido pela vogal *-i-* (cf. *altímetro*, *calorímetro*, *planímetro*). A esta situação talvez não seja alheio o facto do radical *metr* encontrar quer um étimo grego (cf. *métron*), quer um étimo latino (cf. *metru-*).

(<sup>20</sup>) O DLP regista as duas formas.

(<sup>21</sup>) O DLP regista as duas formas.

(d) *organograma*      *organigrama* <sup>(18)</sup>  
*parcômetro*      *parquímetro* <sup>(19)</sup>

(e) *taxiologia*      *taxilogia* <sup>(20)</sup>  
*taxionomia*      *taxinomia* <sup>(21)</sup>

Tendo em conta que a escolha da vogal de ligação é sensível a um traço do radical à sua direita, deve ser-lhe atribuída, na estrutura dos compostos morfológicos, uma posição que permita verificar esse traço quer no radical, quer na vogal de ligação. Essa posição é, pois, uma posição de adjunção à esquerda, do seguinte tipo:

(14) [*ministr* [o [*crac*]<sub>[-lat]</sub>]ia]  
      [*ministr* [i [*cid*]<sub>[+lat]</sub>]a]

## 24.2. Composição morfo-sintáctica

Os compostos morfo-sintácticos são unidades lexicais que ocupam posições terminais nas estruturas sintácticas, mas que têm uma estrutura híbrida, exibindo algumas das propriedades das estruturas sintácticas e algumas das propriedades das estruturas morfológicas. Neologismos como os seguintes mostram a vitalidade deste processo e são exemplo dos casos a considerar na sua descrição:

(1) *político-fantoches*  
*primavera-verão*  
*governo-sindicatos*  
*apanha-bolas*

No português, os compostos morfo-sintácticos podem ser gerados por *adjunção* (cf. *bomba-relógio*), processo que será descrito em 24.2.3, por *conjunção* (cf. *trabalhador-estudante* e *surdo-mudo*), cuja descrição será objecto de 24.2.4, ou por *reanálise de uma expressão sintáctica* (cf. *abre-latas*), que será tratada em 24.2.5. Esta tipologia afasta-se da tradicional distinção entre justaposição e aglutinação (cf. 24.2.2) e estabelece uma nítida fronteira entre compostos morfo-sintácticos e expressões sintácticas lexicalizadas (cf. 24.2.1).

### 24.2.1. Composição morfo-sintáctica vs lexicalização de expressões sintácticas

Antes de iniciar a descrição dos compostos morfo-sintácticos, importa distingui-los das expressões sintácticas lexicalizadas. Observe-se, então, o seguinte conjunto de dados:

- (2) (a) **compostos morfo-sintácticos**  
*bomba-relógio*  
*trabalhador-estudante*  
*surdo-mudo*  
*abre-latas*
- (b) **expressões sintácticas lexicalizadas**  
*pés de galinha*  
*ministro da educação*  
*amor-perfeito*  
*fita magnética*  
*primeiro-ministro*  
*curto-circuito*

O critério aqui utilizado é o seguinte: qualquer sequência que possua uma estrutura idêntica à de (2a) pode ocupar uma posição sintáctica terminal — estas sequências são compostos morfo-sintácticos; as sequências sintácticas estruturalmente idênticas às formas de (2b) só ocupam posições sintácticas terminais quando a sua interpretação semântica não é composicional — estas sequências são expressões sintácticas lexicalizadas <sup>(21)</sup>. Note-se que a ortografia destas formas não determina a sua análise linguística.

### 24.2.2. Justaposição e aglutinação

Uma segunda observação prévia à descrição dos compostos morfo-sintácticos diz respeito à distinção entre justaposição e aglutinação. Esta distinção baseia-se no facto de a estrutura fonológica dos compostos conter ou não conter

<sup>(21)</sup> Formas como *pernas de galinha*, *amor platónico*, *último ministro*, apesar de estruturalmente idênticas às formas de (2b), têm uma interpretação semântica composicional, e é por esta razão que não são habitualmente consideradas como compostas.

fronteiras de palavra. A ausência de fronteiras de palavra é, no entanto, o resultado de uma transformação progressiva e gradual, dependente da evolução do valor referencial do composto. Consequentemente, a distinção entre justaposição e aglutinação não permite identificar duas sub-classes de compostos morfo-sintáticos, mas sim dois diferentes estádios de lexicalização destes compostos: trata-se de categorias diacrónicas e não de uma tipologia sincrónica. De um modo geral, os compostos caracterizados como justapostos são compostos que sofreram apenas um processo de lexicalização semântica (cf. 3a). Os compostos aglutinados são aqueles que sofreram um processo de lexicalização semântica e formal, ou seja, trata-se de formas que perderam a sua estrutura interna (cf. 3b):

- (3) (a) *pontapé*  
*madrepérola*
- (b) *corrimão*  
*artimanha*  
*matação*  
*parapeito*

Na descrição da composição morfo-sintática do português, estas palavras são praticamente irrelevantes, dado que se trata, nos dois casos, de formas lexicalizadas.

### 24.2.3. Estruturas de adjunção

Os compostos morfo-sintáticos formados por adjunção são estruturas constituídas por dois nomes, com comportamentos semelhantes às estruturas sintáticas de núcleo nominal: trata-se de estruturas de núcleo inicial, ou seja de núcleo à esquerda, o que se pode inferir a partir da observação do seu comportamento no que diz respeito à realização dos contrastes de género e da flexão em número. Considerem-se os seguintes exemplos:

- |         |                                                                                                                      |                                                                                                                           |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (4) (a) | <i>aluno-modelo</i><br><i>homem-aranha</i>                                                                           | <i>aluna-modelo</i><br><i>mulher-aranha</i>                                                                               |
| (b)     | <i>bomba-relógio</i><br><i>crocodilo-fêmea</i><br><i>crocodilo-macho</i><br><i>governo-sombra</i><br><i>homem-rã</i> | <i>bombas-relógio</i><br><i>crocodilos-fêmea</i><br><i>crocodilos-macho</i><br><i>governos-sombra</i><br><i>homens-rã</i> |

*notícia-bomba*  
*peixe-espada*

*notícias-bomba*  
*peixes-espada*

O constituinte da direita é um modificador nominal, pelo que a estrutura destes compostos é uma estrutura de adjunção que envolve, exclusivamente, unidades lexicais e gera uma nova unidade lexical.

### 24.2.4. Estruturas de conjunção

Os compostos morfo-sintáticos que têm uma estrutura de conjunção podem ser nomes ou adjectivos:

- (5) *autor-compositor*  
*surdo-mudo*

Os compostos que envolvem a coordenação de nomes são bastante mais frequentes do que aqueles que envolvem a coordenação de adjectivos, podendo mesmo gerar sequências de mais de dois termos coordenados:

- (6) *autor-compositor-intérprete*  
*café-bar-restaurant*  
*conta-poupança-habitação*  
*rádio-gravador-leitor de cassetes*

O comportamento morfológico destas formas não permite identificar nenhum dos seus constituintes como núcleo de toda a estrutura. No que diz respeito à flexão em número, verifica-se que todos os constituintes devem exibir idêntico valor:

- |     |                                                                                    |                                                                                               |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| (7) | <i>autor-compositor</i><br><i>autor-compositor-intérprete</i><br><i>surdo-mudo</i> | <i>autores-compositores</i><br><i>autores-compositores-intérpretes</i><br><i>surdos-mudos</i> |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|

Quanto ao género, os valores dos adjectivos coordenados são obrigatoriamente concordantes:

- |     |                   |                   |
|-----|-------------------|-------------------|
| (8) | <i>surdo-mudo</i> | <i>surda-muda</i> |
|-----|-------------------|-------------------|

Paralelamente ao que se verifica com os compostos adjectivais, nos compostos em que os termos coordenados são nomes animados, todos devem exibir o mesmo valor de género, excepto quando algum deles é invariável. Nesse

caso, o valor de género do composto é determinado pelo valor de género do constituinte que admite contraste de género:

- (9) *autor-compositor*                      *autora-compositora*  
*trabalhador-estudante*                  *trabalhadora-estudante*  
*autarca-deputado*                         *autarca-deputada*

Os nomes inanimados permitem a coordenação de formas com qualquer valor de género (23). O valor de género do composto é idêntico ao valor dos termos coordenados, sempre que estes valores são idênticos entre si (cf. 10a), e é masculino quando os termos coordenados têm valores distintos (cf. 10b):

- (10) (a)  $[[\text{rádio}]_{\text{masculino}} [\text{gravador}]_{\text{masculino}}]_{\text{masculino}}$   
 $[[\text{batedeira}]_{\text{feminino}} [\text{picadora}]_{\text{feminino}}]_{\text{feminino}}$   
 (b)  $[[\text{saia}]_{\text{feminino}} [\text{casaco}]_{\text{masculino}}]_{\text{masculino}}$   
 $[[\text{bar}]_{\text{masculino}} [\text{discoteca}]_{\text{feminino}}]_{\text{masculino}}$

#### 24.2.5. Estruturas de reanálise

A reanálise é um processo de formação de palavras que consiste na reinterpretação de uma estrutura sintáctica como uma palavra. No português, as formas geradas por este processo são, tipicamente, compostos do seguinte tipo (24):

- (11) (a) *abre-latas*  
*conta-gotas*  
*guarda-jóias*  
*tira-nódoas*  
 (b) *papa-jantares*  
*tira-olhos*

(23) Note-se que, à semelhança do que se verifica com os compostos morfológicos com estrutura de coordenação, também estes compostos se caracterizam como “dvandva” (cf. *saia-casaco*) ou “karmadharaya” (cf. *rádio-gravador*). Ver nota 16. Esta distinção, uma vez mais, não tem repercussão na estrutura dos compostos.

(24) Para além destas estruturas, a reanálise também opera sobre estruturas de coordenação de verbos flexionados na terceira pessoa do singular do presente do indicativo (cf. *vai-vém*). A produtividade destas formas não é, no entanto, significativa.

- (c) *porta-voz*  
*lava-louça*  
*picapau*  
*quebra-mar*  
 (d) *fala-barato*

A estrutura sintáctica que está na base deste tipo de compostos é uma projecção máxima do verbo (i.e.  $V^{\text{max}}$ ), constituída obrigatoriamente por uma forma verbal flexionada na terceira pessoa do singular do presente do indicativo e seguida de uma forma nominal ou, muito raramente, adjectival (cf. 11d). Em geral, o constituinte da direita é um nome, masculino ou feminino, flexionado no plural, e núcleo da projecção nominal caracterizável como objecto directo do verbo, exibindo a função de tema (cf. 11a e 11b). Os exemplos registados em 11c) e 11d) mostram que esta tendência geral não constitui uma restrição absoluta, dado que a forma nominal presente pode estar flexionada no singular.

Quanto à forma composta resultante do processo de reanálise, trata-se de um radical nominal, geralmente com uma interpretação de instrumental ou de agentivo: os que constituem nomes instrumentais são masculinos (cf. 12a); os nomes agentivos são comuns de dois (cf. 12b):

- (12) (a)  $[\text{conta-gotas}]_{\text{N masculino}}$   
 $[\text{quebra-mar}]_{\text{N masculino}}$   
 (b)  $[\text{porta-voz}]_{\text{N comum de dois}}$   
 cf. (um) *porta-voz*, (uma) *porta-voz*

Os compostos cujo constituinte da direita é um nome flexionado no singular são os únicos que permitem desambiguar o valor de número do próprio composto e perceber que a estrutura reanalisada tem como categoria morfológica radical (cf. 13a):

- (13) (a)  $[\text{picapau}]_{\text{N singular}}$                    $[\text{picapaus}]_{\text{N plural}}$   
 $[\text{porta-voz}]_{\text{N singular}}$                    $[\text{porta-vozes}]_{\text{N plural}}$   
 $[\text{quebra-mar}]_{\text{N singular}}$                    $[\text{quebra-mares}]_{\text{N plural}}$   
 (b)  $[\text{conta-gotas}]_{\text{N invariável}}$

Nos restantes casos (cf. 13b), a adunção do sufixo do plural não é foneticamente identificável, porque a sequência gerada (i.e. /...s+s#) é objecto de um processo fonológico de degeminação.

*Parte VI*  
ASPECTOS FONOLÓGICOS E PROSÓDICOS  
DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS

## Fonologia

*Maria Helena Mira Mateus*

### *Índice*

#### 25. Fonologia

25.1. Os segmentos fonológicos

25.2. Identificação e distribuição dos sons

25.3. Classificação dos sons

25.3.1. Características articulatórias dos traços distintivos

25.3.2. Redundâncias

25.3.3. Classes naturais

25.3.4. O modelo da geometria de traços

25.3.5. Subespecificação

25.4. Processos fonológicos

25.4.1. O processo lexical do vocalismo átono

25.4.2. Processos pós-lexicais

25.5. Análise fonológica de processos morfológicos

25.5.1. Análise fonológica da formação do plural

25.5.2. Análise fonológica da flexão verbal

Anexo – Lista de verbos irregulares

A fonologia tem como objecto de estudo as mais pequenas unidades da língua, os **segmentos fonológicos** <sup>(1)</sup>, a sua organização em **sistema** e os **processos e regras** a que estão sujeitos esses segmentos. Assim, neste capítulo são tratadas as denominadas **questões segmentais** que dizem respeito aos segmentos fonológicos, sua identificação, distribuição e estrutura interna (25.1-3), às regras e processos fonológicos (25.4) e à análise fonológica desses processos (25.5).

---

<sup>(1)</sup> Os elementos do sistema fonológico são frequentemente denominados 'fonemas'. Neste livro não se emprega expressamente este último termo dado que ele está ligado a uma teoria bem determinada, a fonologia estrutural, cujos princípios são diferentes dos da fonologia generativa, que aqui se adoptam. Como diferenças principais entre as duas formas de conceber a fonologia podem indicar-se as seguintes;

- Na fonologia estrutural o nível abstracto dos fonemas corresponde termo a termo ao nível fonético. Na perspectiva generativa, a relação que se estabelece entre o nível abstracto e o nível concreto (fonético) faz-se por meio de regras, o que permite inserir ou suprimir elementos entre os dois níveis ou alterar o lugar que ocupam.
- Na fonologia estrutural os segmentos abstractos são estabelecidos apenas com base no contexto fonológico. Na perspectiva generativa, são consideradas as relações morfológicas entre sequências fonológicas e, eventualmente, os seus traços sintácticos.
- Na fonologia estrutural considera-se apenas o nível dos segmentos, tal como na fonologia generativa denominada "clássica" ou "standard". Na teoria generativa autosegmental, que aqui se adopta, considera-se a existência de vários níveis autónomos mas interdependentes (cf. adiante 25.3.4).

Tendo em atenção que o estudo da fonologia requer um conhecimento básico das características dos sons, neste capítulo serão inseridas algumas noções de fonética sempre que forem julgadas necessárias para melhor compreensão da estrutura dos segmentos fonológicos e dos processos a que estão sujeitos.

## 25.1. Os segmentos fonológicos

Os segmentos fonológicos situam-se num nível abstracto, o **nível fonológico**, que é subjacente em relação ao nível de superfície, o **nível fonético**. A identificação dos segmentos baseia-se nos dados empíricos do nível fonético, interpretados no quadro de uma teoria determinada cujos princípios orientam as hipóteses explicativas da organização e dos processos da componente fonológica. O resultado do funcionamento dos processos fonológicos, que actuam sobre as sequências de segmentos fonológicos, permite-nos obter as representações fonéticas de superfície que correspondem à realidade perceptual constituída pelas sequências de sons. Em última análise, são os sons que dão materialidade física às categorias linguísticas dos restantes níveis da gramática. Esses sons são divididos nas duas grandes classes de **vogais** e **consoantes**.

As vogais da língua portuguesa, como de qualquer língua, além de possuírem as propriedades inerentes de intensidade, altura e duração com valor contrastivo no plano da sequência fónica, ou plano sintagmático, <sup>(2)</sup> têm uma qualidade específica, o **timbre**, que lhes permite oporem-se distintivamente umas às outras no plano paradigmático. Essa oposição — que não se dá apenas entre vogais, mas entre estas e as consoantes, e entre as próprias consoantes — só existe porque os sons estão organizados em sistema e constituem paradigmas que são maximamente estruturados no nível abstracto da **fonologia**. No nível concreto da **fonética**, existem variações dos elementos fonéticos que decorrem de peculiaridades individuais, regionais ou sociais, ou do meio de comunicação utilizado. Os aspectos comuns dessas variações fonéticas permitem, no entanto, que os falantes do português as interpretem como pertencendo a um único elemento do sistema, o segmento fonológico. Os segmentos fonológicos são os 'fonemas' da tradição da linguística estrutural. Na mesma tradição, as realizações fonéticas são denominadas 'fones'.

<sup>(2)</sup> Sobre estas propriedades acústicas das vogais, ver 25.3.1.

## 25.2. Identificação e distribuição dos sons

Nesta secção definem-se e estudam-se primeiramente as características específicas dos elementos do nível fonético do português, o que permitirá, posteriormente, pôr hipóteses sobre o seu sistema fonológico. Para isso observaremos os sons da língua portuguesa exemplificados nos grupos (1)-(4) que contêm palavras isoladas em que ocorrem, respectivamente, todas as vogais (acentuadas e não acentuadas ou átonas) e todas as consoantes (em posição inicial, medial e final de palavra). Para a determinação das vogais e consoantes utilizam-se **pares mínimos** de palavras, como, por exemplo, *bala* e *bola*, que têm significado diferente mas apenas se distinguem num som, o qual se considera corresponder a um segmento fonológico da língua <sup>(3)</sup>.

### Vogais e consoantes do português (nível fonético) <sup>(4)</sup>

|                         |        |           |                               |
|-------------------------|--------|-----------|-------------------------------|
| (1) <i>Vogais orais</i> |        |           |                               |
| (a) <i>Acentuadas</i>   |        |           | (b) <i>Átonas pré-tónicas</i> |
| [i] silo                | [sílʉ] | [i] mirar | [mirár]                       |
| [é] selo                | [sélu] | [u] morar | [murár]                       |
| [é] selo                | [sélu] |           |                               |
| [ɐ] telha               | [télɐ] | [ɐ] pagar | [pegár]                       |
| [á] talha               | [tálɐ] |           |                               |
|                         |        | [i] pegar | [pigár]                       |
| [ɔ] bola                | [bólɐ] |           |                               |
| [ó] bola                | [bólɐ] |           |                               |
| [ú] bula                | [búlɐ] |           |                               |

<sup>(3)</sup> O método dos *pares mínimos* foi desenvolvido pela linguística estrutural mas é utilizado por outras teorias porque permite determinar, de forma objectiva, os segmentos que os falantes reconhecem como os elementos do seu sistema fonológico.

<sup>(4)</sup> As transcrições fonéticas aqui apresentadas correspondem ao dialecto de Lisboa, e na quase totalidade ao dialecto de Coimbra, entendidos ambos como a norma-padrão do português europeu. Supõe-se, para estas transcrições fonéticas, uma pronúncia pausada mas não especialmente cuidada. As transcrições fonéticas, seja de um segmento ou de uma palavra, indicam-se entre *parênteses rectos*. Estão incluídas nas transcrições duas variantes regulares resultantes do contexto fonético: a velarização do // em final de sílaba, representada por [ʔ], e



(c) *Átonas pós-tônicas não finais* <sup>(5)</sup>

[i] súbito [súbitu]

[u] cómoda [kómudɐ]

[ɐ] sábado [sábɐdu]

[i] vértebra [vértibrɐ]

(d) *Átonas em posição final* <sup>(6)</sup>

[u] juro [ʒúru]

[ɐ] jura [ʒúɐ]

[i] jure [ʒúri]

(2) *Vogais nasais* <sup>(7)</sup>(a) *Acentuadas*

[ĩ] cinto [sítu]

[ẽ] sento [sétu]

[ẽ] mando [mẽdu]

[õ] mondo [mõdu]

[ũ] mundo [mũdu]

(b) *Átonas pré-tônicas*

cintar [sítar]

sentar [sêtár]

mandar [mẽdár]

mondar [mõdár]

mundial [mũdiál]

(3) *Consoantes*(a) *Iniciais*

[p] pala [pálɐ]

[t] tom [tõ]

[k] calo [kálu]

[f] fala [fálɐ]

[s] selo [sélɐ]

[b] bala [bálɐ]

[d] dom [dõ]

[g] galo [gálu]

[v] vala [válɐ]

[z] zelo [zélɐ]

a assimilação da fricativa /s/ em final de sílaba, representada por [ʃ] ou por [ʒ] conforme a sonoridade da consoante que se segue. Sobre estas realizações ver nota 16 e 25.2. O acento de palavra nas transcrições fonéticas está colocado sobre a vogal. Os segmentos fonológicos são colocados entre *barras oblíquas*. O alfabeto utilizado é o Alfabeto Fonético Internacional (AFI).

<sup>(5)</sup> As vogais átonas pós-tônicas não finais não podem ser determinadas a partir de pares mínimos, por não existirem no português palavras que se distingam apenas por esse segmento. Assim, os exemplos de (c) servem para identificar todas as vogais que ocorrem nessa posição.

<sup>(6)</sup> A vogal [i] pode encontrar-se em posição final em algumas palavras importadas ou cultas como *táxi* [táksi] e *júri* [ʒúri], sendo no entanto excepcional esta ocorrência.

<sup>(7)</sup> Não existem vogais nasais átonas pós-tônicas. A única nasal átona em posição final de palavra, [ẽ], está sempre incluída num ditongo, como em *pagem* [pázẽ], ditongo [ẽ], ou *órfão* [órfẽw], ditongo [ẽw], ou em formas verbais da 3.ª p. do plural como em *falam* [fálẽw], ou *batem* [batẽ].

[ʃ] chá [ʃá]  
[m] mata [mátɐ]  
[l] lato [látu][ʒ] já [ʒá]  
[n] nata [nátɐ]  
[R] rato [Rátu](b) *Mediais*

[p] ripa [Ríɸɐ]

[t] lato [látu]

[k] rasca [Ráʃkɐ]

[f] estafa [ʃtáfɐ]

[s] caça [kásɐ]

[ʃ] acha [áfɐ]

[l] mala [málɐ]

[m] gama [gémɐ]

[ɲ] sanha [sɛɲɐ]

[r] caro [káru]

[b] riba [Ríɸɐ]

[d] lado [ládɐ]

[g] rasga [Ráʒgɐ]

[v] estava [ʃtávɐ]

[z] casa [kázɐ]

[ʒ] haja [ázɐ]

[ʎ] malha [málɐ]

[n] gana [gɛnɐ]

[n] sana [sɛnɐ]

[R] carro [káru]

(c) *Finais*

[ʔ] mal [mátʔ]

[r] mar [már]

[ʃ] más [máʃ]

## Glides

No nível fonético do português encontram-se também duas **glides**, ou **semivogais** (representadas por [j] e [w]) que constituem com as vogais que as antecedem ditongos decrescentes. Estas unidades fonéticas têm características idênticas às das vogais [i] e [u] mas distinguem-se delas por terem uma pronúncia mais breve, não serem acentuáveis nem poderem constituir núcleo de sílaba <sup>(8)</sup>. Por outro lado, pode verificar-se que em português não existem pares mínimos que ponham em paralelo ditongos e sequências de duas vogais (por exemplo, *pai* [páj] vs. \*[pái]), o que indica que a vogal e a glide não contrastam fonolo-

<sup>(8)</sup> O núcleo da sílaba é constituído por uma só vogal e só as vogais podem ser núcleo. Ver adiante 26.1.

gicamente. Não existem, portanto, glides no nível fonológico do português.<sup>(9)</sup> A sua ocorrência no nível fonético está exemplificada no grupo (4) em que se incluem todos os ditongos decrescentes (ou seja, vogal seguida de glide) do português. Em ditongos nasais, as glides são necessariamente nasalizadas.

(4) *Glides fonéticas*

(a) *Orais*

|      |        |      |             |
|------|--------|------|-------------|
| [j]  |        | [w]  |             |
|      |        | [íw] | riu (verbo) |
|      |        | [éw] | meu         |
| [éj] | papéis | [éw] | véu         |
| [éj] | lei    | [ew] | saudade     |
| [áj] | pai    | [áw] | pau         |
| [ój] | rói    |      |             |
| [ój] | noite  |      |             |
| [új] | cuida  |      |             |

Como se verifica, as glides podem constituir ditongos orais com todas as vogais, excepto com as que possuem características em comum com elas: \*[ij], \*[ej], \*[ow], \*[ow], \*[uw].<sup>(10)</sup>

(b) *Nasais*

|       |     |       |       |
|-------|-----|-------|-------|
| [j̃]  |     | [w̃]  |       |
| [éj̃] | mãe | [áw̃] | mão   |
| [ój̃] | põe | [új̃] | muito |

<sup>(9)</sup> Sobre a natureza fonética das glides do português, cf. Mateus e Andrade (2000, capítulo 2.3). Ver também, adiante, 25.3. Sobre a relação das glides com a estrutura da sílaba, veja-se Roca (1994: 7.3.1); sobre a relação entre as glides e as correspondentes vogais, veja-se Kenstowicz (1994: 1.8). As glides podem ainda definir-se como sons de transição (cf. p.ex., Crystal, 1980 e eds. ss.).

<sup>(10)</sup> Os ditongos [ej] e [ow] existem em dialectos do português europeu diferentes do dialecto-padrão, e em dialectos brasileiros.

**Distribuição das vogais e consoantes (fonotáctica do português)**

Os grupos (1)-(4) incluem todas as vogais, glides e consoantes do português europeu que ocorrem no nível fonético<sup>(11)</sup>. No que respeita à **distribuição** dos segmentos, observa-se que:

- Todas as vogais orais podem ocorrer em posição acentuada, excepto a vogal [i]
- A vogal [i] ocorre entre consoantes (C-C), e entre consoante e fim de palavra (C-#), mas nunca no início. Em fala coloquial, esta vogal é normalmente suprimida.
- Em posição final ocorrem apenas três vogais, [e], [i] e [u].
- As vogais nasais são em menor número do que as orais, e não ocorrem em posição pós-tónica, excepto nos ditongos indicados na nota 7.
- O maior número de consoantes encontra-se em posição medial.
- As consoantes que ocorrem em fim de palavra são apenas [r], [ʔ] e [ʃ]. No que respeita a estas consoantes, verifica-se que:
  - [r], além de terminar palavra ou sílaba, também pode iniciar sílaba (p. ex. *mar* [már] / *caro* [ká-ru]);
  - [ʔ] apenas ocorre em final de palavra ou de sílaba (p.ex. *mal* [mát] e *maldade* [mát-dádi]).<sup>(12)</sup>
  - [ʃ] ocorre em final de palavra, mas em fim de sílaba alterna com [ʒ] conforme a sonoridade da consoante que se lhe segue (p.ex. [ʃ] em *rasca* [Ráf-kɐ] ou *suspiro* [suʃ-píru] e [ʒ] em *rasga* [Ráf-gɐ] ou *Lisboa* [liʒ-bóɐ]).
- No grupo (4) encontram-se seqüências de vogal e glide fonética, pertencentes a uma única sílaba e formando ditongos decrescentes.<sup>(13)</sup>

<sup>(11)</sup> As diferentes normas e dialectos do português possuem algumas vogais e consoantes que não se encontram incluídas nos grupos (1)-(4) e que pertencem às características dessas normas ou dos dialectos locais. De entre elas devem destacar-se:

- [t̃] e [d̃ʒ] no português do Brasil (cf. neste livro 3.3)
- [t̃], [β], [ʃ] e [ʒ], nos dialectos setentrionais de Portugal (cf. neste livro 3.2)
- [ĩ] e [ø], no dialecto de S. Miguel, Açores (cf. 3.2)

<sup>(12)</sup> Sobre a pronúncia desta consoante, ver adiante 25.3.1.

<sup>(13)</sup> Se a seqüência tiver uma ordem contrária, ou seja, glide e vogal, constitui-se um *ditongo crescente* próprio de uma fala coloquial rápida. Na fala pausada a glide é pronunciada como vogal, resultando daí uma seqüência de duas vogais e, portanto, a existência de duas sílabas (exs: *viúva* [viúvɐ] / [vjúvɐ], *voar* [vuár] / [vwár]). A seqüência de duas vogais é pouco frequente em português e denomina-se *hiato* (ex. *boa* [bóɐ]).

- (h) Nas sequências de consoantes devem distinguir-se:
- as consoantes que terminam sílaba [r,t,ʃ], e que por isso são seguidas de outras sem constituírem, no entanto, um grupo (exs. *portas*, [r-t]; *forja*, [r-ʒ]; *marcha* [r-ʃ]; *salsa*, [t-s]; *chilreio*, [t-R]; *festa* [ʃ-t]; *músculo* [ʃ-k]);
  - duas consoantes sucessivas que pertencem à mesma sílaba e que formam um grupo consonantal (exs. *entra*, [tr]; *abra*, [br]; *tecla*, [kl]; *plural*, [pl]).

Por vezes, os grupos de consoantes que iniciam sílaba seguem-se a uma consoante final de sílaba (exs. *feltro*, [t-tr], *perplexo*, [r-pl]; *descrever*, [ʃ-kr]). Fonologicamente, ou seja, a nível subjacente e sem actuação dos processos fonéticos, três consoantes é o número máximo de consoantes que podem ocorrer em sequência na língua portuguesa.

## 25.3. Classificação dos sons

Os sons da fala são as mais pequenas unidades linguísticas e consideram-se indivisíveis porque não podem segmentar-se. São, no entanto, unidades complexas por serem formadas por um conjunto de características analisáveis no que respeita à sua produção (nível articulatorio), aos seus aspectos físicos (nível acústico) e às suas qualidades perceptivas (nível auditivo ou perceptivo). A presença ou ausência dessas características, que podem ser apresentadas sob a forma de **traços distintivos** <sup>(14)</sup>, diferencia as unidades fonéticas entre si. Os traços distintivos são binários e a sua presença ou ausência indica-se, respectivamente, por [+] e [-]. Esta classificação das unidades fónicas, em que as propriedades de cada uma são discriminadas e identificadas por traços, distingue-se da classificação tradicional na qual as unidades são entendidas globalmente e se distribuem por classes como as oclusivas, as fricativas ou as dentais e palatais.

Em fonologia, os traços distintivos são entendidos como as propriedades que os falantes reconhecem intuitivamente como identificadoras dos elementos do seu sistema fonológico. Pelo facto de constituírem uma classe universal, os tra-

<sup>(14)</sup> Na obra de Jakobson, Fant e Halle (1952), foi pela primeira vez estabelecida a classe universal de traços distintivos, baseada nas características acústicas dos sons. Em Chomsky e Halle (1968: 298-329), faz-se uma revisão dessa classe de traços tendo em conta, sobretudo, as propriedades articulatorias dos sons. A escolha e definição dos traços apresentados para o português reporta-se a esta última obra.

ços reflectem as capacidades humanas de produção e percepção da fala. Sendo identificados pelos falantes, reflectem também os conhecimentos que o locutor-auditor tem da sua própria língua. Assim, considera-se que os traços distintivos, embora partam das características fonéticas dos sons, ao identificarem os segmentos fonológicos são propriedades fonológicas da língua.

### 25.3.1. Características articulatorias dos traços distintivos

Certos traços distintivos correspondem ao **modo de articulação** das unidades, como acontece com a classificação tradicional das consoantes como oclusivas, fricativas, líquidas e nasais. Os traços 'consonântico' ou 'nasal' indicados em (1) são traços de modo de articulação. Outros traços tomam como referência o **ponto de articulação** dos sons, como sucede com a classificação tradicional das consoantes como dentais, palatais, velares e uvulares. Traços como 'coronal' ou 'alto', indicados em (5), são traços de ponto de articulação. Tanto o modo como o ponto de articulação estão relacionados com propriedades articulatorias dos sons que resultam da forma como o ar, expelido dos pulmões, é modulado na **cavidade oral** e, por vezes, na **cavidade nasal** (sons nasais). A boca e as fossas nasais actuam como caixas de ressonância, e o modo como estão colocados os **articuladores** móveis (língua, dentes inferiores, véu palatino e úvula) e os articuladores fixos (dentes superiores, alvéolos e palato duro) determina a natureza do som produzido. O conjunto dos órgãos do aparelho fonador que se encontram acima da laringe — onde se situa a glote com as **cordas vocais** — constitui o **tracto vocal** <sup>(15)</sup>.

Ao passar o ar pelas cordas vocais, estas vibram quando se pretende produzir um som vozeado (ou 'sonoro'), por oposição a um som não-vozeado (tradicionalmente denominado 'surdo') em que as cordas vocais se mantêm tensas e separadas (por exemplo [b], vozeado vs. [p], não vozeado). Se o som produzido for uma vogal, ou se for uma consoante com o traço 'soante' (as líquidas, i.e. laterais [l], [ʎ] e vibrantes [r], [R], e as nasais [n], [m], [ɲ]), as cordas vocais vibram espontaneamente com a passagem do ar. Certos sons podem ser produzidos com traços secundários, ou seja, à sua articulação normal acrescenta-se um movimento articulatorio diferente que permite identificar as duas pronúncias como sendo a realização de um único segmento fonológico. Assim, o [ʃ]

<sup>(15)</sup> Sobre fonética do português, ver Delgado-Martins, (1988: capítulos 1-6), Faria, Duarte, Pedro e Gouveia (1996: capítulo 3) e Mateus, Andrade, Viana e Villalva (1990: capítulos 3 e 4).

final de sílaba e de palavra é pronunciado como [l] mas com uma elevação da língua na parte posterior da boca, o que se denomina uma velarização <sup>(16)</sup>.

Os traços distintivos necessários para cada língua são um subconjunto de uma **classe universal** de traços. Em português europeu, são necessários os traços indicados e definidos em (5), que estão seguidos das respectivas abreviaturas.

(1) *Indicação e definição dos traços distintivos* <sup>(17)</sup>

- Consonântico** ([cons]): [+consonântico] indica a existência de uma obstrução à passagem do ar, no tracto vocal (p.ex. [p] é [+consonântico]).
- Soante** ([soan]): [+soante] indica a existência de uma vibração espontânea das cordas vocais, i.e., uma passagem livre do ar (p.ex. [l] é [+soante]).
- Vozeado** ([voz]): [+vozeado] indica uma vibração das cordas vocais que pode ser espontânea, o que sucede com todos os sons [+soantes], ou pode ser voluntária, na produção dos sons que são [-soantes] e [+vozeados] (p.ex. [b] é [-soante] e [+vozeado]).
- Anterior** ([ant]): [+anterior] indica que o corpo da língua se move horizontalmente, posicionando-se na parte frontal da boca (p.ex. [s] é [+anterior]).

<sup>(16)</sup> Estas consoantes que correspondem a um único segmento mas diferem na pronúncia são denominadas, em linguística estrutural, 'alofones' de um mesmo fonema de base. Em inglês, por exemplo, certas oclusivas podem ser pronunciadas com aspiração em determinados contextos. Compare-se *spin* ['spɪn] 'rotação', com *pin* ['pɪn] 'alfinete'. Os alofones nem sempre têm traços secundários mas podem ser apenas diferentes, embora muito próximos, dos segmentos fonológicos, como [ʃ] em fim de palavra, que é a realização de /s/ fonológico mas coincide com /ʃ/ que também pode ser fonológico como em *chave* ['ʃavi]. Sobre a diferença e a proximidade dos dois segmentos, ver adiante o exemplo (5) e respectivas observações. Sobre articulação secundária, ver Kenstowicz (1994: 1.10).

<sup>(17)</sup> Na identificação dos segmentos, os traços devem ser colocados dentro de parênteses rectos, quer estejam ou não representados por abreviatura (p.ex. [coronal] ou [cor], [nasal] ou [nas] etc.).

Para classificar as consoantes referidas na nota (11), que pertencem a dialectos diferentes do dialecto-padrão do português europeu, seriam exigidos ainda os seguintes traços: **distensão retardada** que identifica a africada [tʃ], **estridente** que distingue as fricativas da fricativizada [ʃ] e **distribuído** que caracteriza as sibilantes [s] e [z] por oposição às apico-alveolares [ʃ], e [z]. Sobre estes traços e os indicados em (1), consultar Chomsky e Halle (1968: capítulo 7).

- Recuado** ([rec]): [+recuado] indica que o corpo da língua se move horizontalmente, posicionando-se na parte posterior da boca (p.ex. [k] e [u] são [+recuados]).
- Coronal** ([cor]): [+coronal] indica que a coroa da língua se eleva, quer produzindo uma obstrução (p.ex. [d] ou [t]) ou simplesmente restringindo a passagem do ar (p.ex. [s] ou [ʃ]).
- Alto** ([alt]): [+alto] indica que o corpo da língua se eleva na parte dianteira ou posterior da boca (p.ex. [u] e [ʃ] são [+altos]).
- Baixo** ([bx]): [+baixo] indica que o corpo da língua se abaixa na parte dianteira ou posterior da boca (p.ex. [a] é [+baixo]).
- Arredondado** ([arr]): [+arredondado] indica que os lábios se projectam e se arredondam (p.ex. [o] é [+arredondado]).
- Nasal** ([nas]): [+nasal] indica que o ar sai simultaneamente pela boca e pelas fossas nasais (p.ex. [n] é [+nasal]).
- Lateral** ([lat]): [+lateral] indica que o som sai pelos lados da língua (p.ex. [l] é [+lateral]).
- Contínuo** ([cont]): [+contínuo] indica que o ar sai sem oclusão no tracto vocal (p.ex. [s] ou [a] são [+contínuos]).

Nos traços contidos em (1) não está incluído o traço [silábico] com que por vezes se distinguem as vogais ([+silábicas]) das glides ([-silábicas]), visto que, não existindo glides no nível fonológico do português <sup>(18)</sup>, a distinção entre glides e vogais no nível fonético se pode fazer a partir do seu comportamento em relação ao acento e à sua posição na sílaba.

Os dois grandes grupos formados pelas vogais (V) e pelas consoantes (C) distinguem-se pelo traço [consonântico]: V [-consonântico] e C [+consonântico]. A correspondência entre os traços distintivos acima indicados e as principais classificações tradicionais é a seguinte:

(2) *Modo de articulação (consoantes)*

|                                 |                            |
|---------------------------------|----------------------------|
| oclusivas<br>[p, b, t, d, k, g] | [ -contínuas<br>-soantes ] |
|---------------------------------|----------------------------|

<sup>(18)</sup> Ver 25.2.



A identificação dos segmentos fonológicos a partir dos seus traços distintivos torna mais clara a relação que mantêm entre si e permite compreender como funcionam, tanto no plano diacrónico como no plano sincrónico, as regras e os processos que determinam a sua realização fonética. Veja-se, por exemplo, em (5) a identificação, com os traços distintivos colocados em coluna, da consoante fonológica /s/ e da fonética [ʃ] (os traços [alto], [baixo] e [arredondado] não figuram nas colunas destas consoantes porque são caracterizadores das vogais). Trata-se de duas consoantes muito próximas, o que permite que, em português, o [ʃ] final de uma palavra como *mais* [májʃ] seja a realização fonética de um /s/ fonológico.

(5) Identificação de /s/ fonológico e de [ʃ] no nível fonético

|       |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-------|------|------|------|------|------|------|---|-----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-------|------|------|------|------|------|------|
| /s/   | <table border="1"> <tr><td>+cons</td></tr> <tr><td>-soan</td></tr> <tr><td>+cont</td></tr> <tr><td>-voz</td></tr> <tr><td>-nas</td></tr> <tr><td>-lat</td></tr> <tr><td>+cor</td></tr> <tr><td>+ant</td></tr> <tr><td>-rec</td></tr> </table> | +cons | -soan | +cont | -voz | -nas | -lat | +cor | +ant | -rec | / | [ʃ] | <table border="1"> <tr><td>+cons</td></tr> <tr><td>-soan</td></tr> <tr><td>+cont</td></tr> <tr><td>-voz</td></tr> <tr><td>-nas</td></tr> <tr><td>-lat</td></tr> <tr><td>+cor</td></tr> <tr><td>-ant</td></tr> <tr><td>-rec</td></tr> </table> | +cons | -soan | +cont | -voz | -nas | -lat | +cor | -ant | -rec |
| +cons |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| -soan |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| +cont |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| -voz  |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| -nas  |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| -lat  |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| +cor  |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| +ant  |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| -rec  |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| +cons |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| -soan |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| +cont |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| -voz  |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| -nas  |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| -lat  |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| +cor  |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| -ant  |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |
| -rec  |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |   |     |                                                                                                                                                                                                                                               |       |       |       |      |      |      |      |      |      |

Analisando os traços que identificam as duas consoantes verificamos que o único traço que as distingue é o [anterior]. Constatamos assim a proximidade entre as duas consoantes, o que torna compreensível a realização fonética da consoante fonológica.

25.3.2. Redundâncias

As consoantes apresentadas em (5) estão completamente identificadas com os traços distintivos que funcionam no sistema fonológico do português. Mas ao reconhecer um segmento, o falante não recorre necessariamente a todos esses traços porque alguns deles são **redundantes** em relação a outros. Assim, ao classificar as vogais e consoantes de um sistema fonológico, não é necessário incluir a lista completa dos traços com o respectivo valor positivo ou negativo, porque esse valor pode predizer-se a partir dos traços que são **pertinentes** para o reconhecimento do segmento. Isto quer dizer que os traços caracterizadores são pertinentes e os que se podem deduzir desses traços são

redundantes. Vejamos agora como podem predizer-se os valores dos traços redundantes:

- (a) Se os traços distintivos são opostos (p.ex. [anterior] e [recuado]), os segmentos marcados com [+] num traço serão obrigatoriamente marcados com [-] no outro. (21) O que interessa, portanto, é indicar o traço que possui o valor [+].
- (b) Se um traço distintivo implica a existência de outro (p.ex. uma consoante [+soante] é sempre [+vozeada]), o valor positivo do segundo pode predizer-se a partir do valor do primeiro. O mesmo se pode dizer se essa implicação for de valor contrário, como é o caso de uma consoante [+recuada] ser sempre [-coronal].
- (c) Se, num determinado sistema fonológico, o valor de [+] ou [-] de um traço está sempre associado com o mesmo valor de outro traço (p.ex., em português, as vogais [-recuadas] são sempre [-arredondadas] e as vogais [+arredondadas] são sempre [+recuadas] (22)), o valor do primeiro traço implica o valor do segundo que, portanto, não precisa de ser especificado.
- (d) Se determinados segmentos são menos frequentes nas línguas do mundo (p.ex. as consoantes ou vogais nasais, ou as consoantes laterais), só é necessário indicar estes traços quando classificamos essas consoantes que serão, então, respectivamente [+nasais] ou [+laterais]. De outra forma entende-se que o valor desses traços é sempre [-].

Em consequência do que fica dito, a identificação de /s/ sem indicação dos traços redundantes será a seguinte:

(21) Note-se que um segmento com um traço secundário, como o /l/ velarizado ([ɫ]), pode possuir dois traços opostos com sinal [+] ([+anterior] e [+recuado]), e nesse caso é necessário especificar ambos.

(22) Note-se que o contrário não é verdadeiro, ou seja, uma vogal [+recuada] em português pode não ser [+arredondada], como sucede com o /a/. Nestas circunstâncias é necessário indicar os dois traços, porque ambos são pertinentes.

Os valores predizíveis decorrentes de um sistema fonológico podem não o ser em outra língua. Em francês, por exemplo, existem vogais fonológicas que são [+arredondadas] e [-recuadas] simultaneamente, como em *tu* [ty] que se opõe distintivamente a *tout* [tu]. Nesta língua, portanto, essas vogais terão de ser identificadas como [-recuadas] e [+arredondadas], exigindo a indicação dos valores dos dois traços.

(6) Identificação de /s/ fonológico sem traços redundantes

|     |       |
|-----|-------|
| /s/ | +cons |
|     | -soan |
|     | +cont |
|     | -voz  |
|     | +cor  |
|     | +ant  |

Foram eliminados em (6) os traços [recuado], [nasal] e [lateral] pelos motivos indicados em (a) e (d).

Note-se que os traços redundantes podem ser necessários, em certas circunstâncias, para o reconhecimento de um segmento quando, por exemplo, o meio de comunicação utilizado não permite a transmissão perfeita do som (isso pode suceder com uma conversa telefónica) ou quando o contexto fonético provoca alterações de um segmento.

### 25.3.3. Classes naturais

A verificação de que vários segmentos se podem identificar com os mesmos traços — como, por exemplo, no que respeita ao modo de articulação, as consoantes oclusivas ou, quanto ao ponto de articulação, as consoantes palatais ou as vogais baixas — permite afirmar que esses segmentos constituem uma **classe natural**. O que caracteriza a classe natural é o facto de serem necessários menos traços para identificarem, em conjunto, os segmentos que a integram do que os necessários para cada um dos segmentos em separado. Compare-se a identificação da fricativa /f/: [+contínua, -soante, +anterior, -coronal, -vozeada] com a identificação de todas as fricativas, ou seja, de /f, v, s, z, ʃ, ʒ/: [+contínua, -soante]. Os elementos de uma classe natural estão, muitas vezes, sujeitos em conjunto a processos fonológicos e fonéticos de uma determinada língua.

### 25.3.4 O modelo da geometria de traços

No quadro da teoria **autossegmental** que fundamenta a análise fonológica aqui realizada, os segmentos fonológicos situam-se em níveis autónomos e independentes (ainda que se interrelacionem) e os próprios traços distintivos tam-

bém têm autonomia<sup>(23)</sup>. Apesar de autónomos, contudo, os traços estão organizados entre si, visto que muitos deles funcionam em conjunto em certos processos fonológicos, e estão agrupados em **nós de classe** de que dependem. Estes nós estão localizados em **níveis** ou **camadas** separadas que, no nível mais alto, estão ligados directamente a um nó chamado **Raiz** do segmento. Deste nó mais alto dependem, também, alguns traços que identificam modos de articulação dos segmentos. Cada raiz está associada a uma posição num nível ou numa camada separada, chamada **esqueleto**, que consiste numa sequência de unidades de tempo abstractas. Este modelo de organização hierárquica denomina-se **geometria de traços** e evidencia, sobretudo, as relações entre as propriedades articulatórias dos sons<sup>(24)</sup>.

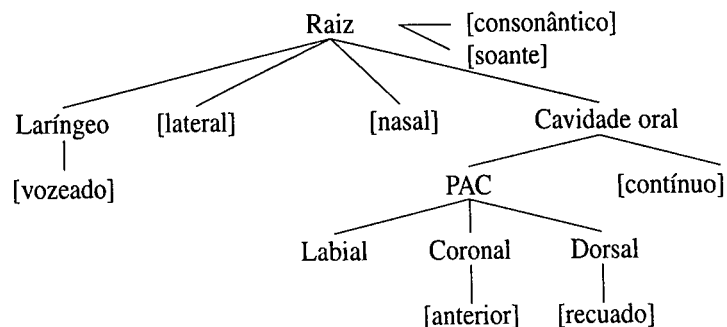
A estrutura interna de um segmento não se apresenta, portanto, como uma coluna de traços não hierarquizados como em (5) ou (6), mas a sua organização pode ser representada sob a forma de árvore. Nesta representação as posições no esqueleto estão marcadas por um X, as letras maiúsculas indicam os nós de classe e as minúsculas, os traços (que, como se disse, também podem estar directamente dependentes da Raiz).

Veja-se agora em (7) a organização dos traços apresentados em (1). Nas representações das consoantes em (7a) e das vogais em (7b), os nós de classe são o Laríngeo e a Cavidade Oral que correspondem a áreas de articulação. Do nó Laríngeo depende o traço [vozeado]. Da Cavidade Oral depende o traço [contínuo], os Pontos de Articulação e a Altura das vogais. Dadas as características específicas que distinguem as vogais das consoantes, este modelo coloca em dependências diferentes os Pontos de Articulação das Consoantes (PAC) e das Vogais (PAV), criando, neste último caso, um nó de classe Vocálico também dependente da Cavidade Oral. Na realidade, certos traços, como por exemplo os traços de Altura, são muito importantes nos processos fonológicos que incidem sobre as vogais mas não são importantes relativamente às consoantes, e por isso estão dependentes do nó de classe Vocálico.

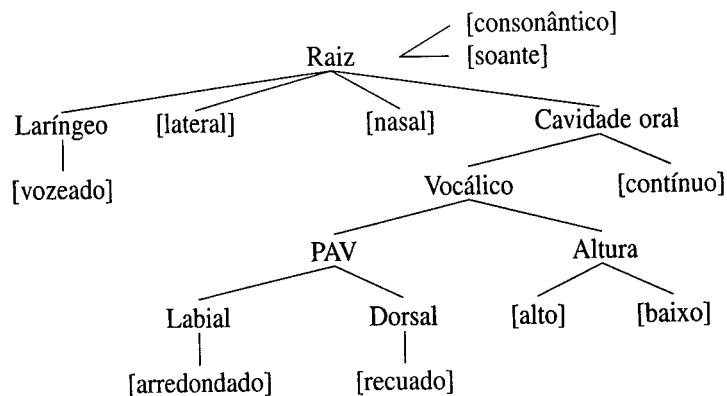
<sup>(23)</sup> Sobre a teoria autossegmental, ver: Durand (1992: capítulo 1), Goldsmith (1990, capítulo 1), Faria *et al.* (orgs.) (1996: capítulo 4) e Bisol (org.) (1999: capítulo 1). Pelo facto de integrar os segmentos e os traços em níveis autónomos, a teoria é *multilinear* por oposição à linearidade da fonologia generativa clássica que considerava apenas um nível subjacente.

<sup>(24)</sup> Sobre o modelo de geometria de traços, ver Clements (1985) e Clements e Hume (1995). Sobre a aplicação da geometria de traços na fonologia do português, ver Mateus e Andrade (2000: 2.3)

(7) (a) Representação da organização interna das consoantes



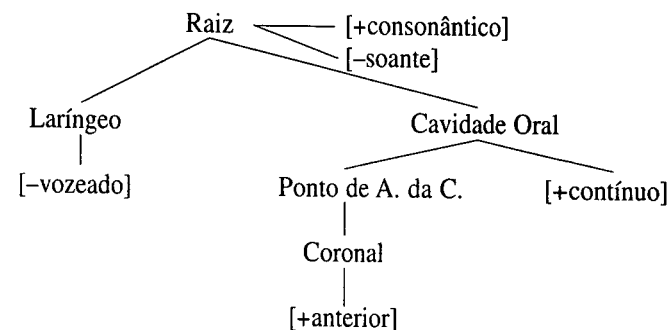
(7) (b) Representação da organização interna das vogais



Os traços [consonântico] e [soante], ligados directamente à Raiz, são os que distinguem as vogais das consoantes e, de entre estas, as oclusivas e fricativas das líquidas e nasais, definindo assim as principais classes naturais que ocorrem nas línguas do mundo. Os traços [lateral] e [nasal] também estão ligados à Raiz e definem classes naturais que correspondem a aberturas secundárias na articulação. O Ponto de Articulação das consoantes (7a) e das vogais (7b) estão dependentes do nó de classe que cobre uma grande área do aparelho fonador, a Cavidade Oral, onde se localizam sub-áreas que correspondem aos nós Labial, Coronal e Dorsal.

Em (8) está representada a organização interna dos traços da consoante fonológica /s/. Tal como se procedeu em (6), não estão incluídos os traços redundantes.

(8) Representação da estrutura interna de /s/ segundo a geometria de traços



A representação em (8) evidencia a organização dos traços distintivos da consoante e as suas características articulatórias, estabelecendo entre eles uma hierarquia de modo e ponto de articulação.

De acordo com o que foi dito, podemos agora representar os segmentos num quadro ou matriz que nos permita classificar um conjunto de segmentos, marcando as dependências dos traços em relação aos nós de classe e atribuindo a cada traço os respectivos valores: positivo, [+], ou negativo, [-]. No quadro (9) estão classificadas as vogais do nível fonológico do português apenas no que respeita ao Ponto de Articulação e à Altura (ambos dependentes do nó de classe Vocálico que caracteriza as vogais). Os traços redundantes não estão incluídos (lembre-se que as vogais [+arredondadas] são sempre [+recuadas] em português, por isso não é necessário indicar este último traço, assim como as vogais [+altas] ou [+baixas] possuem o sinal [-] no outro traço de altura). Os nós de classe são unários e marcam-se com um [•].

(9) Quadro de classificação das vogais.

| Vogais        | i | e | ɛ | a | ɔ | o | u |
|---------------|---|---|---|---|---|---|---|
| Altura        | • | • | • | • | • | • | • |
| [alto]        | + | - |   |   |   | - | + |
| [baixo]       |   | - | + | + | + | - |   |
| Dorsal        | • | • | • | • |   |   |   |
| [recuado]     | - | - | - | + |   |   |   |
| Labial        |   |   |   |   | • | • | • |
| [arredondado] |   |   |   |   | + | + | + |



### 25.3.5. Subespecificação

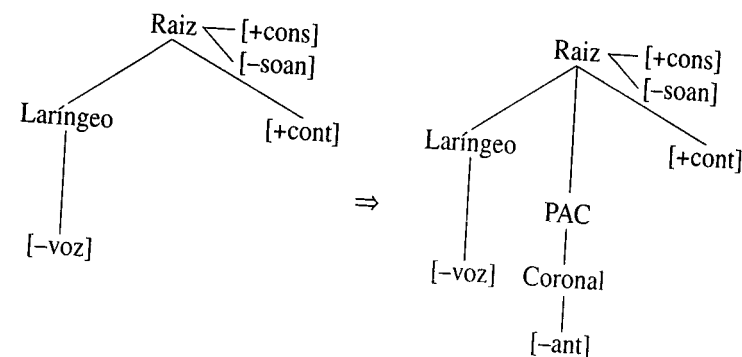
A identificação dos segmentos fonológicos não prescinde apenas dos traços redundantes. As consoantes e as vogais podem também não ser especificadas nos traços que identificam os segmentos mais frequentes — ou seja, os *não-marcados* — de cada grupo. No caso das consoantes, são as Coronais [+anteriores] as mais frequentes nas línguas do mundo, e por isso não necessitam de identificação relativamente ao Ponto de Articulação, ou seja, os traços e respectivo valor do seu Ponto de Articulação são predizíveis. <sup>(25)</sup> Uma consoante como /s/, que é Coronal e [+anterior], não necessita de ter esta especificação no nível fonológico porque é possível recuperá-la na sua realização fonética. No caso das vogais, em muitas línguas nas quais se inclui o português, é a vogal /i/ a não-marcada, ou seja, a vogal [-recuada] e [+alta]. Nesta perspectiva, os segmentos não-marcados não terão especificação relativamente aos traços previsíveis (Ponto de Articulação nas consoantes coronais e Ponto de Articulação e Altura na vogal [i]). Esta propriedade da classificação dos segmentos denomina-se **subespecificação**, e é permitida pelo funcionamento autónomo de segmentos e traços na perspectiva autosegmental. A especificação completa dos segmentos faz-se por regras “de defeito” que acrescentam os traços previsíveis <sup>(26)</sup>. Estas regras e as regras aplicáveis em cada língua, dependentes ou não do contexto em que o segmento está integrado, permitem a sua **derivação** do nível fonológico para o nível fonético.

Como exemplo pode observar-se a representação, no modelo da geometria de traços, da realização de /s/ fonológico como [ʃ] fonético. A consoante /s/ não necessita de especificação no Ponto de Articulação porque é uma Coronal [+anterior] e, portanto, subespecificada no que respeita a estes traços. Isso implica que, na representação desta consoante fonológica, apenas é necessário indicar que se trata de uma fricativa não vozeada ([+consonântica], [-soante], [+contínua] e [-vozeada]). A sua realização como [ʃ] exige, então, que se especifique apenas o Ponto de Articulação (Coronal [-anterior]) visto que ela transporta os traços que classificam o /s/. A seta (⇒) indica a relação entre as duas consoantes, fonológica e fonética.

<sup>(25)</sup> Sobre o estatuto das coronais nas línguas do mundo, ver Paradis e Prunet (1991:1-25).

<sup>(26)</sup> Sobre subespecificação, ver Archangeli (1988). Sobre subespecificação em português, ver Mateus (1996 e 1997) e Mateus e Andrade (2000: 2.4.2).

### (10) Realização de /s/ como [ʃ]



### 25.4. Processos fonológicos

No quadro da fonologia lexical <sup>(27)</sup> — que propõe uma organização da gramática no que respeita à fonologia e às suas relações com a morfologia — a componente fonológica tem duas componentes: a **componente lexical** que integra os itens lexicais e onde funcionam certos processos fonológicos, e a **componente pós-lexical**, onde funcionam outros processos. Os processos fonológicos que pertencem à componente lexical admitem exceções às regras gerais e tomam em consideração informações dos itens lexicais e da estrutura interna das palavras. Em princípio, os processos lexicais também não podem ter como resultado segmentos que não pertençam ao sistema da língua.

Na derivação da palavra, estes processos lexicais actuam antes da saída para o nível da sintaxe onde se aplicam os processos pós-lexicais. Estes processos integram regras sem exceções, podem ter como resultado segmentos que não pertencem ao sistema fonológico (p.ex., em português europeu, o [v] em *da* [dɐ] ou o [i] em *de* [dɨ]) e têm em conta a realização das palavras na frase. Muitas vezes, as regras que se aplicam na componente pós-lexical são específicas de cada dialecto de uma língua.

Um dos processos fonológicos lexicais do português é o processo do **vocalismo átono**, adiante analisado em 25.4.1. Neste processo actuam regras gerais e existem exceções à realização regular das vogais átonas do português,

<sup>(27)</sup> Sobre fonologia lexical ver, p. ex., Mohanan (1986), Anderson (1988) e Goldsmith (1990). Sobre a sua aplicação em português, ver Mateus e Andrade (2000: 5.2).

o que justifica que o consideremos como um processo pertencente à componente lexical.

Um outro processo fonológico lexical, que funciona obrigatoriamente antes do processo de vocalismo átono, é a atribuição do **acento principal de palavra** (28), visto que esse processo toma em consideração as vogais marcadas lexicalmente como não-acentuáveis. A **nasalização** é também um processo lexical. Neste processo, o traço [+nasal] funciona como um segmento autónomo, incidindo sobre a vogal e nasalizando-a (como em *irmã*, por exemplo), ou realizando-se como a consoante [n] em certas palavras derivadas, quando a vogal está seguida de outra vogal (como acontece com *irmanar*) (29).

### 25.4.1. O processo lexical do vocalismo átono

#### Regras gerais

No processo de acentuação do português não se utilizam apenas os contrastes de intensidade, altura e duração, mas também a diferença de timbre (isto é, de qualidade) entre as vogais acentuadas e as átonas. As vogais acentuadas têm, geralmente, os mesmos traços distintivos que as correspondentes fonológicas. As vogais átonas podem sofrer alteração nos traços distintivos quando se realizam foneticamente, ou podem ser suprimidas. As vogais átonas das sílabas finais, que correspondem a uma diminuição de intensidade, altura e duração, ficam sujeitas a **redução** mais facilmente do que as pré-tónicas

Como vimos, no português europeu as vogais pré-tónicas e pós-tónicas, [i, i, e, u], são em número menor do que as acentuadas, e incluem a vogal [i] que nunca surge em posição tónica. Estas vogais átonas mantêm com as acentuadas uma correspondência que se pode verificar por comparação entre palavras relacionadas morfo-fonologicamente, mas que diferem pelas vogais em que incide o acento. Nos exemplos que se seguem, as vogais tónicas do grupo (1) e as suas correspondentes átonas do grupo (2) estão indicadas em itálico>.

(28) Sobre o acento de palavra, ver adiante 26.2.

(29) Sobre o processo de nasalização, ver adiante 26.1.3. Ver também Andrade e Kihm (1987), Wetzels (1997) e Mateus e Andrade (2000: 3.3)

| (1) <i>Vogais tónicas</i> |     | (2) <i>Vogais átonas</i> |     |
|---------------------------|-----|--------------------------|-----|
| fit <i>a</i>              | [i] | fitin <i>h</i> a         | [i] |
| dedo                      | [é] | dedad <i>a</i>           | [i] |
| bater                     | [é] | bate                     | [i] |
| fest <i>a</i>             | [é] | festej <i>o</i>          | [i] |
| mel                       | [é] | melad <i>o</i>           | [i] |
| gato                      | [á] | gatin <i>h</i> o         | [e] |
| virar                     | [á] | vira                     | [e] |
| port <i>a</i>             | [ɔ] | portei <i>r</i> a        | [u] |
| fog <i>o</i>              | [ó] | foguei <i>r</i> a        | [u] |
| furo                      | [ú] | furad <i>o</i>           | [u] |

Às vogais acentuadas do grupo (1) [i, e, ε, a, ɔ, o, u], sete ao todo, correspondem apenas quatro no grupo (2), [i, i, e, u].

Para explicar a relação entre as vogais acentuadas e as vogais átonas, admitimos que no nível fonológico os segmentos correspondem às vogais acentuadas — as que apresentam mais diversidade — e que na sua realização como átonas se dão **neutralizações**, ou seja, desaparecimento de diferenças entre algumas delas, pela aplicação de **regras fonológicas**. A comparação entre os grupos (1) e (2) mostra-nos as seguintes modificações:

#### (3) *Realização das vogais átonas:*

/a/ fonológico realiza-se como [e] fonético;  
 /e/, /ε/ fonológicos realizam-se como [i] fonético;  
 /o/, /ɔ/ fonológicos realizam-se como [u] fonético;  
 /i/ e /u/ não se alteram (30).

(30) Em posição final de formas verbais a vogal /i/ realiza-se como [i] como se pode verificar nos pares *partir* [pɛrtir] / *parte* [párti].

Estas modificações representam-se do seguinte modo:

(4) *Vogais fonológicas vs. vogais átonas correspondentes*

|          |   |     |
|----------|---|-----|
| /a/      | → | [ə] |
| /e/, /ɛ/ | → | [i] |
| /o/, /ɔ/ | → | [u] |
| /i/      | → | [i] |
| /u/      | → | [u] |

As realizações fonéticas das vogais átonas decorrem da aplicação das regras gerais do vocalismo átono do português europeu que se representam em (5) com indicação dos traços distintivos <sup>(31)</sup>:

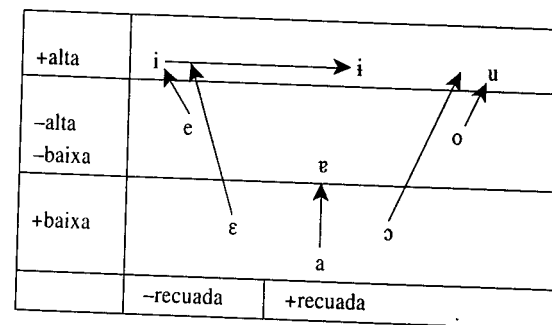
(5) *Regras gerais do vocalismo átono*

|     |        |                                                                               |   |     |                                                                               |
|-----|--------|-------------------------------------------------------------------------------|---|-----|-------------------------------------------------------------------------------|
| (a) | /a/    | $\left[ \begin{array}{c} +\text{baixa} \end{array} \right]$                   | → | [ə] | $\left[ \begin{array}{c} -\text{baixa} \end{array} \right]$                   |
| (b) | /e, ɛ/ | $\left[ \begin{array}{c} -\text{alta} \\ -\text{recuada} \end{array} \right]$ | → | [i] | $\left[ \begin{array}{c} +\text{alta} \\ +\text{recuada} \end{array} \right]$ |
| (c) | /o, ɔ/ | $\left[ \begin{array}{c} -\text{alta} \\ +\text{recuada} \end{array} \right]$ | → | [u] | $\left[ \begin{array}{c} +\text{alta} \\ +\text{recuada} \end{array} \right]$ |

Observa-se em (5a)-(5c) uma elevação de todas as vogais fonológicas quando não acentuadas: /a/, [+baixa], realiza-se como [-baixa]; /e, ɛ, o, ɔ/ realizam-se como [+altas]; /e, ɛ/ tornam-se também [+recuadas]. Estas observações mostram que o vocalismo átono do português europeu sofreu um processo de **elevação** e de **recuo**. A elevação reconhece-se no facto de as vogais subirem um ou dois graus de altura quando não acentuadas; o recuo entende-se porque as vogais fonológicas [-recuadas] /e/ e /ɛ/ têm como realização [i], que é [+recuada], o mesmo sucedendo com [i] em certas circunstâncias de contexto (cf. nota 30). Este processo está representado no seguinte diagrama:

<sup>(31)</sup> Sobre as regras das vogais átonas no modelo da fonologia generativa standard — regras gerais e excepções regulares — ver Mateus (1975: 1.3.2 e capítulo 4).

(6) *Elevação e recuo das vogais átonas*



Em (6) a elevação das vogais [-recuadas] desenvolve-se em duas fases, integradas em duas componentes da gramática, uma em que se dá a elevação, a componente lexical, e outra em que se dá o recuo, a componente pós-lexical.

**Excepções à aplicação das regras gerais**

Em português europeu nem todas as vogais átonas estão sujeitas à modificação de timbre pela aplicação das regras gerais indicadas em (5). Em certos contextos, as vogais fonológicas não sofrem alteração na sua realização fonética quando não acentuadas. Dado que se pode determinar o contexto que impede a aplicação das regras, considera-se que se trata de **excepções regulares** ao processo do vocalismo átono. Quando é impossível determinar o contexto responsável pelo funcionamento excepcional das vogais, entende-se que existe no item lexical da palavra uma informação ou marca que impede a referida aplicação das regras. Estes dois tipos de excepções são tratados separadamente.

(a) *Excepções regulares*

Vejam-se os seguintes contextos que impedem a aplicação das regras das vogais átonas:

— As vogais átonas de (7) não manifestam alteração em relação às acentuadas por pertencerem a **silabas terminadas por /l/** ([l̥] fonético), contexto que impede a alteração do timbre.

|     |       |     |         |     |
|-----|-------|-----|---------|-----|
| (7) | salto | [á] | salto   | [a] |
|     | mal   | [á] | maldade | [a] |

|          |     |         |     |
|----------|-----|---------|-----|
| relva    | [ɛ] | relvado | [ɛ] |
| belo     | [ɛ] | beldade | [ɛ] |
| incrível | [ɛ] |         |     |
| golpe    | [ɔ] | golpear | [ɔ] |
| volta    | [ɔ] | voltar  | [ɔ] |
| solta    | [ó] | soltar  | [o] |
| volvo    | [ó] | volver  | [o] |

— As vogais pertencentes a **ditongos decrescentes** também são excepção à regra geral das não acentuadas <sup>(32)</sup>. Veja-se (8).

|     |        |      |            |      |
|-----|--------|------|------------|------|
| (8) | bairro | [áj] | bairrista  | [aj] |
|     | gaita  | [áj] | gaitinha   | [aj] |
|     | loira  | [ój] | aloirada   | [oj] |
|     | boi    | [ój] | boiada     | [oj] |
|     | causa  | [áw] | causar     | [aw] |
|     | pausa  | [áw] | pausado    | [aw] |
|     | deus   | [éw] | endeusar   | [ew] |
|     | pneu   | [éw] | pneumático | [ew] |

— Em (9) estão exemplos de palavras em que a vogal átona não reduz, mostrando até uma certa variação de altura ([+baixa] / [-baixa] / [+alta]), por se encontrar em **início absoluto de palavra**.

|     |          |           |
|-----|----------|-----------|
| (9) | obreiro  | [o]       |
|     | olhar    | [o] / [ɔ] |
|     | ermida   | [e] / [i] |
|     | elefante | [i]       |

— As palavras de (10) integram os sufixos *-zinho*, *-zito*, *-zona* e outros iniciados por *-z*, denominados *z-avaliativos* (cf. (10a)) <sup>(33)</sup>, e o sufi-

<sup>(32)</sup> A sequência gráfica *ou*, pronunciada na norma-padrão do português europeu como a vogal [o] (p. ex.: *tourada* [toráde]), representa o ditongo que está na origem histórica desta vogal — e que em dialectos do norte ainda é pronunciado como ditongo. O facto de não ter havido aplicação da regra de vocalismo átono /o/ → [u] torna este caso paralelo dos incluídos no grupo (8).

<sup>(33)</sup> Sobre este tipo de sufixos, ver capítulo 24.

xo *-mente* (cf. (10b)). Nestas palavras, a vogal acentuada de base conserva as suas características embora não tenha o acento principal.

|      |     |              |     |
|------|-----|--------------|-----|
| (10) | (a) | devagarzinho | [a] |
|      |     | sozinha      | [ɔ] |
|      |     | carazita     | [a] |
|      |     | florzita     | [o] |
|      |     | mulherzona   | [ɛ] |
|      | (b) | facilmente   | [a] |
|      |     | secamente    | [e] |
|      |     | belamente    | [ɛ] |
|      |     | fortemente   | [ɔ] |

As palavras exemplificadas em (10) são as únicas que a gramática tradicional considera conterem um “acento secundário”. Na realidade, estes nomes e adjectivos formados com os sufixos *z-avaliativos* e os advérbios com *-mente* possuem uma estrutura morfológica própria, dado que a sua forma de base é uma palavra e o sufixo também funciona como uma palavra. Assim, a estrutura morfológica de *bolazinha* é a seguinte:

(11) ## bol+a # zinh+a ##

(b) *Excepções marcadas no léxico*

No grupo (12) estão incluídas verdadeiras excepções à regra geral do vocalismo átono, cuja causa é histórica e não analisável a nível sincrónico. Assim, estas palavras estão marcadas no nível lexical, nas respectivas formas de base, como não sujeitas à regra geral, e como tal são aprendidas pelos falantes <sup>(34)</sup>.

|      |     |           |     |     |         |     |
|------|-----|-----------|-----|-----|---------|-----|
| (12) | (a) | invasor   | [a] | (b) | pregar  | [ɛ] |
|      |     | relator   | [a] |     | corar   | [ɔ] |
|      |     | redacção  | [a] |     | aquecer | [ɛ] |
|      |     | protector | [ɛ] |     |         |     |
|      |     | absorver  | [ɔ] |     | adoptar | [ɔ] |

<sup>(34)</sup> A não redução das vogais átonas nestes casos é por vezes indicada ortograficamente com uma consoante etimológica. No entanto, há palavras com as mesmas características que não têm indicação ortográfica, como se pode verificar nos exemplos incluídos em (12). Nas palavras de (12b) as vogais átonas têm origem histórica em duas vogais seguidas que se fundiram.

Verifica-se nos exemplos de (1)-(12) que, a par das vogais [i, i, e, u], resultantes da aplicação das regras gerais do vocalismo átono e que constituem um sistema reduzido em número de elementos e em perceptibilidade dos sons, *todas as outras vogais podem igualmente ocorrer em posição átona* nos contextos de excepção. Esta é uma das peculiaridades do português europeu.

## 25.4.2. Processos pós-lexicais

Os processos da *componente pós-lexical* no português europeu ocorrem normalmente no final das sílabas. São pós-lexicais os seguintes:

- (a) **Velarização** da consoante /l/ em final de sílaba <sup>(35)</sup> (p.ex. *mal* [mát], *maldade* [maɫdádi]);
- (b) **Palatalização** do /s/ em final de sílaba ou de palavra, isto é, realização do /s/ fonológico como uma palatal <sup>(36)</sup>. Esta consoante palatal é pronunciada como [-vozeada] ([ʃ]) ou [+vozeada] ([ʒ]) de acordo com o valor do traço [vozeado] da consoante seguinte, dando-se, portanto, uma *assimilação* desse valor pela palatal (p.ex. *pasta* [páʃtɐ], *dois patos* [dóʒ pátu]); *mesmo* [méʒmu], *dois bois* [dóʒ bóʒ]);
- (c) **Inserção** de uma glide nasalizada a seguir às vogais nasais acentuadas de certos nomes e adjectivos /alema [+nasal]/ → /alemẽ/ → [ɛlimẽw] e a seguir às vogais finais nasais das terceiras pessoas do plural dos verbos (p.ex. *batem* /bat+ e [+nasal]/ → /bátẽ/ → [bátẽ]), formando-se em ambos os casos ditongos nasais. <sup>(37)</sup>
- (d) **Dissimilação** dos dois elementos dos ditongos nasais nas terceiras pessoas do plural dos verbos, passando a vogal [ẽ] a [+recuada], ou seja, [ẽ̃], e assim se distanciando da glide [-recuada] [j] ([bátẽ] → [bátẽ̃]).
- (e) **Recuo** das vogais átonas /e/ e /ɛ/, [-recuadas], de que resulta a vogal [i], [+recuada] (p.ex. *meto* [métu] / *meter* [mítér], *pego* [pégu] / *pegar* [pigár]). <sup>(38)</sup> Esta regra aplica-se na componente pós-lexical visto que, como foi dito, os processos lexicais não podem criar um segmento que não exista no sistema fonológico.

<sup>(35)</sup> Sobre as características articulatórias do [ɫ] velarizado, ver 25.3.1.

<sup>(36)</sup> Sobre os traços de ponto de articulação das palatais, ver 25.3.1.

<sup>(37)</sup> Sobre a estrutura interna dos verbos ver 25.5.2; sobre a criação de ditongos nasais, ver também 26.1.4.

<sup>(38)</sup> Sobre o recuo destas vogais, ver 25.4.1.

Em (a)-(e) estão indicados alguns dos processos mais frequentes nas línguas do mundo — velarização, palatalização, assimilação, inserção e dissimilação — que, por serem pós-lexicais nos casos referidos, não têm em conta marcações lexicais nem admitem excepções <sup>(39)</sup>. Na origem destes processos estão factores de vária ordem como os de carácter articulatorio (modificações do aparelho fonador para facilitar a pronúncia de sons em sequência) e perceptivo (inserção de segmentos ou dissimilação de dois segmentos seguidos), e factores sociolinguísticos como o contacto com outras línguas. No entanto, não podemos justificar por que uma língua apresenta determinadas características e não outras igualmente possíveis. A análise linguística permite-nos apenas explicar o que é universal e o que é idiossincrático de uma língua e com essa explicação concorrer para o conhecimento da gramática universal.

## 25.5. Análise fonológica de processos morfológicos

As regras e os processos da componente fonológica actuam muitas vezes em função de certas propriedades idiossincráticas dos itens lexicais, como vimos no que respeita às vogais não acentuáveis marcadas nos itens lexicais. Também a categoria sintáctica e as propriedades morfológicas que estão adstritas aos itens podem desencadear a actuação de processos da fonologia evidenciando a relação existente entre as componentes da gramática. Nesta secção analisam-se processos fonológicos decorrentes da formação do **plural dos nomes e adjectivos**, e processos que actuam para a constituição de certas **formas verbais**, tomando em consideração não só a categoria sintáctica da palavra mas também a sua estrutura interna. Como se disse atrás, este tipo de processos pertence à componente lexical da fonologia.

<sup>(39)</sup> Estes mesmos processos actuaram diacronicamente. São exemplos de *assimilação*: *datu* > *dado* (a consoante passa a [+vozeada] por influência do vozeamento das vogais), *muliere* > *mulher* (a consoante passa a palatal, [+alta], por influência do traço [alto] da vogal *i*, que posteriormente é suprimida), *mirabilia* > *maravilha* (a vogal torna-se igual à vogal da sílaba seguinte); de *inserção de glide*: *arena* > *arẽa* > *areia* (entre as vogais *ẽa* em sequência foi inserida uma glide, [j]); de *inserção de consoante*: *umeru* > *un'ru* > *ombro* (entre *m* e *r* é introduzido um *b* que forma com *r* um grupo próprio); de *supressão*: *populu* > *poplu* > *povo*, *oculu* > *oclu* > *olho* (a vogal *u*, átona, é suprimida, dando-se posteriormente uma simplificação do grupo de consoantes). Sobre processos que actuaram diacronicamente na formação e evolução da língua portuguesa, consultar uma gramática histórica, como, por exemplo, Nunes (1930 e eds. ss., capítulo V).

### 25.5.1. Análise fonológica da formação do plural

O plural das palavras em português forma-se, como foi dito, pela adjunção do sufixo *-s*. Quando o radical está seguido do índice temático, essa adjunção tem apenas como consequência a palatalização pós-lexical do sufixo (p.ex. /gat+o+s/ → [gátuʃ]). Porém, nas palavras terminadas na consoante do radical, a formação do plural não é obtida apenas pelo acrescentamento do sufixo. Considerem-se os seguintes exemplos:

- (1) *amor* [emór]                      *amores* [emóriʃ]  
       *português* [purtugéʃ]            *portugueses* [purtugéziʃ]

Nestes casos, entre a consoante final do radical e o sufixo do plural ocorre uma **vogal epentética**, a vogal [i] que é a vogal não-marcada do português europeu em estrutura de superfície. Esta vogal vem ocupar a posição do índice temático do nome <sup>(40)</sup>e, do ponto de vista silábico, vem preencher o núcleo da sílaba que se forma pela adjunção do /s/. Em (2) pode ver-se a divisão silábica da palavra *valor* no singular e a alteração da última sílaba na formação do plural (os pontos separam sílabas).

- (2) *va.lor* → *va.lo.res* [vɐ.ló.rɨʃ]

Note-se que em (2), o /r/ que termina o radical, e que seria final de sílaba se a palavra estivesse no singular, passa a iniciar uma nova sílaba que se formou no plural. Quando o radical termina em /s/, como em *português*, por exemplo, a sua realização no plural é [z] por ser o início da sílaba criada com a introdução da vogal ([purtugéziʃ]).

Observe-se agora a formação do plural das palavras integradas em (3):

- (3) *animal* [ɐnimál]                      *animais* [ɐnimájʃ]  
       *anel* [ɐnéʃ]                            *anéis* [ɐnéʃʃ]  
       *lençol* [lɛ̃sól]                        *lençóis* [lɛ̃sólʃ]  
       *paul* [pɐúl]                            *paúis* [pɐúijʃ]  
       *funil* [funíl]                            *funis* [funíʃ]

<sup>(40)</sup> Sobre índices temáticos, ver 22.3.

No plural destas palavras, o /l/ final do radical realiza-se como glide e junta-se à vogal anterior. Neste caso não há lugar à inserção da vogal epentética porque o /l/ perde o traço de consoante e constitui núcleo de sílaba com a vogal que o precede, formando um ditongo <sup>(41)</sup>. Em (4) está a representação deste processo na última sílaba da palavra *animal*:

- (4) *a.ni.mal* → *a.ni.mais* [ɐ.ni.májʃ]

Os nomes e adjectivos terminados em ditongo nasal também apresentam algumas particularidades na formação do plural. Vejam-se os seguintes exemplos:

- (5) (a) *irmão* [irmẽw̃]                      *irmãos* [irmẽw̃ʃ]  
       (b) *alemão* [ɐlimẽw̃]                *alemães* [ɐlimẽjʃ]  
       (c) *ladrão* [lɛdrẽw̃]                *ladrões* [lɛdrõjʃ]

Os exemplos de (5 a-c), cujas terminações coincidem no singular, mostram diferenças no plural. Essas diferenças têm a seguinte explicação <sup>(42)</sup>:

- *irmão* é formado em estrutura de base por /irma [+nasal]+o/, em que a vogal do radical, nasalizada por assimilação do traço nasal <sup>(43)</sup>, e o índice temático /o/, que se realiza como uma glide nasalizada [w̃] por estar precedida de uma vogal nasal, formam um ditongo. A esta terminação junta-se o sufixo do plural, resultando a forma fonética [irmẽw̃ʃ].
- *alemão* é formado por /alema [+nasal]/, sem índice temático. A vogal final do radical é acentuada e nasalizada por assimilação do traço nasal, foneticamente [ẽ]. A seguir à vogal é inserida a glide [-recuada] e nasalizada [j] que com ela forma ditongo <sup>(44)</sup>. Da junção do sufixo do plural resulta a forma fonética [ɐlimẽjʃ].

<sup>(41)</sup> Quando a vogal do radical é um /i/ tónico, a glide resultante do /l/ funde-se com ela (ex. *funis* /funi+s/ → /funij+s/ → [funíʃ]). Se se tratar de um /i/ átono (em palavras excepcionais como *hábil*, *fútil*) a glide não se funde com a vogal do radical e esta dissimila em relação à glide, realizando-se como [ɐ] na maioria dos dialectos (*hábeis* /ábil+s/ → /ábij+s/ → [ábeijʃ]). Note-se que a realização do /l/ final de sílaba como glide é habitual na maioria dos dialectos do português brasileiro e em muitas outras línguas.

<sup>(42)</sup> A explicação aqui apresentada tem por base os dados sincrónicos. Diacronicamente, a variação destas terminações nasais tem uma explicação etimológica.

<sup>(43)</sup> Sobre o processo de nasalização, ver também 26.1.4.

<sup>(44)</sup> Esta inserção da glide nasal, que é interpretada tradicionalmente como uma *ditongação* da vogal nasal, também ocorre quando a vogal se encontra em final absoluto de palavra, como nas terceiras pessoas do plural dos verbos. Cf. adiante a análise fonológica da flexão verbal.

— *ladrão* é formado por /ladro [+nasal]/, sem índice temático. Também nesta forma a vogal final do radical é acentuada e nasalizada por assimilação do traço nasal, foneticamente [õ̃]. A seguir à vogal é inserida a glide [-recuada] e nasalizada [j] que com ela forma ditongo. Da junção do sufixo do plural resulta a forma fonética [lədrõ̃j].

A diferença entre as formas do plural decorre, portanto, de dois aspectos: uma distinção na vogal final do radical e ausência de índice temático em *alemães* e *ladrões*. No singular, as vogais do radical acentuadas e nasalizadas nas formas de (5b) e (5c) encontram-se em final absoluto de palavra, e por isso ditongam tal como no plural, mas a glide inserida é [+recuada] como as vogais [ẽ̃] e [õ̃] e nasalizada como as vogais, ou seja, [w̃]. Desta ditongação resultam as formas [ɛlimẽ̃w] e [lədrõ̃w]. A sequência [õ̃w], em que os dois elementos do ditongo são muito próximos, realiza-se na maioria dos dialectos do português europeu como [ẽ̃w] por dissimilação, isto é, pela criação de uma maior distância fonética entre a vogal e a glide<sup>(45)</sup>. São estas realizações fonéticas que provocam a convergência, no singular, dos três tipos de palavras com estruturas internas distintas<sup>(46)</sup>.

Alguns nomes e adjectivos com vogal tónica [o] no masculino singular, alternam essa vogal com [ɔ] nas formas do plural, como nos exemplos seguintes.

|     |               |          |                |          |
|-----|---------------|----------|----------------|----------|
| (6) | <i>porco</i>  | [pórku]  | <i>porcos</i>  | [pórku]  |
|     | <i>guloso</i> | [gulózu] | <i>gulosos</i> | [gulózu] |

A alternância da vogal tem sido explicada, do ponto de vista diacrónico, como uma consequência da influência assimilatória do -u- final da forma masculina sobre um -o- aberto, resultante de uma vogal breve latina, que assim teria passado a vogal fechada<sup>(47)</sup>. Sincronicamente, pode pôr-se a hipótese de que a vogal tónica sujeita a alternância é uma vogal média baixa no nível fonológico, /ɔ/, que se realiza como média alta, [o], quando antecede uma sílaba final de palavra terminada numa vogal alta e arredondada<sup>(48)</sup>.

<sup>(45)</sup> Formas como [lədrõ̃w], em que não houve a criação de distância entre os dois elementos do ditongo, podem encontrar-se em dialectos do norte de Portugal.

<sup>(46)</sup> O plural de certos nomes e adjectivos cujo radical termina em /s/ não se distingue foneticamente do singular, como em *alferes*, *cais*, *simples*. Sobre o plural destas palavras, cf. 22.5.1.

<sup>(47)</sup> Esta é a opinião de Piel (1942: 367), habitualmente aceite. Na gramática tradicional, este tipo de assimilação em que os dois elementos não são adjacentes denomina-se *metafonia*.

<sup>(48)</sup> Sobre a explicação sincrónica desta alternância no modelo generativo clássico, ver *Histórias de O* em Andrade (1994).

## 25.5.2. Análise fonológica da flexão verbal

Do ponto de vista fonológico, os tempos simples repartem-se por três grupos que têm diferentes comportamentos no que diz respeito à incidência do acento tónico<sup>(49)</sup>, ao comportamento da *Vogal Temática*, à *Harmonização Vocálica*, ao *Abaixamento da Vogal do Radical* e à ocorrência de irregularidades:

### (7) Tempos do presente

Presente do Indicativo  
Presente do Conjuntivo  
Imperativo  
Gerúndio  
Infinitivo não flexionado  
Infinitivo flexionado

### Tempos do passado

Imperfeito do Indicativo  
Perfeito do Indicativo  
Mais-que-perfeito do Indicativo  
Imperfeito do Conjuntivo  
Futuro do Conjuntivo  
Particípio passado

### Tempos do futuro

Futuro do Indicativo  
Condicional

Nas verbos em português, como em muitas línguas românicas, a *Vogal Temática* é o ponto nevrálgico da estrutura interna das formas verbais. Em certas formas essa vogal é suprimida, causando uma deslocação do acento de palavra e assimilando a última vogal do radical no traço de altura (ver adiante *Supressão da Vogal Temática e Harmonização Vocálica*); em outras formas em que a vogal temática se mantém, verifica-se um abaixamento da vogal do radical (ver *Abaixamento da Vogal do Radical*); em certas formas dos tempos do passado, a vogal temática fica sujeita a assimilações provocadas pelos sufixos verbais (ver *Alterações da Vogal Temática*).

<sup>(49)</sup> Sobre a atribuição do acento de palavra, cf. 26.2.

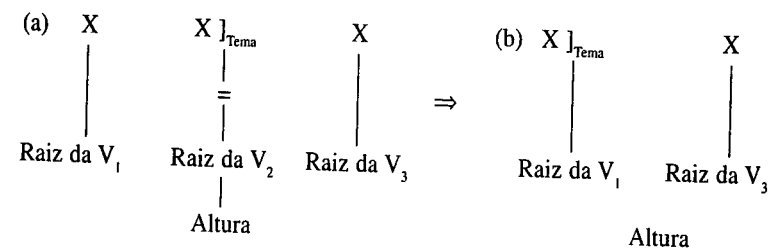
## Supressão da vogal temática

Nos tempos do presente, a Vogal Temática, que está na estrutura de base, é **suprimida** quando à sua direita se encontra uma vogal, como o sufixo da primeira pessoa do singular do Presente do Indicativo, *o*, ou o sufixo do presente do conjuntivo (*e* primeira conjugação e *a* nas segunda e terceira conjugações). Veja-se a constituição interna das formas do Presente do Indicativo e do Presente do Conjuntivo dos verbos *falar*, *bater* e *partir* em (8) e as correspondentes formas de superfície em (9).

|     |                               |                     |                      |  |  |  |
|-----|-------------------------------|---------------------|----------------------|--|--|--|
| (8) | <i>Presente do Indicativo</i> |                     |                      |  |  |  |
|     | fal + a + o                   | bat + e + o         | part + i + o         |  |  |  |
|     | fal + a + s                   | bat + e + s         | part + i + s         |  |  |  |
|     | fal + a                       | bat + e             | part + i             |  |  |  |
|     | fal + a + mos                 | bat + e + mos       | part + i + mos       |  |  |  |
|     | fal + a + (d)es               | bat + e + (d)es     | part + i + (d)es     |  |  |  |
|     | fal + a + e + m               | bat + e + m         | part + i + m         |  |  |  |
|     | <i>Presente do Conjuntivo</i> |                     |                      |  |  |  |
|     | fal + a + e                   | bat + e + a         | part + i + a         |  |  |  |
|     | fal + a + e + s               | bat + e + a + s     | part + i + a + s     |  |  |  |
|     | fal + a + e                   | bat + e + a         | part + i + a         |  |  |  |
|     | fal + a + e + mos             | bat + e + a + mos   | part + i + a + mos   |  |  |  |
|     | fal + a + e + (d)es           | bat + e + a + (d)es | part + i + a + (d)es |  |  |  |
|     | fal + a + e + m               | bat + e + a + m     | part + i + a + m     |  |  |  |
| (9) | /fal + a + o/                 | →                   | falo [fálu]          |  |  |  |
|     | /fal + a + e/                 | →                   | fale [fáli] etc.     |  |  |  |
|     | /bat + e + o/                 | →                   | bato [bátu]          |  |  |  |
|     | /bat + e + a/                 | →                   | bata [báte] etc.     |  |  |  |
|     | /part + i + o/                | →                   | parto [pártu]        |  |  |  |
|     | /part + i + a/                | →                   | partas [párte] etc.  |  |  |  |

A supressão da Vogal Temática implica a supressão da posição que essa vogal ocupa na estrutura subjacente. Por sua vez, a supressão dessa posição deixa ficar o traço de Altura da Vogal Temática como um **segmento flutuante** <sup>(50)</sup> que não está ligado a nenhuma posição. A regra seguinte representa este processo:

(10) Regra de supressão da Vogal Temática (Tempos do Presente)



Na parte (a) da regra estão indicadas as três vogais — Vogal do Radical, Vogal Temática e Vogal do Sufixo — em que a respectiva Raiz tem a correspondente posição no esqueleto representada por X. Note-se que a primeira vogal, a do radical (aqui indicada como  $V_1$ ) pode preceder imediatamente a segunda, a vogal temática ( $V_2$ ), ou estar separada dela por uma ou duas consoantes sem que isso tenha consequências <sup>(51)</sup>. A condição necessária é que a vogal temática esteja imediatamente seguida da vogal do sufixo ( $V_3$ ).

Na parte (b) da regra, a posição da vogal temática e a Raiz dessa vogal já não figuram, tendo ficado a Altura como segmento flutuante. A vogal do radical ( $V_1$ ) passou assim a ser a última vogal do tema.

Verifica-se, portanto, que a supressão da vogal temática que em (a) está representada pelo corte na Raiz da  $V_1$  associada à posição X deixa, em (b), o respectivo traço de Altura como segmento flutuante. Veremos a seguir que a *Harmonização Vocálica* nos verbos do português resulta exactamente da projecção da altura da vogal temática sobre a vogal do radical.

<sup>(50)</sup> Ver também 26.1.4 sobre o segmento flutuante no processo de nasalização.

<sup>(51)</sup> Os verbos que servem de exemplificação têm uma ou duas consoantes entre a vogal do radical e a vogal temática (cf. /fal + a + r/ e /part + i + r/). Em verbos cujo radical termina em vogal, como *doer* ou *sair*, também se dá a supressão da vogal temática (cf. *doa* /do + e + a/ → [dóe]; *doas* /do+e+a+s/ → [dóes], etc.), embora por vezes exista, em superfície, uma glide introduzida no lugar que essa vogal temática ocupava (cf. *caia* /ka+i+a/ → [kájɐ]).



## Harmonização vocálica

Uma das mais peculiares características dos verbos que possuem [e], [ɛ], [o], [ɔ] como última vogal do radical é a **alternância de altura** que esta vogal apresenta quando acentuada, se compararmos as três conjugações<sup>(52)</sup>. A alternância ocorre na primeira pessoa do singular do Presente do Indicativo (cf. 11a) e nas primeira, segunda e terceira pessoas do singular e terceira do plural do Presente do Conjuntivo (cf. 11b).

|      |                                   |         |         |         |         |          |
|------|-----------------------------------|---------|---------|---------|---------|----------|
| (11) | levar                             | morar   | dever   | mover   | ferir   | dormir   |
|      | (a) <i>Presente do Indicativo</i> |         |         |         |         |          |
|      | l[é]vo                            | m[ɔ]ro  | d[é]vo  | m[ó]vo  | f[í]ro  | d[ú]rmo  |
|      | (b) <i>Presente do Conjuntivo</i> |         |         |         |         |          |
|      | l[é]ve                            | m[ɔ]re  | d[é]va  | m[ó]va  | f[í]ra  | d[ú]rma  |
|      | l[é]ves                           | m[ɔ]res | d[é]vas | m[ó]vas | f[í]ras | d[ú]rmas |
|      | l[é]ve                            | m[ɔ]re  | d[é]va  | m[ó]va  | f[í]ra  | d[ú]rma  |
|      | l[é]vem                           | m[ɔ]rem | d[é]vam | m[ó]vam | f[í]ram | d[ú]rmam |

As formas verbais incluídas em (11) mostram que as vogais acentuadas são:

- (i) [é] e [ɔ] nos verbos de vogal temática /a/ (1.<sup>a</sup> conjugação)
- (ii) [é] e [ó] nos verbos de vogal temática /e/ (2.<sup>a</sup> conjugação)
- (iii) [í] e [ú] nos verbos de vogal temática /i/ (3.<sup>a</sup> conjugação)

Como se verifica, as vogais baixas [ɛ] e [ɔ], médias [e] e [o] e altas [i] e [u] acentuadas ocorrem nas formas em que a vogal temática foi suprimida (cf. regra (10)). Nestas formas verbais, os verbos *levar* e *morar*, com vogal temática baixa /a/, têm uma vogal baixa no radical; os verbos *dever* e *mover*, com vogal temática média /e/, têm uma vogal média no radical; os verbos *ferir* e *dormir*, com vogal temática alta /i/, têm uma vogal alta no radical.

Trata-se claramente de uma assimilação condicionada pela vogal temática, habitualmente denominada **Harmonização Vocálica**, e que consiste na projec-

<sup>(52)</sup> Como veremos adiante, esta alternância não permite identificar as vogais subjacentes como /e/ ou /ɛ/, /o/ ou /ɔ/. Assim, referiremos sempre estas quatro vogais como ocorrem no nível fonético.

ção dos traços de altura da vogal temática sobre a vogal do radical acentuada. Deve notar-se que as vogais do radical assimilam apenas os traços de altura, mantendo os valores dos traços [recuado] e [arredondado].

A harmonização vocálica não ocorre com os verbos com vogal do radical /i/ e /u/, como se pode verificar em *virar* e *furar* ou *viver*<sup>(53)</sup>.

- (12) viro      v[í]ro (e não \*v[é]ro)  
       furo      f[ú]ro (e não \*f[ɔ]ro)  
       vivo      v[í]vo (e não \*v[é]vo)

Além disso, os verbos cuja última vogal do radical é /a/ também não exibem uma alternância, o que é evidente nas formas de *falar*, *bater* e *partir* que mantêm a vogal baixa nas três conjugações, independentemente, portanto, da altura da vogal temática (vejam-se os exemplos em (13)).

- (13) falo      f[á]lo      f[á]le  
       bato      b[á]to      b[á]ta (e não \*b[ɛ]ta)  
       parto      p[á]rto      p[á]rta (e não \*p[í]rta)

Assim, a vogal que sofre a assimilação tem duas restrições: não pode ser alta (i.e., /i/ ou /u/) e não pode ser baixa (i.e., /a/).

A harmonização vocálica nos verbos envolve, portanto, a altura da vogal temática que, depois da sua supressão fica como um segmento flutuante (ver regra (10)). Recordando: quando o sufixo que se segue à vogal temática é uma vogal (/o/ na primeira pessoa do singular do Presente do Indicativo e /e/ ou /a/ no Presente do Conjuntivo), a vogal temática é suprimida assim como a posição que lhe está associada na estrutura subjacente. O traço de altura da vogal temática torna-se um segmento flutuante e projecta-se na vogal do radical.

A representação formal do processo de harmonização vocálica exige a explicitação de que ele se aplica apenas às vogais fonéticas [e], [ɛ] e [o], [ɔ] do radical e tema dos verbos. O traço morfológico do radical está já presente, de resto, na regra de supressão da vogal temática. Relativamente à identificação das vogais harmonizáveis — e para que sejam excluídas do processo as vogais /i/, /u/ e /a/ — o princípio da subespecificação<sup>(54)</sup> vai permitir-nos não especificar os traços de altura na representação lexical das outras vogais que são [+rec, +arr] ou [-rec, -arr]. A harmonização vocálica vem, então, preencher os traços não es-

<sup>(53)</sup> A segunda conjugação não possui verbos com [u] no radical.

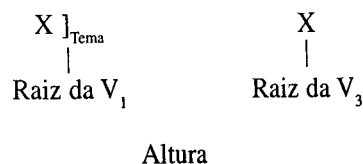
<sup>(54)</sup> Sobre a subespecificação cf. 25.3.5.

pecificados com os valores dos traços de altura da vogal temática. Esta hipótese justifica a pouca produtividade de oposições distintivas entre as vogais [e] e [ɛ], e [o] e [ɔ], vogais que, em muitas línguas como o espanhol e o italiano e outras não românicas, nem mesmo permitem a constituição de pares mínimos.

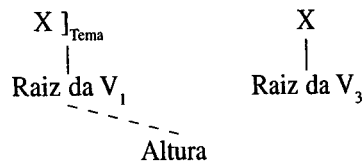
Em (14) estão representados os dois passos da regra de harmonização vocálica. Em (a) figura o resultado da **supressão da Vogal Temática** (repetição da segunda parte da regra (10)), e em (b) está formalizada a **assimilação dos traços de altura** pela vogal do radical, assimilação que só se aplica, portanto, às vogais em que esses traços não estão especificados.

(14) *Regra de harmonização vocálica*

(a) Supressão da vogal temática (segunda parte da regra (10))



(b) Assimilação da vogal do radical



Na segunda parte da regra, os traços de altura das vogais em causa são especificados pela altura da vogal temática suprimida e que se encontrava já como segmento flutuante.

**Abaixamento da vogal do radical**

Nas formas em que a Vogal Temática não foi suprimida, o Presente do Indicativo exibe uma outra peculiaridade nas vogais acentuadas do radical (i.e. nas segunda e terceira pessoas do singular e na terceira do plural). Nestas formas, essas vogais do radical são todas [+baixas] nas três conjugações, como se verifica em (15):

- (15) l[ɛ]vas m[ɔ]ras d[ɛ]ves m[ɔ]ves f[ɛ]res d[ɔ]rmes  
 l[ɛ]va m[ɔ]ra d[ɛ]ve m[ɔ]ve f[ɛ]re d[ɔ]rme  
 l[ɛ]vam m[ɔ]ram d[ɛ]vem m[ɔ]vem f[ɛ]rem d[ɔ]rmem

Estas vogais baixas são o resultado de um processo de **abaixamento** que afecta as vogais do radical nas formas em que a vogal temática não é suprimida. Em consequência, nas segunda e terceira conjugações verifica-se uma diferença de altura entre as vogais acentuadas da primeira pessoa do singular (médias e altas) e as segunda e terceira do singular e a terceira do plural (baixas). Vejam-se as seguintes formas:

- (16) d[é]vo m[ó]vo f[í]ro d[ú]rmo  
 d[ɛ]ves m[ɔ]ves f[ɛ]res d[ɔ]rmes  
 d[ɛ]ve m[ɔ]ve f[ɛ]re d[ɔ]rme  
 d[ɛ]vem m[ɔ]vem f[ɛ]rem d[ɔ]rmem

Encontra-se assim, neste conjunto de formas, uma outra alternância de altura das vogais, resultante da inter-relação das duas regras: a de harmonização vocálica e a de abaixamento. Esta alternância não se verifica na comparação entre as três conjugações (como no caso da harmonização vocálica) mas constata-se entre as formas das segunda e terceira conjugações. Na primeira conjugação, a vogal do radical é sempre [+baixa] e portanto as formas do Presente do Indicativo não manifestam alternância. Isto deve-se ao facto de a vogal do radical da primeira pessoa do singular, ao harmonizar com a Vogal Temática que é [+baixa], se tornar também [+baixa] e, desse modo, ficar igual em altura às vogais resultantes da regra de abaixamento. Vejam-se as formas de (17):

- (17) l[ɛ]vo m[ɔ]ro  
 l[ɛ]vas m[ɔ]ras  
 l[ɛ]va m[ɔ]ra  
 l[ɛ]vam m[ɔ]ram

Os verbos com vogal do radical /i/ e /u/ ([+alta]) também não manifestam abaixamento (55):

(55) O verbo *fugir* e poucos mais, com vogal alta no radical, têm vogal [+baixa] neste grupo de formas (*f[ɔ]ges, f[ɔ]ge, f[ɔ]gem*), provavelmente por analogia com os verbos em que se verifica abaixamento. As vogais nasais do radical (ex: *sentir*) são harmonizadas mas não se tornam [+baixas] (ex: *s[ɪ]to, s[ɛ]tes* etc.).

- (18) *vives*      *v*[i]ves (e não \**v*[é]ves)  
*iludes*      *il*[ú]des (e não \**il*[ó]des)

Resumindo: a harmonização vocálica dos verbos é um processo de assimilação com duas fases. Na primeira fase a vogal temática é suprimida num contexto morfológico específico (a junção da vogal do sufixo, nos tempos do presente) e deixa o seu nó de altura como um segmento flutuante. Na segunda fase, o segmento flutuante projecta-se sobre a vogal do radical (excepto se ela for alta, /i/ ou /u/, ou se for /a/).

O abaixamento das vogais do radical nas formas em que a vogal temática não foi suprimida é um processo diferente da harmonização que actua quando o acento já incidiu na palavra. Neste contexto, as únicas vogais acentuadas que não estão inteiramente especificadas são as vogais do radical das segunda e terceira pessoas do singular e terceira do plural. Essas vogais acentuadas vão ser especificadas com o valor [+] no traço [baixo] e, conseqüentemente, o valor [-] no traço [alto].

A harmonização vocálica e o abaixamento são dois processos que estão relacionados através da aplicação do acento: a harmonização dá-se antes das vogais serem acentuadas porque o segmento flutuante tem que “abrigar-se” numa vogal. O abaixamento é exigido pela subespecificação das vogais já acentuadas.

Estes dois processos pertencem ao **nível lexical da gramática** porque tomam em consideração a estrutura interna da palavra ao reconhecerem a natureza categorial da vogal temática <sup>(36)</sup>.

### Alterações da vogal temática

Nos Tempos do Passado, quando a Vogal Temática é seguida, no nível subjacente, por um sufixo de pessoa-número constituído por uma vogal alta (/i/ ou /u/), algumas regras gerais actuam sobre essa sequência tendo como consequência a alteração da vogal temática. Assim:

- (a) Na primeira pessoa do singular do Perfeito do Indicativo, a amálgama do sufixo de tempo-modo-aspecto e do de pessoa-número (i.e. /i/) provoca a **assimilação** da Vogal Temática acentuada (/á/ → /é/; /é/ → /í/).

<sup>(36)</sup> Sobre os processos que pertencem ao nível lexical, ver 25.4.

- falei*      /fal + á + i/ → fal + é + i → [feléj] / [feléj]  
*bati*      /bat + é + i/ → bat + í + i → [betí]

Na primeira conjugação, o sufixo realiza-se como glide no nível fonético. A terminação [éj] mantém-se em muitos dialectos do português europeu ou passa a [éj] por dissimilação no dialecto-padrão. Nas segunda e terceira conjugações a terminação /í/ **simplifica-se** em [i] (*bati* [betí], *parti* [partí]).

- (b) Na terceira pessoa do singular do Perfeito do Indicativo dos verbos da primeira conjugação, o sufixo de pessoa-número (i.e. /u/) provoca a **assimilação** da Vogal Temática acentuada e realiza-se como glide.

- falou*      /fal + á + u/ → fal + ó + u → [felów] / [feló]

A sequência [ów], resultante da assimilação, simplifica-se em [ó] na maioria dos dialectos do português.

- (c) No Imperfeito do Indicativo, a Vogal Temática acentuada da segunda conjugação (i.e. /é/) passa a /í/ por **dissimilação** em relação ao sufixo de tempo-modo-aspecto /a/.

- batia*      /bat + é + a/ → bat + í + a → [betíe]

- (d) Na terceira pessoa do plural, o sufixo de pessoa-número representado pela consoante ortográfica *m* é um segmento nasal que projecta a nasalidade sobre a Vogal Temática que se torna nasalizada. Embora nestas formas a vogal temática não seja acentuada, o facto de se encontrar em posição final absoluta provoca uma **ditongação** <sup>(37)</sup>:

- falam*      /fal + a + [+nasal]/ → [fálẽw̃]  
*batem*      /bat + e + [+nasal]/ → [bátẽj]

- (e) No Gerúndio, a Vogal Temática é nasalizada pelo segmento nasal, única marca da categoria pessoa-número que tem na letra *n* a sua representação ortográfica.

- falando*      /fal + a + [+nasal]+do/ → [felẽdu]

<sup>(37)</sup> Sobre esta ditongação que resulta da inserção de uma glide, ver neste capítulo o plural dos nomes.

Em resumo: cada forma verbal é constituída em estrutura fonológica pelo Radical, pela Vogal Temática e pelos sufixos de tempo-modo-aspecto e pessoa-número. Esta constituição coincide com a da estrutura de superfície em todas as formas, excepto naquelas em que a Vogal Temática é suprimida e naquelas em que se dá a aplicação das regras referidas em (a)-(e)

### Verbos irregulares

Nos verbos manifestam-se irregularidades fonológicas nos Tempos do Presente e nos Tempos do Passado que estão marcadas nos próprios itens lexicais<sup>(58)</sup>.

Nos Tempos do Presente verificam-se duas características exemplificadas em (19):

(19) (a) Alternância na última consoante do radical

| <i>Infinitivo</i> | <i>Presente do Indicativo</i> | <i>Presente do Conjuntivo</i> |
|-------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| dizer             | digo                          | diga, digas, diga, ...        |
| poder             | posso                         | possa, possas, possa, ...     |
| valer             | valho                         | valha, valhas, valha, ...     |

(b) Glide a seguir à vogal do radical

| <i>Infinitivo</i> | <i>Presente do Indicativo</i> | <i>Presente do Conjuntivo</i> |
|-------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| caber             | caibo                         | caiba, caibas, caiba, ...     |
| querer            | (quero)                       | queira, queiras, queira, ...  |

Nos Tempos do Passado — Perfeito do Indicativo, Mais-que-perfeito do Indicativo, Imperfeito do Conjuntivo e Futuro do Conjuntivo — alguns verbos apresentam as irregularidades exemplificadas em (20):

(20) (a) Alternância da vogal e da consoante do radical

| <i>Infinitivo</i> | <i>Tempos do Passado</i>        |
|-------------------|---------------------------------|
| ter               | tive / tivera / tivesse / tiver |
| pôr               | pus / pusera / pusesse / puser  |

<sup>(58)</sup> Ver lista de verbos irregulares em anexo a esta secção.

(b) Alternância apenas da consoante

| <i>Infinitivo</i> | <i>Tempos do Passado</i>            |
|-------------------|-------------------------------------|
| dizer             | disse / dissera / dissesse / disser |

(c) Alternância apenas da vogal

| <i>Infinitivo</i> | <i>Tempos do Passado</i>                        |
|-------------------|-------------------------------------------------|
| fazer             | fiz / fizera / fizesse / fizer                  |
| poder             | pude / pudera / pudesse / puder <sup>(59)</sup> |

As alternâncias observadas em (19a) e (19b) permitem-nos verificar que também nos verbos irregulares se manifesta um comportamento particular nas formas em que a vogal temática é suprimida, visto que são essas formas que exibem uma consoante diferente da do Infinitivo (p.ex. *dizer / digo; poder / posso*). A comparação entre o Infinitivo e os Tempos do Passado dos verbos irregulares incluídos em (20) permite-nos estabelecer uma relação morfológica entre certos tempos, aproximando o Futuro do Conjuntivo dos outros “perfeitos” e distinguindo-o do Infinitivo Flexionado, com o qual coincide nos verbos regulares (p.ex. *disseste / disseres / dizeres; pudeste / pudeses / poderes*).

Do ponto de vista da história da língua, as alternâncias consonânticas e a formação de ditongos (com a introdução de uma glide) nos *presentes* dos verbos irregulares são devidas a causas fonéticas, enquanto as alternâncias dos *perfeitos* têm causas morfológicas, visto tratar-se neste caso de verbos latinos com os chamados perfeitos “fortes”.

<sup>(59)</sup> A alternância da vogal do radical do verbo *poder* manifesta-se na grafia e nas formas em que essa vogal é acentuada.

## Anexo — Lista de verbos irregulares

Esta lista de verbos irregulares inclui, em (i)-(iii), as irregularidades entre o Infinitivo e certos Tempos do Presente, e em (iv)-(v) as irregularidades entre o Infinitivo e os Tempos do Passado. A primeira pessoa do singular do Presente do Indicativo dos verbos *haver*, *ser*, *saber* e *querer* não manifesta alternância por ter uma derivação específica para cada caso (*hei*, *sou*, *sei* e *quero*). Nos verbos *ter*, *vir*, *pôr*, *ser*, *ver* não existe, no Infinitivo, uma consoante correspondente às do Presente do Indicativo e do Presente do Conjuntivo.

| Infinitivo                                                   | Presente do Indicativo | Presente do Conjuntivo |
|--------------------------------------------------------------|------------------------|------------------------|
| (i) ouvir, medir, poder, pedir, fazer, trazer, dizer, perder |                        |                        |
| ou[v]ir                                                      | ou[s]o                 | ou[s]a...              |
| me[d]ir                                                      | me[s]o                 | me[s]a...              |
| po[d]er                                                      | po[s]o                 | po[s]a...              |
| pe[d]ir                                                      | pe[s]o                 | pe[s]a...              |
| fa[z]er                                                      | fa[s]o                 | fa[s]a...              |
| tra[z]er                                                     | tra[g]o                | tra[g]a...             |
| di[z]er                                                      | di[g]o                 | di[g]a...              |
| per[d]er                                                     | per[k]o                | per[k]a...             |
| (ii) haver, ter, vir, pôr, ser, ver                          |                        |                        |
| há[v]er                                                      | hei                    | há[ʒ]a...              |
| ter                                                          | te[n]o                 | te[n]a...              |
| vir                                                          | ve[n]o                 | ve[n]a...              |
| pôr                                                          | po[n]o                 | po[n]a.                |
| ser                                                          | sou                    | se[ʒ]a...              |
| ver                                                          | ve[ʒ]o                 | ve[ʒ]a..               |
| (iii) caber, saber, cair, querer                             |                        |                        |
| caber                                                        | ca[j]bo                | ca[j]ba...             |
| saber                                                        | sei                    | sa[j]ba..              |
| cair                                                         | ca[j]o                 | ca[j]a...              |
| querer                                                       | quero                  | que[j]ra...            |

### Infinitivo

### Tempos do Passado

(iv) querer, trazer

qu[ir]er  
tr[ez]er

qu[ɾ] / qu[iz]era / qu[iz]esse / qu[iz]er...  
tr[ós]e / tr[os]era / tr[os]esse / tr[os]er...

(v) fazer, poder, haver, caber, saber

fazer  
poder  
haver  
caber  
saber

fiz / fizera / fizesse / fizer  
pude / pudera / pudesse / puder  
houve / houvera / houvesse / houver  
coube / coubera / coubesse / couber  
soube / soubera / soubesse / souber

*Índice*

26. Prosódia

26.1. A sílaba

26.1.1. Estrutura interna da sílaba

26.1.2. O ataque

26.1.3. A rima da sílaba

26.1.4. O esqueleto

26.2. O acento

26.2.1. Acento principal de palavra

26.2.2. Um modelo de análise métrica do acento principal

26.2.3. Acento principal e acentos secundários

26.3. Constituintes prosódicos

26.3.1. A palavra prosódica

26.3.2. O sintagma fonológico

26.3.2. O sintagma entoacional e a entoação

O estudo dos sons de uma língua não se limita à determinação dos segmentos fonológicos e da sua realização na produção das palavras. Quando consideramos uma sequência fonética verificamos que ela evidencia certas propriedades inerentes ao som, como o **tom**, o **acento** e a **duração**, que contribuem para a interpretação do significado e determinam o ritmo da frase. Estes **traços prosódicos** das línguas têm a característica de incidirem não só sobre o segmento mas sobre constituintes mais vastos do que o segmento. Os traços prosódicos abrangem sequências que vão da palavra à frase e caracterizam de forma peculiar o nível fonético das línguas. Na análise da prosódia devemos integrar o estudo da **sílaba**, não só por se tratar de uma unidade mais vasta do que o segmento (mesmo quando é constituída por um único som, a sílaba tem um funcionamento próprio) mas porque está intimamente relacionada com o ritmo da fala. Tal como ocorre com os segmentos e os traços fonológicos, cada um dos traços prosódicos se encontra situado num nível próprio, independente mas interrelacionado com os restantes níveis <sup>(1)</sup>.

Neste capítulo analisa-se a sílaba em português, sua estrutura e constituintes (26.1), o acento de palavra e o seu funcionamento (26.2) e a organização dos constituintes prosódicos (26.3).

---

<sup>(1)</sup> Sobre estes aspectos da teoria autosegmental e sobre a autonomia dos segmentos, 21.3.4.

## 26.1. A sílaba

A **sílaba** é uma construção perceptual, isto é, criada no espírito do ouvinte, com propriedades específicas que não decorrem da simples segmentação fonética das sequências de segmentos. Na realidade, a sílaba tem uma **estrutura interna organizada hierarquicamente**.<sup>(2)</sup> Qualquer que seja o número de segmentos que constituem a sílaba (um ou mais), eles ocupam um nível autónomo dentro dessa organização e estão relacionados por dependências. Se se tratar apenas de um segmento, ele é simultaneamente o núcleo da sílaba e a própria sílaba, dependendo da perspectiva que se tomar. Se a sílaba for constituída por mais do que um segmento, todos eles se encontram organizados de modo a criar uma hierarquia. A análise desta estrutura implica, portanto, a utilização de uma teoria multilinear como a teoria autosegmental que propõe que cada estrutura fonológica, e cada um dos seus constituintes, ocupe um nível autónomo em inter-relação com os outros constituintes. Tendo presente que os segmentos estão associados com posições no esqueleto<sup>(3)</sup>, os constituintes da sílaba também estão associados com posições no esqueleto mas situam-se num nível (ou plano) diferente do dos segmentos<sup>(4)</sup>.

### 26.1.1. Estrutura interna da sílaba

As seguintes palavras são constituídas por uma única sílaba:

- (1) (a) *é* (forma do verbo *ser*)  
 (b) *má* (adjectivo)  
 (c) *mar* (nome)

As vogais das palavras de (1) são o núcleo da **rima** (R) das respectivas sílabas. A rima pode ser apenas constituída pelo **núcleo** (N), como em (1a), ou ser constituída pelo núcleo e pela consoante que se lhe segue, a **coda** (Cod), como em (1c). A consoante que antecede a rima em (1b) e (1c) constitui o **ataque** (A). Estes constituintes estão organizados hierarquicamente no interior da sílaba, sendo a rima o único constituinte obrigatoriamente preenchido. Assim,

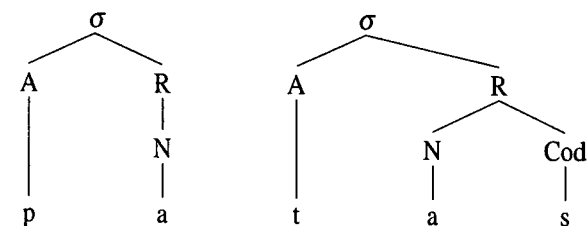
<sup>(2)</sup> Sobre a estrutura da sílaba, ver Blevins (1997). Sobre a sílaba em português, ver Mateus e Andrade (1998).

<sup>(3)</sup> Sobre o conceito de esqueleto na teoria da geometria de traços, ver 25.3.4.

<sup>(4)</sup> Sobre a relação dos constituintes da sílaba com o esqueleto, ver adiante 26.1.4.

da unidade 'sílaba' dependem o ataque e a rima, e desta última dependem o núcleo e a coda. Em (2) estão representadas as sílabas da palavra *patas*.

### (2) Representação das sílabas da palavra 'patas'



### 26.1.2. O ataque

Todas as consoantes isoladamente podem ser *ataque* de sílaba, no início ou no meio da palavra (excepto, como se vê em (3), as consoantes [ʎ], [ɲ] e [r] no início de palavra)<sup>(5)</sup>.

- (3) pa-pa [p-p] fo-fa [f-f] li-lás [l-l] ca-ro [-r]  
 ba-ba [b-b] vi-ve [v-v] ta-lha [-ʎ] ca-rro [-R]  
 te-ta [t-t] sen-so [s-s] ra-ro [R-]  
 de-do [d-d] zon-za [z-z] ma-mar [m-m]  
 co-ca [k-k] cho-cho [ʃ-ʃ] ni-nar [n-n]  
 ga-go [g-g] je-jum [ʒ-ʒ] se-nha [-ɲ]

Os ataques constituídos por sequências de consoantes têm restrições. Em (4) estão incluídas sequências aceitáveis em português por serem constituídas por uma consoante oclusiva seguida de uma líquida, ou seja, uma oclusiva seguida de uma vibrante ou de uma lateral<sup>(6)</sup>.

<sup>(5)</sup> Os exemplos utilizam a mesma consoante como ataque de ambas as sílabas para que se verifique a ocorrência das consoantes nas posições inicial e medial de palavra. Como se vê, não há ocorrências de palavras com [R] nas duas sílabas seguidas.

<sup>(6)</sup> Os exemplos de (4) mostram que todas as oclusivas com vibrante ocorrem no início e no meio da palavra, o mesmo não se passando com as oclusivas seguidas de lateral ([dl]), por exemplo, não é ataque de sílaba em português quer no início ou no meio da palavra).



(4) (a) *Oclusiva+vibrante*

|                      |                        |
|----------------------|------------------------|
| [pr] - <i>prato</i>  | [pr] - <i>comprar</i>  |
| [br] - <i>branco</i> | [br] - <i>abraço</i>   |
| [tr] - <i>trapo</i>  | [tr] - <i>retrato</i>  |
| [dr] - <i>droga</i>  | [dr] - <i>síndrome</i> |
| [kr] - <i>cravo</i>  | [kr] - <i>acre</i>     |
| [gr] - <i>graça</i>  | [gr] - <i>regra</i>    |

(b) *Oclusiva+lateral*

|                      |                         |
|----------------------|-------------------------|
| [pl] - <i>plano</i>  | [pl] - <i>repleto</i>   |
| [bl] - <i>bloco</i>  | [bl] - <i>ablução</i>   |
| *[tl]                | [tl] - <i>atleta</i>    |
| *[dl]                | *[dl]                   |
| [kl] - <i>claro</i>  | [kl] - <i>recluso</i>   |
| [gl] - <i>glânde</i> | [gl] - <i>aglomerar</i> |

Estas sequências de oclusiva seguida de líquida (também chamadas tradicionalmente “grupos próprios”) respeitam o **Princípio de Sonoridade** (?) a seguir definido:

(5) *Princípio de Sonoridade:*

A sonoridade dos segmentos que constituem a sílaba aumenta a partir do início até ao núcleo e diminui desde o núcleo até ao fim.

A sonoridade intrínseca dos segmentos permite a elaboração de uma escala, aqui apresentada no sentido crescente.

(6) *Escala de sonoridade:*

consoantes oclusivas (não-vozeadas, vozeadas) < fricativas (não-vozeadas, vozeadas) < nasais < líquidas (vibrantes, laterais) < glides < vogais (altas, médias, baixas).

Nos grupos (4a) e (4b), os exemplos à esquerda incluem as sequências de consoantes no início da palavra, e à direita, no meio. As sequências que não se encontram em português europeu estão precedidas de um asterisco. Na palavra ortografada, as sequências em observação estão em itálico.

(?) Sobre o Princípio de Sonoridade, ver Selkirk (1984) e Mateus e Andrade (1998).

Assim, os ataques formados por uma fricativa seguida de uma oclusiva, ou por duas consoantes com o mesmo grau de sonoridade, infringem o princípio acima definido.

Além do princípio de sonoridade que restringe a formação de ataques de sílabas, as duas consoantes em sequência devem obedecer à **Condição de Dissimilaridade** que impõe uma certa distância na escala de sonoridade entre os dois elementos. Em português a distância deve ser a máxima possível, pelo que uma oclusiva seguida de uma líquida é aceitável (como se exemplifica em (4)), mas uma oclusiva seguida de uma fricativa ou de uma nasal não é aceitável (vejam-se abaixo os exemplos de (7c)-(7e)). Em consequência da condição de dissimilaridade, uma fricativa seguida de uma líquida é pouco frequente em português, embora se encontrem algumas sílabas com esse tipo de ataque (ver (7a)-(7b)).

Em função do que fica dito sobre o princípio de sonoridade e sobre a condição de dissimilaridade, as sequências incluídas nos exemplos de (7) não deveriam ser aceitáveis. Elas ocorrem, no entanto, no nível fonético do português europeu.

(7) (a) *Fricativa+vibrante*

|                            |                         |
|----------------------------|-------------------------|
| [fr] - <i>frio</i>         | [fr] - <i>refrescar</i> |
| *[vr]                      | [vr] - <i>palavra</i>   |
| *[sr], *[zr], *[ʃr], *[ʒr] |                         |

(b) *Fricativa+lateral*

|                                   |                 |
|-----------------------------------|-----------------|
| [fl] - <i>flor</i>                | <i>afloorar</i> |
| *[vl], *[sl], *[zl], *[ʃl], *[ʒl] |                 |

(c) *Oclusiva+occlusiva*

|                        |                        |
|------------------------|------------------------|
| [pt] - <i>Ptolomeu</i> | [pt] - <i>captar</i>   |
| *[bt]                  | [bt] - <i>obter</i>    |
| *[bd]                  | [bd] - <i>abdómen</i>  |
| *[dk]                  | [dk] - <i>adquirir</i> |
| *[kt]                  | [kt] - <i>pacto</i>    |

(d) *Oclusiva+fricativa*

|                          |       |
|--------------------------|-------|
| [ps] - <i>psicologia</i> | *[ps] |
| [bs] - <i>absurdo</i>    |       |
| [bv] - <i>óbvio</i>      |       |
| [bʒ] - <i>abjurar</i>    |       |
| [dv] - <i>advertir</i>   |       |
| [ks] - <i>axioma</i>     |       |

(e)

*Oclusiva+nasal*

|                     |                       |                      |                         |
|---------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------|
| [pn] - <i>pneu</i>  | *[pn]                 | *[dm]                | [dm] - <i>admirar</i>   |
| *[bn]               | [bn] - <i>obnoxio</i> | *[dn]                | [dn] - <i>adnominal</i> |
| [tn] - <i>tmese</i> | [tn] - <i>ritmo</i>   | *[gm]                | [gm] - <i>estigma</i>   |
| *[tn]               | [tn] - <i>étnico</i>  | *[gn] - <i>gnomo</i> | *[gn]                   |

(f) *Fricativa+oclusiva*

(g) *Nasal+nasal*

\*[ft]

[ft] - *afta*

\*[mn]

[mn] - *amnésia*

Em (7a) e (7b) é respeitado o princípio de sonoridade mas não a condição de dissimilaridade e por isso não ocorrem em português muitos grupos formados por essas sequências de consoantes (veja-se o número elevado de grupos marcados com um [\*]). Em (7c)-(7g) estão incluídos exemplos de clara violação do princípio de sonoridade e da condição de dissimilaridade. Estas violações verificam-se no nível fonético do português europeu, mas não se verificam no nível fonológico. Pelo contrário, neste último nível existem núcleos de sílaba não preenchidos entre as duas consoantes, ou seja, **núcleos vazios** que não têm realização fonética. Esta hipótese baseia-se nos seguintes argumentos:

- (a) Na translineação (divisão gráfica de uma palavra) constata-se dificuldades de divisão das 'sequências violadoras', decorrentes da dificuldade de distribuição das duas consoantes pelas duas sílabas a que pertencem. Por exemplo, em palavras como *admirar*, a hesitação entre *ad-mirar* e *a-dmirar* deve-se a duas interpretações: uma etimológica, *ad+mirare*, e outra silábica *a-dmirar*. Se *dm* fosse um grupo próprio, o falante saberia que não podia separar as duas consoantes e que ambas pertenciam ao ataque da sílaba, pelo que não hesitaria na divisão ortográfica da palavra.
- (b) Durante a aquisição da linguagem, as crianças inserem frequentemente vogais nas sequências não admissíveis (e.g. *\*peneu* [pinéw] por *pneu* ou *\*afeta* [áfite] por *afta*), o mesmo se passando quando se 'soletra' uma palavra com estas características.
- (c) Em muitos dialectos do português brasileiro encontra-se uma vogal introduzida (normalmente [i]) entre consoantes que não formam um ataque aceitável, passando então a constituir duas sílabas (exemplos em (9)). A vogal inserida denomina-se epentética.

|     |                   |                |
|-----|-------------------|----------------|
| (8) | <i>pneu</i>       | [pi-néw]       |
|     | <i>gnomo</i>      | [gi-nómu]      |
|     | <i>psicologia</i> | [pi-sikolozíe] |
|     | <i>absurdo</i>    | [abi-súrdu]    |
|     | <i>captar</i>     | [kapi-tár]     |
|     | <i>pacto</i>      | [páki-tu]      |
|     | <i>afta</i>       | [áfite]        |

Esta vogal epentética nunca ocorre entre consoantes que formam grupos próprios (p.ex. *prato* nunca se realiza como \*[pi-rátu], *branco*, não ocorre como \*[bi-réku], *palavra* não se pronuncia \*[palá-vi-re]).

Além das sequências indicadas, ainda existem, no nível fonético do português europeu, mais sequências que violam o princípio de sonoridade em consequência da supressão da vogal átona [i] na fala coloquial. Ver exemplos em (9) e (10).

(9) *[f] ou [z] inicial de palavra seguido de consoante*

|      |                  |             |
|------|------------------|-------------|
| [ft] | <i>estar</i>     | [tár]       |
| [zd] | <i>esdrúxula</i> | [zdrú[sule] |
| [zv] | <i>esvair</i>    | [zvêir]     |
| [zl] | <i>eslavo</i>    | [zlávu]     |
| [zm] | <i>esmagar</i>   | [zme[gár]   |

(10) *Supressão de [i] entre consoantes mediais*

(a) grupos de duas consoantes

|                 |           |
|-----------------|-----------|
| <i>pequeno</i>  | [pkénu]   |
| <i>decifrar</i> | [dsifrár] |
| <i>seguro</i>   | [sgúru]   |
| <i>meter</i>    | [mtér]    |
| <i>soterrar</i> | [sutrár]  |
| <i>cometer</i>  | [kumtér]  |

(b) grupos de mais de duas consoantes

|                      |               |
|----------------------|---------------|
| <i>telefone</i>      | [tlfón]       |
| <i>merecer</i>       | [mrsér]       |
| <i>depenicar</i>     | [dpnikár]     |
| <i>rememorar</i>     | [rmmurár]     |
| <i>despegar</i>      | [dʃpgár]      |
| <i>despregar</i>     | [dʃprgár]     |
| <i>desprestígiar</i> | [dʃprʃtiziár] |

Nestes exemplos encontram-se, no nível fonético, sequências de 3 consoantes (e.g. *depenicar* [dpn] - oclusiva + oclusiva + nasal), de 4 consoantes (e.g. *despegar* [dʃpg] - oclusiva + fricativa + oclusiva + oclusiva), de 5 consoantes (e.g.,

*despregar* [dʃprg] - oclusiva + fricativa + oclusiva + vibrante + oclusiva) e, mesmo, de 6 consoantes (e.g. *desprestigiar* [dʃprʃt] - oclusiva + fricativa + oclusiva + vibrante + fricativa + oclusiva).

Esta característica é responsável por um dos aspectos mais peculiares da diferença de ritmo entre o português europeu e o português brasileiro.

### 26.1.3. A rima da sílaba

Como se disse, a **rima** integra obrigatoriamente um **núcleo** e, opcionalmente, uma **codá**. Apresenta-se e discute-se em seguida a estrutura interna destes dois constituintes.

#### O núcleo

Todas as vogais orais e nasais podem ser núcleo de sílaba em português, como se comprova nos seguintes exemplos: *vi, lê, pé má, da, de, mó, avô, tu, fim, pente, irmã, ponte, fundo*. Nestes casos, trata-se de núcleos simples. Os **núcleos complexos** ou **ramificados** são constituídos por um ditongo decrescente (um “verdadeiro” ditongo) formado por vogal e glide. Vejam-se exemplos em (11) em que se relaciona a posição dos ditongos com a acentuação da palavra.

#### (11) (a) Ditongos acentuados (b) Ditongos pré-tónicos

|        |           |           |              |
|--------|-----------|-----------|--------------|
| queixa | [kɛj-ʃɐ]  | queixume  | [kɛj-ʃú-mi]  |
| papéis | [pɐ-péjʃ] |           |              |
| bairro | [báj-ru]  | bairrista | [baj-ríʃ-tɛ] |
| rói    | [Rój]     |           |              |
| boi    | [bój]     | boiada    | [boj-á-dɛ]   |
| azúis  | [ɛ-zújʃ]  | cuidado   | [kuj-dá-du]  |
| viu    | [víw]     |           |              |
| deus   | [déw]     | endeusar  | [ẽ-dew-zár]  |
| véu    | [véw]     |           |              |
| pauta  | [páw-tɛ]  | pautar    | [paw-tár]    |
| mãe    | [mɛj]     |           |              |
| cem    | [sɛj]     |           |              |
| põe    | [põj]     |           |              |
| mão    | [mɛw]     |           |              |

#### (c) Ditongos pós-tónicos

|        |           |
|--------|-----------|
| fáceis | [fá-sɛjʃ] |
| batem  | [bá-tɛj]  |
| falam  | [fá-lɛw]  |
| homem  | [ó-mɛj]   |
| sótão  | [só-tɛw]  |

Os dois elementos dos ditongos pertencem ao núcleo. Nos ditongos nasais a sua integração no núcleo é comprovada por ambos os segmentos serem nasalizados em consequência de o traço [+nasal] projectar a nasalidade sobre o núcleo da sílaba. Nas sílabas atrás referidas, o núcleo tem no máximo dois elementos.

Como se disse, a glide fonética é uma vogal [+alta] no nível fonológico, /i/ ou /u/, que obedece a duas condições: (a) ser precedida de outra vogal e (b) ser marcada lexicalmente como não-acentuável. <sup>(8)</sup> Foneticamente, a pronúncia da glide é mais breve do que a da vogal. Do ponto de vista silábico, a glide não pode constituir um núcleo de sílaba independente e agrega-se à vogal precedente para formar um núcleo complexo. Outras vogais [+altas] estão igualmente marcadas no léxico como não-acentuáveis (p.ex. o [i] de *dúvida* [dúvidɐ] ou o [u] de *estímulo* [stímulu]) mas não se realizam como glides por não serem precedidas de vogais. Quando as vogais /i/ e /u/ estão antecedidas de outra vogal mas não são marcadas lexicalmente como não-acentuáveis, elas não se tornam glides e recebem o acento de palavra (p.ex. *Luís* [luíʃ], *concluído* [kõkluídu], *país* [peíʃ]) <sup>(9)</sup>.

Por outro lado, se uma vogal [+alta] preceder outra vogal e não receber acento, poderá ocupar sozinha um núcleo de sílaba ou agregar-se à vogal seguinte constituindo um ditongo “crescente” no nível fonético, o que dá lugar a duas realizações possíveis como as de *pião* ([piẽw] ou [pjẽw]), *suar* ([suár] ou [swár]), *miúdo* ([miúdu] ou [mjúdu]) ou *criais* ([kriájʃ] ou [krjájʃ]). As duas pronúncias correspondem a dois registos do discurso: pausado no primeiro caso, coloquial ou rápido no segundo. Nas sílabas que integram ditongos crescentes, a glide faz parte do ataque e não do núcleo, visto que ela não é nasalizada antes de uma vogal nasal (e.g. *pião* [pjẽw], *criança* [krjẽsɐ], *coentros* [kwẽtruʃ]). Pelo contrá-

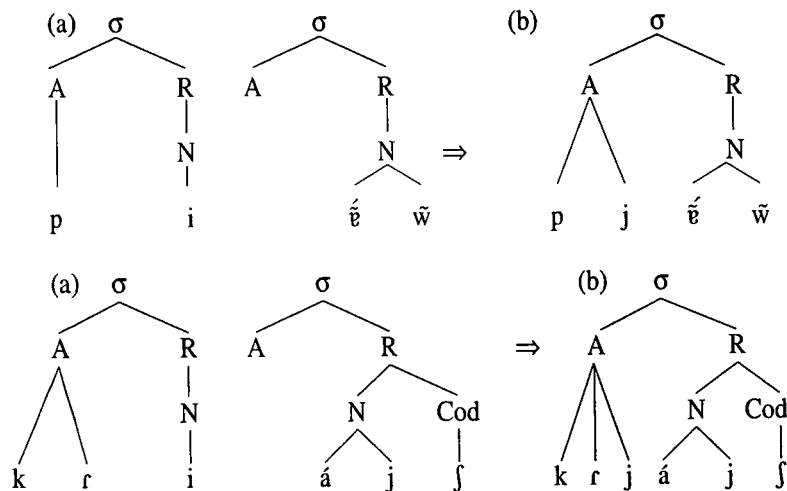
<sup>(8)</sup> Ver *glides* em 25.2.

<sup>(9)</sup> Duas vogais seguidas que não formam ditongo constituem um *hiato*, quer sejam ambas vogais altas ou só a primeira (p.ex. *viúva* [viúve] ou *voar* [vuár]) quer sejam ambas não-altas (p.ex. *boa* [bóɐ]).

rio, como se disse, nos ditongos decrescentes em que a glide integra o núcleo, se for precedida de vogal nasal ela é obrigatoriamente nasalizada (e.g. *mãe* [mẽj]).

O facto de a glide integrar o ataque na realização de certas palavras, quando se passa de um registo pausado para um registo rápido, significa que também o ataque de uma sílaba pode ser *vazio* no nível fonológico, vindo a glide a preencher esse vazio. Em (12) estão as representações das alterações silábicas dos dois registos de *pião* ([piẽw̃] / [pjẽw̃]) e *criais* ([kriájʃ] / [krjájʃ]).

(12) *Sílabas de pião e criais em registo pausado (a) e em registo rápido (b)*



Nestas representações pode observar-se que:

- as palavras *pião* e *criais* têm duas sílabas no registo pausado e apenas uma no registo rápido;
- o ataque da segunda sílaba, que não tem segmento associado na pronúncia pausada (portanto é *vazio*), integra a glide fonética passando a ser um ataque ramificado.

**A coda**

Como na maioria das línguas, só um número reduzido de consoantes pode ser *coda* de sílaba. Em português, as consoantes em coda são apenas três, as

fonológicas /l/, /r/ e /s/ com diferentes realizações fonéticas <sup>(10)</sup>. Em (13) encontram-se alguns exemplos das codas permitidas.

(13) *Codas de sílabas* <sup>(11)</sup>

|     |         |       |       |         |          |
|-----|---------|-------|-------|---------|----------|
| par | /par/ - | [pár] | parte | /parte/ | [pár-ti] |
| mal | /mal/ - | [mát] | falta | /falta/ | [fát-tɐ] |
| más | /mas/ - | [máj] | peste | /peste/ | [pɛj-ti] |
|     |         |       | mesmo | /mesmo/ | [mɛz-mu] |

No português europeu, a supressão de [i] depois de consoante e antes de final de palavra provoca, no nível de superfície, a ocorrência de todas as consoantes em coda (p.ex. *bate* [bát], *leve* [lév], *pode* [pód], etc.). Não se trata aqui de um núcleo vazio, nem a consoante fica em coda na representação lexical. Na realidade, uma das provas de que existe uma vogal a nível subjacente mesmo que, normalmente, nunca ocorra em superfície encontra-se nas sequências do tipo *mexe bem* [mɛj bɛj] ou *mexe assim* [mɛj ɛsí]: se a consoante estivesse em fim de palavra ficaria sujeita à regra de assimilação do traço de vozeamento da consoante seguinte — e teríamos \*[mɛz bɛj] — ou realizava-se como [z] antes de vogal — e seria \*[mɛz ɛsí]. É isso que sucede quando a consoante está em posição final no nível subjacente, por estar no final de palavra (p. ex. *lápiz brancos* [lápiʒ brãkuʃ], *lápiz amarelos* [lápiʒ ɐmɛrɛluʃ]), por ser morfema do plural (p. ex. *os bons* [uz bõʃ], *os azuis* [uz ɛzújʃ]) ou por ser morfema da flexão verbal (p. ex. *vais lá* [vájʒ lá], *vais assim* [vájʒ ɛsí]). O facto de estas regras não se aplicarem nos exemplos atrás referidos deve-se à presença da vogal subjacente.

26.1.4. O esqueleto

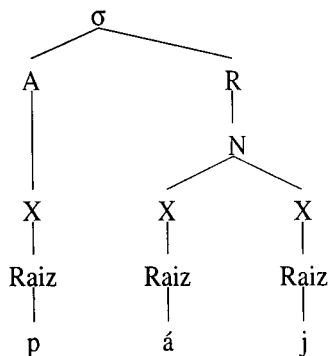
Cada um dos constituintes da sílaba está associado a uma **posição** da fiada do esqueleto (ou a mais do que uma, se integrar dois ou mais segmentos, quer

<sup>(10)</sup> Em português brasileiro o /t/ final de sílaba tem as seguintes realizações: *par* [pár] / [páx] / [páh]. O /l/ em coda é uma glide na maioria dos dialectos brasileiros: *mal* [mát], *falta* [fát-tɐ].

<sup>(11)</sup> Nos exemplos de (14), a seguir à palavra ortografada encontra-se a sua representação no nível fonológico, entre barras oblíquas, e a respectiva transcrição fonética.

dizer, se ramificar). Por seu lado, a raiz dos segmentos <sup>(12)</sup> também está associada ao esqueleto mas num nível diferente, pelo que a sílaba se representa acima do esqueleto, e os segmentos, abaixo (cf. (14)). As posições dos segmentos no esqueleto estão assinaladas por um X. A este mesmo X se associa o constituinte da sílaba no nível respectivo. No diagrama seguinte está representada a estrutura silábica da palavra *pai*. A glide fonética (que é, como se disse, uma vogal fonológica marcada lexicalmente como não-acentuável) integra o núcleo da sílaba que fica, assim, associado a duas posições do esqueleto.

(14) Representação da sílaba da palavra *pai*

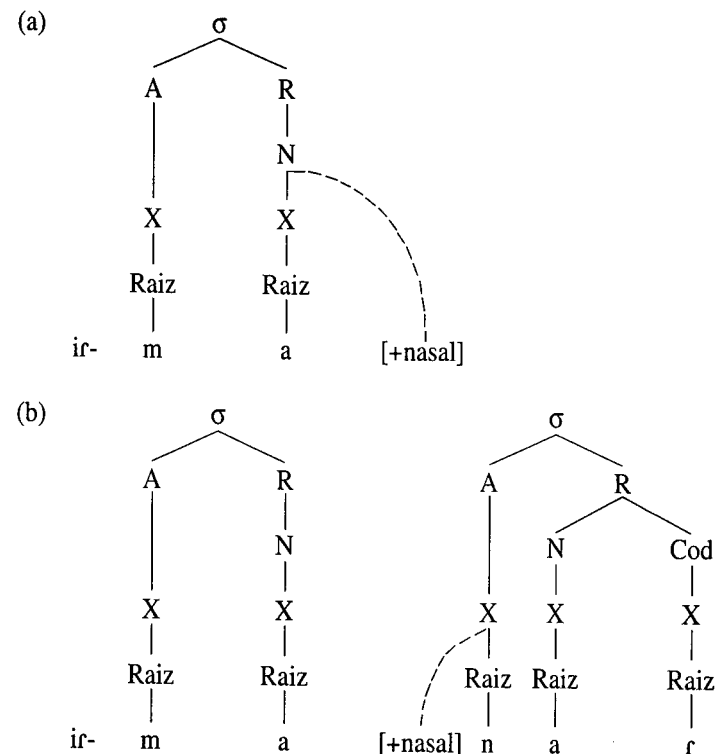


Em (15a) está representada a estrutura da segunda sílaba de *irmã* no nível fonológico. A nasalidade da vogal é atribuída pela projecção do segmento nasal (representado pelo traço [+nasal]) cuja única realização fonética, neste caso, é a nasalização da vogal. Em (15b) estão representadas a segunda e a terceira sílabas da palavra derivada *irmanar*, em que o segmento nasal se realiza como a consoante [n] que se constitui em ataque de sílaba. Um segmento como [+nasal], que não tem uma posição no esqueleto e admite diferentes realizações, ou pode não se realizar, é um segmento flutuante <sup>(13)</sup>.

<sup>(12)</sup> Sobre a raiz dos segmentos, ver 25.3.4.

<sup>(13)</sup> Ver também o segmento flutuante na *harmonização vocálica* em 25.5.2.

(15) Representação da última sílaba de *irmã* e das duas últimas de *irmanar*



Existem segmentos que não têm posição no esqueleto mas são inseridos durante a derivação — nomeadamente as glides dos ditongos nasais nas terceiras pessoas do plural dos verbos, como em *pairam*, [pájřṽw] ou *falam*, [fálřṽw]. Diferentemente, a glide nasal de *sótão*, [sótřṽw], é a realização fonética da vogal que é índice temático do nome e, portanto, já existe no nível subjacente.

## 26.2. O acento

O acento em português resulta da conjugação das propriedades de **duração** e **intensidade** do som vocálico, e marca uma sílaba mais “forte” (ou proeminente) na sequência fonética (14). Nos exemplos deste capítulo, a proeminência acentual está indicada com o diacrítico (¹) colocado antes da sílaba acentuada.

### 26.2.1. Acento principal de palavra

Em português, a posição das sílabas acentuadas nos nomes e adjectivos apresenta maior regularidade do que nos verbos, pelo que a respectiva acentuação será tratada separadamente. Veremos em ambos os casos que a estrutura morfológica das palavras é importante na consideração da incidência do acento (15). Por outro lado, e dado que o acento é um factor estruturante do ritmo da fala, apresenta-se também uma **análise métrica** que relaciona a incidência do acento com os pontos proeminentes da palavra, integrando nessa análise os aspectos morfológicos pertinentes.

#### Nomes e adjectivos

A gramática tradicional classifica a acentuação das palavras tendo como base o nível fonético. Assim, nesta classificação, as palavras podem ser acentuadas na última sílaba (agudas ou oxítonas), na penúltima (graves ou paroxítonas) ou na antepenúltima (esdrúxulas ou proparoxítonas). Se, no entanto, tomarmos em atenção a estrutura morfológica das palavras, as sílabas acentuadas na maioria dos nomes e adjectivos do português incidem sobre a **última vogal do radical** (16). Esta vogal pode encontrar-se em penúltimo lugar na palavra (cf. (1) e

(2)) ou em último (cf. (3) e (4)), consoante a palavra tiver, ou não, um índice temático que se realiza foneticamente como vogal ou como glide (17). Nas palavras com sufixo (cf. (2) e (4)) o radical da palavra primitiva constitui, com o sufixo, um novo radical sujeito à aplicação da regra geral de acento.

- |     |           |     |              |  |  |  |
|-----|-----------|-----|--------------|--|--|--|
| (1) | 'mes+a    | (2) | me'sinh+a    |  |  |  |
|     | re'vist+a |     | revis'teir+o |  |  |  |
|     | 'leit+e   |     | leita'ri+a   |  |  |  |
|     | 'sai+a    |     | sai'ot+e     |  |  |  |
|     | 'lind+o   |     | lin'dez+a    |  |  |  |
- 
- |     |     |            |     |         |     |          |     |       |
|-----|-----|------------|-----|---------|-----|----------|-----|-------|
| (3) | (a) | ani'mal    | (b) | ir'mã   | (c) | cara'pau | (d) | ca'fé |
|     |     | a'mor      |     | jar'dim |     | cha'péu  |     | a'vó  |
|     |     | ra'paz     |     | co'mum  |     | 'boi     |     | ra'já |
|     |     | portu'guês |     | bom'bom |     | ir'mão   |     | ta'tu |
- 
- |     |  |          |  |           |  |          |
|-----|--|----------|--|-----------|--|----------|
| (4) |  | pesso'al |  | lavra'dor |  | alti'vez |
|-----|--|----------|--|-----------|--|----------|

Esta é a acentuação regular. Há no entanto palavras que são acentuadas na **penúltima vogal do radical** e que, por serem excepcionais, têm a última vogal marcada no léxico como não-acentuável (18). Ver os exemplos de (5).

- |     |     |               |     |              |     |                |
|-----|-----|---------------|-----|--------------|-----|----------------|
| (5) | (a) | 'júbil+o      | (b) | 'órfã+o      | (c) | 'frágil        |
|     |     | 'árab+e       |     | vi'agem      |     | 'útil          |
|     |     | lin'guístic+o |     | ga'ragem     |     | 'cônsul        |
|     |     | ca'tástrof+e  |     | 'móvel       |     | catas'trófic+o |
|     |     | a'çúcar       |     | calo'rífer+o |     | 'lápiz         |

dem receber um acento quando empregadas em metalinguagem, ou quando enfatizadas por motivos de ordem semântica. Vejam-se as seguintes frases exemplificativas: (a) “Pode classifi'car-me esse 'que?”. (b) “Não é 'uma fa'mília. É 'a fa'mília!”.

(17) Palavras como *leite* ou *saia* têm uma vogal alta indicada no léxico como não-acentuável e por isso o acento incide na vogal precedente, realizando-se a vogal não acentuada como uma glide no nível fonético. O mesmo se passa com os exemplos integrados em (3c).

(18) Frequentemente, essas palavras têm acento gráfico na vogal acentuada (cf. (5)). A normalização destas formas, levando à acentuação da última vogal do radical, manifesta-se em certos registos de língua, com a alteração de algumas palavras excepcionais que passam a regulares (exs: 'árvores [árvuri] / 'arves [árvi]; qui'lómetro [kilómitru] / qui'lontro [kilótru]) e com a hesitação na pronúncia de outras (exs: 'rúbrica [rúbrike] / ru'brica [Rubrīke]; oce'ânia [osiēnie] / ocea'nia [osiēniē]).

(14) Sobre as características fonéticas do acento ver Delgado Martins (1983) e A. Andrade (1984).

(15) Sobre a relação entre a estrutura morfológica e o acento de palavra, ver Mateus (1982). Sobre o acento de palavra em geral, ver Pereira (1999).

(16) Quando indicamos “a maioria dos nomes e adjectivos do português” (cerca de 70%), queremos referir-nos à acentuação produtiva na língua em que as excepções, historicamente motivadas, não são paradigma para a entrada de novas palavras. As conjunções e preposições são em grande parte não acentuadas; os advérbios, ou entram no padrão geral de acentuação, ou integram-se nas excepções por razões de ordem histórica. As palavras não acentuadas po-

O radical das palavras excepcionais de (5), quando é base de um derivado, constitui um novo radical que pode ficar sujeito à regra geral do acento, como em (6). Embora as formas derivantes sejam marcadas como exceções (*útil*, *açúcar*, *órfão*), as derivadas são regulares.

- (6) utili'dad+e  
 açuca'reir+o  
 orfa'nat+o

Por outro lado, algumas palavras sufixadas podem apresentar-se como excepcionais, já porque o sufixo não recebe o acento (cf. (7)), já porque o acento se aplica na primeira vogal do sufixo, ou seja, na penúltima vogal do novo radical (cf. (8)):

- (7) 'rós e+o  
 o' ví par+o  
 pal'mí ped+e
- (8) conten'tíssim+o  
 secre'tári+o  
 par'tícul+a

Assim, quando relacionamos o acento de palavra com a sua estrutura morfológica, só temos duas acentuações possíveis nos nomes e adjectivos: na última ou na penúltima vogais do radical, como vimos nos exemplos de (1)-(8). Com base nessa afirmação, pode formular-se a regra seguinte:

- (9) *Regra geral de acento* (nomes e adjectivos)

Acentuar a última vogal do radical] <sub>Nomes, Adjectivos</sub>

Esta regra tem uma única restrição:

- (10) *Restrição à regra geral de acento* (nomes e adjectivos)

Acentuar a penúltima vogal do radical nos itens com vogais marcadas no léxico como não-acentuáveis

## Verbos

No que respeita à acentuação, os tempos verbais em português classificam-se nos mesmos três grupos que foram referidos em relação à harmonização vocálica. Os grupos, aqui repetidos, são os seguintes:

*Tempos do presente* — Presente do Indicativo  
 Presente do Conjuntivo  
 Imperativo  
 Gerúndio  
 Infinitivo não flexionado  
 Infinitivo flexionado

*Tempos do passado* — Imperfeito do Indicativo  
 Perfeito do Indicativo  
 Mais-que-perfeito do Indicativo  
 Imperfeito do Conjuntivo  
 Futuro do Conjuntivo  
 Particípio passado

*Tempos do futuro* — Futuro do Indicativo  
 Condicional

Nos Tempos do Presente o acento incide sempre na última vogal do tema, que pode ser a vogal temática ou a vogal do radical se a temática tiver sido suprimida <sup>(19)</sup>.

- (11) 'fal+o                      'bat+o                      'part+o  
       fa'la+mos                ba'te+mos                par'ti+mos

Nos Tempos do Passado o acento incide sempre na **vogal temática**, ou seja, na vogal que se segue ao radical e que com ele forma o **tema** <sup>(20)</sup>:

<sup>(19)</sup> Cf. regra (10) em 25.5.2. Nestas formas, a vogal temática só não é acentuada quando está presente em final absoluto de palavra (exs. *falas* [fále], *fala* [fále], etc.).

<sup>(20)</sup> As formas verbais acentuadas na Vogal Temática são as mais numerosas e têm sido entendidas como as que caracterizam a acentuação dos verbos em português, tal como em outras línguas românicas como o espanhol e o italiano.

- |      |              |              |               |
|------|--------------|--------------|---------------|
| (12) | fa'le+i      | ba'te+u      | par'ti+u      |
|      | fa'la+ra     | ba'te+ra     | par'ti+ra     |
|      | fa'lá+ra+mos | ba'tê+ra+mos | par'tí+ra+mos |

Nos Tempos do Futuro o acento incide sempre na **primeira vogal do sufixo**:

- |      |               |               |                |
|------|---------------|---------------|----------------|
| (13) | fala+'rá      | bate+'rá      | parti+'rá      |
|      | fala+'re+mos  | bate+'re+mos  | parti+'re+mos  |
|      | fala+'ria     | bate+'ria     | parti+'ria     |
|      | fala+'ría+mos | bate+'ría+mos | parti+'ría+mos |

Verifica-se em (11)-(13) que a sílaba acentuada pode ser a última da palavra, a penúltima ou a antepenúltima, porque não é a sua posição que determina a acentuação mas sim a estrutura morfológica da forma verbal, tal como sucede nos nomes e adjectivos. No entanto, tendo em atenção os diversos constituintes em que ocorre o acento nas formas verbais, não é possível formular uma regra que capte a generalização desejável, embora se reconheça que a estrutura morfológica também está implicada na atribuição do acento.

Em consequência da acentuação das palavras estar relacionada com a sua constituição morfológica, o português pode considerar-se o que tradicionalmente se designa como uma língua de **acento livre** <sup>(21)</sup>.

### 26.2.2. Um modelo de análise métrica do acento principal

Sendo o acento um traço prosódico, e portanto um construtor de melodia, a determinação da sílaba da palavra em que incide não pode relacionar-se apenas com a estrutura morfológica. Como traço prosódico que é, o acento é passível de uma **análise rítmica** ou **métrica** que procura captar a distribuição regular do acento de palavra nas diferentes categorias gramaticais. Sucede que, em português, essa análise métrica integra aspectos pertinentes da estrutura morfológica.

Qualquer modelo de análise métrica do acento tem, necessariamente, que representar formalmente o ponto da cadeia em que se **ancora** o acento principal (ou seja, qual a sílaba sobre que incide, do ponto de vista rítmico). O modelo que a seguir se apresenta tem como objectivo determinar qual a **onda rítmica**

<sup>(21)</sup> Por oposição às *línguas de acento fixo*, como por exemplo o francês, cujas palavras são sempre acentuadas numa determinada sílaba, independentemente do constituinte morfológico a que pertencem.

— ou seja, a orientação e regularidades da sequência de batimentos fortes e fracos — a que está sujeita a atribuição do acento de palavra em português <sup>(22)</sup>. Deve acrescentar-se que este modelo métrico tem de tomar em consideração:

- (a) as vogais marcadas lexicalmente como não-acentuáveis e
- (b) o limite do radical (nomes e adjectivos) e do tema (verbos).

Tal como na análise apresentada em 26.2.1. em que se relaciona a aplicação do acento com a estrutura morfológica da palavra, também a onda rítmica considera as diferenças morfológicas entre, por um lado, os nomes e adjectivos e, por outro, os verbos. Neste modelo, contudo, a atribuição do acento está sujeita a um princípio geral que abrange todas as classes de palavras, e a diferença entre essas classes está presente apenas na marcação dos limites dos constituintes morfológicos.

O princípio geral de acento de palavra no modelo da onda rítmica tem a seguinte definição:

- (14) *Princípio da onda rítmica:*

O acento em português resulta da expansão, da direita para a esquerda, de uma onda rítmica que tem um batimento inicial fraco, correspondente a uma *cava*.

Entende-se por **batimentos** as regularidades das sequências sobre que se desenvolve a onda rítmica, e por **cava** o ponto da sequência que não apresenta uma intensidade proeminente.

Em (16)-(17) está representada a aplicação da onda rítmica sobre nomes e adjectivos e em (18)-(19), sobre formas verbais. A representação da onda rítmica denomina-se **grelha métrica**. No português, a orientação da grelha é da direita para a esquerda. A construção da grelha métrica está sujeita às seguintes condições:

- (15) *Condições para a construção da grelha métrica*

- (i) O acento principal é atribuído numa derivação de três níveis indicados por [N].

<sup>(22)</sup> Sobre este modelo de análise do acento ver Andrade (1991, 1994 e 1997) e Andrade e Laks (1991). A apresentação aqui feita segue de perto esta bibliografia. Ver ainda Mateus e Andrade (2000:6). Sobre o acento de palavra em geral, ver Pereira (1999).



- (ii) [\*] representa os pontos de batimentos fortes ou picos, isto é, os pontos proeminentes.  
 (iii) [•] representa posições não-proeminentes da palavra, ou cavas.  
 (iv) [x] representa uma sílaba.  
 (v) ] indica a separação entre o radical e o sufixo (nomes e adjetivos) e entre o tema e o sufixo (verbos).

Em (16) representa-se, por aplicação da grelha métrica, a onda rítmica que atribui o acento às palavras *modelo* e *organizado*. No nível fonológico, o radical está limitado por ]. No nível 0 estão indicadas todas as sílabas da palavra. No nível 1 estão indicados alternadamente, a partir de uma cava inicial (que coincide, nestes casos, com o índice temático), os pontos proeminentes da palavra. No nível 2 está indicado apenas o ponto proeminente mais à direita. No nível fonético as palavras têm indicação da sílaba acentuada.

(16) *Grelha métrica aplicada às palavras modelo e organizado*

|                  |    |    |     |    |      |    |        |
|------------------|----|----|-----|----|------|----|--------|
| N2               |    | *  |     |    |      | *  |        |
| N1               | •  | *  | •   | •  | *    | •  | *      |
| N0               |    | x  | x   | x  | x    | x  | x      |
| Nível fonológico | m  | od | el] | o  | org  | an | iz ad] |
| Nível fonético   | [m | od | él  | u] | [org | ɐn | iz ád  |

O acento principal incide na sílaba que tem mais picos nos níveis superiores (marcados com [\*]), o que representa um maior número de picos da onda rítmica.

As vogais lexicalmente marcadas como não-acentuáveis (em itálico nos exemplos de (17)) são interpretadas pela onda rítmica como cavas. A posição correspondente ao índice temático, mas que está vazia na palavra *útil*, é interpretada também como uma cava. Como se verifica, os nomes e adjetivos de (17) são acentuados na penúltima vogal do radical<sup>(23)</sup>. No modelo da onda rítmica, a sua acentuação decorre do princípio definido em (14) mas entra em conta com a existência de vogais não-acentuáveis interpretadas como cavas<sup>(24)</sup>.

<sup>(23)</sup> Ver atrás os exemplos de (5) e (7)-(8).

<sup>(24)</sup> Estas vogais são frequentemente denominadas *extra-métricas*.

(17) *Grelha métrica aplicada às palavras útil, catástrofe e catastrófico*

|                  |     |     |     |     |     |     |     |     |
|------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| N2               |     | *   |     |     | *   |     |     | *   |
| N1               | *   | •   | •   | •   | *   | •   | •   | *   |
| N0               | x   | x   | x   | x   | x   | x   | x   | x   |
| Nível fonológico | út  | i]  | ca  | tás | tro | f]e | ca  | tas |
| Nível fonético   | [út | if] | [kə | tás | tru | fi] | [kə | tɐ] |

A atribuição do acento às formas verbais está representada em (18) e (19). No nível fonológico, a seguir ao limite do tema marcado com um ], estão presentes vogais que correspondem a cavas da onda rítmica e que, no nível fonético, ou foram assimiladas pela vogal temática ou se realizam como glides. A sílaba não-acentuável de *falássemos*, em (19), está em itálico.

(18) *Grelha métrica aplicada às formas verbais parti, falei, bateu e falou*

|                  |      |    |    |     |    |    |     |    |
|------------------|------|----|----|-----|----|----|-----|----|
| N2               |      | *  |    |     | *  |    |     | *  |
| N1               | •    | *  | •  | •   | *  | •  | •   | *  |
| N0               | x    | x  | x  | x   | x  | x  | x   | x  |
| Nível fonológico | par  | ti | ]i | fa  | la | ]i | ba  | te |
| Nível fonético   | [pɐr | t  | i] | [fɐ | lé | j] | [bɐ | té |

(19) *Grelha métrica aplicada às formas verbais falamos, falemos, falássemos e falava*

|                  |          |   |     |     |     |     |    |      |
|------------------|----------|---|-----|-----|-----|-----|----|------|
| N2               |          | * |     |     | *   |     |    | *    |
| N1               | *        | • | •   | *   | •   | •   | •  | *    |
| N0               | x        | x | x   | x   | x   | x   | x  | x    |
| Nível fonológico | fala]    | m | fa  | le] | mos | fa  | lá | sse] |
| Nível fonético   | [fálɐ̃w] |   | [fɐ | lé] | mu] | [fɐ | lá | sɨ   |

De acordo com as condições de construção da grelha métrica e com a aplicação da onda rítmica ao português, especifica-se em (20) o princípio definido em (14) com inclusão de aspectos particulares resultantes da ausência de índice temático e da existência de vogais não-acentuáveis.

(20) *Princípio da onda rítmica: especificação para nomes, adjetivos e verbos*

1. A onda rítmica espalha-se da direita para a esquerda, incluindo uma cava inicial e o primeiro pico proeminente.
2. O princípio de ancoragem da onda situa a cava inicial na primeira cava encontrada ou, no caso de ausência, na margem direita da palavra.

### 26.2.3. Acento principal e acentos secundários

Na palavra, além do acento principal, podem encontrar-se outros pontos de proeminência, os **acentos secundários**. A atribuição do acento principal de palavra faz-se na componente lexical visto que tem em consideração a estrutura morfológica e reconhece a existência de excepções — dois aspectos que caracterizam as regras da componente lexical <sup>(25)</sup>. Os acentos secundários, porém, estão sujeitos a outros factores.

Na tradição gramatical, considera-se que apenas palavras com os sufixos *-mente* e com *z*-avaliativo (*-zinho*, *-zito* etc.) possuem acento secundário. Esta perspectiva é consequência, sobretudo, de não se verificar redução das vogais acentuadas nas palavras de base (p.ex. *belamente* [belɐmɛti], *avozinho* [ɐvoziɲu], *mulherzita* [muʎɛrziɥɛ]). Na realidade, esses sufixos funcionam como palavras <sup>(26)</sup>, e as novas palavras com eles formadas comportam-se em vários aspectos como os compostos do tipo *guarda-chuva*. As palavras com os referidos sufixos, os compostos, e ainda certas palavras com prefixos do tipo *extra* ou *super* (como *extra-particular* ou *supermercado*) mantêm a sílaba acentuada das formas de base, embora na palavra final o acento predominante seja o que se situa mais à direita. Assim, nestas palavras existe um acento secundário decorrente da estrutura morfológica que, por essa razão, pode ser denominado acento secundário “morfológico” <sup>(27)</sup>.

De um ponto de vista prosódico, contudo, os acentos secundários — ou ecos de acento — são entendidos como pontos de proeminência que estão sempre presentes na cadeia sonora, reforçam o poder informativo do acento principal e

<sup>(25)</sup> Sobre componente lexical e regras lexicais, ver 25.4.

<sup>(26)</sup> Sobre este tipo de sufixos, cf. Villalva (1994: 5.3.1). Ver também o processo do vocalismo átono em 25.4.1.

<sup>(27)</sup> Sobre esta denominação do acento secundário em português, ver Pereira (1999: capítulo 5).

organizam a cadeia fonética como um domínio rítmico. No discurso oral, o acento principal de palavra e os seus ecos apresentam-se como um princípio rítmico de alternância entre batimentos fortes e fracos que, por vezes, são marcados foneticamente por uma relativa maior duração das sílabas que ocupam essa posição <sup>(28)</sup>. Nas palavras de (21) as sílabas com acento secundário estão precedidas do diacrítico (ˊ) e as sílabas com acento principal, de (ˋ).

|                |                             |
|----------------|-----------------------------|
| (21) ˊlivaˋria | ˋcomputaˊdor / comˋputaˊdor |
| ˊpatriˋarca    | ˋpodeˊroso                  |
| ˊtemperaˋtura  | ˋpapelaˊria                 |

Os acentos secundários ocorrem em intervalos regulares, sempre em sílabas pré-tónicas, e a sua localização resulta do agrupamento das sílabas da palavra. Assim, mesmo com redução vocálica, certas sílabas podem ser portadoras de acento secundário (p.ex. *patriarca* [ˊpetriˋarkɐ] ou *poderoso* [ˋpudiˊrozu]). Por outro lado, a supressão de vogais átonas não afecta a regularidade de aplicação do acento (p.ex. o [i] suprimido em *temperatura* [ˋtɛpreˊtura]) permite o agrupamento de duas sílabas entre os acentos da palavra).

Por todas estas razões, a atribuição dos acentos secundários ou dos ecos de acento faz-se no **nível pós-lexical**, visto ter em conta processos como a supressão de vogais átonas e permitir variação decorrente do contexto fónico ou de circunstâncias aleatórias (p.ex. a localização do acento secundário na palavra *computador* pode estar sujeita a variação, incidindo quer na primeira sílaba da palavra, como em ˋcomputaˊdor, quer na segunda, como em comˋputaˊdor).

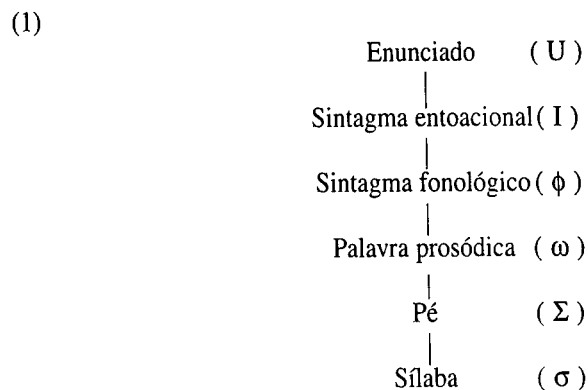
### 26.3. Constituintes prosódicos <sup>(29)</sup>

Se considerarmos uma sequência sonora constituída por mais do que uma palavra lexical, verificamos que as proeminências acentuais se distribuem ao longo dessa sequência estabelecendo uma hierarquia de proeminências. Nessa hierarquia, cada nível de proeminência corresponde a um **constituente prosódico**. Cada constituinte prosódico integra, assim, uma proeminência principal,

<sup>(28)</sup> Sobre o acento secundário do ponto de vista prosódico, ver Pereira (1999: capítulo 5).

<sup>(29)</sup> Sónia Frota: *introdução, sintagma fonológico e sintagma entoacional*. Marina Vigário: *palavra prosódica*.

designado **núcleo**, e zero, uma ou múltiplas proeminências de nível prosódico inferior. A hierarquia de constituintes prosódicos que define a organização fonológica de uma língua é apresentada em (1)



Os constituintes abaixo do nível da palavra são construídos com base em informação puramente fonológica. A palavra prosódica, por sua vez, constitui o domínio privilegiado de interface entre a fonologia e a morfologia e léxico. Acima do nível da palavra, informações de outros domínios linguísticos dão um contributo crucial para a construção dos constituintes prosódicos: os sintagmas fonológico e entoacional constituem o domínio da interface entre a fonologia e a sintaxe, enquanto ao nível do enunciado interagem também informações fonológicas e semântico-discursivas<sup>(30)</sup>.

Nas secções seguintes são analisadas algumas características dos constituintes prosódicos no português europeu (PE). A sílaba e a sua delimitação foram tratadas em 26.1. Relativamente ao pé, é discutível que ele seja um domínio prosódico relevante para a descrição do português e por isso não será apresentado nos desenvolvimentos seguintes. Quanto ao enunciado, os problemas que põe extravasam em muito o domínio da fonologia, e por isso também a ele não se fará referência.

<sup>(30)</sup> Sobre a fonologia prosódica e a formação dos constituintes prosódicos em diversas línguas, veja-se Selkirk (1984, 1986), Nespor e Vogel (1986) e Hayes (1989).

### 26.3.1. A palavra prosódica

A **palavra prosódica** é o constituinte da hierarquia prosódica que se situa entre o pé e o sintagma fonológico<sup>(31)</sup>. Ao contrário destes últimos, no português europeu a palavra prosódica é um domínio relevante para fenómenos fonológicos de diferentes tipos: é o domínio de vários processos fonológicos segmentais<sup>(32)</sup>; impõe restrições à ocorrência de um conjunto de segmentos<sup>(33)</sup>; é um domínio relevante para fenómenos de natureza acentual e tonal<sup>(34)</sup>; e ainda para processos de truncamento ou apagamento de constituintes<sup>(35)</sup>.

Um dos elementos identificadores deste constituinte fonológico é, antes de mais, a presença de um **acento primário**. Efectivamente, cada palavra prosódica tem um e um único acento principal. Dado que existem palavras morfológicas que apresentam mais do que um acento, e, inversamente, existem palavras mor-

<sup>(31)</sup> Sobre este domínio prosódico, consulte-se Nespor e Vogel (1986); relativamente à forma como são estruturadas prosodicamente palavras clíticas, derivadas e compostas, veja-se, em particular, Selkirk (1996), Booij (1996) e Peperkamp (1997); acerca da fonologia da palavra prosódica e dos algoritmos propostos para a sua construção no português europeu, consulte-se Vigário (2000, 2001), trabalhos nos quais esta secção se baseia.

<sup>(32)</sup> Por exemplo, é o domínio de aplicação do processo de fortalecimento da vibrante inicial de palavra, é o domínio dos processos de neutralização de vogal não-central e não-alta responsáveis pelas alternâncias vocálicas em posição inicial (a saber, [i]/[e], [ε]/[e] e [u]/[o], [ɔ]/[o]), é o domínio da neutralização do grau de altura das vogais átonas em sílabas finais terminadas em consoante soante (que obriga à sua realização como vogais baixas), e o domínio de aplicação dos processos de semivocalização de vogal arredondada final quando precedida de vogal e de elisão da vogal [i].

<sup>(33)</sup> Concretamente, nenhuma palavra prosódica é iniciada por [ʎ] e por [ɲ]. Para além destes segmentos e devido à aplicação de processos cuja descrição estrutural faz referência à posição inicial de palavra, nenhuma palavra prosódica começa por [r] e por [i].

<sup>(34)</sup> Por exemplo, o acento secundário inicial, *bem* como o acento enfático são atribuídos a sílabas em posição inicial de palavra prosódica; o tom alto que inicia o sintagma entoacional associa-se à primeira palavra prosódica de um sintagma entoacional.

<sup>(35)</sup> Entre os processos de apagamento de constituintes que operam tendo em conta a estruturação de unidades em palavras prosódicas encontra-se o apagamento sob identidade ("deletion under identity"), que opera sobre estruturas com palavras coordenadas parcialmente idênticas e consiste no apagamento da porção idêntica de uma dessas palavras quando ela corresponde a uma palavra prosódica (por exemplo, *alegremente* ou *tristemente* e *afro-asiático* e *euro-asiático*). Um outro processo deste tipo é o de truncamento ou corte, que consiste no encurtamento de unidades maiores (palavras morfológicas ou sintácticas) pelo apagamento de uma das palavras prosódicas que as compõem, mantendo-se as propriedades semânticas e morfosintácticas da expressão original (por exemplo, *hipermercado* > *hiper*, *telemóvel* > *móvel*).

fológicas desprovidas de acento — tal como exemplificamos nos parágrafos que se seguem —, daqui decorre que nem sempre há coincidência entre a palavra prosódica e a palavra morfológica.

Uma das situações em que uma única palavra morfológica corresponde a duas palavras prosódicas verifica-se em palavras derivadas com prefixos acentuados, como as ilustradas em (2).

- (2) pré-acental  
pós-moderno  
pró-comunista

Que os prefixos em causa apresentam um acento, mostra-o o facto de as vogais destes prefixos não sofrerem os processos de elevação e centralização do vocalismo átono. O acento no prefixo é, de resto, percebido como tal pelos falantes.

Entre as unidades que podem ser consideradas uma única palavra do ponto de vista morfológico ou sintáctico e que correspondem a duas (ou mais) palavras prosódicas incluem-se ainda (i) as palavras formadas com sufixos *z*-avaliativos (e.g. *reporterzinho*) e com *-mente* (e.g. *belamente*); (ii) os compostos morfológicos não-lexicalizados (e.g. *afro-asiático*); (iii) os compostos morfossintácticos (e.g. *porta-óculos*); (iv) os compostos sintácticos (e.g. *surdo-mudo*); (v) as estruturas mesoclíticas (e.g. *dar-lhe-emos*); (vi) e as siglas (e.g. RN).

Se se considerar que os pronomes átonos no português são palavras morfológicas, então estes elementos permitem ilustrar o segundo tipo de situação em que não existe coincidência, ou isomorfismo, entre a estrutura prosódica e a morfológica ao nível da palavra. Existem evidências de vários tipos de que pronomes como os apresentados em (3) são átonos, a saber: a aplicação regular das regras do vocalismo átono às vogais que compõem estas unidades, a possibilidade de as vogais altas dos pronomes **semivocalizarem** se seguidas por um verbo iniciado por vogal, e a possibilidade de **elisão** de [i] quando o clítico é seguido de um hospedeiro fonológico iniciado por vogal.

- (3) me se o  
te lhe a

Por não terem acento próprio, estas palavras morfológicas não podem, assim, formar palavras prosódicas independentes.

A distinção entre a estrutura fonológica e a estrutura morfológica é manifestada, nomeadamente, pela aplicação de regras fonológicas. Com efeito, desde que estejamos perante regras que se apliquem na componente lexical, as regras podem referir uma ou outra estrutura<sup>(36)</sup>. Para ilustrar este ponto, apresentamos em seguida um processo fonológico que faz referência à estrutura morfológica e um processo que faz referência à estrutura prosódica.

Um exemplo simples de um fenómeno que depende de informação morfológica é o da queda de vogal temática. Como referido em 25.5.2, a vogal temática é elidida quando seguida de um morfema iniciado por vogal (vejam-se os exemplos em (4a)). Os dados em (4b) mostram que, em contextos fonologicamente semelhantes, mas em que não se verificam as condições morfológicas necessárias, a elisão não ocorre.

- (4) (a) fal a + o > falo  
durm i + a > durma  
(b) graudinho > \*grudinho  
ânsia > \*ansa

Um exemplo de processo fonológico que faz referência à estrutura prosódica — mais concretamente à palavra prosódica —, é o da **neutralização do grau de altura** das vogais não-altas em sílabas átonas finais fechadas por /r/, responsável pela sua realização obrigatoriamente baixa. Como os dados em (5) mostram, este processo afecta vogais nas condições referidas, quer a sequência vogal-vibrante se encontre em posição final de palavra morfológica, como em (5a), quer na posição final de prefixos acentuados, como em (5b), quer ainda na posição final do primeiro radical de compostos morfológicos, como em (5c). Comum a todos os casos ilustrados em (5) é o facto de a sequência vogal-vibrante estar em posição final de palavra prosódica.

- (5) (a) repórt[ɛ]r    (b) int[ɛ]r-cultural    (c) cib[ɛ]r-café  
líd[ɛ]r            hip[ɛ]r-motivado    inf[ɔ]r-chamada  
júni[ɔ]r            sup[ɛ]r-prático

Este fenómeno de neutralização apresenta características de um **processo lexical**. Embora seja geral e refira exclusivamente informação fonológica, o pro-

<sup>(36)</sup> Veja-se 25.4 sobre a possibilidade de as regras lexicais poderem referir propriedades idiossincráticas dos vocábulos, bem como aspectos de natureza morfológica, e poderem ter excepções, ao contrário dos fenómenos pós-lexicais.

cesso não é afectado por alterações fonológicas que decorram da concatenação pós-lexical das palavras. Por exemplo, se bem que a ressilabificação pós-lexical possa eliminar o seu contexto de aplicação, as vogais relevantes não deixam de ser baixas, como documentado em (6), em que os pontos representam divisões silábicas.

- (6) (a) líd[ɛ]r (li.der) (b) líd[ɛ]r amado (li.de.ra.ma.do)  
 flú[ɔ]r (flu.or) flú[ɔ]r activo (flu.o.ra.ti.vo)

Uma outra regra fonológica que tem como domínio a palavra prosódica, mas que, ao contrário da precedente, se aplica pós-lexicalmente, é a regra de **elisão da vogal fonológica** [-recuada, -alta] em posição final de palavra prosódica <sup>(37)</sup>. Os exemplos em (7) ilustram a aplicação desta regra. As formas em (7b) mostram ainda como a unidade relevante para a sua aplicação é fonológica e não morfológica, uma vez que a vogal final de *vice-* é elidida e esta unidade apenas constitui uma palavra do ponto de vista fonológico mas não morfológico.

- (7) (a) bebe água 0 (b) vice-almirante 0  
 pele amarela 0 vice-reitor 0  
 balde cheio 0

Tratando-se, neste caso, de um fenómeno pós-lexical, espera-se que a concatenação de palavras possa originar ou eliminar o seu contexto de aplicação. De acordo com os dados que apresentamos em seguida, envolvendo palavras clíticas, é efectivamente isto que se verifica.

Sendo os clíticos unidades desprovidas de acento de palavra, este tipo de elementos não forma, por si, uma palavra prosódica. Assim, prediz-se que esta regra — que se aplica na fronteira direita de palavras prosódicas — não opere se a vogal fonologicamente [-recuada, -alta] terminar um clítico. Como as formas em (8) mostram, a vogal do clítico pode, de facto, não ser apagada, contrariamente ao que sucede nas formas em (7), onde a elisão é obrigatória.

<sup>(37)</sup> A vogal fonológica [-rec, -alt] realiza-se com os mesmos traços quando se encontra em posição tónica (e.g. beb[ɛ]r). Em posição átona a sua realização depende do contexto em que se encontra: quando em interior de palavra prosódica e seguida de consoante, realiza-se como [i] ou é elidida (e.g. pedir); quando em interior de palavra prosódica e seguida de vogal, realiza-se como [j] (e.g. passear; ver também os exemplos em (9b), abaixo); quando em posição final de palavra prosódica, é elidida (ver os exemplos em (7)). Ao referirmos esta vogal nesta exposição, consideramos a sua caracterização fonológica.

- (8) de água [j]/0  
 se ouvisses [j]/0  
 que admira [j]/0

Os pronomes átonos pós-verbais, contudo, apresentam um comportamento distinto do descrito acima, que mostra que essas unidades são *incorporadas* na palavra prosódica do hospedeiro verbal à sua esquerda: por um lado, a vogal não-recuada final dos enclíticos pronominais é elidida obrigatoriamente, como sucede em fim de palavra prosódica (9a); por outro lado, contrariamente ao descrito em (7) e apesar de a forma verbal ser uma palavra morfológica, a vogal final do verbo não é elidida (9b).

- (9) (a) faltam-te apenas dois \*[j]/0 (b) bebe-o hoje [j]/\*0  
 diz-me amanhã \*[j]/0 cante-a bem [j]/\*0  
 dá-lhe ouvidos \*[j]/0

Pode dar-se conta deste comportamento se se atribuir às sequências verbo + enclítico pronominal a estrutura prosódica ilustrada em (10). Dada a incorporação dos enclíticos na mesma palavra prosódica que o verbo, apenas nas formas em (10a), mas não em (10b), existe uma vogal não-recuada no contexto adequado para a aplicação da regra.

- (10) (a) (faltam-te)<sub>w</sub> 0 (b) (bebe-o)<sub>w</sub> [j]  
 (diz-me)<sub>w</sub> 0 (cante-a)<sub>w</sub> [j]

Estes dados mostram que a sequência formada pelo verbo e os pronomes **enclíticos** (isto é, que dependem fonologicamente da palavra prosódica à sua esquerda) é estruturada prosodicamente numa única palavra prosódica. Do mesmo modo, pode demonstrar-se que a sequência formada por um radical e todos os sufixos que se lhe seguem forma uma única palavra prosódica, desde que os sufixos em causa não constituam domínios de acentuação independentes da sua base morfológica. Relativamente aos prefixos átonos e aos **proclíticos** (isto é, que dependem fonologicamente da palavra prosódica seguinte), há evidência de que, contrariamente aos sufixos e aos enclíticos — que são *incorporados* na palavra prosódica da base/hospedeiro —, estes elementos são *adjuntos* à palavra prosódica que domina a base/hospedeiro a que se ligam. Por exemplo, o grau de elevação das vogais átonas não-altas em início de palavra prosódica é variável, quer a palavra seja simples, prefixada ou precedida de um proclítico, como os exemplos em (11) mostram, ao contrário do que sucede em interior de palavra (e.g. prioridade).

- (11) organizar [o]/[ɔ] reorganizar [o]/[ɔ] de organizar [o]/[ɔ]  
educar [e]/[i] reeducar [e]/[i] se educar [e]/[i]

Estes dados mostram que, apesar da adjunção de um prefixo ou de um proclítico, a base morfológica preserva a fronteira esquerda de palavra prosódica. A sílaba inicial da base morfológica pode igualmente receber um acento secundário ou um acento enfático, os quais incidem sobre sílabas na fronteira esquerda da palavra prosódica. O facto de o mesmo tipo de acentos poder ocorrer em sílabas pertencentes a prefixos ou proclíticos, sugere que estas unidades se *adjuvem* à palavra prosódica seguinte, numa estrutura recursiva como a apresentada em (12).

- (12) (a) (re (organizar)<sub>ω</sub>)<sub>ω</sub> (b) (de (organizar)<sub>ω</sub>)<sub>ω</sub>

### 26.3.2. O sintagma fonológico

Uma ou mais palavras prosódicas constituem um **sintagma fonológico**. A formação do sintagma fonológico ( $\phi$ ) no PE, tal como em muitas outras línguas, é baseada em noções sintácticas muito gerais, como cabeça lexical (Lex), projecção máxima de cabeça lexical (Lex<sup>max</sup>) e lado recursivo. São cabeças lexicais os núcleos de sintagmas sintácticos cuja natureza é lexical e não funcional (designadamente, Nomes, Verbos, Adjectivos e Advérbios, mas não Preposições, Conjunções ou Determinantes). A projecção máxima destes núcleos constitui Lex<sup>max</sup>. O lado recursivo é definido pela ordem em que cabeças e seus complementos se encontram na frase. No PE, essa ordem é cabeça-complemento e, conseqüentemente, o lado recursivo é o direito<sup>(38)</sup>.

O domínio sintáctico para a formação do sintagma fonológico é a projecção máxima da cabeça lexical e a sua construção junta uma cabeça lexical e todos os elementos no seu lado não-recursivo dentro da projecção máxima dessa cabeça lexical num mesmo sintagma fonológico. Note-se que elementos potencialmente de tipo lexical, como é o caso dos adjectivos e (pelo menos de alguns) advérbios, não contam como cabeças para efeitos de constituição fonológica se ocorrerem no lado não-recursivo de uma cabeça lexical e forem dominados

<sup>(38)</sup> A descrição do sintagma fonológico que se segue baseia-se em Frota (2000).

pela projecção máxima dessa cabeça lexical<sup>(39)</sup>. Os exemplos em (13) e (14) ilustram a construção do sintagma fonológico descrita acima<sup>(40)</sup>.

- (13) (a) [... A N SP ]<sub>SN</sub>  
(b) [uma progressiva subida] $\phi$  [dos preços] $\phi$   
(c) \*[uma progressiva subida dos preços] $\phi$
- (14) (a) [...N ]<sub>SN</sub> [V...]<sub>SV</sub>  
(b) [o café] $\phi$  luta pelo prémio do produto mais qualificado  
(c) \*[o café luta] $\phi$

A construção do sintagma fonológico é ainda dependente de uma segunda cláusula. Tal como no italiano ou no inglês (mas não no francês), este constituinte prosódico no PE pode conter maximamente, nas circunstâncias descritas abaixo, um elemento lexical e todos os elementos no seu lado não-recursivo *mais* o constituinte seguinte dentro da projecção máxima da cabeça lexical. Isto significa que o primeiro 'complemento' da cabeça lexical pode ser incluído no sintagma fonológico que contém essa cabeça<sup>(41)</sup>. Todavia, esta informação sintáctica interage com informação puramente fonológica: fonologicamente, este constituinte deve conter mais material para além de uma palavra prosódica. Esta condição fonológica verifica-se sempre que possível dentro do domínio sintáctico de construção do sintagma fonológico, isto é, da projecção máxima da cabeça lexical. Como consequência directa desta interacção, apenas um 'complemento' que corresponde unicamente a uma palavra prosódica será incluído no sintagma fonológico que contém a cabeça lexical, dado que esse complemento, ele próprio uma projecção máxima da cabeça lexical e, portanto, um sintagma fonológico potencial, não formaria um constituinte legítimo do ponto de vista fonológico. Assim, a estrutura prosódica dos exemplos em (15) e (16) é a indicada em (15c) e (16c) e não a indicada em (15b) e (16b).

<sup>(39)</sup> Sobre o comportamento prosódico dos adjectivos nas línguas românicas, veja-se Nespor e Vogel (1986). Para o diferente comportamento de advérbios em função da sua posição em relação à cabeça que modificam, no PE, veja-se Vigário (1998).

<sup>(40)</sup> Sempre que necessário, estruturas sintácticas básicas são apresentadas a par das estruturas prosódicas.

<sup>(41)</sup> Seguimos aqui a utilização comum da noção de 'complemento' na literatura sobre fonologia prosódica: x é um *complemento* de y se x é subcategorizado por y ou se x modifica y.

- (15) (a) [... N [ A ]<sub>SA</sub> SP ]<sub>SP</sub>  
 (b) [uma subida]φ [progressiva]φ [dos preços]φ  
 (c) ✓[uma subida progressiva]φ [dos preços]φ
- (16) (a) [... N [ A ]<sub>AP</sub> ]<sub>SN</sub> SV  
 (b) [o café]φ [lusó]φ contém cevada de boa qualidade  
 (c) ✓[o café lusó]φ contém...

O contraste entre um 'complemento' fonologicamente não-ramificado e um complemento ramificado encontra-se ilustrado nos exemplos em (17) <sup>(42)</sup>. O primeiro 'complemento' do verbo não pode ser incluído no sintagma fonológico que contém um verbo em (17a), ao contrário do que sucede em (17b).

- (17) (a) ... [ V SN ]<sub>SV</sub>  
 (i) o dançarino [ama]φ [a bailarina russa]φ  
 (ii) \*... [ama a bailarina russa]φ  
 (b) ... [ V SAdv SP ]<sub>SV</sub>  
 o bailarino [anda sempre]φ [de limusine preta]φ

A proeminência principal do sintagma fonológico encontra-se na palavra prosódica nele contida mais à direita. O elemento mais proeminente do sintagma fonológico no português europeu é assim final, tal como nas outras línguas com recursividade (sintáctica) à direita. O padrão de proeminência não-marcado neste nível da hierarquia prosódica define-se, portanto, pela relação fraco (*w*)-forte (*s*) <sup>(43)</sup>. O exemplo (18), em que as sílabas tónicas de cada *ω* estão assinaladas em maiúsculas, ilustra a atribuição de proeminência ao nível do sintagma fonológico.

- (18) (a)                    s            s                    w            s  
 [o dançarino]φ [Ama]φ [a bailarina RUSSA]φ  
 (b)                    s            w            s                    w            s  
 [o bailarino]φ [ANda SEMpre]φ [de limusine PREta]φ

<sup>(42)</sup> No PE, um constituinte ramifica fonologicamente se for constituído por mais material do que uma palavra prosódica (*ω*). Para os propósitos desta exposição importa apenas referir que uma cabeça lexical corresponde sempre a *ω*. Sobre a palavra prosódica no PE, veja-se a secção 26.3.1.

<sup>(43)</sup> Entende-se por padrão de proeminência não-marcado aquele que é obtido em sequências de fala em que nenhum dos seus constituintes é colocado em destaque em relação aos restantes, isto é, em que nenhum elemento é prosodicamente focalizado. Sobre o foco prosódico, veja-se Frota (2000).

O contributo deste constituinte para a organização fonológica do português europeu situa-se, fundamentalmente, no domínio dos processos fonológicos de tipo rítmico e das questões entoacionais. Vejamos exemplos dos primeiros.

As sequências *dançarino ama* e *bailarino anda* dos exemplos em (17) e (18) são segmentalmente quase idênticas no que respeita ao intervalo da primeira à segunda sílabas tónicas (inclusive), estando as sílabas portadoras do acento de palavra separadas por uma única sílaba em ambos os casos. Todavia, apesar destas condições semelhantes, a vogal final de *dançarino* tende a ser realizada como semivogal e a sua elisão é considerada muito marcada pelos falantes (*dançarín[w]ama* e não *dançarínama*), ao contrário da vogal final de *bailarino*, que é habitualmente elidida (*bailarinanda sempre*). A organização destas sequências em sintagmas fonológicos contém a resposta para este diferente comportamento: como indicado em (18), tanto *dançarino* como *ama* constituem os elementos proeminentes dos respectivos sintagmas fonológicos, o que não sucede com *bailarino* e *anda*, pois esta última palavra é o elemento fraco de um sintagma fonológico cujo elemento forte é *sempre*. É precisamente na sequência que contém dois elementos proeminentes em situação de adjacência que a elisão da vogal é marcada, dado que ela iria aproximar dois elementos proeminentes ao nível do sintagma fonológico.

À semelhança de outras línguas, o português europeu também tende a resolver as situações de adjacência entre duas sílabas portadoras de acento de palavra, como as que se verificam nos exemplos (14) *CAFÉ LUTA* e (16) *CAFÉ LUSO* acima apresentados (isto é, os casos de antagonismo acentual entre palavras). Todavia, apenas em sequências como a de (16) se aplica o processo de reforço da primeira proeminência que se traduz no alongamento da respectiva sílaba acentuada. Apesar de os dois exemplos serem praticamente idênticos — do ponto de vista segmental as sílabas envolvidas são iguais e do ponto de vista sintáctico estamos perante duas cabeças lexicais em ambos os casos —, o processo rítmico de reforço da primeira proeminência não se aplica no exemplo (14). A razão desta diferença reside, novamente, na estrutura prosódica, mais exactamente na divisão das sequências em sintagmas fonológicos: o processo apenas se aplica se o antagonismo ocorrer dentro de um mesmo sintagma fonológico, e não entre sintagmas fonológicos diferentes.

Vejamos agora um exemplo da importância do sintagma fonológico para questões de ordem entoacional <sup>(44)</sup>. A melodia com que uma sequência de palavras é pronunciada é constituída por uma sucessão de unidades chamadas **acentos tonais**, que se distribuem pela sequência em função da sua divisão em sintagmas fonológicos. Os acentos tonais são, em primeiro lugar, associados ao

<sup>(44)</sup> A entoação do PE é analisada em maior detalhe em 26.3.2.

elemento mais proeminente dentro de cada sintagma fonológico. Como consequência, um elemento fraco não pode ser portador de um acento tonal se o elemento proeminente desse sintagma fonológico não tiver um acento tonal a ele associado. A divisão em sintagmas fonológicos do exemplo apresentado em (13) e repetido em (19) explica, assim, a distribuição de acentos tonais (indicados com ^) que ocorre nesta sequência:

- (19)
- |                                         |   |   |
|-----------------------------------------|---|---|
| w                                       | s | s |
| [uma progressiva subida]φ [dos PREÇOS]φ |   |   |
| ^                                       | ^ | ^ |
| —                                       | ^ | ^ |
| *^                                      | — | ^ |

Note-se que a terceira hipótese de distribuição não ocorre, pois a sua ocorrência violaria a hierarquia de proeminências que rege a distribuição dos acentos tonais.

Concluimos esta secção com um apontamento sobre o não-isomorfismo entre estrutura sintáctica e estrutura prosódica. Se toda e qualquer projecção máxima de uma cabeça lexical fosse simplesmente mapeada num sintagma fonológico, haveria uma coincidência entre as duas estruturas que tornaria a necessidade da existência do sintagma fonológico difícil de comprovar. Neste cenário, os fenómenos fonológicos explicáveis por este constituinte, como os processos de tipo rítmico e as questões entoacionais acima referidas, sê-lo-iam também por referência directa à sintaxe. Importa, pois, salientar que nem sempre coincidem as duas estruturas, o que é patente, por exemplo, no caso de (17a) e (17b). Este não-isomorfismo comprova o estatuto fonológico deste constituinte prosódico.

### 26.3.2. O sintagma entoacional e a entoação

Um ou mais sintagmas fonológicos formam o constituinte fonológico hierarquicamente superior, o **sintagma entoacional**. A formação do sintagma entoacional (I), no português europeu como em várias outras línguas, junta os sintagmas fonológicos adjacentes estruturalmente ligados a uma mesma frase-raiz num único sintagma entoacional. Sequências como tópicos ou expressões parentéticas constituem exaustivamente um sintagma entoacional, independentemente do que as precede ou segue na frase, pois são de alguma forma sequências externas à frase-raiz em que ocorrem <sup>(45)</sup>.

<sup>(45)</sup> Sobre as noções de frase-raiz, tópico e parentética, ver sobretudo 12.6. A presente descrição do sintagma entoacional é baseada em Frota (2000).

Os exemplos em (20) e (21) ilustram a construção do sintagma entoacional no português europeu. A presença da parentética em (20b) conduz à divisão da sequência em três sintagmas entoacionais, da mesma forma que o tópico inicial em (21b) motiva a presença de dois destes constituintes. Esta divisão em sintagmas entoacionais é evidenciada, entre outros factores, pela realização típica da fricativa final de palavra quando seguida de palavra iniciada por vogal.

- (20) (a) [A<sub>z</sub> alunas<sub>z</sub> obtiveram boas<sub>z</sub> avaliações<sub>z</sub>]I  
 (b) [A<sub>z</sub> alunas<sub>z</sub>]I [até onde sabemos<sub>z</sub>]I [obtiveram boas<sub>z</sub> avaliações<sub>z</sub>]I
- (21) (a) [A<sub>z</sub> angolanas<sub>z</sub> ofereceram especiarias<sub>z</sub> aos jornalistas<sub>z</sub>]I  
 (b) [A<sub>z</sub> angolanas<sub>z</sub>]I [ofereceram especiarias<sub>z</sub> aos jornalistas<sub>z</sub>]I  
 (frase proferida com o significado 'Sobre as angolanas, .....')

A realização [z] da fricativa final ilustra um dos vários processos fonológicos que ocorrem entre palavras quando estas se encontram incluídas num mesmo sintagma entoacional.

Dentro do domínio sintáctico de formação do sintagma entoacional — a frase-raiz —, os constituintes incluídos num sintagma entoacional devem manter uma relação cabeça-'complemento' (ver nota 41). A esta restrição sintáctica sobre a construção do sintagma entoacional acrescem condições puramente fonológicas que estabelecem que constituintes longos tendem a ser divididos, que o constituinte mais longo é preferencialmente o mais à direita na sequência e que constituintes de tamanho simétrico são favorecidos. Os exemplos em (22) mostram como estas condições contribuem para a construção deste domínio prosódico. Dado que esta sequência apresenta uma única frase-raiz, sem elementos que lhe sejam externos, todos os sintagmas fonológicos que a constituem podem ser integrados num único sintagma entoacional (22a). Todavia, dado que se trata de uma sequência longa, é possível dividi-la em vários sintagmas entoacionais (22b). Mas essa divisão não pode ser feita de forma a que os constituintes incluídos num mesmo sintagma entoacional não tenham uma relação de cabeça-'complemento', como sucede em (22c). Essa divisão também não pode conduzir a constituintes assimétricos, como em (22d).

- (22) (a) [O nível actual da inflação é um indicador económico positivo]I  
 (b) [O nível actual da inflação]I [é um indicador económico positivo]I



- (c) \*[O nível actual]I [da inflação é um indicador económico positivo]I  
 (d) \*[O nível actual]I [da inflação]I [é um indicador económico positivo]I

Os exemplos anteriores mostram igualmente como uma mesma sequência de fala pode apresentar uma divisão em sintagmas entoacionais variável. Esta variabilidade, que é característica deste constituinte fonológico, é regulada por factores como a velocidade de fala. Uma velocidade mais rápida favorece a divisão em (22a), enquanto uma velocidade mais lenta favorece a divisão em (22b).

O facto de a construção do sintagma entoacional depender de elementos como o tamanho, o peso e a simetria dos constituintes, bem como da velocidade de fala, é por si só revelador do não-isomorfismo entre estrutura sintáctica e estrutura fonológica também a este nível da hierarquia prosódica. Não só são estes elementos completamente estranhos à sintaxe (e.g. as fronteiras dos constituintes sintácticos são imunes a qualquer destes factores), como não há um constituinte sintáctico a que todos os sintagmas entoacionais correspondam (nem mesmo a *frase*). Por conseguinte, o sintagma entoacional é um constituinte prosódico estritamente necessário para se explicar fenómenos fonológicos como a realização da fricativa final acima referida.

Quanto às relações de proeminência a este nível da hierarquia prosódica, tal como dentro do sintagma fonológico também aqui o elemento mais proeminente se encontra mais à direita, isto é, o elemento mais proeminente do sintagma entoacional é o seu último sintagma fonológico. Fraco (*w*)-forte (*s*) constitui, portanto, o padrão de proeminência não-marcado neste nível prosódico, como ilustrado em (23).

- (23)            *w*                    *w*                                    *s*  
 [[As alunas]φ [obtiveram]φ [Boas avaliações]φ]I

A designação 'sintagma entoacional' deve-se à importância da entoação para a definição fonológica deste constituinte. Para além de ser o domínio de aplicação de processos fonológicos segmentais, como já vimos, ser identificado pelo alongamento da sua fronteira direita e ser o ponto de inserção de pausas, este constituinte caracteriza-se por possuir propriedades tonais específicas, pois ele forma o domínio da melodia mínima.

A **entoação** de uma sequência, isto é a melodia com que ela é pronunciada, é fonologicamente constituída por uma sucessão de categorias tonais em que se destacam os **acentos tonais** e os **tons de fronteira**. Os primeiros são eventos tonais que se associam a elementos proeminentes dos constituintes prosódicos (T\*). Os segundos são elementos que se ligam a fronteiras de constituintes prosódicos (Tα). Quer uns, quer outros apenas podem ser formados por tons de tipo

H (*high*, alto) ou L (*low*, baixo) e podem constituir categorias simples, isto é, **monotonais**, ou categorias complexas, isto é, **bitonais**. Foneticamente, uma sequência de categorias tonais manifesta-se através do traçado contínuo do contorno da frequência fundamental <sup>(46)</sup>. Veja-se os contornos em (24) que correspondem à entoação das frases do exemplo (23) acima.

- (24)
- (a) [As alunas obtiveram boas avaliações]I  
           H\*                                    H+L\* Li
- (b) [As alunas]I [até onde sabemos]I [obtiveram boas avaliações]I  
      (Hi) L\*+HHi (Hi)    L\*+H Hi            H\*                    H+L\*Li

As propriedades tonais específicas do sintagma entoacional são evidentes nestes exemplos: a cada sintagma entoacional corresponde, pelo menos, um acento tonal e um tom (final) de fronteira. O acento tonal associa-se, necessariamente, ao elemento proeminente e designa-se por acento nuclear. O tom de fronteira liga-se à fronteira direita do sintagma entoacional. Por outras palavras, este constituinte é identificado como o domínio da melodia mínima, constituída por um acento tonal nuclear e um tom de fronteira.

Vários elementos do domínio do sintagma entoacional podem ser responsáveis pela desambiguação de sequências linearmente idênticas. Apresentamos em seguida três casos, reveladores da importância de factores prosódicos para questões de natureza sintáctica, semântica, pragmática ou discursiva.

A divisão de uma sequência de fala em constituintes fonológicos, com especial relevo para o sintagma entoacional, é fundamental para a desambiguação do escopo do advérbio em exemplos como (25) <sup>(47)</sup>. Em (25a), toda a sequência é reunida num único sintagma entoacional, como seria de esperar dado estar contida na mesma frase-raiz e o advérbio tem escopo sobre o nome adjacente à sua direita. Todavia, em (25b), a interpretação em que o advérbio tem escopo sobre o verbo à sua esquerda obriga ao bloqueio do escopo para a direita, que é tipicamente efectuado através da divisão da sequência em dois sintagmas entoacionais distintos.

<sup>(46)</sup> Para uma visão abrangente da fonologia entoacional, consulte-se Ladd (1996). Sobre a entoação do português europeu, ver Viana (1987), Frota (1999 e 2000).

<sup>(47)</sup> Exemplos retirados de Vigário (1998), em que advérbios, negação, constituência prosódica e entoação no PE são estudados.

- (25) (a) Contexto: *Os rapazes não emprestaram revistas às raparigas*  
 [[Os rapazes]φ [emprestaram]φ [apenas livros]φ [às raparigas]φ]I  
 (b) Contexto: *Os rapazes não ofereceram livros às raparigas*  
 [[Os rapazes]φ [emprestaram apenas]φ ]I [[livros]φ [às raparigas]φ]I

O segundo caso consiste na distinção entre frases neutras e frases com foco prosódico, como (26a-b), respectivamente. Tanto na produção neutra como na produção com foco, toda a sequência é incluída num único sintagma entoacional. No entanto, apenas na produção neutra se verifica o padrão de proeminência w-s. Na sequência com foco, o elemento proeminente do sintagma entoacional é o constituinte focalizado e, conseqüentemente, nem o elemento proeminente nem o acento nuclear a ele associado são finais, ao contrário do que sucede na sequência neutra. Neste caso, a desambiguação é realizada através do padrão de proeminência (e também da forma específica do acento nuclear de foco).

- (26) (a) Contexto: *Disseram-me ontem:*  

$$\begin{array}{ccccc} & w & & w & s \\ [[A[z] & angolana[z]]\phi & [ofereceram & especiaria[z]]\phi & [aos & jornalista[ ]]\phi ]I \\ & H^* & & & H+L^* \end{array}$$

Li

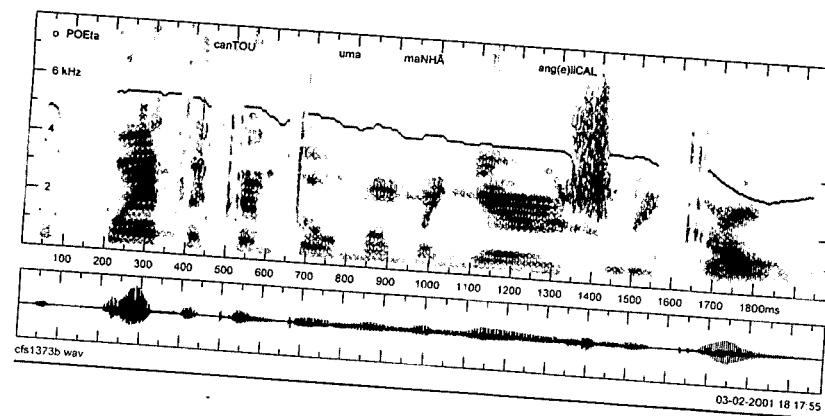
- (b) Contexto: *Foram as moçambicanas que ofereceram especiarias aos jornalistas?*

$$\begin{array}{ccccc} & s & & w & w \\ [[A[z] & ANGOLANA[z]]\phi & [ofereceram & especiaria[z]]\phi & [aos & jorna- \\ & & & & lista[ ]]\phi ]I \\ & H^*+L & & & H+L^* Hi \end{array}$$

O terceiro e último caso a que faremos referência é o contraste entre declarativa e interrogativa global. No português europeu, uma declarativa e uma interrogativa podem ser veiculadas por sequências linearmente idênticas. Como os exemplos em (27) mostram, ambas as sequências constituem um único sintagma entoacional que, na sua versão neutra, apresenta o elemento proeminente à direita bem como o respectivo acento tonal nuclear (48).

(48) Exemplos retirados de Frota (2002).

- (27) (a) 
$$\begin{array}{ccccc} & w & & w & s \\ [[O & poeta]\phi & [cantou]\phi & [uma & manhã & angelical]\phi ]I \\ & H^* & & & H+L^* Li \end{array}$$
 Declarativa



- (b) 
$$\begin{array}{ccccc} & w & & w & s \\ [[O & poeta]\phi & [cantou]\phi & [uma & manhã & angelical]\phi ]I \\ & H^* & & & H+L^* Hi \end{array}$$
 Interrogativa

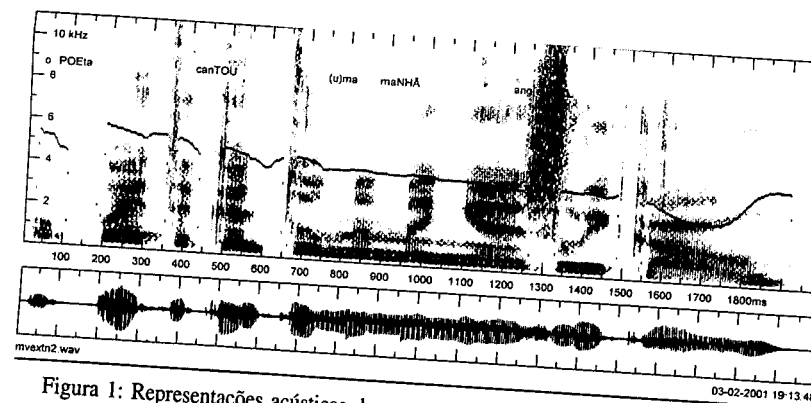


Figura 1: Representações acústicas dos exemplos em (27): espectrogramas (em que é visualizada a sequência sonora segmental) e contornos entoacionais (em que é visualizada a melodia).

O paralelismo entre os dois contornos entoacionais é claramente ilustrado pela Figura 1. Note-se que, até ao acento tonal nuclear inclusive, os contornos são praticamente idênticos. O contraste entre declarativa e interrogativa é dado pelo final do contorno, mais exactamente pelos eventos tonais de fronteira: enquanto a declarativa é caracterizada por um tom de fronteira baixo (L), a interrogativa possui um tom de fronteira alto (H). Neste caso, o papel de relevo na desambiguação das sequências é desempenhado por um dos elementos da melodia mínima identificadora do sintagma entoacional, o evento tonal de fronteira.

- AA, 1984. *Português Fundamental. Tomo 1. Vocabulário*. Lisboa: INIC e Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- ABNEY, Steven, 1987. *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. Tese de Ph.D., MIT.
- ABRAHAM, Werner (org.), 1978. *Valence, Semantic Case and Grammatical Relations*. Amsterdão: John Benjamins.
- Samuel D. EPSTEIN, Höskuldur THRÁINSSON e Jan-Wouter ZWART (orgs.), 1996. *Minimal Ideas*. Amsterdão: John Benjamins.
- ABUSH, Dorit, 1993. Two Theories of Tense in Intensional Contexts. *Proceedings of the 9<sup>th</sup> Amsterdam Colloquium*, 47-66. Amsterdão: Universidade de Amsterdão.
- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 1976. *Dicionário da Língua Portuguesa, vol. 1*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ALARCOS LLORACH, Emilio, 1994. *Gramática de la Lengua Española*. Madrid: Espase Calpe.
- ALEXANDRE, Nélia, 2000. *A Estratégia Resumptiva em Relativas Restritivas do Português Europeu*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ALSINA, Alex, 1997. Causatives in Bantu and Romance. In Alsina, Bresnan e Sells (orgs.): 203-246.
- Joan BRESNAN e Pet Ier SELLS (orgs.), 1997. *Complex Predicates*. Stanford: CSLI.
- ÁLVAREZ, Alfredo, 1999. Las Construcciones Consecutivas. In Bosque e Demonte (orgs.): 3739-3804.
- AMBAR, Manuela, 1990. Sobre a Posição do Sujeito, Movimento do Verbo e Estrutura da Frase. *Actas do V Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 369-399. Lisboa: APL.
- 1992. *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito Verbo em Português*. Lisboa: Edições Colibri.
- 1998. Inflected Infinitives Revisited — Genericity and Single Event. *Canadian Journal of Linguistics*, 43(1): 5-36.

- 1999. Aspects of the Syntax of Focus in Portuguese. In Rebuschi e Tuller (orgs.), *The Grammar of Focus*, 23-53. Amsterdão: John Benjamins.
- ANDERSON, John, 1971. *The Grammar of Case: Toward a Localist Theory*, Cambridge: Cambridge University Press.
- ANDRADE PARDAL, Ernesto d', 1977. *Aspects de la Phonologie (Générative) du Portugais*. Lisboa: INIC. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- 1992. *Temas de Fonologia*. Lisboa: Edições Colibri.
- 1993. *Dicionário Inverso do Português*. Lisboa: Cosmos.
- 1996. Na Onda do Acento. In Duarte e Leiria (orgs.), Vol. 1: 157-174.
- 1997. Some Remarks about Stress in Portuguese. In Martinez-Gil e Morales-Front (orgs.), *Issues in the Phonology and Morphology of the Major Iberian Languages*, 343-358. Washington: Georgetown University Press.
- e Alain KIHM, 1988. Fonologia Autossegmental e Nasais em Português. *Actas do 3.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 51-60. Lisboa: APL.
- e Bernard LAKS, 1992. Na Crista da Onda: o Acento de Palavra em Português. *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 15-26. Lisboa: APL.
- e Maria do Céu VIANA, 1989. Ainda sobre o Acento e o Ritmo em Português. *Actas do 4.º Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 3-16. Lisboa: APL.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude e Oswald DUCROT, 1977. Deux mais en Français? In Reichling, Uhlenbek e Allen (orgs.), *Lingua*, 43: 23-40.
- ARCHANGELI Diana, 1988. Aspects of Underspecification Theory. *Phonology Yearbook* 5: 183-207.
- ARONOF, Mark, 1976. *Word Formation in Generative Grammar*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- AOUN, Joseph, 1985. *The Grammar of Anaphora*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- AUER, P. e A. di LUZIO, 1992. *The Contextualization of Language*. Amsterdão: John Benjamins.
- van der AUWERA, Johan, 1996. Modality: the three-layered Scalar Square. *Journal of Semantics* (13): 181-195.
- e Vladimir PLUNGIAN, 1998. Modality's Semantic Map. *Linguistic Typology*, 2: 79-124.
- BACH, Emmon, 1981. On Time, Tense and Aspect: an Essay in English Metaphysics. In Cole (org.): 63-81.
- e Robert HARMS (orgs.), 1968. *Universals in Linguistic Theory*. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston.
- BACELAR DO NASCIMENTO, Fernanda, Maria Lúcia GARCIA MARQUES e Maria Luísa SEGURA DA CRUZ, 1987. *Português Fundamental. Volume Segundo. Métodos e Documentos*. Lisboa: INIC e Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- BAKER, Mark, 1988. *Incorporation. A Theory of Grammatical Function Changing*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Kyle JOHNSON e Ian ROBERTS, 1989. Passive Arguments Raised. *Linguistic Inquiry*. 20(2): 219-251.
- BALTIN, Mark, 1982. A Landing Site Theory of Movement Rules. *Linguistic Inquiry*, 13(1): 1-38.
- BAPTISTA, Jorge, 1997. Construções Conversas dar-levar. In *Seminários de Linguística*, 1: 5-37.
- BARBOSA, Jorge Morais, 1965. *Études de Phonologie Portugaise*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar (2.ª ed., Évora, 1983).

- BARBOSA, Pilar, 1996. Clitic Placement in European Portuguese and the Position of Subjects. In Halpern e Zwicky (orgs.), *Approaching Second: Second Position Clitics and Related Phenomena*, 1-40. Stanford: CSLI.
- 1997. Subject Positions in the Null Subject Languages. *Seminários de Linguística*, 1: 39-63.
- 2000. Clitics: a Window into the Null Subject Property. In Costa (org.): 31-93.
- Ana MÜLLER e Fátima OLIVEIRA, 2001. *Nomes Simples: Questões Sintáticas e Semânticas*. Comunicação apresentada ao 2º workshop do Projecto "Português Europeu e Português Brasileiro: Unidade e Diversidade na Viragem do Milénio", Universidade Federal do Ceará.
- BARROS, Clara, 1998a. De *magis* a *mas*: Deriva Semântica e Pragmática. In Fonseca e Barros (orgs.): 25-48.
- 1998b. A Propósito de Morfemas Contrastivos em Português: um *mas* de Excepção/Provoção. In Fonseca e Barros (orgs.): 49-58.
- BARROS, João de, 1540. *Grammatica da Lingua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja*. Lisboa: Luís Rodrigues. Reprodução fac-similada e introdução de Maria Leonor Carvalho Buescu, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.
- BARTSCH, Renate e Theo VENNEMAN, 1972. *Semantic Structures*. Frankfurt: Athenäum.
- BATORÉO, Hanna, 2000. *Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e Tecnologia.
- BAXTER, Alan, 1996. Línguas Pidgin e Crioulas. In Faria, Pedro, Duarte e Gouveia (orgs.): 535-549.
- BAZZANELLA, Carla, 1990. Modal Uses of "Indicativo Imperfetto" in a Pragmatic Perspective. *Journal of Pragmatics* 14: 439-457.
- BEAUGRANDE, Robert de, 1980. *Text, Discourse and Process: a Multidisciplinary Science of Texts*. Londres: Longman.
- BECHARA, Evanildo, 1991. As Fases da Língua Portuguesa Escrita. In *Actes du XVIIIº Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, vol. III: 68-76. Tübingen: Max Niemeyer.
- 1999. *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro: Lucerna. 37.ª edição, revista e ampliada.
- BEGGHELLI, Filippo e Timothy STOWELL, 1997. Distributivity and Negation: the Syntax of *Each* and *Every*. In Szabolcsi (org.), *Ways of Scope Taking*, 71-107. Dordrecht: Kluwer.
- BELLETTI, Adriana, 1982. Morphological Passive and *pro*-drop: the Impersonal Construction in Italian. *Journal of Linguistic Research*, 2(1): 1-34.
- 1988. The Case of Unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, 19(1): 1-34.
- 1990. *Generalized Verb Movement. Aspects of the Verb Syntax*. Turim: Rosenberg e Sellier.
- 1991. Le Frasi Comparative. In Renzi e Salvi (orgs.): 832-853.
- 1993. Case Checking and Clitic Placement. *GenGenP*, 1(2): 101-118.
- e Luigi RIZZI, 1988. Psych-Verbs and Theta-Theory. *Natural Language and Linguistic Theory*, 6(2): 291-352.
- BENINCÀ, Paola, 1988. L'Ordine degli Elementi della Frase e le Costruzioni Marcate (1.2-1.4). In Renzi (org.): 129-148.
- BENNETT, Michael e PARTEE, Barbara Hall, 1978. *Towards the Logic of Tense and Aspect in English*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club.

- BENVENISTE, Émile, 1966. *Problèmes de Linguistique Générale*. Paris: Gallimard, Bibl. des Sciences Humaines.
- den BESTEN, Hans, 1983. Root Transformations and Lexical Deletive Rules. In Abraham (org), *On the Formal Syntax of Westgermania*. Amsterdão: John Benjamins.
- BIANCHI, Valentina e Maria Cristina FIGUEIREDO SILVA, 1995. On Some Properties of Agreement Object in Italian and Brazilian Portuguese. In Mazzola (org.), *Issues and Theory in Romance Linguistics. Selected Papers from the Linguistic Symposium on Romance Languages XXIII*, 181-197. Washington: Georgetown University Press.
- e Roberto ZAMPARELLI, 2001. *Comparative Correlatives*. Comunicação apresentada ao XXIV GLOW Colloquium, 8-11 de Abril, Braga.
- BIERWISCH, Manfred e Karl Erich HEIDOLPH (orgs.), 1970. *Progress in Linguistics*. Haia: Mouton.
- BINNICK, Robert. 1991. *Time and the Verb. A Guide to Tense and Aspect*. Oxford: Oxford University Press.
- BISOL, Leda (org.), 1996. *Introdução a Estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS (2.ª ed. revista, 1999).
- BLEVINS, Juliette. 1997. The Syllable in Phonological Theory. In Goldsmith (org.): 206-244.
- BOBALJK, Jonathan e Dianne JONAS, 1996. Subject Positions and the Role of TP. *Linguistic Inquiry*, 27(2): 195-236.
- e Höskuldur THRÁINSSON. 1998. Two Heads aren't always Better than One. *Syntax*, 1(1): 37-71.
- BOOIJ, Geert. 1996. Cliticization as Prosodic Integration: the Case of Dutch. *The Linguistic Review*, 13: 219-242.
- e Jaap van MARLE 1989. *Yearbook of Morphology 2*.
- BORBA, Francisco da Silva, 1990. *Dicionário Gramatical dos Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*. São Paulo: UNESP.
- BORILLO, Andrée, 1983. Les Adverbes de Référence Temporelle dans la Phrase et dans le Texte. *DRLAV Revue de Linguistique*, 29: 109-131.
- BOŠKOVIĆ, Zeljko, 1997. *The Syntax of Nonfinite Complementation. An Economy Approach*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- BOSQUE, Ignacio, 1990a. Las Bases Materiales de la Alternancia Modal. Repaso y Balance. In Bosque (org.): 13-65.
- 1990b. Sobre el Aspecto en los Adjectivos y en los Participios. In Bosque (org.) *Tiempo y Aspecto en Español*, 177-214. Madrid: Ediciones Cátedra.
- 1990c. *Las Categorías Gramaticales*. Madrid: Editorial Sintesis.
- 1999a. El Nombre Común. In Bosque e Demonte(orgs.): vol 1: 3-76.
- 1999b. El Sintagma Adjetival. Modificadores y Complementos del Adjetivo. Adjetivo y Participio. In Bosque e Demonte (orgs.): 217-310.
- (org.), 1990. *Indicativo y Subjuntivo*. Madrid: Taurus Universitaria.
- e Violeta DEMONTE (orgs.), 1999. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, 3 volumes, Real Academia Española, Colección Nebrija y Bello. Madrid: Espasa.
- BOWERS, John, 1994. The Syntax of Predication. *Linguistic Inquiry*, 24(4): 591-656.
- BRANCO, António, 1992. *Construções Recíprocas e Construções de Predicação Ramificada — Análise Sintáctica e Semântica*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- 2000. *Reference Properties and its Universal Constraints*. Lisboa: Colibri.
- e Berthold CRYSMANN, 2001. Negative Concord and the Distribution of Quantifiers. In d'Hulst, Rooryck e Schroten (orgs.): 39-62.
- BRESNAN, Joan, 1970. On Complementizers: towards a Syntactic Theory of Complement Types. *Foundations of Language*, 6(3): 297-321.
- 1973. The Syntax of the Comparative Clause Construction in English. *Linguistic Inquiry*, 4(3): 275-343.
- 1979. *Theory of Complementation in English Syntax*. Nova Iorque: Garland.
- 1994. Locative Inversion and the Architecture of Universal Grammar. *Language*, 70(1): 72-131.
- (org.), 1982. *The Mental Representation of Grammatical Relations*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- e Jane GRIMSHAW, 1978. The Syntax of Free Relatives in English. *Linguistic Inquiry*, 9(3): 331-391.
- e Jonni KANERVA, 1989. Locative Inversion in Chichewa: a Case Study of Factorization in Grammar. *Linguistic Inquiry*, 20(1): 1-50.
- BRITO, Ana Maria, 1984. Sobre as Noções de Sujeito e Argumento Externo: Semelhanças entre a Estrutura de F e a Estrutura de SN em Português. *Boletim de Filologia*, XXIX (1-4): 421-478.
- 1990. "Próprio" as a Local and Long Distance Anaphoric Expression in Portuguese. In *Actas do Workshop sobre Anáfora*, 116-138. Lisboa: APL.
- 1991. *A Sintaxe das Orações Relativas em Português*. Porto: INIC.
- 1993. Aspects de la Syntaxe du SN en Portugais et en Français. *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Série Línguas e Literaturas*, Tomo X: 25-53.
- 1995. Sobre algumas Construções Pseudo-Relativas em Português. In *Línguas e Literaturas, In Honorem Prof. Óscar Lopes*, vol. XII: 25-54.
- 2001a. Relativas de Genitivo no Português Europeu e no Português de Moçambique. In *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 115-129. Lisboa: APL.
- 2001b. Presença/Ausência de Artigo antes de Possessivo no Português do Brasil. In *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 551-575. Lisboa: APL e Colibri.
- 2001c. Clause Structure, Subject Positions and Verb Movement. About the Position of *sempre* in European Portuguese and Brazilian Portuguese. In d'Hulst, Rooryck & Schroten (orgs.): 63-85.
- e Fátima OLIVEIRA, 1997. Nominalization, Aspect and Argument Structure. In Matos, Miguel, Duarte e Faria (orgs.): 57-80.
- Fátima OLIVEIRA, Isabel PIRES DE LIMA, e Rosa Maria MARTELO (orgs.), 1997. *Sentido que a Vida Faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras.
- BRITTO, Helena, 2000. Syntactic Codification of Categorical and Thetic Judgements in Brazilian Portuguese. In Kato e Negrão (orgs.): 195-222.
- BRUCART, José María, 1987. *La Elisión Sintáctica en Español*. Bellaterra: Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona.
- 1999a. La Estructura del Sintagma Nominal: Las Oraciones de Relativo. In Bosque e Demonte (orgs.): 395-522.
- 1999b. La Elipsis. In Bosque e Demonte (orgs.): 2787-2867.

- BURZIO, Luigi, 1986. *Italian Syntax*. Dordrecht: Kluwer.
- BUSSE, Winifred e Mário VILELA, 1986. *Gramática de Valências*. Coimbra: Almedina.
- BUTT, Miriam e Wilhelm GEUDER, 1999. *On the Lexical Status of Light Verbs*. Comunicação apresentada ao "Workshop on Semi-Lexical Heads". Tilburg.
- BYBEE, Joan, Revere PERKINS e William PAGLIUCA, 1994. *The Evolution of Grammar. Tense, Aspect and Modality in the Languages of the World*. Chicago: The University of Chicago Press.
- CAMACHO, José, 1999. La Coordination. In Bosque e Demonte (orgs.): 2635-2694.
- CAMPOS, Hector, 1986. Indefinite Object Drop. *Linguistic Inquiry*, 17(2): 354-359.
- e Maria ZAMPINI, 1990. Focalization Strategies in Spanish. In *Probus*, 2(1): 47-64.
- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa, 1988. O Pretérito Perfeito Composto: um Tempo Presente?. *Actas do 3.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 75-85. Lisboa: APL.
- 1998. *Dever e Poder. Um Subsistema Modal do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT.
- e Maria Francisca XAVIER, 1991. *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARDEIRA, Esperança, 1999. *A Língua Portuguesa na Primeira Metade do Século XV. Elementos para uma Caracterização do Português Médio*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- CARDINALETTI, Anna e Maria Teresa GUASTI (orgs.), 1995. *Syntax and Semantics*. 28. *Small Clauses*. San Diego: Academic Press.
- e Michael STARKE, 1996. Deficient Pronouns: a View from Germanic. A Study in the Unified Description of Germanic and Romance. In Thráinsson, Epstein e Peter (orgs.), *Studies in Comparative Germanic Syntax*, Vol. II: 21-65. Dordrecht: Kluwer.
- e Michael STARKE, 1999. The Typology of Structural Deficiency. A Case Study of the Three Classes of Pronouns. In van Riemsdijk (org.), *Clitics in the Languages of Europe*, 145-233. Berlin: Mouton de Gruyter.
- CARDOSO, Jerónimo, 1569/70. *Dictionarium Latino Lusitanicum & Vice Versa, Lusitanico Latinum*. Coimbra: João de Barreira (várias reedições até 1695).
- CARECHO, Judite, 1996. *Sobre a Semântica das Construções com "quando"*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CARLSON, Gregory, 1977. A Unified Analysis of the English Bare Plural. *Linguistics and Philosophy*, 1(3), 413-458.
- 1989. The Semantic Composition of English Generic Sentences. In Chierchia, Partee e Turner (orgs.) *Properties, Types and Meaning. 2: Semantic Issues*, 167-191. Dordrecht: Kluwer.
- e Francis J. PELLETIER (orgs.), 1995. *The Generic Book*. Chicago: The University of Chicago Press.
- CARTAGENA, Nelson, 1999. Los Tiempos Compuestos. In Bosque e Demonte (orgs.): 2935-2977.
- CASANOVA, Isabel, 1996. A Força Ilocutória dos Actos Directivos. In Faria, Pedro, Duarte e Gouveia (orgs.): 429-436.
- CARRASCO GUTIÉRREZ, Ángelez, 1999. El Tiempo Verbal y la Sintaxis Oracional. *La Consecutio Temporum*. In Bosque e Demonte (orgs.): 3061-3128.
- CASTEIRO, João Malaca, 1979. Sintaxe e Semântica das Construções Enfáticas com "é que". *Boletim de Filologia*, XXV: 97-166.

- 1981. *Sintaxe Transformacional do Adjectivo: Regência das Construções Completivas*. Lisboa: INIC.
- 1982. Análise Gramatical dos Advérbios de Frase. *Biblos*, Vol. LVIII.
- CASTILHO, Ataliba e Margarida BASÍLIO (orgs.), 1996. *Gramática do Português Falado*. Vol. IV. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/FAPESP.
- CASTRO, Ana, 2001. Os Possessivos em Português Europeu e Português Brasileiro, Unidade e Diversidade. In *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 599-613. Lisboa: APL e Colibri.
- CASTRO, Ivo, 1991. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- 1999. O Português Médio segundo Cintra (Nuga Bibliográfica). In Faria (org.): 367-370.
- CATTELL, R., 1984. Composite Predicates in English. *Syntax and Semantics*. Vol. 17. Sydney: Academic Press.
- CHAFE, Wallace, 1976. Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects, Topics and Point of View. In Li (org.): 25-37.
- CHIERCHIA, Gennaro, 1989. *A Semantics for Unaccusatives and its Syntactic Consequences*. Ms, Universidade de Cornell.
- 1998. Reference to Kinds across Languages. *Natural Language Semantics* 6 (4), 339-405.
- e Sally McCONNEL-GINET, 1991. *Meaning and Grammar. An Introduction to Semantics*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- CHOMSKY, Noam, 1970. Remarks on Nominalization. In Jacobs e Rosenbaum (orgs.), *Readings in English Transformational Grammar*, 184-221. Waltham, Mass: Ginn and Co.
- 1977. On *Wh*-movement. In Culicover, Wasow e Akmajian (orgs.): 71-132.
- 1981. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- 1982. *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- 1986a. *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*. Nova Iorque: Praeger. Tradução portuguesa de Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves, prefácio e coordenação técnica de Inês Duarte, *O Conhecimento da Língua, sua Natureza, Origem e Uso*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.
- 1986b. *Barriers*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press. Tradução portuguesa, apresentação e notas de Eduardo Paiva Raposo, *O Programa Minimalista*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- e HALLE, Morris, 1968. *The Sound Pattern of English*. Nova Iorque: Harper and Row.
- CHUNG-HYE, Han, 2001. Force, Negation and Imperatives. *The Linguistic Review*, 18(4): 289-325.
- CINQUE, Guglielmo, 1977. The Movement Nature of Left Dislocation. *Linguistic Inquiry*, 8(2): 397-411.
- 1980. On Extraction from NP in Italian. *Journal of Italian Linguistics*, 5: 47-99.
- 1981. On the Theory of Relative Clauses and Markedness. *The Linguistic Review*, 1(3): 247-294.
- 1983. 'Topic' Constructions in some European Languages and 'Connectedness'. In Ehlich e van Riemsdijk (orgs.) *Connectedness in Sentence, Discourse and Text*. Tilburg: KLUUB.
- 1988. On *si* Constructions and the Theory of *arb*. *Linguistic Inquiry* 19(4): 521-581.
- 1990. *Types of A'-Dependencies*. Cambridge, Mass: The MIT Press.

- 1993. A Null Theory of Phrase and Compound Stress. *Linguistic Inquiry*, 24(2): 239-289.
- 1994. On the Evidence for Partial N-Movement in the Romance DP. In Cinque et alii (orgs.), *Paths towards Universal Grammar*, 85-110. Washington: Georgetown University Press.
- 1999. *Adverbs and Functional Heads. A Crosslinguistic Perspective*. Oxford: Oxford University Press
- CINTRA, Luís Filipe Lindley, 1963. Les Anciens Textes Portugais non Littéraires. Classement et Bibliographie. In "Colloque sur les Anciens Textes non Littéraires — Apport des Anciens Textes Romains non Littéraires à la Connaissance de la Langue du Moyen Âge". *Revue de Linguistique Romane*, LXXVII: 40-58.
- 1971a. Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses. *Boletim de Filologia*, XXII: 81-116.
- 1971b. Observations sur le plus Ancien Texte Portugais non Littéraire: la 'Notícia de Torto'. *Acte de celui de al XII-lea Congress International de Linguistica? s?i Filologia Romani?ca*, II, Bucarest: 161-174.
- CLARK, Herbert, 1996. *Using Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CLEMENTS, George, 1985. The Geometry of Phonological Features. *Phonology Yearbook* 2: 225-252.
- e Elizabeth HUME, 1995. Internal Organization of Speech Sounds. In Goldsmith (org.): 245-306.
- COLAÇO, Madalena, 1996. O Princípio "Across-the-Board" e o Movimento Sintático em Estruturas de Coordenação. In Gonçalves, Colaço, Miguel e Mória (orgs.): 51-99.
- 1998. Concordância Parcial em Estruturas Coordenadas em Português Europeu. In *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 349-367. Aveiro: APL.
- COLE, Peter (org.), 1981. *Radical Pragmatics*. Nova Iorque: Academic Press.
- COLLINS, Chris, 1991. Pseudocleft and Cleft Constructions: a Thematic and Informational Interpretation. *Linguistics*, 29(3).
- CONTRERAS, Heles, 1993. On Null Operator Structures. *Natural Language and Linguistic Theory*, 11(1): 1-30.
- CORRÊA, Vilma Reche, 2000. Variação Sintática em Portugal e no Brasil: Orações Relativas. In *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 615-656. Lisboa: APL e Colibri.
- CORREIA FERREIRA, Margarita, 1992. O Comportamento Prefixal de NÃO-. In Lorenzo (org.), *Actas do XIX Congreso Internacional de Linguística e Filologia Románicas II — Lexicología e Metalexicografía*, 347-356. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa.
- COSTA, Armanda, Isabel Hub FÁRIA e Gabriela MATOS, 1998. Ambiguidade Referencial na Identificação do Sujeito em Estruturas Coordenadas. *Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 173-188. Lisboa: APL e Colibri.
- COSTA, Avelino Jesus da, 1977. *Os mais Antigos Documentos Escritos em Português — Revisão de um Problema Histórico-Linguístico*. Sep. da *Revista Portuguesa de História*, XVII (Coimbra, 1979).
- COSTA, João 1997a. Adverbs and the Interaction of Levels of Grammar. In Matos, Miguel, Duarte e Faria (orgs.): 109-128.
- 1997b. Scrambling in European Portuguese. In *Proceedings of SCIL VIII. MIT Working Papers in Linguistics*: 1-19.
- 1998a. Word Order Typology in Optimality Theory. In *Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 189-212. Lisboa: APL e Colibri.
- 1998b. *Word Order Variation. A Constraint-Based Approach*. Haia: HIL.
- 2000. Word Order and Discourse Configurability in European Portuguese. In Costa (org): 94: 115.
- (org.), 2000. *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press
- 2001. Opcionalidade, Sujeitos e Interrogativas Múltiplas: Convergência entre Sintaxe, Semântica e Prosódia. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 159-168. Lisboa: APL e Colibri.
- e Inês DUARTE, 2001a. Minimizando a Estrutura: uma Análise Unificada das Construções de Clivagem em Português. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 627-638. Lisboa: APL e Colibri.
- e Inês DUARTE, 2001b. Objectos Nulos em Debate. In Castro e Duarte (orgs.), (no prelo), *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos para Maria Helena Mateus*. Edição virtual, <http://www.fl.ul.pt/principal.htm>.
- COUQUAUX, Daniel, 1981. French Predication and Linguistic Theory. In May e Koster (orgs.), *Levels of Syntactic Representation*, 33-64. Dordrecht: Foris.
- CUESTA, Pilar Vasquez e Maria Albertina Mendes da LUZ, 1969. *Gramática Portuguesa*. Madrid: Gredos. (3.ª ed. aumentada, 1971.) Tradução portuguesa de Ana Maria Brito e Gabriela Matos, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- CULICOVER, Peter, 1993. Topicalization, Inversion and Complementizers in English. In Delfitto et al. (orgs.). *OTS Working Papers in Linguistics*.
- e Ray JACKENDOFF, 1997. Semantic Subordination despite Syntactic Coordination. *Linguistic Inquiry*, 28(2): 195-217.
- e Ray JACKENDOFF, 1999. The View from the Periphery: the English Comparative Correlative. *Linguistic Inquiry*, 30(4): 543-571.
- Thomas WASOW e Adrian AKMAJIAN (orgs.), 1977. *Formal Syntax*. Nova Iorque: Academic Press.
- CUNHA, Celso, 1972. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S.A. (8.ª edição revista, Rio de Janeiro: Padrão, 1980.)
- CUNHA, Celso e Luís Lindley CINTRA, 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa. (8.ª edição, Lisboa: João Sá da Costa, 1991.)
- CUNHA, Luís Filipe 1998a. *As Construções com Progressivo em Português: uma Abordagem Semântica*, Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- 1998b. Breve Análise Semântica de alguns Operadores Aspectuais do Português. *Actas do XIV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 447-462. Aveiro: APL.
- 1999. Valores Temporais das Orações com *quando*. *Actas do XV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. 1: 311-333. Coimbra: APL.
- CYRINO, Sonia, 1997. *O Objecto Nulo em Português do Brasil. Um Estudo Sintático-Diacrónico*. Londrina: Editora da UEL.
- DAVIDSON, Donald e Gilbert HARMAN (orgs.), 1972. *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: Reidel.

- DECLERCK, Renaat, 1991. *Tense in English: its Structure and Use in Discourse*. Londres: Routledge.
- DELGADO-MARTINS, Maria Raquel, 1982. *Aspects de l'Accent en Portugais. Voyelles Toniques et Atones*. Hamburgo: Helmut Buske Verlag.
- 2002. *Fonética do Português. Trinta Anos de Investigação*. Lisboa: Editorial Caminho.
- DEMONTE, Violeta, 1991. *Deirás de la Palabra. Estudios de Gramática del Español*, Madrid: Alianza Editorial.
- 1999. El Adjetivo: Clases y Usos. La Posición del Adjetivo en el Sintagma Nominal. In Bosque e Demonte (orgs.): 129-215.
- DESPREZ, Viviane, 1997. Two Types of Negative Concord. *Probus*, 9(2): 103-143.
- van DIJK, Teun A., 1977. *Text and Context. Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*. Londres: Longman.
- (org.), 1985. *Handbook of Discourse Analysis*, 5 volumes. Londres: Academic Press.
- DIK, Simon, 1978. *Functional Grammar*. Amsterdão: North Holland.
- DOBROVIE-SORIN, Carmen, 1998. Impersonal "se" Constructions in Romance and the Passivization of Unergatives. *Linguistic Inquiry*, 29(3): 399-437.
- DONATI, Caterina, 1997. Comparative Clauses as Free Relatives: a Raising Analysis. *Probus*, 9(2): 145-166.
- DONNELLAN, Keith, 1966. Reference and Definite Descriptions. In Steinberg e Jakobovits (orgs.): 100-114.
- DORON, Edith, 1999. V-Movement and VP Ellipsis. In Lappin e Benmamoun (orgs.), *Fragments. Studies in Ellipsis and Gapping*, 124-140. Nova Iorque, Oxford: Oxford University Press.
- DOWTY, David, 1979. *Word Meaning and Montague Grammar: the Semantics of Verbs and Times in Generative Semantics and in Montague's PTQ*. Dordrecht: Reidel.
- 1986. The Effects of Aspectual Class on the Temporal Structure of Discourse: Semantics or Pragmatics? *Linguistics and Philosophy*, 9(1): 37-62.
- 1991. Thematic Proto-Roles and Argument Selection. *Language*, 67(3): 547-619.
- DUARTE, Inês, 1983. Variação Paramétrica e Ordem dos Clíticos. *Revista da Faculdade de Letras*, Número Especial Comemorativo do 50.º aniversário da RFL: 158-178.
- 1987. *A Construção de Topicalização na Gramática do Português. Regência, Ligação e Condições sobre Movimento*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- 1993. Complementos Infinitivos Preposicionados e outras Construções temporalmente Defectivas. *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 145-154. Lisboa: APL e Colibri.
- 1996. A Topicalização em Português Europeu: uma Análise Comparativa. In Duarte e Leiria (orgs), Vol. 1: 327-358.
- 1997. Ordem de Palavras: Sintaxe e Estrutura Discursiva. In Brito, Oliveira, Pires de Lima e Martelo (orgs.): 581-592.
- 1998. Verbos Causativos de Alternância Locativa. *Veredas*, 2: 91-101.
- 2000. *Sobre Interrogativas-Q em Português Europeu e Português Brasileiro*. Conferência proferida no Congresso Internacional "500 Anos da Língua Portuguesa no Brasil", Universidade de Évora.
- 2001. *Tópicos de Sintaxe Comparada*. Relatório elaborado para provas de Agregação, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- e Ana Maria BRITO, 1996. Sintaxe. In Faria, Pedro, Duarte e Gouveia (orgs.): 244-302.
- e Anabela GONÇALVES, 2001. *Construções de Subordinação Funcionalmente Defectivas: o Caso das Construções Perceptivas em Português Europeu e Português Brasileiro*. Comunicação apresentada ao 2.º workshop do projecto "Português Europeu, Português Brasileiro — Unidade e Diversidade na Viragem do Milénio", Universidade Federal do Ceará.
- e Gabriela MATOS, 2000. Romance Clitics and the Minimalist Program. In Costa (org.): 116-142.
- Gabriela MATOS e Isabel Hub FARIA, 1995. Specificity of European Portuguese Clitics in Romance. In Faria e Freitas (orgs.), *Studies on the Acquisition of Portuguese*, 129-154. Lisboa: APL e Colibri.
- Gabriela MATOS, Anabela GONÇALVES e Ilza RIBEIRO, 2001. Clíticos Especiais em Português Europeu e Brasileiro. Comunicação apresentada ao 2.º workshop do Projecto "Português Europeu e Português Brasileiro: Unidade e Diversidade na Viragem do Milénio", Universidade Federal do Ceará.
- e Isabel LEIRIA (orgs.), 1996. *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. 3 volumes. Lisboa: APL e Colibri.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia, 1986. *Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil*. Tese de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- 1993. Do Pronome Nulo ao Pronome Pleno: a Trajetória do Sujeito no Português do Brasil. In Roberts e Kato (orgs.): 107-128.
- DURAND, Jacques, 1990. *Generative and non-Linear Phonology*. Nova Iorque: Longman.
- ELISEU, André, 1984. *Verbos Ergativos do Português: Descrição e Análise*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ENGDBAL, Elisabeth, 1983. Parasitic Gaps. *Linguistics and Philosophy*, 6(1): 5-34.
- EPIPHANIO da Silva Dias, Augusto, 1918. *Syntaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora (5.ª edição, 1970).
- ERNOUT, Alfred e François THOMAS, 1951. *Syntaxe Latine*. Paris: Éditions Klincksieck. (2.ª edição, 1953).
- EVANS, GARETH, 1980. Pronouns. In *Linguistic Inquiry*, 11(2): 337-362.
- FAIA, Aurélio, 1998. *A Categoria Preposição na Aquisição da Segunda Língua*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FARIA, Isabel Hub, 1973. Sobre a Formação das Imperativas em Português. *Boletim de Filologia*, XXII: 341-359.
- 1974. Conjuntivo e a Restrição da Frase mais Alta. *Boletim de Filologia*, XXIII: 81-188.
- e Inês Duarte, 1989. O Paradoxo da Variação: Aspectos do Português Europeu. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 1: 21-27.
- (org.), 1999. *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Emília PEDRO, Inês DUARTE e Carlos A. M. GOUVEIA (orgs.), 1996. *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- FARREL, Patrick, 1990. Null Objects in Brazilian Portuguese. *Natural Language and Linguistic Theory* 8(3): 325-346.
- FAVA, Elisabetta, 1995. Tipi di Atti e Tipi di Frasi. In Renzi, Salvi e Cardinaletti (orgs.): 19-48.



- FERREIRA, Idalina, 1996. *O Tempo nas Construções Condicionais*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FIENGO, Robert e Robert MAY, 1994. *Indices and Identity*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- FIGUEIREDO, Olívia, 2000. *A Anáfora Nominal em Textos de Alunos: a Língua no Discurso*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto.
- FILLMORE, Charles, 1968. The Case for Case. In Bach e Harms (orgs.): 1-88.
- 1971. Types of Lexical Information. In Steinberg e Jakobovits (orgs.): 370-392.
- FLAMENCO GARCÍA, Luís, 1999. Las Construcciones Concesivas y Adversativas. In Bosque e Demonte (orgs.): 3805-3878.
- FLEISCHMAN, Susan, 1982. *The Future in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FONSECA, Fernanda Irene, 1970. *Para o Estudo dos Valores do Conjuntivo em Português Moderno*. Tese de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- 1984. Relações de Tempo no Verbo Português. *Boletim de Filologia*, XXIX (1-4): 405-419.
- FONSECA, Joaquim, 1984. Verbos Simétricos. *Boletim de Filologia*, XXIX (1-4): 383-403.
- 1993. *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*. Porto: Porto Editora.
- 1994. Pragmática e Sintaxe-Semântica das Consecutivas. In *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, 133-195. Porto: Porto Editora.
- e Clara BARROS (orgs.), 1998. *A Organização e o Funcionamento dos Discursos — Estudos sobre o Português*. Tomo I. Porto: Porto Editora.
- FORGET, Danielle, Paul HIRSCHBÜHLER, France MARTINEAU e María-Luisa RIVERO (orgs.), 1997. *Negation and Polarity: Syntax and Semantics*. Amsterdão: John Benjamins.
- FOULET, Lucien, 1930. *Petite Syntaxe de l'Ancien Français*, Paris: Librairie Honoré Champion (3.ª edição revista, 1990).
- FOX, Danny e Yosef GRODZINSKY, 1998. Children's Passive: A View from the By-Phrase. *Linguistic Inquiry*, 29(2): 311-332.
- FRASCARELLI, Mara, 2000. *Cleft Constituents as Small Clause Heads: A New Proposal*. Comunicação apresentada ao XXVI Incontro di Grammatica Generativa, Roma.
- FREITAS, Maria João, 1997. *Aquisição da Estrutura Silábica do Português Europeu*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- FRISON, Lorenza, 1988. Le Frasi Scisse. In Renzi (org.): 194-225.
- FROTA, Sónia, 1999. Questões de Associação e Alinhamento Tonal: Implicações para uma Teoria da Entoação. In *Actas do XV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. 1: 513-532. Coimbra: APL.
- 2000. *Prosody and Focus in European Portuguese. Phonological Phrasing and Intonation*. Nova Iorque: Garland.
- 2002. Nuclear Falls and Rises in European Portuguese: A Phonological Analysis of Declarative and Question Intonation. *Probus*, 14(1) *Special Issue on Romance Intonation*, organizada por José-Ignacio Hualde: 113-146.
- GALÁN RODRIGUEZ, Carmen, 1999. La Subordinación Causal y Final. In Bosque e Demonte (orgs.): 3597-3642.
- GALVES, Charlotte, 1997. La Syntaxe Pronominale du Portugais Brésilien et la Typologie des Pronoms. In ZribiHertz (org.): 11-55.
- 2001. Agreement, Predication and Pronouns in the History of Portuguese. In Costa (org.): 143-168.
- e Maria Bernadete ABAURRE, 1996. Os Clíticos no Português Brasileiro: Elementos para uma Abordagem Sintático-Fonológica. In Castilho e Basílio (orgs): 273-319.
- GARCÍA FERNANDEZ, Luis, 1999. Los Complementos Adverbiales Temporales. La Subordinación Temporal. In Bosque e Demonte (orgs.): 3129-3208.
- GARRIDO, Ana, 1996. *Expressões Temporais de Duração em Português Europeu*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GARRIDO MEDINA, Joaquín, 1999. Los Actos de Habla. Las Oraciones Imperativas. In Bosque e Demonte (orgs.): 3878-3928.
- GEACH, Peter e Max BLACK (orgs.), 1952. *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Basil Blackwell.
- GIANNAKIDOU, Anastasia, 1998. *Polarity Sensivity as (Non) Veridical Dependency*. Amsterdão: John Benjamins.
- e QUER, Josep, 1997. Long-Distance Licensing of Negative Indefinites. In Forget, Hirschbühler, Martineau e Rivero (orgs.): 95-113.
- GILI GAYA, Samuel, 1961. *Curso Superior de Sintaxis Española*. Barcelona: Bibliograf.
- GIORGI, Alessandra e Giuseppe LONGOBARDI, 1991. *The Syntax of Noun Phrases*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GIVÓN, Talmy, 1976. Topic, Pronoun and Grammatical Agreement. In Li (org.): 151-188.
- 1979. *On Understanding Grammar*. Nova Iorque: Academic Press.
- GOLDSMITH, John, 1990. *Autosegmental and Metrical Phonology*. Oxford: Basil Blackwell.
- (org.), 1995. *The Handbook of Phonological Theory*. Cambridge, Mass: Blackwell.
- GONÇALVES, Anabela, 1996. *Aspectos da Sintaxe dos Verbos Auxiliares do Português Europeu*. In Gonçalves, Colaço, Miguel e Mória: 7-50.
- 1998. On Restructuring Constructions in European Portuguese. In Cambier-Langeveld, Liptak e Redford (orgs.), *Proceedings of ConSOLE 6*, 75-88. Leiden: SOLE.
- 1999. *Predicados Complexos Verbais em Contextos de Infinitivo não Preposicionado do Português Europeu*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- e Madalena COLAÇO, 1991. Para um Tratamento Uniforme do(s) Verbo(s) 'ser' no Português Europeu. In *Actas do VI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 125-143. Lisboa: APL.
- e Inês DUARTE, 2001. Construções Causativas em Português Europeu e em Português Brasileiro. In *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 657-671. Lisboa: APL e Colibri.
- Madalena COLAÇO, Matilde MIGUEL e Telmo MÓIA (orgs.), 1996. *Quatro Estudos em Sintaxe do Português. Uma Abordagem segundo a Teoria dos Princípios e Parâmetros*. Lisboa: Edições Colibri.
- GONÇALVES, Fernanda, 1994. *A Negação Frásica em Português — Caracterização Sintáctica com Referência ao Processo de Aquisição*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GONÇALVES, Perpétua (org.), 1998. *Mudanças do Português em Moçambique*. Maputo: Livraria Universitária e Universidade Eduardo Mondlane.
- e MACIEL, Carla, 1998. Estruturas de Subordinação na Aquisição do Português/Língua Segunda. In Gonçalves (org.): 15-66.
- GONZAGA, Manuela, 1997. *Aspectos da Sintaxe do Advérbio em Português*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- GOODALL, Grant, 1987. *Parallel Structures: Coordination, Causatives and Restructuring*. Cambridge: Cambridge University Press.
- 1993. On Case and the Passive Morpheme. *Natural Language and Linguistic Theory*, 11(1): 31-44.
- 1998a.  $\theta$ -Alignment and the by-Phrase. *Chicago Linguistic Society*, 33.
- 1998b. *Passives and Arbitrary Subjects in Spanish*. Comunicação apresentada no “28<sup>th</sup> Linguistic Symposium on Romance Languages”, Universidade da Pensilvânia.
- GOUVEIA, Carlos A. M., 1996. Tipologia dos Actos Ilocutórios. In Faria, Pedro, Duarte e Gouveia (orgs.): 391-402.
- GREVISSE, Maurice, 1993. *Le Bon Usage — Grammaire Française* (13.<sup>a</sup> edição revista por André Goose. Paris: Éditions Duculot).
- GRICE, Paul 1975. Logic and Conversation. In Cole e Morgan (orgs.), *Syntax and Semantics*. 3. *Speech Acts*, 41-58. Nova Iorque: Academic Press.
- GRIMSHAW, Jane, 1982. On the Lexical Representation of Romance Reflexive Clitics. In Bresnan (org.): 87-149.
- 1990. *Argument Structure*, Cambridge, Mass: The MIT Press.
- 1991. *Extended Projections*. Ms, Universidade de Brandeis.
- e Ralf-Armin MESTER, 1988. Light Verbs and  $\theta$ -Marking. *Linguistic Inquiry* 19(2): 205-232.
- GROSS, Maurice, 1981. Les Bases Empiriques de la Notion de Prédicat Sémantique. *Langages* 63: 7-52.
- GRUBER, Jerold B., 1976. *Lexical Structures in Syntax and Semantics*. Amsterdão: North Holland.
- GUASTI, Maria Teresa, 1992. Pseudorelatives and Prepositional Infinitives: a Unified Account. *GenGenP*, 0(0): 53-65.
- 1997. Romance Causatives. In Haegeman (org.): 124-144.
- GUÉRON, Jacqueline, 1980. On the Syntax and Semantics of PP Extraposition. *Linguistic Inquiry*, 11(4): 637-678.
- e Robert MAY, 1984. Extraposition and Logical Form. *Linguistic Inquiry*, 15(1): 1-31.
- GUMPERZ, John, 1992. Contextualization Revisited. In Auer e Di Luzio (orgs.): 39-53.
- HAEGEMAN, Liliane, 1992. *Theory and Description in Generative Grammar. A Case Study in West Flemish*. Cambridge: Cambridge University Press.
- 1995. *The Syntax of Negation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (org.), 1997. *The New Comparative Syntax*. Londres: Longman.
- HALE, Kenneth e Samuel Jay KEYSER, 1993. On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. In Hale e Keyser (orgs.): 53-109.
- e Samuel Jay Keyser (orgs.), 1993. *The View from Building 20*, Cambridge, Mass: The MIT Press.
- HALLIDAY, M. A. K. e Ruqaiya HASAN, 1976. *Cohesion in English*. Londres: Longman.
- HANKAMER, Jorge, 1979. *Deletion in Coordinate Structures*. Nova Iorque: Garland.
- e Ivan SAG, 1976. Deep and Surface Anaphora. *Linguistic Inquiry*, 7(3): 391-426.
- HARRIS, James, 1974. Evidence from Portuguese for the ‘Elsewhere Condition’ in Phonology. *Linguistic Inquiry*, 5(1): 61-80.
- HARRIS, Martin e Nigel VINCENT (orgs.), 1988. *The Romance Languages*. Londres: Croom Helm.
- HARRIS, Zellig, 1970. The Elementary Transformations. In Hiž (org.), *Papers on Syntax*, 211-235. Dordrecht: Reidel.
- HAYES, Bruce, 1989. The Prosodic Hierarchy in Meter. In Kiparsky e Youmans (orgs.), *Phonetics and Phonology. Rhythm and Meter*, 201-260. Nova Iorque: Academic Press.
- HELBIG, G., 1982. *Valenz — Satzglieder — Semantische Kasus — Satzmodelle*. Leipzig: VEB Verlag Enzyklopedie.
- HERNANZ, Maria-Luisa, 1988. En Torno a los Sujetos Arbitrarios de Segunda Persona del Singular. In Barza e Demonte (orgs.), *Estudios Lingüísticos de España y de México*, México, DF: El Colegio de México-UNAM.
- HEIM, Irene, 1982. *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. Tese de Ph.D, Universidade de Massachusetts, Amherst.
- HEYCOCK, Caroline e Anthony KROCH, 1999. Pseudocleft Connectedness: Implications for the LF Interface Level. *Linguistic Inquiry*, 30(3): 365-397.
- HIGGINBOTHAM, James, 1980. Pronouns and Bound Variables. *Linguistic Inquiry*, 11(4): 697-708.
- 1985. On Semantics. *Linguistic Inquiry*, 16(4): 227-276.
- HINTIKKA, Jaakko, 1969. Semantics for Propositional Attitudes. In Linsky (org.): 145-167.
- HOEKSTRA, Teun e René MULDER, 1990. Unergatives as Copular Verbs. Locational and Existential Predication. *The Linguistic Review*, 7(1): 1-79.
- HOGG, Richard e C. B. McCULLY, 1987. *Metrical Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOOPER, Joan, 1974. *On Assertive Predicates*. Bloomington, Indiana: Indiana University Linguistics Club.
- HORN, Laurence R., 1989. *Natural History of Negation*. Chicago: The University of Chicago Press.
- HORNSTEIN, Norbert, 1999. Minimalism and Quantifier Raising. In Epstein e Hornstein (orgs.), *Working Minimalism*, 44-75. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- HUANG, C.-T. James, 1982. *Logical Relations in Chinese and the Theory of Grammar*. Tese de Ph.D., MIT.
- 1984. On the Distribution and Reference of Empty Pronouns. *Linguistic Inquiry*, 15(4): 531-574.
- HUBER, Joseph, 1933. *Altportugiesische Elementarbuch*. Heidelberg: C. Winter. Tradução portuguesa, *Gramática do Português Antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- HULL, R. D., 1975. A Semantics for Superficial and Embedded Questions in Natural Language. In Keenan (org.): 34-45.
- d’HULST, Yves, Johan ROORYCK e Jan SCHROTEN (orgs.), 2001. *Romance Languages and Linguistic Theory 1999*. Amsterdão: John Benjamins.
- HYAMS, Nina, 1992. The Genesis of Clausal Structure. In Meisel (org.), *The Acquisition of Verb Placement: Functional Categories and V2 Phenomena in Language Acquisition*, 471-500. Dordrecht: Kluwer.
- HYMES, Del, 1971. *On Communicative Competence*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- JACKENDOFF, Ray, 1972a. Gapping and Related Rules. *Linguistic Inquiry* 2(1): 21-35.
- 1972b. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- JAKOBSON, Roman, Gunnar FANT e Morris HALLE, 1952. *Preliminaries to Speech Analysis*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- JAEGGLI, Osvaldo, 1982. *Topics in Romance Syntax*. Dordrecht: Foris.
- 1986. Passive. *Linguistic Inquiry*, 17(4): 587-622.

- e Kenneth SAFIR, 1989. The Null Subject Parameter and Parametric Theory. In Jaeggli e Safir (orgs.): 1-44.
- e Carmen SILVA-CORVALÁN (orgs.), 1986. *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris.
- e Kenneth SAFIR (orgs.), 1989. *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer.
- JENSEN, John T. e Margaret STONG-JENSEN, 1984. Morphology is in the Lexicon! *Linguistic Inquiry*, 15(3): 474-498.
- JESPERSEN, Otto, 1909-1949. *A Modern English Grammar on Historical Principles*. Copenhagen: Munksgaard.
- JOHANENSSON, Janne, 1998. *Coordination*. Oxford: Oxford University Press.
- JOHNSON, Kyle, 2000. How far will Quantifiers Go? In Martin, Michaels e Uriagereka (orgs.), *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*, 187-210. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- KAMP, Hans e Uwe REYLE, 1993. *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer.
- e Christian ROHRER, 1983. Tense in Texts. In Bauerle, Schwarze e von Stechow (orgs.), *Meaning, Use and Interpretation*, 250-269. Berlin: Walter de Gruyter.
- KAPLAN, David, 1977. DThat. In Cole (org.), *Syntax and Semantics 9*. Nova Iorque: Academic Press.
- 1978. The Logic of Demonstratives. In French, Uehling e Wettstein (orgs.) *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*, 401-414. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- KATO, Mary, 1989. Sujeito e Tópico: duas Categorias em Sintaxe? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 17: 109-132.
- 1993. The Distribution of Null and Pronominal Objects in Brazilian Portuguese. In Ashby, Mithum, Perissinotto e Raposo (orgs.), *Linguistic Perspectives on Romance Languages: Selected Papers from the XXI Linguistic Simposium on Romance Languages*, 225-235. Amsterdão: John Benjamins.
- 1999. Strong and Weak Pronominals and the Null Subject Parameter. *Probus*, 11(1): 1-37.
- Maria Luiza BRAGA, Vilma Reche CORRÊA, Maria Aparecida LOPES ROSSI e Nilmaria Soares SIKANSKI, 1996. As Construções-Q no Português Brasileiro Falado: Perguntas, Clivadas e Relativas. In Koch (org.), *Gramática do Português Falado. Volume VI: Desenvolvimentos*, 303-368. Campinas: Editora da UNICAMP.
- e Eduardo RAPOSO, 1996. European and Brazilian Portuguese Word Order: Question, Focus and Topic Constructions. In Parodi et alii (orgs.), *Aspects of Romance Linguistics*, 267-277. Washington: Georgetown University Press.
- e Esmeralda NEGRÃO (orgs.), 2000. *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Madrid: Iberoamericana e Vervuert.
- KAYNE, Richard, 1975. *French Syntax. The Transformational Cycle*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- 1976. French relative 'que'. In Luján e Hensey (orgs.), *Current Studies in Romance Linguistics*, 255-299. Washington: Georgetown University Press.
- 1984. *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris.
- 1985. L'Accord du Participe Passé en Français et en Italien. *Modèles Linguistiques*, 7: 73-89.
- 1989b. Null Subjects and Clitic Climbing. In Jaeggli e Safir (orgs.): 239-261.
- 1991. Romance Clitics, Verb Movement and PRO. *Linguistic Inquiry*, 22(4): 647-686.
- 1994. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- e Jean-Yves POLLOCK, 1978. Stylistic Inversion, Successive Cyclicity and Move NP in French. *Linguistic Inquiry*, 9(4): 595-621.
- KEENAN, Edward, 1976. Towards a Universal Definition of 'subject'. In Li (org.): 303-333.
- (org.), 1975. *Formal Semantics of Natural Language*. Londres: Cambridge University Press.
- KEMPCHINSKY, Paula, 1986. *Romance Subjunctive Clauses and Logical Form*. Tese de Ph.D., Universidade da Califórnia em Los Angeles.
- 1990. Más sobre el Efecto de Referencia Disjunta del Subjuntivo. In Bosque, (org.): 234-258.
- KENNEDY, Christopher, 1997. *Projecting the Adjective: the Syntax and Semantics of Gradability and Comparison*. Tese de Ph.D., Universidade da Califórnia em Santa Cruz.
- KENSTOWICZ, Michael, 1994. *Phonology in Generative Phonology*. Cambridge, Mass: Blackwell.
- KESTER, Ellen-Petra, 1996. *The Nature of Adjectival Inflection*. Tese de Ph.D., Universidade de Utrecht.
- KEYSER, Samuel J. e Thomas ROEPER, 1984. On the Middle and Ergative Constructions in English. *Linguistic Inquiry*, 15(3): 381-416.
- KIPARSKY, Paul, 1973. 'Elsewhere' in Phonology. In Anderson e Kiparsky (orgs.), *Festschrift for Morris Halle*, 93-106. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston.
- 1982. Lexical Morphology and Phonology. In Yang (org.): 3-91.
- e Carol KIPARSKY, 1970. Fact. In Bierwisch e Heidolph (orgs.): 143-173.
- KISS, Katalin É., 1998. Identificational Focus versus Information Focus. *Language*, 74(2): 245-273.
- (org.), 1995. *Discourse Configurational Languages*. Oxford: Oxford University Press.
- KLEIBER, Georges, 1980. *Rélatives Restrictives, SN Génériques et Interprétation Conditionnelle. Travaux de Linguistique et Littérature*, XVIII (1): 79-95.
- 1994. *Anaphores et Pronoms*. Louvain-la-Neuve: Duculot.
- e Jean-Emmanuel TYVAERT (orgs.), 1990. *L'Anaphore et ses Domaines*. Paris: Klincksieck.
- 1996. Noms Propres et Noms Communs: un Problème de Denomination. *Meta*: 567-585.
- KLIMA, Edward, 1964. Negation in English. In Fodor e Katz (orgs.), *The Structure of Language*, 246-323. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- KOSTER, Jan, 1978. Why Subject Sentences Don't Exist. In Keyser (org.), *Recent Transformational Studies in European Languages*, 53-64. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- KOVACCI, Ofelia, 1999. El Adverbio. In Bosque e Demonte (orgs.): 705-786.
- KRATZER, Angelika, 1995. Stage-Level and Individual-Level Predicates. In Carlson e Pelletier (orgs.): 125-175.
- KRIFKA, Manfred, Francis J. PELLETIER, Gregory CARLSON, Alice ter MEULEN, Gennaro CHIERCHIA, e Godehard LINK, 1995. Genericity: An Introduction. In Carlson e Pelletier (orgs.): 1-124.
- KUNO, Susumu, 1972. Functional Sentence Perspective: A Case Study from Japanese and English. *Linguistic Inquiry*, 3(3): 269-320.
- KURODA, S.-Yasujiro, 1972-1973. The Categorical and the Thetic Judgement. *Foundations of Language*, 9(2): 153-185.
- LACA, Brenda, 1996. Acerca de la Semántica de los Plurales Escuetos del Español. In Bosque (org.), *El Sustantivo sin Determinación. La Ausencia de Determinante en la Lengua Española*, 241-268. Madrid: Visor Libros.
- LADD, D. Robert, 1996. *Intonational Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAKA, Itziar, 1990. *Negation in Syntax: on the Nature of Functional Categories and Projections*.

- Tese de Ph.D., MIT.
- LAKOFF, George e Samuel PETERS, 1969. Phrasal Conjunction and Symmetric Predicates. In Reibel e Schane (orgs.), *Modern Studies in English*, 113-142. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- LAKOFF, Robin, 1971. If's, And's, and But's about Conjunction. In Fillmore e Langendoen (orgs.), *Studies in Semantics*, 115-153. Nova Iorque: Holt, Rinehart and Winston.
- LAPA, Manuel Rodrigues, 1984. *Estilística da Língua Portuguesa*. 11.ª edição, revista pelo autor. Coimbra: Coimbra Editora.
- LAPPIN, Shalom, 1988. The Semantics of "many" as a Weak Determiner. *Linguistics*, 26: 977-998.
- LARSON, Richard, 1988. On the Double Object Construction. *Linguistic Inquiry*, 19(3): 335-391.
- LASNIK, Howard, 1976. Remarks on Coreference. In *Linguistic Analysis*, 2: 1-22.
- 1989. *Essays on Anaphora*. Dordrecht; Kluwer.
- 1999a. *Minimalist Analysis*. Oxford: Basil Blackwell.
- 1999b. On Feature Strength: Three Minimalist Approaches to Overt Movement. *Linguistic Inquiry*, 30(2): 197-217.
- e Robert FIENGO, 1974. Complement Object Deletion. *Linguistic Inquiry*, 5(4): 535-571.
- e Mamoru SAITO, 1984. On the Nature of Proper Government. *Linguistic Inquiry*, 15(2): 235-289.
- e Mamoru SAITO, 1992. *Move  $\alpha$ . Conditions on its Application and Output*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- LEÃO, Ângela V., 1961. *O Período Hipotético Iniciado por 'se'*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais.
- LEÃO, Duarte Nunes de, 1576. *Ortographia da Lingoa Portuguesa*. Lisboa: João da Barreira (*Ortografia da Língua Portuguesa*, edição organizada por Maria Leonor Carvalho Buescu, 1983. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda).
- LEBEAUX, David, 1983. A Distributional Difference between Reciprocals and Reflexives. *Linguistic Inquiry*, 14(4): 723-730.
- LEBORANS, María Jesús F., 1999. El Nombre Proprio. In Bosque e Demonte (orgs.): 77-128.
- LECHNER, Winfried, 1999. *Comparatives and DP-Structure*. Tese de Ph.D., Universidade de Massachusetts em Amherst.
- 2001. Reduced and Phrasal Comparatives. *Natural Language and Linguistic Theory* 19(4): 683-735.
- LEMLE, Miriam, 1984. *Análise Sintáctica: Teoria Geral e Descrição do Português*. São Paulo: Editora Ática.
- LEONETTI, Manuel, 1999. El Artículo. In Bosque e Demonte (orgs.): 787-890.
- LEVIN, Beth e Malka RAPPAPORT, 1986. The Formation of Adjectival Passives. *Linguistic Inquiry*, 17(4): 623-661.
- e Malka RAPPAPORT, 1988. Non-Event *-er* Nominals: A Probe into Argument Structure. *Linguistics*, 26:1067-83.
- e Malka RAPPAPORT HOVAV, 1992a. Wiping the State Clean: A Lexical-Semantic Exploration. In Levin e Pinker (orgs.), *Lexical and Conceptual Semantics*, 123-151. Oxford: Basil Blackwell.
- e Malka RAPPAPORT HOVAV, 1992b. The Lexical Semantics of Verbs of Motion: the Perspective from Unaccusativity. In Roca (org.), *Thematic Structure: its Role in Grammar*, 247-269. Berlin: Mouton de Gruyter.
- e Malka RAPPAPORT HOVAV, 1995. *Unaccusativity at the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- LEVIN, Lori, 1982. Sluicing: A Lexical Interpretation Procedure. In Bresnan (org.): 590-654.
- LEVINSON, Stephen C., 1983. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEWIS, David, 1972. General Semantics. In Davidson e Harman (orgs.): 169-218.
- 1986. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Basil Blackwell.
- LI, Charles (org.), 1976. *Subject and Topic*. Nova Iorque: Academic Press.
- e Sandra THOMPSON, 1976. Subject and Topic: a New Typology of Language. In LI (org.): 457-489.
- LIEBER, Rochelle, 1980. *On the Organization of the Lexicon*. Cambridge, Mass: MIT.
- 1989. On Percolation. In Booij e Marle (orgs.): 95-138.
- LINSKY, Leonard (org.), 1971. *Reference and Modality*. Londres: Oxford University Press.
- LOBECK, Anne, 1995. *Ellipsis: Functional Heads, Licensing and Identification*. Oxford: Oxford University Press.
- LOBO, Maria, 2001. Para uma Sintaxe das Orações Causais do Português. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 292-306. Lisboa: APL e Colibri.
- LONGOBARDI, Giuseppe, 1991. In Defense of the Correspondence Hypothesis: Island Effects and Parasitic Gaps in Logical Form. In Huang e May (orgs.), *Logical Structure and Linguistic Structure*, 149-196. Dordrecht: Kluwer.
- 1994. Reference and Proper Names. In *Linguistic Inquiry*, 25(4): 609-665.
- 2001. How Comparative is Semantics? A Unified Parametric Theory of Bare Nouns and Proper Names. *Natural Language Semantics*, 9(4): 335-369.
- LOPES, Helena Couto, 1996. *Sintaxe e Aspecto das Nominalizações Deverbais em Português*, Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LOPES, Óscar, 1971. *Gramática Simbólica do Português*. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Investigação Pedagógica (2.ª edição revista, 1972).
- 1977. *Topologias da deixis em Português*. Comunicação apresentada ao "XV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas", Rio de Janeiro.
- 1980. *Relações Semânticas entre Massivos, Partitivos, Colectivos e Abstractos em Português*. Comunicação apresentada ao "XVI Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas", Palma de Maiorca.
- 1985. Algumas Peculiaridades do Português e especialmente do Português Europeu que importam à Semântica Linguística Universal. In *Actas do Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo*, 85-108. Lisboa: ICALP.
- 1986. A Noção de Definido e a de Presente da Enunciação. In *Actas do 1.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 129-143. Lisboa: APL.
- 1989. Construções Concessivas — algumas Reflexões Lógico-Pragmáticas. In *Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica*, Sección I. Linguística Teórica e Linguística Síncronica, 905-912. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- 1991. Sobre a Semântica da Maneira e da Conformidade. In *Actas do VI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 3-21. Lisboa: APL.
- LÓPEZ, Luis, 1999. VP-Ellipsis in Spanish and English and the Features of Aux. *Probus* 11(2): 263-297.
- LUFT, Celso Pedro, 1987. *Dicionário Prático de Regência Verbal*. São Paulo: Editora Ática.

- LUST, Barbara (org.), 1986. *Studies in the Acquisition of Anaphora*. Vol. I. Dordrecht: Reidel.
- LYONS, John, 1977. *Semantics*, 2 volumes. Cambridge: Cambridge University Press.
- MACÁRIO LOPES, Ana Cristina, 1993. Sobre a Referência Nominal Genérica. *Discursos*, 4: 115-134.
- 1995. Tempo, Aspecto e Coesão Discursiva. *Actas do XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. III: 351-371. Lisboa: APL e Colibri.
- 1997a. *Então*: Elementos para uma Análise Semântica e Pragmática. *Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. I: 177-190. Lisboa: APL e Colibri.
- 1997b. Para uma Análise Semântica e Pragmática do Pretérito-Mais-que-Perfeito do Indicativo em Português Contemporâneo. In Brito, Oliveira, Pires de Lima e Martelo (orgs.): 657-670.
- MADEIRA, Ana Maria, 1992. On Clitic Placement in European Portuguese. *University College London Working Papers in Linguistics*, 4.
- MAIA, Lígia, 1996. *Verbos de Alternância Locativa no Português*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MANZOTTI, Emilio e Alessandra RIGAMONTI, 1991. La Negazione. In Renzi e Salvi (orgs.): 245-317.
- MARANTZ, Alec, 1984. *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- MARQUES, Rui, 1993. Processos de Quantificação e Construções Partitivas. *Discursos*, 4: 83-114.
- 1995. *Sobre o Valor dos Modos Conjuntivo e Indicativo em Português*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- 1997. Sobre a Seleção de Modo em Orações Completivas. *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. I: 191-202. Lisboa: APL.
- 2001. Sobre a Distribuição do Modo em PE e em PB. In *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 687-698. Coimbra: APL.
- MARQUILHAS, Rita, 1996. Mudança Linguística. In Faria, Pedro, Duarte e Gouveia (orgs.): 563-588.
- MARRAFA, Palmira, 1985. *A Construção Predicativa Transitiva*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MARSH, Robert (org.), 1965. *B. Russel Logic and Knowledge. Essay's (1901-1950)*. Londres: George Allen e Unwin.
- MARTIN, John W., 1976. Tense, Mood and the 'inflected infinitive' in Portuguese. In Schmidt-Radefeldt (org.): 1-61.
- MARTIN, Roger 2001. Null Case and the Distribution of PRO. *Linguistic Inquiry*, 32(1): 141-166.
- MARTINEZ-GIL Fernando e Alfonso MORALES FRONT (orgs.), 1997. *Issues in the Phonology and Morphology of the Major Iberian Languages*. Washington: Georgetown University Press.
- MARTINHO, Fernando, 1998. *A Elipse Nominal em Português e em Francês*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MARTINS, Ana Maria, 1994a. *Clíticos na História do Português*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- 1994b. Enclisis, VP-deletion and the Nature of Sigma. *Probus* 6(2/3): 173-205.
- 1995. A Minimalist Approach to Clitic Climbing. *Proceedings of CLS 31: Parassession on Clitics*, 215-233. Stanford University.
- 1997a. Aspectos da Negação na História das Línguas Românicas (Da Natureza de Palavras como *nenhum, nada, ninguém*). In *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. II: 179-210. Lisboa: APL.
- 1997b. Mudança Sintáctica: Clíticos, Negação e um pouquinho de Scrambling. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19: 129-161.
- 1999. Ainda os mais Antigos Textos Escritos em Português (Documentos de 1175 a 1252). In Faria (org.): 491-534.
- 2000. Polarity Items in Romance. Underspecification and Lexical Change. In Pintzuk, Tsoulas and Warner (orgs.), *Diachronic Syntax: Models and Mechanisms*, 191-376. Oxford: Oxford University Press.
- MASCARENHAS, Isabel e Mariana MENDES, 1995. As Estruturas de Escoamento (*Sluicing*) em Português. *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 277-288. Lisboa: APL e Colibri.
- MATA, Ana Isabel, 1992. A Questão da Entoação na Interrogação em Português. Isso é uma Pergunta? In Pereira, Mata e Freitas (orgs.): 33-74.
- 1999. *Para o Estudo da Entoação em Fala Espontânea e Preparada no Português Europeu. Metodologia, Resultados e Implicações Didáticas*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- MATEUS, Maria Helena Mira, 1975. *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos (2.ª edição revista, Lisboa: INIC, 1982)
- 1980. *Vida e Feitos de Júlio César*. Apresentação Crítica, Selecção, Glossário e Notas. Seara Nova, Editorial Comunicação, Col. "Textos Literários", Lisboa: 25-40.
- 1983. O Acento de Palavra em Português: uma Nova Proposta. *Boletim de Filologia*, XXVIII: 211-229.
- 1986. A Persuasão no Discurso Feminino: Estratégias Prosódicas. In *Análise Social*, XXII: 599-608.
- 1994. A Silabificação de Base em Português. *Actas do 10.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 289-300. Lisboa: APL e Colibri.
- 1997a. Redundâncias Lexicais e Subespecificação: o Sistema do Português. *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 203-214. Lisboa: APL e Colibri.
- 1997b. Aspectos da Fonologia Lexical do Português. In Brito, Oliveira, Pires de Lima e Martelo (orgs.): 7-22.
- 1998. Ainda a Subespecificação na Fonologia do Português. *Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 63-74. Lisboa: APL e Colibri.
- 2002. *A Face Exposta da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Ana Maria BRITO, Inês DUARTE e Isabel Hub FARIA, 1983. *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra: Almedina (2.ª edição revista e aumentada, com a colaboração de A. Villalva, Lisboa: Editorial Caminho, 1989; 3.ª edição, 1992).
- Amália ANDRADE, Maria do Céu VIANA e Alina VILLALVA, 1990. *Fonética, Fonologia e Morfologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- e Ernesto d' ANDRADE, (1998). The Syllable Structure in European Portuguese. *D.E.L.T.A* 14(1): 13-32.
- e Ernesto d' ANDRADE, (2000). *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.
- MATOS, Gabriela, 1985. *Clítico Verbal Demonstrativo*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- 1991. Coordenação, Sujeito Nulo e Co-referência. In *Encontro de Homenagem a Óscar Lopes*, 123-140. Lisboa: APL.
- 1992. *Construções de Elipse do Predicado em Português: SV Nulo e Despojamento*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- 1995. Estruturas Binárias e Monocêntricas em Sintaxe: algumas Observações sobre a Coordenação de Projecções Máximas. *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 301-315. Lisboa: APL e Colibri.
- 1997. Configurações Sintáticas em Estruturas de Colocação Simultânea de Clítico. In Brito, Oliveira, Pires de Lima e Martelo (orgs.): 705-717.
- 1999a. Negação Frásica e Concordância Negativa em Português Europeu. *Actas do XIV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 197-218. Braga: APL.
- 1999b. Negative Concord and the Scope of Negation. *CatWPL*, 7: 175-190.
- 1999c. Despojamento e Contraste Sintagmático: duas Estratégias Sintáticas exibindo o mesmo Processo Cognitivo. *Veredas*, 3: 43-60.
- 2000. Cross-the-Board Clitic Placement in Romance Languages. In *Probus*, 12(2): 229-259.
- 2001. Negative Concord and the Minimalist Approach. In d'Hulst, Rooryck e Schroten (orgs.): 245-280.
- e Ana Maria Brito, 2002. On the Syntax of Canonical Comparatives in European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 1(1): 41-81.
- e Inês DUARTE, 1984. Clíticos e Sujeito Nulo em Português: para uma Teoria de *pro*. *Boletim de Filologia*, XXIX (1-4): 479-538.
- e Inês DUARTE, 1985. SE "impessoal": sua Caracterização Sintática. *Actas do 1.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 335-352. Lisboa: APL.
- Matilde MIGUEL, Inês DUARTE e Isabel Hub FARIA (orgs.), 1997. *Interfaces in Linguistic Theory*. Lisboa: APL e Colibri.
- MATOS, Sérgio, 1999. *Adverbiais de Tempo em Português Contemporâneo: Forma e Significação*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia, 1989. *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*. Lisboa: INIC.
- 1994a. *O Português Arcaico. Morfologia e Sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- 1994b. Para uma Caracterização do Período Arcaico do Português. *D.E.L.T.A.*, 10, Número Especial: 247-276.
- MAY, Robert, 1985. *Logical Form: its Structure and Derivation*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- MCCAWLEY, James D., 1982. Parentheticals and Discontinuous Constituent Structure. *Linguistic Inquiry*, 13(1): 91-106.
- MEIRELES, José António, 1972. *Estruturas de Complementação em Português*. Tese de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MENDES, Amália, 1994. *Análise Sintática dos Verbos Psicológicos do Português*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- 2001. *Propriedades Sintáticas e Semânticas de Predicados Verbais com Pluralidade de Sentidos: o Caso dos Verbos Psicológicos*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- MENDIKOETXEA, Amaya, 1999a. Construcciones Inacusativas y Passivas. In Bosque e Demonte (orgs.): 575-629.
- 1999b. Construcciones com *se*: Medias, Pasivas e Impersonales. In Bosque e Demonte (orgs.): 1631-1722.
- MENUZZI, Sérgio, 1994. *On the Role of F-features: Empty Categories, Binding and the Pronominal System in Brazilian Portuguese*. Ms, Universidade de Leiden.
- MERCHANT, Jason, 1999. *The Syntax of Silence: Sluicing, Islands and Identity of Ellipsis*. Tese de Ph.D., Universidade da Califórnia em Santa Cruz.
- MIGUEL, Matilde, 1992. *O Possessivo e a Estrutura Predicativa do Sintagma Nominal*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- 1996. A Preposição *a* e os Complementos Genitivos. In Gonçalves, Colaço, Miguel e Mória (orgs.): 101-147.
- 2001. Para uma Tipologia dos Possessivos. *Actas do XVII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 287-299. Lisboa: APL.
- MILNER, Jean-Claude, 1976. Réflexions sur la Référence. *Langue Française*, 30: 61-71.
- 1978. *De la Syntaxe à l'Interprétation. Quantités, Insultes, Exclamations*. Paris: Éditions du Seuil.
- 1982. *Ordres et Raisons de la Langue*. Paris: Éditions du Seuil.
- MILROY, James e Lesley MILROY, 1985. *Authority in Language. Investigating Language Prescription and Standardisation*. London: Routledge and Kegan Paul.
- MILROY, Lesley, 1987. *Language and Social Networks*. Oxford: Basil Blackwell.
- MILSARK, Gary, 1977. Toward an Explanation of certain Peculiarities in the Existential Constructions in English. *Linguistic Analysis*, 3: 1-30.
- MODESTO, Marcelo, 1995. *As Construções Clivadas no PB: Relações entre Interpretação Focal, Movimento Sintático e Prosódia*. Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- MOENS, Marc, 1987. *Tense, Aspect and Temporal Reference*. Tese de Ph.D., Universidade de Edimburgo.
- e Mark STEEDMAN, 1988. Temporal Ontology and Temporal Reference. *Computational Linguistics*, 14: 15-28.
- MOHANAN, Kenneth, 1986. *The Theory of Lexical Phonology*. Dordrecht: Reidel.
- MOHANAN, Tara, 1997. Multidimensionality of Representation. In Alsina, Bresnan e Sells (orgs): 431-471.
- MÓIA, Telmo, 1993. Aspectos da Modificação de Estruturas Nominais. *Discursos. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa*, 4: 37-63.
- 1995. Aspectos da Semântica das Expressões Temporais com *desde* e *até*. *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 341-358. Lisboa: APL e Colibri.
- 1996. *A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português*. In Gonçalves, Colaço, Miguel e Mória (orgs.): 149-188.
- 1999. *Identifying and Computing Temporal Locating Adverbials with a Particular Focus on Portuguese and English*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- 2001. Aspectos Sintático-Semânticos das Orações Relativas com *como* e *quando*. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 349-361. Lisboa: APL e Colibri.
- e Ana Teresa ALVES, 2001. Sobre a Expressão de Distância Temporal no Português Europeu e no Português Brasileiro. In *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 699-714. Coimbra: APL.
- MONTALBETTI, Mario, 1984. *After Binding: on the Interpretation of Pronouns*. Tese de Ph.D., MIT.

- 1986. How Pro is it? In Jaeggli e Silva-Corvalán (orgs.): 137-152.
- MONTELO, Estrella, 1999. Las Construcciones Condicionales. In Bosque e Demonte (orgs.): 3643-3737.
- MORAIS SILVA, A. de, 1789. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa (10.ª edição, 12 volumes. Lisboa: Ed. Confluência, 1949-59).
- MORENO CABRERA, Juan Carlos, 1999. Las Funciones Informativas: las Perífrasis de Relativo y otras Construcciones Perifrásticas. In Bosque e Demonte (orgs.): 4245-4302.
- MORITZ, Luc e Daniel VALOIS, 1994. Pied Piping and Specifier-Head Agreement. *Linguistic Inquiry*, 25(4): 667-707.
- MORO, Andrea, 1997. *The Raising of Predicates*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MOTA, Maria Antónia, 1996. Línguas em Contacto. In Faria, Pedro, Duarte e Gouveia (orgs.): 505-533.
- MOURA NEVES, Maria Helena, 1996. Estudo das Construções com Verbo Suporte em Português. *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol III: 383-399. Lisboa: APL e Colibri.
- 1999. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora da UNESP (1.ª reimpressão, 2000).
- MOURELATOS, Alexander, 1978. Events, Processes and States. *Linguistics and Philosophy*, 2: 415-434.
- MUNN, Alain, 1992. A Null Operator Analysis of ATB Gaps. *The Linguistic Review*, 9(1): 1-26.
- 1993. *Topics on the Syntax and Semantics of Coordinate Structures*. Tese de Ph.D., Universidade de Maryland em College Park.
- 1999. First Conjunct Agreement: against a Clausal Analysis. *Linguistic Inquiry*, 30(4): 643-668.
- MUSAN, Renate, 1997. Tense, Predicates and Lifetime Effects. *Natural Language Semantics*, 5(3): 271-301.
- NAPOLI, Donna, 1983. Comparative Ellipsis: a Phrase Structure Analysis. *Linguistic Inquiry* 14(4): 675-694.
- NARO, Anthony J., 1981. The Social and Structural Dimensions of a Syntactic Change. *Language* 57(1): 63-98.
- NEJT, Anneke, 1979. *Gapping. A Contribution to Sentence Grammar*. Dordrecht: Foris.
- NELSON, Katherine, 1985. *Making Sense. The Acquisition of Shared Meaning*. Londres: Academic Press.
- NESPOR, Marina e Irene VOGEL, 1986. *Prosodic Phonology*. Dordrecht: Foris.
- NETO, José Borges e Maria José FOLTRAN, 2001. Construções com Gerúndio. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 725-736. Lisboa: APL e Colibri.
- NEWMAYER Frank (org.), 1988. *Linguistics: the Cambridge Survey*, 3 volumes. Cambridge: Cambridge University Press.
- NOGUEIRA, Rodrigo de Sá, 1945. *Dicionário de Verbos Portugueses Conjugados*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- NUNES, José Joaquim, 1919. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa* (8.ª edição, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975).
- OGIHARA, Toshiyuki, 1996. *Tense, Attitudes and Scope*. Dordrecht: Kluwer.
- OLIVEIRA, Fátima, 1985. O Futuro em Português: alguns Aspectos Temporais e / ou Modais. In *Actas do 1.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 353-373. Lisboa: APL.
- 1986. Algumas Considerações acerca do Pretérito Imperfeito. In *Actas do 2.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 78-96. Lisboa: APL.
- 1988a. *Para uma Semântica e Pragmática de Dever e Poder*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto.
- 1988b. *Relações Anafóricas: Algumas Questões*. Trabalho Complementar de Doutoramento, Universidade do Porto.
- 1991. Funções Discursivas de alguns Tempos do Passado em Português. In *Encontro de Homenagem a Óscar Lopes*, 165-186. Lisboa: APL.
- 1994. Algumas Peculiaridades do Aspecto em Português. In Duarte e Leiria (orgs.), Vol. II: 151-190.
- 1995. Aspecto, Referência Nominal e Papéis Temáticos. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, in Honorem Prof. Óscar Lopes*, Vol. XII: 55-73.
- 1998a. Algumas Questões Semânticas acerca da Sequência de Tempos em Português. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série Línguas e Literaturas: 421-436.
- 1998b. Frases Genéricas: Algumas Especificidades do Português. *Seminários de Linguística*, 2: 1-19.
- 2000. Some Issues about the Portuguese Modals. *Belgian International Journal of Linguistics*, 14: 145-162.
- e Ana Cristina Macário LOPES, 1995. Tense and Aspect in Portuguese. In Thieroff (org.), *Tense Systems in European Languages*, Vol. II: 95-115. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Luis Filipe CUNHA e Sérgio MATOS, 2000. Alguns Operadores Aspectuais em Português Europeu e Português Brasileiro. In *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 737-750. Lisboa: APL e Colibri.
- Luis Filipe CUNHA, Sérgio MATOS e Anabela GONÇALVES, 2001. *Verbos de Operação Aspectual em Português Europeu e em Português Brasileiro: Semântica e Sintaxe*. Comunicação apresentada no 2.º workshop do projecto “Português Europeu — Português Brasileiro: Unidade e Diversidade na Viragem do Milénio”. Universidade Federal do Ceará.
- OLIVEIRA, Fernão de, 1536. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Lisboa e[m] casa de Germão Galharde (3.ª edição preparada por Rodrigo de Sá Nogueira. Lisboa: Ed. de José Fernandes Júnior, 1933).
- OTERO, Carlos, 1996. Head Movement, Cliticization, Precompilation and Word Insertion (Comments on Uriagereka's paper). In Freidin (org.), *Current Issues in Comparative Grammar*, 296-337. Dordrecht: Kluwer.
- 1999. Pronombres Reflexivos y Recíprocos. In Bosque e Demonte (orgs.): 1427-1517.
- PARADIS, Carole e Jean-François PRUNET (orgs.), 1991. The Special Status of Coronals — Internal and External Evidence. *Phonetics and Phonology 2*. Nova Iorque: Academic Press.
- PARRETT, Herman, 1976. La Pragmatique des Modalités. *Langages*, 43: 47-63.
- PARSONS, Terence, 1990. *Events in the Semantics of English. A Study in Subatomic Semantics*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- PAVÓN LUCERO, Maria Victoria, 1999. Clases de Partículas: Preposición, Conjunción y Adverbio. In Bosque e Demonte (orgs.): 565-655.
- PEPERKAMP, Susan 1997. *Prosodic Words*. HIL Dissertations 34. Haia: Holland Academic Graphics.
- PEREIRA, Célia, 1998. *Inversão Locativa em Português*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- PEREIRA, Iris, 1999. *Para uma Definição do Processo de Concordância Negativa em Português Europeu*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, Isabel, 1999. *O Acento de Palavra em Português — uma Análise Métrica*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Ana Isabel MATA e Maria João FREITAS, 1992. *Estudos em Prosódia*. Lisboa: Edições Colibri.
- PERES, João Andrade, 1984. *Elementos para uma Gramática Nova*. Coimbra: Livraria Almedina.
- 1993a. Esboço de uma Semântica das Estruturas Nominais. *Discursos. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa*, 4: 15-36.
- 1993b. Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese. *Cadernos de Semântica* 14. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- 1994. Sobre a Semântica das Construções Perfectivas em Português. In Duarte e Leiria (orgs.), Vol. II: 33-58.
- 1996. Reconsidering Perfectives in DRT or Being Fair to the Past Participle. *Cadernos de Semântica* 19. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- 1997a. Sobre Conexões Proposicionais em Português. In Brito, Oliveira, Pires de Lima e Martelo (orgs.): 775-787.
- 1997b. Extending the Notion of Negative Concord. In Forget, Hirschbühler, Martineau e Rivero (orgs.): 289-310.
- 1999. On the Nature and Licensing Conditions of N-Phrases in Portuguese. Ms, Universidade de Lisboa.
- e António BRANCO, 1990. O *Todo* e as suas *Partes* como Objecto de Referência. *Actas do V Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 187-199. Lisboa: APL.
- e Telmo MÓIA, 1995. *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- PÉREZ SALDANYA, Manuel, 1999. El Modo en las Subordinadas Relativas e Adverbiales. In Bosque e Demonte (orgs.): 3253-3322.
- PERLMUTTER, David, 1973. Evidence for Subject Downgrading in Portuguese. In Schmidt-Radefeldt (org.): 93-138.
- 1978. Impersonal Passive and the Unaccusative Hypothesis. *Proceedings from the IV Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*: 111-143.
- 1983. Personal vs. Impersonal Constructions. *Natural Language and Linguistic Theory*, 1(1): 141-200.
- PESETSKY, David, 1987. *Wh-in-situ: Movement and Unselected Binding*. In Reuland e ter Meulen (orgs.), *The Representation of (In)definiteness*, 98-129. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- 1995. *Zero Syntax. Experiencers and Cascades*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- PIEL, Joseph Maria, 1942. Considerações sobre a Metafonia Portuguesa. *Biblos*, 18: 365-371.
- 1976. Uma Antiga Latinidade Vulgar Galaica Reflectida no Léxico Comum e Toponímica de Entre Douro e Minho e Galiza. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. XVII.
- PINCKAM, Jessie, 1985. *The Formation of Comparative Clauses in French and English*. Nova Iorque: Garland.
- PINKAL, Manfred, 1983. Questions of Believing. In Kiefer (org.), *Questions and Answers*, 241-255. Dordrecht: Reidel.
- POLLARD, Carl e Ivan SAG, 1994. *Head-Driven Phrase Structure Grammar*. Chicago: The University of Chicago Press e Stanford CSLI.
- POLLOCK, Jean-Yves, 1989. Verb Movement, Universal Grammar and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry*, 20(3): 365-424.
- PONTES, Eunice, 1973. *Verbos Auxiliares em Português*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- 1987. *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes Editores.
- POSTAL, Paul, 1974. *On Raising*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- e Geoffrey PULLUM, 1988. Expletive Noun Phrases in Subcategorized Positions. *Linguistic Inquiry*, 19(4): 635-670.
- PRADA, Edite, 2001. *Produção de Construções Adversativas no Português Europeu*. Tese de Mestrado, Universidade Aberta.
- PUSTEJOVSKY, James, 1998. *The Generative Lexicon*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- QUÍCOLI, A. Carlos, 1981. *The Structure of Complementation*. Ghent: E. Story-Scientia.
- QUINE, Willard van Orman, 1960. *Word and Object*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- 1966. Quantifiers and Propositional Attitudes. In Linsky (org.): 101-111.
- QUIRK, Randolph, Sidney GREENBAUM, Geoffrey LEECH e Jan SVARTVIK, 1972. *A Grammar of Contemporary English*. Londres: Longman.
- Sidney GREENBAUM, Geoffrey LEECH e Jan SVARTVIK, 1985. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. Londres: Longman.
- RABANALES, Ambrosio, 1974. Queísmo y Dequeísmo en el Español de Chile. In *Estudios Filológicos y Lingüísticos. Homenaje a A. Rosenblatt en sus 20 Años*, 413-444. Caracas: Instituto Pedagógico.
- RANCHHOD, Elisabete, 1985. A Romance Construction with Constrained Coreference. *Linguisticae Investigaciones*, IX (2): 343-363.
- 1989. Predicative Nouns and Negation. *Linguisticae Investigaciones*, XIII (2): 387-397.
- 1990. *Sintaxe dos Predicados Nominais com Estar*. Lisboa: INIC.
- RAPOSO, Eduardo Paiva, 1979. *Introdução à Gramática Generativa — Sintaxe do Português*. Lisboa: Moraes Ed.
- 1981. *A Construção União de Orações na Gramática do Português*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- 1985. Some Asymmetries in the Binding Theory in Romance. *The Linguistic Review*, 5(1): 75-110.
- 1986. On the Null Object Construction in European Portuguese. In Jaeggli e Silva-Corvalán (orgs.): 373-390.
- 1987. Case Theory and Infl-to-Comp: the Inflected Infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry*, 18(1): 85-110.
- 1989. Prepositional Infinitival Constructions in European Portuguese. In Jaeggli e Safir (orgs.): 277-305.
- 1992. *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho.
- 1994. *Affective Operators and Clausal Structure in European Portuguese and European Spanish*. Comunicação apresentada no “24<sup>th</sup> Linguistic Symposium on Romance Languages”, UCLA/USC.
- 1996. *Towards a Unification of Topic Constructions*. Ms, Universidade da Califórnia em Santa Bárbara.
- 1997. Deslocamento e Mover  $\alpha$ . Uma Solução para o Problema do ‘EPP’. In Brito, Oliveira, Pires de Lima e Martelo (orgs.): 797-814.
- 1998. On the Null Object in European Portuguese. In Schwegler, Tranel e Uribe Etxebarria



- (orgs.), *Romance Linguistics: Theoretical Perspectives*, 197-212. Amsterdão: John Benjamins.
- 2000. Clitic Positions and Verb Movement. In Costa (org.): 266-297.
- e Juan URIAGEREKA, 1990. Long-Distance Case Assignment. *Linguistic Inquiry*, 21(4): 505-538.
- e Juan URIAGEREKA, 1996. Indefinite SE. *Natural Language and Linguistic Theory*, 14(4): 749-810.
- REBELO GONÇALVES, FRANCISCO, 1947. *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa*. Coimbra: Atlântida.
- REICHENBACH, HANS, 1947. *Elements of Symbolic Logic*. Nova Iorque: The Macmillan Company.
- REINHART, TANYA, 1976. *The Syntactic Domain of Anaphora*. Tese de Ph.D., MIT.
- 1982. *Pragmatics and Linguistics: an Analysis of Sentence Topics*. Bloomington, Indiana: Indiana University Linguistics Club.
- 1983. *Anaphora and Semantic Interpretation*. Londres: Croom Helm.
- 1991. Elliptical Conjunctions — Non-Quantificational LF. In Kasher (org.), *The Chomskyan Turn*, 360-384. Oxford: Basil Blackwell.
- 1995. Interface Strategies. *OTS Working Papers in Linguistics*.
- 2000. The Theta System: Syntactic Realization of Verbal Concepts. *OTS Working Papers in Linguistics*.
- e Eric REULAND, 1993. Anaphors and Logophors: an Argument Structure Perspective. In Koster e Reuland (orgs.), *Long-Distance Anaphora*, 283-321. Cambridge: Cambridge University Press.
- RENZI, LORENZO, (org.), 1988. *Grande Grammatica Italiana di Consultazione*. Vol I. Bolonha: Il Mulino.
- e Giampaolo SALVI (orgs.), 1991. *Grande Grammatica Italiana di Consultazione*. Vol II. Bolonha: Il Mulino.
- Giampaolo SALVI e Anna CARDINALETTI (orgs.), 1995. *Grande Grammatica Italiana di Consultazione*, Vol III. Bolonha: Il Mulino.
- RESCHER, NICHOLAS, 1968. *Topics in Philosophical Logic*. Dordrecht: Reidel.
- REULAND, ERIC, 1983. Governing —ing. *Linguistic Inquiry*, 14(1): 101-136.
- RIDRUEJO, EMILIO, 1999. Modo y Modalidad. El Modo en las Subordinadas Sustantivas. In Bosque e Demonte (orgs.): 3209-3252.
- van RIEMSDIJK, Henk e Edwin WILLIAMS, 1981. NP-Structure. *The Linguistic Review*, 1(2): 171-218.
- RIGAU, Gemma 1990. Preposiciones que afectan la Interpretación del Predicado en las Lenguas Románicas. *Actas do V Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 305-320. Lisboa: APL.
- RIO-TORTO, Graça, 1987. Operações Derivacionais que envolvem os Sufixos -ão em Português. *Actas do 2.º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 105-145. Lisboa: APL.
- 1993. *Formação de Palavras em Português. Aspectos da Construção de Avaliativos*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra
- 1997. Construção e Interpretação: o Exemplo dos Nomes Heterocategoriais. In Brito, Oliveira, Pires de Lima e Martelo (orgs.): 815-834.
- RIVERO, Maria-Luisa, 1980. That-relatives and Deletion in Comp in Spanish. In Jensen (org.), *Proceedings of the 10th Annual Northeast Linguistic Society Meeting (NELS X)*, *Cahiers Linguistiques d'Ottawa*, 9: 383-399.
- 1981. Wh-movement in Comparatives in Spanish. In Cressey e Napoli (orgs.), *Ninth Linguistic Symposium on Romance Languages*, 177-196. Washington: Georgetown University Press.
- RIZZI, Luigi, 1982. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris.
- 1986. Null Objects and the Theory of pro. *Linguistic Inquiry*, 17(3): 501-558.
- 1990. *Relativized Minimality*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- 1992. Direct Perception, Government and Thematic Sharing. *GenGenP*, 0(0): 39-52.
- ROBERTS, Ian e Mary KATO (orgs.), 1993. *Português Brasileiro. Uma Viagem Diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- ROHRER, Christian, 1971. *Funktionelle Sprachwissenschaft und Transformationelle Grammatik*. Tradução espanhola. *Linguística Funcional y Gramática Transformativa*. Madrid: Gredos, 1978.
- ROJO, Guillermo e Alexandre VEIGA, 1999. El Tiempo Verbal. Los Tiempos Simples. In Bosque e Demonte (orgs.): 2867-2934.
- ROORYCK, Johan, 1992. Romance Enclitic Ordering and Universal Grammar. *The Linguistic Review*, 9(3): 219-250.
- ROSS, John Robert. 1967. *Constraints on Variables in Syntax*. Tese de Ph.D., MIT. Reproduzido em Blomington, Indiana: Indiana University Linguistics Club.
- 1969. Guess Who? In Binnick, Davison, Green e Morgan (orgs.), *Proceedings of the CLS 5*: 252-286.
- 1970. Gapping and the Order of Constituents. In Bierwisch e Heidolph (orgs.): 249-259.
- ROTHSTEIN, Susan, 1983. *The Syntactic Form of Predication*. Tese de Ph.D., MIT.
- 1995. Small Clauses and Copular Constructions. In Cardinaletti e Guasti (orgs.): 27-48.
- ROUVERET, Alain, 1981. Sur la Notion de Proposition Finie. *Gouvernement et Inversion. Langages*, 60: 75-107.
- 1991. Cliticisation et Temps en Portugais Européen. In Guéron e Pollock (orgs.), *Grammaire Générative et Syntaxe Comparée*, 147-170. Paris: Éditions du CNRS.
- 1992. *Clitic Placement, Focus and the Wackernagel Position in European Portuguese*. Ms, Universidade de Paris-8.
- e Jean-Roger VERGNAUD, 1980. Specifying Reference to the Subject: French Causatives and Conditions on Representations. *Linguistic Inquiry*, 11(1): 97-120.
- SÁEZ DEL ÁLAMO, Luis 1999. Los Cuantificadores: Las Construcciones Comparativas y Superlativas. In Bosque e Demonte (orgs.): 1129-1188.
- SAFIR, Kenneth, 1987. The Syntactic Projection of Lexical Thematic Structure. *Natural Language and Linguistic Theory*, 5(4): 561-601.
- SAG, Ivan, 1980. *Deletion and Logical Form*. Nova Iorque: Garland.
- SAID ALI, Manuel, 1908. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/S. Paulo: Laemmert e C.
- 1927. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo ( 6.ª edição, 1965).
- 1931. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo (3.ª edição, 1964).
- SALVI, Giampaolo e Gianluigi BORGATO, 1995. Il Tipo Iussivo. In Renzi, Salvi e Cardinaletti (orgs.): 152-159.
- SÁNCHEZ LÓPEZ, Cristina, 1999. La Negación. In Bosque e Demonte (orgs.): 2561-2634.

- SANTOS, Ana Lúcia, 1999a. A Ordem de Palavras nas Construções de Participio Absoluto. *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. 2: 397-411. Braga: APL.
- 1999b. *O Participio Absoluto em Português e em outras Línguas Românicas*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SANTOS, Pedro, 1992. *Aspectos da Semântica das Condicionais "se...então"*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SCALISE, Sergio, 1984. *Generative Morphology*. Dordrecht: Foris.
- SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen (org.), 1976. *Readings in Portuguese Linguistics*. Amsterdão: North Holland.
- SEARLE, John Robert, 1969. *Speech Acts: an Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press
- 1975. Indirect Speech Acts. In Cole e Morgan (orgs.), *Syntax and Semantics. 3. Speech Acts*, 30-57. Nova Iorque: Academic Press.
- SELKIRK, Elisabeth, 1977. Some Remarks on Noun Phrase Structure. In Culicover, Wasow e Akmajian (orgs.): 285-316.
- 1982. *The Syntax of Words*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- 1984. *Phonology and Syntax: the Relation between Sound and Structure*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- 1986. On Derived Domains in Sentence Phonology. *Phonology Yearbook* 3: 371-405.
- 1996. The Prosodic Structure of Function Words. In Morgan e Demuth (orgs.), *Signal to Syntax: Bootstrapping From Speech to Grammar in Early Acquisition*, 187-213. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- SGALL, Petr e Eva HAJIÉOVA, 1974. A Functional Generative Description (Background and Framework). In Klein e Stechow (orgs.), *Functional Generative Grammar in Prague*, 1-52. Kronberg: Scriptor Verlag.
- SILVA, Augusto Soares da, 1999. *A Semântica de DEIXAR: Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e Tecnologia.
- SLEEMAN, Petra, 1996. *Licensing Empty Nouns in French*. Haia: Holland Academic Graphics.
- SMITH, Carlota, 1991. *The Parameter of Aspect*. Dordrecht: Kluwer.
- SOARES, Isabel. 1999a. *Sobre a Semântica dos Nomes Próprios*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- 1999b. Contexto de Ocorrência do Nome Próprio com e sem Artigo Definido: Qual o Estatuto do Artigo?. In *Actas do XV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 495-509. Braga: APL.
- SOARES BARBOSA, Jerónimo, 1821. *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á nossa Linguagem* (5.ª edição. Lisboa: Typographia da Real Academia das Ciências, 1871).
- SOUTET, Olivier, 1989. *La Syntaxe du Français*. Paris: Presses Universitaires de France.
- SORIANO, Olga, 1999. El Pronombre Personal. Formas y Distribuciones. Pronombres Átonos y Tónicos. In Bosque e Demonte (orgs.): 1209-1273.
- SPORTICHE, Dominique, 1988. A Theory of Floating Quantifiers and its Corollaries for Constituent Structure. *Linguistic Inquiry*, 19(3): 425-449.
- 1998. *Partitions and Atoms of Clause Structure. Subjects, Agreement, Case and Clitics*. Nova Iorque: Routledge.
- STALNAKER, Robert, 1978. Assertion. In Cole (org.), *Syntax and Semantics. 9. Pragmatics*, 315-332. Nova Iorque: Academic Press.
- STEINBERG, Danny D. e Leon A. JAKOBOVITS (orgs.), 1971. *Semantics. An Interdisciplinary Reader in Philosophy Linguistics and Psychology*. Londres: Cambridge University Press.
- STOWELL, Timothy, 1981. *Origins of Phrase Structure*. Tese de Ph.D., MIT.
- 1982. The Tense of Infinitives. *Linguistic Inquiry*, 13(4): 561-570.
- 1983. Subjects across Categories. *The Linguistic Review*, 2(3): 285-312.
- STRAWSON, Peter, 1977. *Logico-Linguistic Papers*, Londres: Methuen and Co.
- SUÑER, Margarita, 1984. Controlled pro. *Current Issues in Linguistic Theory*, 26. Amsterdão: John Benjamins.
- (org.), 1978. *Contemporary Studies in Romance Linguistics*. Washington: Georgetown University Press.
- SWART, Henriette de, 1993. *Adverbs of Quantification. A Generalised Quantifier Approach*. Nova Iorque: Garland.
- SWEETSER, Eve, 1990. *From Etymology to Pragmatics — Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TALMY, Leonard, 1983. How Language Structures Space. In Pick e Acredolo (orgs.), *Spatial Orientation: Theory, Research, and Application*, 222-282. Nova Iorque: Plenum Press.
- 1988. Force Dynamics in Language and Cognition. *Cognitive Science*, 12: 49-100.
- TENNY, Carol, 1994. *Aspectual Roles and the Syntax-Semantics Interface*. Dordrecht: Kluwer.
- TEYSSIER, Paul, 1980. *Histoire de la Langue Portugaise*. Paris: Presses Universitaires de France. Tradução portuguesa de Celso Cunha: *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.
- TORREGO, Esther, 1984. On Inversion in Spanish and some of its Effects. *Linguistic Inquiry*, 15(1): 103-129.
- 1989. Unergative-Unaccusative Alternations in Spanish. *MIT Working Papers in Linguistics*, 10: 253-272.
- THRÁINSSON, Höskuldur, 1996. *On the (Non-)Universality of Functional Categories*. In Abraham, Epstein, Thráinsson e Zwart (orgs.): 253-281.
- TRASK, Robert Lawrence, 1993. *A Dictionary of Grammatical Terms in Linguistics*. Londres: Routledge.
- TRAVIS, Lisa M., 1989. Parameters of Phrase Structure. In Baltin e Kroch (orgs.), *Alternative Conceptions of Phrase Structure*, 263-279. Chicago: The University of Chicago Press.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs, Alice ter MEULEN, Judy Snitzer REILLY, Charles A. FERGUSON (orgs.), 1986. *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TRUDGILL, Peter, 1986. *Dialects in Contact*. Oxford: Basil Blackwell.
- TSAO, F., 1977. *A Functional Study of Topic in Chinese: the First Step toward Discourse Analysis*. Tese de Ph.D., Universidade de Southern California em Los Angeles.
- URIAGEREKA, Juan, 1995. Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance. *Linguistic Inquiry*, 26(1): 79-123.
- VALENCIA, Victor S., Ton van der WOUDE e Frans ZWARTS, 1993. Polarity, Veridicality and Temporal Connectives. In Dekker e Stokhof (orgs), *Proceedings of 9th Amsterdam Colloquium*, 587-606. Universidade de Amsterdão.
- VALOIS, Daniel, 1991. *The Internal Syntax of DP*. Tese de Ph.D., Universidade da Califórnia em Los Angeles.

- VARELA, Lina, 2000. *Para uma Semântica das Construções Concessivas e Adversativas do Português*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VENDLER, Zeno, 1967. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca, Nova Iorque: Cornell University Press.
- VERKUYL, Henk, 1993. *A Theory of Aspectuality. The Interaction between Temporal and Atemporal Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VET, Co, 1980. *Temps, Aspects et Adverbes de Temps en Français Contemporain*. Genève: Librairie Droz.
- VIANA, Aniceto dos Reis Gonçalves, 1882. Essai de Phonétique et de Phonologie de la Langue Portugaise d'après le Dialecte Actuel de Lisbonne. *Romania*, 12: 29-98. Reimpresso in *Estudos de Fonética Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1973.
- VIANA, Maria do Céu, 1984. *Étude de deux Aspects du Consonantisme du Portugais: Fricatisation et Dévoisement*. Tese de Doctorat de 3<sup>e</sup> cycle, Universidade de Estrasburgo.
- 1987. *Para a Síntese da Entoação do Português*. Tese para acesso à categoria de Investigador Auxiliar. Lisboa: CLUL-INIC.
- VIEGAS, Filomena, 1996. *Aspectos da Semântica dos Localizadores Temporais em Português*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VIGÁRIO, Marina, 1997a. Marcação Prosódica em Frases Negativas no Português Europeu. In *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol I: 329-349. Lisboa: APL e Colibri.
- 1997b. Processos de Desambiguação Prosódica em Estruturas com Advérbios de Exclusão. In Brito, Oliveira, Pires de Lima e Martelo (orgs.): 855-868.
- 1998. *Aspectos da Prosódia do Português Europeu — Estruturas com Advérbios de Exclusão e Negação Frásica*. Braga: Universidade do Minho — Centro de Estudos Humanísticos.
- 1999. Prenominal Cliticization in European Portuguese: a Postlexical Operation. *CatWPL*, 7: 219-237.
- 2000. Palavra Prosódica e Composição no Português Europeu. In *Actas do XV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. 2: 583-602. Coimbra: APL.
- 2001. *The Prosodic Word in European Portuguese*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- VILLALVA, Alina, 2000a. *Estruturas Morfológicas. Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e Tecnologia.
- 2000b. *Benefícios da Diversidade: Exemplos com Palavras*. Comunicação apresentada ao Congresso Internacional “500 Anos da Língua Portuguesa no Brasil”, Universidade de Évora.
- e Clara Nunes CORREIA, 2000. Morfologia e Semântica dos Nomes-Sujeito. In *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. II: 603-622. Braga: APL.
- VINCENT, Nigel, 1988. Latin. In Harris e Vincent (orgs.): 26-78.
- VLACH, Frank, 1981. The Semantics of the Progressive. In Tedeschi, Philip e Zaenen (orgs.), *Syntax and Semantics*. 14. *Tense and Aspect*, 271-292. Nova Iorque: Academic Press.
- 1993. Temporal Adverbials, Tenses and the Perfect. *Linguistics and Philosophy*, 16(2): 231-283.
- WASOW, Thomas, 1977. Transformations and the Lexicon. In Culicover, Wasow e Akmajian (orgs.): 327-377.
- WETZELS, Leo, 1991. Harmonização Vocálica, Truncamento, Abaixamento e Neutralização no Sistema Verbal do Português: uma Análise Auto-Segmental. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 21: 25-58.
- 1992. Mid Vowel Neutralization in Brazilian Portuguese. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 23: 19-55.
- Leo, 1997. The Lexical Representation of Nasality in Brazilian Portuguese. *Probus* 9(2): 203-232.
- WILLIAMS, Edwin, 1980. Predication. *Linguistic Inquiry*, 11(1): 203-238.
- 1981a. On the Notions ‘lexically related’ and ‘head of a word’. *Linguistic Inquiry*, 12(2): 245-274.
- 1981b. Argument Structure and Morphology. *The Linguistic Review*, 1(1): 81-114.
- 1985. PRO and Subject of NP. *Natural Language and Linguistic Theory*, 3(2): 297-315.
- WILLIAMS, Edwin B., 1938. *From Latin to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. Filadélfia: Universidade da Pensilvânia. Tradução portuguesa de Antônio Houaiss, *Do Latim ao Português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 4.<sup>a</sup> edição.
- WILMET, Marc, 1986. *La Détermination Nominale. Quantification et Caractérisation*. Paris: Presses Universitaires de France.
- VON WRIGHT, Georg H., 1963. *Norm and Action*. Londres: Routledge e Kegan Paul.
- 1968. *An Essay in Deontic Logic and the General Theory of Action*. Amsterdão: North Holland.
- XAVIER, Maria Francisca, 1989. *Argumentos Preposicionados em Construções Verbais. Um estudo Contrastivo das Preposições a, de e to, from*. Tese de Doutoramento, Universidade de Nova de Lisboa.
- YANG, I.-S. (org.), 1982. *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin.
- ZAGONA, Karen, 1988. *Verb Phrase Syntax. A Parametric Study of English and Spanish*. Dordrecht: Kluwer.
- ZANUTTINI, Raffaella, 1991. *Syntactic Properties of Sentential Negation. A Comparative Study of Romance Languages*. Tese de Ph.D., Universidade da Pensilvânia.
- 1994. Re-examining Negative Clauses. In Cinque, Koster, Pollock, Rizzi e Zanuttini, (orgs.), *Paths Towards Universal Grammar*, 427-451. Washington: Georgetown University Press.
- 1997. *Negation and Clausal Structure — a Comparative Study of Romance Languages*. Oxford: Oxford University Press.
- ZRIBI-HERTZ, Anne, 1986. *Relations Anaphoriques en Français: Esquisse d'une Grammaire Générative Raisonnée de la Réflexivité et de l'Ellipse Structurale*. Thèse de Doctorat, Université de Paris-VIII. Reprodução microfilmada: ANRT da Universidade de Lille III.
- (org.), 1997. *Les Pronoms. Morphologie, Syntaxe et Typologie*. Saint-Denis: Presses Universitaires.
- ZUBIZARRETA, Maria-Luisa, 1985. The Relation between Morphophonology and Morphosyntax: the Case of Romance Causatives. *Linguistic Inquiry*, 16(2): 247-289.
- 1998. *Prosody, Focus and Word Order*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- 1999. Las Funciones Informativas: Tema y Foco. In Bosque e Demonte (orgs.): 4215-4244.
- ZWICKY, Arnold, 1977. *On Clitics*, Bloomington, Indiana: Indiana University Linguistics Club.

- Acento  
 de palavra, 1050n. 15, 1052, 1055, 1061-1062  
 enfático, 1061n. 34  
 fixo, 1054n. 21,  
 livre, 1054  
 principal, 1010, 1054-1059  
 secundário, 1015, 1058-9, 1061n. 34  
 tonal, 1072-1073  
 análise métrica do, 1054  
 ecos do, 1058  
 grelha métrica, 1055-1058  
 onda rítmica, 1055-1058
- Acomodação, 35  
 grau de inteligibilidade mútua, 35-36  
 processos de, 35  
 tipos de, 36
- Acto de fala, 73
- Acto(s) ilocutório(s), 73-81  
 assertivo, 74, 75-76  
 compromissivo, 74, 77-78,  
 directivo, 74, 79, 436, 449-450, 453, 456,  
 459-460  
 expressivo, 74,78  
 declaração, 74, 79  
 declaração assertiva, 74, 79-80  
 força ilocutória, 73  
 objectivos dos, 73  
 tipologia dos, 74
- Adjectivo  
 de valor restritivo (ou classificatório), 366,  
 379  
 estativo / não estativo, 381-382  
 graduável / não graduável, 366, 379-380  
 relacional (temático ou referencial), 331,  
 335-336, 376  
 modificador do significado dos nomes, 377  
 modificador (ou qualificativo), 366, 376  
 modal, 261, 378  
 negativo (ou conjectural), 377  
 simétrico, 332  
 temporal-aspectual, 378  
 e advérbios, 375-376  
 e nomes, 371, 374  
 e participípios, 374, 375  
 acentuação dos, 1050-1052  
 graus do, 387, 391
- Adjunção fonológica, 1065-1066
- Adjunto  
 de F (SFLEX), 701-703, 764-765  
 de SN, 339, 658-661, 672  
 de SV, 183-184, 414-417, 427-430, 432,  
 441, 702-703, 764, 766

- Adverbial de Tempo  
(*ver também* Advérbio), 166-172  
anafórico, 172  
de duração, 170-171  
de frequência, 169-170  
de localização temporal, 168-169  
dêictico, 172
- Advérbio  
argumental, 425-427  
de exclusão, 421, 698  
de inclusão, 698  
de modo (ou de maneira), 422, 426  
dêictico, 420  
graduável / não graduável, 419  
modal, 423-424  
orientado para o agente, 423  
orientado para o falante, 422-423  
orientado para o sujeito, 422-423  
predicativo, 424  
quantitativo, 420-421  
reforçador do valor de verdade da asserção, 431-432  
restritivo do valor de verdade da asserção, 432  
restritor, 421-422  
transitivo, 419-420  
em especificador de SN / SA, 420-421  
em adjunto de SV, 427-430  
frásico, 430-432  
e ilhas, 426-428  
e modo, 423-424  
e polaridade, 424  
e constituintes Q, 421  
e próclise, 855  
classificação tradicional dos, 418
- Afixação, 941  
Afixo(s), 941  
Agente  
(*ver* Papel temático)  
*Aktionsart* (Modo de Acção)  
(*ver também* Aspecto), 133-138  
estado  
(*ver também* Aspecto), 134  
evento, 134  
Alongamento fonológico, 1072  
Anáfora, 835-836  
associativa, 804
- através de demonstrativos invariáveis, 803, 876  
através de elipse, 804  
através do quantificador *tudo*, 803  
de longa distância, 814  
fiel, 802  
infiel, 802  
ligada, 805-815  
nominal, 802  
pronominal, 802-803  
temporal, 804  
antecedente da, 799-800, 805, 814
- Antagonismo acentual, 1069  
Apódose (ou conseqüente), 705  
Aposição, 367-369, 385, 549, 551, 557, 671-675  
Aposto, 368-369, 385, 457-458  
Apresentação (como expressão de um juízo tético), 318, 320-321, 856
- Argumento(s), 182  
externo, 336, 446  
internos(s), 409-414  
por defeito, 184-185  
sombra (ou cognato), 184-185  
verdadeiro, 184  
de A, 383-386  
de Adv, 420  
de N, 330-340  
de P, 392-394
- Articulação, 997  
articuladores, 997  
cavidade nasal, 997  
cavidade oral, 997, 1005-1007  
cordas vocais, 997-998  
modo de articulação, 997, 999, 1004  
ponto de articulação, 997, 1004, 1006-1008  
tracto vocal, 997-999
- Artigo  
definido, 222ss, 236, 346-349, 828-831  
indefinido, 224ss, 229, 346-347
- Aspecto  
de frase, 137-153, 403, 408, 429  
lexical  
(*ver também* *Aktionsart*), 133-138
- Atético  
(*ver* Aspecto), 134  
Atributo (ou epíteto), 366, 371
- Auxiliaridade  
critérios de, 404-408
- C-comando, 328, 555, 777n. 8, 783n. 21, 799-801, 810, 817, 820-821, 823-824, 853
- Cabeça  
fonológica, 1068-1070, 1072  
lexical, 1066-1067
- Caso, 625-626  
acusativo, 334, 347, 511, 517-518, 527, 532, 538, 827, 829-830, 833  
dativo, 402, 827, 829, 830, 833, 840-841  
genitivo, 334-335, 402  
inerente, 542  
nominativo, 334, 439-441, 446-447, 512, 528, 532, 543, 819, 836-837  
oblíquo, 334, 402, 753, 819  
Filtro do, 334
- Castelhano, 41-42, 44  
Catáfora, 802, 804, 876  
Categoria de regência (ou de ligação), 812, 814
- Categoria  
sintáctica, 325  
nuclear, 325-328  
lexical, 329-331, 345, 371, 383, 439  
funcional, 329, 345, 371, 387, 439-440  
sintagmática, 325-326
- Categoria vazia  
pronomine nulo, 443-444, 448, 818, 823-825  
vestígio, 821-823
- Causal, oração, 607, 698, 703, 711-715
- Cliticização fonológica, 921-925  
(*ver também* Direcção de cliticização fonológica)
- Clítico(s)  
especiais, 826, 828-830, 835  
tipologia dos, 834-844  
gramaticalização dos, 844-847  
hospedeiro dos, 828, 831, 834, 845-848, 857, 866-867  
posição dos, 47, 845-846, 848-857  
casos particulares de colocação em frases não finitas, 861-865  
ênclise (ou posição enclítica), 407-408, 458, 831, 834, 849-853  
interpolação, 866-867
- mesóclise, 831, 865-866  
prosodização de estruturas com, 1062  
próclise (ou posição proclítica), 407-408, 459, 831, 834, 853-857  
atractores de (ou proclisadores), 851n. 104, 853-857
- pronomine, 47, 828n. 61, 829, 835, 837  
anticausativo (ou ergativo), 518, 841-846  
dativo ético, 840-841  
dativo de posse, 840-841  
demonstrativo (invariável ou neutro), 803, 827-828, 837-839
- impessoal  
(*ver* (*se*-)nominativo, (*se*-)passivo)  
inerente, 808-809, 843-846  
não-reflexo, 806, 816-820, 827, 832, 835  
recíproco, 809-810, 832, 835  
reflexo, 806-812, 827-9, 832, 835, 841, 843  
(*se*-)nominativo, 445, 830, 836-837, 839  
(*se*-)passivo, 531-533, 839-840, 842, 845-846  
prosodização dos, 1062, 1064-1066  
Subida de, 641, 857-860
- Clivagem, construções de, 685-694  
(frase) clivada, 688-690  
(frase) clivada-Q, 687-690  
(frase) pseudo-clivada básica, 687-690  
(frase) pseudo-clivada invertida, 687-690  
(frase) pseudo-clivada invertida de *é que*, 688, 690-692  
(frase) semi-pseudo-clivada, 688, 692-694
- Coerência textual (ou conectividade conceptual), 115-117
- Coesão textual, 89-115  
frásica, 90  
interfrásica, 91-109  
lexical, 114-115  
referencial, 111-114  
endofórica (ou co-referência), 111-112  
exofórica, 112-114  
temporal, 109-110  
paralelismo estrutural, 110-111
- Comentário  
(*ver* Tópico)
- Comparativa(s)  
(*ver também* Grau, Pseudocomparativa), 732-754

- canónica(s), 389-390, 729, 731-733, 747, 750-752, 754
- correlativa(s), 747
- de superlativo  
absoluto, 388-389, 748-750  
relativo, 390-391, 749
- e coordenação, 745-748
- e subordinação adverbial, 738-741, 752-754
- e subordinação relativa, 742-745, 748
- conectores nas, 733-734, 739-740, 742-745, 747-748
- Competência comunicativa, 73
- Complementação  
(*ver* Completiva)
- Complementador (Comp. C), 442, 466-469, 473-474, 597-599, 558-559, 568-570, 572-573, 591, 621-623, 662, 665-666, 679, 704-705, 714, 717, 723, 726, 739-740, 742-744, 756, 759, 854  
reduplicação do, 620-621  
supressão do, 620
- Complemento(s)  
(*ver também* Completiva)
- de Adjectivos, 383-7
- de Advérbios, 420
- de Nomes, 330, 344, 368
- de Preposições, 392-394
- de Verbos, 409-414
- determinativo, 330, 340
- Complemento fonologicamente ramificado, 1067-1068
- Completiva, frase, 571, 593-651
- de adjectivo (ou adjectival), 596, 600-603
- de nome (ou nominal), 596, 600-603
- de verbo (ou verbal), 596, 599-600
- finita, 596, 597-621
- não finita, 596, 621-651
- de infinitivo flexionado, 440, 621, 623-632
- de infinitivo flexionado antecedida de artigo, 630-632
- de infinitivo gerundivo, 643-645
- de infinitivo não flexionado, 440, 621, 623
- construção Adjectival Complexa, 635-636
- construção de Controlo, 632-633, 725, 824-825
- construção de Elevação, 634
- construção de Marcação de Caso Excepcional, 641-642, 859-860
- construção de Reestruturação, 645-647, 859-860
- construções de União de Orações, 647-651, 860
- objecto, 608-613
- preposicionada, 602, 614-616
- sujeito, 606-608  
extraposta, 607
- Composição, 971-983
- morfológica, 971-978
- morfo-sintáctica, 971, 978-983
- Composicionalidade, 137
- Compostos, prosodização de, 1062-1063
- Concessiva, oração, 571, 697-698, 718-721
- contrafactual, 719-720
- factual, 718
- hipotética, 719
- intensiva, 720
- Concordância
- na Frase, 439-442
- no SN, 329-330, 370, 362-363, 365
- entre sujeito e anáforas recíprocas, 809-810, 813
- parcial, 588-589.
- verbal em frases coordenadas, 585-589.
- Concordância negativa  
(*ver também* Negação), 767, 789-793
- Condição de dissimilaridade, 1041-1042
- Condicional  
(*ver também* Futuro do Passado, Modo), 158, 165-166, 256-257, 865-866
- Condicional, oração, 697-698, 705-710
- contrafactual, 708-709
- factual, 706-707
- hipotética, 707-708
- Conectividade conceptual (ou coerência textual), 115-117
- Conector de subordinação  
(*ver também* Conexão, Conjunção), 105ss, 704-705
- Conexão (interfrásica)
- hipotáctica (ou subordinativa), 105-109, 572, 580, 697,
- paratáctica, 94-105
- coordenativa, 94-98
- conformativa, oração, 762-765
- Conjunção(ões)
- coordenativa(s), 94, 97-98, 552, 558-560, 565n. 14, 568-570, 577:n. 24, 747-748, 772, 856
- como núcleo do SConj, 560
- correlativas, 559, 563-564, 566-567
- e conectores coordenativos, 554, 558-559, 564, 566, 568-569, 571-574
- e nexos coordenativos, 565-568
- adversativas (ou contrajuntivas), 565-566, 568
- copulativas (ou aditivas), 566-568
- disjuntivas (ou alternativas), 566, 568
- negativas, 566-567
- simples, 559-561, 563, 566
- subordinativa(s), 105ss, 558, 568, 569n. 19, 739-740
- Conjuntivo  
(*ver* Modo)
- Consecutiva(s), oração, 754-762
- de intensidade, 755-760
- infinitiva, 760-762
- conectores nas, 756-758
- natureza lexical do constituinte alvo da intensificação, 755-757, 759-760, 762
- Consoantes, 992-993, 995
- africadas, 42, 46
- alveolares, 1000
- anteriores, 1000-1001
- ápico-alveolares, 28, 43, 998n. 17
- contínuas, 1000-1001
- coronais, 1000-1001, 1008
- dentais, 28, 1000
- fricativas, 43, 1000-1001, 1004, 1006
- labiais, 1000
- laterais, 997, 1000-1001, 1003, 1006
- líquidas, 997, 1000-1001,
- nasais, 997, 1000-1001
- oclusivas, 43, 46, 999, 1001
- palatais, 43, 996-997, 1000, 1004
- recuadas, 1000-1001
- sibilantes, 28, 45, 998n. 17
- soantes, 1000-1001
- sonoras, 43
- uvulares, 1000
- velares, 1000
- vibrantes, 46, 997, 1000, 1040
- vozeadas, 1001
- sequência de, 995, 1039, 1040n. 6, 1042
- Constituinte morfológico, 919
- Constituinte temático, 921-922, 925
- Constituintes prosódicos, 1059-1060
- algoritmos de construção dos, 1060, 1066-1068, 1070-1072
- tamanho dos, 1067-1068, 1071-1072
- Construção
- inacusativa  
(*ver* Inacusativa)
- média, 536-538
- passiva  
(*ver* Passiva)
- Contacto, 34-37
- interferência, 36
- transferência, 36
- Contexto
- intensional  
(*ver também* Contexto opaco, Modalidade), 252, 264, 670
- opaco  
(*ver também* Contexto intensional), 252, 264
- transparente, 252, 264
- Contorno entoacional, 1073
- Contraste Sintagmático, 900-901
- Controlo  
(*ver* Completiva)
- Conversação, 57
- face a face (ou frente a frente), 57-58
- trocas verbais, 61, 67
- Conversão, 373, 953
- Coordenação, 549-592
- assimétrica, 551n. 2, 578, 582
- assindética, 92, 559, 561-562, 565
- binária, 564-565
- de constituintes categorialmente diferentes, 576-577, 579-580, 591.
- de constituintes descontínuos, 583-584.
- de constituintes parentéticos, 583-584, 592.
- de fragmentos textuais, 576.
- de núcleos lexicais, 552, 575-576.
- frásica, 552, 574, 578, 581, 588: n. 29, 591-592.
- múltipla (ou polivalente), 552n. 4, 564-565

sintagmática, 552, 574-5, 578, 584-587, 591-592  
 simétrica, 578-582  
 sindética, 92, 559-560, 562, 565  
 Coordenado(a, s)  
 (*ver também* Conjunção)  
 estrutura(s), 451, 549-550, 552-555, 558-561, 563, 568, 574-576, 578-584, 590, 592  
 natureza categorialmente transparente da estrutura, 560-561, 577 n. 24  
 termos, 551, 553-554, 558, 562-566, 568-570, 572, 574, 576-579, 581-583, 585, 587-588, 590-591  
 assimetria dos, 577-578, 583  
 intercomutabilidade dos, 554  
 natureza categorial dos, 551, 561, 574, 576-582  
 paralelismo dos, 577-582  
 Copulativa, frase, 538-546, 688ss  
 canónica, 545-546  
 invertida, 545-546  
 Co-referência  
 (*ver* Anáfora, Coesão referencial, Pronome), 609-610, 805  
 Cruzamento forte, 504, 822-823  
 Culminação  
 (*ver também* Aktionsart), 134, 137ss  
 Definido  
 (*ver* Artigo)  
 Dêictico(a, s)  
 espacial, 346  
 pessoal, 349  
 Dêixis, 61  
 espacial, 62-63  
*locus* de referência, 63  
 representação de proximidade ou de distância, 63  
 temporal, 63  
 interpretação presencial das expressões dêicticas, 61  
 Demonstrativo  
 (*ver também* Dêictico, Descrição definida), 223, 346, 348-349  
 Dependencial, propriedades de natureza, 328  
 Dequeísmo, 617-619  
 Derivação, 943-951  
 Desambiguação prosódica, 1073-1076  
 Descrição definida, 222-224, 671  
 e artigos definidos, 222, 224, 347  
 e demonstrativos, 223, 348  
 e leitura atributiva, 224  
 e leitura referencial, 223-224  
 e possessivos, 223, 349  
 Determinante  
 (*ver* Artigo, Demonstrativo, Possessivo)  
 Dialectos, 41-44  
 galegos, 41, 43-44  
 portugueses setentrionais, 43  
 portugueses centro-meridionais, 43-44  
 regionais, 34  
 Diátese  
 activa, 521  
 passiva, 521  
 Direcção de cliticização fonológica  
 ênclise, 1065  
 próclise, 1065-1066  
 Ditongo  
 “crescente”, 1045  
 decrescente, 993-995, 1014, 1045  
 nasal, 27, 992n. 7, 1016, 1019, 1045, 1049  
 oral, 43-44, 994, 1044  
 Diversidade linguística, 34-35  
 Domínio de ligação  
 (*ver também* Anáfora, Categoria de regência), 812  
 Efeito de Definitude  
 (*ver também* Artigo definido), 224, 447  
 Elipse(s), 869-913  
 e anáfora, 804  
 domínios sintácticos de ocorrência da(s), 880-883  
 em comparativas, 735-737, 741-742, 746-747.  
 em coordenação, 554, 576, 579, 588-592, 881, 883  
 em discurso dialógico, 883  
 em frases, 880-881  
 em sintagmas, 880-881  
 em subordinação, 881-882  
 padrões básicos de, 874-880

recuperação do conteúdo das, 871-875, 907, 911  
 tipologia das, 884ss  
 anáfora do complemento nulo, 736, 746, 884-889, 894n. 19  
 despojamento, 891, 895-900  
 eclipse lacunar, 736, 741-746, 901-904, 911  
 eclipse nominal, 348, 353-354, 682, 910-913  
 eclipse do SV, 736, 746, 889-898  
 pergunta abreviada (ou fragmentária), 906-909  
 resposta abreviada (ou fragmentária), 604, 894, 896-897, 899  
 réplica rectificadora, 906-907, 909  
 truncamento, 604-605, 905-906, 909-910  
 Ênclise  
 (*ver* Cliticização, Clítico(s))  
 Endocentricidade, 327  
 Entoação, 1072-1076  
 Enunciação, Momento (ou tempo) da, 130ss, 144ss, 162ss, 169-173ss  
 Enunciado, 67, 81, 1060  
 interpretação do, 71  
 conteúdo proposicional, 71  
 contextualização, 82-83  
 significado pragmático ou comunicativo, 71, 73  
 Ergativo  
 (*ver* Verbo inacusativo, Clítico *se*)  
 Escopo  
 (*ver* Foco, Interrogação, Negação, Quantificadores), 225-226, 251, 253  
 Escopo adverbial, 422  
 desambiguação prosódica do, 1073-1074  
 Espaço, 63-65  
 representação cognitiva do, 65-66  
 esquemas de, 63, 65-66  
 Espécie, termo de  
 (*ver também* Indivíduo), 232, 234, 236, 242  
 Especificador, 328, 395, 420  
 Esqueleto, 1005, 1023  
 Esquema relacional, 295-316  
 Estado(s)  
 (*ver também* Evento(s)), 134, 136ss, 191  
 básico  
 faseável, 136  
 não faseável, 136

derivado  
 cessativo, 149  
 consequente (ou resultativo)  
 (*ver também* Núcleo Aspectual), 135, 138, 141, 162-163  
 habitual, 140-141, 144-145  
 progressivo, 146, 148  
 Estado(s) de coisas, tipos de  
 (*ver* Situação, Aspecto), 133-138  
 Estrutura  
 argumental (ou grelha temática), 183-190, 330, 333-334, 336  
 funcional  
 do SA, 387-391  
 do SN, 345-365  
 informacional, 118, 121-122, 319-321  
 lexical  
 do SA, 383-387  
 do SN, 330-344  
 temática, 118-121, 316-321  
 Evento  
 (*ver também* Aktionsart)  
 culminação  
 (*ver também* Núcleo Aspectual), 134ss, 192  
 ponto, 135ss, 192  
 processo, 135ss, 192  
 processo culminado, 134ss, 192  
 Exclamativa, frase, 479-487  
 total, 479-482  
 parcial, 482-485  
 elíptica, 482-483  
 não elíptica, 483-485  
 -Q, 485-487  
 elíptica, 486-487  
 não elíptica, 485-486  
 Existencial  
 (*ver também* Indefinido, Quantificação, Frase), 227  
 Extensão  
 (*ver também* Intensão), 215-216  
 Extração Simultânea, 582, 746, 832-840, 842-844  
 Extraposição da relativa, 661  
 Factividade, 227, 260  
 Fase  
 (*ver também* Indivíduo, Predicado de), 136

- Factivo, verbo  
(*ver* Verbo superior)
- Filtro do Caso  
(*ver* Caso)
- Final, oração, 715-718  
contrafactual, 716-717  
factual, 716  
hipotética, 716
- Flexão, 926-929, 931-938, 1021-1028  
como categoria funcional (Flex), 439-449, 623-624  
nominal, 927-929  
verbal, 921, 931-938
- Flutuação de Quantificador, 446
- Foco  
(*ver também* Negação, Polaridade), 447, 726  
fonológico, 1074  
informacional, 318-321, 689, 856, 910  
quantificacional, 685
- Fonema, 89, 990
- Fonologia, 989-990  
autossegmental, 989n. 1, 1004, 1008, estrutural, 989n. 1  
generativa, 989n. 1, 1005n. 23  
lexical, 1009, 1010, 1018
- Formas de tratamento, 50
- Frase  
adjunta  
(*ver também* Adjunto), 702-703, 764-766  
complexa  
(*ver* Comparativa, Consecutiva, Subordinação)  
genérica (ou caracterizadora), 145, 170, 235, 237  
finita  
(*ver também* Completiva finita), 852  
identificacional, 544ss  
não finita  
(*ver também* Completiva não finita), 852, 861-865  
simples, 435-436  
tipos de  
com tópico marcado  
(*ver* Tópico marcado, tipologia das construções de)  
declarativa, 436-449
- marcação prosódica da declarativa, 1074-1076
- exclamativa  
(*ver* Exclamativas)
- imperativa  
(*ver* Imperativas)
- interrogativa  
(*ver* Interrogativas)
- optativa  
(*ver* Optativas)
- Função  
semântica  
(*ver* Papel temático)  
sintáctica  
(*ver* Relação gramatical)
- Futuro  
(*ver também* Tempo, Modo), 158, 164, 246, 256-257, 707, 709-710, 722, 865-866
- Galego-português, 41-43
- Generalização de Burzio, 517-518, 546
- Genérica  
(*ver* Frase)
- Género, 929-931
- Geometria de traços, 1004-1007
- Gerúndio, 453, 852, 858
- Gerundiva, oração, 726-727
- Glide (ou semivogal), 993-994, 995, 1040, 1045, 1046, 1057  
nasal, 994, 1049  
oral, 993
- Grau  
comparativo, 389-390, 733-734  
positivo (ou normal), 387  
superlativo absoluto, 388, 748-749  
superlativo relativo, 390-391, 748-750
- Hiato, 26, 995n. 13
- Hierarquia prosódica  
(*ver* Constituintes prosódicos)
- Hipotaxe  
(*ver* Conexão, Subordinação)
- Idiolecto, 34
- Ilha  
forte, 493-494, 505  
adjunta, 494, 504, 703-704
- da Estrutura Coordenada (ou Condição da Estrutura Coordenada), 553, 582, 746  
do SN Complexo, 494-495, 498, 504, 679  
do Sujeito Frásico, 498, 606
- fraca, 506  
da Frase Extraposta, 525, 607  
Factiva, 525  
-Q, 496, 506
- Imperativa(s), frase(s), 449-460  
afirmativa, 451-452  
directa, 455-458  
indirecta, 455-456, 458  
negativa, 458-459  
sujeito em, 456-458
- Imperativo  
(*ver* Modo)
- Imperfectivo, 140
- Inacusativa, construção, 509-548  
(*ver também* Construção média, Copulativa, Passiva)  
com verbos de existência e de aparição, 546-548  
com verbos de movimento, 520-521  
com verbos de mudança de estado devida a causa externa, 514-518  
com verbos que denotam eventos com causa interna, 518-519  
impessoal, 511-512  
pessoal, 511-512
- Inacusativo  
(*ver* Verbo inacusativo)
- Incorporação  
do objecto  
(*ver* Saturação do objecto), 412  
fonológica, 1065
- Indefinido(s)  
(*ver* Artigo, Existencial), 224-228  
e leitura específica, 225, 264, 669  
e leitura não específica, 225, 264, 670
- Indicativo  
(*ver* Modo)
- Índice temático, 922, 1049, 1051, 1056-1057
- Indivíduo  
(*ver também* Espécie, Fase, Predicado de), 219, 222
- Infinitivo  
flexionado, 440, 455, 725, 852  
gerundivo, 643-645  
não flexionado, 449, 453, 456, 458n. 24, 824-825, 852
- Informação  
dada (ou dado), 714-715  
nova (ou novo), 714-715
- Intensão  
(*ver também* Extensão), 215-216, 670
- Interação verbal, 59, 67, 70-71  
cenário, 57, 59-60  
básico, 57-58  
ficcional, 60-61  
impessoal, 60  
institucional, 60-61  
mediatizado, 60-61  
normativo, 60-61  
pessoal, 60  
privado, 60-61  
contexto ou situação de, 81  
pistas de contextualização, 82  
cooperação, 71-73, 83  
maneira, 72  
qualidade da informação, 72  
quantidade de informação, 72  
relação, 72  
informação relevante, 72  
hipercorreção, 84  
interlocutores, 58, 69  
base comum, 69  
partilha entre, 69  
movimento (ou turno, ou fala), 68  
pares de movimentos, 68-69  
tomada de palavra (ou tomada de vez), 67
- Interface sintaxe-fonologia, 421
- Interrogação  
(*ver* Interrogativa)  
foco da, 463-464
- Interrogativa(s), oração (ou frase), 460-478  
alternativa, 461-462, 478  
eco, 474-476  
múltipla, 476-477  
parcial (de instanciação ou -Q), 463-477, 612  
retórica, 481  
subordinada, 472, 474  
"tag", 477-478, 782



- total (global, proposicional ou de sim/não), 461-463  
 marcação prosódica da, 1074-1076  
 movimento Q em, 465-468  
 movimento de V em, 471-474  
 resposta a – de sim/não, 461-462
- Intransitivo  
 (ver Verbo intransitivo)
- Inversão, construções de  
 locativa, 547-548  
 do sujeito, 445-449, 471-474
- Isomorfismo, ausência de, 1061-1062, 1070, 1072
- Iteratividade, 135, 142ss
- Juízo  
 categórico, 317  
 tético, 318
- Justaposição. 94, 709
- Lacuna parasita, 495-6n. 79, 498
- Lado recursivo, 1066-1067
- Lapso de língua, 68
- Lei de Tobler-Moussafia, 849
- Leitura  
 atributiva  
 (ver também Leitura referencial), 224  
 genérica  
 (ver também Espécie), 232, 361  
 referencial  
 (ver também Leitura atributiva), 223
- Léxico, 25, 45, 50-51, 326
- Ligação  
 (ver Anáfora, Co-referência)
- Ligada (o)  
 (ver Anáfora, Pronome)
- Língua(s)  
 franca, 28  
 materna, 29  
 mista, 36  
 pidgin, 36  
 crioulo, 36  
 oficial, 35  
 família de, 37
- Marcador de polaridade  
 negativa (ou marcador de negação), 424, 581, 767, 770-782, 785-787, 790-791
- positiva, 424, 767
- Melodia, 1072-1073
- mínima, 1073
- Mesóclise  
 (ver Clíticos, posição dos)
- Mirandês, 42
- Modalidade, tipos de, 245  
 deontica, 245, 248ss  
 epistémica, 245, 248ss  
 externa ao participante, 248ss  
 interna ao participante, 248ss
- Modificação morfológica, 956-965
- Modificador  
 apositivo, 367-369, 671-674  
 nominal, 329, 366-369  
 restritivo, 366-7, 655-671
- Modo (verbal), 254-272
- Conjuntivo, 257, 259ss, 449, 451-452, 459, 581, 601-603, 669-670
- Imperativo, 254-256, 449-454, 458-459
- Indicativo, 257, 259ss, 599-601, 669, 673  
 nas frases imperativas, 449-453, 455, 458-459
- selecção de – nas frases complexas, 260-266, 599-605, 669-673, 706-710, 716-720
- selecção de – nas frases coordenadas, 259
- Modus Ponens, 706
- Movimento de constituintes  
 (ver Caso, Ilhas, Interrogativa, Sintagma -Q)
- Mudança, 36-73  
 decorrente do contacto, 37  
 inerente, 36
- Necessidade  
 (ver também Modalidade, Possibilidade), 248-254
- Negação, 266, 767-793  
 expletiva, 767, 780, 785-786  
 frásica, 406-407, 767, 771, 773-781, 784-785, 791-792, 861, 866-867  
 lexical, 771, 773-774, 778, 782-783, 789  
 sintagmática, 773-774, 778-779, 781-783  
 cancelamento da, 779, 789-791
- dupla  
 (ver também Cancelamento da), 790
- Nome(s), 210-221, 330-333, 340, 360-361, 668  
 comum, 212-221, 330-333; 340, 360-361, 668  
 abstracto  
 (ver também Concreto), 211-212, 340  
 colectivo, 216, 233, 364  
 concreto  
 (ver também Abstracto), 211-212, 340  
 contável, 151-153, 217-221, 361  
 massivo  
 (ver também Não contável), 151-152, 219ss, 236ss  
 não contável  
 (ver também Massivo), 217-221, 238  
 de parentesco, 340  
 derivado  
 deadjectival, 331  
 denominal, 331  
 deverbal, 331, 333  
 icónico, 340  
 próprio, 212-215, 354-355, 668-669, 671  
 relacional, 340  
 simples (plural simples ou nome massivo), 355, 360-362
- Nominalização  
 (ver Nome derivado)
- Núcleo (sintático), 326-327, 329, 345, 370, 386, 393, 403, 420, 440, 466
- Núcleo Aspectual, 138-139, 142
- Numeral  
 (ver também Quantificação, Quantificadores), 356
- Número, 927-929
- Objecto  
 directo (gramatical)  
 (ver Relação gramatical)  
 indirecto  
 (ver Relação gramatical)  
 lógico, 288
- Oblíquo (ou relação gramatical oblíqua), 294-295  
 adjunto, 414-416, 579-580  
 complemento, 409-411
- Operações de  
 determinação, 221-242
- individualização, 222
- Operador Aspectual  
 (ver também Verbos de Operação Aspectual), 145-151
- Optativa, frase, 487-489  
 elíptica, 489  
 não elíptica, 487-489
- Oração  
 (ver também Frase), 182, 278  
 pequena, 279, 540-542, 687ss  
 “reduzida”  
 gerundiva, 726-727  
 participial, 727-728
- causal  
 (ver Causal, oração)
- comparativa  
 (ver Comparativa(s), frases)
- completiva  
 (ver Completiva(s), frases)
- concessiva  
 (ver Concessiva, oração)
- condicional  
 (ver Condicional, oração)
- conformativa  
 (ver Conformativa, oração)
- consecutiva  
 (ver Consecutiva, oração)
- final  
 (ver Final, oração)
- proporcional  
 (ver Proporcional, oração)
- temporal  
 (ver Temporal, oração)
- relativa  
 (ver Relativa, oração)
- Ordem de palavras  
 e estrutura informacional, 319-321  
 e estrutura temática, 319-321  
 em exclamativas, 483-486  
 em completivas não finitas, 627-630  
 em interrogativas-Q, 471-474  
 em optativas, 487-489
- Palavra(s), 938  
 complexa, 919  
 (ou expressão) de grau, 387-391, 733-734, 755, 758

- fonológica  
(*ver* Palavra prosódica)
- prosódica, 1061-1066
- simples, 920
- prosodização das, 1061-1066
- Palavra-Q (ou morfema-Q), 464-465, 661, 665, 682
- Papel(éis) temático(s) (ou papel semântico), 187-190, 551-552, 578-581
- lista de
- agente, 188-189
  - alvo, 190
  - experienciador, 189
  - fonte (ou causador), 189
  - locativo, 189
  - tema, 190
- Parágrafo, 92
- Paralelismo estrutural  
(*ver* Coesão textual)
- Parâmetro
- de Flex, 439, 624n. 47
  - do Núcleo, 328
  - do Sujeito Nulo, 282-283, 443, 857n. 108
- Parâmetros
- fonéticos, 35
  - fonológicos, 35
  - morfológicos, 35
  - pragmáticos, 35
  - semânticos, 35
  - sintáticos, 35
- Parassíntese, 952-955
- Parataxe, 91ss
- Parentéticas, marcação prosódica das, 1071, 1073
- Participípio
- (*ver também* Tempos compostos)
  - Absoluto  
(*ver também* Oração participial), 301, 510, 727
  - passado  
(*ver* Adjectivos, Tempos), 374-375, 848, 858
  - passivo, 523-524, 527-528, 529-531
- Partitiva, expressão, 227, 230, 364-365
- Passiva, frase, 521-535
- adjectival (resultativa ou de estado), 533-535
  - impessoal, 528-529
  - personal, 528-529
  - sintáctica (ou perifrástica), 522-531
  - de *-se*, 531-533
- Pé, 1060
- Perfectivo  
(*ver também* Aspecto, Terminativo), 139ss, 144, 156
- Pergunta  
(*ver* Interrogativa, Actos Illocutórios)
- Perfodo
- composto, 92
  - simples, 92
- Peso fonológico, 1072
- Pessoa-número, 933-934
- Plural simples  
(*ver* Nome)
- Pluralização, 228-230
- Polaridade, 767, 776n. 12
- negativa, 424, 770, 780-783, 786, 787n. 26
  - e escopo das unidades negativas, 781
  - e foco da negação, 767, 774n. 9, 780, 784-785, 787-788
  - positiva, 424, 770, 781-782, 785-787
  - subespecificada, 780, 787-788, 790n. 29
- Ponto
- (*ver* Aspecto, Evento)
  - Ponto  
da Fala, 131
  - de Perspectiva Temporal  
(*ver também* Ponto de Referência), 141-142, 162
  - de Referência  
(*ver também* Ponto de Perspectiva Temporal), 131, 142
  - do Evento, 131
- Posição dos marcadores de negação, 767, 774-780
- Possessivo, 346, 349-351
- Possibilidade  
(*ver também* Modalidade, Necessidade), 248-254
- Potencial de referência, 210
- Predicação, 182
- Predicação, como expressão de um juízo categorico, 317-320
- Predicado, 182
- binário (ou de dois lugares), 185
  - de Fase, 136, 331, 381, 668-669
  - de Indivíduo, 136, 331, 381
  - de zero argumentos (ou lugares), 185, 409
  - ternário (ou de três lugares), 185
  - unário (ou de um lugar), 185
  - relação gramatical de  
(*ver* Relação gramatical)
- Predicador (ou palavra predicativa), 182, 330-331
- primário, 279
  - secundário, 279
- Predicativo do
- objecto  
(*ver* Relação gramatical)
  - sujeito  
(*ver* Relação gramatical)
- Prefixação, 963-965
- Prefixo(s), 941-942
- acentuados, 1062-1063
- Preposição  
(*ver também* Completivas, Dequeísmo, Queísmo), 617-619, 621-623, 828-831, 863-864,
- Pressuposição, 224, 260
- Princípio
- da onda rítmica, 1055, 1058
  - da Uniformidade Lexical, 517, 522
  - da subespecificação, 1025
  - de ancoragem, 1058
  - de sonoridade, 1040-1043
- Processo  
(*ver também* Aksionsart), 135ss
- Processo Culminado  
(*ver também* Aksionsart), 134ss
- Processo Preparatório  
(*ver também* Núcleo Aspectual), 138
- Processos fonológicos  
(*ver também* Regras fonológicas)
- lexicais, 1009-1010, 1016
  - pós-lexicais, 1009, 1016
  - segmentais
  - abaixamento da vogal do radical, 1021, 1026-1028
  - abaixamento de vogais finais, 1063-1064
  - assimilação, 1017, 1019, 1020n. 47, 1024-1026, 1028, 1047
  - dissimilação, 1016-1017, 1020, 1029
  - ditongação, 1019n. 44, 1020, 1029
  - elevação, 1012-1013
  - elisão de vogal, 1062, 1064-1065
  - harmonização vocálica, 1021, 1024-1026, 1028
  - inserção, 1016-1017
  - metafonia, 1020n. 47
  - nasalização, 1010, 1045-1046, 1048
  - neutralização de vogais iniciais, 1065-1066
  - palatalização, 1016, 1018
  - recuo, 1012-1013, 1016
  - semivocalização, 1062
  - supressão de consoantes, 26, 27, 42
  - supressão de vogal temática, 1017n. 39, 1022-1023, 1025-1026, 1063
  - velarização, 45, 991n. 4, 998, 1016-1017
  - vocalismo átono, 1009-1016, 1014n. 32, 1062
- Próclise  
(*ver* Clíticos, posição dos, Direcção de cliticização fonológica)
- Prominência, 1061, 1068, 1072, 1074
- Progressivo  
(*ver também* Estado, Verbos de Operação Aspectual), 146ss, 155
- Progressão temática, 119-121
- Pronome  
(*ver* Anáfora, Co-referência)
- átono  
(*ver* Clíticos)
  - nulo, 823-5
  - personal, 351-352, 798, 803, 806, 811, 813, 816-820
  - possessivo, 335, 344, 349-351, 806, 820
  - relativo, 661-665
  - interpretação ligada do, 820
  - interpretação livre do, 817-818, 823
- Proporcional, oração, 765-766
- Proposição, 182, 208
- Prótase (ou antecedente), 705
- Pseudocomparativa, frase, 750-752
- aditiva, 750-751
  - correctiva, 751-752
  - truncada, 751
- Qualitativa, expressão, 369-370
- Quantificação

- existencial, 227, 681  
 negativa, 235-236  
 relativa, 229  
 universal, 231-233, 680-681  
   e leitura distributiva, 231, 358  
   e leitura não distributiva (ou colectiva), 231  
   e leitura mereológica (ou holística), 240-241, 358  
 vaga/precisa, 362
- Quantificador(es)  
 (ver *também* Quantificação)  
 adjectival, 356, 383  
 discreto, 356  
 existencial, 227, 357, 855-856  
 negativo, 235-236, 767, 770, 773, 785-787, 790-791, 853-854  
 relativo, 229  
 universal, 231-233, 358-3589, 855-856  
 nome  
 (ver *Expressão quantitativa*)
- Quantitativa, expressão, 362-364
- Queísmo, 619-620
- Radical, 920-921, 925
- Raiz do segmento, 1005-1007
- Reanálise, 683, 705, 717
- Recíproco  
 (ver *Anáfora, Clíticos*)
- Reconstrução, 813
- Redobro de clítico, 832-842
- Redução inacusativa, operação lexical de, 517
- Redundâncias, 1002-1004, 1007-1008
- Referência (ou interpretação) arbitrária, 445-445, 825
- Referência disjunta, 609  
 efeito de (ou obviação referencial), 610-611
- Referência nominal  
 (ver *também* Anáfora, Co-referência; Pronome), 207-242
- Referencial, expressão (expressão-R), 797-801
- Referencial, valor, 207ss, 216, 221
- Reflexo  
 (ver *também* Anáfora, Clíticos)
- Regência (ou argumental), 807
- Regência, categoria de, 812
- Regra fonológica de  
 (ver *também* Processos fonológicos)  
 Acento de palavra, 1052  
 Harmonização vocálica, 1026-1027  
 Supressão da vogal temática, 1023, 1025-1026  
 Vocalismo átono, 1012
- Reiteração  
 (ver *Coesão lexical*)
- Relação gramatical de (ou função sintáctica)  
 objecto directo (gramatical), 285-288, 412, 578-580  
 objecto indirecto, 289-290  
 predicado, 278-281  
 predicativo  
   do objecto (directo), 279, 292-294, 412  
   do sujeito, 279, 290-292, 676  
 sujeito, 281-284
- Relação social na interacção, 59-60, 84
- níveis  
 macro-social, 59  
 micro-social, 59  
 formas de auto-referência, 59, 73  
 formas de tratamento, 60, 67, 73
- Relativa, oração  
 afirmativa, 367-368, 671-675  
 livre (ou sem antecedente expresso), 675-681, 687-689  
 semilivre, 681-683  
 restritiva, 367, 655-670  
 infinitiva, 368, 670
- Relativização, estratégias de  
 cortadora, 667  
 de movimento, 665-666  
 resumptiva, 667
- Relevância, 119  
 condição de, 492
- Representação do movimento, 64-65  
 direcção, 64-65  
 modo da acção, 65
- Ressilabificação, 1064
- Saturação, operação lexical de, 412, 537-538
- Segmento  
 flutuante, 1023, 1025-1026, 1028, 1048  
 fonológico, 989-991, 997-998
- Semivogais  
 (ver *Glides*)
- Seleção  
 categorial, 186, 328, 337, 385, 394, 399-400, 409-414, 420  
 semântica (ou temática), 187, 332, 337, 385, 394, 399-400, 409-414, 420
- Síglas, prosodização de, 1062
- Significado, 207
- Sílaba, 995-996, 1037-1049, 1060  
 acentuada, 1054, 1056, 1058  
 ataque, 1038-1044, 1046, 1048  
 coda, 1044, 1046-1047  
 núcleo, 993-994, 1018-1019, 1038, 1040, 1042, 1044-1046  
   complexo ou ramificado, 1044-1045  
   vazio, 1042, 1047  
 rima, 1038, 1044
- Sintagma Conjuncional  
 (ver *Conjunção*), 560
- Sintagma entoacional, 1060-1076
- Sintagma fonológico, 1066-1070
- Sintagma *por*, 522-523, 524-527, 532, 536
- Sintagma-Q  
 exclamativo, 485-487, 854  
 interrogativo, 463-474, 854  
 relativo, 661-666, 854
- Sistema linguístico, 34
- Situação  
 (ver *Aspecto, Estados de coisas*)  
 atética, 134-138, 192  
 dinâmica, 134-138, 191  
 não dinâmica, 134-138, 191  
 tética, 134-138, 192
- Sobreposição, 131, 144ss, 154-156
- Sociolecto, 34
- Subcategorização  
 (ver *Seleção categorial*)
- Subespecificação, 1008-1009, 1008n. 26  
 consoante subespecificada, 1008  
 vogal subespecificada, 1008
- Subjacência, 468-469
- Subordinação, 91, 105
- adjectiva, 657  
 adverbial, 697-728  
 substantiva  
 (ver *também* Completiva), 593-651
- Substituição por  
 antonímia, 115  
 hiperonímia, 115  
 hiponímia, 115  
 holonímia, 115  
 meronímia, 115  
 sinonímia, 115
- Sufixação avaliativa, 958-962
- Sufixo(s), 941-942  
 derivacional, 966-967  
 prosodização de, 1062
- Sujeito  
 (ver *também* Relação gramatical), 575  
 argumental, 282, 442-443  
 expletivo, 282-283, 443-444  
 indeterminado (ou de interpretação arbitrária), 283, 444-445  
 nulo, 282-283, 442-449, 456-457, 725-726, 818, 823-825  
 pré-verbal, 439-442  
 pós-verbal, 457-458, 471-474, 490-491  
 inversão do  
 (ver *Inversão, construções de*)  
 testes de identificação do, 283-284
- SV restrito, testes de identificação do, 415-417
- Télico  
 (ver *também* Aspecto), 134, 137
- Tema, 925-926  
 verbal, 925-926, 948-949
- Temática  
 hierarquia, 198ss  
 relação  
 (ver *Papel temático*)
- Tempo gramatical, como categoria funcional da frase, 439-442
- Tempo-modo-aspecto, 933-937
- Tempo, 129-132, 138-145, 153-178  
 anafórico, 132, 804  
 dêictico, 132  
 dependente/independente, 626, 629-630
- Temporal, oração, 721-728

Tempos do Conjuntivo, 247-272  
   simples, 267-268  
   compostos, 268-269  
   e sequencialização de Tempos, **269** - 272  
 Tempos do Indicativo, 153-178  
   simples, 153-158  
     passado, 156-157  
     presente, 154-155  
     futuro, 158  
   compostos, 159-166  
   e sequencialização de Tempos, **173** - 178  
 Teoria da Ligação, 800, 814, 817. **820**-821, 825-826  
   princípio A, 634n. 55, 814  
   princípio B, 610-611, 817  
   princípio C, 555n. 8, 800  
 Terminativo  
   (ver também Perfectivo), 139, 141 - **142**, 156  
 Textualidade, propriedades de, 87-**88**  
 Timbre, 990  
 Tom de fronteira, 1072-1073, 1076  
 Topicalidade, teste de, 317, 490  
 Tópico  
   (ver também Estrutura temática)  
   frásico, 316-320  
   marcado, 317-320, 489-492  
   tipologia das construções de, **492**-506  
   deslocação à Esquerda Clítica, **494**-497  
   deslocação à Esquerda de Tópico Pendente, 493-494  
   objecto Nulo, 356, 502-506. **694**  
   topicalização, 497-500  
   topicalização selvagem, **501**-**502**  
   tópico pendente, 492-494  
   não marcado, 316, 319, 491-492  
 Traços distintivos  
   alto, 999, 1001, 1006-1007, 1012 - **1023**  
   anterior, 998, 1006  
   arredondado, 999, 1001, 1006-1007, 1012-1013  
   baixo, 999, 1001, 1006-1007, **1012**-1013  
   consonântico, 998, 1006  
   contínuo, 999, 1001, 1006  
   coronal, 999, 1001  
   distensão retardada, 998n.  
   distribuído, 998n.  
   estridente, 998n.

lateral, 999, 1001, 1006  
 nasal, 999, 1001, 1006  
 recuado, 999, 1001, 1006-1007, 1012-1013  
 soante, 998, 1001, 1006  
 vozeado (ou sonoro), 998, 1001, 1006  
 classe universal de, 998  
 Traços prosódicos, 1037  
 Transitivo  
   (ver Verbo)  
 Truncamento  
   (ver também Elipse), 1061  
  
 Universo de referência, 70, 209, 213  
 Universo do discurso, 253  
 Uso da linguagem, 57, 66  
   acção conjunta, 57-58  
   para fins sociais, 57  
   esferas de acção, 57-58  
   estudo do, 58  
   frequência de uso, 67  
   variação de uso, 67  
  
 Variação, 33-35  
   diacrónica, 33  
   dialectal, 33, 41  
   diastrática, 33  
   diatópica, 33  
   histórica, 33  
   linguística, 33  
   regional, 33  
   situacional, 33  
   social, 33  
 Variante, 33-35  
   fonética, 33  
   fonológica, 33  
   interaccional, 33  
   lexical, 33  
   morfológica, 33  
   pragmática, 33  
   semântica, 33  
   sintáctica, 33  
 Variável sintáctica  
   (ver Categoria vazia, Vestígio)  
 Variedade, 34  
   brasileira do português (ou português do Brasil), 34  
   dialectal, 34

europeia do português (ou português europeu), 34  
 nacional, 34  
   norma, 34-35  
   norma-padrão, 34  
 Velocidade de fala, 1072  
 Verbo(s)  
   auxiliar, 303-305, 858  
   aspectual, 408  
   da passiva, 404  
   copulativo (ou predicativo), 302-303, 535, 687ss  
   estativo, 191, 194-195  
   leve, 311-314  
   não estativo, 191  
   de culminação, 196-197  
   de processo, 195-196  
   de processo culminado, 196  
   pontual, 197  
   principal, 296-302, 305-311  
   de dois lugares com objecto indirecto, 298-299  
   de dois lugares com oblíquo, 299-300, 399, 402  
   de zero lugares, 302, 409  
   ditransitivo, 296, 401-402, 412-413, 609  
   inacusativo, 300-302, 599, 601, 607-608, 728  
   inergativo, 300, 409, 446  
   preposicionado, 399, 402  
   transitivo, 298, 409-412, 609  
   transitivo de três lugares, 297  
   transferencial, 401-402  
   transitivo-predicativo, 297-298  
   semiauxiliar, 315-316  
   aspectual, 315-316, 858-859  
   modal, 316  
   temporal, 315, 859  
 Verbo de alternância, 305-311  
   causativa, 305-306  
   locativa, 306-308  
   simétrico, 309-310, 809  
   que admite queda do objecto, 310-311  
 Verbo modal  
   (ver também Modalidade), 247-252

de sentido modal, 252-254  
 e negação, 250-252  
 Verbo de operação aspectual, 151  
 Verbo superior  
   assertivo/pseudo-assertivo, 603-605  
   avaliativo, 609  
   causativo, 601  
   com propriedades de selecção não homogéneas, 636-640  
   de controlo, 632-633  
   de elevação, 615  
   de inquirição, 599, 609, 612  
   declarativo, 599, 605, 609, 612  
   declarativo de ordem, 601, 609  
   epistémico, 253, 599, 605, 609, 612  
   factivo, 227, 260, 601, 609  
   optativo, 601, 609  
   perceptivo, 227, 599, 609  
   psicológico, 600-601, 607  
   volitivo, 260, 601, 609  
 Verdadeiro, 208ss  
 Verosimilhança, 209  
 Vestígio  
   de SN, 821-822  
   de sintagmas-Q interrogativos, 468-471, 822-823  
   de sintagmas-Q relativos, 665-666, 822-823  
 Vocabulário, 66  
   activo, 66-67  
   passivo, 66  
   frequência de, 67  
 Vocativo, 455-457, 458n. 25  
 Vogal, 991-992, 995, 1001, 1006-1008  
   acentuada, 991, 1019-1020, 1024-1029, 1031-1032  
   átona, 28, 45-46, 991-992, 1009-1016  
   breve, 42  
   de ligação, 975-978  
   epentética, 47, 1018, 1019, 1042, 1048  
   nasal, 992, 995, 997, 1003  
   oral, 991-992  
   palatal, 44  
   pós-tónica, 45, 992, 1010  
   pré-tónica, 45, 991-992, 1010, 1059  
   temática, 921, 1021-1030, 1053, 1057  
   tónica, 991, 1011